SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 01 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3607

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
Processo Adm: Nº 089/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes, graxas, fluidos, aditivos e demais insumos correlatos, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas agrícolas, equipamentos de terraplanagem e demais equipamentos pertencentes ao Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 304.492,20 (trezentos e quatro mil e quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos): **WALMAR DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA ME** (21974299000155) com os lotes: 19 e 23 no valor total de R$ 10.350,00 (dez mil e trezentos e cinquenta reais). **J MARANGONI COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP** (20649395000165) com os lotes: 13, 17 e 18 no valor total de R$ 29.294,00 (vinte e nove mil e duzentos e noventa e quatro reais). **DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA** (51560442000123) com os lotes: 22, 24 e 26 no valor total de R$ 3.103,20 (três mil e cento e três reais e vinte centavos). **JLJ COMERCIO E SERVIÇOS** (04995545000136) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12 e 16 no valor total de R$ 138.050,00 (cento e trinta e oito mil e cinquenta reais). **PHA COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA** (33970002000162) com os lotes: 6, 7, 14 e 20 no valor total de R$ 105.095,00 (cento e cinco mil e noventa e cinco reais). **BRAZMART MULTIPARTS LTDA** (64446992000168) com os lotes: 15 e 21 no valor total de R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais).
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 31 de agosto de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F160DC7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3555, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, a pedido, a servidora pública Municipal ocupante de cargo comissionado Alarice Donida França, e da outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 814/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **exonerada**, a pedido, a servidora pública municipal **Alarice Donida França**, portadora da carteira de identidade nº 10.217.907-2-SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 083.634.229-16, ocupante do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Patrimônio, exonerada a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir do dia 31 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:E1B90BD9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 270 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 4.633.705,51 (quatro milhões seiscentos e trinta e três mil setecentos e cinco reais e cinquenta e um centavos), no Orçamento

Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
04.02.06.182.0013.2.007.3.3.90.30 (102)	000	5.000,00
05.01.26.782.0014.1.006.4.4.90.51 (2155)	660	2.709.800,00
05.01.26.782.0014.1.006.4.4.90.51 (1330)	580	478.200,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.30 (3000)	5000	150.000,00
06.02.12.306.0006.2.021.3.3.90.30 (3001)	5000	250.000,00
06.02.12.782.0005.2.019.3.3.90.33 (230)	107	300.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.3.90.30 (2179)	1040	50.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.30 (2208)	1040	30.000,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.3.90.30 (2774)	1040	20.000,00
06.04.13.392.0023.2.031.3.3.90.39 (297)	000	15.000,00
06.05.27.812.0022.1.019.4.4.90.52 (2935)	5644	107.783,08
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.30 (365)	494	50.000,00
07.02.10.304.0007.2.038.3.3.90.30 (423)	493	40.000,00
08.01.08.244.0008.2.046.3.3.90.32 (458)	000	6.000,00
08.01.08.122.0008.2.042.3.3.90.39 (448)	000	3.000,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.3.90.48 (479)	000	10.000,00
08.02.08.122.0008.2.044.3.3.90.39 (456)	940	3.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.60.45 (3003	5000	99.998,03
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.39 (3004)	5000	60.000,00
10.01.20.608.0013.2.049.3.3.90.30 (3002)	5000	200.000,00
10.02.18.304.0018.2.094.3.3.50.43 (3005)	5000	45.924,40
TOTAL		**4.633.705,51**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.02.12.306.0006.2.021.3.3.90.30 (166)	107	300.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.11 (241)	1040	100.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.30 (1661)	5644	31.023,67
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.39 (1662)	5644	33.203,72
07.02.10.301.0007.2.035.3.1.90.04 (347)	494	50.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.14 (361)	493	5.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.3.90.39 (370)	493	25.000,00
07.02.10.304.0007.2.038.3.3.90.14 (421)	493	10.000,00
08.03.08.243.0009.5.001.4.4.90.52 (496)	000	26.500,00
08.04.08.241.0010.1.027.4.4.90.51 (520)	000	12.500,00
08.02.08.122.0008.2.044.3.3.90.14 (453)	940	2.480,00
08.02.08.122.0008.2.044.3.3.90.30 (454)	940	520,00
TOTAL		**596.227,39**

II – Superávit financeiro - Rec. Livres

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Recursos Livres	5000	805.922,43
TOTAL		**805.922,43**

III – Superávit financeiro - Rec. Vinculado:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Recursos Vinculados a Fundos	5644	43.555,69
TOTAL		**43.555,69**

IV – Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00 (183)	580	478.200,00
2.4.1.4.99.0.1.02.00.00 (383)	660	2.709.800,00
TOTAL		**3.188.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 31 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:153EE12E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90031/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90031/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço - Empreitada por Preço Global, nº 90031/2026, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
CELLA & CELLA INDUSTRIA DE TELHA E ACO LTDA	730.339,73

Que apresentou o menor preço.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.
É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 26 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:F014FD46

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90031/2026

Extrato do Contrato da Concorrência Eletrônica n° 90031/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E RAMPA, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Gestão/Unidade: 09.01 - DPTO. DE INOV. TEC. CAPACIT, GER. EMPR. E RENDA. Fonte de Recursos: 157 - Contrato de Repasse n 0042905/2025/CAIXA/ITAIPU - Rampa e Centro Lago Iguaçu. 580 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO BB EFICIÊNCIA MUNICIPAL. Programa de Trabalho: 2369100151.033 - Obras de Infraestrutura destinadas ao Fomento da Indústria, Comércio e Serviços. Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES. Desdobrado: 2834/2837 - OUTRAS EDIFICAÇÕES. 2838/2839 - OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO. Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 253/2026 – CELLA E CELLA INDUSTRIA DE TELHA E AÇO LTDA, Valor Total R$ 730.339,73 (setecentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos). VIGÊNCIA: 180 dias após o término da execução. Chopinzinho - PR, 26 de agosto de 2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro – Prefeito pelo Município e Camila Cristina Cella pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:10A2996B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 34/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 254/2026.

Espécie: Extrato do Contrato n° 254/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Indumar Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 13.109.982/0001-04. Objeto: Fornecimento de 02 (duas) caçambas basculantes novas, tipo meia cana, com capacidade de 14m³, destinadas à instalação em caminhões tipo chassi pertencentes ao Município de Chopinzinho, através da Ata de Registro de Preços nº 017/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 020/2025 do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU. Valor: R$ 154.200,00 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 34/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2973/2974) Fonte: 2/580. Data da assinatura: 26/08/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Lentair Capeleto, pela Contratada.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:892C84D2

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 34/2026 - TERMO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 160/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 4.432/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição."

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura Estradas e Frotas, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Dênis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o n.º 009.378.889-40, portador da carteira de identidade n.º 8.124.995-4 SSP-PR.

CONTRATADA: INDUMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.109.982/0001-04, com sede na Rodovia BR 282 Km 606, Maravilha/SC, fone:(49) 3664-2346, e-mail: financeiro@indumar.ind.br, neste ato representado pelo procurador, Senhor Lentair Capeleto, portador da Cédula de Identidade n° 2.857.793, inscrito no CPF sob n° 779.798.939-72.

DO OBJETO
Aquisição de 02 (duas) caçambas basculantes novas, tipo meia cana, com capacidade de 14m³, destinadas à instalação em caminhões tipo chassi pertencentes ao Município de Chopinzinho, através da Ata de Registro de Preços nº 017/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 020/2025 do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 154.200,00 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Infraestrutura, estradas e frotas:

Gestão/Unidade:	05.01 - DEPTO DE ESTRADAS RURAIS E FROTA MUNICIP
Fonte de Recursos:	2– Desvinculação das Receitas do Município 580 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO BB
Programa de Trabalho:	2678200141.005 – Aquisição/Reposição de Equipamentos e Veículos da Secretaria
Elemento de Despesa:	4.4.90.52 – VEÍCULO DE TRAÇA MECANICA
Desdobrado:	2973/2974
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
Da destinação do equipamento
A aquisição de 02 (duas) caçambas basculantes novas, tipo meia cana, com capacidade de 14m³, destina-se ao aparelhamento dos 02 (dois) caminhões tipo chassi adquiridos pelo Município de Chopinzinho, possibilitando sua efetiva utilização nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Infraestrutura, Estradas e Frotas. A instalação das caçambas permitirá a utilização dos veículos no transporte de cascalho, brita, terra, areia, resíduos da construção civil, entulhos e demais materiais empregados na manutenção de estradas rurais, obras de infraestrutura e demais serviços públicos municipais.
Transportes e logística
A instalação das caçambas basculantes nos caminhões tipo chassi permitirá sua utilização nas atividades logísticas do Município, especialmente no transporte de cascalho, brita, terra, areia, resíduos da construção civil, entulhos e demais materiais utilizados em obras e serviços públicos. Os equipamentos proporcionarão maior agilidade nas operações de carga, transporte e descarga, aumentando a produtividade das equipes e reduzindo o tempo de execução dos serviços. A aquisição de duas unidades permitirá a utilização plena dos dois caminhões adquiridos pelo Município, ampliando a disponibilidade da frota para atendimento das demandas da Secretaria.
Inovação e tecnologia
A aquisição de caçambas basculantes novas assegura a utilização de equipamentos adequados às necessidades operacionais do Município, dotados de sistema hidráulico e componentes destinados a proporcionar segurança, eficiência e agilidade nas operações de carga e descarga. Os equipamentos serão instalados nos caminhões tipo chassi adquiridos pelo Município, formando conjuntos adequados à execução dos serviços de transporte de materiais e apoio às atividades de infraestrutura urbana e rural.
Melhoria na infraestrutura
A ampliação da frota contribuirá diretamente para a melhoria da infraestrutura urbana e rural, possibilitando maior capacidade de atendimento às demandas relacionadas à conservação de estradas vicinais, recuperação de vias urbanas, execução de drenagens, terraplenagens, transporte de insumos para obras públicas e apoio às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Infraestrutura, Estrada e Frotas. Com maior disponibilidade de equipamentos, será possível ampliar as frentes de trabalho, reduzir o tempo de resposta às solicitações da população e proporcionar melhores condições para o escoamento da produção agrícola e para a mobilidade dos cidadãos.
Melhoria na execução dos serviços
A aquisição das duas caçambas basculantes permitirá a utilização plena dos caminhões tipo chassi adquiridos pelo Município, proporcionando ganhos de eficiência operacional, produtividade e economicidade na execução dos serviços públicos. Com a instalação dos implementos, os veículos estarão aptos ao transporte e descarga de materiais empregados nas atividades de infraestrutura urbana e rural, garantindo maior autonomia às equipes de campo, otimização dos recursos públicos e melhoria contínua na prestação dos serviços à população
Ante o exposto, vê-se necessária a contratação da empresa INDUMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.109.982/0001-04, para aquisição de 02 (duas) caçambas basculantes, através da Ata de Registro de Preços nº 017/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 020/2025, do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU.
Considerando o Art. 74 da Lei 14.133/2021, caput: "É inexigível a licitação quando inviável a competição".
Por fim, registra-se que os preços unitários dos itens contratados se encontram compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado pela documentação fiscal e orçamentária anexada ao processo.

Chopinzinho-PR, 26 de agosto de 2026.

JOSE LUIS DA SILVA
Secretário de Infraestrutura Estradas e Frotas

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 26 de agosto de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:A872A430

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 157/2026 - CLASSIFICAÇÃO FINAL PSS EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 157/2026

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Educador/Cuidador Social, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e no Edital de Abertura nº 140/2026, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A **CLASSIFICAÇÃO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Educador/Cuidador Social, considerando a pontuação da prova objetiva e aplicados os critérios de desempate, constantes no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 31 de agosto de 2026.

GISLAINE TANIA GALEAZZI
Presidente

EDITAL Nº 157/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL – AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA
1º	CLAUDIOMIR GASPAR DA MAIA	07/03/1984	9,5
2º	AMANDA CRISTINA CARDOZO	19/08/2000	9,5
3º	PRISCILA GONÇALVES TIEQUIN	27/08/2005	9,5
4º	MATHEUS FELIPE GRAEBIM SOARES	01/04/2008	9,5
5º	JOILSE DINIZ	04/08/1992	9,0
6º	LEIDIANE CAMARGO GASPAR DA MAIA	29/04/1993	8,5
7º	EMILI ADRIANA BORGES	25/11/1999	8,5
8º	ELOÍSA LAZAROTTTO HARTMAN	16/02/2007	8,5
9º	EMANUEL MATHEUS QUADROS RAFAGNINI	05/07/2008	8,5
10º	ANA CAROLINA QUADROS RAFAGNINI	02/02/2006	7,5
11º	KAUANI NUNES MONTEIRO	04/02/2006	7,5
12º	ANGÉLICA AGATHA SCOPEL	11/03/2009	7,5
13º	BRENDA PIRES	19/10/1995	7,0
14º	NATHALIA ROSSI ALVES	17/09/2006	7,0
15º	EVERLANE DE FATIMA DAVID DA SILVA	24/09/1985	6,5
16º	DAIANE CRISTINA MELO DA SILVA	11/08/1988	6,5
17º	JESSICA PAULA DE OLIVEIRA	27/05/1990	6,5
18º	ALANA FERREIRA AMANCIO	14/01/2000	6,0
19º	GEISSI DOS SANTOS MONTEIRO	01/04/2000	6,0
20º	MÁRCIA VERLINDES	02/04/1983	5,5
21º	ROSANI APARECIDA DELGADO	29/12/1988	5,5
22º	DUANE KOGRE WOLLINGER FERNANDES	30/01/1998	5,5
23º	LETICIA DO CARMO PADILHA BUENO	27/03/2004	5,5
24º	MARISTEL DO ROCIO TARESZKIEWICZ FERREIRA DA COSTA	22/11/1963	5,0
25º	SANDRA MARA DE QUADROS	27/02/1992	5,0
26º	ALISSON DA SILVA GONÇALVES	29/09/2001	5,0

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:6A142EF0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 158/2026 - CLASSIFICAÇÃO FINAL PSS ENFERMEIRO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 158/2026

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Enfermeiro, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e no Edital de Abertura nº 141/2026, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A **CLASSIFICAÇÃO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Enfermeiro, considerando a pontuação da prova objetiva e aplicados os critérios de desempate, constantes no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 31 de agosto de 2026.

KARLA CEVERO DA SILVA
Presidente

EDITAL Nº 158/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – ENFERMEIRO – AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NASCIMENTO	NOTA
1º	CAROLINE MOREIRA LEOPOLDINO ZANOLA	28/05/1987	10
2º	ALAUANA CLAUDIA SCHEFER	01/07/1994	10
3º	ADRIANE TEREZINHA BARBOSA	06/11/1994	10
4º	DILVANA RITTER	20/02/1987	9,5
5º	ALINE RITTERBUSCH	23/01/1993	9,5
6º	JESSICA KEILLA SANTIN	27/09/1993	9,5
7º	ALESSANDRA CAVASIN	11/07/1995	9,5
8º	KAROLINE MARTINS	26/12/1996	9,5
9º	GABRIELI FERREIRA	20/07/1998	9,5
10º	DUANA POMIECINSCKI	10/07/2004	9,5
11º	ELIANE APARECIDA DA ROSA	25/09/1981	9,0
12º	ADRIANA ARAUJO GIACOMINI CATTANEO	31/05/1984	9,0
13º	JULIANA LOPES DE QUADROS RIBEIRO	19/03/1994	9,0
14º	EDISON DIEGO DE MORAES	22/10/1996	9,0
15º	EMANOELE APARECIDA ZINKE	07/11/1998	9,0
16º	ANA BÁRBARA SCOPEL	08/10/1999	9,0
17º	CLAMARA FAVERO DOS SANTOS	17/06/2000	9,0
18º	GISIELI MONTEIRO	13/01/2003	9,0
19º	ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI	04/07/1978	8,5
20º	FABIANA NOGUEIRA LEMOS	15/05/1981	8,5
21º	ROSILENE INÊS ECKERT KRUMMENAUER	23/02/1983	8,5
22º	PAOLA CASSOL	01/07/1983	8,5
23º	PAULO SERGIO GUIMARAES	29/09/1995	8,5
24º	MARCIA RICHETTI	18/03/1976	8,0
25º	JOCECLEIA DOS SANTOS	19/04/1987	8,0
26º	MAYCON RODRIGO PETRECHEN	07/01/1990	8,0
27º	LARISSA MAFFIOLETTI SANTOS	16/10/1996	8,0
28º	AMANDA GABRIELA SZINWELSKI	25/03/1998	8,0
29º	LAIZE APARECIDA VITORASSI	11/12/2001	8,0
30º	LILIAN SAMIRA DA SILVA BOM	31/07/1999	7,5
31º	FABIOLA ANY BOHRER	18/09/2002	7,0

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:760F0350

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 269/2026 - EXONERA PEDRO REINALDO DE OLIVEIRA

DECRETO Nº 269/2026

Exonera Diretor do Departamento de Cultura, a pedido.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o término do procedimento do Protocolo Eletrônico n.º 1.950/2026,

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR o servidor Pedro Reinaldo de Oliveira, CPF nº 026.***.**9-99, do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Cultura, a partir de 01 de setembro de 2026, a pedido.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:2D04B666

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 243/2026 - INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO DA CRISE CLIMÁTICA EM VIRTUDE DOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS DE CHUVAS INTENSAS, GRANIZO E VENDAVAIS NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, DEFINE SUA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PR

DECRETO Nº 243, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO DA CRISE CLIMÁTICA EM VIRTUDE DOS EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS DE CHUVAS INTENSAS, GRANIZO E VENDAVAIS NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, DEFINE SUA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR** no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO os severos eventos climáticos extremos que habitualmente vem atingindo o território municipal nos últimos meses, caracterizado por chuvas torrenciais, precipitação de granizo e ventos de alta intensidade (vendavais);
CONSIDERANDO os potenciais graves danos materiais causados à infraestrutura pública e privada, incluindo o destelhamento de habitações, queda de árvores, interrupção das redes de energia elétrica e desabastecimento de água potável;
CONSIDERANDO o risco de desalojamento e desabrigamento temporário de famílias afetadas pelas intempéries, exigindo assistência humanitária imediata e coordenada;
CONSIDERANDO a necessidade de unificar o comando das operações de socorro, salvamento e reconstrução para otimizar os recursos humanos e financeiros do município;
DECRETA:
CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE CRISE
Art. 1º Fica instituído o **Comitê Municipal de Gestão da Crise Climática (CMGCC)**, com caráter deliberativo e de coordenação executiva, para atuar diretamente no enfrentamento das consequências decorrentes das chuvas intensas, granizo e vendavais que assolaram o Município.
Art. 2º Quando convocado o CMGCC operará em regime de **plantão permanente de 24 horas**, sempre que a condição climática estabelecer condições de urgência ou emergência, com sede instalada no Centro de Eventos Municipal, localizado na Rua Mario Ceni, nº 3792, Bairro Cristo Rei, mantendo suas atividades até que a situação de risco à população seja totalmente mitigada.
CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ
Art. 3º O Comitê será presidido pelo Prefeito Municipal e composto pelos titulares dos seguintes órgãos e secretarias:
I – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) – Coordenação Técnica;
II – Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos – Apoio Humanitário e Cadastro de Afetados;
III – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Desobstrução de Vias e Recuperação de Estruturas;
IV – Secretaria Municipal de Saúde – Atendimento Médico de Emergência e Vigilância Sanitária;
V – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente – Manejo de Árvores Caídas e Danos Ambientais;
VI – Procuradoria-Geral do Município – Suporte Jurídico e Atos Normativos.
Parágrafo único. Ficam convidados a integrar o Comitê, com voz e cooperação técnica nas operações:
a) O Comando do Corpo de Bombeiros Militar da região;
b) Representantes da Concessionária de Energia Elétrica local - COPEL;
c) Representantes da Companhia de Saneamento/Água - SANEPAR;
d) membros da sociedade civil organizada, indicados pela Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho - ACEC.
e)Representante dos Engenheiros – CREA
f)Representante dos Arquitetos – CAU
g)Representante dos Advogados – OAB
CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES EMERGENCIAIS
Art. 4º Competirá ao Comitê Municipal de Gestão da Crise Climática realizar as seguintes ações imediatas:
I – Centralizar e consolidar o levantamento de danos humanos, materiais e ambientais através do Formulário de Informações do Desastre (FIDE);
II – Coordenar a distribuição emergencial de lonas, telhas, colchões, alimentos e água potável às famílias atingidas pelo granizo e vendaval;
III – Organizar e gerenciar os abrigos públicos provisórios para o acolhimento de desalojados e desabrigados;
IV – Priorizar o envio de equipes para a desobstrução de vias públicas bloqueadas por árvores ou postes caídos, garantindo o fluxo de ambulâncias e viaturas de socorro;
V – Coordenar as equipes de limpeza pública e coleta de lixo orgânico;
VI – Coordenar as equipes de segurança municipal;
VII – Subsidiar o Chefe do Poder Executivo com pareceres técnicos para a eventual decretação formal de **Situação de Emergência** ou **Estado de Calamidade Pública**;
VIII –Acompanhar os boletins meteorológicos e demais informações dos órgãos oficiais, adotando as medidas preventivas necessárias, bem como emitir periodicamente boletins informativos unificados à imprensa e à população.
IX – Propor ao Chefe do Poder Executivo as medidas administrativas necessárias à mitigação dos riscos e à proteção da população;
X – Elaborar relatórios técnicos das ações desenvolvidas e das necessidades identificadas durante a vigência do Comitê.
Art. 5º As ações e deliberações do Comitê serão orientadas pelo Plano de Contingência do evento climático, que estabelecerá as diretrizes para o planejamento, coordenação e execução das ações, podendo ser atualizado sempre que necessário, mediante deliberação do Comitê.
CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 6º Fica autorizada a requisição administrativa de bens, serviços e servidores de outras secretarias não listadas neste Decreto para atuar sob as ordens diretas do Comitê de Crise.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 31 DE AGOSTO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:E39D8963

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 156/2026 - CONVOCAÇÃO ESTAGIÁRIOS AUXILIAR DE PROFESSOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 156/2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Teste Seletivo para Estagiários, realizado de acordo com o edital de abertura nº 115/2026,

Resolve,

TORNAR PÚBLICO:

I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:

Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
6º	BRUNA EDUARDA ZANELLA BURGERT
7º	DANIELI CATAFESTA SCOPEL
8º	GABRIELLY DOS SANTOS ALVES
9º	FLAVIANE ALBERTI RODRIGUES
10º	PIETRA NISGOSKI BRANDOLI
11º	THALLYTA VITÓRIA SASSO FREDERICH
12º	MARIA EDUARDA BONIFÁCIO BIANCHI

Cargo: ESTAGIÁRIO NÍVEL SUPERIOR – AUXILIAR DE PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME
10º	GRAZIELI CARINE DOS SANTOS
11º	ISABELI PAZ DE MIRANDA
12º	MATHEUS RIBEIRO
13º	DAIANE DOS SANTOS DA SILVA
14º	RHAYAN RYCHARD KRAUS DE LIMA
15º	STEPHANIE RAMBO DA ROSA
16º	EMANUELE CRISTINA BRAULO AMARAL
17º	MARINEZ SOARES NIENDICKER
18º	ANDREIA MACHADO
19º	LARISSE LORRAINE DOS SANTOS

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho no dia 04 de setembro de 2026 para aceitar ou declarar a desistência da vaga.

III – No momento da apresentação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Fotocópia legível do RG e CPF;

II – Fotocópia do Comprovante de residência;

III – Declaração de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano ou período do aluno e a data prevista de conclusão do curso;

IV – Caso maior de 18 (dezoito) anos, Certidão Negativa emitida por Cartório Distribuidor, do Fórum da(s) cidade(s) na(s) qual(ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias, devendo ser apresentado documento original;

V – Cópia do nº do PIS;

IV – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

CHOPINZINHO, PR, 31 DE AGOSTO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:38C41DCD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
DECRETO Nº 085/2026

Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal da Mulher, sendo membros governamentais e sociedade civil que compõem o Conselho Municipal da Mulher – CMM de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná **Senhor Alexandre Donato** no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados abaixo os membros, representantes do poder público para comporem a **CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER,** bem como os membros representantes da sociedade civil, organizada, e considerando a indicação e deliberação da plenária realizada no dia 31/08/2026, e referendados, conforme determina a lei Municipal nº 1052/2024.

Representantes Governamentais:

Luciana Josélia Micolajunas	Secretaria Municipal de Assistência Social
Francislaine Nespolo	CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
Maria Paula Silva Nascimento	Secretaria Municipal de Administração
Juliana Porciúncula Derber	Secretaria Municipal de Administração
Elisangela Cafissi	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Simone Sanches	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Angelina Barbosa da Silva Nascimento	Secretaria Municipal de Saúde
Adriele Eduarda Ventura Paulo	Secretaria Municipal de Saúde

Representantes da Sociedade Civil organizada:

Inês Maria Dziubate da Silva	Representante da Ent. Religiosa Igreja Católica
Cleide Ferreira de Melo Boina	Representante da Ent. Religiosa Igreja Católica
Dina Jardim de Oliveira	Representante da Ent. Religiosa Igreja Presbiteriana Renovada
Vitoria de Oliveira de Freitas	Representante da Ent. Religiosa Assembleia de Deus
Maria Aparecida Carvalho	Representante dos Usuários
Camila Nunes Ferreira	Representante dos Usuários
Fabiana Carvalho Aniceto Ortiz	Representante Trabalhador do Setor
Joseane Andrade Franco	Representante Trabalhador do Setor

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "27 DE MAIO"
Corumbataí do Sul, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:E39D5A45

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8082-2026

PORTARIA Nº 8082/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez **(10)** dias de Férias a servidora **LUCIANE PAVNOSKI**, portadora do RG: **8.281.***-***, cargo Contadora, a contar de **08/setembro/2026** a **17/setembro/2026**, referente ao período aquisitivo de **01/12/2023** a **30/11/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:D988CA19

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6590-2026

DECRETO Nº6590/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento - Anulação de dotação orçamentária.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, trinta e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:A5BF7E40

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2026
ESPÉCIE: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / INEXIGIBILIDADE Nº 044/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e INGA CAMINHOES LTDA
OBJETO: Fornecimento de 01 (um) veículo automotor MERCEDES-BENZ SPRINTER 517 – 20+1 LUGARES – Ano: 2025 / Modelo: 2026, zero quilômetro, destinado ao Departamento Municipal de Esportes.
CNPJ: 23.008.729/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 403.620,00 (quatrocentos e três mil seiscentos e vinte reais)
PRAZO: 31/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa 4.4.90.52.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 093/2026
ESPÉCIE: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / INEXIGIBILIDADE Nº 043/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS
OBJETO: Contratação de serviços do Registro de Imóveis para a realização de atos previstos na Tabela XIII da Lei Estadual do Paraná nº 21.869/2023.
CNPJ: 26.982.018/0001-20
VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) estimados.
PRAZO: 28/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa: 3.3.90.39.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2026
ESPÉCIE: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / INEXIGIBILIDADE Nº 042/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e AGGIORNARE ASSESSORIA E CAPACITACAO LTDA
OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em gestão da Política de Assistência Social (SUAS).
CNPJ: 34.798.600/0001-69
VALOR TOTAL: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
PRAZO: 25/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa: 3.3.90.39.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2026
ESPÉCIE: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS) / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e JANETE ROSA
OBJETO: Locação de brinquedos infláveis para evento alusivo ao Dia das Crianças.
CNPJ: 49.775.397/0001-82
VALOR TOTAL: R$ 11.088,00 (onze mil e oitenta e oito reais)
PRAZO: 25/08/2027.
DOTAÇÃO: Despesa: 3.3.90.39.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2026
ESPÉCIE: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e JOCEMAR ANTONIO RIZZON 05314050951
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, incluindo fornecimento de peças, materiais e carga de gás.
CNPJ: 40.694.293/0001-79
VALOR TOTAL: R$ 27.803,00 (vinte sete mil oitocentos e três reais)
PRAZO: 27/08/2027
DOTAÇÃO: Despesas 3.3.90.30.00.00 e 3.3.90.39.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2026
ESPÉCIE: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e ROSMAR LUIZ RIZZON LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado.
CNPJ: 19.281.745/0001-02
VALOR TOTAL: R$ 11.316,00 (onze mil trezentos e dezesseis reais)
PRAZO: 27/08/2027.
DOTAÇÃO: Despesas 3.3.90.30.00.00 e 3.3.90.39.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2026
ESPÉCIE: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL / INEXIGIBILIDADE Nº 041/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e FERNANDO CAPELLESSO
OBJETO: Locação de imóvel urbano (sala comercial com 60,00 m²) situado na Av. 26 de Abril, nº 860, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.
CPF: CPF: 077.874.449-32
VALOR TOTAL: R$ 10.707,12 (dez mil setecentos e sete reais e doze centavos) - sendo R$ 892,26 mensais.

PRAZO: 24/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa 3.3.90.36.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2026
ESPÉCIE: FORNECIMENTO DE MATERIAL / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA
OBJETO: Fornecimento de sêmen bovino e materiais para inseminação artificial para a Secretaria de Agricultura.
CNPJ: 00.771.945/0001-07
VALOR TOTAL: R$ 101.018,00 (cento e um mil e dezoito reais)
PRAZO: 25/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa 3.3.90.30.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2026
ESPÉCIE: FORNECIMENTO DE MATERIAL / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90053
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU e NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
OBJETO: Fornecimento de nitrogênio líquido para a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
CNPJ: 09.492.811/0001-21
VALOR TOTAL: R$ 7.651,78 (sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos)
PRAZO: 25/07/2027
DOTAÇÃO: Despesa 3.3.90.30.00.00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2026
ESPÉCIE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR e MARLI MARIA NEGRUNI NUNES
OBJETO: Locação de imóvel urbano (sala comercial térrea sita na Rua Constantino Mezzomo, nº 619, Centro) destinado ao funcionamento e abrigamento das instalações físicas das Oficinas de Pintura em Tela, promovidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
CPF: 718.862.149-72
VALOR TOTAL: R$ 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais) – sendo R$ 545,00 mensais.
PRAZO: 27/08/2027
DOTAÇÃO: Despesa 3.3.90.36.00.00

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:1AE1A828

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 979/2026
O MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.205.657/0001-57, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, em LOTE ÚNICO, pelo critério de julgamento de MENOR PERCENTUAL DA TAXA ADMINISTRATIVA e modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Federal nº 11.788/2008, da legislação municipal aplicável e das condições estabelecidas no edital e em seus anexos.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para atuar como agente de integração, responsável pela administração, operacionalização e gerenciamento do Programa de Concessão de Vagas de Estágio Remunerado do Município de Enéas Marques, destinado a estudantes de nível superior e técnico de nível médio, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
QUANTITATIVO ESTIMADO: até 20 (vinte) vagas simultâneas e 240 (duzentas e quarenta) vagas-mês, durante 12 (doze) meses.
VALOR MÁXIMO GLOBAL ESTIMADO: R$ 266.707,20 (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e sete reais e vinte centavos).
TAXA ADMINISTRATIVA MÁXIMA: 2,31% (dois vírgula trinta e um por cento). A disputa recairá exclusivamente sobre o percentual da taxa administrativa.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 1º de setembro de 2026 até as 07h59min59s do dia 16 de setembro de 2026.
ABERTURA E SESSÃO DE DISPUTA: dia 16 de setembro de 2026, às 08h30min.
PLATAFORMA: Portal BLL Compras, disponível em https://bll.org.br/.
O edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos no Portal BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no portal oficial do Município de Enéas Marques, em https://eneasmarques.atende.net. Informações pelo e-mail licitacao.eneas@gmail.com ou pelo telefone (46) 92000-7392.

Enéas Marques/PR, 31 de agosto de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelmir Carlos Martins
Código Identificador:F9C932E0

SETOR DE PESSOAL
APLICA PENALIDADES SOMAVE

PORTARIA N.º 4243/2026

Aplica penalidades administrativas decorrentes de infrações ao Código de Posturas Municipal e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Complementar Municipal n.º 98/2022, na Lei Complementar Municipal n.º 116/2026 e na documentação constante do Processo Digital n.º 456/2026,

CONSIDERANDO a lavratura dos **Autos de Infração n.º 6/2026**, **7/2026** e **8/2026**, em decorrência do derramamento de resíduos orgânicos de origem animal em diversas vias públicas municipais;
CONSIDERANDO que os referidos autos foram lavrados, respectivamente, em face das empresas **TRANSDIANA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA**., **SEARA ALIMENTOS LTDA**. e **SOMAVE FEED INGREDIENTS LTDA**.;
CONSIDERANDO que as empresas autuadas apresentaram defesa administrativa, as quais foram regularmente processadas e instruídas no âmbito do **Processo Digital n.º 456/2026**;
CONSIDERANDO o **Parecer Jurídico n.º 422/2026**, que examinou a materialidade das infrações, a responsabilidade administrativa das autuadas, as defesas apresentadas e a dosimetria das penalidades;
CONSIDERANDO a decisão administrativa proferida pela autoridade competente no Processo Digital n.º 456/2026, que apreciou as defesas apresentadas e, acolhendo as conclusões do referido Parecer Jurídico, manteve as autuações, com as adequações de fundamentação e dosimetria nela estabelecidas;
CONSIDERANDO que a referida decisão administrativa exauriu a instância administrativa quanto às autuações objeto do Processo Digital n.º 456/2026;
CONSIDERANDO que compete ao Prefeito Municipal, nos termos do art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, aplicar as sanções administrativas decorrentes das infrações ao Código de Posturas;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam mantidas as autuações decorrentes dos **Autos de Infração n.º 6/2026, 7/2026 e 8/2026**, lavrados, respectivamente, em face das empresas **TRANSDIANA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., SEARA ALIMENTOS LTDA.** e **SOMAVE FEED INGREDIENTS LTDA.,** nos termos da decisão administrativa proferida no **Processo Digital n.º 456/2026**, cujos fundamentos integram a presente Portaria para todos os fins.
Art. 2º Fica aplicada à empresa **TRANSDIANA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA**., em decorrência do Auto de Infração n.º 6/2026, multa administrativa no valor de **1.200 (mil e duzentas) URMEM**, correspondente à multa-base de 300 (trezentas) URMEM, multiplicada por quatro em razão da reincidência reiterada, nos termos do art. 11, § 4º, da Lei Complementar Municipal n.º 98/2022.
Art. 3º Fica aplicada à empresa **SEARA ALIMENTOS LTDA**., em decorrência do Auto de Infração n.º 7/2026, multa administrativa no valor de **402 (quatrocentas e duas) URMEM**, correspondente à multa-base de 201 (duzentas e uma) URMEM, multiplicada por dois em razão da reincidência específica, nos termos do art. 11, § 3º, da Lei Complementar Municipal n.º 98/2022.
Parágrafo único. Fica indeferido o pedido genérico de produção de provas formulado pela empresa **SEARA ALIMENTOS LTDA**., nos termos da decisão administrativa proferida no Processo Digital n.º 456/2026.
Art. 4º Fica aplicada à empresa **SOMAVE FEED INGREDIENTS LTDA.,** em decorrência do Auto de Infração n.º 8/2026, multa administrativa no valor de **402 (quatrocentas e duas) URMEM**, correspondente à multa-base de 201 (duzentas e uma) URMEM, multiplicada por dois em razão da reincidência específica, nos termos do art. 11, § 3º, da Lei Complementar Municipal n.º 98/2022.
Parágrafo único. Para fins de fixação da multa-base prevista no *caput*, fica reconhecida a circunstância atenuante prevista no art. 12, XII, "b", da Lei Complementar Municipal n.º 98/2022, em razão do recolhimento espontâneo dos resíduos derramados e da lavagem das vias públicas atingidas, realizados antes da lavratura do respectivo Auto de Infração.
Art. 5º As penalidades estabelecidas nos arts. 2º, 3º e 4º correspondem às sanções definitivamente fixadas no Processo Digital n.º 456/2026, após o julgamento das defesas apresentadas e as readequações de fundamentação e dosimetria determinadas pela autoridade competente.
Art. 6º As empresas **TRANSDIANA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., SEARA ALIMENTOS LTDA.** e **SOMAVE FEED INGREDIENTS LTDA.** deverão ser intimadas acerca da presente Portaria para ciência das penalidades aplicadas e para o recolhimento das respectivas multas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 35 da Lei Complementar Municipal n.º 98/2022.
Art. 7º Decorrido o prazo previsto no artigo anterior sem o respectivo pagamento, deverão ser adotadas as providências necessárias à inscrição dos débitos em Dívida Ativa e à sua cobrança, na forma da legislação aplicável.
Art. 8º Não haverá ressarcimento ao Município de despesas relativas ao recolhimento dos resíduos e à limpeza das vias públicas atingidas, tendo em vista que tais providências foram promovidas pela empresa **SOMAVE FEED INGREDIENTS LTDA**., sem despesas suportadas pelo Município.
Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:31E72ADF

SETOR DE PESSOAL
EDITAL Nº 004/2026

MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 004/2026
PRÊMIO MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS EM ALFABETIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS – "ALFABETIZA ENÉAS MARQUES"

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Enéas Marques – Paraná torna público o presente Edital, com fundamento na Instrução Normativa nº 004/2026 e no Decreto Municipal nº 2.297/2026, para regulamentar a seleção, o reconhecimento e a premiação de boas práticas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital estabelece normas, critérios e procedimentos para a seleção, o reconhecimento e a premiação de práticas educativas e de gestão que contribuam para a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento das habilidades matemáticas e a recomposição das aprendizagens.
1.2. A iniciativa integra as ações municipais de fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização e da estratégia de reconhecimento e disseminação de boas práticas.
1.3. O Prêmio busca reconhecer práticas efetivamente implementadas, acompanhadas e avaliadas, valorizando evidências de aprendizagem e o potencial de disseminação na Rede Municipal.

2. DO PÚBLICO-ALVO E DAS CATEGORIAS

2.1. Poderão participar profissionais efetivos ou contratados que estejam em exercício na Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques durante o período estabelecido neste Edital.
Categoria I – Gestores escolares.
Categoria II – Professores da Educação Infantil, incluindo CMEIs, pré-escola e Educação Especial.
Categoria III – Professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, incluindo Arte, Língua Inglesa, Robótica e Educação Física, desde que a experiência esteja relacionada aos objetivos deste Edital.
2.2. A inscrição será individual, sendo permitida apenas uma inscrição por participante, em uma única categoria e em um único eixo temático.

3. DOS EIXOS TEMÁTICOS

3.1. Os trabalhos deverão enquadrar-se em um dos seguintes eixos:
I – Categoria I – Gestão: relação escola e comunidade; educação inclusiva; práticas educativas; práticas formativas e de monitoramento; alfabetização na idade adequada.
II – Categoria II – Educação Infantil: literatura e contação de histórias; desenvolvimento da linguagem; leitura, escrita e compreensão; práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil.
III – Categoria III – Ensino Fundamental – Anos Iniciais: alfabetização e letramento; desenvolvimento das habilidades matemáticas; recomposição das aprendizagens; acompanhamento pedagógico; intervenção para estudantes com dificuldades de aprendizagem.
3.2. Serão indeferidas ou desclassificadas experiências que não apresentem relação direta com o eixo escolhido ou que tenham como objeto principal projeto de iniciativa externa à Rede Municipal.

4. DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

A prática deverá ter sido desenvolvida no ano letivo de 2026.
A experiência deverá ter sido efetivamente implementada na Rede Municipal de Ensino.
A direção escolar e/ou a coordenação pedagógica deverão atestar o período de execução.
O participante deverá apresentar relato autoral e documentação comprobatória.
As evidências deverão permitir verificar, sempre que aplicável, o contexto inicial, as ações realizadas, o acompanhamento, a avaliação e os resultados alcançados.

Serão aceitos planejamentos, registros pedagógicos, instrumentos diagnósticos e avaliativos, produções dos estudantes, portfólios, registros fotográficos, gráficos, tabelas e relatórios, respeitadas as normas de proteção de dados.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão realizadas de 20/09/2026 a 30/09/2026, das 8h às 17h, mediante entrega da documentação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou por meio eletrônico oficialmente indicado.
5.2. Não serão aceitas inscrições fora do prazo ou incompletas.
5.3. São documentos obrigatórios:
Ficha de inscrição – Anexo I.
Relato da experiência – Anexo II.
Declaração de autoria e consentimento – Anexo III.
Declaração da direção/coordenação sobre a execução – Anexo IV.
Evidências comprobatórias da implementação e dos resultados.

6. DO RELATO DA EXPERIÊNCIA

6.1. O relato deverá conter: título; contexto e problema identificado; objetivos; público envolvido; metodologia e etapas; recursos; acompanhamento; evidências de implementação; resultados de aprendizagem ou desenvolvimento; formas de avaliação; reflexões; dificuldades e encaminhamentos; e possibilidades de continuidade e disseminação.
6.2. O relato deverá demonstrar a relação entre a prática desenvolvida, as necessidades identificadas, as ações realizadas e as evidências observadas.
6.3. Na versão destinada à primeira etapa, não poderão constar nome do participante, nome da escola, nomes de estudantes ou outros elementos que permitam identificação.
6.4. A identificação do participante constará exclusivamente da documentação administrativa.

7. DA COMISSÃO ORGANIZADORA E DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. A Comissão Organizadora será designada por Portaria da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
7.2. A Comissão Julgadora será composta por, no mínimo, três avaliadores com formação ou atuação na área educacional, admitida a participação de profissionais externos à Rede.
7.3. É vedada a participação de avaliador que tenha participado da prática inscrita ou possua parentesco até o terceiro grau com o participante.
7.4. Os avaliadores deverão atuar com imparcialidade, sigilo, transparência e observância aos critérios deste Edital.
7.5. Cada avaliador deverá preencher instrumento próprio de avaliação, conforme Anexos V e VI.

8. DA PRIMEIRA ETAPA – ANÁLISE DO RELATO

8.1. A primeira etapa é eliminatória e classificatória, com pontuação máxima de 100 pontos:
Articulação com as orientações curriculares adotadas pelo Município – 20 pontos.
Evidências de aprendizagem, desenvolvimento e avaliação – 20 pontos.
Rigor na abordagem e no desenvolvimento metodológico – 15 pontos.
Qualidade dos registros e das reflexões sobre o processo educativo – 15 pontos.
Envolvimento e protagonismo da criança ou do estudante – 10 pontos.
Pertinência e inovação da proposta – 10 pontos.
Coerência e coesão textual – 10 pontos.
8.2. A avaliação deverá considerar a consistência entre diagnóstico, planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e evidências apresentadas.
8.3. A nota será a média simples das notas atribuídas pelos avaliadores.
8.4. Serão classificados para a segunda etapa os dois trabalhos mais bem pontuados em cada eixo, dentro de cada categoria, observada a nota mínima de 60 pontos.

9. DA SEGUNDA ETAPA – APRESENTAÇÃO ORAL

Domínio do conteúdo – 30 pontos.
Conexão entre relato e apresentação, mediante evidências de implementação – 25 pontos.
Comunicação clara, objetiva e adequada – 20 pontos.
Organização e planejamento – 15 pontos.
Adequação ao tempo disponível – 10 pontos.
9.1. Os classificados apresentarão oralmente a experiência à Comissão Julgadora.
9.2. O tempo máximo será de 10 minutos, seguido de até 5 minutos para perguntas.
9.3. A nota final será a média simples entre a nota da primeira e da segunda etapa.

10. DO RESULTADO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. O resultado preliminar e o resultado final serão publicados nos canais oficiais da Secretaria.
10.2. Em caso de empate, serão considerados sucessivamente: evidências de aprendizagem; articulação curricular; rigor metodológico; qualidade dos registros e reflexões; protagonismo; pertinência e inovação; coerência e coesão textual; e, persistindo o empate, maior tempo de atuação na Rede Municipal.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso contra o indeferimento da inscrição e contra o resultado preliminar no prazo de 2 dias úteis após a publicação.
11.2. O recurso deverá ser fundamentado e protocolado na Secretaria.
11.3. Não serão admitidos recursos destinados à inclusão de documentação essencial não apresentada no prazo.
11.4. A decisão dos recursos será divulgada nos canais oficiais.

12. DO RECONHECIMENTO

12.1. Serão reconhecidos com certificado de menção honrosa os três melhores classificados de cada categoria;
12.2. As experiências selecionadas poderão integrar publicação digital da Secretaria Municipal de Boas Práticas Educativas.

13. DA PUBLICAÇÃO E DO USO DOS MATERIAIS

13.1. A divulgação de relatos, imagens, resultados e demais registros observará a Lei Federal nº 13.709/2018, os termos de consentimento e as normas aplicáveis.
13.2. A autorização de divulgação não implicará cessão irrestrita de direitos autorais, devendo ser preservados os créditos de autoria e as finalidades institucionais do Programa.

14. DO CRONOGRAMA
Publicação do Edital: 20/09/2026.
Período de inscrições: 20/09/2026 a 30/09/2026.
Análise documental e homologação: 15/10/2026.
Publicação das inscrições deferidas: 15/10/2026.
Análise dos relatos – 1ª etapa: 19/10/2026 a 23/10/2026.
Publicação Resultado da 1ª etapa: 26/10/2026.
Prazo para recursos: 27/10/2026 a 28/10/2026.
Análise e Publicação dos Recursos: 09/11/2026.
Apresentações orais – 2ª etapa: 18/11/2026.
Resultado final: 04/12/2026.
Cerimônia de reconhecimento: 11/12/2026.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A inscrição implica ciência e aceitação integral das normas deste Edital e da Instrução Normativa nº 004/2026.
15.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria, ouvida a Comissão Organizadora.
15.3. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques – Paraná, 28 de agosto de 2026.

WAGNO ANTONIO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome completo: _____
Categoria: _____ Eixo: _____
Cargo/função: _____ Unidade escolar: _____
Telefone/e-mail: ____
Título da prática: _____
Período de execução: _____
Assinatura: _____ Data: ___/___/2026
Declaro a veracidade das informações e ciência das regras do Edital.

ANEXO II – MODELO DE RELATO DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA

Título da experiência: _____
Eixo: _____ Categoria: _____
1. Contexto e problema identificado.
2. Objetivos geral e específicos.
3. Público envolvido, sem identificação nominal dos estudantes.
4. Metodologia, etapas, estratégias e recursos.
5. Acompanhamento e avaliação.
6. Evidências de implementação.
7. Resultados de aprendizagem/desenvolvimento.
8. Reflexão sobre a prática, dificuldades e encaminhamentos.
9. Continuidade, sustentabilidade e possibilidades de disseminação.

ANEXO III – TERMO DE AUTORIA E CONSENTIMENTO

Declaro que a experiência apresentada é de minha autoria, foi desenvolvida no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques e corresponde ao período informado. Autorizo, para fins institucionais, educacionais e de disseminação de boas práticas, a divulgação do relato e dos registros autorizados, observada a legislação de proteção de dados e os consentimentos específicos de imagem e voz.
Nome: _____ CPF: _____
Assinatura: _____ Data: ___/___/2026

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DA DIREÇÃO/COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Declaro que a experiência intitulada _____, apresentada por _____, foi desenvolvida nesta unidade da Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques no período de ____/____/2026 a ____/____/2026, estando de acordo com as informações apresentadas no relato.
Direção/Coordenação: _____
Cargo: _____ Assinatura: _____
Data: ___/___/2026

ANEXO V – FICHA DE AVALIAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA

Articulação curricular – 20: _____
Evidências de aprendizagem – 20: _____
Rigor metodológico – 15: _____
Registros e reflexões – 15: _____
Protagonismo – 10: _____
Pertinência e inovação – 10: _____
Coerência e coesão – 10: _____
TOTAL: _____ / 100
Observações: _____

ANEXO VI – FICHA DE AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL

Domínio do conteúdo – 30: _____
Conexão entre relato e apresentação/evidências – 25: _____
Comunicação – 20: _____
Organização e planejamento – 15: _____
Adequação ao tempo – 10: _____
TOTAL: _____ / 100
Observações: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

Declaro estar ciente de que os registros apresentados deverão respeitar a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sendo de responsabilidade do participante evitar a exposição indevida de dados, imagem, voz ou informações pessoais de estudantes, servidores e terceiros.

Nome: _____ Assinatura: _____
Data: ___/___/2026

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:F71096FE

SETOR DE PESSOAL
EXONERA LOURDES

PORTARIA Nº 4241/2026

SÚMULA - Exonera a pedido a servidora, LOURDES APARECIDA GONÇALVES BALDISSARELLI e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 106/2023 de 24/10/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora **LOURDES APARECIDA GONÇALVES BALDISSARELLI**, portadora do RG nº 7.624.621-1 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 022.006.179-33, do cargo de **PROFESSOR** a partir de 31/08/2026, agradecendo aos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:1AC41ACA

SETOR DE PESSOAL
INSTAURA PROCESSO KOLF

PORTARIA N.º 4244/2026

Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face de contratada e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, nos arts. 155, I, II e VII, 156 e 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 1.870/2023,
CONSIDERANDO que o regime jurídico administrativo confere à Administração Pública o poder-dever de apurar eventuais infrações praticadas por licitantes e contratados e, sendo o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, mediante processo administrativo que assegure o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO os fatos e documentos constantes do Processo Digital n.º 497/2026, relacionados à execução do Contrato Administrativo n.º 142/2025, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 06/2025;
CONSIDERANDO que, segundo apurado pela fiscalização contratual, a empresa **KOLF SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º **07.555.412/0001-37**, teria descumprido obrigações assumidas no contrato, mediante atraso na entrega do objeto, apresentação de projetos insuficientes, incompletos, inconsistentes ou inadequados aos fins pretendidos pela Administração, bem como não atendimento de determinadas especificações e exigências técnicas;
CONSIDERANDO que as condutas acima descritas, a depender das circunstâncias e dos prejuízos delas decorrentes, poderão caracterizar as infrações administrativas previstas no art. 155, I, II e VII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sujeitando a contratada, em tese, às sanções previstas no art. 156 da referida Lei e no art. 4º do Decreto Municipal n.º 1.870/2023, inclusive à sanção de impedimento de licitar e contratar;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa **KOLF SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.555.412/0001-37, para apuração de possível inexecução parcial e cumprimento irregular das obrigações assumidas no Contrato Administrativo n.º 142/2025, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 06/2025, notadamente em razão do atraso na entrega do objeto contratado, da elaboração e entrega de projetos insuficientes, incompletos, inconsistentes ou inadequados aos fins pretendidos pela Administração e do não atendimento de determinadas especificações e exigências técnicas, condutas que, em tese, poderão caracterizar as infrações previstas no art. 155, I, II e VII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sujeitando a contratada, conforme a extensão dos fatos e a gravidade das consequências deles decorrentes, às sanções administrativas cabíveis previstas no art. 156 da referida Lei e no Decreto Municipal n.º 1.870/2023, inclusive à multa e à sanção de impedimento de licitar e contratar..

Art. 2º O Processo Administrativo de Responsabilização será conduzido pela Comissão Processante designada pela Portaria n.º 3.897/2024, observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 1.870/2023.
Art. 3º Notifique-se a empresa **KOLF SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI** para que tome ciência da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização e, querendo, apresente defesa e especifique as provas que pretende produzir, no prazo legal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR
EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:4C98C7EC

SETOR DE PESSOAL
INSTAURA PROCESSO LUANA

PORTARIA N.º 4245/2026

Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face de pessoa jurídica e de sua sócia, para apuração de possível infração à Lei Federal n.º 14.133/2021 e de eventual ato lesivo previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, nos arts. 155, VIII, 156, 158, 159 e 160 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nos arts. 3º, 5º, IV, "d", 11, 14 e 15 da Lei Federal n.º 12.846/2013 e no Decreto Municipal n.º 1.870/2023,
CONSIDERANDO que compete à Administração Pública apurar eventuais infrações praticadas por licitantes e, sendo o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, mediante processo administrativo que assegure o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;
CONSIDERANDO que o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece a necessidade de instauração de processo de responsabilização para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal n.º 1.870/2023, os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n.º 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n.º 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no referido Regulamento;
CONSIDERANDO as informações preliminarmente coligidas no âmbito do **Processo Digital n.º 780/2026**, segundo as quais, durante a fase de habilitação do Pregão Eletrônico n.º 10/2026, a licitante **LUANA CARNEVALE AULIK LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.456.377/0001-95, apresentou atestado de capacidade técnica atribuído à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
CONSIDERANDO que, conforme documentação encaminhada pela própria UFRN, o documento apresentado pela licitante não corresponde ao atestado efetivamente emitido pela instituição, tendo sido encaminhado o documento original de mesmo número, cujo conteúdo se refere a pessoa jurídica distinta da licitante e a objeto diverso daquele constante do documento apresentado no certame;
CONSIDERANDO que os elementos preliminarmente coligidos indicam que o referido documento teria sido apresentado pela licitante com a finalidade de comprovar o atendimento à exigência de qualificação técnica prevista no item 8.10.2 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2026;
CONSIDERANDO que a Declaração Unificada apresentada no âmbito do certame foi subscrita pela pessoa física **LUANA CARNEVALE AULIK**, na condição de sócia e representante legal da licitante, contendo declaração expressa de que as informações e documentos apresentados eram verdadeiros e autênticos e refletiam a real situação da empresa;
CONSIDERANDO que, conforme os elementos preliminarmente coligidos, a sócia também representou pessoalmente a licitante no Pregão Eletrônico n.º 10/2026, circunstâncias que constituem indícios de seu eventual envolvimento pessoal nos fatos objeto da apuração;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 10, § 2º, do Decreto Municipal n.º 1.870/2023, havendo indícios de envolvimento de administrador ou sócio com poderes de administração no ilícito, a infração poderá ser-lhe imputada solidariamente, observadas as disposições relativas à desconsideração direta da personalidade jurídica;
CONSIDERANDO que os fatos descritos poderão, em tese, caracterizar a infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no item 11.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2026, sem prejuízo da apuração de eventual fraude à licitação, nos termos do item 11.1.5 do edital, e, caso presentes os respectivos pressupostos, de eventual ato lesivo previsto no art. 5º, IV, "d", da Lei Federal n.º 12.846/2013, nos termos do item 11.1.8 do instrumento convocatório;
CONSIDERANDO que a eventual responsabilidade pessoal de LUANA CARNEVALE AULIK e a eventual extensão dos efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica devem ser apuradas em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização em face da pessoa jurídica **LUANA CARNEVALE AULIK LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º

39.456.377/0001-95, e de **LUANA CARNEVALE AULIK**, inscrita no CPF sob o n.º 230.xxx.xxx-93, na condição de sócia e representante legal da pessoa jurídica, visando à apuração dos fatos relacionados à apresentação, durante a fase de habilitação do Pregão Eletrônico n.º 10/2026, de atestado de capacidade técnica aparentemente falsificado, atribuído à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com a finalidade, em tese, de comprovar o atendimento a requisito de habilitação técnica estabelecido no instrumento convocatório.

§ 1º Em relação à pessoa jurídica, os fatos objeto da apuração serão analisados quanto à eventual configuração da infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no item 11.1.4 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 10/2026, sem prejuízo da análise de eventual fraude à licitação e, caso presentes os respectivos pressupostos, da eventual configuração de ato lesivo previsto no art. 5º, IV, "d", da Lei Federal n.º 12.846/2013, nos termos do item 11.1.8 do instrumento convocatório.

§ 2º m relação à sócia **LUANA CARNEVALE AULIK**, serão apurados seu eventual envolvimento e responsabilidade pessoal nos fatos descritos no caput, considerando-se, em especial, sua condição de sócia e representante legal da pessoa jurídica, sua participação pessoal no certame e a subscrição da Declaração Unificada apresentada no procedimento licitatório.

§ 3º No curso do processo, caso comprovado o envolvimento da sócia nos fatos objeto da apuração e presentes os pressupostos legais, será apreciada a eventual desconsideração da personalidade jurídica e a consequente extensão dos efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, observados o contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica, nos termos da legislação aplicável.

Art. 2º O Processo Administrativo de Responsabilização será conduzido pela **Comissão Processante** designada pela Portaria n.º 3.897/2024, observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Federal n.º 12.846/2013 e do Decreto Municipal n.º 1.870/2023, especialmente quanto à apuração e ao julgamento conjunto dos fatos que possam caracterizar, simultaneamente, infração à Lei de Licitações e Contratos Administrativos e ato lesivo previsto na Lei Federal n.º 12.846/2013.

Art. 3º Notifiquem-se a pessoa jurídica **LUANA CARNEVALE AULIK LTDA.** e a pessoa física **LUANA CARNEVALE AULIK** do teor desta Portaria e do inteiro teor do Processo Digital n.º 780/2026, para que, querendo, cada qual apresente defesa escrita, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da respectiva intimação, e especifique as provas que pretenda produzir, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º A Comissão Processante poderá promover as diligências necessárias à completa elucidação dos fatos, inclusive requisitar informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades envolvidos, bem como determinar a produção das provas pertinentes, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:BA2A91A3

SETOR DE PESSOAL
INSTAURA PROCESSO M. RESENDE

PORTARIA N.º 4246/2026

Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face de licitante e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, II, "f", da Lei Orgânica Municipal, nos arts. 155, IV e V, 156 e 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 1.870/2023 e na documentação constante do Processo Digital n.º 146/2026,

CONSIDERANDO que o regime jurídico administrativo confere à Administração Pública o poder-dever de apurar eventuais infrações praticadas por licitantes e contratados e, sendo o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis, mediante processo administrativo que assegure o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO que, no âmbito da Concorrência Eletrônica n.º 4/2026, promovida pelo Município de Enéas Marques, a empresa **S. M. Resende Construções e Incorporações Ltda**., inscrita no CNPJ n.º 08.715.392/0001-87, foi a única licitante participante do certame;

CONSIDERANDO que, no curso do procedimento licitatório, a referida licitante foi convocada para apresentar a proposta readequada ao último lance ofertado e os documentos exigidos para fins de habilitação, tendo o Agente de Contratação consignado nos autos a ausência de apresentação da proposta e da documentação solicitadas;

CONSIDERANDO que os fatos acima relatados podem, em tese, caracterizar as infrações administrativas previstas no art. 155, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133/2021, conforme as condutas descritas nos itens 10.1, "a", e 10.2, "a", do Edital da Concorrência Eletrônica n.º 4/2026;

CONSIDERANDO que as infrações previstas no art. 155, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133/2021 podem ensejar, observadas as circunstâncias do caso concreto e os critérios legais de dosimetria, a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, § 4º, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que a apuração de responsabilidade relacionada à eventual aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar demanda a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 1.870/2023 e do item 10.13 do Edital da Concorrência Eletrônica n.º 4/2026;

CONSIDERANDO a manifestação do Agente de Contratação do Município e o parecer da Procuradoria Jurídica exarado no Processo Digital n.º 146/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa **S. M. Resende Construções e Incorporações Ltda**., inscrita no CNPJ n.º 08.715.392/0001-87, para apurar sua eventual responsabilidade pela possível prática das infrações previstas no art. 155, IV e V, da Lei Federal n.º 14.133/2021, relacionadas à suposta não apresentação, no âmbito da Concorrência Eletrônica n.º 4/2026, da proposta readequada ao último lance ofertado ou após a negociação e da documentação exigida para fins de habilitação, conforme convocação realizada no curso do certame.

Art. 2º O Processo Administrativo de Responsabilização será conduzido pela Comissão Processante designada pela Portaria n.º 3.897/2024, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 1.870/2023.

Art. 3º Notifique-se a empresa **S. M. Resende Construções e Incorporações Ltda.** do teor desta Portaria e do conteúdo do Processo Digital n.º 146/2026, para que tome ciência da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização e, querendo, apresente defesa escrita e especifique as provas que pretenda produzir, no prazo legal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:47BC03DD

SETOR DE PESSOAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2026

MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2026

Regulamenta o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas em Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens – "Alfabetiza Enéas Marques" e estabelece procedimentos para sua execução.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE ENÉAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e prevê estratégias de reconhecimento de boas práticas no âmbito da alfabetização;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.297/2026, de 14 de agosto de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de identificação, valorização, documentação, disseminação e reconhecimento de práticas educativas exitosas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento das habilidades matemáticas e a recomposição das aprendizagens, com base em evidências e no acompanhamento pedagógico;

RESOLVE:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Enéas Marques – Paraná, o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas em Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens – "Alfabetiza Enéas Marques", destinado a identificar, valorizar, reconhecer e disseminar experiências educativas e de gestão que contribuam para a melhoria da aprendizagem.

Art. 2º O Programa será executado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, mediante edital específico, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, transparência, isonomia, equidade, valorização profissional, participação, proteção de dados e interesse público.

Art. 3º O Programa constitui instrumento de implementação, acompanhamento e fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização e das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do Programa:

Reconhecer práticas pedagógicas, administrativas e de gestão escolar que contribuam para a alfabetização e a aprendizagem;
Incentivar estratégias eficazes e inovadoras para leitura, escrita, compreensão textual, matemática e recomposição das aprendizagens;
Valorizar escolas, gestores, professores e demais profissionais envolvidos nas experiências reconhecidas;
Estimular o protagonismo das crianças e dos estudantes e o uso pedagógico de evidências de aprendizagem;
Promover a socialização de experiências exitosas entre as unidades da Rede Municipal.

CAPÍTULO III – DO PÚBLICO-ALVO E DAS CATEGORIAS

Art. 5º Poderão participar profissionais da educação, efetivos ou contratados, em exercício nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme categorias definidas no edital anual:
Gestores escolares;
Professores da Educação Infantil, incluindo CMEIs, pré-escola e Educação Especial;
Professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do 1º ao 5º ano, incluindo profissionais das áreas de Arte, Língua Inglesa, Robótica e Educação Física, quando a prática estiver vinculada aos objetivos do Programa.

§ 1º A inscrição será individual, única e vinculada a apenas uma categoria e um eixo temático.
§ 2º A prática deverá ter sido desenvolvida na Rede Municipal de Ensino e no ano letivo definido no edital.
§ 3º A direção escolar e a coordenação pedagógica atestarão o período de execução da prática.
CAPÍTULO IV – DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 6º Os eixos serão detalhados no edital anual, observadas as seguintes referências:
I-Gestão: relação escola e comunidade; educação inclusiva; práticas educativas; práticas formativas e de monitoramento; alfabetização na idade adequada;
II-Educação Infantil: literatura e contação de histórias, desenvolvimento da linguagem, leitura, escrita e compreensão, além de outros eixos próprios da etapa;
III-Ensino Fundamental – Anos Iniciais: alfabetização e letramento; habilidades matemáticas; recomposição das aprendizagens; acompanhamento pedagógico; intervenção para estudantes com dificuldades de aprendizagem; e outros eixos definidos no edital.

Parágrafo único. Serão indeferidas inscrições que não guardem pertinência com a categoria e o eixo escolhido ou que apresentem projeto de iniciativa externa à Rede Municipal como objeto principal da inscrição.

CAPÍTULO V – DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º A inscrição será realizada no período, local e forma definidos em edital, mediante apresentação, no mínimo, de ficha de inscrição, relato da experiência educativa, declaração de autoria, termo de consentimento para uso de imagem e demais documentos comprobatórios estabelecidos no edital.
Art. 8º O relato submetido à primeira etapa de avaliação deverá ser apresentado sem elementos que permitam identificar o profissional inscrito ou sua unidade escolar, quando assim determinado pelo edital, garantindo a imparcialidade da avaliação.

Art. 9º A Secretaria poderá solicitar documentos complementares para verificar a autoria, o período, a execução e as evidências da prática.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Art. 10 A seleção compreenderá duas etapas: I – etapa eliminatória, mediante análise do relato da experiência; e II – etapa classificatória, mediante apresentação oral dos trabalhos habilitados.
Art. 11 A primeira etapa observará, até o limite de 100 pontos:
Articulação com as orientações curriculares adotadas pelo Município – 20 pontos;
Evidências de aprendizagem, desenvolvimento e avaliação – 20 pontos;
Rigor na abordagem e no desenvolvimento metodológico – 15 pontos;
Qualidade dos registros e das reflexões sobre o processo educativo – 15 pontos;
Envolvimento e protagonismo da criança ou do estudante – 10 pontos;
Pertinência e inovação da proposta – 10 pontos;
Coerência e coesão textual – 10 pontos.

§ 1º A nota da etapa será a média simples das notas atribuídas pelos avaliadores.
§ 2º Classificar-se-ão para a segunda etapa os dois trabalhos mais bem pontuados em cada eixo temático, dentro de cada categoria, respeitada a nota mínima e demais condições estabelecidas no edital.
Art. 12. A segunda etapa será realizada por comissão julgadora composta por, no mínimo, três avaliadores e observará, até o limite de 100 pontos:
Domínio do conteúdo – 30 pontos;
Conexão entre o relato e a apresentação, com evidências de implementação – 25 pontos;
Comunicação clara, objetiva e adequada – 20 pontos;
Organização e planejamento – 15 pontos;
Adequação ao tempo disponível – 10 pontos.
Art. 13. A nota final será a média simples das notas das duas etapas.
Parágrafo único. Em caso de empate, serão observados sucessivamente os critérios da primeira etapa, na ordem estabelecida no art. 11, e, persistindo o empate, o maior tempo de atuação na Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VII – DAS COMISSÕES

Art. 14. A execução do Programa ficará a cargo de Comissão Organizadora, designada por ato próprio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Art. 15. A avaliação ficará a cargo de Comissão Julgadora, designada por portaria, composta por no mínimo três membros com formação ou atuação na área educacional, admitida a participação de profissionais externos à Rede.
§ 1º É vedada a participação na avaliação de membro que tenha participado da prática inscrita ou que possua relação de parentesco até o terceiro grau com o inscrito.
§ 2º Os avaliadores deverão preservar o sigilo da autoria dos relatos até a divulgação do resultado da primeira etapa.
Art. 16. Compete à Comissão Organizadora: elaborar e publicar o edital; receber e conferir inscrições; organizar a documentação; providenciar a avaliação; divulgar resultados; organizar a cerimônia.
Art. 17. Compete à Comissão Julgadora avaliar os trabalhos segundo os critérios do edital, registrar as notas e apresentar os resultados à Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VIII – DO RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Art. 18. O reconhecimento das práticas selecionadas poderá compreender:
I – certificado de menção honrosa para os três melhores classificados de cada categoria;
II – publicação ou divulgação institucional dos trabalhos selecionados.

Art. 19. A divulgação de relatos, imagens, nomes e demais dados observará a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), os termos de consentimento e as normas municipais aplicáveis.

CAPÍTULO IX – DO EDITAL ANUAL

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte publicará edital anual para disciplinar cada edição do Programa.
§ 1º O edital deverá conter, no mínimo: objeto; público-alvo; categorias e eixos; requisitos; período e forma de inscrição; documentação; modelo do relato; critérios e pontuação; etapas; cronograma; composição das comissões; regras de recursos; critérios de desempate; forma de divulgação; especificação da premiação; e anexos.
§ 2º O edital e seus anexos serão divulgados nos canais oficiais do Município, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e no mural da Secretaria.

CAPÍTULO X – DOS RECURSOS, DA TRANSPARÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Será assegurado prazo para interposição de recurso contra o indeferimento da inscrição e contra o resultado preliminar, nos termos e prazos definidos no edital.
Art. 22. A Secretaria manterá registro documental das etapas do Programa, garantindo transparência, rastreabilidade e possibilidade de consulta dos atos, respeitados os dados protegidos por lei.
Art. 23. As despesas decorrentes da execução desta Instrução Normativa correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, observada a legislação vigente.
Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ouvida a Comissão Organizadora quando necessário.
Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Enéas Marques – Paraná, 28 de agosto de 2026.

WAGNO ANTONIO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:D8D49AE3

SETOR DE PESSOAL
PRORROGA PSS SETEMBRO

PORTARIA 4242/2026

SÚMULA – Prorroga contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital nº 006/2025 de 31/01/2025 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, Inciso II, alínea "b" e "e" da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1460/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar contrato por tempo determinado das pessoas abaixo relacionadas, aprovadas em Processo Seletivo Simplificado, realizado nos termos do Edital 006/2025 de 31/01/2025.

NOME	CPF	ADMISSÃO	C.H. SEMANAL	CARGO	PRORROGAÇÃO
FRANCIELI KUHNEN	067.699.789-97	12/09/2025	20 Horas	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA	12/09/2026 a 11/09/2027
RODINEI PADILHA	030.946.589-38	15/09/2025	40 Horas	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	15/09/2026 a 14/09/2027
JANETE CANTON DA ROSA	043.437.779-10	22/09/2025	40 Horas	SERVENTE DE LIMPEZA	22/09/2026 a 21/09/2027
CLEIVANOR PICETTI	071.728.489-18	23/09/2025	40 Horas	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	23/09/2026 a 22/09/2027

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:C533A64D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 549/2026

PORTARIA N° 549/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor do Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito Municipal, referente ao pagamento de 1 e 1/2 (uma e meia) diárias, face a viagem do dia 31/08/2026 a 01/09/2026 para Curitiba – PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:FD30FDEE

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 551/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.375, 00 (Mil trezentos e setenta e cinco reais) a favor da Srª. Maria Lucia Acioli Marques, Secretária da Educação e Cultura, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 01/09/2026 a 03/09/2026 para Foz do Iguaçu-PR., tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:42DA15B7

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 552/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor da Srª. Juliana Marchioreto Iani, Professora, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 01/09/2026 a 03/09/2026 para Foz do Iguaçu – PR., tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:84ACC0E9

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 553/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais) a favor da Srª. Jackelyne Souza Oliveira, professora, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 01/09/2026 a 03/09/2026 para Foz do Iguaçu - PR., tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:FC6D7AA8

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 554/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.925,00 (Mil novecentos e vinte cinco reais) a favor da Sra. Eliana Lemos Porfírio, Secretária de Industria, Comércio e Turismo, referente ao pagamento de 3 e 1/2 (três e meia) diárias, face a viagem do dia 01/09/2026 a 05/09/2026 para Foz do Iguaçu-PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:C16DC1AF

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 556/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) a favor da Sra. Maisa Issamara Zancan, Assessor Jurídico, referente ao pagamento de 4 (quatro) diárias, face a viagem do dia 31/08/2026 a 04/09/2026 para Brasília- DF, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:23A361FC

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 99/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 385.876,69 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) nas seguintes dotações:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.005.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE ENGENHARIA		
03.005.04.122.0003.2.305	- MANTER O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA		
3.1.90.13.00.00 - 74	- Contribuições Patronais		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**1.154,05**
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	- ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.001.04.129.0003.2.401	- MANTER O SETRO DE ARRECADAÇÃO		
3.1.90.94.00.00 - 84	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**505,35**
04.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE TESOURARIA		
04.003.04.123.0003.2.404	- MANTER OS SERVIÇOS DA TESOURARIA		
3.1.90.11.00.00 - 103	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**6.449,78**
05.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO RODOVIARIO MUNICIPAL**		
05.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇO RODOVIARIO MUNICIPAL		
05.001.26.782.0004.2.504	- MANTER O TERMINAL RODOVIÁRIO		
3.1.90.13.00.00 - 123	- Contribuições Patronais		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**1.025,68**
06.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
06.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
06.001.15.452.0005.2.602	- MANTER A LIMPEZA PÚBLICA		
3.1.90.94.00.00 - 164	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**4.199.33**
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.122.0007.2.701	- MANTER A DIRETORIA DA SAÚDE		
3.1.90.11.00.00 - 193	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	**29.912,04**
3.1.90.13.00.00 - 195	- Contribuições Patronais		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	**18.747,66**
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMILIA		
3.1.90.11.00.00 - 208	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**24.713,23**
07.001.10.301.0007.2.715	- MANTER O PROGRAMA AGESTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE		
3.1.90.16.00.00 - 244	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	**2.532,08**
07.001.10.301.0007.2.724	- MANTER UNIDADE 24 HORAS		
3.1.90.11.00.00 - 280	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**27.446,65**
3.1.90.11.00.00 - 281	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	**22.907,33**
07.001.10.304.0000.2.709	- MANTER OS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
3.1.90.11.00.00 - 355	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**12.237,06**
3.1.90.11.00.00 - 356	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	**17.856,79**
3.1.90.13.00.00 – 358	- Contribuições Patronais		
1494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	**3.107,08**
3.1.90.16.00.00 - 693	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**163,17**
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
08.001.12.361.0010.2.807	- MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL		
3.1.90.11.00.00 - 397	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	**96.264,74**
3.1.90.13.00.00 - 400	- Contribuições Patronais		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	**17.836,50**
3.1.90.94.00.00 - 405	- Indenizações e Restituições Trabalhistas		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**10.222,17**
08.002.00.000.0000.0.000	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
08.002.12.365.0010.2.819	- MANTER E EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6) ANOS		
3.1.90.13.00.00 - 436	- Contribuições Patronais		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	**7.621,12**
3.1.90.11.00.00 - 433	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$	**41.938,96**
08.006.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DA CULTURA		
08.006.13.392.0011.2.813	- MATER A BIBLIOTECA MUNICIPAL		
3.1.90.11.00.00 - 506	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**365,49**
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	- DESPORTO AMADOR		
09.001.27.812.0012.2.903	- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.1.90.16.00.00 - 529	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**3.427,87**
10.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**		
10.002.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO TURISMO		
10.002.23.695.0000.2.103	- MANTER AÇÕES DO TURISMO		
3.1.90.11.00.00 - 544	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**1.738,44**
11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
11.001.20.608.0014.2.113	- AUXILIAR OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES		

3.1.90.11.00.00 - 559	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**28.767,68**
3.1.90.13.00.00 - 560	- Contribuições Patronais		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**3.805,46**
12.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**		
12.001.00.000.0000.0.000	- SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		
12.001.17.512.0017.2.122	- MANTER OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
3.1.90.16.00.00 – 571	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**557,87**
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
13.001.08.244.0008.2.131	- MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL		
3.1.90.16.00.00 – 584	- Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	**373,11**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**385.876,69**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Excesso de Arrecadação no valor de R$ 163.661,32 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos) conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
01103	- 10% Sobre Transferência Constitucionais FUNDEB	R$ 163.661,32

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	- SECRETARIA		
03.001.04.122.0003.2.301	- MANTER OS SERV. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.1.90.11.00.00 – 38	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	60.000,00
3.3.90.39.00.00 - 47	- Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	67.152,38
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.2.705	- MANTER UBS SAÚDE DA FAMÍLIA		
3.3.90.30.00.00 - 219	- Material de Consumo		
01303	- Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)	R$	74.099,11
07.001.10.301.0007.2.711	- MANTER OS PROGRAMAS APS – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
3.3.90.30.00.00 - 220	- Material de Consumo		
3494	- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	20.963,87
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**222.215,36**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 31 de agosto de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:4F4F134F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO N° 45/2025

ESPÉCIE: Prestação de serviços.
REF.: Inexigibilidade n°25/2025.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa O.S.M. ENGENHARIA DE PROJETOS S/S.
CNPJ: 77.183.929/0001-28.

DO OBJETO : O presente termo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses ao Contrato nº 45/2025 oriundo da Inexigibilidade n°25/2025 que teve por objeto a contratação de empresa especializada na atualização e revisão (aspectos técnicos e orçamentários) de projetos básicos de engenharia e elaboração de projeto executivo de unidade linear para implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná; conforme Termo de Compromisso nº 968247/2024 - Operação 1098019-38, e especificações e quantidades definidas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA: Com a prorrogação de prazo de vigência por 12 (doze) meses o contrato passará a viger de **11/09/2026 á 10/09/2027.**

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 31/08/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:8B7D352B

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 550/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias à funcionária abaixo relacionada:

- ROSELI FRANCO DA ROCHA SILVA, matrícula nº 1268 – 10 (dez) dias de férias, referentes ao exercício: 03/06/2024 à 02/06/2025. Ficando 20 (vinte) dias a desfrutar posteriormente conforme Lei 1077/2025.

- Período de férias: 01/09/2026 à 10/09/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 31 dias do mês Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:0C5E22A7

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 555/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada:

- ROSANI APARECIDA CRUZ, matrícula nº 731 – Referentes ao exercício: 2011/2016. Conforme dispõe o Artigo nº 113-A da Lei Municipal nº 323/94, de 31 de dezembro de 1994. Cuja a Licença será concedida no período de: 01/09/2026 à 30/09/2026.

Ficando 60 (sessenta) dias de Licença a desfrutar posteriormente.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 31 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:B68625A0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4º TERMO CONTRATO 10/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 10/2024**, parte integrante do(a) Tomada de preços nº 4/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**PAULO CEZAR LEMES LTDA – CNPJ nº.** 17.387.040/0001-30
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**19/08/2027**
Prazo de execução	**19/08/2027**
Data assinatura	19/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:04B3410E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 036/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 36/2026
Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 36/2026**, de 31/08/2026, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sr. Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito de São Jorge D`Oeste - Pr, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei n° 14.133/2021, art. 74, *V*.

VALOR ESTIMADO - R$ 33.600,00 (Trinta e Três Mil e Seiscentos Reais).

OBJETO: **Contratação, por INEXIGIBILIDADE (Art. 74, inciso V, § 5º), do locatário: PEDRO TARTAS, inscrito no CPF sob o Nº 193.138.109-72, localizado no logradouro Avenida Adelarte Ulmitro Debortoli, Nº 609, Bairro Centro, CEP 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, objetivando a locação de imóvel comercial com área útil de 136,00 m² (edificada sobre parte dos Lotes nº 15 e 16, Quadra nº 54), situado na Av. Prefeito Adelarte Debortoli, nº 609, Centro, São Jorge D'Oeste/PR, destinado ao funcionamento da ADAPAR – Unidade Local de Sanidade Agropecuária, cujas características de instalações, dimensões e localização atendem plenamente às necessidades da Administração e à finalidade de promoção da saúde animal, sanidade vegetal e atendimento à sociedade**.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: PEDRO TARTAS, inscrito no **CPF sob o Nº 193.138.109-72**, residente na AV. PREFEITO ADELARTE DEBORTOLI, S/N - CEP: 85575000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR.

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste - Pr, 31/08/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:E8C13CB9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO RESCISÃO CONTRATO 61/2026

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

Termo aditivo:	**1º TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº. 61/2026**, parte integrante do(a) Inexigibilidade nº 22/2026
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**PEDRO TARTAS – CPF: 193.138.109-72**
Objeto:	**Fica pelo presente termo rescindido, a contar da data da assinatura, o Contrato n° 61/2026, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D`OESTE e a empresa PEDRO TARTAS, referente a Contratação, por INEXIGIBILIDADE (Art. 74, inciso V, § 5º), do locatário: PEDRO TARTAS, inscrito no CPF sob o Nº 193.138.109-72, localizado no logradouro Avenida Adelarte Ulmitro Debortoli, Nº 609, Bairro Centro, CEP 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, para Contratação direta por INEXIGIBILIDADE de LOCAÇÃO DE IMÓVEL, visando atender as necessidades da Unidade Local de Sanidade Agropecuária - ADAPAR, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Jorge D'Oeste-PR.**
Data assinatura	31/08/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:FE5A531B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIADO - CREDENCIAMENTO Nº 03/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO N° 003/2025 - PROCESSO Nº 278/2025.
OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento – PA, ou em outros locais sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2025 - Processo Administrativo nº 278/2025 e seus anexos.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar. Torna-se público o resultado do certame em epígrafe, em favor das proponentes credenciadas abaixo relacionadas.
EMPRESAS HABILITADAS – POR ORDEM DE CREDENCIAMENTO.

31 – INACIO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
PROFISSIONAL 1: HUGO FERNANDES DAMASCENO
ITEM 1 - Plantão Médico 12h (Diurno/Noturno). Tipo Especial: são os plantões realizados nos dias Natal e Ano Novo (**UND:** Plantão – **QTD:** 8 - **VALOR UNITÁRIO:** R$ 3.268,74 - **VALOR TOTAL DO ITEM:** R$ 26.149,92)
ITEM 1 - Plantão médico 12h (diurno/noturno). Tipo Normal: Realizados em dias correntes do mês, incluindo 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª sábados e domingos. Exceto os casos de plantões especiais.
(**UND:** Plantão – **QTD:** 800 - **VALOR UNITÁRIO:** R$ 1.690,17 - **VALOR TOTAL DO ITEM:** R$ 1.352.132,00).
Total para o credenciamento: **R$ 1.378.281,92 (Um milhão e trezentos e setenta e oito mil e duzentos e oitenta e um real e noventa e dois centavos).**

São Jorge D'Oeste-PR, 27 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:15FDA171

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5023 NOMEIA A SRA. JOSIELI MALAQUIAS BERTOLETI, PARA O CARGO TEMPORÁRIO MONITORA ESCOLAR

DECRETO Nº 5023/2026

Nomeia a Sra. Josieli Malaquias Bertoleti, para o cargo temporário Monitora Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.168/2025, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para o provimento de cargo temporário de Monitor Escolar, promovido nos termos do Edital nº 004/2025 de 09 de abril de 2025, homologado pelo Edital nº 007/2025 em 19 de maio de 2025 publicado no A.M.P Edição 3278, de 19 de maio de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **JOSIELI MALAQUIAS BERTOLETI,** portadora do CPF n.º 009.617.399-83, para o cargo temporário de Monitora Escolar, trinta (30) horas, a partir de 03 de setembro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:AE77DA74

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5024 / 2026 NOMEIA A SRA. SUELEM GRONDEK, PARA O CARGO TEMPORÁRIO MONITORA ESCOLAR.

DECRETO Nº 5024/2026

Nomeia a Sra. Suelem Grondek, para o cargo temporário Monitora Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.168/2025, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025, para o provimento de cargo temporário de Monitor Escolar, promovido nos termos do Edital nº 004/2025 de 09 de abril de 2025, homologado pelo Edital nº 007/2025 em 19 de maio de 2025 publicado no A.M.P Edição 3278, de 19 de maio de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **SUELEM GRONDEK,** portadora do CPF n.º 104.616.169-55, para o cargo temporário de Monitora Escolar, trinta (30) horas, a partir de 03 de setembro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSARIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:A72E6BA1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5025 NOMEIA A SRA. MARINES DE FÁTIMA SOARES DE VALLEIS, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIAS

DECRETO Nº 5025/2026

Nomeia a Sra. Marines de Fátima Soares de Valleis, para o cargo de provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Vigilâncias.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Sra. **MARINES DE FÁTIMA SOARES DE VALLEIS,** portadora do CPF n. º 066.732.139-06, para o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Vigilâncias.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:BF51791B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 5026

DECRETO Nº 5026/2026

Nomeia o Sr. Marcio Antônio Fabricio, para o cargo de provimento em comissão Chefe da Divisão de Obras e Manutenção.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Sr. **MARCIO ANTONIO FABRICIO,** portador do CPF n. º 911.110.300-06, para o cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Obras e Manutenção.**

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:F5157B51

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 007/2026 DO PSS EDITAL Nº 004/2025

Edital de Convocação dos Aprovados 007/2026

Processo Seletivo Simplificado nº 004/2025

O Sr. **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo PSS nº 004/2025, conforme Edital nº 004/2025 e Edital 007/2025 de Homologação do Resultado Final, publicado em 19 de maio de 2025, edição nº 3278 na A.M.P.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de **03 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 9. do EDITAL nº 004/2025 e documentos indicados no anexo I deste edital.

3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Processo Seletivo PSS 004/2025.

Monitor Escolar 30h			
Classificação	**Nome do Candidato**	**Nota**	**Status**
60º	Zilda Aparecida Alves Ferreira	15	30h
61º	Julia Aparecida Schaedler	15	30h
62º	Joao Vitor Zolett Ficagna	15	30h
63º	Josiane Souza	10	30h

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos trinta um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:144A435E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3244 CONCEDE À SERVIDORA ELIZANGELA ALVES GOMES, LICENÇA PRÊMIO.

Portaria n.º 3244/2026

Concede à servidora Elizangela Alves Gomes, Licença Prêmio.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125 da Lei Complementar n.º 04 de 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Concede à servidora, **ELIZANGELA ALVES GOMES,** portadora do CPF n.º 052.013.209-29, **matricula 4731**, ocupante do cargo Provimento Efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, Licença Prêmio de **15 de setembro até 15 de dezembro de 2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:36251D0A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3245/2026 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, PRORROGAÇÃO À SERVIDORA ALINE APARECIDA DE ALMEIDA ROCKER.

Portaria nº 3245/2026

Concede Licença Maternidade, Prorrogação à servidora Aline Aparecida de Almeida Rocker.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
CONCEDER Licença Maternidade, Prorrogação à servidora **ALINE APARECIDA DE ALMEIDA ROCKER**, matrícula funcional n.º 4311 e 4312, portadora do CPF nº 084.812.649-11, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **10 de setembro de 2026 até 08 de novembro de 2026**, com base da **Lei Complementar, 004/2025.**

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

.
GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:B0C4D265

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
LEI Nº 1.235/2026 ALTERA PARCIALMENTE A LEI MUNICIPAL Nº 1.122/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei nº 1.235/2026

Altera parcialmente a Lei Municipal nº 1.122/2023 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, **Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste - PR, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º O Art. 5º da Lei Municipal nº 1.122/2023, passa a ter a seguinte redação: ***(Correção dada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação).***

Art. 5º Para os casos consignados no Art. 1° e seu parágrafo único, após a análise da documentação, bem como de Parecer Técnico da área de Engenharia e manifestação favorável da Procuradoria Jurídica do Município (Art. 3ª desta Lei), deverá elaborar Orçamento dos materiais necessários e da mão de obra, para as respectivas reformas e/ou reconstruções parciais, e independentemente do valor dos orçamentos, o Município suportará, para cada unidade, com o valor máximo de até R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em material de construção e mão-de-obra.

Art. 2º. Acrescenta o Art. 5°A, que tem a seguinte redação:

Art. 5ºA Para o caso específico, de destruição parcial/total do imóvel, por incêndio, após a análise da documentação, bem como de Parecer Técnico da área de Engenharia e manifestação favorável da Procuradoria Jurídica do Município (Art. 3ª desta Lei), deverá elaborar Orçamento dos materiais necessários e da mão de obra, para a respectiva reconstrução e independentemente do valor dos orçamentos, o Município suportará, para cada unidade, com o valor máximo de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em material de construção e mão-de-obra.

Art. 3º. O §2° do Artigo 5° da Lei Municipal n° 1.122/2023, passa ter a seguinte redação:

§2° O valor máximo disponível com as reformas e/ou reconstruções parciais, fica limitada a importância de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), por exercício financeiro.

Art. 3°. Ficam mantidas as demais disposições da Lei n° 1.122/2023 com as alterações da Lei n° 1.178/2023;

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:6786E840

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 216 2026

PORTARIA Nº 216/2026, de 31 de agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando nº 495/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR WANDERLEI BETT, portador do RG nº ***.***.95*-40/SESP-PR e CPF nº ***.***.95*-40, para ocupar o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Limpeza Pública e Jardinagem**,** percebendo CC-3.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 31 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:34AB1FD8

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 154/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 154/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia os membros do Comitê Gestor Municipal para atendimento da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o Comitê Gestor Municipal da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no âmbito do Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
TIAGO DE SOUZA - Secretário de Educação
ROBERTO JOSÉ KWAPIS – Diretor de Lcitações
JOSEMAR CEMIN – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo
JOSÉ ROBERTO BOCALON – Diretor de Tributação
RENATO SANTOS – Auxiliar Administrativo
CASSIANE ROBERTA MARTINS DOS SANTOS – Coordenadora do Procon
II – Representante do Poder Legislativo Municipal:
ALEX BETT – Vereador

III – Representante do setor empresarial:
OLIANDRO MARANGOM – Empresário
ALEX ZANONI - Empresário

Art. 2º O Comitê Gestor Municipal terá por finalidade acompanhar, propor, articular e apoiar ações voltadas à implementação, ao aperfeiçoamento e ao fortalecimento das políticas públicas municipais destinadas às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais iniciativas de desenvolvimento econômico local.
Art. 3º A participação dos membros no Comitê Gestor Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto 112/2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, 31 de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:BEFB044B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 155/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 155/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a fixação de preço para o transporte de pellet, calcário e adubo orgânico com veículos do Município de Saudade do Iguaçu e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 53 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 190 do Código Tributário Municipal, e considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.099, de 13 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em **R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por quilômetro percorrido** o valor devido pelo transporte de pellet, calcário e adubo orgânico realizado com veículos do Município de Saudade do Iguaçu, nos termos da Lei Municipal nº 1.099, de 13 de junho de 2017.
§ 1º O valor do transporte será calculado de acordo com a distância percorrida para a realização do serviço, considerando-se a quilometragem necessária ao atendimento do beneficiário.
§ 2º A quilometragem utilizada para o cálculo será definida pela Secretaria Municipal competente, considerando o percurso necessário para a realização do transporte.
Art. 2º O Município de Saudade do Iguaçu somente autorizará o frete ou transporte após o preenchimento dos seguintes requisitos:
I – cadastramento do interessado junto à Secretaria Municipal de Agricultura;
II – existência de capacidade logística, observada a disponibilidade de veículos, servidores e capacidade de carga, sem prejuízo das demais atividades do Município;
III – prévio recolhimento do valor correspondente ao transporte, mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM, calculado na forma do art. 1º deste Decreto.
Parágrafo único. Dois ou mais agricultores poderão utilizar conjuntamente a mesma carga ou viagem, hipótese em que o valor do

transporte poderá ser dividido proporcionalmente entre os beneficiários, conforme a quantidade transportada para cada um.
Art. 3º Havendo disponibilidade logística e desde que não haja prejuízo ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal competente, poderá o Município, observados os requisitos deste Decreto e da Lei Municipal nº 1.099/2017, realizar o transporte de outros insumos ou materiais abrangidos pela legislação municipal, aplicando-se o valor previsto no art. 1º.
Art. 4º É expressamente proibida a comercialização a terceiros dos insumos ou materiais transportados ou custeados pelo Município, ficando os infratores sujeitos às penalidades previstas na legislação municipal, inclusive exclusão de auxílios ou subsídios municipais futuros, quando cabível.
Art. 5º Fica revogado o Decreto Municipal nº 093/2018, de 25 de junho de 2018.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:180D8BDB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 156/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 156/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Retifica o Decreto Municipal nº 216/2025, de 14 de novembro de 2025, que declara de utilidade pública áreas destinadas à constituição de servidão administrativa e desapropriação pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificada a descrição da **Área 01**, constante do art. 1º do Decreto Municipal nº 216/2025, de 14 de novembro de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3408, de 17 de novembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
ÁREA 01 – DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA CAPTAÇÃO – CSP01
Área: 1.943,39 m²
Proprietários: DARCI JOÃO CECCONELLO E SALETE TAMANHO CECCONELLO, ou a quem de direito pertencer.
Município: Saudade do Iguaçu
UF: Paraná
Comarca: Chopinzinho
Certidão de Registro: Matrícula nº 5.483
Imóvel: Lote Rural nº 24 da Gleba nº 11, situado no Imóvel denominado Chopinzinho
Área de Atingimento: 1.943,39 m²
Perímetro: 206,83 m
DESCRIÇÃO:
Área de desapropriação destinada à implantação da Área de Captação CSP01, com atingimento iniciando no vértice denominado "0=PP", de coordenadas UTM: E=340.685,816 m e N=7.158.761,880 m, situado na divisa com uma estrada interna; deste, segue, confrontando com área remanescente com o azimute de 280°12'01" e distância de 75,52 m até o vértice 1 (E=340.611,485 m e N=7.158.775,255 m); deste, segue, confrontando com o UHE Salto Santiago com o azimute de 12°57'05" e distância de 19,27 m até o vértice 2 (E=340.615,804 m e N=7.158.794,035 m); deste, segue, confrontando com o UHE Salto Santiago com o azimute de 52°45'49" e distância de 7,33 m até o vértice 3 (E=340.621,639 m e N=7.158.798,470 m); deste, segue, confrontando com área remanescente com o azimute de 100°12'01" e distância de 78,51 m até o vértice 4 (E=340.698,909 m e N=7.158.784,565 m); deste, segue, confrontando com uma estrada interna com o azimute de 209°59'33" e distância de 26,19 m até o vértice 0=PP (E=340.685,816 m e N=7.158.761,880 m), situado na divisa com uma estrada interna; início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.943,39 m².
Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes, distâncias, área e extensão foram calculados no plano Projeção UTM.Curitiba, 17 de julho de 2025. **Paulo Cezar Tosin** Geógrafo – CREA/PR nº 11.534/D ART nº 1720243535442.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 216/2025, de 14 de novembro de 2025.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu – PR, 31 de agosto de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:658B6EF0

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1707/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº 1707/2026, de 31 de agosto de 2026.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Saudade do Iguaçu, estabelece diretrizes para a implantação gradual da política municipal de cultura, disciplina o Conselho Municipal de Políticas Culturais, o Fundo Municipal de Cultura, o Cadastro Cultural Municipal, o Plano Municipal de Cultura e demais instrumentos correlatos, e altera a Lei Municipal nº 1.583, de 27 de junho de 2024.

ROGÉRIO GALLINA, PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Saudade do Iguaçu, estabelece diretrizes para a implantação gradual da política municipal de cultura e disciplina os instrumentos essenciais de organização, participação, fomento, planejamento, controle e execução das ações culturais no âmbito do Município.
Parágrafo único. A política municipal de cultura observará o princípio da implantação gradual e progressiva, considerando a capacidade administrativa do Município, a disponibilidade orçamentária, o número de agentes culturais ativos, a existência de entidades culturais formalizadas, a densidade de eventos permanentes e o estágio de retomada, organização e fortalecimento das ações culturais locais.
Art. 2º O Sistema Municipal de Cultura constitui instrumento de resgate, valorização, fomento, organização e fortalecimento gradual da cultura local, tendo como prioridades iniciais:
I - identificar e cadastrar artistas, artesãos, agentes culturais, grupos, entidades, manifestações, tradições, saberes, memórias, espaços e iniciativas culturais existentes no Município;
II - estimular a retomada de eventos, oficinas, apresentações, formações, encontros e ações culturais comunitárias;
III - valorizar a história, a memória, as tradições, as festas, os costumes, os saberes populares e as manifestações culturais locais;
IV - apoiar pequenos projetos e iniciativas culturais compatíveis com a realidade municipal;
V - mobilizar a comunidade para participação na construção gradual da política pública de cultura;

VI - buscar e utilizar regularmente recursos estaduais e federais destinados ao setor cultural;
VII - preservar o patrimônio cultural material e imaterial do Município;
VIII - integrar a cultura com educação, turismo, esporte, assistência social, desenvolvimento econômico e demais políticas públicas municipais.
Art. 3º A política municipal de cultura será implementada em conformidade com as diretrizes constitucionais, legais e normativas aplicáveis, especialmente:
I - o art. 216-A da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Cultura;
II - a Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura;
III - a Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura;
IV - a Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura;
V - a Lei Federal nº 14.835, de 4 de abril de 2024, no que couber às transferências fundo a fundo destinadas à execução de políticas públicas de cultura;
VI - a Lei Estadual nº 20.197, de 8 de janeiro de 2020, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Paraná;
VII - a Lei Estadual nº 19.135, de 27 de setembro de 2017, que institui o Plano Estadual de Cultura do Estado do Paraná;
VIII - as demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à gestão, financiamento, fomento, participação social, controle, transparência e prestação de contas das políticas públicas de cultura.
Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo dar- se-á de forma compatível com a capacidade administrativa, financeira e operacional do Município, com a implantação gradual da política cultural local e com as regras específicas dos programas, editais, transferências, fundos ou instrumentos de fomento eventualmente utilizados.
Art. 4º São instrumentos essenciais da política municipal de cultura:
I - a Secretaria Municipal competente pela política pública de cultura;
II - o Conselho Municipal de Políticas Culturais;
III - o Fundo Municipal de Cultura;
IV - o Cadastro Cultural Municipal;
V - o Plano Municipal de Cultura;
VI - a Conferência Municipal de Cultura.
§ 1º A implantação e o funcionamento dos instrumentos previstos neste artigo poderão ocorrer de forma gradual, conforme a estrutura administrativa disponível, a disponibilidade orçamentária e o desenvolvimento da política cultural local.
§ 2º Comissões, câmaras temáticas, fóruns setoriais, grupos de trabalho, conselhos executivos e demais instâncias acessórias somente serão constituídos quando houver demanda concreta, projeto específico, edital, chamamento público, necessidade técnica, programa de financiamento ou deliberação justificada da Secretaria Municipal competente ou do Conselho Municipal de Políticas Culturais.
§ 3º A ausência de comissões, câmaras, fóruns, conselhos executivos ou grupos permanentes não impedirá a execução das ações culturais pelo Município, desde que observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, participação social e prestação de contas.
Art. 5º O Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC funcionará como órgão colegiado consultivo, deliberativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal competente pela política pública de cultura, com a finalidade de acompanhar, propor, avaliar e contribuir para a implantação gradual da política cultural municipal.
Art. 6º O Conselho Municipal de Políticas Culturais será composto por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, observada a seguinte composição:
I - 03 (três) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;
II - 03 (três) representantes da sociedade civil, preferencialmente entre agentes culturais, artistas, artesãos, produtores, representantes de grupos, entidades, coletivos, comunidades, associações ou cidadãos com atuação, conhecimento ou interesse reconhecido na área cultural.
§ 1º Na inexistência de entidades culturais formalmente constituídas ou de número suficiente de agentes culturais cadastrados, a representação da sociedade civil poderá ser preenchida por pessoas físicas residentes no Município, com interesse declarado na promoção, preservação ou desenvolvimento da cultura local.
§ 2º A escolha dos representantes da sociedade civil poderá ser realizada mediante chamada pública simplificada, reunião pública, consulta à comunidade, indicação de grupos locais ou outro procedimento transparente definido pela Secretaria Municipal competente.
§ 3º Não havendo interessados suficientes para preenchimento de todas as vagas destinadas à sociedade civil, o Conselho poderá funcionar com composição reduzida, desde que nomeada a maioria absoluta de seus membros.
§ 4º As vagas remanescentes deverão permanecer abertas para preenchimento posterior, mediante nova chamada pública, consulta comunitária ou manifestação de interesse.
§ 5º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
§ 6º A função de conselheiro será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 7º O Conselho Municipal de Políticas Culturais reunir- se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pela Secretaria Municipal competente, por seu Presidente ou pela maioria simples de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, remota ou híbrida, conforme a realidade administrativa e comunitária do Município.
§ 2º As deliberações serão registradas em ata, admitindo-se procedimentos simplificados de convocação, manifestação e votação, conforme regulamento ou regimento interno.
§ 3º Enquanto não aprovado regimento interno próprio, o Conselho deliberará por maioria simples dos presentes, desde que comprovada a convocação prévia.
Art. 8º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Culturais:
I - acompanhar a implantação da política municipal de cultura;
II - auxiliar no mapeamento dos agentes, manifestações, tradições e demandas culturais do Município;
III - propor ações de resgate, valorização e fomento da cultura local;
IV - acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura;
V - manifestar-se sobre editais, chamamentos públicos, premiações ou critérios de apoio cultural, quando houver;
VI - contribuir para a elaboração ou revisão do Plano Municipal de Cultura;
VII - auxiliar na organização da Conferência Municipal de Cultura, audiência pública, encontro municipal ou reunião ampliada de cultura;
VIII - opinar sobre medidas de preservação, registro, inventário e valorização do patrimônio cultural;
IX - aprovar seu regimento interno simplificado;
X - exercer outras atribuições correlatas definidas em regulamento.
Parágrafo único. Enquanto não houver estrutura específica, o Conselho Municipal de Políticas Culturais poderá exercer, de forma cumulativa, atribuições consultivas relativas a patrimônio cultural, avaliação de ações culturais, acompanhamento de projetos e apoio à elaboração de editais ou chamamentos públicos.
Art. 9º O Cadastro Cultural Municipal será tratado como instrumento prioritário da fase inicial de implantação da política cultural, destinado a identificar, mapear e organizar informações sobre:
I - artistas, artesãos e produtores culturais;
II - músicos, bandas, corais e demais agentes ligados à música;
III - grupos de dança, manifestações populares, folclóricas, religiosas, tradicionais ou comunitárias;
IV - escritores, contadores de histórias, agentes de leitura e promotores de memória local;
V - trabalhadores da cultura e pessoas com conhecimento tradicional, artístico ou comunitário;
VI - associações, entidades, coletivos, grupos informais e lideranças comunitárias vinculadas à cultura;
VII - espaços públicos ou privados utilizados ou potencialmente utilizáveis para atividades culturais;
VIII - festas, tradições, saberes, memórias, acervos, práticas e manifestações culturais locais.
§ 1º O cadastro poderá ser realizado por formulário físico ou eletrônico, de maneira simples, acessível e autodeclaratória.

§ 2º A inscrição no Cadastro Cultural Municipal não constitui direito adquirido ao recebimento de recursos públicos, nem condição exclusiva para participação em ações culturais, salvo quando exigida em edital, chamamento ou regulamento específico.
§ 3º A Secretaria Municipal competente poderá realizar busca ativa para identificar agentes culturais, tradições, grupos, espaços, manifestações e saberes ainda não cadastrados.
§ 4º O Cadastro Cultural Municipal deverá ser atualizado periodicamente, de modo a refletir o processo de retomada e fortalecimento da cultura local.
Art. 10. O Plano Municipal de Cultura poderá ser elaborado em formato simplificado, adequado à realidade local, contendo, no mínimo:
I - diagnóstico da situação cultural do Município;
II - identificação das principais manifestações, demandas, fragilidades e potencialidades culturais;
III - diretrizes para resgate, preservação e fortalecimento da cultura local;
IV - objetivos prioritários;
V - ações possíveis de execução, de acordo com a capacidade administrativa e orçamentária municipal;
VI - formas de acompanhamento, avaliação e revisão.
§ 1º Na fase inicial de implantação da política cultural, o Plano Municipal de Cultura poderá priorizar ações de mapeamento, mobilização comunitária, formação, pequenos eventos, oficinas, apresentações, preservação da memória local, registro de manifestações e busca de recursos externos.
§ 2º O Plano Municipal de Cultura deverá observar a capacidade orçamentária do Município e poderá ser revisto sempre que houver ampliação da participação cultural, criação de novos eventos, surgimento de agentes culturais, disponibilidade de novas fontes de financiamento ou alteração relevante da realidade local.
Art. 11. A Conferência Municipal de Cultura será realizada preferencialmente a cada 04 (quatro) anos, ou em prazo compatível com o calendário das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.
§ 1º Na fase inicial de implantação da política cultural, a Conferência Municipal de Cultura poderá ser substituída, quando justificado, por audiência pública, consulta pública, encontro municipal ou reunião ampliada de cultura, desde que assegurada a participação da comunidade.
§ 2º A Conferência Municipal de Cultura, audiência pública, consulta pública, encontro municipal ou reunião ampliada terá por finalidade ouvir a comunidade, identificar demandas, avaliar ações realizadas, propor prioridades e contribuir para a elaboração ou revisão do Plano Municipal de Cultura.
Art. 12. O Fundo Municipal de Cultura constitui instrumento de apoio, fomento, financiamento e execução das ações culturais do Município, observada a legislação orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal.
§ 1º Os recursos do Fundo Municipal de Cultura poderão ser utilizados, entre outras finalidades, para:
I - realização de oficinas, cursos, formações, apresentações, encontros, exposições, feiras, festivais, mostras e eventos culturais;
II - apoio a pequenos projetos e iniciativas culturais locais;
III - premiações, chamamentos públicos, editais simplificados e instrumentos de fomento admitidos pela legislação;
IV - registro, documentação, preservação e valorização da memória e do patrimônio cultural local;
V - apoio à participação de agentes culturais em atividades de formação, intercâmbio, capacitação ou difusão cultural;
VI - estruturação, manutenção e atualização do Cadastro Cultural Municipal;
VII - elaboração, revisão, divulgação e execução do Plano Municipal de Cultura;
VIII - ações decorrentes de programas estaduais, federais ou transferências específicas destinadas ao setor cultural.
§ 2º A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura observará critérios de publicidade, impessoalidade, transparência, prestação de contas e compatibilidade com a disponibilidade financeira e orçamentária.
§ 3º A existência do Fundo Municipal de Cultura não obriga o Município à realização de despesas sem prévia dotação orçamentária, disponibilidade financeira e observância das normas legais aplicáveis.
Art. 13. Na fase inicial de implantação da política cultural municipal, poderão ser priorizadas ações de:
I - mapeamento e cadastramento cultural;
II - incentivo ao artesanato, à música, à dança, à literatura, à memória e às expressões populares;
III - atividades culturais em escolas, comunidades, espaços públicos e eventos municipais;
IV - valorização de artistas e fazedores de cultura residentes no Município;
V - formação de novos agentes culturais;
VI - integração da cultura com educação, turismo, esporte, assistência social e desenvolvimento econômico;
VII - registro, documentação e preservação da história e da memória municipal.
Art. 14. As ações de proteção ao patrimônio cultural municipal serão conduzidas pela Secretaria Municipal competente, com apoio do Conselho Municipal de Políticas Culturais.
§ 1º Quando houver necessidade técnica específica, o Poder Executivo poderá designar comissão temporária, solicitar apoio de profissionais especializados ou buscar cooperação com órgãos estaduais, federais, universidades, entidades ou instituições de preservação cultural.
§ 2º Na ausência de comissão permanente de patrimônio cultural, o Conselho Municipal de Políticas Culturais poderá atuar como instância consultiva, emitindo manifestação sobre medidas de proteção, inventário, registro, tombamento ou valorização do patrimônio cultural.
§ 3º Os procedimentos de proteção do patrimônio cultural deverão observar a publicidade, a motivação dos atos administrativos, o contraditório, quando cabível, e a legislação aplicável.
Art. 15. O Poder Executivo poderá instituir comissões temporárias, grupos de trabalho ou instâncias técnicas específicas sempre que a execução de programa, edital, chamamento público, projeto cultural, medida de patrimônio ou exigência de órgão financiador assim recomendar.
§ 1º As comissões temporárias poderão ser compostas por servidores públicos, membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais, representantes da sociedade civil, agentes culturais e, quando necessário, profissionais ou colaboradores com conhecimento técnico específico.
§ 2º A constituição de comissão temporária deverá indicar sua finalidade, composição, prazo de atuação e atribuições mínimas, dispensada a manutenção de estrutura permanente quando ausente demanda contínua.
Art. 16. A execução da política cultural municipal deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, não gerando obrigação de despesa sem prévia dotação orçamentária, autorização legal e observância das normas de responsabilidade fiscal.
Parágrafo único. A implantação gradual dos instrumentos previstos nesta Lei poderá ocorrer com recursos próprios, transferências voluntárias, recursos estaduais ou federais, emendas parlamentares, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, premiações, editais, parcerias ou demais fontes juridicamente admitidas.
Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta Lei por decreto, especialmente quanto:
I - ao funcionamento simplificado do Conselho Municipal de Políticas Culturais;
II - ao Cadastro Cultural Municipal;
III - à aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura;
IV - à realização de chamamentos, editais, premiações e apoios culturais simplificados;
V - à elaboração e revisão do Plano Municipal de Cultura;
VI - à realização da Conferência Municipal de Cultura, audiência pública, consulta pública, encontro municipal ou reunião ampliada de cultura;
VII - à criação de comissões temporárias, grupos de trabalho ou instâncias técnicas específicas, quando necessárias.
Art. 18. Ficam alteradas as disposições da Lei Municipal nº 1.583, de 27 de junho de 2024, naquilo que conflitarem com a presente Lei.
Parágrafo único. Permanecem em vigor as disposições da Lei Municipal nº 1.583, de 27 de junho de 2024, especialmente aquelas relativas ao Fundo Municipal de Cultura, às suas receitas, patrimônio, gestão financeira e demais dispositivos não incompatíveis com esta Lei.

Art. 19. A presente Lei não implica extinção do Fundo Municipal de Cultura instituído pela Lei Municipal nº 1.583, de 27 de junho de 2024, permanecendo válidos todos os atos administrativos, registros, cadastros, contas bancárias, convênios, repasses e instrumentos de gestão já existentes.
Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, 31de agosto de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:F279D483

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 181/2026

Portaria Nº 181, de 31 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR, a partir de **31/08/2026,** o Servidor **GABRIEL DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº 146.423.149-46, do Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DA DIVISÃO DO PETI.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:34BFA177

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 182/2026

Portaria Nº 182, de 31 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º.EXONERAR a partir de **31/08/2026**, o Servidor **ALEFY ROGÉRIO DA SILVA**, inscrito no CPF sob nº 109.521.659-70, do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente CC-03.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita, em 31 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:1D5C3D52

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 183/2023

Portaria Nº 183, de 31 de Agosto de 2026.

Súmula: NOMEAÇÃO de GABRIEL DE LIMA para o cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente CC-03, nos termos da Lei Municipal nº 954/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a partir de **01/09/2026**, **GABRIEL DE LIMA**, inscrito no CPF sob nº 146.423.149-46, para o cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente CC-03.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita, em 31 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:B0D3680C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 184/2026

Portaria Nº 184, de 31 de Agosto de 2026.

Súmula: NOMEAÇÃO de KATRINA MIRANDA DE OLIVEIRA, para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor da Divisão do PETI nos termos da Lei Municipal nº 626/2014.

A Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e nos termos da fundamentação acima;

RESOLVE:

Art. 1º.NOMEAR, a partir de **01/09/2026,** a Senhora **KATRINA MIRANDA DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob nº 059.821.989-78, para o Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETORA DA DIVISÃO DO PETI.**

Parágrafo único: Em virtude da extinção do programa PETI e instalação de um novo programa (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão do PETI, ficará responsável pelo novo Programa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita, em 31 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:EEFDC2B2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 185/2026

Portaria Nº 185, de 31 de Agosto de 2026.

Súmula: Designação da Servidora KATRINA MIRANDA DE OLIVEIRA**,** como Coordenador do CRAS.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º -Revogar Portaria nº 216/2025.

Art. 2º.Designar a partir de 01/09/2026, a Servidora do Cargo de Provimento em Comissão, **KATRINA MIRANDA DE OLIVEIRA,** para a função de Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário
.
Gabinete da Prefeita, em 31 de Agosto de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:59F655E8

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026

Processo Adm.: Nº 26/2026

Objeto:Aquisição Parcelada de Uniformes para os Servidores do SAMAE.

Empresa vencedora valor total: R$ 10.400,00(dez mil e quatrocentos reais):**IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA**(05933990000134) com o lote: 1 no valor total de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).
A autoridade municipal do órgão SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto 05/2024, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), segunda-feira, 31 de agosto de 2026.

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Willian Custodio Nogueira
Código Identificador:1E540777

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO – CP-001/2022 – Nº 79 - PROFESSORA - SILVANA MENDES RIBEIRO SERBELO

Edital de Chamamento – CP-001/2022 – nº 79

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

CONVOCAR
– A candidata aprovada no Concurso Público - 01/2022, para o cargo de:

– **PROFESSORA**
45º - SILVANA MENDES RIBEIRO SERBELO

3.0 - Devera no prazo de 05 (cinco) dias uteis, se apresentar:

Período:	01/09 a 08/09/2023
Local:	PREFEFEIURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Endereço:	Av. Mal. Mascarenhas de Morais, 115 - Centro

4.0 - Portando os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade - RG
b) CPF/MF
c) carteira ou órgão de classe
d) Histórico Escolar
e)Cartão do PIS/PASEP
f) Atestado Medico pré-admissional
g) 02 fotos 3x4
h) Titulo Eleitoral
i) Conta Corrente Banco ITAU
j)Declaração de não ocupação em outros cargos ou funções publicas
k)Certidão de casamento
l)Certidão de filhos menores de 14 anos
m)Certidão de antecedentes criminais
n)certidão de alistamento militar ou reservista

Adrianópolis, 31 de Agosto de 2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:CE527D0E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO – CP-001/2022 – Nº 80 - PROFESSORA - KATUZE AGATA BACIL TAGUCHI

Edital de Chamamento – CP-001/2022 – nº 80

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE:

CONVOCAR
– A candidata aprovada no Concurso Público - 01/2022, para o cargo de:

– **PROFESSORA**
46º - KATUZE AGATA BACIL TAGUCHI

3.0 - Devera no prazo de 05 (cinco) dias uteis, se apresentar:

Período:	01/09 a 08/09/2023
Local:	PREFEFEIURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Endereço:	Av. Mal. Mascarenhas de Morais, 115 - Centro

4.0 - Portando os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade - RG
b) CPF/MF
c) carteira ou órgão de classe
d) Histórico Escolar
e)Cartão do PIS/PASEP
f) Atestado Medico pré-admissional
g) 02 fotos 3x4
h) Titulo Eleitoral
i) Conta Corrente Banco ITAU
j)Declaração de não ocupação em outros cargos ou funções publicas
k)Certidão de casamento
l)Certidão de filhos menores de 14 anos
m)Certidão de antecedentes criminais
n)certidão de alistamento militar ou reservista

Adrianópolis, 31 de Agosto de 2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:885EF246

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 028/2026

Dispõe sobre a aprovação da prorrogação de vigência do Projeto "Ampliando Significados 2025" e da utilização de saldo remanescente e rendimentos financeiros vinculados ao Termo de Fomento nº 173/2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Almirante Tamandaré/PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 da Lei Municipal nº 388, de 26 de setembro de 1995, e

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993), que estabelece a organização da Assistência Social no Brasil e define o controle social como princípio da política pública;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e as normativas que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para deliberar, normatizar e exercer o controle social sobre a política de assistência social e a aplicação de recursos destinados à rede socioassistencial;

Considerando a solicitação apresentada pela Associação Evangélica Cristo Redentor – AECRI – Projeto Dorcas, por meio do Ofício nº 30/2026, referente à prorrogação da vigência do Projeto "Ampliando Significados 2025", vinculado ao SIT nº 75030 – Termo de Fomento nº 01/2025;

Considerando que a vigência do Projeto "Ampliando Significados 2025" está estabelecida até 11 de setembro de 2026, sendo solicitada sua prorrogação pelo período adicional de 03 (três) meses, passando o término da vigência para 11 de dezembro de 2026;

Considerando a existência de rendimentos financeiros provenientes dos recursos vinculados ao projeto, possibilitando a continuidade da execução das despesas previstas no Plano de Aplicação, sem alteração do objeto pactuado;

Considerando a solicitação apresentada pela Associação Evangélica Cristo Redentor – AECRI – Projeto Dorcas, por meio do Ofício nº 31/2026, referente à utilização do saldo remanescente e dos rendimentos de aplicação financeira vinculados ao Termo de Fomento nº 173/2026, registrado no SIT nº 85113;

Considerando que os recursos remanescentes e os rendimentos financeiros serão utilizados conforme a finalidade estabelecida no Plano de Trabalho e na rubrica de folha de pagamento prevista no Plano de Aplicação;

Considerando a deliberação favorável do Conselho Municipal de Assistência Social em reunião extraordinária realizada em 31 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prorrogação da vigência do Projeto "Ampliando Significados 2025", vinculado ao SIT nº 75030 – Termo de Fomento nº 01/2025, pelo período adicional de 03 (três) meses, passando o término da vigência de 11 de setembro de 2026 para 11 de dezembro de 2026.

Art. 2º Aprovar a utilização dos rendimentos financeiros provenientes dos recursos vinculados ao Projeto "Ampliando Significados 2025", observada a finalidade originalmente aprovada, o Plano de Trabalho e as condições estabelecidas no respectivo Termo de Fomento.

Art. 3º Aprovar a utilização do saldo remanescente e dos rendimentos de aplicação financeira referentes ao Termo de Fomento nº 173/2026, vinculado à Emenda Federal e registrado no SIT nº 85113, observadas as finalidades, metas e condições estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho e na legislação vigente.

Art. 4º A execução dos recursos deverá observar o Plano de Aplicação apresentado, as condições estabelecidas nos respectivos instrumentos de parceria e as normativas vigentes aplicáveis à execução dos recursos da Política de Assistência Social.

Art. 5º Eventuais rendimentos financeiros provenientes da aplicação dos recursos deverão ser utilizados na mesma finalidade para a qual foram aprovados, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré/PR, 31 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE

ROSA. C. LOURENÇO GIANOTTO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Almirante Tamandaré/PR

Publicado por:
Eliz Andreia Silveira
Código Identificador:7CBBDAD2

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
A COMISSÃO ELEITORAL PROVISÓRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMSAT -PROCESSO ELEITORAL DO SEGMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE – MANDATO 2026–2030 - RESOLUÇÃO Nº 002/2026

AVISO DE RESULTADO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – CMSAT

PROCESSO ELEITORAL DO SEGMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE – MANDATO 2026–2030

A Comissão Eleitoral Provisória do Conselho Municipal de Saúde de Almirante Tamandaré – CMSAT, instituída pela Resolução CMSAT nº 029/2026, no uso de suas atribuições, **torna público que, encerrado em 21 de agosto de 2026 o prazo estabelecido para inscrições no Edital de Chamamento Público nº 001/2026**, destinado à habilitação de entidades, instituições e prestadores de serviços de saúde interessados em participar do processo eleitoral para composição do segmento dos Prestadores de Serviços de Saúde do CMSAT – mandato 2026–2030, **não foram registradas inscrições para o referido segmento**.

Diante da inexistência de inscrições ao término do prazo estabelecido, **o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 é declarado deserto quanto ao processo eleitoral destinado ao segmento dos Prestadores de Serviços de Saúde**, conforme deliberação da Comissão Eleitoral Provisória registrada em Ata, datada de 31 de agosto de 2026.

Considerando a necessidade de assegurar a participação, a representatividade e a regular composição do Conselho Municipal de Saúde, **a Comissão Eleitoral Provisória deliberou pela proposição de reabertura do processo de chamamento para o referido segmento**, mediante a publicação de novo Edital de Chamamento Público, com novo cronograma de inscrições e ampla divulgação junto às entidades, instituições e prestadores de serviços de saúde do Município de Almirante Tamandaré.

A eventual reabertura do processo eleitoral **observará as competências e os procedimentos estabelecidos na legislação municipal vigente, no Regimento Interno do CMSAT e na Resolução CMSAT nº 029/2026, inclusive quanto à necessidade de apreciação e/ou aprovação pela instância competente, quando cabível**.

Almirante Tamandaré/PR, 31 de agosto de 2026.

SANDRA APARECIDA GONÇALVES
Presidente da Comissão Eleitoral Provisória do CMSAT

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:197E915F

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EDITAL Nº 001/2026 – PROCESSO DE ESCOLHA EXTRAORDINÁRIA PARA CONSELHEIRO TUTELAR

Dispõe sobre o Regulamento do Processo de Escolha Extraordinária para Conselheiro Tutelar Titular e Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Almirante Tamandaré/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ (CMDCA), Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 127/1991, considerando o disposto no art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), o art. 25, § 3º, da Lei Municipal nº 2.088/2018, a Lei Municipal nº 2.595/2026, a Lei Municipal nº 2.551/2025 e as Resoluções nº 152/2012 e nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA),

TORNA PÚBLICO o Regulamento do Processo de Escolha Extraordinária para membros do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Edital visa regulamentar o Processo de Escolha Extraordinária para o preenchimento de 01 (uma) vaga de Conselheiro Tutelar Titular e formação de cadastro de Conselheiros Tutelares Suplentes para atuação no Conselho Tutelar do Município de Almirante Tamandaré/PR.

Art. 2º. O Processo de Escolha será conduzido pelo CMDCA, por intermédio da Comissão Especial Eleitoral instituída por meio da Resolução CMDCA nº 035/2026.

Art. 3º. O Processo de Escolha observará as seguintes diretrizes:

I – Candidatura individual, sendo vedada a composição de chapas ou vinculação a partidos políticos;
II – Escolha por pleito indireto, nos termos do art. 25, § 3º, da Lei Municipal nº 2.088/2018, realizado mediante voto direto e secreto dos Conselheiros de Direitos que compõem o CMDCA, constituídos em Colégio Eleitoral reunido em Plenária Extraordinária;
III – Garantia do direito ao contraditório e à ampla defesa em todas as fases do processo.

Art. 4º. O candidato mais votado assumirá o cargo de Conselheiro Tutelar Titular, e os demais classificados em ordem decrescente de votação comporão a lista de Suplentes.

Art. 5º. O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, e a remuneração mensal é fixada em R$4.432,07 (quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sete centavos), nos termos da Lei Municipal nº 2.551/2025.

CAPÍTULO II – DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

Art. 6º. A Comissão Especial Eleitoral é constituída por Resolução do CMDCA, de forma paritária entre representantes do governo municipal e da sociedade civil, composta por 04 (quatro) membros.
Art. 7º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I – Organizar, conduzir e coordenar todas as etapas do pleito;
II – Analisar e julgar os pedidos de registro de candidatura;
III – Decidir, em primeira instância, as impugnações e recursos apresentados;
IV – Credenciar fiscais e organizar a logística da Plenária Extraordinária de votação do Colégio Eleitoral do CMDCA;
V – Proclamar e publicar o resultado preliminar da votação, encaminhando-o ao Plenário do CMDCA após o encerramento do prazo recursal, para análise dos recursos eventualmente apresentados e posterior homologação do resultado final.

CAPÍTULO III – DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA

Art. 8º. Para a inscrição no Processo de Escolha, o candidato deverá preencher, até a data do encerramento das inscrições, os seguintes requisitos, em estrita conformidade com a Lei Municipal nº 2.595/2026:

I – Reconhecida idoneidade moral;
II – Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
III – Residir no Município de Almirante Tamandaré há mais de 02 (dois) anos;
IV – Estar no pleno gozo dos direitos políticos;
V – Apresentar diploma de conclusão de Curso Superior devidamente reconhecido pelo MEC;
VI – Comprovar experiência profissional ou voluntária de, no mínimo, 12 (doze) meses na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
VII – Não ter sido condenado por crime doloso ou culposo, nem por improbidade administrativa, por sentença transitada em julgado;
VIII – Não ter sofrido penalidade de perda do mandato de Conselheiro Tutelar nos últimos 05 (cinco) anos;
IX – Comprovar aptidão física e mental para o exercício do cargo mediante atestado médico oficial.
§ 1º O requisito previsto no inciso III deste artigo deverá ser comprovado pelo candidato mediante apresentação de comprovante de residência atualizado, observado o disposto neste Edital.

Art. 9º. Estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

§ 1º. Os cônjuges, companheiros (inclusive em união homoafetiva) e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
§ 2º. Estende-se o impedimento em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Comarca de Almirante Tamandaré.

Art. 10. O servidor público municipal que for eleito poderá optar pelo vencimento do seu cargo efetivo ou pela remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar, sendo-lhe garantidos o retorno ao cargo de origem ao término do mandato e a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO IV – DOS REQUERIMENTOS E DOCUMENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Art. 11. As inscrições serão gratuitas e deverão ser protocoladas pessoalmente no período de 14/09/2026 a 03/10/2026, das 08h00 às 17h00, no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado na Rua Maurício Rosemann, nº 15, Bairro Cachoeira, Almirante Tamandaré/PR.

Art. 12. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar a Ficha de Inscrição (Anexo II) devidamente preenchida, acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I – Documento oficial de identidade com foto e CPF;
II – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pelo TSE;
III – Comprovante de residência atualizado em nome do candidato ou declaração de residência devidamente registrada;
IV – Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior;
V – Comprovante das obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
VI – Certidão Negativa Criminal do Distribuidor do Foro Regional de Almirante Tamandaré;
VII – Certidão Negativa da Justiça Federal;

VIII – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado do Paraná;
IX – Documento comprobatório de experiência mínima de 12 (doze) meses no atendimento a crianças e adolescentes (carteira de trabalho, contrato ou declaração de instituição legalmente constituída);
X – Atestado de Sanidade Física e Mental assinado por médico habilitado;
XI – Declaração de Idoneidade Moral (Anexo III);
XII – Declaração de não exercício de cargo inacumulável (Anexo IV).
§ 1º Para fins de comprovação do requisito previsto no art. 8º, inciso III, será aceito comprovante de residência em nome do candidato ou, quando não houver, declaração de residência acompanhada da documentação comprobatória admitida pela Comissão Especial Eleitoral.
§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá, a qualquer tempo, diligenciar para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato quanto ao seu domicílio.

CAPÍTULO V – DA PUBLICIDADE DOS ATOS E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Art. 13. Todos os atos, editais, listas de inscritos e decisões referentes a este processo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e afixados no mural oficial do CMDCA.

Art. 14. Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Especial Eleitoral analisará a documentação nos dias 05/10/2026 e 06/10/2026 e publicará a lista das inscrições deferidas e indeferidas em 07/10/2026.

CAPÍTULO VI – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 15. Publicada a lista dos candidatos inscritos, qualquer cidadão ou o Ministério Público poderá impugnar a candidatura nos dias 08/10/2026 e 09/10/2026.

Art. 16. Notificado da impugnação ou do indeferimento de sua inscrição, o candidato terá o prazo de 13/10/2026 a 14/10/2026 para apresentar defesa escrita junto à Comissão Especial Eleitoral.

Art. 17. A Comissão Especial Eleitoral julgará a defesa/impugnação nos dias 15/10/2026 e 16/10/2026, com publicação das decisões e/ou relação atualizada dos candidatos em 19/10/2026.

Art. 18. Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao Plenário do CMDCA, no prazo de 20/10/2026 a 21/10/2026, competindo ao Plenário analisar e julgar os recursos apresentados nos dias 22/10/2026 e 23/10/2026, publicando-se, ao final, a Relação Definitiva dos Candidatos Habilitados em 26/10/2026.

CAPÍTULO VII – DO CRONOGRAMA OFICIAL, DAS FASES DO PROCESSO DE ESCOLHA E DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 19. O Processo de Escolha seguirá rigorosamente as etapas do Cronograma Oficial constante no Anexo I deste Edital.

Art. 20. A votação para a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em Plenária Extraordinária do CMDCA, no dia 29/10/2026, às 09h00, conforme data e horário fixados no Anexo I.

Art. 21. Cada Conselheiro de Direitos (Titular ou Suplente no exercício da titularidade) integrante do Colégio Eleitoral do CMDCA terá direito a votar em 01 (um) único candidato.

CAPÍTULO VIII – DA APURAÇÃO, DESEMPATE E HOMOLOGAÇÃO FINAL

Art. 22. Encerrada a votação, a mesa apuradora efetuará imediatamente a contagem dos votos no mesmo local, na presença dos fiscais credenciados e demais interessados, assegurada a fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 23. Havendo empate na votação, seja para a definição do candidato eleito como Conselheiro Tutelar Titular, seja para a classificação dos candidatos suplentes, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – maior tempo de experiência comprovada na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; II – maior grau de escolaridade, observada a seguinte ordem: doutorado, mestrado, especialização (pós-graduação lato sensu) e graduação;
III – maior idade; IV – persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, o desempate será realizado por sorteio público, em sessão da Comissão Especial Eleitoral, com prévia convocação dos candidatos empatados e acompanhamento do Ministério Público, se este desejar.

Art. 24. Após a publicação do resultado preliminar, será assegurado aos interessados o prazo de 02 (dois) dias úteis, correspondentes aos dias 30/10/2026 e 03/11/2026, para apresentação de recursos contra o resultado da votação.
Parágrafo único. Encerrado o prazo recursal, os recursos eventualmente apresentados serão analisados pelo Plenário do CMDCA, que procederá à homologação final do resultado do Processo de Escolha, com sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 04/11/2026.

CAPÍTULO IX – DA CAPACITAÇÃO, CONVOCAÇÃO E POSSE

Art. 25. Os candidatos eleitos, titular e suplentes, deverão participar de curso de capacitação promovido pelo CMDCA, de caráter obrigatório, como etapa preparatória para o exercício da função de Conselheiro Tutelar. A capacitação deverá ser realizada antes da posse, em data, horário e local a serem definidos e previamente divulgados pelo CMDCA, observadas as normas e regulamentações aplicáveis.

Art. 26. O candidato classificado em primeiro lugar será convocado para nomeação e posse perante o Chefe do Poder Executivo Municipal, observados os requisitos previstos na legislação e neste Edital.

Art. 27. Os candidatos suplentes serão convocados, obedecida a ordem de classificação, para assumir a função de Conselheiro Tutelar nas hipóteses de vacância, afastamento, licença ou impedimento do titular.

Art. 27-A. No ato da posse, o candidato convocado deverá apresentar comprovante de residência atualizado, permanecendo obrigado a manter residência e domicílio no Município durante todo o exercício do mandato.
§ 1º O Conselheiro Tutelar deverá manter residência e domicílio no Município de Almirante Tamandaré durante todo o período de exercício do mandato, em observância ao requisito legal para o exercício da função.
§ 2º A alteração de residência ou domicílio para outro Município deverá ser comunicada imediatamente ao CMDCA.
§ 3º Constatado o descumprimento do requisito previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral ou o CMDCA comunicará o fato à autoridade competente para instauração do procedimento administrativo cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar na perda do mandato, nos termos da Lei Municipal nº 2.088/2018, da legislação correlata e das demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO X – DA VACÂNCIA E DESISTÊNCIA

Art. 28. A vacância do cargo de Conselheiro Tutelar ocorrerá nos casos de:
I – Renúncia escrita;
II – Perda do mandato decorrente de processo administrativo disciplinar ou decisão judicial;
III – Falecimento.

Art. 29. Em caso de desistência expressa do candidato convocado (titular ou suplente), será convocado o candidato subsequente na ordem de classificação. O conselheiro suplente que assumir o cargo exercerá as funções apenas pelo período restante do mandato original.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

Art. 30. A apresentação de documentos falsos ou preenchimento incorreto de dados implicará a eliminação sumária do candidato, sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis.

Art. 31. Todos os recursos e defesas previstos neste Edital deverão ser protocolados presencialmente no setor de protocolo do Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, acompanhados dos modelos disponibilizados nos anexos.

Art. 32. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, ouvida a Assessoria Jurídica e com ciência do Ministério Público.
Almirante Tamandaré/PR, 31 de agosto de 2026.

ANEXO I

CRONOGRAMA OFICIAL : Publicação do Edital do Processo de Escolha Extraordinária **14/09/2026 -** Período de Inscrição e Registro das Candidaturas – 20 dias corridos **14/09/2026 a 03/10/2026 -** Análise da documentação pela Comissão Especial Eleitoral – 02 dias úteis **05/10/2026 a 06/10/2026 -** Publicação da Relação Preliminar das Inscrições Deferidas e Indeferidas **07/10/2026 -** Prazo para apresentação de impugnações às candidaturas – 02 dias úteis **08/10/2026 a 09/10/2026 -** Prazo para apresentação de defesa pelo candidato impugnado ou com inscrição indeferida – 02 dias úteis **13/10/2026 a 14/10/2026 -** Análise das defesas, julgamento das impugnações e decisão da Comissão Especial Eleitoral – 02 dias úteis **15/10/2026 a 16/10/2026 -** Publicação das decisões e/ou da relação atualizada dos candidatos **19/10/2026 -** Prazo para recurso ao Plenário do CMDCA contra decisão da Comissão Especial Eleitoral – 02 dias úteis **20/10/2026 a 21/10/2026 -** Julgamento dos recursos pelo Plenário do CMDCA – 02 dias úteis **22/10/2026 a 23/10/2026 -** Publicação da Relação Definitiva dos Candidatos Habilitados **26/10/2026 -** Realização do Pleito Indireto – Plenária Extraordinária do CMDCA para votação pelo Colégio Eleitoral **29/10/2026 – 09h00 -** Apuração dos votos e publicação do Resultado Preliminar **29/10/2026 -** Prazo para apresentação de recursos contra o Resultado da Votação – 02 dias úteis **30/10/2026 e 03/11/2026 -** Análise dos recursos, homologação e publicação do Resultado Final **04/11/2026 -** Curso de Capacitação Obrigatório dos Conselheiros Tutelares Eleitos e Suplentes A definir pelo CMDCA - Nomeação e Posse pelo Poder Executivo Municipal A definir pelo Poder Executivo Municipal

ANEXO II – FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Almirante Tamandaré – PR Nome Completo: _____ Data de Nascimento: / /_____ RG: _____ Órgão Exp.: _____ CPF: _____ Título de Eleitor: _____ Zona: ____ Seção: ____ Endereço_____ Nº: _____ Bairro: _____CEP: _____- Telefone: ( ) _____ E-mail: _____Codinome / Nome Social (se houver): _____. Vem requerer sua inscrição no Processo de Escolha Extraordinária de Conselheiro Tutelar – Edital CMDCA nº 001/2026, declarando estar ciente e de acordo com as normas estipuladas no Edital e na legislação municipal vigente.

Almirante Tamandaré/PR, _____ de _____ de 2026.
_____
Assinatura do(a) Requerente

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Bairro _____, no Município de Almirante Tamandaré/PR, DECLARO, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), para fins de cumprimento do item I do Art. 8º do Edital CMDCA nº 001/2026, que gozo de reconhecida idoneidade moral, não respondendo a processos criminais, não tendo sofrido condenações judiciais transitadas em julgado e não possuindo registros de infrações administrativas que desabonem minha conduta no atendimento a crianças e adolescentes.

Almirante Tamandaré/PR, _____ de _____ de 2026.
_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE CARGO INCOMPATÍVEL

Eu,_____, inscrito(a) no CPF nº _____, candidato(a) ao cargo de Conselheiro Tutelar pelo Edital CMDCA nº 001/2026, DECLARO que:
( ) NÃO EXERÇO mandato eletivo, cargo em comissão, função gratificada ou cargo/emprego público inacumulável no âmbito das Administrações Públicas Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal.
( ) EXERÇO cargo público e, caso eleito(a) e empossado(a), optarei regularmente pela remuneração nos termos do art. 10 do Edital e formalizarei o afastamento do cargo de origem. Declaro ainda não ter parentesco em grau proibido (art. 9º) com membros do CMDCA ou demais conselheiros atuantes no município.

Almirante Tamandaré/PR, _____ de _____ de 2026
_____

Assinatura do Candidato

ANEXO V – MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

À Comissão Especial Eleitoral / Plenário do CMDCA
Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 001/2026 Nome do Recorrente: _____ Nº de Inscrição (se houver): _____ Cargo Pretendido: Conselheiro Tutelar. Vem respeitosamente à presença desta Comissão/Plenário interpor o presente RECURSO, em face do ato de
( ) Indeferimento de Inscrição
( ) Julgamento de Impugnação
( ) Resultado/Apuração, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:
DOS FATOS E RAZÕES: 2. DO PEDIDO: Diante do exposto, requer a reconsideração do ato impugnado para o fim de: _____
_____

Anexa ao presente os seguintes documentos comprobatórios:

Almirante Tamandaré/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Recorrente

ANEXO VI – MODELO DE IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

À Comissão Especial Eleitoral do CMDCA Ref.: IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA – EDITAL Nº 001/2026 Nome do Impugnante: _____ CPF/MF: _____ Telefone/Contato: _____ Vem respeitosamente IMPUGNAR o pedido de registro da candidatura do(a) candidato(a) _____, pelas razões de fato e de direito a seguir apresentadas: 1. FUNDAMENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO: (Apontar o requisito do Edital ou da legislação vigente descumprido pelo candidato)
_____

2. DOS PEDIDOS: Requer o recebimento do presente pedido de impugnação, a notificação do candidato para defesa, e, ao final, o INDEFERIMENTO DEFINITIVO do registro de candidatura do impugnado.

Almirante Tamandaré/PR, _____ de _____ de 2026.
_____
Assinatura do Impugnante

ANEXO VII – COMPROVANTE DE PROTOCOLO (VIA DO CANDIDATO)

EDITAL CMDCA Nº 001/2026 – PROCESSO DE ESCOLHA EXTRAORDINÁRIA Nº de Protocolo: _____ / 2026 Data do Recebimento: _____ / _____ / 2026 Horário:

Nome do Candidato: _____ Documento/Solicitação Entregue: ( ) Ficha de Inscrição e Documentos do Art. 12 ( ) Defesa de Impugnação / Recurso
( ) Outros: _____
Servidor Responsável pelo Recebimento:

Nome: _____
Cargo/Matrícula: _____

Publicado por:
Sandra Mara Gomes
Código Identificador:9ED2393F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°08/2026

O Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré (IPMAT), neste ato representado por sua Diretora Presidente Sra. Maria Silvana Buzato, no uso de suas atribuições legais e com base no, Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021,RATIFICA a Dispensa supracitada, no processo administrativo nº 634/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa para a instalação de calhas nas dependências do IPMAT", que será fornecido pela empresa Construcalhas e telhados (CNPJ n°58.740.055/0001-18), pelo valor global de R$ 3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais). Publique-se.

Almirante Tamandaré, 31 de agosto de 2026.

MARIA SILVANA BUZATO
Diretora Presidente do IPMAT

Publicado por:
Emanuela Gomes de Siqueira
Código Identificador:50739182

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 288/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SOLO G9 EIRELI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL PARA PLOTER.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO HAVER PRORROGAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133/2021.
VALOR: R$ 26.938,00 (VINTE E SEIS MIL NOVECENTOS E TRINTA E OITO REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
04.01	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
02.062.0002.2.010	Manutenção de Secretaria de Assuntos Jurídicos
3.3.90.30.00 – 1000	Manuntenção de Consumo 33
05.01	Secretaria Municipal de Recursos Humanos
04.122.0004.2.008	Serviços de Recursos Humanos
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 48
06.01	Secretaria Municipal de Administração e Previdência
04.122.0004.2.013	Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 66
07.01	Secretaria Municipal da Fazenda
04.123.0003.2.021	Serviços de Administração Financeira
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 102
08.01	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
04.122.0004.2.023	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 117
09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032	Atenção Primária em Saúde PAP
3.3.90.30.00 – 1347	Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037	Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343	Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047	Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 180
10.304.0016.2.041	Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042	Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 205
10.01	Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.244.0010.2.049	Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1980	Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1941	Material de Consumo 230
08.244.0010.2.055	Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00 - 1940	Material de Consumo 234
08.244.0010.2.056	Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 - 1934	Material de Consumo 238
10.02	Secretaria Municipal da Família Mulher e Desenvolvimento Social
08.243.0013.6.003	Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832	Material de Consumo 268
11.01	Secretaria Municipal de Educação
12.361.0018.6.008	Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009	Ensino Infantil Fundeb - Creche
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010	Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103	Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019	Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 305
.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 305
12.365.0019.6.017	Manutenção de Centros de Educação Infantil - Creche
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 337
12.01	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
27.812.0034.2.081	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 364
13.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
20.606.0030.2.084	Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 379
13.02	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
18.541.0027.2.088	Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 403
14.01	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
23.691.0031.2.092	Manut.do Gab.do Secretário de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 419
15.01	Secretaria Municipal de Habitação
16.482.0028.2.095	Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 430
16.01	Secretaria Municipal de Urbanismo
15.452.0028.2.097	Manutenção do Departamento de Urbanismo
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 438
17.01	Secretaria Municipal de Segurança
04.122.0004.2.103	Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 449
18.01	Secretaria Municipal de Planejamento
04.122.0004.2.096	Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 471
19.01	Secretaria Municipal de Comunicação Social
04.122.0004.2.006	Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 482
20.01	Secretaria Municipal do Trabalho. Qualificação e Renda
11.334.0017.2.094	Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 491
21.01	Secretaria Municipal de Cidadania e Ouvidoria
04.122.0004.2.012	Ouvidoria
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 498
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0023.2.079	Manutenção de Biblioteca Públicas
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 531

Almirante Tamandaré, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:4B6A1BAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 292/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 292/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
OBJETO: "FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS LEVES QUE COMPÕEM A FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO"
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, MEDIANTE TERMO ADITIVO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DESDE QUE DEMONSTRADAS A VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO, A EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, NOS TERMOS DOS ARTS. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/2021, OBSERVADA A VIGÊNCIA MÁXIMA PREVISTA NA REFERIDA LEI, POR SE TRATAR DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEL DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.
VALOR: R$ 1.735.000,00 (UM MILHÃO SETECENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 28/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
02.01	Secretaria Municipal de Gabinete
04.122.0007.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
3.3.90.30.00 – 1000	Manuntenção de Consumo 10
06.01	Secretaria Municipal de Administração e Previdência
04.122.0004.2.013	Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 66
08.01	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
04.122.0004.2.023	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 117
09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032	Atenção Primária em Saúde PAB
3.3.90.30.00 – 1347	Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 150
10.301.0015.2.046	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 173
10.304.0016.2.041	Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042	Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 205
10.01	Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.244.0010.2.049	Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1022	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1913	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1960	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1980	Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940	Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941	Material de Consumo 230
08.244.0010.2.055	Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00 – 1940	Material de Consumo 234
08.244.0010.2.056	Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934	Material de Consumo 238
10.02	Secretaria Municipal da Família Mulher e Desenvolvimento Social
08.243.0013.6.003	Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1832	Material de Consumo 268
11.01	Secretaria Municipal de Educação
12.361.0018.6.008	Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009	Ensino Infantil Fundeb - Creche
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010	Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103	Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019	Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1003	Material de Consumo 305
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 305
12.01	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
27.812.0034.2.081	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 364
13.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
20.606.0030.2.084	Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 379
13.02	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
18.541.0027.2.088	Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 403
14.01	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
23.691.0031.2.092	Manut.do Gab.do Secretário de Indústria e Comércio
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 419
15.01	Secretaria Municipal de Habitação
16.482.0028.2.095	Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 430
17.01	Secretaria Municipal de Segurança
04.122.0004.2.103	Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 449
18.01	Secretaria Municipal de Planejamento
04.122.0004.2.096	Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 471
19.01	Secretaria Municipal de Comunicação Social
04.122.0004.2.006	Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 482
20.01	Secretaria Municipal do Trabalho. Qualificação e Renda
11.334.0017.2.094	Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 491
21.01	Secretaria Municipal de Cidadania e Ouvidoria
04.122.0004.2.012	Ouvidoria
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 498
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 531

Almirante Tamandaré, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:65E284CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 278/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 278/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 278//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO PARCELADA DOS MEDICAMENTOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração. A prorrogação deverá ser solicitada pela contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do prazo inicial, para análise e aprovação pela Administração. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo do contrato original, contendo a justificativa e a concordância das partes.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 53.690,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e noventa reais).**

Data de Assinatura: 25.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:EE4D2136

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 279/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 279/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 279//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CIRÚRGICA NOSSA SENHORA LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO PARCELADA DOS MEDICAMENTOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração. A prorrogação deverá ser solicitada pela contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do prazo inicial, para análise e aprovação pela Administração. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo do contrato original, contendo a justificativa e a concordância das partes.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 31.125,30 (trinta e um mil, cento e vinte e cinco reais e trinta centavos).**

Data de Assinatura: 25.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:F0EF7E0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 280/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 280/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 280//2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CIRÚRGICA PRIME LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO PARCELADA DOS MEDICAMENTOS FRACASSADOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR**".

Prazo: O prazo de execução e vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa formal e interesse da Administração. A prorrogação deverá ser solicitada pela contratada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do prazo inicial, para análise e aprovação pela Administração. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo do contrato original, contendo a justificativa e a concordância das partes.

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 3.100,00 (três mil e cem reais).**

Data de Assinatura: 25.08.2026.

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0015.2.047 Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1000 Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1303 Material de Consumo 180

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:39056B31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 024/2026

Súmula: Nomeia servidora aprovada e classificada em concurso público para exercer cargo efetivo no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, Vereador **Sergio Mesquita de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata **Keilla Jaiane Batista de Oliveira** no Concurso Público nº 001/2026, realizado pela Câmara Municipal de Altamira do Paraná;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2026, por meio do **Edital nº 014/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 04 de agosto de 2026, edição nº 3.587;

CONSIDERANDO o atendimento, pela candidata, aos requisitos legais exigidos para o provimento do cargo;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de setembro de 2026, a senhora Keilla Jaiane Batista de Oliveira, brasileira, maior, portadora do RG nº **.***.***-**-/SSP/PR e inscrita no CPF sob nº ***.***.***-**, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Auxiliar Administrativo, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de sua aprovação e classificação no Concurso Público nº 001/2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:46CE7BD0

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 025/2026

Súmula: Nomeia servidor aprovado e classificado em concurso público para exercer cargo efetivo no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, Vereador **Sergio Mesquita de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato **Matheus Vinicios Antério** no Concurso Público nº 001/2026, realizado pela Câmara Municipal de Altamira do Paraná;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público nº 001/2026, por meio do **Edital nº 014/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 04 de agosto de 2026, edição nº 3.587;

CONSIDERANDO o atendimento, pelo candidato, aos requisitos legais exigidos para o provimento do cargo;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de setembro de 2026, o senhor Matheus Vinicios Antério, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procurador Jurídico, integrante do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em decorrência de sua aprovação e classificação no Concurso Público nº 001/2026.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão
2025/2026

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:98E10C6B

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **em cumprimento às disposições legais e regimentais aplicáveis**, é dada posse, nesta data, à Sra. Keilla Jaiane Batista de Oliveira, brasileira, maior, portadora do RG nº **.***.***-**-/SSP/PR e inscrita no CPF sob nº ***.***.***-**, para exercer o cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo**, com carga horária de **40 (quarenta) horas semanais**, em razão de sua aprovação e habilitação no **Concurso Público Municipal realizado em 21 de junho de 2026**, homologado pelo **Edital nº 014/2026**.

A empossada declara, sob as penas da lei, que **conhece as atribuições, responsabilidades e deveres inerentes ao cargo para o qual está sendo empossada**, bem como que tem pleno conhecimento e se compromete a observar e cumprir as disposições do **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Altamira do Paraná**, do **Código de Ética dos Servidores Públicos** e demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da função pública.

Declara, ainda, estar ciente de que o exercício do cargo está condicionado ao cumprimento de todas as exigências legais pertinentes, comprometendo-se a desempenhar suas atribuições com **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, zelo e responsabilidade**, no interesse da Administração Pública e da coletividade.

Altamira do Paraná – Paraná, 01 de setembro de 2026.

KEILLA JAIANE BATISTA DE OLIVEIRA
Empossada

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

DECLARAÇÃO

Eu, Keilla Jaiane Batista de Oliveira, brasileira, maior, portadora do RG nº **.***.***-**-/SSP/PR e inscrita no CPF sob nº ***.***.***-**, nomeada pela Portaria Nº 24/2026, para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, por habilitação em concurso público, declaro para devido fins, que, não ocupo outro cargo ou emprego público e qualquer das esferas de governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebo outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público.

Altamira do Paraná, 01 de setembro de 2026.

_____
KEILLA JAIANE BATISTA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:11C4AFC6

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **em cumprimento às disposições legais e regimentais aplicáveis**, é dada posse, nesta data, ao Sr. Matheus Vinicios Antério, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., para exercer o cargo efetivo de **Procurador Jurídico**, com carga horária de 2**0 (vinte) horas semanais**, em razão de sua aprovação e habilitação no **Concurso Público Municipal realizado em 21 de junho de 2026**, homologado pelo **Edital nº 014/2026**.

O empossado declara, sob as penas da lei, que **conhece as atribuições, responsabilidades e deveres inerentes ao cargo para o qual está sendo empossado**, bem como que tem pleno conhecimento e se compromete a observar e cumprir as disposições do **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Altamira do Paraná**, do **Código de Ética dos Servidores Públicos** e demais normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da função pública.

Declara, ainda, estar ciente de que o exercício do cargo está condicionado ao cumprimento de todas as exigências legais pertinentes, comprometendo-se a desempenhar suas atribuições com **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, zelo e responsabilidade**, no interesse da Administração Pública e da coletividade.

Altamira do Paraná – Paraná, 01 de setembro de 2026.

MATHEUS VINICIOS ANTÉRIO
Empossado

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

DECLARAÇÃO

Eu, Matheus Vinicios Antério, portador do RG nº. ***.***.***-**/PR, inscrito (a) no CPF sob o n. ***.***.***-**., nomeado pela Portaria Nº 025/2026, para ocupar o cargo de Procurador Jurídico, com carga horária de 20 horas semanais, por habilitação em concurso público, declaro para devido fins, que, não ocupo outro cargo ou emprego público e qualquer das esferas de governo, excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI, da Constituição Federal, nem percebo outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público.

Altamira do Paraná, 01 de setembro de 2026.

_____
MATHEUS VINICIOS ANTÉRIO

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:3822C4EE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de acesso à internet, mediante links empresariais em fibra óptica e links dedicados, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais e demais unidades da Administração Pública do Município de Altamira do Paraná, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

LOTE 01/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Departamento de Esportes.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 02 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps CREAS.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 03 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Escola Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 04 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Hospital Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 05 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Pátio Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 06 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Secretaria Municipal de Educação.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 07 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps CRAS.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 08 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Link dedicado 100 Mbps Centro de Saúde.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.421,63 (dois mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos).
VALOR TOTAL: R$ 29.059,56 (vinte e nove mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 09 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Creche Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 10 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Unidade de Saúde (NASF/eMulti).
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 11 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Link dedicado 100 Mbps Paço Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.421,63 (dois mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos).
VALOR TOTAL: R$ 29.059,56 (vinte e nove mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 12 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Secretaria Municipal de Agricultura.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 13 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Casa da Cultura.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 14 – ADJUDICADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Centro Cultural.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** os objetos da contratação supramencionada.
Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná/PR, 31 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:25D25E74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de acesso à internet, mediante links empresariais em fibra óptica e links dedicados, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais e demais unidades da Administração Pública do Município de Altamira do Paraná, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, fica **HOMOLOGADO** o resultado do Pregão Eletrônico nº 23/2026, em favor da empresa vencedora, conforme abaixo:

LOTE 01/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Departamento de Esportes.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 02 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps CREAS.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 03 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Escola Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 04 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Hospital Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 05 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Pátio Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 06 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Secretaria Municipal de Educação.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 07 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps CRAS.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 08 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Link dedicado 100 Mbps Centro de Saúde.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.421,63 (dois mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos).
VALOR TOTAL: R$ 29.059,56 (vinte e nove mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 09 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Creche Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 10 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Unidade de Saúde (NASF/eMulti).
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 11 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Link dedicado 100 Mbps Paço Municipal.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.421,63 (dois mil e quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e três centavos).
VALOR TOTAL: R$ 29.059,56 (vinte e nove mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 12 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Secretaria Municipal de Agricultura.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 13 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Casa da Cultura.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

LOTE 01/ITEM 14 – HOMOLOGADO EM 27/08/2026
ITEM: Fibra empresarial 900 Mbps Centro Cultural.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 12.
VALOR UNITÁRIO: R$ 220,70 (duzentos e vinte reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.648,40 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).
EMPRESA: JURANDIR DE ANDRADE, inscrita no CNPJ nº 00.304.533/0001-67.

A presente homologação autoriza a adoção das providências necessárias para a formalização do respectivo Contrato ou Ata de Registro de Preço, nos termos da legislação vigente.

Altamira do Paraná/PR, 31 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:4934F9D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, telefone (44) 3755-1133, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85.280-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora **ELZA APARECIDA DA SILVA** e;

CONTRATADA: A empresa **JURANDIR DE ANDRADE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.304.533/0001-67, com sede na Rua Paraná, s/n, Centro, Cidade de Roncador, Estado do Paraná, com endereço eletrônico: gerenciainfobras@gmail.com, telefone: (44) 9107-2036 / (44) 9828-1125 / (44) 9985-29763 / (44) 9882-6474, neste ato representada por seu(sua) sócio(a)-administrador(a), Sr.(a) **JURANDIR DE ANDRADE**.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de acesso à internet, mediante links empresariais em fibra óptica e links dedicados, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais e demais unidades da Administração Pública do Município de Altamira do Paraná, pelo período inicial de 12 (doze) meses.

VALOR DO CONTRATO: O valor total da contratação é de R$ 89.899,92 (oitenta e nove mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: O prazo inicial de vigência será de 12 meses, contado da assinatura do contrato, produzindo o instrumento efeitos após sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.001.04.122.0003.2006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA 05.002.12.365.0012.2034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL 05.002.12.365.0033.2230 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO – EDUCAÇÃO 05.003.12.367.0013.2036 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 05.004.12.361.0009.2025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 05.004.12.361.0084.2042 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO 05.004.12.366.0075.2041 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 05.006.13.392.0017.2046 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISÃO DA CULTURA 06.001.27.812.0018.2049 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE 07.001.10.302.0019.2057 ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL 07.001.10.304.0021.2065 EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA 07.002.10.301.0021.2053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE 08.001.08.244.0022.2070 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AÇÃO SOCIAL 08.001.08.244.0022.2071 AÇÕES DE PROMOÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO A FAMÍLIA 08.002.08.243.0023.2074 ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 08.002.08.243.0023.2224 EXECUÇÃO DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS 08.002.08.243.0033.2231 PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO - ASSISTENCIA SOCIAL

09.001.20.606.0030.2104 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA 10.001.15.452.0026.2087 SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA E URBANIZAÇÃO 13.001.14.244.0007.2000 ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DA MULHER 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

Altamira do Paraná/PR, 31 de agosto de 2026.

_____
Contratante

_____
Contratado

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:572752FC

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO CONJUNTO AO CONTRATO Nº 29/2025 E AO TERMO ADITIVO Nº 42/2026

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – PR.
CONTRATADO: VIVIANE SILVA DE CAMARGO.
AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 608/2019.
O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, por intermédio de sua Prefeita Municipal, Sra. ELZA APARECIDA DA SILVA, e a contratada acima identificada, resolvem, de comum acordo, **RETIFICAR** o Contrato de Trabalho nº 29/2025 e o Termo Aditivo nº 42/2026, em virtude de erro material de digitação verificado nos períodos de vigência, que passam a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL (Nº 29/2025)
Fica retificado o período de vigência original para corresponder ao prazo exato de 01 (um) ano contado do início das atividades:
Onde se lê: DA VIGÊNCIA: 15 de outubro de 2025 à 30 de agosto de 2026.
Leia-se: DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2025 a 14 de outubro de 2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO (TERMO ADITIVO Nº 42/2026)
Em decorrência do ajuste da vigência do contrato principal, o período de prorrogação pactuado no Termo Aditivo nº 42/2026 fica realinhado para iniciar imediatamente no dia seguinte ao término do contrato original:
Onde se lê: DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de agosto de 2027.
Leia-se: DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: **15 de outubro de 2026 a 14 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificados todos os demais termos, valores e condições dos instrumentos originais que não colidirem com as retificações aqui operadas.
Altamira do Paraná - PR, 31 de agosto de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

VIVIANE SILVA DE CAMARGO
Contratada

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:D0ABA113

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2026 ID 3839

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026
DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: PONTAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 78.909.389/0001-80.
DO OBJETO:
Aquisição de (03) veículos hatch zero km, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Resolução SESA Nº 1681/2025
DO VALOR:
O Valor Total do contrato é de R$ 275.700,00 (duzentos e setenta e cinco mil e setecentos reais)
DO PRAZO DE ENTREGA
A licitante deverá entregar o veículo em até 90 (Noventa) dias, após o recebimento do empenho de despesa, de acordo com a necessidade de consumo da secretaria municipal de saúde.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente licitação correrão através do recurso financeiro, através dotação orçamentária abaixo:
08001103010010206044905200000 - Equipamentos E Material Permanente
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento a vista em até 30 (trinta) dias, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.
DA VALIDADE:
Prazo de vigência do presente Contrato será prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 31 de agosto de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:04290A7F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NO 245/2026

PORTARIA No 245/2026

SÚMULA: Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, por Motivo de Término de Contrato de Trabalho, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:

Art. 1o – Rescinde Contrato de Trabalho por Tempo Determinado da Sra. **LARISSA JUSTINA WESSLER,** portadora da Cédula de Identidade nº 10.588472-9 e do CPF nº 104.040.869-93, lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **ODONTÓLOGA** por motivo de Término de Contrato de Trabalho, a partir de **30/08/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 30/08/2026.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:33A3F0FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 070/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados e continuados de instrutores especializados (oficineiros) para a ministração de oficinas socioeducativas, artísticas, culturais, esportivas e recreativas. O serviço destina-se ao atendimento direto dos públicos prioritários e das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social referenciados na rede de proteção social do Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Anahy/PR. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: Dia 01/09/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 16/09/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**: Das 08:00 às 09:00 do dia 16/09/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: às 09h horas do dia 16/09/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 232.730,38 (duzentos e trinta e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e oito centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 98806-4345. **Anahy-PR, 31 de agosto de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:B7D5899D

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2024

O Prefeito municipal de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2024 pelo Edital nº 015/2024 de 02 de julho de 2024; CONVOCA a candidata aprovada e relacionada abaixo para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal com seus documentos pessoais num prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação deste Edital.

CONVOCA:

CANDIDATO(A)	CARGO
VIVIAN FUGIWARA SCHIRMER	PSICÓLOGO

O não comparecimento ou a falta de apresentação dos documentos ensejará a desclassificação do candidato.

Anahy/PR, 31 de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:B9E9905E

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.535/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias ao servidor efetivo Marcos Soares dos Reis, portador do RG. 4.561.579-0/PR, ocupante do cargo de auxiliar de obras, matrícula funcional nº 6785-1, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período de aquisitivo de: 05 de setembro de 2024 a 04 de setembro de 2025, que serão gozadas de: 01 à 20 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:318148D3

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.533/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 18 de agosto de 2026, Ana Ilda da Silva, portadora do RG/CPF. 032.532.019-32/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12130-1, lotada no Departamento de Educação, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:929B9ED4

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.534/2026.

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Odair Vieira de Miranda, portadora do RG. 5.864.361-0/PR, ocupante do cargo de enfermeiro,

matricula funcional nº 10995-9, lotado no Departamento Municipal de Saúde.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 01 de dezembro de 2024 a 30 de novembro de 2025, e serão gozadas de 01 à 15 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:F85096D9

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.536/2026

Dispõe sobre o cumprimento de penalidade administrativa de suspensão do exercício da função de Conselheiro Tutelar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 655/2015,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 30, XII, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 96-A, 96-C, 96-D, 96-E, 96-F, 96-G, 96-H, 96-I e 97 da Lei Municipal n.º 655/2015, em sua redação vigente;

CONSIDERANDO as conclusões dos Processos de Sindicância Investigativa n.º 001/2026, 002/2026, 003/2026 e 005/2026, instaurados para apuração de condutas atribuídas aos Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO os Ofícios n.º 008/2026, 009/2026, 010/2026, 011/2026 e 012/2026, expedidos pela Comissão de Ética Disciplinar do CMDCA;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico n.º 196/2026, da Procuradoria Jurídica do Município;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa de 26 de agosto de 2026, proferida nos Processos de Sindicância Investigativa n.º 001/2026, 002/2026, 003/2026 e 005/2026, que reconheceu a responsabilidade administrativa de Márcia Bueno de Assis Oliveira, Sidioney José Mendes, Valcilene Fabris Rocha e Wagna da Costa Zanata e aplicou a cada um deles a penalidade de suspensão do exercício da função pelo prazo de 30 (trinta) dias;

CONSIDERANDO que a referida decisão estabeleceu que as suspensões terão início em 01 de setembro de 2026 e término em 30 de setembro de 2026, mediante ciência pessoal dos interessados e comunicação ao CMDCA;

CONSIDERANDO a necessidade de dar cumprimento à decisão administrativa e assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 7º da Decisão Administrativa, quanto aos efeitos financeiros da suspensão, bem como a necessidade de observância da legislação municipal vigente e de certificação pelo setor competente acerca da norma que autoriza a suspensão do subsídio durante o cumprimento da penalidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensos do exercício da função de Conselheiro Tutelar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, em cumprimento à Decisão Administrativa do dia 26 de agosto de 2026, os seguintes Conselheiros Tutelares:

I – Márcia Bueno de Assis Oliveira, em razão da penalidade aplicada no Processo de Sindicância Investigativa n.º 001/2026;
II – Sidioney José Mendes, em razão da penalidade aplicada no Processo de Sindicância Investigativa n.º 002/2026;
III – Valcilene Fabris Rocha, em razão da penalidade aplicada no Processo de Sindicância Investigativa n.º 003/2026;
IV – Wagna da Costa Zanata, em razão da penalidade aplicada no Processo de Sindicância Investigativa n.º 005/2026.

Art. 2º Durante o período de suspensão, os Conselheiros Tutelares relacionados no art. 1º ficam impedidos de exercer quaisquer atribuições inerentes à função de Conselheiro Tutelar, devendo afastar-se integralmente do exercício funcional durante o período da penalidade.

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverá adotar as providências necessárias à reorganização das escalas de atendimento e à garantia da continuidade dos serviços do Conselho Tutelar durante o período das suspensões.

Art. 4º Em cumprimento ao art. 7º da Decisão Administrativa de 26 de agosto de 2026, os Conselheiros Tutelares sancionados não perceberão o subsídio correspondente ao período de afastamento decorrente da penalidade de suspensão, observada a legislação municipal vigente e as regras aplicáveis à folha de pagamento.

§ 1º O efeito financeiro previsto no caput deverá corresponder exclusivamente ao período efetivamente abrangido pela penalidade de suspensão, de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, observada a forma de cálculo proporcional eventualmente aplicável.

§ 2º A implementação do efeito financeiro fica condicionada à certificação, pelo setor competente de pessoal/folha e pela Secretaria Municipal competente, do dispositivo legal ou regulamentar que autoriza a suspensão do subsídio durante o cumprimento da penalidade, com indicação do respectivo período e valor.

§ 3º A certificação prevista no § 2º deverá ser juntada aos autos administrativos antes da efetiva implementação do desconto em folha, para fins de registro e controle.

Art. 5º Compete ao setor de Recursos Humanos proceder aos registros funcionais decorrentes da presente Portaria e, após a certificação prevista no art. 4º, adotar as providências relativas aos efeitos financeiros da suspensão.

Art. 6º Os Conselheiros Tutelares atingidos pela presente Portaria deverão ser pessoalmente cientificados de seu conteúdo, mediante assinatura de termo de ciência, sem prejuízo da ciência da Decisão Administrativa de 26 de agosto de 2026.

Art. 7º Encaminhe-se cópia desta Portaria ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, à Comissão de Ética Disciplinar e ao setor responsável pela gestão de pessoal e folha de pagamento, para conhecimento e adoção das providências de suas respectivas competências.

Art. 8º A presente Portaria não importa em destituição da função, declaração de vacância do mandato ou aplicação de penalidade diversa daquela expressamente estabelecida na Decisão Administrativa de 26 de agosto de 2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos quanto às suspensões a partir de 01 de setembro de 2026, observado o regime de ciência e execução estabelecido na Decisão Administrativa de 26 de agosto de 2026 e na legislação municipal aplicável.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de agosto de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:0EEE9349

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **01/09/2026** e término em **31/08/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 31.08.2026

Pregão Eletrônico n° 040/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MARCELA DIAS AMORIM PIMENTA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:515E81CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 292/2026 - EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS – SEC DE FINANÇAS - KETHLLYN DOS SANTOS MARTINS

DECRETO Nº 292/2026, de 17 de agosto de 2026

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS – SEC DE FINANÇAS

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o protocolo nº 8800/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, **KETHLLYN DOS SANTOS MARTINS,** RG nº 10.949.188-8 SSP/PR, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS – SEC DE FINANÇAS – CC2,** em 17/08/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 17 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:62AE6018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 293/2026 - CONCEDE AUXILIO TRANSPORTE A SERVIDORA , NINIVER BELO MARTINS , PROFESSORA - PSS ,

DECRETO Nº 293/2026, de 17 de agosto de 2026

CONCEDE AUXILIO TRANSPORTE A SERVIDORA

A Prefeita Municipal de Antonina/PR, no uso de suas atribuições legais e Memorando nº 534/2026 SEMED e protocolo nº 8376/26,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO auxilio transporte para a seguinte Professora abaixo relacionada, por residir em outro município e lecionar na Escola Mun Caetana Martins:

SERVIDOR(A)	CARGO	MATRICULA	DATA
NINIVER BELO MARTINS	PROFESSORA - PSS	6551	01/08/2026

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 17 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7C0056B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 295/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 570.000,00

DECRETO Nº 295/2026, de 20 de agosto de 2026

Abre crédito adicional especial na importância de até R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais).

A Prefeita Municipal de Antonina/PR no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 61/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual – PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no valor de até R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas.

Crédito Especial

07.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
07.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.301.0030.2.015.	Assistência Médica, Odontológica e Sanitária	
611 – 3.3.90.34.00.00	01000 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$ 400.000,00
613 – 3.3.90.34.00.00	01369 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$ 70.000,00
612 – 3.3.90.34.00.00	31334 Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	R$ 100.000,00

Valor: R$ 570.000,00
Art. 2º Para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, servirão como recursos os valores provenientes da anulação parcial de

dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme abaixo discriminado.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
03.004.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretário	
03.004.04.122.0003.2.006.	Manutenção do Gabinete do Secretário da SA	
42 – 3.1.90.94.00.00	01000 Indenizações e Restituições Trabalhistas	R$ 400.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
07.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.301.0030.2.015.	Assistência Médica, Odontológica e Sanitária	
294 – 3.3.90.30.00.00	01369 Material de Consumo	R$ 70.000,00
07.001.10.301.0030.2.328.	Assistência à Atenção Primária – Recursos Estadual AP SUS	
310 – 3.3.90.39.00.00	31334 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 100.000,00

Valor: R$ 570.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 20 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5C5B638B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 299/2026 - EXONERA EDNEI STRAPASSAN DO CARGO DE COORDENADOR (A) DA ESCOLA MUN ARACY PINHEIRO LIMA

DECRETO Nº 299/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera Coordenador de escola municipal e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o Protocolo nº 9189/2026

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor **Ednei Strapassan** do cargo de **Coordenador (a)** da Escola Mun Aracy Pinheiro Lima – Batel.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos e retroativos a partir de **21 de agosto de 2026**.
Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 25 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FF8EC002

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 300/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORES, DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 300/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Diretores, das Escolas Municipais e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no Art. 60 da Lei Municipal nº 027/2026,considerando o Protocolo nº 8209/2026.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, pelo **período de 3 (três) anos**, os profissionais abaixo relacionados para exercerem os cargos de **Diretor (a)**, nas respectivas unidades escolares do Município:

DIRETORES

Neuzicleia Pilar Correa – E.R.M. Prof. Olimpia Breyer
Ednei Strapassan – E.R.M. Prof. Aracy Pinheiro Lima
Giovana Cristina de Souza – E.M. Profa. Caetana Martins
Marcia Regina Carvalho – E.M. Prof. Dr. João Paulino V. Filho
Maria Gabriela Nunes da Conceição – E.M. Profa. Cleuza Mari L. Tagliatela
Josiane Rodrigues da Veiga – E.M. Prof. Gil Feres
Regina de Fátima Bastos Maurício – E.M. Dr. Miranda Couto
Maria Alice Ribeiro Barreto – E.M. Profa. Maria Rosa M. Cecyn

Art. 2º O pagamento para os cargos ora nomeados será realizado em estrita conformidade com o Art. 60 da Lei Municipal nº 027/2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e administrativos a partir de **21 de agosto de 2026**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 21 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:75B66532

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 303/2026 - NOMEIA - DANIELLE GONÇALVES NUNES – COORDENADOR (A) ESCOLA MUN PROF GIL FERES

DECRETO Nº 303/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação Coordenador de Escola Municipal e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e considerando o disposto no Art. 60 da Lei Municipal nº 027/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a profissional abaixo relacionada para exercer o cargo de **Coordenador (a)** na respectiva unidade escolar do Município:
COORDENAÇÃO

Danielle Gonçalves Nunes – Coordenador (a) Escola Mun Prof Gil Feres

Art. 2º O pagamento para o cargo ora nomeado será realizado em estrita conformidade com a Lei Municipal nº 027/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e administrativos a partir de **21 de agosto de 2026**.
Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 21 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D2E98DAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 351/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ELIANA CRISTINA FIGUEIREDO, ENFERMEIRA – MATRICULA Nº 6128

PORTARIA Nº 351/2026, de 30 de julho de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8282/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ELIANA CRISTINA FIGUEIREDO, Enfermeira – Matricula nº 6128 , 13** (treze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **30/07/2026 à 11/08/2026**, conforme o protocolo nº 8282/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4C074809

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 352/2026 - DESIGNAR OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA: - GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO

PORTARIA Nº 352/2026, de 30 de julho de2026
PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, considerando o Protocolo nº 8280/2026-PESCA.

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuar na gestão e fiscalização dos contratos , da Secretaria Municipal de Pesca:
- Gestor do Contrato: ADMIR COSTA FREIRE
- Fiscal do Contrato: MIRIAN BEZERRA

Art. 2º Caberá aos servidores designados o acompanhamento, a fiscalização e o registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratual, conforme as normas legais vigentes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Agosto de 2026**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, em **30 de julho de 2026**.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7B9970CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 353/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, JOSIELE PIRES DA SILVA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÙDE – MATRICULA Nº 310111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 353/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, JOSIELE PIRES DA SILVA, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAùDE – MATRICULA Nº 310111

PORTARIA Nº 353/2026, de 31 de julho de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8314/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **JOSIELE PIRES DA SILVA, Agente Comunitário de Saùde – Matricula nº 310111,** 07 (sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **30/07/2026 à 05/08/2026**, conforme o protocolo nº 8314/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 31 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DC9BE719

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 354/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, JAQUELINE BASTOS LIMA VILELA, ASSISTENTE SOCIAL – MATRICULA Nº 385551

PORTARIA Nº 354/2026, de 31 de julho de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8188/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **JAQUELINE BASTOS LIMA VILELA, Assistente Social – Matricula nº 385551,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **20/07/2026 à 24/07/2026**, conforme o protocolo nº 8188/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 31 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0AAD6BAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 355/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, GISLENE MEIRA SENFLE MOLINARI DA SILVA, AUXILIAR DE ENFERMAGEM – MATRICULA Nº 385711

PORTARIA Nº 355/2026, de 31 de julho de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8175/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **GISLENE MEIRA SENFLE MOLINARI DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem – Matricula nº 385711,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **27/07/2026 à 31/07/2026**, conforme o protocolo nº 8188/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 31 de julho de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:04132DD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 356/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, FABIANE DE OLIVEIRA ALVES – PROFESSOR(A), MATRÍCULAS Nº 310541 E 354401

PORTARIA Nº 356/2026, de 31 de julho de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, Considerando o Protocolo nº 8163/2026.

Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a) **FABIANE DE OLIVEIRA ALVES – Professor(a), Matrículas nº 310541 E 354401 -** 15 (quinze) dias, Licença Tratamento de Saúde, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado, sendo os primeiros 15 (quinze) diasde **27/07/2026a10/08/2026,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS,

Conforme atestado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período **–15 (quinze)** dias, devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 31 **de julho de 2026.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6D9EEC46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 359/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ADRIANA DAS DORES PINHEIRO, PROFESSOR(A) - PSS 001/2025 – MATRICULA Nº 6452

PORTARIA Nº 359/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 87155/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ADRIANA DAS DORES PINHEIRO, Professor(a) - PSS 001/2025 – Matricula nº 6452,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **10/08/2026 à 14/08/2026**, conforme o protocolo nº 8715/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:449E9F68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 360/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, SILVIA DO PILAR LIMA PIRES, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MATRICULA Nº 323361

PORTARIA Nº 360/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8753/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **SILVIA DO PILAR LIMA PIRES, Auxiliar de Serviços Gerais – Matricula nº 323361,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **12/08/2026 à 25/08/2026**, conforme o protocolo nº 8753/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C5C01F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 361/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, MARCIA ELENA ADRIANO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MATRICULA Nº 304571

PORTARIA Nº 361/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8712/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **MARCIA ELENA ADRIANO, Auxiliar de Serviços Gerais – Matricula nº 304571 ,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **12/08/2026 à 16/08/2026**, conforme o protocolo nº 8712/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:5C192D83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 362/2026 - LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO NA FAMÍLIA, PATRICIA PIMENTEL DE PAULA – PROFESSOR(A) – MATRICULA Nº 829

PORTARIA Nº 362/2026, de 14 de agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 8642/2026

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **PATRICIA PIMENTEL DE PAULA – Professor(a) – Matricula nº 829**, 07 (sete) dias de **Licença por Motivo de Falecimento na Família**, conforme atestado de óbito em anexo, de **07/08/2026 até 13/08/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em **14 de agosto de 2026.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FCF509AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 363/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NAOR ZELLA MATHEUS JUNIOR, MOTORISTA D/E – MATRICULA Nº 915

PORTARIA Nº 363/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8635/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **NAOR ZELLA MATHEUS JUNIOR, Motorista D/E – Matricula nº 915,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **01/08/2026 à 14/08/2026**, conforme o protocolo nº 8635/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B9B613A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 364/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ANTONIO CEZAR DOS SANTOS RIBEIRO, CALCETEIRO – MATRICULA Nº 315261

PORTARIA Nº 364/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8605/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ANTONIO CEZAR DOS SANTOS RIBEIRO, Calceteiro – Matricula nº 315261,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **10/08/2026 à 23/08/2026**, conforme o protocolo nº 8605/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6E621FD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 365/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, TAIRINE MACHADO PASSOS, NUTRICIONISTA – PSS 003/2025 – MATRICULA Nº 6383

PORTARIA Nº 365/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8574/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **TAIRINE MACHADO PASSOS, Nutricionista – PSS 003/2025 – Matricula nº 6383,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **06/08/2026 à 19/08/2026**, conforme o protocolo nº 8574/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:AAC24847

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 366/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ELIAS DA SILVA , SEGURANÇA MUNICIPAL, MATRICULA Nº 258791

PORTARIA Nº 366/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, Considerando o Protocolo nº 8523/2026.

Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a) **ELIAS DA SILVA , Segurança Municipal, Matricula nº 258791 -** 15 (quinze) dias, Licença Tratamento de Saúde, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado, sendo os primeiros 15 (quinze) diasde **05/08/2026a19/08/2026,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS,

Conforme atestado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período **–30 (trinta)** dias, devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em **14 de agosto de 2026.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:A0565E39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 367/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, LEONI DE SOUZA, TÉCNICA DE ENFERMAGEM – MATRICULA Nº 884

PORTARIA Nº 367/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8246/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **LEONI DE SOUZA, Técnica de Enfermagem – Matricula nº 884,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **29/07/2026 à 11/08/2026**, conforme o protocolo nº 8246/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B600067C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 368/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE , BERNADETE DO ROSÁRIO SOARES – AUXILIAR DE ENFERMAGEM – MATRICULA Nº 304651

PORTARIA Nº 368/2026, de 14 de agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 8465/2026

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **BERNADETE DO ROSÁRIO SOARES – Auxiliar de Enfermagem – Matricula nº 304651**, 07 (sete) dias de Licença para tratamento de saúde , conforme em anexo, de **31/07/2026 até 06/08/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em **14 de agosto de 2026.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:10E05C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 369/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, LIDIA CHIARELLI DE SOUZA , PROFESSOR(A) – MATRICULA Nº 277661

PORTARIA Nº 369/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8762/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **LIDIA CHIARELLI DE SOUZA , Professor(a) – Matricula nº 277661,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **13/08/2026 à 26/08/2026**, conforme o protocolo nº 8762/2026.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:0A4E976C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 370/2026 - LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO, LEANDRO DA COSTA SILVA – AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO – MATRICULA Nº 6236

PORTARIA Nº 370/2026, de 14 de agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 8614/2026

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **LEANDRO DA COSTA SILVA – Agente Fiscal Tributário – Matricula nº 6236** , 07 (sete) dias de **Licença por Motivo de Casamento**, conforme em anexo, de **10/08/2026 até 16/08/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em **14 de agosto de 2026.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:E7556F7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 374/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, JANAINA DA COSTA CUNHA , PROFESSOR(A) – MATRICULA Nº 945

PORTARIA Nº 374/2026, de 14 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8438/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **JANAINA DA COSTA CUNHA , Professor(a) – Matricula nº 945,** 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **27/07/2026 à 09/08/2026**, conforme o protocolo nº 8762/2026.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 14 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C6681B45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 384/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, DOUGLAS FELIPE GLUCHOWISKI NADOLNY , AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MATRICULA Nº 1103

PORTARIA Nº 384/2026, de 24 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8884/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **DOUGLAS FELIPE GLUCHOWISKI NADOLNY , Agente Comunitário de Saúde – Matricula nº 1103,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **17/08/2026 à 21/08/2026**, conforme o protocolo nº 8886/2026.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 24 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SECRETÁRIO MUN DE ADMINISTRAÇÃO
Jetro Santos Calisto

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:ACDD6DC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 385/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ODILENO GARCIA TOLEDO , AUXILIAR TÉCNICO SANITÁRISTA – MATRICULA Nº 282821

PORTARIA Nº 385/2026, de 24 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 8886/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **ODILENO GARCIA TOLEDO , Auxiliar Técnico Sanitárista – Matricula nº 282821,** 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **17/08/2026 à 21/08/2026**, conforme o protocolo nº 8886/2026.

.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 24 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:1C19060E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 386/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CARLOS RAMON RAMOS DE ALMEIDA ,TÉCNICO TRIBUTÁRIO – MATRICULA Nº 6227

PORTARIA Nº 386/2026, de 24 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 9057/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CARLOS RAMON RAMOS DE ALMEIDA ,Técnico Tributário – Matricula nº 6227,** 07 (sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **20/08/2026 à 26/08/2026**, conforme o protocolo nº 9057/2026.
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 24 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:36D2C337

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 398/2026 - PRORROGA 9SS 001-2025 E PSS 003-2025 - SEMED

PORTARIA Nº 398/2026, de 27 de agosto de 2026.

Nomear Contratos PSS nº 001/2025 e PSS nº 003/2026 , Considerando tabela Anexa a Portaria.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, **ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI** no uso de suas atribuições legais de acordo com o PSS Nº 001/2025 e PSS Nº 003/2025/SEMED, e Protocolos nº 6350/26,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam prorrogados os Contratos do Processo Seletivo Processo Público nº 001/2025 e **003/2025**, até 18/12/2026, conforme relação abaixo:

PROCESSO SELETIVO CONTRATO VENCIMENTO 2026

1. PROFESSOR I – Edital nº 001/2025

Nome do Candidato	Início
Beatrice Calegari Gonçalves	21/05/2026
Hevelyn Katyene da Silva Martins	30/04/2026
Andréia Carla Alves	07/06/2026
Caroline Aparecida Alves da Silva	04/06/2026
Janaina da Cunha	04/06/2026
Grazielle Belo Martins	12/06/2026
Samanta Ramos dos Santos	19/06/2026
Angela Maria Arantes da Conceição	12/06/2026

2. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Edital nº 003/2025

Nome do Candidato	Início
Felipe Rocha de Almeida	14/05/2026

Art. 2º - Está Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos vigentes na data estabelecida conforme discriminado no anexo acima , revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Procedam-se as devidas anotações na sua ficha funcional
Gabinete da Prefeita, 27 de agosto de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DE325CB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 399/2026 - LICENÇA ESPECIAL - JAQUELINE BASTOS LIMA VILELA, ASSISTENTE SOCIAL, MATRÍCULA Nº 38555

PORTARIA Nº 399/2026, de 28 de agosto de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, Rozane Maristela Benedetti Osaki, no uso de suas atribuições legais, e **considerando o contido no Protocolo nº 9175/2026**,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial remunerada pelo período de 90 (noventa) dias ao servidor(a) **JAQUELINE BASTOS LIMA VILELA**, **Assistente Social**, Matrícula nº 38555.

Art. 2º O período de fruição do benefício terá início em **01/09/2026** e término em **29/11/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Antonina, 28 de agosto de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FF4904B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 012/2026 - AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2026

As Secretárias Municipais de Educação, Cultura e Esporte e de Obras, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 012/2026, homologado pelo Decreto n.º 175/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Auxiliar de Obras e Manutenção, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 10885/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 624/2012,

TORNAM PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 012/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **02/09/2026, às 10h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta nos Processos Administrativos n.º 21786/2026 – SMECE e 21765/2026 --- SMO, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte	8h às 12h e 13h às 17h	4
Secretaria Municipal de Obras	8h às 12h e 13h às 17h	2

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
1°	TANI DE FATIMA CARDOSO	19421/2026
2°	JURANDIR OSVALDO VIEIRA	17907/2026
3°	JOÃO DIAS	18292/2026
4°	ANTONIO BORGES DOS SANTOS	19338/2026
5°	JEFERSON ALVES DE LIMA	18947/2026
6°	FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS	19302/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, quando aplicável;
13) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
14) CPF dos filhos menores de 18 anos;
15) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
16) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
17) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
18) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
19) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
20) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
21) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
PRISCILA FRANÇA MAROCKI
Secretária Municipal de Obras

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:0CED3397

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 004/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **02/09/2026, às 9h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta no Processo Administrativo n.º 20296/2026 --- SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	6h às 15h	1
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	10h às 19h	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
15°	TAMIRIS CRISTINA DUTRA QUILLO	17131/2026
16°	MARINA VIEIRA CORRENTE	16126/2026

*17°	*MARLA GABRIELA DE LIMA	*16483/2026
*18°	*KELLI CRISTINA FERREIRA	*16331/2026

** Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:5ADB9DE7

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 087/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA.
OBJETO: Contratação de software de automação com a finalidade de validar, acompanhar e fiscalizar orçamentos provenientes dos processos de consertos e reparos da frota municipal.
VALOR: Até R$ 25.326,38 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.002.23.122.0002.2043-3.3.90.40.00.00.1000
09.002.04.122.0002.2094-3.3.90.40.00.00.1000
05.001.04.122.0002.2018-3.3.90.40.00.00.1000
08.001.12.361.0009.2052-3.3.90.40.00.00.1001
12.001.10.301.0016.2113-3.3.90.40.00.00.1008
13.002.08.122.0015.2129-3.3.90.40.00.00.1000
06.001.04.122.0002.2029-3.3.90.40.00.00.1000
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 26 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:19859087

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 606/2026

PORTARIA Nº 606/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 12650/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
CAROLINE ALBERTON GASPARETTO	47054	13/10/2026	26/11/2026	2020/2025	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 31 de agosto de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:DEEFC9FD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 607/2026

PORTARIA N.º 607/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de

Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **15/09/2026 a 14/09/2027.**

PATRÍCIA APARECIDA BIERNASKI MANEIRA
Matrícula: 542045
Cargo: Profissional da Educação - PROFESSOR
Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade
Processo nº: 21619/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:FC712A2A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 608/2026

PORTARIA N.º 608/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **15/09/2026 a 14/09/2027.**

JURACI BENTO DOS SANTOS
Matrícula: 542036
Cargo: Profissional da Educação - PROFESSOR
Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade
Processo nº: 21625/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:E32FD17F

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 609/2026

PORTARIA N.º 609/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 10/2024 - Processo Administrativo N.º 24442/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 10/2024, pelo prazo **15/09/2026 a 14/09/2027.**

LUCIANA COLTRO ZANETTI
Matrícula: 542035
Cargo: PSS – TRAB EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR
Lotação: SMECE – CMEI Tia Niva
Processo nº: 21663/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:7FFD874A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 610/2026

PORTARIA N.º 610/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 10/2024 - Processo Administrativo N.º 24442/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 10/2024, pelo prazo **15/09/2026 a 14/09/2027.**

RAYANE THAISE TESSARO FERREIRA
Matrícula: 542046
Cargo: PSS – TRAB EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR
Lotação: SMECE – CMEI Jardim da Alegria
Processo nº: 21661/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:DB2E21FE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 613/2026

PORTARIA N.º 613/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **15/09/2026 a 14/09/2027.**

JOSELIA MARIA GARRETT
Matrícula: 542041
Cargo: Profissional da Educação - PROFESSOR
Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski
Processo nº: 21621/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:0253A76A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 614/2026

PORTARIA N.º 614/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e com fundamento na Leis Municipais 661/2012, 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 06/2025 - Processo Administrativo N.º 12357/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 06/2025, pelo prazo de **15/09/2026 a 14/09/2027.**

FABIANA CHIBIOR BARTH
Matrícula: 542037
Cargo: Profissional da Educação - PROFESSOR
Lotação: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola Municipal Padre Boleslau Liana
Processo nº: 21622/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com **produção de efeitos a partir de 15/09/2026.**

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:918C30FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13 / 2026

O MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, com sede na Rua Frei Rafael Proner, nº 1457, inscrito no CNPJ nº 76.235.753/0001-48, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados a realização de DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, na plataforma BLL COMPRAS, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 3.537/2023, do Decreto Municipal nº 3.621/2023, da Lei Municipal nº 4.169/2022 e demais normas aplicáveis, observadas as condições deste Aviso e seus anexos.
OBJETO
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E O FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PERSONALIZADOS, COMPREENDENDO REGATAS FEMININAS, CAMISETAS FEMININAS, CAMISETAS MASCULINAS, SHORTS MODELO CICLISTA MASCULINO, SHORTS MODELO CICLISTA FEMININO E AGASALHOS ESPORTIVOS, EM TAMANHOS VARIADOS, DESTINADOS ÀS INTEGRANTES DO GRUPO DA MELHOR IDADE, VINCULADO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSUNTOS DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR, PARA PARTICIPAÇÃO EM TORNEIOS DE VOLEIBOL E DEMAIS EVENTOS ESPORTIVOS INTERMUNICIPAIS.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 23.346,85 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).
PERÍODO DE PROPOSTAS
De 31/08/2026 até 16/09/2026 às 08:30
PERÍODO DE LANCES
De 16/09/2026 das 08:30 às 14:30
Totalizando o prazo de 6 (seis) horas, conforme art. 10, do Decreto Municipal Nº 3621/2023
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
Conforme Lei Complementar nº 123/06
A retirada do edital e anexos poderá ser feita na plataforma BLL COMPRAS e no sítio eletrônico www.bandeirantes.pr.gov.br, bem como no Departamento de Licitações, após a publicação do aviso.

CLAUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:D10CD279

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 36/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026
O Município de Bandeirantes-PR avisa os interessados que no dia **21/09/2026, às 08:30**, no portal: https://bllcompras.com, realizará a licitação em referência, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PRANCHA 0KM, EQUIPADO COM PRANCHA FIXA, DESTINADO AO TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.** A retirada do edital poderá ser feita nos sítios eletrônicos: https://bllcompras.com, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, através do link: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1, https://www.bandeirantes.pr.gov.br/licitacao e também no departamento de Licitações da Prefeitura a partir do dia 02 de setembro de 2026.
Bandeirantes – PR, 28 de agosto de 2026.

CLÁUDIA JANZ DA SILVA
Secretária de Administração

Publicado por:
Weslley Rodrigo Ramos Pires
Código Identificador:CC64E741

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO CORRETIVA COMPLETA DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ;
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 2.898.975,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais);

ENVIO DAS PROPOSTAS: ATÉ DIA 17/09/2026 ÀS 07:59:00;
ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 17/09/2026 ÀS 08:00:00;
DISPUTA: DIA 17/09/2026 ÀS 09:00:00;

RETIRADA DO EDITAL: portal de transparência https://barbosaferraz.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes;
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTOS DOS LANCES: https://bnccompras.com/Home/Login;
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Departamento de Compras e Licitações - Av. Presidente Kennedy 363, centro, Barbosa Ferraz-PR, Fones: (44) 3275-1377 - E-mail: licitacao@barbosaferraz.pr.gov.br .

BARBOSA FERRAZ –PR, 31 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:304A15E2

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026- MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Rosa Alves, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA:ASTROLAR TECHNOLOGIE, CNPJ: 45.705.767/0001-54.

PROCESSO LICITATORIO: Pregão nº 29/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ONGRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, DE ACORDO COM O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4102505/2023 ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.

VALOR: R$ 1.263.050,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:21/08/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 21 de Agosto de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:DE421929

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 82/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: ROSENILDO DE PAULA 31663893268, CNPJ: 37.208.492/0001-15.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº43/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA REGIONAL ROSENILDO DE PAULA 31663893268, CNPJ Nº 37.208.492/0001-15, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL, A SER REALIZADO NO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 4 MESES

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 31 de Agosto de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:4D736E56

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Administrativo nº: 96/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 22/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA COMPOSTA POR PAINEL DE LED HÍBRIDO, ESTRUTURAS DE FIXAÇÃO E PALCO PRATICÁVEL, INCLUINDO ACESSÓRIOS, CABEAMENTO, CASES DE TRANSPORTE, ENTREGA E SERVIÇOS DE MONTAGEM TÉCNICA INICIAL/OPERAÇÃO ASSISTIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, LOTES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR

I – OBJETO:
Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico 22/2026, que teve como Objeto: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INTEGRADA COMPOSTA POR PAINEL DE LED HÍBRIDO, ESTRUTURAS DE FIXAÇÃO E PALCO PRATICÁVEL, INCLUINDO ACESSÓRIOS, CABEAMENTO, CASES DE TRANSPORTE, ENTREGA E SERVIÇOS DE MONTAGEM TÉCNICA INICIAL/OPERAÇÃO ASSISTIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, LOTES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERENCIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, no valor de referência de R$ 133.609,76 (cento e trinta e três mil, seiscentos e nove reais e setenta e seis centavos).

II - DA FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, cumpre-nos salientar que o município de Barbosa Ferraz, iniciou o procedimento licitatório, porque havia uma demanda para o objeto citado anteriormente, que supriria a necessidade até

então avaliada pela Administração, o que ensejou na formalização através de processo licitatório, conforme preceitos regidos em Lei.

Ocorre que diante da ocorrência de fatos supervenientes, a Administração perdeu o interesse no prosseguimento deste processo licitatório, tendo em vista que foi encaminhado ao setor de licitação, documento da Secretaria Municipal de Inovação Tecnológica e Indústria e Comércio, solicitando redução nos quantitativos, a mesma justificou que por se tratar de uma solução tecnológica, não faz sentido realizar a aquisição de uma quantidade qual o município não irá utilizar.
Nesse caso, a revogação, prevista no art. 71 da Nova Lei de Licitações, constitui a forma adequada de desfazer o procedimento licitatório tendo em vista a superveniência de razões de interesse público que fazem com que o procedimento licitatório, inicialmente pretendido, não seja mais conveniente e oportuno para a Administração Pública.

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética. 9º Edição. São Paulo. 2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revogação:
"A revogação consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado à satisfação do interesse público. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. Após, praticado o ato, a administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá então o desfazimento do ato anterior. Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (....) Nesse sentido, a lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabilização de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente". (Grifo nosso)

De igual modo, a Lei 14.133/2021 defende a possibilidade de revogação, inclusive, nos casos semelhantes ao presente. Nos termos do art. 71, §2º, da citada lei:
§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
Desse modo, a Administração Pública ao constatar a inconveniência e a inoportunidade poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473/STF:
"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." (Grifo nosso)

Esse também é o posicionamento do TCU:
"Ato de revogar a licitação pode ser praticado a qualquer momento. É privativo da Administração. Sem prejuízo das determinações cabíveis, considera-se prejudicada a representação que versa sobre falhas apontadas em concorrência ante a perda de seu objeto, devido à declaração de sua revogação pela Administração licitante." (TCU, Acórdão nº 889/2007, Plenário). (Grifo nosso).

III - DA DECISÃO
Assim, com fulcro nos fundamentos de fato e de direito já expostos entendemos ser necessário a REVOGAÇÃO da Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 22/2026, nos termos do da Lei nº 14.133/2021.

Barbosa Ferraz, 28 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:BFBA6365

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 2.828/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.828/2026.

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 2.509, de 31 de janeiro de 2022, para estender o auxílio-alimentação aos servidores públicos contratados por prazo determinado e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, aprova e eu, CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.509, de 31 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-alimentação de caráter indenizatório aos servidores públicos municipais do Poder Executivo ativos, efetivos, ainda que em estágio probatório, ocupantes de cargos em comissão, conselheiros tutelares e aos servidores contratados por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, desde que em efetivo exercício de suas funções."

Art. 2º Aos servidores contratados por prazo determinado aplicam-se todas as regras, critérios, limitações e hipóteses de concessão, proporcionalidade, suspensão e demais disposições previstas na Lei Municipal nº 2.509/2022.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:F009D84E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 285-2026

PORTARIA N° 285/2026
De: 31/08/2026.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração, a pedido, da servidora Marta Ramos, ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Exonerar, a pedido, em 29 de agosto de 2026**, MARTA RAMOS, portador do CPF nº 037.XXX.XXX-33, Matrícula 600708,** ocupante do cargo efetivo de **Mãe Social**, admitido (a) em 07/04/2025 pelo concurso público Edital nº01.001/2024, nomeada pela Portaria 284/2025 de 09/04/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11/04/2025 fls. 053, edição 3255.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 29/08/2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz Pr, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:0A69E41B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
FÉRIAS JULIA GODOY

PORTARIA Nº. 275/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE:***

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinte) dias para a servidora pública da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, SRª. **JULIA GODOY SIMONI PAVANELLI**, investida no cargo efetivo de Advogada, referente ao período aquisitivo de: 11/09/2025 a 10/09/2025, com período de gozo de 01/09/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º. Esta Portaria passa a vigorar a partir desta data.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Certifique-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente
2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:B483139F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA RETIFICADA Nº. 129/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores públicos que abaixo especifica.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

I – Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/09/2026 à 30/09/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada na *Secretaria Municipal de Saúde Pública*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
2851 Flávia Cristina de Freitas	Auxiliar de Enfermagem	07/08/2025 – 06/08/2026

II - Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/09/2026 à 30/09/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada no *Departamento da Mulher, Família e Assistência Social*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360825 Luana Avelar Thomazi Vieira	Conselheira Tutelar	19/08/2025 – 19/08/2025

III - Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **01/09/2026 à 20/09/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada na *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 295/2026 em 26/06/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360763 Marcela de Freitas Calixto	Secretária Municipal de Esporte e Lazer	02/01/2025 – 01/01/2026

IV - Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **14/09/2026 à 03/10/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado na *Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 393/2026 em 04/08/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
4931 Moisés Alves Pereira	Operador de Maquina Pesada	07/11/2024 – 30/09/2025

V - Conceder FÉRIAS de 20 (vinte) dias, período de gozo de: **14/09/2026 à 03/10/2026**, a servidora abaixo nominada, lotada na *Procuradoria Jurídica*, referente ao Período Aquisitivo que menciona. Fica concedido ao servidor Abono Pecuniário de Férias de 10 dias, de acordo com o art. 99, parágrafo 4º da Lei Municipal nº. 16/93 e conf. req. Protocolado sob o nº. 387/2026 em 31/07/2026:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
360652 Rafaela Sedassari Moraes	Advogada	14/08/2025 – 13/08/2026

VI - Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/09/2026 à 30/09/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
3161 Reinaldo Soares de Farias	Servente de Pedreiro	02/12/2024 – 30/11/2025

VII - Conceder FÉRIAS de 30 (trinta) dias, período de gozo de: **01/09/2026 à 30/09/2026**, ao servidor abaixo nominado, lotado no *Departamento de Serviços Públicos*, referente ao Período Aquisitivo que menciona:

MATRÍCULA/NOME:	CARGO:	PERÍODO AQUISITIVO:
1481 Valdir Crespan	Pedreiro	04/02/2025 – 03/02/2026

Registre-se, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 26 de agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:E42E1E87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR055/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI), NA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS E NO GINÁSIO MUNICIPAL 7 DE SETEMBRO, ATENDENDO AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA.
2. DATA DE ABERTURA: Dia 15/09/2026, às 08:30 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 28 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipa

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:6C4EA8F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR54/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS PARA O EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO "DIA DA CRIANÇA" NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
2. DATA DE ABERTURA: Dia 15/09/2026, às 08:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 28 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:5C09663A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR56/2026

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA torna público a realização do Pregão Eletrônico.
1. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E MOBILIA PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BELA VISTA DA CAROBA.
2. DATA DE ABERTURA: Dia 15/08/2026, às 09:00 horas.
3. LOCAL DA ABERTURA: www.licitanet.com.br.
O Edital e Anexos estarão disponíveis em www.licitanet.com.br.
Bela Vista da Caroba - PR - 31 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:B260F548

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 005/2026

Termo de Colaboração Nº: 005/2026
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada...: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Valor.....: R$ 45.730,00 (Quarenta e cinco mil e setecentos e trinta reais).
Vigência.....: Início: 31/08/2026 Término: 31/08/2027
Modalidade...: Inexigibilidade Nº005/2026
Recursos.....: Dotação: 2.032.3.3.50.43.00.00.00.00
Objeto.....: **INEXIGIBILIDADE, PARA CELEBRAR O TERMO DE COLABORAÇÃO QUE TENHAM POR OBJETO PROMOVER EM ÂMBITO MUNICIPAL A FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA PARA REPASSE DE VALOR NO MONTANTE DE R$ 45.730,00, ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR, QUE DEVERÁ SER APLICADO NA MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DA OFERTA E/OU QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELA APAE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, SENDO O RECURSO DIRIGIDO ÁS AÇÕES E SERVIÇOS RELATIVOS A ATENÇÃO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME PORTARIA FNS 449/2023, PARA PROMOVER, EM ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA, A ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PRIORITARIAMENTE AQUELA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, MÚLTIPLA OU TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO.**
Bela Vista da Caroba - PR, 31 de agosto de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:9BFFC54B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0177/2026

PORTARIA Nº 0177/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 30 dias de férias a partir de 31 de agosto de 2026, a servidora **MAYARA NONNENMACHER**, portadora do CPF 083.xxx.xxx-10, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:C6D49CB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL20/2026
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 31/08/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA DO FABRICANTE, RELATIVO AOS CAMINHÕES CAÇAMBA ATEGO 2730 PLACAS UAV4A98, UAV4A91 E UAV4B14, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

1705 - INGA VEICULOS LTDA (01.994.951/0010-87)

TOTAL GERAL: R$ 9.570,57

Bela Vista da Caroba, 31/08/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:1DCAFFA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – (LEI ALDIR BLANC) SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

A Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR., por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Avaliação e Seleção dos projetos, torna público o **Resultado Preliminar de Habilitação do Edital 02/2026 – (POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA).**

-Raiane Serbai - CPF:XXX-XXX-979-06 Parecer: HABILITADO
-Fernanda Serbai Ferreira - CPF: XXX-XXX-389-97 Parecer: HABILITADO
- Thiago Henrique Ferreira da Silva – CPF: XXX-XXX-179-19 Parecer: HABILITADO
-Dirce de Almeida Cordeiro dos Santos - CPF:XXX-XXX-699-20 Parecer: NÃO HABILITADO
-Marcio Rumenick Pereira Ambrosio - CPF: XXX-XXX-366-01 Parecer: NÃO HABILITADO
-Evelyn Viana Becker - CPF: XXX-XXX-159-03 Parecer: NÃO HABILITADO

Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR 31 de Agosto 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:B6F214B6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE ALUGUEL SOCIAL Nº 018/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL N° 18/2026
LEI Nº 546/2021 (BENEFÍCIO SOCIAL AUXÍLIO MORADIA)

CONTRATANTE: Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

CONTRATADA: Rosalina de Fátima Soares

BENEFICIÁRIO: Madalena Ribas Martins

OBJETO: locação de uma casa residencial localizada na Linha Fatima s/n°, na Cidade de Boa Vista da Aparecida/PR, com suas benfeitorias e instalações, para atender as finalidades sociais previstas na Lei Municipal nº 546/2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 3 (três) meses, com vigência no período de 17/06/2026 a 16/12/2026.

FISCAL DO CONTRATO: Sra. Rosangela Ghedin Berti

Boa Vista da Aparecida – PR, em 17 agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:F13971D2

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO DE ALUGUEL SOCIAL Nº 020/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO RESIDENCIAL N° 20/2026
LEI Nº 546/2021 (BENEFÍCIO SOCIAL AUXÍLIO MORADIA)

CONTRATANTE: Município de Boa Vista da Aparecida – PR

CONTRATADA: Acilda Limberger Raach

BENEFICIÁRIO: Lizete Alves

OBJETO: locação de uma casa residencial localizada na Rua Marcelo Tolentino n°111, na Cidade de Boa Vista da Aparecida/PR, com suas benfeitorias e instalações, para atender as finalidades sociais previstas na Lei Municipal nº 546/2021.

VALOR DO CONTRATO: R$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais) mensais.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato é de 03 (três) meses, com vigência no período de 24/08/2026 a 23/11/2026.

FISCAL DO CONTRATO: Sra. Rosangela Ghedin Berti

Boa Vista da Aparecida – PR, em 24 agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:5C93C266

ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL Nº 004/2026

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL Nº 004/2026
(ALUGUEL SOCIAL – LEI MUNICIPAL Nº 546/2021)

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

LOCADOR: Tania de Fatima Nunes, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 079.269.979-35, residente e domiciliado no Município de Boa Vista da Aparecida/PR;

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 78.121.985/0001-09, com sede na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, nº 1190, Boa Vista da Aparecida/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Eduardo José Henrichs;

BENEFICIÁRIO: Jhonatan Torres Paulino, brasileiro, desempregado, inscrito no CPF nº 112.301.129-01, residente e domiciliado em Boa Vista da Aparecida/PR; têm entre si, justa e acordada, a presente **RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL (ALUGUEL SOCIAL)**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO RESCINDIDO
As partes resolvem rescindir, de comum acordo, o **Contrato de Locação de Imóvel Residencial (Aluguel Social – Lei Municipal nº 546/2021)** firmado em **01 de junho de 2026**, referente ao imóvel

localizado na **Rua Goitacás, s/n, Boa Vista da Aparecida/PR**, cujo prazo inicial de vigência era de 01/06/2026 a 01/09/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DATA E DOS EFEITOS DA RESCISÃO
A rescisão passa a produzir **plenos efeitos a partir de 12/08/2026**, data desde a qual o imóvel está **totalmente desocupado**, livre de pessoas e bens, e restituído ao LOCADOR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO IMÓVEL
O BENEFICIÁRIO declara que entregou (ou entregará) o imóvel **em condições adequadas de uso**, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso regular, inexistindo benfeitorias indenizáveis ou direito de retenção.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
As partes declaram que, até a data da rescisão, **não há valores pendentes de aluguel** (ou, se houver, poderão ser ajustados administrativamente), nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título, em razão do contrato ora rescindido.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO
Com a assinatura do presente termo, as partes concedem-se **mútua, plena, geral e irrevogável quitação**, para nada mais reclamar, judicial ou extrajudicialmente, relativamente ao contrato rescindido.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO
Fica eleito o **Foro da Comarca de Capitão Leônidas Marques/PR**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste termo.
E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente **TERMO DE RESCISÃO** em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Boa Vista da Aparecida/PR, 12 de agosto de 2026.

TANIA DE FATIMA NUNES
Locador

Município de Boa Vista da Aparecida
Locatário
EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

JHONATAN TORRES PAULINO
Beneficiário

Publicado por:
Leila Mara Kubiak Mizerski
Código Identificador:A56A61A0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

EXTRATO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: M.B. GRACIANI COMBUSTIVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 5,94

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR AMP (R$)	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 6,10	3,00%	R$ 5,91

Boa Vista da Aparecida - PR, em 31 de agosto de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:E1F01F49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 764/2026

DECRETO Nº 764/26

Súmula: Exonera a pedido Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido a partir de 01 de setembro de 2026, **Bruno Cesar Ceccon Bassetti, CPF ***.178.519-**** ocupante do cargo em provimento em Comissão de Diretor de Departamento CC2, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 31 de agosto de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:76ED847B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174/2026

PORTARIA Nº 174/2026

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a partir de 01 de setembro de 2026 a Portaria de nº 76/2025 que nomeava BRUNO CESAR CECCON BASSETTI CPF ***.178.519-**, ocupante do cargo de Chefe de Divisão CC4, lotado na Secretaria Municipal de Administração, o mesmo atuava como Assistente do Detran, do departamento do Detran, junto ao Município de Bocaiuva do Sul.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 31 de agosto de 2024.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:59B75315

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 758/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Bocaiúva do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206 e 211 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº /, que institui e/ou regulamenta o Conselho Municipal de Educação de Bocaiúva do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a regular composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado integrante do Sistema Municipal de Educação;

CONSIDERANDO as indicações apresentadas pelos respectivos órgãos, entidades e segmentos representados no Conselho Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º

Ficam nomeados os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Educação – CME de Bocaiúva do Sul, para o mandato de 2 (dois) anos de 31 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2028, nos termos da legislação municipal vigente. arrume

O Conselho Municipal de Educação será composto pelos seguintes representantes:

Publicado por:
Gabriela Oliveira Falcade
Código Identificador:19C272B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 10 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)
Município de Bom Jesus do Sul - PR
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026
R$ 1,00
FONTE: Sistema e-Pública (1657-9749-915). Unidade Responsável: .
Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:15.
1 / 1

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:131093AC

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1490/2026

SÚMULA: Nomeia JANDIRA PINNO para o Cargo temporário de Agente de Controle de Endemias.

HELIO JOSE SURDI, PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n0 **803/2017 de 14 de dezembro de 2017** e Lei nº 1118/2023 de 17 de novembro de 2023, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 1/2025 - Edital n0 7/2025 de 14 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art. 10 - Fica nomeada **JANDIRA PINNO** portadora do CPF**: 039.***.***23** para o Cargo em Caráter Temporário de Agente de Controle de Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Saúde, no período **de 01 de setembro de 2026 à 12 de agosto de 2027**.
Art. 2º - Uma vez cessado o motivo que deu causa a nomeação, fica revogada a nomeação
Art. 30 - O presente Decreto entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul – Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:18E3946B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1489 /2026

SÚMULA: Nomeia ELIANE STEVES para o Cargo temporário de Terapeuta Ocupacional

HELIO JOSE SURDI, PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n0 **803/2017 de 14 de dezembro de 2017** e Lei nº 1118/2023 de 17 de novembro de 2023, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 1/2025 - Edital n0 7/2025 de 14 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art. 10 - Fica nomeada **ELIANE STEVENS** portadora do CPF**: 008.***.***14** para o Cargo em Caráter Temporário de Terapeuta Ocupacional, com carga horária de 30 (quarenta) horas semanais, lotada no Secretaria de Educação e Cultura, no período **de 01 de setembro de 2026 à 12 de agosto de 2027**.
Art. 2º - Uma vez cessado o motivo que deu causa a nomeação, fica revogada a nomeação
Art. 30 - O presente Decreto entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul – Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3A0AD750

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **EVERTON LUAN GRANDI**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:98C40399

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **BRENDA RAISA SOARES DE BORBA**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:8340466B

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **ELISSON LUIZ DA SILVA**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:88F9B928

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **GABRIEL HENRIQUE TEIXEIRA SURDI**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0BEDC29E

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **KAUAN GABRIEL FIUZA**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:EE60BA5E

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **JOÃO PEDRO CAVAGNOLLI DE OLIVEIRA**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:88183380

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM

EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **MEIGDYEL TEIXEIRA**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FE3D9089

ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO DE APRENDIZAGEM
EMPREGADOR: MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL - PR
EMPREGADO: **VINICIUS SABBI DIAS**
VALOR: Salvo condições mais favoráveis, será garantido o salário mínimo hora, conforme § 2º do artigo 428 da CLT.
JORNADA DE TRABALHO: 20 HORAS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 01/09/2026 até 30/11/2027
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ.
FUNDAMENTO: DECRETO-LEI N° 5.452/1943 CLT; LEI N° 10.097/2000

BOM JESUS DO SUL - PR, 01 DE SETEMBRO DE 2026

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C8B15FCB

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°169-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°169/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: 63.226.843 JEFFERSON APARECIDO FRANCISCO.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para desenvolvimento de atividades e divulgação de eventos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS, Departamento de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento.
VIGÊNCIA: 31/08/2026 à 30/08/2027.
VALOR: R$ 6.742,50 (seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°34/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E19C493A

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°170-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°170/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: CLESIO MENES BERNARDES.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para desenvolvimento de atividades e divulgação de eventos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS, Departamento de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento.
VIGÊNCIA: 31/08/2026 à 30/08/2027.
VALOR: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°34/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:7F40D420

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 171-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°171/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: GALERIA 23 COMUNICAÇÃO VISUAL E GRÁFICA LTDA.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para desenvolvimento de atividades e divulgação de eventos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS, Departamento de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento.
VIGÊNCIA: 31/08/2026 à 30/08/2027.
VALOR: R$ 43.877,10 (quarenta e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e dez centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°34/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:911E1262

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°172-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°172/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: KERP SOLUÇÕES EIRELI EPP.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para desenvolvimento de atividades e divulgação de eventos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS, Departamento de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento.
VIGÊNCIA: 31/08/2026 à 30/08/2027.
VALOR: R$ 2.187,00 (dois mil, cento e oitenta e sete reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°34/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:02A5F601

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°173-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°173/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: VILMAR TEIXEIRA 00161610099.
OBJETO: Aquisição de materiais gráficos para desenvolvimento de atividades e divulgação de eventos para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria da Família, Desenvolvimento Social e Habitação/CRAS, Departamento de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento.
VIGÊNCIA: 31/08/2026 à 30/08/2027.
VALOR: R$ 77.663,30 (setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°34/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0F1DA29E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.891, DE 31 DE AGOSTO 2026.

Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, Senhor Maico Diogo Faversani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA
Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 3.736/2025 de 26 de novembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:E3B25D1E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRTÔNICA 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO 20/2026
O município de Bom Sucesso do Sul-Paraná torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia **18 de setembro do ano de 2026**, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

LOCAL DO BJETO	OBJETO	QUANTIDADE	PRAZO
Estrada Rural Comunidade Cerro Azul – Comunidade Mundo Novo	Pavimentação em CBUQ	30.680,69m²	

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Bom Sucesso do Sul e na plataforma https://bomsucessodosul.pr.gov.br/licitações e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Bom Sucesso do Sul, 31 de agosto de 2026.

JOSIANE FOLLE
Agente de Contratação

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:A487D685

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LEILOEIRO

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS

CHAMAMENTO PUBLICO 01/2025

O**Município de Bom Sucesso do Sul**, Estado do Paraná, torna pública a convocação do**2º (segundo) credenciado, Sr. LUIZ CARLOS DALL'AGNOL**, referente à**Chamada Pública nº 01/2025**, para que, no prazo de até**10 (dez) dias úteis**, apresente a documentação de habilitação exigida no**item 4 do referido Edital**. A documentação deverá ser encaminhada em sua forma original, podendo ser enviada**via Correios, por meio de SEDEX, ou via e-mail**, de modo que seja recebida até as**17h30min do dia 14 de setembro de 2026**. Após o recebimento da documentação, a**Comissão de Licitações**reunir-se-á novamente, em data e horário previamente estabelecidos, para proceder à conferência dos documentos de habilitação apresentados pelo credenciado, ocasião em que será declarada sua condição de**HABILITADO ou INABILITADO**para a realização do leilão, conforme as exigências estabelecidas no edital.
Caso o credenciado**não tenha interesse em prosseguir no credenciamento**, deverá formalizar sua desistência mediante requerimento próprio, o qual deverá ser**impresso, assinado e carimbado pelo leiloeiro responsável**, podendo o documento ser encaminhado via e-mail. Para maiores informações, entrar em contato pelo telefone**(46) 3199-2333**.

Bom Sucesso do Sul, 31 de agosto de 2026.

JOSIANE FOLLE
Agente de Contratação

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:9A517633

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 38/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o (a) candidato (a) relacionado (a) abaixo, aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025, à comparecer, **até o dia 08 de setembro de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida nos itens 10.4 e 10.5, do Edital nº 001/2025, do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovados.
ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nome
13º	ANTÔNIO MARCOS SCHIAVO

ENFERMEIRO

Classificação	Nome
14º	KETULI CABRAL

Bom Sucesso do Sul, 31 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:1E720993

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 006/2026 PROCESSO 123/2026 AGRICULTURA FAMILIAR

CHAMADA PÚBLICA 006/2026
PROCESSO 123/2026
AGRICULTURA FAMILIAR

O Município de Braganey, Estado do Paraná, por meio de seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o Processo de Chamada Pública n°. 006/2026, referente à aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme preços e condições estabelecidas no Edital.
Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no seguinte período:
Entrega do envelope: A partir do dia **03/09/2026 até o dia 14/09/2026 até as 17h00,** no protocolo da Prefeitura Municipal de Braganey, sito Avenida Arthur Pereira, 860, em Braganey – PR.
Análise da documentação de qualificação dos participantes no processo: **16/09/2026 as 08h30,** na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Braganey, sito Avenida Arthur Pereira, 860, em Braganey – PR.
Publicação do resultado da pré-qualificação: **21/09/2026 á partir das 09:00hs.**
Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Licitações do Municipal de Braganey, Rua Arthur Pereira, 860, CEP: 85430-000, de segunda à sexta-feira no horário: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo email: licitação.brganey@gmail.com.

Braganey, 31 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:41331C61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0115/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0115/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa CENTER NUTRI OESTE COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 25.452.163/0001-36, sediada na AVENIDA R SETE DE SETEMBRO, 2265,0 CIRO NARDI, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85802-100, neste ato representada pelo **Sra.** MONIA ELIZABETH TROMBIM**,** portador do **CI/RG Nº. 6.053.734-8** e inscrito no **CPF/MF Nº. 027.734.189-21** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 17.835,00 (dezessete mil, oitocentos e trinta e cinco reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8557CD13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0117/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0117/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 26.325.797/0001-90, sediada na AVENIDA RUA ACHILES DENTI, 86,0 JOSE BONIFACIO, na cidade de ERECHIM, Estado do RS, CEP: 99701-786, neste ato representada pelo **Sra.** CLARISSE REICHERT CALDART**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 960.906.500-72** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de agosto de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:18026ECC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0119/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0119/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa N M LICITACOES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 52.339.425/0001-23, sediada na Av. Bias Fortes, 441/B no Bairro Vila de Lourdes em Curvelo/MG, CEP 35796-489, neste ato representada pelo **Sr.** ANDRÉ LUIZ PENA E ROCHA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 018.563.706-07** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 49.822,34 (quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de agosto de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8BA521F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0121/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0121/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa RCA MATERIAIS MÉDICOS EPP**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 20.740.209/0001-07, sediada na AVENIDA PRAÇA DA BÍBLIA 3336,0 Zona 1, na cidade de UMUARAMA, Estado do PR, CEP: 87501-055, neste ato representada pelo **Sra.** CRISTIANE ANDREIA BERTELI**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 884.296.109-44** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 25.788,00 (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de agosto de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:85CB60D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0125/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0125/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa VTR COMERCIAL LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 52.932.346/0001-21, sediada na AVENIDA AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Nº 220,0 CENTRO NORTE, na cidade de DOIS VIZINHOS, Estado do PR, CEP: 85660-000, neste ato representada pelo **Sr.** VITOR ALBANO ACOSTA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 080.363.639-33** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Contratação de empresa para aquisição de fórmula e dietas, destinados a secretaria de saúde de Braganey-PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 28.250,00 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **27/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 27 de agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E28DE549

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0102/2026 VINCULADA A DISPENSA NORMAL 023/2026

EXTRATO
CONTRATO N° 0102/2026 VINCULADA A DISPENSA NORMAL 023/2026

PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa EVOLUIR SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 65.984.451/0001-56, sediada na, RUA HORTENCIA,250 CENTRO - CORBELIA, na cidade de CORBÉLIA, Estado do PR, CEP: 85420-000, neste ato representada pela **Sra** SAMANTA MEIRA ALMEIDA PIOVESAN**,** portador do **CI/RG Nº.85893122** e inscrito no **CPF/MF Nº. 064.218.009-12** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **DISPENSA NORMAL 023/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Elaboração de projeto de Prevenção de Incêndio (PPCI) em Centro de Eventos, com área aproximada de 1.900,00 m², do Município de Braganey/PR, contemplando as exigências do Corpo de Bombeiros do Paraná.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 9.500,00 (nove mil, quinhentos reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **31/08/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 31 de Agosto de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:B81EAD98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2023

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.

CONTRATADA:BERNARDI & XAVIER - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.083.931/0001-57.

OBJETO DO ADITIVO:O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste anual dos valores do Contrato nº 020/2023, vinculado ao Pregão nº 052/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para a realização de exames ocupacionais e envio de informações para o e-Social, para suprir as necessidades da Secretaria de Administração e Planejamento, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Braganey/PR, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO:R$ 36.800,00.

VALOR DO REAJUSTE:R$ 1.628,00.

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO:R$ 38.428,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, previsão contratual e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 31 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:618EADAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.

CONTRATADA:FERNANDO UNIFORMES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 21.008.058/0001-51.

OBJETO DO ADITIVO:O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) ao Contrato nº 044/2026, decorrente da Inexigibilidade nº 008/2026, cujo objeto é a aquisição de uniformes escolares destinados ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Braganey/PR, em conformidade com a Lei Municipal nº 932/2025, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 1497/2024, gerenciada pela Subsecretaria da Administração Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC/RS, conforme especificações, quantidades e valores constantes no Anexo I do Termo Aditivo, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

PERCENTUAL DO ACRÉSCIMO:25% (vinte e cinco por cento).

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO:R$ 171.363,50.

VALOR DO ACRÉSCIMO:R$ 42.751,08.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 31 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:45D46110

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: CARLOS HENRIQUE ALZEMAN ECKSTEIN, inscrita no CNPJ sob nº 61.571.163/0001-19.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 063/2025, vinculado ao Pregão nº 044/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições tipo marmitex, na cidade de Braganey/PR, destinadas a atender a demanda das Secretarias Municipais, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

VALOR DO CONTRATO: R$ 14.812,50
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 21/08/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 21 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:367A475F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: CLAUDIA M. PICAGEVICZ & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.544.951/0001-24.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 064/2025, vinculado ao Pregão nº 044/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições tipo marmitex, na cidade de Braganey/PR, destinadas a atender a demanda das Secretarias Municipais, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

VALOR DO CONTRATO: R$ 9.000,00
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 21/08/2026 a 21/08/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 21 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:EA97379C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA NORMAL N°. 23/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 111/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Dispensa Normal N°. 23/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 111/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, torna-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério de Menor Valor Por Item, conforme segue, e considerando o disposto na Legislação Vigente.
OBJETO: Elaboração de projeto de Prevenção de Incêndio (PPCI) em Centro de Eventos, com área aproximada de 1.900,00 m², do Município de Braganey/PR, contemplando as exigências do Corpo de Bombeiros do Paraná.

RESOLVE: Fica homologado e adjudicado o objeto na licitação na modalidade de **Dispensa Normal N°. 23/2026,**

conforme segue o vencedor:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
EVOLUIR SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA	65.984.451/0001-56	R$ 9.500,00

Braganey, 31 de agosto 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E346151B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 152/2026

Autoriza o pagamento de diárias e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Braganey, Estado do Paraná, Sr. VALDIR ZIELINSKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido na Lei Municipal nº 914/2025.

R E S O L V E:

Artigo 1º - AUTORIZA o pagamento de 02 (duas) diárias ao Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, CPF nº 031.***.849-22, prefeito, para seu deslocamento do Município até a cidade de Curitiba, na data de 31/08/2026 a 02/09/2026, para visita a Secretaria das Cidades – SECID, gabinete do Deputado Estadual Marcio Nunes, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná –TJPR, SecretariaEstadual deEducação do Estado do Paraná- SEED/PR e gabinete Deputado Estadual Gugu Bueno, conforme solicitação.

Artigo 2º - Fica determinado ao departamento de contabilidade e de tesouraria que proceda o pagamento das respectivas diárias, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:18D75B6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA N° 005.2026 - PAVIMENTAÇÃO RIO VERDE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 057/2026, referente ao Processo Administrativo nº 103/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica nº 005/2026, identificada na plataforma Compras.gov.br como Concorrência Eletrônica nº 987985-7/2026, que tem por objeto a execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Rural da Comunidade Rio Verde, no Município de Cafelândia/PR, em área total de 32.626,92 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e instalação de placa de comunicação visual, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TREVO PAVIMENTACAO LTDA CNPJ nº 37.340.810/0001-05	6.749.000,00	seis milhões e setecentos e quarenta e nove mil reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 6.749.000,00 (seis milhões e setecentos e quarenta e nove mil reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do respectivo contrato ao setor competente para as providências cabíveis.

Cafelândia/PR, 27 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2BF423D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 057.2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005.2026 - PAVIMENTAÇÃO RIO VERDE

ATA Nº 057/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 005/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2026
Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, por meio da plataforma eletrônica www.gov.br/compras, foi aberta a sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 005/2026, identificada na plataforma Compras.gov.br como Concorrência Eletrônica nº 987985-7/2026, referente ao Processo Administrativo nº 103/2026, promovida pelo Município de Cafelândia/PR, cujo objeto consiste na execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Rural da Comunidade Rio Verde, no Município de Cafelândia/PR, em área total de 32.626,92 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e instalação de placa de comunicação visual. O procedimento foi processado com fundamento na Lei nº 14.133/2021, sob o regime de empreitada por preço global, com valor máximo de R$ 7.189.724,34, critério de julgamento de menor preço e modo de disputa aberto. Durante a sessão, o Agente de Contratação acompanhou a fase competitiva de lances e procedeu à análise da proposta classificada em primeiro lugar. A empresa TREVO PAVIMENTACAO LTDA apresentou o melhor lance, no valor global de R$ 6.749.000,00, sendo convocada para apresentação da proposta ajustada, planilhas e documentos de habilitação. A documentação apresentada foi encaminhada para análise, inclusive quanto às planilhas orçamentárias, tendo a proposta sido posteriormente julgada classificada e a empresa declarada habilitada por atender às exigências mínimas do Edital. Concluídas as fases de julgamento e habilitação e observados os procedimentos previstos no instrumento convocatório, o processo foi encaminhado ao PARANACIDADE para análise, conforme determina o item 9.1 do Edital. Após análise, o PARANACIDADE validou o procedimento licitatório e concedeu autorização para sua homologação, conforme autorização juntada aos autos, possibilitando o regular prosseguimento do processo para adjudicação e homologação pela Autoridade Competente.

Participante/Vencedor	**Valor R$**	**Valor R$ por extenso**	**Condições de pagamento**	**Itens/Lotes**
TREVO PAVIMENTACAO LTDA CNPJ nº 37.340.810/0001-05	6.749.000,00	seis milhões e setecentos e quarenta e nove mil reais	Em até 30 dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura	item 01

O valor total a ser adjudicado é de R$ 6.749.000,00 (seis milhões e setecentos e quarenta e nove mil reais), contemplando o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como o Contrato será encaminhado ao setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 26/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D76B72B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 058/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026

ATA Nº 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 100/2026

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, (27/07/2026), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 100/2026**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 045/2026**, que tem por objeto o Registro de Preços de empresa especializada no fornecimento de sensores de glicose com leitores em comodato, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no edital e seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para manifestação das intenções de recurso. Sendo que houve manifestação de intenção de recurso, foi apresentado o respectivo recurso, o qual foi considerado tempestivo e, no mérito, julgado improcedente, consolidando-se, assim, como vencedora a seguinte empresa:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 05.343.029/0001-90 RUA DOIS, QUADRA 008 LOTE 008 Serra-ES CEP 29168-030	186.000,00	Cento e Oitenta e Seis Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

o valor total da licitação e de R$ 186.000,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 31/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3E007D60

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 062.2026 - MEDALHAS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2026

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 130/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 062/2026**, **PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 25/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medalhas esportivas personalizadas, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município de Cafelândia/PR, para utilização como premiação em campeonatos, competições, projetos esportivos, atividades recreativas e demais eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Administração Municipal, incluindo a Mini Olimpíada, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 69.112,00 (sessenta e nove mil e cento e doze reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **15 de setembro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 31 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:16D179C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 057.2026 - FÓRMULAS NUTRICIONAIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2026

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO do Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2026, referente ao Processo Administrativo nº 119/2026, PROCESSO COMPRASGOV – Contratação: 987985 - 19/2026, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, cujo objeto consiste no Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de fórmulas nutricionais destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A presente retificação decorre da análise dos pedidos de esclarecimento e impugnações apresentados, bem como das manifestações técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, resultando na alteração dos descritivos dos itens 03, 04, 05, 07, 10, 11 e 31 do Termo de Referência – Anexo I, os quais passam a observar as especificações constantes do Edital Retificado. Em razão das alterações realizadas, fica reaberto o prazo para apresentação das propostas, **sendo designada nova data para a abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 para o dia 15 de setembro de 2026, às 09h00min**, por meio do site www.gov.br/compras. O Edital Retificado estará disponível no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, nos horários de atendimento, bem como nos sites www.cafelandia.pr.gov.br e www.gov.br/compras, permanecendo inalteradas as demais condições do Edital que não tenham sido expressamente modificadas pela retificação. O aviso original previa a disponibilização do instrumento nesses mesmos meios.

Cafelândia/PR, 31 de agosto de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8DE0B8D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 117 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 117 de 31 de agosto de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de Conselheira do Conselho Tutelar do Município de Cafelândia, eleito para quadriênio 2024-2027 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

CONSIDERANDO o ofício nº 07/2026 do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cafelândia.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido em 1º/09/2026, a Senhora **FABIANA PEIXOTO KOMMERS**, do cargo de Conselheira do Conselho Tutelar do Município de Cafelândia, nomeada pelo Decreto nº 004 de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:1E85151D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 118 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto nº 118 de 31 de agosto de 2026.

SÚMULA: Institui o Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cafelândia, e estabelece suas finalidades, composição e funcionamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.073/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização.

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação entre os diferentes setores e instituições envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer uma instância municipal de articulação, acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à alfabetização;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cafelândia, o **Comitê Estratégico Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**, como instância de caráter consultivo, articulador, de acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O Comitê atuará de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a Estrutura Municipal de Alfabetização, com as instituições de ensino da Rede Municipal e com as demais instâncias envolvidas na implementação das políticas de alfabetização.

Art. 2º. São finalidades do Comitê Municipal:

I. contribuir para a garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II. acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

III. fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

IV. acompanhar resultados e indicadores relacionados à alfabetização;

V. promover a articulação entre as ações municipais, estaduais e federais relacionadas à alfabetização;

VI. contribuir para a redução das desigualdades de aprendizagem e para a promoção da equidade educacional.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Comitê Municipal será composto da seguinte forma:

I. da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Patrícia Freitas Tenfen;

II. da Coordenação Municipal do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e da articulação municipal do CNCA/RENALFA: Adilce Aparecida Rodrigues;

III. da Coordenação Pedagógica Municipal: Fernanda Rafaely Tenfen Becker;

IV. do Conselho Municipal de Educação: Gislane Camilo de Lima;

V. do Comitê de Busca Ativa Escolar: Nilton Aparecido da Silva;

VI. da área administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Gean Carlos Buss;

VII. da Gestão Escolar: Hilda Griz Silva Deon

VIII. dos professores da Rede Municipal de Ensino: Amanda Patrícia Schipitoski.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões, conforme a necessidade e a pauta, representantes de outros órgãos, instituições ou entidades públicas ou privadas, sem direito a voto.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. Compete ao Comitê Municipal:

I. acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização e das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

II. acompanhar metas, indicadores e resultados relacionados à alfabetização;

III. contribuir para a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Trabalho Anual relacionado às ações de alfabetização;

IV. acompanhar e contribuir para o planejamento das ações de formação continuada relacionadas à alfabetização;

V. acompanhar as ações de avaliação e recomposição das aprendizagens;

VI. contribuir para a identificação e disseminação de boas práticas pedagógicas e de gestão;

VII. promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as instituições de ensino e as demais instâncias envolvidas na política de alfabetização;

VIII. contribuir para o fortalecimento das ações destinadas à promoção da equidade educacional;

IX. acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito municipal em articulação com as instâncias estadual e federal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

X. manter registros das reuniões, discussões e encaminhamentos realizados.

Art. 5º. A atuação do Comitê observará os princípios da garantia do direito à alfabetização, equidade educacional, gestão democrática, colaboração, valorização dos profissionais da educação e respeito à diversidade e às singularidades dos alunos.

CAPÍTULO IV
DAS REUNIÕES E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. O Comitê Municipal reunir-se-á, ordinariamente, **trimestralmente**, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 7º. As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou por videoconferência e serão registradas em ata.

Art. 8º. O Comitê poderá constituir grupos de trabalho e solicitar a participação de outros profissionais sempre que necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 9º. A coordenação dos trabalhos do Comitê será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou por servidor por ela designado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A atuação do Comitê possui caráter de articulação, acompanhamento e monitoramento, não substituindo as competências legais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dos demais órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 11. A participação dos membros do Comitê será considerada serviço público relevante, **não remunerado**, não implicando a criação de gratificação ou qualquer outra vantagem.

Art. 12. O apoio administrativo necessário ao funcionamento do Comitê será provido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação aplicável.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D517DA12

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2021 - CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2021

EXTRATO do 5º TERMO aditivo Do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2021 - chamada pública nº 003/2021

CONCEDENTE MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob no 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Picolli, 299 – Centro, Cep: 85.415-000, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula no 767.322.675.

PROPONENTE**:** FUNDAÇÃO EDUCACIONAL PE. LUIS LUISE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ no 01.110.976/0001-80, estabelecida nesta cidade, na Rua Doutor Plinio Costa no 110, Bairro Centro, no Município de Cafelândia/PR, neste ato representado por seu (sua) Presidente**, MANOEL BENTO MOTTA.**

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 001/2021 (vinculado à Chamada
Pública nº 003/2021).

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 2 (dois) meses, a partir de 28/07/2026, findando-se em 28/09/2026, com valor global de R$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão por conta da dotação orçamentária nº 09.001.08.122.00142-043.335041.0, Conta 5530 - Apoio às entidades e organizações sociais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

DATA DA ASSINATURA: 28 de julho de 2026.

ASSINATURAS: Junior Motter (Prefeito Municipal - Concedente) e Manoel Bento Mota
(Fundação Educacional Pe. Luis Luise - Proponente).

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2609D7F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: 30.202.411 GENESIO VALDEMIRO MARCOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 30.202.411/0001-20, RUA MANOEL BENTO COELHO, 310 - CEP: 85415000 - BAIRRO: JARDIM NOVO MILENIO, E-MAIL: genesiovaldemiromarcos@outlook.com, Telefone, (45) 9 9836-1813 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) GENESIO VALDEMIRO MARCOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, GENESIO VALDEMIRO MARCOS
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9666310E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: 59.211.978 LUIZ GUSTAVO MARCOS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 59.211.978/0001-45, RUA MANOEL BENTO COELHO, 294 QD-11/ LT-03 - CEP: 85415000 - BAIRRO: JARDIM NOVO MILÊNIO, E-MAIL: luizgustavomarcos16@gmail.com, Telefone, (45) 9 9990-5113 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) LUIZ GUSTAVO MARCOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, LUIZ GUSTAVO MARCOS
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:29CB8DB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: BRUNO PINTURAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 39.911.459/0001-82, RUA ROMÃO CHRUM, 669 - CEP: 85813130 - BAIRRO: SÃO CRISTÓVÃO, E-MAIL: henrriquebruno817@gmail.com, Telefone, (45) 9 9802-1914 CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) BRUNO HENRIQUE ZIMMERMANN GOMES DOS SANTOS.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, BRUNO HENRIQUE ZIMMERMANN GOMES DOS SANTOS
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:2778601E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: CLEBER SODER 04706848954, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 18.831.171/0001-28, RUA MOACIR ANTONIO CLEMENTE, 466 - CEP: 85415000 - BAIRRO: JARDIM NOVO MILÊNIO, E-MAIL: pinturaspersonalizados@gmail.com / sodercleber@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9965-7237 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) CLEBER SODER.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, CLEBER SODER
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6F3770C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: DIEGO PEREIRA 07089690970, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 34.436.502/0001-81, AVENIDA DEPUTADO ANTONIO LUSTOSA, 299 QD-14 / LT-14 A - CEP: 85815000 - BAIRRO: centro, E-MAIL: dieguinhopereira30@hotmail.com, Telefone, (45) 9 9973-8806 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) DIEGO PEREIRA.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, DIEGO PEREIRA
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FF67A11A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: DYOL PINTURAS EM GERAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 46.961.349/0001-90, RUA SEVERINO SQUIZATO, 191 QD-06 / LT-07 - CEP: 85415000 - BAIRRO: MORADA NOVA, E-MAIL: ronaldopedropolonio@gmail.com, Telefone, (45) 9 9970-1094 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) RONALDO PEDRO POLONIO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, RONALDO PEDRO POLONIO
Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.
Data da Assinatura:27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:DDAA82B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2026 – Inexigibilidade nº 30/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: SARTHOF ELETRO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 23.551.602/0001-32, RUA COLETOR PACHECO, 418 QD-40 / LT-15 - CEP: 85415000 - BAIRRO: centro, E-MAIL: ricardo@infoeletro.com.br, Telefone, (45) 9 8808-6608 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) CLAUDEMIR SARTORI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTURA PREDIAL, COMPREENDENDO PINTURA INTERNA E EXTERNA, PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES, EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS NECESSÁRIOS À PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Valor Total: R$ 276.975,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, CLAUDEMIR SARTORI
Vigência: 28/08/2026 a 27/08/2027.
Data da Assinatura:28/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:8A355C21

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital de Convocação Nº. 05/2026

Súmula: Convoca Conselheira Tutelar Suplente – Gestão 2024 - 2027

O Sr. Nilson José de Lima**,** Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 1.294/2013 de 18/12/2013, **convoca a Conselheira Tutelar Suplente por ordem de votação – Sra. Jaqueline Moreira,** eleita para a Gestão 2024 - 2027, para substituir a Conselheira Tutelar, por motivo de pedido de exoneração.

A referida suplente deverá confirmar sua aceitação e comparecer junto ao **RH e Secretaria Municipal de Finanças**, no horário comercial da Prefeitura Municipal de Cafelândia, munida das documentações abaixo relacionadas, para o processo de admissão, tendo como prazo para apresentação de cinco dias uteis;

* Cópia Certidão de Nascimento (se solteiro (a) ou casamento;
* Cópia do CPF;
* Cópia Identidade (RG);

* Cópia Título de Eleitoral;
* Cópia Certificado de Reservista (quando couber);
* Cópia do comprovante de escolaridade e habilitação exigida;
* Cópia do Registro no Órgão da Classe, quando couber;
* Cópia do comprovante pago do registro da ordem da classe;
* Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e quando couber;
* Uma foto 3x4 recente e tirada de frente, e arquivo digital (da mesma foto) para o crachá, quando couber.
* Cópia do comprovante de residência;
* Cópia do número do PIS Pasep;
* Declaração de bens;
* Telefone para contato.

Telefones para contato: (45) 3241-4300.

A não manifestação e comparecimento no prazo estabelecido, ensejará a convocação do próximo Conselheiro Tutelar Suplente.

Cafelândia, 31 de Agosto de 2026.

NILSON JOSÉ DE LIMA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:293A8E8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 111/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 063/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 111/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 063/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **DAIANE TAIS DOS SANTOS**, cargo **PROFESSOR SUBSTITUTO II – PSS 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.350.899-**, residente à Rua Margarida, 36 - Tropical, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/09/2026** e término em **03/03/2027**.

Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e DAIANE TAIS DOS SANTOS.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E6310D3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 112/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 064/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 112/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 064/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **TALITA MARTINS DE SOUZA**, cargo **PROFESSOR AUXILIAR – PSS 30 HORAS,** inscrito no CPF Nº ***.010.969-**, residente à Rua Alberto Tenfen, 490 - Centro, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/09/2026** e término em **03/03/2027**.

Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e TALITA MARTINS DE SOUZA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C1ED5833

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 076/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 048/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 076/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 048/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **CLAITON DIAS MOREIRA**, cargo **MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS 40 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.882.070-**, residente à Rua Nicanor Sganzerla, 84, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **04/09/2026** e término em **04/03/2027**.

Data da Assinatura:31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e CLAITON DIAS MOREIRA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E5485930

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 077/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 049/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 077/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 049/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Cafelândia**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): **VIVIANE ARRUDA SANCHES**, cargo **PSICÓLOGO 20 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.636.949-**,

residente à Rua Walter Buss, 486 - Fundos - Novo Milênio, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **05/09/2026** e término em **05/03/2027**.

Data da Assinatura:31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e VIVIANE ARRUDA SANCHES.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AEB79E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 078/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 050/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 078/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 050/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): EDUARDO QUEIROZ LERCO, cargo **TÉCNICO DE INFORMÁTICA 40 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.541.279-**, residente à Rua Marques de Abrantes, 279 - Jardim Oliveira, na cidade de NOVA AURORA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **12/09/2026** e término em **12/03/2027**.

Data da Assinatura:31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e EDUARDO QUEIROZ LERCO.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AD072C56

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 079/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 051/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 079/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 051/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): EDIMAR PIMENTEL, cargo **MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS 40 HORAS**, inscrito no CPF Nº ***.640.109-**, residente à Rua Arlindo Berté, 110 - Tancredo de Almeida Neves, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **12/09/2026** e término em **12/03/2027**.

Data da Assinatura:31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e EDIMAR PIMENTEL.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:98BB2EDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 110/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 014/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 110/2026 DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL Nº 014/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cafelândia, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ n.°78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luiz Picolli, n.°299, Centro, Cafelândia/PR, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Junior Motter.

CONTRATADO(A): THALITA MACIEL DA SILVA, cargo **PROFESSOR AUXILIAR**, inscrito no CPF Nº ***.252.829-**, residente à Rua Country Club, 78 - Daniel Folle, na cidade de CAFELÂNDIA, Estado do PR.

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda (da vigência) do contrato originário aditando em mais 06 (seis) meses. Com início em **03/09/2026** e término em **03/03/2027**.

Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Assinaturas: JUNIOR MOTTER e THALITA MACIEL DA SILVA.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:000EF981

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 426/2026 - DRH

PORTARIA N.º 426/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 03 (três) meses ao servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença Especial de 03 (três) meses a Servidora **LILIAN LIMA DA ROCHA** matrícula 767321653, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de **PSICOLOGA**, referente ao quinquênio 2020/2025 no período de 02/09/2026 a 02/12/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C4B9B93C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 427/2026 - DRH

PORTARIA N.º 427/2026-DRH

SÚMULA: Transferir Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º TRANSFERIR a partir de 01/09/2026 a Servidora **MARIA APARECIDA DA SILVA ALVES**, matrícula 78821, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** da Escola Municipal Teotônio Vilela para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Industria e Turismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com a comunicação interna nº 779/2026 – S.M.E.C.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4E9DBAE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 428/2026 - DRH

PORTARIA N.º 428/2026-DRH

SÚMULA: Transferir Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º TRANSFERIR a partir de 01/09/2026 a Servidora **BIANCA CRISTINA DE OLIVEIRA DA SILVA**, matrícula 767321995, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **CUIDADOR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS,** da Escola Municipal Theofânio Agapito Maltezzo para exercer suas funções na Escola Municipal André Luiz da Silva Prestes.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com a comunicação interna nº 779/2026 – S.M.E.C.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:F49F1FF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 429/2026 - DRH

PORTARIA N.º 429/2026-DRH

SÚMULA: Transferir Servidora Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º TRANSFERIR a partir de 01/09/2026 a Servidora **LUCIARA FRANCESCHINI**, matrícula 767321623, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** da Escola Municipal André Luiz da Silva Prestes, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em conformidade com a comunicação interna nº 779/2026 – S.M.E.C.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:57140B62

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 026.2026 - INSUMOS DO PONTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0124/2026

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para aquisição de peças, componentes e insumos destinados à manutenção corretiva e preventiva dos relógios eletrônicos de ponto biométrico modelo REP IDClass Bioprox ASK.

Objeto: Aquisição de peças, componentes e insumos destinados à manutenção corretiva e preventiva dos relógios eletrônicos de ponto biométrico modelo REP IDClass Bioprox ASK.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
BIOCONTROL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 19.105.564/0001-17	R$ 64.998,00	SESSENTA E QUATRO NOVECENTOS E NOVENTA E OITO MIL	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL.	001

Cafelândia/PR, 26 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:FB28EC75

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 029.2025 - MÉDICOS 40 HORAS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 029/2025
CREDENCIAMENTO N° 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 156/2025

Fundamenta-se a presente contratação nas hipóteses previstas nos arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dessa forma, RATIFICO a inexigibilidade de licitação para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de Clínico Geral, visando assegurar o atendimento da demanda no âmbito da Estratégia Saúde da Família – ESF.

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de CLÍNICO GERAL, destinados ao atendimento da demanda da Estratégia Saúde da Família – ESF, nos dias e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cafelândia/PR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a serem cumpridas de segunda a sexta-

feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, junto às Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme Anexo I – Termo de Referência.

EMPRESA CREDENCIADA	LOTES CREDENCIADOS
TAVEIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ N° 67.941.509/0001-00	001

Cafelândia, 27 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:9E90049B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 - CONSELHO MUNIICPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO 009/2026 – CMS

O Conselho Municipal de Saúde de Cafelândia – Paraná no uso das suas atribuições capituladas na Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Municipal nº 230/1991 e alterada pela Lei nº 458/1999 e reorganizada pela Lei nº 811/ 2007, bem como pela Lei Complementar nº 141/2012, e em conformidade com as prerrogativas de seu Regimento Interno;

Considerando:
As deliberações da reunião ordinária nº 013/2026 do dia 26 (vinte e seis) do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis);

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, o Plano de Contingência para Arboviroses do Município de Cafelândia – 2026/2027.

Cafelândia, 31 de agosto de 2026.

VALDIRENE SANCHES
Presidente do CMS

ANDRIELY GLORIA
Secretária Executiva
Portaria nº 001/2026

Homologo a Resolução nº 009/2026 nos termos do § 2º, art. 1º, da Lei Federal nº 8.142 de dezembro de 1990.

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:ED01079F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 045/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 058/2026, confeccionada pela pregoeira do Município de Cafelândia/PR, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 100/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 045/2026, que tem por objeto o Registro de Preços de empresa especializada no fornecimento de sensores de glicose com leitores em comodato, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no edital e em seus anexos, verificando-se como vencedora do certame, a seguinte empresa:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 05.343.029/0001-90 RUA DOIS, QUADRA 008 LOTE 008 Serra-ES CEP 29168-030	186.000,00	Cento e Oitenta e Seis Mil Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

o valor total da licitação e de R$ 186.000,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, ADJUDICO e HOMOLOGO o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C05BDCA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 16 de setembro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando uma **registro de preço para eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados (peça e serviços), para atendimento à manutenção dos veículos de uso exclusivo das Secretarias da Prefeitura Municipal de Califórnia-PR, que inclui fornecimento de peças, serviços, acessórios, reboque e demandas afins prevista em edital e anexos.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 31 de agosto de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C7CF340C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 21/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista as adequações promovidas no instrumento convocatório e seus anexos, decorrentes dos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, e

considerando o parecer jurídico favorável ao prosseguimento do certame, torna público, para conhecimento dos interessados, a **REPUBLICAÇÃO** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 21/2026**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.124/2023 e da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE ENFERMAGEM, ODONTOLÓGICOS E CIRÚRGICOS**, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, sob o critério de julgamento de **MENOR PREÇO**.

INFORMAÇÕES:

- Inicio de Recebimento das propostas**: 02 de setembro de 2026 as 09h:00min**
- Fim de Recebimento das Propostas: **16 de setembro de 2026 as 08h:30min**.
- Data e horário de abertura: **16 de setembro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Data e horário do início da sessão de disputa: **16 de setembro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Local/ Endereço de disputa/Plataforma da licitação: **https://bll.org.br/**

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.eprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL: https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br.

Campina do Simão - Pr, 31 de agosto de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:5EC44C14

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 83, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Nomeia servidor para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Nomeia **Fernanda Katruski**, portador do RG n° *****698-7 para o cargo de Assessor Administrativo II.

Art. 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Registre-se e publique-se em 01 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:7C8BFB42

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 84, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Nomeia servidor para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Nomeia **Marilaine De Fatima Ribeiro**, portador do CPF n° ******749-09 para o cargo de Assessor Administrativo II.

Art. 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Registre-se e publique-se em 01 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:7CC36906

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

A Publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, Código F0C462AC, na edição n° 3595, páginas 78 e 79, de 14 de agosto de 2026, Portaria N° 43, de 13 de agosto de 2026, súmula "Nomeia João Paulo Marques, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná", tem pela presente a seguinte correção:
Onde se lê: Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de abril de 2026, revogando-se as disposições em contrário.
Leia-se: Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Elizete Machowski
Código Identificador:D73917DB

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 4 do Contrato nº. 001/2023, decorrente da Inexigibilidade n° 001/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA, CONTEMPLANDO AS ÁREAS PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PPA, LDO, LOA), ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E EXECUÇÃO FINANCEIRA, PRESTAÇÃO DE CONTAS, CONTROLE DE CUSTOS, PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO, PORTAL DO SERVIDOR, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO, CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROTOCOLO E PROCESSOS, NATIVAMENTE WEB, HOSPEDADO EM NUVEM, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS, VISANDO ATENDER AS ROTINAS DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023, que entre si celebram FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a empresa ELOTECH GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 80.896.194/0001-94. Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 001/2023 em mais 04 (quatro) meses, ou seja de 02/09/2026 à 01/01/2027, com fundamento no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Para o novo período, será mantido o valor R$ 3.910,36 (três mil, novecentos e dez reais e trinta e seis centavos) mensal.

Campina Grande do Sul, 31 de agosto de 2026.

ERNANI SPERANCETA
Diretor Geral
Decreto Municipal Nº 2.369/2025

Publicado por:
Ernani Speranceta
Código Identificador:3AF4059D

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 115/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 115/2026
ID nº: 2026209
Concorrência nº: 6/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE DIVERSAS VIAS URBANAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS: JARDIM JOANA OLÍMPIA, JARDIM PAULISTA, JARDIM JOÃO PAULO II, RANCHO ALEGRE, JARDIM SANTA ANGELINA E JARDIM RECANTO VERDE NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS DIVERSOS E ENSAIOS TECNOLÓGICOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: EMPREITEIRA ROSSI LTDA CNPJ**:** 24.020.066/0001-01
Valor total: R$ 1.088.900,00. **Vigência:** 360 dias.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ADENIR SILVANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 10 de Agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:7FB91E6C

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 116/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 116/2026
ID nº: 2026210
Concorrência nº: 6/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE DIVERSAS VIAS URBANAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS: JARDIM JOANA OLÍMPIA, JARDIM PAULISTA, JARDIM JOÃO PAULO II, RANCHO ALEGRE, JARDIM SANTA ANGELINA E JARDIM RECANTO VERDE NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS DIVERSOS E ENSAIOS TECNOLÓGICOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: EMPREITEIRA ROSSI LTDA CNPJ**:** 24.020.066/0001-01
Valor total: R$ 1.048.900,00. **Vigência:** 360 dias.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ADENIR SILVANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 10 de Agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:C97F8AE9

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 117/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 117/2026
ID nº: 2026211
Concorrência nº: 6/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE DIVERSAS VIAS URBANAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS: JARDIM JOANA OLÍMPIA, JARDIM PAULISTA, JARDIM JOÃO PAULO II, RANCHO ALEGRE, JARDIM SANTA ANGELINA E JARDIM RECANTO VERDE NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS DIVERSOS E ENSAIOS TECNOLÓGICOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: FAUSTO TERRAPLANAGEM PAVIMENTACAO E SERVICOS EIRELI **CNPJ:** 14.905.688/0001-63
Valor total: R$ 6.100.000,00. **Vigência:** 360 dias.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ADENIR SILVANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 10 de Agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:E5B3C72C

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 118/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 118/2026
ID nº: 2026212
Concorrência nº: 6/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE TRECHOS DE DIVERSAS VIAS URBANAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS: JARDIM JOANA OLÍMPIA, JARDIM PAULISTA, JARDIM JOÃO PAULO II, RANCHO ALEGRE, JARDIM SANTA ANGELINA E JARDIM RECANTO VERDE NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS DIVERSOS E ENSAIOS TECNOLÓGICOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: VDL PAVIMENTACAO LTDA CNPJ**:** 04.279.785/0001-34
Valor total: R$ 904.561,45. **Vigência:** 360 dias.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ADENIR SILVANO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 10 de Agosto de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:5CB1FE0A

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PG Nº. 71/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 71/2026
Processo nº 194/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 71/2026, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01(UM) AUTOMÓVEL ZERO KM PARA PREMIAÇÃO MEDIANTE SORTEIO DA CAMPANHA DENOMINADA "IPTU PREMIADO 2026" , FRACASSADO NO PG N° 36/2026 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PARANÁ, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL N° 2.645/2026, DE 30 DE MARÇO DE 2026, DE ACORDO COM O QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEU ANEXO., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ALL BRAZ COMÉRCIO E LOCAÇÕES LTDA	45.762.579/0001-68	R$ 90.995,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Campina Grande do Sul, 31/08/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:276B51E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits Bebê e Kits Vida Aquecida, destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania do Município de Campo do Tenente. Data: 10/09/2026, às 9 h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR – Fone: (41) 3797-9477, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.

Campo do Tenente, 26 de agosto de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Tatiane de Medeiros Hoinaski
Código Identificador:DB6F30A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 706/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.243.1008.2.025 - IGD PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0782	10.000,00
3.3.90.33.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0782	5.000,00
3.3.90.30.40.00	serviços de tecnologia da informação e comunicação	0782	5.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0782	10.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0782	5.000,00
TOTAL			**3.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), proveniente da fonte: 0782.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 28 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:5F76D01B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 707/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ R$15.000,00 (Quinze mil reais), no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ R$15.000,00 (Quinze mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO
06.181.1020.2.090 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39.00.00	Outros Serv. de Terceiros de Pessoa Jurídica	0000	15.000,00
TOTAL			**15.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação no valor de R$15.000,00 (Quinze mil reais), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN DE SEG PUB. PATRIM. E TRÂNSITO			
06.181.1020.2.090 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA			
3.3.90.40.00.00	serviços de tecnologia da informação e comunicação	0000	15.000,00
TOTAL			**15.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 28 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1B18EC85

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 708/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0000	84.000,00
TOTAL			**84.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados anulação parcial de dotação, no valor de R$ R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0000	3.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	17.000,00
TOTAL			**20.000,00**

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.440 – ABRIGO INSTITUCIONAL CAMPO MAGRO			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0000	11.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	20.000,00
3.3.90.33.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0000	5.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física	0000	9.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0000	19.000,00
TOTAL			**64.000,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 28 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:39446C4F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.506/2026

Altera a Lei Municipal nº 1.481/2025.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 1.481/2025, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei podem ser destinados, tão somente, para as seguintes finalidades:

(...)

II – Edificações para saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, executivo e legislativo municipal;

(...)

V- Elaboração de Projetos."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 31 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:26A68870

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.507/2026

Revoga a Lei Municipal nº 843/2014, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares no interior de agências bancárias e instituições assemelhadas.

A Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica integralmente revogada a Lei Municipal nº 843/2014.

Art. 2º Os estabelecimentos bancários e instituições congêneres deverão remover, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Lei, as placas e os cartazes que faziam menção à proibição contida na lei ora revogada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Campo Magro, em 31 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:569AA494

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 427/2026

Retificar a Portaria n° 419/2026.

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria 419/2026, de 17 de agosto de 2026, Art 1°, para que passe a constar:
Onde lê-se:
"inscrita no CPF nº 066.xxx.xxx-05,".
Leia-se:
"inscrita no CPF nº 029.xxx.xxx-09,"
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:76AFF44B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 428/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **CELIA APARECIDA MENEGUEL OTTO**, brasileira, inscrita no CPF nº 065.xxx.xxx-37, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO DE ENFERMAGEM** – nível 16, nomeada pela Portaria nº 186/2023, matrícula: 3665-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,96,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:58588C78

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 429/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **CIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 121.xxx.xxx-17, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DA DENGUE** – nível 33, nomeada pela Portaria nº 259/2023, matrícula: 3709-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,59,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:1BED80F1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 430/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **DOUGLAS ISAC DOS SANTOS BARBOSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 122.xxx.xxx-78, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** – nível 10, nomeado pela Portaria nº 295/2023, matrícula: 3716-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVAD**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,33,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:427D9CE1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 431/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **EDILSON DE LARA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 017.xxx.xxx-24, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO DE ENFERMAGEM** – nível 16, nomeado pela Portaria nº 215/2023, matrícula: 3672-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADO**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,57,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:D4E090BE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 432/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ELAINE APARECIDA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 092.xxx.xxx-30, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeada pela Portaria n° 335/2023, matrícula: 3723-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,80,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:2CA13BDB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 433/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **GUILHERME ARTHUR HAAN**, brasileiro, inscrito no CPF nº 079.xxx.xxx-60, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeado pela Portaria n° 227/2023, matrícula: 3677-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADO**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,67,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:BF304E7A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 434/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **JESLAINE APARECIDA SIQUEIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 057.xxx.xxx-76, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, nomeada pela Portaria n° 126/2023, matrícula: 3656-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,98,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:F146DA9A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 435/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **JOSIANE DA COSTA**, brasileira, inscrita no CPF nº 068.xxx.xxx-98, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM–** Nível 16, nomeada pela Portaria n° 185/2023, matrícula: 3664-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,75,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E5B23EC5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 436/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **KATIA LUCIANA LOPES**, brasileira, inscrita no CPF nº 508.xxx.xxx-20, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM CONTABILIDADE –** Nível 16, nomeada pela Portaria n° 277/2023, matrícula: 3712-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Finanças, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,92,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:0333F35A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 437/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao

Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **KAUANE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, inscrita no CPF nº 077.xxx.xxx-96, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeada pela Portaria n° 212/2023, matrícula: 3673-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,49,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:10DE07C8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 438/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **LUCAS DE ARAUJO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 086.xxx.xxx-36, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DA DENGUE –** Nível 33, nomeado pela Portaria n° 183/2023, matrícula: 3662-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADO**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,33,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:5B466FD9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 439/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **LUCIELI PINHEIRO DA SILVA BODANESE**, brasileira, inscrita no CPF nº 049.xxx.xxx-25, ocupante do cargo efetivo de **FISCAL FAZENDARIO –** Nível 11, nomeada pela Portaria n° 211/2023, matrícula: 3668-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Finanças, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,97,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:87039B21

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 440/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MARCIA CRISTINA COGO DA SILVA**, brasileira, inscrita no CPF nº 885.xxx.xxx-00, ocupante do cargo efetivo de **MEDICO OBSTETRA –** Nível 29, nomeada pela Portaria n° 128/2023, matrícula: 3652-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,12,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:458D4D18

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 441/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA FRANCIELI DE FREITAS OLIVEIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 049.xxx.xxx-07, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM –** Nível 16, nomeada pela Portaria n° 182/2023, matrícula: 3661-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,94,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:5E12BB67

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 442/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **QUELEN DAYANY SERRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 010.xxx.xxx-35, ocupante do cargo efetivo de **MEDICO CLINICO GERAL 40H –** Nível 34, nomeada pela Portaria n° 134/2023, matrícula: 3658-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,56,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:FFE8246E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 443/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor **RODRIGO MISS**, brasileiro, inscrito no CPF nº 048.xxx.xxx-06, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Nível 10, nomeado pela Portaria n° 228/2023, matrícula: 3676-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADO**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,61,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:B990F3A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 444/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ROSICLEIA PRUCHNIAK**, brasileira, inscrita no CPF nº 049.xxx.xxx-43, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, nomeada pela Portaria n° 110/2023, matrícula: 3640-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,66,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:4939F2C8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 445/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **SANDRA ROSA**, brasileira, inscrita no CPF nº 012.xxx.xxx-35, ocupante do cargo efetivo de **PSICOLOGO –** Nível 11, nomeada pela Portaria n° 245/2023, matrícula: 3708-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **8,97,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:824A3A6C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 446/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **SUZANA KAUFFMANN**, brasileira, inscrita no CPF nº 855.xxx.xxx-53, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, nomeada pela Portaria n° 258/2023, matrícula: 3711-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,56,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:E8768F89

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 447/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **TATIANE BRIXNER MARTINS**, brasileira, inscrita no CPF nº 092.xxx.xxx-63, ocupante do cargo

efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, nomeada pela Portaria n° 377/2023, matrícula: 3728-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,48,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:5674C9E8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 448/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em cumprimento ao Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar n° 032/2017 – **SEÇÃO VI DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **THAINA DE FATIMA RIBEIRO BAGNOLIN**, brasileira, inscrita no CPF nº 110.xxx.xxx-60, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE –** Nível 33, nomeada pela Portaria n° 127/2023, matrícula: 3657-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, **ESTABILIDADE** no cargo que ocupa, por ter sido **APROVADA**, no Processo de Estágio Probatório obtendo a nota **9,82,** média nos fatores avaliados nas 03 etapas do processo de avaliação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 26 de agosto de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:D744C5AD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2026 - ESTÁGIÁRIOS EDITAL Nº 04/2026 DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO

A **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI**, por meio da Comissão Organizadora nomeada pela portaria nº 268/2026, TORNA PÚBLICA a **DIVULGAÇÃO DO ENSALMENTO** para Seleção de Estagiários de Níveis: MÉDIO, MÉDIO PROFISSIONALIZANTE, SUPERIOR EM LICENCIATURA NA ÁREA EDUCACIONAL E SUPERIOR EM OUTRAS ÁREAS para estágio "Não Obrigatório", conforme a seguir:

SALA 01
ADRIAN HAHN DOS SANTOS
ALEXANDRE KIRCHBANER
ALINE DE FÁTIMA MACIEL
ALINE MARTINS ALVES
AMANDA LEJANOSKI DA LUZ
AMANDA PAULA SIQUEIRA
ANA CAROLINA DA SILVA ANDRADE
ANA CLARA KELNIAR LOPES
ANA CLAUDIA ALBINO
ANA FLÁVIA IENSEN DE LIMA
ANA LUCIA MORENO
ANA LUIZA JASDISKOSKI MARTIN
ANA PATRÍCIA DE OLIVEIRA
ANA PAULA PEREIRA
ANDRESSA VITÓRIA DOS SANTOS
ANNA RITA FAGUNDES
ANNE LETICIA HAAN
ARIEL JOSÉ FERREIRA BARBOSA
AUSTINI MISS NUNES
BRUNA EDUARDA MARQUES
SALA 02
BRUNA RAFAELA DE VARGAS
BRUNO PADILHA
CAROLINA MESSERSCHMIDT
CAUANE RIBEIRO BATISTA
CLENIR APARECIDA DE FREITAS
CLEONICE APARECIDA PEDROSO
CRISTIELE GUERRA REIS
DAMARIS CORREIA ALUPES SCRAMOSIN
DIENEFER CRISTINA RIBAS
EDUARDA MOTTA KAUFFMAN
EDUARDO MACIEL PEREIRA
ELIANE STOCKLER
ELLEN KARINE FERNANDES KUHN
ELOISA PIECZAK ZELINSKI
ELUANE DAS GRAÇAS MACHADO
EMANUELE WELTER
EMANUELLE MOREIRA BUENO
EMANUELLI BRUTCOWSKI
EMILEIDI RODRIGUES DOS SANTOS
EMILY TUROK DA LUZ
SALA 03
ÉRICA NEVES DOS SANTOS
ERIKA MARIA DESCHK
EVA DE FATIMA DE QUADROS
EVELIN MILLENA IVATIUK GONÇALVES
FABIANA DE SOUZA SIQUEIRA
FABIANA DETUMIM
FABIANE TALITA BURRY SCOROPAD
FERNANDA NEVES DE LIMA
FRANCIELI APARECIDA LUCANO
FRANSUASE VIEIRA DA SILVA
GABRIEL AULER BATISTA
GABRIELLY DE LIMA DIAS
GABRIELLY MORAES LEJANOSKI
GEISIANE MARIA DE OLIVEIRA
GEOVANA DE ALMEIDA FERREIRA
GILIANE TEREZINHA SAUER BERNARDINE DE ALMEIDA
GIOVANA MELO DOS SANTOS
GIOVANA ROBERTA ARAÚJO
GISELI DE MELO
GRACIELI SMOLAK DE PAULA
SALA 04
GUILHERME JUNIOR SALES FERREIRA
HEITOR GABRIEL PEREIRA FARIAS
IASMIN MORANDI
INDIANARA KELI DE OLIVEIRA
INEZ BARÃO FIORI
ISABELLA DE MORAIS VERÍSSIMO
ISABELLE ELOISE ARAUJO
ISABELY DA SILVA SCENY
IVAN MICHELS
JOÃO VITOR CHARNESKA
JOELMA CAVALHEIRO DE RAMOS ZANELLA
JULIANA GABRIELA THOMENN
JULIANE BORGES DOS SANTOS
JUNIO CESAR DE MATTOS SANTO
KATLYN DE FREITAS OLIVEIRA
KAUANI DA SILVA MORAIS DOS SANTOS
KELLY CAROLINE AGUIRES MACIEL
LAINE DOS SANTOS CARNEIRO
LARA DIANE PEDROSO
LARA JOANA MARTIM
SALA 05
LARISSA MACIEL PEREIRA
LAVINIA SIQUEIRA DIOGO
LETICIA FERREIRA DA SILVA

LETICIA PINHEIRO ALMEIDA
LIEDSON EMANUEL NASCIMENTO DE LIMA
LILIANA PROENSI
LIRIANE KELLER SANTOS
LUCIANE VAZ ZUBRESKI DA SILVA
LUIZ ARTHUR SENKIO
MAISA SENHORIN
MÁRCIA FERREIRA DA SILVA
MARIA ALCINIA SIQUEIRA CARNEIRO
MARIA DANIELE MARTINS FLORES
MARIA EDUARDA CARNEIRO SANTOS
MARIA EDUARDA DE PAULA
MARIA EDUARDA MARTINS FLORES
MARIA FERNANDA BADZINSKI BAYER
MARIA IZABEL DE OLIVEIRA
MARIA JULIA KELNIAR LOPES
MARIA JULIA SIQUEIRA ARAUJO
SALA 06
MARIA RITA MENEGUEL DE ARAUJO
MARIA TALIA PEREIRA CHAGAS
MARIANA APARECIDA FERREIRA
MARILIZE OLIVEIRA DA SILVA
MATIAS SMUCZEK MATOS
MICHELE DE OLIVEIRA SOARES
MIGUEL PEREIRA KICH
MILENA COSTA LIMA
MILLENA FRANCINE APARECIDA PEREIRA
NATAN JOSÉ RODRIGUES
NATHALI PAULA SOUZA TABAKA
NICOLAS FRANÇA TELASKA
NOELI FÁTIMA DE FREITAS DA LUZ
PAMELA CRISTINA DE ALMEIDA
PATRÍCIA KUSTER DA ROCHA NOVAK
PEDRO HENRIQUE FERREIRA
RAFAEL LENZ
RAIKA DE ARAUJO SILVA
RAYANE FONSECA NUNES
RODRIGO CEZAR MARQUES
SALA 07
ROSILDA DOS SANTOS OLIVEIRA
SABRINA APARECIDA BRAZIL
SIMONE APARECIDA DOS SANTOS
SUELE DA SILVA CHECHI
TAINÁ GNASS
TAIS NASCIMENTO DA ROCHA
TALITA PAOLA DA SILVA MARCONDES
THAIS CARLA DE OLIVEIRA
VITOR CAMARGO
VIVIAN GAIOVI TUROK
WELLINGTON ADONIS ROCHA DE OLIVEIRA
YASMIN ARAUJO DOMINICO
SALA 08
ENZO HENRIQUE MUZZOLON GONÇALVES

Candói, 01 de setembro de 2026.

LICIELE ALBANIO
Secretária de Administração

Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 -Estagiários, nomeados pela Portaria Nº 268/2026.

KAUANE CRISTINA DA SILVA -
Presidente

ADRIANE APARECIDA MARTINS –
Membro

GILIARD RESMINI –
Membro

RODRIGO MISS –
Membro

MELISSA DE SOUZA -
Membro

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:19BC41D4

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 281/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 281/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.390/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: J.A. DALZOTTO, CNPJ sob o nº 04.288.898/0001-04.
OBJETO: O objeto deste termo aditivo é a prorrogação do prazo e reajuste de valor da Ata Registro de Preços nº 281/2025, Registro de preços de locação de brinquedos infláveis, carrinho de pipoca e algodão doce e cabine fotográfica, quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 106, §1º e Art. 107 do Decreto Municipal nº 296/2023, conforme previsão na cláusula segunda da Ata Registro de Preços.
VALOR: R$ 37.816,00 (trinta e sete mil, oitocentos e dezesseis reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 de setembro de 2027**.**
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EC6ECB4B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 102/2022

CONTRATO Nº 102/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.103/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: DSV COMUNICAÇÃO LTDA - CNPJ nº 30.198.135/0001-74.
OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo a alteração do valor do Contrato nº 102/2022, referente à contratação de Serviços de Publicidade, mediante o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor global vigente do contrato, observados os limites legais e demais condições estabelecidas no instrumento contratual, visando assegurar a continuidade e o atendimento das demandas de comunicação e publicidade institucional do Município.
FUNDAMENTO: O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no art. 65, inciso I, alínea “b”, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, que autorizam a alteração dos contratos administrativos para acréscimo quantitativo do objeto, observados os limites legalmente estabelecidos, bem como as demais disposições previstas no Contrato nº 102/2022.
VALOR: R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:1DE2327A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2026

CONTRATO Nº 117/2026. DISPENSA Nº 011/2026 - PROCESSO Nº 3.502/2026. CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI **(**CNPJ nº 95.684.478/0001-94). **CONTRATADO:** ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ/MF nº

85.477.586/0001-32). **OBJETO:** Aquisição emergencial de cateter, fitas, tiras freestyle e pilhas para Bomba de Infusão Contínua de Insulina MiniMed 780G (Lote 2), em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos de Procedimento Comum Infância e Juventude nº 0010777-22.2026.8.16.0031, em trâmite na Vara da Infância e da Juventude - Seção Cível da Comarca de Guarapuava – PR, observadas as especificações técnicas, exigências e quantitativos estabelecidos no contrato no Termo de Referência. **VALOR:** R$ 13.045,60 (treze mil, quarenta e cinco reais e sessenta centavos). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 4 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação. **PRAZO DE ENTREGA:** 07 (sete) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento. **FISCAL:** João Márcio de Freitas. **GESTOR:** Sandra dos Santos. **DATA DE ASSINATURA:** 27/08/2026. **FORO:** Comarca de Guarapuava – PR. **VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS:** https://candoi.1doc.com.br/verificacao/64F1-48FB-8F5C-E0D2

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:1B688DE8

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 3.307/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026. ID DA CONTRATAÇÃO 985499 - 023/2026

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preço de reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas. **VALOR ESTIMADO**: **R$ 28.046,60** (vinte e oito mil quarenta e seis reais e sessenta centavos). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 14/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 31/08/2026 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F08A3365

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 3.307/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026. ID DA CONTRATAÇÃO 985499 - 023/2026.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preço de reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas. **VALOR ESTIMADO**: **R$ 28.046,60** (vinte e oito mil quarenta e seis reais e sessenta centavos). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 14/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 31/08/2026 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:97B621F9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 - PROCESSO Nº 2.920/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026
PROCESSO Nº 2.920/2026

O Agente de Contratação do Município de Candói, Estado do Paraná, Sr. Rodrigo Miss, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital de Credenciamento nº 007/2026, torna público o resultado do julgamento da habilitação e da pontuação técnica, bem como a classificação final das empresas participantes do certame que tem por objeto o credenciamento de empresas da construção civil, para que possam manifestar interesse e apresentar propostas à Caixa Econômica Federal para o desenvolvimento e construção de empreendimentos habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos do FGTS, em parceria com o agente financeiro autorizado a operá-lo.

1. Resultado do Julgamento da Habilitação e Classificação Técnica:

Protocolo	Ordem	Razão Social	CNPJ	Pontuação Técnica	Resultado / Status
2.138/2026	1º	CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA	76.307.024/0001-50	28 pontos	Habilitada e Selecionada (1º Lugar - Encaminhamento à CEF)
2.920/2026	2º	H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	20.516.513/0001-67	22 pontos	Habilitada e Credenciada (Cadastro de Reserva)
2.033/2026	3º	CONSTRUTORA SANMER LTDA	04.183.462/0001-42	16 pontos	Habilitada e Credenciada (Cadastro de Reserva)

Nos termos do subitem 5.9 do Edital e do Capítulo II do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação oficial deste resultado, para a apresentação de eventuais recursos administrativos por qualquer interessado.
Os requerimentos de participação contendo toda documentação das empresas estão disponíveis nos seguintes links:

CONSTRUTORA SANMER LTDA:
https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=167017853588965245&s=candoi&origem=interno&s=candoi

CONSTRUTORA PIACENTINI LTDA:
https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=823017863718431943&s=candoi&origem=interno&s=candoi

H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA:
https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&consulta=1&ss=2&codigo=794017866474780132&s=candoi&origem=interno&s=candoi

Candói - PR, 31 de agosto de 2026.

RODRIGO MISS
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:40EDA644

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 345/2026 DATA: 31-08-2026

SÚMULA: Concede Avanço Funcional a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e com base nas Leis Municipal nº 1.784/2012 de 23/03/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) de 23/03/2012, nas avaliações efetuadas e tendo em vista a pontuação dos avaliados,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedido Avanço Funcional a Servidora Pública abaixo relacionada, tendo em vista ter atingido a pontuação exigida, passando a mesma a ocupar a seguinte referência:

Nº	Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
01	123727/1	Glizangela Fatima Comineti Larssen	Agente de Administração	I	42

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de abril de 2026.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:DDC6C208

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 364/2026 DATA: 31-08-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 01 (uma) referência, a partir do mês de agosto de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, pela conclusão de 100 (cem) horas de cursos de atualização, de acordo com o Artigo 16º da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
123504/1	**Antonio Cezar Kleinhans**	Odontólogo	I	117
123412/1	**Ivonete Ribeiro Leandro Jarutais**	Agente Com. De Saúde	I	55
119231/1	**Marcelo Luis Hofstetter**	Operador de Máquinas	I	54
124059/1	Welinton de Oliveira	Operador de Máquinas	I	32

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:12705365

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 365/2026 DATA: 31-08-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 139 e seguintes da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Municipal nº 1.785/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder promoção, com elevação de 03 (três) referências, a partir do mês de agosto de 2026, aos Servidores Públicos abaixo relacionados, pela conclusão de ***Especialização lato sensu*** (Pós-Graduação), de acordo com o Inciso III do Artigo 15 da Lei Municipal nº 1.785/2012 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais), passando a ocupar a referência abaixo mencionada:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Tabela de Vencimento	Ref.
122691/1	Osmar Geraldo da Silva	Motorista	I	36
123739/1	Maiara Daiane Teixeira	Agente de Administração	I	41

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:7D926425

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 367/2026 DATA: 31-08-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nos Artigos 86 e 87, da Lei 1.784/2012, de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Concede aos Servidores Públicos abaixo relacionados, Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme atestado médico, no seguinte período:

Matríc.	Servidor (a)	Cargo	Início	Término	Dias
123650/1	Adriane Scapini	Agente de Serviços Públicos	18-08-26	21-08-26	04
123675/1	Andreia Cristiane Brustolon	Professor de Educação Infantil	28-07-26	31-07-26	04
124445/1	Andressa Martins Costa	Agente de Apoio Educacional	11-08-26	14-08-26	04
119171/1	Eliane Gromowski Dallabrida	Agente de Administração	27-07-26	15-08-26	20
120381/1	Elister Lilian Brum Balestrin Fanin	Nutricionista	17-08-26	18-08-26	02
124081/1 124467/1	Juliana Maria Busanello Hanemann	Professor – LF 01 Professor – LF 02	10-08-26	14-08-26	05
123395/1	Jussara Pereira dos Santos de Carvalho	Merendeira	28-07-26	31-07-26	04
121681/1	Kelly Simone Kopper Ribeiro	Professor – LF01	18-08-26	22-08-26	05
121681/1	Kelly Simone Kopper Ribero	Professor – LF01	11-08-26	18-08-26	07
121713/1	Legia Maria Castoldi Mantovani	Professor – LF 01	11-08-26	14-08-26	04
124494/1	Leudimara Pizzato Vidal	Técnico em Enfermagem	12-08-26	14-08-26	03
123722/1	Mauricio Fanin	Médico Veterinário	04-08-26	05-08-26	02
119311/1	Ronice Inês Morsch	Professor de Educação Infantil	03-08-26	15-08-26	13
119801/1	Rosane Kafer	Professor de Educação Infantil	10-08-26	18-08-26	09
123411/1	Sirlei Terezinha Marques	Agente Comunitário de Saúde	10-08-26	21-08-26	12
124312/2	Solange Marisa Dalben Ribeiro	Professor – LF 01	20-07-26	22-07-26	03

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:57267601

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 002/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 043/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 197/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,*** com sede na Av. Iguaçu, 106, sala 02, Centro, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 21.169.166/0001-06, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *DRAUCIO PEDRO LORENZETTI,* portador do CPF sob n. 793.818.989-87. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 01 (um) mês do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada a vigência para até 16.09.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 14 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

DPL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:72CE2D0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0265/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2026-08.26
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – Estado do Paraná.
CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A. – CNPJ nº 00.000.000/5812-24.
OBJETO: Prestação de serviços bancários ordinários necessários à movimentação financeira da Câmara Municipal de Carlópolis, compreendendo manutenção e movimentação de contas, pagamentos, transferências, recebimentos, emissão de documentos bancários e demais operações necessárias ao regular funcionamento financeiro da CONTRATANTE, podendo compreender o processamento e pagamento da folha de remuneração dos servidores e agentes públicos, sem exclusividade, cessão, venda, transferência ou exploração econômica da folha.
VALOR: Até R$ 2.000,00 (dois mil reais), para o período de 12 (doze) meses, correspondente às despesas com tarifas bancárias decorrentes dos serviços abrangidos pelo objeto, sendo devidas somente as tarifas efetivamente incidentes sobre as operações realizadas.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.39.81.00.00 – Serviços Bancários – Despesa 41.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Dispensa de Licitação nº 07/2026.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

Carlópolis/PR, 26 de agosto de 2026.

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:24EB3333

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2026 PROCESSO INTERNO Nº 128/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**FOX MILENIUM CARLOPOLIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA – CNPJ Nº 43.435.871/0001-40**
Objeto	Aquisição de combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado para atender a frota do Município de Carlópolis
Vigência da Ata de Registro de Preços	31/08/2026 à 31/08/2027
Valor Contratual	**R$ 1.569.600,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e nove mil e seiscentos reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
FOX MILENIUM CARLOPOLIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:6BFA1738

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 44/2026 PROCESSO INTERNO Nº 128/2026

Contratante	**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87**
Contratado	**SENTINELA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP – CNPJ Nº 08.094.900/0001-57**
Objeto	Aquisição de combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado para atender a frota do Município de Carlópolis
Vigência da Ata de Registro de Preços	31/08/2026 à 31/08/2027
Valor Contratual	**R$ 2.547.550,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais)**
Foro	Carlópolis – Estado do Paraná
	Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
SENTINELA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:B3C7DD63

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 310/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 PROCESSO INTERNO Nº 128/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**FOX MILENIUM CARLOPOLIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ 43.435.871/0001-40**
Objeto:	Aquisição de combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado para atender a frota do Município de Carlópolis
Vigência do Contrato:	31/08/2026 à 31/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 457.800,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**

Dotação Orçamentária
20.001.04.122.0331.2.400.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

21.001.04.092.0331.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.446.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.469.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.503.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
23.001.04.124.0331.2.402.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.463.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.482.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.482.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.002.04.122.0331.2.469.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.002.04.122.0331.2.515.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.122.0331.2.464.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.122.0331.2.464.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.131.0331.2.433.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.004.04.122.0331.2.470.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.004.04.122.0331.2.471.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.04.122.0331.2.480.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.04.122.0331.2.481.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 512 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.2.426.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.007.04.126.0331.2.466.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.008.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.008.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.009.04.122.0331.2.468.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.15.122.0331.2.465.3.3.90.30.00.00. - 511 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.001.04.121.0332.2.488.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.001.04.123.0332.2.490.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.002.04.129.0332.2.489.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.003.04.129.0331.2.513.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
25.004.04.122.0331.2.462.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.004.23.691.0402.2.478.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
26.001.15.451.0331.2.502.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.002.15.451.0331.2.502.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.122.0331.2.476.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.126.0331.2.510.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.126.0331.2.510.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.30.00.00. - 104 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.30.00.00. - 107 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.306.0501.6.050.3.3.90.30.00.00. - 111 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.306.0501.6.050.3.3.90.30.00.00. - 300107 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.30.00.00. - 102 - MATERIAL DE CONSUMO
28.003.08.243.0076.6.103.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
28.003.08.244.0364.2.457.3.3.90.30.00.00. - 953 - MATERIAL DE CONSUMO
29.001.18.542.0347.2.423.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
29.002.20.122.0331.2.473.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
31.001.10.301.0339.2.449.3.3.90.30.00.00. - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
31.001.10.301.0339.2.454.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.301.0339.2.495.3.3.90.30.00.00. - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.302.0342.2.494.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
32.001.27.812.0362.6.590.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.2.430.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
FOX MILENIUM CARLOPOLIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:C2A1D556

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 311/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 PROCESSO INTERNO Nº 128/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**SENTINELA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP, CNPJ 08.094.900/0001-57**
Objeto:	Aquisição de combustíveis com fornecimento contínuo e fracionado para atender a frota do Município de Carlópolis
Vigência do Contrato:	31/08/2026 à 31/08/2027
Valor Contratual:	**R$ 712.300,00 (setecentos e doze mil e trezentos reais)**

Dotação Orçamentária
20.001.04.122.0331.2.400.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
21.001.04.092.0331.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.446.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.469.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
22.001.04.131.0331.2.503.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
23.001.04.124.0331.2.402.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.463.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.482.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.04.122.0331.2.482.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.002.04.122.0331.2.469.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.002.04.122.0331.2.515.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.122.0331.2.464.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.122.0331.2.464.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.003.04.131.0331.2.433.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.004.04.122.0331.2.470.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.004.04.122.0331.2.471.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.04.122.0331.2.480.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.04.122.0331.2.481.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.30.00.00. - 512 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.451.0349.2.426.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.007.04.126.0331.2.466.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.008.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.008.04.122.0331.2.497.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.009.04.122.0331.2.468.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.15.122.0331.2.465.3.3.90.30.00.00. - 511 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.30.00.00. - 30504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.001.04.121.0332.2.488.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.001.04.123.0332.2.490.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.002.04.129.0332.2.489.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.003.04.129.0331.2.513.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
25.004.04.122.0331.2.462.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
25.004.23.691.0402.2.478.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
26.001.15.451.0331.2.502.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.002.15.451.0331.2.502.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.122.0331.2.476.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.126.0331.2.510.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
26.003.04.126.0331.2.510.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.30.00.00. - 104 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.122.0501.2.442.3.3.90.30.00.00. - 107 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.306.0501.6.050.3.3.90.30.00.00. - 111 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.306.0501.6.050.3.3.90.30.00.00. - 300107 - MATERIAL DE CONSUMO
27.001.12.361.0501.6.440.3.3.90.30.00.00. - 102 - MATERIAL DE CONSUMO
28.003.08.243.0076.6.103.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
28.003.08.244.0364.2.457.3.3.90.30.00.00. - 953 - MATERIAL DE CONSUMO
29.001.18.542.0347.2.423.3.3.90.30.00.00. - 504 - MATERIAL DE CONSUMO
29.002.20.122.0331.2.473.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
31.001.10.301.0339.2.449.3.3.90.30.00.00. - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
31.001.10.301.0339.2.454.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.301.0339.2.495.3.3.90.30.00.00. - 1494 - MATERIAL DE CONSUMO
31.004.10.302.0342.2.494.3.3.90.30.00.00. - 303 - MATERIAL DE CONSUMO
32.001.27.812.0362.6.590.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO

32.002.27.812.0362.2.430.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.30.00.00. - 301000 - MATERIAL DE CONSUMO

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
SENTINELA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:DEF4A509

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 364/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2025 PROCESSO INTERNO Nº 084/2025

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada pela Senhora Fabiele Abucarub Miranda Domingues, Secretária Municipal de Assistência Social, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXXX e portadora da Carteira de Identidade RG XXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **LOCADOR** a empresa **KF EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** inscrita no **CNPJ sob nº 01.390.135/0001-73** com sede na Rua Benedito Salles, nº 572, bairro Centro no Município de Carlópolis PR, CEP: 86.420-000, Telefone: (43)99134-4961, E-mail: hiroshi@residencialilhabela.com.br, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor Hiroshi Kubo, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX residente e domiciliado na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto a Locação de imóvel para instalação e funcionamento da sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo Órgão Gestor, CRAS, CREAS, Bolsa Família Cadastro Único, sito a Rua Padre Hugo nº 406, Centro, Matrícula 6.343.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor mensal passa de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para R$ 7.679,33 (sete mil seiscentos e setenta e nove reais e trinta e treis centavos), conforme o Indice IGP-M, totalizando R$ 92.151,96 (noventa e dois mil, cento e cinquenta e um e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência contratual do objeto aditado fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com eficácia no período de 01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 364/2025.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 31 de agosto de 2026.

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Locatária

KF EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Locador

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:FEBB77F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
3º TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 240/2023 - REPUBLICADO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ECOLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, estabelecida na Rua Av. Adolfo Chagas, Nº 503, Bairro Alto Alegre, na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n°30.634.243/0001-42, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Valmir Americano Marcelino, brasileiro, portador do CPF nº 058.xxx.xxx-32, doravante designada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo ao contrato decorrente do Pregão Presencial nº 46/2023, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogando o prazo de execução contratual em mais 90 (noventa) dias, passando a vigorar até 01 de dezembro de 2026.

CLAUSULA SEGUNDA - Em razão da prorrogação do prazo contratual, bem como do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor contratual, conforme justificativa apresentada, fica aditivado o contrato em mais R$ 26.080,77 (vinte e seis mil, oitenta reais e setenta e sete centavos), passando o valor mensal da contratação para R$ 8.693,59 (oito mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLAUSULA QUINTA - Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordados, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.
Catanduvas - PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Ecolimp Comércio E Serviços Terceirizados EIRELI
VALMIR AMERICANO MARCELINO
Representante Legal
CPF 058.xxx.xxx-32

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:64BE4107

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA OCEANO CONSTRUÇÕES LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2024 – CONCORRÊNCIA Nº 7/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. dos Pioneiros, nº 500, em Catanduvas/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ademar Luiz Burckhardt, brasileiro, portador da Cédula de

Identidade Civil RG nº 91xxx-3 e inscrito no CPF/MF nº 065.xxx.xxx-01 residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: OCEANO CRONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Pau Brasil, lote 06, sala 1607, Edifício Ebusiness, Águas Claras, Brasília-DR, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 21.267.886/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Marcos Souza de Brito, portador do RG nº 14.xxx.662 e inscrito no CPF/MF nº 096.xxx.xxx-66, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de prazo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da lei nº 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 60 (sessenta) dias, passando a vencer em 19 de setembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Catanduvas – PR, 17 de julho de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Oceano Construções LTDA
MARCOS SOUZA DE BRITO
Representante Legal
CPF 093.xxx.xxx-6

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:2EF96341

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 243/2026

DECRETO Nº 243/2026

Súmula: Nomeia para cargo em comissão e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Geronimo Ferreira da Maia Junior, CPF nº ***.215.559-**, para o cargo em comissão de Coordenador de Unidade Básica de Saúde.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 28 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:899A9449

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL RECLASSIFICAÇÃO Nº 008/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL RECLASSIFICAÇÃO Nº 008/2026
Concurso Público nº 001/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, e das **disposições legais aplicáveis,**
Considerando o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2026, especialmente os itens **1.4, 1.8, 2.3** e **9,** que estabelecem a aceitação das regras do certame pelos candidatos, o prazo de validade do concurso, a formação de cadastro de reserva, as convocações durante a vigência do certame e a observância da ordem de classificação;
Considerando o requerimento administrativo protocolado pelo candidato, por meio do qual manifesta expressamente sua renúncia à classificação originalmente obtida e requer sua reclassificação para o final da lista de classificados;
Considerando que o pedido decorre de manifestação livre e voluntária do candidato, inexistindo prejuízo à Administração Pública, aos demais candidatos aprovados ou à ordem de classificação do certame;
Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, razoabilidade, segurança jurídica, autotutela administrativa e supremacia do interesse público;
Considerando o interesse da Administração em preservar a ordem de classificação e a continuidade das convocações, sem prejuízo aos demais candidatos;
TORNA PÚBLICO
Art. 1º. Fica **DEFERIDO** o pedido de reclassificação para o final da lista de aprovados do Concurso Público nº 001/2026, apresentado pelo candidato:
Nome: JOSIANE PATRICIA GONÇALVES SUTIL. Cargo: Agente de Apoio.
Inscrição nº: 2764. Classificação Original: 3º
Edital de Convocação nº 006/2026.
Art. 2º. Em decorrência do deferimento do pedido, o candidato passa a ocupar a última colocação da lista de classificação correspondente à modalidade de concorrência para a qual foi aprovado, observada a ordem de classificação existente na data da reclassificação, passando todos os candidatos subsequentes a ocupar as posições imediatamente anteriores.
Art. 3º. A reclassificação importa na renúncia à classificação originalmente obtida, permanecendo o candidato apto às futuras convocações durante o prazo de validade do Concurso Público, sem direito de preferência em relação aos demais candidatos classificados.
Parágrafo único. A presente reclassificação possui caráter irrevogável, não sendo facultado ao candidato o retorno à classificação originalmente obtida.
Art. 4º. A futura convocação do candidato ficará condicionada à existência de vaga, ao interesse e à conveniência da Administração Pública, à observância da nova ordem de classificação e ao prazo de validade do Concurso Público nº 001/2026.
Parágrafo Primeiro. A reclassificação para o final da lista de aprovados não gera direito adquirido ou expectativa de direito à nova convocação, nomeação ou posse, constituindo mera possibilidade, condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade de vagas e à vigência do Concurso Público.
Parágrafo Segundo. O candidato será convocado exclusivamente de acordo com a nova ordem de classificação, aplicando-se lhe todas as regras previstas no Edital do Concurso Público nº 001/2026 relativas à nomeação, posse e exercício.
Art. 5º. A Administração promoverá a atualização da lista de classificação do cargo de **Agente de Apoio** do Concurso Público nº 001/2026, observando a reclassificação ora deferida, passando esta a produzir efeitos para todas as futuras convocações.
Art. 6º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 31 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:19B0A79F

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 062/2026

PORTARIA Nº 062/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município, face ao contido no art. 138, inciso XVIII, bem como o regulamentado pelo Decreto 099/2009 e considerando que o (os) requerente (s) atende (m) aos requisitos exigidos para deferimento do pedido,
RESOLVE
Art. 1º) -Conceder licença especial pelo período de três meses, as Servidoras abaixo relacionadas:

Nome	CPF nº	Matriculas	Cargo	Período da Licença
Irene Aparecida Antunes de Lima	***.313.959-**	83-3 e 586-0	Professora	01/09/2026 a 30/11/2026
Lidinalva da Costa Gehlen	***.346.789-**	886-9	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2026 a 30/11/2026

.
Art. 2º) As Servidoras nominadas e beneficiadas com a licença especial deverão retomar suas atividades no primeiro dia útil subseqüente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 31 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:7DB1DDDF

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 063/2026

PORTARIA Nº 063/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
Considerando a solicitação formal e expressa da Secretaria Municipal de Educação, em que alega "necessidade e urgência" na reposição de professores para a concessão de jornada de horas estendida,
Considerando a previsão legal contida no artigo 38 e seguintes da Lei nº 210/2021,

RESOLVE

Art. 1º) Conceder "Jornada de Horas Estendida (J.H.E.)", com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, considerando o acúmulo de cargos com a devida compatibilidade de horários, ao(s) seguinte (s) servidor(es):

Nome	Matricula	Cargo	Início da Concessão	CH JHE
Marines de Ramos	100561-8	Professor	01/09/2026	20
Jessica Ferreira Navarro	668334-7	Professor	01/09/2026	20
Ana Paula Nunes da Silva	100160-4	Professor	01/09/2026	20
Rosecler Buhler	100335-6	Profissional de Educação Física	01/09/2026	20

Parágrafo único: A jornada de horas estendida, na forma de ampliação da jornada de trabalho, não se constitui em horas extras e por ser de cunho eventual e transitório, não se incorpora aos vencimentos, não gera estabilidade ou direito de conversão em cargo efetivo.
Art. 2º) A (s) concessão (ões) acima, será (ão) automaticamente encerrada (s) quando do recebimento de comunicado expresso da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, informando a desnecessidade da continuidade de extensão da jornada solicitada e aqui concedida ou por solicitação expressa do servidor beneficiado, nos termos da Lei nº 210/2021.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 28 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:5B5D6150

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ATO DA MESA 055/2026

SÚMULA: Concede Licença ao Vereador RUBISNEI APARECIDO DA SILVA, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença** ao Vereador **RUBISNEI APARECIDO DA SILVA,** à partir do dia 01/09/2026**,** conforme o disposto dos Artigos 16 e 17 da Lei Orgânica do Município, para assumir o cargo de Secretário Municipal desta municipalidade.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Gabinete da Presidência, 31 de agosto de 2026.

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente

NOEL DE MOURA NETO
1º Secretário

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:61B5BEEC

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
PORTARIA 010/2026

EMENTA: Regulamenta o Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Câmara Municipal de Centenário do Sul nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe sobre o Documento de Formalização de Demanda (DFD), e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Centenário do Sul Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em estrita consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021,
RESOLVE:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES
Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Administração Pública da Câmara Municipal de Centenário do Sul, o Plano de Contratações Anual (PCA), como instrumento de governança e planejamento das contratações de bens, serviços, alienações e obras, com o objetivo de racionalizar as compras públicas e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.
Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I – Plano de Contratações Anual (PCA): documento formal que consolida todas as contratações e aquisições que o Município pretende realizar ou prorrogar no exercício financeiro subsequente;
II – Documento de Formalização de Demanda (DFD): documento inicial elaborado pelo setor requisitante que materializa e justifica a necessidade de uma contratação;
III – Setor Requisitante: unidade administrativa ou secretaria municipal que demanda a execução de uma contratação de bem, serviço ou obra;
IV – Unidade Central de Planejamento e Compras: órgão ou equipe intersetorial (Equipe de Planejamento da Contratação) formalmente designada para coordenar, consolidar e gerenciar o PCA municipal;
V – Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): sítio eletrônico oficial instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 para divulgação obrigatória dos atos de contratação.

CAPÍTULO II – DA ELABORAÇÃO E DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

Art. 3º O setor requisitante correspondente deverá encaminhar à Unidade Central de Planejamento e Compras, **até o dia 31 de maio de cada ano**, os seus respectivos DFDs contendo as contratações pretendidas para o exercício subsequente.
Parágrafo único. O descumprimento do prazo previsto no *caput* implicará a não inclusão da demanda no PCA do ano seguinte, ressalvadas as hipóteses de excepcionalidade superveniente devidamente justificadas pelo Secretário da pasta e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 4º O Documento de Formalização de Demanda (DFD) será obrigatoriamente padronizado e conterá, no mínimo:
I – Identificação inequívoca do setor requisitante;
II – Descrição sumária do objeto e sua finalidade pública;
III – Identificação do código correspondente com os **layouts e códigos de itens padronizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)**;
IV – Estimativa preliminar da quantidade pretendida, acompanhada da respectiva unidade de medida;
V – Estimativa preliminar do valor global da contratação, baseada em parâmetros sumários de mercado;
VI – Grau de prioridade da demanda (alta, média ou baixa);
VII – Justificativa da necessidade e indicação de vinculação orçamentária prévia ou provável fonte de recurso;
VIII – Cronograma estimado contendo a previsão da data em que se pretende iniciar o certame ou contratação direta;
IX – Nome legível, cargo, matrícula e assinatura da autoridade ou servidor responsável pelo preenchimento.

CAPÍTULO III – DA CONSOLIDAÇÃO E DO CRONOGRAMA

Art. 5º O processo de consolidação e publicação do PCA obedecerá ao seguinte cronograma anualizado:
I – Até 15 de julho: A Unidade Central de Compras promoverá a triagem e consolidação de todos os DFDs recebidos, agregando os objetos por similaridade para fins de economia de escala e prevenção ao fracionamento ilegal de despesa;
II – Até 31 de julho: O PCA preliminar será encaminhado ao setor Contábil para análise de viabilidade fiscal e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
III – Até 15 de agosto: Elaboração da versão final consolidada do PCA, adequando-a aos limites previstos para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA);
IV – Até 31 de agosto: Submissão do documento final à aprovação do Presidente da Câmara e subsequente publicação obrigatória no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV – DA APROVAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

Art. 6º O PCA será aprovado pelo Presidente da Câmara por meio de ato homologatório.
Art. 7º O PCA poderá ser alterado ou revisado ao longo do exercício de sua execução, mediante lavratura de justificativa técnica formal do setor requisitante, nas seguintes hipóteses específicas:
I – Alteração substancial na disponibilidade orçamentária que impacte o planejamento de gastos;
II – Surgimento de demandas urgentes ou imprevistas de interesse público;
III – Ingresso ou recebimento de emendas parlamentares ou repasses de convênios federais/estaduais não previstos originalmente;
IV – Declaração de situação de emergência;
V – Necessidade de adequação técnica decorrente de evolução tecnológica ou mercadológica do objeto.
Parágrafo único. Toda e qualquer alteração aprovada no PCA deverá ser enviada para atualização e republicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados de sua formalização.

CAPÍTULO V – DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO PRÉVIA E DA VINCULAÇÃO

Art. 8º A inclusão de uma demanda no PCA não gera obrigação de contratar para a Administração Pública, tampouco configura direito subjetivo ao fornecedor ou contratante.
Parágrafo único. A inexistência de dotação orçamentária prévia e específica no momento da elaboração do PCA não impede a inclusão de itens sob a modelagem do Sistema de Registro de Preços (SRP), ficando o início efetivo da licitação e o empenho condicionados à oportuna e futura previsão de recursos orçamentários.

CAPÍTULO VI – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DA GOVERNANÇA

Art. 9º Os requisitantes são os responsáveis solidários pela fidedignidade das informações prestadas nos DFDs de suas respectivas pastas, bem como pela fiscalização do cumprimento dos prazos assinalados nesta Portaria.
Parágrafo único. A inobservância dolosa ou culposa dos prazos, omissão no envio ou descumprimento injustificado das diretrizes deste normativo ensejará a apuração de responsabilidade funcional nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas todas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 27 de Agosto de 2026.

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador: AFB34FA0

CÂMARA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
PORTARIA 011/2026

Ementa: Constitui a Equipe de Planejamento da Contratação para elaboração, monitoramento e revisão do Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Centenário do Sul, para o exercício de 2027, e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara Municipal de Centenário do Sul**, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Portaria 004/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a Equipe de Planejamento da Contratação, com a finalidade de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Centenário do Sul, que passa a ser composta pelos seguintes servidores:
I – Coordenador: Natal dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnio Legislativo;
II – Membro: Sandra Marcelia Pelegrino Nicácio, ocupante do cargo de Analista Contábil;
III – Membro: Marlon Cruz Prêmoli, Presidente da Câmara Municipal
Parágrafo único. A Procuradoria da Câmara Municipal, por meio da Procuradora Daiane Tavares de Souza, prestará o apoio jurídico necessário à Equipe, resguardada a sua autonomia funcional de controle de legalidade.
Art. 2º Compete à Equipe de Planejamento da Contratação:
I – Estabelecer o cronograma e as diretrizes para que as secretarias setoriais enviem suas demandas;
II – Consolidar as requisições de bens e serviços enviadas pelos órgãos municipais;

III – Elaborar a proposta preliminar do Plano de Contratações Anual (PCA);
IV – Promover as adequações e revisões necessárias no PCA ao longo do exercício;
V – Apoiar o Presidente da Câmara na gestão estratégica das contratações.
Art. 3º A Equipe reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As reuniões e decisões da Equipe serão registradas em ata, assinada por todos os membros presentes.
§ 2º As deliberações da Equipe serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate.
Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Equipe de Planejamento são considerados de relevante interesse público e serão exercidos sem prejuízo de suas atribuições ordinárias.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 26 de agosto de 2026.

MARLON CRUZ PRÊMOLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Natal Dos Santos
Código Identificador:153B4382

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 227/2026

DECRETO Nº 227/2026

SÚMULA: Permissão de uso de bem imóvel da Administração Pública Municipal de Centenário do Sul.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE,

Artigo 1º - Permitir, nos termos do § 4° do artigo 92, da Lei Orgânica Municipal, o uso do imóvel/barracão de 60 m² para instalação e desenvolvimento de empresa do ramo de energia solar fotovoltaica.

Artigo 2º - Determinar que toda e qualquer atividade a ser desenvolvida naquela localidade deverá ser previamente precedida de todas as licenças necessárias e submetida à análise o Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º - Revogadas no ato, as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 25 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:1C98F423

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 230/2026

DECRETO Nº 230/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) senhor(a): NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) a pedido, a partir do dia 01 de Setembro de 2026, o(a) senhor(a) **NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS**, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de **ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE NOTA FISCAL AO PRODUTOR**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 31 de Agosto de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:FD697B6C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, através do presente **EDITAL**, convoca o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2025, abaixo relacionado(a), para **comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis,** a contar da data da publicação deste, conforme item 19.6 do edital de abertura do referido concurso, junto ao **Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal**, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, centro, Centenário do Sul-PR, para **apresentar** os documentos conforme estabelecido no item 8.2, quando for o caso, e 19.7.1 do edital de abertura e consoante o rol abaixo mencionado. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do(a) candidato(a) no concurso público.
Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do atestado de vacinas, da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido e comprovante de pagamento da última anuidade;
Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, (incluído pela Lei nº 14.230/2021);
Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho;
Para cargo de Agente Comunitário Saúde comprovante de residência conforme item 2.4.1 deste edital.
Auto declaração de que é pertencente ao grupo racial negro e de que possui os traços fenótipos que o caracterizam como de cor preta ou parda, quando for o caso.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO	CARGO
ARTHUR SILVA LIBERATTI	1°	Engenheiro(a) Ambiental

Centenário do Sul/PR, 28 de Agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:07A3538D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 337/2026 - PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR INATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o falecimento do Servidor Público Municipal, Senhor **ANIBAL DE MATTOS JUNIOR**, óbito n.º 084673 01 55 2026 4 00030 143 0004624 35.

D E C R E T A:

Art. 1° - **CONCEDER** o benefício de **PENSÃO POR MORTE**, previsto por nossa legislação pátria, inserida na Constituição Federal, no artigo 40, §7 º e artigo 38, §1º, da Lei Municipal n.º 032/2007, pela morte do servidor **ANIBAL DE MATTOS JUNIOR**,

Vencimento básico: **R$ 1.621,00** (um mil, seiscentos e vinte e um reais).

Cálculo anual: 13 x R$ 1.621,00 = R$ 21.073,00 (vinte um mil, e setenta e três reais).

a) **100%** dos vencimentos para a viúva CARMELINA RIBEIRO DE MATTOS, Registro Geral-CPF sob o n.º **621.628.889-04** no valor de **R$ 1.621,00** (um mil, seiscentos e vinte e um reais);

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em **31 de agosto de 2026.**

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Cerro Azul/PR

Publicado por:
Arthur Daniel Marquardt
Código Identificador:3D9C90B1

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 338/2026.

Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2026, ARTHUR DANIEL MARQUARDT, portador do CPF nº 068.***.***-43, da função de Diretor Administrativo-Financeiro, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC1A, ficando lotado no Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º032/2007, na Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 e na Lei Complementar Municipal n.º008/2025.
DECRETA:
Art. 1º - Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2026, ARTHUR DANIEL MARQUARDT, portador do CPF nº 068. ***. ***-43, da função de Diretor Administrativo-Financeiro, Cargo em Provimento em Comissão Símbolo CC1A, ficando lotado no Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:6814B3CD

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 339/2026.

Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2026, o Servidor ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, portador do CPF n° 025.***.***-33 e RG n° 6.***.***-4, do cargo de Superintendente do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º032/2007, na Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 e na Lei Complementar Municipal n.º008/2025.
DECRETA:
Art. 1º- Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2026, o Servidor ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, portador do CPF n° 025.***.***-33 e RG n° 6.***.***-4, do cargo de Superintendente do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:25AF3875

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 340/2026.

Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, KAUANE TAIS LAGRANGE, portadora do CPF nº 111.***.***-65, para exercer a função de Diretora Administrativo-Financeiro, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC1A, ficando lotada no Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º032/2007, na Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 e na Lei Complementar Municipal n.º008/2025.
DECRETA:
Art. 1º - Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, KAUANE TAIS LAGRANGE, portadora do CPF nº 111. ***. ***-65, para exercer a função de Diretora Administrativo-Financeiro, Cargo em Provimento em Comissão Símbolo CC1A, ficando lotada no Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:548AAAAA

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 341/2026.

Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, ARTHUR DANIEL MARQUARDT, portador do CPF nº 068.***.***-43, para o cargo de Superintendente do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º032/2007, na Lei Complementar Municipal n.º 003/2022 e na Lei Complementar Municipal n.º008/2025.
DECRETA:
Art. 1º- Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, ARTHUR DANIEL MARQUARDT, portador do CPF nº 068. ***. ***-43, para o cargo de Superintendente do Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito, em 31 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:AEABC5F6

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº: 342/2026.

Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, o Servidor ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, portador do CPF n° 025.***.***-33 e RG n° 6.***.***-4, para o Cargo de Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 01.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Nº 047, de 07 de julho de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa e organizacional.
DECRETA:
ART.1º - Nomear, a partir de 01 de setembro de 2026, o Servidor ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, portador do CPF n° 025.***.***-33 e RG n° 6.***.***-4, para o cargo de Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 01.

ART. 2° - Fica revogado o Decreto n° 277/2026, publicado na data de 17/08/2026, edição 3596, que nomeava o mesmo como interino.

ART. 3º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito em 31 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:AA235D3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 UASG 987501

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares, destinados a equipar o Pronto Atendimento Municipal (PAM), unidade de saúde de funcionamento ininterrupto (24 horas por dia), em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde – Sistema Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

A Prefeitura Municipal de Cerro Azul-PR torna público que o edital da licitação em epígrafe, sofreu alterações em seu Termo de Referência. Considerando que as modificações impactam a formulação das propostas, e em observância ao Art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021, os prazos foram integralmente reabertos conforme o cronograma abaixo:

Início da sessão de disputa: A partir das 09:00 horas do dia 18 de setembro de 2026.

Valor máximo estimado da licitação: R$ 1.038.468,83 (um milhão, trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos).

Plataforma: Portal de Compras do Governo Federal.
Endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Código da contratação: 987501 - 7/2026.

O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das **08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, nos dias úteis.
Integra do edital nos sites: **http://www.cerroazul.pr.gov.br** e **https://www.gov.br/compras/pt-br** ou através de e-mail: **licitacoescerroazul@gmail.com**.
Informações no endereço de e-mail acima ou pelo Fone: **(41) 3662-1222 ramal 116.**

Cerro Azul/PR, 31 de agosto de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:CF39989E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2026
DISPENSA Nº 024/2026

PROCESSO Nº 027/2026
PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA e **QUALY VIDA GESTÃO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA – ME** (CNPJ Nº 04.035.662/0002-39).
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames médicos ocupacionais, com a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), exames complementares (hemograma completo e parasitológico de fezes) e serviços de segurança e saúde no trabalho (treinamento de ergonomia, percepção de riscos, EPIs e implantação de ginástica laboral), para os funcionários da Câmara Municipal de Clevelândia, pelo período de 12 (doze) meses.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Contratação direta fundamentada no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL: R$ 952,00 (novecentos e cinquenta e dois reais), a ser pago de forma proporcional e parcelada conforme a execução dos serviços.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da nota fiscal, mediante o ateste do recebimento definitivo do serviço e verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura.
FORO: CLEVELÂNDIA - PR.
DATA DE ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.

Clevelândia – PR, 31 de agosto de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:4D747BE1

GABINETE
DECRETO N°210/2026

DECRETO N°210/2026

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:
Art. 1° Luto Oficial de três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Professora, **Ires Margarete Correa.**

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 29 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F015E4FA

GABINETE
DECRETO N°211/2026

DECRETO N°211/2026

Concede licença especial, à servidora MARIA ISABEL GRELLERT BRANCO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença especial de 03 (três) meses, à servidora **MARIA ISABEL GRELLERT BRANCO,** com a matricula nº 12386-1.
Art. 2º - A licença de que se trata o art. antecedente terá início no dia **01/09/2026** e, findará em **29/11/2026**, sendo que no dia útil seguinte deverá a servidora, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções, independentemente, de qualquer modalidade de notificação.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A2B2122F

GABINETE
DECRETO N°212/2026

DECRETO N°212/2026

Institui o Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Clevelândia-PR, integrando as ações ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

A**Prefeita Municipal de Clevelândia-PR**, no uso das atribuições legais previstas no art. 43, inciso I daLei OrgânicaMunicipal, DECRETA considerando o disposto na Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, na Resolução nº 5158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos e na Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

RESOLVE:
CONSIDERANDO o direito à educação previsto naConstituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais estabelecidas pela Lei Federal nº 15.247/2025 e pelo Decreto Federal nº 11.556/2023, que instituem o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA);

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança da Política Municipal de Alfabetização, por meio da articulação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Clevelândia - PR, com a finalidade de planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações voltadas à garantia do direito à alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública municipal até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2ºO Comitê tem por finalidade planejar, acompanhar, monitorar, avaliar e fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, assegurando a integração entre as ações pedagógicas, administrativas e de gestão educacional voltadas à garantia da alfabetização de todas as crianças em regime de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação e Articulador RENALFA (Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização).

Art. 3º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I - acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II - monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização;

III - analisar os resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem;

IV - propor estratégias para melhoria dos índices de alfabetização;

V - acompanhar a execução do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;

VI - incentivar ações de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;

VII - emitir recomendações técnicas para subsidiar decisões da gestão educacional;

VIII - elaborar relatórios de acompanhamento das ações desenvolvidas;

IX - acompanhar o cumprimento das metas e estratégias previstas nos instrumentos de planejamento educacional do Município.
X estimular a mobilização social e o engajamento ativo das famílias e das comunidades escolares no acompanhamento do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Art. 4º O Comitê Estratégico Local será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I - 04 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEC), sendo:
a) 01 (um) Representante dos Gestores Escolares da rede pública municipal;
b) 01 (um) Assessor (a) da Educação Infantil;
c) 01 (um) Coordenador Pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
d) 01 (um) Assessor (a) da Educação Especial.
II - 02 (dois) representantes dos Professores Alfabetizadores atuantes no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III- 01 (um) representante da Educação Infantil atuante na rede pública municipal;
IV – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME).
Parágrafo único. Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas instituições ou pares e formalmente designados por meio de Portaria específica do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 5º O Comitê será coordenado pelo (a) Articulador (a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada / Renalfa, indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6ºO Comitê reunir-se-á:

I - ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre;
II - extraordinariamente, sempre que convocado por seu Coordenador ou mediante solicitação da maioria de seus membros.

Art. 7º As reuniões serão registradas em ata, contendo os assuntos discutidos, deliberações e encaminhamentos.

Art. 8ºA participação dos membros no Comitê constitui serviço público relevante, não sendo remunerada.

Art. 9.A Secretaria Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e operacional necessário ao funcionamento do Comitê.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:32D69C74

GABINETE
PORTARIA Nº180/2026

PORTARIA Nº180/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE
Art. 1° - Designar os representantes para composição do Comitê Estratégico Local da Política Municipal de Alfabetização:

Representantes dos Gestores Escolares da rede pública municipal;
Titular: Carla Cristina Fogolari de Ávila
CPF: 684.822.219-49

Suplente: Denise Maria Giunta
CPF: 684.827.369-49

Representantes de Assessores da Educação Infantil;
Titular: Aline Vanessa Forgiarini
CPF: 086.328.549-09

Suplente: Adriana de Quadros
CPF: 02862401900

Representantes dos Coordenadores Pedagógicos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
Titular: Tais Zampieri Araújo
CPF: 023.400.329-46

Suplente: Wagner Luiz Mohr
CPF: 058.393.309-22

Representantes de Assessores da Educação Especial;
Titular: Cristiane Aparecida Lemes
CPF: 052.824.219-92

Suplente: Berenice Müller Bordin
CPF: 039.987.719-30

Representantes dos Professores Alfabetizadores atuantes no 1° e 2° anos do Ensino Fundamental;
Titular: Priscila Bianca Talaska Rodrigues
CPF: 083.547.609-01

Suplente: Ana Paula da Silva
CPF: 111.613.079-31

Representantes da Educação Infantil atuante na rede pública municipal;
Titular: Seres Maria Poncio
CPF: 031.991.359-78

Suplente: Eliane Cotoski
CPF: 052.499.599-03

Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME);
Titular: Lenir Maria Cancian Gonçalves
CPF: 723.923.049-04

Suplente: Rafaela Battistella Inocêncio
CPF: 100.351.429-44

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:FD53F17E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 – PROCESSO Nº. 43/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E 58.089.415 PATRICIA CAVELAGNA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 053/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2026 – PROCESSO Nº. 43/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e 58.089.415 PATRICIA CAVELAGNA.
1. DO OBJETO:
1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição, serviços de manutenção e conservação de maquinas e equipamentos e também aquisição de equipamentos novos.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a realização da compra e empenho.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 1.349.85 (Hum mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.

Clevelândia, 31 de agosto de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:14940947

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 101/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE

Exonerar a senhora TATIANA DE FÁTIMA DA SILVA ROCHA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.***.***-0-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº ***.995.***-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir de 31 de agosto de 2026.

Colombo, 31 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:28A57661

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 102/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE

Nomear a senhora BEATRIZ VITÓRIA DA SILVA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.***.***-3-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.715.***-**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 1º de setembro de 2026.

Colombo, 31 de agosto de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:F85875DF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 068/2026

DECRETO N.º 068, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Delega competência à Secretária Municipal de Assistência Social para a prática de atos relacionados à execução do objeto "Construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa" e dá outras providências.

HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o disposto no art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Colombo,

CONSIDERANDO a habilitação do Município de Colombo para o recebimento de recursos mediante transferência na modalidade fundo a fundo, destinada à execução do objeto "Construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa", nos termos da Resolução SEMIPI nº 197/2025, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI;

CONSIDERANDO que a transferência de recursos tramita no e-Protocolo nº 24.238.850-0 e encontra-se cadastrada no Portal dos Municípios sob o código SAM nº 116;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior eficiência e celeridade à prática dos atos administrativos, técnicos e financeiros necessários à formalização, acompanhamento e execução do objeto;

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada à Sra. Elisangela Rena Beraldo Lazarotto, Secretária Municipal de Assistência Social, competência para assinar, em nome do Município de Colombo, os documentos necessários à formalização, execução, acompanhamento e conclusão do objeto "Construção do Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa", decorrente de transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, autorizada pela Resolução SEMIPI nº 197/2025, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI.

Parágrafo único. A delegação de competência de que trata o caput compreende, no âmbito do referido objeto, a assinatura de:

I – instrumentos contratuais, termos aditivos e demais instrumentos necessários à formalização e execução do objeto, observadas as competências e os procedimentos previstos na legislação aplicável;
II – planilhas e boletins de medição de serviços e respectivas notas fiscais, inclusive no verso das notas e em carimbo unificado;
III – relatórios de acompanhamento, fiscalização e execução da obra;
IV – diários de obra;
V – declarações, requerimentos, manifestações e demais documentos relacionados à execução do objeto pactuado;
VI – termos de recebimento provisório e definitivo;
VII – documentos administrativos, técnicos e financeiros necessários ao acompanhamento da execução e à prestação de contas dos recursos transferidos; e
VIII – demais documentos correlatos exigidos pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade ou por outros órgãos e entidades intervenientes na formalização, acompanhamento e execução do objeto.

Art. 2º- A delegação prevista neste Decreto restringe-se aos atos relacionados ao objeto referido no art. 1º e às matérias inseridas no âmbito das atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social, não abrangendo atos que, por disposição constitucional, legal ou regulamentar, sejam de competência exclusiva ou indelegável do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - A delegação de competência prevista neste Decreto não afasta a observância das atribuições dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos, pela fiscalização da obra, pelo atesto da execução dos serviços e pelos demais atos técnicos que, nos termos da legislação aplicável, devam ser praticados por agente especificamente designado.

Art. 4º - Os atos praticados por delegação deverão indicar essa condição e mencionar o número deste Decreto.

Art. 5º -Permanecem inalteradas as demais competências do Chefe do Poder Executivo e dos demais agentes públicos envolvidos na formalização, gestão, fiscalização, execução e prestação de contas do objeto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 28 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6B465A32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 772/2026

PORTARIA N.º 772/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor **RAPHAEL FERNANDES DE DEUS,** portador do RG n° 9.XXX.XXX-4, CPF n.° 079.XXX.XXX-08, matrícula n.° 11122, da função de Gestor do Núcleo de Apoio Jurídico, do Departamento Administrativo de Gestão e Controle, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Setembro de 2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 31 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4E9E0714

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 773/2026

PORTARIA N.º 773/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, dos contratos n.° 331/2026 a 341/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 020/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos (Infectologista, Psiquiatra, Plantonista, Ecografista e Clínico Geral), visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR, conforme segue:

Gestora do Contrato:
Ana Mara Harbs**,** matrícula n.º 17.522;
Fiscal de Contrato:
Priscila F. M. de Bomfim**,** matrícula n.º 14.627;
Fiscal de Contrato:
Pamela A. A. R. Pereira, matrícula n.º 13.746;
Fiscal de Contrato:
José Sebastião da Silva Neto**,** matrícula n.º 19.073;
Fiscal de Contrato:
Isabele Vicente de Brito, matrícula n.º 6.523.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 31 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:3CEE7C29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 138/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2026

Processo: 19.038/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Contratada: TREVENZA SOLUÇÕES LTDA, CNPJ n.º 58.613.526/0001-27
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: **Gestor de Contrato:** Cristiano Aurélio Furlan, matrícula funcional n.º 19335; **Fiscal Técnico:** Erick Marcelo Assunção de Melo, matrícula

funcional n.º 19718; **Fiscal de Contrato:** Luciana Gomes, matrícula funcional n.º 16503
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de **Materiais Esportivos** variados e outros, no âmbito das diversas modalidades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ R$ 174.349,18 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 28 de abril de 2026
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8C8AE120

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 139/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2026

Processo: 19.038/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Contratada: REED7 COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 62.547.527/0001-98
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: **Gestor de Contrato:** Cristiano Aurélio Furlan, matrícula funcional n.º 19335; **Fiscal Técnico:** Erick Marcelo Assunção de Melo, matrícula funcional n.º 19718; **Fiscal de Contrato:** Luciana Gomes, matrícula funcional n.º 16503
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de **Materiais Esportivos** variados e outros, no âmbito das diversas modalidades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 28 de abril de 2026
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:AF911D83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 140/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2026

Processo: 19.038/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Contratada: AZURRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORDAS E REDES ESPORTIVAS LTDA, CNPJ n.º 63.616.301/0001-64
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: **Gestor de Contrato:** Cristiano Aurélio Furlan, matrícula funcional n.º 19335; **Fiscal Técnico:** Erick Marcelo Assunção de Melo, matrícula funcional n.º 19718; **Fiscal de Contrato:** Luciana Gomes, matrícula funcional n.º 16503
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de **Materiais Esportivos** variados e outros, no âmbito das diversas modalidades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 59.278,75 (cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 28 de abril de 2026
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C062A84B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ACHEI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.221.047/0001-97.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é de R$ 408.941,25 (quatrocentos e oito mil e novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:22595B41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: WDCL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 39.436.640/0001-84
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo

de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é de R$ 95.522,01 (noventa e cinco mil e quinhentos e vinte e dois reais e um centavo).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.

Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:ABDD207E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: TECNOBLU COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.613.975/0001-65.
Fiscalização: Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é de R$ 606.414,30 (seiscentos e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e trinta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:9AEF0CAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: JESSICA VIEIRA SPER, inscrita no CNPJ nº 62.046.597/0001-62
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é R$ 11.040,40 (onze mil e quarenta reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4A6282C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: FILIPE MOISES GARCIA ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.034.870/0001-84
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é R$ 235.790,00 (duzentos e trinta e cinco mil e setecentos e noventa reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.

Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:81F7D3DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.481.107/0001-48.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é de R$ 614.838,32 (seiscentos e quatorze mil e oitocentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:603A561A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: CORDEIRO E FRANCO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº20.800.676/0001-77
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é R$ 48.880,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:12FFA5C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

Processo: 7940/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.942.831/0001-36.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Lessandro Batista Ferreira, Fiscais da Ata Sr. Claudio Souza Silva, Sra. Leonor Rabelo de Andrade, Sr. William Anderson da Silva Camargo, Sra. Denise Ferreira Bastos, Sr. Iziel Martins de Souza, Sra. Cherleine dos Santos, Sr. Alandson Machado e a Sra. Samantha Aparecida Rocha.
Objeto: Registro de Preços de Equipamentos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Materiais Diversos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Valor: O valor total é de R$ 56.166,70 (cinquenta e seis mil e cento e sessenta e seis reais e setenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024 – SEMED - PMC.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de abril de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:031B83A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 172/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2026

Processo: 41.503/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Assistência Social
Contratada: GM DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n.º 21.604.118/0001-07
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Carla Caroline Dums Orasmus, matrícula funcional n.º 12.137 - Fiscal de Contrato: Elisângela Gomes Dellicolli, matrícula funcional n.º 18.897.

Objeto: Contratação de serviços de **montagem e fornecimento de Cestas Básicas** a serem concedidas, mediante avaliação social prévia, como benefício eventual e emergencial, visando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 21.432,00 (vinte e um mi, quatrocentos e trinta e dois reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 04 de maio de 2026
Assinatura: Elisangela Rena Beraldo Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D1B34A0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 173/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2026

Processo: 41.503/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Assistência Social
Contratada: PACHTO COMERCIO DE ALIMENTOS, CNPJ n.º 21.424.240/0001-93
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Carla Caroline Dums Orasmus, matrícula funcional n.º 12.137 - Fiscal de Contrato: Elisângela Gomes Dellicolli, matrícula funcional n.º 18.897.
Objeto: Contratação de serviços de **montagem e fornecimento de Cestas Básicas** a serem concedidas, mediante avaliação social prévia, como benefício eventual e emergencial, visando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 131.880,00 (cento e trinta e um mil, oitocentos e oitenta reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 04 de maio de 2026
Assinatura: Elisangela Rena Beraldo Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4C29E30C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 175/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2026

Processo: 3348/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas secretarias
Contratada: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, CNPJ n.º 19.791.896/0046-02
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscal de Contrato: Marco Antonio da Silva, matrícula funcional n.º 19.339.
Objeto: Aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, em botijões de 45 Kg (P45)** para atender diversos órgãos da Administração Pública do município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 05 de maio de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto – Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:095FEF85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 176/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2026

Processo: 3348/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas secretarias
Contratada: GÁS VALLE LTDA, CNPJ n.º 53.147.001/001-20
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscal de Contrato: Marco Antonio da Silva, matrícula funcional n.º 19.339.
Objeto: Aquisição de **Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, em botijões de 45 Kg (P45)** para atender diversos órgãos da Administração Pública do município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 163.800,00 (cento e sessenta e três mil e oitocentos reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 05 de maio de 2026
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto – Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:918E6B48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Processo: 14092/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública
Contratada: AMB TRANSPORTE EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.275.087/0001-63.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Fiscal da Ata/Técnico o Sr. Luiz Antônio Brizola, matrícula n.º: 11249, e do Gestor da Ata Sr. Thiago Skau, matrícula n.º: 11276.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos, sem motorista, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Departamento da Guarda Municipal, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no termo de referência.
Valor: O valor total é de: R$ 1.471.008,00 (um milhão e quatrocentos e setenta e um mil e oito reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde

que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 11 de maio de 2026.
Assinatura: Onéias Ribeiro

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:264FCFB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

Processo: 14092/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública
Contratada: LJ LOCADORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.457.124/0001-79.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Fiscal da Ata/Técnico o Sr. Luiz Antônio Brizola, matrícula n.º: 11249, e do Gestor da Ata Sr. Thiago Skau, matrícula n.º: 11276.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação mensal de veículos, sem motorista, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Departamento da Guarda Municipal, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no termo de referência.
Valor: O valor total é de: R$ 178.517,40 (cento e setenta e oito mil e quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 11 de maio de 2026.
Assinatura: Onéias Ribeiro

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:BCF0D7D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

Processo: 41445/2025.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL FAMÍLIA E ESCOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.874.813.0001-00
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gestora Srª. Marcia Eluisa Contente Estevam do fiscal da Ata Sra. Adriana Rita de Oliveira.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento através de Registro de Preços, de materiais didáticos para atendimento dos alunos do infantil 3, 4 e 5 visando o ano letivo de 2026, conforme condições e exigências constantes no Termo de Referência (Anexo I), que integra o Edital.
Valor: R$ 2.091.600,00 (dois milhões e noventa e um mil e seiscentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/2025
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Local e data da emissão: Colombo, 19 de maio de 2026.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia Freitas.

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B2A285E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

Processo: 24.633/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ n.° 56.081.482/0001-06
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos seguintes servidores: Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para **fornecimento de materiais médico-hospitalares**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 7.936,00 (sete mil, novecentos e trinta e seis reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 12 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F2ED09AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2025

Processo: 24.633/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 51.740.794/0001-60
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos seguintes servidores: Fiscal de Contrato: Srª Jocieli Maschio, matrícula funcional n.º 13.483; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para **fornecimento de materiais médico-hospitalares**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR

Valor: O valor total é de R$ 858,00 (oitocentos e cinquenta e oito reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 12 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:AF643E60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

Processo: 32.017/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Contratada: CLINICÃO CLÍNICA VETERINÁRIA POPULAR LTDA, CNPJ n.º 15.311.126/0001-54
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Fiscal de Contrato: Srª Karina Barbosa da Silva, matrícula funcional n.º 15.275; Gestora de Contrato: Srª Annelize Mercurio, matrícula funcional n.º 15.189, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de castração em massa (caninos e felinos), resgate de animais em situação de rua, hospedagem e serviço de adestramento para animais com comportamento antissocial, visando atender demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Colombo/PR.
Valor: O valor total (LOTES 01 e 02) é de R$ 805.952,50 (oitocentos e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 18 de fevereiro de 2026
Assinatura: Willian Zanini

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D010CE1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 51.740.794/0001-60
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 2.215,88 (dois mil, duzentos e quinze reais e oitenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:6C71381D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: NOVAINSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, CNPJ n.° 12.561.319/0001-75
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 210.534,94 (duzentos e dez mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E64898DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA, CNPJ n.° 10.942.831/0001-36
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr.

Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 9.492,00 (nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E681A5A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: CH3 ELETRO E ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ n.° 39.581.101/0001-39
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C7B227EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: SOLO G9 LTDA, CNPJ n.° 11.102.277/0001-41
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 13.416,40 (treze mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:30CAF0C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: L J MONDARDO E CIA LTDA, CNPJ n.° 04.158.848/0001-02
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:A39BBD96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: V K SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ n.° 08.855.152/0001-88

Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 27.860,00 (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:57F12F5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA, CNPJ n.° 18.861.730/0001-42
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 18.560,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E1678CAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2025

Processo: 32.124/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde
Contratada: JLS COMERCIAL LTDA, CNPJ n.° 41.197.748/0001-03
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal de Contrato: Srª Isabele Vicente de Brito, matrícula funcional n.º 6.523; Fiscal de Contrato: Srª Emanuelle Sanches B Veronesi, matrícula funcional n.º 10.791; Fiscal Técnico: Sr. Antonioni Emanuel L Pereira, matrícula funcional n.º 9.536; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151, especialmente designados através de Portaria Municipal.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento/aquisição de equipamentos e materiais destinados ao atendimento das necessidades das farmácias Básica e Estadual, da Secretaria Municipal de Saúde de Colombo/PR
Valor: O valor total é de R$ 1.871,68 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 19 de fevereiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:13696FD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 014/2026 - ESCOLA ERNESTO FERREIRA SANTIAGO

HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

R E S O L V E:

HOMOLOGAR e ADJUDICAR o procedimento licitatório dirigido pelo Agente de Contratação, nomeado pela Portaria **477/2026 de 18 de maio de 2026** da Prefeitura Municipal de Colombo, referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026**, que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma da Escola Municipal Ernesto Ferreira Santiago localizada na Rua José da Silva Fontoura, 11, Vila Liberdade, Colombo-PR, com área de intervenção de 4.186,33 M² (Escola e Quadra Esportiva

VENCEDOR: BRIOSCHI ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 04.649.967/0001-50 com o lote: 1 no valor total de R$ 2.374.999,00 (dois milhões e trezentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais).

VALOR TOTAL: R$ 2.374.999,00 (dois milhões e trezentos e setenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais
DOS PRAZOS: Conforme cronograma do edital.

DOS PAGAMENTOS: Os pagamentos serão efetuados em parcelas mensais conforme medições, através de conta bancária fornecida pelo licitante vencedor, com base nas medições dos serviços executados, liberadas em **até 30 (trinta) dias** a contar da emissão da Nota Fiscal, aceite do fiscal de contrato e devidamente ratificado pelo ordenador de despesas.

Dê-se publicidade,

Colombo, 31 de agosto de 2026.

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:7C7D8503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2026

Processo: 28538/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Colombo – Secretaria Municipal da Administração.
Contratada: BEATRIZ WECK - ME, inscrita no CNPJ sob nº 01.734.084/0001-50.
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Leandro Maschio e da Fiscal de Contrato Sra. Denise Ferreira.
Objeto: Contratação de serviços de chaveiro, que compreende a abertura e fechamento de portas, portões e armários, com fornecimento de materiais e mão de obra necessários para confecção e cópia de chaves, conserto, modelagem e instalação de fechaduras e cadeados, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Colombo.
Valor: R$ 27.610,00 (Vinte e sete mil e seiscentos e dez reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, LOA 1882/26.
Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço permanecem vantajosos à Administração, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Local e data da Emissão: Colombo, 27 de agosto de 2026.
Assinatura: Ismailin Schrotter.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:354DE43F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 002/2026 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 145/2025- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025

PROCESSO: 38317/2026
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal de Assistência Social.
Locador: Hamilton Antonio Baldon e Marli Terezinha Zanon Baldon.
Objeto: O presente termo tem como objeto a RESCISÃO UNILATERAL do contrato, firmado em 06 de maio de 2025, originado pelo Processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2025, nos termos previstos em sua Cláusula Nona. Contrato este, referente à Locação do imóvel situado na Rua Xambre, nº 458, Paloma – Colombo/PR – CEP: 83.410-370, com área de 296,52 m², destinado às novas instalações do Centro de Distribuição de Materiais da Secretaria Municipal de Assistência Social, determina-se a rescisão do referido contrato, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2026.
Local e data de emissão: Colombo, 27 de agosto de 2026.
Assinatura: Elisângela Rena Beraldo Lazarotto

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:F75F3ADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 AO CONTRATO Nº 450/2025

Processo: 18357/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal da Juventude
Contratada: CONTRACT'US CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 80.017.890/0001-83.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a execução de Construção do Bloco Administrativo de Apoio à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude, com a execução dos serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra; drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; calçamento; limpeza final e demais itens e especificações*)*, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 010/2025.
Local e data de emissão: Colombo, 27 de agosto de 2026.
Assinatura: Murilo Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:8A143D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026 - COLETA RESÍDUOS SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14178/2026

INTERESSADA:
OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES

DECISÃO DE RECURSO

Trata-se de RECURSO do procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº.036/2025 cujo objeto trata-se da Prestação de serviços por meio do Sistema de Registro de Preços Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta regular, transporte e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do tipo A, B e E, dos estabelecimentos municipais de saúde.
A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, acolhe o Despacho nº 191/2026 – PGM/CCL e o Memorando nº. 1976/2026 – Departamento de Atenção em Saúde, decide pelo **IMPROVIMENTO** do recurso apresentado pela empresa OURO VERDE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES, mantendo-se a decisão do Pregoeiro e equipe técnica.

É a decisão.

Colombo, 28 de agosto de 2026.

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:E1CD2832

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026 - COLETA RESÍDUOS SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026 referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026,** cujo objeto trata-se da Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta regular, transporte e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do tipo A, B e E, dos estabelecimentos municipais de saúde
EMPRESA VENCEDORA

PROATIVA AMBIENTAL GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE LTDA. – CNPJ: 12.012.504/0002-91 para o lote (único): 1 no valor total de R$ 302.850,00 (trezentos e dois mil e oitocentos e cinquenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 302.850,00 (trezentos e dois mil e oitocentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses;
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a entrega do pedido e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal técnico.

Dê-se publicidade.

Colombo, 31 de agosto de 2026

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:CEC73A88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGAO ELETRÔNICO 040/2026

HOMOLOGAÇÃO
O Secretário Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026 referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026,** cujo objeto trata-se da Aquisição de ativos e infraestrutura de rede lógica, incluindo switches e sistemas de armazenamento (storage), para atendimento de todas as Secretarias Municipais da Prefeitura de Colombo
EMPRESAS VENCEDORAS
- **LEONARDO A VERZA** para o lote: 1 no valor total de R$ 67.400,55 (sessenta e sete mil e quatrocentos reais e cinquenta e cinco centavos).
- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA** para os lotes: 2 e 4 no valor total de R$ 354.323,17 (trezentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e vinte e três reais e dezessete centavos).
- **CYCLO X SOLUCOES EM TI EIRELI**para os lotes: 3 e 5 no valor total de R$ 120.403,28 (cento e vinte mil e quatrocentos e três reais e vinte e oito centavos).
VALOR TOTAL: R$ 542.127,00(quinhentos e quarenta e dois mil e cento e vinte e sete reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses;
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a entrega do pedido e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal técnico.

Dê-se publicidade.

Colombo, 31 de agosto de 2026

ADEMIR ALBERTI CHAVES GARCIA
Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação E Tecnologia

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:DFBA67A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO 043/2026

HOMOLOGAÇÃO
A Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026,** cujo objeto trata-se de Contratação de empresa para a montagem e o fornecimento de cestas básicas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VENCEDORES:
JAS DISTRIBUIDORA LTDA com os itens: 1, 2 no valor total de R$ 486.417,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e dezessete reais).
Item fracassado:3
PRAZO DE VIGÊNCIA: CONFORME EDITAL.
PRAZO DE EXECUÇÃO: CONFORME EDITAL.
PRAZO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em **até 30 (trinta) dias** após o recebimento das notas fiscais.

Dê-se publicidade.

Colombo, 31 de agosto de 2026.

ELISANGELA RENA BERALDO LAZAROTTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Alexandre Amaral de Mello
Código Identificador:879FC93E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 - AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 063/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento através de Registro de Preços, de materiais de apoio pedagógico, agenda escolar e penal escolar, com entrega ponto – a – ponto para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Colombo no ano letivo de 2027.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 02 de setembro de 2026 até às 08:00 horas do dia 17 de setembro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço “por lote”.
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8117 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.
Colombo, 31 de agosto de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:E9172CF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E AGRONEGÓCIO
ATUALIZAÇÃO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Realizada pelo SIM/POA – Colombo, conforme os documentos previstos na Resolução nº 01/2023 – COMESP, a atualização dos dados cadastrais e do registro do estabelecimento, cuja razão social anteriormente registrada como **Everton Vinicius Leachi**, sob o número de registro **13-L**, passa a vigorar como **SOTILLE**

COMERCIO E MANIPULACAO DE ALIMENTOS LTDA, doravante com o número de registro **13**.
O estabelecimento fica autorizado a realizar as seguintes atividades, conforme consta em seu cartão CNPJ:

• **10.13-9-01**– Fabricação de produtos de carne;
• **10.52-0-00**– Fabricação de laticínios;
• **46.37-1-99**– Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
• **46.39-7-02**– Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada;
• **49.30-2-02**– Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
• **52.11-7-99**– Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
• **73.19-0-02**– Promoção de vendas;
• **77.39-0-99**– Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;
• **82.11-3-00**– Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
• **82.91-1-00**– Atividades de cobranças e informações cadastrais.

Coordenação do Serviço de Inspeção
JANAINA ALESSI BERTO MATRÍCULA 12838

Publicado por:
Gilmar Dos Santos Mergarefo Junior
Código Identificador:254A612A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PE 007/2026

Processo Administrativo N.º 028/2026
Pregão Eletrônico N.º 007/2026
(CONTRATAÇÃO N.º 010/2026 – UASG 931438 – SISTEMA COMPRAS.GOV)
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e recuperação das esquadrias de alumínio, portas de vidro, fachadas em pele de vidro, marquise metálica e demais elementos da edificação da Câmara Municipal de Contenda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e atendendo os dispositivos da Lei Federal N.º 14.133/21 e da Lei Municipal N.º 2.047/2023,

RESOLVE

ADJUDICAR o presente Pregão Eletrônico, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção corretiva e recuperação das esquadrias de alumínio, portas de vidro, fachadas em pele de vidro, marquise metálica e demais elementos da edificação da Câmara Municipal de Contenda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital, e demais dispositivos constantes neste Processo, e **HOMOLOGAR** seu objeto à empresa:

- CELLIS ALEXIS BATISTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N.º 57.201.028/0001-04, com endereço na Avenida Elisio de O Barreto, nº 225, Bairro Bela Vista, Imbau, PR.

- Valor Total: R$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais).

- Dotação orçamentária:
01 - Câmara Municipal, 001 - Legislativo Municipal, 01.031.0001-2002 - Manutenção do Poder Legislativo - 3.3.90.39.16.00 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - Fonte de recurso: 0001 - Recursos Ordinários (livres).

Contenda, 31 de agosto de 2026.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Contenda

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:FF9C9BEE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 303/2026

SÚMULA: Exonera servidor (a) contratado (a) por prazo determinado

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais considerando o disposto no inciso IX do art. 37 da CF, e a Lei Municipal nº 1812/2019 de 09 de outubro de 2019,

D E C R E T A

Art.1º Fica exonerado (a) o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

Nome	CPF	Cargo	Matrícula	Data
GIOVANA RENATA LOURENÇO PINTO	117.762.229-70	Atendente Infantil - PSS	38849	01/09/2026
Regime/Natureza: Especial - Temporário Causa: Iniciativa do servidor				

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:5752F8DD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 304/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
REGINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS BRITO	036.425.439-44	77º	01/09/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:B91D17E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 006/2026 DE 31/08/2026 - PSS 002/2026

EDITAL Nº. 006/2026, de 31 de agosto de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 09/07/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 005/2026 de 24/08/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, **RESOLVE**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a) habilitado(a) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 002/2026 de 09/07/2026, para o provimento de vaga temporária de Farmacêutico, conforme abaixo:
Cargo: FARMACÊUTICO

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	CAMILA CARNIELETTO WINQUES	1º	3533/26
2	ALISSON CALEFFI ALIEVI	2º	3435/26

Art. 2º. O(A) Candidato(a) convocado(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **01 (primeiro) de setembro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 002 de 09/07/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:AC01FBF8

GABINETE DO PREFEITO
TORNA PÚBLICO O PRESENTE EDITAL, QUE ESTABELECE AS INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS(AS) DIRETORES(AS) DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS PÚBLICAS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA-PR, PARA O MANDATO 2027- 2030.

EDITAL Nº 001/2026, de 01 de setembro de 2026.
EDITAL PARA ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS PÚBLICAS DE ENSINO DO MUNICÍPIO
DE CORONEL VIVIDA-PR.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, considerando que a direção escolar pública municipal será exercida com a adoção da Gestão Democrática, em consonância com as **Leis Municipais nº 2.990, de 27 de abril de 2020, nº 3.505, de 27 de agosto de 2025, e nº 3.650, de 26 de agosto de 2026**, que regulamentam e atualizam o Processo de Gestão Democrática do Ensino Público nas Escolas do Município de Coronel Vivida – PR, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO o presente Edital, que estabelece as instruções para a realização do processo de escolha dos(as) Diretores(as) das Instituições Municipais Públicas de Ensino do Município de Coronel Vivida-PR, para o mandato 2027- 2030.
1. **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**
1.1. Conforme estabelece o **artigo 7º, caput e § 1º da Lei Municipal nº. 2.990/2020 de 27/04/2020, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.650/2026**, o processo de escolha será organizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a cada 04 (quatro) anos, até o dia 30 de novembro do último ano do mandato do diretor de escola.
1.2. O período da gestão escolar do(a) Diretor(a) eleito(a), por meio deste Edital, será de janeiro de 2027 a dezembro de 2030.
1.3. Para efetivar o processo de escolha, cada instituição de ensino deverá contar com **no mínimo 50 (cinquenta) alunos matriculados**, de acordo com o censo escolar realizado no período da consulta, conforme dispõe o **art. 8º da Lei Municipal nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.650/2026.**
1.4. Em caso de não haver candidatos inscritos, independentemente do número de alunos matriculados, o Prefeito poderá proceder à nomeação direta, **nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.650/2026,** possibilitando inclusive a designação de servidor vinculado a outra unidade escolar.
1.5. O processo será regulamentado e terá acompanhamento geral pela Comissão Coordenadora, constituída pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme disposto no **art. 22 da Lei Municipal nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.650/2026.**
1.6. Cada Instituição de Ensino deverá ter uma Comissão Organizadora, composta pelos representantes indicados a seguir:
a) Um representante membro da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, indicado pelo seu Presidente, em cada Escola onde haverá a consulta;
b) Um representante do Conselho Municipal de Educação, indicado dentre seus membros;
c) Dois representantes indicados pela Secretaria de Educação;
d) Um professor, indicado por seus pares;
e) Um representante dos funcionários, indicado pela equipe da escola.
1.7. Fica vedada a participação na Comissão Organizadora:
a) Dos candidatos à função de Diretor de Escola inscritos na consulta;
b) De qualquer servidor investido no cargo de diretor;
c) De pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes dos prováveis candidatos, até o 2º (segundo) grau, inclusive.
2. UNIDADES ESCOLARES PARTICIPANTES
2.1. As seguintes Instituições de Ensino do Município de Coronel Vivida-PR participarão do processo de escolha para indicação ao cargo de Diretor(a) Escolar:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CONFORME DADOS DO ÚLTIMO CENSO DE 27/05/2026
Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães – EIEF	175
Escola Municipal Juventino Rufatto – EIEF	228
Escola Municipal Prefeito Paulino Stedile – EIEF	401
Escola Municipal Presidente Kennedy – EIEF	239
Escola Municipal São Cristóvão – EIEF	180
Escola Municipal Sete de Setembro – EIEF	332
Escola Municipal Tiradentes – EIEF	284
Escola Municipal Vista Alegre – EIEF	96
Escola Municipal Rural Maria da Luz – EIEF	83
Escola Municipal Rural Santa Lucia – EIEF	80
Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	73
Centro Municipal de Educação Infantil Arco-Íris	68

Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	89
Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	68
Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna	92

3. **DAS INSCRIÇÕES**

3.1. O professor interessado em participar do processo de escolha deverá fazer sua inscrição pessoalmente, no período de **04/09/2026 a 30/09/2026**, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Rua Dr Major Estevão do Nascimento, nº. 756, Centro – Coronel Vivida-PR, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h de segunda a sexta-feira, mediante entrega dos seguintes documentos exigidos, em envelope lacrado, **conforme previsto no art. 11 da Lei Municipal nº 2.990/2020, com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 3.505/2025**:

a) Ficha de Inscrição do Candidato preenchido e assinado (anexo I);

b) Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade Civil (RG);

c) Fotocópia autenticada do CPF;

d) Fotocópia autenticada do Diploma de Graduação – Licenciatura Plena na área da Educação;

e) Fotocópia autenticada do Diploma de Pós-Graduação em Gestão Escolar ou Declaração de Matrícula, **conforme § 6º do art. 10 da Lei nº 2.990/2020, incluído pela Lei nº 3.505/2025**;

f) Declaração/Certidão de tempo de efetivo exercício de docência, contendo lotação funcional e se o(a) servidor(a) sofreu alguma penalidade administrativa nos últimos 05 (cinco) anos; (Departamento de Gestão de Pessoas);

g) Certidão de antecedentes criminais;

h) Plano de Gestão a ser desenvolvido durante sua gestão (**Anexo II), conforme inciso IV do art. 11 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.505/2025, em consonância com o inciso VII do art. 10** da mesma lei;

i) Declaração/Certidão, no caso de o candidato já ter ocupado o cargo de Diretor(a) na rede Municipal de Ensino, de regularidade na prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pela Unidade Escolar durante sua gestão; (Secretaria de Educação);

j) Declaração de aptidão ao cargo (**Anexo III), conforme inciso III do art. 11 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.505/2025**;

k) Termo de Compromisso, comprometendo-se a assumir e cumprir as atribuições do cargo, caso nomeado (Anexo IV).

3.1.1 DOS RECURSOS

O candidato que tiver sua inscrição indeferida ou discordar da pontuação atribuída poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no prazo estabelecido neste edital.

3.1.1.1 – Prazo para recurso: O recurso deverá ser interposto dentro do prazo previsto no cronograma deste edital.

3.1.1.2 – Forma de apresentação: O recurso deverá ser apresentado por meio do formulário constante no **Anexo V – Requerimento para Recurso**, entregue pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

3.1.1.3 – Indeferimento do recurso: O não cumprimento das condições estabelecidas implicará no indeferimento do recurso.

3.2. Para fins de pontuação na classificação, os(as) candidatos(as) ao cargo de Diretor(a) poderão apresentar títulos acadêmicos além da titulação mínima exigida para investidura no cargo, observados os critérios estabelecidos neste e na **Lei Municipal nº 3.505/2025 (arts. 10, 10-A, 10-B e Anexo Único).**

a) Serão aceitos até 03 (três) diplomas de pós-graduação lato sensu (especialização) na área da educação, devidamente reconhecidos, para fins de pontuação.

b) Poderão ser apresentados diplomas de mestrado e doutorado na área da educação, para fins de pontuação.

c) A comprovação dos títulos deverá ser realizada mediante apresentação do diploma ou certificado de conclusão autenticado, acompanhado do respectivo histórico escolar, no ato da inscrição.

d) A pontuação atribuída a cada titulação será aplicada conforme tabela definida no Anexo Único da Lei nº 3.505/2025.

3.3 Contarão pontos, para fins de classificação, os cursos de extensão na área da educação realizados nos últimos 02 (dois) anos, desde que devidamente comprovados por certificado ou declaração oficial, conforme critérios estabelecidos na **Lei 3.505 de 27 de agosto de 2025.**

3.4 Cada candidato deverá elaborar e entregar, no envelope lacrado, juntamente aos demais documentos exigidos, o Plano de Gestão Escolar, conforme modelo constante em anexo a este edital.

a) O Plano de Gestão deverá ser apresentado à Comissão Avaliadora em data a ser definida em edital específico.

b) A análise e aprovação do Plano de Gestão observarão os critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 3.505, de 27 de agosto de 2025.

3.5. Serão aceitas somente as inscrições que atenderem o disposto neste Edital, não serão aceitas inscrições realizadas por procuração ou por terceiros.

3.6. A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições deste Edital, tais como aqui estabelecidas.

3.7. O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento ou pela entrega incompleta da documentação exigida neste edital.

3.8. Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

3.9. O professor poderá candidatar-se ao cargo de Diretor(a), somente na Unidade Escolar em que esteja vinculado.

3.10. Após o encerramento do prazo, o candidato não poderá efetuar qualquer alteração nas informações contidas em sua inscrição, nem incluir documentos faltantes, sendo de inteira responsabilidade do candidato a entrega completa da documentação exigida no ato da inscrição.

3.11. O envelope com a documentação exigida deverá ser entregue devidamente lacrado. O servidor responsável pelo recebimento das inscrições não se responsabilizará pela conferência da documentação apresentada, sendo de inteira responsabilidade do candidato a entrega completa dos documentos exigidos.

4. **DOS REQUISITOS PARA OS CARGOS DE DIRETOR(A) ESCOLAR**

4.1. Poderá ocupar o cargo de Diretor(a) Escolar o professor que atenda aos requisitos previstos no **art. 10 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.505/2025**:

a) Ser ocupante de cargo de provimento efetivo e estável;

b) Ter exercido, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício na docência na Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida;

c) Possuir formação mínima de nível superior na área de educação;

d) Possuir ou estar regularmente matriculado em curso de especialização em Gestão Escolar, devendo, neste último caso, apresentar o respectivo diploma ou certificado no prazo máximo de 01 (um) ano, contado da data de inscrição para o pleito;

e) Estar apto a exercer plenamente a gerência de recursos públicos e sua movimentação financeira bancária;

f) Comprometer-se a participar da Formação Continuada e Permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação;

g) Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo;

h) Apresentar à Comissão Avaliadora o Plano de Gestão a ser desenvolvido durante sua gestão;

i) Não ter sido penalizado administrativamente, nos últimos 5 (cinco) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar, nem ter participação comprovada em irregularidade administrativa;

j) Apresentar comprovação de bons antecedentes criminais;

k) No caso de o candidato já ter ocupado o cargo de Diretor(a), deverá comprovar regularidade na prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pela Unidade Escolar durante sua gestão.

4.2. No caso do candidato possuir duas matrículas funcionais no Município, deverá ser estável pelo menos em uma delas.

4.3. Estar apto a exercer plenamente a gerência de recursos públicos de que trata a alínea e, deste item, é a condição de idoneidade, moralidade, transparência e probidade administrativa.

4.4. O Professor poderá candidatar-se à função de Diretor(a) desde que esteja vinculado à escola pretendida.

4.5. Não é permitido candidatar-se ao cargo de Diretor(a) simultaneamente para mais de uma Unidade Escolar.

5. **DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE ESCOLHA**

5.1. A comunidade escolar apta a participar do processo de escolha compõe-se dos segmentos previstos no **art. 13 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.650/2026**:

a) Professores efetivos que possuam vinculação funcional com a escola;

b) Os servidores efetivos lotados na escola, ocupantes de outros cargos que não Professor;

c) Os pais ou representantes legais, tendo direito a um voto por família independente de ter mais de um filho na Escola.

5.2. Os professores e servidores que atuam em mais de uma Unidade Escolar, poderão participar do processo de escolha em cada uma delas.

5.3. Os membros da comunidade que possuam filhos em escolas diferentes podem participar do processo de escolha em cada uma delas.

5.4. Cada eleitor só terá direito a um voto por escola, independentemente de pertencer a mais de uma categoria ou segmento ou ter mais de um filho na escola.

5.5. O voto será secreto e facultativo.

5.6. A participação da comunidade escolar se dará por meio do voto, direto e secreto, a ser registrado em cédula que possibilite a identificação conforme o segmento a que pertencer o eleitor.

5.7. O eleitor deverá apresentar, no ato da votação:

a) Documento com foto que comprove a sua identificação. A ausência do documento impedirá o eleitor de votar;

b) Nome completo do estudante e da respectiva turma/série que está representando naquela instituição de ensino;

c) Se representante legal, apresentar documento que comprove a guarda ou tutela sobre a criança;

d) Só poderá votar o eleitor que tiver 18 anos de idade completo, até o dia anterior ao da votação.

6. NORMAS PARA A CAMPANHA ELEITORAL

6.1. As normas da campanha eleitoral obedecerão ao disposto no **art. 15 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.650/2026**. Os candidatos a Diretor(a) realizarão a campanha eleitoral, consoante o cumprimento de padrões éticos compatíveis com as funções para as quais estão concorrendo, com campanhas por meio de mídias digitais e eletrônicas.

6.2. Toda mobilização realizada é de responsabilidade dos candidatos com as inscrições homologadas, não sendo permitido:

a) A propaganda dentro da Instituição de Ensino no dia da eleição;

b) Fazer campanha durante o horário de trabalho, bem como não será permitido o afastamento do cargo/emprego para a realização de campanha;

c) Propaganda que implique em perturbação à ordem, aliciamento de eleitores e propaganda enganosa;

d) O transporte de eleitores, no dia da eleição;

e) O uso e a distribuição de camisetas, adesivos, bonés ou qualquer material de campanha dentro das Unidades Escolares e no dia da eleição;

f) Fazer campanha, na comunidade ou na escola quando o servidor público municipal encontrar-se em atestado médico;

g) A utilização de recursos da escola para fins de campanha;

h) A utilização de meios que caracterizem o abuso do poder econômico durante o processo eleitoral.

6.3. O descumprimento do disposto neste edital sujeitará os infratores ao cancelamento de suas candidaturas pela Comissão Coordenadora.

7. DA APURAÇÃO DOS VOTOS

7.1. A apuração dos votos seguirá o procedimento previsto no **art. 19 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.650/2026**. Após o encerramento da votação, a Comissão Organizadora deverá iniciar a apuração dos votos.

7.2. Se a Comissão Organizadora verificar indícios de violação da urna e estes forem confirmados, a votação será anulada, realizando-se novo processo de escolha no prazo de 48 (quarenta e oito) horas na respectiva Unidade Escolar.

7.3. Encerrada a votação, a Comissão Organizadora deverá proceder imediatamente à apuração dos votos depositados nas respectivas urnas. Concluída a contagem, o resultado será registrado em ata, especificando a quantidade de votos obtida por cada candidato, de forma clara e individualizada, com destaque ao candidato que obteve a maior votação.

7.4. Serão somente computados os votos válidos, não considerando os votos em branco ou com mais de um candidato selecionado.

7.5. Em caso de empate no número de votos de dois ou mais candidatos, servirá como critério de desempate:

O maior tempo de serviço no magistério público do Município de Coronel Vivida-PR;

A maior titulação acadêmica na área da educação.

7.6. Concluída a apuração e lavrada a ata com o resultado final do processo de escolha, a Comissão Organizadora encaminhará cópia à Secretaria Municipal de Educação. Compete à Secretaria Municipal de Educação remeter formalmente ao Prefeito Municipal o referido documento, para fins de nomeação do(a) Diretor(a) Escolar, observado o disposto na legislação municipal vigente.

8. CRONOGRAMA

8.1. Para efeito de organização e execução deste edital, será válido o seguinte cronograma:

ATIVIDADES	PERÍODO
Processo de Divulgação do Edital para comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Coronel Vivida-PR.	01/09/2026
Prazo para Impugnação do Edital	02/09/2026 e 03/09/2026
Inscrições dos candidatos a ocupar o Cargo de Diretor(a) de Unidade Escolar do Município de Coronel Vivida-PR.	04/09/2026 a 30/09/2026
Formação das Comissões Organizadoras.	04/09/2026 a 30/09/2026
Divulgação do deferimento ou indeferimento das inscrições.	01/10/2026
Prazo para recurso referente às inscrições.	02/10/2026 a 06/10/2026
Resultado dos recursos e homologação das inscrições.	07/10/2026
Apresentação do Plano de Gestão.	22/10/2026 e 23/10/2026
Divulgação da pontuação dos candidatos.	27/10/2026
Prazo para recursos referente a pontuação.	28/10/2026 e 29/10/2026
Resultado dos recursos referente a pontuação.	30/10/2026
Período de Campanha.	01/11/2026 a 16/11/2026
Realização da Votação e Apuração dos votos.	18/11/2026
Divulgação do resultado final do processo de escolha a comunidade escolar, com o número de votos de cada candidato.	23/11/2026
Divulgação e Homologação dos resultados, envio dos candidatos homologados para a função de Diretor(a) de Unidade Escolar ao gabinete do Prefeito.	25/11/2026
Divulgação do resultado de indicação ao cargo de Diretor(a) das 15 Unidades Escolares do Município de Coronel Vivida-PR pelo Prefeito.	30/11/2026

9. POSSE DA NOVA DIREÇÃO

9.1. A posse da nova direção será marcada pelo Gabinete do Prefeito, conforme o **art. 23 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.650/2026**. Após a homologação do resultado e a indicação formal dos(as) candidatos(as) eleitos(as), caberá ao Prefeito Municipal proceder à nomeação oficial dos(as) Diretores(as) Escolares. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto acompanhará o ato de posse, garantindo a observância da legislação vigente e o cumprimento das atribuições previstas para o cargo

Coronel Vivida, 01 de setembro de 2026.

GRASIELI CERBATTO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2026

PROCESSO DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR
ESCOLHA DE DIRETORES GESTÃO 2027-2030

Nome completo: _____
RG:_____
CPF: _____
Instituição a qual deseja concorrer: _____
_____
Formação Acadêmica (curso): _____
_____
Nível: ( ) Graduação ( ) Pós-graduação ( ) Mestrado ( ) Doutorado
Endereço Residencial: _____
_____
Bairro: _____
Cidade: _____ **UF:** _____
CEP: _____
Telefone Fixo: _____
Celular: _____
E-mail pessoal: _____
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital para eleição de diretor(a) das instituições municipais públicas de ensino do município de Coronel Vivida-pr.

Coronel Vivida, _____de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO II
PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
Escola: _____
Informar o nome completo da unidade escolar.
Diretor(a): _____
Informar o nome completo do(a) candidato(a).
Período de Vigência: _____
Indicar o período correspondente ao mandato da gestão.

1. FUNDAMENTAÇÃO:
Este Plano de Gestão Escolar é elaborado em conformidade com o disposto no **art. 21 da Lei nº 2.990/2020, com redação dada pela Lei nº 3.650/2026**, constituindo requisito obrigatório para participação no processo de escolha de Diretores(as) das Instituições Municipais de Ensino de Coronel Vivida-PR. O documento orienta a gestão democrática, participativa e transparente da unidade escolar, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

2. APRESENTAÇÃO
O que escrever:
Apresente brevemente a escola e explique a finalidade do Plano de Gestão. Descreva o compromisso da equipe gestora com uma gestão democrática, participativa, transparente e voltada à aprendizagem dos estudantes.
Sugestão de informações:
Características da escola;
Público atendido;
Compromisso com a qualidade da educação;
Importância do planejamento para alcançar os objetivos da escola.

3. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA
Neste espaço, apresente uma análise geral da realidade da escola, destacando os principais pontos fortes, as fragilidades e as oportunidades de melhoria. Explique de que forma essas informações fundamentam os objetivos, as metas e as ações previstas no Plano de Gestão Escolar.

4. OBJETIVO GERAL
O que escrever:
Descreva o principal propósito da gestão escolar.
Exemplo:
Garantir uma educação pública de qualidade por meio de uma gestão democrática, eficiente e participativa, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS
O que escrever:
Liste os objetivos que contribuirão para alcançar o objetivo geral.
Exemplos:
Fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.
Incentivar a formação continuada dos profissionais.
Melhorar os índices de aprendizagem.
Promover um ambiente escolar seguro e acolhedor.
Fortalecer a participação das famílias.
Garantir a inclusão e a equidade.
Administrar os recursos com responsabilidade e transparência.

6. AÇÕES PRIORITÁRIAS

Eixo	Ação	Responsável	Periodicidade	Indicador de Acompanhamento
Gestão Pedagógica				
Gestão Administrativa e Financeira				
Gestão de Pessoas				
Gestão Democrática				
Relação- Escola-Família-Comunidade				

7. METAS

Meta	Situação Atual	Resultado Esperado	Prazo	Indicador

8. ACOMPANHAMENTO
O que escrever:
Explique como será realizado o monitoramento do Plano de Gestão.
Exemplos:
Reuniões periódicas da equipe gestora.
Acompanhamento dos resultados de aprendizagem.
Análise da frequência escolar.
Avaliação das metas estabelecidas.
Prestação de contas à comunidade escolar.
Revisão anual do Plano de Gestão.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS
O que escrever:
Finalize destacando o compromisso da gestão com a qualidade da educação, a participação da comunidade escolar, a transparência, a valorização dos profissionais e o desenvolvimento integral dos estudantes, reafirmando que o plano poderá ser revisado sempre que necessário para atender às demandas da escola.
Coronel Vivida, _____de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO CARGO DE DIRETOR ESCOLAR
Eu_____
RG_____
CPF_____, professor(a), servidor(a) efetivo(a) do Magistério Público Municipal de Coronel Vivida, declaro estar apto(a) a assumir o cargo de Diretor(a) Escolar, caso nomeado(a), conforme dispõe a **Lei nº 2.990/2020, com redação da Lei nº 3.650/2026**. Declaro ainda estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas na legislação supracitada e no Edital de Convocação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Coronel Vivida, que dispõe sobre a Consulta à Comunidade Escolar para indicação de diretores nas unidades escolares da rede municipal de ensino.
Coronel Vivida, _____de setembro de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO
Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, professor(a), servidor(a) efetivo(a) do Magistério Público Municipal de Coronel Vivida, comprometo-me a assumir e exercer as funções do cargo de Diretor(a) Escolar, caso nomeado(a), conforme dispõe a **Lei nº 2.990/2020, com redação da Lei nº 3.650/2026**. Declaro estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas na legislação supracitada e no Edital de Convocação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Coronel Vivida, que dispõe sobre a Consulta à Comunidade Escolar para indicação de diretores nas unidades escolares da rede municipal de ensino.
Coronel Vivida, _____de setembro de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V
REQUERIMENTO PARA RECURSO
Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, candidato(a) ao cargo de Diretor(a) do Município de Coronel Vivida, solicito a revisão da minha inscrição no processo de escolha de Diretores.
Exponho, de forma fundamentada, os motivos que justificam o presente recurso:

_____
Nestes termos, pede deferimento.
Telefone: _____
E-mail: _____
Coronel Vivida, _____de setembro de 2026.

_____
Assinatura do(a) candidato(a)

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:A4141CA8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR
CMDI EDITAL 01/2026

CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA CORONEL VIVIDA – PR
EDITAL 01/2026

O conselho municipal de Direitos da Pessoa Idosa do município de Coronel Vivida Paraná no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Municipal Nº 2800/2017, torna público o processo de escolha de membros da sociedade civil para compor o CMDI.
EDITAL Nº 01/2026 DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA - PARA O BIÊNIO 2026/2028.
Dispõe sobre o processo de eleição da sociedade civil para compor o CMDI.

1.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O processo de escolha é regido por este edital.
A comissão eleitoral designada pelo CMDI, composta paritariamente dentre os membros do aludido conselho.
A comissão eleitoral fica assim composta: representante governamental Aline Mari dos Santos Canova e Maria Olivia da Conceição Rodrigues, representante da sociedade civil Maria Odete Jacques Menezes e Jossania Paula da Rosa.
2.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Conforme disposto no art. 3º O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, composto de forma paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, será, Constituído:
I – Poder Público Municipal
II – As entidades da sociedade civil para a representação junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão eleitas em assembleia própria, convocada especialmente para esta finalidade, desde que preenchidos os requisitos para sua formação conforme deliberação do CMDI.
O processo eleitoral será regido por este Edital.
Quanto aos representantes da Sociedade Civil, exceção do usuário, o mandato no Conselho Municipal pertence à entidade eleita. Essa indicará no ato da candidatura, um titular e um suplente dentre os seus membros, para atuar como seu representante.
O mandato de Conselheiro será de 02 (dois) anos, a contar da data da posse, com direito a uma reeleição.
O processo eleitoral se dará em duas etapas: a) A fase inicial de habilitadas, b) A fase final de eleição por votos de todas as entidades consideradas habilitadas, bem como dos usuários.
A comissão responsável pelo processo eleitoral poderá impugnar candidaturas, até o segundo dia útil após o encerramento do prazo das inscrições, caso a entidade ou usuário não preencha as condições de elegíveis.
A impugnação da inscrição deverá ser comunicada ao usuário ou entidade interessada, imediatamente e terá dois dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para recorrer da decisão.
No dia 23 de setembro de 2026, até as 17:00, será divulgado pela comissão eleitoral a lista dos usuários e entidades habilitadas a participarem da eleição.

2.2 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
I – As entidades de defesa e garantia de direitos são aquelas que de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas, projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos do idoso, construção de novos direitos, promoção da cidadania, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público idoso.
II – As entidades de atendimento são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada prestam serviços, executam programas e projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos aos idosos e seus famílias.
III – usuários: ser alfabetizado, com idade de 60 à 80 anos, residente do município.

3. DAS INSCRIÇÕES
As entidades interessadas em participar do processo eletivo, e que cumpram os requisitos mencionados acima, deverão indicar 03 (três) dos seus associados, para que possam votar em nome da entidade nos candidatos habilitados na cédula eleitoral.
Ao se candidatar a uma cadeira no Conselho o movimento popular, entidade ou organização, deverá apresentar o nome do titular e do suplente que representará a entidade no conselho, caso eleita.
Os membros indicados, titular e suplente, deverão ser alfabetizados.
As inscrições serão realizadas de 04 à 18 setembro de 2026 na Secretaria Municipal de Assistência Social, no horário de 08:00 às 12:00 13:00 às 17:00 horas, mediante requerimento (Anexo I e II) que conterá:
As **entidades** interessadas deverão requerer sua inscrição mediante o preenchimento do **Anexo I deste Edital**, contendo, obrigatoriamente:
I – Nome e qualificação da entidade concorrente;
II – Nome completo, número do RG, CPF e telefone dos representantes indicados, titular e suplente, que representarão a entidade no processo eleitoral;
III – Cópia de documento oficial de identificação com foto dos indicados como titular e suplente;
IV – Nome completo e número do RG dos **03 (três) representantes indicados pela entidade que estarão habilitados a exercer o direito de voto** em seu nome;
V – Nome completo, número do RG e assinatura do (a) Presidente ou representante legal da entidade.
Os **usuários** dos serviços de atendimento à pessoa idosa interessados em participar do processo eleitoral deverão requerer sua inscrição mediante o preenchimento do **Anexo II deste Edital**, contendo, obrigatoriamente:
I – Nome completo;
II – Número do RG e CPF;
III – Data de nascimento;
IV – Contato telefônico;
V – Identificação da entidade ou serviço de referência;
VI – Data da inscrição;
VII – Assinatura do (a) interessado (a);
VIII – Cópia de documento oficial de identificação com foto.
4.ELEIÇÃO

Dia: **29 de setembro de 2026**
Local: Assistência Social
Horário: 09:00 horas.

5. APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Dia: **29 de setembro de 2026**
Horário: 10:00 horas.
6. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida, 31 de Agosto de 2026.

MARIA ODETE JACQUES MENEZES
Presidente do CMDI

Publicado por:
Aline Mari Dos Santos Canova
Código Identificador:B2459DF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 PROCESSO Nº 58/2026

II RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2026
PROCESSO nº 58/2026

A Pregoeira do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 02/2025, informa aos interessados a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 22/2026, quanto a seguinte situação:

Alterar o valor unitário e total e do item 79, constante na planilha do Anexo I-A do Termo de referência:
Onde se lê: valor unit: 0,0000 e valor total: 0,00
Leia-se: valor unit: 2.716,28 e valor total: 2.716,00

Alterar o valor total do processo, que passa a ter a seguinte redação:
Onde se lê: R$ 246.271,92 (Duzentos e quarenta e seis mil duzentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos)
Leia-se: **248.988,20** (Duzentos e quarenta e oito mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)

Altera-se a data e hora de abertura do referido certame para o dia 17/09/2026 às 13:30 horas.

Cruz Machado, 31 de agosto de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:73A1C3C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 PROCESSO Nº 76/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 29/2026
PROCESSO nº 76/2026

OBJETO: Constituí objeto desta licitação a **contratação de empresa para o Registro de Preços objetivando a aquisição de pneus novos, câmaras de ar e anel de vedação, destinados para os veículos da frota da Secretaria de Obras e Secretaria de Saúde**, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 791.606,90 (Setecentos e noventa e um mil seiscentos e seis reais e noventa centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 01/09/2026 às 08:00 horas do dia 17/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 17/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 17/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 31 de agosto 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:41F1959C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 PROCESSO Nº 78/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 30/2026
PROCESSO nº 78/2026

OBJETO: Constituí objeto desta licitação a contratação de empresa para o Registro de Preço **objetivando a prestação de serviços de recuperação de pneus através de recapagem e vulcanização para atender as necessidades do Departamento de Obras desta municipalidade,** conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 714.480,64 (Setecentos e quatorze mil quatrocentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 01/09/2026 às 08:00 horas do dia 18/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: da 08:01 às 08:29 horas do dia 18/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 18/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 31 de agosto 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:1FE3A748

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2.940/2026

SUMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A EXTENSÃO DE 3.514,00 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E CATORZE) METROS DE CICLOVIA PAVIMENTADA, LOCALIZADA À MARGEM ESQUERDA DA RODOVIA PR-488, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, COMARCA DE SANTA HELENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; resolve e:

DECRETA
Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a extensão de 3.514,00 (três mil, quinhentos e catorze) metros de ciclovia pavimentada, localizada à margem esquerda da Rodovia PR-488, no Município de Diamante D'Oeste, sob as seguintes coordenadas:
Coordenada inicial – 21J 792876.18 m E 7237622.53 m S
Coordenada final – 21 J 796147.00 m E 7236817.00 m S
Art. 2°. A declaração de utilidade pública prevista no artigo anterior fundamenta-se nas questões técnicas levantadas pela administração municipal e visa a dispor de melhorias na única ciclovia do Município.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:B006D0F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 139/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diárias para a Senhora Roseli da Silva, Professora, lotado na secretaria de educação referente à viagem para a cidade de Foz do Iguaçu – PR; nos dias 02 e 03 de setembro de 2026, para participar do II seminário de Cooperação Pedagógica 2026.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:0EB4CF99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 140/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diárias para a Senhora Elisiane Vanusa Batista da Silva, secretaria de educação, lotado na secretaria de educação referente à viagem para a cidade de Foz do Iguaçu – PR; nos dias 02 e 03 de setembro de 2026, para participar do II seminário de Cooperação Pedagógica 2026.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:A174B3A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 141/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diárias para a Senhora Leila Beatriz Silveira Amaral da Costa, professora, lotado na secretaria de educação referente à viagem para a cidade de Foz do Iguaçu – PR; nos dias 02 e 03 de setembro de 2026, para participar do II seminário de Cooperação Pedagógica 2026.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:917C64F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO PR SRP 32/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o **Processo Licitatório sob nº 118/2026**, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por **Registro de Preço sob nº 32/2026**, do tipo menor preço por item, para aquisição de aquisição de equipamentos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais bens permanentes destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e de suas unidades vinculadas, com especial atendimento ao Lar do Idoso – Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI); Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Diamante D'Oeste/PR**;** devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **15-09-2026 às 9h (nove horas).** Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 31 de Agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:66E6EA05

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3570/2026

DECRETO Nº 3570/2026

SÚMULA: Regulamenta a Política Municipal de Alfabetização – Compromisso Diamantense pelo Direito à Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Diamante do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das
atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando:
a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da
Educação Nacional;
a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso
Nacional Criança Alfabetizada;
o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso
Nacional Criança Alfabetizada;
a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Programa
Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
o Decreto Estadual nº 2.435, de 7 de junho de 2023, que regulamenta o Programa
Educa Juntos;
a Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, que institui a Estratégia
Alfabetiza Juntos; e
a Lei Municipal nº 1634/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização –
Compromisso Diamantense pelo Direito à Alfabetização;
DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Política Municipal de Alfabetização – Compromisso

Diamantense pelo Direito à Alfabetização, instituída pela Lei Municipal nº 1634_/2026,
no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Diamante do Sul.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal
de Educação e Cultura – SMEC e terá como objetivos prioritários:

I – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais que
ainda não tenham consolidado as habilidades de alfabetização;
III – fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;
IV – realizar avaliação, acompanhamento e monitoramento contínuo da aprendizagem;
V – promover equidade, inclusão e acessibilidade; e
VI – fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar.
Art. 3º A execução da Política Municipal de Alfabetização observará os seguintes eixos:
I – governança e gestão;
II – formação continuada e práticas pedagógicas;
III – infraestrutura, materiais e recursos pedagógicos;
IV – avaliação e monitoramento;
V – intervenção e recomposição das aprendizagens;
VI – equidade, inclusão e acessibilidade; e
VII – reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar, implementar, acompanhar e avaliar a Política;
II – estabelecer metas, indicadores e instrumentos de monitoramento;
III – promover formação continuada dos profissionais da educação;
IV – orientar e acompanhar as unidades educacionais;
V – coordenar ações de avaliação, intervenção e recomposição das aprendizagens;
VI – articular as ações municipais com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o
Programa Educa Juntos, a Estratégia Alfabetiza Juntos e demais programas estaduais
e federais; e
VII – elaborar, quando necessário, planos de ação para execução da Política.
Art. 5º As unidades educacionais da Rede Municipal deverão desenvolver suas ações
pedagógicas em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, incorporando
suas diretrizes aos Projetos Político-Pedagógicos, planos de ação e planejamentos
pedagógicos.

Art. 6º O acompanhamento da aprendizagem será realizado mediante avaliações
diagnósticas, formativas, de fluência leitora e demais instrumentos municipais,
estaduais e nacionais aplicáveis.
§ 1º Os resultados das avaliações deverão subsidiar o planejamento, a formação
continuada e as intervenções pedagógicas.
§ 2º O tratamento, armazenamento e divulgação dos resultados deverão observar a
legislação de proteção de dados pessoais, sendo vedada a exposição pública
individualizada dos estudantes.
Art. 7º Os estudantes que apresentarem dificuldades ou defasagens de aprendizagem
deverão ser contemplados por estratégias de intervenção e recomposição, definidas de
acordo com diagnóstico pedagógico e acompanhamento contínuo.
Art. 8º Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura autorizada a expedir
orientações, instruções e demais atos administrativos necessários à execução da
Política Municipal de Alfabetização, observada a legislação vigente.
Art. 9º O documento denominado "Política Municipal de Alfabetização – Compromisso
Diamantense pelo Direito à Alfabetização" constitui instrumento técnico-pedagógico
orientador das ações da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. O documento poderá ser atualizado tecnicamente pela Secretaria
Municipal de Educação e Cultura sempre que necessário, em razão de alterações
legais, normativas, curriculares ou dos resultados educacionais da Rede, preservados
os princípios e objetivos estabelecidos na Lei Municipal nº 1634/2026.
Art. 10. As ações previstas neste Decreto serão executadas de acordo com a
disponibilidade orçamentária e financeira do Município e poderão contar com recursos e
assistência técnica provenientes da União, do Estado do Paraná e de outros
instrumentos legalmente admitidos.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as
disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:D272D268

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº3571/26

DECRETO Nº3571/26
DATA: 31/08/2026

Súmula: Exonera servidora nomea da para exercer cargo de provimento em comis- são e dá providências.

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de
suas atribuições legais,
RESOLVE

Art. Exonerar a Senhora Monique Carriel dos
Santos, nomeada através do Decreto 3512/26 de 02/04/2026, para exercer o
cargo em comissão de Assessor de Departamento, Símbolo CC-4, vinculada a
Secretaria Municipal de Saúde, ficando exonerada a partir desta data, revogando-
se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 31 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:C75E6719

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2026

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2026

"Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública para cumprimento ao disposto no inciso I, parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº101/2000 – LRF".

DARCI TIRELLI, Prefeito do Município de Diamante Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber ao Conselho Municipal de Saúde e o
Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente que:
CONSIDERANDO que o Município deverá cumprir as disposições do inciso I; parágrafo único do artigo 48 da
Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência administrativa
no processo de elaboração do orçamento anual do Município de Diamante do Sul, para o exercício de 2027;

RESOLVE
Artigo 1º - Fica marcada para o dia 10 de setembro de 2026, a audiência
pública para discussão do projeto de lei do orçamento anual do Município de Diamante do Sul elaborado pelo
Executivo Municipal, relativo ao exercício de 2027.

Parágrafo 1º - A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na

Secretaria de Assistência Social ás 10h00min e na Secretaria de Saúde ás 13h00min.

Parágrafo 2º - Ficam convidados todas as autoridades deste município e os
munícipes em geral, para tomar ciência e oferecer sugestões sobre o referido projeto de lei, que será encaminhado
ao Legislativo Municipal.

Artigo 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Diamante do Sul, 28 de Agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:09AABDCD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 007/2026

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 007/2026

> "Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública para cumprimento ao disposto no inciso I, parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº101/2000 – LRF".

DARCI TIRELLI, Prefeito do Município de Diamante Sul, Estado do Paraná,

usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a os munícipes que:
CONSIDERANDO que o Município deverá cumprir as disposições do inciso I; parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência administrativa
no processo de elaboração do orçamento anual do Município de Diamante do Sul, para o exercício de 2027;

RESOLVE
Artigo 1º - Fica marcada para o dia 14 de setembro de 2026, a audiência
pública para discussão do projeto de lei do orçamento anual do Município de Diamante do Sul elaborado pelo
Executivo Municipal, relativo ao exercício de 2027.

Parágrafo 1º - A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na

Câmara Municipal de Diamante do Sul, às 15h00min.

Parágrafo 2º - Ficam convidados todas as autoridades deste município e os
munícipes em geral, para tomar ciência e oferecer sugestões sobre o referido projeto de lei, que será encaminhado
ao Legislativo Municipal.

Artigo 2º - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Diamante do Sul, 28 de Agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:8E56E3E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
LEI Nº 1634_/2026

LEI Nº 1634_/2026

> SÚMULA: Institui a Política Municipal de Alfabetização – Compromisso Diamantense pelo Direito à Alfabetização, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Diamante do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e
eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Diamante do Sul, a
Política Municipal de Alfabetização – Compromisso Diamantense pelo Direito à
Alfabetização, como política pública permanente destinada a garantir o direito à
alfabetização, à aprendizagem, à equidade educacional e ao desenvolvimento integral
dos estudantes.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização observará a Constituição Federal, a Lei
Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base
Nacional Comum Curricular – BNCC, a Lei Federal nº 15.247/2025 – Compromisso
Nacional Criança Alfabetizada, o Decreto Federal nº 11.556/2023, a Lei Estadual do
Paraná nº 21.323/2022 – Programa Educa Juntos, a Estratégia Alfabetiza Juntos, o
Referencial Curricular do Paraná, o Plano Municipal de Educação e demais normas
aplicáveis.
Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantir a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais que
não tenham consolidado as habilidades de alfabetização;
III – fortalecer as práticas de leitura, escrita, compreensão, produção textual e
conhecimentos matemáticos fundamentais;
IV – promover formação continuada dos profissionais da educação;
V – assegurar avaliação diagnóstica, formativa e monitoramento contínuo da
aprendizagem;
VI – promover equidade, inclusão, acessibilidade e atendimento às diferentes
necessidades de aprendizagem;

VII – fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar; e
VIII – melhorar continuamente os indicadores municipais de alfabetização e
aprendizagem.

Art. 4º Na Educação Infantil serão promovidas experiências de oralidade, literatura,
leitura, escrita, consciência fonológica e diferentes linguagens, respeitadas as
especificidades da etapa e vedada a antecipação inadequada da escolarização própria
do Ensino Fundamental.
Art. 5º A Política será implementada, prioritariamente, por meio dos seguintes eixos:
I – governança e gestão;
II – formação continuada e práticas pedagógicas;
III – infraestrutura, materiais e recursos pedagógicos;
IV – avaliação e monitoramento da aprendizagem;
V – intervenção e recomposição das aprendizagens;
VI – equidade, inclusão e acessibilidade;
VII – participação das famílias e da comunidade; e
VIII – reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.
Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar, implementar,
acompanhar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização, estabelecer metas e
indicadores, promover formação continuada, apoiar as unidades educacionais e
articular as ações municipais com os programas estaduais e federais.
Art. 7º O Município manterá processo contínuo de avaliação e monitoramento da
alfabetização, utilizando avaliações diagnósticas, formativas, de fluência leitora e
demais instrumentos municipais, estaduais e nacionais, cujos resultados deverão
subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas.
Parágrafo único. O tratamento e a divulgação dos resultados observarão a legislação
de proteção de dados pessoais, vedada a exposição pública individualizada dos
estudantes.

Art. 8º O Poder Executivo poderá instituir, por ato próprio, Comitê Estratégico Municipal
da Política de Alfabetização, definindo sua composição, atribuições e funcionamento.
Art. 9º O documento denominado “Política Municipal de Alfabetização – Compromisso
Diamantense pelo Direito à Alfabetização” constitui instrumento orientador da política
instituída por esta Lei e poderá ser atualizado tecnicamente pela Secretaria Municipal
de Educação e Cultura, observadas a legislação vigente, as necessidades da Rede
Municipal de Ensino e os resultados educacionais.
Art. 10. As unidades educacionais da Rede Municipal deverão observar as diretrizes da
Política Municipal de Alfabetização em seus Projetos Político-Pedagógicos, planos de
ação e planejamentos pedagógicos.
Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das
dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e
financeira, podendo o Município utilizar recursos provenientes de programas,
transferências, convênios e demais fontes legalmente admitidas.
Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as
disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dias do
mês de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:533F68B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, o **PREFEITO MUNICIPAL**, **ADJUDICA E HOMOLOGA**, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório referente à **Dispensa DL22/2026**, do Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, resolve:
01 – HOMOLOGAR, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação nos seguintes termos:
a) Licitação nº: DL22/2026
b) Modalidade: Dispensa
c) Data da Homologação: 31/08/2026
d) Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva, destinados à realização dos campeonatos, torneios e demais eventos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Município de Diamante do Sul/PR.
e) Fornecedor declarado vencedor:
J C ZIGER ARBITRAGEM E TERRAPLENAGEM, inscrita no CNPJ nº **29.409.986/0001-30**, nos seguintes itens:
Item 01 – Arbitragem na modalidade Futsal Masculino, com 2 árbitros e 1 mesário – Unidade: JG – Quantidade: 70 – Valor unitário: **R$ 315,87** – Valor total: **R$ 22.110,90**.
Item 02 – Arbitragem na modalidade Voleibol, com 2 árbitros e 1 apontador – Unidade: JG – Quantidade: 30 – Valor unitário: **R$ 264,84** – Valor total: **R$ 7.945,20**.
Item 03 – Arbitragem na modalidade Futebol 7, com 2 árbitros e 1 mesário – Unidade: JG – Quantidade: 58 – Valor unitário: **R$ 263,63** – Valor total: **R$ 15.290,54**.
Item 04 – Arbitragem na modalidade Futsal Feminino, com 2 árbitros e 1 mesário – Unidade: JG – Quantidade: 66 – Valor unitário: **R$ 302,36** – Valor total: **R$ 19.955,76**.
TOTAL GERAL: R$ 65.302,40 (sessenta e cinco mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos).
Diamante do Sul/PR, 31 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 433/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL22/2026
CONTRATANTE: Município de Diamante do Sul/PR.
CONTRATADA: J C ZIGER ARBITRAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº **29.409.986/0001-30**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva, destinados à realização dos campeonatos, torneios e demais eventos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Município de Diamante do Sul/PR.
VALOR TOTAL: R$ **65.302,40 (sessenta e cinco mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos).**
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.
GESTORA DO CONTRATO: Cleis Oliveira Menon.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
Diamante do Sul/PR, 31 de agosto de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:16FB8DFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DELIBERAÇÃO 008/2026

DELIBERAÇÃO 008/2026

Dispõem o sobre a 1- Plano de trabalho AEPETI. 2- Atestado de registro APADV. 3 – Fluxograma do serviço família acolhedora. 4- Minuta/nota técnica dos ofícios. 5 – Eleição da mesa diretora.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Dois Vizinhos PR, em reunião ordinária realizada do dia 27 de Agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais:
DELIBEROU
Art. 1º Apreciado e aprovado o Plano de trabalho do programa AEPETI contendo o planejamento das ações anuais do programa;
Art. 2º Aprovado, por unanimidade, o **Atestado de Registro da Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos – APADV** junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
Art. 3°Apreciado e aprovado fluxograma do serviço família acolhedora; informado que no presente mês encontram-se 4 (quatro) crianças e 4 (quatro) adolescentes acolhidas na casa lar deste município, sendo que uma família se encontra em processo de habilitação para o serviço de família acolhedora;
Art. 4º Apreciada e aprovada Nota técnica quantos aos ofícios recebidos pelo judiciário, haja vista as atribuições do deste ao Poder Executivo Municipal, destacando o acúmulo de 72 requisições judiciais atendidas pela equipe técnica do município devido à falta de profissionais no Fórum.

Art. 5º Realizada Eleição da mesa diretora: **I – Presidente:** Emanuel Ghizzi; **II – Vice-Presidente:** Thiago D'Ambros; **III – Primeira Secretária:** Andressa Jung; **IV – Segunda Secretária:** Marcieli Oliveira dos Santos.
PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 31 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

HELENA HORBATEI
Presidente do CMAS
Dois Vizinhos-PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A66156AD

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DELIBERAÇÃO 08/2026

DELIBERAÇÃO 08/2026

Dispõe sobre 1. Projeto: "Estação das Descobertas – Sala ao Ar Livre". 2. Sede do conselho tutelar e capacitações. 3. Fluxograma família acolhedora e número de crianças acolhidas. 4.Conferencia do direito da criança e adolescente e sua comissão representativa. 5. Alterações no projeto de lei municipal.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos PR, em Reunião Ordinária realizada do dia 27 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais:
DELIBEROU
Art. 1º Apreciação e aprovação do Projeto "Estação das Descobertas – Sala ao Ar Livre" (Escola Lonny Lange): Aprovado por unanimidade o projeto no valor estimado de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinado à criação de um espaço pedagógico ao ar livre para atender cerca de 150 crianças em período integral e 315 no ensino regular.
Art. 2º Informações quanto ao oficio encaminhado ao locatário do prédio das dependências do Conselho tutelar, visando manutenção deste; encaminhado o valor de R$ 822,00 (oitocentos e vinte e dois reais) referente às diárias dos conselheiros para participação na capacitação do SIPIA e no seminário regional da criança e do adolescente;
Art. 3º Apreciação e aprovação do fluxograma do Serviço de Família Acolhedora. Registrada a necessidade de divulgação comunitária para captação de novas famílias (atualmente com 8 crianças acolhidas na casa lar caminho seguro). Sendo que uma família se encontra em processo de habilitação.
Art. 4° Aprovação e apreciação da proposta do Instituto RANAI para a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, no valor de R$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais), a ser custeada com recursos do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), contemplando o planejamento, realização, sistematização e encaminhamentos da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 5º Aprovação sobre alterações no Projeto de Lei Municipal do Conselho Tutelar: Aprovada por unanimidade as seguintes adequações no texto legal: I - Fornecimento de motorista mediante necessidade devidamente justificativa; II - Gestão orçamentária e administrativa a cargo do Gabinete do Prefeito (Art. 70-A), sem prejuízo da autonomia funcional do órgão; III- Exigência de experiência mínima comprovada de 1 ano na promoção/defesa dos direitos da criança e do adolescente (Inciso VII); IV - Exigência de nota mínima de 50% de acertos na prova para aprovação de candidatos (Art. 93). Comissão Representativa: Registrada a homologação dos integrantes da comissão: Francieli Beal, Griela Daniel de Campos, Camila do Nascimento Pizato, Geisikele Leão, Cristiane Geremia e Raquel Pacci de Lima.
PUBLIQUE-SE

Dois Vizinhos PR, 31 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

GILBERTO DA SILVA
Presidente do CMDCA
Dois Vizinhos – PR

ADILSON ROSA
Vice-Presidente do CMDCA
Dois Vizinhos - PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7DD09879

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 45/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

Retificação da Inexigibilidade 45/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de revisão periódica e manutenção preventiva, com o fornecimento incluso de peças, fluidos e insumos originais, para a Motoniveladora Caterpillar 140GC (patrimônio do Município), a ser realizada por meio de concessionária autorizada pelo fabricante, visando à manutenção da garantia de ordem técnica do equipamento.

1. No Extrato de Inexigibilidade de licitação nº 45/2026, onde se lê: **RECONHECIMENTO**: 15 de julho de 2026, por José Carlos Ventura Junior, Secretário Municipal de Viação e Obras leia-se: **RECONHECIMENTO**: 28 de agosto, por José Carlos Ventura Junior, Secretário Municipal de Viação e Obras

2. Permanecem inalteradas as demais condições do processo.

Dois Vizinhos, 31 de agosto de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5EC75AE8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NOTA TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DO CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DOIS VIZINHOS – PARANÁ

NOTA TÉCNICA DE RESOLUÇÃO DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
DOIS VIZINHOS – PARANÁ

Dispõe sobre parâmetros, orientações e procedimentos para a relação institucional entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça e demais órgãos de defesa e garantia de direitos, no âmbito do Município de Dois Vizinhos/PR, estabelecendo a delimitação das atribuições dos serviços, programas, projetos, benefícios e equipes de referência da Política de Assistência Social diante de requisições e demandas provenientes desses órgãos.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE DOIS VIZINHOS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 203 e 204, que estabelecem a Assistência Social como política pública integrante da Seguridade Social, destinada a quem dela necessitar, e organizada segundo diretrizes de descentralização político-administrativa e participação da população;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, especialmente quanto à organização da Assistência Social como política pública de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a LOAS e consolidou o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelecendo a organização da proteção social por níveis de complexidade e a responsabilidade dos entes federativos pela gestão e oferta dos serviços socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, que estabelece a proteção social, a matricialidade sociofamiliar, a territorialização e a organização dos serviços socioassistenciais como elementos estruturantes da Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que disciplina a organização, gestão e funcionamento do SUAS;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, e demais normativas posteriores, que estabelecem parâmetros para a composição, responsabilidades e organização das equipes de referência do SUAS;
CONSIDERANDO a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que define os serviços socioassistenciais, suas finalidades, usuários, provisões, aquisições e condições de oferta, estabelecendo o campo próprio de atuação da Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO a **Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que trata especificamente da relação entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça, tendo por objetivo reconhecer e afirmar o escopo e a natureza do trabalho social desenvolvido pelas equipes de referência do SUAS e subsidiar o diálogo interinstitucional;
CONSIDERANDO que a referida Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS estabelece que as ações da Política de Assistência Social são orientadas, entre outras normativas, pela Constituição Federal, LOAS, PNAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas do CNAS;
CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS reconhece que o caráter protetivo do SUAS pode ser fragilizado ou inviabilizado quando os relatórios produzidos pelas equipes de referência são confundidos com documentos de caráter investigativo ou fiscalizador, ressaltando que não compete às equipes do SUAS atestar a veracidade dos fatos ou produzir provas de acusação;
CONSIDERANDO que a mesma Nota Técnica aponta que requisições aos trabalhadores do SUAS para desempenho de atividades inerentes a outros órgãos podem provocar quebra de confiança e rompimento de vínculos, desvio de função, fragilização do caráter protetivo do SUAS, priorização de demandas judiciais em detrimento das demandas ordinárias dos serviços e desorganização dos serviços e dos recursos disponíveis;
CONSIDERANDO que a **Resolução CNAS nº 119, de 4 de setembro de 2023**, aprova parâmetros específicos para a atuação do SUAS na relação interinstitucional da rede socioassistencial com o Sistema de Justiça e outros órgãos de Defesa e Garantia de Direitos;
CONSIDERANDO que a Resolução CNAS nº 119/2023 reconhece a acolhida, o vínculo de confiança, a privacidade, a preservação da identidade e da história de vida dos usuários como elementos essenciais da atuação das equipes de referência do SUAS;
CONSIDERANDO que o art. 13 da Resolução CNAS nº 119/2023 assegura às equipes de referência do SUAS autonomia na escolha do processo de trabalho social, dos instrumentos técnico-operativos e dos documentos adequados às situações concretas, inclusive em resposta a solicitações e requisições do Sistema de Justiça;
CONSIDERANDO que o art. 17 da Resolução CNAS nº 119/2023 determina que as demandas expedidas pelo Sistema de Justiça sejam recebidas pelo órgão gestor da Política de Assistência Social, com a finalidade de preservar as equipes de referência de práticas vexatórias e condutas abusivas que possam prejudicar o desenvolvimento do trabalho;
CONSIDERANDO que o art. 18 da Resolução CNAS nº 119/2023 determina que as respostas aos expedientes do Sistema de Justiça devem observar o caráter protetivo do SUAS e o caráter privado e sigiloso das informações, bem como as condições e prerrogativas éticas e técnicas dos profissionais responsáveis pela elaboração dos documentos;
CONSIDERANDO que o art. 20 da Resolução CNAS nº 119/2023 estabelece que a realização de atividades ou elaboração de documentos que não sejam condizentes com as atribuições do serviço socioassistencial ou com a missão e os objetivos da Política de Assistência Social prejudica o exercício da função de proteção social e o alcance dos objetivos da Assistência Social;
CONSIDERANDO que o art. 21 da Resolução CNAS nº 119/2023 expressamente estabelece que não são de responsabilidade do SUAS instrumentos e procedimentos caracterizados como processos de responsabilização ou investigativos, incluindo a realização de perícias, inquirição de vítimas e acusados, oitivas para fins judiciais, produção de provas de acusação, averiguação de denúncias e acompanhamento de oficiais de justiça em determinadas diligências;
CONSIDERANDO que o art. 22 da Resolução CNAS nº 119/2023 reconhece que requisições aos trabalhadores do SUAS para realização de atividades inerentes a outros órgãos podem ocasionar quebra de confiança, desvio de função, fragilização ético-profissional, destituição do caráter protetivo e socioassistencial, priorização de demandas judiciais em detrimento das atividades próprias dos serviços, desorganização dos serviços e exacerbação do volume de trabalho;
CONSIDERANDO que a Resolução CNAS nº 119/2023 determina que o órgão gestor, ao receber expedientes do Sistema de Justiça, deve analisar e propor o encaminhamento ou inclusão no serviço, programa, projeto ou benefício socioassistencial adequado à situação identificada e afeta à Política de Assistência Social;
CONSIDERANDO que a mesma Resolução estabelece a necessidade de estratégias de cooperação técnica e protocolos integrados entre o SUAS, demais políticas públicas e Sistema de Justiça, com definição de fluxos, prazos e formas de comunicação, evitando sobreposição, paralelismo e personalização das relações institucionais;
CONSIDERANDO que a Resolução CNAS nº 119/2023 recomenda a criação de mesas de diálogo, fóruns interinstitucionais, grupos de

trabalho, reuniões de rede, capacitações conjuntas e protocolos de atendimento, justamente para aproximar os sistemas e preservar as competências próprias de cada instituição;

CONSIDERANDO a **Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS**, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Assistência Social do Ministério Público do Estado do Paraná, cujo objeto consiste justamente nas requisições profissionais emanadas de órgãos do Sistema de Justiça ao SUAS para elaboração de sindicâncias, diligências, estudos sociais, perícias, laudos ou pareceres destinados a subsidiar decisões e manifestações judiciais;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS/MPPR reconhece que as atribuições das equipes técnicas dos CRAS, CREAS, serviços de acolhimento e demais equipamentos públicos de Assistência Social diferem substancialmente das atribuições das equipes multiprofissionais dos órgãos do Sistema de Justiça;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS/MPPR recomenda que se evite a expedição de requisições diretamente à rede socioassistencial e aos profissionais que integram os equipamentos, devendo os pedidos ser direcionados à gestão municipal do SUAS, com esclarecimento da necessidade do caso concreto e sem determinação prévia de providências diretamente à rede;

CONSIDERANDO que a mesma Nota Técnica registra que os profissionais do SUAS, quando acionados pelo Sistema de Justiça, devem informar as medidas de proteção social empregadas, o trabalho social desenvolvido, os serviços e benefícios acessados, o acompanhamento realizado e a articulação com a rede, sendo desejável que tais solicitações sejam objetivas, contextualizadas e encaminhadas ao órgão gestor, evitando a pessoalização das demandas aos profissionais da ponta;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS/MPPR registra orientação segundo a qual solicitações de relatórios aos CRAS devem ser encaminhadas ao titular do órgão gestor da Assistência Social, para avaliação da pertinência, e, sendo pertinente, deverá ser produzido relatório informativo e/ou avaliativo **no âmbito das competências da Assistência Social**, não cabendo aos profissionais do SUAS desempenhar o papel de técnicos da Justiça;

CONSIDERANDO que o **Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 667, de 23 de dezembro de 2025**, regulamentou a atuação das Equipes Técnicas Multiprofissionais no âmbito dos Tribunais de Justiça, reconhecendo sua função de prestar suporte especializado à atividade jurisdicional em matérias que demandam avaliação técnica de contextos humanos, sociais e relacionais;

CONSIDERANDO que a Resolução CNJ nº 667/2025 estabelece entre as atribuições das Equipes Técnicas Multiprofissionais do Poder Judiciário a elaboração de estudos, pareceres, laudos e avaliações destinados a subsidiar a atuação jurisdicional, observada a autonomia técnica e os marcos legais e éticos das profissões;

CONSIDERANDO que a Resolução CNJ nº 667/2025 determina que os Tribunais de Justiça mantenham em seus quadros cargos e/ou funções específicas para profissionais de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia destinados à composição das Equipes Técnicas Multiprofissionais, bem como estabelece critérios para seu dimensionamento;

CONSIDERANDO o **Decreto Judiciário nº 487/2019 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que criou e normatizou a atuação das Equipes Regionais de Atendimento Multidisciplinar – ERAM, estruturadas no âmbito do próprio Poder Judiciário, com profissionais integrantes do quadro do Tribunal de Justiça e destinadas ao atendimento das demandas das Varas da Infância e da Juventude;

CONSIDERANDO que o referido Decreto Judiciário estabelece estrutura própria do Poder Judiciário para o atendimento multidisciplinar das demandas judiciais, reforçando a existência de atribuições técnicas específicas vinculadas à atividade jurisdicional;

CONSIDERANDO o art. 150 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990, segundo o qual cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude;

CONSIDERANDO o art. 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribui à equipe interprofissional do Poder Judiciário a competência para fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, bem como desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros; sendo que na ausência ou insuficiência de servidores públicos integrantes do Poder Judiciário responsáveis pela realização dos estudos psicossociais ou de quaisquer outras espécies de avaliações técnicas exigidas, a autoridade judiciária poderá proceder à nomeação de perito;

CONSIDERANDO o Provimento CNJ nº 36/2014, especialmente quanto à necessidade de estruturação de equipes multidisciplinares no âmbito das Varas da Infância e Juventude e à cooperação entre Poder Executivo e Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o **Acórdão nº 1.202/2020 – Plenário do Tribunal de Contas da União**, que identificou impactos decorrentes de requisições judiciais aos trabalhadores do SUAS para realização de atividades próprias de outros órgãos e apontou a necessidade de respeito às competências específicas dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO que a utilização de profissionais do SUAS para execução de atividades estranhas às suas atribuições pode provocar sobrecarga de trabalho e prejuízos ao desempenho das funções de proteção e prevenção de violações de direitos, conforme também reconhecido na Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS/MPPR;

CONSIDERANDO o **Acórdão nº 0120244-63.2025.8.16.0000, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, julgado em 09 de fevereiro de 2026, no qual se reconheceu que o estudo social destinado à apuração de ato infracional deve ser realizado por equipe do Poder Judiciário ou por profissional habilitado e inscrito no Cadastro de Auxiliares da Justiça, não cabendo ao SUAS a elaboração de laudos periciais para essa finalidade;

CONSIDERANDO que, no referido precedente, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu expressamente que a inexistência ou insuficiência de equipe técnica no Poder Judiciário não autoriza a transferência da responsabilidade para o Poder Executivo, sendo possível, nesses casos, a nomeação de profissional habilitado como perito;

CONSIDERANDO o **Acórdão nº 0063735-15.2025.8.16.0000, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, julgado em 04 de agosto de 2025, que reconheceu que a atuação do CREAS está restrita à Política Pública de Assistência Social e não se confunde com função pericial ou de apoio técnico ao Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o referido acórdão reconheceu que a substituição da equipe técnica do Juízo por órgão da rede socioassistencial, sem fundamento idôneo e sem demonstração do esgotamento das alternativas legalmente disponíveis, configura desvio de função e compromete a proteção integral;

CONSIDERANDO o **Acórdão nº 0065407-58.2025.8.16.0000, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, julgado em 09 de setembro de 2025, determinou que é imprescindível que a avaliação da permanência de situação de risco e da necessidade de acompanhamento judicial de adolescente seja realizada por equipe técnica do Poder Judiciário, conforme disposto no artigo 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo admissível a substituição dessa atribuição por relatório elaborado por órgão da rede socioassistencial como o CREAS.

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que a articulação entre SUAS e Sistema de Justiça ocorra de forma cooperativa, institucional e horizontal, sem transferência indevida de competências, sobreposição de atribuições ou comprometimento da continuidade dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO, finalmente, que a proteção das atribuições dos serviços e equipes do SUAS constitui medida de proteção não apenas aos trabalhadores, mas sobretudo aos usuários da Política de Assistência Social, garantindo que os recursos humanos, materiais e institucionais sejam empregados na finalidade pública para a qual foram destinados;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece parâmetros e procedimentos para a relação institucional entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Sistema de Justiça e demais órgãos de Defesa e Garantia de Direitos, no âmbito do Município de Dois Vizinhos/PR.

Art. 2º A relação entre o SUAS e o Sistema de Justiça deverá observar:

I – A cooperação institucional;
II – O respeito às competências próprias de cada sistema;
III – a autonomia técnica e profissional;
IV – A proteção integral dos usuários;
V – O respeito à dignidade da pessoa humana;
VI – A preservação da privacidade e do sigilo profissional;
VII – A preservação dos vínculos entre usuários e trabalhadores do SUAS;
VIII – A continuidade e qualidade dos serviços socioassistenciais;
IX – A não sobreposição de atribuições;
X – A não utilização dos serviços socioassistenciais como substitutos de estruturas técnicas pertencentes a outros órgãos ou Poderes.

Art. 3º A presente Resolução não objetiva restringir ou impedir a cooperação entre o SUAS e o Sistema de Justiça, mas estabelecer parâmetros para que essa cooperação ocorra de forma institucional, organizada e compatível com as atribuições, finalidades e responsabilidades de cada sistema.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º Constituem atribuições próprias dos serviços, programas, projetos, benefícios e equipes de referência do SUAS, observadas suas respectivas competências e normativas:
I – Acolhida e escuta qualificada;
II – Atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos;
III – Identificação e acompanhamento de situações de vulnerabilidade, risco e desproteção social;
IV – Fortalecimento da função protetiva das famílias;
V – Prevenção de situações de risco e violação de direitos;
VI – Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
VII – Realização de visitas domiciliares como instrumento técnico-metodológico do trabalho social;
VIII – Busca ativa;
IX – Encaminhamentos para serviços, programas, projetos, benefícios e demais políticas públicas;
X – Articulação com a rede socioassistencial e intersetorial;
XI – elaboração e acompanhamento de planos de acompanhamento familiar e planos individuais de atendimento, quando previstos;
XII – Realização de estudos, registros e análises sociais **no âmbito e para as finalidades próprias da Política de Assistência Social**;
XIII – Elaboração de relatórios técnicos relativos ao acompanhamento socioassistencial;
XIV – Acompanhamento de medidas e situações cuja execução esteja expressamente prevista nas normativas do SUAS;
XV – Demais ações previstas nas normativas nacionais, estaduais e municipais da Política de Assistência Social.

CAPÍTULO III
DAS DEMANDAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Art. 5º As demandas, requisições, intimações e expedientes provenientes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos do Sistema de Justiça que envolvam serviços, programas, projetos, benefícios ou equipes do SUAS deverão ser encaminhados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, evitando-se, sempre que possível, a expedição direta e personificada de determinações aos trabalhadores dos equipamentos socioassistenciais.

Art. 6º O órgão gestor da Política de Assistência Social realizará a análise da demanda e definirá:
I – sua pertinência em relação às atribuições do SUAS;
II – o serviço ou equipamento eventualmente responsável;
III – a forma tecnicamente adequada de atendimento;
IV – a necessidade de articulação com outros órgãos da rede;
V – a possibilidade e os limites do fornecimento das informações solicitadas;
VI – a necessidade de manifestação da assessoria jurídica ou órgão competente, quando houver dúvida quanto à competência institucional.

Art. 7º O encaminhamento da demanda ao órgão gestor não constitui negativa de atendimento ou recusa de cooperação institucional, constituindo-se em fluxo administrativo destinado à organização da resposta e à preservação das equipes de referência.

CAPÍTULO IV
DOS RELATÓRIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Art. 8º Os serviços socioassistenciais poderão elaborar relatórios informativos relacionados ao acompanhamento de famílias e indivíduos, observados os limites técnicos, éticos, legais e institucionais.

Art. 9º Os relatórios socioassistenciais poderão contemplar, quando pertinentes:
I – Contexto geral da situação vivenciada;
II – existência e período de acompanhamento;
III – serviços, programas, projetos ou benefícios acessados;
IV – Atendimentos realizados;
V – Ações desenvolvidas;
VI – Encaminhamentos efetuados;
VII – articulação realizada com a rede;
VIII – informações relativas ao Plano de Acompanhamento Familiar ou Plano Individual de Atendimento;
IX – Evolução do acompanhamento;
X – Demais informações diretamente relacionadas ao trabalho socioassistencial desenvolvido.

Art. 10. O relatório socioassistencial não constitui laudo pericial, estudo psicossocial forense ou documento destinado à produção de prova judicial, ainda que seja encaminhado ao Sistema de Justiça.

Art. 11. As equipes de referência possuem autonomia técnica para definir:
I – A metodologia utilizada;
II – Os instrumentos técnico-operativos empregados;
III – As informações pertinentes;
IV – Os limites éticos e técnicos da manifestação;
V – A forma de apresentação das informações;
VI – A necessidade de preservação ou restrição de informações sigilosas.
Essa disposição decorre diretamente do art. 13 da Resolução CNAS nº 119/2023.

Art. 12. Não deverão ser encaminhados, como regra, prontuários, fichas, cadastros, documentos originais ou registros internos dos serviços, devendo as informações eventualmente necessárias ser sistematizadas em documento técnico próprio, observadas as disposições legais sobre sigilo e proteção de dados.

CAPÍTULO V
DAS ATIVIDADES QUE NÃO COMPETEM ÀS EQUIPES DO SUAS

Art. 13. Sem prejuízo de outras hipóteses estabelecidas em lei ou normativa específica, não constituem atribuições ordinárias dos serviços, programas, projetos, benefícios e equipes de referência do SUAS:
I – Realização de perícia social ou psicossocial para subsidiar decisão judicial;
II – Elaboração de laudo pericial para instrução de processo judicial;
III – Realização de estudo psicossocial de natureza forense;
IV – Produção de prova para acusação ou responsabilização;
V – Investigação destinada à apuração de fatos para instrução de processo;
VI – Inquirição de vítimas ou acusados para fins judiciais;
VII – Realização de oitiva para fins de produção de prova;
VIII – Averiguação ou fiscalização de denúncias quando a atividade tiver natureza investigativa ou fiscalizatória própria de outro órgão;
IX – Substituição de equipe técnica ou multiprofissional do Poder Judiciário;
X – Realização de avaliação técnica destinada especificamente a subsidiar decisão judicial, quando essa atividade possuir natureza pericial;
XI – Acompanhamento de oficial de justiça em cumprimento de ordem judicial;
XII – Fiscalização do cumprimento de determinações judiciais, salvo quando a própria atribuição estiver expressamente prevista na legislação e nas normativas do serviço;
XIII – Realização de atividades próprias de investigação policial;
XIV – Produção de documentos com finalidade diversa daquela relacionada à proteção social e ao acompanhamento socioassistencial;
XV – Quaisquer outras atividades que, pela sua natureza, finalidade ou metodologia, sejam próprias do Sistema de Justiça ou de outros órgãos.

Art. 14. A realização de visita domiciliar, entrevista, escuta ou estudo social no âmbito do SUAS **não transforma tais instrumentos em atividade pericial ou investigativa**.
Parágrafo único. A visita domiciliar realizada pela equipe do SUAS constitui instrumento técnico-metodológico do trabalho social e deverá respeitar a privacidade, a dignidade e a autonomia dos usuários, não devendo ser utilizada como mecanismo de investigação ou fiscalização estranha às atribuições do serviço.
Essa distinção está expressamente contemplada na Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS.

CAPÍTULO VI
DA DISTINÇÃO ENTRE O SUAS E A ATUAÇÃO TÉCNICA DO PODER JUDICIÁRIO
Art. 15. Os estudos, avaliações, pareceres e laudos destinados a subsidiar diretamente a atividade jurisdicional deverão ser realizados pelas estruturas técnicas próprias do Sistema de Justiça ou por profissionais formalmente designados na condição de peritos, conforme a legislação aplicável.

Art. 16. A insuficiência ou inexistência de equipe técnica em determinada unidade judiciária **não transfere automaticamente ao SUAS a responsabilidade pela realização de perícias, estudos psicossociais ou avaliações de natureza forense**.

Art. 17. A organização de equipes técnicas multiprofissionais no âmbito do Poder Judiciário constitui responsabilidade institucional daquele Poder, conforme as normas próprias do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais de Justiça.
Art. 18. Para as matérias relacionadas à infância e juventude, deverão ser observadas, especialmente, as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente relativas às equipes interprofissionais do Poder Judiciário.

CAPÍTULO VII
DA AUTONOMIA TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS
Art. 19. Os profissionais que integram as equipes de referência do SUAS exercerão suas atribuições observando a legislação profissional, os respectivos códigos de ética, as normativas do SUAS e sua autonomia técnica.
Art. 20. A solicitação ou requisição de informações por órgão externo não confere ao solicitante competência para determinar ao profissional do SUAS:
I – a metodologia que deverá utilizar;
II – o instrumento técnico que deverá elaborar;
III – a conclusão que deverá apresentar;
IV – a interpretação técnica que deverá realizar;
V – a realização de procedimento incompatível com suas atribuições profissionais;
VI – a produção de documento que tenha natureza pericial quando essa não seja atribuição do serviço.
Art. 21. A autonomia técnica dos profissionais deverá ser preservada mesmo nas situações em que o documento produzido pelo SUAS seja destinado ao Sistema de Justiça.

CAPÍTULO VIII
DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS
Art. 22.
O compartilhamento de informações com o Sistema de Justiça deverá observar:
I – a pertinência da informação;
II – a finalidade da solicitação;
III – a necessidade de proteção do usuário;
IV – o sigilo profissional;
V – a legislação aplicável à proteção de dados pessoais;
VI – as normas dos respectivos Conselhos Profissionais;
VII – as normativas do SUAS.
Art. 23. A relação de confiança estabelecida entre trabalhadores e usuários constitui elemento essencial do trabalho social e não deverá ser utilizada para produzir informações ou documentos destinados à responsabilização ou investigação dos próprios usuários, quando tal finalidade extrapolar as atribuições da Política de Assistência Social.

CAPÍTULO IX
DA PROTEÇÃO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
Art. 24. A utilização das equipes do SUAS para atividades estranhas às suas atribuições deverá ser evitada em razão dos potenciais impactos sobre:
I – o acompanhamento familiar;
II – a busca ativa;
III – os atendimentos individuais e coletivos;
IV – as atividades comunitárias;
V – o planejamento dos serviços;
VI – as reuniões de equipe;
VII – a articulação de rede;
VIII – o cumprimento das metas e responsabilidades do SUAS;
IX – a qualidade dos serviços;
X – a proteção social dos usuários.
Art. 25. O atendimento de demandas externas não poderá comprometer de forma desproporcional a continuidade dos serviços e acompanhamentos próprios da Política de Assistência Social.
Art. 26. Sempre que houver conflito entre demanda externa e atividades ordinárias do serviço, caberá ao órgão gestor avaliar a prioridade, observadas as responsabilidades legais, a capacidade instalada e a necessidade de preservação da oferta socioassistencial.

CAPÍTULO X
DO ACOMPANHAMENTO PELO CMAS
Art. 27. O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá manter registro das demandas provenientes do Sistema de Justiça que sejam encaminhadas aos serviços socioassistenciais, de modo a possibilitar o acompanhamento pela gestão e pelo Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 28. O CMAS poderá solicitar, periodicamente, informações quantitativas e qualitativas sobre:
I – número de requisições recebidas;
II – órgãos solicitantes;
III – natureza das demandas;
IV – serviços envolvidos;
V – demandas consideradas incompatíveis com as atribuições do SUAS;
VI – impactos identificados na execução dos serviços;
VII – providências adotadas pela gestão.
Art. 29. A Vigilância Socioassistencial poderá acompanhar e analisar as demandas oriundas do Sistema de Justiça enquanto elemento relevante para o planejamento da Política Municipal de Assistência Social, especialmente quanto à identificação de sobrecarga, desvio de função, insuficiência de oferta e impactos territoriais.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 30. As disposições desta Resolução deverão ser observadas pela gestão da Política Municipal de Assistência Social, CRAS, CREAS, unidades de acolhimento e demais serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais integrantes da rede municipal do SUAS.
Art. 31. A gestão municipal deverá promover orientação e educação permanente aos trabalhadores do SUAS acerca:
I – da Resolução CNAS nº 119/2023;
II – da Nota Técnica nº 02/2016/SNAS/MDS;
III – da Nota Técnica nº 01/2022 – CAOPAS/MPPR;
IV – das normativas do Conselho Nacional de Justiça;
V – das decisões judiciais relacionadas à matéria;
VI – dos fluxos municipais estabelecidos para atendimento das demandas do Sistema de Justiça.
Art. 32. A gestão municipal deverá encaminhar cópia desta Resolução aos órgãos integrantes do Sistema de Justiça com atuação no território municipal, especialmente Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como aos demais órgãos da rede de proteção.
Art. 33. Eventuais situações não previstas nesta Resolução deverão ser analisadas pela gestão municipal da Política de Assistência Social, com observância das normativas do SUAS e,

quando necessário, mediante consulta à assessoria jurídica competente.
Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dois Vizinhos/PR, 27 de Agosto de 2026.

HELENA HORBATEI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS – Dois Vizinhos/PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:068C0DA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0081/2026. ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0009/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0081/2026.

ORIGEM: DISPENSA ELETRONICA N°0009/2026.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: 46820843**LUCAS ROBERTO MATIAS BUENO** INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 46.820.843/0001-35 SEDIADA NA RUA ATHANAGILDO DE SOUZA LAIO, CENTRO, CEP 83570000, CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 3 (TRÊS) EQUIPAMENTOS DE INTERNET VIA SATÉLITE MODELO STARLINK MINI, INCLUINDO SUPORTE DE FIXAÇÃO VEICULAR, PLANO DE DADOS (MÍNIMO 50GB OU ILIMITADO), INSTALAÇÃO COMPLETA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTABELECIDAS NO ETP E TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL R$ 11.280,00 (ONZE MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 31 de agosto de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:272BED6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECADTÍTULO
CNPJ: 00.474.973/0001-62

OBJETO: Contratação do ECAD para pagamento de direitos autorais pela execução pública de obras musicais no 4º Rodeio Crioulo de Fernandes Pinheiro/PR.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(doze) meses.
VALOR ANUAL: R$4.912,65. (quatro mil, novecentos e doze reais e sessenta e cinco centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, Caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fernandes Pinheiro, 31 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:58E92CDF

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 223/2026

Súmula: "Designa os membros do Comitê Municipal do Transporte Escolar e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, considerando a Resolução nº. 1422, de 20 de abril de 2011, da Secretaria Estadual de Educação, que estabelece os critérios, as formas de transferências, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas de recursos financeiros do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE;

CONSIDERANDO que o Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE é composto de recursos financeiros consignados no Orçamento Estadual, especificamente para a manutenção do transporte escolar de alunos e tem como objetivo precípuo contribuir para a diminuição do índice de repetência e evasão escolar, por meio de assistência financeira aos municípios, em caráter suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrarem o Comitê Municipal de Transporte Escolar, os seguintes representantes:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Solange De Oliveira Goes
Suplente: Luciane Santos do Carmo

II - Representante dos Diretores da Rede Estadual de Educação:
Titular: Wanessa Maria da Cruz
Suplente: Jocemara de Fátima Ferreira

III - Representante dos Diretores da Rede Municipal de Ensino:
Titular: Joilson Viegandt
Suplente: Regiane Pereira Schvaidak

IV -Representante dos Pais de Alunos das Escolas Estaduais:
Titular: Larissa Albach
Suplente: Beatriz Magali Schreiber Garzuzi

Art. 2º. São atribuições do Comitê Municipal de Transporte Escolar:
I - Analisar os Relatórios Bimestrais de controle do transporte diário dos alunos, contendo o número de alunos atendidos, razões para as faltas e problemas com o veículo de Transporte Escolar, que deverão ser encaminhados aos NRE's (ANEXO II – Res. nº 1422/2011), com parecer do Comitê.

II - Verificar a aplicação dos recursos, podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do Transporte Escolar demonstradas no Plano de Aplicação.

III - Realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do Transporte Escolar.

Art.3º. O Comitê não é gestor nem administrador dos recursos do Transporte Escolar. Seu papel é acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos em relação ao recebimento e correta aplicação, verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas e irregularidades identificados, para que as autoridades constituídas adotem as providências cabíveis e apliquem as penalidades, quando necessário.

Art.4º. A atuação dos membros do Comitê NÃO será remunerada e é considerada atividade de relevante interesse social.

Art.5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto n° 104/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 27 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:6C324A8E

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037-2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2025 REF: CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

Objeto: Credenciamento de "pessoas jurídicas" especializadas em prestação de serviços nas áreas de Nutrição e Fonoaudiologia para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro Paraná

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADA: JF SAÚDE LTDA
CNPJ: 30.776.764/0001-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de prazo e de valor, conforme memorando nº 3.170/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
§ Único – Conforme Solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde, Pareceres Jurídico e Contábil, fica prorrogado o prazo de prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, passando o seu vencimento de 04/08/2026 para 04/08/2027 e prorroga-se o prazo de vigência do contrato para 04/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL
§ 1º – Será acrescido ao Contratro, o valor de R$ 115.315,92 (cento e quinze mil, trezentos e quinze reais e noventa e dois centavos) para utilização no período.
§ 2º – Desta forma o valor global do contrato passa de R$ 115.315,92 (cento e quinze mil, trezentos e quinze reais e noventa e dois centavos) para R$ 230.631,84 (duzentos e trinta mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
§ Único - O valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
07.001 FDO MUN. SAUDE -DEPTO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0701.2-022 GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único – Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na forma digital conforme Decreto Municipal Nº 218/2023, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.
Fernandes Pinheiro, em 31 de agosto de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

JF Saúde LTDA
JOYCE FABIELE DE ANDRADE
Contratado

Testemunhas:
_____

_____

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:4C9A4CF4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 122/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde à servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER a servidora SIMONE ELIZA FABRIS SILVEIRA, matrícula nº 450-1, ocupante do cargo efetivo de **PSICÓLOGO 20HS**, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24 de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2026.
Art. 2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:6C47D108

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 123/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - PRORROGAR por mais 16 (dezesseis) dias a licença para tratamento de saúde concedida pela Portaria nº 104/2026 ao servidor público MIGUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula 121-1, ocupante do cargo efetivo de ARTIFICE, do período de 11 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026, conforme laudo pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:9836EF6B

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 124/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER ao servidor público RIVELINO DE JESUS DE SOUZA, matrícula nº 489-1, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período compreendido de 04 de agosto de 2026 a 01 de novembro de 2026 conforme laudo médico pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:19C3C21A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 125/2026

Súmula: Prorroga licença para tratamento de saúde a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - PRORROGAR por mais 16 (dezesseis) dias a licença para tratamento de saúde concedida pela Portaria nº 098/2026 a servidora pública ANTONIA APARECIDA BERNARDO DA CRUZ, matrícula 737-1, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do período de 11 de agosto de 2026 a 26 de agosto de 2026, conforme laudo pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:D9A8BF23

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 126/2026

Súmula: Concede licença para tratamento de saúde a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente embasado nas Leis n° 722/2019 e 734/2020, e em conformidade com o atestado médico apresentado e de acordo com laudo médico,

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER a servidora pública ANTONIA APARECIDA BERNARDO DA CRUZ, matrícula 737-1, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período compreendido de 19 de agosto de 2026 a 16 de novembro de 2026 conforme laudo médico pericial.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:6FFFD17A

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 127/2026

Súmula: Concede afastamento por motivo de casamento civil a servidor efetivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com o requerimento protocolado, disposto na Lei municipal n° 722/2019, e em conformidade com a documentação apresentada,

RESOLVE:

Art. 1°- CONCEDER a servidora **GABRIELA MIGON**, matrícula nº **1125-1**, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR**, **08 (oito) dias consecutivos de afastamento do serviço por motivo de casamento civil**, nos termos do artigo 135, inciso II, alínea "a", da Lei Municipal nº 722/2019, no período de **28 de agosto de 2026 a 04 de setembro de 2026**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 28 de agosto de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:783B3F32

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000109

Objeto: Aquisição de conjunto radiológico digital fixo completo, incluindo projeto de radioproteção, materiais de blindagem e equipamentos de radioproteção, para implantação do serviço de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 252.600,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais): LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (02799882000122) com os lotes: 1 no valor total de R$ 252.600,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), segunda-feira, 31 de agosto de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:51501912

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026 PROCESSO ADM: Nº 00000109

Objeto: Aquisição de conjunto radiológico digital fixo completo, incluindo projeto de radioproteção, materiais de blindagem e equipamentos de radioproteção, para implantação do serviço de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde de Fernandes Pinheiro/PR.
Empresas vencedoras valor total: R$ 252.600,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais): LOTUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (02799882000122) com os lotes: 1 no valor total de R$ 252.600,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), segunda-feira, 31 de agosto de 2026

OZIEL NEIVERT
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:4A93648F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
DESPACHO ADMINISTRATIVO

III – DECISÃO
Diante do exposto, **ACOLHO** integralmente o Relatório Final apresentado pela servidora responsável pela instrução do Processo Administrativo Simplificado nº 02/2026 e, consequentemente:
RECONHEÇO a responsabilidade administrativa da empresa **S.D.C M. E S. LTDA**., CNPJ nº 63.084.824/0001-07, pelo descumprimento das obrigações assumidas no Contrato nº 49/2026 e na Solicitação de Fornecimento nº 1257/2026, diante da não entrega dos bens dentro do prazo originalmente estabelecido, mesmo após a concessão excepcional de prazo adicional e posterior notificação administrativa.
APLICO à contratada a penalidade de MULTA, em razão do atraso/inadimplemento verificado, observando-se, para definição do percentual e respectiva base de cálculo, a previsão específica constante do edital, do Contrato nº 49/2026 e demais documentos que integram a contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 13/2023.
Determino ao setor competente que proceda ao cálculo da multa de acordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e contratual, promovendo-se posteriormente a cobrança administrativa na forma legal.
Considerando o reiterado descumprimento da obrigação de entrega, mesmo após a concessão de prazo adicional e notificação para regularização, **DETERMINO A EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 49/2026**, por inadimplemento imputável à contratada.
A medida decorre da impossibilidade de a Administração permanecer indefinidamente aguardando o cumprimento da obrigação, especialmente quando já foram concedidas oportunidades suficientes para regularização da execução contratual.
A extinção deverá ser formalizada nos autos e registrada pelos setores administrativos competentes.

Considerando a necessidade de aquisição dos contêineres e visando assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos ao Setor de Licitações e Contratos para adoção imediata das providências necessárias à convocação dos licitantes remanescentes, respeitada rigorosamente a ordem de classificação do certame.
A convocação deverá observar o disposto no art. 90, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se os critérios estabelecidos nos §§2º e 4º do mesmo dispositivo.
Deverá ser inicialmente oportunizada a contratação do remanescente nas condições legalmente aplicáveis, observando-se a ordem classificatória, promovendo-se, quando necessário, negociação na forma autorizada pela legislação.
DETERMINO, por fim:
I – a intimação formal da empresa SDC M. E S. LTDA. acerca do inteiro teor desta decisão;
II – a realização do cálculo da multa pelo setor competente, conforme os critérios estabelecidos no edital e no contrato;
III – a adoção das providências necessárias à cobrança da penalidade aplicada, observado o procedimento administrativo pertinente;
IV – a formalização e o registro da extinção do Contrato nº 49/2026;
V – o encaminhamento imediato ao Setor de Licitações e Contratos para convocação dos licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e as disposições do art. 90, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
VI – a realização dos registros administrativos decorrentes da penalidade aplicada e da extinção contratual;
VII – cumpridas todas as providências e inexistindo outras medidas pendentes, o arquivamento do Processo Administrativo Simplificado nº 02/2026.
A presente decisão não prejudica eventual apuração e cobrança de prejuízos adicionais comprovadamente suportados pelo Município em decorrência do inadimplemento contratual.

Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

Flor da Serra do Sul/PR, 31 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio de Lara Felipe
Código Identificador:ED77B532

LICITAÇÕES
10/2026 - CE

ESTADO DO PARANÁ	Página: 1 / 1	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul	Nr.: 10/2026	
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-	Processo Adm.:	75/2026

1132		
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br	Data do Processo:	25/06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	75/2026
b) Nr. Licitação:	10/2026 - CE
c) Modalidade:	Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação:	31/08/2026
e) Objeto da Licitação:	Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação poliédrica sobre pavimentação primária (calçamento) em acessos e trechos rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, no âmbito do Programa Municipal "Porteira a Dentro" (Lei Municipal n.º 900/2024, alterada pelas Leis n.º 919/2026 e n.º 962/2026; Decreto Municipal n.º 34/2026).

Participante: PEDREIRA PALMA SOLA LTDA (06.133.990/0001-12)				
Item	Especificação	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	Execução de Calçamento em estradas rurais	1,000 M2	756.545,00	756.545,00
Total do Participante:				756.545,00
Total Geral: 756.545,00				

Flor da Serra do Sul, 31 de Agosto de 2026

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:B5DD775A

LICITAÇÕES
EXTRATO BOLSAS

Contrato N°	101/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	GUERRA COMERCIO E SERVICOS LTDA			
Valor:	13.362,00			
Vigência:	Início:	31/08/2026	Término:	31/08/2027
Licitação:	41/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de bolsa térmica para transporte de medicação de pacientes diabéticos, sacolas plásticas e sacos de papel para transporte de medicação, destinada à Secretaria Municipal de Saúde (Farmácia) do Município de Flor da Serra do Sul/PR.				

Flor da Serra do Sul, 31 de Agosto de 2026

Contrato N°	102/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	POLLENLAB EXPERIENCIAS DIGITAIS LTDA			
Valor:	4.662,00			
Vigência:	Início:	31/08/2026	Término:	31/08/2027
Licitação:	41/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de bolsa térmica para transporte de medicação de pacientes diabéticos, sacolas plásticas e sacos de papel para transporte de medicação, destinada à Secretaria Municipal de Saúde (Farmácia) do Município de Flor da Serra do Sul/PR.				

Flor da Serra do Sul, 31 de Agosto de 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:28D38D7F

RH
EXTRATO PRORROGAÇÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
5º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 018/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ADRIEL BREGALDA***
OBJETO/CARGO: EDUCADOR FÍSICO– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/08/2026 a 30/09/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
5º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 037/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***CLEOMIR CANDIDO DA SILVA***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/08/2026 a 30/09/2026
.....
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
5º PRORROGAÇÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
CONTRATO Nº 038/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ROSANGELA FARIAS***
OBJETO/CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM 30 HORAS– PSS 03.2024
VALOR SALÁRIO MENSAL: CONFORME CONTRATO
VIGÊNCIA: 31/08/2026 a 30/09/2026

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:477280D6

RH
PORTARIA 332/2026

PORTARIA Nº 332/2026

SÚMULA: Nomeia Servidores sob regime Jurídico Único Estatutário.

O Prefeito Municipal do Município de Flor da Serra do Sul – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

1º - NOMEAR, sob o Regime Único Estatutário, os servidores com os respectivos cargos, abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público N° 01/2026 realizado em conformidade do Edital de Abertura de 10 de abril de 2026, e Edital de Homologação Final nº 025/2026, a partir de 01 de setembro de 2026, com início de Estágio Probatório conforme o Termo de Posse e Exercício.

NOME	RG/CPF	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL/REF. ANEXO III da LEI nº 956/2025
CHEILA SIRLENE BEUTLER	***.557.839-**	Engenheira Civil	20 Horas	"NS" "1" "III"
SIMONE CRISTINA KRACHUSKI	***.776.309-**	Nutricionista	20 Horas	"NS" "1" "III"
JULIO CESAR BAUMGRATZ	***.549.959-**	Operador de máquinas	40 Horas	"NM" "1" "III"

2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de setembro de 2026, revogando as disposições em geral.

Gabinete do Prefeito de Flor da Serra do Sul – PR, Em 31 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:AFD573AB

RH
PORTARIA 333/2026

PORTARIA Nº 333/2026

DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente, e nos termos do Artigo 38 da lei Municipal Nº 935/2025, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Flor da Serra do Sul, e dá outras providências,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida a readaptação profissional à servidora **MARIA APARECIDA CELANTE**, brasileira, portadora do RG nº 71965333 SSP/PR, matrícula funcional nº 544, residente e domiciliada no Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, servidora pública municipal efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo efetivo de **Servente de Serviços Gerais**, para exercer, em caráter definitivo, a função de **Auxiliar Administrativo**, em razão de limitação laborativa constatada e atestada mediante inspeção médica realizada em 19/08/2026.
Art. 2º A servidora permanecerá lotado na Secretaria Municipal de Educação, cumprindo jornada de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo de origem, na forma da legislação vigente.
Art. 3º A servidora deverá apresentar, periodicamente, laudos médicos atualizados que comprovem a manutenção de seu estado de saúde e das condições que fundamentaram a readaptação.
Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo poderá ensejar a revisão da readaptação funcional, observado o devido processo administrativo e a legislação aplicável.
Art. 4º Em decorrência da readaptação funcional da servidora, fica declarada a vacância do cargo de **Servente de Serviços Gerais**, anteriormente por ela ocupado, nos termos do art. 55 da Lei Municipal nº 935/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul - PR, em 31 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:94E3D1B6

RH
PORTARIA 334/2026

PORTARIA Nº 334/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos/atas referentes **a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026, Processo Nº 75/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação poliédrica sobre pavimentação primária (calçamento) em acessos e trechos rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, no âmbito do Programa Municipal "Porteira a Dentro" (Lei Municipal n.º 900/2024, alterada pelas Leis n.º 919/2026 e n.º 962/2026; Decreto Municipal n.º 34/2026), nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	Josemar Tomazzini
	Fiscal de Contrato
	Adilson Ribeiro
	Fiscal de Obra
	Débora Volkweis

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 31 de agosto de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:434FA79A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 9 CONTRATO Nº 129/2022.

PROCESSO: Tomada de preços nº 7/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA (CNPJ Nº 76.030.717/0001-48)
OBJETO: "Reajuste de valores e dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 129/2022 do Tomada de preços nº 7/2022 qual tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DOS SEGUINTES SOFTWARES Módulo de Almoxarifado, Sistema de Armazenamento em Nuvem, Módulo de Alvará de Construção e Habite-se, Módulo da Assistência Social, Módulo de Cadastro de Loteamento, Módulo de Contabilidade Pública, Execução Financeira, Orçamento Anual (PPA, LDO, LOA) e Prestação de contas ao TCE/PR, Módulo de Controle de Frotas, Módulo de Controle Interno, Módulo de Controle Patrimonial, Módulo de Licitação e Compras, Módulo de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, Módulo de Obras Públicas/Intervenção, Módulo de Portal da Transparência, Módulo de Portal do Contribuinte, Módulo de Recursos Humanos Folha de Pagamento, Módulo de Tributação e Dívida Ativa, Módulo de Cemitério, Serviço de hospedagem em data center, do software para gestão, fornecimento de equipamentos de coleta, Suporte Técnico Eespecializado Recursos Humanos, Suporte Técnico Especializado Contábil e Financeiro Suporte Técnico Tributário, Suporte Técnico Especializado em Licitação e Compras e suporte técnico operacional, PARA UTILIZAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL, RPPS – REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIAL E LEGISLATIVO MUNICIPAL"
REAJUSTE DE VALORES: O presente Termo visa o Reajuste de valores com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos 12 (doze) meses de 4,09%. Passando o valor R$ 35.653,46 (Trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e cinquenta e tres reais com quarenta e seis centavos) para R$ 37.111,67 (trinta e sete mil, cento e onze reais com sessenta e sete centavos) por mês. Um montante acumulado de R$ 148.446,68 (Cento e Quarenta e Oito Mil, Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos) no período de quatro meses.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 04 (quatro) meses, com vigência até a data de 01 de janeiro de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 28/08/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E9129D9C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO CREDENCIAMENTO 004/2026 CHAMAMENTO 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 435/2026

TERMO DE AUTORIZAÇAO
CREDENCIAMENTO 004/2026
CHAMAMENTO 001/2026
Processo Administrativo: Nº 435/2026
Objeto:"**AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇOES PARA SUPRIR NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS"**
Empresas Credenciadas que atenderam ao solicitado em edital
FRUTIFOZ – ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS, CNPJ: 08.704.240.0001-89
COOPERATIVA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DE MANGUEIRINHA- COFAMANG, CNPJ: 40.963.247/0001-28
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), 31 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa da Silva de Souza
Código Identificador:6863A964

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 072/2026

DECRETO Nº 072/2026

SÚMULA: Autoriza agente político a acumular secretaria municipal.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º 24 e art. 262 e seguintes, ambos da Lei Municipal nº 005/1997,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomeia o Servidor "**ERIC KRACHINSKI DA SILVA"** portador do RG nº 13.574.370-4 SSP/PR e inscrito no CPF nº 103.335.939-44, ocupante do Cargo de Agente Político de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, para acumular a função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL** na **SECRETARIA DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE** no período que compreende entre as datas de **03/08/2026 á 29/01/2027**, do Município de Foz do Jordão.

Artigo 2º - O referido servidor acumulará 2 Secretarias no prazo determinado, uma vez que já é a Secretária Municipal, porém, tal acumulação é permitida legalmente, tendo em vista o contido no art. 262 e seguintes da Lei Municipal nº 005/1997.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de assinatura. Retroagindo seus efeitos a 03/08/2026.

Foz do Jordão, 31 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:6F4C54DC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão convoca a candidata abaixo relacionado, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025, conforme Homologação na data de 10 de fevereiro de 2025, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, para regularização de seu registro funcional, em um prazo de 05 (cinco) dias desta convocação, obedecendo rigorosamente ao contido no Edital de Abertura nº 01/2025, deste Município.

PROFESSOR

40º RENIZE DIULHIANE MANDECAU – desistente
41º ROSANE IVONETE DE PAULA DA SILVA

Os candidatos quando convocados deverão comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Foz do Jordão, munidos dos seguintes documentos originais para analise com os entregue no ato de inscrição do Processo Seletivo Simplificado.
Carteira de identidade – RG;
Cartão do cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF/MF;
Comprovante de Alistamento ou Dispensa Militar, se o candidato for do sexo masculino;
Titulo eleitoral acompanhado do comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
Diploma de conclusão do curso exigido para o cargo e eventuais certificados de aperfeiçoamento;
Documento que comprove o registro no respectivo Conselho Profissional da Classe;
Atestado médico, conforme modelo no **Anexo III**.
Número de conta bancaria;
Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgão e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência relativo a emprego público (art. 37, §10, da CF), salvo se trata das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, casos em que deve ser informada a função e a remuneração do outro cargo, a carga horária em cada vínculo e os horários de trabalho em ambos e, no caso de percepção de proventos de aposentadoria especificação do cargo/emprego que originou o benefício previdenciário, com atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37, da CF, conforme **Anexo I**.
Não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo ou emprego público, nos últimos 5 (cinco) anos**;**
Declaração de bens Lei nº 8730 de 10 de novembro de 1993, conforme no **Anexo II**.
Declaração de não Parentesco com a Comissão Organizadora do Processo seletivo, conforme **Anexo IV.**
Comprovante de Declaração de Imposto de Renda ano vigente;
O não comparecimento no prazo estabelecido implica na tácita aceitação da desistência da vaga, bem como de todos os direitos decorrentes de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado, sem posterior recurso.

Foz do Jordão, 31 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATICIO

Eu, _____, portador do RG nº: _____, e do CPF nº: _____, profissão_____, residente e domiciliada na Rua: _____, nº: _____, No bairro: _____.
Declaro para os devidos fins e sob as penas de lei que atualmente possuo ou não possuo vinculo empregatício ou benefício proveniente de regime próprio de providência social ou do Regime Geral de Previdência nas esferas Federal, Estadual ou Municipal.

( ) possuo vinculo empregatício, qual:_____

( ) não possuo vinculo empregatício

( ) possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral
Onde:----------_____

( ) não possuo beneficio proveniente de Regime Próprio social ou Regime Geral

Por ser verdade, dato e assino abaixo.

Foz do Jordão, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Eu, _____, _____, (nome completo) (nacionalidade) portador da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado à _____,
(endereço completo)
Declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens abaixo relacionados:_____.
Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

ATESTADO

Atesto que o(a) Sr.(a) , sexo feminino ( ), sexo masculino ( ), portador(a) do R.G. n.º , **encontra-se, no momento do presente Exame Médico, em perfeitas condições de saúde física e mental para exercer as funções públicas**, citada no Edital do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025, para a função de
, do Município de Foz do Jordão.

, de de .
Datado de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de admissão.

Assinatura e Carimbo do Médico com o CRM

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO COM A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eu_____ , inscrita no RG nº _____ e CPF nº _____, declaro não ter parentesco de 1º e nem 2º grau ascendente ou descendente com qualquer membro da Comissão Organizadora do Processo seletivo simplificado, Edital 01/2025.

----------_____

Publicado por:
Joselaine Presa
Código Identificador:A5E8724C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE FOMENTO Nº: 03/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
TERMO DE FOMENTO Nº: 03/2026
CONCEDENTE: Município de Foz do Jordão – PR (CNPJ nº 01.603.719/0001-80).

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PARCEIRA: ACIFOZ – Associação Comercial e Industrial de Foz do Jordão (CNPJ nº 05.535.219/0001-09).
OBJETO: Mútua cooperação financeira e técnica visando o apoio à realização da "Campanha Natal Premiado – Projeto Show de Prêmios", com o intuito de estimular o comércio local, gerar empregos e elevar a arrecadação de receitas no Município.
VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
FORMA DE REPASSE: conforme cronograma do Plano de Trabalho.
VIGÊNCIA: De 01/09/2026 a 30/01/2027.

DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Classificação Funcional Programática: 11.002.22.661.0010.2073.33504100-000
Fonte de Recursos: 5130
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 30 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC), Resolução nº 28/2011 do TCE-PR e Lei Municipal nº 1.100/2025.

Foz do Jordão/PR, 31 de agosto de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:5669345F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 363 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 17 da Lei Municipal nº 1.905, de 04 de abril de 2023, com redação alterada pela Lei nº 2.118, de 23 de setembro de 2025, e considerando o disposto no Anexo III – Quadro de Gratificações da referida legislação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 2, nos termos da Lei Municipal nº 2.118/2025, a servidora NATIELE APARECIDA FERREIRA DA ROSA, matrícula nº 3602, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS, lotado na Secretaria **Municipal** de Educação de sua designação para o exercício da função

extraordinária de maior responsabilidade e complexidade, a seguir especificada:
Função: **RESPONSÁVEL PELA CONFECÇÃO DE MERENDA, LANCHES E REFEIÇÕES**

Atribuições da Função:
I – Coordenar e executar a preparação das refeições, lanches e merendas conforme o cardápio estabelecido por nutricionista responsável;
II – Assegurar a higiene na manipulação dos alimentos, dos utensílios e do ambiente de trabalho, em conformidade com as normas da vigilância sanitária;
III – Controlar o estoque e o uso de gêneros alimentícios, informando a necessidade de reposição;
IV – Registrar diariamente a produção de alimentos e o número de refeições servidas;
V – Zelar pela qualidade e apresentação das refeições;
VI – Acompanhar a entrega e recebimento de alimentos perecíveis e não perecíveis;
VII – Orientar e supervisionar auxiliares, se houver, nas rotinas de preparo e limpeza.

Art. 2º A gratificação de que trata esta Portaria será concedida em caráter precário, não cumulativa com outras da mesma natureza, e não se incorporará aos vencimentos da servidora, podendo ser revista, suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de General Carneiro, em 31 de agosto de 2025.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:25F791FE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 364 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **30** dias de férias regulamentares, a Sra. **GABRIELI CORDEIRO LAZZARI**, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de **01/09/2026 A 30/09/2026** com retorno em **01/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de Agosto de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2EC732CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **008/2026**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciada: **ÂNGELO KOBRYN 09913741939**

Objeto: **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEIs), para prestação de serviços de natureza operacional, técnica e de manutenção, destinados à execução de atividades de conservação, manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos e apoio operacional em bens móveis e imóveis públicos do Município de General Carneiro/PR.**

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Kimberly de Moura da Rosa
Agente de Contratação
General Carneiro, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:E3201C01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DITRATO AMIGAVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 035/2026
Leilão Eletrônico nº 001/2026
Contrato: 001/2026
Rescisão: 31/08/2026

Objeto: **Concessão de Direito Real de Uso de Espaços Públicos Municipais pelo prazo de 02 (dois) anos, para fins de exploração de atividade de Bar e Lanchonete.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
02	**GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO BAIRRO SÃO JOÃO,** Lanchonete, Alojamento, Vestiário/Banheiro, Pátio Externo e Pátio Interno. Com 939,62 M² **Local:** Rua José Puff S/N, Bairro São João, General Carneiro - PR	**Mês**	**24**	**R$ 270,00**	**R$ 9.180,00**
TOTAL		**R$ 21.180,00 (vinte e um mil cento e oitenta reais).**			

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
CONTRATADA: **27.308.628 ALEX SANDRO DA SILVA.**

General Carneiro, 31 de agosto de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:8A12A734

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 546/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O Senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 84 da Lei Complementar N° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, FERNANDO ROBERTO PAROLO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para gozá-las de 01/09/2026 a 10/09/2026, referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:1549F89A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 547/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 84 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, IVONETE AVELINA DA ROCHA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 10 (dez), para goza-las de 21/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 31 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:AD604768

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

Pregão Eletrônico: 27/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: FALCON EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Objeto da Contratação: Aquisição de um Veículo Novo do Tipo Van Teto Alto com Acessibilidade para Cadeirante, Zero Km, sendo 14 Lugares + 1 Cadeirante + 1 Motorista, através da Deliberação n° 013/2025 - CEDCA/PR, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goioerê-PR.
Vigência: 01 (um) ano, contado da data de assinatura.
Início (assinatura): 30/08/2026 Fim: 30/08/2027
Valor: R$ 329.950,00

Goioerê/PR, 24 de Agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

EGNALDO OLIVEIRA SANTOS JUNIOR
Falcon Empreendimentos Participacoes e Servicos LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:F637D503

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito Municipal, o senhor PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e de outro lado, e a empresa L G LOPES CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 22.273.100/0001-24, sediada na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, na Rua Jose Herminio Visconcini, nº 285, Quadra 01, Lote 18, Centro, CEP: 87555-000, neste ato representado pelo senhor LUCIANO GOMES LOPES, tendo em vista o que consta no Processo nº 119/2025, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 85/2025, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato nº 85/2025:
1.1.1. Supressão do valor original do Contrato nº 85/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará:
2.1.1. a ter o seu valor suprimido em 1,4% (um virgula quatro por cento).
2.1.2. a ter o quantitativo originalmente contratado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Unit. a ser suprimido (R$)
01	Reforma e Ampliação da escola municipal Jardim Primavera conforme projetos, planilhas e memorial descritivo	Unidade	1	480.767,65	6.622,77

2.2. O valor total do presente termo aditivo de supressão é de R$ 6.622,77 (seis mil seiscentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavo)
2.3. O valor total do Contrato nº 85/2025 passará a ser de R$ 474.144,88 (quatrocentos e setenta e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
3.1. Este termo aditivo fundamenta-se:
3.1.1 no art. 124, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
3.1.2. na Cláusula 16 do Contrato nº 85/2025.
3.1.3. na Comunicação Interna nº 52/2026, da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 28 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

LUCIANO GOMES LOPES
L G Lopes Construtora LTDA.

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:1C23DBC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	31/08/2026	R$ 1.518,00
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	31/08/2026	R$ 6.050,84
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - MSE	31/08/2026	R$ 1.663,98
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE	31/08/2026	R$ 6.004,96
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I - CRIANCAADOLESCENTE	31/08/2026	R$ 3.781,78
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	31/08/2026	R$ 4.926,84
FNAS – FUNDO NACIONAL ASSISTENCIA SOCIAL	PISO BASICO FIXO	31/08/2026	R$ 6.318,40
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	31/08/2026	R$ 2.170,72

Goioerê, 31 de agosto de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:EB1D22BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DECRETO Nº. 9.957/2026

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO – CMCTI, DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a legislação em vigor:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), conforme as disposições do Anexo do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 31 de agosto de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNÍCIPIO DE GOIOERÊ (CMCTI)

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1° O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), criado pela Lei Municipal nº 3.162, de 18 de Novembro de 2025 e suas alterações, tem caráter deliberativo, consultivo e propositivo, tendo por finalidade o incentivo e desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, visando ao desenvolvimento sustentável da cidade, em apoio ao planejamento e à gestão da Administração Pública Municipal.

Art. 2° O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI) terá suas atividades reguladas nos termos deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Formular, propor, avaliar, validar e fiscalizar planos, ações e políticas públicas voltados à promoção da inovação e ao desenvolvimento do Município, por meio de iniciativas governamentais ou mediante parcerias com agentes privados, sempre observando o interesse público.
II - Contribuir para a formulação da Política Municipal de Inovação, visando à qualificação dos serviços públicos municipais e ao fortalecimento da competitividade local.
III - Incentivar e apoiar iniciativas de base tecnológica, startups, pesquisas, eventos e ações que promovam o desenvolvimento e o fortalecimento da economia local por meio da inovação.
IV - Propor políticas e estratégias para a captação, gestão e alocação de recursos do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FMCTI), observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
V - Promover a geração, a difusão e a democratização do conhecimento, das informações e de novas técnicas, bem como incentivar a introdução e a adaptação, à realidade local, de técnicas e tecnologias existentes.
VI - Propor políticas e estratégias para a captação e a alocação de recursos, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
VII - Colaborar na articulação e na integração entre o Poder Público, universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTIs), empresas, startups, organizações da sociedade civil e demais atores do ecossistema de inovação.
VIII - Fortalecer o ecossistema municipal de inovação, mediante a identificação de gargalos, oportunidades e estratégias voltadas ao desenvolvimento territorial.
IX - Deliberar sobre o reconhecimento e a inclusão de empresas inovadoras estabelecidas no Município de Goioerê no Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como nos programas e mecanismos instituídos para a consecução dos objetivos desta Lei.
X - Deliberar sobre o reconhecimento e a inclusão de iniciativas que atuem em prol da ciência, da tecnologia e da inovação no Município de Goioerê, no Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como nos programas e mecanismos instituídos para a consecução dos objetivos desta Lei.
XI - Deliberar sobre a participação do Município de Goioerê no capital social de empresas, com a finalidade de desenvolver produtos ou processos inovadores, nos termos da Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), e da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups);
XII - Definir diretrizes, deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Goioerê.
XIII - Aprovar e modificar seu Regimento Interno.

XIV - Publicar seu Regimento Interno, resoluções, portarias, recomendações e demais atos de sua competência que se fizerem necessários no Órgão Oficial do Município.
XV - Promover estudos e análises sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da inovação, propondo políticas e estratégias voltadas à transição justa, à inclusão produtiva e à sustentabilidade.
XVI - Deliberar sobre a criação de grupos de trabalho, câmaras temáticas e comissões ou projetos específicos, quando necessários ao cumprimento de suas competências.
XVII - Estimular a atração de investimentos, talentos e iniciativas inovadoras para o Município, fortalecendo a cultura de inovação e o empreendedorismo de base tecnológica.
XVIII - Estabelecer parcerias, cooperações e intercâmbios com outros Municípios, Estados e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, visando ao fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação.
XIX - Requerer aos órgãos públicos e às entidades privadas informações, dados e indicadores necessários à análise e ao cumprimento de suas competências legais, bem como à proposição de políticas públicas e ações municipais.
XX - Elaborar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Inovação, promovendo sua atualização periódica, com a definição de metas, ações, agentes participantes, regras de aplicação e planejamento dos recursos necessários à execução das atividades previstas.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Seção I
Dos membros do Conselho

Art. 4º Nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de Novembro de 2025 e suas alterações, o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI) será constituído da seguinte forma:

I - 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Municipal.
II - 01 (um) representante da Universidade Estadual de Maringá – Campus Regional de Goioerê.
III - 01 (um) representante do Instituto Federal do Paraná – Campus Regional de Goioerê.
IV - 01 (um) representante da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Vale do Piquiri – FADACT.
V - 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial de Goioerê.
VI - 01 (um) representante do setor produtivo rural do Município de Goioerê.
VII - 01 (um) representante do setor financeiro do Município de Goioerê.
VIII - 03 (três) membros da Sociedade Civil.

§ 1º A composição das classes setoriais poderá ser ampliada ou reduzida, mediante a inclusão ou exclusão de classes de interesse, sempre que necessário ao atendimento dos objetivos.
§ 2º Cada membro titular do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação terá um respectivo suplente, pertencente à mesma categoria de representação.
§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será de 2 (dois) anos, podendo ser renovado pelo mesmo período, uma única vez, a critério do órgão ou entidade representada.
§ 4º A função de membro do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação é considerada serviço público relevante e não será remunerada, nos termos do art. 7º, § 7º, da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de novembro de 2025 e suas alterações**.**

Art. 5º Os membros do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação serão indicados pelos respectivos segmentos de representação e nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

§ 1º Os membros suplentes substituirão os respectivos membros titulares em caso de impedimento ou vacância, sendo indicados pelos respectivos segmentos de representação juntamente com os titulares e nomeados no mesmo decreto de que trata o caput deste artigo.
§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação deverão, preferencialmente, possuir comprovada experiência na execução de projetos científicos ou na implantação, gestão ou administração de programas de desenvolvimento tecnológico e de inovação.

Seção II
Da composição e das atribuições da Diretoria

Art. 6º A Diretoria do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente;
II - Vice-presidente; e
III - Secretaria Executiva.

§ 1º Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, o Conselho elegerá, dentre seus membros titulares, substituto para o respectivo cargo, que exercerá a função até o término do mandato em curso.
§ 2º A votação de que trata o § 1º ocorrerá em sessão extraordinária, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da vacância, mediante voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.
§ 3º O Secretário Executivo será escolhido mediante votação pelos membros do Conselho.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.
II - Adotar as providências necessárias ao regular funcionamento e à administração do Conselho.
III - Submeter à apreciação e deliberação do Conselho a pauta de cada reunião, os assuntos de interesse do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a documentação necessária à sua análise e deliberação;
IV - Representar o Conselho, ou designar membro para fazê-lo, perante autoridades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como perante instituições públicas ou privadas, para tratar de assuntos de interesse do Conselho e promover o desenvolvimento de suas atividades;
V - Tratar, junto às instituições representadas no Conselho, de assuntos relacionados às suas competências e às respectivas áreas de atuação;
VI - Cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento Interno, as deliberações e resoluções do Conselho, bem como os programas e planos de trabalho por ele aprovados;
VII - Delegar ao Vice-Presidente e aos demais membros do Conselho o exercício de atribuições específicas, observadas as competências estabelecidas neste Regimento Interno e na legislação aplicável;
VIII - Firmar acordos, termos de cooperação, convênios e outros instrumentos de interesse do Conselho, após aprovação pelo Conselho ou, em caso de urgência, ad referendum deste, submetendo-os à apreciação e ratificação na reunião subsequente;
IX - Assinar as resoluções do Conselho e os demais atos e expedientes decorrentes de suas deliberações, observadas as competências estabelecidas neste Regimento Interno e na legislação aplicável;
X - Exercer outras atribuições compatíveis com as competências do cargo e com as finalidades do Conselho, previstas neste Regimento Interno ou na legislação aplicável.

Art. 8º Compete ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Auxiliar o Presidente na coordenação das atividades do Conselho e no cumprimento de suas deliberações;
II – Acompanhar a execução dos programas, planos e ações aprovados pelo Conselho, quando designado pelo Presidente;

III – Representar o Conselho, mediante designação do Presidente, em reuniões, eventos, fóruns e demais atividades relacionadas às suas finalidades;
IV - Coordenar grupos de trabalho, câmaras temáticas ou comissões constituídas pelo Conselho, quando designado pelo Presidente;
V - Acompanhar, em conjunto com a Secretaria Executiva, a execução das providências decorrentes das deliberações do Conselho;
VI - Exercer outras atribuições compatíveis com as competências do cargo e com as finalidades do Conselho, previstas neste Regimento Interno ou na legislação aplicável;
VII - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, exercendo, durante o período de substituição, as atribuições que lhe forem conferidas por este Regimento Interno;

Art. 9º Compete ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Prestar apoio técnico, administrativo e operacional ao funcionamento do Conselho;
II - Organizar e preparar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, providenciando a documentação necessária à apreciação das matérias constantes da pauta;
III - Elaborar, organizar e manter as atas das reuniões, bem como os registros das deliberações, resoluções e demais atos do Conselho;
IV - Providenciar a convocação dos membros para as reuniões, conforme determinação do Presidente;
V - Receber, protocolar, organizar e encaminhar documentos, requerimentos, propostas e demais matérias submetidas à apreciação do Conselho;
VI - Acompanhar o cumprimento das deliberações do Conselho e informar ao Presidente sobre as providências adotadas;
VII - Manter atualizado o cadastro dos membros titulares e suplentes do Conselho, bem como os registros de suas indicações, nomeações, substituições e mandatos;
VIII - Organizar e manter o arquivo físico e digital dos documentos e atos do Conselho, observadas as normas de gestão documental e de transparência pública;
IX - Elaborar e encaminhar, após aprovação, as resoluções, recomendações, pareceres e demais atos emanados do Conselho para os procedimentos de publicação e divulgação;
X - Prestar informações aos membros do Conselho sobre matérias, processos e documentos relacionados às suas competências;
XI - Apoiar a elaboração, o acompanhamento e a atualização do Plano Municipal de Inovação e dos demais instrumentos de planejamento relacionados às atividades do Conselho;
XII - Apoiar a organização de grupos de trabalho, câmaras temáticas, comissões, eventos, reuniões técnicas e demais atividades promovidas ou aprovadas pelo Conselho;
XIII - Elaborar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho, quando solicitado pelo Presidente ou pelo Plenário;
XIV - Manter articulação administrativa com os órgãos e entidades necessários ao regular funcionamento do Conselho;
XV - Exercer outras atribuições compatíveis com suas competências e com as finalidades do Conselho, previstas neste Regimento Interno ou na legislação aplicável.

Seção III
Da eleição e nomeação dos membros da Diretoria

Art. 11. Os membros da Diretoria serão eleitos dentre os membros titulares e suplentes do Conselho, mediante votação nominal e aberta, pelo voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva.

§ 1º A eleição dos membros da Diretoria será realizada em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho, especialmente convocada para esse fim, desde que presente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.

I — A eleição será conduzida pelo Presidente do Conselho ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento de ambos, a condução dos trabalhos caberá ao membro titular escolhido pelo Plenário.
II — Serão admitidas chapas ou candidaturas individuais, devendo ser indicados, em ambos os casos, os respectivos cargos aos quais os candidatos concorrem, sendo elegíveis os membros titulares e suplentes do Conselho, desde que regularmente nomeados e em pleno exercício de suas funções.
III — A votação será nominal e aberta, mediante chamada individual dos conselheiros, que declararão publicamente seu voto.
IV — Será considerada eleita a chapa ou, no caso de candidaturas individuais, serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de membros do Conselho.
V — Não sendo obtida a maioria absoluta na primeira votação, será realizado segundo escrutínio entre os dois candidatos ou chapas mais votados, conforme a modalidade de candidatura adotada, considerando-se eleito aquele que obtiver o maior número de votos. Persistindo o empate, será realizado sorteio entre os candidatos ou chapas empatados.

Art. 12. A eleição da Diretoria será realizada no primeiro trimestre do ano em que se encerrar o mandato da Diretoria em exercício, cabendo ao Presidente em exercício convocar reunião ordinária ou extraordinária do Conselho para esse fim.

§ 1º A Presidência será exercida por membro titular ou suplente do Conselho, observada a alternância entre os diferentes segmentos de representação, de modo a assegurar a rotatividade na ocupação do cargo.
§ 2º A Vice-Presidência será exercida por membro pertencente a segmento de representação distinto daquele que ocupa a Presidência, observada a alternância entre os segmentos representados no Conselho.

CAPÍTULO IV
DA DESTITUIÇÃO DO MANDATO, DA VACÂNCIA E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 13. Em caso de substituição ou de retirada da indicação de membro por iniciativa do respectivo segmento de representação, a entidade representada deverá comunicar formalmente o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante documento oficial dirigido ao Presidente, indicando o motivo da substituição e, quando for o caso, o novo representante.

Art. 14. A perda do vínculo do membro titular ou suplente com a respectiva entidade ou segmento de representação implicará a extinção de seu mandato, devendo a entidade ou o segmento indicar novo representante para o preenchimento da respectiva vaga, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art. 15. Serão considerados impedidos de integrar o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Na hipótese de o membro titular assumir ou passar a exercer outro cargo ou função incompatível com o exercício de suas atribuições no Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação; e
II - Os membros que tiverem sido destituídos do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação em razão de ausências injustificadas, observado o procedimento estabelecido neste Regimento Interno.

Art. 16. A ocorrência de 3 (três) ausências injustificadas ou de 6 (seis) ausências justificadas, consecutivas ou não, de membro titular ou suplente, nas reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho, no período de 1 (um) ano, poderá ensejar a perda do mandato, mediante deliberação do Conselho, assegurado ao membro o direito de apresentar justificativa e exercer o contraditório e a ampla defesa. A decisão de destituição será comunicada formalmente à entidade ou ao segmento de representação responsável pela indicação do membro.

§ 1º A presença dos membros titulares e suplentes será registrada em lista de presença, que integrará a ata de cada reunião do Conselho.

§ 2º O membro destituído será formalmente notificado da decisão, por meio de ofício, correio eletrônico ou outro meio de comunicação que assegure a comprovação do recebimento, devendo ser cientificado dos motivos que fundamentaram a destituição.
§ 3º O membro destituído poderá interpor recurso da decisão ao Plenário do Conselho, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação.
§ 4º O Plenário do Conselho apreciará e decidirá o recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contado de sua apresentação, cabendo à Diretoria adotar as providências necessárias ao cumprimento da decisão e comunicar formalmente o resultado ao interessado e à respectiva entidade ou segmento de representação.

Art. 17. Verificada a vacância do cargo de membro titular, o respectivo suplente assumirá a titularidade da representação até o término do mandato em curso.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o segmento ou entidade responsável pela indicação deverá indicar novo suplente, observadas as disposições deste Regimento Interno.
§ 2º Na hipótese de vacância simultânea dos cargos de titular e suplente, o respectivo segmento ou entidade de representação deverá indicar novos representantes, observadas as disposições deste Regimento Interno.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Art. 18. O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, preferencialmente em período noturno, e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação na forma deste Regimento Interno.

§ 1º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, desde que instalada a reunião com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.
§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 19. A convocação das reuniões ordinárias será realizada pelo Presidente do Conselho, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante publicação no Órgão Oficial do Município e comunicação aos membros titulares e suplentes, por meio escrito ou eletrônico que assegure a efetiva ciência, contendo, no mínimo, a data, o horário, o local e a pauta da reunião.

Parágrafo único. A convocação dos membros titulares e suplentes não afasta a competência dos suplentes para participar das reuniões, observadas as disposições deste Regimento Interno quanto ao exercício do direito de voz e voto.

Art. 20. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, sempre que houver matéria que, por sua relevância ou urgência, justifique sua realização.

§ 1º A convocação será publicada no Órgão Oficial do Município e comunicada a todos os membros titulares e suplentes, por meio escrito ou eletrônico que assegure a efetiva ciência, contendo, no mínimo, a data, o horário, o local e a pauta da reunião.
§ 2º Na hipótese de convocação decorrente de requerimento dos membros do Conselho, o Presidente deverá providenciar a realização da reunião no prazo estabelecido no caput, observada a antecedência mínima para a convocação.

Art. 21. Salvo disposição legal ou regimental em contrário, as reuniões do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação serão públicas e abertas à comunidade.

Parágrafo único. Poderão ser convidados, por iniciativa do Presidente ou mediante deliberação do Conselho, representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas, especialistas e demais pessoas que possam contribuir para a discussão de matérias de interesse do Conselho, com direito a voz, sem direito a voto.

Art. 22. Terão direito a voto os membros titulares do Conselho e, em caso de ausência ou impedimento do respectivo titular, os membros suplentes.

§ 1º O membro suplente poderá participar das reuniões do Conselho, com direito a voz, independentemente da presença do respectivo titular, mas somente exercerá o direito de voto quando estiver substituindo-o.
§ 2º Para fins de verificação do quórum de instalação e deliberação, será considerado o membro que estiver no exercício do direito de voto na respectiva reunião.

Art. 23. A ordem do dia compreenderá as matérias constantes da pauta da reunião e suas respectivas deliberações, sendo vedada a apreciação e deliberação de matérias não incluídas na pauta de convocação, salvo quando sua inclusão for aprovada pelo Plenário, em caráter excepcional.

Parágrafo único. A inclusão de matéria não constante da pauta dependerá da anuência do Plenário e, quando implicar deliberação, deverá ser disponibilizada aos membros a documentação necessária à sua análise, sempre que possível.

Art. 24. Após a apresentação da matéria, o Presidente a colocará em discussão, facultando a palavra aos membros presentes, pelo tempo previamente estabelecido, observada a ordem de inscrição ou, na ausência desta, a ordem definida pelo Presidente. Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação aberta.

Parágrafo único. Poderão ser propostas matérias para inclusão na pauta até 5 (cinco) dias antes da reunião, cabendo ao Presidente avaliar sua inclusão e providenciar a comunicação aos membros, sempre que houver alteração da pauta originalmente encaminhada.

Art. 25. A aprovação das matérias submetidas à deliberação do Conselho dar-se-á pelo voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros presentes e aptos a votar, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 1º Nos termos do art. 7º, § 10, da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de novembro de 2025, e suas alterações, a aprovação deste Regimento Interno dependerá do voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.
§ 2º As alterações deste Regimento Interno dependerão do voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.

Art. 26. As reuniões do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e suas respectivas deliberações serão registradas em atas, numeradas em ordem crescente, as quais serão submetidas à apreciação e aprovação do Plenário na reunião subsequente, mediante assinatura dos membros presentes.

Parágrafo único. As atas poderão ser publicadas no Órgão Oficial do Município, sempre que necessário ou conveniente, a critério do Conselho, observadas as disposições legais aplicáveis, cabendo à Secretaria Executiva adotar as providências necessárias para sua publicação.

CAPÍTULO VI
DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 27. A criação de Comissões Técnicas dependerá de proposta fundamentada, apresentada por membro do Conselho, contendo, no mínimo, a finalidade, o objeto, as atribuições e, quando for o caso, o prazo de funcionamento da Comissão. A proposta será submetida à apreciação do Plenário e aprovada pelo voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.

§ 1º As Comissões Técnicas poderão ter caráter permanente ou temporário, conforme deliberação do Conselho, devendo o ato de sua criação estabelecer sua finalidade, composição e atribuições.
§ 2º A extinção das Comissões Técnicas dependerá de deliberação do Plenário, mediante voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.

Art. 28. O Plenário do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação designará, dentre seus membros titulares ou suplentes, o coordenador de cada Comissão Técnica.

§ 1º As Comissões Técnicas poderão propor ao Conselho a criação de grupos de trabalho, quando necessários ao desenvolvimento de suas atividades, mediante apresentação de proposta fundamentada pelo respectivo coordenador.
§ 2º Cada Comissão Técnica será composta por, no mínimo, 3 (três) membros do Conselho, titulares ou suplentes, podendo contar com a participação de convidados, representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas e especialistas, conforme a natureza e a finalidade dos trabalhos.
§ 3º Cada Comissão Técnica terá um coordenador e um relator, designados pelo Plenário ou escolhidos pelos seus próprios membros, conforme definido no ato de sua criação.
§ 4º Os grupos de trabalho constituídos deverão apresentar ao Conselho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua criação, Plano de Trabalho contendo, no mínimo, os objetivos, as ações, as metas e o cronograma de execução.

CAPÍTULO VII
DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – FMCTI

Art. 29. O Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FMCTI, instituído pelo art. 9º da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de novembro de 2025, e suas alterações, será administrado pelo Comitê Gestor previsto no art. 14 da referida Lei, composto pelos seguintes membros:

I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
II – 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
III – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos Administrativos;
IV – 4 (quatro) representantes do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – CMCTI, pertencentes a diferentes segmentos de representação, não vinculados à Administração Pública Municipal.

§ 1º A Presidência do Comitê Gestor do FMCTI será exercida pelo Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
§ 2º A Secretaria Executiva do Comitê Gestor será exercida pelos mesmos membros que integram a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – CMCTI.
§ 3º A participação no Comitê Gestor do FMCTI não será remunerada e será considerada serviço público relevante.

Art. 30. As competências, atribuições e responsabilidades do Comitê Gestor, bem como a supervisão do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FMCTI, observarão o disposto nos arts. 15 e 17 da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de novembro de 2025, e suas alterações, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os casos omissos neste Regimento Interno serão apreciados e decididos pelo Plenário do Conselho, mediante voto favorável de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho.

Parágrafo único. As decisões que estabelecerem orientação de caráter geral e permanente poderão ser formalizadas por meio de Resolução e, quando implicarem alteração ou complementação deste Regimento Interno, deverão observar o procedimento e o quórum previstos para sua alteração.

Art. 32. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Órgão Oficial do Município.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê-PR, em 31 de agosto de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:F0B9FA10

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DECRETO Nº. 9.958/2026

NOMEIA A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Antônio de Oliveira Coelho, Prefeito Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a legislação em vigor, e,

CONSIDERANDO o art. 6, § 9º, da Lei Municipal nº 3.162, de 18 de novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Goioerê:

I – Presidente: Tiago Faquineti de Aragão
II – Vice-Presidente: Gabriel Augusto Cação Quinato
III – Secretária: Regina Marcia Cruz

Art. 2º Os nomeados exercerão suas atribuições em conformidade com a legislação vigente, o regimento interno do Conselho e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê - Paraná, 31 de agosto de 2026

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:612DFC7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 42/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 42/2026
PROCESSO Nº 85

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 42/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de conectividade à internet e interligação de unidades municipais de Goioxim/PR, incluindo fornecimento de links, instalação, configuração, equipamentos em comodato/locação, monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico remoto e presencial e demais meios necessários à disponibilidade da rede.

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 01/09/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 08/09/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 31/08/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:1E6A22E7

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EDITAL Nº 79, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL Nº 79, DE 31 DE AGOSTO DE 2026
CONCURSO PUBLICO 01/2023

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital 09/2023, Resultado Final do Concurso Público Nº 01/2023, publicado no Diário Oficial do Município, dia 14 de abril de 2023, na Internet no endereço www.diariomunicipal.com.br/amp, na mesma data e na existência de vagas conforme Lei Municipal 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO
A Convocação dos candidatos aprovados no concurso público 01/2023, relacionado neste edital, para o provimento no cargo efetivo, para o qual foi habilitado. O convocado deverá comparecer, em um prazo de 30 dias, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 17:00, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Goioxim, para apresentação e entrega dos documentos constantes no anexo I deste edital, tudo na forma do item 16.5 (Requisitos para nomeação) do Edital de Abertura do Concurso Público Municipal 002/2023. Fica advertido o convocado, que o seu não comparecimento no prazo mencionado implicará na perda da classificação, passando para o final da lista, e automaticamente o ente público convocará o candidato seguinte:

Cargo	Classificação	Nome
PROF. PEDAGOGO – CENTRO	19°	TASSIELE MARIA PEDROSO
PROF- PEDAGOGO - CENTRO	20°	MARILZA KOWALCZYK

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Goioxim, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

anexo i – DO EDITAL 79/2026
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 01/2023

Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:

Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Cópia da carteira de trabalho
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminal estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
Certidão negativa de antecedentes criminais Federais;
Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
Carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista - Centro;
Carteira de Habilitação categoria B para o cargo de motorista – Jacutinga, Rincão e Wagner;
Exame médico admissional;
Demais documentos que a Prefeitura Municipal de Goioxim achar necessários, posteriormente informados**.**

Publicado por:
Cleiton Alves
Código Identificador:D5D4CB65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 13/2026, ID TCE/PR 41/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 13/2026, ID TCE/PR 41/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 14/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 30270/2026
INEXIGIBILIDADE N° 03/2026

Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA,** CNPJ 77.849.289/0001-42
Contratada: **UNYFLEX - UNYGOV GOVERNANCE CAPACITACAO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA**, CNPJ nº 55.930.096/0001-89
Objeto: Contratação de inscrição no curso de capacitação intitulado "Comunicação Pública 360º – Estratégias e Impacto", a ser realizado na modalidade on-line, entre os dias 1º e 4 de setembro de 2026, conforme autorização da Presidência constante do Memorando nº 2026000561
Prazo de vigência: O contrato terá vigência de até **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de assinatura.
Valor da Contratação: Valor total de **R$ 2.000,00 (dois mil reais).**
O pagamento decorrente do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos do Orçamento Próprio da Câmara Municipal de Guaíra:
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 01.001.01.031.0001.2001
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
DESDOBRAMENTO DA DESPESA: 33.90.39.4800 – Serviço de Seleção e Treinamento.

Guaíra, 31 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:734E54B9

CAMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
Processo Administrativo nº 14/2026
Processo Digital nº 30270/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e considerando os elementos constantes do Processo Digital nº 30270/2026, **CONSIDERANDO** o Despacho nº 055/2026, de 28 de agosto de 2026, por meio do qual esta Presidência fundamentou a contratação direta, declarou caracterizada a hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, e **autorizou e homologou a contratação**;
RESOLVE:
I – RATIFICAR a **Inexigibilidade de Licitação nº 03/2026**, referente à contratação da empresa **UNYFLEX – UNYGOV GOVERNANCE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **55.930.096/0001-89**, para o fornecimento de **01 (uma) inscrição** no curso de capacitação **"Comunicação Pública 360º – Estratégias e Impacto"**, na modalidade on-line, entre os dias **1º e 4 de setembro de 2026**, pelo valor total de **R$ 2.000,00 (dois mil reais)**, conforme condições estabelecidas no Processo Digital nº 30270/2026.
II – DETERMINAR o prosseguimento dos procedimentos administrativos necessários à formalização, publicidade e execução da contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.
Publique-se. Cumpra-se.
Guaíra, 31 de agosto de 2026.

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:9BA76231

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE nº 03/2026

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR.

A Câmara Municipal de Guaíra, torna público que realizará processo de INEXIGIBILIDADE objetivando a **Contratação de inscrição no curso de capacitação intitulado "Comunicação Pública 360º – Estratégias e Impacto", a ser realizado na modalidade on-line, entre os dias 1º e 4 de setembro de 2026, conforme autorização da Presidência constante do Memorando nº 2026000561**.

CONTRATADO: UNYFLEX - UNYGOV CAPACITACAO E TREINAMENTOS GOVERNAMENTAIS LTDA.
CNPJ: 55.930.096/0001-89

VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA: Grupo 3.3.90.39.0000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subgrupo 3.3.90.39.4800 Serviços de Seleção e Treinamento.

VIGÊNCIA: 90 (dias) a partir da data da assinatura do contrato.

PUBLIQUE-SE E SE DÊ SEGUIMENTO AO PROCESSO.

Guaíra, 28 de agosto de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Guaíra/Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:168B6E16

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 254/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 676/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **E2 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 07.401.893/0001-26**

Objeto do Contrato: fornecimento de antenas móveis Starlink Mini, no formato de locação, em regime de comodato, incluindo suporte técnico e acessórios, com plano mensal de dados, para garantir acesso à internet em veículos oficiais da administração pública da prefeitura de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e valor do Contrato Administrativo nº 676/2025.

Prorrogação do Prazo de Vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **3 de setembro de 2027.**

Do reajuste do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo de **R$ 41.880,00 (quarenta e um mil, oitocentos e oitenta reais).**

Do Recurso Orçamentário: Dotação: [2026] 168 - 04.001.2016.33390400100000000000.00000505 - Locação de equipamentos de tic - ativos de rede

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:F9F31F0A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 407/2026

Pregão Eletrônico nº 136/2026
Processo Administrativo nº 229/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA, CNPJ nº 07.282.470/0001-34.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Pregços (SRP), para futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, destinados à realização de eventos oficiais e de eventos apoiados pelo Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$2.310.224,60 (dois milhões e trezentos e dez mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término

em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:61893EA3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 408/2026

Pregão Eletrônico nº 147/2026
Processo Administrativo nº 246/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MIORANDO EVENTOS LTDA, CNPJ nº 03.969.016/0001-03.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 147/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 791.600,00 (setecentos e noventa e um mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5CE48A7D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 409/2026

Pregão Eletrônico nº 147/2026
Processo Administrativo nº 246/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **F&V SHOWS E ESTRUTURAS LTDA, CNPJ nº 33.219.101/0001-07.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 147/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 595.560,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:78B6178A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 467/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 409/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 147/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **F&V SHOWS E ESTRUTURAS LTDA, CNPJ nº 33.219.101/0001-07.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 147/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 595.560,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:6D7B6A32

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 560/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **A TSUNETO & CIA LTDA, CNPJ nº 07.003.703/0001-12**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 59.083,56 (cinquenta e nove mil e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:EB564460

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 561/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 407/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 136/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA, CNPJ nº 07.282.470/0001-34.**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de sonorização, destinados à realização de eventos oficiais e de eventos apoiados pelo Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 136/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$2.310.224,60 (dois milhões e trezentos e dez mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:DE00C8D3

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 562/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **EUMAIS MULTISERVICOS LTDA, CNPJ nº 34.026.458/0003-01**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.705,88 (onze mil e setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9DA33611

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 563/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VIACAO GARCIA LTDA, CNPJ nº 78.586.674/0001-07**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.754,00 (onze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:FE428779

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 564/2026

Processo Administrativo nº 226/2026

Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VIACAO OURO E PRATA SA, CNPJ nº 92.954.106/0001-42**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.705,88 (onze mil e setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:08198CAE

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 565/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **NORDESTE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 76.299.270/0001-07**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.713,80 (onze mil e setecentos e treze reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:5F50F27A

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 566/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 408/2026, do Edital de Pregão Eletrônico nº 147/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MIORANDO EVENTOS LTDA, CNPJ nº 03.969.016/0001-03.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 147/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 791.600,00 (setecentos e noventa e um mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **31 de agosto de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:02F97F40

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 568/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **EXPRESSO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA, CNPJ nº 79.111.779/0001-72**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:480FE5F9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 569/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **VIACAO UMUARAMA LTDA, CNPJ nº 76.354.281/0001-42**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 18.766,68 (dezoito mil e setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:BDAD3B30

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 570/2026

Processo Administrativo nº 226/2026
Concorrência Pública nº 012/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS SA, CNPJ nº 80.227.796/0001-59**

Objeto do Contrato: Concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 18.016,08 (dezoito mil e dezesseis reais e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data de Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:21B54174

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 529/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 136/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 136/2026, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, destinados à realização de eventos oficiais e de eventos apoiados pelo Município de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:

VILMAR DE LIMA ALBANO & CIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 07.282.470/0001-34**, vencedora do item 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da licitação, com valor total máximo de **R$2.310.224,60 (dois milhões e trezentos e dez mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:011417CD

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 530/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 147/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 147/2026, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de estruturas para eventos, compreendendo tendas, estandes, cadeiras plásticas e demais itens correlatos, incluindo os serviços de transporte, montagem, desmontagem e manutenção, visando atender às demandas dos eventos institucionais, ações e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, sendo as empresas vencedoras:

MIORANDO EVENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 03.969.016/0001-03**, vencedora dos itens 2, 3, 4, 5 e 6 da licitação, com valor total máximo de **R$ 791.600,00 (setecentos e noventa e um mil e seiscentos reais).**

F&V SHOWS E ESTRUTURAS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 33.219.101/0001-07**, vencedora do item 1 da licitação, com valor total máximo de **R$ 595.560,00 (quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:01BE6EB5

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 533/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 012/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de **Concorrência Pública nº 012/2026,** cujo objeto é a concessão onerosa de uso, por prazo determinado e resolúvel nas hipóteses legais e contratuais, de espaços físicos pertencentes ao Município de Guaíra e integrantes do Terminal Rodoviário, situado na Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 75, Centro, Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

A TSUNETO & CIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 07.003.703/0001-12**, vencedora dos itens 1 e 2 da licitação, com valor total máximo de **R$ 59.083,56 (cinquenta e nove mil e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos);**

EUMAIS MULTISERVICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 34.026.458/0003-01**, vencedora do item 5 da licitação, com valor total máximo de **R$ 11.705,88 (onze mil e setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos);**

VIACAO GARCIA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 78.586.674/0001-07**, vencedora do item 6 da licitação, com valor total máximo de **R$ 11.754,00 (onze mil e setecentos e cinquenta e quatro reais);**

VIACAO OURO E PRATA SA, inscrita no **CNPJ nº 92.954.106/0001-42**, vencedora do item 7 da licitação, com valor total máximo de **R$ 11.705,88 (onze mil e setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos);**

NORDESTE TRANSPORTES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 76.299.270/0001-07**, vencedora do item 8 da licitação, com valor total máximo de **R$ 11.713,80 (onze mil e setecentos e treze reais e oitenta centavos);**

EXPRESSO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 79.111.779/0001-72**, vencedora do item 9 da licitação, com valor total máximo de **R$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais);**

VIACAO UMUARAMA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 76.354.281/0001-42**, vencedora do item 10 da licitação, com valor total máximo de **R$ 18.766,68 (dezoito mil e setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos);**

EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS SA, inscrita no **CNPJ nº 80.227.796/0001-59**, vencedora do item 11 da licitação, com valor total máximo de **R$ 18.016,08 (dezoito mil e dezesseis reais e oito centavos);**

Art. 2º - Declarar que restou DESERTO dos itens 3 e 4 da Licitação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:8AD10EB6

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL Nº 154/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2024 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 242/2024 nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/09/2026 a 07/09/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
67º	711	ROSANGELA NUNES NOGUEIRA	Agente Administrativo	Cascavel
18º	3.375	DIENIFFER LUIZE VARGAS CUSTODIO	Enfermeiro / SAMU	Cascavel
133º	3.791	RODRIGO RODRIGUES DA COSTA GOMES	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
134º	678	JOAO CARLOS SANDRI	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
135º	1.758	VALENTINA FORNARI DAMBROS	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
137º	3.291	VICTÓRIA BEATRICE DINIZ SILVA	Médico 24h / UPA / HOSPITAL / MACRORREGULAÇÃO	Cascavel
3º	3.241	JOSMAR DO NASCIMENTO*	Motorista Socorrista	Céu Azul
3º	2.386	ALISSON MARCOS ABREU MAGALHAES*	Enfermeiro / SAMU	Santa Helena
4º	143	LETICIA MILENA TOMADON	Assistente Social	Toledo

** Candidato autodeclarado preto ou pardo*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);

- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:A96B62ED

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 EDITAL Nº155/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:

1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Concurso Público nº 001/2025 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 059/2026 nos termos deste edital.

2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/09/2026 a 07/09/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
5º	4.357	GUILHERME IOP	Agente Administrativo	Cafelândia
9º	1.804	AUGUSTO FERNANDES CHAVES *	Médico 24h / HOSPITAL	Cafelândia
1º	1.930	CÍNTIA MICHELE RAUBER **	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
9º	3.555	ROSIANE KRASNIEVIZ GOMES	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
13º	389	DANIEL JOAQUIM DE BRITO *	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
73º	3.844	ANA VITORIA PILLONI TOMINC	Técnico em Enfermagem / UPA / HOSPITAL	Cascavel
5º	1.729	BIANCA DE LIMA DOS SANTOS	Assistente Social	Guaíra

** Candidato autodeclarado preto ou pardo*
*** Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Concurso Público, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.

4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.

5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.

6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social;
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).

OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Concurso Público, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se. Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:7006ACAC

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 046/2023 – PREGÃO Nº 46/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A
OBJETO: Renova-se o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses a contar de 06 de setembro de 2026. O valor total de renovação será de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Não haverá reajuste contratual conforme anuência entre as partes.
FIRMADO EM: 25 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 539/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Leonardo Masiero Duarte

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:3F064545

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 047/2023 – PREGÃO Nº 48/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: STERILE SERVIÇOS DE ESTERILIZALÇÃO – EIRELI - EPP
OBJETO: Pelo presente termo renova-se a execução e vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir de 14 de setembro de 2026. O valor total estimado da renovação será de R$ 193.797,44 (cento e noventa e três mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos). Não haverá reajuste contratual conforme anuência entre as partes.
FIRMADO EM: 27 de agosto de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 555/2026.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Antônio Carlos De Andrade Soares

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:8E64B381

CONSAMU
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DOS OESTE DO PARANÁ / CONSAMU
EDITAL Nº 156/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, TORNA PÚBLICO:
1. A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026 do CONSAMU, homologado pelo Edital nº 106/2026, nos termos deste edital.
2. Os candidatos a seguir relacionados deverão comparecer no CONSAMU, no período de **01/09/2026 a 07/09/2026**, **das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min**, exceto feriados e recessos, na Rua Uruguai, 283 – Bairro Alto Alegre / Cascavel – PR, para entrega dos documentos que comprovem os pré-requisitos previstos neste Edital e agendamento de exame admissional:

CLASSIF.	INSC.	NOME	EMPREGO PÚBLICO	CIDADE/PARANÁ
07º	226/2026	Darcson Nogueira Dantas Filho	Enfermeiro	Cascavel
012º	287/2026	Juliana Dos Santos Moreira	Técnico em Enfermagem	Cascavel
013º	578/2026	Jose Lucas Guerlinguer	Técnico em Enfermagem	Cascavel
06º	479/2026	Leonice Rocha Cezimbra Rosa	Técnico em Enfermagem	Toledo
07º	480/2026	Rosangela Luiza Rodrigues Barbosa De Jesus	Técnico em Enfermagem	Toledo
18º	534/2026	Nilson Camilo De Andrade*	Técnico em Enfermagem	Toledo

** Candidato autodeclarado portador de deficiência*

3. O Exame Médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo, de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego postulado, sendo eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
4. Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou que tiverem condição de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado pelo médico do trabalho designado pelo CONSAMU.
5. É condição para admissão no CONSAMU a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
6. O candidato deverá apresentar-se portando os seguintes documentos originais acompanhados de cópia:
- Comprovante de que é brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988;
- Comprovante de que tem idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou a idade mínima exigida para o cargo;
- Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento ou Casamento; - RG (Identidade) e – CPF;
- Título Eleitoral e comprovante que está em dia com as obrigações eleitorais;
- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de votação referente à última eleição;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (quando couber);
- Comprovante de Escolaridade (exigida para o cargo);
- Cédula de Identidade Profissional (quando couber);
- Original e cópia do Comprovante do Pagamento da Anuidade do Conselho Profissional (quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens; - Comprovante de Residência; - Carteira de Vacinação; - Cartão SUS; - 01 Foto 3 x 4 recente;
- Declaração de que não tenha sido demitido por justa causa do serviço público municipal, estadual e federal;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Região onde residir, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse.
- Para o cargo de Motorista Socorrista, deve apresentar Habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, CNH Categoria mínima D e Curso, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito, Art.145 e Resolução do CONTRAN nº 168/2004 alterada pela Resolução 285/08 e demais resoluções e Legislação aplicável a espécie).
OBS. O Setor de Recursos Humanos do CONSAMU poderá disponibilizar aos interessados formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens.
- Impressão da consulta de situação regular dos dados de qualificação cadastral on-line do E-Social.

7. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica na perda dos direitos advindos do Teste Seletivo, nos termos da Lei. O candidato que foi convocado anteriormente e solicitou final de fila não poderá solicitar novamente final de fila. Publique-se.

Cascavel, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:87C3CD14

PROJUR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2026

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaíra, **IGOR MOSCOVITS QUEIROZ,** considerando o afastamento da conselheira tutelar J.D.J, e com base no dispositivo da Lei Municipal Nº 1.593/2008, de 27/08/2008, na forma do artigo 62**, CONVOCA,** o 14º Suplente ***IUMAR MARTINS RODRIGUES,*** *RG Nº: 13.152.704-7*, para assumir o cargo vago.

Conselheiro Tutelar	RG Nº	Início
IUMAR MARTINS RODRIGUES	*13.152.704-7*	01/09/2026

O convocado deverá apresentar-se dia 01/09/2026 às 07h30 horas, na sede do Conselho Tutelar. Caso não tenha interesse, deverá apresentar documento pedindo a dispensa da convocação ou quedar o prazo inerte sem a apresentação no Conselho Tutelar.

Guaíra/PR, 31 de agosto de 2026

IGOR MOSCOVITS QUEIROZ
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B9BBF220

PROJUR
PORTARIA Nº 531/2026 DATA: 31.08.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 1.080/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação o Servidor Público Municipal a seguir mencionado:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Maikol Lopeira Moreira /Auxiliar de Serviços Gerais	30510-01	Diretoria Proteção Social Especial Média/Alta Complexidade/Abrigo Institucional - Efetivos	Diretoria de Gestão do SUAS - Efetivos	01/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1° de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:78D38DE9

PROJUR
PORTARIA Nº 532/2026 DATA: 31.08.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 2.595/2023, 185/2025, 2.259/2025, 2.803/2025, 1.439/2026 e 2.383/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Adriana Ocampos Vitorino	30598-01	2024/2025	01/09/2026 a 15/09/2026
Emily Drumond	29976-2	2024/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Erica Moro da Costa Silva	29322-01	2023/2024	21/09/2026 a 05/10/2026
Fabiane Cristina Lopes Zimmermann	29797-03	2025/2026	01/09/2026 a 15/09/2026
Paulina Foresti Kaus Gargia	29861-02	2024/2025	01/10/2026 a 10/10/2026
Simone da Silva Borel de Almeida	30221-01	2025/2026	28/09/2026 a 12/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:27462E1B

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 14/2026

Súmula: "Apresentação do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal da Assistência Social 2026-2029 Guaíra-PR; "

O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaíra – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela a Lei Nº 2.423/2025 de 01 de setembro 2025; e pela Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
Considerando:
CONSIDERANDO Plano municipal da Assistência Social 2026-2029 Guaíra-PR;
CONSIDERANDO a realização de reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 20 de agosto de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano municipal da Assistência Social 2026-2029 Guaíra-PR, referente ao primeiro semestre de 2026;
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

_____
Ronaldo Martinez Esquivel
Presidente CMAS

_____
Guilherme Sertório Bartolli
Vice-presidente CMAS

Guaíra-PR, em 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A418A4F7

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 15/2026

Súmula: "Deliberação sobre Ofício Circular nº 014/2026 | Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR, que reforça a relevância do cumprimento da Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, a qual alterou a Lei nº 8.662/1993 para fixar a duração do trabalho do Assistente Social em 30 (trinta) horas semanais, sem redução de vencimentos. "

O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaíra – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela a Lei Nº 2.423/2025 de 01 de setembro 2025; e pela Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
Considerando:
CONSIDERANDO Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, a qual alterou a Lei nº 8.662/1993 que especifica o trabalho do Assistente Social em 30 (trinta) horas semanais, sem redução de vencimentos.
CONSIDERANDO Ofício Circular nº 014 de 07 de agosto de 2026 do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR;
CONSIDERANDO deliberação na 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Guaíra-PR, em seu relatório final no eixo dois que trata do aperfeiçoamento contínuo do SUAS: Inovação, Gestão descentralizada e valorização profissional.
CONSIDERANDO Formulário de moções 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Guaíra-PR.
CONSIDERANDO a realização de reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 20 de agosto de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a solicitação, para que o Município de Guaíra/PR adote as providências necessárias para assegurar o cumprimento da jornada de trabalho
de 30 (trinta) horas semanais dos profissionais Assistentes Sociais, nos termos do art. 5º-A da Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, incluído pela Lei Federal nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, observada a legislação vigente e assegurada a remuneração correspondente, sem redução salarial em decorrência da adequação da jornada
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação;

_____
Ronaldo Martinez Esquivel
Presidente CMAS

_____
Guilherme Sertório Bartolli
Vice-presidente CMAS

Guaíra-PR, em 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:350184C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
PORTARIA Nº 010/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder aos Vereadores Ronaldo Vladimir Moreira e Edinaldo de Jesus da Silva, 01 (uma) diária cada, no valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada diária, para viagem com destino a Curitiba/PR, no dia 02 de agosto de 2026, para visita ao gabinete do Deputado Cobra para entrega de ofícios e à Secretaria de Esportes para retirada de Kits Esportivos para o Município.

Art. 2º. O valor total das diárias autorizadas é de R$ 700,00 (setecentos reais), nos termos das Leis Municipais 987/2005 e 1.636/2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaraci, Estado do Paraná. Aos 31 de agosto de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:742D6A97

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 131/2026

Súmula: Concessão de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria protocolado sob nº 8518,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida ao servidor **FLORINDO DE JESUS**, casado, servidor público municipal de Guaraci, Estado do Paraná, ocupante do cargo de Operário Braçal, nível 07, Matrícula nº 1816, aposentadoria com proventos integrais, de acordo com o artigo 50, da Lei Municipal nº 1667/2021.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.765,22 (Dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos) conforme constante no Demonstrativo de Concessão de Aposentadoria, anexo ao processo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:08B5FC51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 132/2026

Súmula: Concessão de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria protocolado sob nº 8523,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida ao servidor **HERNANES PINHEIRO TORRES**, brasileiro, servidor público municipal de Guaraci, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível 05, Matrícula 11125, aposentadoria com proventos proporcionais, com fundamento no artigo 15 da Lei Municipal nº 1667/2021.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.060,85 (Um mil, sessenta reais e oitenta e cinco centavos) conforme constante no Demonstrativo de Concessão de Aposentadoria, anexo ao processo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:49D46359

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 002/2026 INSCRIÇÃO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR – LEI 1852/2025

EDITAL Nº 002/2026
INSCRIÇÃO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR – LEI 1852/2025

O Prefeito Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº 1852/2025, faz saber a todos os interessados que estão abertas as inscrições para o Programa de Assistência ao Trabalhador, destinado a atender necessidade de interesse público, visando minorar grave problema social existente no município, mitigando os efeitos sociais do desemprego e promovendo a inclusão produtiva de cidadãos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo de inscrição será realizado sob responsabilidade das Secretarias de Administração e Planejamento e da Secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei n.º 1852/2025.

Para efeito da contratação, fica o candidato sujeito à apresentação dos documentos que lhe forem exigidos, nos termos deste Edital, e outras exigências que a Prefeitura julgar necessárias, ressaltando que as declarações são auto declaratórias e de responsabilidades de quem a declarar sob as penas da lei.

São pré-requisitos aos candidatos ao processo seletivo em qualquer circunstância:
Ter idade mínima de 18 anos;
Estar em situação de desemprego comprovada através da CTPS (carteira de trabalho) e não ser beneficiário de seguro desemprego ou qualquer outro programa assistencial equivalente, exceto o Programa Bolsa Família.
Ter idade mínima de 18 anos;
Estar inserido no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (Cad Único);
Comprovar ser residente e domiciliado no Município de Guaraci;
Estar com o CPF em situação regular.

2. DAS INSCRIÇÕES
2.1 As inscrições serão realizadas, gratuitamente, no CRAS, do dia 04/09/2025 até o dia 11/09/2025, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

2.1.1 A inscrição deve ser feita pessoalmente pelo candidato interessado.

2.2 Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) regularizado.

2.2.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados: Banco do Brasil, CEF - Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término de inscrições.

2.3 Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente excluído do Programa o candidato que utilizar o CPF de outra pessoa.

2.4 No ato da inscrição, além do CPF regularizado, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:
a) Comprovante de residência no município de Guaraci, sendo aceitos para tal fim correspondência recebida nos últimos 90 (noventa) dias, contrato de aluguel, escritura de imóvel, conta de água, luz ou telefone.
- O indivíduo que não possuir nenhum dos documentos comprobatórios mencionados acima, poderá preencher declaração de residência a ser disponibilizado pela Secretaria de Assistência Social.
b) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
c) Cédula de Identidade;
d) Comprovante ou declaração de renda;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social - C.T.P.S.

2.5 É de obrigação do candidato conferir todas as informações contidas na ficha de inscrição antes de efetivar a inscrição, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as conseqüências de eventuais erros de preenchimento.

3. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

3.1 A Secretaria de Assistência Social efetuará a análise das informações e procederá a classificação dos candidatos de acordo com os critérios estabelecidos na Lei n.º 1852/2025 e dará ampla publicidade através de publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaraci (https://guaraci.pr.gov.br/) no dia 15/09/2025.

3.2 . Eventuais recursos deverão ser protocolados presencialmente na sede do CRAS até o dia 16/09/2025.

3.3 . O Resultado Final será publicado dia 17/09/2025 no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaraci (https://guaraci.pr.gov.br/).

3.4.São critérios de classificação:

I -Maior tempo de desemprego.
II -Menor renda per capita familiar;
III -Maior número de dependentes;
IV -Existência de dependentes idosos ou pessoas com deficiência.

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	MÁXIMO DE PONTOS	VALOR DE CADA ESPECIFICIDADE
Tempo de desemprego comprovado através de análise da CTPS .	60 pontos	5 pontos por ano sem vínculo formal de emprego.
Renda per capita.	20 pontos	- Até 0,5 salários mínimos per capita: 20 pontos. - De 0,51 a 1 salário mínimo per capita: 15 pontos; - De 1,01 a 1,5 salários mínimos per capita: 10 pontos; - De 1,51 a 2 salários mínimos: 5 pontos - Acima de 2 salários mínimos: 0 pontos.
Número de dependentes menores de 18 anos;	10 pontos	2 pontos por dependente
Existencia de dependentes idosos ou pessoas com deficiência	10 pontos	5 pontos por dependente

3.5 -Ficam reservadas 20% das vagas ofertadas no referido programa as pessoas pretas ou pardas. Considera-se pessoa preta ou parda aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

4. DA CONVOCAÇÃO

4.1 Os candidatos classificados dentro dos requisitos estabelecidos neste Edital serão convocados através de divulgação nos meios de comunicação do Município bem como contato através do telefone informado na ficha de inscrição.
4.1.1 A Prefeitura não se responsabiliza por eventuais prejuízos aos candidatos convocados decorrentes de informações incorretas de contato e será desclassificado o candidato que não comparecer à convocação na data determinada.
4.2 Na data da convocação, o candidato deverá comparecer na Secretaria de Assistência Social sob pena de ser considerado desistente e ser excluído do Processo Seletivo.

5. DA DURAÇÃO DO BENEFÍCIO
5.1 As atividades previstas no programa terão a duração de até 90 dias.
5.2 O candidato apto será integrado ao programa por um período determinado sempre de acordo com a necessidade e a conveniência da Prefeitura Municipal.
5.3 O beneficiário poderá ser excluído do Programa a qualquer momento, em caso de descumprimento do disposto neste edital.

6. DO AUXÍLIO PECUNIÁRIO, DAS VAGAS E DAS ATIVIDADES
6.1 Os beneficiários do Programa receberão um auxílio pecuniário a cada dia frequentado, no valor de R$ 100,00 (cem reais) e será facultado ao beneficiário, participar de atividades de capacitação ocupacional, ministradas pelos órgãos municipais ou por entidades conveniadas ou parceiras uma vez por mês, sendo esta participação igualmente remunerada como estímulo a sua qualificação profissional.

6.2. A jornada de atividade no Programa será de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta feira, podendo eventualmente as atividades serem estendidas aos sábados, domingos e feriados, não ultrapassando 5 (cinco) dias por semana. Haverá registro em livro ponto para fins de comprovação da frequência.
6.2.1- Os beneficiários do referido programa, desenvolverão suas atividades junto aos órgãos da administração direta e indireta, interna ou externamente, obedecidos o interesse e a conveniência da administração, o interesse público e as vedações legais, sob a coordenação da Secretaria em que ocorrer a prestação de serviço.
6.2.2 -Os beneficiários deste programa estarão sujeitos à avaliação e controle periódicos, a critério da coordenação, sendo condição para o recebimento do benefício, a assiduidade e pontualidade.
6.2.3- O descumprimento das determinações previstas, bem como demais normas do Programa, incluindo faltas injustificadas, conduta inadequada ou prestação de informações falsas, implicará no desligamento imediato do beneficiário;

6.3- É imprescindível ao contratado ter conta bancária de sua titularidade, seja conta corrente ou poupança, para que o pagamento seja efetuado através de transferência bancária.

6.4- O pagamento será mensal.

6.5 – Serão ofertadas de ínicio 05 vagas, podendo esse número ser ampliado de acordo com a necessidade do municipio, bem como a disposição orçamentária;

6.6 . As atividades a serem desenvolvidas serão:
I - Limpeza manual, pintura de meio fio e árvores, capina e consertos diversos em praças, ruas, avenidas e canteiros públicos;
II - Limpeza manual, varrição e conservação de logradouros pavimentados;
III - Limpeza, capinas e/ou roçadas em terrenos baldios, retirando entulhos e outros materiais;
IV- Consertos de passeios públicos;
V - Limpeza e desobstrução de bueiros;
VI - auxílio e combate a proliferação do mosquito Aedes aegypti;
VII- Limpeza externa e interna de própios do municipio.
VII - Outros serviços e obras compatíveis que não impliquem no desligamento de servidores efetivos ou contratados por PSS.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A inscrição implicará no conhecimento, pelo candidato, das presentes instruções, bem como de todas as normas deste Edital, bem como da Lei Municipal nº 1852/2025

7.2. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Regulamento, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
7.3. Todas as convocações, avisos e resultados oficiais, referentes à realização deste Processo Seletivo, serão disponibilizados oficialmente no site da Prefeitura do Município de Guaraci/PR (https:// https://guaraci.pr.gov.br/), e afixados nos locais de divulgação habituais, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
7.4. O candidato será considerado desistente e excluído do Processo Seletivo quando não comparecer às convocações nas datas estabelecidas ou manifestar sua desistência por escrito.
7.5. Os casos omissos no presente Edital e legislação específica das contratações temporárias serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Planejamento e pela Secretaria de Assistência Social, comk base na Lei 1852/2025.

Guaraci, 31 de agosto de 2026

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:A49E5714

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N° 145/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N° 145/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADORA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a necessidade de organização administrativa e fortalecimento da gestão da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Município; CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa; R E S O L V E
Art. 1º - Nomear a servidora FLAVIA MABILE MOREIRA BARBOZA FARIAS, matrícula nº 11360, para exercer a função de COORDENADORA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - A servidora nomeada exercerá as atribuições inerentes à função, nos termos da legislação municipal vigente e das normas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraci/PR, aos 28 dias do mês de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:5DA83A5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 146/2026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 146/2026

SÚMULA: Nomeia Diretora Técnica das Unidades de Saúde do Município de Guaraci, Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis, CONSIDERANDO a necessidade de designação de responsável técnico para as Unidades de Saúde do Município, em atendimento às normas do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná e da legislação vigente; RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado a Sra. GABRIELA TORRES DUVEZA, médica inscrita no CRM/PR nº 64.543, para exercer a função de Diretora Técnica das Unidades de Saúde do Município de Guaraci, Estado do Paraná.
Art. 2º Compete a Diretora Técnica o desempenho das atribuições previstas na legislação pertinente, especialmente aquelas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina, respondendo tecnicamente pelas atividades médicas desenvolvidas nas unidades de saúde sob sua responsabilidade.
Art. 3º O exercício da função de Diretora Técnica não gera, por si só, direito a remuneração adicional, salvo disposição legal em contrário.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraci, 28 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:CB02A414

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 147/2026

Conceder 21 (vinte e uma) diárias para cada, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores André Moraes de Oliveira e Valdir Alves Martins, para levar universitários em aula durante mês de setembro de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 04 (quatro) diárias, no valor de R$ 140,00 cada uma, a favor do servidor Valdir Alves Martins, para levar alunos em aula no colégio agrícola, nos dias 06, 13, 20 e 27 de setembro de 2026, na cidade de Apucarana - PR.
Conceder 21 (vinte e uma) diárias, no valor de R$ 35,00 cada uma, a favor dos servidores Anderson Castilho Zago E Antônio Correa da Silva Filho, para levar usuários da assistência social em para atendimento de situação de vulnerabilidade durante o mês de setembro de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 04 (quatro) diárias, no valor de R$ 350,00 cada uma, a favor da servidora Damaris Valeria da Silva, para participar de capacitação para coordenadores do CADASTRO ÚNICO, com saída às 12:00h do dia 31 de agosto e retorno às 10:30h do dia 04 de setembro de 2026, na cidade de Curitiba - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) L.O.C. em consulta médica, com saída às 04:00h e retorno às 16:00h do dia 04 de agosto de 2026, na cidade de Campo Mourão - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) A.A.O. e R.F. em consulta médica, com saída às 09:30h e retorno às 18:00h do dia 05 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) Y.M.T. em consulta médica, com saída às 09:30h e retorno às 15:00h do dia 12 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 35,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) V.A.S. em consulta médica, com saída às 07:00h e retorno às 15:00h do dia 13 de agosto de 2026, na cidade de Londrina - PR.
Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 140,00, a favor do servidor Marcio Fernando Chaves, para levar paciente(s) A.V.S. e K.R. em consulta médica, com saída às 11:00h e retorno às 19:00h do dia 22 de agosto de 2026, nas cidades de Londrina e Rolândia - PR.
Conceder 01 (uma) diária para cada, no valor de R$ 105,00 cada uma, a favor dos servidores Everton da Silva Santos e Jivago José Lucas de Souza, para transportar atletas do município para evento 8ª Copa Centro Norte Paranaense de Futebol de Base, com saída às 08:15h e retorno às 12:30h do dia 15 de agosto de 2026, na cidade de Cafeara - PR.

Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Guaraci, estado do paraná
Aos 31 dias do mês de agosto de 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:46F1DDFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE DATA DA REUNIÃO E ELEIÇÃO DO COMTUR

A Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, por meio da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, COMUNICA a todos os interessados que a Reunião e Eleição do Conselho Municipal de Turismo de Guaraqueçaba – COMTUR, anteriormente prevista para o dia 31 de agosto de 2026, teve sua data ALTERADA EM RAZÃO DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS E DO MAU TEMPO.
A medida foi adotada visando garantir a segurança, o deslocamento e a participação de todos os representantes, empreendedores, comerciantes, entidades, prestadores de serviços turísticos e demais interessados.
Dessa forma, a reunião e eleição ficam REAGENDADAS para:

Data: 04 de setembro de 2026
Horário: 18h00
Local: Hotel Guaraqueçaba

Contamos com a compreensão de todos e reforçamos a importância da participação da comunidade e dos diferentes segmentos do turismo para o fortalecimento do COMTUR e das políticas públicas de turismo de nosso município.

Contamos com a presença de todos!

Guaraqueçaba, 31 de agosto de 2026.

LUCAS TEIXEIRA PEREIRA RODRIGUES
Secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:72C1F446

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, **TORNA PÚBLICO** o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:
1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.
2. DO COMPARECIMENTO
2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data de publicação deste edital, no

horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.
2.2. O comparecimento deve ser junto à **Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo**, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no **ANEXO II** deste Edital.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I.
3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito.
3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para **PCD** e **PPIQ** (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas).
3.4. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da **inspeção de saúde física e mental**, de caráter obrigatório e eliminatório.

4. DAS DESISTÊNCIAS

4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado **desistente**, possibilitando a convocação do candidato subsequente.
4.2. O não comparecimento ou a falta de qualquer documento implicará na **exclusão definitiva** do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais no Diário Oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/
5.2. O contrato terá duração de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites da Lei Municipal nº 52/2021.

Guaraqueçaba/PR, 31 de agosto de 2026.

ARIVALDO CARNEIRO SOARES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DE CONVOCADOS
FUNÇÃO: VIGIA
CATEGORIA: AMPLA CONCORRÊNCIA
LOCALIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
26º	Paulo Sérgio Ferreira Lopes	AMPLA CONCORRÊNCIA

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (OBRIGATÓRIOS)
Ficha de Dados Cadastrais: Preenchida (retirar no RH da Prefeitura);
Documentos Pessoais: Fotocópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
Justiça Eleitoral: Certidão de quitação eleitoral;
Fotos: Duas fotografias 3X4 recentes;
Trabalho: Fotocópia da CTPS e PIS/PASEP;
Família: Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos < 14 anos e CPF dos filhos (qualquer idade);
Militar: Fotocópia da Quitação das Obrigações Militares (homens);
Escolaridade: Fotocópia do Certificado ou Diploma exigido para o cargo;
Saúde: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) obtido gratuitamente na UBS da Sede;
Certidões: Certidão negativa Regional (Cível e Criminal);
Declarações (Retirar na Sec. de Administração): Declaração de Bens, Declaração de não acumulação de cargo e Declaração de não penalidade em função pública;

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:F97E1011

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2026 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa Sete de Setembro, Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADO ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA, inscrito no CPF/CNPJ nº 05.705.837/0001-50, residente/sediado na ROD PR 405 KM 36, comunidade Tagaçaba, detentor da embarcação SEA HORSE, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e avençado o presente Contrato, decorrente do Processo de Credenciamento nº 13/2026 (Inexigibilidade de Licitação), regendo-se pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e pelas cláusulas a seguir:

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e o senhor ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA, inscrito no CPF/CNPJ nº 05.705.837/0001-50, residente/sediado na ROD PR 405 KM 36, comunidade Tagaçaba, detentor da embarcação ANTONIO, CELEBRAM O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 118/2026, Chamamento Público nº 003/2026, Inexigibilidade nº 13/2026, cujo objeto é o**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITIVO DE VALOR
As partes de comum acordo procedem com aditivo de valor de 25% (vinte e cinco por cento) do Contrato Administrativo n.º 118/2026, no valor Inicial do Contrato: R$ 32.531,72 (trinta e dois mil, quinhentos e trinta e um reais, setenta e dois centavos), com Acréscimo: R$ 8.132,93 (oito mil, cento e trinta e dois reais, noventa e três centavos), totalizando o montante ao Contrato: R$ 40.664,65 (quarenta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, sessenta e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da prorrogação contratual prevista na cláusula primeira deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.00.0 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 118/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo de Prorrogação.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 24 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba/PR

ELIZABETH MARIA BARBOZA ROSA
CPF: 05.705.837/0001-50

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:B27DD020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 52/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA K.J.R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S.A.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa a Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA: A empresa **K.J.R. GESTÃO, VIDA E SAÚDE S.A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 35.157.507/0001-38, com sede à Rua Visconde do Rio Branco n.º 123 - Bairro Centro – Morretes/PR representada pela senhora **FERNANDA RIBEIRO BELO DA SILVA**, **brasileira, empresária,** portadora da Carteira de Identidade RG n.º 12.995.306-3 e devidamente inscrita no CPF/MF sob n.º 101.410.199-99, residente e domiciliada à Rua dos Imigrantes n.º 47 – Sobrado 003 – Bairro Centro – Morretes/PR

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 45 DIAS.
De comum acordo procedem à renovação - prazo e valor - do Contrato Administrativo n.º 52/2026, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, para pagamento iniciando-se em 09.08.2026 e terminando-se em 22.09.2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual e do aumento qualitativo previstos deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.00.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 52/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 07 de agosto de 2026.

Município De Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

K.J.R. Gestão, Vida E Saúde S.A
CNPJ n.º 35.157.507/0001-38
ROSEMEIRE BELO DA SILVA
CPF nº 047.246.369-12

NEIVA BORGERT
Secretária Municipal De Saúde Do Município De Guaraqueçaba – PR
Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D21BB25D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 55/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E A EMPRESA INSTITUTO DR EVERSON BUCHI

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Travessa a Sete de Setembro – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA: A empresa **CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 40.388.611/0001-73. localizada na Rod Guaratuba**, nº 244, Bairro Prainha, CEP: 83.280-000.** Guaratuba /PR**,** neste ato representada por seu(sua) Administrador(a) legalmente constituído(a), Sr(a). CLAUDIR LOURENÇO, brasileiro, empresário, portador dO CPF nº 897.430.089-34.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE 45 DIAS.
De comum acordo procedem à renovação - prazo e valor - do Contrato Administrativo n.º 55/2026, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, para pagamento iniciando-se em 09.08.2026 e terminando-se em 22.09.2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da renovação contratual e do aumento qualitativo previstos deste termo aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
3.3.90.39.00.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 55/2026, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.
Guaraqueçaba, 07 de agosto de 2026.

Município De Guaraqueçaba/PR
ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
CPF n.º 039.773.459-07
Prefeito de Guaraqueçaba – PR

Instituto Dr. Everson Buchi - IDEB,
CNPJ: 11.169.456/0001-04
EVERSON ALBERGE BUCH
CPF nº 072.020.169-15

NEIVA BORGERT
Secretária Municipal de Saúde do Município de Guaraqueçaba – PR
Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:CD43F71B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 36, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 36, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Designa o gestor e a fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026, celebrado entre o Município de Honório Serpa e a Associação Comercial e Empresarial de Honório Serpa - ACEHS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA, Estado do Paraná, JOÃO CARLOS GARBIN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, especialmente as disposições relativas à gestão, ao monitoramento e à avaliação das parcerias;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 175, de 22 de agosto de 2018, especialmente o art. 6º, inciso I;

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 61, de 16 de outubro de 2025, que designou a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2105/2026, a Justificativa de Inexigibilidade nº 09/2026 e o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026, celebrado com a Associação Comercial e Empresarial de Honório Serpa - ACEHS, em 27 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor LUCIO DIEGO GUERRA para exercer a função de GESTOR do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026.
Parágrafo único. Compete ao gestor da parceria:
I - acompanhar a execução integral do Acordo e do Plano de Trabalho, coordenando as atividades de gestão e a articulação entre o Município e a ACEHS;
II - verificar a compatibilidade do uso compartilhado, gratuito, temporário, precário e não exclusivo do espaço público com o objeto, as finalidades públicas e as obrigações pactuadas;
III - acompanhar os relatórios de atividades e atendimentos, os registros de uso do espaço e dos sistemas, as ocorrências e as providências apresentadas pela fiscal, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e pela ACEHS;
IV - solicitar documentos, esclarecimentos, correções e providências necessárias à regular execução da parceria, à proteção de dados pessoais e à preservação do espaço e do patrimônio público;
V - comunicar à autoridade competente irregularidades, riscos, descumprimentos, danos ao patrimônio, subcessão, desvio de finalidade, uso indevido do espaço, de sistemas ou de dados, necessidade de suspensão, rescisão e demais fatos que demandem providências administrativas; e
VI - elaborar ou coordenar a elaboração dos relatórios de acompanhamento e demais registros exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, pelo Decreto Municipal nº 175/2018 e pelo instrumento da parceria.
Art. 2º Designar a servidora MARCIANE BORGES DE CAMARGO para exercer a função de FISCAL do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026.
Parágrafo único. Compete à fiscal da parceria:
I - fiscalizar presencial e documentalmente a execução do objeto, verificando o uso, a organização, a conservação, a segurança, a acessibilidade e a destinação do espaço público, em conformidade com o Acordo, o Plano de Trabalho e o Termo de Entrega, Recebimento e Vistoria;
II - conferir os horários e registros de acesso, as atividades e os atendimentos realizados, os encaminhamentos, os relatórios da ACEHS, as ocorrências e os demais documentos de controle da parceria;
III - verificar o cumprimento das normas de funcionamento da Biblioteca Municipal e da Sala do Empreendedor, inclusive quanto à convivência, à segurança, à vedação de alterações estruturais, à subcessão e ao uso político-partidário ou estranho ao objeto;
IV - acompanhar a regularidade dos acessos a sistemas e dados, a individualização das credenciais, o cumprimento dos deveres de sigilo e confidencialidade e a comunicação de incidentes de segurança, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018;
V - registrar danos, falhas, uso inadequado do espaço, descumprimentos, incidentes e demais ocorrências relevantes, comunicando-as imediatamente ao gestor e solicitando as correções cabíveis, inclusive a suspensão do acesso quando necessária à proteção do interesse público; e
VI - emitir relatórios periódicos de fiscalização e prestar informações ao gestor, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, ao Controle Interno e aos órgãos de controle, sempre que solicitado.
Art. 3º O gestor e a fiscal deverão atuar de forma coordenada, preservando a segregação das respectivas atribuições, e comunicar imediatamente eventual impedimento, conflito de interesses ou impossibilidade de exercício da função.
Art. 4º A Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pela Portaria Municipal nº 61/2025 acompanhará e avaliará a execução da parceria, sem prejuízo das atribuições do gestor, da fiscal, dos setores responsáveis pela Biblioteca Municipal, pela Sala do Empreendedor, pelo patrimônio, pela tecnologia da informação e dos órgãos de controle.
Art. 5º O exercício das funções previstas nesta Portaria não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e permanecerá vigente durante a execução, o encerramento e a análise final do Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 31 de Agosto de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elessandra de Oliveira
Código Identificador:7877E6F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 173/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 173/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional ESPECIAL , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 04/2026, de 24 de fevereiro de 2026.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional ESPECIAL, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.200.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Unidade - 07002 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional - 08.244.0011.1086000 - Construção CREAS	
Despesa - 649 - 449051 - 00854 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1.200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	1.200.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:	
242999010300000000 - 380 - Construção do CRAS DEL 69 2025	

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 31 de agosto de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4CED4171

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 174/2026

Prefeitura Municipal de Iguaraçu
Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 174/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2025, de 23 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 122.548,18 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)
Órgão - 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade - 07002 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional - 08.244.0011.1086000 - Construção CREAS
Despesa - 650 - 449051 - 02854 - OBRAS E INSTALAÇÕES
122.548,18
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>
122.548,18
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02854 - Construção do CRAS DEL 69 2025
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 31 de agosto de 2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F87A54B3

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2026 - PROFESSOR 30 HORAS

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU Nº 001/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 01 de setembro (terça-feira) até o dia 08 de setembro (terça-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I
CARGO: PROFESSOR 30 HORAS

123069	Professor 30 Horas	**THAIS MENDES VERLINGUE DE ALMEIDA**	**17º**
123316	Professor 30 Horas	**RAFAELA DE CARVALHO SILVA PONZIO**	**18º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: __
Dados do Concurso:
Cargo: __ Classificação: ____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em ____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6BA3F0F7

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026 - ENFERMEIRO

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU Nº 001/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 01 de setembro (terça-feira) até o dia 08 de setembro (terça-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

ANEXO I
CARGO: ENFERMEIRO

121290	Enfermeiro	**JULIANA GABRIELLE SANTOS ARNALDO**	**2º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº ____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____

Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____ Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:36752F1C

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 173/2026

PORTARIA Nº 173/2026

Súmula: Concede gratificação a servidora ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU, Estado do Paraná, CLAUDIO APARECIDO BERNIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 42 da Lei Municipal nº 002/2014, que autoriza a concessão de gratificação para funções de natureza especial e de relevante interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de coordenação de ações e de organização das frentes de trabalho das equipes nos serviços de combate às endemias;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido, a contar da competência de setembro de 2026, à servidora efetiva REGINA DOS SANTOS ORTIZ, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, gratificação mensal no percentual de **20% (vinte por cento)** sobre o piso salarial de seu cargo, nos termos do art. 42 da Lei Municipal nº 002/2014.

Art. 2º - A gratificação ora concedida tem por finalidade remunerar o desempenho de atribuições adicionais e de especial responsabilidade, além das inerentes ao seu cargo efetivo, consistentes em:
I – Planejamento, coordenação e acompanhamento das ações e estratégias de prevenção e combate às endemias no âmbito do Município;
II – Organização, distribuição e coordenação das equipes de trabalho relativas às atividades e itinerários dos Agentes de Combate às Endemias;
III – Acompanhamento do fluxo das vistorias de campo e consolidação de relatórios operacionais, visando garantir o cumprimento das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A presente concessão não implica alteração do cargo efetivo ocupado pela servidora, mantendo-se inalteradas suas atribuições originais de origem, sendo a gratificação vinculada exclusivamente às funções adicionais e de coordenação ora descritas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:56D7E071

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Pregoeira e da Equipe de Apoio, torna público que o **Pregão Eletrônico nº 038/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais, equipamentos, periféricos, componentes, dispositivos de armazenamento, equipamentos de conectividade, materiais para infraestrutura de redes, equipamentos destinados ao sistema de videomonitoramento, licenças de software e demais itens de informática, destinados à manutenção, reposição, modernização, ampliação e funcionamento da infraestrutura tecnológica das diversas Secretarias, Departamentos e Órgãos da Administração Pública do Município de Iguaraçu/PR**, cuja sessão pública estava prevista para o dia **03/09/2026, às 08h00min (horário de Brasília)**, encontra-se **SUSPENSO TEMPORARIAMENTE**.

A suspensão do certame ocorre em razão da necessidade de **análise dos pedidos de esclarecimentos e da impugnação apresentados em face do instrumento convocatório**, a fim de que os questionamentos suscitados sejam devidamente avaliados pela Administração.

Considerando a necessidade de análise dos pontos apresentados e, se necessário, de adoção das providências pertinentes quanto ao instrumento convocatório, fica **suspensa a sessão pública anteriormente designada**, até a conclusão das análises e deliberações necessárias.

Uma nova data para realização da sessão pública será oportunamente definida e divulgada pelos mesmos meios de publicidade utilizados para a divulgação do instrumento convocatório.

Demais informações poderão ser obtidas por meio dos canais oficiais de divulgação do Município ou pelo e-mail da Comissão de Licitação: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br**.

Iguaraçu, 31 de agosto de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Pregoeira

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:2D93DE7B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO RELAÇAO DE CREDENCIADO- CREDENCIAMENTO Nº 008/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a relação de credenciados até a data de 31/08/2026 referente ao **Credenciamento nº 008/2026**.
Objeto: Chamamento Público tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais pessoas jurídicas legalmente constituídas**, especializadas na prestação de serviços de **pedreiro, jardineiro, piscineiro, chaveiro, eletricista, pintor e técnico em manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos**, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaraçu/PR, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenos serviços em bens móveis e imóveis pertencentes ou sob responsabilidade do Município, mediante emissão de Ordem de Serviço, de forma parcelada e sob demanda, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
Informa-se que os **envelopes de Documentação apresentados até o presente momento serão abertos no dia 02 de setembro de 2026, às 08h00min**, na **Sala de Licitações**, sito a Rua Otávio Pedro da Silva 294, Centro.
Relação de empresa Credenciada até a data de 31/08/2026:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ
01	RESIST CONSTRUÇÕES LTDA	41.397.978/0001-16
02	42.448.013 ADEMIR DEI TOS FILHO	42.448.013/0001-78

A **presença dos representantes das empresas interessadas é facultativa**, não sendo obrigatória para a participação no certame.
Demais informações estão disponíveis junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR.
Iguaraçu, 31 de agosto de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C81B3882

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2026- CONCORRÊNCIA 011/2026

CONTRATANTE: Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, com sede à Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, cidade de Iguaraçu/PR inscrito no CGC/MF nº 75.772.525/0001-44.

CONTRATADA: RLG CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 53.437.573/0001-43, situado na Rua São Geraldo, nº 544, Bairro: Villa Edméia, CEP: 86.730-000, Cidade: Astorga/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de Complexo Esportivo, compreendendo piscina com aquecimento, casa de bombas, vestiários, salas de apoio, academia de pilates, hall, recepção, copa, depósito e comunicação visual, totalizando 305,85 m² de área construída, localizado na Rua Manoel Abrantes Filho, nº 327, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro que integram o processo administrativo, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Institucional.

VALOR: R$ 1.100.000,00(um milhão e cem mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360(trezentos e sessenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 720(setecentos e vinte) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Astorga, Estado do Paraná.

Iguaraçu, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A39EA3F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

Processo Administrativo: nº 193/2026
Dispensa Física: nº 042/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/09/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 02/09/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/09/2026 às 16h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 08/09/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.
LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☐ Sim ☒ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de assessoria, consultoria e apoio técnico especializado em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, abrangendo gestão de telecomunicações, conectividade, infraestrutura tecnológica e serviços digitais, visando auxiliar o Município de Iguaraçu/PR no planejamento, acompanhamento, análise, gestão e solução de demandas relacionadas a telefonia fixa e móvel, internet, links de conectividade, infraestrutura de comunicação, website institucional, domínio, hospedagem, contas de correio eletrônico institucional, serviços em nuvem e demais soluções tecnológicas correlatas, pelo período de 12 (doze) meses.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 31 de agosto de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E25478CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E HABILITADA CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

Objeto: Chamamento público é o credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas na prestação de serviços de pedreiro, jardineiro, piscineiro, chaveiro, eletricista, pintor e técnico em manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaraçu/PR, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenos serviços em bens móveis e imóveis pertencentes ou sob responsabilidade do Município, mediante emissão de Ordem de Serviço, de forma parcelada e sob demanda, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ORDEM	CREDENCIADO	CNPJ	HABILITADO
01	60.348.328 PEDRO HENRIQUE DANELUCI	60.348.328/0001-25	HABILITADO
02	19.996.415 LEANDRO CESAR NARDELLI	19.996.415/0001-95	HABILITADO

Iguaraçu, 31 de agosto de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B95B80EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 011/2026 MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº.161/2026, referente ao Edital de Concorrência Eletrônica em epígrafe,

HOMOLOGO, o procedimento licitatório, na Modalidade Concorrência Eletrônica instaurado e registrado sob o n.º 011/2026, com fulcro no art. 71 da Lei 14.133/21, a qual objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO**, compreendendo piscina com aquecimento, casa de bombas, vestiários, salas de apoio, academia de pilates, hall, recepção, copa, depósito e comunicação visual, totalizando 305,85 m² de área construída, localizado na Rua Manoel Abrantes Filho, nº 327, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro que integram o processo administrativo, em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Institucional.

ADJUDICO, o contrato com a Empresa RLG CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 53.437.573/0001-43, situado na Rua São Geraldo, nº 544, Bairro: Villa Edméia, CEP: 86.730-000, Cidade: Astorga/PR, com o valor global de R$ 1.100.000,00(um milhão e cem mil reais).

Iguaraçu/PR, 31 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:CBCA5788

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 070/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada SERMED SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ: **37.612.021/0001-78**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de AUDITORIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 03/2026. Processo de Inexigibilidade 08/2026.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.302.0001.2006.3.3.90.39.00.00. Fonte 31369 (reduzido 36)
10.302.0001.2002.3.3.90.39.00.00 fontes 385 (reduzido 26)

VIGENCIA: 13 de agosto a **25 de abril de 2027.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

SERMED SERVICOS MEDICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:A22046BF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 071/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada ASSOCIAÇÃO NASCE UMA ESPERANÇA
CNPJ: **33.472.472/0001-04**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de EXAMES DE ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA, SERVIÇO DE ANESTESIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo II do edital de Chamamento Público 08/2025. Processo de Inexigibilidade 013/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 18 de agosto a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

ASSOCIAÇÃO NASCE UMA ESPERANÇA
Contratada

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 072/2026
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada CENTRO DE PSICOLOGIA JACOMEL LTDA
CNPJ: **68.270.359/0001-12**
OBJETO: O CREDENCIADO prestará serviços de PSICOLOGIA, para o CIS Amcespar.
VALOR REGISTRADO: Conforme Anexo III do edital de Chamamento Público 07/2025. Processo de Inexigibilidade 012/2025.
Unidade:01- CIS Amcespar
Dotação orçamentaria: 01.100
10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00 fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO

VIGENCIA: 21 de agosto a **25 de setembro de 2026.**

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

CENTRO DE PSICOLOGIA JACOMEL LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:61BBE6E2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 198/2026

DECRETO N. º 198/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com base na Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Considerando que a servidora **ROSANGELA MARCHECK ADAO – MATRÍCULA 372-1**, que ocupa o cargo de Professor III, requereu **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

Considerando que foi apurado seu tempo de serviço em **30 anos e 04 meses e 09 dias.**

Considerando o que dispõe o **Art. 6º da EC 41/03 - Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio - Provento Integral - Com Paridade – Última Remuneração, cumulado com a Lei Municipal 769/2014**;

Resolve:
Aposentar a partir de **31/08/2026**, a servidora **ROSANGELA MARCHECK ADAO – MATRÍCULA 372-1,** com proventos integrais, fixados em **R$ 5.231,83** (Cinco mil duzentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, ressalvando-se a apreciação e Deliberação do Tribunal de contas do Estado do Paraná.

Este Decreto entrará em vigor em 01/09/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins em 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:88CACB45

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 399/2026

PORTARIA Nº 399/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **JHIOHASSON WEIDER RIBEIRO TABORDA – MATRICULA 1021-1,** ocupante do cargo efetivo de Advogado, lotado no Departamento de Administração, nos seguintes períodos:

I. 01/09/2026 a 02/09/2026 – 02 (dois) dias, referente ao período aquisitivo 2020/2021;

II. 03/09/2026 a 02/10/2026 – 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:14913133

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 400/2026

PORTARIA Nº 400/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 91/93, de 29 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica a servidora **CARLA LETICIA MATTOSO DE OLIVEIRA – Matrículas 784-1 e 80000131,** ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada no Departamento de Ensino, pelo **período de 10/08/2026 a 08/09/2026 - (30 dias**) conforme **LAUDO PERICIAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor retroativo a 10/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:317ADD60

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 401/2026

PORTARIA Nº 401/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 91/93, de 29 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Médica a servidora **VALDETE CABRAL DA SILVA - Matrícula 485-1,** ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada no Departamento de Ensino, pelo **período de 22/07/2026 a 20/08/2026 - (30 dias**) conforme **LAUDO PERICIAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor retroativo a 22/07/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:163FEA9F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 402/2026

PORTARIA Nº 402/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias a servidora **ALLEXIA SCHMITUTZ– MATRICULA 80000410,** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada no Departamento de Saúde, no período de **01/09/2026 a 15/09/2026 – (15 dias)**, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme requerimento e os **15 dias restantes** serão gozados posteriormente conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:C5E26172

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 403/2026

PORTARIA Nº 403/2026.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao servidor **ERIVELTO SEBASTIÃO ANTUNES – MATRICULA 80000040**, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado no Departamento de Saúde, no período de **01/09/2026 a 30/09/2026 – (30 dias),** referente ao período de aquisição **2024/2025,** conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:8179AEAB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 404/2026

PORTARIA Nº 404/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Férias ao servidor **MAURO CESAR NEVES – MATRICULA 164-1,** ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração III, lotado no Departamento de Administração, no período de **02/09/2026 a 01/10/2026 – (30 dias)**, referente ao período aquisitivo de **2025/2026**, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:0D1BA987

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 405/2026

PORTARIA Nº 405/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias a servidora **ROSILDA DA APARECIDA LAUTERIO SANTOS – MATRICULA 706-1,** ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada no Departamento de Serviços Médicos, Odontológicos e Enfermagem, no período de **01/09/2026 a 30/09/2026 – (30 dias)**, referente ao período aquisitivo 2025/2026, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de agosto de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:44399C71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 069/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR JUBINEIS ALVES DOS REIS (KELÉ) A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ**, brasileiro, casado, Empresário, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N°- 017.XXX.XXX-80, Matrícula 41, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, , com saída no dia 01 de setembro de 2026 e retorno no dia 04 de setembro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para participar do Curso: SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS.

O Curso será Promovido pela Empresa NOJURI'S TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA., e que será realizado no Auditório do Hotel Hus, Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....

a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:99CB492C

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 070/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **MARCOS ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, solteiro, Agricultor, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 067.XXX.XXX-99, Matrícula 62, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, , com saída no dia 01 de setembro de 2026 e retorno no dia 04 de setembro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para participar do Curso: SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS.

O Curso será Promovido pela Empresa NOJURI'S TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA., e que será realizado no Auditório do Hotel Hus, Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....

a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:CA208E3C

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 071/2026

ATO DA MESA Nº 071/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **JULIO CEZAR CADORIN**, brasileiro, casado, Arquiteto, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 663.XXX.XXX-91, Matrícula 46, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, , com saída no dia 01 de setembro de 2026 e retorno no dia 04 de setembro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para participar do Curso: SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS.

O Curso será Promovido pela Empresa NOJURI'S TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA., e que será realizado no Auditório do Hotel Hus, Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....

a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:6F4558CA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 072/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR LEONARDO FLORES DOS SANTOS A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **LEONARDO FLORES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, estudante, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF N° 052.XXX.XXX-79 Matrícula 43, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Maringá, Estado do Paraná, com o veículo marca HYUNDAI/CRETA1TA PLATINUM, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, , com saída no dia 01 de setembro de 2026 e retorno no dia 04 de setembro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais, e cinco centavos) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.550,15 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais e quinze centavos), para participar do Curso: SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL SEGURANÇA DIGITAL NO LEGISLATIVO MUNICIPAL Proteção de Dados, Prevenção de Crimes Cibernéticos e Fortalecimento da Governança: responsabilidades dos Vereadores, Assessores, Servidores e do Controle Interno na defesa das informações públicas e da integridade institucional por meio do PROLEGIS.

O Curso será Promovido pela Empresa NOJURI'S TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA., e que será realizado no Auditório do Hotel Hus, Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 5º da Lei Municipal nº 1660/2019, de 29/11/2019, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno:
Art. 5º ....

a) - atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme solicitação prévia da diária;
c) - a legislação deverá prever que a omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido".

(....)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:4AF6F38D

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 073/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR ALEX SANDRO FERNANDES, A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador e Presidente ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, casado, empresário, Vereador deste Legislativo Municipal, inscrito no CPF Nº 023.XXX.XXX-16, Matrícula 65, residente e domiciliado, nesta Cidade e Comarca de Iporã, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída no dia 01 de agosto de 2026 e retorno no dia 03 de agosto de 2026, com 02 (duas) diárias, no valor de R$ 850,05 (oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos) cada uma, perfazendo o valor total de R$ 1.700,10 (hum mil e setecentos reais e dez centavos), para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme dispõe o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...
§1º A omissão na apresentação da documentação acima implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.
(...)
A autorização foi concedida em razão da solicitação formal apresentada pelo Vereador, conforme protocolo interno.
Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:0BB0BCB2

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL PARA O CARGO DE AUXILIAR LEGISLATIVO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ/PR

I - O Presidente da Câmara Municipal de Iporã/PR, usando das atribuições legais, **DIVULGA** o gabarito oficial da prova escrita objetiva realizada no dia 19 de julho de 2026 para o cargo de Auxiliar Legislativo, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2026, conforme segue:

QUESTÕES	AUXILIAR LEGISLATIVO
•	C
•	A
•	B

•	D
•	C
•	D
•	C
•	NULA*
•	NULA*
•	D
•	A
•	B
•	C
•	D
•	A
•	D
•	B
•	C
•	A
•	C
•	C
•	B
•	A
•	D
•	B

*** ALTERADA**

Iporã/PR, 31 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:7EA767A3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA N° 023/2026
PROCESSO N° 159/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento, locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de equipamentos de iluminação profissional destinados à iluminação da arena de rodeio, incluindo estruturas, equipamentos, cabos, acessórios e demais recursos necessários para o adequado funcionamento durante a realização da Expo Iporã 2026, no Município de Iporã/PR.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.
Propostas deverão ser encaminhadas até ás 17:00 hrs do dia 03/09/2026.
Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las no e-mail:**dispensa.licitacao@ipora.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA.**
Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.
Iporã – PR, 31 de Agosto de 2026

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DD55D956

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 067/2026

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do Pregão eletrônico nº 067/2026, referente ao Processo Administrativo 158/2026.
O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado instalados na casa da cultura, incluindo fornecimento de peças, mão de obra e limpeza técnica
VALOR MÁXIMO: R$ 79.031,18 (Setenta e nove mil, trinta e um reais e dezoito centavos)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 14/09/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 14/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Ás 09:00 horas do dia 14/09/2026.

Iporã – PR, 31 de AGOSTO de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6164BDE0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026.

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 065/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de piso cerâmico retificado 33 cm x 33 cm, destinado à manutenção, reforma e adequação de prédios públicos municipais, conforme especificações técnicas constantes neste documento.
VALOR MÁXIMO: R$79.656,00 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 14/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:50 às 09:00 horas do dia 14/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 14/09/2026

Iporã – PR, 31 de AGOSTO de 2026.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:27BB27E9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026.

O Município de IPORÃ – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 066/2026.**

O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente
por meio eletrônico, no endereço https://bll.org.br/ https://www.ipora.pr.gov.br/**.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital
OBJETO: Registro de preços para aquisição de TINTAS, MATERIAIS DE PINTURAS EM GERAL, destinado a suprir as

necessidades das secretarias que integram a administração pública do município de Iporã-PR.
VALOR MÁXIMO: R$340.269,00 (trezentos e quarenta mil, duzentos e sessenta e nove reais
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50 horas do dia 14/09/2026
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50 às 14:00 horas do dia 14/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 14/09/2026

Iporã – PR, 31 de AGOSTO de 2026.

JANINA BERGAMIN PEREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BACD7A58

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 188/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Inexigibilidade nº 033/2026, objetivando a contratação de empresa para execução de serviço de locução para a Expo Iporã-PR 2026, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
31.093.585 SERGIO APARECIDO PEREIRA DA CRUZ	R$7.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4961585E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ – PR.
CONTRATADO: 31.093.585 SERGIO APARECIDO PEREIRA DA CRUZ.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 137/2026.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de serviços de locução de rodeio, compreendendo apresentação, animação, narração das montarias, interação com o público e demais atividades inerentes à função de locutor profissional, durante a **Expo Iporã 2026**, a ser realizada no Parque de Exposições de Iporã/PR.
VALOR: R$ 7.000,00 (Sete mil reais).
FORMA DE PAGAMENTO: Parcela única, mediante apresentação de nota fiscal/recibo e atesto da Secretaria Municipal responsável, no prazo máximo de 01 (um) dia após o início do evento.
PRAZO DE EXECUÇÃO: De 09/10/2026 a 11/10/2026, compreendendo os dias de realização do evento e, quando necessário, período de preparação e ensaios.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BF3CD422

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 2035/2026

SÚMULA:INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IPORÃ, EM CONSONÂNCIA COM O PROGRAMA EDUCA JUNTOS, ESTRATÉGIA ALFABETIZA JUNTOS E COM O COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Instituir a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.
Parágrafo único. A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2º Princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização:
I – Regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II – Garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
III – Equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV – Valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V – Formação continuada dos profissionais da educação;
VI – Uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
VII – Garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3ºSão objetivos da Política Municipal de Alfabetização
I – Elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II – Assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – Contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
IV– Fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – Promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI – Socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VII – Reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
VIII – Garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

II – Promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
III –Fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
IV – Acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
V – Implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VI – Incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VII – Apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

VIII – Fortalecer a participação das famílias no processo educativo;
IX – Promover ações articuladas entre a pré-escola e o 1º ano do Ensino Fundamental;
X – Assegurar práticas pedagógicas inclusivas aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 5º A política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I – Crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
II – Estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Art. 6º Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização:
I – Gestores municipais;
II – Equipes pedagógicas;
III – Gestores escolares;
IV– Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V– Comunidade escolar.

Art. 7º A política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I – Definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas; adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
II – Utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
III – Desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
IV– Adesão às avaliações formativas e externas;
V –Monitoramento contínuo das aprendizagens;
VI – Recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento política Municipal de Alfabetização:
I – Acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II – Definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III – Sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV – Avaliação da efetividade das ações implementadas;
V – Uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.
Art. 9º Compete à Secretaria Municipal da Educação e Cultura a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Educação

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:09881ED4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2033/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR PARCERIA, MEDIANTE TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO OU CONVÊNIO, COM A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SURDOS DE UMUARAMA – ASSUMU, MANTENEDORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE ANNE SULLIVAN – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria, mediante Termo de Fomento, Termo de Colaboração ou Convênio, conforme a natureza jurídica do ajuste e observado o disposto na legislação aplicável, com a Associação de Assistência aos Surdos de Umuarama – ASSUMU, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 77.218.048/0001-03, mantenedora da Escola de Educação Bilíngue Anne Sullivan – Educação Infantil e Ensino Fundamental, sediada no Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º A parceria tem por finalidade assegurar o atendimento educacional especializado aos alunos do Município de Iporã com deficiência auditiva e surdez, garantindo-lhes o acesso à educação bilíngue, à inclusão escolar, ao desenvolvimento pedagógico e ao pleno exercício do direito fundamental à educação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar repasses financeiros à Associação de Assistência aos Surdos de Umuarama – ASSUMU, destinados ao custeio parcial ou integral das despesas necessárias à execução do objeto da parceria, até o limite dos valores previstos no Plano de Trabalho aprovado e no respectivo instrumento de parceria, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Parágrafo único. Os valores dos repasses poderão ser atualizados mediante termo aditivo ao instrumento de parceria, em razão da alteração do número de alunos atendidos, da atualização dos custos da prestação dos serviços ou da revisão do Plano de Trabalho, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as exigências da legislação vigente, ficando dispensada nova autorização legislativa.

Art. 4º Os recursos financeiros repassados serão destinados exclusivamente à execução do objeto da parceria, compreendendo as despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, especialmente aquelas relacionadas ao atendimento educacional especializado dos alunos encaminhados pelo Município de Iporã.

Art. 5º A entidade beneficiária deverá:
I – aplicar integralmente os recursos na execução do objeto da parceria;

II – apresentar Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Município;
III – prestar contas da aplicação dos recursos na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação vigente e pelo instrumento de parceria;
IV – permitir o acompanhamento e a fiscalização pelo Município, pelos órgãos de controle interno e externo e pelos demais órgãos competentes;

V – manter, durante toda a execução da parceria, as condições de habilitação e regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação.

Art. 6º A celebração, execução, acompanhamento, fiscalização, monitoramento, avaliação e prestação de contas da parceria observarão as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, do Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, bem como das demais normas aplicáveis.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:37155BA3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2034/2026

SÚMULA: ALTERA OS ANEXOS I, II E V DA LEI MUNICIPAL Nº 1159, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA INCLUIR O CARGO EFETIVO DE AUDITOR FISCAL NO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica alterado o Anexo I – Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, da Lei Municipal nº 1159, de 28 de dezembro de 2011, passando o Grupo Ocupacional Profissional a vigorar acrescido do seguinte cargo:

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA
PROFISSIONAL	AUDITOR FISCAL	01	40

Parágrafo único. O cargo de Auditor Fiscal será provido exclusivamente mediante concurso público de provas, submetendo-se ao regime jurídico estatutário e às normas previstas na Lei Municipal nº 1159/2011 e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II – Tabela de Vencimentos, da Lei Municipal nº 1159, de 28 de dezembro de 2011, para incluir o cargo de Auditor Fiscal, com vencimento básico inicial correspondente à Referência I, observando-se a estrutura remuneratória prevista no Plano de Cargos e Carreira.

Referência	Vencimento
I	R$ 5.700,00
II	R$ 5.842,50
III	R$ 5.988,56
IV	R$ 6.138,27
V	R$ 6.291,73
VI	R$ 6.449,02
VII	R$ 6.610,25
VIII	R$ 6.775,51
IX	R$ 6.944,90
X	R$ 7.118,52
XI	R$ 7.296,48
XII	R$ 7.478,89
XIII	R$ 7.665,86
XIV	R$ 7.857,51
XV	R$ 8.053,95
XVI	R$ 8.255,30
XVII	R$ 8.461,68
XVIII	R$ 8.673,22
XIX	R$ 8.890,05

§1º O desenvolvimento funcional do cargo observará integralmente as normas de progressão e promoção estabelecidas na Lei Municipal nº 1159/2011.

§2º Os vencimentos serão reajustados nas mesmas datas e índices concedidos aos demais servidores públicos municipais.

Art. 3º Fica alterado o Anexo V – Descrição dos Cargos, da Lei Municipal nº 1159, de 28 de dezembro de 2011, passando a vigorar acrescido da seguinte descrição:

CARGO
AUDITOR FISCAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar atividades técnicas especializadas relacionadas à Administração Tributária Municipal, compreendendo a fiscalização, auditoria, lançamento, constituição, revisão, controle e administração dos créditos tributários e das demais receitas públicas municipais, promovendo a correta aplicação da legislação tributária, a justiça fiscal, a modernização da administração fazendária, o combate à evasão e à sonegação fiscal e o incremento da arrecadação própria do Município.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Exercer todas as atividades inerentes à Administração Tributária Municipal, competindo-lhe planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar procedimentos de fiscalização, auditoria e arrecadação; verificar o cumprimento da legislação tributária e das obrigações principais e acessórias; constituir, revisar, homologar, controlar e acompanhar créditos tributários; realizar diligências, inspeções, vistorias, levantamentos fiscais, cadastrais, econômicos, financeiros e patrimoniais; analisar livros, documentos, declarações, processos administrativos, cadastros, registros e sistemas informatizados; lavrar notificações, autos de infração, termos fiscais, pareceres técnicos, relatórios e demais atos administrativos próprios da autoridade tributária; promover a atualização e manutenção dos cadastros fiscais; orientar contribuintes quanto ao cumprimento da legislação tributária; elaborar estudos, relatórios e propostas destinadas ao aperfeiçoamento da legislação, da fiscalização e da arrecadação municipal; participar da implantação e utilização de sistemas eletrônicos de controle, fiscalização e inteligência fiscal; acompanhar a evolução da arrecadação e propor medidas de aperfeiçoamento da gestão tributária; atuar de forma integrada com outros órgãos públicos, quando autorizado por lei ou convênio; preservar o sigilo das informações fiscais; e exercer todas as demais atribuições relacionadas à Administração Tributária Municipal, aos tributos, às taxas, às contribuições, às receitas públicas municipais, às obrigações tributárias e aos procedimentos fiscais atualmente existentes ou que venham a ser instituídos por legislação superveniente, desde que compatíveis com a natureza, a complexidade e a finalidade do cargo.
O Auditor Fiscal constitui autoridade administrativa tributária, competindo-lhe, na forma da legislação, a prática dos atos privativos de fiscalização e constituição do crédito tributário, observados a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a legislação municipal, o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e interesse público.

ESPECIFICAÇÕES
Escolaridade: Curso Superior completo em Direito, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas ou Gestão Pública, reconhecido pelo Ministério da Educação.
Forma de Provimento: Concurso Público de provas
Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais.
Regime Jurídico: Estatutário.
Lotação: Secretaria Municipal de Finanças ou órgão equivalente.

Responsabilidade: Exercer as atribuições privativas da Administração Tributária Municipal, respondendo pela constituição dos créditos tributários, fiscalização, auditoria, emissão de atos administrativos fiscais, guarda do sigilo fiscal e utilização dos sistemas e informações de interesse da Administração Tributária.
Art. 4º O cargo de Auditor Fiscal integra o Grupo Ocupacional Profissional do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos instituído pela Lei Municipal nº 1159, de 28 de dezembro de 2011, aplicando-se ao seu ocupante todas as normas relativas ao regime jurídico, estágio probatório, avaliação de desempenho, progressão funcional, direitos, vantagens, deveres, responsabilidades, licenças, afastamentos e demais disposições previstas na legislação municipal aplicáveis aos servidores efetivos.
§1º O Auditor Fiscal exercerá suas atribuições com autonomia técnica, observada a legislação vigente, sem prejuízo da subordinação administrativa aos superiores hierárquicos.

§2º O ocupante do cargo responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados no exercício de suas funções, na forma da legislação aplicável.

§3º As atribuições previstas nesta Lei não afastam as competências próprias da Procuradoria Jurídica Municipal, da Controladoria Interna, da Contabilidade, da Tesouraria e das demais unidades administrativas, devendo o Auditor Fiscal atuar de forma integrada com os demais órgãos da Administração Pública Municipal.

§4º O exercício das atribuições do cargo observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, interesse público, segurança jurídica, contraditório, ampla defesa e sigilo fiscal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Parágrafo único. A nomeação dos candidatos aprovados em concurso público ficará condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira, ao atendimento dos limites de despesa com pessoal e às exigências previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos I, II e V da Lei Municipal nº 1159, de 28 de dezembro de 2011, para inclusão do cargo de Auditor Fiscal, na forma prevista nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:65E87A92

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2036/2026

SÚMULA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ NO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE – CIPS, AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E DEMAIS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Município de Iporã, Estado do Paraná, no Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS, destinado à operacionalização e execução de ações de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos, ajustes, contratos de rateio, instrumentos de cooperação e demais documentos necessários à participação do Município no Consórcio, bem como à execução das ações de assistência farmacêutica, aquisição e distribuição de medicamentos e demais atividades relacionadas às finalidades institucionais do Consórcio.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar os repasses financeiros e demais despesas decorrentes da participação do Município no Consórcio, de acordo com os instrumentos celebrados, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento municipal, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º Ficam reconhecidos, para os fins desta Lei, os atos administrativos, convênios, termos, ajustes, repasses e demais instrumentos relacionados à participação do Município de Iporã no Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS, praticados a partir de 1º de janeiro de 2025, desde que compatíveis com as finalidades previstas nesta Lei e com a legislação aplicável.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua fiel execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FF87518A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2037/2026

SÚMULA: AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CURSOS, TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES E ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PROMOVIDOS POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permitir a participação dos servidores públicos municipais em cursos, treinamentos, capacitações, aperfeiçoamentos, congressos, seminários, palestras, encontros técnicos, oficinas e demais atividades destinadas à formação, atualização e aperfeiçoamento profissional.

Art. 2º As atividades previstas nesta Lei poderão ser promovidas ou realizadas por empresas e instituições privadas, órgãos e instituições públicas municipais, estaduais ou federais, Tribunais de Contas, órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, escolas de governo, universidades, faculdades e demais instituições de ensino, consórcios públicos, associações de municípios, entidades representativas e demais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que promovam cursos, treinamentos, capacitações ou atividades de aperfeiçoamento profissional.

Art. 3º A participação do servidor dependerá de autorização da autoridade competente e deverá guardar relação com as atribuições do cargo ou função, com as atividades do órgão ou setor de lotação ou com o interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 4º Quando devidamente autorizada, a participação do servidor nas atividades previstas nesta Lei, ainda que realizada durante o horário normal de expediente, será considerada como de efetivo exercício, sem prejuízo de sua remuneração, observada a legislação municipal aplicável.

Art. 5º Havendo interesse público e disponibilidade orçamentária e financeira, o Município poderá custear as despesas necessárias à participação do servidor, inclusive inscrição, matrícula, material didático, deslocamento, transporte e diárias, observada a legislação aplicável.

Art. 6º O servidor beneficiado deverá, quando solicitado pela Administração Municipal, apresentar certificado, declaração, comprovante de participação ou outro documento equivalente que demonstre a realização da atividade.

Art. 7º A autorização prevista nesta Lei poderá ser concedida ainda que a participação no curso, treinamento, capacitação ou atividade de aperfeiçoamento não gere qualquer despesa para o Município.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por Decreto, estabelecendo os procedimentos administrativos necessários à sua execução.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, observada a legislação vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, ficando reconhecidas, para os fins desta Lei, as participações em cursos, treinamentos, capacitações e aperfeiçoamentos ocorridas a partir dessa data, desde que devidamente comprovadas, justificadas pelo interesse público e observada a legislação aplicável à época.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não implica convalidação automática de atos, despesas ou contratações eventualmente realizados em desconformidade com a legislação vigente à época.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:93974330

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2038/2026

SÚMULA: DENOMINA O PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O prédio público onde está instalada a Secretaria Municipal da Educação e Cultura do Município de Iporã, Estado do Paraná, passa a denominar-se:
"Secretaria Municipal da Educação e Cultura Professora Helena Aparecida dos Santos – Helena Bahiana".

Art. 2º O Poder Executivo Municipal providenciará a identificação do referido prédio mediante a confecção e afixação de placa indicativa contendo a denominação estabelecida nesta Lei, podendo constar breve histórico da vida e da relevante contribuição da homenageada para a educação, cultura e desenvolvimento do Município de Iporã.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 034/2026, DE 07/08/2026, DE INICIATIVA DO VEREADOR LEONARDO FLORES DOS SANTOS.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9835860F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1378/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR A VIAJAR A CIDADE DE MARINGÁ NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR**, o Senhor **RENAN GUSTAVO BORGES**, a viajar no dia 31 de agosto de 2026, a cidade de Maringá no Estado do Paraná, para tratar de assuntos desta municipalidade, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2EFDA864

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1379/2026

AUTORIZA O PROCURADOR GERAL A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR GERAL**, o Senhor **RODRIGO RAHUAN GOULART**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FC53A738

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1380/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE FINANÇAS A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE FINANÇAS**, o Senhor **MANOEL MESSIAS MEIRA PEREIRA**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FDAE75BA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1381/2026

AUTORIZA O PROCURADOR JURÍDICO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR JURÍDICO**, o Senhor **ARILDO ANTONIO DE CAMPOS**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E1315D36

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1382/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE EFICIÊNCIA DE GOVERNO E PLANEJAMENTO**, o Senhor **LEANDRO APARECIDO SABINO**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E0451AFB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1383/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, o Senhor **EDMILSON FERREIRA DOS SANTOS**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E8FE1996

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1384/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE A VIAJAR A CIDADE DE CURITIBA NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**, o Senhor **ARISTIDES ANTONIO CAMPOS**, a viajar nos dias 31 de agosto de 2026 a 01 de setembro de 2026, a cidade de Curitiba no Estado do Paraná, junto a Assembleia Legislativa, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 02 (duas) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e

Cumpra-se.

Iporã-Pr. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:ECB41064

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 039/2026
PMI PROCESSO Nº. 160/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Gestão da Administração
Objeto: Contratação da empresa C. ENRIQUE MORAES GONÇALVES EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.305.001/0001-47, para realização de etapa do Campeonato Nacional Ekip Rozeta de Montarias em Touros, durante a EXPO IPORÃ 2026, no Rodeio de Iporã/PR, a ser realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, compreendendo competidores, assessoria técnica, produção, estrutura, equipe profissional, divulgação, transmissão e demais serviços necessários à realização da competição.

Valor Total: • R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)
Contratada: C. ENRIQUE MORAES GONÇALVES EVENTOS LTDA
CNPJ: 17.305.001/0001-47.
Fundamento legal: base legal artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/21.
Iporã-PR. 31 de agosto de 2026.
MANOEL MESSIAS MEIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Gestão da Administração.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 039/2026-PMI
Ratifico a Inexigibilidade de Licitação, objeto do Processo nº. 160/2026, para a eficácia do ato, nos legal artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/21.
Iporã-PR. 31 de agosto de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:AE6CB951

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 630/2026

Dispõe sobre a aplicação de penalidade disciplinar de suspensão a servidor público municipal, decorrente do Processo Administrativo Disciplinar nº 4383/2026, cessa afastamento cautelar e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Irati e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO a instauração e regular tramitação do Processo Administrativo Disciplinar nº 4.383/2026;

CONSIDERANDO a observância, no curso do processo administrativo, dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório e as manifestações constantes dos autos, bem como o parecer da Procuradoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO a decisão final proferida pela autoridade competente, com a aplicação da penalidade disciplinar, observados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da motivação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aplicada ao servidor público municipal S. G., ocupante do cargo de Entrevistador Social – PSS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, a penalidade disciplinar de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem remuneração, nos termos da decisão final proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 4.383/2026.

Art. 2º - Fica cessado o afastamento cautelar preventivo anteriormente determinado no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 4.383/2026, em razão do encerramento da instrução processual e da prolação da decisão final.
Parágrafo único. O período de afastamento cautelar possui natureza exclusivamente preventiva e instrumental, não se confundindo com a penalidade disciplinar de suspensão, não sendo computado para fins de seu cumprimento.

Art. 3º - Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que adote as providências necessárias para o cumprimento da penalidade aplicada e para o respectivo registro nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 4º - Fica encerrada a atuação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pelo Decreto nº 193/2026, em razão da conclusão dos trabalhos e do julgamento do processo.
Parágrafo único. Encerrada a atuação da Comissão, cessará o pagamento de eventual gratificação devida aos seus membros em razão da participação no procedimento, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 31 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E13137F1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 631/2026

Instaura Sindicância Administrativa Investigativa para apuração de fatos ocorridos na Unidade de Pronto Atendimento Municipal – UPAMI/PAM e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o dever-poder de autotutela disciplinar da Administração Pública, que impõe a apuração de notícias de eventuais irregularidades funcionais no serviço público, nos termos da Lei Municipal nº 5.359/2026 e dos princípios estabelecidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 032/2026-NUCCOR, emitido em 21 de agosto de 2026 pelo Núcleo de Combate à Corrupção, no âmbito do Programa de Compliance e Integridade do Município de Irati, originado de expediente da Secretaria Municipal de Saúde, contendo relatos da equipe de enfermagem da Unidade de Pronto Atendimento Municipal – UPAMI/PAM;

CONSIDERANDO os fatos noticiados acerca do atendimento emergencial prestado a paciente vítima de acidente automobilístico,

conduzida pela equipe da viatura ALFA 06 do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecimentos dos fatos ocorridos no Pronto Atendimento Municipal, em relação à responsabilidade funcional de acionamento do Instituto Médico Legal-IML;

CONSIDERANDO, por fim, a manifestação conclusiva do Núcleo de Combate à Corrupção, acolhida pela Secretaria Municipal de Administração, pela instauração do procedimento administrativo competente;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instaurada Sindicância Administrativa Investigativa, destinada a apurar os fatos, procedimentos e eventuais irregularidades ou omissões funcionais relacionadas ao atendimento prestado na Unidade de Pronto Atendimento Municipal – UPAMI/PAM e às providências adotadas após o óbito de paciente ocorrido no contexto do atendimento e transporte realizado pela equipe do SAMU, viatura ALFA 06.

Art. 2º - A Sindicância terá por finalidade a apuração dos fatos e a verificação da regularidade funcional dos agentes envolvidos, competindo à Comissão Sindicante, especialmente:
I – identificar nominal e funcionalmente os servidores e demais agentes públicos municipais que se encontravam em serviço na unidade no momento dos fatos e durante o turno subsequente à troca de plantão;
II – apurar as orientações, comunicações e tratativas estabelecidas entre a equipe da UPAMI/PAM e os profissionais da viatura ALFA 06 do SAMU quanto à responsabilidade pelo acionamento do Instituto Médico-Legal – IML;
III – estabelecer a cronologia dos fatos, especialmente quanto ao horário da constatação do óbito, às comunicações realizadas e ao efetivo acionamento do órgão pericial;
IV – verificar a ocorrência de eventual descumprimento de dever funcional, omissão injustificada ou falha procedimental por parte de agente público sujeito à autoridade disciplinar do Município de Irati.

Art. 3º - Para conduzir os trabalhos de apuração, ficam nomeados os seguintes servidores para comporem a Comissão de Sindicância:
I – GUSTAVO TEIXEIRA PIANARO, Advogado, matrícula nº 5062825, que exercerá a função de Presidente;
II – SUSIMARA CHIMENKA DE SOUZA, Assistente Administrativa, matrícula nº 2680380;
III – JOSIANE RAMOS, Assistente Administrativa, matrícula nº 2587250.

Art. 4º - Para o pleno cumprimento de suas atribuições, a Comissão Sindicante atuará com independência e imparcialidade, podendo praticar os atos instrutórios necessários à elucidação dos fatos e à formação de sua convicção, especialmente:
I – colher depoimentos e declarações de servidores municipais, profissionais de saúde e terceiros que tenham presenciado os fatos ou participado dos procedimentos;
II – requisitar e juntar aos autos escalas de serviço, prontuários, fichas de atendimento, registros e relatórios de enfermagem e demais documentos pertinentes ao caso;
III – requisitar informações, relatórios e registros de comunicação aos órgãos e entidades envolvidos, especialmente à Coordenação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e ao Instituto Médico-Legal – IML;
IV – solicitar informações técnicas, pareceres e, quando necessário, perícias ou diligências complementares destinadas ao esclarecimento dos fatos.

Art. 5º - A Comissão Sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua instalação, para conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório final, admitida a prorrogação por igual período, mediante requerimento fundamentado do Presidente da Comissão, na forma da legislação municipal aplicável.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 31 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:38599053

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 632/2026

Declara estado de calamidade pública no Município de Irati/PR, em razão de tempestade acompanhada de granizo, estabelece medidas administrativas emergenciais e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o evento adverso ocorrido no dia **31 de agosto de 2026**, caracterizado por tempestade acompanhada de granizo, que ocasionou danos e prejuízos econômicos e sociais significativos no território municipal, atingindo diversas áreas urbanas e rurais;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas urgentes destinadas à assistência à população atingida, à preservação da segurança e da integridade das pessoas e à execução de ações de resposta, restabelecimento dos serviços essenciais e reconstrução;

CONSIDERANDO a necessidade de mobilização e atuação coordenada dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em conjunto com os demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação e registro dos danos e prejuízos decorrentes do evento, para fins de adoção das providências administrativas e legais cabíveis;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Município de Irati, Estado do Paraná, em razão dos danos e prejuízos decorrentes da tempestade acompanhada de granizo ocorrida em 31 de agosto de 2026, com abrangência nas áreas urbanas e rurais atingidas, conforme levantamento técnico realizado pelos órgãos municipais competentes.

Art. 2º - Fica mobilizada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, para a coordenação e execução das ações de resposta ao desastre, assistência à população atingida, restabelecimento dos serviços essenciais e demais medidas necessárias à redução dos impactos decorrentes do evento.
§ 1º Compete à COMDEC, no âmbito de suas atribuições:
I – realizar e manter atualizado o levantamento dos danos humanos, materiais, ambientais e dos prejuízos econômicos e sociais decorrentes do evento;
II – promover o atendimento e a assistência às pessoas atingidas, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade;
III – coordenar as ações destinadas ao restabelecimento dos serviços públicos essenciais;
IV – manter atualizados os registros e documentos necessários à formalização da situação de calamidade pública perante os sistemas oficiais de proteção e defesa civil;
V – articular-se com os órgãos estaduais e federais competentes para adoção das medidas de auxílio e apoio necessárias.
§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão prestar apoio operacional, técnico e administrativo às ações de proteção e defesa civil, dentro de suas respectivas competências.

Art. 3º - Fica autorizada, nos termos da legislação aplicável, a adoção das medidas administrativas necessárias ao enfrentamento da situação de calamidade pública, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as disposições legais pertinentes às contratações públicas, à execução orçamentária e às demais providências emergenciais.

Art. 4º - Os danos e prejuízos decorrentes do evento deverão ser devidamente registrados e documentados pelos órgãos municipais competentes, para subsidiar a adoção das medidas administrativas, financeiras e de reconstrução necessárias.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 31 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:EB0E980E

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 48/2026

OBJETO: Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria estabelecida pela administração pública e a Irmandade do Hospital de Caridade de Irati, para a consecução de suas finalidades de interesse público.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31, inciso II, da Lei 13.019/2014 com alterações da Lei 13.204/2015
ENTIDADE: Irmandade do Hospital de Caridade de Irati -PR, inscrita no CNPJ: 78.143.153/0001-85, Irati-PR.
DA JUSTIFICATIVA
A Irmandade do Hospital de Caridade de Irati – Santa Casa de Irati é um hospital de média complexidade, considerado como referencia nas redes de urgência e emergência, gestação de alto risco, saúde mental e rede Mãe Paranaense e também pacientes encaminhados através da central de regulação, Samu e Corpo de Bombeiros com mais de 500 atendimentos mensalmente de urgência e emergência para pacientes em Irati.
A Santa Casa de Irati exerce papel essencial no atendimento hospitalar, urgência e emergência, internações, procedimentos médicos e demais serviços de assistência à saúde, contribuindo diretamente para a garantia do acesso da população aos serviços de saúde e para o fortalecimento da rede pública de atendimento.
Dessa forma, a aplicação desse recurso mostra-se necessária para assegurar a continuidade, qualidade e regularidade dos serviços prestados, bem como proporcionar melhores condições de atendimento, economicidade e continuidade do serviço público e está alinhada às políticas públicas municipais de saúde e ao compromisso da Administração Municipal com a melhoria da assistência à população, especialmente no atendimento hospitalar e na garantia do acesso aos serviços de saúde.
Assim, consoante o que dispõe a Lei Federal n° 13.019/2014, em seu art. 31 (alterada pela Lei 13204/15), para que não haja paralização ou descontinuidade dos serviços e conseqüente prejuízo ao Município e especialmente ao público alvo atendido, apresentamos a justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público com vista à celebração de parceria por meio do Termo de Colaboração.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
Não existindo outra entidade de natureza similar no Município, há patente hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do Plano de Trabalho apresentado.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
O valor do repasse será de até R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais), os recursos destinados, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão conta da dotação orçamentária.
Dotação: 08.001.10.122.1001.2.143.3.3.50.43.00.00 ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE SUBVENÇÕES SOCIAIS Valor: R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) Fonte: 1000.
DA CONCLUSÃO
Diante do exposto verificamos que a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO se torna imperiosa, visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados, especialmente por dinamizar e tornar mais eficiente a prestação dos serviços pela Entidade.
DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO:
Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impug- nação da presente Inexigibilidade, nos termos do § 2º do art.32 da ei 13.019/2014 e alterações posteriores.

Irati, 31 de agosto de 2026

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:96B3EECE

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 001/2025, regulamentado pelo Decreto 233 e 259/2025, convoca os nomes abaixo relacionados munidos dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, situada na **Av. Vicente Machado, 515 - 1º andar - Centro, no dia 03 de setembro de 2026** impreterivelmente no horário das 08h30.
Cabe ressaltar o disposto no Edital 001/2025, item 9.3 "O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios" ; e item 9.5 "O candidato que deixar de comparecer em 03 (três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação".

CARGO: TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE IRATI)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
24º	VANIA MICHELE VAN DER WAAL	8.XXX.599-6	050

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F54BE428

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 086/2026

Concede o benefício do Programa Bolsa Atleta, na Categoria Atleta de Alta Performance/Alto Nível, à atleta praticante da modalidade esportiva de Capoeira, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 4.906, de 21 de julho de 2021, que institui o Programa "Bolsa Atleta" no âmbito do Município de Irati, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento de atletas de rendimento e formação vinculados às atividades esportivas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o benefício do Programa Municipal "Bolsa Atleta", na categoria Atleta de Alta Performance/Alto Nível, à atleta MARIA JULLIA DOS SANTOS, praticante da modalidade esportiva de Capoeira, observados os requisitos e condições estabelecidos na Lei Municipal nº 4.906, de 21 de julho de 2021.

Art. 2º - A atleta beneficiária deverá utilizar a marca oficial do Município de Irati e da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer em seus uniformes de treinamento e competição, bem como nas demais ações e materiais de divulgação relacionados à sua participação esportiva, observadas as orientações e normas estabelecidas pelo Município.

Art. 3º - A atleta beneficiária deverá apresentar à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a respectiva prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da última parcela do benefício, na forma e condições estabelecidas pela legislação aplicável.

Art. 4º - O benefício de que trata esta Portaria será concedido nos termos da Lei Municipal nº 4.906, de 21 de julho de 2021, ficando seu pagamento condicionado ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares pertinentes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 31 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:E0BAF211

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 078/2026. Processo Administrativo n° 178/2026.
Objeto: Execução de serviços de locação de duas tendas para realização de evento na localidade de Gonçalves Júnior no Município de Irati-PR, conforme resumo do processo –00055/2026-CONTRATA MAIS BRASIL. Contratada: 58.717.792 Gilberto Klossowski. CNPJ: 58.717.792/0001-08. Valor global contratado: R$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.

Irati, 28 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 078/2026. Contrato de prestação de serviços n° 114/2026.
Objeto: Execução de serviços de locação de duas tendas para realização de evento na localidade de Gonçalves Júnior no Município de Irati-PR, conforme resumo do processo –00055/2026-CONTRATA MAIS BRASIL. Contratada: 58.717.792 Gilberto Klossowski. CNPJ: 58.717.792/0001-08. Valor global contratado: R$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:4073BF74

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 079/2026. Processo Administrativo n° 179/2026.
Objeto: Locação de imóvel situado na Rua Daniel Moreira, nº 284, Município de Irati – PR, destinado à implantação e funcionamento da Sede Municipal da Defesa Civil. Contratada: Imobiliária Diego Oliveira Ltda. CNPJ: 57.875.368/0001-10. Valor global contratado: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), a serem pagos em parcelas mensais de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Prazo: 12 (doze) meses. Fundamento legal: Art. 74, Inciso V, da Lei nº 14.133/21.

Irati, 31 de agosto de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:1AEB3CDC

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro de Preços nº 033/2025, Pregão Eletrônico nº 021/2025 – PMI. Contratada: Comércio De Equipamentos e Suprimentos para Informática Iraty Ltda, CNPJ 02.436.214/0001-30. Objeto: Aquisição de Material Esportivo e Uniforme. Projeto Esporte para Todos, recurso captado por intermédio do Ministério do Esporte – MESP, nº152/2023 – Transferegov.br nº 952217/2023, Processo nº 71000.092082/2023-53, conforme termo de referência. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 28/08/2026 para 28/08/2027, e o prazo de vigência de 28/10/2026 para 28/10/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual de R$ 38.615,71 (trinta e oito mil, seiscentos e quinze reais e setenta e um centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro de Preços nº 035/2025, Pregão Eletrônico nº 021/2025 – PMI. Contratada: Rita Fiorelli Zanoni e Cia Ltda, CNPJ 08.347.642/0001-73. Objeto: Aquisição de Material Esportivo e Uniforme. Projeto Esporte para Todos, recurso captado por intermédio do Ministério do Esporte – MESP, nº152/2023 – Transferegov.br nº 952217/2023, Processo nº 71000.092082/2023-53, conforme termo de referência. Do Prazo Contratual: Fica renovado o prazo de execução dos serviços por 12 (doze) meses, passando o vencimento de 28/08/2026 para 28/08/2027, e o prazo de vigência de 28/10/2026 para 28/10/2027. Do Valor Contratual: Fica renovado o valor contratual de R$ 52.730,20 (cinquenta e dois mil, setecentos e trinta reais e vinte centavos), estimado para o período de 12 (doze) meses. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:510A5671

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.516/2026 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAMBARACA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 5516/2026 de 27/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2059/2025 de 30/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$**

58.740,37 (cinqüenta e oito mil setecentos e quarenta reais e trinta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E RELAÇOES DO TRABALHO	
04.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO FINANCEIRO	
04.002.04.123.0009.2.009.		Manutenção do Departamento Financeiro	
544 - 3.3.90.93.00.00	33806	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	58.740,37
		Total Suplementação:	**58.740,37**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 27 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:4C91BA3E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2023
CONTRATO Nº 040/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ – PR, CNPJ nº 76.235.738/0001-08.
CONTRATADA:SEGUROS SURA S/A, CNPJ nº 33.065.699/0001-27.
DO PRAZO: Prorrogação da vigência contratual de 18 de setembro de 2026 para 18 de setembro de 2027.
DO VALOR: Acréscimo de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), referente à prorrogação por 12 (doze) meses, passando o valor contratual de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) para R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Itambaracá – PR, 31 de agosto de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:5B58DCDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 01/2026
CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

EDITAL 01.01/2026 - PSS

CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL Nº 01/2026

O Prefeito Municipal Amarildo Tostes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.990/2014, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADPF 186 e Súmula Vinculante 39) e no Capítulo 7 do Edital nº01/2025, **CONVOCA AMPLAMENTE TODOS OS CANDIDATOS QUE OPTARAM POR CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS NEGRAS (PRETAS OU PARDAS)**, por auto declaração no ato da inscrição, a comparecerem para entrevista presencial de heteroidentificação, conforme cronograma abaixo:.

• **Data:** 01 de setembro de 2026
• **Horário:** 14h00 (quatorze horas)
• **Local:** Secretaria Municipal de Educação

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

• A entrevista presencial de heteroidentificação é de comparecimento **obrigatório** e possui **caráter eliminatório**, sendo condição essencial para validação da inscrição nas vagas reservadas a candidatos negros (pretos ou pardos).
• O(a) candidato(a) deverá apresentar **documento oficial com foto** no momento da entrevista.
• Para fins de avaliação, o(a) candidato(a) **deverá comparecer sem o uso de maquiagem, acessórios, óculos escuros, lentes de contato, perucas, chapéus ou qualquer outro item que possa alterar sua aparência fenotípica**, conforme previsto em edital.
• A avaliação será conduzida por **Comissão Especial de Heteroidentificação**, designada por Portaria Municipal, que atuará com base em critérios **exclusivamente fenotípicos visíveis**, como cor da pele, traços faciais e textura de cabelo.
• O(a) candidato(a) que **não comparecer à entrevista** será automaticamente eliminado da condição de cotista, concorrendo apenas às vagas de ampla concorrência, mantida sua inscrição.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

SHIRLEI APARECIDA DE ANDRADE
Presidente da Comissão de Heteroidentificação para Averiguaçãoda Auto declaração Étnico-Racial de Candidatos Negros (Pretos E Pardos).

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:265C6FD3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 345/2026

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO PARA AVERIGUAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DE CANDIDATOS NEGROS (PRETOS E PARDOS), NO ÂMBITO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ – PR

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de **ITAMBARACÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e Inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO O EDITAL N° 01/2026 referente ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS);**

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.990/2014, que reserva 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos às pessoas negras (pretas e pardas), nos termos do critério de auto declaração adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

CONSIDERANDO a necessidade de averiguação da veracidade do auto declaração étnico-racial apresentada pelos(as) candidatos(as), nos termos do edital do Processo Seletivo Simplificado (PSS), por meio de

Comissão de Heteroidentificação, conforme critérios fenotípicos visíveis;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública (art. 37 da CF/88);

R E S O L V E :

Art. 1º - Instituir, no âmbito do Município de Itambaracá, a Comissão de Heteroidentificação destinada à verificação da veracidade das auto declarações de candidatos(as) negros(as) (pretos ou pardos) no Processo Seletivo Simplificado (PSS) 01/2026 promovido pelo Município.

Art. 2º - A Comissão de Heteroidentificação atuará exclusivamente com base em critérios fenotípicos visíveis dos(as) candidatos(as), conforme disposto no edital e no roteiro técnico de entrevista (ANEXO do Edital), sendo vedada a utilização de documentos subjetivos como descendência familiar, identidade cultural ou origem social.

Art. 3º - Designar os seguintes servidores públicos para comporem a Comissão:

MEMBROS TITULARES:

SHIRLEI APARECIDA DE ANDRADE, Servidora Público – Presidente
VANESSA FERREIRA GONÇALVES, Servidora Pública – Membro
CRISTIANE THEODORO FUZETO, Servidor Público – Membro

MEMBRO SUPLENTE:

BRUNA TAYLISE LAURENTINO PICCIONI, Servidora Público

Art. 4º - A Comissão exercerá suas funções com base nos princípios da razoabilidade, impessoalidade, isonomia e dignidade da pessoa humana, garantindo ao(à) candidato(a) o contraditório e ampla defesa, na hipótese de indeferimento de seu auto declaração.

Art. 5º - Os(As) candidatos(as) que optarem pelas vagas reservadas a pessoas negras deverão comparecer obrigatoriamente à entrevista presencial agendada com a Comissão, sob pena de eliminação da condição de cotista, passando automaticamente à ampla concorrência.

Art. 6º - O resultado da avaliação será divulgado em lista específica de candidatos(as) negros(as). Em caso de indeferimento do auto declaração, será permitido recurso administrativo, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do resultado preliminar.

Art. 7º - A Comissão poderá solicitar apoio logístico, técnico e operacional dos órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive quanto ao registro audiovisual das entrevistas.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C3461AF2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 346/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pelo servidor Luiz Rogério dos Santos, Matrícula 200909, no cargo de Contador, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 17/08/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1051/2026 do Ofício nº 014/2026 do Departamento de Contabilidade que solicita Retorno de Férias da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** do servidor público **LUÍZ ROGÉRIO DOS SANTOS** no cargo de **CONTADOR** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **31/08/2026**.

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:544A030B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 347/2026

SÚMULA: Revoga na Portaria nº 314/2026 a servidora relacionada abaixo e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar na Portaria nº 314/2026 a nomeação da funcionária Senhora Juliana Helena De Grande da Comissão Examinadora, Acompanhamento, Avaliação e Julgamento do Processo Seletivo Simplificado (PSS) 001/2026, sem que isto resulte na anulação da Portaria referida, vez que outros servidores participam deste ato.

.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:0E81C6D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 348/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1004/2026 do Ofício nº 086/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social que solicita Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
SIMONE APA DE MORAIS DOS SANTOS	600338	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17/01/2025 A 16/01/2026	31/08/2026	29/09/2026

Art.2 º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:E72AC57B

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 04/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pela autarquia SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itambaracá-PR, para o custeio das despesas com alimentação e hospedagem do(s) agente(s) públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do Município.

Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Valor Total
Paulo Zamboni	Superintendente do SAMAE	Maringá-PR	26/08/2026 a 27/08/2026	Congresso Nacional sobre Gestão de Resíduos e Sustentabilidade	R$ 820,00
Gustavo Henrique Montini	Advogado	Maringá-PR	26/08/2026 a 27/08/2026	Congresso Nacional sobre Gestão de Resíduos e Sustentabilidade	R$ 820,00
Reginaldo Aparecido Tonet	Agente de Contratação	Maringá-PR	26/08/2026 a 27/08/2026	Congresso Nacional sobre Gestão de Resíduos e Sustentabilidade	R$ 580,00
Vinicios Curso Ruiz	Gerente Administrativo	Maringá-PR	26/08/2026 a 27/08/2026	Congresso Nacional sobre Gestão de Resíduos e Sustentabilidade	R$ 580,00

Edifício do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itambaracá-PR, em 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:0601FE6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/2026

Súmula: *Designa Servidor(a) Público(a) para exercer Função Especial e dá outras providências.*

ANANIAS SOARES VIEIRA, Prefeito do Município de Itambé Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela L.O.M. e, com amparo na Lei Complementar n.º 051/2022, de 13.12.2022;

R E S O L V E:

Art. 1º. – Designar a Servidora ELAINE DE FREITAS ÁVILA, brasileira, solteira, portadora da CI/RG n.º 9.598.xxx-0 SESP/PR e do CPF/MF n.º 060.216.xxx-xx, com o cargo efetivo de Professor III integrante do Quadro de Pessoal Estatutário desta Municipalidade (Matrícula: 8242), para responder laboral e administrativamente pelo cargo de Supervisora de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação, com padrão de 40 h/semanais, cujas atribuições restam definidas na Lei Municipal nº 921/2006 de 13.09.2006 – Estatuto do Magistério c/c Lei Complementar nº 051/2022, de 13.12.2022 e seu Anexo II.
Parágrafo único: Em consequência à designação citada no *caput*, atribuir-se-á Gratificação de Função Especial (FEM-2), a ser acrescida ao vencimento da servidora epigrafada, cujo valor de contraprestação resta delineado no Anexo II da Lei Complementar n.º 051/2022, de 13.12.2022 c/c art. 71, §§ 2.º e 5.º, da Lei Municipal nº 921/2006 de 13.09.2006 – Estatuto do Magistério.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativo e financeiros à partir de 01.09.2026, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 028/2024 de 25/01/2024.

Edifício do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto do ano de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:067BA60D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

PROCESSO Nº 054/2026

Ref.: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS JUNTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE DESTE FAZEM PARTE, CONFORME ADIANTE ESPECIFICADO:

1ª RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

PROTOCOLO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ	LOTE	ORDEM	SITUAÇÃO
863/2026	WESLEI ZANOTI VIEIRA	53.948.647/0001-06	01 e 04	1º	Credenciado
886/2026	DIORSI SANTOS LESSA	53.944.813/0001-04	06	2º	Não Credenciado
967/2026	GINAI CARDOSO SIMEONI	13.595.605/0001-14	03 e 05	3º	Credenciado

*2º não apresentou documentos solicitatos no item 6, alinea K e L do edital.

1. PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO
1.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste Edital;
1.2. Das decisões da Comissão de Contratação e do Departamento de Saúde caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da ciência da decisão.
1.3. Critério de Contratação:
2.3.1. Convocação dos credenciados nos termos do item 8.8 do edital.

Itambé/PR, 31 de agosto de 2026.

FLÁVIA VICENZI
Chefe da Divisão de Licitação

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:41F03D0F

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 138 2026 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1476/2025 de 01/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 225.700,00 (duzentos e vinte e cinco mil setecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações
Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS
URBANOS
06.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
06.002.04.122.0012.2.011. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GARAGEM MUNICIPAL
777 - 3.1.90.11.00.00 01507 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 87.000,00
778 - 3.1.90.13.00.00 01507 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 17.900,00

08.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DR. LAFAYETTE GRENIER
775 - 3.1.90.11.00.00 01507 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -
PESSOAL CIVIL 97.000,00
776 - 3.1.90.13.00.00 01507 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 20.800,00

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
11.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ESPORTE
11.001.27.811.0013.2.028. MANUTENÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ATIVIDADES
ESPORTIVAS
779 - 3.3.90.39.00.00 830 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA 3.000,00
Total Suplementação: 225.700,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita:1.2.4.1.50.01.00.00000000 Fonte: 1000 222.700,00
Receita:1.7.2.9.99.01.01.00000000 Fonte: 830 3.000,00
Total da Receita: 225.700,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,
em 31 de agosto de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:7F4BC6BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90009/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 90009/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 026/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Dispensa Eletrônica, tipo menor preço por Item, no dia 08 (oito) de Setembro de 2026, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final, homologação de Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de vagas em cargos públicos destinados a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR.
Data e Horário da Fase de Lances: no dia 08/09/2026, com início as 09h00min (nove) horas e término as 15h00min (quinze) horas no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Dispensa Eletrônica N° 90009/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 - 2598.

Itapejara D'Oeste-PR, 20 (vinte) de Agosto de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:7EDC3F44

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90049/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 024/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 16 (dezesseis) de Setembro de 2026, às 10h:00min (dez) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet completo com fornecimento de refeições e bebidas destinados ao evento de homenagem aos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino de Itapejara D'Oeste - PR.

A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 10h00min (dez) horas do dia 16 (dezesseis) de Setembro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90049/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 21 (vinte e um) de Agosto de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:12A61677

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90050/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90050/2026
CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA Nº 025/2026
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por Item, no dia 16 (dezesseis) de Setembro de 2026, às 14h:00min (quatorze) horas, tendo como objeto à seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficina de Artesanato destinadas aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Itapejara D'Oeste - PR.
A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 14h00min (quatorze) horas do dia 16 (dezesseis) de Setembro de 2026, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico N° 90050/2026, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes e https://www.gov.br/compras/pt-br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3199 – 2598.
Itapejara D'Oeste-PR, 21 (vinte e um) de Agosto de 2026.

DAIANI HOFFMAN,
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:AE45167C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4366/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4366/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Instituto Omni, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.956.604/0001 – 32.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final, homologação de Processo Seletivo Simplificado visando o preenchimento de vagas em cargos públicos destinados a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Dispensa Eletrônica Nº 90005/2026.
Valor do Contrato: R$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais).
Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.
Data do Contrato: 31 (trinta e um) de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:AF53C31A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2026

Com fundamento no artigo 75, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, bem como nas justificativas constantes do processo, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO o Processo de Contratação nº 08/2026, referente à Dispensa por valor de Licitação nº 06/2026, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (um) aparelho de micro-ondas para uso de Vereadores e Servidores nas dependências da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, visando atender à necessidade. Conforme condições contidas no Termo de Referência/Edital. A ser executado através de contrato pela empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS LTDA**, inscrito sob o CNPJ n° **GLOBAL VISTA INFRAESTRUTURA E GESTAO LTDA**, no período de 1° de setembro de 2026 a 31 de outubro de 2026, sem possibilidade de aditivo, no valor total de R$ 583,70 (quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos) a serem pagos somente após a entrega integral do objeto por parte da CONTRATADA e conferência por parte da administração acerca das especificações contidas no processo. Autorizo a substituição do instrumento de contrato por instrumento equivalente, se necessário, permitido por lei e determino a publicação deste termo.

Itapejara D' Oeste, 31/08/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:1B79441C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2026
EMPENHO N° 226/2026

DESCRIÇAO DO OBJETO: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de 01 (um) aparelho de micro-ondas para uso de Vereadores e Servidores nas dependências da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, visando atender à necessidade. Conforme condições contidas no Termo de Referência/Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INC. II DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

CONTRATADA: **GLOBAL VISTA INFRAESTRUTURA E GESTAO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° **68.136.804/0001-56** com sede na cidade Cascavel - PR endereço Rua Citrino, n° 575, Bairro Esmeralda, CEP: **85.806-510** no total de R$ 583,70 (quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos) a serem pagos em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega total do objeto por parte da contratada e conferência da contratante quanto as especificações contidas no processo.

Nº DO EMPENHO: 226/2026
VALOR: R$ 583,70 (quinhentos e oitenta e três reais e setenta centavos)
VIGÊNCIA: 02 (dois) meses

Itapejara D' Oeste – PR 31/08/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:BF5E4ECA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2499/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA N.º 2499/2026
DATA: 28.08.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 82 da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1º) Declarar a **vacância do cargo de Serviço de Limpeza**, em razão do falecimento do servidor **Flavio Sandro Gnoatto**, matrícula nº 111.732-1, ocorrido em **14 de agosto de 2026**, conforme Certidão de Óbito nº 084764 01 55 2026 4 00009 192 0002575 61.
Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C6CA0F75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 378/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **SUELEN BITTENCOURT DE SOUZA**, portadora do RG Nº ********145/PR**, CPF Nº **********967**, matrícula Nº **55371**, ocupante do cargo de comissão **Gestor do Núcleo de Construção e Fiscalização**, a redução de sua carga horária de **25% (vinte e cinco por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:FC1E64F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 379/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **VANESSA CRISTINA SANTOS ARTIGAS**, portadora do RG Nº ********777/PR**, CPF Nº **********994**, matrícula Nº **39161**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **40% (quarenta por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:E293D731

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 380/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **JOICE DA PAIXAO ALVES**, portadora do RG Nº ********980/PR**, CPF Nº **********925**, matrícula Nº **62381**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **25% (vinte e cinco por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:87E2A452

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 381/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **NATHALIE STRESSER MACHADO**, portadora do RG Nº ********743/PR**, CPF Nº **********980**, matrícula Nº **60421**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **30% (trinta por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:F7FD635A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 382/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS**, portadora do RG Nº ********990/PR**, CPF Nº **********917**, matrícula Nº **64711**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **20% (vinte por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:5139B6E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 383/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ANA PAULA DE LIMA**, portadora do RG Nº ********198/PR**, CPF Nº **********907**, matrícula Nº **61581**, ocupante do cargo efetivo de **Agente de Saúde Psf**, a redução de sua carga horária de **25% (vinte e cinco por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidoracumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:46F1638D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 384/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **KEITI PATRICIA CAMARGO**, portadora do RG Nº ********761/PR**, CPF Nº **********908**, matrícula Nº **38341**, ocupante do cargo efetivo de **Agente de Endemias Psf**, a redução de sua carga horária de **10% (dez por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:B2EF55E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 385/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **FRANCIANNE GISELE COIMBRA**, portadora do RG Nº ********379/PR**, CPF Nº **********965**, matrícula Nº **65631**, ocupante do cargo efetivo de **Educador Infantil**, a redução de sua carga horária de **10% (dez por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:870F809F

GABINETE DO PREFEITO
“REPUBLICADO POR INCORREÇÃO” PORTARIA Nº 366/2026 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 956/2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ELISANGELA LEAL GUIMARAES**, portadora do RG Nº ********835/PR**, CPF Nº **********951**, matrícula

Nº **45441**, ocupante do cargo efetivo de **Técnico Administrativo**, a redução de sua carga horária de **40% (quarenta por cento)** de sua jornada de trabalho.

Art. 2º Durante o período de vigência da redução de carga horária, a servidora cumprirá jornada de trabalho correspondente ao percentual fixado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:D7A1F092

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 08/2026

Processo Administrativo nº 150/2026
A Prefeitura Municipal de Itaperuçu torna pública a **ERRATA** referente ao **Edital do Concorrencia nº 08/2026** cujo objeto é "**Contratação de empresa de engenharia especializada para execução da obra de pavimentação das Ruas Araras, Azulão e Andorinhas – Capinzal"**
RETIFICAÇÃO:
Onde se lê:
Data da sessão: 03/09/2026.
Horário: 09:00 (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08:15 do dia 31/08/2026.
Plataforma: http://www.bnc.org.br, no qual o edital está disponível para "download".
Leia-se:
Data da sessão: 03/09/2026.
Horário: 09:00 (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08:15 do dia 03/09/2026.
Plataforma: http://www.bnc.org.br, no qual o edital está disponível para "download".
Itaperuçu/PR, 31 de agosto de 2026

WELIFER FELIPE DE CRISTO COUTINHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:0FA94148

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 72/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 72/2026, que tem como objeto a "Aquisição de equipamentos médicos, hospitalares, mobiliários e equipamentos de informática**".** Cujo vencedor LOTE 01 foi a empresa **DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA, CNPJ: 47.257.471/0001-43**, no valor de **R$ 3.669,76 (três mil e seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos).** Cujo vencedor LOTES 02, 04, 05, 06 foi a empresa **ELM EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 60.682.658/0001-52,** no valor de **R$ 26.749,26 (vinte e seis mil e setecentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 31 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:AF4795F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 78/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 78/2026, que tem como objeto a "**Aquisição de Crachás Funcionais, Cordões Personalizados e Porta-Crachás para os Servidores Municipais", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo".** Cujo vencedor foi a empresa **DIVINO DE OLIVEIRA RODRIGUES EQUIPAMENTOS, CNPJ: 51.049.397/0001-47**, no valor de **R$ 7.496,50 (sete mil e quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 31 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:2C229782

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 79/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 79/2026, que tem como objeto a "Aquisição de Microfones Sem Fio Tipo-C destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo**".** Cujo vencedor foi a empresa **TITANIUM IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 61.459.872/0001-07**, no valor de **R$ 2.780,00 (dois mil e setecentos e oitenta reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 31 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:6B711B89

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO N° 80/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 80/2026, que tem como objeto a "**Prestação de serviços de organização, planejamento, promoção e execução de eventos para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo no evento denominado "III SIMPÓSIO TEA".** Cujo vencedor foi a empresa **METEORO FESTAS E EVENTOS LTDA, CNPJ: 51.549.810/0001-32**, no valor de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 31 de agosto de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:D11C1C12

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA N° 339/2026

PORTARIA N° 339/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de cargo em comissão como abaixo se especifica e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GOIS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 002/2022, **RESOLVE:**

Art. 1 Nomear Amanda Benevides dos Santos, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.***.***-3/PR e inscrita no CPF sob o nº 110.***.***-66, para o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio**, em caráter *"ad nutum",* para exercício de suas funções junto à Secretaria de Administração e Planejamento, a partir de 01/09/2026.

Art. 2 Os vencimentos mensais atribuídos ao titular do cargo serão aqueles equivalentes à simbologia CC-03.

Art. 3 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 31 dia do mês de agosto de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:A9E01FA1

ADMINISTRAÇÃO RH
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2025
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2025
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

2º ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO COM PRAZO ADITIVADO Nº 001/2026.
Autorização e Fundamentação:
Lei Complementar Municipal n° 005/2023,
alterada pela Lei Complementar Municipal nº 007/2024.
Decreto Municipal n° 119/2025.
Processo Seletivo Simplificado n° 003/2025.
Valor Mensal:
R$ 2.081,00 (dois mil e oitenta e um reais).
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – CNPJ: 75.458.836/0001-33
CONTRATADO: MANOEL JOSE GONCALVES – CPF 208.6**.***-34

Objeto: prestação de serviços de no cargo de **MOTORISTA**, com carga horária de 40 horas semanais.

Prazo de Execução do aditivo: 01/09/2026 a 18/12/2026 .

Prazo total de vigência: 02/03/2026 a 18/12/2026.

Data da assinatura: 31/08/2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

BRUNO VIANNA DA SILVA
CPF 065.9**.***-71
JULIO FERNANDES ROCHA
CPF 084.9**.***-37

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:EAE4F8A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para análise, estudo e emissão de parecer sobre o Projeto de Resolução que institui o Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Ivaí.

O Presidente da Câmara Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente nos termos do art. 67, inciso IV, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída, nos termos do art. 67, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ivaí, Comissão Especial destinada à análise, estudo e emissão de parecer sobre o Projeto de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética e de Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Ivaí e dá outras providências.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes Vereadores:

I – Gilmar Chopek, Presidente;
II – Fabiane Dalzoto, Relatora;
III – Paulo Cezar de Carvalho, Membro.

Art. 3º Compete à Comissão Especial analisar o Projeto de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética e de Decoro Parlamentar e promover os estudos que entender necessários sobre a matéria e emitir parecer conclusivo acerca de sua constitucionalidade, legalidade, adequação regimental e mérito, observadas as disposições aplicáveis.

Art. 4º A Comissão Especial terá caráter temporário e funcionará exclusivamente para o cumprimento da finalidade estabelecida nesta Resolução, extinguindo-se após a conclusão dos trabalhos e a emissão do respectivo parecer.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2026.

RONDI JARSKI
Presidente da Câmara Municipal de Ivaí

Publicado por:
Edson Domareski
Código Identificador:BBA39AF4

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026
(Lei Federal n° 14.133/2021)
Tipo de licitação:**MENOR PREÇO**
Modo de disputa: "Aberto"
OBJETO: Aquisição de ração para atender as demandas do Canil Municipal do Município de Ivaí
Valor estimado: R$ 378.400,00 (Trezentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais)
Data de início de acolhimento de PROPOSTAS**: 02/09/2026 a partir das 08h00min.**
Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: **15/09/2026 – 08h15min.**
Data de início da fase de LANCES: **15/09/2026 – a partir das 08h30min.**
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico:**https://bllcompras.com**
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3122-4673– site: www.ivai.pr.gov.br

Ivaí, 31 de Agosto de 2026

ALVARO SOMER
Agente de Contratação

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:F5BDFE78

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de serviços de engenharia para limpeza, teste de vazão e aprofundamento de poços artesianos
CONTRATADO LOTE 1: E.C.P.A. Comércio de Materiais de Construção LTDA (05.648.964/0001-64) R$421.098,46 (quatrocentos e vinte e um mil e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos)
VALOR TOTAL: R$421.098,46 (quatrocentos e vinte e um mil e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021
ADJUDICADO E HOMOLOGADO EM 24/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Alvaro Somer
Código Identificador:53E52C9D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de serviços técnicos de levantamento patrimonial
CONTRATADO LOTE 1: Integrade Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações LTDA (12.886.951/0001-99) R$50.000,00 (cinquenta mil reais)
VALOR TOTAL: R$50.000,00 (cinquenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021
ADJUDICADO E HOMOLOGADO EM 27/08/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Alvaro Somer
Código Identificador:24C409F2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: JPR LOCADORA LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Contratação locação de banheiros químicos para utilização em praças públicas, áreas rurais, eventos, festividades, ações e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Ivaí.
Dotação orçamentária:
05.001.20.606.2001.2012.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 25/08/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO
- Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:7F45640F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 072/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: RAIO DE SOL LOCACAO DE BRINQUEDOS LTDA
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço destinado à realização de evento comemorativo ao dia das crianças.
Dotação orçamentária:
06.001.12.361.1201.2024.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 35.420,00 (Trinta e cinco mil quatrocentos e vinte reais reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 25/08/2026

ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:4BEAF36D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
OBJETO: Software de inteligência artificial para criação de minutas, pesquisa jurídica e jurisprudencial, com proteção de dados conforme

Lei LGP, para utilização da secretaria de administração e procuradoria jurídica
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADA: JUSTICE AI LTDA
CNPJ: 57.027.539/0001-51
Dotação orçamentária:
03.001.04.122.0402.2005.3.3.90.39.00.00
VALOR R$ 6.300,00 (Seis mil trezentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 27/07/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Caroline Stadler
Código Identificador:C1D7E5CD

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026.
Ivaí torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 17 de Setembro do ano de 2026, na plataforma https://bllcompras.com, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preçoda(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Recape - CBUQ	29.870,44 m²	280 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeiturade Ivaíe na plataforma https://bllcompras.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Ivaí, 31 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:5439BCEE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 144/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IVAÍ E A EMPRESA MATT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE IVAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 632, Centro, Ivaí/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.175.918/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, denominado o **CONTRATANTE**, resolve **EXTINGUIR** o Contrato nº 144/2025, firmado com a **MATT CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.**, nos termos a seguir:

DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto extinguir, unilateralmente, o **Contrato nº 144/2026**, celebrado com a empresa **MATT CONSTRUTORA DE OBRAS**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Comendador Araújo, nº 499, Centro, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.245.019/0001-72, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela senhora **KELLI APARECIDA DE ANDRADE**.
O **Contrato nº 144/2025** tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra, visando construção da UBS Tipo 1, conforme proposta nº 09311.4700001/24-001, Novo PAC.

DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente instrumento está amparado nos artigos 137, I, c/c 138, I, e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
O presente instrumento está amparado na **Decisão Administrativa do Processo Administrativo nº 001/2026**, publicada em 14 de agosto de 2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
O direito à ampla defesa e ao contraditório foram assegurados à **CONTRATADA**.
Não houve ou pedido de reconsideração a respeito da **Decisão Administrativa do Processo Administrativo nº 001/2026**.

DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
A presente extinção unilateral ocorrerá sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas contratualmente.

DO DISTRATO
Por força do presente instrumento, a **CONTRATANTE** dá por extinto, unilateralmente, o Contrato nº 144/2025, a partir de **26 de agosto de 2026**.

DA PUBLICAÇÃO
A **CONTRATANTE** providenciará publicação deste instrumento nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Ivaí/PR, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:B1B8FA2E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 250/2026

PORTARIA Nº 250/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr **JOSÉ CARLOS CORDEIRO**, JARDINEIRO, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 03/05/2024 à 02/05/2025 no período concessivo de 31 de agosto de 2026 a 29 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 31 de agosto de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:32D41FFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que a candidata abaixo relacionada, inscrita e classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocada por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 25/08/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 26/08/2026, **não compareceu** no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.

Marcia Alves dos Santos, inscrita sob o número 024 e classificada em 15º lugar para o cargo de Monitor de alunos (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento da candidata no prazo legal, **fica a Senhora** Marcia Alves dos Santos**, remetida para o fim da lista de candidatos**.

Ivatuba (PR), 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:13868A3A

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2025

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, por meio do Gabinete do Prefeito, torna público que a candidata abaixo relacionada, inscrita e classificada no Processo Seletivo Simplificado – PSS Edital nº 001/2025, convocada por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Município em 21/08/2026 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 24/08/2026, **não compareceu** no prazo estabelecido para apresentação da documentação exigida, conforme previsto no edital, para fins de comprovação dos requisitos e efetivação da contratação.
Giovanna Caroline Alves Pinha, inscrita sob o número 043 e classificada em 29º lugar para o cargo de Professora (temporário).

Considerando o disposto no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025 e considerando o não comparecimento da candidata no prazo legal, **fica a Senhorita** Giovanna Caroline Alves Pinha**, remetida para o fim da lista de candidatos**.

Ivatuba (PR), 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:9DD4CE21

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Monitor de alunos (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
16º	004	Ediliene Santana de Souza

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D45D7ABA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, aprovada e classificada, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Professor (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
31º	100	Junielli de Cássia da Silva Lima Gazani

A candidata convocada deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;

Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:878DA1DD

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, e com base no resultado final do Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado e classificado, para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, localizada na Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba-PR, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, a fim de apresentar a documentação necessária para contratação, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo: Segurança (temporário)		
Classificação	**Nº Inscrição**	**Nome**
6º	106	Everton Silva dos Santos

O candidato convocado deverá apresentar original e cópia ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Documentos FASE 1 – APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:
Títulos/documentos para comprovação dos critérios de escolaridade, aperfeiçoamento e experiência (conforme edital), informados na Ficha de Inscrição;

Documentos FASE 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
Carteira de identidade (RG);
CPF;
Título de eleitor;
Comprovante de quitação eleitoral;
Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
Número do PIS/PASEP;
Certidão de nascimento ou casamento;
Prova de quitação com o serviço militar para o convocado do sexo masculino;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e registro no conselho da Classe quando houver;
Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 anos, quando houver;
Comprovante de residência;
Atestado de antecedentes civis e criminais, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do FÓRUM;
Comprovante de aptidão física e mental;
Uma foto 3X4 recente;
Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
Declaração de não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos;
Outros documentos exigidos no edital do processo seletivo.

O não comparecimento no prazo estabelecido ou a não apresentação da documentação exigida e demais fatos enumerados no Item 13 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, implicará na perca da colocação original de classificação e será o convocado remetido para o fim da respectiva lista de classificados, exceto comprovante de escolaridade, que resultará em exclusão do candidato. Serão considerados desistentes aqueles que estiverem enquadrados nas hipóteses previstas no Item 14 do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:64C69F65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 019/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Adenilce Aparecida Tessedor Accetti, inscrita no CPF/MF sob nº. 742. ***. ***- 97.
OBJETO: Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Professora (temporário)** no Município de Ivatuba, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **20 (vinte)** horas semanais.
VALOR MENSAL: R$ 2.433,89 (Dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nova centavos).
VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 31 de agosto de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

Ivatuba, 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:E6CE1D35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 020/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Jessica Caroline de Paula Massini, inscrita no CPF/MF sob nº. 068. ***. ***-31.

OBJETO: Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Professora (temporário)** no Município de Ivatuba, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **20 (vinte)** horas semanais.
VALOR MENSAL: R$ 2.433,89 (Dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nova centavos).
VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 31 de agosto de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.
FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

Ivatuba, 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:61E77DD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 032/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente J DE BRITO – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, inscrita no CNPJ nº.32.282.308/0001-63, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de pessoa jurídica, para o fornecimento de bolsas de colostomia, conforme as especificações médicas prescritas para atendimento de paciente deste Município que necessita do referido material de forma contínua, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 032/2026-PMI, no valor de R$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais).

Ivatuba/Pr, 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:96258D85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 123/2026

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento de todos os interessados a **SUSPENSÃO** da **LICITAÇÃO**, na modalidade **Pregão ELETRÔNICO**, nos moldes da Lei n.º 14.133/2021, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CARREGADEIRA COMPACTA SOBRE PNEUS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 58CV, ANO DE FABRICAÇÃO EM CURSO OU POSTERIOR; PESO OPERACIONAL MÍNIMO: 2.800 KG; MOTOR Á DIESEL; CAÇAMBA DE USO GERAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,40 M³. GARANTIA DE 12 MESES. A CONTRATAÇÃO SERÁ CUSTEADA COM RECURSOS DO CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR N° 997832/2026 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MINICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR. A suspensão ocorre para fins de retificação do edital, após pedidos de impugnação das empresas MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA e PETKOV GLOBAL BRANDS LTDA. O edital retificado será republicado oportunamente, com a devida reabertura dos prazos legais.

Jaguapitã – PR, 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:F191F54E

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 088/2026

Dispõe sobre os procedimentos e o cronograma para análise, saneamento e execução das Emendas Impositivas Individuais e de Bancada previstas na Lei Orçamentária Anual do Município de Jaguapitã para o exercício de 2026, e dá outras providências.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 165 e 166 da Constituição Federal, especialmente quanto ao dever de execução das programações orçamentárias e à possibilidade de não execução quando caracterizado impedimento de ordem técnica;

CONSIDERANDO o disposto no art. 123-A da Lei Orgânica do Município de Jaguapitã, acrescido pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2023, que institui as emendas individuais e coletivas e estabelece sua execução obrigatória, ressalvados os casos de impedimento de ordem técnica;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 32/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos uniformes, objetivos e transparentes para a análise das programações decorrentes das emendas impositivas incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer cronograma para análise e eventual saneamento dos impedimentos de ordem técnica, especialmente em razão de o presente ato ser editado no decorrer do exercício financeiro;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de adotar as medidas necessárias à efetiva execução das programações orçamentárias, observados os requisitos legais, orçamentários, financeiros e técnicos;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece os procedimentos e o cronograma para análise, verificação de impedimentos de ordem técnica, adoção de medidas saneadoras e execução das programações decorrentes das **Emendas Impositivas Individuais e de Bancada** incluídas na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Jaguapitã para o exercício de 2026.

Art. 2º A execução das emendas impositivas observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, equidade e rastreabilidade dos recursos públicos.

Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:
I – **Emenda Impositiva Individual:** programação orçamentária decorrente de emenda apresentada individualmente por Vereador;

II – **Emenda Impositiva de Bancada:** programação orçamentária decorrente de emenda apresentada pela bancada de Vereadores, na forma da legislação municipal;
III – **Unidade Gestora:** órgão ou entidade responsável pela execução da programação orçamentária;
IV – **Beneficiário:** pessoa jurídica, entidade, consórcio ou órgão indicado como destinatário dos recursos, quando for o caso;
V – **Impedimento de ordem técnica:** situação ou evento de ordem fática ou legal que obste ou suspenda a execução da programação orçamentária;
VI – **Medida saneadora:** providência necessária à superação de impedimento de ordem técnica, permitindo a execução da programação.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE DAS PROGRAMAÇÕES

Art. 4º Compete às unidades gestoras responsáveis pelas programações das emendas realizar a análise técnica necessária à verificação de sua viabilidade e da existência de eventuais impedimentos de ordem técnica.

Art. 5º A análise deverá verificar, no mínimo:
I – a compatibilidade do objeto da emenda com a ação e o programa orçamentário;
II – a compatibilidade com as atribuições e finalidades da unidade gestora;
III – a adequação da classificação orçamentária;
IV – a suficiência dos recursos para execução do objeto proposto;
V – a compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA;
VI – a existência de projeto, licença, autorização ou documentação técnica exigível;
VII – a regularidade do beneficiário e da documentação necessária, quando houver transferência de recursos;
VIII – a possibilidade de execução dentro do exercício financeiro ou mediante procedimento legalmente admitido para restos a pagar;
IX – a existência de qualquer outro impedimento fático ou legal que efetivamente obste ou suspenda a execução.

Art. 6º Poderão caracterizar impedimento de ordem técnica, entre outras situações devidamente justificadas:
I – incompatibilidade do objeto com a ação ou programa orçamentário;
II – insuficiência dos recursos para execução do objeto ou de etapa útil e funcional;
III – ausência de projeto ou documentação técnica necessária;
IV – ausência de licença ou autorização legalmente exigível;
V – incompatibilidade do objeto com as atribuições da unidade gestora;
VI – irregularidade ou ausência de documentação indispensável do beneficiário;
VII – ausência ou inadequação de plano de trabalho, quando exigível;
VIII – impossibilidade jurídica de execução do objeto;
IX – outras situações de natureza fática ou legal que efetivamente impeçam ou suspendam a execução da programação.

Parágrafo único. A caracterização do impedimento de ordem técnica deverá ser **expressamente fundamentada em manifestação técnica**, não podendo decorrer exclusivamente de conveniência ou oportunidade administrativa.

CAPÍTULO III

DO CRONOGRAMA PARA 2026

Art. 7º Considerando que este Decreto é editado no decorrer do exercício financeiro de 2026, fica estabelecido o seguinte cronograma para as programações das emendas que ainda não tenham sido integralmente executadas:
I – no prazo de **5 (cinco) dias úteis** da publicação deste Decreto, a Secretaria Municipal da Fazenda encaminhará às unidades gestoras a relação das emendas e respectivas dotações orçamentárias;
II – no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado do recebimento das informações, as unidades gestoras deverão concluir a análise técnica e encaminhar manifestação à Secretaria Municipal da Fazenda;
III – identificada situação passível de saneamento, a unidade gestora deverá indicar expressamente as providências necessárias e o prazo para sua adoção;
IV – identificada situação que configure impedimento de ordem técnica insuperável, deverá ser emitido parecer técnico fundamentado;
V – a Secretaria Municipal da Fazenda procederá à análise dos aspectos orçamentários e financeiros e, quando necessário, encaminhará a manifestação ao Gabinete do Prefeito para as providências cabíveis;
VI – as programações consideradas viáveis deverão prosseguir para execução orçamentária e financeira, observadas as demais exigências legais.
§ 1º Os prazos deste artigo constituem o cronograma administrativo aplicável ao período remanescente do exercício de 2026.
§ 2º As emendas que já estejam regularmente instruídas ou em execução não serão prejudicadas pela aplicação deste cronograma.
§ 3º A existência de saldo orçamentário ou financeiro, isoladamente, não caracteriza impedimento de ordem técnica.

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS SANEADORAS

Art. 8º Quando identificado impedimento de ordem técnica passível de correção, a unidade gestora deverá comunicar ao responsável ou beneficiário, conforme o caso, as providências necessárias à sua superação.
Art. 9º Sanado o impedimento, a unidade gestora deverá emitir manifestação conclusiva e encaminhá-la à Secretaria Municipal da Fazenda para continuidade da execução.
Art. 10. Quando o impedimento for insuperável, deverão ser adotadas as providências previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, na LDO e demais normas aplicáveis, inclusive quanto à eventual alteração ou remanejamento da programação.
Parágrafo único. O remanejamento de programação somente poderá ocorrer nas hipóteses e condições autorizadas pela legislação aplicável, preservando-se, quando cabível, as vinculações constitucionais e legais, especialmente as relativas às ações e serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 11. Superado eventual impedimento de ordem técnica e estando regular a documentação necessária, a unidade gestora deverá adotar as providências para execução da programação, observadas as normas de contratação, empenho, liquidação e pagamento aplicáveis.
Art. 12. A execução das emendas deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira e os demais requisitos legais, sem prejuízo da obrigatoriedade de execução das programações que não apresentem impedimento de ordem técnica.

Art. 13. As despesas decorrentes das emendas impositivas deverão observar as regras aplicáveis à inscrição em restos a pagar, quando não for possível concluir sua execução dentro do exercício, respeitadas as condições legais e a disponibilidade financeira.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal da Fazenda acompanhar a execução orçamentária e financeira das emendas impositivas, podendo solicitar às unidades gestoras as informações e documentos necessários.

Art. 15. As unidades gestoras deverão manter atualizados os processos administrativos referentes às emendas, contendo, conforme o caso:
I – indicação da emenda e respectivo autor;
II – objeto e programação orçamentária;

III – parecer ou manifestação técnica;
IV – documentação do beneficiário;
V – medidas saneadoras adotadas;
VI – informações sobre empenho, liquidação e pagamento;
VII – justificativa de eventual impedimento de ordem técnica.

Art. 16. O Município assegurará a transparência das informações relativas às emendas impositivas, observadas as normas de transparência pública e os sistemas oficiais de acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As unidades gestoras poderão expedir orientações internas necessárias à execução deste Decreto, desde que compatíveis com a legislação vigente.

Art. 18. As questões que envolverem dúvida jurídica relevante serão encaminhadas à Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 19. Este Decreto aplica-se às programações das Emendas Impositivas Individuais e de Bancada constantes da **LOA 2026** e vigorará até **31 de dezembro de 2026**, sem prejuízo das providências relativas a restos a pagar e demais obrigações que, por sua natureza, devam ser acompanhadas após o encerramento do exercício.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, EM 18 DE AGOSTO DE 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:BC475625

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 024/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JAGUAPITÃ-PR.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta da empresa vencedora, conforme segue:

FORNECEDOR: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 56.393.363/0001-99
Valor: R$ 2.402,20 (Quatro mil, quatrocentos e dois reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 29.530.767/0001-04
Valor: R$ 23.015,75 (Vinte e três mil, quinze reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: CABANA MAGAZINE LTDA
CNPJ: 51.621.518/0001-83
Valor: R$ 2.634,60 (Dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA
CNPJ: 40.138.949/0001-77
Valor: R$ 31.418,14 (Trinta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e quatorze centavos).

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA
CNPJ: 30.547.487/0001-98
Valor: R$ 21.910,30 (Vinte e um mil, novecentos e dez reais e trinta centavos).

FORNECEDOR: G A M COMERCIAL LTDA
CNPJ: 78.933.322/0001-80
Valor: R$ 166.929,60 (Cento e sessenta e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: G. FERREIRA DE SOUZA LTDA
CNPJ: 42.615.457/0001-50
Valor: R$ 9.204,85 (Nove mil, duzentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: GALERA DA CESTA BASICA LTDA
CNPJ: 45.693.344/0001-61
Valor: R$ 31.375,50 (Trinta e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: JDC COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ: 57.087.387/0001-82
Valor: R$ 3.180,20 (Três mil, cento e oitenta reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 10.675.016/0001-58
Valor: R$ 16.644,00 (Dezesseis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais).

FORNECEDOR: KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 29.755.673/0001-33
Valor: R$ 14.411,50 (Quatorze mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: LICERI COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA
CNPJ: 26.950.671/0001-07
Valor: R$ 6.655,45 (Seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: MEDINGA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 57.742.953/0001-42
Valor: R$ 9.604,00 (Nove mil, seiscentos e quatro reais).

FORNECEDOR: N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 34.090.540/0001-25
Valor: R$ 203.096,20 (Duzentos e três mil, noventa e seis reais e vinte centavos).

FORNECEDOR: PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 57.707.826/0001-02
Valor: R$ 19.925,60 (Dezenove mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA
CNPJ: 18.449.927/0001-79
Valor: R$ 9.434,00 (Nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

FORNECEDOR: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 49.059.156/0001-37
Valor: R$ 29.043,04 (Vinte e nove mil, quarenta e três reais e quatro centavos).

FORNECEDOR: SALVI, LOPES & CIA. LTDA
CNPJ: 82.478.140/0001-34
Valor: R$ 3.735,50 (Três mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

FORNECEDOR: SERVETECH SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ: 31.332.990/0001-99
Valor: R$ 2.099,65 (Dois mil, noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).

VALOR TOTAL DESTE PREGÃO: R$ 606.720,08 (Seiscentos e seis mil, setecentos e vinte reais e oito centavos).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:3096931A

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2026

CONTRATO Nº: 72/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº: 28/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADA: FL BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.393.999/0001-30.

OBJETO: Aquisição de playground infantil complementar, composto por uma torre, uma escada, um escorregador e dois balanços, destinado ao Centro Municipal de Educação Infantil Professora Ivone Damasceno de Almeida, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, custeado com recursos orçamentários de saldo residual do CMEI Prof. Ivone Damasceno de Almeida.

VALOR: R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), correspondente à aquisição de 01 (uma) unidade de playground infantil, marca/modelo Natali Brink / Play-2527.

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027, limitada à execução completa do objeto e ao adimplemento das obrigações contratuais, não sendo admitida prorrogação por não se tratar de contratação de natureza contínua.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata.

Jaguapitã - PR, 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:13B938C5

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 582/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92**(quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **LARISSA KASSIA SOBRINHO DE REZENDE,** Assistente Administrativo da Secretaria de Assistência Social, referente ao pagamento de 01 (uma) diária para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento que fará a Ibiporã - Pr., no dia 03/09/2026, para participar do curso de Fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Saída às 07h00 e retorno às 18h00 do mesmo dia, conforme o Processo nº.3922/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:11B523FE

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 583/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92**(quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **LUCIANA DA SILVA ROSA**, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais da Secretaria de Assistência Social, referente ao pagamento de 01 (uma) diária para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento que fará a Ibiporã - Pr., no dia 03/09/2026, para participar do curso de Fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Saída às 07h00 e retorno às 18h00 do mesmo dia, conforme o Processo nº.3930/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:7F01FE87

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 584/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

CANCELAR a PORTARIA Nº. 572/2026, de concessão de diária à servidora pública municipal Sra. **JOSELAINE LIMA FERREIRA**, Assistente Social, referente ao pagamento de 01(uma) diária, a cidade de Londrina – Pr., no dia 28/08/2026, devido não ter realizado o deslocamento.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:30CA674F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 585/2026

PORTARIA Nº. 585/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a aprovada no Processo Seletivo Simplificado -PSS – Edital 001/2026, com resultado Definitivo nº 07/2026 de 31/07/2026 com resultado final homologado pelo Decreto nº 079/2026 de 05/08/2026, para ingresso no contrato temporário de Excepcional Interesse Público, no cargo de Cuidador Social com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas, a partir de 01/09/2026.

NOME	CPF
JENIFER LUANA DA CRUZ SENA	***.660.159-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:EFDB5F38

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 586/2026

PORTARIA Nº. 586/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 01/09/2026, os aprovados no contrato temporário de Excepcional Interesse Público, devidamente aprovados no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 07.02/2026 de 11/08/2026, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, para ingresso no Cargo Público de Motorista de Transporte Escolar, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas:

NOME	CPF
SIDNEI DA SILVA LIMA	***.140.299-**
MARCOS ANTONIO DO AMARAL ARAUJO	***.177.229-**
JOAO LUCIO GORZONI	***.945.209-**
IVERALDO SILVA	***.323.389-**
RAIMUNDO BELARMINO DA SILVA FILHO	***.563.489-**
ROBERTO MARCOS DE ALMEIDA	***.288.209-**
DOUGLAS MANOEL RAMOS DOS SANTOS	***.473.339-**
CLODOALDO SILVA DAS VIRGENS	***.952.329-**
ADENILSON OLIVEIRA DE MELLO	***.288.889-**
DENIVALDO PAULINO DE SOUZA	***.130.409-**
SIDNEI GARCIA ALVES	***.301.699-**
VITOR MANOEL DO NASCIMENTO ROSA	***.727.149-**
LEANDRO DA PALMA RODRIGUES	***.698.979-**
RICARDO JOSE SOARES	***.561.449-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:B0656EF9

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 587/2026

PORTARIA Nº. 587/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

NOMEAR, a partir de 01/09/2026, os(as) aprovados(as) no contrato temporário de Excepcional Interesse Público, devidamente aprovados no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 07.02/2026 de 11/08/2026, com resultado final homologado pelo Decreto nº 086/2026 de 17/08/2026, para ingresso no Cargo Público de Monitor(a) de Transporte Escolar, desta Municipalidade com carga horaria semanal de 40 (quarenta) horas.

NOME	CPF
JESSICA MIGUEL DA SILVA	***.106.519-**
PATRICIA DE OLIVEIRA LIMA	***.747.548-**
ANA CLAUDIA SILVA	***.470.639-**
ANA LUIZA SERPELLONI	***.023.879-**
STEFANE MOURA DE OLIVEIRA	***.168.299-**
ANAHI GABRIELE VIEIRA PINHEIRO	***.150.369-**
ELIANE APARECIDA VIEIRA	***.270.809-**
RAFAELLA GOMES DIAS	***.291.059-**
IZAIRA RIBEIRO	***.233.169-**
SHEILA APARECIDA RODRIGUES	***.645.789-**
TREICY CAMILA SANTANA GERALDO	***.542.259-**
SIMONE ALVES RUFINO ALEXANDRE CANUTO	***.354.519-**
GEISIANE PEREIRA LIMA BERNARDO	***.131.368-**
HEDERSON RYAN JERONIMO	***.458.059-**

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 31 de agosto de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Alves
Código Identificador:7CB1BBFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 350-2026

DECRETO Nº 350/2026

SÚMULA: Convoca a II Conferência Municipal de Cultura de Jardim Olinda, destinada prioritariamente à eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura - COMCULT, e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 215, 216 e 216-A da Constituição Federal, que asseguram os direitos culturais, a proteção do patrimônio cultural e a organização do Sistema Nacional de Cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.835, de 4 de abril de 2024, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, e a importância das instâncias de participação e controle social na gestão cultural;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 953, de 5 de novembro de 2024, que criou o Conselho Municipal de Cultura - COMCULT e estabeleceu a eleição, durante a Conferência Municipal de Cultura, dos 3 (três) membros titulares da sociedade civil e de seus suplentes;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 954, de 5 de novembro de 2024, que criou o Plano Municipal de Cultura - PLAMCULT, estruturado a partir das contribuições da I Conferência Municipal de Cultura e orientado pela gestão pública participativa;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 955, de 5 de novembro de 2024, que criou o Fundo Municipal de Cultura - FUMCULT e atribuiu ao Conselho Municipal de Cultura o seu acompanhamento e fiscalização;

CONSIDERANDO a necessidade de instalar o Conselho Municipal de Cultura e de consolidar o chamado CPF da Cultura - Conselho, Plano e Fundo - como base institucional da política cultural de Jardim Olinda;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a **II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JARDIM OLINDA**, a realizar-se no dia **15 de setembro de 2026, das 08h00 às 12h00, no** endereço **Rua Dom Pedro II, CLUBE DE MÃES.**

Parágrafo único. A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA terá como tema: **"CULTURA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO COMPARTILHADA: FORTALECENDO O CPF DA CULTURA EM JARDIM OLINDA".**

Art. 2º A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA tem como objetivo principal eleger os representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Cultura - COMCULT, viabilizando sua primeira composição e instalação, nos termos da Lei Municipal nº 953/2024.

Parágrafo único. Constituem objetivos específicos da Conferência:

I - promover a participação social e o diálogo entre o Poder Público, os agentes culturais, os fazedores de cultura, as organizações culturais e a comunidade;

II - apresentar à sociedade as atribuições, competências e relevância do Conselho Municipal de Cultura;

III - fortalecer o CPF da Cultura, compreendido pelo Conselho Municipal de Cultura, pelo Plano Municipal de Cultura e pelo Fundo Municipal de Cultura;

IV - divulgar as diretrizes, os objetivos e as metas do Plano Municipal de Cultura e os mecanismos de acompanhamento e financiamento da política cultural;

V - colher proposições e encaminhamentos destinados ao aperfeiçoamento, à continuidade e à democratização das políticas públicas de cultura no Município; e

VI - estimular o cadastramento, a articulação e a formação de redes entre os agentes e segmentos culturais locais.

Art. 3º Serão eleitos, pelo voto direto e sufrágio universal das pessoas presentes e devidamente credenciadas na Conferência, 3 (três) membros titulares da sociedade civil para o Conselho Municipal de Cultura, observado o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 953/2024.

§ 1º Serão considerados eleitos titulares os 3 (três) candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos válidos, em ordem decrescente de votação.

§ 2º O candidato titular que obtiver a maior quantidade de votos exercerá a Vice-Presidência do Conselho Municipal de Cultura.

§ 3º Os demais candidatos ficarão classificados como suplentes, segundo a ordem decrescente dos votos recebidos.

§ 4º Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate definidos no Regimento da Conferência, assegurados a impessoalidade, a publicidade e o tratamento isonômico entre os candidatos.

Art. 4º Poderão participar da Conferência os cidadãos, agentes culturais, artistas, produtores, mestres e detentores de saberes, representantes de coletivos, entidades, instituições e demais interessados na política cultural do Município, observadas as regras de inscrição, credenciamento, candidatura e votação estabelecidas no Regimento.

Parágrafo único. A participação será gratuita, e o Poder Público deverá promover ampla divulgação e, na medida dos recursos disponíveis, condições de acessibilidade e participação democrática.

Art. 5º A organização e a coordenação da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA ficarão sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Cultura e Esportes, que poderá constituir Comissão Organizadora por ato próprio.

Parágrafo único. Compete à Comissão Organizadora preparar a programação, o credenciamento, o Regimento, o processo eleitoral, a apuração, a ata, o relatório final e as demais providências necessárias à realização da Conferência.

Art. 6º O Departamento Municipal de Cultura e Esportes expedirá o Regimento e os atos complementares necessários à execução deste Decreto, incluindo:

I - o prazo e a forma de inscrição de participantes e candidatos;

II - os requisitos de candidatura, em conformidade com a Lei Municipal nº 953/2024;

III - as regras de credenciamento, votação, apuração, desempate, recursos e proclamação do resultado;

IV - a programação e a metodologia dos trabalhos; e

V - as atribuições da Comissão Organizadora e da Comissão Eleitoral.

Art. 7º O resultado da eleição será registrado em ata, proclamado ao final da Conferência e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para homologação e nomeação dos representantes eleitos, juntamente com os representantes do Poder Público indicados na forma da Lei Municipal nº 953/2024.

Art. 8º As despesas decorrentes da realização da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim Olinda/PR, 31 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:DFBB30B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 002/2025

PARTES: O Consórcio Intermunicipal Para Aterro Sanitário CIAS e a Empresa AMBIENTETERRA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 15.841.049/0001-44.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: processo de Dispensa de Licitação nº 002/2025, através do Art.º 75 Inciso I, com base no Artigo 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

OBJETO: Contratação de empresa especializada EM ELABORAÇÃO DE PLANOS AMBIENTAIS DIVERSOS E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO A SEREM UTILIZADOS NO ATERRO SANITÁRIO DO CIAS e para os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário Joaquim Távora – CIAS, conforme quantitativos, especificações e detalhamentos constantes no Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses.

ESPÉCIE: As partes acima qualificadas resolvem de comum acordo e, na forma do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2025, que culminou na contratação da empresa AMBIENTETERRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 15.841.049/0001-44, que originou no Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2025, rescindi-lo amigavelmente a partir de 27 de agosto de 2026, conforme solicitação da Contratada, por SOLICITAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL encaminhado ao Presidente CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS, no dia 27 de agosto de 2026 e aceite do Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços, Senhor Marcos Guilherme da Costa Alves – Diretor Executivo do CIAS, com base no Artigo 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 31 de julho de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal/ Presidente - CIAS
Contratante

Publicado por:
Marcos Guilherme da Costa Alves
Código Identificador:20A7A859

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026
Credenciamento nº 002/2026
Processo Administrativo nº 065/2026 (E.T.P. 2026)
Protocolo Eletrônico nº 1718-2026

CHAMAMENTO PÚBLICO sob o **nº 002/2026,** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.**,através de Inexigibilidade de Licitação, para Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de reparos mecânicos em geral, com fornecimento de peças de reposição e acessórios, objetivando atender a demanda com manutenção preventiva e corretiva, para os veículos pertencentes a frota deste município.**
A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS especializadas para Prestação de Serviços de Reparos Mecânicos em Geral, com Fornecimento de Peças de Reposição e Acessórios, pelo período de 12 (doze) meses, nos prazos fixados, de acordo com as Especificações e Valores Estabelecidos neste Edital, cujo Processo e Julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei 14.133/2021, constantes no Termo de Referência (ANEXO I)**.**
A comissão de licitação constituída comunica aos interessados na execução do objeto do Edital Classificação do Chamamento Público nº 02-2026 - Credenciamento nº 02-2026, com a relação de fornecedores credenciados, no Site do Município (www.jundiaidosul.pr.gov.br), e no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DO PARANÁ, do referido Edital, conforme exigido pela Lei.
Que após a análise e verificação da DOCUMENTAÇÃO conforme exigido no Edital decidiu classificar as seguintes proponentes:
Empresa **53.634.867 JOSE SOARES**- ME, inscrita no CNPJ nº **53.634.867/0001-65**.
Envelope protocolado sob o nº 097/2026, no dia 25/08/2026.
Empresa **18.350.048 VANDERLEI TONCHE JUNIOR** - ME, inscrita no CNPJ nº **18.350.048/0001-95**.
Envelope protocolado sob o nº 098/2026, no dia 26/08/2026.
Empresa **RHONY PETERSON GAVELUK DE SOUZA- ME**, inscrita no CNPJ nº **40.220.320/0001-71**.
Envelope protocolado sob o nº 099/2026, no dia 26/08/2026.
As propostas foram oferecidas para vista e análise dos presentes e em face do exposto.

Item	Descrição	Percentual de Desconto	Valor Total
01	Prestação de serviços de reparos mecânicos em geral, com fornecimento de peças de reposição e acessórios, compreendendo os serviços de mecânica, elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de rodas, alinhamento de direção, tapeçaria, troca de óleo, lubrificantes, reparos e trocas de pneus/rodas, sistema de ar condicionado e serviços em geral para as respectivas manutenções (que atendam a qualificação do mecânico de manutenção de veículos automotores (ABNT NBR 15681) e especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296), pertencentes à Frota Oficial do Município; a serem executados conforme a necessidade, por um período de 12 (doze) meses.	30% **Tabela Traz Valor**	**R$ 2.000.000,00**

Diante do acima exposto, abre-se o prazo de 03 (três) dias úteis, para a interposição de recurso em face de classificação.
Qualquer informação deverá ser encaminhada ao e- mail: licitacao@jundiaidosul.pr.gov.br .

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

WALDERLEI LEME FERNANDES
Presidente da Comissão de Licitação/ Agente de Contratação
Portarias 001 e 002/2026

AGNALDO JOSÉ DE PAULA	*DOUGLAS FELIPE DE CARVALHO*
Equipe de Apoio	Equipe de Apoio

Ciente:

ALTAIR FERREIRA DOS SANTOS	*PAULO ROBERTO PEDRO*
Chefe de Gabinete - Portaria nº 003/2025	Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:3848F504

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Capítulo V, Artigo 42, § 2º, da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997, e considerando os serviços públicos que são realizados nos sábados e feriados apurados no período de 16 de julho de 2026 à 15 de agosto de 2026.

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a pagar aos servidores públicos municipais que prorrogaram suas jornadas de trabalho em até 50 (cinqüenta) horas mensais retroagindo seus efeitos à 16 de julho de 2026.

Matrícula	Servidor	Cargo/Função	Qtd.Horas
220537	André Fragati Siqueira	Técnico de Enfermagem	36,00
220533	Felipa Beatriz dos S. Oliveira	Enfermeira	48,00
220539	Adriele Ribeiro de Goes	Enfermeira	24,00
8741	Willyane Cristine G. Vergílio	Técnica de Enfermagem	37,30
220536	Alessandra Alves Martins	Técnica de Enfermagem	32,00
4961	Eliane Aparecida Borba	Auxiliar Serviços Gerais	6,00
8651	Gessica Loanda da Silva	Agente Com. de Saúde	6,00
220725	Jacqueline Ap. Viana Gabriel	Técnica de Enfermagem	12,00
220548	Gimayma Raiane de A. Santos	Técnica de Enfermagem	36,00

Revogam-se as disposições em contrário, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:269FE90A

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, considerando a Lei 14.434/2022, a Resolução SESA nº. 1332/2023 e a Lei Municipal nº. 720/2023,

RESOLVE

Determinar o pagamento do complemento do piso da enfermagem referente ao mês de agosto de 2026 as servidoras abaixo relacionadas:

- Alessandra Alves Martins –Técnica de Enfermagem

- André Fragati Siqueira – Técnico de Enfermagem

- Gimayma Raiane de Araujo Santos – Técnica de Enfermagem

- Ludimila Caren Martins Jesuino – Técnica de Enfermagem

- Willyane Cristine Granemann Vergílio – Técnica de Enfermagem

- Valdinéia Nunes Marcelino - Técnica de Enfermagem

- Jacqueline Aparecida Viana Gabriel – Técnica de Enfermagem

- Sílvia Lea Marceno Sumizawa – Técnica de Enfermagem

Revogam-se as disposições contrárias, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:025E5B17

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 151/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, considerando o Art. 88, da Lei Municipal 90/97, de 20/03/1997,

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a conceder o pagamento de Adicional de Insalubridade aos servidores Adécio José Pinto, Agneu Cipriano da Silva, David Gonçalves de Castro, Felipe Francisco Leite, Jacquesson Miler Granemann Rodrigues, Luiz Antonio dos Santos, Vandeil Romão, Wellington Pinheiro Viana, Rodrigo Fernando Custódio Rabelo, Eliezer Teles de Oliveira, Gustavo de Paula Louzano.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:A1BFFE6D

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 152/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas em conformidade com a Lei Municipal 786/2025,

RESOLVE

Autorizar o responsável pela Divisão de R.H. a lançar nas folhas de pagamentos do mês de agosto de 2026, o valor de R$ 300,00 (trezentos reais) referente ao Programa de Alimentação do Servidor – PAS a todos os servidores ativos, efetivos, comissionados, temporários e conselheiros tutelares.

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:DB7792E4

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 154/2026

SÚMULA: Nomeia Chefe do Sistema de Controle Interno e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR., Sr. Paulo Roberto Pedro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 306/2007,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor efetivo desta municipalidade, Sr. Gabriel de Oliveira Costa, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 14.419.511-6 , inscrito no CPF/MF sob nº. 118.662.559-75, investido no cargo de Auxiliar Administrativo, para ocupar o cargo de Chefe de Controle Interno, assegurando-lhe, em face desta atribuição extraordinária, função gratificada " FG 01 ", em conformidade como § 8º., da Tabela 3, do anexo III, da Lei Municipal nº. 501/2017, por exercer a referida função até a data de 31 de dezembro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2026, revogando as disposições contrárias e com posterior publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR. 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:437DC286

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 39/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 782, de 04 de julho de 2025, que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí do Sul – PRODESUL, estabelece procedimentos para concessão de incentivos econômicos, transferência de imóveis públicos, elaboração do Plano de Metas, realização de

concorrência pública, garantias registrais e fiscalização das obrigações assumidas pelas empresas beneficiárias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 782/2025;
DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos relativos à concessão dos incentivos previstos na Lei Municipal nº 782/2025 – PRODESUL.
Art. 2º O PRODESUL será coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio.
Art. 3º Para fins deste Decreto, considera-se:
I – empresa interessada: pessoa jurídica que protocole requerimento visando obtenção de benefícios do PRODESUL;
II – empresa beneficiária: empresa aprovada nos procedimentos previstos neste Decreto;
III – Plano de Metas: instrumento administrativo contendo as obrigações assumidas pela empresa perante o Município;
IV – garantia registral: mecanismo de segurança jurídica destinado a assegurar à empresa beneficiária a futura transferência do imóvel ou a resolução do negócio, compreendendo a concessão de direito real de uso, a doação com encargo e o compromisso de compra e venda, conforme o caso;
V – concessão de direito real de uso: direito real resolúvel, instituído nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, que permite à empresa beneficiária o uso do imóvel público sem transferência da propriedade, até o cumprimento das condições pactuadas;
VI – doação com encargo: doação de imóvel público condicionada ao cumprimento de encargos pela empresa beneficiária, com cláusula de reversão;
VII – compromisso de compra e venda: instrumento pelo qual o Município promete alienar, e a empresa beneficiária promete adquirir, mediante pagamento parcelado, imóvel público, nos termos dos arts. 1.417 e 1.418 do Código Civil;
VIII – cláusula de reversão: previsão contratual e registral destinada à retomada do imóvel pelo Município ou à resolução do negócio jurídico, em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiária.
CAPÍTULO II - DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO
Art. 4º As empresas interessadas em aderir ao PRODESUL deverão protocolar requerimento administrativo dirigido ao Prefeito Municipal.
Art. 5º O requerimento deverá indicar expressamente qual benefício pretende obter, dentre os previstos nos arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 782/2025, especialmente:
I – doação de terreno público;
II – alienação de barracões ou terrenos públicos com desconto do valor de mercado;
III – concessão de direito real de uso de terrenos ou barracões;
IV – locação de imóveis privados para transferência às empresas;
V – incentivos fiscais e administrativos;
VI – devolução de parcela de ICMS;
VII – isenção de ISSQN vinculada à contratação de mão de obra local.
Art. 6º O requerimento deverá ser instruído com:
I – identificação da empresa;
II – contrato social atualizado;
III – comprovante de inscrição no CNPJ;
IV – projeção de investimentos;
V – estimativa de empregos;
VI – cronograma de implantação;
VII – declaração de ciência das normas do PRODESUL.
Art. 7º Recebido o requerimento, será instaurado processo administrativo próprio.
§1º O Departamento de Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio realizará análise preliminar da documentação.
§2º Verificada ausência documental, a empresa será intimada para complementação no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

CAPÍTULO III - DO PLANO DE METAS
Art. 8º Após análise preliminar da documentação, será elaborado Plano de Metas em conjunto entre o Município e a empresa interessada.
Art. 9º O Plano de Metas deverá conter:
I – Número mínimo de empregos formais a serem gerados;
II – cronograma de implantação;
III – prazo para início das operações;
IV – valor estimado do investimento privado;
V – prazo mínimo de manutenção das atividades;
VI – compromisso de priorização de mão de obra local;
VII – critérios de fiscalização;
VIII – penalidades em caso de descumprimento;
IX – projeção de faturamento e geração de tributos municipais decorrentes da atividade da empresa.
Art. 10. O início das operações deverá ocorrer em até 12 (doze) meses, admitida prorrogação única de até 6 (seis) meses mediante justificativa aprovada pela Comissão de Avaliação.
Parágrafo único. Nos casos em que a implantação do empreendimento depender de construção, o prazo definido no caput deverá ser observado para o início das obras.
Art. 11. O custo-retorno do investimento público deverá observar o limite previsto no art. 7º, §1º, da Lei Municipal nº 782/2025.
§1º O cálculo será elaborado pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio.
§2º O valor máximo poderá ser atualizado mediante decreto específico.
Art. 12. As vagas geradas deverão ser destinadas prioritariamente a moradores de Jundiaí do Sul/PR.
§1º Deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local, sempre que houver disponibilidade de profissionais compatíveis com as funções exigidas.
§2º O Município poderá promover programas de qualificação profissional para atendimento das demandas das empresas beneficiárias.
§3º Em nenhuma hipótese o Município influenciará no processo de contratação de trabalhadores.

CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PRODESUL
Art. 13. A Comissão de Avaliação do PRODESUL será designada por Portaria do Prefeito Municipal.
Art. 14. A Comissão será composta por:
I – 01 representante do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio;
II – 01 representante da Divisão de Contabilidade;
III – 01 representante da Divisão de Tributação;
IV – 01 representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo;
V – 01 representante da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara.
Art. 15. O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Industria e Comércio exercerá a Presidência da Comissão.
Art. 16. Compete à Comissão:
I – analisar os requerimentos;
II – analisar os Planos de Metas;
III – emitir parecer técnico;
IV – acompanhar o cumprimento das metas;
V – recomendar concessão, suspensão ou revogação de benefícios;
VI – analisar pedidos de repactuação.

CAPÍTULO V - DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA
Art. 17. Será obrigatória a realização de licitação na modalidade concorrência pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos casos de:
I – doação de terrenos públicos;
II – alienação de barracões ou terrenos públicos;
III – concessão de direito real de uso de terrenos ou barracões;
Art. 18. A concorrência pública terá por finalidade assegurar:
I – transparência;
II – impessoalidade;
III – competitividade;
IV – seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público;
V – promoção do desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Art. 19. A concorrência pública poderá adotar critérios de julgamento relacionados a:
I – número de empregos a serem gerados;
II – valor do investimento privado;
III – prazo de implantação;
IV – projeção de arrecadação tributária;
V – contratação de mão de obra local;
VI – impacto econômico e social do empreendimento.
Art. 20. A empresa que originariamente provocar o procedimento administrativo não terá direito de preferência no certame licitatório.
Art. 21. O edital de concorrência deverá prever obrigatoriamente:
I – descrição do imóvel;
II – finalidade econômica permitida;
III – encargos obrigatórios;
IV – Plano de Metas;
V – prazo de implantação;
VI – cláusula de reversão;
VII – garantias ao Município;
VIII – garantias registrais à empresa beneficiária;
IX – hipóteses de rescisão;
X – penalidades aplicáveis.

CAPÍTULO VI - DA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PRIVADOS
Art. 22. Nos casos previstos no art. 4º, inciso IV, da Lei Municipal nº 782/2025, não será obrigatória a realização de concorrência pública.
Art. 23. A locação de imóveis privados será efetuada nos termos da Lei nº 14.133/2021 e dependerá de:
I – inexistência de imóveis públicos disponíveis;
II – aprovação do Plano de Metas;
III – justificativa de interesse público;
IV – parecer jurídico;
V – autorização do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VII - DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA
Art. 24. Após encerramento da concorrência pública e definição da empresa vencedora, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei específico à Câmara Municipal.
Parágrafo único. O encerramento da concorrência não gera nenhum direito para a empresa até a aprovação da lei pela Câmara Municipal.
Art. 25. A lei autorizativa deverá conter:
I – identificação da empresa vencedora;
II – descrição do imóvel;
III – matrícula imobiliária;
IV – modalidade de transferência;
V – valor do imóvel;
VI – encargos assumidos;
VII – número mínimo de empregos;
VIII – prazo de implantação;
IX – cláusula de reversão;
X – ratificação do Plano de Metas.
Art. 26. Somente após aprovação da lei autorizativa poderá ocorrer:
I – doação do imóvel;
II – alienação;
III – celebração de compromisso de compra e venda;
IV – concessão de direito real de uso;
V – lavratura de escritura;
VI – registro imobiliário.
CAPÍTULO VIII - DA GARANTIA JURÍDICA ÀS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS
Seção I - Da Concessão de Direito Real de Uso e da Doação com Encargo
Art. 27. Nos casos de doação de terreno público (art. 4º, I, da Lei Municipal nº 782/2025) ou de concessão de direito real de uso de terrenos ou barracões (art. 4º, III, da Lei Municipal nº 782/2025), o Município adotará, preferencialmente, a concessão de direito real de uso resolúvel, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.
Parágrafo único. A doação com encargo somente será utilizada quando demonstrada, no processo administrativo, a inviabilidade ou a desvantagem da concessão de direito real de uso para o caso concreto, mediante justificativa técnica da Comissão de Avaliação do PRODESUL.
Art. 28. O instrumento de concessão de direito real de uso ou de doação com encargo conterá, obrigatoriamente, sob pena de nulidade:
I – a identificação do imóvel e de sua matrícula;
II – os encargos assumidos pela empresa beneficiária, correspondentes às obrigações do Plano de Metas;
III – o prazo para cumprimento dos encargos;
IV – cláusula resolutiva expressa, prevendo a reversão do imóvel ao patrimônio municipal em caso de descumprimento do Plano de Metas, nos termos do Capítulo IX.
Art. 29. O instrumento será levado a registro na matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis competente, às expensas da empresa beneficiária.
§1º Na concessão de direito real de uso, o registro confere à empresa beneficiária direito real oponível a terceiros, sem transferência da propriedade, que permanece com o Município até a eventual conversão prevista no art. 30.
§2º Na doação com encargo, o registro da cláusula de reversão assegura a possibilidade de retomada do imóvel pelo Município em caso de descumprimento, independentemente de nova manifestação de vontade da empresa beneficiária.
Art. 30. Cumprido integralmente o Plano de Metas, comprovado nos termos do Capítulo X, a Comissão de Avaliação emitirá parecer conclusivo, e o Poder Executivo poderá:
I – no caso de concessão de direito real de uso, encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei específico autorizando a conversão em doação definitiva, nos termos do Capítulo VII deste Decreto; ou
II – no caso de doação com encargo, expedir declaração de cumprimento dos encargos, para fins de cancelamento da cláusula resolutiva junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Seção II - Do Compromisso de Compra e Venda nos Casos de Alienação
Art. 31. Nos casos de alienação de barracões ou terrenos públicos com desconto (art. 4º, II, da Lei Municipal nº 782/2025), a transferência do imóvel à empresa beneficiária será formalizada por meio de Compromisso de Compra e Venda, com cláusula resolutiva expressa, nos termos dos arts. 1.417 e 1.418 do Código Civil.
Art. 32. O Compromisso de Compra e Venda conterá, obrigatoriamente:
I – a identificação do imóvel e de sua matrícula;
II – o valor de alienação, o desconto aplicado e o número, valor e periodicidade das parcelas, corrigidas pelo INPC, nos termos do art. 4º, II, da Lei Municipal nº 782/2025;
III – os encargos assumidos pela empresa beneficiária, correspondentes às obrigações do Plano de Metas;
IV – cláusula resolutiva expressa, condicionando a escritura definitiva de compra e venda:
a) à quitação integral do preço ajustado; e
b) ao cumprimento integral do Plano de Metas;
V – previsão de resolução do compromisso, judicial ou extrajudicial, nos termos do art. 251-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em caso de inadimplemento das parcelas ou de descumprimento do Plano de Metas.
Art. 33. O Compromisso de Compra e Venda será levado a registro na matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis competente, às expensas da empresa beneficiária, conferindo-lhe direito real à aquisição do imóvel, oponível a terceiros, nos termos do art. 1.417 do Código Civil.
Art. 34. Satisfeitas cumulativamente as condições previstas no art. 32, IV, a Comissão de Avaliação emitirá parecer conclusivo, e o Poder Executivo outorgará a escritura definitiva de compra e venda à empresa beneficiária, para fins de registro na matrícula do imóvel.
Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das condições previstas no art. 32, IV, autoriza o Município a promover a resolução do Compromisso de Compra e Venda, nos termos deste artigo e do Capítulo IX.

CAPÍTULO IX - DAS GARANTIAS AO MUNICÍPIO
Art. 35. Os instrumentos de transferência deverão conter cláusula expressa de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal em caso de:
I – descumprimento do Plano de Metas;
II – paralisação injustificada das atividades;
III – desvio de finalidade;
IV – não realização dos investimentos pactuados;
V – encerramento irregular das atividades;

VI – fraude ou simulação no procedimento.
Art. 36. Em caso de reversão:
I – o imóvel retornará ao patrimônio do Município;
II – poderão ser canceladas as garantias registrais;
III – o Município poderá reaver os incentivos concedidos;
IV – poderão ser aplicadas multas previstas no edital e no Termo de Compromisso.
Art. 37. O Município poderá exigir garantias adicionais compatíveis com a dimensão do investimento e dos benefícios concedidos.

CAPÍTULO X - DA FISCALIZAÇÃO
Art. 38. As empresas beneficiárias deverão apresentar relatórios semestrais demonstrando o cumprimento do Plano de Metas.
Art. 39. O Município poderá realizar:
I – diligências;
II – auditorias;
III – visitas técnicas;
IV – requisição de documentos complementares.
Art. 40. O descumprimento das obrigações poderá acarretar:
I – advertência;
II – suspensão dos benefícios;
III – revogação dos incentivos;
IV – reversão do imóvel;
V – restituição dos benefícios concedidos.
Paragrafo único. Antes da aplicação de penalidades, suspensão de benefícios ou reversão do imóvel, será assegurado à empresa beneficiária o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 41. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação do PRODESUL, mediante parecer jurídico quando necessário.
Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adauheber Macedo da Silva
Código Identificador:2EDFF850

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA 153/2026

PORTARIA Nº 153/2026

SÚMULA: Designa os membros da Comissão de Avaliação do Programa de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí do Sul – PRODESUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 13 do Decreto Municipal nº 39/2026, que estabelece que a Comissão de Avaliação do PRODESUL será designada por Portaria do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 39/2026, que estabelece a composição da Comissão de Avaliação do PRODESUL;
CONSIDERANDO o disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 39/2026, que atribui ao Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio a Presidência da Comissão;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores e representante do Poder Executivo e Poder Legislativo para comporem a **Comissão de Avaliação do Programa de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí do Sul – PRODESUL**:

I – Representante do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:
ESTHER NERY DE BARROS RODRIGUES ANDRADE, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que exercerá a **Presidência da Comissão**;
II – Representante da Divisão de Contabilidade:
JUAN EMANUEL GAVELUK DE SOUZA; Contador do Poder Executivo.
III – Representante da Divisão de Tributação:
ALESSANDRO APARECIDO FIGUEIREDO; Fiscal de Posturas e Tributos do Poder Executivo.
IV – Representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo:
ODAIR ROSILDO FARINHA; representante do Planejamento do Poder Executivo.
V – Representante da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara:
WILIAM VERGILIO, Vereador do Poder Legislativo.

Art. 2º Compete à Comissão de Avaliação do PRODESUL exercer as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 39/2026, especialmente analisar os requerimentos apresentados pelas empresas interessadas, analisar os Planos de Metas, emitir parecer técnico, acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas, recomendar a concessão, suspensão ou revogação de benefícios e analisar os pedidos de repactuação, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 3º A Comissão deverá atuar de forma colegiada, observando as disposições da Lei Municipal nº 782/2025, do Decreto Municipal nº 39/2026 e demais normas aplicáveis ao PRODESUL.

Art. 4º A participação dos membros na Comissão dar-se-á sem prejuízo das atribuições próprias de seus respectivos cargos e funções.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Esther Nery de Barros Rodrigues Andrade
Código Identificador:48B1492C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
NOTIFICAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 00.402.320/0001-78, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Alameda David Carneiro, nº 390, Centro, neste ato representa pelos servidores, Arnaldo José Ramos Júnior e Regiane do Perpétuo Maciel de Barros, vem através da presente NOTIFICAR a empresa Ecosamas – CNPJ nº 22.802.868/0001-48, relativo ao contrato nº 17/2025 (Pregão 02/2025), para que, no prazo de 24 horas, apresente comprovação de que todas as colaboradoras que estavam alocadas para prestar servidos junto à Câmara Municipal da Lapa, receberam seus salários relativo ao último mês de contrato, bem como comprovação de quitação de todas as verbas rescisórias devidas e recolhimentos necessários, conforme previsto no edital de pregão nº02/2025 e contrato.

Lapa, 31 de agosto de 2026.

REGIANE DO PERPÉTUO MACIEL DE BARROS
Gestora do Contrato

ARNALDO JOSÉ RAMOS JÚNIOR
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E5A1B7BB

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 43, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2027, do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, do Município de Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1424 de 09/10/1998, Lei Municipal nº. 3731 de 05/08/2020, regido pela Lei Municipal n° 4489 de 10/12/2025.

• Considerando o Artigo 4° Parágrafo 1° da Lei Municipal n° 4160, de 20 de Novembro de 2023;

• Considerando o Ofício Nº 146, de 16 de Julho de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 26 de Agosto de 2026, em Reunião Ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2027, do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 26 de Agosto de 2026.

ANGELA KRAINSKI DALLABONA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A52EBF41

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 44, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Aprova a alteração no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação e utilização dos rendimentos financeiros referente a Deliberação N° 004/2024- CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 1424 de 09/10/1998, Lei Municipal nº. 3731 de 05/08/2020, regido pela Lei Municipal n° 4489 de 10/12/2025.

• Considerando a Resolução n° 15, de 22 de Maio de 2024, que Aprovou o Termo de Adesão e Plano de Ação para o Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, para o Município da Lapa/PR;

• Considerando o Ofício Nº 187, de 24 de Agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher que solicita a alteração do Plano de Trabalho e de Aplicação, bem como a utilização de saldo dos rendimentos financeiros da Deliberação N° 004/2024- CEDM/PR,

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 26 de Agosto de 2026, em Reunião Ordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a alteração do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação referente a Deliberação N° 004/2024, CEDM/PR, para o Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres.

Art. 2º Aprovar a utilização do saldo de rendimentos financeiros, no valor total de R$ 10.095,95 (dez mil, noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), para o "Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres", no Município da Lapa/PR.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 26 de Agosto de 2026.

ANGELA KRAINSKI DALLABONA
Presidente do CMDM

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:499FFB01

GABINETE
DECRETO Nº 29902, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Nomeia ELVIS MARQUES HENRIQUESSON, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A).

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 16996/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 02.09.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de ENFERMEIRO (A), abaixo relacionado(a):

ELVIS MARQUES HENRIQUESSON
RG:43.164.452-4/SP
CPF: 330.165.978-02
CARGO: ENFERMEIRO (A)
GRUPO OCUPACIONAL NIVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA 30 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 31 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3211EDC9

GABINETE
DECRETO Nº 29903, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Exonera, por motivo de falecimento, a servidora EVA APARECIDA CARDOSO.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 21841/2026, do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

• Considerando a Certidão de Óbito Matrícula n.° 083683 01 55 2026 4 00040 138 0013836 72,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica EXONERADA, por motivo de FALECIMENTO, a partir de 21.08.2026, a funcionária abaixo relacionada:

EVA APARECIDA CARDOSO
RG: 8832659-8/PR
CPF: 054.307.909-07
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERÊNCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do município da Lapa, em 31 de Agosto de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AE27CC2B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, Estado do Paraná, CNPJ nº 04.809.888/0001-69, sediado na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408 Centro da Cidade de Lapa – PR, representado pelo seu Diretor Presidente, torna pública a anulação do Aviso de Dispensa de Licitação n° 01/2026, cujo objeto é aquisição de equipamentos de informática, multimídia e sistemas destinados à estruturação, modernização e manutenção do Instituto LAPAPREVI.

Lapa, 31 de agosto de 2026

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AD0DCE7B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 048/2026– UASG 987657-SRP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recreação infantil, compreendendo o fornecimento, montagem, operação e desmontagem de brinquedos infláveis, máquinas de pipoca e algodão-doce, bem como a realização de apresentações artísticas com temáticas infantis ,com disponibilização de equipe operacional qualificada, destinados à programação de eventos comemorativos promovidos pela Secretaria, mediante Ata de Registro de Preços.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 18/09/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 18/09/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO:R$ 180.673,33(cento e oitenta mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e três centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 31 de agosto de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0BBB6A29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
RAFAELA MAIA HAMMERSCHMIDT	MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40H

Lapa, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:131BE49E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 845, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica determinada, aos servidores abaixo especificados, a realização de perícia médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
5238	2	ANGELA BATISTA SCHUSTER	PROFESSOR
82252	1	BRUNO DOS ANJOS ALVES RIBEIRO	MOTORISTA HABILITACAO D
10478	5	MARLENE COELHO ALBERTI	PROFESSOR
82019	5	SIMONE DO CARMO SILVEIRA LOURENCO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

Art. 2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS, CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica.
Art. 3º A perícia será realizada em 28 de agosto de 2026, a partir das 9 horas, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CFFDFF2B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 846, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação/complementação do artigo 2° da Portaria 786 de 2026, acerca das competências das Funções Gratificadas.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificado ou complementado o artigo 2° da Estrutura das Funções Gratificadas do Município, organizada por Secretarias, em conformidade com a Lei Municipal n° 4.337 de 04 de fevereiro de 2025 e com as alterações promovidas pelo Decreto n° 29.814 de 3 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO
Onde se lê:

SUPERINTENDENCIA DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITARIO

Leia-se:

GESTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E SANITÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

Onde se lê:

DIVISÃO DE APOIO AO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MUSICAL E PROJETOS EDUCACIONAIS

Leia-se:

DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUSICAL, PROJETOS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Onde se lê:

COORDENAÇÃO GERAL DO CAIC

Leia-se:

COORDENADORIA GERAL DO CAIC - CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Onde se lê:

DIREÇÃO GERAL CLÍNICA DA MMHC

Leia-se:

DIREÇÃO GERAL TÉCNICA DA MMHC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Coordenadoria Financeira, Orçamentária e de Gestão de Fundos

I. Planejar, coordenar e acompanhar a execução do orçamento da área de assistência social;
II. Coordenar e realizar o controle das receitas e despesas dentro dos limites orçamentários estabelecidos;
III. Coordenar e garantir a alocação adequada de recursos financeiros para as ações e programas do SUAS;
IV. Acompanhar a execução financeira dos convênios e transferências voluntárias;
V. Coordenar a execução e o controle dos Fundos de Assistência Social, como o FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social);
VI. Acompanhar e garantir a aplicação correta dos recursos provenientes de convênios, transferências de fundos e outros meios;
VII. Elaborar relatórios financeiros e orçamentários para prestação de contas junto aos órgãos competentes (como o Ministério da Cidadania ou a Secretaria de Assistência Social);
VIII. Desenvolver e implementar estratégias de planejamento financeiro para atender às demandas e necessidades da política de assistência social;
IX. Analisar e monitorar o desempenho orçamentário, visando o cumprimento das metas e o correto uso dos recursos;
X. Controlar e revisar os processos de execução financeira e orçamentária das ações do SUAS;
XI. Coordenar a formalização de convênios e contratos relacionados ao financiamento de projetos e ações do SUAS;
XII. Acompanhar o cumprimento dos contratos e convênios, verificando se as metas e os resultados estão sendo atingidos;
XIII. Realizar o controle da documentação necessária para a prestação de contas de convênios e transferências;
XIV. Elaborar relatórios financeiros e de acompanhamento orçamentário para gestão interna e para os órgãos superiores;
XV. Garantir que a prestação de contas seja feita dentro dos prazos e de forma adequada, conforme as exigências legais;
XVI. Promover treinamentos e capacitações sobre gestão orçamentária e financeira para os profissionais envolvidos na execução de programas;
XVII. Implementar e coordenar procedimentos de controle interno e auditoria financeira para garantir a transparência e a integridade na aplicação dos recursos;
XVIII. Coordenar e acompanhar auditorias externas e internas, em relação a área financeira, garantindo que as correções necessárias sejam realizadas;
XIX. Prestar assessoria aos gestores e outros profissionais da área, garantindo a eficiência da gestão financeira e orçamentária;
XX. Coordenar e orientar a equipe da área financeira sobre os procedimentos administrativos e financeiros dentro do SUAS.

SEÇÃO DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL (SEM ONUS)
I. Coordenar a coleta, sistematização e análise de dados provenientes de bases como CadÚnico, CadSUAS, Censo SUAS e outras fontes relevantes, com foco em identificar situações de risco e vulnerabilidade social nos territórios;
II. Supervisionar a produção de diagnósticos e estudos territoriais, considerando as especificidades regionais e sociais, com vistas ao planejamento e à qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais;
III. Elaborar e revisar relatórios, mapas e indicadores sociais, assegurando que as informações geradas subsidiem a tomada de decisão da gestão da política de assistência social;
IV. Planejar e coordenar ações de monitoramento e avaliação das situações de vulnerabilidade e das respostas socioassistenciais implementadas, propondo ajustes e melhorias conforme os resultados obtidos;
V. Orientar e capacitar a equipe técnica do município, promovendo a padronização de procedimentos técnicos e metodológicos;
VI. Articular-se com outras divisões e setores da política de assistência social, além de órgãos intersetoriais, para garantir a efetividade das ações planejadas e o compartilhamento de informações estratégicas;
VII. Garantir a atualização contínua das bases de dados, mantendo a qualidade e integridade das informações utilizadas na análise e no planejamento das ações do SUAS;
VIII. Acompanhar as mudanças no cenário social e propor ações preventivas frente a novas situações de risco identificadas;
IX. Participar da elaboração do Plano Municipal/Estadual de Assistência Social, contribuindo com informações e diagnósticos produzidos pela vigilância socioassistencial;
X. Assegurar o cumprimento das normativas do SUAS, em especial as relacionadas à função da vigilância socioassistencial, promovendo a gestão ética e transparente das informações;

XI. Atuar de forma estratégica, técnica e articulada com os demais componentes do SUAS.

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:52DE5244

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 848, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:**
Onde se lê:

5876-2	HILARIANE RIBEIRO BAGGIO LIMA	02/06/2024 a 01/06/2025	20/08/2026 a 29/08/2026

Leia-se:

5876-2	HILARIANE RIBEIRO BAGGIO LIMA	02/06/2024 a 01/06/2025	14/10/2026 A 23/10/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BA7E3E20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 849, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

10113-1	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	03/02/2025 a 02/02/2026	06/07/2026 a 24/07/2026

Leia-se:

10113-1	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	03/02/2025 a 02/02/2026	06/07/2026 a 16/07/2026
10113-1	CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE	03/02/2025 a 02/02/2026	04/01/2027 a 11/01/2027

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E44F72CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 850, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 646, de 30 de junho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

80945-1	MARIA JOSE DE OLIVEIRA DAS NEVES	07/02/2025 a 06/02/2026	23/07/2026 a 01/08/2026

Leia-se:

80945-1	MARIA JOSE DE OLIVEIRA DAS NEVES	07/02/2025 a 06/02/2026	05/08/2026 a 14/08/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:25D57D03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 851, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

81104-1	ANA PAULA PEREIRA SZCZPANSKI	11/07/2025 a 10/07/2026	17/08/2026 a 15/09/2026

Leia-se:

81104-1	ANA PAULA PEREIRA SZCZPANSKI	11/07/2025 a 10/07/2026	03/08/2026 a 01/09/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6E24BE88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 852, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

82318-1	SABRINA FERRARI	11/04/2025 a 10/04/2026	10/08/2026 a 21/08/2026

Leia-se:

82318-1	SABRINA FERRARI	11/04/2025 a 10/04/2026	28/09/2026 a 09/10/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4722B40B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 36/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 40.298.143/0001-46, firmam o presente Termo de Colaboração.
OBJETO: Execução do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, com aplicação dos recursos na aquisição de materiais de consumo, conforme as especificações constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Aplica-ção, visando ao fortalecimento do serviço ofertado pela entidade e à melhoria do atendimento prestado às pessoas com deficiência e suas famílias, em consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), com fundamento na Lei Mu-nicipal nº 4.578, de 03 de julho de 2026.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única.
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do Termo de Colabo-ração.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 19/08/2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

AMADEU PEDRO
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa - APAE

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7B9097E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 37/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 40.298.143/0001-46, firmam o presente Termo de Colaboração.
OBJETO: Execução do Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, com aplicação dos recursos na aquisição de materiais de consumo, conforme as especificações constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Aplica-ção, visando ao fortalecimento do serviço ofertado pela entidade e à melhoria do atendimento prestado às pessoas com deficiência e suas famílias, em consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), com fundamento na Lei Mu-nicipal nº 4.577, de 03 de julho de 2026.
VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única.
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do Termo de Colabo-ração.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 19/08/2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

AMADEU PEDRO
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa - APAE

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3A6634BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 38/2026

O Município da Lapa-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, e a Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 78.474.509/0001-63, firmam o presente Termo de Colaboração.
OBJETO: Execução do projeto "PROMOVENDO BEM-ESTAR ÀS ACOLHIDAS", mediante aplicação dos recursos na aquisição de materiais de consumo, que serão utilizados para a melhoria do atendimento prestado pela entidade, conforme as es-pecificações constantes no Plano de Trabalho e no Plano de Aplicação, visando ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil (OSC) e à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante transferência de recursos financeiros, com fundamento na Lei Municipal nº 4.573, de 02 de julho de 2026.
VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em parcela única.
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do Termo de Colabo-ração.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 24/08/2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

IVANA BELKYS WIEDMER BOSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

MARIA DELOURDES BARBOZA HOFFMANN
Presidente da Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:71436C57

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 211/2023

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 38/2023 (PD Nº 18340/2023)
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS E CONCESSÕES PÚBLICAS (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28628 DE 31.03.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. CÉLIA REGINA ROCHA.
LOCADOR: SRS. FRANCISCO HAMMERSCHMIDT NETO E SRA. ANDREA SANTOS HAMMERSCHMIDT, REPRESENTADOS POR CLÓVIS SILVEIRA IMÓVEIS E TREINAMENTOS LTDA ME, CNPJ SOB Nº 19.927.162/0001-06, REPRESENTADA PELO SR. CLÓVIS SILVEIRA RAMOS.
OBJETO: LOCAÇÃO DE 1 (UM) IMÓVEL NÃO COMERCIAL, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 159,90M², NA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DA LAPA, SITUADO NA LOCALIZADO NA RUA EUFRÁSIO CORTES, Nº 82, CENTRO - LAPA/PR, IMÓVEL ESTE A SER UTILIZADO COMO SEDE NO CONVENIO ENTRE UFPR, PREFEITURA MUNICIPAL E SOCIEDADE RURAL DA LAPA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1240/2026 (PD Nº 19072/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS E CONCESSÕES

PÚBLICAS; CONSIDERANDO O PARECER Nº 701/2026/PGM E ERRATA:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 211/2023, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 15.09.2026 E 14.09.2027, COM VALOR CONTRATUAL DE R$ 34.800,00 (TRINTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1720
ÓRGÃO: 19 - SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS E CONCESSÕES PÚBLICAS
UNIDADE: 1 - GABINETE DO SECRETÁRIO
AÇÃO: 2377 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3.339.039.100.000.000.000 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FB417AA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. VITORIA OLIVEIRA DA ROSA, CPF Nº 117.686.559-52.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 03 - ARTES/ARTESANATO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1259/2026 (PD Nº 19444/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 750/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 099/2024, POR MAIS 12(DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 38.982,80 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 23,77 (VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D76D9E87

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. FRANCIELE APARECIDA DE ARAUJO OLIVEIRA, CPF Nº 107.451.019-41.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ – ITEM 03 - ARTES/ARTESANATO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1247/2026 (PD Nº 19235/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 729/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 38.982,80 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 23,77 (VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:87057F12

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. TAINARA WEGA MANNSEK, CPF Nº 120.528.109-60.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO

INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 03 ARTES/ARTESANATO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1257/2026 (PD Nº 19378/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 751/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 38.982,80 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 23,77 (VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6A02B4E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. HELENICE GRANDE LECH, CPF Nº 083.182.499-92.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 06 – PROJETOS MATEMATICOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1250/2026 (PD Nº 19312/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 730/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 36.604,80 (TRINTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A08D3511

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. CASSIELI DA SILVA LIMA, CPF Nº 492.361.448-02.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, - ITEM 06 - PROJETOS MATEMÁTICOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1244/2026 (PD Nº 19210/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 734/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 36.604,80 (TRINTA E SEIS MIL, SEISENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8E6D59D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.

CONTRATADO: SRA. TAMIRES DE FÁTIMA CAMPOS BILL, CPF Nº 065.014.499-60.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 07 - PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1258/2026 (PD Nº 19392/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 749/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 36.604,80 (TRINTA E SEIS MIL, SEISENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 22,32 (VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:990B0CC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 111/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SRA. KATIELLY BARBOSA GERALDINO, CPF Nº 078.266.969-76.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, - ITEM 11- XADREZ.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1254/2026 (PD Nº 19318/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 732/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 111/2024, POR MAIS 12(DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 29.487,20 (VINTE E NOVE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS), SENDO R$ 17,98 (DEZESSETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8DFB9CC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 098/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SR. ERICK KRAINSKI PEDRO, CPF Nº 125.076.059-36.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, ITEM 03 – ARTES/ARTESANATO.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1246/2026 (PD Nº 19225/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 731/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 098/2024, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 38.982,80 (TRINTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS), SENDO R$ 23,77 (VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:305996D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 103/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2024 (PD 22959/2024)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E

CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: JENYFFER NEUBAUER DE LIMA MACANHÃO, CPF Nº 086.442.709-31.
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, - ITEM 05 - PRÁTICAS ESPORTIVAS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1253/2026 (PD Nº 19316/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 733/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 103/2024, POR MAIS 12(DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 06.09.2026 E 05.09.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$ 40.852,40 (QUARENTA MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS), SENDO R$ 24,91 (VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS) O VALOR P/HORA TRABALHADA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A0E8C043

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 116/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026 (PD Nº 29715/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: UNIÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 08.985.901/0001-91, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SUA ADMINISTRADORA E NÃO SÓCIA, SRA. JANE CAROLINA DA ROSA SCHULTZ.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA EM UM TRECHO DE 964,46M DA RUA CARLOS GANZERT, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1234/2026 (PD Nº 18526/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, O PARECER TÉCNICO DA FISCAL DO CONTRATO ENGENHEIRA SRA. BIANCA HYGINO DE LIMA OLIVEIRA E DA SUPERINTENDENTE DE PROJETOS SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA DATADO DE 18.08.2026 E CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 793/2026/PGM, CONFORME ART. 111, DA LEI 14.133/2021:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 116/2026 POR MAIS 02 (DOIS) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.11.2026 E 08.01.2027
FICA PRORROGADO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 116/2026 POR MAIS 02 (DOIS) MESES, E, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30.08.2026 E 29.10.2026.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 28/08/2026
DATA ASSINATURA: 28/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7FB54B4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 133/2025
Procedimento Licitatório nº 144/2025
PREGAO ELETRONICO nº 52/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: ALISSON JOSE PROTCI ME, inscrita no CNPJ sob o n° 30.261.354/0001-50, com endereço na Rua Goiás, 10 - CEP: 85.275.000 - Bairro: Centro, Cidade de Laranjal/PR, neste ato representado pelo Sr. Alisson Jose Protci, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 101161862 e inscrito no CPF/MF sob o n° ***.737.349-**, residente e domiciliado no endereço acima citado.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS (AÇO CARBONO, TUBOS, PERFIS, CHAPAS, CANTONEIRAS, BARRAS, ROLDANAS, FECHOS E ACESSÓRIOS), BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SOLDAGEM E TORNO MECÂNICO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, REPAROS E ADEQUAÇÕES EM ESTRUTURAS METÁLICAS, PORTÕES, COBERTURAS E DEMAIS INSTALAÇÕES PERTENCENTES AOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LARANJAL - PR
1º termo aditivo
DATA DO CONTRATO: 26/08/2026
VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 26/11/2027

VALOR: o saldo renovado de 25% do valor original

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:F4DAB168

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAR EXTRATO

Retificar o extrato publicado no dia 28/08/2026

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 133/2025
Procedimento Licitatório nº 144/2025
PREGAO ELETRONICO nº 52/2025

Onde se lê 100% do valor original

Leia se 25% do valor original

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:8B7C977B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 06/2026

EDITAL 07/2026
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
A **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS),** instituída pela **Portaria nº 68/2026**, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao **Departamento de Recursos Humanos,** até a data de **03 de setembro de 2026,** para apresentação da documentação necessária e assunção de vaga para **Professor Temporário**, conforme classificação e disposições estabelecidas no **Edital nº 01/2026, em conformidade com a Ata nº 04/2026, referente à Comprovação e Análise de Títulos.**

2. Elaine Santana de Oliveira
Jéssica Fernanda da Luz Dias

Laranjal, 31 de agosto de 2026

JOVANE MENDES ARAÚJO
Presidente da Comissão _PSS

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:3AA47692

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 378/2026

PORTARIA Nº 378/2026

SÚMULA: Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias** ao servidor público municipal, **Matrícula, 5781 SALATIER DE SOUZA TRINDADE,** Efetivo, Auxiliar de Serviços Grais, no período aquisitivo de **2024/2025**, a serem usufruídas no período de **01 de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de **01 de agosto de 2026**.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em **31 de agosto de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:8A4BD31D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026-PML
PROCESSO Nº. 124/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de leite desnatado, leite semi desnatado zero lactose, bebida vegetal de soja e leite integral, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Trabalho e Serviço Social e Esporte e Lazer do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 16 de setembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 554.852,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 31de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:8D94F3FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ANÁLISES DAS AMOSTRAS PE Nº 052/2026 - PML

COMUNICADO
O Departamento de Compras, da Prefeitura Municipal de Loanda-Pr, comunica às empresas participantes do Pregão Eletrônico de nº 52/2026, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, que no dia **02 de Setembro de 2026 (quarta-feira) a partir das 14 (quatorze) horas**, **no Paço Municipal, localizado na Rua Mato Grosso, 354, Bairro Alto da Glória,** serão feitas as análises das amostras encaminhadas pelas respectivas empresas.

Loanda, 31 de Agosto de 2026.

ADRIANA TAVELIN BONETTI
Diretora Geral de Administração

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:69B8ACD0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº036/2026-PML

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE Nº.036/2026-PML

RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E EDNEUZA LAUREANO NASCIMENTO DE BRITO

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 **resolve rescindir unilateralmente** o **Contrato de Credenciamento nº036/2026-PML**, firmado com **EDNEUZA LAUREANO NASCIMENTO DE BRITO**, brasileira, portadora do CPF nº039.757.769-94, RG nº8.031.660-7, residente e domiciliada na Rua Orlando Shott, nº071, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9826-8366, doravante denominado CREDENCIADA, com fundamento no **art. 079 da Lei nº 8.666/93,** bem como em atendimento à **solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Loanda, por intermédio de seu Prefeito Municipal decide rescindir o Contrato nº036/2026 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, está rescindido o Contrato nº036/2026-PML, firmado em 25/02/2026, de forma unilateral, com fundamento no Art. 137, Inciso I da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

E por fim assino presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 02 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:3D3BA4FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº040/2026-PML

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE Nº.040/2026-PML

RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E LETICIA BARROS PEREIRA

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 **resolve rescindir unilateralmente** o **Contrato de Credenciamento nº040/2026-PML**, firmado com **LETICIA BARROS PEREIRA,** brasileira, portadora do CPF nº 142.973.799-96, RG nº16.393.251-2, residente e domiciliada na Rua Ramiro de Pauli, nº07, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9978-7065, doravante denominado CREDENCIADA, com fundamento no Art. 137, Inciso I da Lei 14.133/21**,** bem como em atendimento à **solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Loanda, por intermédio de seu Prefeito Municipal decide rescindir o Contrato nº040/2026 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, está rescindido o Contrato nº040/2026-PML, firmado em 12/03/2026, de forma unilateral, com fundamento no Art. 137, Inciso I da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

E por fim assino presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 08 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Testemunhas:
_____ _
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C3EF9CE0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº061/2026-PML

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE Nº.061/2026-PML

RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E LUCIANA MARIA DE ARAUJO

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 **resolve rescindir unilateralmente** o **Contrato de Credenciamento nº061/2026-PML**, firmado com **LUCIANA MARIA DE ARAUJO**, brasileira, inscrito no CPF/MF nº 252.643.008-95 e, RG nº 28.361.016-5 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Monsenhor Antônio F. Júnior, nº 274, CEP: 87.900-000, Telefone: (44) 99729-3585, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADA, com fundamento no Art. 137, Inciso I da Lei 14.133/21**,** bem como em atendimento à **solicitação formal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Loanda, por intermédio de seu Prefeito Municipal decide rescindir o Contrato nº061/2026 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de Instrutor de Artes Marciais (karatê), capoeira, dança, técnico em informática, instrutor de esportes, professor de inglês, teatro, e dois pedagogos para atender as oficinas de jogos e brincadeiras e recomposição de conteúdo, para desenvolver oficinas atendendo assim as necessidades das Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira e oficinas que serão atendidas em conjunto com o CRAS, que atenderá as crianças no ano letivo de 2026 no período integral.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, está rescindido o Contrato nº061/2026-PML, firmado em 05/05/2026, de forma unilateral, com fundamento no Art. 137, Inciso I da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

E por fim assino presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E9EE6D25

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº093/2025-PML

RESCISÃO DO CONTRATO DE Nº.093/2025-PML

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E ROSANGELA VIANA FERREIRA

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CONTRATANTE neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 e a senhora **ROSANGELA VIANA FERREIRA,** brasileira, portadora do RG nº 8.491.683-8 SSP/PR, inscrita no CPF nº 008.048.189-24, residente e domiciliada na Rua Presidente Bernardes, nº44, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9949-9032, doravante denominada CREDENCIADO, ajustam e firmam a presente rescisão.

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes em comum acordo resolvem pela realização de rescisão amigável do Contrato nº093/2025 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Considerando pedido de descredenciamento, tendo em vista que o credenciado não tem interesse no prosseguimento do referido contrato, razão pela qual essa municipalidade acolheu o pedido.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, por consenso e transigência entre o contratante e o contratado, está rescindido o Contrato nº093/2025-PML, firmado em 23/06/2025, de forma amigável, com fundamento na cláusula décima sexta do referido contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes dão entre si quitações mútuas, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do contrato original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das cláusulas que o compõe.

CLÁUSULA QUARTA

As partes em comum acordo renunciam expressamente o direito a qualquer indenização que porventura existir.

CLÁUSULA QUINTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 09 de julho de 2.026

Credenciante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

ROSANGELA VIANA FERREIRA
Credenciado

Testemunhas:
_____ ____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:85893963

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº142/2023-PML

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE Nº.142/2023-PML

RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LOANDA E RISOMAR GOMES DE OLIVEIRA

O **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, 354, inscrita no CNPJ nº. 76.972.074/0001-51 doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF sob nº389.032.969-15 **resolve rescindir unilateralmente** o **Contrato de Credenciamento nº142/2023-PML**, firmado com Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, doravante denominado CREDENCIANTE, e **RISOMAR GOMES DE OLIVEIRA,** brasileira, inscrita no CPF nº 632.714.359-87, e RG nº 4.210.050-1 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Otávio Sperandio, nº 219, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADA, com fundamento no Art. 078, Inciso I da Lei 8.666/93**,** bem como em atendimento à **solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Loanda, por intermédio de seu Prefeito Municipal decide rescindir o Contrato nº142/2023 – PML, o qual tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Complementares em Plantões de Profissionais de Enfermagem, Recepcionista, Atendente de Farmácia e Auxiliar de enfermagem, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA
Fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente, está rescindido o Contrato nº142/2023-PML, firmado em 01/12/2023, de forma unilateral, com fundamento no Art. 078, Inciso I da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

E por fim assino presente instrumento, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Loanda-Pr, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F6F95B6B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 002 CONTRATO Nº006/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº003

CONTRATO Nº006/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2024-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2024-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº011/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: MARIA JOSÉ LINDOLPHO

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **MARIA JOSÉ LINDOLPHO,** brasileira, portadora do RG nº 6.860.843-0 SSP/PR, inscrita no CPF nº 978.600.009-97, residente e domiciliada na Av. Brasil, nº1180, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 449.9104-3979, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº003 ao Contrato de nº006/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº006/2025-PML, objetivando o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº003 ao Contrato nº006/2025-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº006/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 30 (trinta) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 20/07/2027.

CLÁUSULA QUARTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
MARIA JOSÉ LINDOLPHO

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:A6EBCF5B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 CONTRATO Nº005/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº003

CONTRATO Nº005/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2024-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2024-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº011/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: MIRIDIAN LOPES

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **MIRIDIAN LOPES,** brasileira, portadora do RG nº 4.662.653-2 SSP/PR, inscrita no CPF nº 973.528.619-04, residente e domiciliada na Rua Fioravante Marini, nº510, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9108-5010, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº003 ao Contrato de nº005/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº005/2025-PML, objetivando o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº003 ao Contrato nº005/2025-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº005/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 30 (trinta) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 10/07/2027.

CLÁUSULA QUARTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
MIRIDIAN LOPES

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D050C999

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 CONTRATO Nº014/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº003

CONTRATO Nº014/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2024-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2024-PML

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº011/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: APARECIDA MACIEL DE TOLEDO
Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **APARECIDA MACIEL DE TOLEDO**, brasileira, portadora do RG nº5.540.158-6 SSP/PR e, inscrita no CPF nº 024.755.589-46, residente e domiciliada na Rua João Pessoa, nº335, Jardim Panorama, Fone: 449.9873-8275 na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº003 ao Contrato de nº014/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº014/2025-PML, objetivando o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº003 ao Contrato nº014/2025-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº014/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 30 (trinta) meses.
PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 23/07/2027.
CLÁUSULA QUARTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
APARECIDA MACIEL DE TOLEDO

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:05F608F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 003 CONTRATO Nº119/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº003

CONTRATO Nº119/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2024-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2023-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº011/2023-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: ANGELITA ANTONIA MACEDO DELISE
Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **ANGELITA ANTONIA MACEDO DELISE**, brasileira, portadora do RG nº 5.922.798-0 SSP/PR e, inscrita no CPF nº 815.310.879-49, residente e domiciliada na Avenida Paraná, nº1.535, Centro, CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº003 ao Contrato de nº119/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº119/2024-PML, objetivando o Credenciamento de Pessoas Físicas interessadas na prestação de serviços complementares de servente (serviços gerais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.
CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº003 ao Contrato nº119/2024-PML, possui amparo no art. 057 inciso II da Lei 8.666/93.
CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº119/2024-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 30 (trinta) meses.
PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 09/07/2027.
CLÁUSULA QUARTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
ANGELITA ANTONIA MACEDO DELISE

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C7A29313

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 579/2026

PORTARIA Nº. 579/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e requerimento;

Resolve:

Conceder a servidora JESSICA BIANCO SUNTACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, matricula 966938, 120 (cento e vinte) dias de licença para gestação, pelo período compreendido entre 21/08/2026 a 18/12/2026, nos termos do artigo 84 da Lei Municipal nº 003/92 – (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais), c/c o artigo 44 da Lei municipal nº 002/2002 (Regime Próprio de Previdência Social), acrescido de mais 60 (sessenta) dias pelo período compreendido entre 19/12/2026 a 16/02/2027, nos termos dos parágrafos 1 e 3, da Lei Complementar nº 002/2017 (Programa de Prorrogação da Licença Maternidade e a Adotante do Âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo).

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:2E0904AF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 580/2026

PORTARIA Nº. 580/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder ao servidor LUIZ CLAUDIO LEIVA, ocupante do cargo de provimento efetivo TECNICO EM RAIO-X, matrícula n° 966108, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 18/08/2026 a 24/11/2026, devendo realizar nova perícia em 25/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:D85BE501

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 581/2026

PORTARIA Nº. 581/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora MICHELY MENDES DA SILVA ROBERTO, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR INFANTIL, matrícula n° 966641, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 10/08/2026 a 24/09/2026, devendo realizar nova perícia em 25/09/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:FF2A2F5C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 582/2026

PORTARIA Nº. 582/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora TALITA CANDIDO DA SILVA JANUARIO, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, matrícula n° 966880, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 27/08/2026 a 25/11/2026, devendo realizar nova perícia em 26/11/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:EE540133

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 583/2026

PORTARIA Nº. 583/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica,

Resolve:

Conceder a servidora ANGELINA CRUSCO VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula n° 966900, auxílio-doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 21/08/2026 a 21/02/2027, devendo realizar nova perícia em 22/02/2027.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:9B668C2A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 584/2026

PORTARIA Nº. 584/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 17/08/2026;

Resolve:

Conceder a servidora GISELE REBELLO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVIÇOS GERAIS SAÚDE, matrícula nº. 966060, férias pelo período de trabalho prestado entre 11/04/2024 a 10/04/2025, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 08/09/2026 a 27/09/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 28/09/2026 a 07/10/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:7B6B834A

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E DELIBERAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE ESPORTE ATA Nº 013/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE – LOANDA/PR
ATA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E DELIBERAÇÃO DO
PLANO DECENAL MUNICIPAL DE ESPORTE
ATA Nº 013/2026

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, sexta-feira, às quatorze horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Loanda, Estado do Paraná, realizou-se a Conferência Municipal do Esporte de Loanda – 2026, com a finalidade de promover o diálogo, a participação social e o planejamento das políticas públicas esportivas do Município, bem como proceder à apresentação, discussão, aperfeiçoamento e deliberação do Plano Decenal Municipal do Esporte. Participaram do encontro autoridades municipais, membros do Conselho Municipal de Esporte, integrantes da Comissão Municipal responsável pela elaboração do Plano Decenal, vereadores, secretários municipais, representantes das instituições de ensino, entidades esportivas, clubes e associações, profissionais de Educação Física, professores, treinadores, atletas, representantes da sociedade civil e demais membros da comunidade loandense.
A abertura dos trabalhos registrou que a Conferência foi concebida como espaço institucional de escuta, participação e construção coletiva, orientada pela reflexão acerca do esporte existente no Município, do esporte pretendido para os próximos anos e das medidas necessárias à consolidação de uma política pública permanente. Foi destacado que, desde 2021, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sob a condução do Secretário Municipal Professor Fábio Henrique de Oliveira e com o apoio da Administração Municipal, vem promovendo o fortalecimento e a estruturação das políticas públicas esportivas de Loanda.
Na contextualização institucional, foram registrados os avanços obtidos pelo Município no programa estadual "O Esporte que Queremos", com a conquista dos Selos Bronze, Prata, Ouro e Plus, reconhecimentos relacionados à organização, ao planejamento, à participação social e ao fortalecimento da política municipal de esporte. Também foi informado que, até a data da Conferência, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer havia recebido, por meio do Fundo a Fundo Estadual do Esporte, o montante de R$ 1.126.296,00 (um milhão, cento e vinte e seis mil, duzentos e noventa e seis reais), sendo apresentada a busca pelo Selo Diamante como nova etapa do processo de qualificação da gestão esportiva municipal, tendo a elaboração do Plano Decenal como uma de suas ações estruturantes.
No tocante à infraestrutura, foram registrados investimentos, reformas, revitalizações e melhorias em equipamentos esportivos municipais, incluindo os Ginásios João Margato, Maria Ligiane e Vila União, o complexo esportivo localizado ao lado do Colégio Estadual Guilherme de Almeida e o Campo Antenor Leão, no Centro Social Urbano. Foi consignado que os investimentos anunciados somente nas reformas dos Ginásios João Margato e Maria Ligiane e do complexo esportivo ao lado do Colégio Estadual Guilherme de Almeida ultrapassaram R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Foram ainda registradas as arenas Meu Campinho Florisvaldo Padovini, na região da Praça da Concha, Meu Campinho Fábio Arcanjo de Lima, na região da Vila Vitória e Sol Nascente, a Arena Meu Campinho no Bairro Vila Nova, o Complexo Esportivo do Bairro Vila Nova, seis quadras poliesportivas distribuídas pela cidade, pista de skate e recape da pista do kartódromo, localizados no Centro Social Urbano, investimentos que, conforme apresentado, somam aproximadamente R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Registrou-se, ainda, que em 2026 avançou o processo para implantação de mais três estruturas do programa Meu Campinho.
Na sequência, procedeu-se à composição da frente de honra, com o registro das seguintes autoridades: José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda; Dr. Antônio Francisco Gil, Vice-Prefeito Municipal; Gabriel Feitosa Norte, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores; Fábio Henrique de Oliveira, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; e Eduardo Padovini, Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Foram igualmente registradas e agradecidas as presenças dos demais representantes do Poder Público e da sociedade civil. Após a composição, houve a execução do Hino Nacional Brasileiro e, na continuidade, os pronunciamentos das autoridades previstos na programação.
Passando ao ponto central da Conferência, foi apresentada a metodologia de elaboração do Plano Decenal Municipal do Esporte. Informou-se que, por meio do Decreto Municipal nº 163/2026, foi instituída a Comissão Municipal responsável pelo processo de elaboração do Plano, competindo-lhe, entre outras atribuições, realizar o diagnóstico da realidade esportiva municipal, promover reuniões técnicas e audiências públicas, receber propostas da comunidade, elaborar a minuta do Plano Decenal e encaminhar o documento final ao Conselho Municipal de Esporte. Esclareceu-se que o Plano constitui instrumento de planejamento de longo prazo destinado a transformar as diretrizes da política esportiva em objetivos, metas e ações verificáveis ao longo dos próximos dez anos, com horizonte de referência até 2035.
A matriz técnica apresentada foi estruturada pelos campos Diretriz, Objetivo, Meta, Ação, Indicador, Responsável e Corresponsável e organizada em três eixos estratégicos: Eixo 1 – Formação Esportiva; Eixo 2 – Excelência Esportiva; e Eixo 3 – Esporte para Toda a Vida. A sistemática foi apresentada como mecanismo para definir o resultado pretendido, as ações necessárias, as responsabilidades institucionais e os indicadores destinados ao acompanhamento e à avaliação da execução do Plano.
EIXO 1 – FORMAÇÃO ESPORTIVA. Foram discutidas as políticas de democratização do acesso, iniciação esportiva, igualdade de oportunidades, esporte escolar, valorização dos profissionais e inclusão. A matriz estabeleceu: ampliar em 20% o número de participantes das escolinhas esportivas até 2035, mediante expansão para diferentes modalidades, tendo como indicador o número de alunos matriculados; implantar pelo menos três novas modalidades esportivas até 2035, com criação de novos núcleos de treinamento; aumentar em 40% a participação feminina nas atividades esportivas, por meio de projetos específicos; realizar anualmente festivais e jogos escolares municipais, mediante calendário anual de competições escolares; realizar pelo menos um curso anual de capacitação, por meio de cursos, palestras e treinamentos; e implantar programa municipal de paradesporto até 2030, com desenvolvimento de modalidades adaptadas. Foram indicadas, conforme cada ação, responsabilidades e corresponsabilidades envolvendo Secretarias Municipais, Conselho Municipal do Esporte e instituições parceiras.

EIXO 2 – EXCELÊNCIA ESPORTIVA. O eixo concentrou-se no esporte de rendimento, na preparação técnica, na infraestrutura, na permanência dos atletas e no financiamento. Foram apresentadas como metas: ampliar em 50% a participação das equipes e atletas municipais em competições oficiais até 2035, garantindo apoio técnico, logístico e administrativo; oferecer acompanhamento técnico especializado nas modalidades prioritárias, com treinamentos específicos e intercâmbios; reformar, revitalizar ou ampliar os principais equipamentos esportivos até 2035; implantar, até 2030, programa municipal de incentivo aos atletas, com mecanismos de apoio à participação em competições; e aumentar anualmente a captação de recursos estaduais e federais, mediante elaboração de projetos para programas e editais de fomento. Os indicadores previstos abrangem número de competições disputadas, atletas atendidos, obras concluídas, atletas beneficiados e valor anual captado.

EIXO 3 – ESPORTE PARA TODA A VIDA. Foram debatidas ações destinadas à participação da população em atividades esportivas, promoção da saúde e qualidade de vida, envelhecimento ativo, inclusão social, valorização dos espaços públicos, fortalecimento do esporte comunitário e participação social. Entre as metas, constaram: aumentar em 50% o número de praticantes até 2035, com programas permanentes de atividade física e lazer; desenvolver programas contínuos de atividade física para todas as idades; implantar programa permanente para idosos até 2028; ampliar a participação de pessoas com deficiência, fortalecendo programas de esporte inclusivo; aumentar em 50% a utilização dos espaços esportivos municipais até 2035, mediante programação permanente; realizar anualmente eventos esportivos nas diferentes regiões do Município, com torneios, festivais e atividades recreativas; e realizar Conferência Municipal de Esporte a cada quatro anos, além de consultas públicas destinadas à avaliação das políticas esportivas. Os indicadores compreendem número de participantes, idosos atendidos, taxa de utilização dos espaços, eventos realizados e conferências promovidas.

Após a exposição técnica da matriz, foi aberta a etapa de participação da comunidade, ficando assegurada aos presentes a possibilidade de analisar as proposições, sugerir alterações, apresentar novas ações e indicar prioridades. O Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Fábio Henrique de Oliveira, conduziu a apresentação da matriz e orientou a dinâmica dos trabalhos. Concluído o período de discussão dos três eixos, as contribuições foram apresentadas à plenária e submetidas à apreciação e votação, nos termos da programação e do Regimento da Conferência.

Encerradas as discussões e deliberações, a plenária aprovou o Plano Decenal Municipal do Esporte de Loanda, juntamente com o respectivo pré-projeto de lei e seus anexos, ficando consignado que as propostas aprovadas seriam registradas e sistematizadas pela Comissão responsável pela elaboração do Plano Decenal para composição da versão consolidada. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento da documentação ao Poder Executivo Municipal de Loanda, para análise e adoção das providências administrativas cabíveis e, posteriormente, à Câmara Municipal de Vereadores de Loanda, para apreciação e tramitação legislativa.

Ficou registrado que o Plano Decenal deverá ser objeto de monitoramento e avaliação ao longo de sua execução, de modo a permitir o acompanhamento das metas, ações e indicadores pactuados, a verificação dos resultados alcançados e, quando necessário, a adoção de medidas de aperfeiçoamento. Ressaltou-se que a Conferência e a aprovação do Plano constituem instrumentos relevantes para consolidar uma política pública esportiva organizada, participativa, planejada e permanente, voltada às crianças, adolescentes, jovens, atletas, adultos, idosos, pessoas com deficiência e à comunidade em geral.

Antes do encerramento, foi realizado o registro fotográfico oficial da Conferência, com a participação das autoridades, membros do Conselho Municipal de Esporte, integrantes da Comissão Municipal do Plano Decenal e demais participantes. Foram registrados agradecimentos à Administração Municipal, à Câmara Municipal de Vereadores, ao Conselho Municipal de Esporte, à Comissão do Plano Decenal, às entidades, profissionais, atletas, parceiros e à comunidade participante.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos da Conferência Municipal do Esporte de Loanda – 2026. Para constar e produzir os efeitos administrativos e institucionais cabíveis, eu, Emerson Aparecido de Oliveira, Primeiro Secretário, lavrei a presente Ata nº 013/2026, que, após lida, apreciada e considerada de acordo, segue para assinatura dos responsáveis e demais participantes.

Loanda, Estado do Paraná, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO DE SOUZA PADOVINI
Presidente do Conselho Municipal de Esporte – Gestão 2025/2026

EMERSON APARECIDO DE OLIVEIRA
Primeiro Secretário

FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:0E3FB1F0

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 95/2026

LEI N. º 95/2026

SÚMULA: Denomina Praça Pública e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de CLAUDINEI DIAS a praça triangular localizada entre a Rua Paranavaí, Rua Tupã e a Rua Itu, de fronte ao Bar da Família e Marcenaria do Beto, no Bairro Vila Vitória.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de maio do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:6B14C5D8

GABINETE DO PREFEITO
LEI N. º 96/2026

LEI N. º 96/2026

SÚMULA: Denomina bens públicos municipais e dá outras providências

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominados os seguintes bens públicos municipais:
I – "PARQUE URBANO AMBIENTAL PREFEITO SARGENTO SANTOS -JOÃO NICOLAU DOS SANTOS", o Parque Ambiental atualmente identificado como Parque Urbano Ambiental Jardim Maranata;
II – "UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PREFEITO ARAPONGAS - ÁLVARO DE FREITAS NETTO", a Unidade Básica de Saúde situada no Jardim Aeroporto, atualmente identificada como UBS Jardim Aeroporto;
III – "CONDOMÍNIO DO IDOSO PREFEITO ASIO MONTICUCO", o empreendimento público municipal destinado à moradia da população idosa, denominado Condomínio do Idoso.

Art. 2º O Poder Executivo providenciará, oportunamente, a identificação dos
respectivos bens públicos com as denominações estabelecidas nesta Lei.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:2717B0A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 282/2026 DE 31 DE AGOSTO DE 2026, CONCEDER 03(TRÊS) MESES DE LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESMERALDA SEGATI

PORTARIA Nº. 282/2026 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o contido no Artigo 123, § 1º da Lei Municipal nº. 622/94-E de 05/09/1994;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora municipal **Esmeralda Segati** datado em 28/08/2026,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **03(três) meses** de **Licença Especial** a servidora pública municipal **Esmeralda Segati,** portadora do RG. nº. 16.***.848 e CPF nº. ***.202.***-50, ocupante do cargo de **Gari**, com carga horária semanal de 40 horas, referente ao quinquênio de **28/02/2019 a 27/02/2024**, a contar de **02/09/2026 a 01/12/2026**.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silmara Aparecida Dos Santos Siviero
Código Identificador:4F4C4295

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 23/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná.
CONTRATADA: NKL VANS E UTILITARIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 51.286.258/0001-37.
OBJETO: Registro de preços e contratação para fornecimento de **02 (duas) ambulâncias Tipo B – Suporte Básico, tipo furgão teto alto, novas, zero quilômetro, devidamente transformadas, equipadas e adaptadas para transporte sanitário e atendimento pré-hospitalar de suporte básico de vida**, conforme especificações constantes do Termo de Referência/Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico – SRP nº 23/2026 e proposta da contratada.
VALOR TOTAL: R$ **664.000,00** (seiscentos e sessenta e quatro mil reais), correspondente ao fornecimento de 02 (duas) unidades, ao valor unitário de R$ 332.000,00 cada.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conta da despesa nº 1900; Funcional Programática nº 08.001.10.301.0008.1035; Fonte de Recurso 0; Natureza da Despesa 4.4.90.52.99.99; Grupo da Fonte: Do Exercício.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura/publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos dos arts. 84 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
PRAZO DE ENTREGA: Máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra.
DATA DA ASSINATURA: 27 de agosto de 2026.
Lupionópolis/PR, 27 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0FB7903C

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS - PR (CNPJ/MF nº 75.845.511/0001-03)
CONTRATADA: P RURAL COMERCIO AGRICOLA LTDA (CNPJ/MF nº 23.890.784/0001-76)
OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas (semente de milho híbrido precoce), destinados ao atendimento de pequenos produtores rurais do Município de Lupionópolis/PR.
VALOR TOTAL: R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conta 5780 | Funcional 12.001.20.608.0013.2068 | Fonte 0 | Nat. Desp. 3.3.90.32.00.00 (Do Exercício)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, de 31/08/2026 a 30/08/2027
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações
FORO: Comarca de Centenário do Sul/PR

Lupionópolis/PR, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:DB60C131

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
CONTRATADA: GRÃO SUL COMÉRCIO LTDA – CNPJ nº 43.979.792/0001-09.
OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas destinados ao atendimento de pequenos produtores rurais do Município de Lupionópolis/PR.
VALOR: R$ 3.804,00 (três mil, oitocentos e quatro reais).
VIGÊNCIA: 31/08/2026 a 30/08/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.001.20.608.0013.2068 – 3.3.90.32.00.00 – Fonte 0 – Conta da Despesa nº 5780.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 31/08/2026.

Lupionópolis – PR, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:840ABCC2

GABINETE/SECRETARIA
PORTARIA Nº 92/2026

PORTARIA Nº 92/2026

Instaura Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) em face da empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA e designa responsável pela sua condução, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente os artigos 155, inciso VII, 156, 158 a 163, que disciplinam a apuração de responsabilidade e a aplicação de sanções administrativas em decorrência de infrações cometidas por contratados;

CONSIDERANDO a Ata de Registro de Preços nº 46/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 09/2026 – Pregão Eletrônico nº 04/2026, firmada entre o MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS e a empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.877/0001-05, tendo por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados aos serviços da Saúde Municipal;

CONSIDERANDO as pendências de fornecimento constatadas pelo Centro de Assistência Farmacêutica (CAF) e pelo Departamento de Fiscalização de Contratos em relação às Requisições nº 42556 (emitida em 12/05/2026, pendência total), nº 42632 (emitida em 25/05/2026, pendência parcial), nº 42715 (emitida em 09/06/2026, pendência total) e nº 42901 (emitida em 23/06/2026, pendência total);

CONSIDERANDO a Notificação Extrajudicial expedida em 31 de julho de 2026, que concedeu à contratada o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização integral das entregas e apresentação de justificativa, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a manifestação tempestivamente apresentada pela empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, contendo pedido de prorrogação de prazo, e o seu indeferimento pela direção do Centro de Assistência Farmacêutica (CAF), em razão da urgência do abastecimento e do estado de crítica escassez do estoque da farmácia municipal;

CONSIDERANDO o Memorando nº 90/2026, de 19 de agosto de 2026, do Departamento de Fiscalização de Contratos, dirigido ao Departamento de Gestão de Contratos, solicitando a instauração do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades em face da referida empresa;

CONSIDERANDO a necessidade de se assegurar à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 5º e do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) em face da empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.877/0001-05, com sede na Rua Itacolomi, nº 365, Bairro La Salle, CEP 85.505-050, Município de Pato Branco/PR, com fundamento nos artigos 155, inciso VII, e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, para apuração de eventual responsabilidade pelo retardamento e descumprimento, sem motivo justificado, das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 46/2026, notadamente quanto às Requisições nº 42556, 42632, 42715 e 42901.

Art. 2º Fica designada a servidora ARIADNY MICHELLY PELEGRINO DE CAMPOS, Gestora de Contratos (Portaria nº 17/2025), como responsável pela condução do processo administrativo ora instaurado, competindo-lhe, sem prejuízo de outras providências necessárias à instrução do feito:

I – autuar e instruir o processo administrativo com os documentos pertinentes, incluindo a Ata de Registro de Preços nº 46/2026, as Requisições nº 42556, 42632, 42715 e 42901, a Notificação Extrajudicial de 31/07/2026, a manifestação da contratada e o Memorando nº 90/2026;

II – notificar formalmente a empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo legal, nos termos do artigo 158, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, com indicação expressa dos fatos, fundamentos e possíveis sanções aplicáveis;

III – analisar as provas e argumentos apresentados pela contratada, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no artigo 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – elaborar relatório conclusivo, devidamente motivado, com proposta de arquivamento ou de aplicação de sanção administrativa, submetendo-o à autoridade competente para decisão final.

Art. 3º O processo administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, admitida prorrogação, mediante justificativa fundamentada, por igual período.

Art. 4º Ficam assegurados à empresa MEDIGRAM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, em todas as fases do processo administrativo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lupionópolis, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:04CE77B9

GABINETE/SECRETARIA
PORTARIA Nº 94/2026

Institui Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) para apuração de possíveis infrações administrativas praticadas no âmbito do Processo Licitatório nº 44/2026 (Pregão Eletrônico nº 17/2026), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que o Município de Lupionópolis instaurou o Processo Licitatório nº 44/2026 — Pregão Eletrônico (SRP) nº 17/2026, tendo por objeto o registro de preços para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas do Município, certame adjudicado e homologado em 14/07/2026 em favor da empresa TALSKI SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.318.790/0001-86;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 89/2026 – GAB.PJ/Centenário do Sul, expedido pela Promotoria de Justiça da Comarca de Centenário do Sul nos autos do Inquérito Civil MPPR nº 0033.25.000218-6, instaurado a partir do Ofício nº 188/2025 do Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (GEPATRIA), noticiando possível esquema de fraude praticado por empresas fornecedoras de softwares de pesquisa de preços, mediante utilização de modelos padronizados de instrumentos convocatórios e simulação de competitividade entre empresas vinculadas a um mesmo núcleo econômico;

CONSIDERANDO o teor do Acórdão nº 1093/26 – STP e da Informação nº 3224/26 – CMEX, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Processo nº 553992/25), que, ao apreciar contratação de idêntica natureza, reconheceram a inadequação da adoção de modelos pré-concebidos fornecidos por interessados nas contratações dessa espécie;

CONSIDERANDO o Despacho, que determinou a suspensão cautelar de todos os atos e efeitos do Processo Licitatório nº 44/2026 até a apuração e o esclarecimento dos fatos noticiados;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que exigem a instauração de processo administrativo próprio para a apuração de infrações relacionadas a procedimentos licitatórios, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades (PAAR) para apuração de eventuais infrações administrativas, previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, relacionadas ao Processo Licitatório nº 44/2026 — Pregão Eletrônico (SRP) nº 17/2026, notadamente quanto à origem dos instrumentos de planejamento do certame, à eventual disponibilização de modelos por licitante ou por terceiro a ela vinculado e à eventual simulação de competitividade entre licitantes, alcançando as empresas TALSKI SISTEMAS LTDA (CNPJ nº 19.318.790/0001-86), EBS SISTEMA DE COMPRAS LTDA (CNPJ nº 64.632.203/0001-83) e RCDNC PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ nº 27.783.574/0001-30), participantes do referido certame.
Art. 2º Determinar que a condução e a instrução do processo de que trata esta Portaria fiquem a cargo da Gestora de Contratos, servidora ARIADNY MICHELLY PELEGRINO DE CAMPOS, designada pela Portaria nº 17/2025, à qual competirá notificar as empresas envolvidas, colher e analisar as respectivas manifestações e defesas, requisitar documentos e informações aos setores municipais, instruir o feito com os elementos pertinentes e elaborar relatório conclusivo, com proposta fundamentada de aplicação ou de arquivamento das sanções cabíveis, submetendo-o à autoridade competente para decisão.
Art. 3º Fica a Gestora de Contratos incumbida de notificar as empresas TALSKI SISTEMAS LTDA, EBS SISTEMA DE COMPRAS LTDA e RCDNC PARTICIPAÇÕES LTDA para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentarem defesa prévia, com descrição clara e específica dos fatos e fundamentos que ensejaram a instauração deste processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 4º O processo administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável por igual período mediante decisão fundamentada, nos termos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 5º A instauração deste processo não se confunde com as medidas de autotutela adotadas em relação ao Processo Licitatório nº 44/2026, nem prejudica as apurações em curso perante o Ministério Público do Estado do Paraná, a quem será dada ciência desta Portaria e encaminhado o relatório conclusivo, tão logo elaborado.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lupionópolis, 31 de agosto de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:53278896

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 88/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela Décima Segunda seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 50/2026, devidamente publicado em 03/06/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
FRANCIS ANTONIO PELICER NEVES	22	06/05/1985	40º
GERSON MASSARO	20	01/03/1964	41º
MARCOS JOSÉ FRANCO	19	28/08/1980	42º
JOÃO VITOR GONÇALVES DE BARROS	19	20/09/2006	43º
RAFAEL LESSA DOS SANTOS	17	27/07/1983	44º

Os candidatos acima relacionados no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicados, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 31 de agosto de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:29247529

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de manutenção preventiva com fornecimento de peças genuínas de 20.000 km do veículo Air Cross, placa UBP 6C72, em garantia de fábrica.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, trata-se da contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva de 20.000 km do veículo Air Cross, placa UBP 6C72 atualmente em período de garantia de fábrica.
A contratação se mostra necessária e de extrema importância para garantir a eficiência e a segurança dos serviços de saúde prestados à população, uma vez que o automóvel em questão é utilizado no Transporte de pacientes para outras cidades. A manutenção preventiva de 20.000 km é indispensável para preservar a garantia de fábrica, evitar falhas mecânicas que possam comprometer a resposta rápida em situações críticas e assegurar maior durabilidade do veículo, prevenindo gastos desnecessários com reparos emergenciais.
Com a execução desta manutenção preventiva, pretende-se assegurar a plena disponibilidade do veículo para o transporte de pacientes em condições seguras e confiáveis, garantindo a continuidade dos serviços de saúde no município. Do ponto de vista do interesse público, a medida fortalece os objetivos estratégicos de governança, eficiência e transparência na gestão de recursos públicos, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade no atendimento prestado à comunidade.
Levando em consideração que a revisão é indispensável para preservar a garantia de fábrica, evitar falhas mecânicas que possam comprometer a operação do veículo e assegurar maior durabilidade, prevenindo gastos desnecessários com manutenções corretivas.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **DE MARCO AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ: 56.227.045/0001-58**, a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte da Concessionária, de orçamento com valores compatíveis e coerentes com aqueles praticados no mercado especializado, considerando-se como referência os preços públicos divulgados no site oficial da fabricante Citroen para revisões programadas.
Destaca-se que, conforme Termo de Garantia apresentado pela empresa fornecedora do veículo, a manutenção preventiva deve ser realizada obrigatoriamente em concessionárias autorizadas pela fabricante, sob pena de perda da garantia de fábrica, a qual possui vigência de 12 (doze) meses. Tal condição restringe a execução dos serviços às empresas credenciadas, dentre as quais se encontra a Concessionária DE MARCO AUTOMÓVEIS -LTDA, apta a realizar a assistência técnica.

Assim, ainda que não tenha havido a comparação entre três fornecedores distintos, a proposta apresentada é considerada adequada, idônea e compatível com os parâmetros de mercado, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A presente contratação tem por objeto a realização da manutenção preventiva de 20.000 km do veículo Air Cross, placa UBP 6C72, em período de garantia de fábrica, cuja execução deve obrigatoriamente ocorrer em concessionária autorizada pela fabricante, conforme disposto no termo de garantia, de modo a assegurar a preservação da garantia do bem, bem como a segurança e confiabilidade de sua operação.
A escolha fundamenta-se na obrigatoriedade de execução do serviço em concessionária credenciada, fator que assegura maior economicidade, celeridade e eficiência na execução contratual.
Diante da análise, resta justificada a escolha da Concessionária DE MARCO AUTOMÓVEIS -LTDA como proponente vencedora, por ser a unidade plenamente habilitada para a execução dos serviços, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sem prejuízo da preservação da garantia de fábrica do veículo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 888,00 (oitocentos e oitenta e oito reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **02 (dois) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

289 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.39.3018 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA.

286 02.013.10.301.0015.2.038.3.3.90.30.3018 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Após a convocação da vencedora para a assinatura do contrato, a mesma deverá realizar no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 155, inciso VI, c/c art. 156, inciso III e §4º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D895896F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realizar o fornecimento de bolas recreativas infantis destinadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a presente contratação decorre da necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação de adquirir materiais recreativos adequados às diferentes faixas etárias atendidas pela Rede Municipal de Ensino, destinados às ações de integração, recreação, valorização da infância e desenvolvimento dos alunos.
A contratação compreende a aquisição de bolas de vôlei recreativas e bolas infantis recreativas em vinil (PVC), considerando as características e necessidades dos diferentes públicos atendidos pela Rede Municipal de Ensino. Os materiais serão destinados aos alunos no âmbito das ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente aquelas relacionadas à comemoração do Dia das Crianças.
A utilização desses materiais em atividades lúdicas e recreativas proporciona oportunidades de movimento, interação e participação, contribuindo para o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, percepção espacial, agilidade, controle corporal e demais habilidades físicas, além de estimular aspectos relacionados à socialização, cooperação, comunicação, convivência e interação entre as crianças.
A contratação considera, ainda, a diversidade de faixas etárias atendidas pela Rede Municipal de Ensino, desde a primeira infância, nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, até os alunos das demais etapas da educação básica. Dessa forma, serão adquiridos materiais com características compatíveis com os diferentes públicos, incluindo bolas infantis recreativas em vinil (PVC), destinadas especialmente às crianças menores, e bolas de vôlei recreativas, adequadas às atividades destinadas às crianças maiores.
A aquisição está inserida nas ações programadas pela Secretaria Municipal de Educação para a comemoração do Dia das Crianças, contribuindo para proporcionar aos alunos momentos de recreação, integração, convivência e valorização da infância. A disponibilização dos materiais permitirá ampliar as possibilidades de atividades e experiências proporcionadas aos alunos, de forma compatível com suas respectivas faixas etárias.
Sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca assegurar o atendimento adequado dos alunos nas ações planejadas pela Secretaria Municipal de Educação, mediante a disponibilização de materiais recreativos apropriados, em quantidade suficiente e com características compatíveis com o público atendido.
A medida encontra-se diretamente relacionada às atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, motores, sociais e de convivência, bem como para a promoção de atividades de integração e valorização dos alunos.
Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao atendimento do interesse público, estando vinculada às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e, especialmente, às atividades alusivas ao Dia das Crianças, proporcionando materiais adequados às diferentes faixas etárias e contribuindo para o bem-estar, a integração e o desenvolvimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A proponente escolhida foi **ALVANI MOREIRA POLI, CNPJ: 84.949.809/0001-54**, e a escolha do proponente decorre da apresentação da proposta de menor preço entre as empresas consultadas, observadas as especificações e condições estabelecidas para a contratação.
A empresa selecionada apresentou proposta compatível com o objeto pretendido, atendendo às especificações dos produtos e às quantidades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, bem como apresentou a documentação necessária à sua habilitação.
Dessa forma, considerando o menor preço apresentado, o atendimento às condições estabelecidas e a regularidade da documentação exigida, a proposta selecionada apresenta-se como a mais vantajosa para a Administração.

IV – DO PREÇO:

Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 17.825,00 (dezessete mil oitocentos e vinte e cinco reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **02 (dois) meses após.** Uma vez que todos os itens tenham sido entregues pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

89 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.30.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

89 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.30.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

89 02.005.12.122.0007.2.012.3.3.90.30.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

99 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.30.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

99 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.30.1103 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

99 02.005.12.361.0007.2.013.3.3.90.30.1104 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

REQUERIMENTO DO EMPRESÁRIO.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:412F935F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 151/2026

DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: AILTON DA SILVA JUNIOR CNPJ 33.905.830/0001-17, domiciliada à Rua Pedro Pires de Oliveira, nº 306, Ouro Fino, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, representada pelo Senhor, **AILTON ROCHA DA SILVA JUNIOR CPF 093.871.809-64**, residente à Rua Pedro Pires de Oliveira, nº 306, Ouro Fino, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

OBJETO: Contratação de atração artístico-esportiva para realização de apresentações de manobras com motocicletas e wheeling bike/grau.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 16.130,00 (dezesseis mil cento e trinta reais) após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **03 (três) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:1D86D32B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 381/2026

DECRETO N.º 381/2026

Dispõe sobre a contratação de Funcionária Pública, por prazo determinado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e nos termos da Lei Municipal nº 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas);

CONSIDERANDO o processo Cloud sob nº 000002688/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud sob nº 1084.003.00203.000000238;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica contratada, **SAMANTA RAISSA FOETSCH,** CPF nº 087.***.***-13, no cargo de Agente de Apoio Educacional – 40h, a partir de 01 de setembro de 2026, em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, homologado pelo Decreto nº 634 de 08 de setembro de 2025.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:280E0BC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 382/2026

DECRETO N.º 382/2026

Dispõe sobre a contratação de Funcionária Pública, por prazo determinado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e nos termos da Lei Municipal nº 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas);

CONSIDERANDO o processo Cloud sob nº 000002819/2026;
CONSIDERANDO o processo Cloud sob nº 1084.003.00203.000000239;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica contratada, **LUCINEIDE FRANCO**, CPF nº 056.***.***-81, no cargo de Agente de Apoio Educacional – 40h, a partir de 01 de setembro de 2026, em virtude de habilitação em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, homologado pelo Decreto nº 634 de 08 de setembro de 2025.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:9BB96563

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 383/2026

DECRETO N.º 383/2026

Nomeia Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o processo Cloud n° 000003044/2026;
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada para o Cargo de Chefe de Unidade Administrativa Educação, Simbologia CHF, **FRANCIELLE APARECIDA WENGIEN**, portadora do CPF nº. 064.***.***-31, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:CE16C95D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 014.2026 PSS 001.2025

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 014.2026
PSS 001.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADO: SAMANTA RAISSA FOETSCH;
CPF nº: nº 087.***.***-13;
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação;
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 01 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2027;
Processo Seletivo Simplificado 001/2025.
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL 40H.
DECRETO DE NOMEAÇÃO: 381/2026 de 31 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:CAB117F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 015.2026 PSS 001.2025

EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – 015.2026
PSS 001.2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
CNPJ: 75.654.566/0001-36
CONTRATADO: LUCINEIDE FRANCO;
CPF nº: nº 056.***.***-81;
OBJETO: Atendimento junto à Secretaria Municipal de Educação;
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 01 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2027;
Processo Seletivo Simplificado 001/2025.
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL 40H.
DECRETO DE NOMEAÇÃO: 382/2026 de 31 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: 1330/2017 e Decreto nº 461/2017 e legislações correlatas.

Mallet, em 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:4F9A733F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 048/2026

PORTARIA Nº. 048/2026

Súmula: Altera os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

O Prefeito Municipal do Município de Mallet/PR, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, incisos II e VIII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Mallet, Estado do Paraná, conforme segue:

I - COORDENADOR MUNICIPAL: Milton Luiz Czpak, CPF 352.***.***-49;

II - SECRETÁRIO: Sonia Lucia Domaradzki, CPF 709.***.***-68;

III - DIRETOR OPERACIONAL: Fábio Augusto Kupczi, CPF 098.***.***-05;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 31 de agosto de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:1FD94EBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 424/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 424/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoa aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
FABIANA CRISTINA DA COSTA	01/09/2026	Professor - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:03AD1099

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 425/2026 - : INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DR. ARY DA CUNHA PEREIRA, COM VIGÊNCIA DE 28/08/2026 A 28/08/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 425/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira, com vigência de 28/08/2026 a 28/08/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Escolar da Escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira**, com vigência de **28/08/2026 a 28/08/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:

Presidente: Simone Mara de Medeiros Machado
Vice-presidente: Daniele Xavier Alba Costa

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA

Titular: Daniele Xavier Alba Costa
Suplente: Ana Paula Serdeira Campos

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE

Titular: Vanessa Cristina Borges
Suplente: Edilaine Bighi Garcia da Silva
Titular: Ana Gabriela Zanoni Aguera
Suplente: Cristiane Rocha Monteiro
Titular: Ana Paula Rosseto Tavares
Suplente: Adriana Manholer Plaza

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONÁRIOS

Titular: Mayra Fernanda Scomparin
Suplente: Janaina de Moraes Lacerda Lana

REPRESENTANTES DA APM

Titular: Graziele Cristina Guimarães Santos
Suplente: Doraci Dias Bueno

REPRESENTANTES DE ALUNOS

Titular: Nicole Rosseto Correa (Responsável legal: Aline Aparecida Rosseto Correa)
Suplente: Heitor Gabriel de Souza Tavares (Responsável legal: Keila de Souza Tavares)

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Titular: Aline Tresco da Silva
Suplente: Alessandra Teles de Souza

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL

Titular: Geralda de Souza
Suplente: Marila Ribeiro da Silva
Titular: Maria Fermina Fiaz de Souza
Suplente: Valéria Salvalagio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:5D59B847

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 426/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MICKEY, COM VIGÊNCIA DE 28/08/2026 A 28/08/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 426/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Mickey, com vigência de 28/08/2026 a 28/08/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Mickey**, com vigência de **28/08/2026 a 28/08/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Cibele Botelho
Vice-presidente: Meire Catielle dos Santos Gomes

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Meire Catielle dos Santos Gomes
Suplente: Elisangela Gabrig Mangueira
Titular: Viviane Aparecida Silva Dias
Suplente: Sandra Aparecida dos Santos Silva

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E FUNCIONÁRIOS
Titular: Jéssica Aparecida Vicentin Perassol
Suplente: Marilza Alves de Paula Lemos
Titular: Vanderléia Alves Lourenço Augusto
Suplente: Cirlei Perassoli Pacheco Lemos

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Michele da Cunha Dalben
Suplente: Karina Borges da Silva
Titular: Susicléia Gonçalves Pereira
Suplente: Gléia Cristina Laverde Ricci Candido

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Heloysa Rodrigues Paes Perassolli
Responsável Legal: Francielle Rodrigues Paes
Suplente: Maria Isis Teixeira Gomes
Responsável Legal: Andréia Teixeira Gomes

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Isadora Luiza Moreno Brambilla
Suplente: Camila Peres Toneli

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Priscila Iassenck de Matos Rosa
Suplente: Regiane Claro
Titular: Josepha Perez
Suplente: Jhones da Silva Proence

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:367A484A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 427/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 427/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoa aprovada em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada e empossada a pessoa abaixo relacionada, aprovada por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
DANIELA ELOISA DO NASCIMENTO	02/09/2026	Fisioterapauta - Temporário

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:2D069C13

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 290/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 290/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
59	JESSICA DE OLIVEIRA BASTOS	75

Mandaguari, 31 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:55596027

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 292/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS EDITAL Nº 272/2026 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ETAPA (ENTREVISTAS) E DIVULGAÇÃO DE DATA E HORÁRIO DE CADA CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO, ESTADO DO PARANÁ - E

EDITAL Nº 292/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS
EDITAL Nº 272/2026

Dispõe sobre a Convocação para Segunda Etapa (ENTREVISTAS) e divulgação de data e horário de cada candidato do Processo Seletivo Simplificado do Município, Estado do Paraná - Edital Nº 272/2026,

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ETAPA (ENTREVISTA) E DIVULGAÇÃO DE DATA E HORÁRIO DE CADA CANDIDATO

BIÓLOGO (20horas)		
NOME	DATA	HORÁRIO
Júlia Batista Gato	03/09/2026	08h00
Giovana Werneck Bortolanza	03/09/2026	08h30
Ana Beatriz de Azevedo Piva de Castro	03/09/2026	09h00
Sebastião Batista dos Santos	03/09/2026	09h30
Flavia Orsi Marcomini	03/09/2026	10h00

GEÓGRAFO (40 horas)		
NOME	DATA	HORÁRIO
Jessica Waldhelm Bassoli	03/09/2026	10h30

OBS: Todas as Entrevista serão na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, localizada no **Parque da Pedreira: R. Aroldo Pereira, s/nº - Centro, Mandaguari – PR.**

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E7F2F6B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 158/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICE PEREIRA COUTINHO SIMÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 158/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal JOICE PEREIRA COUTINHO SIMÕES, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **20 de agosto de 2026 à 20 de agosto de 2026**, à servidora pública municipal 96832 **– *JOICE PEREIRA COUTINHO SIMÕES***, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 20/08/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:46B91F36

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 159/2026 - CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISABETE DOS SANTOS SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 159/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal ELISABETE DOS SANTOS SILVA, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **20 de agosto de 2026 à 20 de agosto de 2026**, à servidora pública municipal 2091 **– *ELISABETE DOS SANTOS SILVA***, ocupante do cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS 40H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à data 20/08/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:36A0B235

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 160/2026 -CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE FAMILIAR DOENTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IZABELY ALVES IECKER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 160/2026

Súmula: Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente* à servidora pública municipal IZABELY ALVES IECKER, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº. 2.136/2013, de 17/05/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Concede *Licença para Acompanhamento de Familiar Doente*, com vencimentos, pelo período de **17 de agosto de 2026 à 17 de agosto de 2026**, à servidora pública municipal 96537 **– *IZABELY ALVES IECKER***, ocupante do cargo de PROFESSOR 20H.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à data 17/08/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:1C223928

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

RESOLUÇÃO Nº 03/2026

Súmula: Dispõe acerca da aprovação do Plano de Aplicação Financeira atualizado do Programa Escola Integral em Tempo Integral, Execução Financeira Ciclo 1 - 2023/2024, destinado à aquisição de materiais de consumo e bens permanentes, visando atender às demandas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguari, e revoga a Resolução nº 02/2026.

O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, gestão 2025/2027, em Reunião Ordinária realizada aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, neste ato representado por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, resolve:
CONSIDERANDO a legitimidade deste Conselho conforme disposto no Art. 18, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
CONSIDERANDO as competências atribuídas a este Conselho conforme estabelecem os Arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 913, de 31 de maio de 2004;
CONSIDERANDO a legitimidade ativa de seus membros devidamente instados a compor o corpo colegiado deste Conselho, conforme determina o Decreto Municipal nº 358/2025;
CONSIDERANDO a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a Portaria MEC nº 1.495/2023 e a Resolução FNDE nº 18/2023, que fundamentam a execução do Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO as deliberações advindas da reunião do Conselho Municipal de Educação.

ESTE CONSELHO RESOLVE:
Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo aprovar o Plano de Aplicação Financeira atualizado referente aos recursos repassados ao Município de Mandaguari/PR no âmbito do Programa Escola Integral em Tempo Integral – Creche e Pré-Escola, com destinação à manutenção e ao desenvolvimento do ensino integral.
Art. 2º Os recursos financeiros foram transferidos ao Município de Mandaguari/PR, conforme discriminados abaixo:

CATEGORIA DE DESPESA	**CUSTEIO**	**CAPITAL**	**TOTAL GERAL DO PROGRAMA**
	R$ 11.216,74	**R$ 5.427,66**	**R$ 16.644,40**
PLANO DE APLICAÇÃO – PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL			
IDENTIFICAÇÃO QUE SERÁ APLICADO O RECURSO: Creche de Tempo Integral do Município de Mandaguari/PR			
ATIVIDADES PREVISTAS:			
Despesas de Custeio			
Aquisição de materiais de consumo e outros bens necessários ao funcionamento das instituições.			
Material		Quantitativo	Valor Estimado
CAIXA ORGANIZADORA PEQUENA (14,34 LITROS)		108	R$ 3.084,48
CAIXA ORGANIZADORA GRANDE (26,04 LITROS) EM POLIPROPILENO		96	R$ 4.098,24
CASCATA DE LUZ LED 400 LED 10M LUZ FIXA BRANCO QUENTE		8	R$ 1.091,44
INFLADOR DE BALÃO/BEXIGA, NO MÍNIMO 2 BICOS COM DIFERENTES ENCAIXES		10	R$ 1.100,00
BALÃO (BEXIGA) Nº 9, LISO		87	R$ 946,56
BALÃO (BEXIGA), LISO, MODELO PALITO		90	R$ 890,01
TOTAL:			**R$ 11.210,82**
Despesas de Capital			
Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais permanentes.			
Material		Quantitativo	Valor Estimado
CONJUNTO PRÉ-ESCOLAR COLETIVO COMPOSTO POR 01 MESA E 4 CADEIRAS		9	R$ 4.473,00
CONJUNTO ALUNO CJA-01 FDE		4	R$ 942,88
TOTAL:			**R$ 5.415,88**
TOTAL GERAL:			**R$ 16.626,70**

CATEGORIA DE DESPESA	**CUSTEIO**	**CAPITAL**	**TOTAL GERAL DO PROGRAMA**
	R$ 31.757,72	**R$ 4.421,07**	**R$ 36.178,79**
PLANO DE APLICAÇÃO – PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL			
IDENTIFICAÇÃO QUE SERÁ APLICADO O RECURSO: Pré-Escola de Tempo Integral do Município de Mandaguari/PR			
ATIVIDADES PREVISTAS:			
Despesas de Custeio			
Aquisição de materiais de consumo e outros bens necessários ao funcionamento das instituições.			
Material		Quantitativo	Valor Estimado
LÁPIS GRAFITE DE FORMATO CILÍNDRICO (REDONDO) OU SEXTAVADO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 6,5 A 7,5MM		1760	R$ 492,80
CAIXA ORGANIZADORA GRANDE (26,04 L) EM POLIPROPILENO		92	R$ 3.927,48
CAIXA ORGANIZADORA PEQUENA (14,34 LITROS) EM POLIPROPILENO		140	R$ 3.998,40
BALÃO (BEXIGA), LISO, MODELO PALITO		205	R$ 2.027,45
BANDEIRINHA DE PAPEL SEDA		140	R$ 901,60
CANETA HIDROGRÁFICA JUMBO		430	R$ 2.743,40
CASCATA DE LUZ LED 400 LED 10M LUZ FIXA BRANCO QUENTE		6	R$ 818,58
EQUIPAMENTO PARA RECORTE DE PAPEL		2	R$ 4.713,28
FACA CORTE - ESTRELAS – 6 PEÇAS		5	R$ 306,05
FACA CORTE - MANDALAS FLORAIS – 6 PEÇAS		5	R$ 342,65
FACA CORTE - QUADRADOS ARABESCOS – 12 PÇ		5	R$ 317,70
GIZ DE CERA GROSSO 12 CORES		285	R$ 815,10
MINI PRENDEDORES/PREGADORES DE MADEIRA		70	R$ 1.654,80
PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO		220	R$ 2.860,00
PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO 220MM X 307MM (A4)		100	R$ 5.700,00
TOTAL:			**R$ 31.755,72**
Despesas de Capital			
Aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais permanentes.			
Material		Quantitativo	Valor Estimado
CONJUNTO ALUNO CJA-01 FDE		18	R$ 4.242,96
TOTAL:			**R$ 4.242,96**
TOTAL GERAL:			**R$ 35.998,68**

Art. 3º Os recursos serão aplicados na aquisição dos materiais de consumo, equipamentos, mobiliários e materiais permanentes discriminados nos quadros constantes do Art. 2º desta Resolução, observadas as normas do Programa Escola em Tempo Integral e a legislação aplicável.
Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 02/2026, de 28 de maio de 2026, passando a vigorar, para fins de aprovação do Plano de Aplicação Financeira do ciclo 2023/2024, os valores e itens constantes desta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 24 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:C053BC4A

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026

RESOLUÇÃO Nº 06/2026

Súmula: Dispõe acerca da aprovação das Diretrizes Normativas da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino no município de Mandaguari/PR.

O Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, gestão 2025/2027, em Reunião Ordinária realizada aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, neste ato representado por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO a legitimidade deste Conselho conforme disposto no Art. 18, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

CONSIDERANDO as competências atribuídas a este Conselho conforme estabelecem os Arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 913, de 31 de maio de 2004;

CONSIDERANDO a legitimidade ativa de seus membros devidamente instados a compor o corpo colegiado deste Conselho, conforme determina o Decreto Municipal nº 358/2025;

CONSIDERANDO as deliberações advindas da reunião do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari.

ESTE CONSELHO RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, no âmbito das competências do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari, as Diretrizes Normativas da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino no município de Mandaguari/PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 25 de agosto de 2026.

ALISSON PAVAN LOPES BARBOZA
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Mandaguari

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:14BF39EC

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 12/2026.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 12/2026.

PARTES: Município de Mandaguari.
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguari – APAE.
Objeto: A parceria voluntária, em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros de doações do Imposto de Renda Direcionado 2025 ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao exercício 2026, nos termos das disposições do Ato de Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2026, publicado na edição 3594, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de agosto de 2026, para fins de execução pela OSC do projeto "Cuidar e Proteger: Segurança da APAE", para custear despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: manutenção e conservação de máquinas e equipamentos e Material de Consumo: material de proteção e segurança, na forma estabelecida no plano de trabalho.

Valor: R$ R$ 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos reais).
Prazo de Execução: 01 de setembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.
Prazo de Vigência: 01 de setembro de 2026 a 31 de março de 2027.
Data da celebração: 27 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:04F6A3F0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 13/2026.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 13/2026.

PARTES: Município de Mandaguari.
Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB.

Objeto: A parceria voluntária, em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros de doações do Imposto de Renda Direcionado 2025 ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao exercício 2026, nos termos do Ato de Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 13/2026, publicado na edição 3595, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 14 de agosto de 2026, para fins de execução pela OSC do projeto "Conexões Literárias 2026", para custear despesas com o pagamento de material de consumo: material de expediente e gêneros de alimentação; materiais de limpeza e higienização e material de processamento de dados, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica: serviços de apoio e operacional (facilitador de oficina de violão, canto, balé, escrita criativa e jornal independente) e serviços técnicos profissionais (técnico de Psicologia, serviço contábil), na forma estabelecida no plano de trabalho.

Valor: R$ R$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).
Prazo de Execução: 01 de setembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.
Prazo de Vigência: 01 de setembro de 2026 a 31 de março de 2027.
Data da celebração: 27 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:FB3252A1

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 14/2026.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 14/2026.

PARTES: Município de Mandaguari.
Congregação de São João Batista/Instituto Promocional Jesus de Nazaré - IPJN.
Objeto: A parceria voluntária, em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros de doações do Imposto de Renda Direcionado 2025 ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao exercício 2026, nos termos do Ato de Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 12/2026, publicado na edição 3594, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 13 de agosto de 2026, para fins de execução pela OSC do projeto "Cuidar com Segurança", para custear despesas com o pagamento de Obras e Instalações: benfeitorias em imóveis de terceiros, na forma estabelecida no plano de trabalho.
Valor: $ 33.860,30 (trinta e três mil oitocentos e sessenta reais e trinta centavos)
Prazo de Execução: 01 de setembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.
Prazo de Vigência: 01 de setembro de 2026 a 30 de março de 2027.
Data da celebração: 27 de agosto de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:8EE0ED5F

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026-PMM

LOTES DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTE EXCLUSIVO P/ ME/EPP/MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL), MANUTENÇÃO PREVENTIVA E

CORRETIVA, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E SUPORTE TÉCNICO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 17/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 17/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 17/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:

Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.

Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 31 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:393699D8

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, TIPO CAMINHONETE, ZERO-QUILÔMETRO, EQUIPADA COM CESTO AÉREO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR,31 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:57BB160E

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA COM COTA EXCLUSIVA P/ME/EPP/MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA – TIPO RM – 1C.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 17/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 17/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 17/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

INFORMAÇÕES:

Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.

Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 31 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:922C3009

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026-PMM

EXCLUSIVA P/ME/EPP/MEI

OBJETO: O objeto da presente licitação é para a compra de alimentação seca para os cães e gatos e milho para os animais do Parque da Pedreira em atendimento as necessidades do Centro de Bem-Estar Animal da cidade de Mandaguari e milho em grãos para alimentação dos animais do Parque da Pedreira

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 16/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 16/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 31 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9ADAED85

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPLEMENTAR, CORRESPONDENTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO, À PROTEÇÃO E A DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE POR MEIO DE PARCERIA VOLUNTÁRIA E OBTENÇÃO DE RESULTADO COMUM, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pelas proponentes abaixo citadas, realizado pela comissão nomeada pela Resolução nº 12/2026, comunicamos o credenciamento das participantes:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDAGUARI
CNPJ 78.961.034/0001-30

ASSOCIAÇÃO MARIA APARECIDA GOMES - AMAG
CNPJ 17.728.522/0001-07

CENTRO DE ATENDIMENTO A CRIANÇA, ADOLESCENTE E FAMILIA
CNPJ 01.812.024/0001-08

COMUNIDADE SOCIAL CRISTA BENEFICENTE
CNPJ 76.726.728/0001-67

CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA
CNPJ 17.257.510/0009-07

Mandaguari, 31 de agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:9A5900CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 086 2026

PORTARIA Nº 086/2026 De 31 de agosto de 2026

EXONERA SERVIDOR, A PEDIDO, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e pela Lei Orgânica Municipal (Resolução n°. 01, de 13 de maio de 1992), considerando a Lei Complementar nº 42/2019, pela presente

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir desta data e a pedido, do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR PARLAMENTAR**, símbolo CC-5, o Sr. **THOMAS AILTON FERREIRA SALOMÃO**, portador do RG n° 8.***.***-0, SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n° 089.***.***-27; lotado no gabinete do Vereador Diogo Michael Plahinse.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 31 de agosto de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:5A22529C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N° 1940/2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 497.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 50.000,00

11.002 - SERVIÇOS PÚBLICOS
15.452.0003.2042 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0507) 300.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0507) 137.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 10.000,00

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000) 50.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

GRUPO/FONTE 0507 437.000,00

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cavagnolli
Código Identificador:AFE7577D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.943/2026

DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "Declara de Utilidade Pública a área de terras para fins desapropriação amigável ou judicial e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com o artigo 68, inciso XIV, da Lei Orgânica Municipal de Mandirituba, combinado com o que preceitua o Decreto Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações,

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terra abaixo descrita, com fulcro nos Artigos 2°, 5°, "E" e "H" e 6°, do Decreto Lei n°3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n°2.786 de 21 de maio de 1956:

Área: 240,73m²

Proprietário: Posse de Geferson Antonio Andrade, ou a quem de direito pertencer.

Descrição: Desapropriação de um terreno urbano com área de 240,73m^ ou 0,02407 ha, situado na Vila Areia Branca de Assis, fazendo frente para a Rua Aleixo Machoski a 74,33 metros da esquina com a Rua Manoel Freitas da Cruz, município de Mandirituba, na posse de Geferson Antonio Andrade com a seguinte descrição: Um terreno urbano situado na Vila Areia Branca dos Assis fazendo frente para Rua Aleixo Machoski a 74.33 metros da esquina com a Rua Manoel Freitas da Cruz. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7138296.767 m e E 662740.785 m, situado na cerca a margem de um córrego e a 3,34 metros do eixo da Rua Aleixo Machoski; deste, segue confrontando com Rua Aleixo Machoski; com os seguintes azimutes e distâncias: 148°02'06" e 15.00 m até o vértice PI, de coordenadas N 7138284.041 m e E 662748.726 m; 118°47'42" e 1.97 m até o vértice P2, de coordenadas N 7138283.094 m e E 662750.449 m; deste, segue confrontando com herdeiros de Antônio Nogueira; com os seguintes azimutes e distâncias: 245°26'29" e 15.00 m até o vértice P3, de coordenadas N 7138276.859 m e E 662736.806 m; deste, segue confrontando com Geferson Antônio Andrade; com os seguintes azimutes e distâncias: 327°03'48" e 19.23 m até o vértice P4, de coordenadas N 7138292.998 m e E 662726.351 m; deste, segue confrontando com Córrego; com os seguintes azimutes e distâncias: 94°04'22" e 3.20 m até o vértice P5, de coordenadas N 7138292.771 m e E 662729.539 m; 74°59'27" e 8.41 m até o vértice P6, de coordenadas N 7138294.950 m e E 662737.666 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 59°46'56" e 3.61 m até o vértice 0=PP, vértice inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma extensão de 66.42 m, com área total de 240.73 m^. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa UFPR monitorado pelo RBMC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sob código 93.970, de Curitiba, com coordenadas N 7.184.223,309 m e E677.878,516 m. Meridiano Central 51o WGr e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensão foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A declaração de que trata o artigo anterior decorre do alto interesse do Município, sendo declarada de natureza urgente, para efeitos do artigo 5º, alíneas "i" e "m" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, destinando-se a área à captação subterrânea e água bruta, Poço 04 (SIA 6215)-Areia Branca de Assis-SAA Mandirituba, no Município de Mandirituba.

Art. 3º Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da desapropriação objeto deste decreto.

Art. 4º Fica reconhecida a desapropriação em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para o fim indicado, ficando-lhe assegurado o direito de acesso a área compreendida no artigo 1° deste decreto.

Art. 5º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei n° 3.365, de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 6º Os ônus decorrentes das constituições das servidões administrativas das áreas a que se refere o art. 1° deste Decreto, ficam a cargo da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 28 de agosto de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:9E82744D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 02/2026

CONCURSO PUBLICO N.° 01/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – ESTADO DO PARANÁ, FELIPE CLAUDINO MACHADO no uso de suas atribuições legais, e diante do resultado homologado do Concurso Publico n.° 01/2025, convoca os candidatos aprovados, conforme ANEXO I e de acordo com vagas solicitadas abaixo relacionadas:

- 02 (duas) vagas para o cargo de CUIDADOR SOCIAL;
- 03 (três) vagas para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM;
- 01 (uma) vaga para o cargo de TECNICO DE RADIOLOGIA;
- 02 (duas) vagas para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL;
- 10 (dez) vagas para o cargo de EDUCADOR INFANTIL;
- 04 (quatro) vagas para o cargo de ENFERMEIRO;
- 01 (uma) vaga para o cargo de FARMACEUTICO;
- 02 (duas) vagas para o cargo de FISIOTERAPEUTA I;
- 01 (uma) vaga para o cargo de NUTRICIONISTA II;
- 02 (duas) vagas para o cargo de ODONTOLOGO;
- 15 (quinze) vagas para o cargo de PROFESSOR;
- 01 (uma) vaga para o cargo de PROFESSOR DE ARTE;
- 02 (duas) vagas para o cargo de PROFESSOR DE INGLES;
- 04 (quatro) vagas para o cargo de PROFESSOR PEDAGOGO;
- 02 (duas) vagas para o cargo de PSICOLOGO I.

Os candidatos, listados no ANEXO I deste Edital de Convocação, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura Municipal, Rua Augusto Dissenha, n.° 44 – Centro – Mandirituba-PR, com cópia legível dos documentos (e originais) e requerimentos preenchidos e assinados conforme ANEXO II no prazo máximo informado abaixo para entrega de toda documentação exigida, incluindo exames médicos para admissão (item 18.7 do Edital do Concurso), de forma que o não cumprimento ou manifestação, implicará em desistência do Concurso Publico n.° 01/2025:

Prazo máximo de entrega: **16 de setembro de 2026**
Horário: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 15:00.

Após a entrega de toda documentação exigida nesta convocação (incluindo exames médicos relacionados abaixo), o Departamento de Recursos Humanos agendará o Exame Médico Admissional. O não comparecimento na data e horário agendado implicará na eliminação do candidato no Concurso Publico.
Os candidatos que optarem pela **Desistência ou Final de Lista** deverão se manifestar, por formulário próprio, até o prazo de **09 de setembro de 2026** pessoalmente (com apresentação de documento pessoal com foto) no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura ou por e-mail rh@mandirituba.pr.gov.br (somente por assinatura digital).
A lista de documentos, requerimentos para admissão, requerimentos para desistência e final de lista estão disponíveis no link: https://mandirituba.pr.gov.br/portal-da-transparencia/pessoal/concursos-e-processos-seletivos/concurso/concurso-publico-2025

Cotas Raciais:
Ficam os candidatos que se autodeclararam pertencentes às cotas raciais, desde já, convocados para o procedimento de verificação da condição declarada, a ser realizado no dia **09 de setembro de 2026**, de forma exclusivamente on-line, mediante procedimento de heteroidentificação, observadas as orientações, os procedimentos e os meios eletrônicos definidos pela Comissão responsável, nos termos do art. 6º da Portaria n.º 241, de 24 de junho de 2026.
O link para ingresso na sala virtual, bem como as demais orientações necessárias à participação no procedimento, serão encaminhadas ao endereço de e-mail informado pelo candidato no ato da inscrição.
O não cumprimento desta etapa implicará na eliminação do Concurso Publico n.° 01/2025.

Exames obrigatórios:

Cargos	Exames Solicitados PCMSO
Educador Infantil Professor Professor de Arte Professor de Inglês Professor Pedagogo	Espirometria Rx de Tórax AP
Odontólogo	Anti HBS Anti Hbsag Anti Hcv
Assistente Social Cuidador Social	Anti HBS Anti Hbsag IGE ESPECÍFICO PARA ABELHA
Enfermeiro Fisioterapeuta I Nutricionista II Psicólogo I Técnico de Enfermagem	Anti HBS Anti Hbsag IGE ESPECÍFICO PARA ABELHA Rx do Tórax PA
Farmacêutico	Anti HBS Anti Hbsag IGE ESPECÍFICO PARA ABELHA
Técnico de Radiologia	Anti HBS Anti Hbsag IGE ESPECÍFICO PARA ABELHA Hemograma com Plaquetas Rx do Tórax PA

Informações adicionais não contidas nessa convocação podem ser solicitadas pelo fone whatsapp: (41) 98862-0463.

Mandirituba, 31 de agosto de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cuidador Social (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
5°	ANGELA GONÇALVES BUENO

Cuidador Social (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	**candidato convocado pela lista de Ampla Concorrência
4°	LEANDRO DE OLIVEIRA

----------x----------

Técnico de Enfermagem (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
9°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 001/2026
10°	EDNA FERREIRA RIAL AMERICO
11°	EDERLA DE FÁTIMA BUHRER

Técnico de Enfermagem (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	VANUSA DO ROCIO FERREIRA

----------x----------

Técnico em Radiologia (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	LUANA MUNIQUE DOS SANTOS FRANCO

----------x----------

Assistente Social (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
4°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 001/2026
5°	LUSIANE CEDOR GOMES

Assistente Social (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	ELIANE OLIVEIRA DA SILVA

----------x----------

Educador Infantil (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
26°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 001/2026
27°	DANIELE SIMONE DOS SANTOS DA SILVEIRA
28°	NATALI SARNOSKI BARBOSA
29°	MARIA EDUARDA PINHEIRO DE BONFIM
30°	ARIELE CRISTIANE ROCHA
31°	MONISE FLAVIA BENEDITA DE LIMA DA LUZ
32°	LUAN RODRIGO BAGGIO MORAES

Educador Infantil (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
7°	YASMIN CAROLINE PIRES
8°	JANAINA CRUZ DOS SANTOS
9°	EMILLY APARECIDA DO NASCIMENTO AUGUSTO

Educador Infantil (Pessoa com Deficiência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
1° FINAL DE LISTA	TATIARA TORCHETTO OLIVEIRA

----------x----------

Enfermeiro (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
8°	LAINARA DIAS BALABAN
9°	IANA CECILIA DE CASTRO OLIVEIRA
10°	BRUNA RUBIANE ALVES CRUZ
11°	SANDY BEATRIZ VERBANEK

----------x----------

Farmacêutico (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	DENNY RAFAEL PERUSSO DOS REIS

----------x----------

Fisioterapeuta I (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	GEOVANA SOUZA OLIVEIRA BATISTA
4°	LUCIANE DA ROSA WOZHIAK

----------x----------

Nutricionista II (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	NATALY CRISTINE FERREIRA PIVOVARSKY

----------x----------

Odontólogo (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	LUÍS FERNANDO NAPOLI DELLA BIANCA
4°	RAFAELA LAZARI BASSAM GALDEANO

----------x----------

Professor (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
46°	DENISE CORDEIRO FERREIRA
47°	CAMILA GARCIA CLEMENTINO
48°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 001/2026
49°	ALINE REGINA GARBIN
50°	DANILO GABRIEL DE ANDRADE
51°	REGINA MENDES MULLER NARCISO
52°	CARLA ANIBELE PINHEIRO
53°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 002/2026
54°	**candidato convocado pela lista Classif Negro – Edital 002/2026
55°	ANA PAULA DE LIMA
56°	CASSANDRA DE FRANÇA FOGGIATO
57°	JHONY LUCAS FAGUNDES BARBOZA

Professor (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
10°	ELESSANDRA VALÉRIA NUNES RAMOS
11°	ARIANE MACHADO DE FRANÇA
12°	JOÃO MARCOS LINHARES ROSA
13°	TAYNARA DE ALMEIDA LIMA
14°	CAMILA HANCHARK COUTINHO
15°	THAYNA SUMINSKY RIBAS LACERDA

----------x----------

Professor de Arte (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	LAISLA CRISTINA LAMIN

----------x----------

Professor de Inglês (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
3°	ADIELSON RODRIGO CARDOSO DA CRUZ
4°	JOANA THAIS CLAUDINO

----------x----------

Professor Pedagogo (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
13°	ALESSANDRA BISCAIA DE ANDRADE
14°	KATHIUSCIA CRUZ VOZNHAKI

Professor Pedagogo (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
4°	MILENE RAQUELLY DE FRANÇA
5°	BEATRIZ APARECIDA ANANIAS RAKSA

----------x----------

Psicólogo I (Ampla Concorrência)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
4°	GUILHERME CORRÊA DA SILVA

Psicólogo I (Negro)

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)
2°	JULIANA DA COSTA MENEZES

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:531FC2DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 71-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/2025.
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: **PANDA AUTO POSTO LTDA**.
CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO DE EXECUÇÃO passa a ter a seguinte redação:
O período para a execução do objeto contratado fica aditivado até **28/08/2027**, conforme Pregão -Uso até 30/04/26 nº 37/2025 e Contrato nº 71/2025 firmado em 29/08/2025.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Manfrinópolis, em 31/08/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:4598569D

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2151/2026 - 28.08.2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no Município de Manfrinópolis, em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O Prefeito do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, Amarildo Alves Carneiro no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
Considerando a Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;
Considerando a Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio da colaboração entre União, Estado e Município, visando à consolidação

da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.
Parágrafo único. A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná, e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023, que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.
Art. 2º Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II – garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV – valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V – formação continuada dos profissionais da educação;
VI – uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
VII – garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.
Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – contribuir para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação;
IV – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI – socializar experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VII – reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
VIII – garantir a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura, a escrita, a oralidade, a produção textual e a compreensão leitora;
III – assistência pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;
IV – fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V – acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – incentivo às práticas que desenvolvam a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII – promoção da participação das famílias no processo educativo;
IX – apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.
Art. 5º A Política Municipal de Alfabetização tem como público-alvo:
I – crianças matriculadas na Pré-Escola (4 e 5 anos);
II – estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 6º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I – gestores municipais;
II – equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – gestores escolares;
IV – professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – comunidade escolar.
Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por ações que incluam:
I – definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
II – adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III – utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio aos professores e estudantes;
IV – desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V – adesão às avaliações formativas e externas;
VI – monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII – recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.
Art. 8º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
I – acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II – definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III – sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV – avaliação da efetividade das ações implementadas;
V – utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.
Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Educação de Manfrinópolis a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:41558982

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 211, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 211, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 1.959.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil reais), e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do art. 43 § 1º, incisos I e III, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 43. **A abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes de excesso de arrecadação;
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.483, de 19 de novembro de 2025 - LOA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.557, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor R$ 1.959.000,00 (um milhão

novecentos e cinquenta e nove mil reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

SECRETARIA	VALOR
07 - Secretaria de Finanças	**R$ 850.000,00**
85 – 33.90.93.00.00.00.00(1000) - indenizações e restituições	R$ 50.000,00
106 – 33.90.47.00.00.00.00(1000) - obrigações tributárias e contributivas	R$ 800.000,00
09 - Secretaria de Viação e Infraestrutura Rural	**R$ 799.000,00**
388 – 33.90.39.00.00.00.00(504) - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 799.000,00
11 - Secretaria de Assistência Social	**R$ 10.000,00**
239 – 33.90.30.00.00.00.00(934) - material de consumo	R$ 10.000,00
14 - Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	**R$ 300.000,00**
358 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 300.000,00
Valor Total	**R$ 1.959.000,00**

Art. 3º Para cobertura do presente crédito adicional especial, fica indicado como recurso a anulação de dotação e superávit financeiro conforme segue:

05 – Secretaria de Administração	**R$ 100.000,00**
46 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 100.000,00
07 – Secretaria de Obras Públicas, Planejamento e Projetos	**R$ 799.000,00**
81 – 33.90.30.00.00.00.00(504) - material de consumo	R$ 500.000,00
83 – 33.90.39.00.00.00.00(504) - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 299.000,00
11 - Secretaria de Assistência Social	**R$ 10.000,00**
242 – 44.80.52.00.00.00.00(934) – equipamentos e material permanente	R$ 10.000,00
16 - Secretaria de Política as Mulheres	**R$ 200.000,00**
392 – 44.90.51.00.00.00.00(1000) – obras e instalações	R$ 200.000,00
Total Anulação	**R$ 1.109.000,00**
Superávit Financeiro Fonte 1000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 850.000,00
Total Excesso e Superávit	**R$ 850.000,00**
Valor Total	**R$ 1.959.000,00**

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:B2551187

PROCURADORIA
DECRETO Nº 212, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 212, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 203.988,00 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e oito reais), e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 43. **A abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes de excesso de arrecadação;
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.483, de 19 de novembro de 2025 - LOA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.558, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor R$ 203.988,00 (duzentos e três mil novecentos e oitenta e oito reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

12 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
324- 44.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 203.988,00
Valor Total	**R$ 203.988,00**

Art. 3º Para cobertura do presente crédito adicional especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso de Arrecadação Fonte 4082 - CONVÊNIO 998053/2026 - MAPA - Aq. Maq. e Equipamentos	R$ 203.988,00
Valor Total	**R$ 203.988,00**

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:6E7929EA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 213, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 213, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 859.305,19 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinco reais e dezenove centavos), e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 43. **A abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes de excesso de arrecadação;
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.483, de 19 de novembro de 2025 - LOA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.559, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor R$ 859.305,19 (oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinco reais e dezenove centavos), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

SECRETARIA	VALOR
10 - Secretaria de Saúde	**R$ 859.305,19**
224 – 33.90.39.00.00.00.00(2494) - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 859.305,19
Valor Total	**R$ 859.305,19**

Art. 3º Para cobertura do presente crédito adicional especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 166/2016	R$ 550.000,00
Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 741/2026	R$ 24.776,19
Excesso Arrecadação Fonte 2494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Resolução 746/2026	R$ 284.529,00
Valor Total	**R$ 859.305,19**

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:5223B3FF

PROCURADORIA
DECRETO Nº 214, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 214, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um Crédito Especial no valor R$ 100.000,00 (cem mil reais), e dá outras providências.

LEANDRO DORINI, Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os dispositivos constantes do art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Art. 43. **A abertura dos créditos** suplementares e **especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II - os provenientes de excesso de arrecadação;
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.483, de 19 de novembro de 2025 - LOA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.560, de 27 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício corrente.

Art. 2º Fica autorizada a abertura, no orçamento do exercício corrente, de um crédito especial no valor R$ 100.000,00 (cem mil reais), que servirá para reforço da dotação orçamentária conforme segue:

11 - Secretaria de Assistência Social	
246 – 33.50.41.00.00.00.00 – CONTRIBUIÇÕES	R$ 100.000,00
Valor Total	**R$ 100.000,00**

Art. 3º Para cobertura do presente crédito adicional especial, fica indicado como recurso excesso de arrecadação conforme segue:

Excesso de Arrecadação Fonte 2038 - Emenda Ind. com Fin. Definida 202643140004 - APAE	R$ 100.000,00
Valor Total	**R$ 100.000,00**

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:FE7298A6

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 19, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 19, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Designa os membros para comporem a Comissão Especial para apreciação da Prestação de Contas - Termo de Fomento nº 05/2025, Processo de Inexigibilidade do Chamamento público nº 005/2025.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal n° 13.019, de 2014 e Decreto Municipal n° 150, de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designa os servidores abaixo nominados para comporem a Comissão Especial para apreciação da Prestação de Contas Bimestral - Termo de Fomento nº 05/2025, Processo de Inexigibilidade do Chamamento público nº 005/2025:
GEOVANA MOREIRA;
GABRIEL CAMBRUZZI;
EDSON JÚNIOR DELLA VALENTINA GERVAZIO.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:009FEDBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 090/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 120/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Dispensa nº 022/2026, Processo Administrativo nº 071/2026, firmado com a empresa

ATENA COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 49.928.496/0001-57;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR O servidor Ademilson de Souza, matrícula nº 6429, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, como GESTOR DO CONTRATO nº 120/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Luiz Maurilio Antuniazi, matrícula nº 330, ocupante do cargo de Secretário de Obras Viação e Serviços Urbanos, como FISCAL DO CONTRATO nº 120/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 31 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:90C0BC8C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE COMPRA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: ATENA COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ: 49.928.496/0001-57.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA LAVAGEM AUTOMOTIVA DESTINADOS ÀS MÁQUINAS EQUIPAMENTOS AGRICOLAS E CAMINHÕES DO PÁTIO DE MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

FONTES DE RECURSOS:

05.00126.782.0007.2012.3.3.90.30 – MANUTENÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL – MATERIAL DE CONSUMO. FONTE DE RECURSOS – 115 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) EXERCÍCIO CORRENTE.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.

O PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATAÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADOS MEDIANTE OS ARTS. 105, 106 E 107 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

MARILENA-PR, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:B991529C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026. UASG Nº 987693. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NO COMPRASGOV - PREGÃO ELETRÔNICO 987693 - 20/2026. PROCESSO Nº 759/2026. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **17 de SETEMBRO de 2026. Abertura da Sessão: 08h00 horas**. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pela Agente de Contratação/Pregoeira Oficial da municipalidade Vanusa Martins, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 43/2026, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 759/2026, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de cestas básicas, que serão distribuídas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo Departamento Municipal de Assistência Social, de acordo com o previsto no Decreto Federal n° 6.307/2007 c/c a Lei Municipal n° 30/2020, e conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP,AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 17/09/2026 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 43/2026 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 ás 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 31 de Agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:7BB64472

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2026

PORTARIA N° 169/2026 DATA: 31/08/2026 SÚMULA: "Exonera, a pedido, Elaine da Rosa Beatrice, do cargo de Fisioterapeuta." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°**- EXONERAR, a pedido, **Elaine da Rosa Beatrice**, **matrícula** n° 746-3, do cargo de Fisioterapeuta, a partir de 31 de agosto de 2026 em conformidade com o protocolo n° 750/08/2026. **ART. 2°**- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:08F28041

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO N.º 5201/2026

O Prefeito de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao processo protocolado sob n.º 24.780/2026, decreta a:

APOSENTADORIA

Art. 1º Fica concedida ao(à) servidor(a) ROSIMARI FRANCISCA RAIMUNDO, portador(a) da C. I. R. G. n.º 3.07*.**5-0/SESP-II-PR, inscrito(a) no CPF sob n.º 036.***.**9-06, matrícula 6904-01, cargo de atendente infantil, grupo operacional II - administrativo, nível 1G, classe I, a Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, com Provento Integral ao Tempo de Contribuição - Com Paridade - Última Remuneração, em conformidade com o Art. 6º da EC 41/03 - Comum.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor constante na planilha de cálculo de proventos de R$ 2.863,42.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Matinhos, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTÔNIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:997D556F

GABINETE
DECRETO Nº 5202/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação no valor de R$ 176.319,35 (cento e setenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 176.319,35 (cento e setenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0301.0112.2026	3339030000000000000	Material de consumo	1.363,10	00496
12.001.0010.0301.0112.1004	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	55.299,98	00518
05.001.0028.0846.0105.4	3333093000000000000	Indenizações e restituições	12.381,41	00936
05.001.0028.0846.0105.4	3332293000000000000	Indenizações e restituições	0,04	00116
05.001.0028.0846.0105.4	3332293000000000000	Indenizações e restituições	104.205,28	00791
05.001.0028.0846.0105.4	3332293000000000000	Indenizações e restituições	3.069,54	00790

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, abrir por Superávit Financeiro no valor de R$ 176.319,35 (cento e setenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos) nas fontes de recursos 00496, 00518, 00936, 00116, 00791 e 00790.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5C509B93

GABINETE
DECRETO Nº 5203/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 95.287,07 (noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e sete centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 95.287,07 (noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e sete centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0112.2028	3339030000000000000	Material de consumo	73.406,60	00369
12.001.0010.0301.0112.2027	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa	15.759,00	01494

		jurídica		
05.001.0028.0846.0105.4	3332293000000000000	Indenizações e restituições	6.039,65	00791
05.001.0028.0846.0105.4	3332293000000000000	Indenizações e restituições	81,82	00790

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 95.287,07 (noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e sete reais e sete centavos) nas fontes de recursos 00369, 01494, 00791 e 00790.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:7F35FA64

GABINETE
DECRETO Nº 5204/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2040	3339030000000000000	Material de consumo	200.000,00	00000
07.001.0008.0244.0107.2012	3319113000000000000	Contribuições patronais	5.000,00	00000
08.001.0012.0361.0108.2047	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	35.000,00	00104
09.001.0023.0695.0109.2023	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.000,00	00000

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
09.001.0023.0695.0109.2023	3335041000000000000	Contribuições	205.000,00	00000
08.001.0012.0361.0108.2047	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.000,00	00104
07.001.0008.0244.0107.2012	3339030000000000000	Material de consumo	5.000,00	00000

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5079AA47

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO N.º 5014/2026

A Prefeita de Matinhos, Estado do Paraná, LIGIA BERNADETE MESQUITA DUARTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao processo protocolado sob n.º 15.826/2026, decreta a:

APOSENTADORIA

Art. 1º Fica concedida ao(a) servidor(a) **ROSEMERI APARECIDA NUNES BARCELOS**, portador(a) do R. G. n.º 454***46/SESP-II-PR, inscrito(a) no CPF sob nº 667.***.***-82, matrícula 15555-01, cargo de auxiliar de enfermagem, grupo ocupacional cargo em extinção, nível 1E, classe II, a Aposentadoria por Invalidez Permanente, com provento proporcional ao tempo de contribuição, doença comum, não especificada em lei, com paridade aos servidores da ativa. Última remuneração de acordo com o disposto no artigo 40, § 1º, I, da CF c/c art. 6º-A da EC 41/03 - Emenda 70/2012 (Redação anterior à EC 103/2019).
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria, o valor constante na planilha de cálculo de proventos de **R$ 2.487,17**
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de junho de 2026.

Matinhos, 28 de maio de 2026.

LIGIA BERNADETE MESQUITA DUARTE
Prefeita do Município de Matinhos
(Em exercício)

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1AA7C390

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

2° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES , para as seguintes empresas: MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.254.808/0001-70 com o lote: 220 no valor total de R$ 12.915,00 (doze mil novecentos e quinze reais). PRIMAZIA MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 22.437.236/0001-22 com os lotes: 16, 17, 224 no valor total de R$15.175,00 (quinze mil cento e setenta e cinco reais). RÁPIDA INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.883.104/0001-03 com os lotes: 625, 638 no valor total de RR215.940,00 (duzentos e quinze mil e novecentos e quarenta reais). WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.174.071/0001-37 com o lote: 22 no valor total de R$10.630,00 (dez mil seiscentos e trinta reais). BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.238.875/0001-15 com os lotes: 218 no valor total de R$9.821,25 (nove mil oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos). YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.740.794/0001-60 com os lotes: 15, 323, 324 347 no valor total de R$6.774,00 (seis mil e setecentos e setenta e quatro reais). TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 05.247.406/0001-97 com o lote: 232 no valor total de R$7.992,00 (sete mil novecentos e noventa e dois reais). CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 32.743.242/0001-61 com os lotes: 636 no valor total de R$36.250,00 (trinta e seis mil, duzentos e cinquenta reais). ELEVENN MATERIAIS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 60.717.724/0001-82 com os lotes: 221, 388 no valor total de R$27.773,80 (vinte e sete mil setecentos e setenta e três reais e oitenta centavos). ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.336.532/0001-22 com os lotes: 316, 635 no valor total de R$32.055,00 (trinta e dois mil e cinquenta e cinco reais). L & P LIFE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.875.336/0001-97 com os lotes: 81, 82, 83, 84, 85, 86 no valor total de R$ R$93.738,00 (noventa e três mil setecentos e trinta e oito reais). BRAZMIX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.972.948/0001-62 com os lotes: 626 no valor total de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Município de Matinhos, em 20 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:C0462DCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE SUSPENSÃO - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2026

TERMO DE SUSPENSÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIETA ENTERAL PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES ACAMADOS E/OU PORTADORES DE AGRAVO GRAVE

O Agente de Contratação responsável pela PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2026 do Município de Matinhos, Estado do Paraná, conforme designado pelo Decreto 5054 de 19 de junho de 2026, em conformidade com suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO do referido edital, para análise das impugnações feitas na plataforma BLL Compras.

Assim que a Administração tomar uma decisão sobre as medidas necessárias, prosseguiremos com o processo licitatório, publicando o edital revisado e disponibilizando-o no portal de Licitações BLL COMPRAS em https://bllcompras.com/Home/Login para realização desta licitação. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Matinhos, https://matinhos.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais e obter informações complementares na sede da na sede da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Pastor Elias Abrahão, nº 22, Centro, em Matinhos, Estado do Paraná, no horário das 08h00min as 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, telefone: 0800 3971 600 ramais: 795 - 807 - 811 ou ainda através do e-mail: licitacao@matinhos.pr.gov.br.

Matinhos, 31 de agosto de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:F6371458

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E CONSULTA À COMUNIDADE SOBRE O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E CONSULTA À COMUNIDADE SOBRE O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO**, por meio da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** e da **Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME**, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de assegurar a participação da comunidade educacional e da sociedade civil no processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação,

CONVOCA a comunidade em geral para participar da **Audiência Pública de Apresentação e Consulta à Comunidade sobre o Novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico**, a ser realizada conforme as seguintes informações:

DATA: 18 de setembro de 2026
HORÁRIO: 13:00 horas
LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores.

1. DA FINALIDADE

A Audiência Pública tem por finalidade apresentar à comunidade a proposta das metas que integrarão o novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico e proporcionar espaço público de participação, diálogo e manifestação da sociedade, possibilitando o recebimento de sugestões, críticas, observações e demais contribuições para o aperfeiçoamento da proposta

O novo PME terá **vigência de 10 (dez) anos** e será elaborado em consonância com o **Plano Nacional de Educação – PNE**, considerando as diretrizes, objetivos, metas e estratégias nacionais, bem como as necessidades e especificidades educacionais do Município.

2. DA PARTICIPAÇÃO

A Audiência Pública será aberta à participação de toda a comunidade, especialmente profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis, representantes de conselhos, instituições, entidades, organizações da sociedade civil e demais interessados.

Os participantes poderão acompanhar a apresentação da proposta do novo PME e apresentar manifestações, sugestões, críticas, observações e contribuições relacionadas ao seu conteúdo.

3. DAS MANIFESTAÇÕES

Os interessados em realizar manifestação oral deverão realizar sua inscrição junto à organização da Audiência Pública, conforme as orientações da Comissão Gestora.

Cada participante inscrito terá, como regra geral, até **3 (três) minutos** para sua manifestação, podendo esse tempo ser ajustado pela Comissão Gestora de acordo com o número de inscritos e o tempo disponível.
Também serão recebidas contribuições por escrito durante a Audiência Pública.

4. DO CARÁTER DA AUDIÊNCIA

A Audiência Pública terá **caráter consultivo e participativo**, pré aprovando as Metas e estratégias do novo Plano Municipal de Educação.
As contribuições apresentadas serão registradas e posteriormente analisadas pela Comissão Gestora, considerando sua pertinência, viabilidade e compatibilidade com a legislação educacional, com o Plano Nacional de Educação – PNE e com as necessidades e especificidades do Município.

5. DA PUBLICIDADE E DOS DOCUMENTOS

O presente Edital será divulgado pelos canais oficiais de comunicação do Município, da Secretaria Municipal de Educação e por outros meios disponíveis, visando assegurar amplo conhecimento da realização da Audiência Pública.
O **Regulamento da Audiência Pública** e, sempre que possível, a **proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME** serão disponibilizados previamente aos interessados.

6. DO REGISTRO

A Audiência Pública será registrada por meio de **lista de presença, ata e documentos contendo as contribuições apresentadas**, que integrarão a documentação do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A organização e condução dos trabalhos ficarão sob responsabilidade da **Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME**, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação.
Para conhecimento de todos, publica-se o presente Edital de Convocação.

Mato Rico – Paraná, 31 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:D6B2306A

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº173/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 173/2026
DISPENSA Nº 35/2026 - PMMR

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 28/08/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: ECO2 SOLUÇÕES AMBIENTAIS, inscrita no CNPJ nº 49.851.968/0001-10.

OBJETO: contratação prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e consultoria ambiental para regularização ambiental de áreas públicas do Município de Mato Rico/PR, compreendendo: Autorização Ambiental para Encerramento do Aterro Sanitário Municipal; Autorização para Supressão de Vegetação Nativa; Plano de Controle Ambiental - PCA da área de transbordo de RSU; e estudos/documentos para licenciamento ambiental da área destinada ao Cemitério Municipal.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 28/08/2026 e terá vigência até 28/08/2027.

VALOR TOTAL: R$30.200,00 (trinta mil e duzentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento dos serviços devidos ocorrerá em até 30 dias após liquidação da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
11- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041 – Manutenção das Atividade de Proteção ao Meio Ambiente 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:5686B04A

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº36/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Município de Mato Rico através do Prefeito Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no art. 95, §2º da Lei Federal n.º 14.133/2021, decreto municipal 01/2025 e 05/2025 e conforme o que consta do Processo de Dispensa nº 36/2026 processo Administrativo nº 108/2026, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, **Aquisição de Copos Long Drink personalizados, com borda metálica, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, anexo ao procedimento licitatório constante no processo e ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto licitado em favor da empresa J DA ROCHA RIBEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.424.880/0001-17, pela proposta conforme as necessidades do SECRETARIA DE SAÚDE no valor de R$ **3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais)**.

Mato Rico PR, 28 de agosto de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:4C76A237

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 291/2026 - CONCEDE RETIDE - TEREZA SOARES DE ANDRADE

PORTARIA Nº 291/2026

SÚMULA – Concede gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, a servidor efetivo.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:
A Sra. **TEREZA SOARES DE ANDRADE,** portadora da cédula de identidade civil nº 10070848 e inscrição no CPF nº 060.593.939-00, ocupante do cargo efetivo de "SERVENTE", admissão em 16/02/2017, sob matricula nº 200810, **gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva**, na proporção de **80% (oitenta por cento)** de seus vencimentos básicos, de acordo com o artigo 102 da Lei Municipal 067/97, por trabalhos excedentes de sua carga horaria ficando assim excluído de seus vencimentos a remuneração por hora extraordinária conforme termo previamente assinado, a contar de 01/08/2026..

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagido seus efeitos a 01/08/2026, revogando as disposições em contrário.
Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 31 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:D3B12E76

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 292/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAUDE - LUCELIA DAL SANTO

PORTARIA Nº 292/2026

SÚMULA – Licença tratamento de saúde a servidora efetiva.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – A servidora municipal a Sra. **LUCELIA DAL SANTO,** inscrição no CPF/MF nº 792.960.929-49, matricula nº **200444,** admitida em 01/03/2002, ocupante do cargo **"PROFESSORA COM MAGISTÉRIO"** lotada no Departamento de Assistência Social; e matricula nº **200701** – admitida em 17/09/2012, cargo de "**PROFESSORA COM MAGISTÉRIO**", lotada no Departamento de Assistência Social, licença tratamento de saúde, período de 14 dias, a **contar de 31/08/2026** – Dr. EDUARDO GEVERT – CRM 41.416

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se.

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico-PR, 31 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:41092F78

MUNICÍPIO DE MATO RICO
REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E CONSULTA À COMUNIDADE SOBRE O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DE MATO RICO

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E CONSULTA À COMUNIDADE SOBRE O NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME DE MATO RICO
CAPÍTULO I
DA FINALIDADE
Art. 1º A Audiência Pública de Apresentação e Consulta à Comunidade sobre o Novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico tem por finalidade apresentar à comunidade a proposta das metas e estratégias que integrarão o novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico e promover espaço público de participação, diálogo e manifestação da sociedade, possibilitando o recebimento de contribuições para o seu aperfeiçoamento.
Parágrafo único. A Audiência Pública possui caráter consultivo e participativo, não tendo por finalidade a aprovação ou deliberação definitiva sobre o conteúdo do Plano Municipal de Educação.
Art. 2º Este Regulamento deverá ser aprovado antes do início dos trabalhos da Audiência Pública.
CAPÍTULO II
DO NOVO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Art. 2º A proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico terá vigência de **10 (dez) anos**, constituindo instrumento de planejamento de médio e longo prazo para a política educacional do Município, e será elaborada em consonância com o **Plano Nacional de Educação – PNE**, observadas as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias nacionais, bem como as especificidades e necessidades educacionais do Município.
Parágrafo único. A elaboração do novo PME observará a articulação entre as políticas educacionais das diferentes esferas federativas e contará com a participação da comunidade educacional e da sociedade civil, nos termos da legislação vigente.
CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
Art. 3º A Audiência Pública terá os seguintes objetivos:
I – Apresentar à comunidade a proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME de Mato Rico;
II – Promover a participação da comunidade educacional e da sociedade civil no processo de elaboração do novo PME;
III – Possibilitar a manifestação dos profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis, conselhos, instituições, entidades e demais interessados;
IV – Receber sugestões, críticas, observações e contribuições relacionadas às diretrizes, objetivos, metas e estratégias constantes da proposta;
V – Promover o diálogo entre o Poder Público e a sociedade acerca das necessidades e prioridades educacionais do Município;
VI – Assegurar transparência e publicidade ao processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação;
VII – subsidiar o aperfeiçoamento da proposta do PME, considerando as contribuições apresentadas durante a Audiência Pública.
Parágrafo único. As contribuições apresentadas durante a Audiência Pública serão registradas e posteriormente analisadas pela Comissão Gestora, observada sua pertinência, viabilidade e compatibilidade com a legislação educacional vigentes, com o Plano Nacional de Educação – PNE e com a realidade e as necessidades do Município.
CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO
Art. 4º A Audiência Pública será aberta à participação da comunidade educacional e da sociedade civil, assegurado o direito de participação aos profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis, representantes de conselhos e entidades, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil e demais interessados.
§ 1º Os participantes poderão acompanhar a apresentação da proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME, manifestar-se durante os momentos destinados às contribuições e apresentar sugestões relacionadas ao seu conteúdo.
§ 2º A participação na Audiência Pública será gratuita e aberta a todos os interessados, observadas as regras de organização e funcionamento estabelecidas neste Regulamento.
§ 3º A participação na Audiência Pública não confere direito à aprovação, alteração ou inclusão automática de propostas no PME, cabendo à Comissão Gestora analisar as contribuições apresentadas, nos termos deste Regulamento e das legislações vigentes.
CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DOS TRABALHOS
Art. 5º A Audiência Pública será coordenada pela **Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME**, instituída pela Portaria do Poder Executivo Municipal, Nº222/2026 com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e a participação das instâncias de representação e participação social constituídas no âmbito da política educacional do Município.
§ 1º Compete à Comissão Gestora:
I – Realizar a abertura dos trabalhos e apresentar a finalidade da Audiência Pública;
II – Organizar e conduzir a apresentação da proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME;

III – orientar os participantes quanto à forma de participação e manifestação;
IV – Assegurar oportunidade de manifestação aos participantes, observada a organização dos trabalhos e o tempo disponível;
V – Receber e encaminhar para registro as sugestões, críticas, observações e demais contribuições apresentadas;
VI – Zelar pelo adequado desenvolvimento da Audiência Pública;
VII – Realizar o encerramento dos trabalhos.
§ 2º A Comissão Gestora poderá estabelecer a ordem das manifestações e o tempo destinado a cada participante, considerando o número de inscritos e o tempo disponível para a realização da Audiência Pública.
§ 3º As manifestações deverão observar o respeito aos participantes, à finalidade da Audiência Pública e às normas de convivência e urbanidade.
§ 4º A Comissão Gestora poderá solicitar esclarecimentos aos integrantes da equipe responsável pela elaboração do PME ou a profissionais convidados, sempre que necessário ao adequado desenvolvimento dos trabalhos.

CAPÍTULO VI
DA APRESENTAÇÃO E DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 6º A Audiência Pública será desenvolvida mediante apresentação da proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME, seguida de espaço destinado às manifestações, sugestões, críticas, observações e esclarecimentos dos participantes.
§ 1º A apresentação da proposta do novo PME será realizada pela Comissão Gestora, podendo contar com a participação de integrantes da equipe responsável pela elaboração do Plano e de profissionais convidados.
§ 2º Após a apresentação da proposta, será aberto espaço para manifestações dos participantes, observada a organização dos trabalhos pela Comissão Gestora.
§ 3º Os participantes interessados em se manifestar deverão realizar sua inscrição na forma estabelecida pela organização da Audiência Pública.
§ 4º As manifestações deverão, preferencialmente, estar relacionadas ao conteúdo, às metas, às estratégias e às demais disposições da proposta do novo PME.
§ 5º As sugestões e contribuições apresentadas durante a Audiência Pública serão registradas para posterior análise pela Comissão Gestora.
§ 6º A Comissão Gestora poderá solicitar ao participante que esclareça ou complemente sua manifestação quando necessário para o adequado registro da contribuição.

CAPÍTULO VII
DA INSCRIÇÃO E DO TEMPO DAS MANIFESTAÇÕES

Art. 7º Os participantes interessados em realizar manifestação oral deverão inscrever-se junto à organização da Audiência Pública, na forma estabelecida pela Comissão Gestora.
§ 1º Cada participante inscrito terá, como regra geral, até **3 (três) minutos** para apresentar sua manifestação, sugestão, crítica ou contribuição.
§ 2º O tempo previsto no § 1º poderá ser ampliado ou reduzido pela Comissão Gestora, conforme o número de inscritos e o tempo disponível para a realização da Audiência Pública, assegurando-se, sempre que possível, oportunidade de manifestação aos interessados.
§ 3º Terão preferência para manifestação os participantes que ainda não tenham utilizado a palavra.
§ 4º As contribuições poderão também ser apresentadas por escrito, durante a Audiência Pública, para fins de registro e posterior análise.
§ 5º As manifestações deverão guardar relação com a finalidade da Audiência Pública e observar os princípios de respeito, urbanidade e participação democrática.
§ 6º O encerramento das manifestações será realizado pela Comissão Gestora quando esgotado o tempo previsto para essa etapa ou quando não houver mais participantes inscritos.

CAPÍTULO VIII
DO REGISTRO DAS CONTRIBUIÇÕES E DA ATA

Art. 8º As manifestações, sugestões, críticas, observações e demais contribuições apresentadas durante a Audiência Pública serão registradas pela organização do evento, de forma a subsidiar a análise e o aperfeiçoamento da proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME.
§ 1º As contribuições apresentadas oralmente poderão ser registradas em ata ou em instrumento próprio de registro, conforme a organização dos trabalhos.
§ 2º As contribuições apresentadas por escrito serão anexadas aos registros da Audiência Pública e consideradas no processo de análise da proposta do PME.
§ 3º Todas as contribuições serão submetidas à análise da Comissão Gestora, que avaliará sua pertinência, viabilidade e compatibilidade com a legislação educacional vigente e com o Plano Nacional de Educação – PNE, bem como com as necessidades e especificidades do Município.
Art. 9º Será lavrada ata da Audiência Pública, contendo, no mínimo:
I – A data, o horário e o local de realização;
II – A identificação dos responsáveis pela condução dos trabalhos;
III – O registro da apresentação da proposta do novo PME;
IV – O registro das manifestações e contribuições apresentadas;
V – O registro do encerramento dos trabalhos.
§ 1º A lista de presença e os documentos que contenham as contribuições apresentadas integrarão os registros da Audiência Pública.
§ 2º A Ata será elaborada pela organização da Audiência Pública e submetida à Comissão Gestora para conferência e validação.
§ 3º Os registros da Audiência Pública serão mantidos como parte da documentação do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO IX
DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

Art. 10. A realização da Audiência Pública será divulgada previamente à comunidade, de forma a assegurar amplo conhecimento sobre sua finalidade, data, horário e local de realização.
§ 1º A divulgação poderá ocorrer por meio dos canais oficiais de comunicação do Município, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das instituições de ensino, das redes sociais institucionais e de outros meios disponíveis que possibilitem o acesso da comunidade.
§ 2º Sempre que possível, a proposta do novo Plano Municipal de Educação – PME será disponibilizada previamente aos interessados, de modo a possibilitar o conhecimento de seu conteúdo e a apresentação de contribuições durante a Audiência Pública.
§ 3º A divulgação deverá informar aos interessados sobre a possibilidade de participação e apresentação de sugestões, críticas, observações e demais contribuições relacionadas à proposta do novo PME.
Art. 11. Os documentos produzidos no âmbito da Audiência Pública, incluindo a lista de presença, a Ata e as contribuições apresentadas, integrarão os registros do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, observadas as disposições legais relativas à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação – PME, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 13. A Comissão Gestora adotará as providências necessárias à organização e ao adequado desenvolvimento da Audiência Pública, observadas as disposições deste Regulamento e a legislação aplicável.
Art. 14. Este Regulamento deverá ser divulgado juntamente com a convocação da Audiência Pública, para conhecimento dos interessados.
Art. 15. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

Publique-se

Mato Rico – Paraná, 31 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Presidente da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:5DDAA261

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
DECRETO Nº 034/2026

SÚMULA - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO, GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 1.495/2023, sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Portaria MEC nº 2.036/2023, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 03/2023, sobre normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica;
CONSIDERANDO o Parecer CEE/CP nº 186/2024 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que determina adequação da nomenclatura para a "Educação Integral em Tempo Integral";
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2.025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2 de 19 de junho de 2026, que alteram o art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e determina que os sistemas de ensino revisem e atualizem seus normativos referentes á Educação Integral em Tempo Integral até 31 de outubro de 2.026;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026-2036;
CONSIDERANDO a Lei 525/2015 que institui o Plano Municipal de Educação;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Miraselva – PR, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais vigentes.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem como objetivo promover o pleno desenvolvimento dos estudantes da Educação Básica, contemplando as dimensões cognitiva, física, emocional, social, cultural, ética, ambiental e política, de modo a assegurar a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
CAPÍTULO II
DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
Art. 3º Para efeitos deste Decreto, adotam-se os seguintes conceitos:
I – Educação Integral: abordagem educacional que busca promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando todas as dimensões que compõem sua formação;
II – Educação em Tempo Integral: organização do ensino que contempla jornada escolar ampliada, com duração mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;
III – Escola de Tempo Integral: unidade de ensino que disponibiliza todas as suas matrículas em regime de jornada escolar ampliada;
IV – Escola Mista: unidade de ensino que mantém parte das turmas em jornada escolar ampliada e parte em jornada parcial;
V – Território Educativo: conjunto de espaços, instituições, equipamentos públicos, organizações sociais e demais oportunidades de aprendizagem integrados e articulados ao processo educativo.

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral observará os seguintes princípios, conforme Portaria 2.036, de 23 de novembro de 2023:
I – reconhecimento da educação como um direito humano público e subjetivo e da educação escolar como parte inegociável da materialização deste direito;
II – qualidade socialmente referenciada da escola;
III – reconhecimento das múltiplas formas de realização da Educação Integral, a partir das singularidades, potencialidades, limites e circunstâncias dos sujeitos, comunidade escolar e território;
IV – reconhecimento e garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem;
V – indissociabilidade das práticas de cuidar e educar ao longo de toda a Educação Básica;
VI – integração dos temas contemporâneos transversais estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular com enfoque na promoção da Educação em Direitos Humanos, da Educação Socioambiental e da Educação para as Relações Étnico-raciais, nos termos das respectivas Diretrizes Nacionais;
VII – intencionalidade da promoção da equidade educacional e da justiça curricular;
VIII – reconhecimento da Educação Integral como concepção que organiza, integra e articula as diferentes etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais) independente da ocorrência em tempo parcial ou integral.
Art. 5º São Diretrizes do Programa Escola em Tempo Integral:
I – expansão das matrículas e escolas em tempo integral;
II – currículo comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;
III – melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade.
IV – a participação ativa dos estudantes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
V – a articulação intersetorial com políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas;
VI – a melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral;
VII – Para fins de recenseamento, identificação e alocação equitativa da matrícula de tempo integral, a Secretaria de Educação poderá utilizar ferramentas já existentes como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica - Inse/Inep, o Cadastro Único, os beneficiários do Programa Bolsa Família e, ainda, outros programas de transferência de renda locais aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social.

VIII – participação da comunidade escolar e da sociedade civil nos processos de planejamento, ampliação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, fortalecendo a gestão democrática e o controle social.
CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Art. 6º A implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral será realizada de forma gradual, articulada e colaborativa, envolvendo diferentes profissionais e segmentos da comunidade escolar e da rede municipal de ensino, com responsabilidades definidas de acordo com suas atribuições.
I – Secretaria Municipal de Educação: coordenar e acompanhar a implementação da política, promover o planejamento das ações, orientar as unidades escolares, garantir as condições necessárias para seu desenvolvimento e monitorar os resultados.
II – Gestores das unidades escolares: organizar e acompanhar a execução da política no cotidiano escolar, articulando os diferentes

profissionais e garantindo a integração das atividades da jornada ampliada ao projeto pedagógico da escola.

III – Equipe pedagógica: apoiar o planejamento, a organização curricular e o desenvolvimento das práticas pedagógicas, buscando integrar os diferentes tempos, espaços, saberes e experiências oferecidos aos estudantes.

IV – Professores: desenvolver as atividades pedagógicas e formativas previstas na política, considerando as diferentes dimensões do desenvolvimento dos estudantes — intelectual, física, emocional, social e cultural.

V – Estudantes: participar ativamente das atividades propostas, contribuindo para a construção de uma experiência educativa significativa, inclusiva e adequada às suas necessidades, interesses e potencialidades.

VI – Famílias e responsáveis: participar e acompanhar o processo educativo, mantendo diálogo com a escola e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

VII – Conselho Escolar e Associações de pais (APMF e APPF): colaborar no acompanhamento, planejamento e avaliação das ações, fortalecendo a gestão democrática e a participação da comunidade.

VIII – Demais setores públicos: quando necessário, contribuir com ações e serviços complementares, especialmente nas áreas de cultura, esporte, saúde, assistência social, meio ambiente e outras que possam ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

CAPÍTULO IV
ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

Art. 7º A Política de Educação Integral em Tempo Integral prevê a ampliação da jornada escolar, garantindo aos estudantes uma permanência na escola de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma articulada com as atividades pedagógicas e formativas previstas no currículo. Irá contemplar os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e as atividades complementares que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes, articuladas ao Projeto Político-Pedagógico de cada unidade escolar. A organização dos horários deverá contemplar momentos destinados às atividades pedagógicas, práticas esportivas e culturais, projetos, atividades de acompanhamento e aprofundamento das aprendizagens, acolhida, alimentação, higiene, descanso e convivência.

Art. 8º A oferta da Educação em Tempo Integral será definida de forma gradual, considerando a realidade e as necessidades de cada unidade escolar, a disponibilidade de espaços físicos, recursos humanos, condições de alimentação e transporte escolar, bem como a capacidade de atendimento da rede municipal.

§ 1º O transporte escolar, quando necessário à oferta em tempo integral, será organizado pela administração municipal de acordo com a demanda, rotas, horários, capacidade da frota, segurança dos estudantes e disponibilidade orçamentária, garantindo condições adequadas de acesso e permanência.

§ 2º Na Educação Infantil, a organização da jornada deverá respeitar as necessidades próprias de cada faixa etária, contemplando períodos adequados de alimentação, higiene, repouso e descanso, sem prejuízo das experiências pedagógicas, das interações e das brincadeiras previstas na proposta pedagógica.

§ 3º Os estudantes público da Educação Especial terão assegurado o atendimento educacional especializado e os demais apoios necessários, conforme a legislação vigente, de forma articulada ao trabalho pedagógico da unidade escolar, considerando suas necessidades, potencialidades e especificidades, sem substituição da escolarização comum.

§ 4º O número de turmas, estudantes e etapas contemplados pela oferta em tempo integral será definido anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a demanda, as condições de infraestrutura, o quadro de profissionais, os recursos disponíveis e o planejamento da rede municipal.

CAPÍTULO V
DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E DE SUAS MELHORIAS

Art. 9º A ampliação da oferta para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais será realizada de forma planejada e gradual, considerando a realidade da rede municipal, a disponibilidade de infraestrutura, espaços educativos e demais condições necessárias à efetivação da proposta. Os espaços existentes poderão ser adaptados e reorganizados para atender às diferentes atividades e faixas etárias, sendo também possível utilizar, mediante planejamento e articulação com os órgãos responsáveis, espaços socioculturais e equipamentos públicos do município.

§ 1º Poderão integrar o território educativo, mediante planejamento, autorização e articulação intersetorial, espaços públicos do município, tais como praças, ginásios de esportes, parques, áreas verdes, espaços culturais e demais equipamentos públicos, observadas as condições de segurança, acessibilidade e adequação às faixas etárias.

Art. 10. A tecnologia deverá ser utilizada de forma planejada, contribuindo para a ampliação das possibilidades de aprendizagem, pesquisa, comunicação, produção de conhecimento e desenvolvimento de projetos.

Art. 11. A conservação dos espaços e equipamentos será compreendida como responsabilidade compartilhada entre gestão, profissionais, estudantes e comunidade escolar, fortalecendo o cuidado coletivo com o patrimônio público e com os ambientes de aprendizagem.

CAPÍTULO VI
DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

Art. 12. Para o desenvolvimento da proposta serão envolvidos professores, equipe gestora, equipe pedagógica e demais servidores necessários ao funcionamento das unidades escolares, de acordo com as atribuições de cada função. Os professores e demais profissionais deverão atender aos requisitos de formação e escolaridade estabelecidos para seus respectivos cargos e funções no âmbito da Rede Municipal de Ensino. A carga horária dos profissionais observará a jornada estabelecida para o respectivo cargo ou função, bem como as necessidades da oferta em tempo integral, garantindo a organização adequada dos tempos escolares e das atividades pedagógicas.

Art. 13. A definição e a ampliação do quadro de profissionais acompanharão a expansão da oferta da Educação Integral em Tempo Integral. A jornada de trabalho dos profissionais poderá ocorrer em regime de dedicação parcial ou integral, conforme o cargo, a jornada prevista na legislação municipal, a organização da unidade escolar e as necessidades desta Política.

§ 2º A participação em ações formativas será organizada pela Secretaria Municipal de Educação, observando a jornada de trabalho, a hora-atividade e os demais direitos previstos na legislação municipal e no Plano de Carreira do Magistério, não implicando alteração da jornada ou do quadro funcional sem a correspondente previsão legal e orçamentária.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação deverá prever ações de formação inicial e continuada para os profissionais envolvidos na Educação Integral em Tempo Integral, considerando as especificidades das etapas atendidas, a organização curricular, a gestão do tempo e dos espaços, a inclusão e as práticas pedagógicas integradoras.

CAPÍTULO VII
DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

Art. 14. A Política de Educação Integral em Tempo Integral será financiada com recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da educação, considerando recursos próprios, recursos federais e estaduais.

Art. 15. Constituem fontes de financiamento para implementação e manutenção da Política, conforme disponibilidade orçamentária e financeira:

I – recursos próprios do Município destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

II – recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III – recursos vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

IV – recursos vinculados ao Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE;

V – recursos provenientes de programas, projetos e ações de assistência financeira da União e do Estado do Paraná destinados à Educação Integral e/ou à ampliação da jornada escolar;

Art. 16. Os recursos serão aplicados de acordo com suas respectivas finalidades e dotações orçamentárias, priorizando as despesas necessárias ao funcionamento e à qualificação da oferta, tais como remuneração e formação dos profissionais, alimentação escolar, transporte, materiais pedagógicos, equipamentos, manutenção, adequação e melhoria dos espaços físicos e demais ações necessárias à execução da Política.

Art. 17. A ampliação da oferta para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais será planejada de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observando a garantia das condições necessárias para a oferta de uma Educação Integral em Tempo Integral com qualidade.

CAPÍTULO VIII

DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR

Art. 18. A Matriz Curricular da Educação Integral em Tempo Integral deverá estar fundamentada na concepção de formação integral do estudante, compreendendo o desenvolvimento das dimensões cognitiva, física, emocional, social, cultural e ética. A ampliação da jornada escolar deverá representar a ampliação das oportunidades de aprendizagem, experiências e vivências, não se restringindo ao aumento do tempo de permanência do estudante na escola.

Art. 19. A organização curricular deverá promover a integração entre os componentes curriculares e as atividades complementares, articulando conhecimentos, saberes, experiências e diferentes linguagens. A matriz curricular deverá contemplar os componentes curriculares previstos na legislação vigente, juntamente com atividades que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes, tais como práticas esportivas, culturais, artísticas, de leitura, pesquisa, tecnologia, educação ambiental, convivência, cidadania e acompanhamento das aprendizagens.

Art. 20. Para fortalecer a Educação Integral na Matriz Curricular do município, a Secretaria Municipal de Educação deverá priorizar:

I – a construção de uma matriz curricular articulada e coerente com os princípios da Educação Integral;

II – a integração entre os componentes curriculares e as atividades complementares;

III – a formação continuada dos profissionais para atuação na perspectiva da Educação Integral;

IV – o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da implementação da matriz curricular.

Art. 21. A composição da Matriz Curricular observará a legislação educacional vigente, as orientações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná e demais documentos normativos aplicáveis à etapa de ensino, garantindo a articulação entre a formação geral básica e as atividades que compõem a jornada ampliada.

Art. 22. A matriz curricular deverá estar articulada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e às diretrizes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 23. Serão consideradas matrículas em tempo integral aquelas em que o estudante permanece na instituição de ensino, em Turno Único**,** ou participa de atividades escolares na modalidade de Ampliação da Jornada Escolar, por período igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 24. A organização da carga horária deverá assegurar a articulação entre os diferentes componentes curriculares e atividades, garantindo que o tempo ampliado seja utilizado de maneira pedagógica e significativa, contribuindo efetivamente para a formação integral dos estudantes. A organização das atividades observará as orientações normativas vigentes, contemplando, conforme a etapa de ensino, os campos de experiências da Educação Infantil e os macrocampos e/ou demais formas de organização curricular previstas para o Ensino Fundamental, com atividades diferenciadas e diversificadas que ampliem e enriqueçam as experiências de aprendizagem e desenvolvimento, visando à formação integral dos sujeitos.

§ 1º A recomposição e o aprofundamento das aprendizagens dos estudantes público da Educação Especial serão planejados a partir das necessidades educacionais identificadas, com estratégias pedagógicas acessíveis, acompanhamento individualizado quando necessário e articulação entre professores, equipe pedagógica, atendimento educacional especializado e família.

§ 2º A necessidade de professores e demais profissionais para o desenvolvimento da parte diversificada e das atividades complementares será definida no planejamento da oferta, observadas a legislação municipal, a formação exigida para cada função, a demanda, a jornada dos profissionais e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 25. A implementação da Matriz Curricular ocorrerá de forma progressiva, considerando a realidade da Rede Municipal de Ensino, inicialmente na Educação Infantil, que já oferta atendimento em tempo integral, e posteriormente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação e condições necessárias para sua efetivação.

CAPÍTULO IX

DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Art. 26. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será desenvolvida a partir da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as demais políticas públicas, instituições, profissionais, famílias e comunidade, reconhecendo que a formação integral dos estudantes depende da atuação conjunta dos diferentes setores que integram o território.

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação atuará como articuladora das ações educacionais, estabelecendo diálogo com os demais setores e instituições, de acordo com as necessidades identificadas pelas unidades escolares e pelos estudantes, possibilitando a construção de ações integradas e complementares capazes de responder às necessidades dos estudantes e aos desafios da Educação Integral.

Art. 28. A organização desta Política irá considerar os seguintes aspectos:

I – formação inicial e continuada dos profissionais da educação;

II – organização da jornada de trabalho e definição das funções dos profissionais envolvidos;

III – composição e organização das equipes das unidades escolares;

IV – estabelecimento de ações e parcerias intersetoriais;

V – adequação, ampliação e manutenção da estrutura física, mobiliário e equipamentos das escolas;

VI – aquisição e organização de materiais e recursos pedagógicos;

VII – alimentação e transporte escolar;

Art. 29. A Secretaria Municipal de Educação poderá promover reuniões, encontros e espaços de planejamento conjunto com os setores e instituições envolvidos, buscando alinhar responsabilidades, definir ações e acompanhar os resultados.

§ 1º A intersetorialidade será fortalecida por meio do diálogo permanente e da articulação com os demais setores e órgãos do município, especialmente Assistência Social, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Meio Ambiente e ações relacionadas ao mundo do trabalho, quando pertinentes à etapa de ensino e às necessidades dos estudantes, respeitadas as competências de cada área.

CAPÍTULO X

ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 30. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será acompanhada por meio de estratégias permanentes de monitoramento e avaliação, com o objetivo de verificar a efetividade das ações implementadas, identificar avanços e dificuldades e subsidiar a tomada de decisões para o aprimoramento da política.

Art. 31. O monitoramento será realizado de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares, considerando as metas e objetivos estabelecidos para a implementação e expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 32. Serão acompanhados, entre outros, os seguintes aspectos:

I – manutenção e qualificação da oferta já existente na Educação Infantil;

II – planejamento e preparação para a ampliação da oferta para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

III – número de estudantes matriculados e atendidos em tempo integral;

IV – frequência e permanência dos estudantes nas atividades da jornada ampliada;

V – condições de infraestrutura, acessibilidade, alimentação e transporte escolar;

VI – disponibilidade e adequação do quadro de profissionais;

VII – participação dos profissionais em ações de formação continuada;

VIII – implementação e adequação das matrizes curriculares e dos Projetos Político-Pedagógicos;

IX – acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes;
X – execução dos recursos destinados à implementação e manutenção da Política.
Art. 33. Os dados serão registrados e analisados periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação e pelas equipes gestoras das unidades escolares, possibilitando a identificação de necessidades, a definição de prioridades e a adoção de medidas de melhoria.
Art. 34. Poderão ser utilizados como instrumentos de monitoramento: registros das unidades escolares, dados de matrícula e frequência, relatórios pedagógicos, registros de acompanhamento da aprendizagem, atas de reuniões, instrumentos de avaliação, relatórios da Secretaria Municipal de Educação, registros de formação continuada e demais documentos pertinentes.
Art. 35. A avaliação terá como finalidade verificar em que medida os objetivos e resultados previstos na Política de Educação Integral em Tempo Integral estão sendo alcançados, considerando tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos da implementação. A avaliação deverá considerar os resultados da aprendizagem, a participação e frequência dos estudantes, a qualidade das atividades desenvolvidas, as condições de funcionamento das unidades, a participação dos profissionais, estudantes e famílias e o cumprimento das metas estabelecidas.
Art. 36. Os resultados da avaliação serão utilizados para subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, orientar a revisão das estratégias e promover o aperfeiçoamento contínuo da Política.
Art. 37. O monitoramento e a avaliação serão realizados de maneira periódica, possibilitando acompanhar a evolução da oferta e subsidiar especialmente o processo de ampliação da Educação Integral em Tempo Integral para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, previsto para 2028, assegurando que sua implementação ocorra de forma planejada, gradual e com qualidade.
§ 1º A avaliação da Política contará também com a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, realizada, no mínimo, anualmente e, quando necessário, semestralmente, por meio de formulários ou questionários, reuniões, escutas, assembleias, conselhos e outros instrumentos de participação, de modo a identificar avanços, dificuldades e sugestões para o aperfeiçoamento da Política.
Art. 38. Este programa será implementado gradualmente, conforme disponibilidade orçamentária, financeira e capacidade operacional da rede municipal.
Art. 39. As despesas decorrentes da execução deste Decreto ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:BCECF92B

GABINETE
DECRETO Nº 035/2026

O Prefeito Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 546/2016 de 14 de Abril de 2016.

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Comitê Municipal do Transporte Escolar, no período de 29/08/2026 a 28/08/2028, os senhores:
REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Fernanda de Castro Pereira Duarte - Titular
Maria Silmara Pereira Scalone - Suplente
REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO:
Sandra Eliete Juliani Zanin - Titular
Simone Cristina de Lima - Suplente
REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
Lucila Palla Borghi - Titular
Aparecida Adelia Camiloti Teixeira - Suplente
REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNO:
Ana Paula Leite Galvão de Souza - Titular
Valéria Parangaba Scalone - Suplente
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO, aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte seis.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:E5332E39

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 076/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2025
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE MIRASELVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, com sede na Avenida Dona Madalena, nº 41, CEP 86.615-100, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor JOÃO MARCOS FERRER, portador do R.G nº 3.870.229-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 365.867.819-49, doravante denominado CREDENCIANTE; e, de outro lado, a empresa A. P. DOS S. MAGALHÃES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 50.921.997/0001-90, com sede na Rua João Lourenço de Souza, 21, centro, Miraselva-PR, neste ato representada pela Senhora AIANE PIRES DOS SANTOS MAGALHÃES, portadora do CPF nº 060.712.379-63, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO, com fundamento no Art. 79 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e em conformidade com a Cláusula Segunda do contrato original, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Credenciamento nº 076/2025, cujo escopo é a prestação de serviços de vigilância desarmada para controle de acesso nas escolas e prédios públicos municipais, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
2.1. Em consonância com a Cláusula Segunda do instrumento original, fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 01 de setembro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam expressamente ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas, condições, tabelas de preços e obrigações estabelecidas no Contrato de Credenciamento nº 076/2025 original que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
CLÁUSULA QUARTA – DO FORO
4.1. Fica integralmente mantido o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução deste instrumento.
E, por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

Miraselva - PR, 31 de agosto de 2026.

Município de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal
(Credenciante)

A. P. Dos S. Magalhães - ME
AIANE PIRES DOS SANTOS MAGALHÃES
Proprietária
(Credenciada)

TESTEMUNHAS:	
_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:72D58314

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 08, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2026

EDITAL Nº 08, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2026

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE
MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, bem como o Edital de Convocação nº 07/2026, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

TORNA PÚBLICA a presente **CONVOCAÇÃO** para **assinatura de contrato** dos candidatos abaixo relacionados.

CONTADOR (A) – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
08	Elizabeth Rodrigues Cardoso Ribeiro	20/12/1982	79.7xxx13	042.981xxx62

O candidato deverá **comparecer no dia 01 de setembro de 2026 às 08:00 hrs**, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, **para assinatura de contrato.**
O não comparecimento na data e horário estabelecidos implicará na desistência tácita da vaga, facultando à Fundação a convocação do próximo candidato aprovado, conforme ordem de classificação.
Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:34D4D46A

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 09, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2026

EDITAL Nº 09, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2026

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE
MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2026**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **01 a 03 de setembro de 2026**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83.350-000.

MÉDICO (A) PEDIATRA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
02	Cassiano Cubas Machado	18/05/1978	757xxx08	39491xxx 07

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2026.

CPF;
RG;

Cartão SUS;
Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
Carteira de Trabalho;
1 foto 3x4 atual;
Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 02/2026 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial

para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral Fasmo

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:710A55B8

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 108, DE 31 DE AGOSTO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 108, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, bem como o Edital de Convocação nº 102/2026 e 107/2026, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

TORNA PÚBLICA a presente **CONVOCAÇÃO** para **assinatura de contrato** dos candidatos abaixo relacionados.

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
53	JUAN CARLOS ARGUELLO DE SA MARANHÃO	12/05/1991	1004xxx49	074220xxx08

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
55	IVETE GARCIA PINTO	28/08/1979	2924xxx62	302986xxx60

O candidato deverá **comparecer no dia 02 de setembro de 2026 às 08:00 hrs**, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, **para assinatura de contrato.**
O não comparecimento na data e horário estabelecidos implicará na desistência tácita da vaga, facultando à Fundação a convocação do próximo candidato aprovado, conforme ordem de classificação.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:A4596844

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA N° 32 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N° 32 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Nomear para o cargo de DIRETOR DE SAÚDE – DAS 02, Sr. LUCIANO MARCOS DE OLIVEIRA.

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES- FASMO, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo Decreto n° 2.322/2025, com fulcro no art. 9, § 5° da Lei Complementar n° 50, de 26 de maio de 2022, **RESOLVE:**

Art. 1° Nomear, a Sr. **LUCIANO MARCOS DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF n° 872.XXX.509-XX, para ocupar DIRETOR DE SAÚDE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Morretes/PR, 31 de agosto de 2026

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora Geral da FASMO
Decreto nº 2.322/2025

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:7EF1EC4E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2944 DE 28 DE AGOSTO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2944/2026 de 28/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 75.330,84 (setenta e cinco mil e trezentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVACAO	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
435 - 3.2.90.93.00.00	31017	INDENIZACOES E RESTITUICOES	62.330,84
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
16.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
16.001.06.122.0040.2.013		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
547 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
		Total Suplementação:	75.330,84

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E	
11.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,	
11.001.04.122.0300.2.066		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
441 - 4.4.90.52.00.00	31017	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	62.330,84
16		SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E DEFESA CIVIL	
16.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA E	
16.001.06.122.0040.2.013		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RESILIENCIA CLIMATICA	
550 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	11.000,00
551 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
16.001.06.182.2183.2.257		MODERNIZAR E FORTALECER A CAPACIDADE DE RESPOSTA A	
560 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
		Total Redução:	75.330,84

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 28 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6AD6F4D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2947 DE 31 DE AGOSTO DE 2026 - CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto n° 2947/2026 de 31/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
04.001.04.123.0040.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ORCAMENTO	
57 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	45.000,00
		Total Suplementação:	45.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
04.002 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
04.002.28.843.0000.2.009 AMORTIZACAO - ENCARGOS DIVIDA CONFESSADA

62 - 3.2.90.21.00.00

1000

JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO

45.000,00
Total Redução: 45.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 31 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C962B3BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2950 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2950 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta para a Avaliação de Desempenho Especial de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante estágio probatório previsto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal nº 068/2025.

O Prefeito Municipal de Morretes - Estado do Paraná, Senhor SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o estabelecido na Seção III da Lei Complementar Municipal nº 068/2025, que dispõe sobre o estágio probatório dos servidores públicos municipais nomeados para o cargo de provimento efetivo;
CONSIDERANDO o estabelecido no inciso III do § 1º e § 4º do art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre o procedimento de avaliação periódica de desempenho para a efetivação da estabilidade dos servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público após três anos de efetivo exercício;
CONSIDERANDO, a necessidade de garantir a transparência, a equidade e a devida legalidade nas decisões relativas à estabilidade no serviço público, **DECRETA**:
CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO:
Art. 1.º Este Decreto dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta para Avaliação de Desempenho de Servidores ocupantes de cargo público efetivo durante estágio probatório previsto no artigo 21 da Lei Complementar Municipal nº 068/2025.
Art. 2.º O presente Decreto aplica-se aos servidores públicos em estágio probatório, vinculados a Administração Pública Municipal Direta e Indireta com personalidade jurídica de Direito Público.
Parágrafo único. Excluem-se do âmbito de regulamentação deste Decreto:
I – Servidores públicos efetivos, vinculados à Administração Pública Municipal direta e indireta, que já tenham concluído o estágio probatório e sido declarados aptos ou inaptos em regular processo de avaliação de desempenho probatório;
II - Empregados públicos vinculados à Administração Pública Municipal indireta com personalidade jurídica de direito privado.
CAPÍTULO II - PERÍODO DE CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO:
Art. 3.º O servidor público nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao cumprimento do estágio probatório para aquisição da estabilidade.
§ 1.º A aquisição de estabilidade no serviço público, como estabelecido na Lei Complementar Municipal n. 068/2025, está condicionada ao atendimento de ambas as condições abaixo:
I - Completar 3 (três) anos de efetivo exercício do cargo público no cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado em virtude de concurso público;
II - Ser declarado "apto(a)" na etapa de Avaliação de Estágio Probatório nos termos do artigo 22 deste Decreto Municipal.
Art. 4.º O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício do servidor público, nomeado para o cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público, durante o qual a aptidão e a capacidade são objetos de avaliação de desempenho deste.
§ 1.º A contagem do período de estágio probatório começa na data de início das atividades do servidor público.
§ 2.º No caso de acumulação legal, o estágio probatório deve ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor público tenha sido nomeado.
§ 3.º O tempo de serviço de outro cargo público não exime o servidor público do cumprimento do estágio probatório no novo cargo.
§ 4.º O servidor público em estágio probatório não poderá permanecer em desvio de função, nem receber qualquer promoção ou elevação de nível durante o prazo legal.
Art. 5.ºO servidor deve cumprir estágio probatório no exercício do cargo para o qual foi nomeado em caráter definitivo.
§ 1.º O estágio probatório fica suspenso durante as licenças legalmente previstas, bem assim na hipótese de participação de curso de formação, exercício de cargo de comissão, ou outro afastamento de suas atividades usuais, e será retomado a partir do término do respectivo afastamento.

§ 2.º Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 5º deste Decreto, o servidor em licença legalmente prevista, participante de curso de formação, no exercício de cargo de comissão ou afastado de suas atividades por qualquer outro motivo que, na data da publicação deste Decreto ainda não tenha sido avaliado, poderá ser avaliado, desde que a avaliação leve em consideração apenas o período de efetivo exercício do servidor na Prefeitura Municipal de Morretes.

§ 3.º Para fins de atendimento ao disposto no § 1º deste artigo, o servidor em licença legalmente prevista, participante de curso de formação, no exercício de cargo de comissão ou afastado de suas atividades por qualquer outro motivo que tenha praticado, no exercício de suas funções, conduta gravosa estabelecida no § 3º do artigo 9º deste decreto, descoberta após o seu afastamento, poderá ter sua conduta avaliada, independentemente do motivo de afastamento ou de ter cumprido o prazo semestral de que trata o § 2º do artigo 5º.

§4.º Não se aplica a suspensão do estágio probatório, de que trata o § 1º, quando o afastamento do servidor ocorrer em virtude de férias.

CAPÍTULO III - DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 6.º A avaliação de estágio probatório do servidor público tem como finalidade principal avaliar o desempenho, a aptidão, a responsabilidade e a capacidade do servidor recém-nomeado para o exercício do cargo para o qual foi aprovado em concurso público, bem como garantir a eficiência do serviço público e conferir estabilidade ao servidor público que, ao final do período de estágio probatório, for considerado apto.

Art. 7.º A avaliação de estágio probatório deve ser capaz de confirmar ou não o avaliado no cargo ou função para o qual foi designado.

CAPÍTULO IV - REQUISITOS E PARÂMETROS DA AVALIAÇÃO:

Art. 8.º No período de 03 (três) anos de efetivo exercício na função do cargo para o qual prestou concurso público, as aptidões e a capacidade funcional do servidor público serão objeto de avaliações periódicas para o desempenho do cargo na forma estabelecida neste regulamento, observados, dentre outros, os seguintes fatores:

I – Assiduidade: o comparecimento diário, a permanência no local de trabalho e/ou a ocupação do tempo de trabalho para a realização das atribuições do cargo;

II – Disciplina: a compreensão e acatamento das orientações, instruções, ordens superiores, críticas e cumprimento de leis, regulamentos e ordens de serviço;

III – Competência: o domínio teórico e técnico necessário para a execução das tarefas, incluindo informações, conceitos e dados relevantes para a área de atuação;

IV – Responsabilidade: a responsabilidade do servidor quanto ao cumprimento das atribuições de seu cargo, respeito aos deveres do servidor público, respeito à instituição, formação profissional e cumprimento dos prazos estabelecidos.

V – Idoneidade Moral: o comportamento ético do servidor, avaliando sigilo em relação à fatos e documentos, discrição, justiça e indiscriminação em relação aos colegas de trabalho, superiores e público em geral.

VI – Proatividade: a dedicação ao serviço e entrega de bom desempenho nas funções exercidas; atuação com autonomia e zelo com as atividades e os bens públicos; atuação dentro dos limites legais e hierárquicos; demonstração de interesse em aprimorar processos, sugerir melhorias e prestar um serviço eficiente e de qualidade à população e à administração pública municipal.

VII – Cumprimento das competências exigidas ao cargo: ciência das atribuições e execução plena das atividades exigidas ao cargo;

VIII - Adaptação ao trabalho: aferição da capacidade de ajustar-se ao ambiente e às exigências do cargo, demonstrando equilíbrio, flexibilidade e aptidão física e mental para o exercício das funções

IX - Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe: análise da capacidade de cooperação, respeito e comunicação com colegas, superiores e subordinados, contribuindo para o ambiente organizacional harmônico.

X - Gestão de Qualidade: Avaliar o compromisso com padrões de qualidade, melhoria contínua e correção de falhas;

Parágrafo único. O processo avaliativo deve levar em conta comportamentos e resultados observáveis em situação de trabalho, excluindo aspectos pessoais.

Art. 9.º Preferencialmente, as avaliações de estágio probatório ocorrerão semestralmente até o quinto semestre do exercício efetivo, período em que ocorrerá a última avaliação nos quatro meses que antecedem o término do período de estágio, comunicando-se ao interessado.

§ 1.º Os servidores públicos em estágio probatório terão tantas avaliações quantas forem necessárias, considerando-se a data do início e do término do estágio probatório.

§ 2.º Caso ocorram condutas graves durante do estágio probatório, a chefia imediata deverá, independentemente de atingido o prazo semestral estipulado no caput do artigo 5º, dar início ao processo de avaliação do servidor, informando-o sobre a abertura desse processo, sendo que a reprovação implicará perda imediata do cargo, se concluir, a autoridade administrativa, após oitiva do interesse, pela ocorrência de infração grave.

§ 3.º Caracterizam-se condutas graves cometidas por servidor público durante o estágio probatório aquelas que, de forma cumulativa ou isolada, atendam aos seguintes critérios:

I – comprometam significativamente a regular execução das atribuições, atividades ou rotinas administrativas da Secretaria ou unidade em que o servidor esteja lotado;

II – ocasionem prejuízo ao erário, inclusive mediante perda, desvio, dano ou depreciação de bens, valores ou recursos públicos;

III – violem os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mediante afronta aos deveres de honestidade, imparcialidade e observância da lei.

§ 4.º O servidor público em estágio probatório que, na data da publicação deste Decreto, ainda não tiver sido avaliado ou tiver avaliações a serem efetivadas, independentemente do tempo que falta para completar o período do estágio probatório, será submetido à avaliação nos termos deste Decreto.

Art. 10. Durante o período do estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor terá como base os aspectos técnicos, administrativos, pessoais e profissionais, sendo atribuída **nota de 1 (um) a 10 (dez)** pontos para cada critério estabelecido no art. 8.º deste Decreto.

§ 1º O peso de cada critério de avaliação será o seguinte:

I – Assiduidade: 2 (dois);
II – Disciplina: 3 (três);
III – Competência: 2 (dois);
IV – Responsabilidade: 3 (três);
V – Idoneidade Moral: 3 (três);
VI – Proatividade: 3 (três);
VII – Cumprimento das competências exigidas ao cargo: 3 (três);
VIII - Adaptação ao trabalho: 1 (um);
IX - Relacionamento interpessoal e trabalho em equipe: 1 (um);
X - Gestão de Qualidade: 3 (três).

§ 2.º A pontuação de cada critério será obtida pela multiplicação da nota atribuída pelo avaliador pelo respectivo peso do critério, resultando em um total máximo de 240 (duzentos e quarenta) pontos.

§ 3.º O resultado da Avaliação de Estágio Probatório corresponderá à soma ponderada das notas atribuídas a cada indicador, conforme os pesos estabelecidos no § 1º deste artigo, podendo atingir o máximo de 240 (duzentos e quarenta) pontos.

§ 4.º Será considerado apto e aprovado o servidor que obtiver média igual ou superior a 168 (cento e sessenta e oito) pontos na avaliação final.

§ 5.º Será considerado reprovado o servidor que obtiver, no resultado da Avaliação de Estágio Probatório, nota inferior a 168 (cento e sessenta e oito), pontos na avaliação final.

CAPÍTULO V - DO AVALIADOR DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 11. O servidor em estágio probatório será avaliado pelo seu superior hierárquico imediato, que atribuirá pontuação objetiva a cada um dos itens previstos nos incisos do art. 8.º, conforme os critérios, as definições e pesos constantes do Anexo I.

Art. 12. Na hipótese de o superior hierárquico imediato responsável pela avaliação do servidor em estágio probatório ter sido empossado ou designado após o período avaliativo ou após a ocorrência dos fatos objeto da avaliação, deverá, obrigatoriamente, solicitar informações formais ao superior hierárquico anterior que tenha acompanhado diretamente o desempenho funcional do servidor no período correspondente.

§ 1º A solicitação de que trata o caput será realizada por meio de ofício ou manifestação formal ou contato verbal certificado no

processo de avaliação, devendo o superior hierárquico anterior prestar informações objetivas e circunstanciadas acerca do desempenho do servidor, com base em fatos observáveis e verificáveis durante o período em que exerceu a chefia imediata.

§ 2º As informações prestadas pelo superior hierárquico anterior integrarão, obrigatoriamente, o processo de avaliação de estágio probatório, servindo como subsídio para a atribuição das notas e para a fundamentação da avaliação.

§ 3º Na impossibilidade devidamente justificada de obtenção das informações junto ao superior hierárquico anterior, a avaliação deverá limitar-se exclusivamente ao período de efetivo acompanhamento do servidor pelo avaliador atual, vedada a atribuição de pontuação ou juízo de valor sobre período não acompanhado diretamente.

§ 4º É vedada a atribuição de notas ou conclusões avaliativas pelo superior hierárquico atual com base em presunções, impressões indiretas ou informações não formalizadas nos autos do processo de avaliação.

Art. 13. A nota geral resultante da avaliação deverá ser, obrigatoriamente, fundamentada, mediante registro dos fatos observados, podendo ser amparada, se for o caso, por documentos, relatórios, registros funcionais, evidências de resultado e demais elementos que o avaliador entender necessários.

Art. 14. Concluída a avaliação preliminar pelo superior hierárquico imediato, a respectiva ficha de avaliação será encaminhada ao servidor avaliado, para ciência e eventual manifestação.

§ 1º Da avaliação preliminar do avaliador, o servidor avaliado que obtiver nota inferior para ser considerado apto(a), poderá apresentar manifestação escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência da avaliação, na qual deverá indicar, de forma objetiva e fundamentada, os pontos específicos da avaliação que entende passíveis de revisão, bem como as razões que justificam a alteração da pontuação atribuída.

§ 2º Não serão conhecidos os pedidos de revisão que se limitem à mera discordância quanto ao resultado da avaliação preliminar, desacompanhados da indicação precisa dos critérios avaliativos impugnados ou desprovidos de fundamentação mínima.

Art. 15. Decorrido o prazo para manifestação do servidor avaliado, o superior hierárquico responsável pela avaliação encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Estágio Probatório, o relatório definitivo de avaliação, no qual deverá apreciar e responder, de forma expressa e devidamente motivada, às impugnações, questionamentos ou pedidos de revisão apresentados pelo servidor, quando houver, podendo se reportar à fundamentação do superior hierárquico quando for o caso.

§ único. A Comissão de Estágio Probatório procederá à apreciação final da avaliação, com base na ficha avaliativa, nas justificativas apresentadas pelo avaliador, nas manifestações do servidor, se houver, e nas diligências que entender necessárias, competindo-lhe decidir pela manutenção ou pela alteração da pontuação atribuída, devendo, nesta última hipótese.

Art. 16. O avaliador, além das atribuições já definidas neste Decreto, deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em todas as fases da avaliação.

CAPÍTULO VI - DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO:

Art. 17. A Comissão de Avaliação do Estágio Probatório será composta pelo Secretário Municipal de Administração e por 2 (dois) servidores públicos efetivos e estáveis, preferencialmente integrantes da mesma unidade administrativa ou processo de trabalho do servidor avaliado, que tenham acompanhado de forma direta e contínua o seu desempenho funcional.

§ 1º Na hipótese de o servidor avaliado estar lotado na Secretaria Municipal de Administração, a Comissão de Avaliação será composta pelo Procurador-Geral do Município, que a presidirá, e por 2 (dois) servidores públicos efetivos e estáveis, observados os critérios previstos no caput deste artigo.

§ 2º. Nos Departamentos em que o número de profissionais for insuficiente para a formação da Comissão de Estágio Probatório, poderão, de acordo com a necessidade, integrar membros da equipe do Departamento de Recursos Humanos ou da Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º. Caso haja mais de uma secretaria com insuficiência de profissionais para compor a Comissão, o Município poderá, mediante justificativa pertinente e conforme a necessidade administrativa, instituir uma única Comissão de Estágio Probatório, composta por servidores do Departamento de Recursos Humanos ou da Secretaria Municipal de Administração, a qual ficará responsável pela avaliação final de todos os servidores públicos municipais em estágio probatório, devendo, em qualquer hipótese, ser assegurada a oitiva da chefia imediata do servidor avaliado e a análise contextualizada das condições específicas de desempenho funcional.

§4º. A participação de servidores que tenham acompanhado o desempenho funcional do avaliado não afasta o dever de atuação imparcial da Comissão, vedada a formulação de juízo prévio ou a reprodução automática da avaliação realizada pela chefia imediata, devendo a decisão colegiada resultar de análise técnica autônoma e devidamente fundamentada.

Art. 18. É vedada a participação, na Comissão de Avaliação, de servidor que possua relação de parentesco, vínculo de subordinação direta, interesse pessoal ou qualquer outra circunstância que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, aplicando-se, no que couber, as regras de impedimento e suspeição previstas na legislação administrativa.

Art. 19. É vedada a participação, na Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, do servidor que tenha atuado como avaliador imediato do servidor avaliado no mesmo ciclo ou período de avaliação, ainda que em substituição ou de forma eventual.

Art. 20. Os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório serão formalmente designados por ato da autoridade competente, devendo constar do respectivo ato a identificação dos servidores avaliados e o período de avaliação considerado, observada a possibilidade de instituição de Comissão única, nos termos do § 3º do artigo 15 deste Decreto.

CAPÍTULO VII - DAS COMPETÊNCIAS:

Art. 21. É da competência da Comissão Permanente de Avaliação:

I - Coordenar as ações necessárias ao desenvolvimento dos processos de Avaliação Especial para efeito de estágio probatório;

II - Assessorar as Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, no planejamento de seus objetivos para as ações do programa de avaliação para efeito de estágio probatório;

III - Receber as avaliações individuais do avaliador, devidamente respondidas e consolidadas conforme Anexo I deste Decreto;

IV - Proceder a análise dos dados;

V - Elaborar e divulgar o relatório conclusivo, nos termos do Anexo I deste Decreto;

VI - Referendar ou retificar justificadamente os resultados das avaliações encaminhando-os para a homologação do Prefeito Municipal e para as publicações necessárias;

VII - Elaborar os manuais de procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades;

VIII - Encaminhar os resultados à Divisão de Recursos Humanos para o devido assentamento nas fichas funcionais dos servidores; e

IX - Elaborar, aplicar e controlar os demais atos necessários para o andamento das avaliações do estágio probatório.

Art. 22. Compete ao avaliador do estágio probatório:

I – responder pela avaliação do servidor em estágio probatório lotado em sua unidade administrativa, observando os objetivos, normas e procedimentos definidos neste Decreto;

II – preencher o formulário de avaliação, assinalando a resposta que melhor traduza o desempenho do servidor em cada item avaliado;

III – convocar o servidor avaliado, quando necessário, para comparecimento em data e horário previamente estabelecidos, a fim de prestar esclarecimentos sobre aspectos relacionados à sua atuação funcional;

IV – proceder à avaliação do servidor observando, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

a) reconhecer que cada servidor possui características e ritmos de trabalho próprios, evitando comparações entre avaliados;

b) adotar postura justa e imparcial em todas as etapas do processo avaliativo;

c) abster-se de influências externas que possam comprometer a objetividade da avaliação;

d) examinar cada fator de desempenho de forma individual e autônoma, sem permitir que a impressão geral sobre o servidor interfira na nota de cada item;

e) manter plena ciência de que a avaliação de desempenho tem por finalidade precípua aferir a aptidão e a capacidade do servidor para o

exercício do cargo, observando-se a responsabilidade pessoal do avaliador;
f) promover, sempre que possível, o aprimoramento da produtividade e da eficiência do servidor, assegurando-lhe retorno quanto ao seu desempenho e orientações sobre as expectativas da Administração.
V - Dar ciência formal do resultado da avaliação ao servidor avaliado da sua unidade.
VII - apresentar, de forma clara e completa, todas as informações e documentos solicitados pela Comissão de Estágio Probatório, quando instaurada diligência para complementação da análise;
Art. 23. Compete ao servidor avaliado:
I – comparecer perante o(s) avaliador(es) no local, data e horário previamente estipulados para fins de realização da avaliação, se convocado;
II – comparecer perante a Comissão de Estágio Probatório, no local, data e horário previamente determinados, quando convocado para apresentação de esclarecimentos ou informações acerca de eventuais pontos controvertidos;
III – apresentar, de forma clara e completa, todas as informações e documentos solicitados pela Comissão de Estágio Probatório, quando instaurada diligência para complementação da análise; e
IV – manifestar-se formalmente sobre o resultado da avaliação, no prazo previsto neste Decreto, se entender necessário;
§1º. Os fatores de avaliação previstos neste artigo deverão integrar os critérios de eficiência e eficácia administrativa, determinado pelo Departamento de Recursos Humanos do Município.
§2º. Ao servidor em estágio probatório possui direito de acesso aos relatórios e/ou boletins de avaliação.
§3º. Todas as decisões administrativas referente ao desempenho funcional do servidor, em seu estágio probatório, deverão ser motivadas.
CAPÍTULO VIII - DA DEMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO:
Art. 24. O servidor que considerado inapto para o exercício do serviço público será, consequentemente, demitido, após regular processo administrativo de avaliação de estágio probatório, conforme regulamentação estabelecida neste decreto, nas seguintes circunstâncias:
I – quando obtiver duas avaliações concomitantes cujo resultado seja pela não aprovação, ou três avaliações intercaladas com o mesmo resultado;
II – quando incorrer em conduta grave, na forma prevista no § 3.º do art. 9.º deste Decreto, e obtiver avaliação pela não aprovação, independentemente das demais avaliações realizadas;
§ 1.º A demissão de que trata este artigo será formalizada por ato do chefe do poder executivo, precedida de relatório conclusivo da Comissão de Estágio Probatório, nos termos deste decreto.
§ 2.º Nos casos de conduta grave, a Administração Pública poderá, sem prejuízo da demissão aplicada, adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para ressarcimento ao erário, bem como encaminhar os autos ao Ministério Público, para apreciação dos fatos e eventual responsabilização civil ou penal do servidor.
§ 3.º A decisão administrativa que declarar a inaptidão e consequente demissão do servidor deverá ser devidamente motivada, instruída com as avaliações, relatórios, manifestações e demais documentos que fundamentarem a medida, observando-se o devido processo legal.
§ 4.º É grave a reiteração de comportamentos anteriormente já apontados negativamente, ainda que o servidor tenha sido aprovado em avaliações anteriores, mesmo que a Comissão venha a tomar ciência destes posteriormente.
§ 5.º Para fins dos incisos I e II, do caput, serão consideradas avaliações anteriores ainda que realizadas sob a égide de regulamentação anterior.
Art. 25. Para fins de avaliação do estágio probatório, poderão ser consideradas, no âmbito da avaliação vigente, condutas funcionais praticadas anteriormente pelo servidor que não tenham sido objeto de avaliação específica ou que tenham sido avaliadas com resultado de reprovação ou pontuação insuficiente, desde que relacionadas aos mesmos critérios de desempenho analisados e devidamente comprovadas nos autos.
CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS:
Art. 26. No caso de não concordância com o resultado final da avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Estágio probatório e apenas no caso desta ter concluído pela demissão, o servidor público poderá apresentar pedido de revisão, devidamente fundamentado, com a justificativa consistente e objetiva, à Comissão de Avaliação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação eletrônica sobre o lançamento do resultado final da Avaliação de Desempenho.
Parágrafo único. Não serão aceitos pedidos de revisão que manifestem mera discordância quanto ao resultado global, sem a identificação dos pontos objetivos sobre os quais se baseia a divergência, assim como os pedidos apresentados sem a devida fundamentação.
Art. 27. A Comissão de Avaliação terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento do pedido de revisão, para se manifestar, podendo manter ou aumentar a pontuação contestada.
§ 1º Se necessário, a Comissão de Avaliação poderá requisitar informações adicionais e solicitar a presença do servidor público avaliado, da respectiva chefia imediata e de outros agentes públicos para prestar informações.
§ 2º A decisão sobre o pedido de revisão deverá ser fundamentada pela Comissão de Avaliação.
Art. 28. Da decisão do pedido de revisão da Avaliação não caberá recursos na esfera administrativa.
Art. 29. Após a finalização de cada avaliação periódica, as cópias da avaliação parcial deverão ser encaminhadas ao avaliado e ao Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada à documentação do profissional, incluídas as eventuais discordâncias certificadas pelo avaliado.
Parágrafo único. Na hipótese de a decisão final da Comissão confirmar a inaptidão do servidor que enseje a sua demissão, os autos do processo serão encaminhados à autoridade máxima do Poder Executivo, a quem competirá a expedição do ato formal de demissão.
CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração.
Art. 31. As avaliações de desempenho de períodos anteriores e que já tenham sido realizadas quando da entrada em vigor do presente decreto serão consideradas atos perfeitos e computadas para fins do conjunto de avaliações realizadas ao longo do estágio probatório do servidor, passando as avaliações futuras a serem regidas e realizadas pelo presente normativo.
Art. 32. Este decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando todos os dispositivos em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:478F8D31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9278 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 9278 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

"Estabelece a delegação de competências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, e dá outras providências.".

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor**SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, parágrafo único, inciso II, e art. 87, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar a competência conferida pela Lei Municipal Complementar nº 70/2025, a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Sra. Mariana Meduna Moscardi Charello, no período de 01 a 30 de setembro de 2026 (30 dias), em favor do empregado público, ocupante do cargo de Superintendente de Urbanismo, Sr. Hendreyw Henriqui Dal Bom de Carvalho, registrado sob a Matrícula

Funcional nº 115699, por motivo de férias, delegando-se as competências previstas no art. 19 da Lei Municipal Complementar nº 070/2025, e as previstas no art. 87, inciso II, nas alíneas "d", "f" e "g", daLei Orgânicado Município.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:D4B3EAF9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 50/2026
Pregão Eletrônico nº 28/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS LANCHE INDIVIDUAIS DESTINADOS AOS PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD).

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 50/2026 e Pregão Eletrônico N.º 28/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

ANGELA REGINA SCHIMURE PEREIRA, inscrita no CNPJ n.º 21.080.548/0001-69, vencedora do item 1 no valor total de R$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais).

Em sequência, decide(m) **JULGAR** o recurso administrativo de acordo com o entendimento do Agente de Contratação e, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.
[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 31 de agosto de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:0E0EBEF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 103/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 25/2026

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 103/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022, **HOMOLOGO** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 25/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE APLICATIVO (FERRAMENTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO), QUE POSSIBILITE AOS GESTORES PÚBLICOS O ACESSO RÁPIDO E FÁCIL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO.

REQUERENTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

EMPRESA:
GOVFACIL GESTAO & TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº 41.886.613/0001-55

VALOR:
R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REDUZIDO 19 02.001.04.122.0040.2.004.3.3.90.39.00.00 FONTE 1000.

Morretes, 31 de agosto de 2026.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Gianlucca Cândido de Rocco
Código Identificador:F1776300

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - 31/2026
Nº PROC. ADM. 85/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA e tendo como autoridade TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO.

PUBLICAÇÃO: 31/08/2026 13:22
INÍCIO REC. PROPOSTA: 01/09/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 14/09/2026 09:00
INÍCIO DISPUTA: 14/09/2026 09:05
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 2.468.606,5300

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para fornecimento a possível aquisição de gêneros alimentícios as Secretárias do Município, Chefe De Gabinete, Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Educação, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Deyanni Setni Rogatti, Secretaria de Saúde, Escola Municipal Francisco Escorsin, Secretário Municipal de Assistência Social

Para demais informações contato via e-mail: licita@novaamericadacolina.pr.gov.br, telefone: 4335531633 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DCBKe5H8SUSuaP8lSbNJxTxesh8eAq%2FOb6mnCoAMqq212xO9y

otjcppTQx78WFYgPFVEhvC6_dsT5Ujo5U62WXFKWlUhoUawP3CQ2e1gXZwc%3D

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:B5C0EC2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 75/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 75/2025

MODALIDADE: Credenciamento nº 75/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

CONTRATADA: LAIZE GAVIOLI DOS SANTOS – FUNERARIA (CNPJ nº 26.240.089/0001-57)

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência e de execução contratual referente aos serviços de fornecimento de urnas funerárias, serviços de translado e itens correlatos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, compreendendo o período de **28/08/2026 a 28/08/2027**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c Cláusula Quarta do Contrato Original nº 75/2025.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Assaí - PR.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:C1BB0AB9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 76/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 75/2025

MODALIDADE: Credenciamento nº 75/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

CONTRATADA: I JUSTINO DA SILVA – AMOREIRA ME (CNPJ nº 07.616.416/0001-88)

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência e de execução contratual referente aos serviços de fornecimento de urnas funerárias, serviços de translado e itens correlatos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, compreendendo o período de **28/08/2026 a 28/08/2027**.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c Cláusula Quarta do Contrato Original nº 75/2025.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

FORO: Comarca de Assaí - PR.

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:86EBF2AE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE COMBUSTIVEIS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 77/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 76/2025 | **CREDENCIAMENTO Nº:** 21/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

CREDENCIADA: AUTO POSTO IATE LTDA (CNPJ nº 02.719.089/0001-76)

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do fornecimento e abastecimento contínuo de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10) à frota de veículos e máquinas municipais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Cláusula Quarta do contrato original.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE VIGÊNCIA / EXECUÇÃO: De 01/09/2026 a 31/08/2027.

DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Tania Cristina da Silva Basso (p/ Contratante) e Mariane Hikida Angelozi (p/ Credenciada).

Nova América da Colina - PR, 31 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 78/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 76/2025 | **CREDENCIAMENTO Nº:** 21/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

CREDENCIADA: MARIANE HIKIDA AUTO POSTO LTDA (CNPJ nº 38.290.506/0001-55)

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do fornecimento e abastecimento contínuo de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10) à frota de veículos e máquinas municipais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Cláusula Quarta do contrato original.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE VIGÊNCIA / EXECUÇÃO: De 01/09/2026 a 01/09/2027.

DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Tania Cristina da Silva Basso (p/ Contratante) e Mariane Hikida Angelozi (p/ Credenciada).

Nova América da Colina - PR, 31 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 79/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 76/2025 | **CREDENCIAMENTO Nº:** 21/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR (CNPJ nº 75.827.204/0001-08)

CREDENCIADA: AUTO POSTO IATE 5 LTDA (CNPJ nº 73.979.536/0001-74)

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do fornecimento e abastecimento contínuo de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10) à frota de veículos e máquinas municipais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, e Cláusula Quarta do contrato original.

PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses.

PERÍODO DE VIGÊNCIA / EXECUÇÃO: De 01/09/2026 a 01/09/2027.

DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Tania Cristina da Silva Basso (p/ Contratante) e Mariane Hikida Angelozi (p/ Credenciada).

Nova América da Colina - PR, 31 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:5A4DF9B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 03/2026 - CMAS

Resolução 03 /2026

SUMULA:DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PAS – (PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova América da Colina, no uso de suas atribuições legais, conferido pela Lei Municipal nº
Considerando
- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004.
- A Norma Operacional Básica do SUAS, a NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130, de 11115 de julho de 2005;
- A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;
- Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013 do CNAS;
- A deliberação da plenária,

Resolve:

Artigo 1º - **APROVAR A ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PAS – (PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE BENEFICIOS EVENTUAIS.**

Artigo 2º - Essa resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em 28 de agosto de 2026.

ALINE GOMES LEANDRO BASSO
Presidente CMAS

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:1379D164

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 24/2026

Sumula: Nomeia servidor para cargo em comissão.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Edivaldo de Oliveira, inscrito no CPF sob o n. 017.***.***-61 e RG n. 5*****0-4 SESP/PR, devidamente inscrito na OAB/PR sob o n. 89907 para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Jurídico da Mesa Diretora e da Presidência, a partir do dia 01 de Setembro de 2026, nos termos da Resolução n. 001/2008 alterada pela Lei n. 2184/2019.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ANTONIO MARCOS DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Fátima

Publicado por:
Ricardo Monteiro Fugimoto
Código Identificador:78E465E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026 Compras.gov.br 987995-21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – MODO DE DISPUTA ABERTO e FECHADO
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médicos hospitalares e odontológicos destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata do Iguaçu – PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 21/09/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 31 de agosto de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:EEAE02DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 444/2026

de 25 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **31 de agosto a 14 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal MARISA FABIANA PORFIRIO SOUZA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.630.870-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.784.209-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Zeladora** desde 18 de outubro de 1999.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7E6EED5F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 445/2026

de 25 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 30 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ALANA ALINE DE OLIVEIRA DE GODOI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.466.982-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.896.549-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 1 de agosto de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6BDF2C10

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 446/2026

de 25 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **10 de setembro a 9 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal ROZELI FERNANDO DA PAZ, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.334.001-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.245.219-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 2 de fevereiro de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CB87C19A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 447/2026

de 25 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **8 de setembro a 6 de dezembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal AMANDA GABRIELA ALMEIDA E SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.262.352-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.386.279-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora** desde 2 de fevereiro de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 25 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5125D373

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 448/2026

de 26 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir 26 de agosto de 2026, do Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – P. S. S., a Servidora Pública ELIANE PEREIRA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.951.720-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.001.069-**, admitida em 10 de junho de 2026.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 26 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0AD88A75

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 449/2026

de 26 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 15 de setembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal SIRLENE FATIMA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.161.860-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.097.279-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais** desde 1 de março de 2011.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 26 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:E7E760BC

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 450/2026

de 26 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **8 de setembro a 7 de outubro de 2026**, a Servidora Pública MARIZA APARECIDA BECKE, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.887.866-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.953.099-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais** desde 8 de setembro de 2015.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 26 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:AE8B9DE4

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 451/2026

de 28 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **10 de junho a 7 de setembro de 2026**, a Servidora Pública LEIDIANE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.964.927-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.270.869-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 18 de abril de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3FD68842

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 452/2026

de 31 de agosto de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 31 de agosto de 2026, a Portaria de nº 433/2026, de 14 de agosto de 2026, que concedia Licença Prêmio a ELAINE FUZARI BERNARDO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.146.433-*– SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física nº ***.544.699-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora (20 horas), desde 2 de fevereiro de 2004, por motivo de falecimento.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 31 de agosto de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:77E19972

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CONTRATO Nº 68-2026 - APPLÀUSO VEÍCULOS LTDA

MUNICIPIO DE PAICANDU
PAIÇANDU-PR

CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
CONTRATO Nº 68

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE PAICANDU, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, ISMAEL BATISTA portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 34/2026, homologado em 28/08/2026, integrante do Processo

Administrativo nº 85/2026, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa APPLÀUSO VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 02.084.388/0001-81, com endereço RUA ONZE DE AGOSTO, 3600, CEP 18277000, representada por ALBERTO LUIZ NICOLOSI, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 033.813.768-88, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. O presente **CONTRATO** tem por objeto para aquisição de **Aquisição de equipamento/material permanente, consistindo em 01 (um) veículo automotor 0 km, por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com entrega em parcela única, destinado ao atendimento das demandas do CREAS □ Centro de Referência Especializado de Assistência Social** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a este **CONTRATO;**

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente contrato consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO DO CONTRATO

7. Durante a vigência do contrato, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir o contrato na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência do contrato.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência do contrato.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item do contrato da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados no contrato para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado no contrato para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem o contrato.

19. A adesão ao contrato por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no contrato.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E CADASTRO RESERVA

3. A validade do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados no contrato será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade do contrato.

8. Os contratos decorrentes dessa licitação poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização do contrato:

10. Serão registrados no contrato os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído no contrato, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados no contrato.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário do contrato.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

19. Quando houver o cancelamento do contrato nas hipóteses previstas no item 9.

20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência do contrato.

21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

23. O contrato será assinado por meio de assinatura digital.
24. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
29. O Prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano podendo ser renovado, desde que atendida as disposições do art. 107 e 113, da Lei Federal 14.133/21.
30. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
31. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
32. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
33. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
34. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
35. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
36. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
37. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
38. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
39. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
40. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
41. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
42. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
43. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
44. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
45. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
46. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

47. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do contrato, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
48. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
49. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
50. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NO CONTRATO
51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados no contrato poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
52. O remanejamento somente poderá ser feito:
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
54. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
55. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
56. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
57. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
58. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da do contrato, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
59. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
60. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
61. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
62. Descumprir as condições do contrato de registro de preços, sem motivo justificado;
63. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
64. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

65. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
66. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do contrato, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas do contrato enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
67. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
68. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
69. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinado contrato, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
70. Por razão de interesse público;
71. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
72. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

73. DAS PENALIDADES

74. O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
75. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado o contrato.
76. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste contrato (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
77. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

78. CONDIÇÕES GERAIS

79. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
80. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
81. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
82. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
83. Para firmeza e validade do pactuado, a presente contrato foi lavrado em PAIÇANDU, 31 de agosto de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

APPLÀUSO VEÍCULOS LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 542	104.400,00	**Total: 104.400,00**
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: FIAT	Modelo: ARGO TREKKING 1.3MT	
Descrição: VEÍCULO 0 KM TIPO HATCH - VEÍCULO 0 km TIPO HATCH: Motorização: Potencia mínima de 98 cv: torque mínimo de 13 kgfm: etanol e/ou gasolina. CARACTERISTICAS GERAIS: novo, zero km rodado: ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de comprar ou superior: cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor: entregue com tanque cheio, emplacamento e plotagem: garantia de no mínimo 24(vinte e quatro) meses: CAPACIDADE: Porta malas com capacidade mínima de 260 litros. EQUIPAMENTOS E RECURSOS MINIMOS: 5 (cinco) portas: transmissão manual: ar condicionado: direção elétrica: portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave: vidros elétricos nas quatro portas: comando elétrico dos retrovisores externos: limpador e lavador de vidro traseiro com desembaçador: radio ou central multimídia com alto falantes instalados: banco de motorista com regulagem de altura: vidros com peliculas protetoras conforme legislação: jogo de tapete de borracha originais ou fornecido por concessionaria da marca, pneus no mínimo aro 14 com 04 furos, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.				
Quantidade: 1	**Valor Unit.: 104.400,00**			Total Item: 104.400,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 104.400,00				

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:B438083B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 275-2026

Fundação de Educação de Paiçandu
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 - Centro - Fone: (44)32441049 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 275/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 930.365,27 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2421000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL- FUNDEB (CRECHE)	
Despesa - 715 - 319011 - 01038 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**930.365,27**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**930.365,27**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receitas:
171550010000000000 - 607 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT - Principal

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 28 de agosto de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:FB3706D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 248/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 10h00min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Nome das candidatas	Classificação
Amanda Lopes Cajueiro da Silva	50ª
Millene Thais da Silva Binello	51ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão dos Ofícios de nº 185/2026 e o de nº 190/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Paiçandu-PR.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0ADF4F84

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 249/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 09h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Feminino).

Nome das candidatas	Classificação
Patrícia Hernandes Paz dos Santos	81ª
Ivonete Maciel Ferreira	82ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção ao Ofício nº 185/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:693F16D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 250/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 10h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de EDUCADOR SOCIAL.

Nome das candidatas	Classificação
Jesiane Silva dos Santos Lisboa	75ª
Haiany de Paula Garbelini	76ª
Deborah Christina de Almeida Teixeira	77ª
Servita Maria Alves	78ª
Sandra Fernandes Rosa	79ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 94/2026, de nº 157/2026, de nº 185/2026 e o de nº 189/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento das 73ª e 74ª classificadas.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5AA15F32

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 251/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 16h00min, munido de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de LAVADOR.

Nome do candidato	Classificação
Lucas Santos de Oliveira	12º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 42/2026, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e do não comparecimento da 11º classificado.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:19F9044C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 252/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 11h00min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PSICÓLOGA.

Nome da candidata	Classificação
Bianca Aparecida Piovezan	18ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, do CRP e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em razão do Ofício nº 185/2025 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:791091B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 253/2026

de 26 de agosto de 2026

O senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 4 de setembro de 2026, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Gilberto Tome dos Santos	57º
Adélio Almeida	58º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal, disponível em; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;

h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do CPF, da CNH – Categoria "D" ou "E", da Reservista e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RUA 7 DE SETEMBRO, 499
CENTRO – 3244.0408

m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos; e
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 76.282.664/0001-52.

Em atenção aos Ofícios de nº 89/2026 e o de nº 166/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do não comparecimento dos 53ª e 54º classificados.
Será remetido para Final de Lista, o candidato que se manifestar, por escrito, esse interesse, dentro do prazo estabelecido na presente convocação.

Paço Municipal de Paiçandu, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8B473E6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026 - DISPENSA Nº 29/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2026
DISPENSA Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52
CONTRATADO: **M M & TEIXEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 39.481.277/0001-19.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM MANUTENÇÃO DE IMPRESSORA**, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIMPEZA DE IMPRESSORA	SERV	18	R$ 150,00	R$ 2.700,00
2	ROLO PRESSOR BROTHER 8157/HL 5612	UNID	13	R$ 204,96	R$ 2.664,48
3	PELICULA BROTHER 5652 TEFLON PRETA CET 10001357	UNID	13	R$ 178,50	R$ 2.320,50
4	TERMISTOR DO FUSOR BROTHER DCP 2540 2740 2360 PAR COMPATIVEL 127/220V	UNID	2	R$ 261,60	R$ 523,20
5	TERMISTOR FUSOR BROTHER B021 DCP-B7520DW DCP-B7535DW B7520	UNID	3	R$ 340,50	R$ 1.021,50
6	PICKUP ROLLER E SEPARADOR BROTHER 5652	UNID	13	R$ 169,50	R$ 2.203,50
VALOR TOTAL					R$ 11.433,18

VALOR: R$ 11.433,18 (onze mil, quatrocentos e trinta e três reais e dezoito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 31 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:8C4F49DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 501/2026

26 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 26 de agosto de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora MARIA DILSE SENA ZANARDO, portadora da cédula de identidade registro geral nº 5.***.365-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 811.***.539-**, ocupante do Cargo EFETIVO de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, desde 25 de agosto de 2014, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:22B3E105

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 502/2026

de 26 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Exonerar**,** a pedido, a partir de 26 de agosto de 2026, a Servidora Pública Municipal, MARIA DILSE SENA ZANARDO, do Cargo EFETIVO de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS , nomeada em 25 de agosto de 2014, portadora da cédula de identidade registro geral nº 5.***.365-* SESP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 811.***.539-**.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9894456F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 503/2026

de 31 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Exonerar, por falecimento, a partir de 31 de agosto de 2026, do Cargo Efetivo de Professora (20 horas), desde 2 de fevereiro de 2004, a Servidora Pública Municipal ELAINE FUZARI BERNARDO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.146.433-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.544.699-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 31 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:082D1C17

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 504/2026

de 31 de agosto de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a partir de 31 de agosto de 2026, a redistribuição do Cargo da Servidora ELAINE FUZARI BERNARDO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.146.433-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.544.699-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora (20 horas), desde 2 de fevereiro de 2004, para a Fundação de Educação do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 31 de agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3D1933E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO N°.08.2026

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, por intermédio do setor competente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará CREDENCIAMENTO N°.08.2026, mediante protocolo da documentação exigida, nos termos e condições estabelecidos neste Aviso de Credenciamento.

1. DO OBJETO
O presente Credenciamento tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para permissão temporária de uso de espaço público destinado à exploração comercial de alimentos e bebidas na Praça de Alimentação do Palmeira Moto Festival, a ser realizado no dia 13 de setembro de 2026, na Praça Marechal Floriano Peixoto, no Município de Palmeira – PR.

2. DO PERÍODO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO
Os interessados deverão apresentar a documentação necessária para o credenciamento no período de:

01 de setembro de 2026 a 04 de setembro de 2026, até às 17h00.

A documentação deverá ser protocolada por meio do Protocolo do Município de Palmeira e/ou Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, observadas as orientações e exigências estabelecidas no presente Aviso.

Não serão recebidas solicitações de credenciamento após o prazo estabelecido.

Eventuais dúvidas e esclarecimentos deverão ser encaminhados pelos canais oficiais disponibilizados pela Administração Municipal.

Palmeira – PR, **31 de agosto de 2026**.

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:BDBA98E3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 74.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 17/09/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR item, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de Materiais médicos Hospitalares.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

31 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:CD5EB385

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 38/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 225/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 5254/2026

Objeto: Aquisição de Reagente líquido para análise de cloro livre, pelo método DPD.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação Orçamentária:
Reduzido: 585 – **15002103050043611133903000000 Fonte:** 1039 **MATERIAL DE CONSUMO.**

Contratada: - **QUIMAFLEX CIENTIFCA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **13.224.500/0001-59**, com o valor de R**$ 480,00** (quatrocentos e oitenta reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

31 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:A1AF2FF6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 39/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 229/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 3495/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em orientação técnica, capacitação e apoio operacional aos servidores municipais, visando atender as demandas administrativas.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Gestão Pública.

Dotação Orçamentária:
Reduzido: 123 – **06001041220008202333390390000 Fonte:** 1001 **OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA**
Reduzido: 123 – 06001041220008202333390390000 Fonte: 21000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Contratada: - LHC TECH ASSESSORIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **60.830.012/0001-75**, com o valor de R**$ 47.400,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos reais)**.

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

31 de agosto de 2026

CARLA BEATRIZ TURMINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:653C9FB8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 72/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 238/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 6341/2026

Objeto: Contratação de empresa exclusiva para apresentação de palestra show temática com mágica, através da empresa ROSIMAR ANGST PALESTRAS TREINAMENTO LTDA.

Fundamentação: Art. 74, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 279 – **08002082450017604933390390000 Fonte: 941** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: ROSIMAR ANGST PALESTRAS TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ: 62.419.376/0001-92, com valor total de R$ 5.570,00 (cinco mil, quinhentos e setenta reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

31 de agosto de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:C2B76CF5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 73/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 241/2026
PROCESSO DIGITAL Nº. 6556/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para ministrar palestra com o tema "TEMPO DE FLORESCER: ESCOLHA VOCÊ".

Fundamentação: Art. 74, *Inciso III, alínea "f"*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Dotação Orçamentária:
Reduzido 562 – **15001103010040610533390390000 Fonte: 20494** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Empresa Contratada: TRIBUNA DA FRONTEIRA PUBLICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ: 83.742.536/0001-00, com valor total de R$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

31 de agosto de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:85EC22BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.514 DE 31/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$3.502,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.502,00 (três mil quinhentos e dois reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO GERAL DE GABINETE
02.001.04.122.0002.2.004. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO GERAL DE GABINETE
11 – 3.3.90.39.00.00 - 000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$3.502,00

Total Suplementação: R$3.502,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

02.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
02.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO GERAL DE GABINETE
02.001.04.122.0002.2.004. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO GERAL DE GABINETE
08 – 3.3.90.30.00.00 - 000 - MATERIAL DE CONSUMO R$3.502,00

Total Redução: R$3.502,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:58E4F868

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.515 DE 31/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$20.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais) e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
4.4.90.52.00.00 3001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTER$20.000,00

Total Suplementação: R$20.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Superavit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
3001	R$20.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:E700B989

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.516 DE 31/08/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$30.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais) e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.010-2024 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.123.0013.2.002– PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
12 - 3.1.91.13.00.00 1001 – CONTRIBUICÕES PATRONAIS R$30.000,00

Total Suplementação: R$30.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2.001– MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
08 - 4.4.90.51.00.00 1001 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$30.000,00

Total Redução: R$30.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 31 de Agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:4BE3A78B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AGENTE EDUCACIONAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 02 de setembro do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Agente Educacional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na

sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 13496/2026.

AGENTE EDUCACIONAL:

ROSANGELA SECON DA SILVA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D1C26266

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 02 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

FRANCYELLE CAMILE MEHL SOARES

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:056FC2D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 40H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 02 de setembro do corrente ano, às 08:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 40H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 2748/2026.

PROFESSOR 40H:

MARIA DO ROCIO DE LIMA DE OLIVEIRA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5AE7C3FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 41/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – PSS – NATASHA SAIDES CAMARGO.

PROCESSO Nº. 7770/2026
PSS Nº. 01/2026
EXTRATO Nº. 41/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Assistência Social
Contratada: NATASHA SAIDES CAMARGO
Matrícula: 601041
Cargo: AUXILIAR DE CUIDADOR EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$ 1.632,84 (Um mil, seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência: 01/09/2026 à 27/02/2027

Data: 31/08/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CABC2F51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 42/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – PSS – DURCILEIA DA FONSECA BENTO BARSCZ.

PROCESSO Nº. 4593/2026
PSS Nº. 03/2025
EXTRATO Nº. 42/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: DURCILEIA DA FONSECA BENTO BARSCZ
Matrícula: 601042
Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$ 4.952,45 (Quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência: 01/09/2026 à 18/12/2026

Data: 31/08/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0D0567A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 43/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR – PSS – DIOVANE DE FÁTIMA COSTA CAMARGO.

PROCESSO Nº. 11646/2026
PSS Nº. 02/2025
EXTRATO Nº. 43/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: DIOVANE DE FÁTIMA COSTA CAMARGO
Matrícula: 601043
Cargo: PROFESSOR - PSS
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$ 2.339,33 (Dois mil, trezentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos)
Vigência: 01/09/2026 à 18/12/2026

Data: 31/08/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:A639D600

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.521 DE 31/08/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR, EDUARDO VENSKE FILHO , LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº.

6956/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 14/08/2026 à 12/09/2026, a **EDUARDO VENSKE FILHO ,** matrícula 203955, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Daiane Americano da Cruz
Código Identificador:75E3EA23

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – Nº 002/2025 - AGENTE EDUCACIONAL

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 28 de agosto de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Nome completo: BARBARA KAROLYNE MORAES SANTANA
Inscrição: 1234
Emprego público: AGENTE EDUCACIONAL

BARBARA KAROLYNE MORAES SANTANA
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:DB336E18

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 20H

Palmeira, 31 de agosto de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 31 de agosto de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Nome completo: DURCILEIA DA FONSECA BENTO BARSCZ
Inscrição: 177
Emprego público: PROFESSOR 20 HORAS

DURCILEIA DA FONSECA BENTO BARSCZ
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8B3F50EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 40H

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 31 de agosto de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Nome completo: ESTER MENDES LEVANDOSKI
Inscrição: 478
Emprego público: Professor 40H

ESTER MENDES LEVANDOSKI
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8251C377

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 114/2026, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026 MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretaria de Saúde,** Sra**. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 089.XXX.XXX-35**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG sob o n.º 12.XXX.XXX-88**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025,** e a Empresa **MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 54.514.357/0001-17,** neste ato representada por seu representante legal **Sr. Marcio Adalberto Becher,** inscrito no **CPF/MF sob o nº 906.XXX.XXX-00.**

CONSIDERANDO o contido na Ata de Registro de Preços n.º 114/2026, na qual foram registrados os preços do licitante vencedor MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, para eventual aquisição sob demanda de Medicamentos.
CONSIDERANDO o contido no Processo Administrativo n.º 5547/2026, no qual consta o descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, decorrentes da Ata de Registro de Preços n.º 114/2026, especialmente a ausência de fornecimento dos medicamentos registrados, bem como a solicitação da própria empresa pelo cancelamento da Ata, sem que tenha apresentado justificativa ou defesa prévia após regular notificação, comprometendo o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
CONSIDERANDO, por fim, as disposições legais constantes da Lei nº 14.133/2021 e também no Decreto nº 11.462/2023, capítulo VI mais precisamente no artigo 29, as quais possibilitam o cancelamento dos preços registrados, *in verbis:*

Art. 29. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou

parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I – por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27.

DECIDE, DE FORMA UNILATERAL, CANCELAR TOTALMENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 114/2026, cuja empresa detentora dos preços registrados trata-se de **MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** e a todos os termos dela decorrentes.

É assegurado à **DETENTORA DA ATA** o direito de percepção dos valores referentes a possíveis entregas do objeto licitado até a data da publicação do presente ato, ou seja, desde que comprovada adimplemento de todos os termos contratados, não tendo nada a reclamar ou exigir da contratante a partir desta data, no que tange à totalidade da Ata.

Palmeira/PR, data da assinatura

Testemunhas:

_____
Bruna Fernanda Venc dos Santos
Fiscal de Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C9832504

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 062/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 062/2026

SÚMULA: Concede Diária (s) ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.208/2021, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: VALDEMIRO HUCK JUNIOR
Data início: 31/08/2026
Data fim: 02/09/2026
Nº de Diárias:
02 (DUAS) DIÁRIAS COM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 700,00 (setecentos reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO VALOR UNIT. R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais).
Município de destino/UF: CURITIBA/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Cumprir agenda no gabinete do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior, bem como junto à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 31 agosto de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:641A50DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO 10/2026

AVISO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2026
CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.680.025/0001-82, com sede na Rau Moises Lupion, 1001 - Centro, na cidade de Palmital, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurado o processo de chamamento público para **CREDENCIAMENTO** de pessoas fisicas ou jurídicas para prestação de serviços na Secretaria Municipal de Assistencia Saúde, conforme edital.

Categoria	Quantitativo estimado inicial	Regime	Plantões/mês (est.)
Enfermeiro(a)	04 profissionais	12x36h	15
Técnico(a) de Enfermagem	07 profissionais	12x36h	15

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis no site www.palmital.pr.gov.br , também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital/PR, 28 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:0F3744E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 31/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 31/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 90/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARVÃO ATIVADO GRANULADO TIPO 8X30 MESH, DESTINADO À MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE CHORUME DO ATERRO MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.
DATA DE ABERTURA: 15/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 31 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:5449C396

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 47/2026

DECRETO Nº 47 DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Palmital, Estado do Paraná, em consonância com o Programa Educa Juntos, a Estratégia Alfabetiza Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Senhor **ROBERTO CARLOS ROSSI** no exercício das suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.323 de 20 de dezembro de 2022, que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 5.158 de 7 de agosto de 2023 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais normativos que orientam as políticas públicas de alfabetização em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Palmital, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, visando à consolidação das aprendizagens dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças.
Parágrafo Único. A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nas diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, da Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos, da Resolução nº 5.158, de 7 de agosto de 2023 que instituiu a Estratégia Alfabetiza Juntos, bem como na legislação educacional vigente.

Art. 2º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I. o regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II. a garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III. a promoção da equidade educacional, considerando os aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV. a valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V. a formação continuada dos profissionais da educação;
VI. a utilização de evidências e de dados educacionais para subsidiar a tomada de decisões;
VII. a garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I. elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II. assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III. contribuir para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
IV. fortalecer práticas pedagógicas fundamentadas em evidências;
V. promover a utilização de tecnologias educacionais que contribuam para o processo de alfabetização;
VI. socializar experiências e práticas exitosas de alfabetização e letramento desenvolvidas nas unidades escolares;
VII. reconhecer e disseminar práticas exitosas de gestão e de ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização;
VIII. fortalecer a articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 4º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I. priorizar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II. promover práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura, a escuta, a escrita, a oralidade, a produção textual e a compreensão leitora;
III. oferecer assistência técnico-pedagógica às equipes gestoras das unidades escolares;
IV. fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares;
V. realizar o acompanhamento e o monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI. implementar estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII. incentivar práticas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII. promover a participação das famílias no processo educativo;
IX. garantir apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares.

Art. 5º Constituem público-alvo da Política Municipal de Alfabetização:
I. as crianças matriculadas na Pré-Escola;
II. os estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6º São agentes envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I. a Secretaria Municipal de Educação;
II. as equipes técnicas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;
III. os gestores escolares;
IV. os professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V. a comunidade escolar.

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será implementada mediante ações que contemplem:
I. a definição de orientações curriculares e de metas mensuráveis;
II. a adesão e a oferta de formação continuada aos professores, gestores e equipes pedagógicas;
III. a disponibilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos complementares para professores e estudantes;
IV. o desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V. a adesão às avaliações formativas e externas;
VI. o monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII. a implementação de ações de recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham alcançado a alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
I. o acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II. a definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III. a sistematização de dados por estudante, turma e unidade escolar;
IV. a avaliação da efetividade das ações implementadas;
V. a utilização dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, podendo expedir orientações complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos vinte e oito dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:27AE82B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 48/2026

DECRETO Nº 48 DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Palmital (PR), alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Política de Alfabetização do Território, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Decreto Federal nº 11.556 de 12 de Junho de 2023 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada), bem como no regime de colaboração com o Estado do Paraná e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização de 100% das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de estruturação da governança local e da Política Municipal de Alfabetização nos eixos do Compromisso;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, instância de governança intersetorial e sistêmica vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmital – Estado do Paraná.

Art. 2º Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I. Coordenar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização em regime de colaboração com a União e com o Estado;
II. Subsidiar o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação com base nos indicadores educacionais de leitura e escrita;
III. Acompanhar as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) no âmbito da rede municipal de ensino;
IV. Propor ajustes metodológicos e estratégias de mobilização social em conjunto com a comunidade escolar.

Art. 3º O Comitê Estratégico Municipal será composto por representantes dos seguintes segmentos:
I. Secretaria Municipal de Educação (SME);
II. Gestão escolar da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
III. Coordenação da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) no município;
IV. Conselho Municipal de Educação (CME);
V. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.
Parágrafo único. A nomeação e a designação nominal dos membros do Comitê ocorrerão por meio de Portaria expedida pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º As funções exercidas pelos membros do Comitê serão consideradas prestação de serviço público relevante, não ensejando remuneração de qualquer espécie.

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu coordenador.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO ROSSI
Prefeito Municipal

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:07A12411

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 49/2026

DECRETO Nº 49 DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Aprova o Plano de Comunicação Municipal "Criança Alfabetizada", no âmbito do Município de Palmital - Estado do Paraná e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL - ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as políticas públicas municipais voltadas à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Palmital ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, bem como a necessidade de desenvolver ações articuladas para o alcance das metas estabelecidas no âmbito da política nacional de alfabetização;

CONSIDERANDO que a comunicação institucional, a mobilização social e a participação das famílias constituem instrumentos essenciais para o fortalecimento das ações educacionais e para o alcance dos objetivos de alfabetização;

CONSIDERANDO a importância de assegurar à comunidade escolar e à sociedade informações claras, acessíveis e transparentes acerca das ações, estratégias, indicadores e resultados da política municipal de alfabetização;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Comunicação Municipal "Criança Alfabetizada", no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Palmital – Paraná, constante do Anexo Único deste Decreto, que dele passa a fazer parte integrante.

Art. 2º O Plano de Comunicação Municipal "Criança Alfabetizada" tem por finalidade estabelecer diretrizes e estratégias de comunicação institucional, mobilização social, engajamento da comunidade escolar e transparência das ações e resultados relacionados às políticas de alfabetização desenvolvidas pelo Município.

Art. 3º Constituem objetivos do Plano:
I. mobilizar a comunidade escolar e a sociedade em torno da meta de alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II. ampliar a participação das famílias no processo de alfabetização e no acompanhamento da vida escolar dos alunos;
III. divulgar ações de formação continuada, práticas pedagógicas exitosas e iniciativas desenvolvidas pelos profissionais da educação municipal;
IV. promover a transparência e a divulgação dos indicadores e resultados relacionados à alfabetização;
V. fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, famílias, órgãos de controle social e demais instituições envolvidas com a educação municipal.

Art. 4º Compete à **Secretaria Municipal de Educação** coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações previstas no Plano de Comunicação Municipal "Criança Alfabetizada", podendo, para tanto:
I. promover campanhas, reuniões, encontros e demais ações de mobilização;
II. utilizar os canais oficiais de comunicação do Município e da Secretaria Municipal de Educação;
III. articular-se com as unidades escolares para a divulgação das ações e informações previstas no Plano;
IV. promover a divulgação periódica dos resultados e indicadores educacionais, observadas as normas relativas à proteção de dados pessoais e ao sigilo de informações protegidas por lei;
V. propor, quando necessário, ajustes e atualizações no Plano, de acordo com as necessidades da Rede Municipal de Ensino e com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 5º As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão colaborar com a implementação do Plano, promovendo ações de comunicação e mobilização junto aos profissionais da educação, alunos, pais, mães e responsáveis, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º As ações de comunicação previstas no Plano deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, acessibilidade e interesse público, bem como a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e à imagem de crianças e adolescentes.

Art. 7º A execução das ações previstas no Plano ocorrerá de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observada a legislação vigente.

Art. 8º O Plano de Comunicação Municipal "Criança Alfabetizada" poderá ser revisado e atualizado periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário ao aperfeiçoamento das ações de comunicação, mobilização e transparência relacionadas à política municipal de alfabetização.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:B23C8954

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 50/2026

DECRETO Nº 50 DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Aprova o Plano de Trabalho do Projeto "PROFESSOR DESTAQUE – PRÁTICAS QUE TRANSFORMAM", no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Palmital e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal e o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância de valorizar os profissionais da educação que desenvolvem práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e capazes de produzir resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de incentivar a troca de experiências e a disseminação de práticas pedagógicas exitosas entre as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que o reconhecimento das boas práticas pedagógicas constitui instrumento de estímulo ao desenvolvimento profissional, à inovação e à busca permanente pela melhoria da aprendizagem dos alunos;

CONSIDERANDO os princípios da qualidade do ensino, da valorização dos profissionais da educação, da equidade, da inclusão e da garantia do direito à aprendizagem;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Trabalho do Projeto "Professor Destaque – Práticas que Transformam", no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Palmital, Estado do Paraná, na forma estabelecida no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º O Projeto "Professor Destaque – Práticas que Transformam" tem por finalidade reconhecer, incentivar e disseminar práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Rede Municipal de Educação que contribuam para a melhoria da aprendizagem, do desenvolvimento integral dos alunos e da qualidade do ensino.

Art. 3º São objetivos do Projeto:
I. melhorar o desempenho escolar e promover o avanço qualitativo do ensino mediante a utilização de metodologias eficazes, inovadoras e contextualizadas;
II. valorizar os profissionais da educação comprometidos com a aprendizagem e com a educação integral dos alunos;
III. incentivar a adoção de práticas pedagógicas que promovam resultados efetivos no processo de ensino e aprendizagem;
IV. promover a troca de experiências e a disseminação de práticas exitosas entre as unidades escolares;
V. estimular práticas voltadas à equidade, à inclusão e à recomposição das aprendizagens;
VI. incentivar o acompanhamento sistemático dos resultados educacionais e a utilização de evidências para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Art. 4º Poderão participar do Projeto os profissionais integrantes da Rede Municipal de Educação de Palmital que estejam em efetivo exercício, observados os critérios e condições estabelecidos no respectivo edital.

Art. 5º As práticas pedagógicas participantes serão organizadas nas seguintes categorias:
I. **Educação Infantil:**
Creche;
Pré-Escola.
II. **Ensino Fundamental – Anos Iniciais:**
1º e 2º anos;
3º ao 5º ano.

Art. 6º A execução do Projeto compreenderá ciclo de acompanhamento de 03 (três) meses, durante o qual serão

desenvolvidas ações de aplicação, acompanhamento, registro e avaliação das práticas pedagógicas.

Art. 7º A seleção e avaliação das práticas participantes será realizada por Comissão Avaliadora, designada pelo Secretário Municipal de Educação, observados os critérios, procedimentos e pontuações estabelecidos no edital do Projeto.

Art. 8º A avaliação das práticas deverá considerar, entre outros critérios:
I. evolução da aprendizagem dos alunos;
II. inovação e criatividade na aplicação das ações pedagógicas;
III. engajamento e participação da turma;
IV. qualidade e organização dos registros e evidências;
V. possibilidade de replicação da prática em outras turmas ou unidades escolares.

Art. 9º As práticas participantes deverão ser comprovadas mediante portfólio de evidências, contendo, conforme estabelecido no edital:
I. registros fotográficos das atividades desenvolvidas;
II. relatos da metodologia e das ações realizadas;
III. avaliações e demais instrumentos capazes de demonstrar a evolução da aprendizagem;
IV. registros de ações pedagógicas específicas desenvolvidas durante o período de execução do Projeto.

Art. 10. O Projeto contemplará, por categoria, as seguintes formas de reconhecimento:
I. **1º lugar:** prêmio no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), certificado de reconhecimento e divulgação institucional da prática nos canais oficiais do Município;
II. **2º lugar:** prêmio no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e certificado de reconhecimento;
III. **3º lugar:** kit pedagógico e certificado de reconhecimento.

§1º As despesas decorrentes da concessão dos prêmios pecuniários previstos neste Decreto correrão à conta da dotação orçamentária consignada na Lei Municipal nº 1.355, de 11 de novembro de 2025, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Palmital para o exercício financeiro de 2026, conforme a seguinte classificação orçamentária:
Órgão: 11
Unidade: 002
Projeto ou atividade: 27812.2701.2088
Conta de despesa: 3.3.90.31.00.00
Fonte de Recurso: 05280

§2º Os prêmios pecuniários concedidos em decorrência do Projeto terão natureza de premiação, não constituindo remuneração, gratificação, adicional ou qualquer outra vantagem funcional, não se incorporando à remuneração do servidor e não gerando, por si só, reflexos previdenciários ou quaisquer outros efeitos funcionais, observada a legislação aplicável.

§3º O pagamento dos prêmios pecuniários será realizado mediante crédito em conta bancária de titularidade do profissional premiado, observados os procedimentos administrativos e financeiros pertinentes.

Art. 11. O edital do Projeto deverá estabelecer, de forma detalhada:
I. os requisitos de participação e elegibilidade;
II. as categorias de inscrição;
III. os eixos temáticos e áreas de alinhamento das práticas pedagógicas;
IV. a documentação necessária à inscrição;
V. a forma de apresentação e comprovação das práticas;
VI. os critérios objetivos de avaliação e respectiva pontuação;
VII. a composição, as atribuições e o funcionamento da Comissão Avaliadora;
VIII. o cronograma de execução, acompanhamento, avaliação e premiação;
IX. os procedimentos para divulgação dos resultados e eventual interposição de recursos;
X. as regras e condições para concessão dos prêmios e certificados.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, acompanhamento e execução do Projeto, cabendo-lhe adotar as providências administrativas necessárias à sua implementação.

Art. 13. A participação no Projeto implicará a ciência e aceitação das regras estabelecidas no respectivo edital, bem como a obrigação de apresentação das evidências e informações necessárias à avaliação da prática pedagógica.

Art. 14. A divulgação de imagens, registros e informações relativas aos alunos e às atividades desenvolvidas deverá observar a legislação vigente, especialmente as normas relativas à proteção de dados pessoais, ao direito de imagem e à proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 15. O Projeto será realizado anualmente, preferencialmente conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser ajustado de acordo com o calendário escolar e as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 16. As demais despesas decorrentes da execução do Projeto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, consignadas no orçamento vigente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto e do Plano de Trabalho, inclusive para disciplinar procedimentos, formulários, cronogramas e instrumentos de acompanhamento e avaliação.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO
PROJETO "PROFESSOR DESTAQUE – PRÁTICAS QUE TRANSFORMAM"

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Projeto "Professor Destaque – Práticas que Transformam" constitui iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Palmital destinada a instituir uma política de reconhecimento e incentivo às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da Rede Municipal de Educação que contribuam efetivamente para a melhoria do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos.
A proposta busca valorizar a atuação dos profissionais da educação, incentivando a transformação da teoria em ações práticas no cotidiano escolar, mediante a utilização de metodologias inovadoras, inclusivas e eficazes, acompanhadas por registros e evidências capazes de demonstrar seus resultados.
O Projeto também pretende estimular a troca de experiências entre os profissionais e possibilitar que práticas pedagógicas exitosas sejam compartilhadas e replicadas nas diferentes unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral
Melhorar o desempenho escolar e promover o avanço qualitativo do ensino por meio do incentivo e reconhecimento de metodologias pedagógicas inovadoras, eficazes e capazes de produzir resultados positivos na aprendizagem dos alunos.
2.2. Objetivos Específicos
I. valorizar profissionais comprometidos com a aprendizagem e a educação integral;
II. reconhecer práticas pedagógicas que apresentem resultados positivos;

III. promover a troca de experiências bem-sucedidas entre os profissionais da educação;
IV. incentivar a replicabilidade de práticas exitosas entre as unidades escolares;
V. fortalecer ações voltadas à equidade e à inclusão;
VI. contribuir para a recomposição das aprendizagens;
VII. estimular o acompanhamento da evolução da aprendizagem mediante evidências e instrumentos de avaliação.

PÚBLICO-ALVO E CATEGORIAS

Poderão participar os profissionais da Rede Municipal de Educação de Palmital que estejam em efetivo exercício, observadas as regras estabelecidas no edital.
As práticas serão organizadas nas seguintes categorias:
I – Educação Infantil:
Creche;
Pré-Escola.
II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais:
1º e 2º ano;
b) 3º ao 5º ano.

4. METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

O Projeto será desenvolvido em ciclo de **03 (três) meses**, de forma sistematizada, permitindo a aplicação das práticas, o acompanhamento pedagógico e a análise dos resultados.
Etapa 1 – Escolha da turma: cada professor participante selecionará 01 (uma) turma para aplicação das ações estratégicas previstas em sua prática pedagógica.
Etapa 2 – Aplicação da prática: desenvolvimento das atividades e estratégias pedagógicas planejadas durante o período de execução.
Etapa 3 – Registro de evidências: organização de fotografias, relatos, avaliações dos alunos e demais documentos capazes de demonstrar a execução da prática e seus resultados.
Etapa 4 – Acompanhamento: a equipe gestora realizará acompanhamento periódico, com intervenções e orientações pedagógicas quando necessárias.
Etapa 5 – Avaliação final: ao término do ciclo, serão analisados os resultados obtidos, as evidências apresentadas e os critérios estabelecidos no edital.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A seleção das práticas exitosas será realizada por Comissão Avaliadora designada pela Secretaria Municipal de Educação, mediante critérios objetivos estabelecidos no edital.
Serão considerados, entre outros:
I. **Evolução da aprendizagem:** demonstração de melhoria nos resultados de aprendizagem dos alunos;
II. **Inovação e criatividade:** originalidade e criatividade na elaboração e aplicação das ações;
III. **Engajamento:** participação dos alunos, envolvimento da turma e organização do desenvolvimento das atividades;
IV. **Organização das evidências:** qualidade e clareza dos registros apresentados;
V. **Replicabilidade:** possibilidade de aplicação da prática em outras turmas ou unidades escolares.
O edital deverá apresentar a tabela de pontuação correspondente a cada critério, assegurando objetividade, transparência e isonomia na avaliação.

COMISSÃO AVALIADORA

A Comissão Avaliadora será designada pelo Secretário Municipal de Educação e será composta por profissionais com conhecimento e experiência na área educacional, observadas as regras de impedimento e conflito de interesses.
Compete à Comissão:
I. analisar os documentos e portfólios apresentados;
II. avaliar as práticas conforme os critérios definidos no edital;
III. atribuir a pontuação correspondente;
IV. elaborar os registros e atas pertinentes ao processo de avaliação;
V. indicar as práticas classificadas para fins de premiação;
VI. analisar eventuais recursos, quando previsto no edital.

PREMIAÇÃO E RECONHECIMENTO

A premiação será realizada anualmente, em evento oficial promovido pela Secretaria Municipal de Educação.
Por categoria, serão concedidos:
1º Lugar: R$ 1.000,00 (mil reais) e certificado de reconhecimento e destaque nos canais oficiais de comunicação do Município;
2º Lugar: R$ 500,00 (quinhentos reais) e certificado de reconhecimento;
3º Lugar: kit pedagógico e certificado de reconhecimento.
Os prêmios pecuniários somente serão concedidos mediante observância da legislação pertinente, disponibilidade orçamentária e financeira e demais requisitos administrativos necessários.

CRONOGRAMA ESTIMADO

Mês 1: lançamento do Projeto, divulgação do edital, reunião com gestores, inscrição dos participantes e início da aplicação das práticas;
Mês 2: acompanhamento pedagógico, monitoramento das ações e coleta de evidências intermediárias;
Mês 3: conclusão das práticas, avaliação final, análise dos resultados, julgamento pela Comissão Avaliadora e realização do evento de premiação.
O cronograma definitivo será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e divulgado no edital.

DOCUMENTAÇÃO E PORTFÓLIO DE EVIDÊNCIAS

Para participação no Projeto, os profissionais deverão apresentar a documentação exigida no edital, incluindo:
I. comprovação de vínculo com a Rede Municipal de Educação e de efetivo exercício;
II. identificação da turma escolhida para desenvolvimento da prática;
III. descrição da prática pedagógica;
IV. registros fotográficos das atividades;
V. relatos sobre a metodologia aplicada;
VI. avaliações dos alunos e instrumentos utilizados para demonstrar a evolução da aprendizagem;
VII. demais registros ou documentos necessários à comprovação da execução da prática.

10. EIXOS TEMÁTICOS
As práticas inscritas deverão estar alinhadas às diretrizes da política educacional municipal e poderão contemplar, entre outros:
I. alfabetização e letramento;
II. recomposição das aprendizagens;
III. incentivo à leitura;
IV. matemática e raciocínio lógico;
V. educação inclusiva;
VI. equidade e respeito à diversidade;
VII. metodologias ativas e inovação pedagógica;
VIII. desenvolvimento integral dos alunos;
IX. práticas interdisciplinares;
X. outras temáticas definidas pela Secretaria Municipal de Educação.

11. RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do Projeto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação vigente.
As despesas referentes à premiação correrão por conta da seguinte dotação:
Órgão: 11
Unidade: 002
Projeto ou atividade: 27812.2701.2088
Conta de despesa: 3.3.90.31.00.00
Fonte de Recurso: 05280

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

A Secretaria Municipal de Educação acompanhará a execução do Projeto, avaliando seus resultados e impactos na prática pedagógica e na aprendizagem dos alunos.

Ao final de cada edição, poderão ser elaborados relatórios contendo as práticas desenvolvidas, resultados alcançados, experiências exitosas e sugestões para aperfeiçoamento das edições subsequentes.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições deste Plano, do edital e da legislação aplicável.
O presente Plano de Trabalho poderá ser aperfeiçoado e atualizado para as edições subsequentes do Projeto, de acordo com os resultados obtidos e as necessidades da Rede Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

ANDRESSA NAIRNE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:2EDB12D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 26/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 85/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CERIMONIAIS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO VISUAL DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.

VALOR: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.
CONTRATADO: MARIA ELIZABETH ZANONI LTDA CNPJ: 02.508.268/0001-64
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	5800	13.002.13.392.1301.2097	000	3.3.90.30.23.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital/PR, 31 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 85/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CERIMONIAIS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO VISUAL DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.

Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Cultura, ante as justificativas que se embasam no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supra supramencionada, tendo como contratada **MARIA ELIZABETH ZANONI LTDA,** empresa inscrita no CNPJ: 02.508.268/0001-64.

Para a efetivação da presente dispensa levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

DETERMINO a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e, após sua conclusão, a devida ciência ao gestor e ao fiscal do contrato, bem como ao departamento de controle de recebimento, para fins de acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Palmital/PR, 31 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2026

REF: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CERIMONIAIS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO VISUAL DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR, artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 85/2026, Dispensa de Licitação n° 26/2026, atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação n° 26/2026, para a contratação dos serviços supramencionados, junto a empresa vencedora: MARIA ELIZABETH ZANONI LTDA, inscrita no CNPJ: 02.508.268/0001-64.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital/PR, 31 de agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:16811E23

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DISPENSA Nº 28/2026 - FAU - UNICENTRO

Memorando nº 28/2026- GAB
Palmital/PR, 31 de Agosto de 2026.

Assunto: Autorização de Licitação e encaminhamento do procedimento.
De: Prefeito Municipal
Para: Departamento de Contabilidade e Procuradoria Jurídica.

Preliminarmente, nos termos do Memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração requisitando seja determinada a abertura de procedimento para a CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO LIGADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, COM FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS E NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DO CERTAME, **DEFIRO** o pedido.

Outrossim, determino o encaminhamento do presente para os seguintes setores:

Departamento de Contabilidade, para que indique os recursos orçamentários disponíveis para a realização do procedimento;

Procuradoria Jurídica, para que elabore o parecer acerca da necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade compatível com o objeto e valor, bem como as demais providências a serem adotadas para o certame;

Atenciosamente,

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 89/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO LIGADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, COM FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS E NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DO CERTAME.

VALOR: R$ 110.800,00 (cento e dez mil e oitocentos reais), para um total estimado de 600 (seiscentos) candidatos inscritos, com acréscimo de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por candidato excedente, nos termos da Proposta Comercial nº 068/2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, ou até a homologação final do concurso público, o que ocorrer por último.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em 03 (três) parcelas: 1ª parcela de 50% em até 05 dias após o término das inscrições, mediante apresentação do relatório dos inscritos; 2ª parcela de 30% em até 05 dias após a aplicação das provas objetivas, discursivas e prática; e 3ª parcela de 20% em até 05 dias após a homologação final do concurso público, conforme Proposta Comercial nº 068/2026.
CONTRATADO: FAU - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CNPJ: 03.757.610/0001-22
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	02	005.04.122.0401.2013	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de dispensa tem fundamento no artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista a contratação da FAU - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual do Centro-Oeste, fundação de apoio vinculada a instituição de ensino superior pública, sem fins lucrativos e de reconhecida reputação ético-profissional, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, da Proposta Comercial nº 068/2026 e do parecer jurídico que embasam esse processo.

Palmital/PR, 31 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 89/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO LIGADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, COM FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS E NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DO CERTAME.

Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Administração, ante as justificativas que se embasam no artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a dispensa de licitação para a contratação supra supramencionada, tendo como contratada **FAU - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE,** empresa inscrita no CNPJ: 03.757.610/0001-22.

Para a efetivação da presente dispensa levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Palmital/PR, 31 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

REF: CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO LIGADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, COM FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS E NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DO CERTAME, artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021.

A documentação referente ao Procedimento Licitatório nº 89/2026, Dispensa de Licitação n° 28/2026, atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso XV, da Lei n. 14.133/2021.

Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação n° [Nº]/2026, para a contratação dos serviços supramencionados, junto a empresa vencedora: FAU - FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, empresa inscrita no CNPJ: 03.757.610/0001-22.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital/PR, 31 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:80DE3E2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 519/2026

PORTARIA N.º 519/2026

SÚMULA: Exonera o Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

EXONERAR

Art. 1º- O Servidor **ELTON OTTO BACK,** inscrito no CPF/MF sob o n. º 098.***.***-97, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Finanças.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, essa Portaria entra em nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:341D8082

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 520/2026

PORTARIA Nº 520/2026

SÚMULA: Destitui Servidor Público Municipal de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

DESTITUIR

Art. 1º- O servidor público municipal Sr. **JOÃO MARIA DE ANDRADE,** inscrito no CPF/MF sob o n.º 858.***.***-53, ocupante do cargo efetivo/estatutário de Motorista da Educação e Geral, do cargo em comissão **Assessor Técnico.**
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:AA101AB4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 521/2026

PORTARIA Nº 521/2026

SÚMULA: Destitui Servidora Pública Municipal de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

DESTITUIR

Art. 1º- A servidora pública municipal Sra. **SANDRA MARA DOS SANTOS FERRAZ,** inscrita no CPF/MF sob o n.º 896.***.***-06, ocupante do cargo efetivo/estatutário de Técnica de Controle da Administração, do cargo em comissão de**Assessora de Planejamento.**
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:5326AC62

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 522/2026

PORTARIA N.º 522/2026

SÚMULA**:** Exonera Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

EXONERAR

Art. 1º- A Servidora **JULIANA VISENTIN SCHOMA,** inscrita no CPF/MF sob o n. º 093.***.***-95, do cargo de Agente Político (Secretária Municipal) de Agricultura e Pecuária.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:E770955E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 523/2026

PORTARIA N.º 523/2026

SÚMULA: Exonera Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

EXONERAR

Art. 1º- A Servidora **KIMBERLY KETES ROSSI,** inscrita no CPF/MF sob o n. º 103.***.***-07, do cargo de Agente Político (Secretária Municipal) de Obras e Urbanismo.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 31 de agosto de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:AC87A83F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 524/2026

PORTARIA Nº 524/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal em Cargo de Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - O Sr. **ELTON OTTO BACK,** inscrito no CPF/MF sob o n. º 098.***.***-97, no cargo em comissão de **Assessor Técnico**, com remuneração salarial CC1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 01 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:B98F27D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 525/2026

PORTARIA Nº 525/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal em Cargo de Comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º - O Sr. **JOÃO MARIA DE ANDRADE,** inscrito no CPF/MF sob o n.º 858.***.***-53, no cargo de Agente Político (Secretário Municipal) de Obras e Urbanismo, com remuneração salarial CC1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 01 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:F16FCC33

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 526/2026

PORTARIA Nº 526/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidora em cargo de Agente Político e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º- A Servidora Púbica Municipal **Sra. KIMBERLY KETES ROSSI,** inscrita no CPF/MF sob o n. º 103.***.***-07,no cargo de **Agente Político – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA** do Município de Palmital, com remuneração salarial CC 1.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 01 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:FBD86599

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 527/2026

PORTARIA Nº 527/2026

SÚMULA: Faz nomeação de Servidora em cargo de Agente Político e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE.

NOMEAR

Art. 1º- A **Sra.** A Servidora **JULIANA VISENTIN SCHOMA,** inscrita no CPF/MF sob o n. º 093.***.***-95 , no cargo em comissão de **Assessora de Planejamento** do Município de Palmital, com remuneração salarial CC 1.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 01 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:F5EF9350

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 528/2026

PORTARIA Nº 528 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Designa membros titulares e suplentes para integrar o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, Instituído Pelo Decreto Municipal nº 48, de 28 de Agosto de 2026.

O Prefeito Municipal de Palmital - Estado do Paraná, Senhor **ROBERTO CARLOS ROSSI** no exercício das suas atribuições legais, com supedâneo na alínea "c" do inciso II do artigo 88 da Lei Orgânica deste Município e

CONSIDERANDOo contido no Decreto Municipal nº 48/2026 que Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Palmital, alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e à Política de Alfabetização do Território e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para, sob a coordenação do primeiro, compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME):
Titular: Andressa Nairne – Cargo: Secretária Municipal de Educação
Suplente: Suzielen Klabunde – Cargo: Suporte Pedagógico

II. Gestão Escolar da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
Titular: Simoni Brandalise – Cargo: Diretora

Suplente: Rafaela Schoma – Cargo: Diretora

III. Coordenação da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) no Município:
Titular: Vanderlei Retcheski – Cargo: Suporte pedagógico e Articulador Renalfa Municipal

IV. Conselho Municipal de Educação (CME):
Titular: Claudete de Fátima Andreote Almeida
Suplente: Eva Aparecida de Souza Ferreira

V. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
Titular: Luciana Niczay
Suplente: Cleoni Santos

Art. 2º Compete aos membros designados cumprir as diretrizes estabelecidas no Decreto de instituição, garantindo o monitoramento das metas de alfabetização do município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, aos 31 dias do mês de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:005B8D53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 695/2026

"Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Sr. Silvio Rogério Ferreira Lucas."

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga o seguinte Decreto Legislativo:
Art.1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Paranaguá ao Sr. Silvio Rogério Ferreira Lucas.
Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.
PARANAGUÁ, "PALÁCIO CARIJÓ", em 26 de agosto de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

IRINEU JOSÉ DA CRUZ ALVES
1º Secretário

GISLEINE DO NASCIMENTO BENTO SILVA
2ª Secretária

Publicado por:
João Nunes da Silva Júnior
Código Identificador:6139A156

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 28 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Por Excesso de Arrecadação e da outras providências

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 01/2026 de 01/01/2026:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Por Excesso de Arrecadação, no Orçamento Geral do Município, no valor de **389.990,46, (trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa reais e quarenta e seis centavos)**, destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Suplementação

01.001		**Gestão administrativa Cislipa**	
01.002.10.302.0902.2002		**GESTÃO DE SERVIÇO DE SAUDE - SAMU**	
28 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P.CIVIL	228.352,15
31 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	161.638,31

Total Suplementação: 389.990,46

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:

Receita: 1.7.3.9.50.01.01.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – PARANAGUÁ - R$ 188.677,38
Receita: 1.7.3.9.50.01.02.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - GUARATUBA - R$ 54.442,67 **Receita:** 1.7.3.9.50.01.03.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – MATINHOS - R$ 50.815,76
Receita: 1.7.3.9.50.01.04.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – PONTAL DO PR - R$ 39.350,04 **Receita:** 1.7.3.9.50.01.05.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – ANTONINA - R$ 23.399,43 **Receita:** 1.7.3.9.50.01.06.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos – MORRETES - R$ 23.672,42 **Receita:** 1.7.3.9.50.01.07.00.00 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - GUARAQUEÇABA – R$ 9.632,76

Total da Receita: R$ 389 990,46

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Paraná, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:A0481E3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE
(Lei 4624/2025 e Decreto 1.447/2026)

CONVOCAÇÃO 2º/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Esporte, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os membros efetivos do Conselho abaixo relacionados e caso havendo impedimentos, comparecer o seu suplente para participar da **2° REUNIÃO ORDINÁRIA** a realizar-se:

- **DATA:** 08/09/2026 – Terça-feira;
- **HORÁRIO:** 13:30 horas;
- **LOCAL:** Auditório Semedi.

PAUTA:
1. Apresentação sobre Prestação de Contas e da Apovação do Plano Decenal.

MEMBROS EFETIVOS:
- *Adriano da Silva Viana (SESPOR);*
- *Andrea de Souza da Silva Almeida (SESPOR);*
- *Gabriel Pereira das Neves (SESPOR);*

- Thiago Casas do Nascimento (SEMEDI);
- Juliana de Félix Canestraro Bonardo (SEMEDI);
- Maickon Santanda Cordeiro (CÂMARA);
- Monte Sião (ASSOCIAÇÕES);
- Vale do Tigre de Karatê Goju-Ryu (ASSOCIAÇÕES);
- Igor Fernando Zys (ATLETAS);
- João Victor Rodrigues das Neves (ATLETAS);
- AVPL – Associação de Voleibol Paraolímpico do Litoral (PARADESPORTIVAS);

Paranaguá, 31 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente do Conselho Municipal de Esporte

Publicado por:
Adib Mohamed Bahy
Código Identificador:FFC4C96F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.107

DECRETO Nº 2.107

"Renova a Concessão de Declaração de Utilidade Pública da entidade denominada "Associação Parnanguara de Ensino"."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei Municipal nº 2.711, de 15 de agosto de 2006, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4.240, de 13 de outubro de 2022, e o contido no protocolado sob nº 50.091/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, concedida por meio do Decreto Municipal nº 3.889, de 19 de dezembro de 2022, à entidade denominada "ASSOCIAÇÃO PARNANGUARA DE ENSINO", inscrita no CNPJ sob o nº 79.428.587/0001-94, com sede neste Município.

Art. 2º A presente renovação tem validade por 36 (trinta e seis) meses a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:94CD0702

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.109

DECRETO Nº 2.109

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 13.101,60 (treze mil e cento e um reais e sessenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0020.2.211		Piso de Média Complexidade - Serviço de Atendimento - Centro POP	
852 - 3.3.90.39.00.00	969	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.364,52
18.008		Fundo da Mulher	
18.008.14.422.0034.2.317		Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM)	
993 - 3.3.90.39.00.00	958	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.737,08
Total Suplementação:			13.101,60

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02.03.23 Aplicação - SUAS - FEDIM - Programa - Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos	4.737,08
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02.03.36 Aplicação - SUAS - FEAS - Programas - Piso único de Assistência Social-PAS - Del. nº 59/2023	8.364,52
Total da Receita:	13.101,60

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1A86C3DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.110

DECRETO Nº 2.110

"Recompõe o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 38 e 39 da Lei n° 2.260, de 16 de abril de 2002, alterada pela Lei n° 3.768, de 23 de julho de 2018, o Decreto 1.462, de 26 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica recomposto o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA da seguinte forma:

I - A Secretária Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria, FLÁVIA GARCIA QUADROS HACKE, na qualidade de presidente;

II - A servidora MARIANA DA SILVA AZEVEDO, como Secretária Executiva;

III - Representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Territorial:

Titular: VÂNIA PESSOA RODRIGUES FOES;
Suplente: BRUNO VICTOR KOBISKI;

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO;
Suplente: GERSON CARLOS MULLER JUNIOR;

V - Representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:

Titular: WAGNER ELIAS CARDOSO;
Suplente: CAMILE LUGARINI;

VI - Representantes do Instituto Água e Terra do Paraná - IAT:

Titular: ALTAMIR JULIANO HACKE;
Suplente: EVELYN MARQUES VIDAL;

VII - Representantes do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde:

Titular: ALFREDO WERNER EIGLMEIER;
Suplente: ISMAEL DINO KUBA;

VIII - Representantes da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR:

Titular: LARISSA GNATA VIANA;
Suplente: EDUARDO GOMES DE VASCONCELOS;

IX - Representantes da Empresa Paranaguá Saneamento e Paviservice:

Titular: PAULO SERGIO HERDER;
Suplente: CAUÊ PEDROSA ODORISSE;

X - Representantes da colônia de pescadores Z1 e União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá – UMAMP:

Titular: EDMIR MANOEL FERREIRA;
Suplente: PAULO SERGIO DE CARVALHO;

XI - Representantes das Cooperativas de Catadores:

Titular: ADRIANA DO ROCIO MACHADO;
Suplente: SILVIA PASZKO ZUZI;

XII - Representantes do Conselho Regional de Biologia
Crbio - 07 e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - EMATER:

Titular: CAMILA DOMIT;
Suplente: LEOCLIDES LAZZAROTO;

XIII - Representantes da Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá - UNESPAR:

Titular: TÂNIA ZALESKI;
Suplente: ANA MARIA NIEVAS;

XIV - Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP:

Titular: ELOIR MARTINS JUNIOR (Vice Presidente);
Suplente: SOELY DE CARVALHO;

XV - Representantes da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL:

Titular: HILDEBRANDO BATISTA DIAS;
Suplente: SANDRA CRISTINA DO NASCIMENTO ROAS.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 524, de 25 de fevereiro de 2025.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B384C332

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.111

DECRETO Nº 2.111

"Nomeia Fernando Cordeiro para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), FERNANDO CORDEIRO, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Saúde.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9B2F41DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.112

DECRETO Nº 2.112

“Exonera Rafaela Mayra da Cunha Takiguchi do cargo em comissão que especifica.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar 349/2026, resolve,

EXONERAR,

RAFAELA MAYRA DA CUNHA TAKIGUCHI, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B642CCA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.113

DECRETO Nº 2.113

“Nomeia os Agentes de Contratação / Pregoeiros.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 3.262, 06 de junho de 2012 e suas alterações,

CONSIDERANDO o art. 31 da Lei Complementar nº 107, de 04 de dezembro de 2009 e, nos termos da Lei nº 14.133/2021,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como Agentes de Contração / Pregoeiros, para atuarem como Agentes de Contratação / Pregoeiros nos processos licitatórios no município de Paranaguá, os servidores abaixo especificados:

Ana Paula Pinheiro da Silveira, matrícula nº 9.434-2;
Anderson Luiz Fernandes, matrícula nº 6.920-1;
Bianca Freitas de Souza Russo, matrícula nº 96.348-1;
Cristiane dos Santos Zella, matrícula nº 5.431-1;
Izabelle Garcia Domingues, matrícula nº 10.468-2;
Jean André Nascimento, matrícula nº 10.484-1;
Leandro Lino Rolim, matrícula nº 9.362-1;
Luciane Chiarelli Magalhães, matrícula nº 8.503-4;
Marilete Rodrigues da Silva, matrícula nº 7.264-4;
Neuma Beatriz Barcellos Valera, matrícula nº 10.469-1;
Pedro Luis Candido da Costa, matrícula nº 7.726-1;
Rosiana do Rocio Pereira, matrícula nº 2.209-1.

Art. 2º Os Agentes de Contratação / Pregoeiros também serão designados como membros da equipe de apoio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 1.203, de 04 de setembro de 2025.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Administração

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0B51717D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.114

DECRETO Nº 2.114

"Nomeia Ana Caroline Pereira Costa para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), ANA CAROLINE PEREIRA COSTA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo DAS-3, da Secretaria Municipal de Saúde.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:DC5B293E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.115

DECRETO Nº 2.115

“Exonera Ariana Gomes França Bueno Ziesemer do cargo em comissão que especifica.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

EXONERAR,

ARIANA GOMES FRANÇA BUENO ZIESEMER, do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, Símbolo DAS-A, da Autarquia Paranaguá Previdência.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:67E6F2A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.116

DECRETO Nº 2.116

"Nomeia Saulo Rodrigo Correia Costa para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 349/2026, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), SAULO RODRIGO CORREIA COSTA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Assessor Especial, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:73C31432

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.117

DECRETO Nº 2.117

"Exonera Luiz Marcelo Tibilete do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal Complementar 349/2026, resolve,

EXONERAR,

LUIZ MARCELO TIBILETE, do cargo de provimento em comissão de Coordenador-Geral, Símbolo DAS-3X, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Zeladoria.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:45977EAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.793

PORTARIA Nº 2.793

"Concede usufruto de Licença Prêmio aos servidores."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto nº 897/2018, considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá) regulamentado pelo Decreto nº 2.028/11, e tendo em vista o contido nos protocolados sob nº 53.356, 53.769, 54.770, 54.811, 56.162, 56.419, 57.019, 58.391, 58.869, 58.895, 58.909, 70.401, 71.119, 71.173, 71.177, 71.180, 71.186, 71.266 e 71.589/2026,

RESOLVE:

I - Conceder o usufruto de Licença Prêmio por assiduidade, 60 (sessenta) dias, aos servidores constantes da relação anexa, parte integrante desta Portaria, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 30 de outubro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 28 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado*por *Incorreção

ANEXO DA PORTARIA Nº 2.793/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
4.848-1	JUSSARA SILVA	AUX. CONS. DENTÁRIO	08/03/1999
10.006-1	CARLOS HENRIQUE SOUZA DA SILVA	ENFERMEIRO	18/03/2009
9.500-1	LEDA DO ROCIO ARMSTRONG LOPES	TEC. EM RAIO X	03/07/2008
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ABASTECIMENTO E PESCA - SEMDESP			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
7.289-1	FABRICIO FABIANO ALVES DE SOUZA	AUX. ADMINISTRATIVO	03/03/2003
1.988-1	LUCINÉIA DO ROSÁRIO RIBEIRO	AUX. ADMINISTRATIVO	03/03/1986
10.829-2	WESLEY WAGNER VERSÃO	AGENTE OPERACIONAL	04/03/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL - SEMEDI			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
2.593-2	ANA BEATRIZ DOS SANTOS	PROFESSOR	07/03/1988
95.103-1	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA SILVA WAGNER	PROFESSOR	16/05/2018
9.902-1	AURILENE CORREA LOPES MARTINS	PROFESSOR	11/03/2009
8.974-1	BIANCA SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR	10/02/2003
8.974-2	BIANCA SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR	08/05/2007
7.863-2	LILIAN ANDREA CORREA SAMPAIO	AUX. ADMINISTRATIVO	04/05/2004
12.487-1	LINDAMARA CORDEIRO ALVES	EDUCADOR INFANTIL	02/04/2014
5.086-1	LUIZ CARLOS ZUMBINI MARCELINO	MOTORISTA	22/03/1999
7.044-1	QUEILA FLIZIKOWSKI	AUX. ADMINISTRATIVO	10/02/2003
8.987-1	RAIANE MARQUES NUNES	PROFESSOR	08/05/2007
8.987-2	RAIANE MARQUES NUNES	PROFESSOR	03/09/2018
95.436-1	RONALDO DOS SANTOS DAMASCENO	AUX. SERV. GERAIS	16/08/2018
7.776-1	ROSANA LISBOA RODRIGUES	AUX. SERV. GERAIS	03/05/2004
8.898-1	SILVANE PÔNCIO	PROFESSOR	10/02/2003
8.898-2	SILVANE PÔNCIO	PROFESSOR	09/03/2007
7.102-1	SINARA DA SILVA ALVES	PROFESSOR	01/03/2000
7.102-2	SINARA DA SILVA ALVES	PROFESSOR	10/02/2003
9.317-1	SÔNIA MARIA DOS REIS	AUX. SERV. GERAIS	08/03/2008
10.641-1	TATIANA ALVES PINHEIRO	PROF. PEDAGOGO ORIENTADOR	01/02/2011
4.455-2	MARILI MOREIRA LOPES	PROFESSOR	11/02/1998
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS - SEMOP			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
4.673-1	LAERCIO ROCHA	ARMADOR DE FERRAGEM	08/03/1999
4.823-1	DOMINGO SEZINANDO DA SILVA	ENC. DE PRE MOLDADOS	08/03/1999
5.749-1	ALEKSANDRO WUSTHORN CONSTANTINO DA	PEDREIRO	03/07/2000

	SILVA		
5.237-2	WLADIMIR GONÇALVES FREIXO	ENC. DE TURMA	01/06/1999
2.364-1	LAURI INACIO	AGENTE OPERACIONAL	03/08/1987
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
1.577-1	JOSÉ ROBERTO AFFOLTER	TEC. EM ADMINISTRAÇÃO	03/11/1980
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E IGUALDADE RACIAL - SEMDIR			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
10.238-1	CINTIA DO ROCIO ALVES MENDES	AUX. SERV. GERAIS	11/08/2009
93.882-1	NISLENE ESTEVO PEREIRA FERREIRA	AUX. SERV. GERAIS	18/01/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E ZELADORIA - SEMMA			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
4.750-1	ADALBERTO EFIGENIO DA SILVA	MARCENEIRO	09/03/1999
6.376-1	ARIVALDO PAULINO	AGENTE OPERACIONAL	02/07/2001
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E TURISMO - SECULTUR			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
2.548-1	CLAUDIO ALVES FREIRI	MOTORISTA	01/02/1988
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SEMSU			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
5.425-1	ELDER LEEDNEY DOMINGUES	ELETRICISTA	17/01/2000
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
5.307-2	RONALD SILVA GONÇALVES	AUX. ADMINISTRATIVO	01/10/1999
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ORÇAMENTO - SEMFA			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
11.626-1	CLAUDETE GALLI	AUX. ADMINISTRATIVO	28/01/2013
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA - SEMSEG			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
5.338-2	AILTON ALVES DOS SANTOS	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	01/11/1999
5.407-1	BÁRBARA MARTINS DA COSTA	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	03/01/2000
7.745-1	GIOVANNI CONSTANTE DE OLIVEIRA	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	01/04/2004
6.559-1	JULIO CESAR MARIANO	GUARDA CIVIL MUNICIPAL	14/01/2002
SECRETARIA REGIONAL DA ILHA DOS VALADARES - SERVAL			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
4.809-1	MURICI DA SILVA FERREIRA	AGENTE OPERACIONAL	08/03/1999
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - SESPOR			
MAT.	**NOME**	**CARGO**	**ADMISSÃO**
9.308-1	LURDES ROSA BISPO TORQUATO	AUX. SERV. GERAIS	03/03/2008

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:F9A306A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.797

PORTARIA Nº 2.797

"Concede diárias a servidora Flávia Silva de Souza Batista, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora FLÁVIA SILVA DE SOUZA BATISTA, Professor, matrícula n° 7.171-2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 1.830,24 (Hum mil oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 30 de agosto e retorno no dia 03 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios - Construindo caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:520416FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.798

PORTARIA Nº 2.798

"Concede diárias ao servidor Joel Caetano dos Santos Júnior, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor JOEL CAETANO DOS SANTOS JÚNIOR, Diretor-Executivo, matrícula n° 10.987-1, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.207,06 (Dois mil duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 30 de agosto e retorno no dia 03 de setembro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios - Construindo caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9C1822F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.799

PORTARIA Nº 2.799

"Concede diárias ao servidor Thiago Casas do Nascimento, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor THIAGO CASAS DO NASCIMENTO, Secretário Municipal, matrícula n° 10.910-1/2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 164 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.942,75 (Dois mil e novecentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 30 de agosto e retorno no dia 03 de setembro do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios - Construindo caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:03894E52

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.800

PORTARIA Nº 2.800

"Concede diárias a servidora Mara Zilda Machado do Rosario, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora MARA ZILDA MACHADO DO ROSARIO, Coordenador-Setorial, matrícula n° 10.956-1/2, a importância correspondente a 04 (quatro) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.207,06 (Dois mil duzentos e sete reais e seis centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 30 de agosto e retorno no dia 03 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios - Construindo caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa 2026."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BC985240

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.801

PORTARIA Nº 2.801

"Concede diárias a servidora Taina Pires Del Rey, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 71.093/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora TAINA PIRES DEL REY, Gerente, matrícula n° 98.968-2, a importância correspondente a 03 (três) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 1.655,29 (Hum mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 01 de setembro e retorno no dia 04 de setembro do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "Evento Pracelerar 2026 - Encontro Estadual de Ambiente de Negócios."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B589C26E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.802

PORTARIA Nº 2.802

"Concede Licença sem Vencimentos à servidora Iara Correia Scucuglia."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o artigo 121 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 55.714/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença para tratar de interesses particulares pelo período de até 2 (dois) anos, sem remuneração, a servidora IARA CORREIA SCUCUGLIA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 10.080-4, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6F45034D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.803

PORTARIA Nº 2.803

"Dispensa, Rodrigo Luis Scremin Sant Ana da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Dispensar, o servidor RODRIGO LUIS SCREMIN SANT ANA, matrícula nº 11.475-1, da função gratificada de Coordenador Estratégico, Símbolo FG-BX, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7DCDFC9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO N° 060/2022 AMB TRANSPORTE LTDA CNPJ: 10.275.087/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO N° 060/2022
AMB TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 10.275.087/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
AMB TRANSPORTE LTDA

Data: 01/09/2026

Objeto: Aditivo 05 ao Contrato nº **060/2022**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **04 (QUATRO) MESES** contados a partir de **19 DE AGOSTO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **18 DE DEZEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses.
Pregão Eletrônico n°: 011/2022
Processo Administrativo n°: 11153/2026

Valor: R$ 106.982,88 (cento e seis mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
FRANCISCO LEUDOMAR NOBREGA DOS SANTOS
ANDERSON MENDES BATISTA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A213E072

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO CC 17/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR.
Contratada: RK SERVOBRA LTDA CNPJ: 51.993.690/0001-68
Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E OPERACIONAL
Dotação Orçamentária: [2026]
3 - 01.001.0008.0243.2010.1000.33390395300000000000.20017
Prazo de Vigência: 31/08/2026 a 28/02/2027.
Valor: R$717.794,64 (setecentos e dezessete mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos).
Modalidade do Processo: Dispensa Presencial, com fulcro no art. 75, VIII da Lei 14.133/2021.
TIPO/Nº: Contrato nº 17/2026
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná. Paranavaí, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:48908384

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 149/2025

1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 149/2025
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 46677/2026

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede
administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS,** portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, doravante denominado contratante e a empresa FIRENZE PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.722.796/0001-61, estabelecida à RUA JOAO COLATTO, 51, PRIMO TACCA, XANXERE, SC, CEP 89.820-000, e-mail licitacaofirenzepneus@hotmail.com / contato.firenzepneus@hotmail.com e empenhos.firenzepneus@hotmail.com neste ato representada por seu administrador Sr EDSON NEVES DE OLIVEIRA, brasileiro,

empresário, CPF nº 946.928.909-91, RG nº 3342819, doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1O objeto do presente contrato é a Aquisição para Fornecimento de Pneus novos, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos e máquinas do Município de Paranavaí, através das seguintes secretarias: Infraestrutura e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano, Agricultura, Saúde e Assistência Social

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente variação do INPC no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 74/2023 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de Atualização Monetária.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor do Contrato nº 149/2025 passará a ser de **R$ 1.368,20 (um mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos).**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 149/2025), datado de 31 de Outubro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná,data da assinatura eletrônica.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOIO LUCAS
Secretária Municpal de Assistência Social

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:96EFB7EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2024 (RECONHECIMENTO DE VALORES RETROATIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS) PROCESSO DIGITAL Nº 42760/2026

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2024
(RECONHECIMENTO DE VALORES RETROATIVOS PARA REGULARIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS)
Processo Digital nº 42760/2026

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023

7º (Sétimo) Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa ALMAQ ESQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF sob nº 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrita no CPF sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF sob nº 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-6, pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10 conforme delegação do Decreto Municipal nº 20.867/2020.

CONTRATADA: ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, estabelecida à Rua Vinte e Um de Abril, 250 – Centro – Pinhais/ Paraná – CEP: 83.323-030, inscrita no C.N.P.J. sob nº 84.968.874/0001-27, neste ato devidamente representada por seu procurador o Sr. **GILSON RENATO WASZAK**, gerente comercial, portador do RG Nº: 3.210.420-7 SSP - PR e CPF/MF nº: 536.641.329-04, residente e domiciliado na Cidade deCuritiba, Estado do Paraná, na Rua Eliezer Disaro Fangueiro, 390, Casa 2 – Uberaba CEP:81540-440.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
O Contrato Administrativo nº 17/2024 tem por objeto a Contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *OUTSOURCING* DE IMPRESSÃO,** com a locação de equipamentos novos, sem uso anterior, não recondicionados e em linha de produção, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários e de todos os suprimentos incluindo toners, tintas, roletes para os scanners, cabeças de impressão para todos os equipamentos e rotulador portátil (exceto papéis e etiquetas), destinada ao Município de Paranavaí, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses**,**nos termos e condições estabelecidos no Pregão Eletrônico nº 061/2023, Termo de Referência, proposta de preços e demais documentos integrantes da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA FINALIDADE DO TERMO ADITIVO
2.1.O presente Termo Aditivo tem por finalidade formalizar o reconhecimento e viabilizar o pagamento dos valores devidos à CONTRATADA em decorrência de serviços efetivamente prestados durante a execução do Contrato Administrativo nº 17/2024, referentes à locação de equipamentos e às impressões realizadas, cujas respectivas notas fiscais e faturas foram emitidas, porém não foram quitadas pela Administração no período devido.

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços e os correspondentes valores encontram-se demonstrados nos documentos que integram o respectivo processo administrativo, subsistindo, portanto, a obrigação da Administração de promover o pagamento dos serviços efetivamente executados.

Parágrafo Segundo: O presente instrumento não decorre de acréscimo quantitativo ou qualitativo do objeto contratado, tampouco objetiva a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, destinando-se exclusivamente à regularização do pagamento de obrigações decorrentes de serviços já executados no âmbito da relação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECONHECIMENTO DOS VALORES DEVIDOS E DA DISTRIBUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE AS UNIDADES GESTORAS
3.1 As partes reconhecem como devido à CONTRATADA o valor líquido de **R$ 25.477,39 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e nove centavos)**, referente aos serviços de locação de equipamentos e impressões efetivamente realizados e não pagos no período de abril de 2025 a fevereiro de 2026.

Parágrafo Primeiro: O montante relativo à locação de equipamentos corresponde ao valor líquido de R$ 22.459,36 (vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos, sendo distribuído entre as respectivas Secretarias da seguinte forma:

I – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

SECRETARIA	Valor Bruto	Retenção IR 4,8%	Valor Líquido
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R$ 1.694,57	R$ 81,34	R$ 1.613,23

Procuradoria Municipal	R$ 146,38	R$ 7,03	R$ 139,35
Procuradoria Municipal (Procon)	R$ 146,38	R$ 7,03	R$ 139,35
Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação	R$ 2.000,96	R$ 96,05	R$ 1.904,91
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (F.M Trânsito)	R$ 12.404,91	R$ 595,44	R$ 11.809,47
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (Alistamento Militar)	R$ 1.331,26	R$ 63,90	R$ 1.267,36
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (Tiro de Guerra)	R$ 503,72	R$ 24,18	R$ 479,54
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	R$ 3.700,80	R$ 177,64	R$ 3.523,16
Secretaria Municipal de Administração (Diretoria de Patrimônio)	R$ 1.662,78	R$ 79,81	R$ 1.582,97
Total	R$ 23.591,76	R$ 1.132,40	R$ 22.459,36

Parágrafo Segundo: O montante relativo às impressões efetivamente realizadas corresponde ao valor líquido de R$ 3.018,03 (três mil e dezoito reais e três centavos), distribuído entre as respectivas Secretarias da seguinte forma:

II – IMPRESSÕES

SECRETARIA	Valor Bruto	Retenção IR 4,8%	RETENÇÃO ISSQN 4%	Valor Líquido
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R$ 102,29	R$ 4,91	R$ 4,09	R$ 93,29
Secretaria Municipal de Fomento Econômico e Inovação	R$ 256,80	R$ 12,33	R$ 10,27	R$ 234,20
Secretaria Municipal de Fazenda	R$ 884,47	R$ 42,45	R$ 35,38	R$ 806,64
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (F.M Trânsito)	R$ 316,53	R$ 15,19	R$ 12,66	R$ 288,68
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (Alistamento Militar)	R$ 8,89	R$ 0,43	R$ 0,36	R$ 8,10
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	R$ 340,84	R$ 16,36	R$ 13,63	R$ 310,85
Secretaria Municipal de Administração (Diretoria de Patrimônio)	R$ 1.380,63	R$ 66,27	R$ 55,23	R$ 1.259,13
Fundação Cultural de Paranavaí	R$ 18,79	R$ 0,90	R$ 0,75	R$ 17,14
Total	$ 3.309,24	R$ 158,84	R$ 132,37	R$ 3.018,03

Parágrafo Terceiro: Para fins de consolidação dos valores reconhecidos por meio deste Termo Aditivo, fica estabelecido o seguinte:

Descrição	Valor
Total – Locação de Equipamentos	R$ 23.591,76
Total – Impressões	R$ 3.309,24
VALOR BRUTO TOTAL DO TERMO ADITIVO	**R$ 26.901,00**
Retenção Total de IR – 4,8%	R$ 1.291,24
Retenção Total de ISSQN – 4%	R$ 132,37
VALOR LÍQUIDO TOTAL A PAGAR À CONTRATADA	**R$ 25.477,39**

Parágrafo Quarto: Cada Secretaria, órgão ou unidade gestora será responsável pelo pagamento da parcela que lhe corresponde, conforme discriminado nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta cláusula, devendo ser observadas as respectivas dotações orçamentárias, empenhos e demais procedimentos necessários à liquidação e ao pagamento da despesa.

Parágrafo Quinto: As retenções tributárias indicadas nas tabelas acima serão efetuadas no momento do pagamento, observada a legislação tributária aplicável.

Parágrafo Sexto: Os valores reconhecidos por meio deste Termo Aditivo correspondem exclusivamente aos serviços efetivamente executados e comprovados no processo administrativo, não abrangendo serviços futuros, acréscimos quantitativos ou qualitativos ao objeto originalmente contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RENÚNCIA AO REAJUSTE, À ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E AOS DEMAIS ACRÉSCIMOS FINANCEIROS

4.1 Nos termos do Memorando nº 74/2026, emitido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, a CONTRATADA declara, para todos os fins de direito, que concorda em receber os valores nominais reconhecidos por meio deste Termo Aditivo, renunciando ao recebimento de reajuste contratual, atualização monetária, remuneração do capital, compensação da mora, juros moratórios, incidência da taxa SELIC ou qualquer outro acréscimo financeiro decorrente do período transcorrido entre o vencimento das respectivas obrigações e o seu efetivo pagamento.

Parágrafo Primeiro: A renúncia estabelecida nesta cláusula restringe-se aos créditos expressamente discriminados neste Termo Aditivo, não produzindo efeitos sobre outras obrigações ou direitos eventualmente decorrentes do Contrato Administrativo nº 17/2024 que não sejam objeto deste instrumento.

Parágrafo Segundo: Mediante o efetivo recebimento dos valores estabelecidos neste Termo Aditivo, a CONTRATADA dará plena quitação exclusivamente em relação às notas fiscais, faturas e respectivos créditos abrangidos pelo presente instrumento, nada mais tendo a reclamar, a qualquer título, quanto aos encargos financeiros decorrentes do atraso no pagamento desses valores.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento dos valores reconhecidos neste Termo Aditivo será efetuado pelas respectivas Secretarias, de acordo com a distribuição estabelecida na Cláusula Terceira, após o cumprimento dos procedimentos administrativos necessários à liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: Sobre os valores brutos reconhecidos serão realizadas as retenções tributárias legalmente cabíveis, resultando no valor líquido a ser efetivamente creditado à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1 Os pagamentos das importâncias originadas por esse termo aditivo correrá à conta do recurso proveniente das seguintes Dotações Orçamentárias:

Natureza da Despesa – Elemento/Sub-elemento: 33.39.03.983 – Serviços de cópias e reprodução de documentos.

ÓRGÃO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE	DESPESA
SEC. MUN. ESPORTE E LAZER	15 01 27 812 0002 2.870 33.90.39.00.00	000	1738
SEC. MUN. FOMENTO ECON. E INOVAÇÃO	03 01 04 122 0002 2.130 33.90.39.00.00	000	86
SEC. MUN. FAZENDA	11 01 04 123 0002 2.060 33.90.39.00.00	000	1448
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO	13 02 06 181 0015 2.086 33.90.39.00.00	509	1556
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO (junta Mil)	13 03 05 153 0002 2.081 33.90.39.00.00	000	1672
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO (TG)	13 04 05 153 0002 2.082 33.90.39.00.00	000	1556
SEC. MUN. DES. URBANO	08 01 04 121 0011 2.091 33.90.39.00.00	000	1224
SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO	12 01 04 122 0002 2.031 33.90.39.00.00	000	1530
FUNDAÇÃO CULTURAL	17 01 13 392 0002 2.880 33.90.39.00.00	000	1827

Natureza da Despesa: Elemento/Sub-elemento: 33.39.04.001- Locação de equipamentos de TIC - ativos de rede.

ÓRGÃO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE	DESPESA
SEC. MUN. ESPORTE E LAZER	15 01 27 812 0002 2.870 33.90.40.00.00	000	1739
SEC. MUN. FOMENTO ECON. E INOVAÇÃO	03 01 04 122 0002 2.130 33.90.40.00.00	000	87
PROCURADORIA GERAL	18 01 02 062 0002 2.661 33.90.40.00.00	000	1894
PROCURADORIA GERAL - PROCON	18 03 14 422 0002 2.671 33.90.40.00.00	971	1940
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO	13 02 06 181 0015 2.086 33.90.40.00.00	509	1657
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO (Junta Militar)	13 03 05 153 0002 2.081 33.90.40.00.00	000	1673
SEC. MUN. SEGURANÇA E TRÂNSITO (TG)	13 04 05 153 0002 2.082 33.90.40.00.00	000	1690
SEC. MUN. DES. URBANO	08 01 04 121 0011 2.091 33.90.40.00.00	000	1225
SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO	12 01 04 122 0002 2.031 33.90.40.00.00	000	1531

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 O presente Termo Aditivo destina-se exclusivamente ao reconhecimento e à regularização do pagamento dos valores nele discriminados, referentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA e não pagos no período devido, não caracterizando nova contratação ou nova prestação de serviços.

Parágrafo Único: Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 17/2024 e seus aditivos que não conflitarem com as disposições do presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo para que produza seus efeitos.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Almaq Esquipamentos Para Escritório
GILSON RENATO WASZAK –
Procurador
Detentora do Contrato

Publicado por:
Patricia Aparecida Cabral Arruda
Código Identificador:6AAC1463

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) RAFAEL LUCAS TORRENTE, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:
Empresa: GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTDA CNPJ: 03.857.139/0001-44
Endereço: RUA CORONEL ERNESTO BERTASO, 199, - SAO CRISTOVAO, Chapecó - SC,
E-mail: jeferson@gravarartes.com.br
Telefone: (49) 9998-7366, (49) 3324-6214
Nome do Representante: GEFERSON LUIZ ABATI

CPF: 576.713.039-68

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 116/2026, Pregão Eletrônico nº 39 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para Aquisição de troféus/esculturas (Barrigudas) para o 61º FEMUP/2026 - Festival de Música e Poesia de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Lote: 1 - Lote 01					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - TROFÉU/ESCULTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO, CONFORME IMAGEM, MEDINDO 36 CM DE ALTURA.	UNID		70	R$ 250,0000	R$ 17.500,00
2 - TROFÉU/ESCULTURA EM ALUMÍNIO FUNDIDO COM ACABAMENTO POLIDO, CONFORME IMAGEM, MEDINDO 25 CM DE ALTURA.	UNID		100	R$ 148,0000	R$ 14.800,00
3 - GRAVAÇÕES A LASER EM CADA TROFÉU COM AS INSCRIÇÕES RELATIVAS A EDIÇÃO E NOME DO EVENTO, NOME DO MUNICÍPIO, UF E MODALIDADE. AS GRAVAÇÕES PODEM CONTER ATÉ 50 CARACTERES.	UNID		170	R$ 11,7600	R$ 1.999,20
Total do Lote:					R$ 34.299,20
Total do Fornecedor:					R$ 34.299,20

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços: FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da assinatura digital.

____

GEFERSON LUIZ ABATI

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:0B574D30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2023
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 48261/2026

REF.: CONCORRÊNCIA 01/2023

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representada por delegação pela Ilma. Secretária Municipal de Assistêncial Social, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF. sob nº 005.538.459-50. CONTRATADA: **NUTRI & SAÚDE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, Rua Valdomiro Carlos da Silva, nº 275, Chácaras Diversas, CEP. 87.708-220, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.081.979/0036-13, representada neste ato pelo sócio e administrador Sr. JOSÉ DIONÍZIO FRANCO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Nicolas Moreno Munhoz, nº 2-50, Jardim Contorno, CEP. 17.047-230, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 7.858.314-7 SSP/SP e inscrito no C.P.F. sob nº 802.533.778-20., doravante denominado contratado resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

1.1. **Constitui objeto do contrato original a contratação de empresa para OPERACIONALIZAÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR DE PARANAVAÍ com fornecimento de até 500 (quinhentas) refeições/dia, incluindo fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos, supervisão e treinamento da mão de obra, manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e utensílios, manutenção corretiva e preventiva predial e aquisição e disponibilização de equipamentos, utensílios e material de consumo que se fizerem necessários para operacionalização em conformidade com Normas de Segurança do Trabalho e Vigilância Sanitária, devendo funcionar de segunda à sexta-feira (exceto feriados nacionais e municipais) e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.**

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM

2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remaneja-se o saldo do **item 01**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo em razão da rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas, conforme **Memorando nº 1088/2026.**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2023), datado em 15 de março de 2023.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Contratante

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:53703AC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2020 (ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO DIGITAL Nº 46832/2026)

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2020
(Alteração de Dotação Orçamentária - Processo Digital nº 46832/2026)

REF.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2020**

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado por delegação pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Comunicação o Sr. **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.337.269-4 SSP/PR e inscrito no CPF 642.680.559-91; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.337.225-2 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.326.292-26 SSP/PR e inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.932.340-4 SSP/PR e inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.291.427-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92,conforme delegação do Decreto Municipal nº 27.266/2025.

CONTRATADA: FW COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Paraíba, nº 1785, Fundos, Centro, CEP 87.701-080, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ. sob nº **10.392.161/0001-21**, neste ato devidamente representada pelo Sócio Administrador Sr. **ANDERSON RUIZ SATIN**, residente e domiciliado na Cidade de Maringá - PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.514.185-0 SESP/PR, e inscrito no CPF. sob nº 020.084.609-04

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de serviço de link dedicado a transporte de **link LAN-TO-LAN**, para atender demanda interna e postos externos da prefeitura municipal de Paranavaí, destinados as Secretarias Municipais de: Administração; Educação; Saúde; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano; Esporte; Assistência Social; Fundação Cultural; Bombeiros; Procuradoria (PROCON, Defensoria); Proteção à Vida Patrimônio Público; Infraestrutura; Meio Ambiente; Agricultura e Gabinete (Tiro de guerra).

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1 Em conformidade com o disposto no **art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 105/2020**, passa a ser alterada **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 859/2026/SEDUC, somente para a Secretaria Municipal de Educação.

Nova Dotação Orçamentária sugerida:
•Referência/Dotação: 723
•Ação: 2450
•Elemento: 3339040
•Sub elemento: 97
•Vínculo: 104
•Quantidade : Contratação de empresa habilitada pela copel para fornecimento transporte Layer 2 300MBPS (Depósito prédio da merenda) – Item 441

Nova Dotação Orçamentária sugerida:
•Referência/Dotação: 723
•Ação: 2450
•Elemento: 3339040
•Sub elemento: 97
•Vínculo: 104
•Quantidade : Contratação de empresa habilitada pela copel para fornecimento transporte Layer 2 300MBPS (Depósito do barracão) – Item 452

Nova Dotação Orçamentária sugerida:
•Referência/Dotação:723
•Ação: 2450
•Elemento: 3339040
•Sub elemento: 97
•Vínculo: 104
•Quantidade : Contratação de empresa habilitada pela copel para fornecimento transporte Layer 2 300MBPS (Prédio da Seduc) Item 451

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2020), datada de 19 de fevereiro de 2021.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 28 de agosto de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:6007F1A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE CREDENCIADOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2025

TERMO DE CREDENCIADOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº22/2025

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ,no uso das atribuições que lhe são conferidas, disponibiliza a relação de empresas credenciadas, conformedivulgação do resultado por meio de Ata 13de 2026de análise dos documentos de habilitação, disponibilizada pela Comissão Permanente de Contratação Diretade Credenciamento, referente ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS**, interessadas em prestar serviços não continuados, sem dedicação de mãodeobraexclusiva,paraa prestação de serviços de limpeza de terrenos baldios com SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL E/OU MECANIZADA em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.
A empresa credenciada e apta a prestar os serviços:

-

67.974.500 JEOVANA DE OLIVEIRA SIMONETTI,inscrito no CNPJ sob nº67.974.500/0001-03 ,interessada em Prestar Serviços de Roçada com roçadeira costal por m² com remoção e destinação de resíduos (roçada manual c/ roçadeiras mecânicas tipo "costal") e Roçagem mecanizada com trator e roçadeira por m² com remoção e destinação de resíduos.

A ata e os documentos de habilitação estão disponíveis no site da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.

Paço Municipal de Paranavaí,Estado do Paraná,29 de agosto de 2026.

GUILHERME DE ARAUJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:116167CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2026

O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, no uso das atribuições que lhe são conferidas, decide e ratifica, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 52/2026, referente à contratação da empresa contratação da empresa EJS ARTPOPULAR LTDA, para apresentação de show do Grupo ART POPULAR, para o Samba na Praça, que ocorrerá no dia 20 de setembro de 2026, ofertado a população de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural, incluídas as despesas com cachê artista, cachê músicos e equipe técnica, transporte terrestre, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, carregadores e encargos fiscais, com o tempo de duração da apresentação de show de 75 minutos, conforme proposta apresentada, por meio da Emenda Parlamentar nº 50040001/2026, constante da Dotação Orçamentária: 17.001.011.2881.33390398401000000000 (1840) Show Musical, pela empresa a seguir: EJS ARTPOPULAR LTDA, inscrita no CNPJ 19.679.160/0001-37, no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), diante das justificativas e fundamentações apresentadas.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, na data da assinatura digital.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:D34BC8E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.626/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando *o requerimento protocolado sob nº 48306/2026, no qual o servidor solicita exoneração do cargo de Agente de Combate Endemias;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **ANDRE DE ALMEIDA ANDRETA,** matrícula nº 11969-1, nomeado pela Portaria Municipal nº 2.477/2025, do cargo efetivo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS,** junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 28 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:473B9EF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.627/2026

Autoriza a prorrogação de prazo da Sindicância Administrativa n° 020/2026, instaurada pela Portaria Municipal n° 1.447/2026.

Considerando o memorando nº 002/2026, encaminhado pela Comissão de Sindicância Administrativa;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão da Sindicância Administrativa n° 020/2026, instaurada pela Portaria

Municipal n° 1.447/2026, nos termos do art. 134, § 1°, da Lei Municipal n° 3.891/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 31 DIAS DE AGOSTO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:F50C5EDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 1628/2026

PORTARIA Nº 1628/2026

Designa servidores para exercer a função de Gestor(es) e Fiscal(is) da Ata de Registro de Preçosnº 162/2026.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 162/2026, celebrada em agosto de 2026, entre o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, por intermédio da FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ e a empresa **GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTDA,** cujo objeto é Registro de Preços para Aquisição de troféus/esculturas (Barrigudas) para o 61º FEMUP/2026 - Festival de Música e Poesia de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural de Paranavaí, oriunda do Pregão Eletrônico nº 39/2026, Processo Administrativo nº 116/2026:

Fundação Cultural de Paranavaí
Gestor do Contrato: Daniela Bonetti Simonetti
Fiscal do Contrato: Daniel Coelho Virmond
Suplente do Fiscal de Contrato Geslei Rodrigues da Luz

Art. 2º A designação formal do fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante na Autorização e Justificativa para Aditivo contido no Processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:87CE6659

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Rejeita o veto aposto pelo Poder Executivo ao § 2º do art. 4º do Projeto de Lei nº 110/2026.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o veto aposto pelo Poder Executivo ao § 2º do art. 4º do Projeto de Lei nº 110/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:78213531

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Rejeita o veto aposto pelo Poder Executivo ao parágrafo único do art. 39 do Projeto de Lei nº 110/2026.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o veto aposto pelo Poder Executivo ao parágrafo único do art. 39 do Projeto de Lei nº 110/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:441ECA2E

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Rejeita o veto aposto pelo Poder Executivo ao § 3º do art. 49 do Projeto de Lei nº 110/2026.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO. Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o veto aposto pelo Poder Executivo ao § 3º do art. 49 do Projeto de Lei nº 110/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:A61FECD3

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Mantém o veto aposto pelo Poder Executivo ao parágrafo único do art. 53 do Projeto de Lei nº 110/2026.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica mantido o veto aposto pelo Poder Executivo ao parágrafo único do art. 53 do Projeto de Lei nº 110/2026.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:E406D7C9

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 156/2025 ACAPB

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e ASSOCIAÇÃO CAPOEIRA PATOBRANQUENSE - ACAPB**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo do Gestor do Termo de Colaboração nº 156/2025.
OBJETO:	Desenvolver a modalidade esportiva da capoeira e dos projetos Esportivos e Sociais de Capoeira (masculino e feminino) vinculados a associação, neste município de Pato Branco, que atende 70 (setenta) participantes de idades entre 05 (cinco) a 70 (setenta) anos. Será realizada a aquisição de um equipamento veículo tipo van, que será utilizado no transporte dos assistidos em todas as atividades da associação.
VIGÊNCIA:	De 31/12/2025 a 31/05/2026
VALOR:	R$ 123.995,00 (Centro e vinte e três mil reais e novecentos e noventa e cinco centavos)
FORO:	Comarca de Pato Branco – PR.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Instituída Pelo Decreto Municipal Nº 9.309 De 1º De Setembro De 2022
Membros Nomeados Pelas Portarias: Portaria Nº 18, De 08 De Abril De 2025; Portarias Nº 18/2025, 24/2025, 54/2025, 02/2026, 47/2026, 60/2026 E 62/2026

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:ACD7DF4F

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 17/2025 APAE

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo da Gestora do Termo de Colaboração nº 17/2025
OBJETO:	Desenvolver atividades psicomotoras com acessibilidade para as pessoas idosas com pouca mobilidade ou deficiência, na área de esporte e lazer, por meio de projeto que promova a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa do município de Pato Branco/PR
VIGÊNCIA:	De 04/06/2025 a 04/06/2026.
VALOR:	R$ 137.000,00
FORO:	Comarca de Pato Branco – PR.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Instituída Pelo Decreto Municipal Nº 9.309 de 1º de Setembro de 2022
Membros Nomeados pelas Portarias: Portaria nº 18, de 08 de Abril de 2025; Portarias nº 18/2025, 24/2025, 54/2025, 02/2026, 47/2026, 60/2026 e 62/2026

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:111323DD

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 180/2024 FUNDABEM

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e FUNDAÇÃO PATO BRANQUENSE DO BEM ESTAR - FUNDABEM**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo do Gestor do Termo de Colaboração nº 180/2024
OBJETO:	Desenvolver oficinas de Taekwondo para crianças e adolescentes do município, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e/ou em programa de medidas socioeducativas.
VIGÊNCIA:	De 30/12/2024 a 30/06/2026.
VALOR:	50.000,00 (cinquenta mil reais)
FORO:	Comarca de Pato Branco – PR.

Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Instituída Pelo Decreto Municipal Nº 9.309 de 1º de Setembro de 2022
Membros Nomeados pelas Portarias: Portaria nº 18, de 08 de Abril de 2025; Portarias nº 18/2025, 24/2025, 54/2025, 02/2026, 47/2026, 60/2026 e 62/2026

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:879BA4B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 147/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 146/2026 – PROCESSO Nº 150/2026. EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 105/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, *a Remanso da Pedreira – REMAP,*** inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Implementação e execução do Projeto "Sementinhas do Amanhã", voltado ao atendimento especializado de crianças de 6 e 7 anos no Remanso da Pedreira. O projeto visa promover o desenvolvimento integral e a proteção social por meio de atividades lúdicas, artísticas e socioeducativas, focadas no fortalecimento de vínculos, no estímulo à autonomia e na construção de valores éticos e cidadãos nesta fase inicial da infância. **VALOR TOTAL:** R$ 100.000,00 (cem mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26026-34313 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

LUCIANO YAMAMOTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:DFE3087E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 148/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 147/2026 – PROCESSO Nº 151/2026. REMANEJAMENTO N°75/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 172/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Associação dos Bolonistas do Sudoeste,*** inscrita no CNPJ nº 73.657.744/0001-57. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, fomentar a modalidade de Bolão com suas equipes masculina e feminina formada por 30(trinta) pessoas de

ambos os sexos, de idades entre 14 a 80 anos, que representarão o município em suas competições oficiais e nos demais campeonatos da modalidade. **VALOR TOTAL:** R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 06 (seis) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26887-43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

ADÃO NICANOR HOFFMANN -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:B456510C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 147/2026 – PROCESSO N.º 151/2026 - REMANEJAMENTO 75/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 172/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n° 75/2026 - Emenda impositiva Individual n° 172/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação Dos Bolonistas do Sudoeste,*** inscrita no CNPJ nº 73.657.744/0001-57, com sede na Itapuã, nº 3050, São Luiz, em Pato Branco/PR, CEP 85.504-060, telefone: (46) 99908-7135, endereço eletrônico: abs.bolonista@gmail.com. Para fomentar a modalidade de Bolão com suas equipes masculina e feminina formada por 30(trinta) pessoas de ambos os sexos, de idades entre 14 a 80 anos, que representarão o município em suas competições oficiais e nos demais campeonatos da modalidade.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida ao Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico, secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 28 de Agosto de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:A5DF3A44

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO .º 146/2026 – PROCESSO N.º 150/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA N°105/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva de Bancada n°105/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Remanso da Pedreira – REMAP***, inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20, com sede na Linha São Braz, s/n, Área Rural, em Pato Branco/PR, CEP: 85.500-001, telefone: (46) 99981-9983, endereço eletrônico: remanso@remansodapedreira.com.br. Para Implementação e execução do Projeto "Sementinhas do Amanhã", voltado ao atendimento especializado de crianças de 6 e 7 anos no Remanso da Pedreira. O projeto visa promover o desenvolvimento integral e a proteção social por meio de atividades lúdicas, artísticas e socioeducativas, focadas no fortalecimento de vínculos, no estímulo à autonomia e na construção de valores éticos e cidadãos nesta fase inicial da infância.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço eletrônico secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 28 de Agosto de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI
Secretária Municipal de Assistência Social

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:4B33C1F4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 - PROCESSO Nº 135/2026

OBJETO: Implantação de registro de preços para futura e fracionada aquisição de gêneros alimentícios, em atendimento as demandas de todas as secretarias e departamentos da Administração Municipal.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 13.820.873,09.
DATA DE ABERTURA:21 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br

THAIS LOVE PERES
Pregoeira

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:5A8FD40A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 03 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

O MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente Termo de Retificação ao Edital de Chamamento Público nº 03/2026, com fundamento no poder de autotutela da Administração Pública (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal) e nos princípios da legalidade, isonomia, objetividade e publicidade que regem os atos da Administração, tendo em vista a necessidade de delimitar objetivamente o critério "residente em área periférica do Município de Pato Branco", previsto no item 7.6.2, inciso II, do Edital, sem qualquer alteração da política de cotas do item 7.6.1 nem da pontuação adicional já vigente, para os fins e efeitos a seguir. Ficam substituídos na íntegra, os anexos I, II, III, IV do Chamamento. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 03/2026 não expressamente alteradas por este Termo. Este Termo de Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco/PR, 31 de agosto de 2026.

GÉRI NATALINO DUTRA -
Prefeito Municipal;

IVETE FERRARINI IAKMIU -
Secretária Municipal de Educação e Cultura e

MAURICIO MACULAN -
Diretor do Departamento de Cultura.

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:E3990E67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 117/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 40/2025 – PROCESSO Nº 125/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e INSTITUTO RANAI LTDA, CNPJ nº: 46.757.247/0001-58. **OBJETO**: Prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, assessoramento metodológico, organização, coordenação e execução da XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, compreendendo as etapas preparatórias, as pré-conferências, a realização da Conferência Municipal, a condução metodológica dos trabalhos, a sistematização das propostas aprovadas, a coordenação do processo de eleição dos delegados, a elaboração do relatório final e a consolidação da documentação destinada ao encaminhamento da etapa estadual, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. **VALOR**: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais). **VIGÊNCIA**: 03 (três) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. **DOTAÇÃO**: 42483-45911. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 28 de agosto de 2026.

IRAMAIA RANAI GALLERANI -
Representante Legal.

RUDINEI LUIZ BELTRAME -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:70687DF2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 154/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025, PROCESSO Nº 72/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Bazar Distribuidora de Utilidades e Decorações Ltda.
OBJETO: O registro de preços para futura e eventual aquisição de ornamentos natalinos, incluindo figuras luminosas, que serão utilizadas para a decoração dos figurinos, carros alegóricos e nas áreas internas e externas dos logradouros públicos da cidade de Pato Branco durante o período do natal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência**,** Com fundamento no art. 84 da Lei 14.133/2021 e nos termos do item 4, subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços, as partes pactuam prorrogação de vigência por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 01/09/2027.
Da Dotação Orçamentária, para suporte da despesa será utilizada a seguinte dotação orçamentária:
07.04. Departamento de Cultura – Fonte 000 – Ação 2.180 – Despesa 25612 – Desdobramento 45869.
Demais Cláusulas, ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.
Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

PAULA CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA –
Representante Legal.

Publicado por:
Sonia Mara Becker de Souza
Código Identificador:042321A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 144/2026/GP. CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROCESSO Nº 17.889/2026.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, a Remanso da Pedreira,** inscrita no CNPJ nº 09.379.739/0001-20. **OBJETO**: Constitui o objeto do presente termo de colaboração a celebração de parceria entre o CONCEDENTE e a Organização da Sociedade Civil (OSC) PROPONENTE, para a execução de ações continuadas e planejadas, voltadas ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades socioeducativas, oficinas de apoio à parentalidade, acompanhamento familiar e ações intergeracionais. **VALOR TOTAL:** R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 26026-34313; 26027-34314. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

LUCIANO YAMAMOTO -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:CD239DA4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 145/2026/GP. CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – PROCESSO Nº 17.889/2026.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**, a Fundação Patobranquense do Bem-Estar - FUNDABEM,** inscrita no CNPJ nº 77.013.506/0001-60. **OBJETO**: Constitui o objeto do presente termo de colaboração a celebração de parceria entre o CONCEDENTE e a Organização da Sociedade Civil (OSC) PROPONENTE, para a execução de ações continuadas e planejadas, voltadas ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de atividades socioeducativas, oficinas de apoio à parentalidade, acompanhamento familiar e ações intergeracionais. **VALOR TOTAL:** R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26026-34313; 26027-34314. **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 31 de Agosto de 2026.

GRACIELI DALLA VALLE MARCON -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:8D9D8111

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026 - PROCESSO Nº 125/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.620/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e INSTITUTO RANAI LTDA. CNPJ: 46.757.247/0001-58. **OBJETO:** Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, assessoramento metodológico, organização, coordenação e execução da XIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, compreendendo as etapas preparatórias, as préconferências, a realização da Conferência Municipal, a condução metodológica dos trabalhos, a sistematização das propostas aprovadas, a coordenação do processo de eleição dos delegados, a elaboração do relatório final e a consolidação da documentação destinada ao encaminhamento da etapa estadual, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. **VALOR TOTAL:** R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais). **DOTAÇÃO:** 42483-45911. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, III, "f" da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 17 de agosto de 2026.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:498DC588

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADITAMENTO N.º 02 CONTRATO N.º 110/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 22/2024 – PROCESSO N.º 81/2024

DAS PARTES: Município de Pato Branco e Facear – Administradora de Bens e Participações Ltda
OBJETO: Locação de imóvel urbano com construção em alvenaria, denominado Lote 12 da quadra 382, sito a Rua Afonso Pena, Bairro Anchieta, 1.914, neste município, com área total de 780,00m e área construída de 1.830,20 m², registrado sob o número nº 30.296 no 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis, parcialmente mobiliado com itens descritos na relação anexa ao presente contrato, de imóvel urbano sem benfeitoria, destinado a estacionamento, denominado Lote 03 da quadra 382, sito a Rua Padre Anchieta, Bairro Anchieta, neste município, com área de 450,00 m², registrado sob o número nº 30.294 no 2º Oficio de Registro Geral de Imóveis, os quais serão utilizados para instalações das Secretarias de Engenharia e Obras, Planejamento Urbano e Administrativo da Secretaria de Saúde
DO PRAZO: Prorrogação do prazo para mais 12 meses, ou seja, até 19 de agosto de 2027.
DO VALOR: Reajustado, conforme índice. Passará a ser de R$ 29.624,88, totalizando R$ 355.498,56 para o período de 12 meses. O novo valor mensal reajustado terá vigência a partir de 1º de setembro de 2025, sendo o primeiro pagamento no mês de outubro de 2025, referente ao aluguel do mês anterior
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3907-9942, 2550-9947, 2216-9946

Pato Branco, 19 de agosto de 2026

GERI NATALINO DUTRA –
Locatário.

JOSÉ CORSINO -
Representante Legal

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:4EE0D51D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 806, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 28.748, de 25 de agosto de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público efetivo **MACSUEL JUNIOR BATTISTI,** matrícula nº 8563-4, ocupante do cargo de Professor, função Pessoal Docente 20h, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:769D838F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 807 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 766/2026; e considerando o contido no Memorando nº 20.883 de 06 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeadas por meio do Edital de Convocação nº 098/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 766/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Agente de Apoio
FUNÇÃO	Merendeira
CANDIDATO (A)	**MOTIVAÇÃO**
Maristela Aparecida Barboza da Silva	Apresentou requerimento para final de lista
Eliane de Oliveira Rosa	Apresentou requerimento para final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:5A87E92D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 808, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando a Portaria Torna sem Efeito nº 807/2026; considerando o contido no Memorando nº 20.883 de 06 de julho de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Juliana de Souza Moreira	72º	-	-
Marli Menzel Bueno	73º	-	-

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:86155259

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 809, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando o contido no Memorando nº 25.744 de 24 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Merendeira		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Nara Terezinha dos Santos	74º	-	-

EDITAL	003/2024		
CARGO	Agente de Apoio		
FUNÇÃO	Cuidador Social		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Ana Paula Rauber*	3º	-	-

*Candidata reconvocada final de lista

EDITAL	003/2024		
CARGO	Assistente em Gestão		
FUNÇÃO	Assistente Administrativo		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Alecyeli Caroline Ferreira	81º	-	-

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:497B01CF

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ANB8A64	277510T000169274	14/05/2026	52070	
AUN5J38	277510T000145291	12/05/2026	57030	
AWO4D45	277510T000145286	11/05/2026	57030	
BBB2536	277510T000164022	14/05/2026	55500	
BES4J63	277510T000148808	14/05/2026	55500	
MMF1I27	277510T000169196	12/05/2026	55500	
NAT8J68	116100T002147587	09/05/2026	56300	
NJS6G07	277510T000148775	11/05/2026	73400	
QCR9G14	277510T000145287	11/05/2026	57030	
RHJ8J59	277510T000145290	12/05/2026	57030	
SEO4I18	277510T000137613	12/05/2026	56222	
SFN8D15	116100T002147579	09/05/2026	56300	
TBQ9B40	116100T002147582	09/05/2026	56300	04161890400
TDL7B04	277510T000140096	12/05/2026	55500	
TPI7I79	277510T000165340	13/05/2026	73662	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:6DD1745F

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.994, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 26.543, de 31 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
05.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
04	**Administração**	
04.122	**Administração Geral**	
04.122.0007	**Gestão administrativa da secretaria de administração e finanças**	
2.216	Manutenção das atividades do departamento administrativo	
3.3.90.93 - 1045 (24897)	Indenizações e restituições	50.000,00

Total	**50.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
05.02	**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**	
28	**Encargos Especiais**	
28.846	**Outros Encargos Especiais**	
28.846.0016	**Encargos Especiais**	
0.003	Encargos especiais	
3.3.91.97 - 1045 (24999)	Aporte para cobertura do déficit atuarial	50.000,00

Total	**50.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:60456389

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **CINTIA MARA APARECIDA KARAS,** portadora do registro geral-CPF nº ***.***.539-40 aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Zeladora, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B36B2481

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **DAVI ALEXANDRE RELIGIOSO,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.278-02 aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Zelador, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:FD8B3448

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **ERICK VINÍCIUS FECHNER,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.699-71 aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:58E289B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeado **FRANCIS HENRIQUE ESTÁCIO DA SILVA ,** portador do registro geral-CPF nº ***.***.809-22 aprovado no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:8BA2D91B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **MAYRA APARECIDA CORREIA ,** portadora do registro geral-CPF nº ***.***.249-77 aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2026, para o cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:CD76E57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 220/2026– DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar a pedido o servidor **ANTONIO MARCOS MACIEL**, portador da carteira de identidade RG nº ****.116-7-PR, aprovado no Processo Seletivo Simplificado –PSS, Edital nº 01/2024, ocupante do cargo temporário de Motorista-40 h a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 196/2025 de 09 de junho de 2025.

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:BB4E3AD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 221/2026– DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre exoneração de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Exonerar a pedido a servidora **EVERLISE SOARES DIAS**, portadora da carteira de identidade RG nº *****4640-PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado –PSS, Edital nº 01/2024, ocupante do cargo temporário de Professor Educação Infantil-40 hrs a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2. º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 089/2026 de 19 de março de 2026.

Paço Municipal,31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:AC941D8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 222/2026-DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre revogação de concessão dobra de padrão a servidor efetivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, Sr. SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica revogada a Portaria nº 149/2026 de 03 de junho de 2026, que concede dobra de padrão a Professor de Ensino Fundamental 20h.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:FD99571E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 588/2026

DECRETO Nº 588/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.549/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, institui o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, organiza a equipe técnica de alfabetização e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65, II, IV e VII, e o art. 85, I, "a", "d" e "e", da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.549/2026,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, em especial o seu art. 20, segundo o qual os Municípios que aderirem ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada deverão elaborar e consolidar suas respectivas políticas de alfabetização;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025 (Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens);
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, no Decreto Estadual nº 2.435, de 7 de junho de 2023 (Programa Educa Juntos), e na Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023 (estratégia Alfabetiza Juntos);
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação e o objetivo de erradicação do analfabetismo fixado no art. 166, I, da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar a governança e a execução da Política Municipal de Alfabetização,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.549/2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização, dispondo sobre o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e sobre a organização da equipe técnica de alfabetização.
Art. 2º A execução das medidas previstas neste Decreto observará a estrutura administrativa e o quadro de pessoal existentes, vedada a criação de cargos, funções ou empregos públicos e o aumento de despesa com pessoal por meio deste ato.
CAPÍTULO II
DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL
Art. 3º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com a finalidade de planejar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas à alfabetização das crianças da rede municipal de ensino.
Art. 4º Compete ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:
I — propor e acompanhar a elaboração, a execução e a revisão do Plano Municipal de Alfabetização;
II — acompanhar as metas e os indicadores da Política Municipal de Alfabetização;
III — analisar os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas;
IV — propor ações de formação continuada para professores e gestores;
V — monitorar a frequência escolar e a aprendizagem dos estudantes do ciclo de alfabetização;
VI — articular as ações entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
VII — acompanhar a aplicação dos recursos destinados à alfabetização;
VIII — propor medidas de articulação intersetorial com as áreas de saúde e de assistência social;
IX — elaborar relatórios semestrais de acompanhamento e subsidiar o relatório anual de execução da Política Municipal de Alfabetização;
X — articular-se com o Comitê Estratégico Estadual do Compromisso, de que trata o art. 18 da Lei Federal nº 15.247/2025;
XI — elaborar e aprovar o seu regimento interno.
Parágrafo único. As deliberações do Comitê têm caráter opinativo e não vinculam a competência decisória do Chefe do Poder Executivo e do titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Art. 5º O Comitê será composto pelos seguintes membros:
I — o titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que o presidirá;
II — o Coordenador Municipal de Alfabetização;
III — o Articulador Municipal de Gestão e Formação (Renalfa), de que trata o art. 23, III, do Decreto Federal nº 11.556/2023;
IV — o Coordenador Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
V — 1 (um) representante da educação infantil;
VI — 1 (um) representante dos anos iniciais do ensino fundamental;
VII — 1 (um) representante da educação especial;
VIII — 1 (um) representante dos diretores de unidades escolares;
IX — 1 (um) professor alfabetizador;
X — 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
XI — 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
XII — 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
XIII — 1 (um) representante das famílias, indicado pelas associações de pais e mestres ou instâncias equivalentes.
§ 1º Cada membro terá 1 (um) suplente, indicado na mesma forma do titular, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º Os membros titulares e suplentes serão designados nominalmente por portaria do Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 85, II, "c", da Lei Orgânica Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto.
§ 3º O mandato dos membros indicados na forma dos incisos V a XIII é de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.
§ 4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto exercerá a secretaria executiva do Comitê e prestará o apoio administrativo necessário ao seu funcionamento.
§ 5º O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, bem como especialistas, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.
Art. 6º A participação no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada a qualquer título.
Parágrafo único. A designação de que trata o art. 5º, § 2º, não gera vínculo funcional, não altera a lotação, a jornada ou o regime jurídico do servidor e não confere direito a gratificação, jetom, diária ou qualquer vantagem pecuniária.
Art. 7º O Comitê reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.
§ 1º O Comitê instalar-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
§ 2º As reuniões poderão ser realizadas por meio eletrônico, assegurada a participação simultânea de todos os membros.
§ 3º As reuniões serão registradas em ata, assinada pelos presentes e publicada no sítio eletrônico oficial do Município.
Art. 8º O regimento interno do Comitê será aprovado por seus membros no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua instalação, e homologado por ato do titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
CAPÍTULO III
DA EQUIPE TÉCNICA DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto contará com equipe técnica de alfabetização, integrada por servidores ocupantes de cargos efetivos ou em comissão já existentes no quadro de pessoal do Município.
Parágrafo único. A equipe técnica atuará de forma integrada com os demais setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e com as unidades escolares da rede municipal de ensino.
Art. 10. A equipe técnica de alfabetização será integrada:
I — pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a quem cabe a coordenação estratégica;
II — pelo Articulador Municipal de Gestão e Formação (Renalfa);
III — pelo Coordenador Municipal de Alfabetização;
IV — pelo Coordenador Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
V — pelo Coordenador da Educação Infantil;
VI — por outros servidores designados em razão da necessidade da rede municipal de ensino.
§ 1º Os servidores serão designados por portaria do Chefe do Poder Executivo ou, mediante delegação, do titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na forma do art. 85, II, "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal.
§ 2º A designação não implica criação de cargo, função ou emprego público, alteração de denominação de cargo, concessão de gratificação ou de qualquer vantagem pecuniária, nem aumento de despesa com pessoal.
§ 3º Os servidores designados permanecerão vinculados administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e poderão atuar na administração central ou nas unidades escolares, conforme a necessidade do serviço.
§ 4º A criação de cargos, de funções gratificadas ou de vantagens pecuniárias destinadas à equipe técnica dependerá de lei específica, instruída com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração de adequação previstas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
Art. 11. Compete à equipe técnica de alfabetização:
I — elaborar, implementar e revisar o Plano Municipal de Alfabetização;
II — coordenar as ações pedagógicas voltadas à alfabetização e ao letramento;
III — promover a formação continuada dos professores e dos gestores escolares;
IV — acompanhar e orientar o planejamento pedagógico das unidades escolares;
V — monitorar os indicadores de aprendizagem e de frequência escolar;
VI — realizar visitas técnicas às unidades escolares;
VII — elaborar relatórios técnicos e propor intervenções pedagógicas;
VIII — promover ações de recomposição das aprendizagens;
IX — articular parcerias institucionais para o fortalecimento da alfabetização;
X — acompanhar os programas estaduais e federais relacionados à alfabetização;
XI — produzir materiais pedagógicos e orientações técnicas;
XII — apoiar os gestores escolares na implementação da Política Municipal de Alfabetização;
XIII — secretariar o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.
Art. 12. A equipe técnica elaborará Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e submetido ao acompanhamento do Comitê, contendo:
I — as metas do exercício;
II — o cronograma de ações;
III — o plano de formação continuada;
IV — o cronograma de monitoramento e de avaliações;
V — os indicadores de acompanhamento;
VI — as estratégias de avaliação dos resultados.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O tratamento dos dados pessoais dos estudantes observará a Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedada a divulgação pública de resultados individualizados que permitam a identificação do estudante.
Art. 14. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sem acréscimo de despesa em relação às ações já previstas na lei orçamentária anual.
Art. 15. Casos omissos serão resolvidos pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ouvido o Departamento Jurídico do Município.
Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 30 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:93A2F084

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº589/2026

DECRETO Nº589/2026

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DE TURMAS E A RELAÇÃO PROFESSOR/CRIANÇA E PROFESSOR/ESTUDANTE NAS INSTITUIÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 929/2013;
CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal institui a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
CONSIDERANDO que o art. 206, incisos I e VII, da Constituição Federal impõe a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade, sendo o número de crianças por professor elemento constitutivo desse padrão;
CONSIDERANDO que o art. 208, incisos I, III e IV, da Constituição Federal assegura a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
CONSIDERANDO que o § 1º do art. 208 da Constituição Federal qualifica o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo e que o § 2º do mesmo artigo comina responsabilidade à autoridade competente pelo seu não oferecimento ou pela sua oferta irregular;
CONSIDERANDO que o art. 211, § 2º, da Constituição Federal determina que os Municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e que o art. 227 assegura à criança prioridade absoluta;
CONSIDERANDO os arts. 4º, incisos I, II, III, IX e X, 6º, 11, inciso V e parágrafo único, 12, inciso VIII, na redação da Lei nº 15.231/2025, 29, 30 e 31 da Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional —, dos quais decorrem a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 (quatro) anos de idade, o direito à vaga na escola pública mais próxima da residência, a definição de padrões mínimos de qualidade como "*a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis*", a organização da educação infantil em creche e pré-escola e as regras de jornada e de carga horária;
CONSIDERANDO os arts. 53, inciso V, na redação dada pela Lei nº 13.845/2019, que garante "vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica", 54, inciso IV e §§ 1º e 2º, e 208, inciso III, da Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Lei nº 13.257/2016 — Marco Legal da Primeira Infância —, com as alterações da Lei nº 14.880/2024, que instituiu a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce); o art. 28 da Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão; e o art. 3º, § 1º, da Lei nº 12.764/2012, na redação da Lei nº 15.131/2025, que assegura à pessoa com transtorno do espectro autista incluída em

classe comum, em caso de comprovada necessidade, o direito a acompanhante especializado;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 95/1998, quanto à técnica de elaboração deste ato;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, de 17/10/2024, que institui as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, com o Parecer CNE/CEB nº 2/2024;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2/2018, que "define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade", adotando como data de corte etário o dia 31 de março, cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento conjunto da ADC nº 17 e da ADPF nº 292, concluído em 1º de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 06/2025, aprovada em 05/09/2025 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.986, de 15/09/2025, que instituiu as Normas Complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná e revogou a Deliberação CEE/PR nº 02/2014 (art. 53), em especial o seu art. 10, que fixa a relação professor/criança; o art. 9º, que organiza os Centros de Educação Infantil em creches e pré-escolas; o art. 13, que fixa a carga horária anual; o art. 14, que fixa a jornada; e os arts. 43 e 44, que tratam da infraestrutura;

CONSIDERANDO que os parâmetros de norma do Sistema Estadual de Ensino constituem teto, e não piso, sendo lícito ao Município adotar limites mais protetivos e vedado adotar limites superiores;

CONSIDERANDO os arts. 161 a 168 e 170, inciso I, da Lei Orgânica do Município, este último interpretado conforme a redação vigente do art. 208, inciso IV, da Constituição Federal, que delimita a educação infantil às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

CONSIDERANDO o art. 164, § 1º, da Lei Orgânica do Município, que reafirma o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, e o § 2º do mesmo artigo, que comina responsabilidade à autoridade competente;

CONSIDERANDO que o Município de Paulo Frontin não instituiu Sistema Municipal de Ensino por lei própria, integrando-se ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, na forma do art. 11, parágrafo único, da Lei nº 9.394/1996, razão pela qual as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná lhe são diretamente aplicáveis, na forma do art. 1º da Deliberação CEE/PR nº 06/2025;

CONSIDERANDO o art. 165 da Lei Orgânica do Município, que prevê o Conselho Municipal de Educação, cuja atuação se dá nos limites da lei que o instituiu e sem prejuízo da competência normativa do Conselho Estadual de Educação sobre o Sistema Estadual de Ensino a que o Município se integra;

CONSIDERANDO os arts. 12 e 13, § 2º, da Lei Municipal nº 929/2013, dos quais decorre que o ato administrativo interno "não atinge nem obriga aos particulares", razão pela qual a matéria de que trata este ato deve ser veiculada por Decreto;

CONSIDERANDO a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 548 da repercussão geral (RE nº 1.008.166/SC, Tribunal Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 22 de setembro de 2022), segundo a qual a educação básica "constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata", e a oferta da educação infantil "pelo Poder Público pode ser exigida individualmente";

CONSIDERANDO a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, sendo o direito qualificado pelo legislador como de absoluta prioridade, ele "deixa de integrar o universo de incidência da reserva do possível" (REsp nº 1.608.044/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 10 de novembro de 2016);

CONSIDERANDO as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 698 da repercussão geral (RE nº 684.612/RJ, Tribunal Pleno, julgado em 3 de julho de 2023), segundo as quais a decisão judicial em políticas públicas "deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado", do que decorre a conveniência de o Município fixar, desde logo e por ato próprio, plano e prazo de adequação;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir previsibilidade, publicidade e controle às decisões de organização de turmas na Rede Municipal de Ensino,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das disposições preliminares

Art. 1º Este Decreto fixa o número máximo de crianças e de estudantes por turma e a relação professor/criança nas instituições da Rede Municipal de Ensino de Paulo Frontin, abrangendo a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

§ 1º Os limites deste Decreto são máximos e não podem ser ampliados por ato de menor hierarquia, por decisão de unidade escolar ou por funcionalidade de sistema informatizado.

§ 2º A organização das turmas observará, além dos limites numéricos, as condições concretas de desenvolvimento das crianças, os espaços físicos, os equipamentos e os materiais pedagógicos existentes na unidade, na forma do art. 10 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.

Art. 2º Para os fins deste Decreto considera-se:

I — creche: o atendimento a crianças do nascimento aos 3 (três) anos de idade;

II — pré-escola: o atendimento a crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade;

III — turno parcial: o atendimento de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias;

IV — Educação Integral em Tempo Integral: o atendimento de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais;

V — professor regente: o profissional responsável pela turma, sem prejuízo da atuação de professor auxiliar ou de profissional de apoio escolar.

Parágrafo único. A idade de referência para a composição das turmas é a completada até 31 de março do ano da matrícula, na forma da Resolução CNE/CEB nº 2/2018.

CAPÍTULO II

Da educação infantil

Art. 3º As turmas de educação infantil observarão a seguinte relação máxima de crianças por professor regente:

FAIXA ETÁRIA	MÁXIMO POR PROFESSOR	ETAPA
Do nascimento a 1 (um) ano	5 (cinco) crianças	Creche
De 1 (um) a 2 (dois) anos	8 (oito) crianças	Creche
De 2 (dois) a 3 (três) anos	12 (doze) crianças	Creche
De 3 (três) a 4 (quatro) anos	18 (dezoito) crianças	Creche / Pré-escola
De 4 (quatro) e 5 (cinco) anos	20 (vinte) crianças	Pré-escola

§ 1º Os limites deste artigo reproduzem os parâmetros do art. 10 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025 e não comportam acréscimo, tolerância ou excedente, a qualquer título.

§ 2º É vedada a matrícula que ultrapasse os limites deste artigo, ainda que a título transitório, emergencial ou de transferência.

§ 3º A matrícula pode ser efetivada no decorrer do ano letivo desde que respeitados os limites deste artigo, hipótese em que a unidade registrará a vaga ocupada no sistema no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 4º A composição de turmas multietárias deve considerar a proporção máxima da menor faixa etária presente na turma, na forma do art. 10, § 5º, da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.

§ 5º Sobrevindo decisão judicial que determine matrícula acima do limite, a unidade dará imediato cumprimento e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto adotará, no prazo de 15 (quinze) dias, medida de reequilíbrio — desdobramento de turma, remanejamento ou designação de professor auxiliar —, juntando a decisão ao processo da unidade.

Art. 4º Publicada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná Deliberação que altere ou substitua a Deliberação CEE/PR nº 06/2025, os limites do art. 3º serão automaticamente reduzidos para se ajustarem à nova norma, quando esta for mais protetiva, mediante ato declaratório da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto publicado em até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Sendo a norma superveniente menos protetiva, prevalecem os limites deste Decreto, que somente poderão ser alterados por novo Decreto.

Art. 5º A jornada de atendimento na educação infantil observará o mínimo de 4 (quatro) horas diárias no turno parcial e de 7 (sete) horas diárias, ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, na Educação Integral em Tempo Integral, com carga horária mínima anual de 800 (oitocentas)

horas distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, na forma dos arts. 13 e 14 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.

CAPÍTULO III

Dos anos iniciais do ensino fundamental

Art. 6º As turmas dos anos iniciais do ensino fundamental observarão os seguintes limites:

ANO	LIMITE ORDINÁRIO	LIMITE MÁXIMO ABSOLUTO (transferência)
1º ano	22 estudantes	25 estudantes
2º ano	22 estudantes	25 estudantes
3º ano	22 estudantes	25 estudantes
4º ano	25 estudantes	28 estudantes
5º ano	25 estudantes	28 estudantes

§ 1º O limite máximo absoluto somente pode ser alcançado em caso de transferência, de determinação judicial ou de aplicação do critério de georreferenciamento, e já compreende toda a margem admitida por este Decreto, sendo vedado qualquer acréscimo adicional.

§ 2º A superação do limite ordinário depende de ato motivado da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do qual constem a justificativa, o número de estudantes resultante e a medida de compensação pedagógica adotada.

§ 3º Alcançado o limite máximo absoluto, a Secretaria providenciará o desdobramento da turma, o remanejamento ou a ampliação da oferta, sendo vedada a recusa de matrícula.

CAPÍTULO IV

Da educação especial e da inclusão

Art. 7º As turmas e os serviços de apoio da educação especial observarão os seguintes limites:

I — classe especial: até 10 (dez) estudantes;

II — sala de recursos multifuncional: até 20 (vinte) estudantes, com atendimento organizado por cronograma;

III — sala de apoio à aprendizagem: até 20 (vinte) estudantes, com atendimento organizado por cronograma.

Art. 8º A turma que contar com estudante com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação terá o seu limite reduzido em 2 (dois) estudantes por educando nessa condição, até o limite de 4 (quatro) reduções por turma.

§ 1º Comprovada a necessidade mediante avaliação pedagógica e, quando houver, relatório da equipe multiprofissional, será assegurado professor de apoio ou acompanhante especializado, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº 12.764/2012, do art. 28 da Lei nº 13.146/2015 e do art. 20, § 2º, da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.

§ 1º-A. Aos bebês e às crianças de zero a três anos que necessitem de atendimento educacional especializado, bem como aos nascidos em condição de risco, aplica-se a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos — Atenção Precoce, instituída pelo art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.257/2016, na redação da Lei nº 14.880/2024.

§ 2º A unidade elaborará Plano de Atendimento Educacional Individualizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da matrícula, com participação da família.

§ 3º Conforme o Decreto nº 12.686/2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, além da Lei do Fundeb e da LDB, as crianças de zero a três anos que necessitem de atendimento educacional especializado. Tem direito a dupla matrícula, o fundamento é justamente a articulação entre a matrícula na educação regular e o atendimento especializado em APAE.

§4º A APAE poderá participar da oferta de atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, inclusive na faixa etária de 0 a 5 anos, em articulação com a rede regular de ensino.

§ 5º O direito previsto neste artigo é autoaplicável e não depende da edição de regulamento específico, que, se editado, poderá apenas detalhar procedimentos.

CAPÍTULO V

Das condições de infraestrutura e do registro

Art. 9º As salas de atividades da educação infantil observarão a área mínima por criança definida pela legislação sanitária vigente e pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, referidos na Resolução CNE/CEB nº 1/2024, na forma do art. 44, inciso IV, da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.

§ 1º-A. A adequação do imóvel será comprovada por laudo da Vigilância Sanitária e demais órgãos competentes, na forma do art. 43 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025, documento que instruirá o processo da unidade.

§ 1º O Sistema Estadual de Registro Escolar — SERE é instrumento de registro, aferição e controle, e não fonte de definição dos limites deste Decreto.

§ 2º Havendo divergência entre o número calculado pelo sistema informatizado e os limites fixados neste Decreto, prevalecerá sempre o menor número.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto manterá, por unidade e por turma, registro atualizado — sem identificação nominal dos estudantes — do número de matriculados, do limite aplicável e das excepcionalidades autorizadas, com a respectiva motivação.

CAPÍTULO VI

Da matrícula obrigatória e da vedação de recusa

Art. 11. Os limites de turma fixados neste Decreto não são oponíveis à obrigatoriedade da matrícula na educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, prevista no art. 208, inciso I, da Constituição Federal e nos arts. 4º, inciso I, e 6º da Lei nº 9.394/1996.

§ 1º Esgotados os limites, a Administração Municipal adotará, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, desdobramento de turma, remanejamento entre unidades com transporte assegurado, ampliação de espaço ou provimento de pessoal, sendo vedada, em qualquer hipótese, a recusa de matrícula ou a inclusão da criança em lista de espera nas etapas de matrícula obrigatória.

§ 2º A recusa de matrícula ou a oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente, na forma do art. 208, § 2º, da Constituição Federal, do art. 54, § 2º, da Lei nº 8.069/1990 e do art. 164, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 12. Fica assegurada vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica, na forma do art. 53, inciso V, da Lei nº 8.069/1990, hipótese em que se admite a superação do limite ordinário do art. 6º até o limite máximo absoluto ali previsto, vedada a superação dos limites do art. 3º.

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mediante decisão motivada, observados os limites deste Decreto e as normas do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as instruções normativas e as orientações internas que disponham sobre composição de turmas na Rede Municipal de Ensino.

Paulo Frontin, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:E808B37C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 590/2026

DECRETO Nº 590/2026

DISPÕE SOBRE A SOLICITAÇÃO DE VAGA, A LISTA DE ESPERA, A CLASSIFICAÇÃO, A MATRÍCULA E O CONTROLE DE FREQUÊNCIA NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 12 da Lei Municipal nº 929/2013;

CONSIDERANDO que o art. 208, incisos I e IV, da Constituição Federal assegura a educação básica obrigatória e gratuita dos 4

(quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
CONSIDERANDO que o § 1º do art. 208 da Constituição Federal qualifica o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, e que o § 2º comina responsabilidade à autoridade competente pelo seu não oferecimento ou pela sua oferta irregular;
CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à educação;
CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal assegura o contraditório e a ampla defesa nos processos administrativos, do que decorre a impossibilidade de perda de posição em lista de espera sem prévia notificação e oportunidade de justificativa;
CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 115/2022, assegura o direito fundamental à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais;
CONSIDERANDO os arts. 4º, incisos I, II e X, 6º, 11, inciso V e parágrafo único, 12, inciso VIII, na redação da Lei nº 15.231/2025, 30 e 31 da Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional —, em especial o art. 6º, segundo o qual "é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade", do que decorre não poder a pré-escola ser submetida a lista de espera ou a critério de classificação;
CONSIDERANDO o art. 5º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, acrescentado pela Lei nº 14.685/2023, que impõe ao poder público o dever de "divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista";
CONSIDERANDO a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024, que obriga o Município a realizar anualmente o levantamento da demanda por vagas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, a organizar a lista de espera por ordem de colocação e preferencialmente por unidade escolar, a divulgar os critérios de atendimento, a definir critérios de prioridade que observem a situação socioeconômica familiar e a condição de monoparentalidade das famílias, e a planejar a expansão da oferta, sendo os recursos federais para infraestrutura repassados prioritariamente às redes que tiverem realizado o levantamento (art. 5º, inciso I);
CONSIDERANDO os arts. 14, § 1º, 53, inciso V, na redação da Lei nº 13.845/2019, 54, inciso IV e §§ 1º e 2º, 98, 101 e 208, inciso III, da Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 19.534, de 4 de junho de 2018, que torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula e, no seu art. 4º, dispõe que a falta desse documento ou de alguma vacina obrigatória "não impossibilitará a matrícula, porém a situação deverá ser regularizada em um prazo máximo de trinta dias, pelo responsável, sob pena de comunicação imediata ao Conselho Tutelar para providências";
CONSIDERANDO a Lei nº 13.257/2016 — Marco Legal da Primeira Infância —, com as alterações da Lei nº 14.880/2024, que instituiu a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce); o art. 28 da Lei nº 13.146/2015; e a Lei nº 13.431/2017, quanto à proteção da criança vítima ou testemunha de violência;
CONSIDERANDO a Lei nº 7.115/1983, que admite declaração escrita e assinada, sob as penas da lei, como prova de residência, providência necessária para que a exigência documental não exclua justamente as famílias em situação de vulnerabilidade;
CONSIDERANDO os arts. 6º, incisos I, II e III, 14 e 23 da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais —, em especial o art. 14, segundo o qual "o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse";
CONSIDERANDO a Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação —, cuja finalidade de publicidade e controle social da fila é integralmente atendida pela divulgação por número de protocolo, sem exposição nominal da criança;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 95/1998, quanto à técnica de elaboração deste ato;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2/2018, que adota como data de corte etário o dia 31 de março, cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento conjunto da ADC nº 17 e da ADPF nº 292, concluído em 1º de agosto de 2018;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que institui as Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 06/2025, aprovada em 05/09/2025 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.986, de 15/09/2025, que revogou a Deliberação CEE/PR nº 02/2014 (art. 53), e cujo art. 9º organiza os Centros de Educação Infantil em Creches, "para atendimento dos bebês até três anos de idade", e em Pré-escolas, "para crianças de quatro e cinco anos de idade", cujo art. 2º, § 2º, dispõe que "a matrícula na Educação Infantil é obrigatória para todas as crianças a partir de quatro anos de idade", cujo art. 12 manda considerar a proximidade da residência ou do local de trabalho da família, e cujo art. 16 fixa a frequência mínima na pré-escola "sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança";
CONSIDERANDO os arts. 161 a 168 e 170, inciso I, da Lei Orgânica do Município, este último interpretado conforme a redação vigente do art. 208, inciso IV, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o art. 164, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município, que reafirma o direito público subjetivo e a responsabilidade da autoridade competente;
CONSIDERANDO que o Município de Paulo Frontin não instituiu Sistema Municipal de Ensino por lei própria, integrando-se ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná, na forma do art. 11, parágrafo único, da Lei nº 9.394/1996, razão pela qual as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná lhe são diretamente aplicáveis, na forma do art. 1º da Deliberação CEE/PR nº 06/2025;
CONSIDERANDO o art. 165 da Lei Orgânica do Município, que prevê o Conselho Municipal de Educação, cuja atuação se dá nos limites da lei que o instituiu e sem prejuízo da competência normativa do Conselho Estadual de Educação sobre o Sistema Estadual de Ensino a que o Município se integra;
CONSIDERANDO os arts. 12 e 13, § 2º, da Lei Municipal nº 929/2013, dos quais decorre que o ato administrativo interno "não atinge nem obriga aos particulares", razão pela qual as obrigações, os prazos e as consequências de que trata este ato devem ser veiculados por Decreto;
CONSIDERANDO os parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao tratamento de dados pessoais pela Administração Pública, que pressupõe "eleição de propósitos legítimos, específicos e explícitos", compatibilidade com as finalidades informadas e "limitação do compartilhamento ao mínimo necessário" (ADPF nº 695/DF, julgada com a ADI nº 6.649, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgada em 15 de setembro de 2022);
CONSIDERANDO a necessidade de conferir objetividade, publicidade, previsibilidade e controle ao acesso às vagas de creche no Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 1º Este Decreto disciplina a solicitação de vaga, a lista de espera, a classificação, o chamamento, a matrícula e o controle de frequência nos Centros Municipais de Educação Infantil — CMEI da Rede Municipal de Ensino de Paulo Frontin.
§ 1º A lista de espera de que trata este Decreto aplica-se exclusivamente à creche, assim entendido o atendimento a crianças do nascimento aos 3 (três) anos de idade.
§ 2º A matrícula na pré-escola, destinada às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, é obrigatória e imediata, na forma dos arts. 4º, inciso I, e 6º da Lei nº 9.394/1996, sendo vedada a sua submissão a lista de espera, a critério de classificação ou a qualquer forma de seleção.
§ 3º Não havendo vaga na pré-escola, a Administração Municipal adotará, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, desdobramento de turma, remanejamento entre unidades com transporte assegurado, ampliação de espaço ou provimento de pessoal.
§ 4º A idade de referência é a completada até 31 de março do ano da matrícula, na forma da Resolução CNE/CEB nº 2/2018.
§ 5º É vedada a recusa de matrícula nas etapas de matrícula obrigatória, importando a recusa ou a oferta irregular responsabilidade da autoridade competente, na forma do art. 208, § 2º, da Constituição

Federal, do art. 54, § 2º, da Lei nº 8.069/1990 e do art. 164, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II

Da solicitação de vaga e do cadastro

Art. 2º A solicitação de vaga será realizada diretamente no Centro Municipal de Educação Infantil, em qualquer época do ano, e será registrada em cadastro único municipal.

§ 1º No ato da solicitação será entregue ao responsável comprovante de inscrição contendo número de protocolo, data e hora do registro, etapa e turno pretendidos.

§ 2º Não havendo vaga disponível, a criança será incluída na lista de espera, observada a classificação do Capítulo IV.

§ 3º É vedada a recusa de recebimento da solicitação por ausência de documento, hipótese em que a inscrição será efetivada e o documento faltante poderá ser apresentado no prazo de que trata o art. 4º.

Art. 3º A solicitação de vaga será instruída com:

I — certidão de nascimento da criança ou documento de identificação com CPF;

II — documento de identificação e CPF dos pais ou do responsável legal;

III — comprovante de endereço atualizado;

IV — caderneta de vacinação ou declaração de vacinação;

V — para o turno integral, comprovação da situação prevista no art. 6º, inciso VI ou VII.

§ 1º Para os fins do inciso III, admite-se comprovante em nome de terceiro acompanhado de declaração do titular, ou declaração de residência firmada pelo responsável sob as penas da lei, na forma da Lei nº 7.115/1983.

§ 2º Para os fins do inciso V, são meios idôneos de comprovação, entre outros: carteira de trabalho, contrato, contracheque, declaração do empregador, comprovante de inscrição como microempreendedor individual, declaração de atividade rural, comprovante de matrícula em curso de formação ou de qualificação profissional, comprovante de inscrição em programa de intermediação de mão de obra, ou declaração de tratamento de saúde do responsável.

§ 3º A apresentação da caderneta de vacinação é obrigatória, na forma do art. 1º da Lei Estadual nº 19.534/2018, mas a sua ausência ou desatualização não obsta a inscrição, a classificação ou a matrícula: a situação deverá ser regularizada pelo responsável no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de comunicação imediata ao Conselho Tutelar, nos termos do art. 4º da mesma Lei.

§ 4º Fica dispensado da vacinação obrigatória o matriculando que apresentar atestado médico de contraindicação explícita da aplicação da vacina, na forma do art. 3º da Lei Estadual nº 19.534/2018.

Art. 4º Verificada a falta de documento, a unidade concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para saneamento, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa, aplicando-se o princípio do formalismo moderado.

CAPÍTULO III

Da lista de espera e da publicidade

Art. 5º A lista de espera será publicada no sítio eletrônico oficial do Município e afixada no mural de cada unidade, organizada por ordem de colocação e por unidade escolar, na forma do art. 5º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996 e do art. 3º, § 2º, da Lei nº 14.851/2024, e conterá exclusivamente:

I — o número de protocolo da inscrição;

II — a posição na fila;

III — o nome do responsável legal pela criança;

IV — a etapa e o agrupamento pretendidos;

V — o turno pretendido;

VI — a data da inscrição.

§ 1º A publicação será acompanhada da íntegra dos critérios de classificação e de desempate previstos neste Decreto.

§ 1º-A. É vedada a publicação do nome da criança, do seu endereço, da renda familiar, da condição de saúde, da situação de vulnerabilidade, do critério de prioridade aplicado ou de qualquer outro dado que permita juízo sobre a condição social da família, em observância aos arts. 6º, incisos I, II e III, e 14 da Lei nº 13.709/2018 e ao art. 227 da Constituição Federal.

§ 2º A relação nominal completa será mantida em base de acesso restrito, disponível à unidade, à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e aos órgãos de controle e de proteção à infância, mediante requisição.

§ 3º A lista de espera será atualizada, no mínimo, mensalmente, e a cada movimentação de chamamento.

§ 4º O responsável poderá consultar, a qualquer tempo e mediante identificação, a posição e os dados da inscrição da criança.

CAPÍTULO IV

Da classificação e do desempate

Art. 6º A classificação na lista de espera de creche obedecerá, nesta ordem, aos seguintes critérios:

I — criança sob medida de proteção, em acolhimento institucional ou familiar, ou sob guarda deferida judicialmente, na forma dos arts. 98 e 101 da Lei nº 8.069/1990;

II — criança com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, na forma do art. 28 da Lei nº 13.146/2015, bem como bebê nascido em condição de risco ou que necessite de atendimento educacional especializado, na forma da Atenção Precoce instituída pelo art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.257/2016, na redação da Lei nº 14.880/2024;

III — criança vítima ou testemunha de violência, mediante encaminhamento do Conselho Tutelar, da rede de proteção ou do Poder Judiciário, na forma da Lei nº 13.431/2017;

IV — criança de família em situação de vulnerabilidade ou risco social, comprovada por inscrição no Cadastro Único ou por relatório de profissional do Sistema Único de Assistência Social;

IV-A — criança de família monoparental, na forma do art. 3º, § 3º, da Lei nº 14.851/2024;

V — criança com irmão já matriculado e frequente na mesma unidade, na forma do art. 53, inciso V, da Lei nº 8.069/1990;

VI — criança cujos dois responsáveis exerçam atividade laboral, estejam em curso de formação ou qualificação, em processo formal de busca de emprego, ou em tratamento de saúde que impeça o cuidado em tempo integral;

VII — criança em que apenas um dos responsáveis se encontre em alguma das situações do inciso VI;

VIII — demais casos, pela ordem cronológica de inscrição.

§ 1º Dentro de cada inciso, a prioridade recairá sobre a família de menor renda familiar per capita, apurada pelo Cadastro Único e, na sua ausência, por declaração acompanhada dos comprovantes disponíveis, tomando-se por base os 3 (três) meses anteriores à inscrição.

§ 2º Persistindo o empate, aplicam-se, sucessivamente: a maior idade da criança; a ordem cronológica do protocolo; e, por fim, sorteio público previamente divulgado e registrado em ata.

§ 3º A ausência de vínculo empregatício formal não constitui, por si só, causa de preterição.

§ 4º Os critérios deste artigo destinam-se a ordenar o atendimento enquanto houver insuficiência de vagas, e não legitimam a manutenção da insuficiência, que deve ser enfrentada na forma do art. 17.

Art. 7º A reclassificação poderá ocorrer a qualquer tempo, em razão de fato superveniente comprovado.

§ 1º Toda reclassificação será motivada, registrada no cadastro e comunicada ao responsável da criança reclassificada e aos responsáveis das crianças diretamente preteridas.

§ 2º Da classificação e da reclassificação cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação ou da comunicação, dirigido à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que decidirá de forma motivada em até 10 (dez) dias úteis.

Art. 8º Os documentos comprobatórios das situações de prioridade deverão ser apresentados no ato da inscrição ou no prazo do art. 4º.

Parágrafo único. Escoado o prazo sem apresentação, a criança permanecerá na lista de espera sem a prioridade requerida, sendo assegurada a reclassificação a partir da data em que o documento for apresentado.

CAPÍTULO V

Do chamamento e da matrícula

Art. 9º Aberta a vaga, o chamamento observará, cumulativamente:

I — publicação de edital de chamamento no sítio eletrônico oficial do Município e no mural da unidade, com indicação dos números de protocolo convocados e do prazo de comparecimento;

II — no mínimo 2 (duas) tentativas de contato ativo com o responsável, em dias distintos, por telefone, aplicativo de mensagens ou mensagem eletrônica;

III — registro de cada tentativa em formulário próprio, com data, horário, meio utilizado, resultado e identificação do servidor responsável;
IV — frustradas as tentativas do inciso II, comunicação escrita ao endereço cadastrado ou visita da equipe de busca ativa, com registro.
Parágrafo único. O prazo de comparecimento é contado da publicação do edital de que trata o inciso I.
Art. 10. O responsável convocado deverá comparecer à unidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, munido dos documentos previstos no art. 3º.
§ 1º O prazo é prorrogável uma vez, por igual período, mediante justificativa apresentada dentro do prazo original.
§ 2º O não comparecimento no prazo acarreta a reclassificação da criança para o final da lista de espera, sendo vedado o seu desligamento ou a sua exclusão do cadastro.
§ 3º A reclassificação será precedida de notificação ao responsável, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para justificativa, em observância ao art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
§ 4º Comprovado motivo de força maior — notadamente internação, doença, deslocamento involuntário, situação de violência doméstica ou desligamento abrupto do trabalho —, a criança será mantida na posição originária.
§ 5º A mesma disciplina deste artigo aplica-se ao não comparecimento no dia designado para matrícula ou rematrícula.
§ 6º Verificada a reclassificação de criança enquadrada nos incisos I a III do art. 6º, a unidade comunicará o Conselho Tutelar, para acompanhamento.
Art. 11. Toda criança tem direito à matrícula na unidade mais próxima de sua residência, aferida por georreferenciamento, na forma do art. 4º, inciso X, da Lei nº 9.394/1996 e do art. 53, inciso V, da Lei nº 8.069/1990.
§ 1º Fica assegurada vaga na mesma unidade a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino.
§ 2º Considera-se também, para os fins deste artigo, a proximidade do local de trabalho da família, na forma do art. 12 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025.
§ 3º O critério de proximidade não pode ser invocado para negar vaga; estando lotada a unidade mais próxima, a Administração ofertará vaga em outra unidade, com transporte escolar assegurado, mantida a inscrição para remanejamento à unidade de origem tão logo haja vaga.
Art. 12. O número de vagas por turma observará os limites e a relação professor/criança fixados no art. 10 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025 e no Decreto Municipal que dispõe sobre a composição de turmas, bem como a área mínima por criança definida pela legislação sanitária vigente e pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.
§ 1º O Sistema Estadual de Registro Escolar — SERE é instrumento de registro, aferição e controle, e não fonte de definição dos limites de que trata este artigo.
§ 2º Havendo divergência entre o cálculo do sistema informatizado e os limites normativos, prevalecerá o menor número.
Art. 13. Poderão ser ofertadas vagas em turno parcial ou integral, conforme a pretensão da família, a disponibilidade da unidade e os critérios do art. 6º.
§ 1º A oferta em turno integral não é automática, mas a sua negativa será sempre motivada e comunicada por escrito ao responsável, com indicação dos elementos considerados.
§ 2º Demonstrada a necessidade da criança e de seus responsáveis, notadamente quando ambos exerçam atividade laboral em jornada integral, a vaga em turno integral será deferida, procedendo-se, se necessário, à reorganização da oferta na unidade.
§ 3º Da negativa cabe recurso na forma do art. 7º, § 2º.
Art. 14. A idade mínima para matrícula em creche é de 4 (quatro) meses.
§ 1º O limite deste artigo considera o período de licença-maternidade, o aleitamento materno exclusivo e a conclusão do esquema vacinal básico.
§ 2º Admite-se o atendimento a partir do nascimento, independentemente do limite do caput, nas hipóteses de medida de proteção, acolhimento institucional ou familiar, falecimento ou incapacidade do responsável pelo cuidado, ausência de licença-maternidade ou determinação judicial.

CAPÍTULO VI

Do controle de frequência

Art. 15. A frequência será registrada diariamente pela unidade.
§ 1º Na pré-escola, é exigida frequência mínima de 60% (sessenta por cento), na forma do art. 31, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996 e do art. 16 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025, adotando-se o critério mais favorável à permanência da criança e observado que a infrequência não é impeditiva do prosseguimento dos estudos.
§ 2º Verificadas 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) faltas alternadas no mês, sem justificativa, a unidade comunicará o responsável e acionará a busca ativa.
§ 3º Persistindo a infrequência acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei, a unidade notificará o Conselho Tutelar, na forma do art. 12, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 9.394/1996, na redação da Lei nº 15.231/2025.
§ 4º A unidade notificará igualmente ao Conselho Tutelar as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam suas crianças, na forma do art. 12, inciso VIII, alínea “b”, da Lei nº 9.394/1996, na redação da Lei nº 15.231/2025, observada a Lei nº 13.431/2017.
§ 5º É vedado o desligamento de criança matriculada por infrequência antes de esgotadas a comunicação ao responsável, a busca ativa e a notificação ao Conselho Tutelar, e sempre mediante decisão motivada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VII

Da transparência, do plano de ampliação e das disposições finais

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto publicará, semestralmente, relatório com o número de vagas ofertadas, matrículas efetivadas e crianças em lista de espera, por unidade, etapa e turno, sem identificação nominal.
Art. 16-A. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto realizará, anualmente, levantamento da demanda por vagas em creche para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, na forma do art. 2º da Lei nº 14.851/2024.
§ 1º O levantamento contemplará estratégias de busca ativa, com participação dos órgãos municipais de educação, assistência social, saúde e proteção à infância e, quando houver, de organizações da sociedade civil.
§ 2º Os resultados, os métodos utilizados e os prazos serão amplamente divulgados, inclusive por meio eletrônico, na forma do art. 3º, § 1º, da Lei nº 14.851/2024.
§ 3º A lista de espera de que trata este Decreto será organizada com base no levantamento previsto neste artigo.
Art. 17. Apurada a demanda não atendida, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto elaborará, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste Decreto e anualmente a partir de então, plano de expansão da oferta, na forma do art. 4º da Lei nº 14.851/2024.
§ 1º Do plano constarão o diagnóstico da demanda reprimida por unidade e faixa etária, as medidas a adotar, os responsáveis, o cronograma e a estimativa de impacto orçamentário, com indicação das fontes.
§ 2º O plano será submetido ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e publicado no sítio eletrônico oficial do Município, com relatório semestral de execução.
§ 3º A existência de lista de espera não exonera o Município do dever de ampliar a oferta, nem pode ser invocada como justificativa para a negativa de vaga.
§ 4º O cumprimento do disposto no art. 16-A e neste artigo é condição de prioridade no recebimento de recursos federais destinados à expansão da infraestrutura física e à aquisição de equipamentos para a educação infantil, na forma do art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.851/2024.
Art. 18. Os dados pessoais tratados em razão deste Decreto observarão a finalidade específica de gestão da matrícula, com prazo de guarda e medidas de segurança definidos pelo encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Município, na forma da Lei nº 13.709/2018.
Art. 19. Este Decreto será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, para conhecimento e manifestação, sem prejuízo da competência normativa do Conselho Estadual de Educação do Paraná, ao cujo Sistema Estadual de Ensino o Município se integra na forma do art. 11, parágrafo único, da Lei nº 9.394/1996.
Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mediante decisão motivada, observado o melhor interesse da criança.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as instruções normativas e as orientações internas que disponham sobre lista de espera, matrícula e frequência nos Centros Municipais de Educação Infantil.
Paulo Frontin, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BE796493

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N º 04/2026
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
ORIGEM: Contrato de Empreitada nº 29/2026 - Concorrência Eletrônica nº 04/2026.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Alteração da composição da equipe de fiscalização do Contrato nº 29/2026, com a substituição do Fiscal Substituto.
ALTERAÇÃO: Designação da servidora AMANDA MATZENBACHER TREVISOL (Engenheira Civil - CREA/PR) como FISCAL SUBSTITUTA, em substituição ao ex-servidor André Otto Hochstein (exoneração via Portaria nº 180/2026 e nomeação via Portaria nº 191/2026).
EQUIPE ATUALIZADA:
- Gestora do Contrato: Daiane Aparecida Turkot
- Fiscal Titular: Lucas Rafael Camara
- Fiscal Substituta: Amanda Matzenbacher Trevisol
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 136, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 29/2026.
RATIFICAÇÃO: Permanece ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:33C1FBA5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 85/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2026
MODALIDADE: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:62,403.797 ODILON SORLEI ROSA, Microempreendedor Individual, com sede Rua Vereador Miguel Andreiv, nº 271, Centro, Paulo Frontin-PR, CEP: 64.635-000, inscrita no CNPJ sob o nº 62.403.797/0001-25, neste ato representada pelo sócio-administrador ODILON SORLEI ROSA.
OBJETO: Prestação de serviços de ensino e treinamento extracurricular de futsal, compreendendo o total estimado de 320 (trezentas e vinte) horas-aula por ano (com duração de 60 minutos cada).
VALOR TOTAL: R$ 15.520,00 (quinze mil, quinhentos e vinte reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:28 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE SECRETÁRIO DE CULTURA E DESPORTOS; Máscara: 02.004.12.361.0012.2036.3.3.90.39.00; Fonte: 0000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:BFBB8D98

GABINETE DO PREFEITO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026.

VALOR TOTAL: R$ 17.394,00 (DEZESSETE MIL E TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS).
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL ELEMENTAR À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTINADA AO FORNECIMENTO DE PACIENTE COM INDICAÇÃO MÉDICA, EM CONFORMIDADE COM LAUDO CLÍNICO.

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo se encontra devidamente instruído com a Documentação de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Preços e demais peças técnicas, em conformidade com o Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a justificativa técnica apresentada pela Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin/Secretaria Municipal de Saúde, da necessidade da aquisição de fórmula infantil elementar à base de aminoácidos livres para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, destinada ao fornecimento de paciente com indicação médica, em conformidade com laudo clínico, com a finalidade de atender paciente portador dos diagnósticos de gastroenterite e colite alérgicas ou devidas a alimentos (CID K52.2) e alergia não especificada (CID T78.4), apresentando, ainda, quadro sugestivo de semi-estenose hipertrófica de piloro, que necessita de fórmula infantil elementar à base de aminoácidos livres, conforme laudo médico;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico nº 189/2026, da Procuradoria do Município, manifestou-se favoravelmente pela legalidade do procedimento, reconhecendo a possibilidade de**Dispensa de Licitação, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021,** *para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras*;
CONSIDERANDO a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado, conforme demonstrado no Mapa de Preços;
CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária (03.001.10.306.0017.2046.3.3.90.30.00), conforme Parecer Contábil.
RESOLVO, com fulcro no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021,**AUTORIZAR**a realização da despesa e a contratação direta, por meio de**Dispensa de Licitação**, nos termos do **Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021,** *para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras*.

Paulo Frontin-PR, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:14DB64D4

GABINETE DO PREFEITO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026.

ASSUNTO:AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL ELEMENTAR À BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTINADA AO FORNECIMENTO DE PACIENTE COM INDICAÇÃO MÉDICA, EM CONFORMIDADE COM LAUDO CLÍNICO.
A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE PAULO FRONTIN/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, apresenta a justificativa para necessidade da aquisição de fórmula infantil elementar à base de aminoácidos livres para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, destinada ao fornecimento de paciente com indicação médica, em conformidade com laudo clínico, com a finalidade de atender paciente portador dos diagnósticos de gastroenterite e colite alérgicas ou devidas a alimentos (CID K52.2) e alergia não especificada (CID T78.4), apresentando, ainda, quadro sugestivo de semi-estenose hipertrófica de piloro, que necessita de fórmula infantil elementar à base de aminoácidos livres, conforme laudo médico. A utilização dessa fórmula é indispensável para garantir o adequado suporte nutricional do paciente, uma vez que sua condição clínica impede o consumo de fórmulas convencionais ou extensamente hidrolisadas, devido ao elevado risco de reações alérgicas e comprometimento da absorção dos nutrientes. Considerando a necessidade de que a ausência do uso contínuo da fórmula adequada poderá ocasionar agravamento do estado nutricional, déficit no crescimento e desenvolvimento, persistência dos sintomas gastrointestinais, aumento do risco de complicações clínicas e necessidade de atendimentos e internações hospitalares, comprometendo a qualidade de vida do paciente; a observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público; a regular instrução do processo administrativo; a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado (R$ 17.394,00 (dezessete mil e trezentos e noventa e quatro reais); e a manifestação favorável da Procuradoria Jurídica (Parecer nº 189/2026) quanto à viabilidade da contratação, resta devidamente justificada a contratação mediante dispensa presencial, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, *para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras*; observando-se as condições de habilitação, experiência comprovada da contratada e as demais exigências legais aplicáveis ao caso concreto.

Paulo Frontin-PR, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F45BCCCA

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA CMECD Nº 02

INSTRUÇÃO NORMATIVA CMECD Nº 02

Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para certificação, reconhecimento institucional, registro e arquivamento das ações de boas práticas de formação continuada no âmbito das Políticas de Alfabetização e Recomposição da Aprendizagem dos profissionais da educação, gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas da Rede Pública Municipal de Ensino de Paulo Frontin-PR.

A Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto do Município de Paulo Frontin-PR, Cleoneia Fiamoncini, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os dispositivos da Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, especialmente os artigos 61, 62 e 67, que asseguram a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, Marco Legal da Primeira Infância;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Política de Alfabetização do Território Estadual do Paraná.

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin-PR, a iniciativa institucional de certificação e reconhecimento dos profissionais da educação, entre eles, gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas pela participação e conclusão de ações de formação continuada relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, promovidas pelo Município ou desenvolvidas em regime de colaboração com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e demais instituições parceiras.
PARÁGRAFO ÚNICO: A iniciativa de que trata o caput compreende a certificação ou o reconhecimento institucional dos gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas que participarem e concluírem com no mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) de frequência das formações continuadas promovidas ou reconhecidas pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de Paulo Frontin-PR.
Art. 2º São objetivos desta Instrução Normativa:
I – Assegurar o registro oficial das formações continuadas realizadas pela Rede Pública Municipal de Ensino;
II – Garantir transparência e controle administrativo das ações de desenvolvimento profissional;
III – Reconhecer institucionalmente a participação dos gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas;
IV – Subsidiar os processos de monitoramento das políticas públicas educacionais;
V – Produzir documentação comprobatória para fins de auditoria, prestação de contas e avaliação institucional.
VII – Reconhecimento de boas práticas desenvolvidas nas escolas.
VIII- Valorizar a atuação gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e efetivas, que contribuam para a melhoria dos indicadores da aprendizagem;
IX –Promover o compartilhamento de experiências exitosas no âmbito escolar.

Art. 3º Consideram-se ações de formação continuada:
I – Encontros pedagógicos instituídos no calendário escolar municipal;
II – Formadores em Ação ofertados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
III – Jornadas Pedagógicas ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
IV – Seminários ou Webinars;
VII – Grupos de estudo previamente autorizados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
VIII – Encontros pedagógicos realizados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

IX – Outras atividades e formações oficialmente reconhecidas pela Secretaria Municipal da Educação.
Art. 4º Ao término de cada ação formativa será emitido certificado ou documento expedido pela Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto, de reconhecimento institucional aos profissionais, gestores escolares, professores, supervisores, coordenadores, orientadores pedagógicos e equipes técnicas que cumprirem os critérios estabelecidos para participação e conclusão.
Art. 5º Serão consideradas oficialmente reconhecidas as formações:
I – Promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
II – Ofertadas em regime de colaboração com os Governos Federal e Estadual; III – Realizadas por instituições públicas de ensino;
IV – Desenvolvidas por instituições parceiras previamente autorizadas pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.
Art. 6º O reconhecimento institucional será formalizado mediante registro administrativo da participação e conclusão da formação, ainda que a certificação seja emitida por instituição diversa e também pelo desenvolvimento de boas práticas na rede Municipal de Educação.
Art. 7º Constituem documentos oficiais de comprovação das ações de formação continuada:
I – Listas de presença;
II – Registros de frequência;
III – Atas;
IV – Relatórios técnicos;
V – Cronogramas;
VI – Programas das formações;
VII – Certificados emitidos;
VIII – Declarações de conclusão;
IX – Planilhas de acompanhamento;
X – Relatórios consolidados de certificação.
Art. 8º Compete ao Supervisor Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto responsável pela formação continuada:
I – Acompanhar a execução das ações formativas;
II – Controlar a participação dos profissionais;
III – Manter atualizado o banco de dados das certificações;
IV – Elaborar relatórios anuais de participação e conclusão;
V – Fornecer informações para auditorias, monitoramentos e avaliações externas;
VI – Informar o Secretário Municipal da Educação sobre o andamento das formações continuadas.
Art. 9º Os registros produzidos em decorrência desta Instrução Normativa deverão permanecer arquivados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, observadas as normas de gestão documental e de transparência da Administração Pública.
Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.
Art. 11º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 31 de agosto de 2026.

CLEONEIA FIAMONCINI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:15B27EF6

GABINETE DO PREFEITO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMECD Nº 01/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMECD Nº 01/2026

Estabelece procedimentos, fluxos, instrumentos e prazos para a execução, o acompanhamento e o monitoramento da Política Municipal de Alfabetização nas unidades escolares da rede municipal de ensino.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Municipal nº 1549/2026 e no Decreto Municipal nº 588/2026,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada), e no Decreto Federal nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025 (Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens);
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, no Decreto Estadual nº 2.435, de 7 de junho de 2023, e na Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular do Paraná;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar a coleta, o registro e a análise das informações sobre a aprendizagem dos estudantes da rede municipal de ensino,
RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos, os fluxos, os instrumentos e os prazos a serem observados pelas unidades escolares da rede municipal de ensino e pela equipe técnica de alfabetização na execução da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 2º Esta Instrução Normativa não cria cargos, funções ou empregos públicos, não altera a estrutura administrativa do Município, não define lotação de servidores e não gera despesa não prevista na lei orçamentária anual, limitando-se a disciplinar rotinas e procedimentos internos, na forma do art. 85, II, "g", da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO E DO DIAGNÓSTICO DAS APRENDIZAGENS

Art. 3º As unidades escolares aplicarão os seguintes instrumentos de avaliação aos estudantes do ciclo de alfabetização e dos anos iniciais do ensino fundamental:
I — avaliação diagnóstica de entrada, até o final da 3ª semana letiva;
II — avaliação de fluência em leitura, no mínimo 2 (duas) vezes por ano letivo;
III — avaliação formativa de percurso, ao final de cada bimestre;
IV — avaliação de saída, até 30 (trinta) dias antes do encerramento do ano letivo;
V — avaliações externas nacionais e estaduais, nos prazos definidos pelos respectivos órgãos aplicadores.
§ 1º Os instrumentos referidos nos incisos I a IV serão elaborados ou homologados pela equipe técnica de alfabetização, com base na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular do Paraná.
§ 2º O calendário anual de aplicação será divulgado às unidades escolares até o último dia útil de fevereiro de cada ano.
§ 3º As avaliações de que tratam os incisos I a IV têm finalidade diagnóstica e formativa e destinam-se a orientar o planejamento pedagógico.

CAPÍTULO III
DO REGISTRO, DO FLUXO E DA PROTEÇÃO DOS DADOS

Art. 4º Os resultados das avaliações serão registrados nos sistemas oficiais e encaminhados à equipe técnica de alfabetização nos seguintes prazos, contados da data de aplicação:

Instrumento	Responsável pelo registro	Prazo de envio
Avaliação diagnóstica de entrada	Professor regente / Coordenação da unidade escolar	10 dias
Avaliação de fluência em leitura	Professor regente / Coordenação da unidade escolar	10 dias
Avaliação formativa de percurso	Professor regente / Coordenação da unidade escolar	15 dias
Avaliação de saída	Coordenação da unidade escolar	10 dias
Registro de frequência mensal	Secretaria da unidade escolar	Até o 5º dia útil do mês seguinte

Art. 5º A equipe técnica de alfabetização consolidará os dados por estudante, turma e unidade escolar e produzirá relatório analítico bimestral, encaminhado às unidades escolares e ao Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.
Art. 6º O tratamento dos dados pessoais dos estudantes observará a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial o seu art. 14, observadas as seguintes regras:
I — o acesso a dados individualizados é restrito aos profissionais diretamente envolvidos no acompanhamento pedagógico do estudante e aos seus pais ou responsáveis;

II — a divulgação pública restringe-se a dados agregados por turma, unidade escolar e rede, vedada qualquer forma de identificação do estudante;
III — é vedada a divulgação de listas nominais de desempenho ou de rankings de estudantes ou de professores.

CAPÍTULO IV
DA INTERVENÇÃO E DA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Art. 7º Identificados estudantes com aprendizagens não consolidadas, a unidade escolar elaborará, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da consolidação dos resultados, plano de intervenção pedagógica contendo:
I — a identificação das habilidades não consolidadas;
II — as estratégias de recomposição a serem adotadas;
III — o cronograma de execução e de reavaliação;
IV — os responsáveis pela execução;
V — a forma de comunicação e de envolvimento da família.

§ 1º As ações de recomposição serão ofertadas no turno de carga horária regular e de forma adicional em contra-turno em Salas de Apoio e/ou Sala de Recursos Multifuncional.

§ 2º O plano de intervenção será reavaliado, no mínimo, ao final de cada bimestre.

Art. 8º O estudante que concluir o 2º ano do ensino fundamental sem atingir o nível de proficiência esperado terá plano individual de recomposição, com registro em sua pasta escolar e comunicação formal à família registrado em ata.

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO CONTINUADA, DAS VISITAS TÉCNICAS E DOS RELATÓRIOS

Art. 9º A formação continuada dos professores e dos gestores será organizada em plano anual, elaborado pela equipe técnica de alfabetização a partir dos resultados das avaliações e das necessidades identificadas nas visitas técnicas.

§ 1º A formação será realizada preferencialmente dentro da jornada de trabalho, respeitada a hora-atividade e a legislação de regência.

§ 2º A participação será registrada em lista de frequência e certificada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 10. A equipe técnica de alfabetização realizará visitas técnicas às unidades escolares, no mínimo bimestralmente, com registro em relatório padronizado, do qual constarão as orientações repassadas e os prazos de atendimento.

Parágrafo único. Cópia do relatório será entregue à direção da unidade escolar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da visita.

Art. 11. A equipe técnica encaminhará à Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto e ao Comitê Estratégico Municipal relatório semestral consolidado, contendo os indicadores de aprendizagem e de frequência, as ações realizadas e as medidas corretivas propostas.

CAPÍTULO VI
DA FREQUÊNCIA E DA BUSCA ATIVA

Art. 12. A frequência será registrada diariamente pela unidade.
§ 1º Na pré-escola, é exigida frequência mínima de 60% (sessenta por cento), na forma do art. 31, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996 e do art. 16 da Deliberação CEE/PR nº 06/2025, adotando-se o critério mais favorável à permanência da criança e observado que a infrequência não é impeditiva do prosseguimento dos estudos.
§ 2º Verificadas 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) faltas alternadas no mês, sem justificativa, a unidade comunicará o responsável e acionará a busca ativa.
§ 3º Persistindo a infrequência acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei, a unidade notificará o Conselho Tutelar, na forma do art. 12, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 9.394/1996, na redação da Lei nº 15.231/2025.
§ 4º A unidade notificará igualmente ao Conselho Tutelar as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam suas crianças, na forma do art. 12, inciso VIII, alínea “b”, da Lei nº 9.394/1996, na redação da Lei nº 15.231/2025, observada a Lei nº 13.431/2017.
§ 5º É vedado o desligamento de criança matriculada por infrequência antes de esgotadas a comunicação ao responsável, a busca ativa e a notificação ao Conselho Tutelar, e sempre mediante decisão motivada da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 13. Os alunos encaminhados para atendimentos: Sala de Recursos Multifuncional, Sala de Apoio, deverão manter frequência regular e assídua, considerando a importância desses atendimentos para o acompanhamento e desenvolvimento educacional.

Art. 14. O aluno que ultrapassar o limite de3 (três) faltas consecutivas, sem justificativa ou sem comunicação prévia à escola, poderá serdesligado do atendimento.

Art. 15. O desligamento será realizado mediante aassinatura de um Termo de Responsabilidade pelo responsável legal, declarando ciência quanto às faltas e às consequências da não frequência aos atendimentos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os modelos dos instrumentos, dos relatórios e do plano de intervenção pedagógica serão disponibilizados às unidades escolares pela equipe técnica de alfabetização, mediante ofício circular, e poderão ser atualizados a qualquer tempo.

Art. 17. A execução desta Instrução Normativa não gera despesa adicional, correndo as ações nela previstas por conta das dotações orçamentárias já consignadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 18. Casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, ouvido o Departamento Jurídico do Município.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 31 de agosto de 2026.

CLEONEIA FIAMONCINI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:AC37108A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 201/2026

PORTARIA Nº 201/2026

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora **MARIA MADALENA DIDUCH PRZYBYLOWICZ**, matrícula nº 1154, ocupante do cargo de Assessor de Programas e Projetos, por meio do qual solicita seu desligamento do quadro de pessoal do Município;

CONSIDERANDO que a exoneração decorre de manifestação expressa de vontade da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **MARIA MADALENA DIDUCH PRZYBYLOWICZ**, matrícula nº 1154, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Programas e Projetos, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2026, extinguindo-se o vínculo funcional nesta data.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda à baixa funcional da servidora e adote as providências necessárias à elaboração do encerramento do vínculo, pagamento das verbas devidas, anotações nos assentamentos funcionais e demais registros legais pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros a partir de 31 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 28 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:778D3710

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202/2026

PORTARIA Nº 202/2026

Designa os membros titulares e suplentes do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e os servidores integrantes da equipe técnica de alfabetização.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 65, II e IV, e o art. 85, II, "a", "b" e "c", da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 1549/2026 e no Decreto Municipal nº 588/2026,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados os seguintes membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

Representação	Titular	Suplente
Presidente — Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Cleoneia Fiamoncini	Maria de Lourdes B. Makiak
Coordenadora Municipal de Alfabetização	Cristiana Aparecida Bora Marafon	Gêssica Keli Camilo
Articuladora Municipal de Gestão e Formação (Renalfa)	Cristina Frates Carlotto	Fabiele Gavron Bosing
Coordenadora Pedagógica da Secretaria	Jucelia Rozeli Novicki	Marciele Luana Ribeiro
Representante da Educação Infantil	Patrícia Sierpinski	Juliane Vieira Nizer
Representante dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Bruna Gisele Rodrigues Krul	Romualdo Dorochinski Filho
Representante da Educação Especial	Janice Lucia Grando	Lidia Marilse Chandocha
Representante dos diretores de unidades escolares	Cristiane Vergutz	Marli T. Dziura Janiszeviski
Professora alfabetizadora	Eloides Krul	Roselei L. de P. e S. Hudziak
Representante do Conselho Municipal de Educação	Leowyn Dalliane Witter Welter	Marli Matiuchenko Busko
Representante da Secretaria Municipal de Saúde	Simone E. de Paula Nierotka	Dilceia Ziomko
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social	Vanessa Olenka	Sandra Sokoloski Zacharias
Representante das famílias	Sabrina Konke	Suzane Ecker

Art. 2º Ficam designados para integrar a equipe técnica de alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto os seguintes servidores:

Atribuição na equipe técnica	Servidor(a)
Coordenação estratégica — Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Cleoneia Fiamoncini
Articuladora Municipal de Gestão e Formação (Renalfa)	Cristina Frates Carlotto
Coordenadora Municipal de Alfabetização	Cristiana Aparecida Bora Marafon
Coordenadora Pedagógica da Secretaria	Jucelia Rozeli Novicki
Coordenadora da Educação Infantil	Patrícia Sierpinski

Art. 3º As designações de que trata esta Portaria não implicam criação de cargo, função ou emprego público, alteração de lotação, de jornada ou de regime jurídico, tampouco concessão de gratificação, jetom, diária ou qualquer vantagem pecuniária, sendo a participação considerada prestação de serviço público relevante.
Art. 4º O mandato dos membros representantes designados na forma do art. 1º é de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, na forma do art. 5º, § 3º, do Decreto Municipal nº 588/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:D6C13458

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2026

PORTARIA Nº 203/2026

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 560/2005** e a **Lei Municipal nº 1.203/2019**, que institui o Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade no âmbito da Administração Municipal;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora Tatiane Alves da Silva;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Licença-Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos da Lei Municipal nº 1.203/2019, à servidora abaixo relacionada, para fins de afastamento temporário de suas atividades laborais:

Nome da Servidora	Cargo	Início na Pref.	Início da Licença	Término
TATIANE ALVES DA SILVA	Professor 20 Horas Temporário	12/04/2024	31/08/2026	26/02/2027

Art. 2º A Licença-Maternidade concedida à servidora terá início em **31 de agosto de 2026**, pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, com término em **26 de fevereiro de 2027**, devendo a servidora **retornar às suas atividades laborais em 27 de fevereiro de 2027**, conforme atestado apresentado à Administração Municipal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos jurídicos a 31 de agosto de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 31 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:6B391512

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 204/2026

PORTARIA Nº 204/2026

RESCINDE, A PEDIDO, O CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora **ALIANE BRAZ GABARDO**, matrícula nº **573**, ocupante do emprego público de **Auxiliar de Clínica Dentária**, por meio do qual solicita seu desligamento do quadro de pessoal da Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin;
CONSIDERANDO que a extinção do vínculo empregatício decorre de manifestação expressa de vontade da servidora;
RESOLVE:
Art. 1º Fica rescindido, **a pedido**, o contrato de trabalho da servidora **ALIANE BRAZ GABARDO**, matrícula nº **573**, ocupante do emprego público de **Auxiliar de Clínica Dentária**, vinculada à **Fundação Municipal de Saúde de Paulo Frontin**, com efeitos a partir de **31 de agosto de 2026**, extinguindo-se o vínculo empregatício nesta data.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda à baixa funcional da servidora e adote as providências necessárias à elaboração da rescisão contratual, ao pagamento das verbas rescisórias eventualmente devidas, às anotações nos assentamentos funcionais e aos demais registros legais pertinentes.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos e financeiros a partir de **31 de agosto de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 31 de agosto de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F89C1475

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 205/2026

PORTARIA Nº 205/2026
O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Artigo 7º, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, e considerando o Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 e Artigo 7º da Lei Estadual nº 18.519/2015,
RESOLVE
Art. 1º. - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, conforme segue:
COORDENADOR MUNICIPAL: GUILHERME ZACHARIAS - CPF 073.***.***-59;
SECRETÁRIA: DÉBORA CHILANTI - CPF 060.***.***-30;
DIRETOR OPERACIONAL: LUCAS RAFAEL CAMARA - CPF. 075.***.***-19.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor em na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, revogando em especial a **portaria 129/2026.**

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:9B53C948

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°275 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N.º 275 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 250.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 250.000,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
09	**SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**	
09.002	**ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER**	
27.812.11.2.25	**MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER**	
4.4.90.52.00.00	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**	
2932	**0849 Repasse Federal - 966705/2024 - Parque infantil**	**250.000,00**
	SUBTOTAL	**250.000,00**
	TOTAL	**250.000,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....250.000,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.4.1.9.99.0.1.01.00.00.00.00	**OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL**	**250.000,00**
	TOTAL	**250.000,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS..... 250.000,00
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:4AD48AF3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 277 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 277 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA ADRIANA KASUE NATSUME para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **ADRIANA KASUE NATSUME** portadora do CPF 790.***.***-** classificada em 16º lugar, para ocupar o cargo de **Assistente Social** a contar de 01 de setembro de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.078/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:906179C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 278 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 278 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA SANDRIELI DO CARMO KUROVSKI para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO de PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **SANDRIELI DO CARMO KUROVSKI** portadora do CPF 062.***.***-** classificada em 80º lugar, para ocupar o cargo de **Professor** a contar de 01 de setembro de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.070/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:86927C1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 279 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 279 DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA NATHALY KRUCZKIEWICZ para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO de PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **NATHALY KRUCZKIEWICZ** portadora do CPF 094.***.***-** classificada em 81º lugar, para ocupar o cargo de **Professor** a contar de 01 de setembro de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.070/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:7055E950

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 043/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 043/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **01 de setembro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Engenheiro Ambiental

Classificação	Nome do Candidato
02º	DANIELE BOTELHO DE SOUZA

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:66D7D2E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICIPIO DE PIEN

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EXECUTIVO

O Poder Executivo de Piên, Estado do Paraná, em cumprimento ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) em seu artigo 9º § 4º - comunica que no dia 29 de setembro de 2.026 – às 13:00 Horas, no auditório da Câmara Municipal, sito a Rua Amazonas Nº 170 – Centro – realizará audiência pública para Demonstração e Avaliação de Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2.026.

Piên/Pr, 06 de agosto de 2.026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Republicado

Publicado por:
José Luiz de Barros
Código Identificador:90B6F6EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MUNICIPIO DE PIEN

AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE SAÚDE

O Poder Executivo de Piên, Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Saúde em cumprimento ao que determina a Lei Federal de nº 8689 de 27 de julho de 1993 em seu artigo 12 comunica que no dia 29 de setembro de 2.026, às 13:30 horas, no auditório da Câmara Municipal, sito à Rua Amazonas Nº 170 – Centro – realizará audiência pública para Demonstração e Avaliação de Ações e Serviços de Saúde referente ao Segundo Quadrimestre de 2.026.

Piên/Pr, 06 de agosto de 2.026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

MAYARA APARECIDA ALMEIDA GROSSKOPF
Secretária de Saúde

Republicado

Publicado por:
José Luiz de Barros
Código Identificador:D4689588

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1122, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 1122, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria 502 de 05 de maio de 2026, por mais 30 dias a contar de 04 de setembro de 2026, a fim de averiguar os fatos comunicados, através do memorando apresentado pela Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:353FEC28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa para locação de aparelho de CPAP com máscara e tubo incluso conforme solicitação Secretaria Municipal de Saúde. **Entrega das propostas**: a partir 02/09/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 21/09/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:53ED3529

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços, para eventual aquisição de materiais de expediente que resultaram desertos ou fracassados no Pregão 043/2026 a fim de suprir as necessidades das Secretarias Municipais. **Entrega das propostas**: a partir 02/09/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 21/09/2026 às 14:00h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 31 de agosto de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:0F71F4BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 042/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2556/2025, de 13 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA PAULA DE SOUZA, portador do RG n.º 9.785.XXX-0 PR e inscrito no CPF sob n.º 064.695.XXX-33, nomeada para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – AP – CC4, através da Portaria n° 071/2025 de 31 de março de 2025 e publicada em 01 de abril de 2025, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na sua edição 3247.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 31 de agosto de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:CD24064C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº 35/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO: 8460/2026

O Município de Piraquara, UASG N. 987769, por meio do Pregoeiro Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que a abertura do Pregão citado, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos e ininterruptos de monitoramento de alarme online à distância, com instalação de centrais de alarme e equipamentos acessórios e atendimento integral 24h, fica **SUSPENSA**, em virtude da necessidade de alterações do Edital. Esclarecimentos e alterações, bem como a nova data de abertura, serão publicados em momento oportuno.

Piraquara, 31 de agosto de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:3D2AA4C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.985/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder retorno laboral a partir de **31/08/2026** de **Licença Integral para Estudo** (a pedido), concedida pelo Decreto nº 13.564/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na data de 23/04/2025 a servidora **Franciane Mable Silva de Lima,** ocupante do cargo de Professora III Especialização, matrículas funcionais nº **761631 e 789211,** lotada na Secretaria Municipal de Educação

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 31 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:BB8F66AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.986/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Conceder retorno laboral a partir de **31/08/2026** de **Licença Integral para Estudo** (a pedido), concedida pelo Decreto nº 12.663/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná na data de 19/09/2024 a servidora **Stefany Rocha Lachowski,** ocupante do cargo de Professora III Especialização, matrícula funcional nº **631851,** lotada na Secretaria Municipal de Educação

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 31 de agosto de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 31 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:29039340

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2026
PARTICIPAÇÃO NA MOSTRA DE COSPLAY – 2ª FLIPIRA
"FESTA LITERÁRIA DE PIRAQUARA"

PREÂMBULO
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA**, por meio da **Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial – SMCIR**, torna pública a presente **Chamada Pública para participação na Mostra de *Cosplay* da 2ª FLIPIRA – Festa Literária de Piraquara**, a ser realizada no Município de Piraquara, Paraná, no dia 17 de outubro de 2026, a partir das 16h, como parte da programação oficial do evento.
A presente Chamada Pública estabelece as condições para participação de pessoas interessadas em integrar a Mostra de *Cosplay*, valorizando a criatividade, a cultura pop, a caracterização de personagens e as diferentes formas de expressão artística relacionadas ao universo do *cosplay*.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Chamada Pública tem por objeto convidar pessoas interessadas em participar da **Mostra de *Cosplay* da 2ª FLIPIRA – Festa Literária de Piraquara**, apresentando ao público suas caracterizações inspiradas em personagens de obras literárias, histórias em quadrinhos, mangás, animes, filmes, séries, jogos eletrônicos, jogos de RPG e outras manifestações da cultura pop.
1.2. A Mostra possui caráter cultural, artístico, recreativo e não competitivo, não constituindo concurso e não havendo classificação, julgamento ou premiação entre os participantes, salvo a eventual distribuição de brindes de participação.
1.3. A atividade tem como finalidade promover a diversidade de expressões culturais, estimular a criatividade e aproximar o público da 2ª FLIPIRA de diferentes formas de construção e representação de narrativas e personagens.

2. DA PARTICIPAÇÃO
2.1. Poderão participar da Mostra de *Cosplay* pessoas físicas de qualquer faixa etária, residentes em qualquer município do Estado do Paraná ou de qualquer outra região do território nacional.
2.2. Não será exigida experiência anterior em *cosplay* para participação na Mostra.
2.3. A participação será aberta tanto a pessoas que confeccionam seus próprios figurinos quanto àquelas que utilizam figurinos adquiridos, confeccionados por terceiros, adaptados ou produzidos por diferentes técnicas.
2.4. Poderão participar *cosplayers* iniciantes ou experientes, individualmente ou, caso previsto pela organização, em grupos.
2.5. A participação de menores de 18 (dezoito) anos estará condicionada à autorização de seu responsável legal, conforme procedimento definido pela organização do evento (ANEXO I).
2.6. A inscrição e a participação na Mostra são **gratuitas e voluntárias**.

3. DO CARÁTER VOLUNTÁRIO E DA AUSÊNCIA DE REMUNERAÇÃO
3.1. A participação na Mostra de *Cosplay* será realizada de forma voluntária, não caracterizando prestação de serviço, vínculo empregatício, contratação artística ou qualquer outra relação remunerada com o Município de Piraquara.
3.2. A Prefeitura Municipal de Piraquara não efetuará pagamento de cachê, remuneração, premiação, ajuda de custo, transporte, hospedagem, alimentação, materiais ou quaisquer outras despesas decorrentes da participação na Mostra.
3.3. O participante será responsável por todos os custos relacionados à preparação, confecção, aquisição, transporte, manutenção e utilização de seu *cosplay*.
3.4. A eventual emissão de certificado de participação poderá ser solicitada pelo participante à organização da 2ª FLIPIRA, observados os procedimentos e prazos estabelecidos pela organização.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e poderão ser realizadas antecipadamente, durante o período estabelecido pela organização da 2ª FLIPIRA.

4.1.1 o período das inscrições se iniciam a partir da data de publicação deste Edital.
4.2. As inscrições poderão ser realizadas:
I – por meio de formulário eletrônico. Link de acesso: https://forms.gle/gUrWbHq5kautJPq28 **até a data de 11 de outubro, às 23h59min**.;
II – presencialmente na Biblioteca Municipal/Casa da Memória (sito Avenida Getúlio Vargas, nº 67 – Centro), em Piraquara/PR, até a data de realização da Mostra de Cosplay, **17 de outubro de 2026 e se encerra às 17h do mesmo dia**.
4.3. A inscrição não garante, por si só, a participação na Mostra, estando condicionada à disponibilidade de espaço, organização da programação e demais condições estabelecidas pela equipe responsável pelo evento.
4.4. A inscrição implicará a ciência e a concordância do participante com as disposições desta Chamada Pública.

5. DAS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NO ATO DA INSCRIÇÃO
5.1. Para fins de organização da Mostra, serão solicitadas as seguintes informações:
I – nome completo;
II – nome social, quando aplicável;
III – idade ou data de nascimento;
IV – município e Estado de residência;
V – telefone e/ou e-mail para contato;
VI – nome do personagem representado e obra de origem do personagem;
VIII – informação sobre a autoria ou forma de obtenção do figurino;
X – informação sobre eventual participação anterior em mostras, concursos, encontros ou outros eventos de *cosplay*;
XI – autorização do responsável legal, quando necessária;
5.2. A organização poderá solicitar fotografia ou imagem de referência do *cosplay* para fins de planejamento e divulgação da Mostra.

6. DA MOSTRA E DA PARTICIPAÇÃO DOS *COSPLAYERS*
6.1. A Mostra será realizada na Praça Chafic Boazar, ao lado da Casa da Memória, situada na Av. Getúlio Vargas, 67. Centro. Piraquara-PR, conforme a organização da programação da 2 ª FLIPIRA, a ser divulgada em data oportuna.
A programação será divulgada no site da Prefeitura de Piraquara, em meados do mês de setembro e nas redes sociais.
6.2. Os participantes poderão ser convidados a realizar breve apresentação de seus personagens, desfilar ou permanecer em espaço destinado à Mostra, conforme a dinâmica definida pela organização.
6.3. A participação na Mostra não exigirá apresentação artística, fala, performance ou coreografia, salvo quando previamente acordado entre o participante e a organização.
6.4. O tempo e a dinâmica de participação poderão ser organizados de acordo com o número de inscritos e as condições disponíveis para a realização da atividade.
6.5. A organização poderá estabelecer orientações específicas sobre circulação, horários de chegada, ordem das apresentações, uso do espaço e demais aspectos necessários ao bom funcionamento da Mostra.

7. DOS FIGURINOS, ACESSÓRIOS E OBJETOS CÊNICOS
7.1. Serão permitidos figurinos e acessórios relacionados à caracterização de personagens, desde que compatíveis com a realização de um evento cultural aberto ao público e com as condições de segurança do local.
7.2. Não serão permitidos objetos ou acessórios que possam oferecer risco à integridade física dos participantes, da equipe de organização ou do público.
7.3. A organização poderá solicitar a retirada ou substituição de qualquer objeto, acessório ou elemento do *cosplay* que considere inadequado ou potencialmente perigoso.
7.4. Não serão permitidas armas reais, objetos perfurocortantes, materiais inflamáveis, explosivos ou quaisquer outros itens que possam representar risco à segurança do evento.
7.5. A utilização de réplicas ou acessórios cenográficos estará condicionada às orientações de segurança da organização e às características do espaço onde será realizada a Mostra.

8. DA CONDUTA DOS PARTICIPANTES
8.1. Todos os participantes deverão manter comportamento respeitoso com os demais *cosplayers*, visitantes, servidores, colaboradores e integrantes da organização da FLIPIRA.
8.2. Não serão toleradas manifestações de preconceito, discriminação, assédio, violência, ameaças ou qualquer conduta que comprometa a segurança e o bem-estar das pessoas presentes.
8.3. Considerando o caráter aberto e intergeracional da 2ª FLIPIRA, os participantes deverão observar que a Mostra integra uma programação cultural destinada a todas as idades.
8.4. A organização poderá impedir a participação ou solicitar a retirada do evento de qualquer pessoa que descumpra as disposições desta Chamada Pública ou coloque em risco a segurança ou o bem-estar de terceiros.

9. DO USO DE IMAGEM
9.1. Ao participar da Mostra, o participante declara estar ciente de que poderá ser fotografado ou filmado durante a atividade, para fins de registro e divulgação institucional da 2ª FLIPIRA e da Prefeitura Municipal de Piraquara.
9.2. A utilização das imagens será destinada à divulgação institucional e cultural do evento, incluindo redes sociais, materiais gráficos, publicações digitais e demais canais oficiais do Município.
9.3. No caso de participantes menores de idade, a autorização de uso de imagem deverá ser fornecida por seu responsável legal, conforme formulário (Anexo I).

10. DAS RESPONSABILIDADES
10.1. Cada participante será responsável por seus pertences pessoais, figurinos, acessórios e demais objetos levados ao evento.
10.2. A organização não se responsabilizará por perdas, danos ou extravios de objetos pessoais dos participantes.
10.3. O participante será responsável pela veracidade das informações fornecidas no momento da inscrição.
10.4. Os participantes deverão respeitar as normas de funcionamento e segurança do espaço onde será realizada a Mostra.

11. DO CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO
11.1. Os participantes poderão solicitar certificado de participação na Mostra de *Cosplay* da 2ª FLIPIRA, sem qualquer custo.
11.2. O certificado terá caráter comprobatório de participação na atividade cultural e não representará vínculo empregatício, contratação artística ou reconhecimento de premiação.
11.3. A emissão do certificado estará condicionada à efetiva participação na atividade e ao fornecimento das informações necessárias para sua elaboração.

12. DO CRONOGRAMA
12.1. O cronograma da Mostra será divulgado pela organização da FLIPIRA, contendo, quando aplicável:
I – período de inscrições;
II – prazo para confirmação de participação;
III – divulgação das orientações aos participantes;
IV – data, horário e local da Mostra;
V – prazo e procedimento para solicitação de certificados.
12.2. A organização poderá alterar datas, horários ou procedimentos, mediante comunicação aos participantes inscritos e divulgação pelos canais oficiais da FLIPIRA.

Art. 13º – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A inscrição na Mostra implica a aceitação integral das disposições desta Chamada Pública.
13.2. Os casos omissos serão analisados pela equipe responsável pela organização da FLIPIRA.
13.3. A organização poderá realizar ajustes na dinâmica da Mostra para adequá-la às condições técnicas, de segurança e de infraestrutura disponíveis no local.
13.4. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas aos canais oficiais da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial e/ou da FLIPIRA.
13.5. Constitui anexo deste Edital, dele fazendo parte integrante, independentemente de sua transcrição:
13.5.1 ANEXO I – Autorização do responsável legal (em caso de participante menor de 18 anos);

13.6 Esta Chamada Pública entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, ___ de _____ de 2026.

ADRIANA PATRÍCIA VIANA ROCHA
Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial

ANEXO I
EDITAL Nº18/2026
AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL (EM CASO DE MENOR DE 18 ANOS)

Eu,_____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº _____ portador do documento de identidade – RG nº_____, na condição de responsável legal pelo(a) menor _____, AUTORIZO sua inscrição e participação na Mostra de Cosplay da 2ª Festa Literária de Piraquara – FLIPIRA, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2026, em Piraquara – PR.

Declaro estar ciente e de acordo com as condições estabelecidas na Chamada Pública para Participação na Mostra de Cosplay, especialmente quanto às regras de participação, horários, organização e conduta durante a atividade.

Declaro, ainda, que as informações fornecidas neste documento são verdadeiras e que possuo legitimidade para autorizar a participação do menor acima identificado.

Grau de parentesco/relação com a/o participante: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Piraquara, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do responsável legal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4D555F31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 099/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS DOS EXAMES DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL DOS CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVÉS DO EDITAL N°081/2026 SENDO CONSIDERADOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
751	GABRIELY MARIE ARAUJO DE SOUZA	APTA

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:0F033DED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº100/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO E APTO NO EXAME DE SAÚDE EDITAL N° 099/2026, PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Resultado
751	GABRIELY MARIE ARAUJO DE SOUZA	APTA

O candidato acima mencionado deverá proceder à entrega dos documentos, cujo rol segue em frente, no **dia 02/09/2026, às 9h:00min.,**na Superintendência de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Piraquara, **Av. Getúlio Vargas nº 1990 – Centro – Piraquara / PR.**
Documentos Exigidos

a) 01 (uma) foto 3 X 4 recente;
b) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira de Identidade;
c) FOTOCÓPIA e ORIGINAL CPF;
d) PIS/PASEP ATUALIZADO (Extrato emitido pela Caixa Econômica Federal);
e) FOTOCÓPIA e ORIGINAL Título de eleitor
f) Certidão de quitação eleitoral;
g) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se prestou concurso para motorista);
h) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Trabalho;
i) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Carteira e/ou Certificado de Reservista ou dispensa(se masculino);
j) FOTOCÓPIA e ORIGINAL dos Documentos comprobatórios de escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes no Edital;
k) FOTOCÓPIA e ORIGINALCarteira de Registro Profissional (ex. COREN, CREA, CRM, CRO);
l) FOTOCÓPIA e ORIGINAL da Certidão de Casamento;
m) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Comprovante de residência (luz, água ou telefone);
n) Certidão negativa deCriminal, expedida pela Comarca onde reside;
o) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Estadual;
p) Certidão negativa deAntecedentes Criminais Federal;
q) conta bancária no Banco Bradesco (agência Piraquara);
r) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Certidão de Nascimento dos filhos menores de 16 (dezesseis) anos;
s) FOTOCÓPIA e ORIGINALda Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
t) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Termo de Curatela (se for o caso);
u) FOTOCÓPIA e ORIGINALdo Atestado de invalidez (se for o caso);

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 31 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:8B20B889

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 502/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11586/2026 – CONCORRÊNCIA Nº 5/2026

Contratante: Município de Piraquara. **Contratada**: TREXO CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.847.845/0001-97. **Objeto:** construção da Casa Mulher Paranaense com execução dos serviços de: projetos executivos, serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem de águas pluviais; fundações; estruturas, alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias; acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrosanitárias, gás-GLP, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto, pelo valor total de R$ 2.190.000,00 (dois milhões cento e noventa mil reais). **Prazo de Vigência**: será de 840 (oitocentos e quarenta) dias,

contados a partir da data da assinatura do contrato. **Data da Assinatura**: 31 de agosto de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DEBAF2EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 525/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 54.642/2025 – INEXIGIBILIDADE N.º 5/2026

Objeto: contratação de serviços veterinários por meio de credenciamento de Clínicas habilitadas para atendimento de animais do Município de Piraquara. - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - **Contratada: CLÍNICA VETERINÁRIA CAVALHEIRO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 19.886.556/0001-55, pelo valor de R$ 1.978.376,77 (**um milhão, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos**) **sendo que** os pagamentos devidos para a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos - **Prazo de vigência da contratação:** 1 ano contado da assinatura do contrato. – **Data da assinatura:** 31/08/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:478B95D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO FINAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026 EDITAL DE PATROCÍNIO – 3ª ETAPA CORRIDA DE RUA PIRA KIDS

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude do Município de Piraquara, no uso de suas atribuições legais, torna público o Relatório Final do Edital de Chamamento Público nº 005/2026, destinado à seleção de patrocinadores para a realização da 3ª etapa Corrida de Rua Pira Kids, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2026.

1. DO OBJETO

O presente chamamento público teve por objeto a captação de patrocínio, por meio de apoio financeiro e/ou fornecimento de bens e serviços, para viabilizar a estrutura necessária à realização do evento esportivo supracitado, promovendo o esporte, o lazer, a saúde e a integração comunitária.

2. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

O Edital nº 005/2026 foi publicado no Diário Oficial do Município, assegurando ampla publicidade e transparência, conforme os princípios da administração pública, possibilitando a participação de pessoas jurídicas interessadas em associar suas marcas ao evento.

3. DAS INSCRIÇÕES E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

As propostas foram recebidas dentro do prazo estabelecido no edital e analisadas pela Comissão de Avaliação designada para este fim, observando-se os critérios de habilitação jurídica, regularidade fiscal e adequação ao objeto do chamamento público.

4. DOS PATROCINADORES HABILITADOS

Após análise técnica e administrativa, foram considerados habilitados e aptos ao patrocínio do evento os seguintes proponentes:

EMPRESA	CNPJ
TESOURA DOURADA CONFECÇÕES	03.745.589/0001-45
ADEMICON ADM DE CONSÓRCIOS AS	84.911.098/0001-29
CASA CHINA	02.897.801/0004-70
BELIBUM	33.162.573/0001-70
RIGEL MEDICAL	33.162.573/0001-70
CONDOR	76.189.406/0001-26
ASSESSOCOR	17.078.683/0001-00
GALERANI EMBALAGENS LTDA	09.137.276/0001-90

Sendo consagrada patrocinadora oficial do evento a empresa CONDOR que obteve maior número de pontos na doação dos lotes.

5. DA HOMOLOGAÇÃO

Diante do exposto, a Comissão de Avaliação homologa o resultado do Edital de Chamamento Público nº 005/2026, declarando os patrocinadores habilitados para firmar os respectivos instrumentos de parceria, conforme previsto no edital.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório passa a integrar os autos do processo administrativo correspondente, para que produza seus efeitos legais. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, observada a legislação vigente.

Piraquara, 28 de agosto de 2026.

JOSELEI INÁCIO VILAS BOAS
Secretário(a) Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
Município de Piraquara

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:4DB1DE84

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 32 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Constitui as Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP para a Gestão 2026–2029 e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA – COMUSP, no uso de suas
atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP é órgão colegiado permanente do Sistema Único de Saúde – SUS no Município, com funções propositiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 5º do Regimento Interno do COMUSP, que estabelece as Comissões Permanentes como parte da estrutura organizacional do Conselho;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 31 do Regimento Interno, segundo o qual as Comissões Permanentes têm por finalidade articular políticas e programas para a saúde e devem ser compostas, prioritariamente, por Conselheiros, buscando atender aos critérios de paridade;

CONSIDERANDO que as Comissões são constituídas pelo Plenário do COMUSP e que a Coordenação e a Relatoria são escolhidas pela própria Comissão, conforme dispõe o Art. 31, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que o Art. 32, inciso I, recomenda que as Comissões Permanentes sejam constituídas com o mínimo de 3 (três) e o máximo de 6 (seis) componentes;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 33 do Regimento Interno, que estabelece as Comissões Permanentes do COMUSP;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, ocorrida na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026, quanto à composição gradual das Comissões Permanentes nas reuniões ordinárias subsequentes;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam constituídas, para a Gestão 2026–2029, as seguintes Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP:

– Comissão Permanente de Controle Social;

– Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Recursos Humanos;

– Comissão Permanente de Vigilância em Saúde;

– Comissão Permanente de Políticas Públicas;

– Comissão Permanente de Ética.

Art. 2º As Comissões Permanentes serão compostas por Conselheiros do COMUSP, observando-se, prioritariamente, os critérios de paridade e o limite estabelecido no Regimento Interno, de 3 (três) a 6 (seis) componentes por Comissão.

Art. 3º Ficam, nesta oportunidade, definidas as composições nominais da Comissão Permanente de Controle Social e da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Recursos Humanos, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 4º A composição nominal da Comissão Permanente de Vigilância em Saúde, da Comissão Permanente de Políticas Públicas e da Comissão Permanente de Ética será definida no decorrer das reuniões ordinárias subsequentes do COMUSP, mediante indicação e deliberação do Plenário, observadas as disposições do Regimento Interno.

Parágrafo único. A composição das referidas Comissões foi deliberadamente postergada, conforme acordado pelo Plenário na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026, considerando a necessidade de organização, indicação e aprovação dos respectivos representantes.

Art. 5º Após devidamente compostas e aprovadas pelo Plenário, as Comissões Permanentes passarão a exercer suas atribuições conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP e demais normas aplicáveis.

Art. 6º Cada Comissão Permanente escolherá, entre seus próprios integrantes, seu Coordenador(a) e Relator(a), conforme estabelecido no Art. 31, § 4º, do Regimento Interno do COMUSP.

Parágrafo único. A escolha da Coordenação e da Relatoria deverá ser registrada em ata da respectiva Comissão e comunicada à Mesa Diretora do COMUSP.

Art. 7º Compete às Comissões Permanentes analisar as matérias que lhes forem encaminhadas pelo Plenário e/ou pela Mesa Diretora, realizar estudos, acompanhar políticas e ações de saúde e emitir pareceres e proposições para subsidiar as deliberações do Plenário, observadas as atribuições específicas previstas nos Arts. 34 a 38 do Regimento Interno.

Art. 8º A Comissão Permanente de Controle Social exercerá as atribuições previstas no Art. 34 do Regimento Interno, especialmente quanto à fiscalização e avaliação da Política Municipal de Saúde, acompanhamento de denúncias junto à Ouvidoria, fortalecimento da educação permanente e acompanhamento das deliberações do Plenário.

Art. 9º A Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Recursos Humanos exercerá as atribuições previstas no Art. 35 do Regimento Interno, incluindo a análise de prestações de contas, orçamento, aplicação de recursos, licitações e acompanhamento da Política de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10º A Comissão Permanente de Vigilância em Saúde exercerá, após sua composição, as atribuições previstas no Art. 36 do Regimento Interno, abrangendo, entre outras, ações relacionadas à Saúde do Trabalhador, Saúde Mental, Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Saúde Infanto-Juvenil, Vigilância Epidemiológica e Sanitária, medicamentos e Saúde Suplementar.

Art. 11º A Comissão Permanente de Políticas Públicas exercerá, após sua composição, as atribuições previstas no Art. 37 do Regimento Interno, especialmente quanto aos estudos e proposições relacionados às políticas públicas que tenham interface com a saúde e às ações intersetoriais e interdisciplinares.

Art. 12º A Comissão Permanente de Ética, após sua composição, exercerá as atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Interno, podendo ser acionada pela Mesa Diretora ou pelo Plenário quando necessário, assegurando-se aos Conselheiros envolvidos o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos das normas aplicáveis.

Art. 13º As Comissões Permanentes somente poderão emitir pareceres com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) de seus representantes, conforme estabelecido no Art. 31, § 5º, do Regimento Interno.

Art. 14º Em caso de vacância na Comissão decorrente da substituição do Conselheiro no COMUSP, o substituto no Conselho assumirá a vaga na respectiva Comissão, nos termos do Art. 31, § 2º, do Regimento Interno.

Art. 15º A Mesa Diretora do COMUSP deverá informar à Plenária, semestralmente, sobre a assiduidade dos membros das Comissões Permanentes.

Parágrafo único. Os membros faltosos poderão ter seus mandatos nas Comissões cassados pelo Plenário quando incorrerem nas hipóteses previstas no Art. 31, § 3º, do Regimento Interno, após a devida avaliação.

Art. 16º As Comissões Permanentes poderão solicitar assessoria quando necessário ao desenvolvimento de suas atividades, conforme previsto no Art. 31, § 6º, do Regimento Interno.

Art. 17º As Comissões Permanentes deverão reunir-se conforme cronograma próprio, observadas as demandas encaminhadas pelo Plenário e pela Mesa Diretora e as disposições do Regimento Interno.

Art. 18º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, observadas as disposições do Regimento Interno e da legislação vigente.

Art. 19º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP.

Piraquara, 28 de agosto de 2026.

OSMAR DE SOUZA SILVA
Presidente do COMUSP

ANEXO I
COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES GESTÃO 2026–2029 COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque
Élio Moreira Santos
Emanuel José Teixeira Gottlich
Gerson Santos de Andrade
José Roberto Jacomel Junior

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTROLE SOCIAL
Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque
Lauryane Karla Silva Guetten Almeida
Élio Moreira Santos
Paula Cunha de Andrade
Thiago da Silva Pereira

COMISSÃO PERMANENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Composição a ser definida nas reuniões ordinárias subsequentes do COMUSP, conforme deliberação do Plenário na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Composição a ser definida nas reuniões ordinárias subsequentes do COMUSP, conforme deliberação do Plenário na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA
Composição a ser definida nas reuniões ordinárias subsequentes do COMUSP, conforme deliberação do Plenário na Reunião Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F44E3446

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.616, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Altera o art. 1º da Lei nº 2.562, de 08 de setembro de 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.562, de 08 de setembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título gratuito e precário, permissão de uso de parte ideal de imóvel público municipal, correspondente a 1.000 m² (mil metros quadrados), para fins de instalação, manutenção e operação de antena de transmissão de sinal de rádio e televisão, observados os requisitos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 31 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:64D586A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.°57/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 57/2026
##OBJETO: Registro de preço, por um período de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período (com renovação de saldo), para eventual e futura aquisição de insumos de enfermagem e material hospitalar que deram desertos/fracassados nos pregões 13/2026 e 41/2026, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 15/09/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 15/09/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço por Lote. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 136.135,74 (cento e trinta e seis mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e quatro centavos).
#DAT 31/08/2026
##ASS **Jean Marcel Grande Huber**
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:82EF51EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 58/2026
##OBJETO: Aquisição de 06 (seis) patinetes elétricos e 04 (quatro) assistentes virtuais, destinados à premiação de estudantes e professores da rede pública de ensino contemplados no Projeto MPT na Escola, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 15/09/2026, até as 13h00min. Início de Disputa de Preços em: 15/09/2026, às 14h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço por Lote. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 9.515,18 (nove mil, quinhentos e quinze reais e dezoito centavos).
#DAT 31/08/2026
##ASS **Jean Marcel Grande Huber**
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:E1D709B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
REPUBLICAÇÃO DECISAO RECURSO PREFEITO - CONCORRENCIA 12/2026 PROJETO REFORÇO HOSPITAL

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de orçamento e de projeto de reforço e reparo estrutural destinado à retomada da obra paralisada do Hospital Regional do Município de Pitanga/PR, compreendendo projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.
RECORRENTES:

•Alberton Romagnole Terraplenagem Ltda.;

•ELC Engenharia Ltda.;

•Rosa Sul Projetos de Engenharia Ltda.

RECORRIDA: Periciall Engenharia Ltda.
I – RELATÓRIO
Trata-se de recursos administrativos apresentados no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 12/2026 contra o resultado do julgamento das propostas técnicas e da classificação do certame.
Após a análise inicial das propostas, a Banca Avaliadora, composta por profissionais da área técnica da Administração Municipal, procedeu à avaliação da qualificação acadêmica, dos acervos técnicos e das propostas financeiras, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência.
Em razão da interposição dos recursos, os autos foram novamente submetidos à Banca Avaliadora, que apresentou manifestações técnicas individualizadas, reexaminando os argumentos das recorrentes e mantendo, de forma fundamentada, as pontuações e a classificação anteriormente atribuídas.
Na sequência, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município para análise jurídica dos recursos administrativos.
A Procuradoria consignou que o controle jurídico se restringe à análise da legalidade, motivação, vinculação ao instrumento convocatório e observância da isonomia, não cabendo ao órgão jurídico substituir a Banca Avaliadora no exame do mérito técnico das propostas.

Ao final, a Procuradoria-Geral do Município opinou pelo **não provimento do recurso da Alberton Romagnole Terraplenagem Ltda., pelo não provimento do recurso da ELC Engenharia Ltda. e pelo não provimento de ambos os recursos apresentados pela Rosa Sul Projetos de Engenharia Ltda.**
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente, considerando a certificação juntada aos autos pelo Departamento de Licitações e Contratos quanto à regularidade e tempestividade da fase recursal, conheço dos recursos apresentados.
No mérito, verifico que as questões de natureza eminentemente técnica foram submetidas à Banca Avaliadora competente, que procedeu ao reexame dos argumentos apresentados pelas recorrentes e ratificou, mediante fundamentação técnica, os critérios e pontuações anteriormente adotados.
As manifestações da equipe técnica demonstram que os critérios de avaliação foram aplicados conforme as disposições do Edital e do Termo de Referência, preservando-se a uniformidade de tratamento entre os participantes.
Da mesma forma, o Parecer Jurídico concluiu não terem sido identificados vícios de legalidade, de motivação, de vinculação ao instrumento convocatório ou de isonomia capazes de justificar a reforma do julgamento realizado.
Quanto ao recurso da **Alberton Romagnole Terraplenagem Ltda.**, foram analisadas, entre outras questões, a qualificação acadêmica do profissional indicado pela Periciall Engenharia Ltda., a documentação relativa ao registro profissional e a forma de comprovação do vínculo do responsável técnico, tendo a Procuradoria concluído pela regularidade do julgamento realizado.
Em relação à **ELC Engenharia Ltda.**, verifica-se que seu recurso se concentrou na revisão de sua Nota de Acervo Técnico – Nac, sem afastar o fundamento autônomo que ocasionou sua eliminação do certame, consistente no não atingimento da pontuação mínima exigida para a Nota de Qualificação Acadêmica – Nprof.
Quanto à **Rosa Sul Projetos de Engenharia Ltda.**, a Banca Avaliadora reexaminou os critérios utilizados na sua própria pontuação e na pontuação da Periciall Engenharia Ltda., inclusive quanto à qualificação acadêmica, à quantificação de vigas e aos elementos estruturais indicados nos acervos, mantendo fundamentadamente os resultados anteriormente apurados.
Registro, ainda, que a Procuradoria reconheceu que as conclusões da Banca constituem **juízo técnico motivado**, não havendo, sob a perspectiva jurídica, afronta aos princípios da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo ou da isonomia.
Dessa forma, **adoto como razões de decidir os fundamentos constantes das manifestações da Banca Avaliadora e do Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município**, os quais passam a integrar a presente decisão para todos os efeitos.
III – DECISÃO
Diante do exposto, no exercício das atribuições da autoridade competente e com fundamento no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDO**:
I – CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por ALBERTON ROMAGNOLE TERRAPLENAGEM LTDA.;
II – CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por ELC ENGENHARIA LTDA.;
III – CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO aos dois recursos administrativos apresentados por ROSA SUL PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.;
IV – RATIFICAR as conclusões e os fundamentos constantes das manifestações técnicas da Banca Avaliadora e do Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Município;
V – MANTER o resultado do julgamento e a classificação final da Concorrência Eletrônica nº 12/2026, permanecendo:

•PERICIALL ENGENHARIA LTDA. – 70,60 pontos;

•ALBERTON ROMAGNOLE TERRAPLENAGEM LTDA. – 52,50 pontos;

•ROSA SUL PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA. – 51,91 pontos;

mantida, ainda, a eliminação da **ELC Engenharia Ltda.**, em razão do não atendimento da pontuação mínima exigida para a Nota de Qualificação Acadêmica – Nprof, conforme julgamento técnico constante dos autos.
VI – DETERMINAR o retorno dos autos ao Agente de Contratação e ao Departamento de Licitações e Contratos para ciência das partes, registro da presente decisão no sistema eletrônico e adoção das providências necessárias ao regular prosseguimento do certame.
Publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Pitanga/PR, 28 de agosto de 2026.

Originalmente Assinado
DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:14DAE990

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 207/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

1. **CONVOCAR** o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público da Prefeitura do Município de Pitangueiras, aberto através do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, e homologado através da Edital nº 009/2025 de 25/07/2025, para se apresentar na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Central, nº 408, nesta cidade de Pitangueiras-PR, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação da presente Portaria, para tratar dos procedimentos de contratação, conforme segue:

MOTORISTA:

Nome do Candidato	Inscrição	Data de Nasc.	Classif.
GILMAR GONÇALVES	0011106	08/06/1982	27°

2. O candidato convocado deverá comparecer à divisão indicada munido dos documentos relacionados no item 9.3. do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, em vias originais e cópias.

3. O candidato deverá submeter-se à Avaliação Física e Mental, em caráter eliminatório, a ser efetuada por médico oficial do município, em dia e local previamente designados pelo Setor de Recursos Humanos, conforme item 9.3.1 do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025.

4. O não comparecimento no prazo aqui estabelecido ou a falta de comprovação dos requisitos para o exercício do cargo implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 31 de agosto de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGORLON
Vice- Prefeito em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:DBEF3206

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico N° 33/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS

CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: 50.669.960 JOAO VITOR DA SILVA GOMES CAPRIOT
CNPJ: 50.669.960/0001-17
OBJETO: eventual contratação de prestação de serviços de recarga de extintores, conforme Edital do Pregão Eletrônico Nº 33/2026.
VALOR: R$ 3.431,85 (três mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos).
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 35 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
Manutenção das Atividades Administrativas da Administração Municipal
DESP Nº 31 -3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ ... 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e João Vitor da Silva Gomes Caprioti
DATA DA ASSINATURA: 31/08/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F6350574

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 43/2026

PORTARIA Nº 43, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

ABRAHÃO MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 17, § 1º, inciso XXXII, do Regimento Interno;

Considerando o período aquisitivo do Servidor;
Considerando a solicitação do Servidor de fracionamento de férias;
Considerando a portaria nº 02 de janeiro de 2026, que fixou o primeiro período;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Férias conforme programação a Jacson Marcelo Spies Biondo, servidor comissionado, Matricula: 11134, relativas ao período aquisitivo de janeiro de 2025 a janeiro de 2026,
Parágrafo único. O gozo de férias que se refere o caput do Artigo, se dará de forma fracionada, fixando o segundo período de cinco dias, a contar a partir de primeiro de setembro de dois mil e vinte e seis.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:BE42FC0A

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 09/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024 PROCESSO 09/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, 1583, inscrita no CNPJ nº 78.114.121/0001-51, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, senhor **ABRAHÃO MARQUES**, em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Lauro Luersen, nº 165, neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.******-8 SESP-PR e CPF nº 032.******-04 e;

CONTRATADA: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 24.092.271/0001-82, com sede à Rua Osmar Pedro Werner, Nº 88, Bairro Nossa Senhora de Fátima, na Cidade de Braço do Norte - SC, neste ato representado pelo Administrador(a) o Sr.(a). Fabrício de Souza, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 4.027.059, e do CPF sob n.º 005.***.***-22, residente e domiciliado(a), na Rua José Waterkemper, 123, Vila Nova, na Cidade de Braço do Norte - SC, CEP: 88.750-000.

FUNDAMENTO LEGAL: encontra amparo legal na Lei 14.133/2021, nos termos dos Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ADITIVO
Em comum acordo entre as partes, e com base no previsto no Contrato Originário, Cláusulas Oitava e Nona, fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo nº 09 de 2024, pelo período de 12 meses.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo do Contrato de Administrativo nº 09/2024, pelo período de 12 (doze) meses, a contar a partir da data de 21 de agosto de 2026, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados na Câmara Municipal de Planalto-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
Considerando o previsto no Item 20 do Edital de Dispensa nº 04/2024, os valores serão reajustados anualmente de acordo com o Índice do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, sendo apurado o percentual acumulado nos últimos 12 meses de 4,10%, (quatro virgula dez por cento) a ser aplicado.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR
Fica reajustado o valor de R$ 1.034,47 (um mil e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos).
O valor global do contrato passa para R$ 26.265,68 (vinte e seis mil e duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).
CLAUSULA QUINTA - JUSTIFICATIVA:
Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que o fornecimento dos itens são essenciais para as atividades Câmara Municipal de Planalto.
CLÁUSULA SEXTA- DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 09 de 2024, permanecem inalteradas e em vigor.
E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO
As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Capanema-Pr. Não obstante qualquer mudança de domicilio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes no ato, a fim de que se produzam efeitos legais.

Planalto-PR 20 de agosto de 2026.

Contratante
***ABRAHÃO MARQUES* –**
Presidente CMVP

Contratada
FABRÍCIO DE SOUZA
Softcam Soluções LTDA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:5CF9AC69

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO "PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 039/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 039/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 039/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas nas repartições públicas do Município de Planalto/PR.
VALOR: R$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 16 de setembro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:7D76F60F

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO P.E 037/2026

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 116/2026 de 12 de janeiro de 2026, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 14.1333 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

1. Objeto da Licitação:
1.1. O objeto do presente termo é a Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR.

2. Empresa Participante:
2.1. DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA
2.2. MENUSSI & MENUSSI LTDA
2.3. SUPERMERCADO LINK LTDA
Situação: Classificada.

3. Empresas Vencedoras:
3.1. DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.787.054/0001-03 situada no município de Francisco Beltrão - PR classificado em 1º lugar no lote 01 item 033 e 037 totalizando a importância de R$ 141.791,25 (cento e quarenta e um mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).
3.2. MENUSSI & MENUSSI LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.489.735/0001-44 situada no município de Planalto-PR classificado em 1º lugar no lote 01 item 011,012 e 020 totalizando a importância de R$ 58.730,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e trinta reais).
3.3. SUPERMERCADO LINK LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.946.439/0001-74 situada no município de Planalto-PR classificado em 1º lugar no lote 01 item 002, 003, 005 006, 007, 008, 009, 010, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 034, 035, 036, 038, e 039 totalizando a importância de R$ 580.402,00 (quinhentos e oitenta mil e quatrocentos e dois reais).

4. Data da Abertura:
4.1. A Licitação Pregão Eletrônico Nº 037/2026 de 14 de agosto de 2026, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 26 de agosto de 2026, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

Planalto, Estado do Paraná, 26 de agosto de 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:81215BCA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E 037/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Eletrônico nº. 037/2026, lavrada em 14 de agosto de 2026, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR

EMPRESA: DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA
LOTE 01 ITEM 033 e 037.
VALOR TOTAL:R$ 141.791,25 (cento e quarenta e um mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

EMPRESA: MENUSSI & MENUSSI LTDA
LOTE 01 ITEM 011, 012 e 020.
VALOR TOTAL: R$ 58.730,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e trinta reais).

EMPRESA: SUPERMERCADO LINK LTDA

LOTE 01 ITEM 002, 003, 005 006, 007, 008, 009, 010, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 034, 035, 036, 038, e 039
VALOR TOTAL: R$ 580.402,00 (quinhentos e oitenta mil e quatrocentos e dois reais).

DATA: 26 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:CB4B5699

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2026

Inexigibilidade Nº 27/2026
Processo licitatório nº 042/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pontal do Paraná
Cnpj: 01.636.881/0001-02.

CONTRATADA: SUPRA – Consultoria, Treinamentos e Capacitação em Gestão Pública
Cnpj: 40.621.340/0001-54.

OBJETO: "Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, compreendendo a inscrição e participação de 01 (Um) Servidor, mediante solicitação expressa do próprio, no curso presencial intitulado "Integridade, Responsabilização e Compliance na Gestão Pública Municipal" evento possui carga horária total de 15 (quinze) horas técnicas pedagógicas e será realizado entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, no município de Curitiba/PR (nas dependências do Hotel Nacional Inn), sob a coordenação técnica e pedagógica do Instituto de Desenvolvimento Técnico-administrativo (SUPRA) / Método Classe."

VALOR :R$ 2.390,00 (dois mil, trezentos e noventa reais).

Dotação; 01001010310001200133900390000 1001
Reduzido: 16 Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

Pontal do Paraná, em31 de agosto de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcela Mendes
Código Identificador:CAC28B71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
NULIDADE DA LEI Nº 2087/2026, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

NULIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 2.087, DE 25 de agosto de 2026.

Por erro material decorrente de duplicidade de sanção, foi publicada a**Lei Municipal nº 2.087, de 25 de agosto de 2026,** com conteúdo idêntico ao da**Lei Municipal nº 2.083, de 18 de agosto de 2026**.
Dessa forma, para fins de correta identificação da legislação vigente e de sua referência nos atos administrativos e jurídicos,**fica sem efeito a Lei nº 2087/2026,** publicada em vinte e seis de agosto de 2026, devendo ser considerada como a norma vigente a**LEI MUNICIPAL Nº 2.083, de 18 de agosto de 2026**, permanecendo inalterado o seu conteúdo.
A presente errata tem por finalidade exclusivamente corrigir o erro material de identificação decorrente da duplicidade de sanção e publicação,**não implicando alteração do conteúdo normativo da lei**.
Porecatu, 31 de agosto de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:66E63681

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 28/2026

MUNICÍPIO DE PORECATU
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026.
O MUNICÍPIO DE PORECATU, torna público que às 08:00 horas do dia 16 de setembro de 2026, na plataforma compras.gov.br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Fornecimento e instalação de luminárias de LED	424 unidades	R$ 570.978,04	180dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.porecatu.pr.gov.br/licitacoes/ e na plataforma Compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Porecatu, 31 de agosto de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito-Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:174C36FF

LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO 25/2026 - RETIFICADO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DE EDITAL: RETIFICADO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
DATA DA REALIZAÇÃO: 14/09/2026
ABERTURA: 08H00MIN
LOCAL: Rua Barão do Rio Branco, 344 – centro (Sala de Reuniões) no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br UASG:987779

OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de aros, para as secretarias municipais.

Valor: R$ 1.119.740,78 (um milhão, cento e dezenove mil, setecentos e quarenta reais e setenta e oito centavos).
Órgão: 08 - Secretaria de Educação
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Educação
Função: 123610020 – Educação
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.037 - Manutenção do Transporte Escolar
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 820 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 813

Órgão: 11 - Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 103020023 – Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.052 - Manutenção do Hospital Municipal

Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 303 Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 1299 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1274

Órgão: 11 - Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 103020023 – Saúde
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.054 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 335 Saúde/Sesa – Vigiasus - Custeio
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 1363 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1349

Órgão: 12 - Secretaria de Serviço Social
Unidade Orçamentária: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 082440024 – Assistência Social
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.056 - Manutenção da Divisão de Assistência Social
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 1580 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1562

Órgão: 12 - Secretaria de Serviço Social
Unidade Orçamentária: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 082440024 – Assistência Social
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.055 - Manutenção do Conselho Tutelar
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 505 ROYALTES TRATADO DE ITAIPU BINACIONAL
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 1962 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1503

Órgão: 07 - Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Urbanismo
Função: 154510026 – Urbanismo
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.026 - Manutenção da Divisão de Urbanismo
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 504 Royalties e Outras Compensações Financeiras
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 607 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 593

Órgão: 13 - Secretaria de Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Limpeza Pública
Função: 154520025 – Urbanismo
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.063 - Manutenção da Divisão de Limpeza Pública
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 511 TAXA – Prestação de Serviços
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 1660 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 1651

Órgão: 05 - Secretaria de Administração
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Secretário Serviço Administrativo
Função: 041220018 - Administração
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração
Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente
Desdobramento: 3.3.90.30.39.01 - 262 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.30 – 243

Download do edital: http://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes
Telefone para contato: (43) 3623-3100
E-mail: licitaporecatu@gmail.com

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:74B4EB19

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº421./2026

PORTARIA Nº421./2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONTRATA, a partir do dia 01 de setembro de 2026, **FRANCIELI JESUS DA SILVA**, portadora do CPF Nº. 082.838.419-39 para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais Lotada na F.M.S/Hospital Municipal da Secretaria, de acordo com sua classificação no Concurso Público (Cargo Público) instituído pelo Edital nº 001/2026 de 27 de janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (31.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:0E92E346

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422./2026

PORTARIA Nº 422./2026

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONTRATA, a partir do dia 01 de setembro de 2026, **BEATRIZ APARECIDA CAMPOS MIRANDA**, portadora do CPF Nº. 478.444.998-18 para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais Lotada na F.M.S/Hospital Municipal da Secretaria de Saúde, de acordo com sua classificação no Concurso Público (Cargo Público) instituído pelo Edital nº 001/2026 de 27 de janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (31.08.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:BD9FA9C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 49/2026

PORTARIA Nº 49, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Exonera a pedido, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X, da Lei Orgânica Municipal e;
CONSIDERANDO o pedido de exoneração protocolado nesta administração sob nº 1430/2026, de 25 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR** a pedido, a partir de 1º de setembro de 2026, **HÉLIO JOSE VIDA**, matrícula nº 287812, do cargo em provimento efetivo de "Assistente Administrativo".
Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 48, de 30 de maio de 2022, declarando a vacância do cargo mencionado no caput do artigo primeiro.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:797435EA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 01/2026

PORTARIA DEMEC Nº 01/2026

Institui a Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização no âmbito do Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC de Porto Amazonas e dá outras providências.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – DEMEC DE PORTO AMAZONAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Constituição Federal, especialmente o dever do Estado de assegurar a educação e garantir o direito à aprendizagem;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Referencial Curricular do Paraná;
CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e as ações de cooperação entre União, Estados e Municípios voltadas à garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.373/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 128/2026, que institui a Comissão Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a Portaria nº 47/2026, que designa os membros da Comissão Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO o Regimento Interno da Comissão Municipal de Alfabetização, que dispõe sobre sua organização e funcionamento;
CONSIDERANDO o Plano Municipal de Alfabetização e o Plano Municipal de Comunicação;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer, no âmbito do Departamento Municipal de Educação e Cultura, a capacidade institucional para o planejamento, a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO as características e o porte da Rede Municipal de Ensino de Porto Amazonas, constituída por 03 (três) escolas municipais e 01 (um) Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Departamento Municipal de Educação e Cultura – DEMEC, a **Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização**, destinada a fortalecer a capacidade administrativa e pedagógica do Município para a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização constitui organização interna do DEMEC, **não implicando criação de novos cargos, funções ou unidades administrativas**, sendo composta por servidores já integrantes da estrutura administrativa municipal, designados para o desempenho das atribuições previstas nesta Portaria.

Art. 3º A Estrutura Municipal será composta pelos seguintes servidores/funções:
I – Diretor(a) do Departamento Municipal de Educação e Cultura, responsável pela coordenação institucional;
II – servidor(a) responsável pela Coordenação Pedagógica do DEMEC, responsável pela coordenação técnico-pedagógica das ações;
III – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/RENALFA, responsável pela articulação municipal da política de alfabetização e pelo acompanhamento das ações relacionadas ao Compromisso.

Parágrafo único. Sempre que necessário, a estrutura poderá contar com a colaboração técnica de outros servidores do DEMEC, das equipes gestoras das unidades educacionais e de profissionais da Rede Municipal de Ensino, conforme a natureza das ações desenvolvidas.

Art. 4º Compete à Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização:
I – promover a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – articular as ações municipais às diretrizes e ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
III – acompanhar a execução do Plano Municipal de Alfabetização;
IV – articular ações de alfabetização na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
V – acompanhar ações de recomposição das aprendizagens relacionadas aos processos de alfabetização;
VI – subsidiar o planejamento das ações pedagógicas destinadas à garantia da alfabetização;
VII – acompanhar e analisar resultados de avaliações e indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
VIII – apoiar a organização de processos de formação continuada dos profissionais da educação relacionados à alfabetização;
IX – promover a articulação entre o DEMEC, as equipes gestoras, coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Ensino;
X – acompanhar a implementação das orientações curriculares municipais relacionadas à alfabetização;
XI – organizar, sistematizar e manter registros e evidências das ações desenvolvidas;
XII – produzir relatórios técnicos e subsídios para o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;
XIII – articular-se com a Comissão Municipal de Alfabetização, fornecendo informações, dados e subsídios necessários ao exercício de suas atribuições;
XIV – acompanhar ações de comunicação e mobilização relacionadas à alfabetização, em consonância com o Plano Municipal de Comunicação;
XV – contribuir para o monitoramento e a avaliação periódica da Política Municipal de Alfabetização;
XVI – desenvolver outras ações relacionadas à garantia do direito à alfabetização que lhe sejam atribuídas pelo DEMEC.
Art. 5º Compete ao(à) Diretor(a) do DEMEC:
I – assegurar as condições administrativas e institucionais para implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – coordenar institucionalmente a estrutura;
III – promover a articulação com os demais setores da Administração Municipal;
IV – acompanhar a execução das ações e dos planos municipais relacionados à alfabetização;
V – assegurar a integração entre a estrutura técnica do DEMEC e a Comissão Municipal de Alfabetização.

Art. 6º Compete à Coordenação Pedagógica do DEMEC:
I – coordenar tecnicamente as ações pedagógicas da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar o desenvolvimento das ações nas unidades educacionais;
III – subsidiar as equipes gestoras e docentes;
IV – analisar dados e resultados de aprendizagem;
V – articular ações de formação continuada;

VI – acompanhar ações de alfabetização, recomposição das aprendizagens e desenvolvimento das aprendizagens essenciais;
VII – contribuir para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações previstas no Plano Municipal de Alfabetização.

Art. 7º Compete ao(à) Articulador(a) Municipal do CNCA/RENALFA:
I – realizar a articulação municipal das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – acompanhar orientações, programas, ações e instrumentos relacionados ao CNCA;
III – apoiar o planejamento e a execução das ações municipais de alfabetização;
IV – acompanhar indicadores, registros e evidências relacionados à política;
V – participar de processos formativos e reuniões técnicas relacionadas à alfabetização;
VI – sistematizar informações e subsidiar a elaboração de relatórios;
VII – articular as ações municipais às instâncias estadual e nacional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 8º As atribuições previstas nesta Portaria serão desenvolvidas **no âmbito da jornada regular de trabalho dos servidores designados**, de acordo com a organização administrativa e pedagógica do DEMEC e sem prejuízo das atribuições inerentes aos respectivos cargos de origem.

Art. 9º A atuação dos servidores na Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização será considerada para fins de planejamento, acompanhamento, monitoramento e registro das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10 A Estrutura Municipal de Gestão e Implementação da Política de Alfabetização atuará de forma articulada com a **Comissão Municipal de Alfabetização**, respeitadas as atribuições específicas estabelecidas no Decreto de instituição e no Regimento Interno da Comissão.

Art. 11 A composição da estrutura poderá ser atualizada por ato do Departamento Municipal de Educação e Cultura sempre que houver alteração na organização administrativa, nas funções exercidas pelos servidores ou nas necessidades da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Porto Amazonas, 31 de agosto de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura
Porto Amazonas – Paraná

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:18C67A40

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETICAÇÃO DE PORTO AMAZONAS - PR

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE PORTO AMAZONAS – PR

Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Comissão Municipal de Alfabetização, instituída pelo Decreto Municipal nº 128/2026, responsável pelo exercício das funções de Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regimento Interno disciplina a organização e o funcionamento da Comissão Municipal de Alfabetização de Porto Amazonas, instituída pelo Decreto Municipal nº 128/2026, órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva, articuladora e de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º A Comissão tem por finalidade promover a articulação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino, em consonância com:
I – a Política Municipal de Alfabetização;
II – o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – a Política de Alfabetização do Estado do Paraná;
IV – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
V – o Referencial Curricular do Paraná.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Comissão Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – analisar os resultados das avaliações diagnósticas e externas relacionadas à alfabetização;
III – propor estratégias para fortalecer a aprendizagem das crianças;
IV – acompanhar a execução do Plano Municipal de Alfabetização e dos respectivos Planos de Ação;
V – promover a articulação entre o Departamento Municipal de Educação e Cultura e as unidades educacionais;
VI – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos Anos Iniciais;
VII – emitir recomendações destinadas ao aprimoramento das ações pedagógicas;
VIII – acompanhar a execução das ações previstas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IX – elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A Comissão Municipal de Alfabetização será composta pelos seguintes membros:
I – Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura – Presidente;
II – Coordenação Pedagógica do Departamento Municipal de Educação e Cultura – Secretaria Executiva;
III – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – RENALFA;
IV – Representante da Direção das Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
V – Representante da Direção do Centro Municipal de Educação Infantil;
VI – Representante das Coordenações Pedagógicas das Instituições Municipais de Ensino;
VII – Representante dos Professores da Pré-Escola;
VIII – Representante dos Professores Alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. Os membros da Comissão serão designados por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DA PRESIDÊNCIA

Art. 5º Compete ao Presidente da Comissão:
I – convocar e presidir as reuniões;
II – definir a pauta das reuniões;
III – coordenar os trabalhos da Comissão;
IV – encaminhar as deliberações aprovadas;
V – representar institucionalmente a Comissão perante os órgãos da Administração Pública e demais instituições.

CAPÍTULO V
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 6º Compete à Secretaria Executiva:
I – organizar as reuniões;

II – elaborar e encaminhar as convocações;
III – preparar os documentos necessários às reuniões;
IV – elaborar as atas;
V – manter organizados os registros e documentos da Comissão;
VI – acompanhar o cumprimento dos encaminhamentos deliberados.

CAPÍTULO VI
DAS REUNIÕES
Art. 7º A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pela Presidência.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou por meio eletrônico, quando necessário.
§ 2º As deliberações serão adotadas, preferencialmente, por consenso entre os membros presentes.

§ 3º Na impossibilidade de consenso, as decisões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

CAPÍTULO VII
DAS ATAS E DOS REGISTROS
Art. 8º Todas as reuniões da Comissão serão registradas em ata.

Art. 9º As atas deverão conter, no mínimo:
I – data e local da reunião;
II – relação dos participantes;
III – assuntos discutidos;
IV – deliberações e encaminhamentos;
V – responsáveis pelas ações;
VI – data prevista para acompanhamento, quando houver.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Poderão participar das reuniões, mediante convite da Presidência, representantes de outros órgãos públicos, instituições de ensino, conselhos, profissionais da educação ou especialistas, sempre que sua participação contribuir para o desenvolvimento das ações da Comissão.
Art. 11. A participação na Comissão constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 12. O Departamento Municipal de Educação e Cultura prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

Art. 13. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão, observada a legislação vigente.

Art. 14. Este Regimento Interno poderá ser alterado por deliberação da Comissão, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, e homologado por ato da Presidência.

Art. 15. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação pela Comissão Municipal de Alfabetização.

Porto Amazonas, 01 de setembro de 2.026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura
Porto Amazonas – Paraná

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:7FB7F1B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
AUTORIZAÇÃO DE DESPESA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026 (ART. 72, INCISO VIII, DA LEI 14.1333/2021)

AUTORIZAÇÃO DE DESPESA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
01 – **ENQUADRAMENTO LEGAL**: Art. 75, inc. II, da Lei 14.133/2021.
02 – **OBJETO RESUMIDO**: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de licença de uso de software destinado ao gerenciamento do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Prado Ferreira.
03 – **CONTRATADO**: **ANDERSON GUSMÃO C. DE LARA - ME -** CNPJ: 23.655.909/0001-83

04 – **ESTIMATIVA (ANUAL) DA DESPESA E JUSTIFICATIVA DE PREÇO** (art. 72, incisos II e VII, da Lei nº 14.133/2021):
O valor da contratação é de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais).
O referido fornecedor foi **o melhor classificado na disputa realizada em 26/08/2026, por meio da plataforma oficial Compras.gov.br**, apresentando a proposta de **menor preço** para o objeto da contratação.
05 – **DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO** (art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021):
De acordo com os recursos do presente exercício conforme Demonstração de previsão orçamentária anexa ao processo.
06 – **APROVAÇÃO POR PARTE DA ASSESSORIA JURÍDICA** (art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021):
De acordo com o art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 4°, inciso III, do Decreto Municipal nº 013/2024, o parecer jurídico encontra-se juntado no processo, demonstrando o atendimento dos requisitos exigidos.
07 – **AUTORIZAÇÃO**:
Nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 e, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o serviço público, bem como considerando as justificativas da contratação, **AUTORIZO** a presente contratação direta.

Prado Ferreira/PR, 31 de agosto de 2026.

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wallyngson Bruno
Código Identificador:099626CF

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção preventiva e corretiva, higienização, reparo e instalação de equipamentos de ar-condicionado, incluindo mão de obra, deslocamento, materiais de consumo, insumos e demais recursos necessários à execução dos serviços especificados, destinados ao atendimento das unidades do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR e do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR.

CONTRATADO: DR PRADO AR CONDICIONADO JURANDA LTDA.
CNPJ/CPF: 48.011.146/0001-69.
VALOR TOTAL: R$ 33.050,00 (Trinta e três mil e cinquenta reais)

Maringá – PR, 28 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:12F7D282

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em observância ao disposto no art. 75, inciso II, e §3º, da Lei nº 14.133/2021, torna público que realizará procedimento de contratação direta, visando à obtenção de propostas adicionais, para a contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de 01 (uma) inscrição em Ensaio de Proficiência (PEP) Interlaboratorial, na modalidade presencial, contemplando atividades de amostragem e realização de ensaios para determinação de cloro residual livre, condutividade, oxigênio dissolvido, pH a 25 °C, potencial de oxirredução (ORP), temperatura da amostra, temperatura ambiente e turbidez, com avaliação dos resultados e emissão de relatório e certificado de participação.

Os interessados deverão encaminhar proposta comercial, acompanhada da documentação mínima de habilitação, para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br, no período de:

De: 01/09/2026 – 8:00h (terça-feira)
Até: 04/09/2026 – 8:00h (sexta-feira)
*(Período mínimo de 03 (três) dias úteis)**

A seleção do fornecedor será realizada pelo critério do MENOR PREÇO, desde que atendidas as especificações do objeto e as condições de habilitação previstas no Termo de Referência. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com o Termo de Referência ou com preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado.

Informações adicionais e eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br , em dias úteis, no horário das 08h00 às 17h00, a fim de garantir a formalização das comunicações, a isonomia entre os interessados e o adequado registro no processo administrativo.

Maringá – PR, 31 de agosto de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:E1EA1EF6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 240/2026

Dispõe sobre período de gozo de férias do servidor Ronald Tiziani Pivotto, concedidas através da Portaria nº 200/2026, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidor(a) **JOSÉ DOMINGUES**, ocupante de cargo efetivo, matrícula 30000919, referente ao período aquisitivo de 01/06/2025 a 31/05/2026 a serem gozadas no período de 03/09/2026 a 02/10/2026.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria correrão a conta de dotações próprias consignadas no vigente orçamento.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:3E03B43C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 241/2026

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimento a servidor do Município de Prado Ferreira, e dá outras Providências.

O **Prefeito Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 2º, da Lei nº 579 do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de licença sem vencimento/remuneração ao servidor(a) OZELIA PRUDENTE CAMILOTTI, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100277, a serem utilizadas no período de 01/09/2026 a 30/09/2026.

Art. 2º - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:E9BDE2E0

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
OCTOGÉSIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2023

OCTOGÉSIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2023, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA E CARLOS MORANDI & FILHO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, Prado Ferreira-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito **SILVIO ANTONIO DAMACENO**, Identidade nº 7.039.900-8 - SSP/PR, CPF nº 971.552.929-15, no uso das atribuições que lhe são conferidas e a **CARLOS MORANDI & FILHO LTDA**, com endereço a AVENIDA PORECATU, 70 Centro - CEP: 86618000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pelo **Sr. LUIZ CARLOS MORANDI** portador do CPF nº 034.376.178-50, a seguir denominada CONTRATADA, e em face do resultado obtido no Processo inexigibilidade nº 4/2023, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 35/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme previsto no edital, ficam alterados os valores dos combustíveis com base no preço médio da tabela de preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, referente ao período de 16/08/2026 a 22/08/2026.

CLAÚSULA SEGUNDA: Os valores reajustados da ARP original seguirão a porcentagem de desconto sobre a tabela ANP, conforme abaixo:

Item	Descrição do produto	Valor anterior	Valor reajustado
1	ETANOL HIDRATADO	3,76	3,56
2	GASOLINA COMUM	6,51	6,40
3	ÓLEO DIESEL S10	7,12	7,07
4	ÓLEO DIESEL S500	6,34	6,35

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8.666/93, o presente termo de apostilamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, não afetadas pelo presente termo.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 31 de agosto de 2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS MORANDI
Carlos Morandi & Filho LTDA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:5AA23960

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor CONCEDE, a pedido do Servidor Municipal Senhor GILMAR DE LIMA FURQUIM, CPF nº. ***.951.629-** cargo efetivo de "OPERÁRIO", retorno ao trabalho após licença para tratar de interesses particulares, conforme disposto na Lei Municipal n° 12/99 e considerando o Processo Administrativo n°13888/2026, ficando designado para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem Estar Animal, a partir 03 de Setembro de 2026

Quatro Barras, 31 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C5159B81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°123/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	123/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	ALEX SANDRO FERNANDES			
CPF:	**083.***.***- 08**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
CUMPRIR AGENDA NO TRIBUNAL DE CONTAS (AUDIÊNCIA COM O CONSELHEIRO JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL).				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	31/08/2026			
RETORNO:	02/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e½	**R$790,54**	R$ 1.976,34
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.976,34**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:4AF5C50E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°124/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	124/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	Josemar Canassa			
CPF:	**702.***.***- 87**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
CUMPRIR AGENDA NO TRIBUNAL DE CONTAS (AUDIÊNCIA COM O CONSELHEIRO JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL).				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	31/08/2026			
RETORNO:	02/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:8EBCEC44

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°125/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	125/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	ANDRÉ RICARDO DA SILVA MELÃO			
CPF:	**026.***.***- 28**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
CUMPRIR AGENDA NO TRIBUNAL DE CONTAS (AUDIÊNCIA COM O CONSELHEIRO JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL).				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	31/08/2026			
RETORNO:	02/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:DB7D3B3A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°126/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	126/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	SÉRGIO JOSÉ NOGUEIRA			
CPF:	**702.***.***- 00**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
MOTORISTA DO PREFEITO EM AGENDA NO TRIBUNAL DE CONTAS (AUDIÊNCIA COM O CONSELHEIRO JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL).				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	31/08/2026			
RETORNO:	02/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:2F039CDB

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°127/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	127/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	ADELAIDE DA CRUZ			
CPF:	**855.***.***-15**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
II SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS : CONSTRUINDO CAMINHOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	01/09/2026			
RETORNO:	03/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:55CE5B8C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°128/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	128/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	31/08/2026			
FAVORECIDO:	Adriana Aparecida Nogueira			
CPF:	**027.***.***-71**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
II SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS : CONSTRUINDO CAMINHOS PARA CONSOLIDAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	01/09/2026			
RETORNO:	03/09/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 31 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C084EC10

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL N°027/2026

EDITAL Nº. 027/2026

SÚMULA: Convoca candidatos(as) aprovados(as) no processo Seletivo Simplificado, marcado pelo Edital 029/2025 para Contratação Temporária.

O Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, **ALEX SANDRO FERNANDES**, no uso das atribuições legais, **CONSIDERANDO** as Licenças para professoras em vias de aposentadoria de acordo com a Lei Municipal nº 1120/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição desses profissionais para assegurar a continuidade das atividades pedagógicas;
CONSIDERANDO a desistencia da candidata convocada no Edital nº 26/2026;

RESOLVE:
Convocar o candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, marcado pelo Edital 029/2025 e homologado pelos Editais 030/2025, 031/2025 e 032/2025 para possível Contratação Temporária por tempo determinado, conforme classificação abaixo:

Classificação Ampla Concorrência

NOME	NOTA	CLASS	CARGO
ANGELA RAFAELA FORTUNA DAL SANTO	25	**60º**	PROFESSOR

Os candidatos interessados deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura impreterivelmente no período de 01/09 a 04/09/2026 das 08h às 13h, munidos de todos os documentos originais e fotocópias. O candidato que não atender a esta convocação ou não aceitar a vaga oferecida, irá para o final da lista de classificação.
Carteira de Identidade;
Cadastro de Pessoa Física - CPF;
Título de Eleitor com comprovante de votação na última eleição;
Comprovante de residência atual;
Certidão de Casamento ou Nascimento;
Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos menores de 14 anos;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;
Atestado de Sanidade Física e Mental;
Comprovante de Escolaridade e pré-requisitos para a posse constantes no Edital nº 029/2025;
Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS;
Conta Salário ou Corrente do Banco do Brasil;
PIS/PASEP.

Querência do Norte PR, 31 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:3BBE8AC3

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCA**ÇÃO**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONVOCA**, a população em geral para partiicipar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no dia **02 de setembro de 2026, às 19:00 horas**, nas dependências da Câmara Municipal de Querência do Norte/PR, localizada à Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, Centro.

I - DO TEMA:

A Audiência Pública terá como finalidade discutir e debater:
"Altera a Lei nº 104, de 29 de dezembro de 2003 (Código Tributário do Município de Querência do Norte), para **reformular a base de cálculo, o critério de enquadramento e o lançamento daTaxa de Coleta de Lixo, autorizar sua arrecadação por intermédio da concessionária de saneamento exclusivamente quanto aos imóveis vinculados à unidade consumidora, intituir os Anexos V-A e V-B, e dá outras providências."**

II - DA PARTICIPAÇÃO:

A Audiência Pública será aberta à participação da população, representantes do Poder Executivo, Legislativo, entidades, associações, órgãos públicos e demais interessados.

Os participantes poderão apresentar sugestões, questionamentos e manifestações relacionadas ao tema objeto da audiência, observadas as regras estabelecidas pela Mesa Diretora.

III - DA DIVULGAÇÃO:

Apresente convocação será divulgada pelos meios oficiais da Câmara Municipal e do Município, bem como outros meios que possibilitem o conhecimento da população.

IV - DISPOSIÇÕES FINAIS:

A Audiência Pública será conduzida pela Presidência da Câmara Municipal ou por representante por ela designado, observando-se as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, publica-se o presente Edital.

Edifício da Câmara Municipal de Querência do Norte/PR, em 25 de agosto de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente do Legislativo
Querência do Norte/PR

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:81499F03

LICITAÇÃO
ADESÃO A ARP 85/2024. CODANORTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 085/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 12/2024, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE.

O Prefeito Municipal de Querência do Norte - PR, Alex Sandro Fernandes, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal n° 11.462/23 e Decreto Municipal n° 12/2024, art. 35, HOMOLOGA o Processo Administrativo n° 96/2026, relativo à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 85/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 12/2024, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE, para aquisição de 01 VEÍCULO FURGÃO – ADAPTADO PARA AMBULANCIA PADRÃO SAMU 192, marca RENAULT– modelo L2H1, valor R$ 337.593,88junto a empresa: MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 35.457.127/0001-19, Avenida Santos Dumont, 1883, centro – Lauro de Freitas - BA.
Publique-se na forma do Artigo 175, do citado diploma legal.

Querência do Norte PR, 31 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:4684B580

LICITAÇÃO
CARONA 2 - AQUSIÇÃO 3 VANS CIMBAJE/ULTRA VEICULOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO Ata de Registro de Preços nº 042/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE.

O Prefeito Municipal de Querência do Norte - PR, Alex Sandro Fernandes, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal n° 11.462/23 e Decreto Municipal n° 12/2024, art. 35, **HOMOLOGA** o Processo Administrativo n° 96/2026, relativo à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 042/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE, para aquisição de 03 MINIVAN 11 LUGARES – marca Citroen – modelo Jumpy, no valor total de R$ 663.000,00, junto a empresa: ULTRA VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ33.441.004/0001-64, com sede na Av. Tiradentes 6611, Jardim Rosicler, na cidade de Londrina/PR.
Publique-se na forma do Artigo 175, do citado diploma legal.

Querência do Norte PR, 31 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:64FD9D39

LICITAÇÃO
CARONA ATA 04.2025 ONIX CONISUD

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 04/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2025, gerenciada pelo
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD
O Prefeito Municipal de Querência do Norte - PR, Alex Sandro Fernandes, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal n° 11.462/23 e Decreto Municipal n° 12/2024,art. 35, HOMOLOGA o Processo Administrativo n° 95/2026, relativo à Adesão àAta de Registro de Preços nº 04/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2025, gerenciada peloCONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD, para aquisição de Veículo de Passeio Hatch , marca Chevrolet, modelo Onix 1.0, VALOR R$ 107.730,00, junto a empresa: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, com sede na Rua Sena Madureira, nº 136, Vila Clementino, São Paulo/SP. CEP 04.021-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.976.095/0001-06.
Publique-se na forma do Artigo 175, do citado diploma legal.

Querência do Norte PR, 31 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:D29396FF

LICITAÇÃO
PE 33/2026 PÃES LANCHES BOLOS E SALGADOS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGAO ELETRONICO – Nº 33/2026
O município de Querência do Norte, Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO na seguinte forma: MENOR PREÇO POR ITEM-
OBJETO: aquisição de pães, bolos, lanches e salgados, fornecimento parcelado
ABERTURA**: 15 de Setembro de 2026 – 09 horas.**
Local da sessão pública: www.comprasbr.com.br

– Prefeitura Municipal de Querência do Norte
Querência do Norte-PR, 28 de Agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:1E11ED2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
EXTRATO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA – PR

EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL
2° ADITAMENTO AO CONTRATO nº 03/2024-QUITPREV
Dispensa de Licitação nº 03/2024-QUITPREV

PARTES: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – PR e MARLENE WOJCIK POTZYKI.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e higienização.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: prorrogado em 12 meses, até 27 de agosto de 2027.

VALOR DO TERMO ADITIVO: R$ 7.912,81 (sete mil novecentos e doze reais e oitenta e um centavos)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 22.689,01 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e um centavo).

RECURSOS:
01 Instituto de Previdência dos Servidores de Quitandinha
001 Instituto de Previdência dos Servidores de Quitandinha
09.272.00015.2001 Inst. de Prev. dos Serv. de Quitandinha - Quitandinhaprev
33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
33.90.39.16.00 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

DATA DE ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.
Quitandinha-PR, 25 de agosto de 2026.

EMERSON MITSUI KARASAWA
Diretor Presidente

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:47DEC925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 21/2026
O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA, Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ELETRÔNICOS PARA CUMPRIMENTO DE RESOLUÇÃO SESA
TIPO DE PARTICIPAÇÃO: EXLUSIVO PARA ME/EPP/MEI
VALOR ESTIMADO: R$ 7.295,50 (Sete Mil, Duzentos e Noventa e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).
PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23:59 do dia 04 de setembro de 2026.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF
DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito https://www.quitandinha.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min

às 16h30min, ou através de solicitação para o email licitacao@quitandinha.pr.gov.br.
ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional deverá ser protocolada conforme modelo do ANEXOII, juntamente da Declaração Unificada (ANEXO I) e toda documentação de habilitação constante no **ANEXO III**, através de sistema de protocolo, podendo ser online (através do sitio eletrônico https://www.quitandinha.pr.gov.br/) assim como presencialmente, na Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou ainda pelo email licitacao@quitandinha.pr.gov.br, ATÉ A DATA LIMITE ESTIPULADA ANTERIOMENTE.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos proponentes, mau funcionamento de provedores de internet ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas, bem como acesso ao sistema de protocolo, não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.
Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, 31 de agosto de 2026

LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 01/2026

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:EA732907

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 22/2026
O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA, Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEDRA RACHÃO
TIPO DE PARTICIPAÇÃO: EXLUSIVO PARA ME/EPP/MEI
VALOR ESTIMADO: R$ 45.424,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).
PRAZO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23:59 do dia 04 de setembro de 2026.
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF
DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito https://www.quitandinha.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou através de solicitação para o email licitacao@quitandinha.pr.gov.br.
ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional deverá ser protocolada conforme modelo do ANEXOII, juntamente da Declaração Unificada (ANEXO I) e toda documentação de habilitação constante no **ANEXO III**, através de sistema de protocolo, podendo ser online (através do sitio eletrônico https://www.quitandinha.pr.gov.br/) assim como presencialmente, na Prefeitura Municipal de Quitandinha, sito a Rua José de Sá Ribas, 238, Centro, das 08h30min às 16h30min, ou ainda pelo email licitacao@quitandinha.pr.gov.br, ATÉ A DATA LIMITE ESTIPULADA ANTERIOMENTE.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos proponentes, mau funcionamento de provedores de internet ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas, bem como acesso ao sistema de protocolo, não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha/PR, 31 de agosto de 2026

LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 01/2026

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:C0086515

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AGENCIAMENTO DE VIAGENS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS E HOSPEDAGEM. A Secretária Municipal Interina de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação do Município de Quitandinha/Pr, torna público aos interessados no objeto do Pregão Eletrônico nº 34/2026, que fica **SUSPENSO** o certame, para readequação do edital a pedido da Secretaria de Educação e Desenvolvimento para o Futuro, conforme oficio 342/2026 apresentado no dia 24/08/2026 via e-mail licitação@quitandinha.pr.gov.br. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei. Quitandinha, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:B58654EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO - N°12/2026-PMQ

Extrato de Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado - n°12/2026-PMQ
Partes: Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR e Maria De Fátima Jordão Pereira Cavalheiro De Jesus
Objeto: Prestação de serviço na função de Assistente de Aluno
Valor mensal: R$ 1.760,12
Duração: 17/08/2026 a 16/08/2027
Data da assinatura: 17/08/2026

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:CDB7736C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE SUSPENSÃO 1 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

TERMO DE SUSPENSÃO 1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.
O Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação do Município de Quitandinha/Pr, torna público aos interessados no objeto do Pregão Eletrônico nº 33/2026, que fica **SUSPENSO** o certame, para reavaliação do edital e seus anexos em razão de impugnação ao edital apresentada pela empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA em 26/08/2023, via sistema bllcompras.com dentro do prazo legal descrito no item 4 do edital. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei. Quitandinha, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO IARGAS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação.

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:AA2D282F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

SAÚDE
PORTARIA 297/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR
I – O Servidor **REINALDO FRANCISCO DIAS** ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC**.
III – Data: **01/09/2026** a **03/09/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 31 de agosto de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:E82B612A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 058/2026 – PSS Nº 07/2025

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): TATIANE ROSA DOS SANTOS THOMANN
CPF: 065.xxx.xxx-79
Objeto/Motivo: Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: PROFESSOR
Valor: R$ 2.472,30
Carga Horária Semanal: 20 HORAS
Vigência: 02/09/2026 a 18/02/2026
Data: 31/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:50D1C9B4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.066/2026 31/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR a Portaria Nº7.996/2025 que recepciona a servidora **Pública Municipal MICHELE MARTINAZZO,** do cargo efetivo de Odontóloga com ônus para o órgão Cessionário, para o exercício de suas atividades inerentes ao cargo perante a Secretaria de Saúde até a data de 31/12/2028, conforme Termo de Cessão entre os municípios de Realeza e Três Barras do Paraná e Decreto Nº 6256/2025 de 10/02/2025 publicado pelo Município cedente no dia 10/02/2025.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6C690EF6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.067/2026 31/08/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado do cargo temporário do Processo seletivo simplificado 03/2025 de Agente de Conservação e Limpeza Pública, a partir da data do dia 01 de setembro de 2026.

GILMAR DOS SANTOS GONÇALVES	Agente de Conservação e Limpeza

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:17BED86B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 32

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 303/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ALIMENTEX DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE kits com itens que compõem o Auxílio Alimentação - Cesta Básica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 32/2026
VALOR TOTAL: R$281.517,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Quinhentos e Dezessete Reais)
DATA DA ASSINATURA: 28/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 304/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MULTINEGOCIOS JMC LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE kits com itens que compõem o Auxílio Alimentação - Cesta Básica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 32/2026

VALOR TOTAL: R$72.285,00 (Setenta e Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Cinco Reais)
DATA DA ASSINATURA: 28/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:7B06BEDD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 265/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: CS MOBI TECH LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$29.879,97 (Vinte e Nove Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 283/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PROSUL COMERCIO E SERVICOS LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$125.272,79 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Duzentos e Setenta e Dois Reais e Setenta e Nove Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 287/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$66.819,84 (Sessenta e Seis Mil, Oitocentos e Dezenove Reais e Oitenta e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 272/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: INOVE LICITACOES LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$7.339,30 (Sete Mil, Trezentos e Trinta e Nove Reais e Trinta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:7B313EED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 14/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2026 – PMR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de brinquedos infláveis, brinquedos mecânicos, máquinas de algodão doce e pipoqueiras, para atender às demandas de eventos diversos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de setembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 31 de agosto de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:DD4533E1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2.749, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Altera dispositivos do Decreto nº 2.199, de 15 de outubro de 2021 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º - O artigo 3º, inciso II e o artigo 5º, do Decreto Municipal nº 2.199, de 15 de outubro de 2021 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º - (...)
II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:
a – Clube de Idosos Renascer;
b – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Renascença;
c – Sindicato Rural;
d – Associação Comercial e industrial de Renascença - ACIREN;
e – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
f – Colégio Estadual de Renascença;
g – Associação de Proteção Animal de Renascença - PATAMIGA
Art. 5º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente terá a seguinte estrutura funcional:
I – Presidência;
II – Vice-presidência;
III –Secretaria Executiva.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Renascença, aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:B6944D72

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2.751, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta a autorização para a Procuradoria-Geral do Município emitir parecer jurídico referencial no âmbito da Administração Pública do Município de Renascença, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 88, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 123, inciso I, alíneas "a", "f" e "p", do mesmo diploma legal,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a normatização, sistematização, padronização e racionalização dos serviços de assessoria e consultoria jurídica no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, que atua como órgão central do sistema jurídico municipal;

CONSIDERANDO a intenção da Administração Pública em conferir celeridade, eficiência e economicidade aos processos administrativos, evitando a formalização de consultas jurídicas repetitivas sobre matérias idênticas e recorrentes, sobretudo em demandas rotineiras e padronizadas;

CONSIDERANDO as diretrizes de controle prévio de legalidade e o entendimento de que a utilização de manifestações jurídicas referenciais otimiza a gestão pública sem prejuízo à segurança jurídica, desde que a área técnica ateste expressamente a subsunção do caso concreto aos parâmetros fixados;

CONSIDERANDO a necessidade de estrita obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, norteadores da atuação estatal e previstos no art. 98, caput, da Lei Orgânica do Município de Renascença;

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a possibilidade de emissão de parecer jurídico referencial para as consultas jurídicas solicitadas no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundacional, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município de Renascença.
Parágrafo único - Considera-se manifestação jurídica referencial aquela que analisa, de forma abstrata e padronizada, questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, ficando dispensada a emissão de novos pareceres individuais para cada processo, desde que a área técnica ateste, de forma expressa e sob sua responsabilidade, que o caso concreto se amolda integralmente aos termos da manifestação adotada e que a instrução processual cumpre todas as exigências legais e documentais nela estabelecidas.

Art. 2º - A utilização do parecer jurídico referencial fica condicionada a que a autoridade consulente ou a área técnica competente anexe ao processo administrativo correspondente um termo de vinculação ou checklist específico, atestando formalmente a perfeita identidade fática e jurídica entre o caso concreto e a manifestação referencial adotada.
§ 1º - A atuação da assessoria jurídica ou do órgão consultivo nos casos de utilização de parecer referencial restringir-se-á à verificação do atendimento das exigências legais a partir da conferência rigorosa dos documentos obrigatórios indicados na manifestação jurídica referencial.
§ 2º - Caso a autoridade administrativa ou a área técnica identifique qualquer particularidade fática ou jurídica que distinga o caso concreto dos parâmetros fixados no parecer referencial, o processo deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para análise individualizada e emissão de parecer específico.
§ 3º - A utilização indevida do parecer jurídico referencial, sem a correspondente identidade fática ou sem a devida instrução documental, ensejará a responsabilização funcional do agente público que lhe deu causa, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Os pareceres jurídicos referenciais serão propostos pelos Procuradores do Município, devendo ser numerados sequencialmente e disponibilizados em meio eletrônico para consulta de todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Renascença, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:88492105

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 268/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2023

EXTRATO TERMO ADITIVO
DE PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: O**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Bairro Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 61.198.164/0001-60, com sede na Rua Guaianazes, n.º 1238, Campos Elíseos, cidade de São Paulo/SP.
LICITAÇÃO: Contrato n.º 268/2023 – Pregão Eletrônico n.º 060/2023.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, E O REESTABELECIMENTO DE VALOR do Contrato Administrativo n.º 268/2023, oriundo do Pregão Eletrônico n.º 060/2023, cujo objeto contratual a: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGUROS VEÍCULARES".**
VALOR TOTAL: R$ 7.409,39 (Sete mil, quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 06 de setembro de 2026 à 06 de setembro de 2027.
DATA DE ASSINATURA:01 de setembro de 2026.

Reserva do Iguaçu, 01 de setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:3CBF3CF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO REFERENTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
02º EXTRATO DE TERMO ADITIVO
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 60/2025
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS**
CLÁUSULA PRIMEIRA

Por disposição do presente instrumento, e em conformidade com inciso LVIII do artigo 6º, inciso I do artigo 136 da lei 14.133/2021, fica reajustado e revisado o valor do referido contrato, aplicando-se a correção pelo índice contratualmente previsto, no valor de 4,44%, passando o valor de R$3.499,00 para R$3.654,36.
ASSINATURA: 31/08/2026.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS -
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:3EB709FB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 90/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 90/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 18 de setembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VISUAL (LETREIRO EM LETRAS CAIXA DE ACM, BRASÕES OFICIAIS E SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED) NA FACHADA DA PREFEITURA MUNICIPAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 01/09/2026 às 08 hr 29 min do dia 18/09/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 18/09/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/partir do dia 01 de setembro de 2026.

Rio Azul, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:83F605AE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA, Nº. 33/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a DISPENSA ELETRÔNICA, nº. 33/2026, com data de abertura para o dia 08 de SETEMBRO de 2026, às 08 hr 30min, cujo objeto é o **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA RECEPÇÃO, COMPOSTO POR BALCÃO DE ATENDIMENTO EM FORMATO "L", GAVETEIRO E PAINÉIS DECORATIVOS RIPADOS COM ILUMINAÇÃO LED, CONFECCIONADOS EM MDF DE ALTA QUALIDADE, CONFORME PROJETO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais legislação aplicável, e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 01/09/2026 às 08 hr 29 min do dia 08/09/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 08/09/2026 com 06 horas de disputa. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 01 de SETEMBRO de 2026.

Rio Azul, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:103FBDEA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO 66/2026

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO 66/2026
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que a PREGÃO ELETRÔNICO nº 66/2026 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PRODUTOR RURAL PARA A LOCAÇÃO DE GADO VISANDO A REALIZAÇÃO DE RODEIO, PROMOVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO DE RIO AZUL, restou **fracassado**, uma vez que houve Inabilitação das duas empresas participantes, em razão da ausência de comprovação de qualificação técnica e ausência no envio de propsta. A situação encontra-se fundamenta na prerrogativa estabelecida no artigo Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando subsidiariamente o Decreto Municipal nº 07/2024.

Rio Azul, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:54B8B16B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 77/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão ELETRÔNICO, nº. 77/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 15 de setembro de 2026, às 08 Hr 30 min, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO ITENS REMANESCENTES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS ANTERIORES QUE RESTARAM DESERTOS E/OU FRACASSADOS, INCLUINDO MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O fim de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá até às 08 hr 29 min do dia 15/09/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 15/09/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 01 de setembro de 2026.

Rio Azul, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:910DDB56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 75/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 75/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO NA MODALIDADE CORRIDA DE RUA**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: TOP 40 EVENTOS LTDA
CNPJ.: 53.172.547/0001-30
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 26 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 065/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: TOP 40 EVENTOS LTDA
CNPJ.: 53.172.547/0001-30
VALOR: R$ **27.000,00** (Vinte e Sete Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **26/08/2026** à **25/08/2027.**
ASSINATURA: 26/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUCAS DA SILVA SCHLICHTA
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:11084813

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 175/2026

DECRETO Nº 175/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 e considerando a necessidade de fiscalizar e acompanhar a parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARIA ELAINE PACANARO**, **Enfermeira, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Matrícula nº 2750-1**, como Gestora da parceria a ser firmada entre o Município de Rio Azul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, conforme processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2026, a compor valor global de repasse de R$ 99.345,03 -, execução da Emenda Impositiva nº 01/2025, indicada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, exercício 2026:

Art. 2º- Compete a Gestora da Parceria:
I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;
III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo obrigatoriamente mencionar:
a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
b) os impactos econômicos ou sociais, e
c) o grau de satisfação do público-alvo.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:13003278

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 176/2026

DECRETO Nº 176/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 e considerando a necessidade de fiscalizar e acompanhar a parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;**

RESOLVE:

Art. 1º- Designar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para a análise e fiscalização da parceria a ser firmada no ano de 2026 entre o Município de Rio Azul e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, conforme processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2026, a compor valor global de repasse de R$ 99.345,03 -, execução da Emenda Impositiva nº 01/2025, indicada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, exercício 2026:
I – Presidente: MICHELLY DE FÁTIMA VELENTIM Assistente Administrativo, Matrícula nº 960-1;
II – Membro: KEITI ROSA BANARDELI, Assistente Social, Matrícula nº 896-1;
III – Membro: PATRICIA MALOJO, Cirurgiã Dentista, Matrícula nº 487-1;
IV – Suplentes: NÍVEA MARIA BUHLER, Assistente Administrativo, Matrícula nº 987-1 e ROSELI MIKOVSKI BALEM, Assistente Administrativo, Matrícula nº 735-1.

Art. 2º- Compete à Comissão de Monitoramento de Avaliação:
I – analisar e fiscalizar o andamento da parceria;
II – emitir relatório técnico contendo:
a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no Termo de Fomento.
e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas pela Comissão;
f) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como, de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:8A3EDB89

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 04/202

EXTRATO DE ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026 - OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO IMÓVEL
REQUISITANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
PROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL A SER OCUPADO: EDSON MAGNO SANTINI e OTÍLIA LEWANDOWSKI
FUNDAMENTO LEGAL: art. 36, do Decreto-Lei nº 3.365/41
OBJETO: Ocupação temporária, de **22 de julho de 2026** até **31 de dezembro de 2028**, de uma área área de aproximadamente 2.926,83² (dois mil e novecentos e vinte e seis vírgula oitenta e três metros quadrados), localizada dentro de uma área maior de 67.760,00m² (sessenta e sete mil e setecentos e sessenta metros quadrados), objeto da Matrícula 5.441 do CRI de Rebouças-PR, que será utilizado para execução de trabalhos de manutenção das estradas rurais, com base no art. 36, do Decreto-Lei nº 3.365/41, que será utilizada para execução de trabalhos de manutenção das estradas rurais.
VALOR DA INDENIZAÇÃO PELA OCUPAÇÃO: O valor total a ser pago pela justa indenização da ocupação será de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais), pagos em parcela única, até 31/12/2026.
PAGAMENTO: O pagamento será realizado através de depósito na Conta indicada pelos proprietários.
DATA DE ASSINATURA: 22/07/2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

EDSON MAGNO SANTINI
Poprietário

OTÍLIA LEWANDOWSKI
Poprietária

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:87431F7C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

EXTRATO DE ACORDO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 - OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DO IMÓVEL
REQUISITANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
PROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL A SER OCUPADO: ANTONIO IVANCHESKI e SANDRA CHINAIDER IVANCHESKI
FUNDAMENTO LEGAL: art. 36, do Decreto-Lei nº 3.365/41
OBJETO: Ocupação temporária, de **14 de agosto de 2026** até **31 de dezembro de 2028,** de uma área de aproximadamente 3.414,00m² (três mil e quatrocentos e quatorze metros quadrados), localizada dentro de uma área maior de 60.500,00m² (sessenta mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade dos requisitados, conforme Escritura Pública de Compra e Venda firmada perante o Serviço Distrital de Rio Azul, Comarca de Rebouças/PR, Livro 204-E, Folhas 001-003, que será utilizada para execução de trabalhos de manutenção das estradas rurais.
VALOR DA INDENIZAÇÃO PELA OCUPAÇÃO: O valor total a ser pago pela justa indenização da ocupação será de **R$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais), pagos em parcela única, até 31/12/2026.
PAGAMENTO: O pagamento será realizado através de depósito na Conta indicada pelos proprietários.
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

ANTONIO IVANCHESKI
Poprietário

SANDRA CHINAIDER IVANCHESKI
Poprietária

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:D0CA8556

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - APAE - T.F - R$ 42.740,00

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE FOMENTO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE -, CNPJ nº 78.046.265/0001-18, mantenedora da Escola "Tia Emília Paszko" – Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I, na Modalidade Educação Especial, constitui-se como referência municipal no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. É uma instituição que presta serviços na Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, compondo a rede socioassistencial do Município, com oferta de Serviços de Proteção Social Especial para a pessoa com deficiência e suas famílias na entidade e no domicílio do usuário.

É a única instituição no Município que atua na atividade proposta e por longo tempo vem desenvolvendo essas atividades em parceria com a Administração Pública Municipal de maneira satisfatória, promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais de desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes, contando com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.

A parceria tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados à *aquisição e instalação de cobertura em polipropileno para proteção de veículos da entidade e instalação de coifa para a cozinha institucional*, visando a melhoria da infraestrutura física, a conservação do patrimônio e o aprimoramento das condições de funcionamento e segurança dos ambientes utilizados pela APAE.

Destaca-se que o espaço atualmente utilizado como garagem será reformado com recursos próprios da entidade para uma sala destinada ao Projeto de Música e Arte desenvolvido pela APAE, a qual presta atendimento de 85 usuários do município de Rio Azul. Assim, a instalação da nova cobertura para abrigo dos veículos permitirá a realocação destes para um espaço adequado, viabilizando a transformação da atual garagem em ambiente específico para as atividades musicais e de arte, ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos usuários. A formalização desta parceria com o Poder Público justifica-se pela relevância social dos serviços prestados pela APAE de Rio Azul, pela necessidade permanente de aprimoramento das condições estruturais da entidade e pela insuficiência de recursos próprios para atender integralmente às demandas de investimento. O apoio governamental possibilitará a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, garantindo ambientes mais adequados, seguros e funcionais para usuários, familiares, colaboradores e demais participantes das ações desenvolvidas pela instituição.

Os recursos são provenientes do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA)**, cuja gestão, definição das regras de aplicação e fiscalização competem ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

No caso concreto, o próprio CMDCA destinou os recursos à APAE, conforme a **Resolução CMDCA nº 10/2026**, tendo a Secretaria Municipal de Assistência Social igualmente se manifestado favoravelmente à parceria, em razão de sua relevância para a estruturação e manutenção dos serviços de reabilitação e acessibilidade prestados pela entidade.

A APAE é a única instituição existente no Município de Rio Azul/PR que presta os serviços especializados relacionados ao objeto da parceria, possuindo capacidade técnica e operacional para executar as metas previstas, além de manter histórica e contínua colaboração com a Administração Pública Municipal.

Dessa forma, verifica-se a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, seja em razão da natureza singular do objeto, seja porque as metas somente podem ser atingidas por entidade específica, especialmente diante da destinação dos recursos do FIA à APAE pelo órgão competente.

O art. 31 da Lei nº 13.019/2014 considera inexigível o chamamento público quando houver inviabilidade de competição ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica, inclusive nas hipóteses de transferência autorizada em lei com identificação da entidade beneficiária.

Deste modo, considerando a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil no presente caso, em razão da natureza singular do objeto da parceria onde as metas somente podem ser atingidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE -, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, é inexigível o chamamento público para a celebração de termo de fomento para o repasse de recursos financeiros à entidade.

Nos termos do art. 32 da Lei nº 13.019/2014, admite-se impugnação à presente justificativa, por qualquer cidadão, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação desta.

As impugnações deverão ser encaminhadas por escrito, entregues e protocoladas na Recepção da Prefeitura Municipal, dirigidas ao Prefeito Municipal, na Rua Guilherme Pereira, nº 482, centro, cidade de Rio Azul/PR, no horário compreendido entre às 08h às 11h30m e das 13h até às 17h.

VALOR DA PARCERIA: R$ 42.740,00 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta reais – Recursos do FIA – Fundo da Criança e do Adolescente).

Rio Azul (PR), 31 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:5C0A8EF6

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 29/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: DAIANE DE FATIMA CHAGAS DE ALMEIDA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
DAIANE DE FATIMA CHAGAS DE ALMEIDA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:C837824B

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 31/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SOLANGE KAVA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SOLANGE KAVA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:FB02EC27

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 30/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JESSICA DE PAULA OLIVEIRA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JESSICA DE PAULA OLIVEIRA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4ABDEA16

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 28/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:59DC0249

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 28/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MARIA MARGARETE BENDNARCZUK KNOPIK
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:14FADC09

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 27/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANA JULIA DE OLIVEIRA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 26 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANA JULIA DE OLIVEIRA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:DC3DC4A8

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 17/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: KATIA ELAINE PRESTUPA COLODA
OBJETO: contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal.
MOTIVO: Pedido de rescisão do contrato de trabalho pelo contratado.
DATA DA RESCISÃO: 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A696CE59

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar a servidora **JOELINE GARSTKA GUADANHINI POPOVICZ,** matrícula 2155-1, para atuar junto ao Posto de Atendimento do Instituto de Identificação do Paraná no Município de Rio Azul-PR, na forma do Convênio nº 15/07, firmado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Rio Azul.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 28 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:11288DCF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" Nº 002/2026

Dispõe sobre a aprovação da alteração do local de instalação de equipamentos odontológicos adquiridos por meio da Resolução SESA nº 252/2022.

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, **Marta do Rocio Dobrila Nazário**, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal n.º 353/91 e Resolução nº 453 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco do Sul, por meio do Ofício nº 127/2026 – GAB, de 26 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO que os equipamentos odontológicos foram adquiridos/recebidos no âmbito da **Resolução SESA nº 252/2022**, com previsão de instalação nas Unidades Básicas de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços de saúde bucal e a utilização dos equipamentos na **Unidade Odontológica Móvel – Odontomóvel**, destinada à realização de atendimentos itinerantes nas localidades rurais e/ou de difícil acesso;

CONSIDERANDO que os equipamentos permanecem vinculados ao patrimônio e às atividades da rede municipal de saúde, sendo utilizados exclusivamente para fins públicos e assistenciais;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR *"AD REFERENDUM",* a alteração do local de instalação dos equipamentos odontológicos adquiridos por meio da **Resolução SESA nº 252/2022**, para utilização na **Unidade Odontológica Móvel – Odontomóvel Itinerante** do Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º A presente aprovação refere-se aos seguintes equipamentos:
I – **Turbina de Alta Rotação**, marca Dentemed, número de série **2101226160**, patrimônio nº **13562**;
II – **Micromotor**, marca Dentemed, número de série **01030899**, patrimônio nº **11632**.

Art. 3º Os equipamentos deverão permanecer vinculados ao patrimônio municipal e ser utilizados exclusivamente nas ações e serviços públicos de saúde bucal, no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio Branco do Sul, 27 de Agosto de 2026.

MARTA DO ROCIO DOBRILA NAZÁRIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FA68E4FE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO N° 009/2026

Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar Suplente

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO **ADOLESCENTE – CMDCA**, no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal N° 1.095/2015 de 21 de Maio de 2015, e

Considerando a Posse de Conselheiro Tutelar

RESOLVE:

Publicar: Termo de Posse do Conselheiro Tutelar Suplente 2026.

TERMO DE POSSE

No trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, tendo em vista a fruição de férias pelo período de 30 dias, da Conselheira Tutelar: **Marineia Pacheco Juvinski** compareceu ao CMDCA, a Conselheira Tutelar Suplente: **Raquel Correa Furmam** RG. 9.207.367-0, tendo prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres da função que ora assume, bem como cumprir fielmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as demais Leis, e Regulamentos. Foi lhe dado Posse, conforme Lei Municipal 1095/95. Para constar lavrou-se o presente termo, que segue assinado pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo (a) empossado (a).

Rio Branco do Sul, 31 de agosto de 2026.

VICTÓRIA LETICIA TREVISAN BORBA
Vice-Presidente do CMDCA

RAQUEL CORREA FURMAM
Empossado(a)

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:AA72DEBE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
TERMO DE POSSE Nº004/2026

No dia 31 de agosto de 2026, foi dado posse a 02ª Conselheira Tutelar Suplente **Raquel Correa Furmam** pela Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/RBS) Sra. **Victoria Leticia Trevisan Borba** de acordo com o resultado da Eleição Indireta em decorrência da fruição de férias, da Conselheira Tutelar Titular Marineia Pacheco Juvinski.

Eu, **Raquel Correa Furmam** comprometo-me a zelar e fazer cumprir com as obrigações inerentes ao Conselho Tutelar dispostas na Lei Federal nº8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução 170/2014 do Conselho Nacnional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, bem como na Lei Municipal nº432 de 24 de novembro de 1995, que cria o Conselho Tutelar.

Rio Branco do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

VICTORIA LETICIA TREVISAN BORBA
Vice-Presidente do CMDCA

RAQUEL CORREA FURMAM
Empossado(a)

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:0EDB310C

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 007/2026

Contrato: 053/2026. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica 007/2026. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para realizar a execução de obra de engenharia da construção de um ginásio poliesportivo no bairro Centro, em Rio Branco do Sul / PR. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** PWB Manutenção Industrial LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Aditivo de Prazo. **Prazo de Execução:** 07/09/2026 até 06/01/2027. **Vigência:** 24/03/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Fiscal de Contrato**: Edvando Eduardo Gomes Da Silva. **Data da ratificação:** 31/08/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C3A3E58C

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 068/2026

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação n.º 068/2026. **Objeto**: Contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, de palestrante especializado, Raí Mota, para ministrar palestra aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, com abordagem voltada ao avanço dos resultados educacionais e à melhoria dos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, contemplando estratégias pedagógicas, gestão dos resultados, acompanhamento da aprendizagem, recomposição das aprendizagens e práticas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação municipal. **Dispositivo legal:** Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; inciso III, alínea "f". **Contratado: ISABELLA ARRUDA E CIA LTDA**– CNPJ N. **42.217.097/0001-39 Valor Unitário:** R$15.000,00. **Valor Total:** R$15.000,00. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Educação. **Fiscal da Contratação**: Terezinha de Fátima Borges. **Data da ratificação:** 31/08/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação - Decreto 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:647118BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 043/2026

Instaura Sindicância Administrativa para apuração de fatos envolvendo possível conduta inadequada de Servidor Público no âmbito da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera e dá outras providências."

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de apurar fatos que possam caracterizar infração funcional, assegurando a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente aquelas relativas à proteção integral, à dignidade da criança e do adolescente, à vedação de tratamento violento e ao dever de prevenção de ameaça ou violação de direitos;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura à criança e ao adolescente o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, inclusive por pessoas encarregadas de cuidar, tratar, educar ou proteger, nos termos do art. 18-A;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e determina a adoção de medidas destinadas à sua proteção;

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º da Lei Federal n.º 13.431/2017, segundo o qual a criança ou o adolescente deve ser resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado da violência, como medida de proteção;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Técnico elaborado em 21 de agosto de 2026 por profissional da área de Serviço Social, no qual foi registrado relato apresentado por criança acolhida na Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera, referente a suposta ocorrência de contato físico de natureza violenta praticado por servidor durante o plantão realizado na noite de 20 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO o teor da Comunicação Interna n.º 2977/2026, de 27 de agosto de 2026, na qual a Coordenação de Equipamentos de Alta Complexidade comunica a ocorrência e relata que a criança teria posteriormente reiterado a narrativa, indicando, inclusive, horário aproximado para o fato;

CONSIDERANDO que a documentação encaminhada informa a existência de registros de videomonitoramento indicando o ingresso do servidor identificado pela **matrícula n.º 53371** no quarto da criança, no intervalo aproximado entre 20h59min48s e 21h01min14s do dia 20 de agosto de 2026, circunstância que corrobora parcialmente a narrativa quanto à presença do servidor no local, sem, contudo, demonstrar o interior do cômodo ou comprovar, por si só, a ocorrência da suposta agressão;

CONSIDERANDO que o servidor foi previamente ouvido pela gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação em 25 de agosto de 2026, ocasião em que negou a prática da agressão e apresentou sua versão acerca dos fatos;

CONSIDERANDO, a necessidade de esclarecimento integral dos fatos, inclusive quanto às circunstâncias, dinâmica, contexto e eventual existência de contato físico entre o servidor e a criança;

CONSIDERANDO, que a instauração de sindicância não representa antecipação de responsabilidade, juízo de culpabilidade ou aplicação de penalidade, destinando-se à adequada apuração dos fatos e à formação de juízo administrativo devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO, a necessidade de preservar a identidade, a intimidade e a integridade da criança envolvida, evitando sua exposição indevida e observando-se os princípios da proteção integral, da mínima intervenção e da prevenção da revitimização;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal aplicável aos procedimentos de sindicância e processo administrativo disciplinar;

R E S O L V E:

Art. 1º INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA destinada a apurar, em caráter investigativo e disciplinar, os fatos relacionados à **suposta ocorrência de agressão física ou utilização inadequada de contato físico envolvendo servidor público municipal, identificado pela matrícula n.º 53371, e criança acolhida na Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera**, em circunstâncias que teriam ocorrido durante o plantão do dia **20 de agosto de 2026**, no período noturno.

Art. 2º A presente sindicância terá por objeto esclarecer, especialmente:

I- se o servidor identificado pela matrícula n.º 53371 ingressou no quarto da criança no período indicado nos documentos que instruem o procedimento;
II- as circunstâncias que motivaram o ingresso do servidor no referido cômodo;
III- se houve contato físico entre o servidor e a criança;
IV-em caso positivo, qual foi a natureza, extensão e finalidade do contato físico;
V- se eventual intervenção física esteve relacionada a situação de contenção, proteção, orientação, segurança ou disciplina, e se observou os limites legais, técnicos e funcionais aplicáveis;
VI-se a conduta eventualmente praticada é compatível com os deveres funcionais atribuídos ao servidor e com as normas de proteção aplicáveis às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente;
VII-a existência de eventuais testemunhas, documentos, registros, imagens ou outros elementos capazes de contribuir para o esclarecimento dos fatos;
VIII- eventual responsabilidade funcional decorrente dos fatos apurados, caso devidamente comprovada.

Art. 3º Fica designada para condução dos trabalhos a **Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 8.662/2026**, a qual deverá atuar nos termos de suas competências e atribuições estabelecidas na legislação municipal vigente.

Art. 4º Compete à Comissão promover todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, podendo, observadas as disposições legais aplicáveis:

I-requisitar documentos, informações, escalas de plantão, registros funcionais e demais elementos pertinentes;
II- solicitar e analisar os registros de videomonitoramento relacionados ao período dos fatos, inclusive as gravações completas disponíveis e necessárias à adequada compreensão da dinâmica ocorrida;
III-realizar oitivas e colher declarações dos servidores e demais pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos;
IV-requisitar informações aos setores municipais envolvidos;
V-promover inspeções e diligências que se mostrarem necessárias;
VI=juntar aos autos documentos, relatórios, registros eletrônicos, imagens e demais elementos probatórios pertinentes;
VII= adotar outras providências necessárias à completa elucidação dos fatos, dentro dos limites de sua competência.

Art. 5º A Comissão deverá observar, durante a instrução, os princípios do contraditório, da ampla defesa, da imparcialidade, da busca da verdade material, da motivação dos atos administrativos e do devido processo legal, assegurando ao servidor investigado o exercício dos direitos e garantias previstos na legislação municipal aplicável.

Art. 6º A Comissão deverá adotar especial cautela quanto à **identidade, intimidade, privacidade e proteção da criança envolvida**, abstendo-se de inserir nos atos administrativos de circulação ordinária informações que permitam sua identificação, salvo quando indispensáveis à instrução e sempre nos limites legalmente admitidos.

Parágrafo único. A eventual necessidade de obtenção de informações diretamente relacionadas à criança deverá observar os protocolos legais de proteção, a legislação aplicável à escuta especializada e ao

depoimento especial e o princípio da mínima intervenção, evitando-se a repetição desnecessária de relatos e qualquer forma de revitimização. A Lei n.º 13.431/2017 estabelece que a escuta especializada deve limitar-se ao relato estritamente necessário à sua finalidade.

Art. 7º Deverá ser assegurada a preservação dos registros de videomonitoramento e demais elementos eletrônicos relacionados aos fatos, adotando-se as providências necessárias para garantir sua integridade, autenticidade e disponibilidade para análise pela Comissão.

Art. 8º A instauração da presente sindicância **não implica reconhecimento da ocorrência da suposta agressão, tampouco atribuição antecipada de responsabilidade ao servidor identificado pela matrícula n.º 53371**, devendo eventual responsabilidade funcional somente ser reconhecida após a regular instrução e análise do conjunto probatório, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 9º A instauração da presente sindicância não prejudica a adoção, pela Administração Municipal, das medidas administrativas de natureza preventiva e protetiva que se mostrarem necessárias à preservação da integridade da criança acolhida, da segurança institucional e da regularidade do serviço, observada a legislação aplicável e sem caráter punitivo ou antecipação de responsabilidade funcional.

Art. 10. O prazo para conclusão dos trabalhos será de **60 (sessenta) dias**, contados da publicação desta Portaria, admitida prorrogação mediante justificativa e autorização da autoridade competente, na forma da legislação aplicável.

Art. 11. Ao final da instrução, a Comissão apresentará **Relatório Final circunstanciado**, contendo a descrição dos fatos apurados, as provas produzidas, a análise dos elementos de convicção, as manifestações apresentadas pelo servidor, a conclusão quanto à existência ou não dos fatos e, se for o caso, a indicação fundamentada das providências administrativas cabíveis, nos termos da legislação municipal.

Art. 12. Os trabalhos da Comissão deverão tramitar com o grau de reserva necessário à proteção da intimidade da criança e dos demais envolvidos, sem prejuízo da publicidade dos atos na extensão determinada pela legislação aplicável.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, em 28 de agosto de 2026.

WELINTON SALES DE LARA

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A732E8F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Rio Negro, dando cumprimento à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA para o Exercício 2027.
A referida audiência será realizada no Cineteatro Antônio Cândido do Amaral, na Sede da Prefeitura, situada na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Bairro Seminário, no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2026, às 14:00 horas.
A Audiência Pública também será transmitida ON-LINE, sendo disponibilizado, através dos canais de comunicação da Prefeitura Municipal de Rio Negro, link de acesso para acompanhamento da referida Audiência, garantindo assim que se cumpram todas as medidas de transparência preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9C84D6D0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 107/2026

Edital de Classificação Final dos Beneficiários aptos ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50

O presente Edital tem por objetivo divulgar a **classificação final dos beneficiários aptos** ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB-50, no Município de Rio Negro/PR, conforme previsto no Edital nº 148, de 3 de dezembro de 2025, após o encerramento da etapa de análise e recursos, nos termos do item 8.3 do referido Edital.

1. DA CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	Rafaela dos Santos Miranda
2	Vanessa de Fatima de Paula
3	Graziely de Lorena Ferrari
4	Joyce Terezinha Machado Cordeiro
5	Luana Aparecida da Silva
6	Jessica Elena Lamin
7	Luana Walter
8	Priscila Soares de Castro Fuchs
9	Ilza Keila Lazarino Pires
10	Patricia Nunes Rodrigues
11	Franciele Amanda Alves
12	Jucimara Klostermann Maurer
13	Priscila dos Santos Unger
14	Andressa Merian Lopes
15	Derci Araujo dos Santos
16	Tatiana Machado
17	Dyssie Fernandes dos Santos
18	Fabiana Rodrigues Brant Woiczak
19	Taynara Aparecida Grochoski Palhano
20	Andrieli Rodrigues Palhano
21	Daniele Stockchineider
22	Maria Luiza Ferreira
23	Ana Candida Rodrigues Viana
24	Rubiana Oliveira de Abreu
25	Erica Bruna Ramos Freitas
26	Luana Aparecida Correa
27	Elissandra Aparecida Fonseca
28	Antonio Calixto Rodrigues
29	Bruna de Almeida Brant
30	Hellen dos Santos Silva
31	Patricia de Fatima Cipra
32	Edineia de Jesus Oliveira
33	Helena de Fatima Lorena do Nascimento
34	Emilia Cristina Elias Portella Alves
35	Sandra Mancarz de Quadra
36	Claudineia Aparecida Hanc de Paula
37	José da Rosa
38	Dione Becher
39	Marili Vieira da Rosa
40	Nelise Mendes Grams

2. DAS DISPOSIÇÕES
O programa prevê a entrega de 40 unidades habitacionais, sendo que esta classificação não garante a concessão imediata da moradia, constituindo etapa necessária para o processo definido pelo Programa Minha Casa Minha Vida FNHIS SUB-50. A prestação de informações falsas implicará exclusão do processo, além das penalidades legais.

3. DA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE IMÓVEIS
Com base nesta classificação, SOLICITAMOS às 40 (quarenta) famílias selecionadas, que no prazo de 30 (trinta) DIAS providencie, junto ao cartório competente da Comarca de Rio Negro, a Certidão Negativa de Imóveis em nome dos responsáveis familiares (casal),

apresentando a documentação na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Dr. Vicente Machado, nº 148 - centro - Rio Negro/PR.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

LUCIANE MARIA MACHADO LORENZZI
Secretária Municipal De Assistência Social

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D0B22A6B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 108/2026

RECONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 077, de 18 de junho de 2026.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 077, de 2026, REconvoca a pessoa, através de sua inscrição abaixo relacionada, para comparecer a partir do dia 1º (primeiro) de setembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumir a respectiva vaga temporária no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

FISIOTERAPEUTA – Escola Municipal de Educação Especial "Tia Apolônia"

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocado pelo Edital nº 101, de 13/8/2026. O candiato classificado em 1º lugar requereeu que seu nome seja deslocadao para final de lista.	1º
14731	Ana Paula Ressel Hartinger (reconvocação)	1º

O não comparecimento do acima convocado no prazo de **6 (seis) dias úteis**, conforme estabelecido no item 12.5 do Edital nº 77, de 2026, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas temporárias.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:48EFB0D8

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 923/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidora público municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 2 de setembro do corrente, a servidora municipal ***Paola Larissa de Lima Kulka***, com matrícula nº 110227-6/1, ocupante do cargo temporário de "Motorista – Transporte Escolar", lotada na Secretaria Municipal de Educação, admitida pelo Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 160, de 18 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D847AC65

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 924/2026

Declara vacância do cargo efetivo de Assistente de Administração B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2.002 e suas alterações e considerando o contido no processo digital nº 21422/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar, a partir de 1º de setembro do corrente**,** a vacância do cargo efetivo de "Assistente de Administração B", ocupado pelo servidor ***André Klemann Koch,*** matrícula nº 2283-7/1, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 59, inciso VI da Lei Municipal 1.318, de 05 de dezembro de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3C1B5748

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 925/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 13 de outubro a 29 de outubro de 2026 e de 4 de janeiro a 16 de janeiro de 2027, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para o servidor ***Lindomar Schneider,*** com matrícula de nº 1571-7/2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E86C1D06

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 926/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 1º de setembro a 30 de setembro de 2026, referente ao seu 2º (segundo) quinquênio de função pública, para o servidor ***Anderson Martins Ferreira,*** com matrícula de nº 2198-9/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:92AFC85D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 927/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 2 (dois) meses de licença prêmio, a ser usufruído no período de 1º de setembro a 30 de outubro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para a servidora ***Cuimara Caetano da Silva,*** com matrícula de nº 1695-0/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8E9D16F3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 928/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 13 a 27 de outubro de 2026 e de 21 de dezembro de 2026 a 4 de janeiro de 2027, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para o servidor ***Francisco Assis Demétrio,*** com matrícula de nº 1846-5/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de outubro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1DA2A37C

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 929/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 8 a 17 de setembro de 2026 e de 6 a 25 de julho de 2027, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para o servidor ***Antonio Marcos Chableski,*** com matrícula de nº 1020-0/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D5E5DFB2

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 930/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 8 de setembro a 7 de outubro de 2026, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para o servidor ***Jorge Luiz Faria Couto,*** com matrícula de nº 2420-1/3, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:64AFD39A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 931/2026

Dispõe sobre a revogação da portaria nº 293, de 14 de fevereiro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de setembro de 2026, a Portaria nº 293, de 14 de fevereiro de 2025, que concede gratificação de função (FG-5), sobre os vencimentos básicos do servidor ***Marcos Teixeira Borges***, com matrícula sob nº 1060-0/1, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:5C914936

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 932/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, no período de 1º de setembro do corrente, gratificação de função (FG-5), sobre seus vencimentos básicos, para o servidor ***Jonof Schafhauser***, com matrícula sob nº 2207-1/1, ocupante do cargo de "Motorista B", em virtude de o servidor estar exercendo a função de Responsável pela entrega de merenda escolar nas unidades escolares do Município, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:579D8023

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 933/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, no período de 1º de setembro do corrente, gratificação de função (FG-5), sobre seus vencimentos básicos, para o servidor ***Daniel Kohut***, com matrícula sob nº 110141-1/4, ocupante do cargo de "Motorista B", em virtude de o servidor estar exercendo a função de Responsável pela entrega de materiais do almoxarifado nas unidades escolares e pela manutenção da frota do transporte escolar do Município, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Rio Negro, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:49AA0C56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
ATO DA MESA N.º 11, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Designa membro substituto para a Comissão de Ética e Disciplina para atuar, exclusivamente, no processo ético-disciplinar referente ao Ofício nº 01/2026.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, Estado de Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno,

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição do colegiado para garantir a imparcialidade, a lisura e a segurança jurídica do devido processo legal;

CONSIDERANDO a declaração/arguição de suspeição do Vereador Rodrigão para atuar no processo ético-disciplinar referente ao Ofício nº 01/2026;

CONSIDERANDO o Ato da Mesa nº 01, de 3 de janeiro de 2025, que nomeou os membros da Comissão de Ética e Disciplina para o biênio 2025/26;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Vereador **Ronaldo Bifinho** para compor a Comissão de Ética e Disciplina, exclusivamente para atuação no processo ético-disciplinar referente ao Ofício nº 01/2026, em substituição ao Vereador Rodrigão.

Art. 2º Para os demais processos e procedimentos afetos à Comissão de Ética e Disciplina permanece inalterada a composição estabelecida pelo Ato da Mesa nº 01, de 3 de janeiro de 2025

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Rolândia, em 27 de agosto de 2026.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente

JOSÉ LUÍS POLVANI
Vice-Presidente

RODRIGÃO
1º Secretário

JOÃO ARDIGO
2º Secretário

Publicado por:
Marcos Delongui
Código Identificador:B9E25493

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
LEI N.º 4.410, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência nas faturas e a concessão de desconto ao usuário em caso de falha na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Rolândia e dá outras providências.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA**, Estado do Paraná, aprovou Projeto de Lei de autoria da vereadora **Sabine Giesen** e do vereador **Andrezinho da Farmácia**, e eu, Presidente do Poder Legislativo, na forma do artigo 39, IV, da Lei Orgânica do Município de Rolândia, promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de que a concessionária ou prestadora dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Rolândia informe, de forma clara, objetiva e destacada, nas faturas mensais encaminhadas aos usuários, as seguintes informações:

I. A ocorrência de interrupção ou desabastecimento do serviço de abastecimento de água que tenha ultrapassado 24 (vinte e quatro) horas consecutivas ou 48 (quarenta e oito) horas intercaladas no período de faturamento;

II. A existência de eventual registro de consumo durante o período de interrupção ou desabastecimento, especificando a respectiva quantidade supostamente registrada;

III. A motivação da interrupção ou desabastecimento, indicando, sempre que possível, se decorreu de manutenção programada, falha operacional, caso fortuito ou força maior.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrerem mais de 5 interrupções ou desabastecimentos no mesmo período de faturamento, ainda que não ultrapassem os prazos previstos no caput, deverão ser prestadas as informações descritas nos incisos I a III deste artigo.

Art. 2º Verificada a ocorrência de registro de consumo durante período comprovado de interrupção ou desabastecimento do serviço, a concessionária deverá proceder à análise administrativa da ocorrência, observadas as normas da agência reguladora competente e os mecanismos de compensação previstos na regulação aplicável, assegurada ao usuário a revisão da cobrança eventualmente incompatível com a efetiva prestação do serviço.

Parágrafo único. O caput deste artigo não altera as regras estabelecidas pela agência regulamentadora, bem como não altera a tarifa mínima ou outras diretrizes que não são de competência municipal.

Art. 3º Ficam inalteradas as diretrizes estabelecidas na Lei Ordinária nº 3.741/2015, quanto à prestação dos serviços públicos de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, bem como o contrato firmado com a Prefeitura de Rolândia, no que forem compatíveis com a presente norma.

Parágrafo único. A presente lei não altera a estrutura tarifária e a cobrança de serviços de saneamento básico, de modo que não importa em alteração na gestão do contrato de concessão.

Art. 4º A presente lei possui caráter complementar à legislação consumerista e não importará em aumento de custos à empresa concessionária ou à sua eventual sucessora.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor 30 dias após sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Rolândia, 31 de agosto de 2026.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente da Câmara

Publicado por:
Marcos Delongui
Código Identificador:FBAA01DB

CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA
PORTARIA N.º 015, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: Destituir servidor(a) da Função de Planejamento de Contratações.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no que dispõe a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 39, inciso VIII,

R E S O L V E:

DESTITUIR, o(a) Servidor(a), Luciana Viana de Almeida Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo I, da Função Gratificada de Planejamento de Contratações FGPC, a partir de 01 de setembro de 2026, conforme Protocolo nº 2349/2026.

GUILHERME SPANGUEMBERG
Presidente da Câmara

Publicado por:
Fernando Despensieri
Código Identificador:371D184C

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 428 31 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	**Nome:**	**Localização do imóvel:**	**Condições de remissão:**
19.598/2026	**Contribuinte: LEONICE ALVES DA SILVA**	Rua Francisco Gatti, Nº 632, JD. Morumbi	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2019 a 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 31 de Agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:DBAB9879

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 194/2023

7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 194/2023

Referente à concorrência Nº 010/2023

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA E A EMPRESA C. A. CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Que entre si fazem de um lado, **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF. Sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Av. Pres. Bernardes, 809, na cidade de Rolândia-Pr., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr., **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade nº 865.XXX-XX SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, e a empresa **C. A. CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ 02.293.865/0001-19, localizada na Rodovia Celso Fumio Makita, 2100 Parque Industrial CEP 86.870-000na cidade de IVAIPORÃ -PR**,** e-mail: **Ca-construtora@hotmail.com,** fone (43) 99914.7823, (43) 3472.9566 a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pelo Sr. **SIDNEY BOTELHO** portador da cédula de identidade R.G. Nº 10.XXX-XXX-X SSP/PR CPF nº 327.XXX.XXX-XX, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula quarta e da vigésima primeira, da execução e da vigência, prorrogando o prazo por mais **150** (cento e cinquenta) dias, com início em **08/09/2026** e término em **05/02/2027** para execução, e o prazo de vigência será de **240** (duzentos e quarenta) dias após o término da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato, em igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de agosto de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA	***C. A. CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

_____	_____
FABRICIO SIMÕES DE MORAIS	**MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI**
Secretário Municipal de Planejamento	Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio
_____	
RODRIGO EMANUEL RODRIGUES	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:4461FCED

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
APOSTILAMENTO DO CONTRATO 069/2026

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 59/2025

Ref. Pregão nº 048/2026

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LAVANDERIA LAV CENTER LTDA**, CNPJ 57.689.750/0001-30, localizada Rua Joinville, 175, Parque Industrial Jandir Pereira de carvalho, CEP 86900-000, fone (44) 3232.1061, e-mail lavanderialavcenter@gmail.com na cidade de **MARIALVA - PR** a seguir denominada **CONTRATADA,** representada pela Sra. **ISABELLA DUARTE IGNACIO** portadora da cédula de identidade R.G. n. º 137367084 SESP/PR, inscrito no CPF sob n. º 106.208.609-01, residente e domiciliada na cidade de **MARIALVA - PR** firmam o presente na proposta da CONTRATADA, doravante designado **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO, conforme Lei** Complementar nº 123/2006, pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, demais leis municipais, estaduais e federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
Fica alterado a cláusula segunda deste contrato, passando o início do prazo de execução de 01 de agosto para 01 de setembro de 2026 e o prazo de vigência para 12(doze) meses, contados da data de assinatura do apostilamento, podendo ser prorrogado, nas formas da Lei, a critério do Município e com a anuência da contratada, mediante termo aditivo, até o limite previsto na lei.

C**LÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO FINAL**
Este Termo de apostilamento objetiva, tão somente, a formalização do registro administrativo do ajuste contratual acima delineado, mantendo-se íntegras e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas neste contrato.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 28 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:580A4504

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Súmula: "DECRETA RECESSO LEGISLATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE SALGADO FILHO/PR, NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO CESAR PANSERA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 30, inciso II da Lei Orgânica do Município, e do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Salgado Filho/PR:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado recesso administrativo nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Salgado Filho, no dia 07 de setembro de 2026, (Independência do Brasil) feriado nacional.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria da Câmara Municipal de Salgado Filho/PR, em 31 de agosto de 2026.

PAULO CESAR PANSERA
Presidente da Câmara Municipal de Salgado Filho.

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:FE6D4203

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 27/2026

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 27/2026		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO-PR		
NOME	ADAIR SUGARI	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	FRANCISCO BELTRÃO - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
( ) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS (X) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Evento: apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, realizado no dia 26 de agosto de 2026, às 8h30, no Auditório da AMSOP, em Francisco Beltrão. O encontro teve como objetivo apresentar o projeto aos membros das Câmaras Municipais, destacando sua importância para os municípios consorciados, bem como esclarecer seus objetivos e benefícios. A reunião contou ainda com a participação da Promotora de Justiça do GAEMA, Dra. Ivana.	
PERÍODO DA VIAGEM	26/08/2026	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	00 DIÁRIAS/R$	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ 60,00/TRANSPORTE: R$ 00,00	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 60,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:B535D3F7

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 29/2026

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 29/2026		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO-PR		
PAULO CESAR PANSERA	FUNÇÃO: PRESIDENTE	
FRANCISCO BELTRÃO - PR		
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
( ) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS (X) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
Evento: apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, realizado no dia 26 de agosto de 2026, às 8h30, no Auditório da AMSOP, em Francisco Beltrão. O encontro teve como objetivo apresentar o projeto aos membros das Câmaras Municipais, destacando sua importância para os municípios consorciados, bem como esclarecer seus objetivos e benefícios. A reunião contou ainda com a participação da Promotora de Justiça do GAEMA, Dra. Ivana.		
PERÍODO DA VIAGEM	26/08/2026	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	00 DIÁRIAS/R$	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ 60,00/TRANSPORTE: R$ 86,00	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 146,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:47240106

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 86/2026

Contrato Nº: 86/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: PREVSUL SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Valor.....: R$ 68.400,00
Vigência...: Início: 01/09/2026 Término: 31/08/2027
Licitação..: Credenciamento Nº.: 11/2026
Recursos...: Dotação: 191 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 319013 Obrigações Patronais
188 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 319011 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Objeto.....: Credenciamento de pessoas jurídicas em condições de prestar serviços médicos de geriatria e pediatria para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 31/08/2026

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:001FC217

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 098 28 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 098 28 DE AGOSTO DE 2026

Estabelece procedimentos relativos ao pagamento de IPTU e dá outras providências.

VOLMAR DUARTE, Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 018, de 25 de outubro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Art. 1º. O pagamento do imposto incidente sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, relativo ao exercício de 2026, poderá ser efetuado pelos contribuintes da seguinte forma:
I - Em parcela única, com vencimento no dia 09 de outubro de 2026 e desconto de 10% (dez inteiros por cento);
II - Em 03 (três) parcelas iguais, mensais e sucessivas, com vencimento da primeira no dia 09/10/2026; da segunda no dia 09/11/2026 e a terceira no dia 09/12/2026.
Art. 2º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de 25% do valor (R$19,27) Unidade Fiscal do Município - UFM.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de agosto de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:CA43CE05

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 267, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 267, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Considerando Art. 57, inciso I da Lei Municipal nº 34/2018, o qual suspende a contagem de tempo para fins de aquisição de direito a férias, a Licença para desempenho de atividade política;
Considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, à partir do dia 02 de setembro de 2026, férias de 20 (vinte) dias para a Servidora Pública Municipal **LUCIA DE OLIVEIRA DAMBROS (891),** ocupante do cargo efetivo de Gari, correspondente ao período aquisitivo de 01.06.2024 a 02.09.2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:D32930FA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 268, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 268, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora pública municipal que abaixo especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei nº 34/2018, Art. 75, § 2º, I, bem como atestados médicos apresentados nesta data;

RESOLVE:
Artigo 1º- CONCEDER, 11 (onze) dias de **Licença por motivo de doença em pessoa da família,** no período entre 25 (vinte e cinco) de agosto à 06 (seis) de setembro de 2026, a servidora Pública Municipal **ANDRIELI DOS SANTOS QUOOS DE OLIVEIRA (1448)**, ocupante do cargo efetivo de Monitor de Creche.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à contar de 25 de agosto de 2026.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:3E047F94

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 269, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 269, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando comunicado de concessão de férias;

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 30 (trinta) dias para o Servidor Público Municipal **ADILSON DEPARIS (1244),** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais "A", à partir do dia 03 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 17.04.2024 a 16.04.2025.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:A5A24EA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026
PROCESSO 136/2026 EDITAL 987837-27/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de britagem de material pétreo tipo basalto, com diâmetro máximo de 73 mm, utilizando britador móvel sobre esteiras, bem como para a execução de serviços de desmonte de rochas mediante escavadeira hidráulica equipada com rompedor hidráulico, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, transporte, peças de reposição, equipamentos auxiliares e todos os demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços. Critério de Julgamento: Menor Preço por item. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 31 de agosto de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 31 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:72BBF523

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 125/2026

PORTARIA Nº. 125, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

SÚMULA: Interrompe Férias Regular da Servidora Municipal ELIZANDRA ROSSATTO e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Interrompe a partir de 31 de agosto de 2026 as Férias Regular da servidora municipal **ELIZANDRA ROSSATTO**,

brasileira, portador da Matrícula 1082/1 admitida em 01/07/2002, período aquisitivo 2023/2024, ocupante do Cargo de Auxiliar de Tributação do quadro de pessoal efetivo, restando 23 (vinte e três) dias para serem usufruídos oportunamente.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 31 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:66F1AB7E

SECRETARIA DA MULHER IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA
NOMEAÇÃO DE MEMBROS

DECRETO Nº 1448/2026 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: -Nomeia Membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa de Salto do Lontra, Estado do Paraná e dá outras Providências.

Fernando Alberto Cadore, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas em Lei:

DECRETA

Art. 1º. Art. 1º -Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa de Salto do Lontra, Estado do Paraná, os seguintes membros:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO - GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
Marcia Franz	Jocineia Ribeiro do Nascimento	Secretaria Municipal de Assistência Social
Laura Aparecida Oliboni	Eronilde de Oliveira Toscan	Secretaria Municipal de Educação
Bruna Manfredini Massoti	Elaine Gonçalves	Secretaria Municipal de Saúde
Ana Claudia Madruga	Eliziane Pilatti	Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Marta Razerra	Giceli Vendrusculo	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
Volmir Weber	Cintia Trombini Koerich	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Andressa Geremia	Geovana Techio Lopes Belica	Secretaria Municipal de Governo
Bruno Luiz de Campos	Helio Luiz Brustolin	Departamento Municipal de Urbanismo e Obras
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL – NÃO GOVERNAMENTAL		
TITULAR	**SUPLENTE**	**REPRESENTAÇÃO**
OsvaldiroDallo	Valdinei Risso	Rotary Club
Neli Naiz	Nelci Moreira Martins Vinque	Pastoral do Idoso
Célia Franz	Adriana Sanzovo	Conselho Municipal do Idoso
Edilson Poggere	Alfonso Palavesini	Associação de Idosos Renascer
Luzia Kunhen de Oliveira	Edite Maria Mocelin Demetro	Associação de Idosos Salto do Lontra

Parágrafo Único –Em conformidade com as normas insertas no Decreto nº 1446/2026, o exercício da função dos Membros do Comitê por este Decreto nomeados, serão considerados, serviços públicos relevantes e sem remuneração.
Art. 2º -Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 1446/2026 este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Madruga
Código Identificador:D0D05381

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 101.2026

Decreto nº 101/2026

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pela Lei nº 1.676 de 23 de dezembro de 2025.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$264.755,69 (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil e Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Nove Centavos) para as seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER
09.001 – CULTURA, TURISMO E LAZER
13.392.0002.2.037 – EVENTOS CULTURAIS E CÍVICOS
3.3.90.39.00.00 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
02800 – 00328 – REVEILLON 2024 – SIT 68862 – SETU PR .....R$ 264.755,69

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os provenientes do Excesso de Arrecadação, conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso "II" da Lei 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia, 28 de julho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:F7008B5F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 108.2026

DECRETO 108.2026

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar autorizado pela Lei nº 1.676 de 23 de dezembro de 2025.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento Geral do Município , um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$185.751,23 (Cento e Oitenta e Cinco Mil e Setecentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e três Centavos), para as seguintes dotações orçamentárias, conforme segue:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2.025 - PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB/CONVENIOS E PROGRAMAS - SUS
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
01913-01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Rercursos do SUS.....R$148.751,23

07- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0008.6.028 - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
02042- 00741 - Incentivo Atenção Criança e Adolescente...R$5.000,00
08.244.0008.2.030 - PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
02110 - 00719 - FEAS-PR - SEC ESST DA FAMÍLIA .....R$2.000,00
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ
02210 - 00661 - Fundo do Idoso.....R$15.000,00
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02265 - 00719 - FEAS-PR - SEC ESST DA FAMÍLIA....R$15.000,00

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior conforme disposto no art. 43, parágrafo 1º, inciso "I" da Lei 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Santa Amélia, 29 de julho de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:CEBB1FC4

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ERRATA DECRETO 100.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA – PARANÁ

ERRATA DECRETO Nº 100/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, **INIVALDO BATISTA**, torna pública a presente **ERRATA** ao Decreto nº 100/2026, para correção da data constante na referida publicação.
Onde se lê:
"03 de agosto de 2026".
Leia-se:
"27 de julho de 2026".

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais disposições do Decreto nº100/2026.

Santa Amélia – PR, 31 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Rodrigues
Código Identificador:CBC2F2ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 13/2026
Processo: 57/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa de veículos e máquinas pertencentes à frota do Município
Valor estimado: 260.170,83 (Duzentos e Sessenta Mil, Cento e Setenta Reais e Oitenta e Três Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 17/09/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 17/09/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 17/09/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,01/07/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:A0C54513

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 16/2026
Processo: 68/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de toners, cartuchos de tinta, garrafas de tinta e unidades de imagem
Valor estimado: 125.977,63 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Novecentos e Setenta e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 21/09/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 21/09/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 21/09/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br

Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,22/07/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:1C3A8CF5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ

sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE CONTRATAR os itens vencidos pela empresa KAIZENBLOCK LTDA, CNPJ: 35.691.788/0001-04, no Dispensa nº 24/2026
OBJETO: Serviços de manutenção corretiva e preventiva, visando a correção de vazamentos, limpeza de calhas e instalação de rufos nas coberturas do Ginásio de Esportes Municipal Roque Fortunato Ottenio (Zicão) e da Quadra de Esportes Corujinha
VALOR CONTRATADO: 34.424,30 (Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta Centavos)
DATA DO CONTRATO: 28/08/2026
VALIDADE: 12 MESES

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:817FE1F3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 584/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Waldecir Edson Pagliaci	Agente Administrativo do Esporte Amador	30/08/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:DBB29150

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° **CONCEDER** a partir do dia 01 de Setembro de 2026, ao servidor público municipal **LEONARDO MEDEIRA,** matrícula 37601, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ,** o adicional de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 58, parágrafo único da Lei N° 1.108/2005.
Art. 2° Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:D62BF715

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista de veículos pesados	30/08/2026	R$ 45,00
B	Claudecir Vanzela	Motorista de veículos pesados	01/09/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 31 de Agosto de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:5BD04981

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO DE PRAZO E VALOR

ADITIVO DE PRAZO E VALOR
CONTRATO: Nº. 23/2025
CREDENCIAMENTO: Nº 003/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: MARIA VITORIA FAUSTINO MUSSI CPF nº 097.412.209-28
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS
PRAZO: vigência se encerra em 01/09/2026 fica prorrogado por 12 (doze) meses,
contados a partir de 01/09/2026 A 01/09/2027
DATA: 31/08/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:2D5D8341

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO DE PRAZO E VALOR

ADITIVO DE PRAZO E VALOR
CONTRATO: Nº. 22/2025
CREDENCIAMENTO: Nº 003/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: ISABELA MENDES DA SILVA CPF nº 434.342.468-51
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS
PRAZO: vigência se encerra em 01/09/2026 fica prorrogado por 12 (doze) meses,
contados a partir de 01/09/2026 A 01/09/2027
DATA: 31/08/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:E3A7975B

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO DE PRAZO E VALOR

ADITIVO DE PRAZO E VALOR
CONTRATO: Nº. 21/2025
CREDENCIAMENTO: Nº 003/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: KARYNE SOARES RODRIGUES CPF nº 094.264.979-60
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS
PRAZO: vigência se encerra em 01/09/2026 fica prorrogado por 12 (doze) meses,
contados a partir de 01/09/2026 A 01/09/2027
DATA: 31/08/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:7D51A622

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025 PREGÃO PRESENCIAL 20/2025.

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2025 PREGÃO PRESENCIAL 20/2025.
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº **76.290.691/0001-77**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **CLAUDIO COVRE**, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53, residente e domiciliado nesta cidade **CONTRATADA: GUSTAVO AZEVEDO PINTO - ME** CPF/CNPJ: 08.688.131/0001-15 estabelecido(a) à Rua BARAO DE ANTONINA 302 CENTRO - JATAIZINHO-PR representado(a) neste ato por GUSTAVO AZEVEDO PINTO, portador(a) do CPF nº 009.268.699-06, **J.L.B MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA** CPF/CNPJ: 22.798.251/0001-04 estabelecido(a) à Avenida GETULIO VARGAS 1209 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por JOSE HENRIQUE MELLO DA LUZ, portador(a) do CPF nº 092.264.679-19 e **METALURGICA E TORNEARIA ARAUJO LTDA** CPF/CNPJ: 33.810.934/0001-48 estabelecido(a) à Rua PREF. ANTONIO FRANCISCHINI 617 CENTRO - SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR representado(a) neste ato por RICARDO BRAGA DE ARAUJO, portador(a) do CPF nº 033.488.619-85, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA"
OBJETO: Este instrumento tem por objeto registrar preços para aquisição de FERRAGENS PARA CONSTRUÇÃO.

Fica Alterado aditivado o prazo por 12 meses contados a partir de 01/09/2026 até 01/09/2027.
DATA: 31/08/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:B422739F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE VALOR DA ARP Nº 02/2025

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DA ARP Nº 02/2025
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO COVRE, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53,
CONTRATADA: LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ: 56.933.664/0001-68
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços tem por objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS,
2.2 – Cláusula segunda: da quantidade
fica aditada a quantidade em 25 % do item 185/60-15 PNEU NOVO 1ª LINHA VEICULO LEVE.

DATA: 31/08/2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:812E2913

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA.
CPF/MF: 928---.---34
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR.
DESTINO: CURITIBA/PR.
N.º DA DIÁRIA CONCEDIDA: 03 (TRÊS DIÁRIAS).
VALOR: R$ 1.717,65
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: O presente requerimento tem por finalidade a concessão de diárias para viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, nos dias 31 de agosto de 2026 e 01 e 02 de setembro de 2026, para a participação em reuniões institucionais. No dia 31/08/2026, saída da cidade de Santa Cruz de Monte Castelo/PR à cidade de Curitiba/PR. No dia 01/09/2026, está agendada reunião na Sanepar com o Senhor Anderson para tratar de assuntos referente a questão das redes de esgoto no município. No dia 01/09/2026, está agendada reunião na SECID com a Senhora Camila para tratar de assuntos referente a recursos para o município. No dia 01/09/2026, está agendada reunião com a Assessoria do Gabinete para tratar de assunto referente a questão da manutenção da Escola do Campo de Ivaína. No dia 02/09/2026, está agendada reunião na SECID com o Secretário Fernando Giacobo para tratar de recursos para o município.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 047/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 31 de agosto de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:B87D2F66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2026
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 013/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2026
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 013/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 034/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 126/2026

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 08.857.186/0001-01, neste ato representada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700, centro, vem através do Prefeito Municipal Willian Cezar Viega, tornar público para ciência dos interessados que estará aberto, a partir da publicação deste aviso, o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, COM REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.**
O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/.

Santa Cruz de Monte Castelo, 31 de agosto de 2026.

WILLIAN CEZAR CIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:56FE5386

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.007/2026

Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 3.007/2026

Súmula: Institui o reconhecimento institucional de boas práticas de escolas, gestores e/ou docentes voltadas à alfabetização e recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da rede municipal de ensino.

Juliana Galiza Mendes Secretária Municipal de Educação de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,

RESOLVE:
Art. 1º Instituir formalmente, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz de Monte Castelo - PR, o programa de Reconhecimento Institucional de Boas Práticas de Escolas, Gestores e/ou Docentes voltadas à alfabetização e recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Portaria tem como objetivos:
I - Valorizar e incentivar o protagonismo pedagógico das instituições de ensino, equipes diretivas e professores;
II - Compartilhar práticas pedagógicas exitosas que contribuam efetivamente para a melhoria dos índices de alfabetização e recomposição da aprendizagem;
III - Estimular a melhoria contínua da qualidade do ensino ofertado na rede pública municipal.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação definir os critérios, prazos e instrumentos para a inscrição, avaliação e seleção das boas práticas contempladas por esta Portaria, através de regulamento próprio.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz de Monte Castelo - PR, 28 de agosto de 2026.

JULIANA GALIZA MENDES
Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO – RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE BOAS PRÁTICAS

1. Objetivo
Identificar, selecionar e certificar iniciativas pedagógicas e de gestão escolar bem-sucedidas no ciclo de alfabetização, promovendo a troca de experiências e a melhoria contínua da qualidade do ensino nos Anos Iniciais da rede municipal de Santa Cruz de Monte Castelo.
2. Público-Alvo
* Escolas da rede municipal de Santa Cruz de Monte Castelo que ofertam o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental.
* Professores regentes das turmas de alfabetização e gestores escolares.
3. Critérios e Indicadores Utilizados
As práticas submetidas serão avaliadas com base nos seguintes indicadores:
* Efetividade pedagógica: Impacto positivo comprovado no avanço da aprendizagem e da alfabetização dos alunos.
* Inovação e Criatividade: Uso de metodologias lúdicas, recursos diferenciados (como os Cantinhos da Leitura) e engajamento da comunidade escolar.
* Replicabilidade: Viabilidade da prática ser reaplicada em outras unidades da rede municipal.
4. Cronograma de Execução
* Fase 1 (Início do Ano Letivo): Lançamento e divulgação das diretrizes de boas práticas junto às escolas municipais.
* Fase 2 (Ao longo do Ano): Acompanhamento pedagógico, monitoramento e registro das ações desenvolvidas nas unidades escolares.
* Fase 3 (Final do Ano Letivo): Avaliação técnica dos resultados, consolidação do relatório de execução e emissão de certificados de reconhecimento institucional aos profissionais e escolas destaques da rede.
5. Evidências de Execução
O processo é comprovado por meio de registros fotográficos, relatórios pedagógicos parciais, termos de entrega de materiais e atas de reuniões de acompanhamento técnico realizadas pela Secretaria Municipal de Educação até o término do ano letivo.

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:EA32D50E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3.008/2026

Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 3.008/2026

Súmula: Institui e regulamenta a certificação e o reconhecimento institucional de profissionais da educação pela participação e conclusão de formações continuadas no âmbito da Política de Alfabetização.

Juliana Galiza Mendes Secretária Municipal de Educação de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir formalmente, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz de Monte Castelo - PR, o processo de certificação e reconhecimento institucional de profissionais da educação (gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas) pela participação e conclusão de formações continuadas vinculadas à Política de Alfabetização.
Art. 2º O reconhecimento e a certificação têm por objetivo valorizar a qualificação continuada dos profissionais que atuam direta ou indiretamente no ciclo de alfabetização, assegurando o aprimoramento das práticas pedagógicas e de gestão escolar na rede municipal.

Art. 3º Os procedimentos operacionais, a identificação dos públicos participantes, a carga horária, bem como o fluxo de emissão e registro dos certificados encontram-se detalhados no Relatório Técnico anexo único a esta Portaria, com previsão formal de execução e conclusão até o término do ano letivo corrente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz de Monte Castelo - PR, 28 de agosto de 2026.

JULIANA GALIZA MENDES
Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO – RELATÓRIO TÉCNICO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E CERTIFICAÇÃO

1. Objetivo
Comprovar a realização de ações de formação continuada, bem como o registro formal de certificação e reconhecimento institucional dos profissionais da rede municipal de ensino envolvidos diretamente com a Política de Alfabetização.
2. Público-Alvo Participante
* Professores regentes das turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
* Gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos).
* Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.
3. Carga Horária e Estrutura das Formações
As capacitações contemplam módulos teóricos e práticos voltados a metodologias de alfabetização, acompanhamento de aprendizagem e uso de materiais didáticos estruturados, com carga horária compatível e programada para o atendimento integral das metas do ano letivo.
4. Cronograma de Execução e Emissão de Certificados
* Início do Ciclo: Cadastramento e convocação dos profissionais para as turmas de formação continuada.
* Desenvolvimento: Realização dos encontros formativos, oficinas pedagógicas e controle de frequência ao longo dos semestres letivos.
* Conclusão e Certificação: Avaliação de aproveitamento, homologação dos participantes concluintes e emissão oficial dos certificados com previsão de encerramento até o final do ano letivo corrente.
5. Evidências e Registro Institucional
O controle e a comprovação da certificação são realizados por meio de listas de presença, relatórios de conclusão de curso, registros em sistemas próprios da Secretaria Municipal de Educação e cópias dos certificados emitidos aos profissionais participantes.

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:B779E9CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº253/2026

Dispõe sobre concessão de Aposentadoria de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o protocolado sob o nº2036/2026 e Art. 6º, da EC 41/03 e do Art. 30, da Lei Complementar nº001/2005.

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida APOSENTADORIA a servidora NAIR MENDES DA SILVA ALMEIDA, matricula 201-011, RG nº4.628.479-8 – SESP - PR, CPF nº 995.471.209-72, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, Nível 08, conforme quadro de Cargos e Salários, por ter completado os requisitos para sua aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição, Ultima remuneração, Integral, com paridade na forma de reajuste com os servidores da ativa, com base no mês de julho, a partir do dia 01 de setembro de 2026.

- Salário (Vencimento)..... R$ 5.467,61
- Adicional por Tempo de Serviço – 100%..... R$ 3.335,24
- Adicional de Especialização art.58, da Lei 1618/11 ..... R$ 492,08
- Adicional Mérito art. 57, Lei 161841/11..... R$ 546,76
- Adicional Licenciatura Plena, Lei art.57, da Lei 1618/11... R$ 546,76
- Valor..... R$ 10.388,45

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 31 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:936F1DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº254/2026

Dispõe sobre concessão de Aposentadoria de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o protocolado sob o nº2087/2026 e os incisos I, II e III do Art. 31, da Lei Complementar nº001/2005.

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida APOSENTADORIA a servidora CLEUSA FERREIRA DA SILVA CUNHA, matricula 201-420, RG nº4.041.258-1 – SESP - PR, CPF nº 778.242.029-68, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Operacionais - Nível 13, conforme quadro de Cargos e Salários, por ter completado os requisitos para sua aposentadoria Voluntária por idade – Comum, proventos proporcionais ao tempo de contribuição na forma de reajuste sem paridade com os servidores da ativa, média das 80% maiores remunerações, a partir do dia 01 de setembro de 2026.

DESCRIÇÃO	VALOR DA MÉDIA	PERCENTUAL DO CALCULO	VALOR DO PROVENTO
Resultado do cálculo da média	R$ 1.822,32	64,86%	R$ 1.181,95

Art. 2º - Fica assegurado o pagamento do salário mínimo, conforme art. 201, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 31 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:CD32A757

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO 016/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 027/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº

76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sr. **TAERON DE OLIVEIRA SILVA,** brasileiro, solteiro, RG nº 9,303.306-0 - SESP-PR, inscrita no CPF sob n.º 050.815.969-57, residente e domiciliado np Municipio de Guaraci – Pr, sit a Av. Vereador Murilo Cremasco, nº 506, ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, acordam:

O CONTRATANTE e a CONTRATADO, em 18/02/26 firmaram o contrato Nº. 027/26, com prazo de duração do dia 18 de fevereiro de 2026 a 17 de fevereiro de 2027 2026, posteriormente renovado pelo mesmo período, pelo qual o primeiro confiou ao segundo serviços de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES -40H, como previsto na cláusula 1ª do referido Contrato Administrativo.

O CONTRATADO, por força deste instrumento ora DISTRATADO, fica acordado que seus serviços foram prestados até o dia 30 de agosto de 2026, tendo em vista seu registro no ponto em seu local de trabalho.

O CONTRATADO, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia estabelecida na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 027/2026, proporcionalmente até a data de serviços efetivamente prestados, caso ainda possui subsídios a receber.

O CONTRATADO outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas, os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento e eventuais litígios decorrentes do ora acordado.
E, por estarem assim justas e distratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus efeitos legais .

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 31 de agosto de 2026.

TAERON DE OLIVEIRA SILVA
Distratado

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Distratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:C8BA48C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PSS Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 030/2026, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2026 – para contratação temporária
R E S O L V E

CONVOCAR as candidatas abaixo, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026, para comparecerem na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, entre os dias **03 e 04 de setembro de 2026**, a fim de se submeter ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;
I- Registro Geral – RG
II- Certificado de reservista, quando couber.
III- Titulo de Eleitor.
IV- Comprovante de voto na ultima eleição ou a justificativa da ausência.
V- Cadastro de Pessoa Física
VI-Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII- Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII- Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX- Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X- Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI- 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII- Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII- Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d- eletro cardiograma
XIV- Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV- Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI- Carteira de Trabalho;
XVII- Comprovante de Residência atualizado;
Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter eliminatório, considerando-se aprovados os candidatos tidos como aptos.
***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL –- 40 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MILENA ALVES DE OLIVEIRA MAZONI	44º
EDILEUZA DOS SANTOS GONÇALVES	45º

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 01 de setembro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:49E8EC78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº096/2026.

Concede gratificação a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando, o art. 99 da Lei Complementar 003/11, alterado pela Lei Complementar nº 003/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo, ocupante do Cargo Advogado – 20 h., gratificação no percentual de 50% (cinquenta) por cento, pelas

peculiaridades das funções do cargo, tiver que ficar á disposição da Secretaria de Administração, fora do seu horário de trabalho,

I – RICHARDSON MARCELO VELOSO VIEIRA – CPF nº 863.278.879-53, Matricula nº.201.623.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 31 de agosto de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2001DA53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE FOMENTO Nº17/2026 (EXTRATO)

Autorização Municipal: Lei Municipal nº. 2.469 de 27 de maio de 2026.

Valor da Parceria: **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).**

Concedente: **MUNICIPIO DE SANTA FÉ – PR** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 76.291.418/0001-67, com sede na Praça Militão Bento França, Av. Presidente Kennedy, nº. 717, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Concedente: **EDSON PALOTTA NETTO**, portador do RG nº. 1.396.059-3 (SSP/PR) e do CPF nº. 239.833.109-15, residente e domiciliado na Rua Apucarana, nº. 631, Centro, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Convenente: **ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DE SANTA FÉ – PR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 03.413.108/0001-02, com sede na Rua Ponta Grossa, nº. 1069, Centro, CEP: 86.700-000, Santa Fé, Paraná.

Representante da Convenente: **JAIME CORTEZ**, portador do RG n°. 1.668.161-0/PR e CPF n°. 325.038.309-00, residente e domiciliado na Rua Amadeu Minante, n°. 490, Jardim Itália, CEP: 86.770-000, Santa Fé, Paraná.

Objeto: DESTINA-SE A PROPORCIONAR ATIVIDADES AOS IDOSOS COM MAIS DE 60 ANOS DE IDADE.

Dotação Orçamentária: 21.003.08.244.0017.2.217.33.50.43.00.00.

Prazo de Vigência: da publicação do Termo de Fomento até o dia 30 de julho de 2027.

Santa Fé, 31 de agosto de 2026.

Concedente:
Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR.
Prefeito Municipal:
EDSON PALOTTA NETTO.

ASSINATURA:

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DE SANTA FÉ – PR.
PRESIDENTE: JAIME CORTEZ.

ASSINATURA:

TESTEMUNHAS:

Geovani Minanti
Secretário da Fazenda
RG nº. 6.953.091-5 (SSP/PR)
CPF nº. 024.313.659-56

Maria José Pelegrini de Andrade
Recursos Humanos
RG nº. 3.235.534-0 (SSP/PR)
CPF nº.455.593.509-82

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:705C1612

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, mantenedora do CMEI Professor Antônio Pedro Machado, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 588/2026 NRE – MARINGÁ.

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professor Antônio Pedro Machado do município de Santa Fé, com a oferta de: Educação Infantil.

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Ato de Homologação n.º 12/2022 e disposições em contrário.

Santa Fé, 31 de agosto de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:75297E39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
ALTERA A CARGA HORÁRIA ESTABELECIDA PELA PORTARIA Nº 15.152, DE 02 DE OUTUBRO DE 2024, DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 16.021
Data: 01.09.2026

Altera a carga horária estabelecida pela Portaria nº 15.152, de 02 de outubro de 2024, do servidor que especifica.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra “a”, inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso nº 33/2015, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o Município de Santa Izabel do Oeste, em 26 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO as disposições constantes na Recomendação nº 10.491/2026, do Ministério Público do Trabalho – MPT, referente à estruturação e ao fortalecimento das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da carga horária para o desenvolvimento das atividades relacionadas à Saúde do Trabalhador, Vigilância em Saúde do Trabalhador – VISAT e demais ações correlatas;
CONSIDERANDO o Memorando nº 139/2026, de 26 de agosto de 2026, encaminhado pela Secretaria da Saúde, solicitando a alteração da carga horária estabelecida pela Portaria nº 15.152, de 02 de outubro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária estabelecida no Art. 1º da Portaria nº 15.152, de 02 de outubro de 2024, do servidor público municipal **HUGO MARCIANO FELBER,** passando de **10 (dez) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais,** para responder pela Saúde do Trabalhador.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 15.152, de 02 de outubro de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 01 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BE5F4DB9

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATAR, RACKLAINE CRISTINA MAGALHÃES SANTIN, PARA EXERCER, EMPREGO PÚBLICO DE ENFERMEIRO - E – PSF.

PORTARIA Nº 16.020
Data: 01.09.2026

Contratar, RACKLAINE CRISTINA MAGALHÃES SANTIN, para exercer, Emprego Público de Enfermeiro - E – PSF.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a aprovação da candidata em Concurso Público de que trata o Edital de Concurso nº 02.01/2025 de 30 de maio de 2025, realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo edital nº 02.08/2025 de 24 de setembro de 2025 e convocada pelo edital nº 02.18/2026 de 13 de agosto de 2026.

CONSIDERANDO que a mesma preenche os requisitos exigidos no Art. 6º da Lei Complementar nº 24 de 19 de dezembro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, de acordo com a Lei nº 864 de 13 de novembro de 2007**, RACKLAINE CRISTINA MAGALHÃES SANTIN,** CPF n.º 077.***.***-81, para exercer, o Emprego Público de Enfermeiro - E – PSF, carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 01 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:9021C296

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSAR, DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE ENFERMAGEM DA CASA DE SAÚDE, A SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 16.022
Data: 01.09.2026

Dispensar, da Função Gratificada de Diretor de Enfermagem da Casa de Saúde, a servidora que especifica.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das funções gratificadas às atividades efetivamente desempenhadas pelos servidores;

CONSIDERANDO a alteração da situação funcional da servidora RAYANE BECCHI DOS SANTOS;

CONSIDERANDO que a servidora não mais exercerá as atribuições inerentes à Função Gratificada de Diretor de Enfermagem da Casa de Saúde;

CONSIDERANDO o Memorando nº 143/2026, de 26 de agosto de 2026, encaminhado à Divisão de Pessoal e Recursos Humanos, solicitando as providências necessárias quanto à retirada da Função Gratificada de Diretor de Enfermagem da Casa de Saúde, a partir de 01 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, a Servidora Pública Municipal, **RAYANE BECCHI DOS SANTOS,** CPF nº 064.***.***-29, da Função Gratificada de **Diretor de Enfermagem da Casa de Saúde,** concedida por meio da Portaria nº 15.692, de 06 de janeiro de 2026, **a partir de 01 de setembro de 2026.**

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Santa Izabel do Oeste, em 01 de setembro de 2026.

ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:0189E0F4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE RACKLAINE CRISTINA MAGALHÃES SANTIN

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: RACKLAINE CRISTINA MAGALHÃES SANTIN
Fundamento: Lei Municipal nº 863 de 13 de novembro de 2007 e Lei Municipal nº 864 de 13 de novembro de 2007.
Vigência: Tempo Indeterminado
Emprego Público: Enfermeiro – E - PSF
Vencimento: R$ 5.191,20 (Cinco mil, cento e noventa e um reais e vinte centavos).
Lotação: Secretaria da Saúde

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:CFA0B261

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°293/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 293/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Velha Grafica LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 370,00 (trezentos e setenta reais).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 279/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Cristiano de Oliveira Ristow 09020009931.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 5.708,90 (cinco mil setecentos e oito reais e noventa centavos).
DATA: 13/08/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 289/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e 5.843.353 Gabriele Pereira Cavalheiro.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos e confecção de material de sinalização visual, com a finalidade de atender às necessidades das Secretarias Municipais de Administração, de Expansão Econômica, de Educação, de Cultura e Esportes, da Saúde, da Assistência Social e do Meio Ambiente de Santa Izabel do Oeste/PR, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios, Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 13/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais).
DATA: 13/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:C975561A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 167/2026 DE: 28/08/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUCIA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o determinado pela Lei Municipal nº 892/2019, de 12 de julho de 2019 e alterada pela Lei Municipal Nº 1213/2025 de 06 de fevereiro de 2025 e suas alterações, que institui a Criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, no Município de Santa Lucia - PR

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam nomeados como conselheiros titulares e suplentes para a composição do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Santa Lucia - PR, para biênio, os representantes dos órgãos e entidades conforme indicação abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Jefferson Fogaça Tomacheski
Suplente: Odirley Leandro dos Santos
Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente
Titular: Dorvalino Lima Caetano
Suplente Everton Luiz Balbinot
Secretaria Municipal de Esportes e Turismo
Titular: Eduardo Vinicius Forcellini Buratti
Suplente: Vanessa de Fatima Prates Schmidt

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

ACISLU – Associação Comercial e Industrial de Santa Lúcia
Titular: Danieli Schwinn Dias
Suplente: Ari Antônio dos Santos
Associações de Agricultores
Titular: Alesio Freire
Suplente: Ezequiel Antonietti
Associação do Centro de Tradições Gaúchas - CTG
Titular: Renaldo Luiz Walter
Entidades Religiosas
Titular: Marcos Antônio Batista
Suplente: Aristides Nonemacher

Art. 2º - A função de membro do Conselho não será remunerada, constituindo relevante serviço prestado ao Município, em caráter prioritário, sendo possível ausências justificadas desde que motivadas pelas atividades deste Conselho.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:35AA28C0

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 140/2026 DATA: 31/08/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **duas diárias e meia** para os servidores **SILVANO TORTELLI** (Prefeito), **LEANDRO LIMA GALVÃO** (Secretário) e **LUIZ RODRIGO BOCCA** (Secretário), para participar de reuniões na Assembleia Legislativa, SECID, SESA, SEAB, SETU e SEIL, na cidade de Curitiba - PR, nos dias 01 e 02 de setembro de 2026. Saída no dia 31 de agosto de 2026 e retorno no dia 02 de setembro de 2026.

TRANSPORTE: JEEP
PLACA: TFL 0G96

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:C18239A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 011/2026

Suspende Sessão na Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria do Oeste-PR

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, vereador TIAGO VARIZA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, em decorrência dos danos causados pela chuva de granizo ocorrida no dia 14 de agosto de 2026, persistem problemas na cobertura do prédio da Câmara Municipal, ocasionando infiltrações e goteiras que comprometem a adequada utilização de suas dependências;

CONSIDERANDO que, as condições atuais das instalações do Plenário não oferecem condições adequadas para a realização da sessão, especialmente em razão da previsão do tempo que prevê chuvas intensas;

DECRETA:

Art. 1º - SUSPENDE a 22ª SESSÃO ORDINÁRIA do dia 31 de agosto (segunda-feira), ficando marcada para o dia 14 de setembro de 2026.
Art. 2º - As atividades legislativas continuarão a ser exercidas normalmente.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 31 de agosto de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:3A8024F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01208/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01208/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CLEBER LUIZ DE SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997543
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA **CPF N.º** 919.***.***-49
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO ELABORAÇÃO DO EDITAL DO PNAB.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/07/2026-
Data de Retorno: 30/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 07 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:534CAB50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01209/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01209/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: KETLIN CRISCIANE LOCATELLE MATRÍCULA **n.º** 9997241
CARGO: ENFERMEIRA **CPF N.º** 045.***.***-67
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE IVAIPORA, PARA FINS DE CAPACITAÇÃO SAUDE DIGITAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 09/07/2024-
Data de Retorno: 09/07/2024
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: IVAIPORA PR **Código do IBGE:** 11506
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 07 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:C4E62B17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01212/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01212/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOSE GEFFER OLIVEIRA **MATRÍCULA n.º** 14401
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 009-***.***-89
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE PALMITAL PARA TRANSPORTE DE ALUNOS E EQUIPE TECNICA QUE PARTICIPARÃO DE UM QUADRANGULAR DE VOLEIBOL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 21/07/2026-
Data de Retorno: 21/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: PALMITAL-PR **Código do IBGE:** 17800
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:012113C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01213/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01213/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: WILLIAM MELLO DE LORENA **MATRÍCULA n.º** 9996874
CARGO: SECRETARIO EDUCAÇÃO **CPF Nº** 095.***.***-04

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE BRASILIA - DF, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO COM AGENDA INSTITUICIONAIS JUNTO DIVERSOS MINISTERIOS E ORGÃOS DO GOVERNO FEDERAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/08/2026-
Data de Retorno: 13/08/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: BRASILIA - DF **Código do IBGE:** 00108
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03(TRES) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$1200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:1F00AFBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01214/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01214/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: OSCAR DELGADO **MATRÍCULA n.º** 9996942
CARGO: PREFEITO **CPF N.º** 701.***.***-87

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE BRASILIA - DF, PARA PARTICIPAÇÃO DE EVENTO COM AGENDA INSTITUICIONAIS JUNTO DIVERSOS MINISTERIOS E ORGÃOS DO GOVERNO FEDERAL.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 10/08/2026-
Data de Retorno: 13/08/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: BRASILIA - DF **Código do IBGE:** 00108
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 03(TRES) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$2400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:D7600ACD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01215/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01215/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA **MATRÍCULA n.º** 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 083.***.***-96

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE LONDRINA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 21/07/2026-
Data de Retorno: 21/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:** 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:616F4139

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01215/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01215/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA
MATRÍCULA n.º 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 083.***.***-96

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE LONDRINA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 21/07/2026-
Data de Retorno: 21/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA-PR **Código do IBGE:** 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:DF30F5A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01216/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01216/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA
MATRÍCULA n.º 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 083.***.***-96

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CÂNDIDO DE ABREU, PARA TRANSPORTRE DE PESSOAS PARA 42° ENCONTRO ESTADUAL DE SERICULTORES.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 23/07/2026-
Data de Retorno: 23/07/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CÂNDIDO DE ABREU-PR **Código do IBGE:** 04402
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 31 de Agosto de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:94C2EA17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 083/2026

PORTARIA N.º 083/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**078**		
AUTORIZADO:	**VILSON LIMA DOS SANTOS JUNIOR**		
CPF N.º	**068.498.559-48**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**8.039.495**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**01/09/2026**		
CHEGADA:	**04/09/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3,427,86**		
OBJETIVO:	**Curso, realização VEREDAS BRASIL TREINAMENTOS LTDA, condutas vedadas em ano eleitoral.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR	**28/08/2026**		
ASS.: PRESIDENTE			

ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO	
ASS.: TESOURARIA	

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:B4FB0420

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 084/2026

PORTARIA N.º 084/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**079**		
AUTORIZADO:	**SEBASTIAO DE OLIVEIRA**		
CPF N.º	**893.111.759-00**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**5.212.980-0**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**01/09/2026**		
CHEGADA:	**04/09/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO VEREDAS BRASIL TREINAMENTOS LTDA, CONDUTAS VEDADAS EM ANO ELEITORAL.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR	**28/08/2026**		
ASS.: PRESIDENTE			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			
ASS.: TESOURARIA			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:C9A8D62A

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026 PREGÃO Nº 80/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026
Pregão Nº 80/2025

OBJETO: Aquisição de máquinas de costura industriais e equipamentos para incentivo à indústria municipal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: JUNKES MAQUINAS DE COSTURA LTDA;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: 22.7053,20 (Duzentos e Vinte e Sete Mil e Cinquenta e Três Reais e Vinte Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 28/08/2026

Pela Contratante:
RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

E Pela Contratada:
ANA MARIA JUNKES
Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:52FF80BD

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 82/2026

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2026
Inexigibilidade Nº 82/2026

OBJETO: Contratação de espetáculo em formato de show, com até 2 (duas) horas de duração, que será realizado no dia 14 de novembro de 2026, no CTG Querência da Fronteira, no Município de Santo Antônio do Sudoeste/PR. O espetáculo consiste no show de lançamento do álbum "Vaca Preta em Noite Escura", de Elizandro Pellin e Érlon Péricles, apresentando canções do álbum mescladas a sucessos consagrados do cancioneiro gaúcho, com participações especiais de Pirisca Grecco, Leonardo Quadros e Maria Alice. Após o show 3 h de baile com DESIDÉRIO SOUZA E GRUPO..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ERLON PERICLES BORGES PIRES;
VALOR: R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 31/08/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ERLON PERICLES BORGES PIRES - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:2C661072

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0265/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 083/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0265/2026
Inexigibilidade nº 083/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: 67.939.419 EMANUELE VITORIA DOS SANTOS
CNPJ Nº 67.939.419/0001-84
Representante: EMANUELE VITORIA DOS SANTOS
CPF nº 134.198.489-35
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, proprietárias de veículos de comunicação (rádios AM/FM e mídias eletrônicas/portais de notícias), para a prestação, sob demanda, de serviços de veiculação de comunicação institucional, abrangendo campanhas institucionais, eventos municipais, programas sociais, campanhas educativas, informativos diversos e publicações legais. A contratação dos serviços

ocorrerá por meio de Ordens de Serviço (OS), emitidas conforme a necessidade da Administração Pública.
VALOR TOTAL: R$ 28.700,00 (Vinte e Oito Mil e Setecentos Reais)
VIGÊNCIA: 30/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 31/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:18331397

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 083/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 083/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, proprietárias de veículos de comunicação (rádios AM/FM e mídias eletrônicas/portais de notícias), para a prestação, sob demanda, de serviços de veiculação de comunicação institucional, abrangendo campanhas institucionais, eventos municipais, programas sociais, campanhas educativas, informativos diversos e publicações legais. A contratação dos serviços ocorrerá por meio de Ordens de Serviço (OS), emitidas conforme a necessidade da Administração Pública.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 31/08/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:22C62A93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
TERMO ADITIVO Nº 002 – PRAZO E VALOR – CONTRATO Nº 009/2024

TERMO ADITIVO Nº 002 – PRAZO e VALOR – CONTRATO Nº 009/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2024, que entre si celebraram a Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra e a empresa Softcam Soluções LTDA ME.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 01.616.421/0001-04, com sede na Rua Prefeito Raul Proença, nº 375, nesta cidade, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Presidente, Sr. Ciro Francisco Bispo, brasileiro, portador do RG nº xxxxxxxx, SESP/PR, inscrito no CPF n° xxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **SOFTCAM SOLUÇOES LTDA ME**, com sede no Município de Braço do Norte, Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 24.092.271/0001-82, neste ato representada pelo **Sr. Fabrício de Souza**, portador do RG nº xxxxxxxxxx e do CPF/MF nº xxxxxxxxx, de ora denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO** Nº 009/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a duração do contrato nº 009/2024, assinado em 02/09/2024, conforme cláusula terceira do contrato. A duração do contrato fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a ser válido de 02/09/2026 à 02/09/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
O valor do presente aditivo é de R$2.754,80 (dois mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos) mensais – já corrigido monetariamente (4,714%), totalizando o valor de R$33.057,60 (trinta e três mil e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária desta Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR: 3.3.90.39.00.00.00.00/ Nº do bloqueio: 1483300/2026.

CLAUSULA QUARTA – DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Jerônimo da Serra, 31 de agosto de 2026.

CIRO FRANCISCO BISPO
Presidente

Softcam Soluções LTDA ME
FABRÍCIO DE SOUZA

TESTEMUNHAS:

_____
Nome: _____
CPF: _____

2._____
Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:2D5FC5AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Eric José da Silva Proença
Cargo/Função	Motorista
Data	31/08/2026 a 21/09/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio – PR
Motivação	Transporte de alunos universitários

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Paulo Semiceki Marcelino
Cargo/Função	Motorista
Data	27/08/2026 a 17/09/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Transporte de alunos universitários

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:94E0889C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 231/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

EXONERAR, POR APOSENTADORIA, a Sra. **TANIA REGINA DE OLIVEIRA BARBOZA,** matrícula 30201, RG 19.539.975-SP, do Cargo de AGENTE DE SAÚDE, a partir de 01/09/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 28 de agosto de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:44BB7B6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTRIA 230/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, a Sra. **ANA PAULA TIXILISKI DO PRADO, AGENTE AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, contratada por esta Prefeitura Municipal em 01/07/2006, conforme Portaria 116/06 de 01/07/2006, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de 01/07/2024 a 30/06/2025, a partir de 01/09/2026, devendo retornar ao trabalho em 01/10/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 28 de agosto de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:A1981646

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 110/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 110/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, O **CONTRATANTE** MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VENICIUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do RG nº 8.241.196-8 SSP-PR, residente e domiciliado no município de São Jerônimo da Serra/PR, e de outro lado a Empresa **MARINEZ ASCHIDAMINI** C.N.P.J. nº 49.105.020/0001-16, com sede na Avenida Jose Oscar Salazar, 405 - Andar 2 - Santa Catarina, CEP: 99.711-320, Cidade de Erechim / Rio Grande do Sul, telefone: (54) 99178-1516 e-mail: clubereal.eventos@hotmail.com, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MARINEZ ASCHIDAMINI**, portador da Carteira de Identidade n°114.070.064-1 e do CPF n° 622.391.049-53, com o objetivo de formalizar a **RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** do Contrato n.º 110/2026 datado de 08 de julho de 2026, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERIMONIAL PARA EVENTOS DE FORMATURA DAS TURMAS DE 5º ANOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E EVENTO DE INTEGRAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – COMPREENDENDO BUFFET, SERVIÇO DE COZINHA, GARÇONS, ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS, ALUGUÉIS DO ESPAÇO, ENTRETENIMENTOS MUSICIAIS, SEGURANÇAS E DEMAIS ESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR.**
A presente rescisão contratual fundamenta-se no descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, especialmente quanto ao disposto no item 6.5 do Edital/Termo de Referência, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação, imediatamente após a assinatura do contrato, de comprovante de reserva ou contrato de locação do espaço necessário à execução do objeto.

Embora devidamente solicitada, a CONTRATADA não apresentou o referido documento, mesmo após o recebimento de duas notificações formais expedidas pela Administração para que procedesse à regularização da obrigação contratual. A ausência da documentação exigida caracteriza descumprimento de obrigação contratual, em afronta às condições estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato celebrado, configurando motivo para a presente rescisão, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais. Dessa forma, o CONTRATANTE promove a rescisão unilateral do contrato, com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que autorizam a extinção contratual por inexecução total ou parcial do ajuste por parte do contratado.
Ficam assegurados à Administração Pública todos os direitos decorrentes da rescisão, inclusive a eventual aplicação de penalidades previstas contratualmente e na legislação vigente.

E, para que produza seus efeitos legais, firma-se o presente termo.

São Jerônimo da Serra, 31 de agosto de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal---------

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:9297322F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 26/2026 – FORMA: PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que, após alterações editalícias necessárias, fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma Presencial, que tem por objeto o "Registro de preços para futura e eventual aquisição de itens de supermercado para atender a demanda dos departamentos da prefeitura municipal de São José da Boa Vista". A sessão se dará no dia 15/09/2026, a partir das 10h00min na Sala de Reuniões da Divisão de Licitações, situada na Sede da Prefeitura Municipal, na Rua Reinaldo Martins Gonçalves, nº. 85, Centro. Os envelopes poderão ser entregues à partir das 08h00min, encerrando-se o recebimento às 09h59min, sendo a abertura pontualmente às 10h00min. Valor máximo aceitável R$ 795.654,12 **(**setecentos **e** noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.

São José da Boa Vista, 31 de agosto de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA -
Pregoeiro Oficial do Municipio

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:C1B86582

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 27/2026 – FORMA: ELETRÔNICO
CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 06/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto o "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Leite Cru Pasteurizado Integral para atender a Demanda dos Departamentos da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista.". A sessão se dará no dia 24/09/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma comprasgov – UASG: 987883. Valor máximo da aquisição R$ 106.000,00 (Cento e seis mil reais). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.

São José da Boa Vista, 31 de agosto de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:FBD915AA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO
Pregão Eletrônico n°. 24/2026
Processo Administrativo nº. 61/2026
Objeto: "**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares utilizados no Hospital Municipal São José, do Município de São José da Boa Vista/PR.**"
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Considerando a competência da Administração para rever seus próprios atos, por razões de conveniência e oportunidade, devidamente motivadas;
Considerando o disposto no **art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a revogação do procedimento licitatório, total ou parcialmente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente;
RESOLVE:
Art. 1º - REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 24/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 61/2026, destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos hospitalares utilizados no Hospital Municipal São José.
Art. 2º - A revogação fundamenta-se em **razões de conveniência e oportunidade administrativa**, decorrentes da constatação superveniente da possibilidade e da conveniência de reunião do objeto deste procedimento com contratação de mesma natureza promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitação formal da Direção Administrativa do Hospital Municipal São José.
Art. 3º - Autorizar a **REVOGAÇÃO** do processo, para que sejam promovidas as correções e adequações necessárias nos documentos da fase preparatória, possibilitando, posteriormente, a nova instrução e realização do procedimento licitatório;
Art. 4º - Solicito que seja publicado o AVISO DE REVOGAÇÃO, para que todos tomem o devido conhecimento desta decisão, em respeito ao princípio da publicidade.
São José da Boa Vista - Pr., 28 de agosto de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:317429B9

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 097/2026

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO – NOVO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL - TÉCNICO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO
Edital nº 083/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 11.788/2008, Edital nº 083/2025 e nos termos do resultado homologado através do Edital 107/2025

Considerando o ofício 44/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio;

RESOLVE:

I – Os candidatos abaixo relacionados ficam **CONVOCADOS** para a assinatura do termo de compromisso de estágio junto à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, **entre os dias 01 e 02/09/2026** conforme item VI.4 do Edital 083/2025.

Classificação	Candidatos aprovados na classificação Geral	Nº Inscrição
14º	MARIA CLARA FERREIRA PAZ	6

II – Os candidatos convocados deverão se apresentar, no prazo assinalado no item I, com os originais e cópias dos seguintes documentos:

RG e CPF - Original e cópia
Comprovante de endereço; - cópia
01 Foto 3x4
Certidão ou declaração da Instituição de Ensino que esteja matriculado, informando o curso e o período em que está matriculado neste 2º semestre de 2026; - original

III – Caso o candidato não comparecer para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, não apresentar os documentos exigidos, será automaticamente desclassificado, conforme item VI.4 do Edital nº 083/2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 31 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:C723D858

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 098/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO o ofício 118/2026 da Secretaria Municipal de Educação e o ofício 53/2026, do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	81	MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS	93
Auxiliar de Serviços Gerais	82	GESSICA APARECIDA SIMOES	31

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 01/09 à 08/09/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 31 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:3C87E315

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 099/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 137/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 137/2025, e na Portaria 408/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 137/2025;
CONSIDERANDO o Ofício 036/2026 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação e 066/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Operário	15	BRAYAN INACIO FERREIRA DE LIMA	57
Operário	16	ANDRE OTAVIO DA SILVA	60
Motorista	15	LUIZ VALTER DE LIMA	25

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 01/09/2026 a 08/09/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 137/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 01 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:C63D27EE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 100/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 66/2026

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 066/2026, e na Portaria 192/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 066/2026;
CONSIDERANDO o Ofício 051/2026 e 147/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Nutricionista	3	Joseane Pereira	29
Enfermeiro	2	Claudineia Nunes Honorio	4

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 01/09/2026 a 08/09/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação

documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação

III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).

V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 31 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:181FAC60

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 101/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 75/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 075/2025, e na Portaria 271/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 075/2025;
CONSIDERANDO os Ofícios 166/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Psicólogo	11	LORRAINE VIEIRA SAVEDRA	021

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 01/09/2026 a 08/09/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação

III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).

V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 31 de agosto de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:3C8D02F3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 213/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 020/2024, Homologado através da Portaria 104/2024.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 01/09/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edital 020/2024 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
TAIS PAULA ARAUJO SAITO	24896/1	085.72*.***-89	Auxiliar de Serviços Gerais

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 30/08/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 020/2024.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:B3F64881

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 075/2025, Homologado através da Portaria 271/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 01/09/2026, a candidata abaixo discriminada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado,

Edital 075/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
NADIA ROSILENE GERALDO	24895/1	081.87*.***-50	Auxiliar de Consultório Dentário

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 30/08/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 075/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:9019A7B0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 066/2026, Homologado através da Portaria 192/2026.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 01/09/2026, para exercer carga horária de 30h00 semanais, a candidata abaixo discriminada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital 066/2026 para desempenhar temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
Suellen Braga Pereira Nunes	2548/2	081.18*.***-85	Nutricionista

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 30/08/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 066/2026

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:3FC5BB4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 088/2026 - EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

DECRETO Nº 088/2026
DATA: 31 de agosto de 2026

SÚMULA: Exonera servidora ocupante de cargo efetivo

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 01(um) de setembro de 2026 a pedido, a servidora **JUSSARA CRISTIANE DECARLI** matricula funcional 6278-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR (A)**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 31 de agosto de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:ECE6DE28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 166/2026 - CONCEDE PROMOÇÃO VERTICAL A SERVIDORES

PORTARIA N.º 166/2026
DATA: 31 de agosto de 2026

SÚMULA: Concede Promoção Vertical a Servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município e o art.22, inciso I e II,Lei Municipal n.º670/2022 e art. 11, Lei Municipal n.º 671/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Promoção Vertical aos servidores ocupantes de cargos vinculados ao Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, bem como aos servidores ocupantes de cargos vinculados ao Plano de Cargos, Carreiras, Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal, conforme avaliações de desempenho e capacitação realizadas e convalidadas pela Comissão de Desempenho – CAD, conforme tabela anexa a esta portaria.
Art. 2º - As promoções constantes no anexo, referem-se aos anos de 2024/2025, retroativos a data de nomeação de cada servidor.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 31 de agosto de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Anexo I – Portaria 166/2026

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nível atual	Novo nível
58981	Claudinei dos Anjos	09/07/2012	Operador de Máquinas Agrícolas	10 C- II	12 C - II
59091	Douglas de Alencar Colombelli	09/07/2012	Motorista	20 B – II	22 B - II
59081	Francisco Eduardo da Silva	09/07/2012	Operador de Trator de Esteira	08 E – II	09 E - II
58911	Jeova Alves Saraiva	16/07/2012	Auxiliar de Serviços Gerais	09 A – II	11 A - II
59011	Leandro da Silva Costa	09/07/2012	Auxiliar de Serviços Gerais	10 A – II	11 A - II
59071	Moises Medeiros Amaral	09/07/2012	Auxiliar de Serviços Gerais	10 A – II	12 A - II
59101	Osvaldo Pinheiro da Silva	09/07/2012	Auxiliar de Serviços Gerais	09 A – II	11 A - II
59051	Reginaldo Oliveira Queiroz	09/07/2012	Pedreiro	14 F – II	16 F - II
60181	Renato Francener	01/07/2016	Auxiliar de Serviços Gerais	10 A – II	11 A - II
58951	Sebastião Pinheiro Amaral	09/07/2012	Pedreiro	14 F – II	16 F - II

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:E5CAB922

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, CONVOCA o pessoal abaixo relacionado, classificado no credenciamento nº 02/2026, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias 01/09/2026 a 04/09/2026, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

CARGO: SERVIÇOS GERAIS FEMININO

ORD	PROTOCOLO	NOME	CPF:
23.	6673	Pamela Caroline de Oliveira Pereira Ferreira	423.709.418-98
24.	6678	Marilda Batista Nascimento	872.482.209-49

São Pedro do Paraná-PR, 31 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:1CEB9A29

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 25/2026.
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº.62 /2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº156/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 25/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, DE FORMA PARCELADA, EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE LOCAL, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 15 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 31 de agosto de 2026.

ROSIELI CRISTINA DA SILVA
Pregoeira

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:C15A6458

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2026 PMSPPR
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 63/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026

O Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, torna público que se encontra aberto, PREGÃO ELETRÔNICO nº 26/2026, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. MODO DE DISPUTA: ABERTO. A presente licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UMA SALA DE PILATES PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS IDOSAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM A DELIBERAÇÃO N° 49/2025 – CEDIPI-PR, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia 16 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 09:00 HORAS. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ REALIZADO ATÉ AS 08:00 HORAS DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2026. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30h às 17:00h, em dias úteis e no site http://www.saopedrodoparana.pr.gov.br, bem como no portal da BLL (http://bll.org.br/), maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (44) 3900-3747 ou pelo e-mail: licitacao@saopedrodoparana.pr.gov.br.

São Pedro do Paraná - PR, 31 de agosto de 2026.

ROSIELI CRISTINA DA SILVA
Pregoeiro

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:86A9B9EC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
DECRETO Nº 341/2026

DECRETO Nº 341/2026

SUMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 116 DE 2025 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício, um crédito adicional suplementar, na importância total de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinado ao reforço de dotação do orçamento vigente, cuja consignação far-se-á nas codificações da Funcional-Programática a seguir discriminadas:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.28.	ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	
03.001.28.846.0006.	DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES	
03.001.28.846.0006.2.016.	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.47.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
Fonte 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Corrente	40.000,00
	Total do Credito Aberto	**40.000,00**

Artigo 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar autorizado na forma do presente Decreto, far-se-á mediante a utilização do cancelamento total ou parcial de dotações do orçamento a seguir discriminado:

CODIFICAÇÃO	DETALHAMENTO	VALOR
03.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.001.	ADMINISTRAÇÃO GERAL – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE FINANÇAS	
03.001.04	ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.04.122.0002.	APOIO ADMINISTRATIVOS AOS DIVERSOS SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.008.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.	APLICAÇÕES DIRETAS	
3.3.90.30.	MATERIAL DE CONSUMO	
Fonte TCE 000 Código Local 1001 Fonte Padrão 000.01.07.00.00	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	40.000,00
Total Geral deste Decreto		**40.000,00**

Artigo 3º Revogada as disposições em contrário este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de São Pedro do Paraná, aos 28 dias do mês de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR CONTAR ERROS NA PUBLICAÇÃO DO DIA 31 DE AGOSTO DE 2026 • DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ • ANO XV | Nº 3606

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:9531103A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Município de São Pedro do Paraná, torna público que requereu **AUTORIZAÇÃO FLORESTAL** do IAT, para supressão vegetal para **Abertura e Pavimentação de Avenida Ligando Porto São José a Porto Eucalipto,** a ser implantada sobre os lotes com matrículas n.ºs 51.794, 48.633,48.632 e 3.783, no Distrito de Porto São José, **Município de São Pedro do Paraná- PR**.

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:1A99ECC2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 343/2026

DECRETO Nº 343/2026

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica exonerado a Senhora ANDRESSA DOS SANTOS ARAUJO, matrícula nº 818, do Cargo de Comissão de SUPERVISOR DE AÇÕES PEDAGÓGICAS – cargo provimento em comissão CC-4, conforme Lei nº 1/2021.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná - Pr, em 31 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:695AD155

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 344/2026

DECRETO Nº 344/2026

Dispõe sobre a definição do endereço oficial de funcionamento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizado o endereço oficial da estrutura municipal responsável pelas ações de proteção e defesa civil;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar adequada identificação e localização da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC perante os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, bem como perante a população;

DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido como endereço oficial de funcionamento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de São Pedro do Paraná/PR o imóvel situado à Avenida Paraná, nº 308, centro, CEP 87955-110, São Pedro do Paraná - PR.
Art. 2º O endereço definido no art. 1º deste Decreto será utilizado para fins administrativos, institucionais, cadastrais e de correspondência oficial da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, inclusive perante órgãos municipais, estaduais e federais.
Art. 3º Os órgãos e setores competentes da Administração Municipal ficam autorizados a promover as atualizações

cadastrais necessárias junto aos sistemas e órgãos relacionados à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:40BB6EEC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 77/2026

PORTARIA N.º 77/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

E, considerando o requerimento protocolado sob nº 6930 de 26 de agosto de 2026.

RESOLVE:
Artigo 1º Rescindir o contrato por Prazo Determinado da ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar de Apoio Docente, conforme segue abaixo:

N.º Ordem	Nome do Servidor e nº matrícula	Nº contrato-PSS/data	Período Trabalhado
1	Laiza Tainá Castro Cruz - 800	14/2026 de 02/03/2026	02-03-2026/01-09-2026

Art. 2º - A rescisão dar-se-á nas datas conforme o período trabalhado no contrato descrito no quadro acima.

Art. 3º Serão quitados os direitos sociais previstos em lei, como, Saldo de salário, 13º Proporcional, Férias proporcional e 1/3 Férias proporcional se houver.

Art. 4º Fica declarado vago o emprego ocupado pelo referido empregado público.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná-Pr, 31 de agosto de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:A86E68B8

GABINETE DO PREFEITO
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Município de São Pedro do Paraná, torna público que requereu **LICENÇA PRÉVIA** do IAT, para **Abertura e Pavimentação de Avenida Ligando Porto São José a Porto Eucalipto,** a ser implantada sobre os lotes com matrículas n.ºs 51.794, 48.633,48.632 e 3.783, no Distrito de Porto São José, **Município de São Pedro do Paraná- PR**.

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:22AA9477

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 28/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 325ª Reunião Ordinária realizada no dia 27 de agosto de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 147.447,44 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), o referido crédito se faz necessária para assegurar a adequada previsão e execução orçamentária das despesas decorrentes da readequação contratual e do reajuste econômico-financeiro das obras de construção da Unidade Mista de Saúde
Art. 2.º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 27 de agosto de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS/São Sebastião da Amoreira - Resolução nº 28/2026 de 27 de agosto de 2026, nos termos do parágrafo 2º, art. 1º da Lei Federal n º 8.142, de 28 de dezembro de 1990

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:57CC338B

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 240/2026

Súmula: Altera nomeação de candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Portaria nº227/2026 apto e o Protocolo nº5526/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Com base Na Lei 599/2001 Estatuto dos Servidores Municipais, artigo 19, Conforme Parágrafo 1º e 6º a servidora DIRCE TIEMI OMORI deverá tomar Posse no prazo de 15 (quinze) dias previsto no referido artigo, que se dará na data final de 09/09/2026.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 31 de agosto de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:ACA15BA5

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 123/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 21/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: PROMPT CONSULTORIA LTDA

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pesquisa de opinião pública, compreendendo planejamento metodológico, coleta de dados, tabulação, análise estatística e apresentação de relatórios técnicos, visando avaliar a percepção da população acerca dos serviços públicos municipais e subsidiar ações de planejamento da Administração Pública Municipal.

Valor Total: R$ 37.158,00(trinta e sete mil cento e cinquenta e oito reais).

Vigência: A contratação terá vigência até 31/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:A82C7940

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 98/2026

Processo de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 22/2026

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira.

Contratado: 56.150.801 FRANCINEIDE GOMES SANTOS PAMPONET

Objeto: Aquisição de Certificado Digital A3 ICP-Brasil, destinado ao uso de agente público municipal para acesso a sistemas governamentais, assinatura digital de documentos e demais atos administrativos eletrônicos que exijam certificação digital.

Valor Total: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Vigência: A contratação terá vigência até 31/08/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:4226B44F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 39/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 39/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026 E EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2026, 143/2026, 144/2026, 145/2026, 146/2026, 147/2026, 148/2026, 149/2026 E 150/2026 COM VIGENCIA DE 12(DOZE) MESES.
OBJETO: **Aquisição de brinquedos e livros infantis para comemoração do dia das Crianças e Páscoa do ano de 2026 e 2027, para a Secretaria Municipal de Educação do município de Sapopema/P**r. Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto as empresas **64.443.473 FERNANDA CARDOSO CANCELLI VIEIRA,**CNPJ:64.443.473/0001-46 Valor de R$:2.271,00(dois mil duzentos e setenta e um reais) **A F DE ANDRADE JUNIOR LTDA,**CNPJ:32.050.175/0001-08 Valor de R$: 29.800,00(vinte e nove mil oitocentos reais) **AQUARELA EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA,**CNPJ:35.478.579/0001-87 Valor de R$:16.600,00(dezesseis mil e seiscentos reais) **ATLANTICO ARMARINHOS LTDA,**CNPJ:13.674.420/0001-03 Valor de R$: 11.547,00(onze mil quinhentos e quarenta e sete reais) **CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI ME,**CNPJ: 07.654.231/0001-68 Valor de R$: 24.975,00(vinte e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais) **INDUSTRIA DE BRINQUEDOS JUNGES LTDA,**CNPJ:94.326.287/0001-98 Valor de R$: 5.800,00(cinco mil oitocentos reais) **INTERBOOK LIVROS LTDA,** CNPJ:01.918.078/0001-52 Valor de R$:37.500,00(trinta e sete mil e quinhentos reais) **JANAINA CALCADA RIBEIRO 11288247605,**CNPJ: 37.784.943/0001-62 Valor de R$: 2.100,00(dois mil e cem reais) **NAIZ & SILVA LTDA.**CNPJ:28.636.965/0001-94 Valor de R$:50.455,00(cinquenta mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais). Sendo o valor total do certame R$ 181.048,00 (Cento e Oitenta e Um Mil e Quarenta e Oito Reais).
Sapopema Pr, 31/08/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:85C7EB53

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONVÊNIO Nº 01/2026

CONVÊNIO Nº **01/2026**

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Sapopema**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º **76.167.733/0001-87**, com sede à AVENIDA **MANOEL RIBAS, 518,** nesta cidade de **SAPOPEMA** - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR**, portador da cédula de identidade RG n.º **4.985.239-8**. PR e do CPF n.º **769.681.549-00**, residente e domiciliado em **SAPOPEMA**, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis n.º 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de **R$100.000,00 (CEM MIL REAIS)** em duas parcelas de **R$**

50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária **n.º 09.001.10.301.0009-2023, elemento de despesa -3.3.71.70.00.00, Fonte: 000.**

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

SAPOPEMA, 25 de Agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES
Presidente do Conselho
Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

NOME:
CARGO:
CPF:

NOME:
CARGO:
CPF

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C48AFF8C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 220/2026

DECRETO nº 220/2026

SÚMULA: altera composição do CMS - Conselho Municipal de Saúde, conforme atribuições legais conferidas pela lei nº 325 de 30/06/1992 (art. 6º e 7º), nomeia membros para o Conselho Municipal de Saúde do município de Sapopema/PR, e dá outras providências.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sapopema, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar o decreto 091/2023, e nomear membros para a recomposição do CMS - Conselho Municipal de Saúde de Sapopema/PR, eleitos na Conferência Municipal de Saúde na data de 12/08/2026, conforme a Lei Municipal nº 325 de 30/06/1992 e a Lei nº 8142 de 1990.

Art. 2º - Os membros que compõe o conselho são representantes dos seguimentos, conforme a resolução nº 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Usuários: 50%: = 4 representantes titulares
Trabalhadores em saúde: 25% = 2 representantes titulares

Gestor e Prestador de Serviços de Saúde: 25%= 02 representantes titulares
Parágrafo único: São atribuições do Conselho: a representação do Conselho Municipal de Saúde junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, sociedade jurídica e civil em geral convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, questionar de forma transparente, objetiva, observando os parâmetros previstos nas leis específicas.

Composição do Conselho Municipal de Saúde de Sapopema 2026-2030:

I – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS
Pastoral da Criança
Titular: Elizangela Luiza Vilagra da Silva
Suplente: Emília Yamada

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Silvana Maria de Oliveira Candido
Suplente: Silveli de Toledo Crabios

Sindicato dos Funcionários Públicos de Sapopema
Titular: Cleuzélia da Costa Veiga
Suplente: Marli Carneiro
Copasol
Titular: Eraldo Roque Brizola
Suplente: Flávio Guerreiro

Associação Ação Comunitária Lar Santana
Titular: Fransiele Cristina Veiga da Silva
Suplente: Laura Lima Pereira Guerreiro

II – REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO/GESTÃO
Secretaria Municipal de Saúde – Administração
Titular: Emanuele Antonia Chede Subtil
Suplente: Elissa Maria Lima da Silva

III – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE
Titular: Cinthia Carneiro de Oliveira
Suplente: Renan Martins Maciel
Titular: Guilherme Sabino do Amaral Moraes
Suplente: Elza Saeko Sassaki

IV – REPRESENTAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS - APAE
Titular: Patrícia dos Santos Costa Silva
Suplente: Rosimeire Cristina Wiechaz Fernandes

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema – PR, em 28 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:D00479DC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 221/2026

DECRETO Nº 221/2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.194, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Sapopema, disciplina sua organização e funcionamento, estabelece procedimentos para o exercício das atividades de controle interno e dá outras providências.

R E S O L V E

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 31, 37, 70 e 74 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54 e 59 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto ao planejamento, governança, gestão de riscos e controles internos nas contratações públicas;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.194, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu o Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Sapopema;
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos necessários ao adequado funcionamento do Sistema de Controle Interno, fortalecendo a prevenção de irregularidades, a eficiência administrativa, a transparência e a adequada aplicação dos recursos públicos;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º O Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Sapopema será regido pela Lei Municipal nº 1.194, de 18 de dezembro de 2019, por este Decreto e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 2º O Sistema de Controle Interno tem por finalidade exercer a fiscalização dos atos e contas públicas municipais, abrangendo os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional, patrimonial e de pessoal.
Art. 3º As atividades do Sistema de Controle Interno serão desenvolvidas de forma:
I – prévia;
II – concomitante; e
III – subsequente.
Art. 4º A atuação do Controle Interno observará os princípios da imparcialidade, legalidade, independência, eficiência, eficácia, efetividade, honestidade, lealdade, disciplina e segregação de funções.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
Art. 5º Integram o Sistema de Controle Interno:
I – o Controlador Interno do Poder Executivo;
II – o Controlador Interno do Poder Legislativo;
III – as unidades administrativas dos respectivos Poderes, enquanto responsáveis pela execução dos controles inerentes aos seus processos de trabalho;
IV – os servidores e agentes públicos responsáveis pela execução, acompanhamento e prestação de informações necessárias às atividades de controle.
Art. 6º Poderá ser adotado o Sistema de Controle Interno Integrado entre os Poderes Executivo e Legislativo, quando conveniente e necessário, mediante concordância dos respectivos gestores, nos termos da Lei Municipal nº 1.194/2019.
Parágrafo único. Na hipótese de Controle Interno Integrado, o Controlador Interno do Poder Executivo poderá exercer a função de Controlador Interno do Poder Legislativo, observadas as condições previstas na Lei Municipal nº 1.194/2019.

CAPÍTULO III
DO CONTROLADOR INTERNO

Art. 7º A função de Controlador Interno será exercida por servidor efetivo integrante do quadro de pessoal do respectivo Poder.

Art. 8º São requisitos para o exercício da função de Controlador Interno:

I – ser servidor efetivo;

II – possuir formação em nível superior em Administração, Gestão Pública, Contabilidade, Economia, Direito ou área afim;

III – possuir conhecimentos relacionados ao Controle Interno e às atividades de auditoria;

IV – possuir conhecimentos sobre matéria orçamentária, financeira e contábil e respectiva legislação.

Art. 9º A nomeação do Controlador Interno será realizada mediante Portaria do gestor do respectivo Poder, pelo período de 4 (quatro) anos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.194/2019.

§ 1º A designação deverá observar o prazo previsto na legislação municipal para que o servidor possa iniciar suas atividades no período correspondente.

§ 2º O afastamento do servidor da função antes do término do período de 4 (quatro) anos somente poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 1.194/2019.

Art. 10. O servidor designado para exercer a função de Controlador Interno deverá ser afastado das funções próprias de seu cargo de origem, desempenhando exclusivamente as atribuições afetas à Controladoria Interna, em respeito ao princípio da segregação de funções.

Art. 11. A gratificação pelo exercício da função de Controlador Interno observará os valores e critérios estabelecidos no art. 10 da Lei Municipal nº 1.194/2019 e suas posteriores alterações.

CAPÍTULO IV
DOS IMPEDIMENTOS

Art. 12. É vedado o exercício da função de Controlador Interno ao servidor que:

I – esteja em estágio probatório;

II – exerça atividade político-partidária;

III – exerça outra atividade profissional incompatível com as funções da Controladoria Interna;

IV – tenha sofrido penalidade de natureza administrativa, civil ou penal, por decisão definitiva, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.194/2019.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DO CONTROLADOR INTERNO

Art. 13. Compete ao Controlador Interno, sem prejuízo das atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.194/2019:

I – planejar, coordenar e executar as atividades de controle interno;

II – elaborar o Plano Anual de Trabalho do Controle Interno;

III – realizar auditorias internas periódicas;

IV – realizar inspeções, acompanhamentos e verificações;

V – examinar processos e procedimentos administrativos;

VI – avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade dos atos administrativos;

VII – examinar as fases de execução da despesa;

VIII – verificar a regularidade das licitações, contratações diretas, contratos e demais instrumentos;

IX – acompanhar a execução orçamentária e financeira;

X – avaliar a gestão patrimonial;

XI – acompanhar os controles relacionados aos recursos humanos e à folha de pagamento;

XII – acompanhar o cumprimento dos limites fiscais e constitucionais;

XIII – acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no PPA, LDO e LOA;

XIV – acompanhar as medidas destinadas ao retorno das despesas com pessoal aos limites previstos na legislação fiscal;

XV – acompanhar as transferências de recursos para entidades da sociedade civil;

XVI – acompanhar os processos de prestação de contas;

XVII – acompanhar as determinações e recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Ministério Público do Estado do Paraná;

XVIII – emitir relatórios, pareceres, recomendações e demais manifestações pertinentes;

XIX – propor a elaboração ou atualização de Instruções Normativas;

XX – manter atualizados manuais, checklists e fluxogramas;

XXI – comunicar aos gestores as ilegalidades e irregularidades identificadas;

XXII – acompanhar as providências adotadas para correção das irregularidades;

XXIII – elaborar o Relatório Anual do Controle Interno e os Relatórios Quadrimestrais previstos na legislação;

XXIV – exercer outras atribuições previstas em lei.

CAPÍTULO VI
DA INDEPENDÊNCIA E DAS PRERROGATIVAS

Art. 14. O Controlador Interno exercerá suas atividades com independência técnica, sendo livre para selecionar, de acordo com critérios técnicos, as áreas e assuntos a serem auditados, o escopo dos trabalhos, os procedimentos, os critérios de seleção de amostras, a frequência das avaliações, os períodos de execução e o conteúdo dos relatórios.

Art. 15. No exercício de suas atribuições, não poderá ser negado ao Controlador Interno acesso às informações, sistemas, bancos de dados, documentos, processos e registros necessários ao desempenho de suas funções, observadas as hipóteses legais de sigilo.

Art. 16. O Controlador Interno terá livre acesso às dependências do respectivo Poder, bem como aos registros, bancos de dados, processos, bens e demais valores sujeitos à fiscalização.

Art. 17. Os servidores deverão atender tempestivamente às solicitações do Controlador Interno, prestando informações completas e disponibilizando os documentos necessários à realização dos trabalhos.

Art. 18. O Controlador Interno poderá solicitar apoio de outros servidores e, quando necessário, propor à autoridade competente a contratação de assessorias, auditorias ou serviços técnicos especializados, observadas as normas aplicáveis às contratações públicas.

CAPÍTULO VII
DO PLANO ANUAL DE TRABALHO

Art. 19. O Controlador Interno elaborará anualmente o **Plano Anual de Trabalho do Controle Interno – PAT**, contendo as ações de fiscalização, auditoria, acompanhamento e orientação previstas para o exercício.

Art. 20. Na elaboração do Plano Anual de Trabalho serão considerados, entre outros:

I – materialidade;

II – relevância;

III – risco;

IV – criticidade;

V – resultados de auditorias anteriores;

VI – recomendações pendentes;

VII – determinações do Tribunal de Contas;

VIII – alterações legislativas;

IX – denúncias ou representações;

X – áreas consideradas prioritárias.

Art. 21. O Plano Anual de Trabalho poderá ser revisado durante o exercício sempre que surgirem fatos relevantes que justifiquem a alteração das ações inicialmente previstas.

CAPÍTULO VIII
DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Art. 22. As atividades de controle poderão ser realizadas mediante:

I – análise documental;

II – análise de processos;

III – inspeção in loco;

IV – entrevistas;

V – conferência física;

VI – análise de dados e informações;

VII – consulta aos sistemas informatizados;

VIII – aplicação de checklists;

IX – amostragem;

X – outros procedimentos tecnicamente adequados.

Art. 23. A seleção dos processos e procedimentos a serem fiscalizados poderá utilizar critérios de materialidade, relevância, risco e criticidade.

Art. 24. Os resultados dos trabalhos do Controle Interno serão formalizados em documentos objetivos e conclusivos, contendo, quando necessário:

I – objeto da fiscalização;

II – metodologia utilizada;

III – constatações;

IV – fundamento legal;
V – riscos identificados;
VI – recomendações;
VII – providências necessárias;
VIII – prazo para regularização;
IX – conclusão.

CAPÍTULO IX
DAS IRREGULARIDADES E DO PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 25. Constatada irregularidade ou ilegalidade, o Controlador Interno cientificará o servidor ou autoridade responsável no prazo de até **2 (dois) dias**, para que sejam adotadas as providências necessárias.
Art. 26. O responsável terá o prazo de **15 (quinze) dias** para sanar ou eliminar a irregularidade ou ilegalidade apontada, ou apresentar esclarecimentos suficientes.
Art. 27. Não havendo regularização ou sendo os esclarecimentos insuficientes, o fato será levado ao conhecimento do gestor do respectivo Poder no prazo de **5 (cinco) dias**, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.194/2019.
Art. 28. O gestor terá o prazo de **15 (quinze) dias** para adotar as providências que entender necessárias à regularização e ao saneamento do ato considerado irregular ou ilegal.
Art. 29. Sanada a irregularidade, mediante apresentação da documentação comprobatória das providências adotadas, o processo poderá ser arquivado pelo Controle Interno, mediante registro da solução adotada.
Art. 30. Não sendo sanada a irregularidade ou ocorrendo omissão do gestor, o Controlador Interno deverá dar ciência formal e tempestiva aos órgãos competentes, observando o disposto no art. 74, § 1º, da Constituição Federal e no art. 20 da Lei Municipal nº 1.194/2019.
§ 1º A comunicação deverá informar, quando cabível:
I – a irregularidade ou ilegalidade identificada;
II – as providências anteriormente adotadas;
III – as manifestações apresentadas pelos responsáveis;
IV – as medidas adotadas pelo gestor;
V – eventual dano causado ao erário;
VI – as providências necessárias para correção e prevenção de novas ocorrências.
§ 2º Havendo dano ao erário, deverão ser observadas as normas aplicáveis à tomada de contas especial.
Art. 31. Os relatórios de auditoria que tenham identificado irregularidade ou ilegalidade deverão ser juntados à respectiva prestação de contas anual, quando exigido pela legislação ou pelos órgãos de controle.

CAPÍTULO X
DAS RECOMENDAÇÕES E INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Art. 32. O Controlador Interno emitirá recomendações destinadas ao fortalecimento dos controles internos, ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e ao cumprimento dos princípios da Administração Pública.
Art. 33. As recomendações deverão, sempre que possível, indicar:
I – a situação encontrada;
II – o fundamento legal ou técnico;
III – o risco identificado;
IV – a medida corretiva;
V – o responsável;
VI – o prazo para atendimento.
Art. 34. Quando identificadas falhas estruturais ou recorrentes nos procedimentos administrativos, o Controlador Interno poderá propor a elaboração ou atualização de **Instruções Normativas, Manuais, Checklists e Fluxogramas**.
Art. 35. As recomendações emitidas pelo Controlador Interno observarão o disposto no art. 21 da Lei Municipal nº 1.194/2019, inclusive quanto à sua publicação e vigência.

CAPÍTULO XI
DO ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 36. O Controle Interno manterá registro das recomendações emitidas e acompanhará as providências adotadas pelos responsáveis.
Art. 37. As recomendações poderão ser classificadas como:
I – pendentes;
II – em andamento;
III – atendidas;
IV – parcialmente atendidas;
V – não atendidas.
Art. 38. O responsável pela unidade administrativa deverá encaminhar ao Controle Interno, dentro do prazo estabelecido, os documentos comprobatórios das providências adotadas.

CAPÍTULO XII
DOS CONTROLES ADMINISTRATIVOS

Art. 39. As Secretarias Municipais e demais unidades administrativas são responsáveis pela execução dos controles inerentes aos seus respectivos processos de trabalho.
Art. 40. Os responsáveis pelas unidades administrativas deverão:
I – cumprir a legislação e as normas internas;
II – manter controles adequados sobre suas atividades;
III – fornecer informações ao Controle Interno;
IV – atender às recomendações;
V – comunicar fatos que possam caracterizar irregularidades;
VI – manter documentação suficiente para comprovar a regularidade dos atos praticados;
VII – colaborar com auditorias e inspeções.
Art. 41. O Controle Interno atuará de forma integrada com as unidades administrativas, sem substituir os gestores ou executar funções próprias dos setores fiscalizados.

CAPÍTULO XIII
DA GESTÃO DE RISCOS

Art. 42. As unidades administrativas deverão identificar e avaliar os riscos relacionados aos seus processos de trabalho, adotando controles destinados à prevenção e correção de falhas.
Art. 43. O Controle Interno poderá utilizar matriz de riscos para definir prioridades de fiscalização, considerando especialmente:
I – probabilidade de ocorrência;
II – impacto;
III – materialidade;
IV – relevância;
V – criticidade;
VI – controles existentes;
VII – histórico de ocorrências.
Art. 44. A gestão de riscos será utilizada como instrumento de apoio às atividades de planejamento, auditoria e fiscalização, especialmente nas áreas de maior relevância financeira ou operacional.

CAPÍTULO XIV
DOS RELATÓRIOS

Art. 45. O Controlador Interno elaborará os relatórios e pareceres previstos na legislação, observando os prazos legais e a Agenda de Obrigações estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 46. Os relatórios deverão apresentar, conforme sua finalidade:
I – avaliação da situação físico-financeira dos projetos e atividades;
II – avaliação do desempenho das atividades;
III – cumprimento dos limites fiscais e constitucionais;
IV – irregularidades ou ilegalidades identificadas;
V – providências adotadas;
VI – recomendações;
VII – conclusão.
Art. 47. Serão elaborados, no mínimo:
I – Relatório Anual do Controle Interno;
II – Relatórios Quadrimestrais;
III – Relatórios de Auditoria;
IV – Recomendações;
V – Instruções Normativas;
VI – demais documentos necessários ao exercício das atribuições do Controle Interno.

CAPÍTULO XV
DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 48. O Controle Interno apoiará o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais órgãos de controle externo no exercício de suas competências.
Art. 49. Compete ao Controle Interno acompanhar:
I – diligências;
II – recomendações;
III – determinações;
IV – solicitações de documentos;
V – processos de prestação de contas;
VI – demais providências determinadas pelos órgãos de controle.
Art. 50. As Secretarias e demais unidades administrativas deverão prestar, de forma tempestiva, as informações necessárias ao atendimento das demandas dos órgãos de controle externo.

CAPÍTULO XVI

DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES
Art. 51. Os processos administrativos deverão observar o princípio da segregação de funções, evitando-se a concentração de funções incompatíveis em um mesmo agente.
Art. 52. Sempre que a estrutura administrativa permitir, deverão ser segregadas, entre outras, as funções de:
I – solicitação;
II – planejamento;
III – autorização;
IV – contratação;
V – execução;
VI – fiscalização;
VII – liquidação;
VIII – pagamento;
IX – controle.
Parágrafo único. A segregação de funções deverá ser observada de acordo com a estrutura administrativa do Município e a disponibilidade de pessoal, especialmente nas unidades de menor porte.
CAPÍTULO XVII
DA CAPACITAÇÃO
Art. 53. O Controlador Interno deverá ser incentivado a participar de capacitações, treinamentos, cursos e eventos relacionados às suas atribuições.
Art. 54. O Controlador Interno deverá participar, quando relacionado às suas atribuições:
I – dos programas de capacitação e treinamento de pessoal;
II – dos processos de expansão da informatização;
III – dos projetos de gerenciamento e melhoria da gestão fiscal, contábil, orçamentária e patrimonial.
CAPÍTULO XVIII
DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES
Art. 55. O Controlador Interno deverá preservar o sigilo e a segurança das informações às quais tenha acesso em razão de suas funções, observadas a legislação aplicável e as normas relativas ao acesso à informação.
Art. 56. Informações de caráter reservado, denúncias, representações e documentos relacionados à apuração de responsabilidade deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades institucionais do Controle Interno, observadas as normas legais.
CAPÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 57. O Controle Interno poderá expedir orientações, recomendações, manuais, checklists, fluxogramas e Instruções Normativas necessários à execução das atividades previstas neste Decreto.
Art. 58. Os órgãos e unidades administrativas deverão colaborar com o Sistema de Controle Interno e manter os controles necessários ao adequado funcionamento de suas atividades.
Art. 59. O Sistema de Controle Interno não substitui a responsabilidade dos gestores e servidores pelos atos praticados no exercício de suas atribuições.
Art. 60. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 61. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Municipal nº 1.194/2019 e demais normas aplicáveis.
Art. 62. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 63. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sapopema, 31 de Agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:E6503BFA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 222/2026

DECRETO Nº 222/2026

OPrefeito MunicipalPaulo Maximiano de Souza Júnior**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação, e,de conformidade com a Lei Municipal nº 336/1993 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, conforme liberado pela Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de:

Servidor/Mat.	Período Aquisitivo	Período de Fluência
Carlos Cesar Mohylski Mat. nº 729-1	02/06/2014 a 01/06/2019	01/07/2026 a 31/08/2026= 62 Dias HAVER 28 DIAS

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 31 de agosto de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8B88DB7B

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 205/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 205/2025

Pregão Eletrônico nº 47/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 205/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA A F DE ANDRADE JUNIOR LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa A F DE ANDRADE JUNIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Sapopema-PR à Avenida Manoel Ribas, 765 - Centro - CEP: 84.290-000. Telefone:(43)9 9696-2021, e-mail: licita.afda@gmail.com . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 32.050.175/0001-08, neste ato representado pelo Sr. Aparecido Francisco de Andrade Junior, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 105.701.699-33, conforme registro nº 20251327507 da Junta Comercial, residente e domiciliado na cidade de Sapopema-PR., tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Conforme Art. 106 e 107, fica prorrogado a vigência do Contrato até o dia 24/02/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:01124B1C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 210/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 210/2025

Pregão Eletrônico nº 47/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 210/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA TECNOAR TRANSPORTE E SERVICOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa TECNOAR TRANSPORTE E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Nova Santa Barbara –PR a Rua Maria da Gloria Mendes Araujo, 876 Bairro: Jardim Santa Luiza - CEP:86.250-000. Telefone (43) 991137797-e-mail:tecnoarinstala@gmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 22.252.585/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Luiz Alexandre Machado dos Sanros, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 056.720.739-05 e e CNH nº 03763977526, residente e domiciliado na cidade de Nova Santa Barbara –PR conforme consta registro nº20248249282 da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Conforme Art. 106 e 107, fica prorrogado a vigência do Contrato até o dia 24/02/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A4C1FA1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 – PMS
UASG 988461 (Contratação: 988461-30/2026)

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de nível de pressão sonora (decibelímetros) e medidores de alcoolemia (bafômetros), destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança Pública de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **15 de setembro de 2026 às 09:00 horas**.
Local: http://www.compras.gov.br/(Contratação: 988461-30/2026)
As informações complementares e o edital completo poderão ser obtidos no departamento de licitações compras e patrimônio – Paço Municipal – Fone: (44) 3264-8600.
E-mails: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.br
O edital completo poderá ser retirado nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br, Portal Transparência e http://www.sarandi.pr.gov.br,

Sarandi, 31 de agosto de 2026.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:F478D8ED

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026-PMS-UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026 – PMS
UASG 988461 - Contratação: 988461-23/2026
OBJETO: *Contratação de empresa especializada em obras de engenharia, sob o regime de empreitada por preço global, para a construção da sede própria do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Zona Norte, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, fornecimentos e demais elementos necessários à entrega da obra devidamente concluída, em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretária Municipal de Assistência Social, em convênio com a União por intermédio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Combate à Fome e Caixa Econômica Federal através do Contrato de repasse Nº 930656/2022/MDASCF/CAIXA.*

Comunicamos às empresas proponentes da Concorrência Eletrônica nº 11/2026, referente ao objeto em epígrafe, que o certame encontra-se **temporariamente suspenso**, por medida administrativa, com o objetivo de análise de impugnação e eventual alteração.

Sarandi, 31 de agosto de 2026.

MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS
Pregoeira

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:2479459F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 030/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	30/ 2026
Processo Administrativo nº	76/ 2026
Objeto	Registro de preços para eventual aquisição de dietas enterais, fórmulas especiais e suplementos alimentares, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR.

Em favor da(o):
Fornecedor: ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI- CNPJ: 28.921.456/0001-03 Valor Total Homologado: R$ 55.200,00
Fornecedor: APEX DISTRIBUICAO LTDA- CNPJ: 58.430.342/0001-21 Valor Total Homologado: R$ 33.900,00
Fornecedor: GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 41.836.567/0001-80 Valor Total Homologado: R$ 2.380,00
Fornecedor: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA- CNPJ: 10.675.016/0001-58 Valor Total Homologado: R$ 378.000,00
Fornecedor: MAIS SAUDE MARINGA PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA- CNPJ: 29.715.704/0001-22 Valor Total Homologado: R$ 28.263,25
Fornecedor: MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A- CNPJ: 05.912.018/0001-83 Valor Total Homologado: R$ 280.768,00
Fornecedor: MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 09.254.808/0001-70 Valor Total Homologado: R$ 7.920,00
Fornecedor: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA- CNPJ: 75.014.167/0001-00 Valor Total Homologado: R$ 21.000,00
Fornecedor: NUTRIÇÃO ORIGINAL LTDA- CNPJ: 18.500.770/0001-69 Valor Total Homologado: R$ 135.865,50
Fornecedor: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA- CNPJ: 03.612.312/0004-97 Valor Total Homologado: R$ 750.298,91
Fornecedor: PRODIET NUTRICAO CLINICA LTDA- CNPJ: 08.183.359/0001-53 Valor Total Homologado: R$ 87.659,20
Fornecedor: PROMISSE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA- CNPJ: 09.396.523/0001-73 Valor Total Homologado: R$ 217.064,38

Sarandi, 25 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:FDA104CE

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
HOMOLOGAÇÃO DO PE 9-0027/2026 - UASG 988461

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso das minhas atribuições conferidas por Lei, em especial a nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e considerando o resultado apresentado pelo(a) Pregoeiro(a), resolvo **homologar** o seguinte processo:

Modalidade	Pregão Eletrônico
Edital nº	9-0027/ 2026
Processo Administrativo nº	67/ 2026
Objeto	Registro de preços para prestação de serviços de segurança privada desarmada, brigadista e vigilância desarmada, para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR

Em favor da(o):
Fornecedor: BLANC SEGURANCA LTDA- CNPJ: 48.518.083/0001-31 Valor Total Homologado: R$ 226.565,50
Fornecedor: LFZ SEGURANCA LTDA- CNPJ: 48.597.216/0001-02 Valor Total Homologado: R$ 281.550,00

Sarandi, 27 de agosto de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:AB67DCEF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2548/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de Termo de Colaboração, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do Termo de Colaboração para **"Celebração de Termo de Colaboração com organização da sociedade civil sem fins lucrativos para execução do Projeto Inovação - Fase 2026, voltado ao atendimento de pessoas com deficiência visual no Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO/SECRETARIA
ROMARIO RODRIGUES COELHO	FISCAL	SECULT

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 28 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:AF06D32B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1297/2026

SÚMULA: EXONERA a pedido CINTIA GISELE MARTELLO SILVA, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido **CINTIA GISELE MARTELLO SILVA,** portadora do C.P.F. n.º XXX.224.XXX-51, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, Símbolo CC-3, subordinada ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1126/2026 de 09 de junho de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 25 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:FE64CDE9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1298/2026

SÚMULA: EXONERA FLAVIA CRISTINA GONCALVES, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005 e 325/2015.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **FLAVIA CRISTINA GONCALVES,** portadora do C.P.F. n.º XXX.912.XXX-07, do cargo de Provimento em Comissão de COORD. TRIB. MUN. CAD. PESSOAS FISICA E JURIDICAS, Símbolo CC-1, subordinada a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1092/2026 de 20 de maio de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 05 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:A86AFD01

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1299/2026

SÚMULA: Nomeia FLAVIA CRISTINA GONCALVES para o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **FLAVIA CRISTINA GONCALVES**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.307.XXXX-9 e inscrita no C.P.F. n.º XXX.912.XXX-07, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Símbolo CC-1, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 06 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 26 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:26BEFFE2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 164/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: COORDENADOR PEDAGÓGICO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
*442-6629	41	*LUCIANA SOUZA DOS SANTOS PAIVA	51,5
442-13812	42	CLAUDIA CRISTIANE TEIXEIRA DOS SANTOS GUSSO	51,5

*Candidato já convocado pelo Edital nº 05/2025 para vaga de Cota Racial (negros)

PAÇO MUNICIPAL, 24 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:AA53BC7C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 165/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2025, aberto pelo Edital n.º 56/2025, para

comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5(cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- Registro no órgão de classe (ex.: CRC, CRQ, OAB, etc.) e comprovante de pagamento da última anuidade (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que
tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado (Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa);
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade e/ou inidoneidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; (Fornecida pelo RH)
- Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio; (Fornecida pelo RH)
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
017.603.813-42	71	AMANDA SEGANTIN DE FARIA SELENGRIM	74,50

PAÇO MUNICIPAL, 24 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:982E5999

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 168/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-19123	79	STHEFANY CAROLINE ALVES	57
442-4608	80	DANIELA MARTINS DA SILVA	57
442-21182	81	SANDY MOREIRA LUVIZETO	57
442-11420	82	MARIA NATÁLIA GIROTTO NAZARI	56
442-9042	83	ADRIANO ALENCAR CARVALHO	56
442-23225	84	LUAN RAYKARD SILVA DO CARMO	56
442-19186	85	CARINA APARECIDA RODRIGUES DA CRUZ	56

PAÇO MUNICIPAL, 25 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:621C98A8

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 172/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na

Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, em 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- Registro no órgão de classe (ex.: CRC, CRQ, OAB, etc.) e comprovante de pagamento da última anuidade (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: ADVOGADO 40 HORAS

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
3154	8	VICTORIA MARIA CAMARGO SANTOS	88,7

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:6C11B583

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2513/2026

SÚMULA: Desclassifica candidata convocada para o cargo de Coordenador Pedagógico.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 01/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar a candidata abaixo relacionada, convocada pelo edital nº 134/2026 de 09 de junho de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 01/2023, e nomeada pela Portaria nº 2251/20216, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 001/2025, ou seja, não compareceu no prazo previsto para tomar posse no cargo e exercer a função de Coordenador Pedagógico:

I - NATHALLYA GONÇALVES LOPES

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:7E151D20

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA Nº 2515/2026

SÚMULA: Desclassifica candidata convocada para o cargo de Professor 20 horas.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Edital 001/2025.

R E S O L V E

Art. 1º - Desclassificar a candidata abaixo relacionada, convocada pelo edital nº 131/2026 de 30 de abril de 2026 e nomeada pela Portaria nº 2251/20216, por não cumprir as exigências do Edital de abertura de Concurso nº 001/2025, ou seja, não compareceu no prazo previsto para tomar posse no cargo e exercer a função de Professor 20 horas:

I - ELISABETH NOGUEIRA MARTINS

Art. 2º - Determinar a convocação dos próximos candidatos aprovados.

Sarandi, 24 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:E8CD101B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2522/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria Municipal n° 2048/2026,, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do Art. 148 da Lei 10/92, Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

1º - Revogar em todo o seu teor a Portaria Municipal sob n° 2048/2026, de 05 de maio de 2026, que concedia à Servidora Municipal **CLAUZILDA AUGUSTINHO, matrícula 7822**, *LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES SEM REMUNERAÇÃO* no Período de 18/05/2026 à 16/05/2028.

2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 24 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:CF8E0ED6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA N.º 2539/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização de concessão de diárias aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta do Município de Sarandi-PR.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei nº 3144/2026de 21 de julho de 2026.

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a concessão de diária ao servidor: Ana Paula dos Santos Tavares, CPF: 877.***.***-68, matrícula 10498, ocupante do cargo de Assistente Social na função de Coordenadora do Cadastro Único, sendo concedidas 03 (três) diárias integrais, destinada ao custeio das despesas decorrentes da viagem, conforme as especificações dispostas na Lei Municipal nº 2754/2021, de 22 de novembro de 2021, alterada pela Lei Municipal nº 2897/2022, de 31 de janeiro de 2023 e Lei Municipal n° 3144/2026 de 21 de julho de 2026.

Art.2º O valor unitário de cada diária integral corresponde a R$ 710,00 (setecentos e dez reais), totalizando o montante de R$ 2.130,00 (dois mil cento e trinta reais), referente ao período de 31 de agosto a 04 de setembro do corrente ano, para participação na Capacitação para Novos Coordenadores do Cadastro Único do Estado do Paraná, a ser realizada no município de Curitiba - PR, localizado a aproximadamente 420 km deste Município.

Art.3ºValor do Adiantamento: R$ 521,00 (Quinhentos e vinte um reais).

Art.4ºValor da inscrição do evento: Não se aplica.
Art.5º Justifica-se a participação para o aprimoramento da gestão municipal do Cadastro Único e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social. A capacitação possibilitará a atualização dos conhecimentos técnicos e normativos relacionados à gestão do Cadastro Único, bem como o alinhamento dos procedimentos municipais às orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e pelo Estado do Paraná. O Evento ocorrerá no dia 01, 02 e 03 de setembro no Auditório do GIGOV Curitiba - 12º andar, localizado na Rua Conselheiro Laurindo nº280, centro Curitiba/PR.
Art.6º A previsão de saída do município será no dia 31/08/2026 às 23h45min., e com previsão de chegada ao município às 00h45min. do dia 04/09/2026 (Datas e horas aproximadas)., salienta-se que o meio de transporte será ônibus rodoviário.

Art.7 Revogadas às disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Sarandi-PR, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Alves de Oliveira
Código Identificador:1DE55775

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.613/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Franco Andrei de Lara, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, matrícula funcional de n.º 13891, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, 30 (trinta) dias de férias a partir de 17/08/2026, relativas ao período aquisitivo de 03/03/2024 a 02/03/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 24 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:A34A0FD2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.614/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor **DANILO LOPES DOMINGUES**, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Projetos de Obras, matrícula funcional de n.º **6012092**, lotado na Secretaria Municipal de Obras Habitação e Saneamento, 07(sete) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo **28/07/2025 a 27/07/2026.**

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:29760026

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.615/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Juliana Moura Gasparatto de Souza, ocupante do cargo de Zelador, matrícula funcional de n.º 18141, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 10 (dez) dias de férias a partir desta data relativas ao período aquisitivo de 04/05/2024 a 03/05/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:F900FD24

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.616/2026

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

C O N C E D E

Ao servidor Sandro Lemes, ocupante do cargo de Operador de Maquinas II, matrícula funcional de n.º 10861, lotado na SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 15(quinze) dias de férias regulamentares a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 30/01/2024 a 29/01/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:0E7AC9AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 052/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 052/2026
COMPRAS.GOV.BR Nº 987905-14/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 23 de setembro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 052/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação Ampla Concorrência. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para contratação de serviço de organização esportiva para campeonatos nas categorias: futebol suíço adulto, futsal adulto, futsal infanto juvenil, futebol de campo amador, futebol de campo juvenil, voleibol adulto, voleibol infanto juvenil, vôlei de areia, basquete adulto e basquete juvenil, que serão feitos conforme o cronograma/calendário de torneios e campeonatos que será desenvolvido pelo Departamento de Desporto e Lazer.

Sertanópolis, 31 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:3B3E2CCF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 222/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 222/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MARA CRISTIANE DA CUNHA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO, QUE SERÃO UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
VALOR: 9.779,75(NOVE MIL, SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 31 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:32EA46A8

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 223/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 223/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: FARMÁCIA AJM LTDA ME.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MENORES ACOLHIDOS NA CASA LAR.
VALOR: 9.754,50(NOVE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 31 de agosto de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A0859B85

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2026

COMPRAS.GOV.BR 927823-2/2026

Torna-se público que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sertanópolis, por meio do Departamento de Licitações, sediada na Avenida Seis de Junho, 825, Centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no dia **17 de setembro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 08/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação ampla concorrência com cotas exclusivas MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: licitacao@saaesertanopolis.com.br ou compras_saae@hotmail.com .

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E TRATAMENTO DE EFLUENTES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, INCLUINDO OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE.

Sertanópolis, 31 de agosto de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

DÉBORA MARIA MEASSI BAVATI
Agente de Contratação

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:25199FCD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 053/2026 DE: 31/08/2026

SÚMULA: Altera a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o Decreto 081/2025 de 23 de outubro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas no cronograma de desembolso, alterações adicionais ao cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o Anexo I do presente decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 31 de agosto de 2026, 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 31/08/2026

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA ____, DO JORNAL DE BELTRAO

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DO JORNAL DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:AE06B604

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 109/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e ainda, a Lei Municipal 1.139/2023, de 27/09/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal Senhora **JEANDRA DE PAULA CASTILHO NOGUEIRA**, Matrícula Funcional nº. 7986/1, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA TERCEIRA IDADE,** a partir de 31/08/2026.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 020/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 31/08/2026.

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA -----_____ DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO ---------_____, PÁGINA _____ DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:F3CCA35E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PORTARIA Nº. 110/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica do Município, e ainda, a Lei Municipal 1.139/2023, de 27/09/2023, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sulina,

Resolve:

Artigo 1º - A pedido, **exonerar**, a Servidora Pública Municipal Senhora **JOCIELLEN BATISTA MARTINS**, Matrícula Funcional nº. 9385/1, ocupante do Cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO I**, a partir de 31/08/2026.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 150/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 31/08/2026.

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINAS _____, DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

PUBLICADO EM 01/09/2026, EDIÇÃO _____, PÁGINA _____, DO JORNAL DE BELTRÃO

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:32CB7EA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
DECRETO LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO N.º 08, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica concedida Licença-Prêmio a servidora Angelita Kava, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, referente ao período aquisitivo de 15/06/2018 a 15/06/2023, Licença esta a ser usufruída no período de 01/09/2026 a 01/12/2026.
Art. 2.º A licença-prêmio a ser usufruída de 01/09/2026 a 01/12/2026 poderá ser interrompida a qualquer tempo conforme estabelece o § 3.º do artigo 138 da Lei Municipal N.º 1.609/2013.
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:293DFC63

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 45, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor Juliano Sluçarz para exercer as atribuições consignadas no inciso I do § 4.º do art. 4.º e em outros dispositivos espalhados pelo Decreto Municipal n.º 1.842, de 22 de novembro de 2023, no que couber, em contratações diretas efetuadas por esta Casa, autorizadas pela Resolução n.º 13/2023.
Art. 2.º Nomear como Agente de Contratação o servidor Juliano Sluçarz para exercer as atribuições consignadas no art. 7.º e em outros dispositivos espalhados pelo Decreto Municipal n.º 1.842, de 22 de novembro de 2023, no que couber, em contratações diretas efetuadas por esta Casa, autorizadas pela Resolução n.º 13/2023.
Art. 3.º Os servidores envolvidos na execução do regulamento da Nova Lei de Licitações, de n.º 14.133/2021, terão auxílio da Procuradora Jurídica e do Controle Interno.
Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:926134AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 284, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 284, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: RESOLUÇÃO CONJUNTA nº 01/2026 Convoca a VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de Teixeira Soares-PR

O Prefeito Municipal de Teixeira Soares-PR, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município e a Secretária Municipal de Assistência Social (responsável pelas políticas públicas para crianças e adolescentes do município), no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas voltadas à Infância e Adolescência no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia **06 de novembro de 2026 (sexta-feira) das 08:00 às 17:00 horas** no Salão Nobre da APAE (localizado à Rua João Negrão Júnior, nº 467, Centro), tendo como tema central: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"**.

Art. 2º- A conferência desenvolverá seus trabalhos com base nos seguintes eixos temáticos:
Aprimoramento do controle social e fortalecimento da participação social;
Fortalecimento dos conselhos tutelares;
Promoção da convivência familiar e comunitária;
Prevenção e Enfretamento das violências;
Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescentes no trabalho;
Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo ser utilizados recursos do FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), mediante prévia deliberação do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Art. 4º - A organização da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será coordenada pela Comissão Organizadora, instituída por Resolução própria do CMDCA, observada a composição paritária entre representantes governamentais e sociedade civil.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Teixeira Soares-PR, 31 de agosto de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

CLECI COBERLINI MULLER
Secretária Municipal de Assistência Social
(Gestora da Política da Criança e do Adolescente)

RENATA DE ANDRADE
Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:111C79AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO N.º 14/2026

RESOLUÇÃO N.º 14/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação de projetos e respectivos Planos de Trabalho.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeira Soares – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1.698/2015 de 29/04/2015.
CONSIDERANDO a deliberação em reunião ordinária realizada em 12 de agosto de 2026. Conforme Ata n° 14/2026 da reunião ordinária.
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Projeto de Aquisição de Instalação de Sistema de Videomonitoramento para a Casa Lar Tia Dete, no valor de R$ 9.610,00 (nove mil e seiscentos e dez reais).
Art. 2º Aprovar Palestra Magna da Conferência com duração de 02 (duas) horas e auxílio nos grupos de trabalho – 04 (quatro) horas e auxílio com toda a documentação da Conferência (desde o decreto de convocação até o relatório final) , no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 08 de julho de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:26DEECAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO N.º 4.433/2026

DECRETO N.º 4.433/2026

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, área de terras destacada do Lote n.º 207-A e 208-R-A-R-R-B, da Gleba do Patrimônio de Terra Boa, destinada ao prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, interligando as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis, mediante transposição do Córrego Guatambú, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA BOA, Estado do Paraná**, o Senhor Valter Peres, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 55, inciso V, da Lei n.º 001/2012, de 18 de dezembro de 2012 (Lei Orgânica do Município), e considerando o disposto no art. 2º, art. 5º, alínea "e", e art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei Geral das Desapropriações), bem como no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que compete ao Município, no exercício de sua competência constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial (art. 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal), planejar e executar a abertura, o prolongamento e a conservação de vias públicas urbanas;

CONSIDERANDO que se encontra projetado o prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, de modo a interligar, por meio de ponte a ser edificada sobre o Córrego Guatambú, a Zona 1 (um) do perímetro urbano do Município, unindo as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis;

CONSIDERANDO que a referida obra de prolongamento viário é de inequívoco interesse público e de significativa relevância social, na medida em que: (i) proporcionará acesso direto e facilitado ao Hospital Municipal Dr. Valdomiro Peres, encurtando o trajeto de pacientes, ambulâncias e demais veículos de urgência e emergência; (ii) facilitará a circulação viária entre os bairros Jardim Sena e Jardim Oásis, e destes com os demais bairros e o Centro da cidade; e (iii) promoverá a integração e a valorização urbana de toda a região beneficiada, atendendo a centenas de famílias residentes nas localidades mencionadas;

CONSIDERANDO que, para a execução da referida obra, faz-se necessária a incorporação, ao patrimônio público municipal, da área de terras a seguir descrita, destacada do imóvel matriculado sob o n.º 10159 no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa/PR;

CONSIDERANDO que os proprietários do imóvel manifestaram expressa anuência à alienação amigável da área necessária à obra, mediante justa indenização, restando dispensável, por conseguinte, a instauração de processo judicial de desapropriação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 3.365/1941;

CONSIDERANDO que o valor da indenização foi apurado com base nos parâmetros técnicos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 4.227, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atualização da pauta de valores venais por hectare (VTN/Ha) para fins de cálculo do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI-Rural) para o exercício fiscal de 2026;

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária própria e específica para fazer frente à despesa decorrente da presente desapropriação amigável;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, nos termos do art. 5º, alínea "e", combinado com o art. 10, parágrafo único, ambos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, a área de terras abaixo descrita e caracterizada, necessária à execução da obra de prolongamento da Rua Vale do Rio Preto, interligando a Zona 1 (um) do perímetro urbano do Município, entre as localidades denominadas Jardim Sena e Jardim Oásis, mediante transposição do Córrego Guatambú.

§1º. A área a que se refere o *caput* possui 3.649,05 m² (três mil, seiscentos e quarenta e nove metros quadrados e cinco decímetros quadrados), a ser destacada do Lote n.º 207-A e 208-R-A-R-R-B, da Gleba do Patrimônio de Terra Boa, imóvel de área total de 3,3522 alqueires paulistas, equivalente a 81.125,55 m² (oitenta e um mil, cento e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado neste Município e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula n.º 10159 do Serviço de Registro de Imóveis local, com as divisas e confrontações ali descritas.

§2º. O imóvel de que trata o §1º é de propriedade de Nilson Luiz Candido de Souza, portador do CI/RG n.º 4.192.417-9 SESP/PR e inscrito no CPF n.° 623.415.709-25, solteiro, gráfico designer, residente e domiciliado a rua Vale do Rio Preto, n.º 633, Jardim Oásis, nesta cidade de Terra Boa-PR; Nilton César Candido de Souza, portador do CI/RG n.º 36.153.706-2 SESP/SP e inscrito no CPF n.° 581.798.109.25 solteiro, professor, residente e domiciliado a rua Vale do Rio Preto, n.º 633, Jardim Oásis, nesta cidade de Terra Boa-PR; Marcos Roberto Candido de Souza, portador da CI/RG n.º 6.435.998-3 SESP/PR e inscrito no CPF n.° 938.058.619-15, motorista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, aos 11/07/2008, com Andressa Bravin de Carvalho de Souza, portadora da CI/RG n.° 1.973.931-1 SESP/MT e inscrita no CPF n.° 024.392.661-83, farmacêutica, residentes e domiciliados a Rua Rui Ferreira, n.º 2242, Centro, nesta cidade de Terra Boa-PR; Elaine Cristina Candido de Souza, portadora da CI/RG n.° 5.043.946-1 SESP/PR e inscrita no CPF n.° 827.324.429-68, solteira, maior e capaz, economista, residente e domiciliada a rua Vale do Rio Preto, n.º 633, Jardim Oásis, nesta cidade de Terra Boa-PR; Nilza Maria Candido de Souza, solteira, portadora da CI/RG n.° 5.174.077-7 SESP/PR e inscrita no CPF n.° 619.277.329-72, do lar, convivente em união estável pelo regime de comunhão parcial de bens, com Rogelino Chotolli Roman, portador da CI/RG n.° 3.578.249-4 SESP/PR e inscrito no CPF n.° 506.213.199-53, solteiro, motorista, residentes e domiciliados a rua Rui Ferreira, n.º 242, Centro, nesta cidade de Terra Boa-PR e Cláudio Luiz Candido de Souza, portador da CI/RG n.° 3.522.084-4 SESP/PR e inscrito no CPF n.° 459.698.259-72, motorista, casado sob o regime de comunhão parcial de bens aos 06/01/1983, com Mara Lucia Curriel de Souza, portadora da CI/RG n.° 4.557.798-8 SESP/PR e inscrita no CPF n.° 946.133.039-15, do lar, residentes e domiciliados a Rua Presidente Tancredo de Almeida Neves, n.º 58, Centro, nesta cidade de Terra Boa-PR, sendo todos brasileiros.

Art. 2º. A área a ser desapropriada amigavelmente, objeto do art. 1º deste Decreto, possui a seguinte descrição perimétrica:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 7.370.461,91385m e E 353.630,09883m; deste, segue confrontando com 207-A e 208-R-A-R-R-B/Rem., com os seguintes rumos e distâncias:

SE 06°44'00" - 405,00m até o vértice 2, de coordenadas N 7.370.059,70730m e E 353.677,58448m; deste, segue confrontando com (207-A e 208)-R-R-A, com os seguintes rumos e distâncias: SO 83°16'00" 9,01m até o vértice 3, de coordenadas N 7.370.058,65089m e E 353.668,63663m; deste, segue confrontando com 217-R, com os seguinte rumo e distância: NO 06°44'00" - 405,00m até o vértice 4, de coordenadas N 7.370.460,85744m e E 353.621,15098m; deste, segue confrontando com Rua Vale do Rio Preto, com os seguinte rumo e distância: NE 83°16'00" - 9,01m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasília, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n.º 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os rumos e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M".

Parágrafo único. Integra o presente Decreto, para todos os fins, o memorial descritivo e a planta de levantamento planialtimétrico da área desapropriada, elaborados por profissional habilitado e devidamente aprovados pelo setor técnico competente da Prefeitura Municipal.
Art. 3º. A indenização pela área objeto da desapropriação amigável de que trata este Decreto será paga pelo Município de Terra Boa aos proprietários no valor certo e ajustado de R$ 6.969,69 (seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos).
§1º. O valor da indenização foi apurado com base nos parâmetros técnicos estabelecidos no Decreto Municipal n.º 4.227, de 12 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atualização da pauta de valores venais por hectare (VTN/Ha) para fins de cálculo do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI-Rural), ambos para o exercício fiscal de 2026.
§2º. O pagamento da indenização será efetuado à vista, em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta bancária de titularidade dos proprietários ou por outra forma por eles indicada, correndo a despesa por conta de dotação orçamentária própria consignada no orçamento vigente do Município.
§3º. Efetuado o pagamento de que trata este artigo, os proprietários outorgarão ao Município ampla, geral e irrevogável quitação quanto ao valor pago, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, em razão da transferência da área desapropriada amigavelmente.
Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a:
I – celebrar com os proprietários da área o respectivo instrumento de escritura pública de desapropriação amigável, ou instrumento particular equivalente, com força de escritura pública, contendo a descrição da área, o valor da indenização e a quitação recíproca;
II – praticar todos os atos administrativos, judiciais ou extrajudiciais necessários à efetivação da desapropriação amigável ora declarada, inclusive requerer, perante o Serviço de Registro de Imóveis competente, o desmembramento da área objeto deste Decreto da Matrícula n.º 10159 e a abertura de matrícula própria em nome do Município de Terra Boa;
III – promover, se necessário, a retificação de área, georreferenciamento e demais providências técnicas e cartorárias indispensáveis à regularização registral da área desapropriada;
IV – adotar as medidas administrativas necessárias ao pagamento da indenização de que trata o art. 3º deste Decreto.
Art. 5º. Concluída a transferência da área ao patrimônio público municipal, a mesma passará a integrar o Sistema Viário Municipal, ficando desde já afetada à execução da obra de prolongamento da Rua Vale do Rio Preto e à implantação dos equipamentos urbanos dela decorrentes.
Art. 6º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente do Município de Terra Boa, suplementada se necessário.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Terra Boa, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito o Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:837D15F8

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 84-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 84/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE FILTROS DE AR, FILTRO LUBRIFICANTES, FILTROS DE COMBUSTÍVEL, FILTROS SEDIMENTADORES E DIVERSOS FILTROS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 31.08.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 17.09.2026, às 10h00 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 31 de agosto 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:94782FD1

LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13/2026 CONTRATO Nº 311/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026

Termo de Colaboração nº	13/2026
Data	31 de agosto de 2026
Concedente	Município de Terra Boa
Convenente	**ILPI SÃO VICENTE DE PAULO DE TERRA BOA,** inscrita pelo CNPJ/MF nº 75.793.646/0001-72, sediada na Rua Presidente Kennedy, s/n.
Objeto	Termo de Colaboração, por meio de mútua cooperação de ações visa garantir a oferta do Serviço de Acolhimento institucional para Pessoa Idosa no Município de Terra Boa, "cujo recursos é proveniente de repasse da **Emenda Parlamentar (Luciano Ducci) nº 202637050003** do Ministério do Desenvolvimento Social de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - EMENDAS INDIVIDUAIS 2026, destinada a Unidade de Acolhimento ILPI São Vicente de Paulo de Terra Boa que executa serviços de Alta Complexidade, para despesa de custeio GND 3 a aquisição de materiais de consumo (**Cama, Mesa e Banho, Copa e Cozinha, Expediente e Materiais educativos e esportivos)** via Estrutura SUAS (Sistema de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS) – no Valor R$ 75.000,00 (Setenta e Cinco Mil Reais), - Programação Nº **412720520260005**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
Vigência	Até 31 de agosto de 2027
Modalidade	Inexigibilidade de Licitação nº 40/2026

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:BCFAF881

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 364/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 23/2022

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a ora denominada CONTRATADA, **LABORATÓRIO LOURENÇO ANALISES CLINICAS LTDA**, inscrita CNPJ/MF n°.12.996.106/0001-76, sediada na Rua Osvaldo Cruz, 33, na Cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **LEONARDO ITALO LOURENÇO**, portador do CPF nº 095.444.267-95 e do RG nº 7.569.866-6, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº23/2022, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 364/2022, que tem por objeto o **credenciamento de serviços de saúde, pessoas jurídicas, para atendimento de serviços complementares em atendimentos em plantões laboratoriais** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 30 de setembro de 2026, com base no art. 57, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:855FEC84

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 366/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 23/2022

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a ora denominada CONTRATADA, **LABORATÓRIO CARLOS CHAGAS LTDA**, inscrita CNPJ/MF n°.01.778.320/0001-30, sediada na Av. Brasil, 1204, na Cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **ADRIANO GIULIANGELLI**, portador do CPF nº 852.283.629-91 e do RG nº 4.713.505-2, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº23/2022, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 366/2022, que tem por objeto o **credenciamento de serviços de saúde, pessoas jurídicas, para atendimento de serviços complementares em atendimentos em plantões laboratoriais** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 30 de setembro de 2026, com base no art. 57, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:343314F7

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 367/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 23/2022

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a ora denominada CONTRATADA, **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS SANTA CRUZ DE TERRA BOA**, inscrita CNPJ/MF n°.76.681.170/0001-40, sediada na Rua São Paulo, 36, na Cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado pelo(a) Sr(a) **GLEICYANE MAIARA FERRETI SILVA**, portadora do CPF nº 052.861.929-20 e do RG nº 9.675.457-4, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº23/2022, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 367/2022, que tem por objeto o **credenciamento de serviços de saúde, pessoas jurídicas, para atendimento de serviços complementares em atendimentos em plantões laboratoriais** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 30 de setembro de 2026, com base no art. 57, da Lei 8666/93.

Paragrafo Primeiro: A fundamentação legal encontra-se amparada na lei ora revogada, que se encontrava vigente na época da celebração do contrato, embora a lei 8.666/93 tenha sido revogada, por força do contido no artigo 191§1º da Lei 14.133/2021, prevendo que aos contratos firmados com base na Lei antiga, seguirão por ela regidos até o final de sua vigência, considerando suas prorrogações.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:4E371ED1

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 72/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 72/2026**

Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar,

garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para Pessoas Idosas atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 022/2026 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) COLONELLO VIAGENS E TURISMO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 63.678.782/0001-32 no valor total dos itens vencidos de R$ 96.990,00 (noventa e seis mil, novecentos e noventa reais).

Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:C4BBE59A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 786/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **AMARILDO APARECIDO BOVO** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS – MOTORISTA referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **31/08/2026** a **09/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 28 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:7B98F5F1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 787/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **JOÃO CARLOS SOARES** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS – OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **01/09/2026** a **30/09/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:58E0E3AF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 788/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **IVANI TIMOTEO** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO, referente ao do período aquisitivo 2018/2023.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **02/09/2026** a **30/11/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5C007A42

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 789/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a(o) senhor(a) **RENAN MURILO DE OLIVEIRA CARVALHO** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE ENDEMIAS referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **01/09/2026** a **30/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:AAB6A9D4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 790/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **VALDEMIR BASSO DE GODOY** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **02/09/2026** a **11/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:77DE5341

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 791/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **MARCO HENRIQUE DA SILVA ARRUDA** servidor(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **02/09/2026** a **11/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:CA3DE107

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 792/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade a Senhora **DEBORA DE SOUZA ARRUDA,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **26/08/2026** a **21/02/2027.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/08/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2FC06B60

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 793/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Auxílio Natalidade a Senhora **DEBORA DE SOUZA ARRUDA,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:8FAA0C69

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 794/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 01/09/2026 a Senhora **MARCIA REGINA MENDES DE LIMA** portadora do CPF 043.701.659-54 para exercer o cargo efetivo de Agente de Serviços de Limpeza e Alimentação, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:6567B962

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 795/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 01/09/2026 a Senhora **ADRIANA PAULA DELVECHIO MARINI** portadora do CPF 038.548.079-29 para exercer o cargo efetivo de Agente de Serviços de Limpeza e Alimentação, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B893BD7E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 796/2026

Convoca candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026, e tendo em vista a exoneração, a pedido, do servidor DANIEL DELA VEDOVA e a solicitação da Secretaria de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art.1º Convocar os (as) cidadãos (ãs) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos item n.º 11 do Edital de Concurso nº 001/2026, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: AGENTE DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - MOTORISTA
Nome do Candidato
FERNANDO GONCALVES VALENTE
THELMO LUCIO RIYUJIN
SILVANO OLIVEIRA FONTES
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:FA7A97C8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 797/2026

Convoca candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026, e tendo em vista, a aposentadoria das servidoras MARLI HENRIQUES BASOTI, LUCILENA LANITTI, ANEZIA APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA (PADRÃO I) e ADRIANA ANIBALE (PADRÃO I),

RESOLVE

Art.1º Convocar os (as) cidadãos (ãs) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos item n.º 11 do Edital de Concurso nº 001/2026, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: PROFESSOR
Nome do Candidato
ALEXANDRA MENEZES GOMES DE BRITO
CAMILA MASSUCATO BARBOSA
THIAGO PLINIO PAIAO
ALINE NOVELINI FERNANDES
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:3EC6B932

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 798/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 1752/2023 de 11/07/2023,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir de 01/09/2026**,** a servidora **VITORIA VASCONCELOS LOGULLO**, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, **Gratificação por Encargo ou Atividade Especial (GEE),** no valor de R$ 862,09 (oitocentos e sessenta e dois reais e nove centavos).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:959C2D0F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 799/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 dias de férias a(o) senhor(a) **SIDCLEIA VEDOVATO** empregado(a) publico(a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **31/08/2026** a **09/09/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E29A345D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 800/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 01/09/2026 a Senhora **JAQUELINE DE LUCCA** portadora do CPF 049.500.349-28 para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5D4C44AE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 801/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 025/2026, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2026, e tendo em vista, a exoneração, a pedido, do servidor ANSELMO VICENTE STOCO,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos item n.º 11 do Edital de Concurso nº 001/2026, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:
Cargo: PSICOPEDAGOGO
Nome do Candidato
GABRIEL SALMAZO DE SOUZA
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2F5B542B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 54/2026.
Processo nº 94/2026

OBJETO: Contratação de empresa para realização de exames laboratoriais**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 14:00min do dia 17/09/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.

Terra Rica, 31/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:7E2BB07E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Pregão - Eletrônico Nº. 78/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados à distribuição gratuita aos usuários da rede municipal de saúde, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Prorrogação: A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 04/09/2026.

Terra Rica, 31/08/2026.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:BE385259

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2026
PROCESSO Nº 136/2026
O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, torna pública a presente **ERRATA** referente ao Aviso de Licitação do **Pregão Eletrônico nº 82/2026**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3606, de 31/08/2026.
Onde se lê:
ABERTURA: A abertura do certame será às 09h00min do dia **13/10/2026**.
Leia-se:
ABERTURA: A abertura do certame será às 09h00min do dia **13/09/2026**.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Aviso de Licitação.

Terra Rica, 31 de agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:9DC721CE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 280/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: RK COMÉRCIO DE PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **64.793.970/0001-74**.

DOMICÍLIO: AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 2006 - CEP: 79100401 - BAIRRO: VILA ALBA, Campo Grande/MS.

OBJETO: Registro de preço para compra de pneus, Pregão - Eletrônico N° 62/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 27/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **60.300,00 (Sessenta Mil e Trezentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e sete dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

RK Comércio de Pneus LTDA
ARI RIBAS DOS SANTOS

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:328BE234

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 288/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: MARCELO SOLETTI & CIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **80.833.031/0001-62**.

DOMICÍLIO: RUA JOSIAS FRAUCHES , 2707 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Registro de preço para serviços de solda e torno em geral tanto em veículos como em equipamentos diversos, Pregão - Eletrônico N° 75/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 28/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **105.538,00 (Cento e Cinco Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e oito dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Marcelo Soletti & CIA LTDA.
MARCELO SOLETTI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:1EBA0E37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 281/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: SILVA & SILVA COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **29.438.648/0001-26**.

DOMICÍLIO: RUA JAMIL HELU, 2363 - CEP: 87507015 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL 2, Umuarama/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de pneus, Pregão - Eletrônico N° 62/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 27/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **228.370,00 (Duzentos e Vinte e Oito Mil, Trezentos e Setenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e sete dias de agosto de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Silva & Silva Comercio de Pneumaticos LTDA
LUIZ CARLOS DA SILVA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:C19E4A0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Ref: Processo Administrativo Sancionatório nº 340/2026.

A Prefeitura Municipal de Terra Rica/PR, torna público, por meio desta, a aplicação de sanções administrativas à empresa **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 46.368.367/0001-63,** em vista de conduta irregular praticada pela empresa na execução da Ata de Registro de Preços nº 253/2025.
A apuração da conduta irregular pela referida empresa foi realizada nos termos do Processo Administrativo em epígrafe, que após esgotados todos os procedimentos e recursos previstos nos termos da IN nº 10/2023/GTTNLL, concluiu pela aplicação das sanções de:

Impedimento de licitar e contratar, conforme art. 10, II, da IN nº 10/2023 GTTNLL, pelo período de: "12 (doze) meses".
Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 253/2025, com fundamento na Cláusula Décima Primeira – Do Cancelamento, item 11.1, alínea "a".

Publique-se o presente extrato para conhecimento público.

Terra Rica, 31 de agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:BEED88E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 376/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **UBS MARIA THEREZA GERLACH DE SOUZA**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADA** a servidora pública municipal Sra. **CARLA REGINA LAGE ALEIXO FUJIMURA**, matrícula nº **1016**, ocupante do cargo de **ODONTÓLOGO(A).**

Artigo 2°. - A partir do dia 19/08/2026, a servidora nominada no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **UBS MARIA THEREZA GERLACH DE SOUZA.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:0B47F72D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 377/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **UBS MARIA THEREZA GERLACH DE SOUZA**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADA** a servidora pública municipal Sra. **GLÁUCIA APARECIDA GUIZZI**, matrícula nº **1047**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.**

Artigo 2°. - A partir do dia 17/08/2026, a servidora nominada no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **UBS MARIA THEREZA GERLACH DE SOUZA.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:732792A7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 378/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **NIS I – VILA BARBOSA**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **DOUGLAS CAVENAGHI MOLINA**, matrícula nº **12069**, ocupante do cargo de **ODONTÓLOGO(A).**

Artigo 2°. - A partir do dia 04/08/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **NIS I – VILA BARBOSA.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:618AB243

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 379/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **NIS I – VILA BARBOSA**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **CAROLINE INGRID DA SILVA GUINDA**, matrícula nº **12452**, ocupante do cargo de **TÉCNICO(A) EM HIGIENE DENTAL.**

Artigo 2°. - A partir do dia 17/08/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **NIS I – VILA BARBOSA.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:59F024A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 380/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **CLÍNICA DA MULHER**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **SILVIO CESAR SOLETTI**, matrícula nº **12048**, ocupante do cargo de **ODONTÓLOGO(A).**

Artigo 2°. - A partir do dia 19/08/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **CLÍNICA DA MULHER**.

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:CAEAED3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 381/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução dos serviços;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços do **NIS II POSTO DE SAÚDE CENTRAL**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **EDRIANA GIRELLI**, matrícula nº **1193**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO.**

Artigo 2°. - A partir do dia 14/08/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto ao **NIS II POSTO DE SAÚDE CENTRAL**.

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:0E275C45

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 382/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA JOICE SANTOS SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **JOICE SANTOS SILVA,** matrícula Nº 12268, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2023 a 29/02/2024, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **01/09/2026 a 15/09/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (31/08/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:604C0829

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 060/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA: São partes no presente Termo Aditivo:

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede à Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120, Cep - 87.890-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

CONTRATADO: VALDEMAR MADRIGAR, brasileiro, inscrito no CPF nº **508.151.729-15**, RG nº **1.782.972-6**, residente e domiciliado à **RUA PADRE EDUARDO, 2040 – TERRA RICA – PR,** denominada doravante de **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes, com apoio nas leis e regulamentos que regem a matéria, firmaram **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO** de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS** com prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/09/2025 a 31/08/2026, com possibilidade de prorrogação por mais até 12 (doze) meses, em persistindo o excepcional interesse público, conforme art. 4º, § único da Lei Municipal 035/2001, à critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente Termo, e, atendendo ao disposto na Cláusula segunda, as partes resolvem promover um aditivo de prazo de 12 (doze) meses no aludido contrato, passando o mesmo a vigorar com vigência até 31/08/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato administrativo originário, datado de 01/09/2025.

Terra Rica-Pr, 31 de Agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

VALDEMAR MADRIGAR
Contratado

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:11653721

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 062/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA: São partes no presente Termo Aditivo:

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede à Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120, Cep - 87.890-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

CONTRATADO: MARIANE WELLER VELASCO, brasileira, inscrita no CPF nº **424.324.018-32**, RG nº **48.246.961-4**, residente e domiciliado à **RUA DOM PEDRO II, 351 – TERRA RICA - PR,** denominada doravante de **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes, com apoio nas leis e regulamentos que regem a matéria, firmaram **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO** de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS** com prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/09/2025 a 31/08/2026, com possibilidade de prorrogação por mais até 12 (doze) meses, em persistindo o excepcional interesse público, conforme art. 4º, § único da Lei Municipal 035/2001, à critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente Termo, e, atendendo ao disposto na Cláusula segunda, as partes resolvem promover um aditivo de prazo de 12 (doze) meses no aludido contrato, passando o mesmo a vigorar com vigência até 31/08/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato administrativo originário, datado de 01/09/2025.

Terra Rica-Pr, 31 de Agosto de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

MARIANE WELLER VELASCO
Contratada

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D8052C3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
RESOLUÇÃO N° 23/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

SÚMULA: Delibera sobre as diretrizes para o estabelecimento das prioridades do Plano Municipal de Saúde de Terra Rica para o período de 2026 a 2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA RICA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453, de 10 de maio de 2012, e pela Lei Municipal nº 027/2010, de 21 de julho de 2010;

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do art. 30 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, segundo o qual compete aos Conselhos de Saúde deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades;
CONSIDERANDO que o processo de planejamento e orçamento deve ser ascendente e partir das necessidades de saúde da população, com base no perfil epidemiológico, demográfico e socioeconômico;
CONSIDERANDO as propostas aprovadas na XVII Conferência Municipal de Saúde de Terra Rica e a necessidade de orientar a definição das prioridades, dos objetivos, das metas, dos indicadores e das ações do Plano Municipal de Saúde para o período de 2026 a 2029;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 27 de agosto de 2026, às 14 horas;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam deliberadas e aprovadas as seguintes diretrizes para o estabelecimento das prioridades do Plano Municipal de Saúde de Terra Rica para o período de 2026 a 2029:
DIRETRIZ 1: FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS).
DIRETRIZ 2: FORTALECER AS AÇÕES DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE POR MEIO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT).
DIRETRIZ 3: FORTALECER A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SUS.
DIRETRIZ 4: FORTALECER, ORGANIZAR E QUALIFICAR AS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE.
DIRETRIZ 5: FORTALECER, ORGANIZAR E QUALIFICAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
DIRETRIZ 6: FORTALECER A GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE.
DIRETRIZ 7: FORTALECER O CONTROLE SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SUS.
DIRETRIZ 8: FORTALECER A GESTÃO DO FINANCIAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA EM SAÚDE.
DIRETRIZ 9: FORTALECER AS AÇÕES DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE E GESTÃO.
Art. 2º As diretrizes estabelecidas no art. 1º orientarão a definição das prioridades, dos objetivos, das metas, dos indicadores e das ações do Plano Municipal de Saúde para o período de 2026 a 2029 e das respectivas Programações Anuais de Saúde, observadas as necessidades de saúde da população e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LAURA OLIVEIRA DE JESUS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO
Homologo a Resolução nº 19/2026 do Conselho Municipal de Saúde de Terra Rica, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453, de 10 de maio de 2012, e da Lei Municipal nº 027/2010, de 21 de julho de 2010.

VANESSA PÉRICO TEIXEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joao Vitor Pinto Rando
Código Identificador:8864474D

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com

sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: INFANTARIA COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **20.795.155/0001-79**.

DOMICÍLIO: RUA FRITZ SPERNAU 1000, 0 GALPAO 02 - CEP: 89055200 - BAIRRO: ITOUPAVA NORTE, Blumenau/SC.

OBJETO: AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS, do Pregão - Eletrônico 15/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 27/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **10.911,66 (Dez Mil, Novecentos e Onze Reais e Sessenta e Seis Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 27/08/2026
(vinte e sete dias de agosto de 2026).

SAMAE de Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Infantaria Comercial LTDA
MARCOS PETER NUNES

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:7445F12E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: GOUVEA & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **33.152.385/0001-61**.

DOMICÍLIO: RUA EFIGENIO SALES, 0 - CEP: 30622070 - BAIRRO: ARAGUAIA, Belo Horizonte/MG.

OBJETO: AQUSIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES HIDRAULICAS, do Pregão - Eletrônico 15/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 27/08/2026.

VALOR TOTAL: R$ **1.000,00 (Um Mil Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 27/08/2026
(vinte e sete dias de agosto de 2026).

SAMAE De Terra Rica
ADRIANO SERGIO NUNES

Gouvea & Rodrigues Materiais de Construçao LTDA
CARLOS CELSO RODRIGUES GOUVEA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:07754741

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17556/2026

PORTARIA N° 17556/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). RODRIGO DA SILVA, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). RODRIGO DA SILVA, portador(a) do CPF ***.***.199-**, no cargo de Motorista I, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:21FBB797

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17557/2026

PORTARIA N° 17557/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). EVERTON IAGO CASSIMIRO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). EVERTON IAGO CASSIMIRO, portador(a) do CPF ***.***.319-**, no cargo de Motorista I, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 01 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:2CD7419D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17560/2026

PORTARIA N°. 17560/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 31° da Lei Municipal nº 1219/2014 de 22/05/2014.
R E S O L V E:

ART. 1°. – Conceder Gratificação de Desempenho Funcional – GDF sobre seu vencimento básico de acordo com o artigo 31° da Lei Municipal nº 1219/2014, aos servidores:

Matrícula	Nome	Admissão	Efeito retroativo a	Referência (%)
100668-00	Charles Pereira dos Santos	17/08/2022	01/08/2026	7

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:03A1CF5A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17558/2026

PORTARIA Nº 17558/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. Giovane Gustavo Beckenkamp, matrícula 1314548-01, para o cargo de Diretor de Administração Distrital, a partir de 1º de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:EB09BF1B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17559/2026

PORTARIA Nº 17559/2026

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para o Secretário Municipal de Educação e Cultura de Terra Roxa – PR, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar o Senhor EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO**,** Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Terra Roxa, matrícula 135186, a viajar para Foz do Iguaçu- PR, para tratar assuntos de interesse do Município, participando do II Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios: Construindo Caminhos para Consolidação da Alfabetização na Idade Certa-2026, nos dias 01 a 03 de setembro de 2026, cabendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diária, no valor de 1.923 (um mil novecentos e vinte e três reais), correspondente a 05 vezes o valor da unidade Fiscal de Terra Roxa – UNITERRA, para cada diária, acrescido de 50%.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:1EA0FFDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N°361-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO CONTRATO Nº 361/2026

NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 4/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026

DATA CONTRATO: 26 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

CONTRATADA: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.541.088/0039-10, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SIDNEI LOPES DE OLIVEIRA, Administrador, portador do RG/CI nº 80069545 e no CPF/MF nº 023.465.999-80, com endereço à Rua SANTA CATARINA, 5736, SEDE - 85.960-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE CURSO TEÓRICO E PRÁTICO NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DESTINADO ÀS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIARES DE LIMPEZA E COPA QUE ATUAM NAS COZINHAS DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERRA ROXA - PR..

VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 3.650,00 (três mil e seiscentos e cinquenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 1.

EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:0DBD1F75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 407/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 80/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E CAIXA DE GORDURA, DOS PRÉDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TERRA ROXA PR..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 01/09/2027, NO VALOR DE R$ 7.200,00 (SETE MIL E DUZENTOS REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: RESILIÊNCIA SOLUÇÕES LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:34B365EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO INEXIGIBILIDADE N° 040/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 040/2026
Contratada: **INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CURSO 6° SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, ORGANIZADA PELO INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – IAGP, NOS DIAS 23 A 25 DE SETEMBRO DE 2026, NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR.**
Preço: R$ 11.070,00 (Onze mil e setenta reais).
Fundamento Legal: artigo 74, III, letra “f”, da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Terra Roxa - PR, 31 de Agosto de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:B2F71C54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 147

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
EMANUEL PINHEIRO DE GOES	203726	PSICÓLOGO	7º
GABRIELA FERNANDA ANDRADE FICAGNA	202625	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	18º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato

residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.
3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação

4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista

5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 01 de setembro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:DCBE9006

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6347, DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Exonera, a pedido, VANESSA DOS SANTOS BRITO do cargo de Técnica em Enfermagem

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **VANESSA DOS SANTOS BRITO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 12.435.324-6/SSP/PR, matrícula funcional nº 120144, do cargo de Técnica em Enfermagem, nomeada por meio do Decreto nº 6339, de 21 de agosto de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:0ACFFFDB

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 19/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO - REURB-E

O Município de Tijucas do Sul - PR, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.584/0001-21, com sede na Rua Jorge Leprevost, 1.000, CEP 83.190-093, Tijucas do Sul/PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO, José Altair Moreira, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que encontra-se em processo de Regularização Fundiária, pelo instrumento de Legitimação Fundiária, na modalidade REURB-E, através do Processo Administrativo nº 129/2023, tendo como requerente, **SOLANGE DO ROCIO CORREA,** brasileira, autônoma, solteira, portadora da CI/RG nº 4.415.059-0, inscrita no CPF sob nº 572.367.559-15, telefoner (41) 98726-4750, e-mail projecaoritijucas@gmail.com, residente e domiciliada na Estrada Manoel Pereira Vale, s/n, bairro Lagoinha, Tijucas do Sul-PR, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 748/2021, o imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (TRT), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais/PR.

I. Inicia-se se no marco denominado **'0=PP'** , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 678710.089 m e N= 7129636.008 m dividindo-o com o ESTRADA MANOEL PEREIRA VALE; Daí segue confrontando com ESTRADA MANOEL PEREIRA VALE com o azimute de 160°27'31" e a distância de 28.53 m até o marco **'1'** (E=678719.632 m e N=7129609.122 m); Daí segue confrontando com ESTRADA MANOEL PEREIRA VALE com o azimute de 177°18'37" e a distância de 14.88 m até o marco **'2'** (E=678720.330 m e N=7129594.258 m); Daí segue confrontando com ESTRADA BENJAMIM FERREIRA DA ROCHA com o azimute de 290°04'21" e a distância de 14.88 m até o marco **'3'** (E=678706.350 m e N=7129599.366 m); Daí segue confrontando com ESTRADA BENJAMIM FERREIRA DA ROCHA com o azimute de 321°21'38" e a distância de 27.46 m até o marco **'4'** (E=678689.203 m e N=7129620.815 m); Daí segue confrontando com ALDO PEREIRA DE LIMA com o azimute de 53°58'00" e a distância de 25.83 m até o marco **'0=PP'** (E=678710.089 m e N=7129636.008 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0.06815 ha.

II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e disposições da Lei Municipal nº 748/2021.

III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no protocolo central da prefeitura, dirigidas à Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, como previsto na Lei Federal nº 13.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Passarinho Smith da Silva
Código Identificador:5ED79167

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2026 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 660/2019 e em conformidade com o item 11 do Edital de Abertura n° 09/2026**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO/HABILITADO**, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. LISTA DE CONVOCAÇÃO

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
PATRICIA DAIANE TEIXEIRA DE MORAIS	44	PROFESSOR – GERAL	48º

2. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.

2.3 O não comparecimento nos termos do item 10 do edital de abertura e a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação dos requisitos mínimos exigidos no Edital de Abertura nº 09/2026 para o cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo Simplificado e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga, conforme previsto no item 11 do Edital de Abertura nº 09/2026.
2.5 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.
2.6 Para ser contratado, o candidato deverá identificar-se e apresentar os seguintes documentos pessoais originais ou documentos de aplicativos de órgãos oficiais, em situação regular, acrescidos de

uma cópia, às suas expensas, ou cópia autenticada em cartório quando não apresentado documento original:
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
e) Carteira Nacional de Habilitação, com registro de EAR – Exercício de atividade remunerada;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
f) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade;
j) Comprovante de residência, original e cópia;
k) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
l) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (modelo 6 – ANEXO X) ou o comprovante da última Declaração Imposto de Renda;
o) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, caso possua outro vínculo, deverá apresentar declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (ANEXO VI);
p) Declaração de não demissão do serviço público; (ANEXO VII);
q) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.

3. DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
3.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do Processo Seletivo, decaindo do direito à respectiva vaga.

4. DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO
4.1 O candidato será **excluído deste Processo Seletivo Simplificado** na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
- tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação, excetuados os casos em que a sindicância tenha constatado contratação/admissão indevida por parte da administração;
- tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da primeira convocação ou da contratação;
- esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
- tiver comprovada ilegalidade nos documentos apresentados, ou declaração falsa ou inexata;
- apresente laudo médico atestando deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função;
quando da incompatibilidade de horário com outro cargo público ocupado.

4.1 Caso seja constatado que o candidato tenha incorrido em qualquer das hipóteses citadas no item 4.2 após sua contratação, estará sujeito à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo.
4.3 O candidato será **excluído da respectiva lista de classificação** e concorrerá exclusivamente à(s) outra(s) inscrição(ões) realizada(s) na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
não comprove a escolaridade mínima exigida em cada etapa;
ainda que comprovada a escolaridade mínima exigida, conste em seu comprovante de inscrição escolaridade que gere pontuação maior que a efetivamente comprovada na fase de avaliação dos títulos;
se inscrito na lista de classificação de PNE, não apresente laudo médico ou apresente em desacordo com o estabelecido neste Edital ou que não caracterize a deficiência de acordo com
a legislação vigente;
na data da abertura do contrato não apresente as mesmas condições físicas e mentais declaradas no atestado de saúde ocupacional.

5. DA AVALIAÇÃO MÉDICA
5.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

5.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
5.3 A Prefeitura se responsabilizará pelos exames clínicos, sendo notificado individualmente cada candidato quanto a sua realização.
5.4 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul.
5.5 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

Tijucas do Sul, 01 de setembro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:CE1AFF89

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 36, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Concede férias à servidora Keli Cristina Zaclikevic de Lima

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 08 de setembro de 2026 a 23 de setembro de 2026, à servidora **KELI CRISTINA ZACLIKEVIC DE LIMA,** matrícula nº 502, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.689.078-1/SSP/PR, nomeada para o cargo de Técnico Administrativo.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2024 a 05 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, em 31 de agosto de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Keli Cristina Zaclikevic de Lima
Código Identificador:48901357

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 33/2026

ESTADO DO PARANÁ PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL Nr.:33/2026 - PR
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 33/2026

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 29/09/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 33/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E CALIBRAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LAVANDERIA HOSPITALAR, FISIOTERÁPICOS E AFINS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.

Tijucas do Sul, 31 de agosto de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:E93E0A99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LISTA DE RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2026

LISTA DE RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2026

A Comissão de Avaliação dos documentos nomeada através do Decreto nº 6307, de 20 de julho de 2026, comunica aos credenciados na execução do objeto do Edital de chamada publica nº 03/2026 **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS CEMITERIAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS DORES E DA CAPELA MORTUÁRIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR. (UASG 987925).**

Após a analise dos documentos para o credenciamento preferiu-se a seguinte decisão:

Nº	NOME EMPRESA CREDENCIADA	CNPJ Nº	SITUAÇÃO
1	Guilherme Alonco Ribeiro	22.629.454/0001-69	Classificada

Tijucas do Sul/PR, 31 de agosto de 2026.

Comissão de Avaliação:

ANGENITA MARIANO DE BOMFIM

ANTÔNIO CLAUDIO MARTINS

GIOVANA DE OLIVEIRA DA COSTA

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:A94E0CAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE AVISO DE SUSPENSÃO - P.E. Nº 30/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

O Pregão Eletrônico nº 30/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES E DIETAS ENTERAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR**, encontra-se suspenso, conforme o memorando nº 796/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, o Edital será republicado, com a definição de nova data para a abertura do certame.
A publicação do aviso de suspensão é divulgada no Diário Oficial dos Municípios na edição do dia 01/09/2026.

Tijucas do Sul, 31 de agosto de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:F741C6AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 061/2026

Súmula: "Altera o Decreto n.º 03/2026".

CEZAR BUENO DE MELO, Prefeito de Tomazina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º e 73 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:
Art. 1º – O art. 1º, I, do Decreto Municipal n.º 03/2026 fica alterado, para que conste "Matrícula 7.196 do Registro de Imóveis desta Comarca" onde constou "Matrícula 7.193 do Registro de Imóveis desta Comarca".
Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o que ele dispõe de diferente do Decreto 03/2026 e mantendo-se o restante de suas disposições.

Tomazina, 31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito de Tomazina

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:BEF4FDB0

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 31 de agosto de 2026.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA o(a) candidato(a) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecer na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentar os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **03 de setembro, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática do(a) candidato(a) aprovado(a), a saber:
Cargo: "PROFESSOR"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
VIVIANE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	037.XXX.XXX-08	10,00	72º
KARINE PEREIRA DO AMARAL	059.XXX.XXX-07	10,00	73º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:B15C6BE0

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 351/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **JOAO VITOR LOPES**, portador(a) do(a) matrícula nº 1825, para o Cargo de "**MOTORISTA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga, a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 04, classe A, do anexo I da Lei Municipal Nº 347/2013 de 19/07/2013, com lotação no Munícipio de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MEO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:366A913E

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 352/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **EDIVAN JUNIOR LIMA PEDRO**, portador(a) do(a) matrícula nº 1824, para o Cargo de "**MOTORISTA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga, a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 04, classe A, do anexo I da Lei Municipal Nº 347/2013 de 19/07/2013, com lotação no Munícipio de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MEO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:AD14D4AC

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 353/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **ANDERSON DAVILA CALAZANS**, portador(a) do(a) matrícula nº 1823, para o Cargo de "**MOTORISTA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga, a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 04, classe A, do anexo I da Lei Municipal Nº 347/2013 de 19/07/2013, com lotação no Munícipio de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MEO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:A0E75605

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 354/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **SIMONE INOCENCIA RIBEIRO TOLEDO**, portador(a) do(a) matrícula de nº 1826, para o Cargo de "**MONITOR**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 02, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 394/2015 de 05/11/2015, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:C706BFDF

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 355/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **ELIANE BENEDITA ALFERES**, portador(a) do(a) matrícula de nº 1827, para o Cargo de "**MONITOR**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 02, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 394/2015 de 05/11/2015, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:05648900

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 356/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **JULIA BARBOSA GOMES**, portador(a) do(a) matrícula de nº **1828**, para o Cargo de "**PROFESSORA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:04B6D1C6

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 357/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **CONSUELO FOGAÇA DE MEDEIROS**, portador(a) do(a) matrícula de nº **1829**, para o Cargo de "**PROFESSORA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 01 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
31 de agosto de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:1E7B25EC

PODER EXECUTIVO
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO **nº 01/2026**–, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 A **Prefeitura Municipal de Tomazina**, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal,** Senhor(a) **Cezar Bueno de Melo**, e o(a) AGENTE CULTURAL, **Isaac Kassiano Moraes**, portador(a) do RG nº **9.046.685-2** e CPF nº **070.179.319-80**, residente e domiciliado(a) à **Rua Duque de Caxias, 1279 – Jardim Independência – Sarandi - Paraná** CEP**: 87113-120**, telefones: **(41) 99201-3086**, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural **Oficina Do Pó da Terra – Pintura com Pigmentos Naturais**, contemplado no conforme processo administrativo nº **01/2026**

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de **R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no **Banco Nubank - 0260**, Agência **0001,** Conta Corrente nº **45733414-0**, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da **PREFEITURA MUNICÍPAL DE TOMAZINA - PR**
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à **Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Tomazina** por meio de Relatório de Execução do Objeto, conforme documento constante no anexo VI do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 apresentado no prazo máximo de **30 (trinta dias)** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela **Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo de Tomazina** a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.
[OU]

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.
[OU]
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 Ao final do projeto, o agente cultural encaminhará à Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo um relatório, das atividades executadas durante o mesmo, bem como o número de pessoas que foram atendidas e registro fotográficos da execução do projeto.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de **03 (três) meses**, podendo ser prorrogado mediante a justificativa prévia, por igual período

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado **no Diário Oficial dos Municípios do Paraná**

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de **Tomazina - PR** para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Tomazina, 27 de maio de 2026

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:4F80F142

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 077/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **14h00** do dia **16 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, COM TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DISPONIBILIZAÇÃO DE 04 (QUATRO) MONITORES PARA ACOMPANHAMENTO DAS CRIANÇAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PÚBLICO DURANTE A FEBARRAS 2026, NOS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2026, NO CAMPO DE FUTEBOL JOSÉ ORBEM, NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 9 8824-6760 – e-mail: licitacao@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17h00.

Três Barras do Paraná-PR, 31 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:0F58436A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7270/2026

Data: 31/08/2026

Suspende temporariamente o Concurso Público, para preenchimento de vagas, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido nos Decreto nº 7184/2026, de 22/06/2026, combinado com o Decreto nº 7203/2026, de 30/07/2026.

D E C R E T A

Art. 1º Fica suspenso temporariamente o Concurso Público, determinado pelo Decreto nº 7248/2026, de 19/08/2026, combinado com o Decreto nº 7255/2026, de 24/08/2026, e Decreto nº 7261/2026, de 26/08/2026, e com o Decreto nº 7256/2026, de 24/08/2026, combinado com o Decreto nº 7262/2026, de 26/08/2026, para preenchimento de vagas abaixo especificadas:

CARGOS

Item	Especificação	Nº de Vagas	Carga Horária	Símbolo
I	Auxiliar de Serviços Gerais	03+ (CR)	40	2
II	Trabalhador Braçal	03+ (CR)	40	2
III	Cozinheiro	01+ (CR)	40	2
IV	Auditor Tributário Municipal	01+(CR)	40	22
V	Auxiliar de Serviços Gerais	01 +(CR)	20	1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 31 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:8D4ECD08

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7271/2026

DATA 31/08/2026

Súmula. Abre um crédito especial no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 4º DA LEI Nº 3023/2025 DE 16/12/2025.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.118000	Fortalecimento da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher	
4.4.90.52 (5348) (893)	Equipamentos e material permanente	10.000,00

Total.....R$ 10.000,00

Art. 2º Para a cobertura do presente crédito especial será utilizado o excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
893	Incentivo de investimento para a qualificação de Políticas para Mulheres - RESOLUÇÃO N 191/2025 SEMIPI	10.000,00

Total.....R$ 10.000,00

Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 31 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:8BF704B4

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA N°03/2025

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF: 78.121.936/0001-68, com sede na Av. Brasil 245, TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR, utiliza do presente para NOTIFICAR todos os moradores, ocupantes, titulares, confrontantes e a quem possa interessar que o núcleo urbano irregular denominado **LOTEAMENTO ENSEADA DO SOSSEGO**, está em faze de regularização Fundiária Urbana em formato de REURB-E, através da **LEGITIMAÇÃO DE FUNDIÁRIA e/ou LEGITIMAÇÃO DE POSSE**, conforme Art. 23 e Art. 25 da lei Federal n° 13.465/2017 e ainda demais instrumentos de acordo com a Lei. No núcleo em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de responsabilidade técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores dos lotes do núcleo, objeto das matrículas n°**8.404, 12.614 e 11.240** registradas no cartório de registro de imóveis da comarca de Catanduvas-PR.

O presente edital, trata-se de retificação de Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/06/2026, Edição 3553, para a complementação, e que passa a vigorar com as seguintes alterações:

DO NÚCLEO

Art.1° O Núcleo urbano informal, denominado, **LOTEAMENTO ENSEADA DO SOSSEGO,** neste município, é formado pelos seguintes imóveis:

MATRÍCULA 11.240 - RI-CATANDUVAS-PR, sendo este o registro do **LOTE 213-2-A, GLEBA 05, DO IMÓVEL ANDRADA, com área de 75.072,77 m²,** localizado na Linha Barra Bonita, do município de Três Barras do Paraná-PR, de propriedade de **HELIO KUERTEN BRUNING** e **EDNA GUISI BRUNING**, brasileiros, agricultores, casados entre si, ele portador da CI.RG: 4.647.756-1 SESP/PR e inscrito no CPF:737.805.709-63, ela portadora da CI.RG:7.708.587-4 SESP/PR, e inscrita no CPF:023.251.739-84, residente e domiciliados no município de Três Barras do Paraná-PR.

Informamos que da **MATRÍCULA 11.240 - RI-CATANDUVAS-PR**, foi atingida a área total da matrícula, ou seja, a **área de 75.072,77 m².**

MATRÍCULA 12.614 - RI-CATANDUVAS-PR, sendo este o registro do **LOTE 213-2-B-3, GLEBA 05, DO IMÓVEL ANDRADA, com área de 140.295,63 m²,** localizado na Linha Barra Bonita, do município de Três Barras do Paraná-PR, de propriedade de **VALÉRIO BEGER** e **CÉLIA FATIMA DIVENSI BEGER**, brasileiros, agricultores, casados entre si, ele portador da CI.RG: 6.752.329-6 SESP/PR e inscrito no CPF:018.150.709-94, ela portadora da CI.RG:8.773.959-7 SESP/PR, e inscrita no CPF:034.497.229-13, residente e domiciliados no município de Três Barras do Paraná-PR.

Informamos que da **MATRÍCULA 12.614 - RI-CATANDUVAS-PR**, foi atingida uma **área de 3.000,00 m²**, pelo núcleo em questão.

MATRÍCULA 8404 - RI-CATANDUVAS-PR sendo este o registro do **LOTE 203-REMANESCENTE, GLEBA 05, DO IMÓVEL ANDRADA, com área de 90.951,00 m²,** localizado na Linha Barra Bonita, do município de Três Barras do Paraná-PR, de propriedade de **HUBERTO ANTONIO OENING e IRONITA DE OLIVEIRA OENING** brasileiros, agricultores, casados entre si, ele portador da CI.RG: 3.865.099 SESP/PR e inscrito no CPF:431.907.409-25, ela

filha de José de Oliveira e Maria Pereira de Oliveira, residentes na Linha Barra bonita, no município de Três Barras do Paraná-PR.
Informamos que da **MATRÍCULA 8404 - RI-CATANDUVAS-PR**, foi atingida uma **área de 5.163,89 m²** pelo núcleo em questão.
Art. 2° O Núcleo em questão possui uma área total a regularizar de **83.236,66 m²** (oitenta e Três mil duzentos e trinta e seis metros e sessenta e seis centímetros de metros quadrados) abrangendo **66 (sessenta e seis)** unidades de lotes, sendo destes, **01(um) unidade (ÁREA VERDE II)** é destinada ao **domínio público.** O restante das **65 (sessenta e cinco)** unidades de Lotes, todas são **aderentes** ao projeto, não possuindo, portanto, unidades de lotes para futura transferência, o Núcleo possui também, **03 unidades de rua(s), a regularizar,** englobando aproximadamente **150 pessoas residentes e ocupantes**. Desses, todos foram classificados como **REURB-E**.
Art. 3° O referido núcleo é atendido pelas seguintes vias públicas: **ESTRADA MUNICIPAL,** que dá acesso ao Núcleo**,** assim como pela **AVENIDA VARGEM BONITA, a RUA LINO KUERTEN (PRT 01) e a RUA LINO KUERTEN (PRT 02),** que passará(ao) ao Domínio Público Municipal, conforme disposto no Art. 53, parágrafo único, da Lei Federal 13.465/2017.

QUADRO DE ÁREAS	
Área total dos lotes participantes	72.564,05 m²
Área dos lotes para futura transferência	0,00 m²
Área de lotes já regulares	0,00 m²
Área de ruas a regularizar	5.797,38 m²
Área(s) pública(s) a regularizar	4.875,23 m²
Área total da REURB	83.236,66 m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
Art. 2° A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários:
Via de acesso municipal ao Núcleo em bom estado de conservação
Arruamento com calçamento
Energia elétrica pública e residencial
Rede de tratamento de resíduos sólidos individual
Rede de abastecimento de água tratada
Sinalização
Arborização
Calçadas para circulação de pedestres
Acesso coletivo ao lago
DAS CONFRONTAÇÃOES
Art. 3° Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado **NOTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DE DIVISA DE LOTE**, salvo os ocupantes que, por motivos desconhecidos, não foram encontrados, os quais serão alvo deste Edital. A ausência de manifestação dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias será tida como aceite, conforme Art. 13. §1°, do decreto Federal n° 9.310/2018 e Art. 20, §1°, da lei federal n° 13.465/2017.
§ 1° são tidos como titulares de domínio, nos termos da Lei:

MATRÍCULA	IMÓVEL	PROPRIETÁRIO
MAT.:11.240- RI-CATANDUVAS-PR	LT 213-2-A, GLB 05 IM ANDRADA	HELIO KUERTEN BRUNING e EDNA GUISI BRUNING
MAT.: 12.614 - RI-CATANDUVAS-PR	LR 213-2-B-3, GLB 05 IM ANDRADA	VALÉRIO BEGER e CÉLIA FATIMA DIVENSI BEGER
MAT.: 8404 - RI-CATANDUVAS-PR	LR 203-REM, GLB 05 IM ANDRADA	HUBERTO ANTONIO OENING e IRONITA DE OLIVEIRA OENING

§ 2° são tidos como confrontantes externos/internos, nos termos da Lei:

MATRÍCULA	IMÓVEL	PROPRIETÁRIO
MAT.: 8405 – RI-CATANDUVAS-PR	LR 203-REM, GLB 05 IM. ANDRADA	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
MAT.: 8149 – RI-CATANDUVAS-PR	LR 213, GLB 05 IM. ANDRADA	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
MAT.: 12.615 – RI-CATANDUVAS-PR	LR 213-2-B-4 GLB 05 IM ANDRADA	GERSO FRANCISCO GUSSO e MARIA CRISTINA GUSSO
MAT.: 11.242 – RI-CATANDUVAS-PR	LR 213-2-C GLB 05 IM ANDRADA	GERSO FRANCISCO GUSSO e MARIA CRISTINA GUSSO
MAT.: 12.614 - RI-CATANDUVAS-PR	LR 213-2-B-3, GLB 05 IM ANDRADA	VALÉRIO BEGER e CÉLIA FATIMA DIVENSI BEGER
MAT.: 8404 - RI-CATANDUVAS-PR	LR 203-REM, GLB 05 IM ANDRADA	HUBERTO ANTONIO OENING e IRONITA DE OLIVEIRA OENING

DOS REQUERENTES
Art. 4° São requerentes e beneficiários da referida área para fins de regularização Fundiária Urbana:
HELIO KUERTEN BRUNING e EDNA GUISI BRUNING

DAS IMPUGNAÇÕES
Art.5° As impugnações cabíveis, contrarias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, seja em jornal da região, ou por meio eletrônico no Diário Oficial. As impugnações poderão ser protocoladas no Setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná-PR, endereçadas ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis, que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, se houver. Fica a critério da municipalidade acatar ou não as devidas impugnações, de acordo com as suas razões, conforme prevê o art. 20 da |lei federal n° 13.465/2017.
§1° A visualização das peças processuais e documentos que as acompanham poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento administrativo em trâmite nas dependências da prefeitura deste município.
§ 2° Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, tanto pelos titulares internos como pelos confrontantes externos da área objeto da REURB, conforme prevê a Lei. Transcorrido o prazo legal para as manifestações, será efetivado o ato, na forma do Art. 31, §5° e 6° da Lei federal n° 13.465/2017.

Três Barras do Paraná-PR, 31 de agosto de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

ANEXO I – DELIMITAÇÃO POLIGONAL
https://tresbarras.pr.gov.br/images/ANEXO_I__DELIMITAO_POLIGONAL.jpeg

ANEXO II – MAPA DO NÚCLEO URBANO APÓS O LEVANTAMENTO
https://tresbarras.pr.gov.br/images/ANEXO_II__MAPA_DO_NCLEO_URBANO_APS_O_LEVANTAMENTO.jpeg

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:1869E1B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 257 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 257 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 377.650,00 (trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.0010.2002 Encargos do Gabinete do Prefeito
3.1.90.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 6.600,00
03.001.02.062.0002.2005 Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.11.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 18.200,00
04.001.04.122.0004.2.006 Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças

4.4.90.52.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 5.500,00
05.002.12.306.0028.2.025 Manutenção da Merenda Escolar na Rede Municipal
3.3.90.32.00.00 107 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 150.000,00
06.001.10.122.0011.2040 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
3.1.90.11.00.00 494 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 15.650,00
3.1.90.13.00.00 303 Contribuições Patronais..... R$ 4.500,00
3.1.91.13.00.00 494 Contribuições Patronais..... R$ 2.000,00
3.3.90.39.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 10.000,00
3.3.90.46.00.00 494 Auxílio-Alimentação..... R$ 1.500,00
06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
4.4.90.52.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 5.000,00
06.002.10.301.0013.2050 Manutenção das Atividades de Saúde Bucal
3.1.90.11.00.00 494 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 8.750,00
3.1.91.13.00.00 494 Contribuições Patronais..... R$ 300,00
3.3.90.46.00.00 494 Auxílio-Alimentação..... R$ 450,00
06.002.10.302.0014.2.044 Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade
3.3.90.39.00.00 303 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 50.000,00
4.4.90.52.00.00 303 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 9.500,00
06.002.10.301.0024.2049 Manutenção da Farmácia Municipal
3.1.90.11.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 11.850,00
07.001.08.122.0006.2027 Man. Atividades da Secr. Mun. Desenvolvimento Social e Família
3.1.90.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 4.500,00
08.001.15.451.0022.2073 Gestão Municipal de Obras e Infraestrutura
3.1.90.11.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 36.400,00
3.1.90.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 2.000,00
3.1.91.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 800,00
3.3.90.46.00.00 000 Auxílio-Alimentação..... R$ 1.400,00
11.001.18.542.0025.1201 Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
3.1.90.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 2.000,00
11.001.04.122.0004.2070 Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
3.3.90.46.00.00 000 Auxílio-Alimentação..... R$ 750,00
11.001.20.606.0026.2.052 Ações de Fomento ao Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.30.00.00 000 Material de Consumo..... R$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

05.002.12.365.0018.2.017 Manutenção das Atividades da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00 107 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... R$ 150.000,00
06.002.10.301.0013.2.041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.1.90.11.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 90.850,00
3.3.90.39.00.00 494 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 28.650,00
11.001.18.542.0025.2.071 Manutenção e Conservação do Meio Ambiente
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 30.000,00
13.001.13.392.0019.2.055 Ações de Promoção e Difusão Cultural
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 72.650,00
14.001.23.695.0033.2.063 Ações de Fomento ao Desenvolvimento do Turismo e Eventos
3.3.90.36.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... R$ 5.500,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 28 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:908B5D7D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 258 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 258 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

06.002.10.304.0012.2.047 Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária
4.4.90.52.00.00 684 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 14.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior na fonte 684 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde/ESTADO.

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 28 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:76F70371

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 259 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 259 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Transposição de Recursos Orçamentários e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal, combinado com a autorização contida no artigo 45, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 1035 de 13 de novembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento do município de Tunas do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar por Transposição de recursos orçamentários, no valor de R$ 132.300,00 (cento e trinta e dois mil e trezentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária receptora:

07.003.08.243.0007.6002 Ações para Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.39.00.00 953 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 132.300,00

Art. 2º Os Recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária de origem, conforme discriminado abaixo:

07.001.08.122.0006.2027 Manutenção das Ativ. da Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social e Família
4.4.90.52.00.00 953 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 132.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 28 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:E32D17DE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 12/2026

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o conteúdo e informações do presente processo, bem como diante do exame e análise do Advogado do Município com a emissão de parecer favorável à viabilidade do presente procedimento de Dispensa de Licitação, **RATIFICO** a contratação da empresa: **INSTITUTO UNITI DE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 23.475.062/0001-55,** no valor total de R$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais)**,** para "Contratação de empresa especializada ou profissional habilitado para prestação de serviço técnico especializado destinado à realização da palestra magna, assessoramento dos grupos temáticos, coordenação da plenária final e elaboração do relatório técnico conclusivo da **13ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Tunas do Paraná, com o tema: **"FORTALECENDO O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA) E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA".**

Tunas do Paraná, 31 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:8ABAB0DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública em cumprimento ao que determina o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos a todos os munícipes que:
CONSIDERANDO que esta municipalidade deverá cumprir o que determina o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000) e art. 44 da Lei nº 10.257/01.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designada para o dia 23 de setembro do corrente ano, audiência pública para apresentação, discussão e conclusão da Lei Orçamentária Anual 2027.
§ 1° A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no espaço do auditório da Câmara Legislativa deste município às 14h00min.
§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para tomar ciência, fazer avaliação, discussão e conclusão da Lei Orçamentária Anual 2027.
Gabinete do Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:40D93FD4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2026

Acordo de Cooperação – Inexigibilidade de Licitação Nº 71/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Beneficiada: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TURVO/PR,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 00.540.063/0001-30 com sede localizada no Turvo, neste ato representada por seu presidente Diogo Augusto de Oliveira, portador do CPF nº 030.109.089-03 - **Objeto:** Repasse de prestação de serviços de terceiros pessoa jurídica, produtos, materiais de construção e outros produtos, necessários, destinados à manutenção, conservação e revitalização do salão social, quiosque, campo de futebol e outros espaços onde se localiza a sede da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Turvo – **Prazo de Vigência:** O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 12 (doze) meses sendo do dia 27/08/2026 até 26/08/2027 - **Valor global:** R$ 29.578,11 (vinte e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e onze centavos) – **Gestora:** Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto – **Fiscal**: Cheila Fernanda Torteli - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:32B87492

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 154/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

Contrato Administrativo nº 154/2026 – Dispensa de Licitação Nº 32/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: BELLA SUL TRAVEL GROUP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.429.568/0001-83, com sede localizada na Av. Brasil, Nº 535, no Município de Pitanga/PR, CEP 85.200-00, neste ato representada por Izabel Manchur, inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 633.718.639-72- **Objeto:** CONTRATAÇÃO DIRETA PARA AQUISIÇÃO DE PACOTE DE VIAGEM PARA A XXVIII JORNADA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO QUE ACONTECERÁ NO RIO DE JANEIRO ENTRE OS DIAS 21 A 24 DE OUTUBRO DE 2026 – **Prazo de Vigência:** O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses contados a partir do dia 28/08/2026 até 27/12/2026- **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 6.619,26 (seis mil, seiscentos e dezenove reais e vinte e seis centavos). – **Gestor:** Anselmo Roque Miranda – **Fiscal: Pricila Regina Sikora Bruger** – **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:59CD3400

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 25/2026

Dispõe sobre as políticas públicas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Turvo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Turvo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo seus objetivos, princípios e diretrizes, bem como estabelece normas gerais para sua adequada execução no âmbito do Município de Turvo.

Art. 2º A Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será implementada por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a proteção integral e a prioridade absoluta previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º As ações a que se refere o artigo 2º desta Lei serão implementadas através de:

I – políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho e demais serviços essenciais ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes;

II – serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, nas modalidades de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, organizados conforme as diretrizes e a legislação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

III – serviços especializados de prevenção e de atendimento médico, psicológico e psicossocial voltados a crianças e adolescentes vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade, violência ou opressão;

IV – serviço de identificação, busca, localização e acompanhamento de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;

V – proteção jurídico-social assegurada por entidades e organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI – políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o afastamento do convívio familiar, bem como garantir o exercício pleno do direito à convivência familiar e comunitária;

VII – Programa Família Acolhedora, como serviço articulado ao Sistema de Garantia de Direitos, responsável por acolhimento provisório, apoio e preparação para retorno à família de origem ou colocação em família substituta, bem como ações de estímulo à guarda e à adoção, especialmente inter-racial, de crianças maiores, adolescentes, grupos de irmãos, pessoas com deficiência ou com necessidades específicas de saúde;

VIII – políticas, programas e projetos voltados à prevenção integral de situações de vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos.

Parágrafo único. O Município poderá instituir programas, serviços e ações complementares aos previstos neste artigo, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 4º A Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será executada por meio do Sistema de Garantia de Direitos, composto pelas seguintes instâncias, órgãos e serviços:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II – Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III – Plano Municipal e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – entidades, serviços, programas e projetos de atendimento destinados à proteção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, executados pelo Poder Público ou por organizações da sociedade civil, no âmbito das políticas públicas setoriais.

V – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

VI – Rede Municipal de Proteção e Atendimento à Criança e ao Adolescente;

VII – Conselho Tutelar;

VIII – Secretarias Municipais e órgãos correspondentes das esferas estadual e federal, responsáveis por políticas setoriais relacionadas aos direitos da criança e do adolescente;

IX – sistemas jurídico-sociais que atuam na promoção, proteção e defesa de direitos;

X – Defensoria Pública;

XI – Ministério Público.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurada a participação paritária da sociedade civil e do poder público, vinculado diretamente ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social do Município de Turvo, competindo-lhe entre outras atribuições:

I – definir a política municipal de promoção, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento das garantias fundamentais e o princípio da prioridade absoluta em todas as áreas da administração pública;

II – conhecer a realidade local e elaborar o Plano de Ação Anual, estabelecendo prioridades e diretrizes para a política municipal da criança e do adolescente;

III – formular, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a execução de ações, a captação e a aplicação de recursos;

IV – difundir, junto à sociedade, a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento, promovendo o paradigma da proteção integral;

V – captar recursos, gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, elaborar seu plano de aplicação e acompanhar sua execução;

VI – propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do FIA, acompanhando a movimentação e a destinação dos recursos;

VII – definir critérios para celebração de termos de parceria entre o poder público e organizações da sociedade civil voltados ao atendimento de crianças e adolescentes;

VIII – acompanhar o orçamento público destinado à política da criança e do adolescente, nos termos das normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

IX – deliberar sobre a aplicação dos recursos do FIA, conforme Plano de Trabalho e Plano de Aplicação, fiscalizando sua execução;
X – fiscalizar ações governamentais e das organizações da sociedade civil relacionadas ao atendimento, promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do art. 430 da CLT;
XI – proceder ao registro das entidades, serviços, programas e projetos destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias, incluindo:
a) políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho e outras afins;
b) serviços tipificados da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, conforme normativas do SUAS e legislação correlata;
c) programas de orientação e apoio sociofamiliar;
d) medidas socioeducativas em meio aberto e, quando couber, aquelas de semiliberdade e internação;
e) serviço de acolhimento em Família Acolhedora.
XII – fornecer elementos e informações para elaboração da proposta orçamentária municipal e para definição da aplicação de recursos destinados às políticas da criança e do adolescente;
XIII – receber, encaminhar e acompanhar denúncias, representações, petições e queixas relativas à violação de direitos de crianças e adolescentes, adotando as providências necessárias e fiscalizando a atuação dos órgãos competentes;
XIV – regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como adotar todas as medidas necessárias à sua execução;
XV – dar posse aos membros do Conselho Tutelar;
XVI – revisar e atualizar seu Regimento Interno, no mínimo anualmente ou sempre que necessário;
XVII – incentivar a qualificação permanente de profissionais governamentais e da sociedade civil que atuem na política de atendimento a crianças e adolescentes;
XVIII – promover intercâmbio técnico com órgãos públicos, privados, entidades da sociedade civil e organismos nacionais e internacionais;
XIX – participar, acompanhar e deliberar sobre propostas de legislação municipal relacionadas à infância e adolescência, colaborando com o Poder Executivo e o Poder Legislativo;
XX – promover ações de mobilização social e incentivo à participação da comunidade na defesa dos direitos da criança e do adolescente;
XXI – instituir Comissões Temáticas e Intersetoriais necessárias ao desempenho de suas funções, com caráter consultivo e vinculação ao CMDCA;
XXII – publicar suas deliberações e resoluções no órgão oficial do Município, observando os trâmites aplicados aos atos do Poder Executivo;
XXIII – regulamentar e aprovar o Banco de Projetos da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente, possibilitando a captação de recursos, inclusive por meio de doações incentivadas.
§ 1º O CMDCA promoverá, a cada 2 (dois) anos, a reavaliação dos programas em execução destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias, nos termos do art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 8.069/1990.
§ 2º O CMDCA promoverá, a cada 2 (dois) anos, a reavaliação do registro das entidades que atuam no atendimento de crianças, adolescentes e famílias, nos termos do art. 91, §§ 1º e 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 6º O CMDCA será composto por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) representantes governamentais e 6 (seis) representantes não governamentais, cada qual com seu respectivo suplente.
Art. 7º Os representantes governamentais serão indicados dentre servidores das seguintes Secretarias Municipais:
I – Secretaria Municipal de Saúde;
II – Secretaria Municipal de Educação;
III – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;
IV – Secretaria Municipal de Fazenda, Orçamento e Planejamento;
V – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo;
VI – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Engenharia e Urbanismo.
Parágrafo único. Os membros referidos neste artigo serão escolhidos dentre servidores preferencialmente com atuação e/ou formação na área de atendimento à criança e ao adolescente, podendo ser justificadamente substituídos a qualquer tempo, mediante comunicação ao CMDCA.
Art. 8º Os representantes não governamentais serão escolhidos em assembleia entre as organizações da sociedade civil dedicadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, constituídas há pelo menos 1 (um) ano e devidamente registradas no CMDCA, sendo vedada a participação de Conselheiros Tutelares como representantes dessas entidades.
§ 1º Integrarão o CMDCA, na condição de participantes efetivos, sem a qualidade de conselheiros de direito, 4 (quatro) adolescentes representantes, com direito à voz e participação nos processos decisórios, porém sem direito a voto. Os representantes serão escolhidos entre adolescentes vinculados a grupos organizados com finalidade jurídica, política ou social de defesa de direitos.
§ 2º As entidades interessadas em participar do CMDCA deverão encaminhar documentação constitutiva, relatório de atividades e indicação de representante e suplente à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social ou aquela que vier a sucedê-la.
Art. 9º O processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CMDCA será realizado preferencialmente durante a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, podendo ocorrer em evento específico, desde que regulamentado pelo Conselho.

Seção I
Do mandato dos Conselheiros Municipais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Art. 10. O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução das representações, desde que permaneçam atuantes no exercício de suas funções, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.
Parágrafo único. Em caso de vacância, o suplente será nomeado para completar o período restante do mandato.
Art. 11. O mandato do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será declarado extinto antes de seu término quando ocorrer:
I – morte;
II – renúncia;
III – ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses;
IV – doença que exija licença médica superior a 6 (seis) meses;
V – conduta incompatível com a natureza das funções;
VI – mudança de residência para fora do Município de Turvo;
VII – perda do vínculo com o órgão, entidade, organização ou associação que representa;
VIII – condenação, com trânsito em julgado, por crimes ou infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
IX – condenação, com trânsito em julgado, por crimes previstos no Código Penal ou legislação especial;
X – outras hipóteses previstas no Regimento Interno do Conselho.
Art. 12. Em caso de substituição de conselheiro, a entidade, organização, associação ou órgão público que o representa deverá comunicar formalmente o CMDCA, indicando o novo representante.
Art. 13. Perderá a vaga no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a entidade não governamental que:
I – tiver cancelado o registro de seus programas; ou
II – incidir nas hipóteses previstas no inciso III do art. 12 desta Lei.
Art. 14. A participação no Conselho constitui serviço público relevante e não será remunerada.

Seção II
Da estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 15. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reunir-se-á na forma e periodicidade previstas em seu Regimento Interno e contará com a seguinte estrutura organizacional:
I – Mesa Diretiva, composta por:
a) Presidente;
b) Vice-Presidente;
c) Secretário.
II – Comissões Temáticas e/ou Intersetoriais;
III – Plenária;
IV – Secretaria Executiva;
V – Equipe Técnica de Apoio;
VI – Comitê de Ética e Disciplina.

Art. 16. A Mesa Diretiva será eleita pelo plenário do CMDCA, dentre seus membros, nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do mandato, em reunião que conte com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.
§ 1º Compete à Mesa Diretiva conduzir os trabalhos do Conselho, coordenar as reuniões e organizar as pautas das plenárias.
§ 2º A Presidência e a Vice-Presidência serão exercidas de forma alternada por representantes governamentais e não governamentais.
Art. 17. Caberá a Secretaria Municipal ao qual o CMDCA estiver vinculado disponibilizar servidores públicos para compor a equipe técnica e administrativa de apoio, denominada Secretaria Executiva, responsável pela execução das atividades de suporte ao funcionamento do Conselho.
Art. 18. As Comissões Temáticas e Intersetoriais serão constituídas pelos membros titulares e suplentes do CMDCA, observada, sempre que possível, a paridade entre governo e sociedade civil, facultando-se a participação de convidados, técnicos e especialistas.
Parágrafo único. As Comissões Intersetoriais terão caráter consultivo e serão vinculadas ao CMDCA.
Art. 19. A Plenária constitui a instância máxima de deliberação do CMDCA e será composta pelo colegiado de seus membros titulares e suplentes, funcionando nos termos do Regimento Interno.
Art. 20. O Poder Público Municipal assegurará as condições essenciais para o pleno funcionamento do CMDCA, mediante a disponibilização de estrutura física, materiais, equipamentos, recursos humanos e apoio técnico necessários ao desempenho de suas atividades.
Art. 21. O desempenho das funções pelos membros do CMDCA será considerado serviço público relevante, conferindo-lhes prioridade no exercício de suas atribuições, sendo justificadas as ausências decorrentes do cumprimento das atividades do Conselho.

CAPÍTULO IV
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 22. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é instância colegiada de caráter deliberativo, composta por delegados representantes das entidades, movimentos e organizações da sociedade civil diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como por representantes do Poder Executivo, devidamente credenciados, reunindo-se sob coordenação do CMDCA e regida por regimento próprio.
Parágrafo único. A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente obedecerá às diretrizes estabelecidas em seu ato de convocação, bem como às resoluções pertinentes emanadas dos respectivos Conselhos Estadual e Nacional.

CAPÍTULO V
DO PLANO MUNICIPAL E O PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 23. O Município de Turvo deverá instituir o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de natureza intersetorial e caráter quadrienal, e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, de natureza intersetorial e caráter decenal, ambos instrumentos estratégicos de planejamento e gestão da Política Municipal de Atendimento.
I – O Plano Municipal e o Plano Decenal serão elaborados pelo Poder Executivo e coordenados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em parceria com a Rede de Atendimento, e submetidos à apreciação e deliberação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou, na sua ausência, à Plenária do CMDCA.
II – O Plano Municipal e o Plano Decenal deverão integrar o Plano Plurianual (PPA) do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo prioridades, metas, indicadores de monitoramento e alocação de recursos específicos para as políticas de infância e adolescência.
III – O Plano Decenal terá como finalidade primordial orientar as ações governamentais e não governamentais para o período de dez anos, visando ao pleno cumprimento da doutrina da proteção integral.
Art. 24. São diretrizes obrigatórias para a elaboração e execução do Plano Municipal e do Plano Decenal:
I – a consolidação do Sistema de Garantia de Direitos no Município;
II – a prioridade absoluta na alocação de recursos orçamentários para a área da infância e adolescência;
III – a intersetorialidade, garantindo a articulação das políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer e Justiça;
IV – a participação da criança e do adolescente, em especial no processo de escuta e avaliação das políticas;
V – o diagnóstico da realidade local, definindo metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas.
Art. 25. Caberá ao CMDCA, em articulação com o Poder Executivo, o monitoramento, a avaliação e a revisão periódica das ações e metas previstas no Plano Municipal e no Plano Decenal.

CAPÍTULO VI
DAS ENTIDADES, SERVIÇOS E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 26. As entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias, previstos no art. 90 da Lei Federal nº 8.069/1990, bem como, no que couber, as medidas contidas nos arts. 101, 112 e 129 do mesmo diploma legal e no art. 430, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), deverão inscrever-se no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 27. As entidades não governamentais somente poderão iniciar ou manter suas atividades de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias após o devido registro no CMDCA.
§ 1º A entidade interessada em obter registro deverá atender às exigências estabelecidas nas resoluções vigentes do Conselho**.**
§ 2º Será negado o registro à entidade que:
I – não apresentar plano de trabalho compatível com os princípios, diretrizes e objetivos desta Lei;
II – não estiver regularmente constituída, nos termos da legislação civil e tributária aplicável;
III – possuir em seus quadros dirigentes ou profissionais considerados inidôneos;
IV – não se adequar, descumprir ou deixar de observar as resoluções e deliberações aplicáveis à modalidade de atendimento prestado, expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer nível federativo.
§ 3º O registro terá validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao CMDCA reavaliá-lo, no mínimo, anualmente, para fins de renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.
§ 4º O CMDCA regulamentará o processo de inscrição e renovação dos programas de atendimento, definindo fluxos, critérios e documentos necessários, mediante resolução publicada no órgão oficial do Município**.**
§ 5º O CMDCA terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre o pedido de inscrição ou renovação.
Art. 28. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção de suas unidades e pela elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos programas de proteção e dos programas socioeducativos destinados a crianças, adolescentes e suas famílias.
§ 1º Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas deverão estar previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos e entidades privadas das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura, Turismo e outras correlatas, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990.
§ 2º Os programas em execução serão reavaliados pelo CMDCA, no máximo a cada 2 (dois) ano, constituindo critérios para renovação da autorização de funcionamento:
I – o efetivo respeito às regras e princípios desta Lei e às resoluções aplicáveis, expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente;
II – a qualidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados, atestadas, quando couber, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Justiça da Infância e Juventude;
III – nos programas de acolhimento institucional ou familiar, os índices de sucesso na reintegração familiar ou na colocação em família substituta, conforme o caso.
Art. 29. As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão observar integralmente os princípios previstos nos arts. 92 e 93 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 30. As entidades que desenvolvem programas de internação deverão cumprir os princípios estabelecidos no art. 94 da Lei Federal nº 8.069/1990 e na Lei Federal nº 12.594/2012.
Art. 31. Integram, entre outros, o conjunto de entidades, serviços, programas e projetos de atendimento destinados à proteção, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei:
I – o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social;
II – o Programa de Guarda Subsidiada, voltado ao apoio financeiro a famílias extensas ou ampliadas que assumam a guarda de crianças e adolescentes em situação de risco;
III – o Serviço de Escuta Especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observado o disposto na Lei Federal nº 13.431/2017 e normas correlatas;
IV – outros serviços, programas e projetos voltados ao atendimento, proteção, promoção ou defesa de direitos de crianças e adolescentes, instituídos por esta Lei ou por legislação municipal específica e devidamente inscritos no CMDCA.
Parágrafo único. Os serviços, programas e projetos referidos neste artigo serão executados de forma intersetorial, em articulação com a Rede Municipal de Proteção e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, observadas as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação federal pertinente.

Seção I
Do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Art. 32. Disciplina o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, integrante da Política Municipal de Assistência Social, destinado a crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, jovens de 18 a 21 anos já inseridos no serviço, que se encontrem em situação de ameaça ou violação de direitos, nos termos dos arts. 90, 92, 93, 98 e 101 do ECA e do art. 23 da Lei Federal nº 8.742/1993.
§ 1º A permanência de jovens de 18 a 21 anos limita-se aos casos em que já estavam acolhidos, mediante decisão judicial fundamentada.
§ 2º A medida de acolhimento familiar tem prioridade sobre o acolhimento institucional, nos termos do § 1º do art. 34 do ECA.
Art. 33. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social e terá como objetivos:
I – assegurar acolhimento provisório a crianças e adolescentes por famílias previamente habilitadas, garantindo convivência em ambiente familiar e comunitário;
II – oferecer apoio às famílias de origem, visando seu fortalecimento e o retorno seguro dos filhos, sempre que possível;
III – reduzir danos e minimizar o sofrimento decorrente da situação de afastamento familiar;
IV – preparar a criança ou adolescente para reintegração familiar ou colocação em família substituta, quando necessário.
§ 1º A guarda provisória para fins de acolhimento familiar será sempre deferida pelo Juízo da Vara da Infância e Juventude, com apoio técnico das equipes multiprofissionais do serviço.
§ 2º Compete à Vara da Infância e da Juventude manter o cadastro das famílias acolhedoras habilitadas.
Art. 34. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes residentes no Município, mediante determinação judicial.
Art. 35. A manutenção do acolhimento após os 18 (dezoito) anos dependerá de autorização judicial, precedida de parecer técnico das equipes do SAIJ e do Serviço de Acolhimento, considerando o grau de autonomia e a excepcionalidade da medida.
Art. 36. A criança ou adolescente acolhido no Serviço terá assegurado:
I – atendimento prioritário nas áreas de saúde, educação e assistência social;
II – acompanhamento psicossocial contínuo;
III – estímulo à preservação e ao restabelecimento dos vínculos familiares, quando possível;
IV – acolhimento conjunto com seus irmãos, sempre que possível e no melhor interesse da criança ou adolescente.

Subseção I
Dos Órgãos Envolvidos

Art. 37. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ficará vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, sendo executado por serviços públicos e organizações da sociedade civil devidamente inscritas no CMAS e no CMDCA, tendo como principais parceiros:
I – Poder Judiciário;
II – Ministério Público;
III – Conselho Tutelar;
IV – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
V – Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
VI – órgãos da administração pública direta e indireta;
VII – organizações da sociedade civil inscritas no CMDCA;
VIII – instituições de ensino superior públicas e privadas.

Subseção II
Da Inscrição e Seleção das Famílias Acolhedoras

Art. 38. A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será gratuita e realizada mediante preenchimento de Ficha de Cadastro na sede do Serviço, cuja disponibilização será amplamente divulgada no Diário Oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, acompanhada dos seguintes documentos:
I – documento oficial de identificação com foto de todos os membros da família;
II – CPF de todos os membros da família;
III – certidão de casamento, união estável ou certidão de nascimento, conforme o caso;
IV – comprovante de residência;
V – certidão negativa de antecedentes criminais dos membros maiores de idade;
VI – comprovante de atividade remunerada de pelo menos um responsável, por meio de carteira de trabalho, contrato, declaração de autônomo registrada em cartório ou equivalente;
VII – comprovante de rendimento emitido pelo INSS, quando aposentado ou pensionista;
VIII – atestado de saúde física e mental dos responsáveis;
IX – declaração de idoneidade moral;
X – declaração de que nenhum membro da família é dependente de substâncias psicoativas.
Parágrafo único. Consideram-se membros da família todas as pessoas residentes no mesmo imóvel, independentemente de parentesco ou vínculo consanguíneo.
Art. 39. As famílias acolhedoras prestarão serviço de natureza voluntária, não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor, sendo requisitos para a participação no Serviço:
I – responsáveis maiores de 21 anos, sem restrição quanto ao sexo, gênero ou estado civil;
II – concordância expressa de todos os membros da família;
III – residência mínima de 1 (um) ano no Município de Turvo, sendo vedada a mudança de domicílio para outro município durante o período de habilitação e acolhimento;
IV – participação em todas as etapas do processo de habilitação;
V – parecer psicossocial favorável emitido pela equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento.
Parágrafo único. Fica vedada a inscrição de famílias integrantes do Cadastro Nacional de Adoção, salvo situações excepcionais, devidamente regulamentadas por Portaria do Juízo da Vara da Infância e da Juventude.
Art. 40. A seleção das famílias inscritas será realizada mediante Estudo Psicossocial, de responsabilidade da equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
§ 1º O Estudo Psicossocial deverá envolver todos os membros da família e será realizado por meio de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, observação das relações familiares e comunitárias, consultas a bancos de dados públicos e demais diligências necessárias.
§ 2º As famílias que obtiverem parecer psicossocial favorável assinarão Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, o qual será encaminhado ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude para homologação.
Art. 41. A inscrição poderá ser indeferida nas seguintes hipóteses:
I – desistência expressa dos requerentes;
II – descumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei, comprovado mediante Parecer Técnico da equipe interdisciplinar do Serviço.

Subseção III
Das Famílias Habilitadas
Art. 42. As famílias habilitadas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a acolhida, a manutenção e o desligamento das crianças e adolescentes.
§ 1º A preparação das famílias habilitadas compreenderá:
I – orientação direta por meio de visitas domiciliares, entrevistas e atendimentos individualizados;
II – participação em encontros mensais de estudo, formação e troca de experiências entre as famílias acolhedoras, com abordagem sobre:
a) Estatuto da Criança e do Adolescente;
b) dinâmica e fragilidades da família de origem;
c) relações intrafamiliares;
d) guarda como medida protetiva temporária;
e) papel e limites da família acolhedora;
f) demais temas correlatos ao acolhimento familiar;
III – participação em cursos, capacitações e eventos formativos promovidos pelo Serviço;
IV – outras atividades determinadas pela equipe técnica responsável.
§ 2º A preparação e o acompanhamento continuado poderão ocorrer de forma presencial, on-line ou em modalidade híbrida, conforme planejamento da equipe técnica.
Subseção IV
Do Acolhimento
Art. 43. A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ocorrerá exclusivamente mediante determinação da autoridade judiciária competente.
Parágrafo único. A equipe técnica do Serviço de Acolhimento realizará a indicação da família acolhedora mais adequada, considerando o perfil, as necessidades e o melhor interesse da criança ou adolescente, bem como as características e disponibilidades da família previamente habilitada.
Art. 44. As famílias acolhedoras atenderão apenas uma criança ou adolescente por vez, exceto nos casos de grupos de irmãos, mediante avaliação técnica da equipe interdisciplinar.
Parágrafo único. A família acolhedora somente poderá receber nova criança ou adolescente após o desligamento formal do acolhido anterior, salvo previsão excepcional em resolução específica do CMDCA ou determinação judicial.
Art. 45. O encaminhamento da criança ou adolescente à família acolhedora será formalizado mediante Termo de Guarda Provisória, expedido pela Vara da Infância e da Juventude.
Art. 46. Constituem deveres da família acolhedora:
I – assegurar assistência material, moral, educacional, afetiva e de saúde à criança ou adolescente, podendo opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 8.069/1990;
II – participar de todas as etapas de formação, preparação e acompanhamento promovidos pelo Serviço;
III – prestar informações periódicas e sempre que solicitadas à equipe técnica sobre o desenvolvimento e a situação da criança ou adolescente acolhido;
IV – colaborar com a preparação da criança ou adolescente para retorno à família de origem ou extensa, e, quando não for possível, para eventual colocação em família substituta, sempre sob orientação técnica;
V – participar das reuniões, atividades e avaliações convocadas pela equipe responsável pelo Serviço.
Parágrafo único. O descumprimento dos deveres previstos no caput, ou de quaisquer condutas que comprometam direitos fundamentais da criança ou adolescente, ensejará a interrupção do acolhimento, sem prejuízo da aplicação das demais medidas administrativas, cíveis ou penais cabíveis.
Art. 47. Nos casos de inadaptação, a família acolhedora poderá formalizar desistência da guarda, permanecendo responsável pelos cuidados da criança ou adolescente até novo encaminhamento determinado judicialmente.
Art. 48. A transferência da criança ou do adolescente para outra família acolhedora dependerá de avaliação da equipe técnica e prévia autorização judicial, devendo ser realizada de forma planejada e acompanhada por profissionais do Serviço.
Subseção V
Da Gestão do Serviço de Acolhimento
Art. 49. A equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será composta por profissionais disponibilizados pelo Poder Público ou por entidades privadas executoras devidamente inscritas no CMAS e no CMDCA, observada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo formada por:
I – 1 (um) assistente social;
II – 1 (um) psicólogo;
III – 1 (um) assistente administrativo.
§ 1º Cada equipe técnica deverá atender, no máximo, 30 (trinta) famílias, sendo até 15 (quinze) famílias acolhedoras e até 15 (quinze) famílias de origem das crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço.
§ 2º Outros profissionais poderão integrar a equipe, conforme necessidade identificada e disponibilidade da rede socioassistencial.
§ 3º O Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Turvo será coordenado por servidor efetivo vinculado ao SUAS, com formação de nível superior e experiência compatível, indicado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
Art. 50. A coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora compete à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, devendo exercer funções de gestão, supervisão e articulação intersetorial para o pleno funcionamento do serviço.
Art. 51. Compete à equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:
I – avaliar, habilitar e preparar as famílias acolhedoras;
II – realizar o acompanhamento contínuo das famílias acolhedoras, das famílias de origem e das crianças e adolescentes durante o período de acolhimento;
III – prestar suporte técnico à família acolhedora após o desligamento da criança ou do adolescente;
IV – acompanhar os casos em preparação para reintegração familiar ou adoção, em articulação com o Poder Judiciário e demais órgãos da Rede de Proteção;
V – elaborar relatórios técnicos, pareceres e informações solicitadas pela autoridade judiciária, Ministério Público e demais órgãos competentes.
Art. 52. A equipe técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança ou adolescente acolhido e às famílias de origem, contando com o apoio dos demais integrantes da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.
§ 1º O acompanhamento às famílias acolhedoras compreenderá, no mínimo:
I – visitas domiciliares;
II – atendimentos psicossociais;
III – participação nos encontros periódicos de formação e acompanhamento;
IV – outras ações consideradas necessárias pela equipe técnica.
§ 2º O acompanhamento à família de origem, bem como o processo de reintegração familiar, será conduzido pela equipe técnica do Serviço.
§ 3º As visitas entre a criança ou adolescente e sua família de origem ocorrerão em espaço neutro, sob supervisão da equipe técnica.
§ 4º A participação da família acolhedora nas visitas será avaliada em conjunto com a equipe técnica, tendo como parâmetro o melhor interesse da criança ou do adolescente.
§ 5º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, o Serviço fornecerá informações atualizadas sobre a situação da criança ou do adolescente e sobre as possibilidades de reintegração familiar.
§ 6º Independentemente de solicitação, a equipe técnica comunicará ao Juízo, sempre que necessário, fatos relevantes que indiquem risco, mudança significativa no quadro familiar ou inviabilidade da reintegração.
Art. 53. O desligamento da criança ou do adolescente do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ocorrerá exclusivamente por determinação judicial, observados os encaminhamentos necessários ao retorno à família de origem ou extensa, ou à colocação em família substituta.
I – referenciamento da família de origem à rede socioassistencial, visando à prevenção de reincidência da situação que motivou o acolhimento;
II – acompanhamento psicossocial da família acolhedora após o desligamento da criança ou adolescente, quando necessário;
III – orientação e acompanhamento no processo de aproximação entre a família acolhedora e a família de origem ou substituta, sempre que recomendado pela equipe técnica.

Subseção VI
Dos Recursos Financeiros e do Subsídio Financeiro às Famílias

Art. 54. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será financiado com recursos do Município de Turvo, por meio da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, podendo ainda ser custeado com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, bem como repasses estaduais, federais ou de outras fontes legalmente instituídas.

Parágrafo único. Quando a execução do serviço for realizada por entidade privada, esta poderá custeá-lo com recursos próprios e/ou com repasses celebrados mediante Termo de Fomento, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 55. As famílias habilitadas no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, independentemente de sua condição socioeconômica, farão jus ao recebimento de subsídio financeiro mensal por criança ou adolescente acolhido, destinado exclusivamente à cobertura das despesas essenciais de cuidado e manutenção.

I – o subsídio corresponderá a 01 (um) salário mínimo nacional por criança ou adolescente acolhido;

II – quando o período de acolhimento for inferior a 01 (um) mês, o subsídio será pago de forma proporcional aos dias de acolhimento;

III – quando o acolhimento for inferior a 15 (quinze) dias, o valor corresponderá ao período proporcional, acrescido de ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente;

IV – para fins de cálculo do subsídio, a unidade mínima de tempo será de 01 (um) dia, ainda que o acolhimento dure apenas algumas horas;

V – o pagamento será efetuado por transferência bancária em conta indicada pela família acolhedora ou por outra forma autorizada pela Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento.

Art. 56. A criança ou adolescente que demandar cuidados especiais fará jus ao subsídio diferenciado, correspondente a 1,5 (um e meio) salário mínimo, nas seguintes situações comprovadas por atestado médico:

I – usuários de substâncias psicoativas;

II – pessoas vivendo com HIV;

III – pessoas com neoplasias (câncer);

IV – pessoas com deficiência com limitação grave nas atividades da vida diária (AVDs);

V – excepcionalmente, casos de doenças degenerativas ou transtornos psiquiátricos graves, mediante avaliação técnica e parecer especializado.

§ 1º O valor adicional deverá ser destinado prioritariamente às despesas de saúde e cuidados especiais do acolhido.

§ 2º O Município fica autorizado a conceder bolsa-auxílio mensal às famílias acolhedoras, nos termos definidos em regulamento ou instrumento jurídico pertinente.

§ 3º Quando o acolhimento ocorrer em entidade de direito público, o subsídio será custeado com recursos do Município, observadas as dotações orçamentárias da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 57. As crianças e adolescentes acolhidos que sejam beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC ou de qualquer benefício previdenciário terão 30% (trinta por cento) do valor depositado em conta própria, permanecendo o restante sob administração da família acolhedora para atendimento das necessidades do acolhido, salvo determinação judicial em sentido diverso.

Art. 58. A família acolhedora que receber subsídio financeiro e deixar de atender às obrigações estabelecidas nesta Lei deverá restituir os valores recebidos durante o período de irregularidade, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Parágrafo único. A equipe técnica do Serviço poderá aplicar, a cada 6 (seis) meses, instrumentos de reavaliação e monitoramento das famílias acolhedoras, para fins de continuidade e segurança da medida de acolhimento.

Subseção VII
Da Família Acolhedora de Passagem

Art. 59. Fica instituída, no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, a modalidade de Família Acolhedora de Passagem, destinada ao acolhimento emergencial e provisório de crianças e adolescentes em situação de abandono, risco social ou violação de direitos.

§ 1º A Família Acolhedora de Passagem será acionada em situações que demandem afastamento imediato do convívio familiar, antes da definição do encaminhamento definitivo pela autoridade judiciária.

§ 2º O acolhimento nesta modalidade terá caráter excepcional e de curta duração, devendo perdurar apenas pelo tempo necessário à avaliação técnica e definição de medida protetiva adequada.

Art. 60. A Família Acolhedora de Passagem deverá atender aos seguintes requisitos:

I – estar previamente cadastrada e habilitada no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

II – possuir disponibilidade para acolhimento imediato, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados;

III – apresentar condições emocionais e relacionais para lidar com situações emergenciais;

IV – dispor de espaço físico adequado, incluindo ao menos um cômodo com condições de higiene, privacidade e segurança para acolhimento;

V – participar de capacitação específica para atendimento emergencial;

VI – estar vinculada e em acompanhamento contínuo pela equipe técnica do Serviço.

Art. 61. O acolhimento em Família Acolhedora de Passagem será realizado mediante articulação com o Conselho Tutelar, Poder Judiciário e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Parágrafo único. A definição do tempo de permanência e do encaminhamento posterior caberá à autoridade judiciária competente, com base em avaliação técnica.

Art. 62. As famílias habilitadas na modalidade de Família Acolhedora de Passagem poderão receber subsídio financeiro de até R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por diária, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º O subsídio tem caráter indenizatório, destinado ao custeio das despesas decorrentes do acolhimento.

§ 2º O valor poderá variar conforme critérios definidos em regulamento, considerando a duração, complexidade e condições do acolhimento.

§ 3º O recebimento do subsídio não gera vínculo empregatício com o Município.

Subseção VIII
Das Disposições Gerais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Art. 63. As crianças, adolescentes e suas famílias serão encaminhados aos serviços, programas e recursos sociais da comunidade, tais como Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), escolas, colégios, unidades de saúde, serviços socioassistenciais, atividades recreativas, culturais e esportivas, bem como entidades de apoio, conforme avaliação técnica e necessidade identificada.

Art. 64. A família acolhedora não poderá ausentar-se do Município de Turvo com a criança ou o adolescente acolhido sem prévia comunicação à Equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, observadas as orientações técnicas e, quando necessário, a autorização judicial.

Art. 65. A família acolhedora ou extensa poderá usufruir de desconto proporcional no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do imóvel onde reside a criança ou adolescente acolhido, na fração de 1/12 (um doze avos) do tributo devido por mês de acolhimento, podendo alcançar isenção total.

Parágrafo único. O benefício será concedido com base no período de acolhimento apurado no exercício anterior, mediante declaração emitida pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 66. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora contará, para seu adequado funcionamento, com:

I – subsídio financeiro destinado às famílias acolhedoras, nos termos desta Lei;

II – capacitação permanente da equipe técnica e formação continuada das famílias acolhedoras;

III – espaço físico adequado, mobiliário e equipamentos necessários à execução do Serviço;

IV – veículo disponibilizado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social ou pela entidade executora, quando for o caso.

Art. 67. A avaliação periódica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizada pela equipe técnica, por meio de reuniões, monitoramento contínuo e instrumentos de avaliação, verificando o cumprimento dos objetivos, a metodologia adotada, o envolvimento da comunidade e a qualidade da atenção prestada.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e o Conselho Tutelar acompanharão e fiscalizarão o Serviço, devendo encaminhar relatório circunstanciado ao Juízo da Infância e Juventude sempre que verificarem irregularidades.

Art. 68. O Município de Turvo fica autorizado a celebrar convênios, termos de colaboração, termos de fomento e demais ajustes com entidades de direito público ou privado, visando ao desenvolvimento, apoio ou complementação das ações relativas ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Seção II

Da Guarda Subsidiada

Art. 69. Fica instituído, no âmbito do Município, o Programa de Guarda Subsidiada, destinado a crianças e adolescentes de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, que estejam com seus direitos violados ou em situação de risco social e pessoal, no caso em que se fizer necessário o afastamento do convívio com seus genitores ou outros familiares, assegurando-se a inserção em família extensa ou ampliada, com a finalidade de:

I – prevenir ou encerrar o acolhimento familiar ou institucional, favorecendo a permanência em ambiente familiar e comunitário;

II – evitar a separação de irmãos em situação de risco, assegurando sua permanência conjunta sempre que possível;

III – garantir a convivência familiar e comunitária, como direito fundamental da criança e do adolescente;

IV – formalizar legalmente a guarda junto ao Poder Judiciário, quando exercida pela família extensa ou ampliada.

Art. 70. O Programa de Guarda Subsidiada destina-se a complementar o custeio das despesas decorrentes dos cuidados de crianças e adolescentes sob guarda de membros da família extensa ou ampliada, com quem mantenham vínculo de afinidade ou afetividade, e que não disponham de recursos financeiros suficientes para assegurar sua proteção integral.

§ 1º São beneficiários deste Programa as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social cujos pais sejam falecidos, desconhecidos, ausentes, ou tenham sido suspensos ou destituídos do poder familiar, sendo o subsídio financeiro repassado diretamente ao guardião judicial, que será responsável por sua administração.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – família extensa ou ampliada: aquela que ultrapassa o núcleo familiar formado por pais e filhos, abrangendo parentes consanguíneos ou afins, bem como pessoas com as quais a criança ou o adolescente conviva e mantenha vínculos de afinidade ou afetividade;

II – laço afetivo: relação de cuidado, confiança e convivência estável estabelecida entre a criança ou o adolescente e terceiro, ainda que ausente vínculo biológico ou jurídico, desde que caracterizada a interação afetiva e a oferta regular de suporte material, emocional ou social;

III – convivência familiar e comunitária: direito fundamental da criança e do adolescente de se desenvolverem em ambiente que lhes assegure proteção, vínculo afetivo, integração social e estabilidade, considerando a família e a comunidade como espaços essenciais à promoção, defesa e efetivação de seus direitos, nas dimensões física, psíquica, emocional e social.

Subseção I

Critérios Para Inclusão no Programa de Guarda Subsidiada

Art. 71. São requisitos para a inclusão da família no Programa Guarda Subsidiada:

I - situação de abandono, vulnerabilidade e risco à criança ou ao adolescente que necessite de afastamento do convívio com os pais ou responsáveis da família de origem;

II - concessão da guarda da criança ou adolescente, pelo Poder Judiciário, à família extensa guardiã;

III - comprovação de domicílio/residência da potencial família extensa ou ampliada no município de Turvo;

IV - avaliação técnica da potencial família extensa ou ampliada pela equipe do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou pelas equipes das unidades de acolhimento institucional ou familiar do município;

V - potencial família extensa guardiã esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadUnico);

VI - potencial família extensa guardiã com renda per capita familiar inferior a 1/2 salário-mínimo.

§ 1º Caso a família extensa seja constituída por pessoas com deficiência ou com demanda de cuidado continuado a renda familiar per capita pode ser de até 2 (dois) salários-mínimos.

§ 2º Os valores recebidos através do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou do Programa Bolsa Família não devem ser considerados para cálculos da renda familiar per capita

Art. 72. São requisitos para o recebimento e manutenção do subsídio financeiro previsto neste Programa:

I – manter a criança ou o adolescente beneficiário matriculado na rede de ensino e assegurar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);

II – manter atualizada a vacinação da criança ou do adolescente, conforme calendário nacional de imunização;

III – utilizar o valor do benefício exclusivamente para suprir as necessidades da criança ou do adolescente, garantindo-lhes condições adequadas de cuidado, proteção e desenvolvimento;

IV – atender às convocações, orientações e procedimentos de acompanhamento realizados pelas equipes da rede socioassistencial do Município de Turvo.

Subseção II

Do Subsídio

Art. 73. O subsídio financeiro devido à família extensa ou ampliada será de 1/3 salário mínimo vigente por mês por criança ou adolescente sob sua guarda, destinado exclusivamente ao custeio das necessidades essenciais do beneficiário.

Parágrafo único. O subsídio será concedido pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme avaliação técnica da equipe da rede socioassistencial do Município de Turvo, mediante relatório fundamentado.

Art. 74. O pagamento do subsídio será realizado por meio de cartão de pagamento de benefícios sociais ou outro meio eletrônico disponibilizado pela administração municipal, conforme regulamentação.

Art. 75. Para habilitação ao recebimento do subsídio, o titular da guarda deverá apresentar à gestão do Programa os seguintes documentos:

I – documento de identificação (RG), CPF e comprovante de residência;

II – certidão de nascimento da criança ou adolescente e comprovante de vacinação atualizado;

III – cópia do Termo de Guarda provisória ou definitiva concedido pelo Poder Judiciário.

§ 1º O descumprimento das condições previstas nesta Lei implicará suspensão do pagamento no mês subsequente, mediante relatório técnico encaminhado à gestão do Programa.

§ 2º Nos casos de revogação da guarda em período inferior a 1 (um) mês, o subsídio será devido de forma proporcional aos dias de permanência da criança ou do adolescente junto à família guardiã, tomando como base o valor previsto no art. 5º.

Art. 76. O descumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 4º desta Lei acarretará bloqueio automático do subsídio, até a apuração dos fatos e regularização da situação.

Art. 77. O desligamento do Programa ocorrerá quando verificada qualquer das seguintes hipóteses:

I – retorno da criança ou do adolescente ao núcleo familiar de origem;

II – falecimento do guardião;

III – maioridade civil ou emancipação da criança ou do adolescente;

IV – desistência do guardião;

V – mudança de domicílio para outro município pela família guardiã durante a concessão do benefício.

Subseção III

Das Responsabilidades

Art. 78. O Programa de Guarda Subsidiada será coordenado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, responsável pela sua gestão, financiamento, regulamentação complementar, monitoramento e avaliação.

§ 1º A execução e o acompanhamento das famílias beneficiárias serão realizados por equipe técnica da Proteção Social Especial, designada especificamente para esta finalidade, composta por profissionais habilitados, nos termos da legislação do SUAS.
§ 2º Compete à equipe técnica da Proteção Social Especial:
I – realizar avaliação técnica da família extensa ou ampliada candidata ao Programa;
II – acompanhar de forma contínua a família guardiã e a criança ou adolescente beneficiário, com visitas, atendimentos e emissão de relatórios;
III – monitorar o cumprimento das condicionalidades previstas nesta Lei;
IV – comunicar ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar situações que indiquem risco, violação de direitos ou necessidade de revisão da guarda;
V – emitir parecer técnico para prorrogação, suspensão ou desligamento do subsídio;
VI – apoiar a família guardiã no desenvolvimento das competências necessárias ao cuidado e proteção da criança ou adolescente.
§ 3º Cabe à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social:
I – realizar a gestão administrativa e financeira do Programa;
II – promover articulação com o CREAS, CRAS, unidades de acolhimento familiar e demais serviços da Rede de Proteção;
III – garantir a capacitação continuada das equipes envolvidas;
IV – assegurar a publicidade e transparência das ações do Programa, sem violação do sigilo legal.
§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS acompanharão e fiscalizarão a execução do Programa, nos limites de suas atribuições legais.

Seção III
Do Comitê De Proteção Social À Criança E Ao Adolescente
Art. 79. Fica instituído, no âmbito do Município de Turvo, o Comitê de Proteção Social à Criança e ao Adolescente Vítimas ou Testemunhas de Violência, instância permanente de articulação intersetorial, com a finalidade de planejar, coordenar e monitorar as ações da Rede Municipal de Proteção, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017.
Art. 80. Constituem finalidades e atribuições do Comitê de Proteção Social à Criança e ao Adolescente:
I – Articulação e Planejamento Intersetorial:
a) articular, mobilizar, planejar e avaliar as ações da Rede de Proteção, assegurando integração entre os serviços;
b) definir, revisar e atualizar o fluxo municipal de atendimento, evitando sobreposição de tarefas e prevenindo a revitimização;
c) criar grupos de trabalho ou núcleos locais para análise, discussão e encaminhamento de casos de suspeita ou confirmação de violência.
II – Gestão das Reuniões da Rede:
a) articular e coordenar as reuniões mensais da Rede, recebendo previamente as demandas e casos encaminhados pelos articuladores dos serviços locais**;**
b) elaborar a pauta das reuniões, em conjunto com a Secretaria Executiva dos Conselhos, e encaminhá-la aos membros por meio de comunicação formal ou eletrônica;
c) registrar a presença dos participantes e organizar a ordem dos trabalhos;
d) elaborar as atas das reuniões e encaminhá-las aos órgãos competentes, assegurando sua guarda e sigilo.
III – Ética, Sigilo e Compartilhamento de Informações:
a) zelar pela confidencialidade das informações debatidas, garantindo que somente profissionais autorizados tenham acesso aos dados;
b) convidar, quando necessário, profissionais de outras áreas ou instituições para contribuir tecnicamente com a discussão dos casos, mediante preservação do sigilo;
c) estabelecer protocolos seguros de compartilhamento de informações entre os órgãos da Rede.
IV – Produção de Documentos, Comunicação e Suporte Técnico:
a) auxiliar na elaboração de relatórios, ofícios, notas técnicas e documentos decorrentes das ações do Comitê;
b) apoiar tecnicamente os órgãos da Rede para execução do fluxo de atendimento e das medidas protetivas.
§ 1º As atribuições previstas neste artigo não afastam outras responsabilidades inerentes ao Comitê, decorrentes da Lei Federal nº 13.431/2017, do Decreto Federal nº 9.603/2018 e da legislação municipal correlata.
§ 2º Os membros da Rede têm o dever de participar das reuniões, contribuir com a discussão técnica dos casos, propor ações de prevenção e enfrentamento da violência e manter absoluto sigilo sobre todas as informações tratadas, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.
Art. 81. O atendimento intersetorial às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência deverá contemplar, entre outros:
I – acolhimento inicial em ambiente seguro e humanizado;
II – realização de Escuta Especializada por equipe técnica capacitada, quando necessária;
III – atendimento pela rede de saúde, assistência social e demais serviços pertinentes;
IV – comunicação imediata ao Conselho Tutelar, à autoridade policial e ao Ministério Público, conforme o caso;
V – aplicação das medidas protetivas cabíveis, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 82. O Comitê de Proteção Social à Criança e ao Adolescente Vítimas ou Testemunhas de Violência será composto por representantes das seguintes Secretarias:
I – dois técnicos da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;
II – dois técnicos da Secretaria Municipal de Saúde;
III – dois técnicos da Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Os membros do Comitê serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação dos titulares das respectivas Secretarias.
Art. 83. O Comitê reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e, sempre que necessário, mediante convocação de sua coordenação, em caráter extraordinário.
Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas em ata e armazenadas em local próprio, observando-se o sigilo das informações compartilhadas.
Subseção I
Escuta Especializada
Art. 84. A Escuta Especializada é o procedimento de entrevista conduzido por equipe técnica capacitada, no âmbito dos serviços da Rede de Proteção, destinado à colheita de informações sobre situação de violência envolvendo criança ou adolescente, limitado ao estritamente necessário ao cumprimento de sua finalidade protetiva.
Parágrafo único. A Escuta Especializada tem caráter não inquisitivo e não probatório, devendo ser utilizada exclusivamente para fins de proteção social, encaminhamento e cuidado intersetorial.
Art. 85. Durante a Escuta Especializada deverão ser observados, entre outros, os seguintes procedimentos:
I – garantir à criança ou ao adolescente informações claras, compreensíveis e adequadas ao seu estágio de desenvolvimento acerca do atendimento e dos serviços envolvidos;
II – priorizar a coleta de informações junto a profissionais já envolvidos no atendimento, familiares ou responsáveis, evitando repetição desnecessária de relatos;
III – assegurar ambiente acolhedor, que promova liberdade de expressão, evitando perguntas indutivas, invasivas ou alheias aos objetivos da Escuta;
IV – respeitar o princípio da intervenção mínima, limitando a entrevista ao necessário para avaliação de risco, proteção e encaminhamentos;
V – assegurar que a Escuta seja realizada exclusivamente por profissional capacitado para tal finalidade.
Art. 86. Nos casos de suspeita, denúncia ou revelação espontânea de violência, a criança ou adolescente somente poderá ser novamente entrevistado quando estritamente necessário e mediante Escuta Especializada ou Depoimento Especial, conforme § 1º do art. 4º da Lei Federal nº 13.431/2017.
Parágrafo único. Nas situações de violência intrafamiliar, a Escuta Especializada poderá ser realizada sem o prévio conhecimento ou presença de familiares, quando houver risco à integridade da vítima.
Art. 87. O compartilhamento de informações relativas à Escuta Especializada deverá preservar o sigilo de dados pessoais e a integridade da criança ou adolescente.

Parágrafo único. A divulgação ou utilização indevida das informações obtidas sujeitará o responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 88. A Escuta Especializada será realizada por profissionais capacitados do Município de Turvo/PR, indicados pelas Secretarias responsáveis pelas políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, sendo os mesmos que compõem o Comitê De Proteção Social à Criança e ao Adolescente.

§ 1º Os profissionais capacitados comporão a Equipe Municipal de Escuta Especializada, designada por Decreto.

§ 2º A equipe fará jus à gratificação específica, de até R$ 600,00 (seiscentos reais), conforme regulamentação própria a ser estabelecida em Decreto municipal.

§ 3º O Decreto regulamentador definirá fluxos, protocolos, responsabilidades e padrões técnicos de atendimento.

Art. 89. O profissional deverá declarar-se impedido de atuar na Escuta Especializada quando:

I – possuir amizade íntima, inimizade ou vínculo de parentesco, até o terceiro grau, com a criança, adolescente, responsável, suspeito ou autor da violência;

II – tiver prestado atendimento prévio que possa comprometer a imparcialidade da entrevista.

§ 1º Havendo impedimento, a equipe indicará outro profissional capacitado para a realização do procedimento.

§ 2º Na ausência de profissionais disponíveis, o Município poderá estabelecer parcerias com municípios da região para garantir a realização da Escuta Especializada.

Art. 90. A Escuta Especializada deverá ocorrer em local apropriado, acolhedor, com privacidade assegurada e infraestrutura adequada ao atendimento da criança ou adolescente.

Art. 91. As solicitações de Escuta Especializada e os documentos dela decorrentes deverão observar o fluxo intersetorial definido em Decreto municipal específico.

Art. 92. O relatório técnico decorrente da Escuta Especializada é documento sigiloso e confidencial, devendo ser compartilhado somente com órgãos legalmente competentes, preservada a história e a integridade da criança ou adolescente.

Seção IV

Do Fundo Municipal Da Infância E Adolescência - FIA

Art. 93. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA é um instrumento de captação, gestão e aplicação de recursos destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, constituindo mecanismo essencial de financiamento da Política Municipal da Criança e do Adolescente, com fundamento no art. 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e na Lei Federal nº 14.692, de 03 de outubro de 2023.

Parágrafo único. O FIA será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, permanecendo administrativamente vinculado ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, ao qual o CMDCA também está integrado.

Art. 94. Compete ao FIA captar, gerir e aplicar os recursos necessários às ações definidas pelo CMDCA, destinados à execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo constituído pelas seguintes fontes de receita:

I – dotações orçamentárias consignadas pelos poderes públicos;

II – recursos provenientes de entidades nacionais ou internacionais, governamentais ou não governamentais;

III – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

IV – destinações referentes ao Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, conforme legislação específica;

V – legados;

VI – contribuições voluntárias;

VII – rendimentos resultantes de aplicações financeiras de seus recursos;

VIII – produto da venda de materiais, publicações e de eventos promovidos**;**

IX – repasses oriundos dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X – valores decorrentes de multas aplicadas em ações civis públicas ou de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações;

XI – demais recursos que lhe forem destinados por lei, convênios ou instrumentos congêneres.

Subseção I

Captação de Recursos e do Banco de Projetos

Art. 95. Fica instituído o Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Turvo – PR, cuja implantação, organização e regulamentação observarão o disposto nesta Lei e em Resolução específica do CMDCA.

Parágrafo único. A inclusão de projetos no Banco de Projetos constitui autorização para captação de recursos por meio do FIA, destinada à viabilização da execução das iniciativas aprovadas pelo CMDCA.

Art. 96. As doações com possibilidade de dedução do Imposto de Renda, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas conforme a legislação federal, deverão ser efetuadas mediante Documento de Arrecadação Municipal – DAM ou depósito bancário na conta específica do FIA.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Orçamento informar à Receita Federal, por meio da Declaração de Benefícios Fiscais – DBF, o nome, CPF ou CNPJ do doador e o valor da doação, observadas as normas federais vigentes.

Art. 97. As doações poderão ser destinadas a projetos aprovados e inseridos no Banco de Projetos (doações específicas) ou ao FIA-Geral (doações inespecíficas).

§ 1º As doações inespecíficas comporão o montante do FIA-Geral, cuja utilização será deliberada pelo CMDCA, sendo obrigatória a realização de Chamamento Público para repasses às Organizações da Sociedade Civil – OSCs.

§ 2º As doações específicas deverão ser acompanhadas de declaração formal do doador, indicando o projeto contemplado, dentre aqueles listados no sítio eletrônico oficial do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias do segundo mês subsequente à doação.

Art. 98. A possibilidade de doações específicas também se aplica às doações efetuadas via ajuste anual do Imposto de Renda, conforme as normas da Receita Federal.

§ 1º A OSC beneficiária deverá encaminhar ao CMDCA cópia da DARF e comprovante de pagamento, além da declaração de destinação, até o dia 10 (dez) do segundo mês subsequente à doação.

§ 2º As doações recebidas via DARF que não mencionarem projeto específico integrarão o FIA-Geral.

Art. 99. A doação específica poderá financiar total ou parcialmente o projeto escolhido, admitindo-se complementação por outros doadores.

§ 1º Nos casos de doações destinadas a projetos executados por OSCs, o repasse será realizado por meio da celebração de Termo de Fomento, precedido de Chamamento Público promovido pelo Conselho Gestor do FIA.

§ 2º O repasse será efetuado em conta bancária específica e exclusiva do projeto, aberta pela OSC em instituição financeira pública, com isenção de tarifas, conforme Art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 100. Serão obrigatoriamente direcionados ao FIA-Geral os valores:

I – provenientes de rendimentos das aplicações financeiras de doações a projetos, antes da liberação dos recursos à OSC;

II – saldos inferiores a 4 (quatro) salários mínimos federais ao término da validade do projeto no Banco, quando não houver outro projeto da mesma OSC apto ao redirecionamento, no prazo de 90 (noventa) dias;

III – oriundos da extinção da OSC proponente ou encerramento das atividades do projeto aprovado.

Art. 101. O CMDCA publicará anualmente Edital de Chamamento Público para apresentação de propostas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, as quais, quando aprovadas, integrarão o Banco de Projetos do FIA.

§ 1º As propostas deverão ser apresentadas em forma de Plano de Trabalho, acompanhadas da documentação prevista no Edital.

§ 2º Cada proposta deverá possuir valor mínimo equivalente a 3 (três) salários mínimos federais vigentes.

§ 3º Em caso de desistência da OSC, os recursos eventualmente remanescentes poderão ser redirecionados a outro projeto aprovado da mesma entidade, mediante solicitação formal.

§ 4º É admitida a previsão de despesas administrativas no Plano de Trabalho, desde que:

I – expressamente previstas;

II – limitadas a 40% do valor total do objeto;

III – necessárias e proporcionais à execução do projeto.

§ 5º É permitida a remuneração da equipe executora, incluindo pessoal próprio da OSC, conforme Art. 46, I, da Lei Federal nº

13.019/2014, abrangendo todos os encargos trabalhistas e previdenciários pertinentes.

Art. 102. As OSCs poderão incluir em seus Planos de Trabalho despesas com captação de recursos, observados simultaneamente os seguintes limites:

I – até 10% (dez por cento) do valor total do Plano de Trabalho, limitado ao valor efetivamente captado;

II – até R$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º As despesas deverão ser identificadas como remuneração por serviço de captação de recursos, obedecidos os limites deste artigo.

§ 2º O pagamento ocorrerá junto ao repasse da primeira parcela do Termo de Fomento.

Art. 103. Poderão apresentar propostas ao Banco de Projetos as OSCs devidamente registradas no CMDCA e que não estejam impedidas nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e das regulamentações do Município.

§ 1º A OSC proponente deverá ser a executora do projeto.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá prever a retenção de 10% (dez por cento) do subtotal para o FIA-Geral, destinado preferencialmente a projetos governamentais ou, mediante Chamamento Público, a projetos de OSCs.

Art. 104. As propostas apresentadas ao Banco de Projetos deverão estar alinhadas às diretrizes e ações prioritárias estabelecidas no Edital de Chamamento Público, destinadas à execução no território municipal e à efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 105. A inscrição de propostas no Banco de Projetos ocorrerá exclusivamente por meio de Edital de Chamamento Público do CMDCA.

§ 1º Cada OSC poderá manter até 2 (dois) projetos simultaneamente no Banco de Projetos**.**

§ 2º As propostas aprovadas permanecerão aptas à captação de recursos pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período mediante solicitação formal da OSC e deliberação do CMDCA.

Subseção II

Do Orçamento da Criança e Adolescente

Art. 106. A Gestão Municipal implantará o Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA, instrumento destinado a identificar, monitorar e consolidar o montante de recursos públicos previstos e executados no orçamento municipal, destinados à promoção, proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes, com base nas peças orçamentárias vigentes.

Art. 107. Compete ao CMDCA, em relação ao FIA, fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas Resoluções do CONANDA:

I – gerir o FIA em conjunto com o órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;

II – realizar diagnósticos periódicos sobre a situação da infância e adolescência no Município e vinculá-los à deliberação sobre a aplicação dos recursos do FIA;

III – elaborar planos anuais ou plurianuais para utilização dos recursos;

IV – elaborar anualmente o plano de aplicação do FIA;

V – publicar editais estabelecendo procedimentos, critérios e requisitos para aprovação de projetos a serem financiados;

VI – acompanhar e controlar a execução das ações financiadas;

VII – monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos por meio de balancetes, relatórios financeiros e balanço anual;

VIII – divulgar os recursos recebidos e a sua destinação, por projeto aprovado e executado;

IX – acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e os resultados dos projetos financiados;

X – promover ações destinadas à ampliação da captação de recursos;

XI – criar, organizar e viabilizar o Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA.

Art. 108. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA constitui unidade orçamentária vinculada ao orçamento geral do Município, sendo o CMDCA o gestor de sua aplicação, em conjunto com o órgão gestor da Política de Assistência Social.

§ 1º Os recursos do FIA serão administrados conforme plano de aplicação elaborado pelo CMDCA, com apoio de junta executiva prevista nesta Lei, integrando o orçamento municipal.

§ 2º Para atender às necessidades operacionais do FIA, o órgão gestor da Assistência Social poderá utilizar a estrutura dos Departamentos de Compras e Licitações e demais setores da Administração, conforme determinação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 109. A Junta Executiva do FIA será composta por 03 (três) servidores(as) da Administração Pública Municipal e pelo(à) Presidente do CMDCA, competindo-lhe:

I – registrar os recursos orçamentários próprios e os recebidos por transferências estaduais ou federais;

II – registrar os recursos captados por convênios, doações e destinações ao FIA;

III – manter controle escritural das aplicações financeiras realizadas;

IV – executar o plano de aplicação aprovado pelo CMDCA;

V – administrar os recursos destinados aos serviços, programas e projetos de atendimento;

VI – requisitar os serviços operacionais necessários à execução orçamentária e financeira, junto aos departamentos vinculados ao órgão gestor da assistência social.

§ 1º Os recursos do FIA poderão ser destinados a campanhas, pesquisas, estudos e capacitações voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A Junta Executiva terá a seguinte composição:

I – Presidência: exercida pelo Gestor Municipal da Política de Assistência Social;

II – Tesouraria: exercida por servidor municipal com conhecimento em finanças públicas;

III – Membro: o Contador Geral do Município;

IV – Acompanhamento: pelo Presidente do CMDCA, com atribuição fiscalizatória.

Art. 110. A operacionalização do FIA será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O FIA deverá prestar contas mensalmente ao CMDCA e às entidades governamentais que lhe repassem recursos, devendo, ainda, apresentar o balanço anual para publicação no órgão oficial do Município.

Seção V

Da Rede Municipal de Proteção e Atendimento à Criança e ao Adolescente

Art. 111. A Rede de Proteção da Criança e do Adolescente do Município de Turvo, é regida pelos princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, do Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e demais normas pertinentes.

Art. 112. A Rede de Proteção da Criança e do Adolescente tem por objetivos:

I – estabelecer fluxos e protocolos de atendimento e de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;

II – atuar na promoção, defesa e efetivação dos direitos da criança e do adolescente de forma integrada e intersetorial;

III – desenvolver ações de prevenção e redução das violências contra crianças e adolescentes, mediante sensibilização da comunidade, com ênfase em acolhimento, orientação e estímulo à denúncia;

IV – fomentar a implementação e o fortalecimento de serviços públicos e iniciativas comunitárias voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias;

V – discutir, em âmbito intersetorial, casos e situações de violação de direitos, propondo e articulando ações para prevenir, amenizar e/ou resolver as situações identificadas nas diversas áreas de atendimento.

Parágrafo único. Os servidores públicos que integram a rede deverão ser liberados por suas chefias imediatas para participação nas reuniões e atividades formativas da Rede.

Art. 113. A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente será composta por representantes dos seguintes órgãos, entidades e serviços, com 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente cada:

I – Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social;

II – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Equipe Sede);

III – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (Equipe Volante);

IV – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

V – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

VI – Secretaria Municipal de Educação;

VII – Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação;
VIII – Equipe de Assistência Social e Psicologia da Secretaria Municipal de Educação;
IX – Centro Municipal de Educação Infantil João Adolfo Barendse – Sede;
X – Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Ancila – Sede;
XI – Centro Municipal de Educação Infantil Vó Luiza – Sede;
XII – Centro Municipal de Educação Infantil Semente do Amanhã – Distrito Faxinal da Boa Vista;
XIII – Escola Municipal Frida Rickli Naiverth – Sede;
XIV – Escola Municipal Elias Abrahão – Sede;
XV – Escola Municipal João Miguel Maia – Distrito Faxinal da Boa Vista;
XVI – Escola Municipal do Campo Infância Feliz – Passa Quatro**;**
XVII – Escola Municipal do Campo Santa Anita – Saudade;
XVIII – Colégio Estadual do Campo Luiz Andrade – Passa Quatro;
XIX – Colégio Estadual Faxinal da Boa Vista – Faxinal da Boa Vista;
XX – Colégio Estadual Professores Edvaldo e Maria Janete Carneiro – Sede;
XXI – Colégio Estadual Cívico-Militar Edite Cordeiro Marques – Sede;
XXII – Colégio Estadual Indígena Cacique Otávio dos Santos – Comunidade Indígena Kaingang;
XXIII – Escola Estadual Indígena Arandu Pyahu – Comunidade Indígena Guarani;
XXIV – Secretaria Municipal de Saúde;
XXV – Clínica de Reabilitação do Município – Sede;
XXVI – Unidade Básica de Saúde Iracy Aparecida de Campos**;**
XXVII – Unidade Básica de Saúde Jardim Filadélfia;
XXVIII – Unidade Básica de Saúde Faxinal da Boa Vista;
XXIX – Estratégia de Saúde da Família – ESF Passa Quatro;
XXX – Estratégia de Saúde da Família – ESF Saudade;
XXXI – Estratégia de Saúde da Família – ESF Cachoeira dos Turcos;
XXXII – Estratégia de Saúde da Família – ESF Mini Posto Marrecas;
XXXIII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Turvo;
XXXIV – Associação Nossa Senhora Aparecida de Turvo, mantenedora do Hospital Bom Pastor;
XXXV – 1 (um) representante governamental do CMDCA;
XXXVI – 1 (um) representante não governamental do CMDCA;
XXXVII – 5 (cinco) representantes titulares do Conselho Tutelar;
XXXVIII – Divisão de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação**;**
XXXIX – Divisão de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação;
XL – Cada Serviço de Acolhimento Familiar existente no Município.
Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das reuniões, sempre que necessário, representantes de outros órgãos e entidades que atuem direta ou indiretamente com crianças e adolescentes no Município.
Art. 114. Os membros da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente serão nomeados por Decreto do Poder Executivo.
Art. 115. As reuniões ordinárias da rede ocorrerão, preferencialmente, com periodicidade mensal, sob coordenação do Comitê de Proteção Social à Criança e ao Adolescente, responsável por articular e organizar os trabalhos.
Art. 116. Poderão integrar a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, na qualidade de membros honorários, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Polícia Militar, Polícia Civil, Núcleo Regional de Educação, Secretaria de Estado responsável pela área de Justiça, Família e Trabalho, e outros órgãos afins.
Art. 117. A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente contará com Regimento Interno, aprovado em reunião própria, para regulamentar seu funcionamento e organização.
§ 1° Todos os membros da rede deverão pautar suas ações e deliberações pelos princípios e direitos assegurados às crianças e aos adolescentes pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
§ 2º É dever de todos os integrantes da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente manter o sigilo e a confidencialidade das informações, documentos e dados manipulados no exercício de suas funções, especialmente aqueles que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem da criança, do adolescente e de suas famílias, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal, na forma da legislação vigente.

Seção VI
Do Conselho Tutelar
Subseção I
Da Organização e da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 118. O Município de Turvo reconhece o Conselho Tutelar como órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069/1990, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social ou aquela que vier a sucedê-la.
Art. 119. A Lei Orçamentária Anual deverá contemplar dotação específica destinada à manutenção, ao funcionamento, ao processo de escolha dos membros, à formação continuada e às demais ações essenciais ao pleno exercício das funções do Conselho Tutelar.
§ 1º Para os fins do caput, deverão ser observadas, entre outras, as seguintes despesas:
I – manutenção da infraestrutura física e administrativa necessária ao adequado funcionamento do órgão;
II – oferta de formação inicial e continuada aos membros do Conselho Tutelar;
III – pagamento de diárias e demais despesas inerentes ao exercício de suas atribuições, quando houver;
IV – disponibilização de espaço próprio e adequado para a sede do Conselho Tutelar, por meio de aquisição ou locação, bem como sua manutenção;
V – disponibilização de veículo adequado, permanente e exclusivo para o exercício das funções, incluída sua manutenção, abastecimento, seguros e demais custos operacionais, além da garantia de segurança patrimonial da sede.
§ 2º O Conselho Tutelar poderá requisitar, com a urgência necessária, serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social e demais políticas setoriais, nos termos da Lei Federal nº 8.069/1990, especialmente os parágrafos do art. 4º e a alínea "a" do inciso III do art. 136.
§ 3º É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA para quaisquer despesas relacionadas à manutenção, funcionamento, remuneração, estrutura física ou custeio do Conselho Tutelar.

Subseção II
Das atribuições do Conselho Tutelar

Art. 120. São atribuições do Conselho Tutelar:
I - atender e aplicar as medidas de proteção a crianças e adolescentes nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
II - atender e aconselhar os pais ou o responsável, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129 do ECA;
III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:
a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
IV - representar à autoridade policial, efetuando o boletim de ocorrência (B.O.) quando necessário, ou requisitando a instauração de inquérito, nas hipóteses de notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente;
V - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou adolescente;
VI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
VII - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do art. 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;
VIII - expedir notificações;
IX - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
X - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
XI - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar (Ajuste de termo);
XIII - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
XIV - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;
XV - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;
XVI - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;
XVII - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
XVIII - representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas já concedidas;
XIX - representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;
XX - tomar as providências cabíveis, na esfera de sua competência, ao receber comunicação da ocorrência de ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
XXI - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciantes relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;
XXII - representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Subseção III
Dos Deveres, Vedações e Impedimentos Funcionais dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 121. São deveres dos membros do Conselho Tutelar:
I - desempenhar as atribuições inerentes as suas funções;
II - manter conduta pública e particular ilibada;
III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
IV - agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado as exigências de sua função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando todos com urbanidade, decoro e respeito;
V - obedecer aos prazos regimentais para as manifestações e exercício de suas atribuições;
VI - comparecer a sessões deliberativas do Conselho Tutelar;
VII - desempenhar suas funções com zelo, presteza, dedicação e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função;
VIII - adotar nos limites de suas atribuições medidas cabíveis, em face a irregularidade no atendimento da criança e do adolescente e familiares;
IX- prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;
X – identificar-se em suas manifestações funcionais;
XI – condução/direção dos veículos no exercício de todas as suas atribuições;
XII – zelar pelo veículo, bem como encaminhar para a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, as solicitações de abastecimentos e manutenções necessárias dentro dos prazos adequados e orientados pelo Departamento de Frotas do Município de Turvo/PR;
XIII – as eventuais despesas de locomoção de sua residência ao local de trabalho.

Art. 122. É vedado aos membros do Conselho Tutelar:
I – receber a qualquer título e sob pretexto, vantagens pessoais de qualquer natureza;
II – receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
III– exercer outra atividade, ainda que haja compatibilidade de horário, sob pena de perda do mandato;
IV – utilizar-se do cargo de conselheiro para o exercício de propaganda e de atividade política partidária;
V – ausentar-se da sede física do Conselho Tutelar salvo quando no exercício de sua função;
VI – opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
VII – delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja sua responsabilidade;
VIII– valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
IX – proceder de forma desidiosa;
X – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com suas funções e com o horário de trabalho;
XI – deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais, referentes a aplicação de medidas protetoras, a criança e adolescente, pais ou responsáveis, previstas na Lei Federal Nº 8.069/1990 em especial as contidas nos artigos 101 a 129.
XII – usar o veículo do Conselho Tutelar para fins particulares;
XIII – descumprir os deveres funcionais mencionados no estatuto dos servidores públicos do Município de Turvo.

Art. 123. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:
I – a situação envolver cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
a) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
b) algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar de seu cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau;
c) tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.
II - o membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.
III- qualquer interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido nas hipóteses deste artigo.

Subseção IV
Do funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 124. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso à população, disponibilizado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, devendo contar com instalações físicas adequadas, acessíveis e que garantam atendimento individualizado, reservado e sigiloso.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social poderá disponibilizar equipamentos, materiais, veículos e servidores de seu quadro para apoio às atividades do Conselho Tutelar, observada a conveniência administrativa.
Art. 125. O horário de funcionamento do Conselho Tutelar será das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, acompanhando o horário de atendimento dos demais órgãos públicos municipais.
Parágrafo único. É obrigatório o controle da jornada dos membros do Conselho Tutelar, devendo estes registrar diariamente suas entradas e saídas no sistema de Registro Eletrônico de Ponto, o qual deverá ser posteriormente vistado pelo órgão gestor da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
Art. 126. O regime de sobreaviso dos Conselheiros Tutelares do Município de Turvo fica disciplinado na forma desta Lei.
§ 1º Haverá escala de sobreaviso durante o horário de almoço e no período noturno, compreendendo das 12h às 13h e das 17h às 8h, de segunda a sexta-feira, devendo o atendimento ocorrer mediante acionamento telefônico de emergência.

§ 2º Haverá escala de sobreaviso para fins de semana e feriados, organizada pelo Presidente do Conselho Tutelar e aprovada pelo colegiado.
§ 3º O período de sobreaviso previsto nos §§ 1º e 2º garantirá ao Conselheiro um dia de folga para cada dia de sobreaviso cumprido, exceto o sobreaviso de final de semana, que será contabilizado como apenas 1 (um) dia, a ser usufruído na mesma semana ou na subsequente, sendo vedado o acúmulo de folgas**.**
§ 4º O Presidente do Conselho Tutelar encaminhará mensalmente a escala de sobreaviso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
§ 5º Compete ao CMDCA fiscalizar o cumprimento do horário de funcionamento e das escalas de sobreaviso do Conselho Tutelar.
Art. 127. O Regimento Interno do Conselho Tutelar deverá estabelecer normas de organização e funcionamento que garantam o pleno desempenho das funções institucionais, assegurando que cada Conselheiro cumpra jornada semanal de 40 (quarenta) horas.
§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar estão sujeitos à mesma carga horária semanal e aos mesmos períodos de sobreaviso, sendo vedado tratamento desigual entre os Conselheiros.
§ 2º O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, realizará reunião ordinária semanal, com a presença de todos os Conselheiros, para estudos, análises e deliberações sobre os atendimentos realizados, devendo todas as discussões ser registradas em ata, sem prejuízo do atendimento ao público.
Art. 128. O atendimento aos indivíduos que buscarem o Conselho Tutelar será realizado pelo Conselheiro disponível no momento, independentemente de atendimentos anteriores terem sido conduzidos por outro membro.
Parágrafo único. É assegurado ao indivíduo atendido o direito de solicitar a substituição do Conselheiro de referência, cabendo ao colegiado do Conselho Tutelar deliberar sobre o pedido.
Art. 129. Compete ao Conselho Tutelar a aprovação do seu Regimento, devendo encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Ministério Público, a fim de oportunizar a estes órgãos a apreciação e o envio de propostas de alteração, para posterior publicação no Órgão Oficial do Município.
Parágrafo único. O regimento interno não poderá exceder os limites das previsões contidas na Lei Federal Nº 8.069/1990, nesta lei e outras de hierarquia superior.
Art. 130. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.
§ 1° As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os finais de semana e horários noturnos, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação;
§ 2° As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho;
§ 3° Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto na legislação local;
§ 4º É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.
§ 5º Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros;
§ 6º Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas;
Art. 131. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas conforme disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990.
Art. 132. Cabe à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social assegurar ao Conselho Tutelar os meios necessários para a sistematização, registro e gestão das informações relativas às suas demandas, utilizando como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA.
§ 1º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA definir o plano de implantação, acompanhamento e atualização do SIPIA no âmbito do Conselho Tutelar.
§ 2º O Conselho Tutelar encaminhará relatório mensal ao CMDCA, ao Ministério Público e, quando solicitado, ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude, contendo síntese das atividades realizadas, das demandas recebidas e das deficiências identificadas na implementação das políticas públicas, de modo a subsidiar deliberações e estratégias para o aprimoramento da rede de proteção.
§ 3º Os órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes no Município deverão cooperar com o Conselho Tutelar, auxiliando na coleta de informações e no fornecimento de dados que subsidiem o monitoramento das demandas e deficiências das políticas públicas, para encaminhamento ao CMDCA.

Subseção V

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 133. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR será regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante Resolução própria, observadas as normas da Lei Federal nº 8.069/1990 e as seguintes diretrizes:
I – a escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;
II – a eleição será realizada por sufrágio universal e direto, mediante voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Turvo;
III – todas as regras do processo de escolha, requisitos de candidatura, critérios de participação, formas de divulgação, condutas permitidas e vedadas, bem como sanções, deverão constar de edital publicado no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data do pleito, devendo ser também afixado em locais de grande circulação;
IV – serão admitidas exclusivamente candidaturas individuais, sendo vedada a formação de chapas;
V – o Ministério Público fiscalizará todas as etapas do processo de escolha;
VI – a posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente à escolha;
VII – somente serão admitidos candidatos que comprovem o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei Federal nº 8.069/1990;
VIII – a divulgação institucional do processo de escolha deverá promover orientações sobre o papel do Conselho Tutelar e a importância da participação cidadã, conforme o art. 88, inciso VII, da Lei Federal nº 8.069/1990;
IX – é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem de qualquer natureza, ainda que de pequeno valor.
Art. 134. O CMDCA constituirá comissão especial eleitoral, composta de forma paritária entre representantes governamentais e não governamentais, responsável pela condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
§ 1º O Ministério Público será notificado, com antecedência mínima razoável, de todas as reuniões deliberativas da comissão especial eleitoral e do CMDCA, bem como de todas as decisões tomadas e incidentes ocorridos ao longo do processo.
§ 2º A composição, a organização e as atribuições da comissão especial eleitoral constarão integralmente da resolução regulamentadora do processo de escolha.
§ 3º Compete à comissão especial eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação preliminar dos inscritos, facultando-se a qualquer cidadão apresentar impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, instruída com elementos probatórios.
§ 4º Em caso de impugnação, caberá à comissão especial eleitoral:
I – notificar o candidato para apresentar defesa;
II – realizar reunião para apreciação da impugnação, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, solicitar documentos e determinar diligências;
§ 5º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá em caráter extraordinário para decisão célere e definitiva.

§ 6º Concluída a fase recursal, a comissão especial eleitoral publicará a relação dos candidatos habilitados, encaminhando cópia ao Ministério Público.
Art. 135. Compete ainda à comissão especial eleitoral:
I – realizar reunião para comunicação formal das regras da campanha aos candidatos habilitados, que assinarão termo de compromisso quanto à sua observância;
II – receber e processar denúncias ou notícias de violação das regras de campanha;
III – decidir, em primeira instância administrativa, incidentes e impugnações ocorridas no dia da votação;
IV – providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo aprovado;
V – definir e divulgar os locais de votação;
VI – selecionar os mesários, escrutinadores e suplentes, preferencialmente dentre servidores municipais, procedendo à sua orientação prévia;
VII – solicitar à Polícia Militar apoio para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;
VIII – divulgar imediatamente o resultado oficial da votação após a apuração;
IX – resolver os casos omissos, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 136. Serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, que serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Os demais serão considerados suplentes, obedecida a ordem decrescente de votação.

Subseção VI
Das Inscrições dos Candidatos a Conselheiro Tutelar

Art. 137. Para inscrever-se como candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar, o interessado deverá comprovar:
I - estar no pleno gozo dos direitos políticos;
II - possuir idoneidade moral reconhecida;
III - ter idade mínima de 21 (vinte e um) ano**s;**
IV - residir no Município de Turvo há pelo menos 2 (dois) anos;
V – ser aprovado na primeira etapa do processo de escolha, consistente em prova escrita, devendo alcançar no mínimo 70% (setenta por cento) de acertos, conforme conteúdo programático previamente definido em edital;
VI – não ter cumprido pena criminal, por sentença transitada em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos;
VII – não ter sido condenado, nos últimos 5 (cinco) anos, em processo administrativo regular, às penalidades de advertência, multa, destituição, demissão ou cassação de aposentadoria**;**
VIII – caso seja membro do CMDCA, requerer seu afastamento no ato da inscrição.
Art. 138. O processo de escolha somente ocorrerá se houver, no mínimo, 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.
§ 1º Se o número mínimo não for alcançado, o CMDCA poderá suspender o processo e reabrir prazo para novas inscrições, sem prejuízo da data de posse dos novos conselheiros.
§ 2º O CMDCA deverá adotar medidas para ampliar o número de candidatos, garantindo representatividade e número adequado de suplentes.
§ 3º Esgotadas as tentativas de obtenção de 10 (dez) candidatos habilitados, poderá ser flexibilizado o requisito do inciso V do art. 76, admitindo-se candidatos com ensino técnico; persistindo a insuficiência, poderão ser admitidos candidatos com ensino médio completo, assegurando-se o mínimo de 10 (dez) candidatos.
Art. 139. O processo de habilitação dos candidatos, incluindo fases de inscrição, análise documental, impugnações, defesas, recursos, homologações e demais atos procedimentais, será regulamentado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante Resolução e Edital específicos, observadas as diretrizes desta Lei e da Lei Federal nº 8.069/1990.
Art. 140. Caberá à Comissão Especial Eleitoral, instituída pelo CMDCA, executar e conduzir todas as etapas do processo de escolha, nos termos da Resolução Regulamentadora e do Edital.
Parágrafo único. A Comissão encaminhará ao Ministério Público a relação de todos os inscritos, para as providências do art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e assegurará o exercício do contraditório e da ampla defesa nas impugnações eventualmente apresentadas.
Art. 141. O CMDCA publicará, no órgão oficial do Município, a relação dos candidatos habilitados, conforme critérios definidos no Edital e na Resolução que regulamentarem o processo de escolha.
Art. 142. O Edital do processo de escolha deverá disciplinar no mínimo:
I – os prazos para impugnações, defesas e recursos;
II – as formas de divulgação e intimação dos candidatos;
III – os critérios de análise pela Comissão Especial Eleitoral;
IV – o procedimento de julgamento das impugnações e recursos;
V – a forma de homologação final dos candidatos aptos ao pleito.

Subseção VII
Do Processo Eleitoral

Art. 143. O candidato devidamente inscrito nos termos desta Lei realizará prova eliminatória de conhecimentos, contendo conteúdos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), noções básicas de informática e esta Lei Municipal, sendo considerado habilitado para a etapa de votação aquele que obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos.
Art. 144. A votação ocorrerá em locais definidos pela Comissão Especial Eleitoral, garantidas a acessibilidade, a publicidade e a segurança do processo.
§ 1º As cédulas serão confeccionadas pela Comissão Especial Eleitoral, com mecanismos que assegurem sua autenticidade.
§ 2º Cada eleitor poderá escolher e votar em apenas 1 (um) candidato dentre aqueles constantes na lista final de candidatos habilitados.
§ 3º Nas cabines de votação serão afixadas listas contendo o nome, foto, número e eventual codinome dos candidatos, conforme modelo aprovado pela Comissão Especial Eleitoral.
Art. 145. Encerrada a apuração, o resultado oficial será publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no órgão oficial do Município, contendo a relação dos candidatos e o respectivo número de votos.
§ 1º Serão considerados escolhidos os 5 (cinco) candidatos mais votados, sendo os demais classificados como suplentes, pela ordem decrescente de votação.
§ 2º Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.
§ 3º Os suplentes serão convocados pelo CMDCA nas hipóteses de férias, licenças, afastamentos ou impedimentos do titular por período igual ou superior a 15 (quinze) dias, bem como nos casos de vacância do cargo.
§ 4º Na vacância definitiva, assumirá o suplente imediatamente subsequente na ordem de votação.
§ 5º Caso dois membros da mesma família sejam classificados entre os cinco primeiros colocados, e havendo impedimento para exercício simultâneo, assumirá o mais votado; o outro permanecerá como primeiro suplente, somente podendo assumir na hipótese de desistência ou vacância do parente.
§ 6º Interrompido o mandato por qualquer motivo, será convocado o suplente imediatamente subsequente, observado o disposto no § 5º.
§ 7º A posse dos conselheiros tutelares será realizada perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos estabelecidos nesta Lei e na Resolução Regulamentadora do processo de escolha.
§ 8º Havendo apenas 2 (dois) ou menos suplentes disponíveis, o CMDCA iniciará imediatamente processo de escolha suplementar**.**
§ 9º Caso haja necessidade de processo de escolha suplementar nos 2 (dois) últimos anos do mandato, a escolha poderá ser realizada de forma indireta pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, constituído em colégio eleitoral, observadas as demais normas desta Lei, podendo ser reduzidos os prazos do procedimento.

Subseção VIII
Do Mandato e da Posse dos Conselheiros Tutelares

Art. 146. O Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros titulares, eleitos para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução mediante participação em novo processo de escolha, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069/1990.
Art. 147. Os conselheiros tutelares eleitos, titulares e suplentes, deverão participar de processo de capacitação específico sobre a legislação aplicável, atribuições da função e rotinas de trabalho, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente – CMDCA antes da posse, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 1º O candidato eleito que não cumprir a frequência mínima exigida no processo de capacitação, ou que deixar de participar do curso, será impedido de tomar posse, sendo convocado o suplente subsequente que tenha integralmente cumprido as exigências formativas.

§ 2º O conselheiro reeleito, bem como aquele que já tenha exercido mandato anterior, também deverá participar obrigatoriamente da capacitação prévia, em razão da necessidade de atualização contínua e aprimoramento das práticas de atendimento.

Art. 148. O exercício da função de Conselheiro Tutelar constitui serviço público relevante, conferindo presunção de idoneidade moral.

Subseção IX

Da Autonomia do Conselho Tutelar e de sua Articulação Institucional

Art. 149. O Conselho Tutelar possui autoridade para adotar providências e aplicar medidas de proteção previstas na legislação vigente, atuando em nome da sociedade para cessar ameaças ou violações aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 150. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições estabelecidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 151. A atuação do Conselho Tutelar deve priorizar soluções efetivas, céleres e desburocratizadas para os casos atendidos, promovendo a desjudicialização sempre que possível, respeitadas as hipóteses previstas nos incisos III, alínea b, IV, V, X e XI do art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo de sua atuação não impede a comunicação ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público quando necessário.

Art. 152. As decisões do Conselho Tutelar, proferidas no âmbito de suas atribuições legais, possuem eficácia plena e são de execução imediata.

§ 1º Em caso de discordância, o destinatário da decisão, ou qualquer interessado, poderá requerer sua revisão ao Poder Judiciário, nos termos do art. 137 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista judicialmente, a decisão deve ser cumprida integralmente, sob pena de incidência na infração administrativa prevista no art. 249 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 153. O Conselho Tutelar articulará suas ações com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil responsáveis pela execução das políticas de atendimento, visando agilizar o fluxo de encaminhamentos e o atendimento das demandas das crianças, adolescentes e suas famílias.

Parágrafo único. A articulação incluirá, sempre que necessário, contato direto com a Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 154. O Conselho Tutelar exerce suas atribuições com autonomia funcional, não se subordinando ao CMDCA, com o qual deve manter relação de cooperação e parceria institucional.

§ 1º Qualquer ato que atente contra a autonomia do Conselho Tutelar deverá ser comunicado pela Presidência às autoridades competentes, para apuração da conduta e adoção das medidas legais cabíveis.

§ 2º O CMDCA deverá ser informado sobre as situações mencionadas no § 1º, a fim de acompanhar a apuração e zelar pelo regular funcionamento do sistema de garantia de direitos.

Art. 155. O exercício da autonomia institucional não exime os membros do Conselho Tutelar do cumprimento das obrigações funcionais, administrativas e legais perante o órgão ao qual estão vinculados.

Art. 156. É vedado o exercício das atribuições do Conselho Tutelar por pessoas que não tenham sido escolhidas pela comunidade por meio do processo de escolha regulamentado nos termos da legislação vigente.

Subseção X

Dos Princípios e Cautelas no Atendimento Realizado pelo Conselho Tutelar

Art. 157. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar observará as normas e princípios previstos na Constituição Federal, na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto nº 99.710/1990), nas Resoluções do CONANDA e demais normas aplicáveis, especialmente:

I – o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II – a proteção integral e a prioridade absoluta;

III – a responsabilidade compartilhada entre família, comunidade, sociedade e Poder Público pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente;

IV – a municipalização das ações de proteção e atendimento;

V – o respeito à intimidade, privacidade e imagem da criança e do adolescente;

VI – a intervenção precoce, desde o primeiro conhecimento da situação de risco;

VII – a intervenção mínima das autoridades, privilegiando soluções menos invasivas;

VIII – a proporcionalidade e a atualidade das medidas protetivas;

IX – o fortalecimento da responsabilidade parental;

X – a prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança ou adolescente à família natural ou extensa, ou, quando não possível, à família substituta;

XI – o direito à informação adequada e acessível à criança, ao adolescente e aos responsáveis, segundo a capacidade de compreensão de cada um;

XII – a oitiva e participação da criança e do adolescente em todos os atos do atendimento, respeitada sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, garantindo-se que sua opinião seja considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 158. No atendimento a crianças e adolescentes pertencentes a comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas ou outros grupos culturalmente diferenciados, o Conselho Tutelar deverá:

I – submeter o caso, quando cabível, à análise de organizações sociais reconhecidas pela comunidade e de órgãos públicos especializados;

II – considerar e respeitar sua identidade sociocultural, tradições, formas de organização interna e lideranças, desde que compatíveis com os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 159. Verificada irregularidade em entidade ou programa fiscalizado, nos termos do art. 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar comunicará o fato imediatamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis.

Art. 160. Para a execução de suas atribuições legais, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I – no recinto das sessões do CMDCA;

II – nas dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III – nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes;

IV – em qualquer recinto público ou privado onde haja crianças ou adolescentes, resguardada a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Quando necessário ao cumprimento de suas atribuições, o Conselheiro Tutelar poderá requisitar apoio dos órgãos de segurança pública, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta.

Art. 161. Em todos os atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar deverá ser preservada a identidade, a imagem e os dados pessoais da criança ou adolescente.

§ 1º O Conselheiro Tutelar poderá abster-se de prestar informações públicas sobre casos atendidos, em razão do dever legal de sigilo.

§ 2º O Conselheiro Tutelar é responsável civil, administrativa e criminalmente pelo uso indevido de informações e documentos obtidos no exercício de suas funções.

§ 3º A responsabilidade prevista neste artigo estende-se aos servidores e auxiliares colocados à disposição do Conselho Tutelar.

Art. 162. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, serão atendidas de forma gratuita, imediata e prioritária, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e interesse público.

Subseção XI

Da qualificação e direitos dos membros do Conselho Tutelar

Art. 163. O membro do Conselho Tutelar que se deslocar do Município para serviço, capacitação ou representação institucional

fará jus ao recebimento de diárias para custeio de despesas com hospedagem, alimentação, locomoção urbana e passagens, nos mesmos parâmetros aplicáveis aos servidores municipais**.**

Art. 164. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar fará jus aos seguintes direitos:

I – cobertura previdenciária;

II – férias anuais remuneradas com acréscimo de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III – licença-maternidade;

IV – licença-paternidade;

V – afastamento para tratamento de saúde, observada a legislação aplicável.

Art. 165. A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada que comprometa a disponibilidade exigida para o pleno exercício do mandato.

Subseção XII

Das Férias dos Conselheiros Tutelares

Art. 166. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º As férias poderão ser concedidas em até 3 (três) períodos, a critério da Administração, nenhum deles inferior a 10 (dez) dias consecutivos.

§ 2º Para a aquisição do primeiro período de férias serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício.

§ 3º É vedado o gozo simultâneo de férias por 2 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar, de modo a garantir o pleno funcionamento do órgão.

§ 4°. As férias dos Conselheiros Tutelares deverão observar escala anual elaborada e aprovada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, garantindo-se a continuidade dos serviços e a convocação de suplente quando necessária.

Art. 167. É proibido descontar do período de férias eventuais faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 168. Suspenderão o período aquisitivo de férias os afastamentos decorrentes de prisão preventiva ou em flagrante, pronúncia por crime comum ou funcional, ou condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 169. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput, os dias de férias interrompidos deverão ser gozados posteriormente, em igual número de dias consecutivos.

Art. 170. A solicitação de férias deverá ser formalizada perante a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, devendo ser programada de forma escalonada entre os membros titulares do Conselho Tutelar, garantindo-se a continuidade das atividades e a convocação do suplente sempre que necessário.

Subseção XIII

Do Processo de cassação e vacância do mandato

Art. 171. A vacância da função de membro do Conselho Tutelar ocorrerá nas hipóteses previstas nesta Lei e em demais normas municipais aplicáveis.

Art. 172. Constituem causas de vacância do mandato de Conselheiro Tutelar:

I – renúncia formalizada perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II – posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada, em razão da vedação à cumulação;

III – aplicação de sanção administrativa de destituição da função, na forma desta Lei;

IV – falecimento;

V – condenação criminal transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a idoneidade moral exigida para o exercício da função.

Parágrafo único. Declarada a vacância, o Conselheiro Tutelar será substituído pelo suplente eleito que tenha participado do processo de capacitação prévia, observada rigorosamente a ordem de classificação obtida no processo de escolha.

Subseção XIV

Do Regime Disciplinar

Art. 173. Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar o regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo ou outra que a suceder, bem como as disposições desta Lei e demais normas superiores aplicáveis à matéria.

Art. 174. Na aplicação das penalidades disciplinares, serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – os danos causados à criança, ao adolescente, à sociedade ou ao serviço público;

III – os antecedentes funcionais do Conselheiro Tutelar;

IV – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas na legislação penal e administrativa.

Art. 175. Poderão ser aplicadas as penalidades de suspensão e de destituição do mandato aos Conselheiros Tutelares nos casos de:

I – descumprimento das atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/1990 e nesta Lei;

II – prática de crime que comprometa a idoneidade moral exigida para o exercício da função;

III – conduta incompatível com a confiança e a responsabilidade inerentes ao mandato.

Art. 176. Nos procedimentos de sindicância ou de processo administrativo disciplinar deverão ser assegurados a imparcialidade da autoridade responsável pela apuração, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 177. Considera-se infração disciplinar toda ação ou omissão que viole os deveres e proibições impostos ao Conselheiro Tutelar por esta Lei, pela Lei Municipal nº 17/2015 e demais normas aplicáveis.

Art. 178. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I – for condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso, culposo ou contravenção penal;

II – demonstrar negligência, omissão reiterada, falta de assiduidade ou incapacidade no exercício da função;

III – praticar ato contrário à ética, à moralidade administrativa ou aos bons costumes, ou incompatível com a dignidade do cargo;

IV – descumprir reiteradamente as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/1990;

V – praticar condutas que exponham, facilitem ou agravem situações de risco envolvendo crianças e adolescentes;

VI – receber, solicitar ou aceitar vantagem de qualquer natureza, direta ou indiretamente, em razão das atribuições do cargo;

VII – transferir residência ou domicílio para outro município;

VIII – delegar a terceiros estranhos ao Conselho Tutelar qualquer atribuição do cargo;

IX – exercer outra atividade pública ou privada remunerada, em violação ao regime de dedicação exclusiva.

§ 1º Verificada a existência de sentença condenatória transitada em julgado, o CMDCA declarará a vacância do mandato e dará posse imediata ao suplente.

§ 2º Mediante representação fundamentada do Ministério Público ou denúncia formal, o CMDCA poderá determinar o afastamento temporário do Conselheiro Tutelar até a conclusão da apuração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Durante o período de afastamento preventivo, o Conselheiro Tutelar não fará jus à remuneração, devendo ser substituído pelo suplente convocado**.**

Seção VII

Das Secretarias Municipais e dos Órgãos Setoriais

Art. 179. As Secretarias Municipais e os órgãos correspondentes das esferas estadual e federal que atuem no território do Município de Turvo, responsáveis por políticas setoriais relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, integram o Sistema Municipal de Garantia de Direitos e deverão:

I – incorporar, em seus planos, programas, projetos e ações, o princípio da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

II – garantir, em suas respectivas áreas de atuação, o acesso universal e a continuidade do atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias;

III – articular-se com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a Rede Municipal de Proteção e com o Conselho Tutelar, para definição de fluxos, protocolos e procedimentos de atendimento;

IV – indicar representantes para participação nas instâncias colegiadas, fóruns e espaços de articulação intersetorial relacionados à política da criança e do adolescente;

V – fornecer, sempre que solicitado, informações, dados e indicadores necessários ao diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência;
VI – prever, nas respectivas propostas orçamentárias, ações, metas e recursos destinados às políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento de crianças e adolescentes, em consonância com o Plano Municipal e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Seção VIII
Dos Órgãos do Sistema de Justiça e da Responsabilização
Art. 180. Integram o Sistema Municipal de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no eixo de responsabilização e proteção jurídico-institucional, entre outros:
I – o Poder Judiciário, por meio da Vara da Infância e da Juventude e demais unidades com competência na área;
II – o Ministério Público;
III – a Defensoria Pública;
IV – os órgãos de segurança pública, em especial a Polícia Civil e a Polícia Militar;
V – demais órgãos e entidades que atuem na apuração de infrações, responsabilização de agressores e tutela de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.
CAPITULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 181. A Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA se dedicarão no contínuo desenvolvimento de políticas públicas voltadas a proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Turvo.
Art. 182. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal N° 68/2022.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:3FE5B81A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 630-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 120(cento e vinte) dias de afastamento para tratamento de saúde, para a servidora temporária **Danielly Maria Kutcks Nunes**, Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 27 de agosto de 2026 a 24 de dezembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado de procedimento cirúrgico, através do protocolo nº 3.013 /2026.
Parágrafo único – A servidora deverá realizar o requerimento de benefício por incapacidade temporária junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, observadas as disposições da legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 27 de agosto de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 28 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:86B36638

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
PORTARIA Nº 43/2026

Exonera, servidor de cargo em comissão e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, e nos termos da Resolução nº 001/2008 de 04 de julho de 2008, e tendo em vista o requerimento do Vereador Newton Soares do Nascimento,

RESOLVE:

I - Exonerar, o servidor Marcio Rodrigues de Souza, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.465.046-1/SSP-PR, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Gabinete Parlamentar – símbolo CC-01, lotado no Gabinete do Vereador Newton Soares do Nascimento, a partir do dia 01 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 31 de agosto de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:C73A1076

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 192/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/741
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 192/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **DAPHNE SIQUEIRA SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, para a prestação de serviços de médicos (40 Horas Semanais) para a secretaria de saúde, unidades de saúde e ambulatórios que tenham habilitação para o exercício das funções previstas no edital – no município de Umuarama-PR., conforme edital de chamamento público 010/2024 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: **R$ 333.766,80 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/741 de 06 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 28 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:58048253

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 193/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/04/395
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 193/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **M. BRASILEIRO & CIA LTDA,** para prestação de serviços de saúde especializados de CONSULTAS DE CIRURGIA GERAL E INCENTIVOS PARA CIRURGIA UROLÓGICA, conforme o Edital de Chamamento Público 006/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 105.854,40 (cento e cinco mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/04/395 de 29 de abril de 2026, anexo.

Umuarama, 28 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:DEA411B8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 194/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/08/805
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 194/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **VIACAO GARCIA LTDA**, para a prestação de serviços prestação de serviços de transporte terrestre de pacientes e seus acompanhantes, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no trajeto Umuarama – Curitiba/Região Metropolitana e Curitiba/Região Metropolitana - Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público 008/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 781.606,00 (setecentos e oitenta e um mil e seiscentos e seis reais).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/08/805 de 24 de agosto de 2026, anexo.

Umuarama, 31 de agosto de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:63C633F4

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.127/2026 - PMU

P O R T A R I A N º 1.127/2026

Designar servidores para compor a Comissão da Concorrência Eletrônica n°015/2026 – PMU, na qualidade de Agente de Contratação Titular, Agente de Contratação Suplente e Equipe de Apoio, competindo-lhes a análise, o exame e o julgamento das propostas e das documentações apresentadas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. DESIGNAR servidores para compor a Comissão da Concorrência Eletrônica n°015/2026 – PMU, na qualidade de Agente de Contratação Titular, Agente de Contratação Suplente e Equipe de Apoio, competindo-lhes a análise, o exame e o julgamento das propostas e das documentações apresentadas, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que constitui objeto da presente licitação a execução, sob o regime de empreitada por menor preço global por lote, da Construção de Infraestrutura Urbana (Lazer), conforme os locais e objetos correspondentes aos Lotes 01, 02, 03, 04 e 05, de acordo com as descrições, especificações e localizações constantes deste instrumento licitatório. PARANACIDADE: SAM - 134 - MEU CAMPINHO - MULTIMÓDULOS.

Agente de Contratação Titular: Kaleb Saab de Souza
CPF ***120.429-**
Agente de Contratação Suplente: Janssen Gustavo Roberti da Luz
CPF ***105.969-**
Equipe de Apoio: Gustavo Felipe Bácaro
CPF ***.815.559-**
Guilherme Cervejeira Bolanho
CPF ***.663.159-**

Art. 2º. Fica fixada a data de 14 de setembro de 2026, às 09:00 horas, para que os servidores designados de que trata esta Portaria se reúnam na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama.
Art. 3°. Na hipótese de ausência, afastamento, impedimento legal ou qualquer outra circunstância que impossibilite a atuação do Agente de Contratação Titular, o Agente de Contratação Suplente assumirá automaticamente suas atribuições, praticando todos os atos necessários ao regular andamento do processo, assegurando a continuidade e a regularidade do procedimento licitatório.

Art. 4º. Ficam considerados de relevância os serviços prestados pelos servidores designados, sem ônus ao Município.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:866E8C66

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.132/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.132/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 052/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 052/2026 – PMU – que tem por objeto a aquisição com instalação de 01 (um) tanque rodoviário isotérmico para coleta e transporte de leite cru refrigerado/in natura – Secretaria Municipal de Agricultura, tendo sido declaradas vencedoras as empresas **JS INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA.,** para o item n°01.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:439F071A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 205/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: TECNAL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de analisador de atividade de água e banho termostatizado para atendimento das necessidades do Laboratório de Processos Agroindustriais do Parque Tecnológico, com recursos do Fundo Municipal de Inovação.
Vigência: 27/08/2026 a 27/08/2027.
Valor: R$ 152.120,00 (cento e cinqüenta e dois mil e cento e vinte reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/07/374; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 025/2026, autorizado/ratificado em 21 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 25 de agosto de 2026, edição nº. 3602, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no seu art. 74, inciso I,** na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.
.
Umuarama, 31 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:EFCE0642

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 203/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: VIAÇÃO UMUARAMA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de vale-transporte urbano para serem utilizados pelos usuários da Secretaria de Assistência Social e seus programas, pelos os alunos atendidos pela ARAM – Associação Regional de Assistência ao Menor e para acompanhantes credenciados de pessoa com deficiência, atendendo à Lei Municipal nº 4.405/2019.
Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.
Valor: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/07/415; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 023/2026, autorizado/ratificado em 20 de agosto de 2026, publicado no Jornal "Diário Oficial dos Municípios do Paraná", de 24 de agosto de 2026, edição nº. 3602, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no art. 74, inciso I**; na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.
.
Umuarama, 31 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:4F87E8A2

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 282/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: EVERSON A. TUROSSI
Profissional Credenciado: EVERSON ALMIR TUROSSI
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de CONSULTAS DE REUMATOLOGIA (ADULTO E/OU INFANTIL), com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/721, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 185/2026, autorizado em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 26 de agosto de 2026, edição nº 3.603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 286/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: CLINICA MÉDICA CARRIÃO LTDA
Profissional Credenciado: LARISSA CARRIÃO JANEIRO
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de CONSULTAS DE PSIQUIATRIA (ADULTO), com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 74.880,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e oitenta reais)
Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/731, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 189/2026, autorizado em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 26 de agosto de 2026, edição nº 3.603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 287/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: KANAMURA - SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Profissional Credenciado: MATEUS RIBEIRO KANAMURA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de saúde para a prestação de serviços de CONSULTAS DE CARDIOLOGIA, MAPA, HOLTER E TESTE DE ESFORÇO, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais)
Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/734, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 190/2026, autorizado em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 26 de agosto de 2026, edição nº 3.603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 31 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:574B66A9

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO N° 290/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: MC GUBANI ENFERMAGEM E SAÚDE LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 10.399,26 (dez mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), perfazendo o valor total do presente termo em R$ 124.791,12 (cento e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um reais e doze centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:126 - F:001 - Livres
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:127 - F:303 – 15%
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:128 - F:494 - Federal
70.001.10.301.0024.2.145. - ED: 3.3.90.39.00.00. - D:129 - F:70014 – Estadual
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO N° 065/2026
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ELIANA DE SOUZA PINHEIRO
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 26 de fevereiro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de até R$ 3.282,00 (três mil e duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R$ 19.692,00 (dezenove mil seiscentos e noventa e dois reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.301.0024.2.145 – ED:3.3.90.36.00.00 – D: 125 – F:303 – 15%
Cláusula Quarta: Fica alterado a fiscal **EDILSON RODRIGUES ALBUQUERQUE**, inscrito no CPF sob nº ***.109.749-** para Sra. **MARIA ANDRÉA DOS SANTOS DE MORAIS**, inscrita no CPF sob nº ***.996.519-**.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 25 de agosto de 2026.

Umuarama, 31 de agosto de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:0C31E11D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 192/2025 - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N°034/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: LAPAZA EMPREENDIMENTOS LTDA
Cláusula Primeira: Fica reajustado o valor mensal do contrato de até R$ 132.916,66 (cento e trinta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) para até R$ 137.022,92 (cento e trinta e sete mil e vinte e dois reais e noventa e dois centavos), referente ao aumento de R$ 4.106,26 (quatro mil cento e seis reais e vinte e seis centavos) baseado no índice IPCA/IBGE de 06/2025 a 06/2026 (4,548100%), perfazendo o valor deste termo em R$ 1.644.275,06 (um milhão e seiscentos e quarenta e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais e seis centavos).
Cláusula Segunda: O **Item 09 – Instalação E Aparelhamento Da Central De Monitoramento De Estacionamento Rotativo** não integra a base de cálculo do reajuste e da prorrogação contratual, uma vez que corresponde a custo não renovável, integralmente amortizado durante a vigência inicial do contrato, em estrita observância ao disposto no parágrafo 5 da Cláusula Quarta, permanecendo seu valor zerado para a nova vigência.
Cláusula Terceira: Prorroga-se o prazo da vigência contratual para até 03 de setembro de 2027.
Cláusula Quarta: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
20.002.26.125.0017.2.308. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1755 - F:96
20.002.26.125.0017.2.308. - ED:3.3.90.40.00.00 - D:1756 - F:96
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:448D52B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATOS ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º - Designar o(a) funcionário(a)**, ISABELA ROCHA,** regido(a) pelo regime PSS, RG: 15.370.261-6 CPF: 140.715.089-81 lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário (a) Escolar.

Art. 2º - O(a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar do RACHEL DE QUEIROZ, C M E I.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de setembro de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

ATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º - Designar o(a) funcionário(a)**, FELIPE SILVA SEVERO,** regido(a) pelo regime Estatutário, RG: 9.142.346-4 CPF: 075.886.659-39 lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário (a) Escolar.

Art. 2º - O(a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar da Escola Municipal JARDIM UNIÃO – E.I.E.F.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de setembro de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

ATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º - Designar o(a) funcionário(a)**, IGOR MARTINS NEVES,** regido(a) pelo regime Estatutário, CPF: 09795283995 RG: 107275363 lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função de Secretário (a) Escolar.

Art. 2º - O(a) servidor(a) designado(a) ficará responsável pela organização e assinatura da documentação escolar da Escola Municipal OURO BRANCO – E.I.E.F.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 01 de setembro de 2026.

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação
Umuarama/PR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9E98631E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 102/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 102/2026

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL**,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 082/2026, de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, publicado em 21 de junho de 2026;
Considerando o Edital nº 99/2026 com a homologação preliminar das inscrições, publicado em 25 de agosto de 2026;

TORNA PÚBLICA

Art. 1º - A homologação das inscrições, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, para os candidatos de acordo com anexos deste Edital, link https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoConcursos/arquivo/1788179778.pdf.
Art. 2º - **A cada candidato é permitida UMA ÚNICA INSCRIÇÃO neste Concurso Público.** Em caso de registro de mais de uma inscrição pelo mesmo candidato, vale a última inscrição paga ou isenta, com base no número da inscrição.
Art. 3º - A homologação das inscrições é feita em uma única listagem contendo os candidatos inscritos em ampla concorrência, os candidatos inscritos nas cotas para Pessoas Pretas ou Pardas e os candidatos inscritos nas cotas para Pessoas com Deficiência (PcD).
Art. 4º - O Anexo I contém a homologação das inscrições após prazo para recursos e o Anexo II contém o status dos recursos contra a homologação preliminar das inscrições cadastrados do site da UNIOESTE/COGEPS durante o prazo estabelecido em cronograma.
Art. 5º - Os candidatos que interpuseram recurso contra a homologação preliminar das inscrições poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico https://concursos.unioeste.br/.
Art. 6º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:274A848D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 103/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 103/2026

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DE PESSOAL**,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 082/2026, de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, publicado em 21 de junho de 2026;
Considerando o Edital nº 102/2026 com a homologação das inscrições, publicado em 31 de agosto de 2026;

TORNA PÚBLICA

Art. 1º - A convocação para prova objetiva, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR, para os candidatos de acordo com anexo único deste Edital, link https://umuarama.pr.gov.br/files/ArquivoConcursos/arquivo/1788180315.pdf.
Art. 2º - A Prova Objetiva para o cargo de **Agente da Autoridade de Trânsito** será realizada no dia **06/09/2026 (domingo)**, no período **matutino**, conforme quadro de horário abaixo:

Data da Realização da Prova - **06/09/2026 - DOMINGO**
MATUTINO (Manhã)
Abertura dos Portões - **08h00**
Fechamento dos Portões - **08h30**
Inicio das Provas - **08h40**
Término das Provas - **11h40**

Art. 3º - A Prova será realizada no local abaixo:

UNIPAR – CAMPUS III - Umuarama
Av. Tiradentes, 3240 - Jardim Paraiso, Umuarama - PR
https://maps.app.goo.gl/mFJhKPLatK2SiFLq9
Art. 4º - **O portão destinado ao fechamento às 08h30 será a porta de vidro do bloco de salas.** Recomenda-se que o candidato esteja atento ao horário de fechamento para evitar atrasos. Ademais, ressalta-se que, em dias de concurso, o fluxo de trânsito na região tende a aumentar, o que pode dificultar o estacionamento nas proximidades do local de prova. Portanto, é fundamental que o candidato planeje seu

tempo de deslocamento de forma adequada para evitar imprevistos ao chegar ao local de prova.
Art. 5º - Os candidatos com as inscrições homologadas ficam convocados a comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, portando um documento original de identidade com foto.
Art. 6º - **Os candidatos com as inscrições homologadas deverão comparecer aos locais de prova portando um documento oficial de identificação com foto** e caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, lápis, borracha e garrafa de água transparente/translúcida sem rótulo. **O candidato que não estiver portando o documento de identidade não poderá fazer a prova**.
Art. 7º - Dentro da sala de provas, é permitido ao candidato portar apenas documento oficial com foto, caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, lápis, borracha e garrafa de água transparente/translúcida sem rótulo.
Art. 8º - O candidato que ingressar na sala não poderá sair para ir ao banheiro até que comece a prova, assim como aquele que terminar a prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando-a.
Art. 9º - A Prova Objetiva terá **duração máxima de 03h00min (três horas)**, incluído o tempo para assinatura e preenchimento do cartão de resposta.
Art. 10º - O candidato pode se retirar do local de provas somente após **60 minutos do início da prova**, levando consigo o caderno de provas.
Art. 11º - Os **02 (dois) últimos candidatos** de cada sala ficarão retidos para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata de encerramento.
Art. 12º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO
Presidente da Comissão Especial

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3ADAEF1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.107/2026

Nomeia JOÃO PEDRO CARDOSO CASAROTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,Estado de Paraná, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **JOÃO PEDRO CARDOSO CASAROTO**, inscrito no CPF n.º 102.751.749-80, para ocupar o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo CC-08, lotado na Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3F963E99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.129/2026

PORTARIA Nº 1.129/2026

Admite servidores para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 80 de 08 de fevereiro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" do dia 09 de julho de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 048/2026,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E:

Art. 1º Admitir os servidores abaixo relacionados, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

AGENTE ADMINISTRATIVO I
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: AMANDA CRISTIAN BORGES CASTELLO BRANCO
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 793.951.631-00
Salário: R$ 2.204,67
Item 02
Nome: WAGNER GABRIEL DOS SANTOS
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 046.288.179-28
Salário: R$ 2.204,67
Item 03
Nome: HELLEN RODRIGUES LOUREIRO
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 154.727.429-86
Salário: R$ 2.204,67
Item 04
Nome: LUCAS GABRIEL LEMES BENKENDORF
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 078.401.599-66
Salário: R$ 2.204,67
Item 05
Nome: BENTO PIAGENTINI SPANCERSKI
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 099.316.059-01
Salário: R$ 2.204,67
Item 06
Nome: TANIA DA SILVA PPP
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 070.556.359-69
Salário: R$ 2.204,67
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: MONICA CANUTI DE OLIVEIRA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 050.239.099-99
Salário: R$ 1.766,00
Item 02
Nome: MARISLEY ALVES DA SILVA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 047.624.249-51
Salário: R$ 1.766,00

Item 03
Nome: TAILINE ALVES SARAIVA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 123.114.069-06
Salário: R$ 1.766,00

Item 04
Nome: EVA NASCIMENTO SOARES
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 033.180.189-29
Salário: R$ 1.766,00
Item 05
Nome: SILVANA MARIA BEZERRA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 747.551.459-53
Salário: R$ 1.766,00
Item 06
Nome: ELAINE PAIVA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 930.286.609-20
Salário: R$ 1.766,00
Item 07
Nome: NILZETE RIBAS GRANADO
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 786.135.071-15
Salário: R$ 1.766,00
Item 08
Nome: APARECIDO ALEXANDRE PEREIRA
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 930.087.409-87
Salário: R$ 1.766,00
Item 09
Nome: MARIA ANUNCIADA DA SILVA RAFAEL
Lotação: Secretaria Municipal de Administração
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 177.814.178-10
Salário: R$ 1.766,00

PSICÓLOGOS
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: LETHICCIA MEDEIROS CORTEZE
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 116.686.969-59
Salário: R$ 5.200,38
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EC199EF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.130/2026

Admite servidores para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 027 de 02 de fevereiro de 2026, publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 03 de fevereiro de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 089/2025,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E:

Art. 1º Admitir os servidores abaixo relacionados, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

AGENTE DE APOIO ESCOLAR
40 HORAS SEMANAIS

Item 01 – Classificação: 84º
Nome: GABRIELE MARCONI BASTOS
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 115.868.729-07
Salário: R$ 2.384,56

Item 02 – Classificação: 85º
Nome: ALESSANDRO APARECIDO ROSSEGALLI
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 884.710.559-53
Salário: R$ 2.384,56

Item 03 – Classificação: 86º
Nome: LORENA DA SILVA SILVEIRA BARRA
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 164.622.106-05
Salário: R$ 2.384,56

Item 04 – Classificação: 87º
Nome: JESSICA BARBOSA CASSIANO
Lotação: Secretaria Municipal de Educação
Admissão: 01/09/2026
RG/CPF: 095.159.819-80
Salário: R$ 2.384,56

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:61A4AEB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.142/2026

Designa os membros titulares e suplentes da Comissão Técnica Especial de Análise e Revisão da Planta de Valores Genéricos – CPVG, instituída pelo Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026,

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Técnica Especial de Análise e Revisão da Planta de Valores Genéricos – CPVG, instituída pelo Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, e suas alterações, os seguintes membros titulares e suplentes:

I – Secretaria Municipal de Fazenda:

Titular: VITOR HUGO LUIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob nº 088.419.969-00, Servidor Público, lotado na Divisão de Cadastro Imobiliário;

Suplente: ALAN KAIO PEREIRA DE LIMA, inscrito no CPF/MF sob nº 047.015.959-69, Servidor Público, lotado na Divisão de Cadastro Imobiliário;

Titular: GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS, inscrita no CPF/MF sob nº 046.785.849-78, Servidora Pública, lotada na Diretoria de Arrecadação e Fiscalização;

Suplente: FÁBIO JOSÉ VEIGA, inscrito no CPF/MF sob nº 080.164.269-80, Servidor Público, lotado na Divisão de Cadastro Imobiliário;

Titular: GABRIEL CORREA OKADA, inscrito no CPF/MF sob nº 096.072.809-03, Servidor Público, lotado na Divisão de Cadastro Imobiliário;

Suplente: GESISLAINE APARECIDA DE ARAUJO SOUZA, inscrita no CPF/MF sob nº 046.329.359-21, Servidora Pública, lotada na Divisão de Cadastro Imobiliário;

II – Secretaria de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos;

Titular: RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS, matrícula nº 1082044, Secretário de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos;

Suplente: MARCIO VALDINEY SILVESTRE MAIA, matrícula nº 1082057, Diretor de Planejamento Urbano;

III – Secretaria Municipal de Habitação:

Titular: NELSON BIGESHI JUNIOR, inscrito no CPF/MF nº 121.069.438-73, Engenheiro Civil e Secretário de Habitação;

Suplente: GIOVANA SPLETOZER BISCAINO, inscrita no CPF/MF sob nº 124.198.069-06, Servidora Pública, lotada na Secretaria Municipal de Habitação;

IV – Secretaria de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem Estar Animal:

Titular: MYRELLA RAYNARA DE SOUZA MENDES, inscrita no CPF/MF sob nº 086.773.089-70, Servidora Pública, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem Estar Animal;

Suplente; vaga, aguardando indicação da entidade.

V – Secretaria Municipal de Administração:

Titular: HENRIQUE JOSÉ STEDILE, inscrito no CPF/MF sob nº 047.639.449-08, Servidor Público, Diretor de Tecnologia e Informação;

Suplente: JANAINA MACHADO FERRACINI, inscrita no CPF/MF sob nº 070.755.389-00, Servidora Pública, lotada na Diretoria de Tecnologia e Informação;

VI – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama – ACIU:

Titular: ORLANDO LUIZ SANTOS, inscrito no CPF/MF sob nº 243.415.099-34, Empresário;

Suplente: vaga, aguardando indicação da entidade;

Titular: ALLAN CARLOS GONÇALVES, inscrito no CPF/MF sob nº 082.647.489-61, Engenheiro Civil;

Suplente: VALCIR SIMÃO, inscrito no CPF/MF sob nº 967.819.719-72, Empresário.

VII – Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON:

Titular: MICHEL FURLAN RODRIGUES, inscrito no CPF/MF sob nº 045.404.239-67, Empresário;

Suplente: MOACIR SILVA JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.594.259-63, Engenheiro Civil/Empresário;

VIII – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA:

Titular: MARCELO MARQUES, inscrito no CPF/MF sob nº 023.007.189-95, Engenheiro Civil;

Suplente: NELIO NIVALDO GUAZELLI, inscrito no CPF/MF SOB Nº 474.316.369-20, Engenheiro Civil.

IX – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU:

Titular: vaga, aguardando indicação da entidade;

Suplente: vaga, aguardando indicação da entidade.

X – Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI:

Titular: RADAMES JULIANO DO NASCIMENTO SOSTER, Creci/PR F44139, Corretor de Imóveis;

Suplente: MILTON TOSHIKAZU AMAMI, Creci/PR 14168, Corretor de Imóveis;

Titular: JOSÉ LUIZ MARQUES, Creci/Pr F13109, Corretor de Imóveis;

Suplente: CICERO FÁBIO MENDES DE OLIVEIRA, Creci/Pr F13240, Corretor de Imóveis;

Titular: VITOR PEREIRA DE OLIVEIRA, Creci/Pr F31791, Corretor de Imóveis;

Suplente: ROVILSON TAVARES, Creci/Pr F17597, Corretor de Imóveis.

XI – Associação das Empresas do Ramo Imobiliário de Umuarama – Sistema Venda Rápida:

Titular: SIDNEI GUIMARÃES ARAUJO, inscrito no CPF/MF sob nº 007.111.099-23, Corretor Presidente, Diretor da Associação das Empresas do Ramo Imobiliário de Umuarama – Sistema Venda Rápida;

Suplente: ROSEMARCIA GONÇALVES MAGAN, inscrita no CPF/MF sob nº 695.548.209-25, Corretora de Imóveis;

Titular: CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA, inscrito no CPF/MF sob nº 063.120.739-20, Corretor de Imóveis;

Suplente: CARLOS ALBERTO FRANÇOLIN, Creci nº 13686, Corretor de Imóveis;

Titular: RODRIGO CALDERON NASCE, inscrito no CPF/MF sob nº 072.559.179-09, Creci 37974, Corretor de Imóveis;

Suplente: EMERSON BRITO DE LIMA, inscrito no CPF/MF sob nº 813.632.499-91, Creci/Pr nº 19321, Corretor de Imóveis;

Titular: IVAN RUIZ BELICE, inscrito no CPF/MF sob nº 818.717.759-49, Creci/Pr nº 15750, Corretor de Imóveis;

Suplente: RONALDO KENNEDY TORRES MENEZES, inscrito no CPF/MF sob nº 058.691.719-54, Creci/Pr nº 54956, Corretor de Imóveis.

XII – Conselho de Desenvolvimento de Umuarama – CDU:

Titular: PRISCILA DUTRA SEGANTINI, inscrita no CPF/MF sob nº 034.007.989-40, Creci/Pr F26742, Corretor de Imóveis;

Suplente: SANDRA REGINA BARAVIERA JANEIRO, inscrita no CPF/MF sob nº 930.092.249-15, Corretor de Imóveis;

§ 1º Permanecerão temporariamente vagas, até a correspondente indicação pelo órgão ou entidade competente:

I – a função de suplente da representação da Secretaria de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal;

II – a função de suplente correspondente ao primeiro membro titular indicado pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama – ACIU; e

III – as funções de titular e suplente da representação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

§ 2º O não preenchimento temporário das vagas referidas no § 1º não impedirá a instalação, o funcionamento ou as deliberações da Comissão, desde que observado o quórum estabelecido no Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, e suas alterações.

§ 3º As indicações encaminhadas posteriormente pelos respectivos órgãos ou entidades serão objeto de designação por Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Fica designada a servidora GISLAINE ALVES VIEIRA DE MARINS, representante titular da Secretaria Municipal de Fazenda, para exercer a Presidência da Comissão Técnica Especial de Análise e Revisão da Planta de Valores Genéricos – CPVG.

Parágrafo único. Compete ao Presidente o exercício das atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026.

Art. 3º Fica designada a servidora NAYARA URBANO DA SILVA EDUVIRGEM, inscrita no CPF/MF nº 065.818.329-01, lotada na Divisão de Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal de Fazenda, para exercer a Secretaria Executiva da Comissão, cabendo-lhe prestar apoio administrativo aos trabalhos, especialmente quanto à organização das reuniões, elaboração e guarda das atas, organização dos documentos e demais providências necessárias ao funcionamento da Comissão.

Art. 4º Fica designada ROSANE STÉDILE POMBO MEYER, inscrita no CPF/MF sob nº 019.206.409-67, Procuradora Municipal, para prestar assessoramento jurídico à Comissão, na condição de representante da Procuradoria-Geral do Município, sem direito a voto, nos termos do § 1º do art. 2º do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, e suas alterações.

Art. 5º Fica designado RONALDO AUGUSTO SILVEIRA, inscrito no CPF/MF sob nº 648.030.749-68, servidor público lotado na Controladoria Interna do Município, para acompanhar os trabalhos da Comissão na condição de representante do órgão de Controle Interno e observador, sem direito a voto, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, e suas alterações.

Art. 6º O suplente substituirá o respectivo titular em suas ausências, impedimentos ou impossibilidade de participação, exercendo, durante a substituição, as mesmas atribuições e prerrogativas conferidas ao membro titular, inclusive o direito a voto quando cabível.

Parágrafo único. Na ausência de suplente regularmente designado, a vaga do respectivo titular permanecerá sem representação durante a reunião, sem prejuízo do funcionamento da Comissão, desde que observado o quórum regulamentar.

Art. 7º Os membros da Comissão e demais participantes que tiverem acesso a informações não públicas deverão observar as regras de impedimento, conflito de interesses, confidencialidade, sigilo fiscal e proteção de dados pessoais previstas no Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026.

Art. 8º A participação dos servidores públicos municipais na Comissão será considerada serviço público relevante, sem prejuízo do exercício das atribuições próprias dos respectivos cargos.

Parágrafo único. A eventual percepção de jeton pelos membros externos à Administração Pública Municipal observará exclusivamente os valores, condições, requisitos e limites estabelecidos em lei específica e nas demais normas aplicáveis.

Art. 9º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 90 (noventa) dias, contado da data da reunião de instalação, admitida uma única prorrogação, por igual período, mediante justificativa da Comissão e ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Decreto nº 206, de 14 de agosto de 2026, e suas alterações.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:391AE47A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2740 / 2026
SEQUENCIA: 17

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0007, Lote: 005A - PARQUE RESIDENCIAL VIENA III - N.º: 1539 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.

O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

LILIAN CRISTINA PERESSIN CPF/CNPJ: 93011865949
CADASTRO: 5542410 QUADRA: 0007 LOTE: 005A
ENDEREÇO: RUA BENEDITO CASSIMIRO DOS SANTOS, 1539 CEP: 87507682
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL VIENA III COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B7FDC93D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES

CONSIDERANDO o Edital de Chamamento Público n.º 002/2026, que instituiu o Processo Seletivo para Concessão de 2o Bolsa Atleta 2026;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 104/2026, que nomeia os membros da Comissão Técnica de Análise e Avaliação do Programa de Incentivo Bolsa Atleta;

CONSIDERANDO o resultado da avaliação das inscrições realizadas pela Comissão Técnica de Análise, encaminhada ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer;

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**:

O resultado final das inscrições, junto ao Edital de Chamamento Público n.º 002/2026, conforme **ANEXO I**.

Umuarama-PR, 31 de agosto de 2026.

GENTIL SOARES DE LIMA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Portaria n.º 1473/2025 – CPF: 474.XXX.939-72

ANEXO I - RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES

BOLSA ESTUDANTIL

JOÃO LUCAS PEIXOTO
APROVADO(A)

PEDRO LUCAS DE MEDEIROS MARCIANO
APROVADO(A)

ANA JULIA DAS NEVES SILVA
APROVADO(A)

ARTHUR ANGELO DOS SANTOS COSTA
APROVADO(A)

ISADORA BELTRAME GARCIA PEDRO
APROVADO(A)

EDGAR DA SILVA MARTOS
APROVADO(A)

ALANA ISABELY DA SILVA DE ALMEIDA
APROVADO(A)

LARA EMANUELLE DA SILVA DE ALMEIDA
APROVADO(A)

VICTOR ASSIS POMMER DA SILVA
APROVADO(A)

LUCAS GABRIEL JALES DE LIMA
APROVADO(A)

VICTOR SODA NISHIME
APROVADO(A)

GUSTAVO HENRIQUE POLASSO
APROVADO(A)

VICTOR HUGO AGUIAR DOS SANTOS
APROVADO(A)

ANA CLARA CAVALHEIRO
APROVADO(A)

BOLSA ESTADUAL

RAFAEL DIAS DE SOUZA
APROVADO(A)

ARTHUR MIYAMOTO GABARÃO
APROVADO(A)

PIETRO FERRÉ SANTANA SILVA
APROVADO(A)

MATEUS PENSIN DE OLIVEIRA
APROVADO(A)

EUDOMAR JESUS MARTINEZ BELIZARIO
APROVADO(A)

MERILIN JÚLIA DIAS VIEIRA
APROVADO(A)

ANA LUISA ROCHA DE MAGALHÃES
APROVADO(A)

JHOCSE GREGHORYO FIGUEIROA BRITO
APROVADO(A)

EZEQUIEL DOMINGOS PIN
APROVADO(A)

EDUARDO CREPALDI
APROVADO(A)

JOÃO VITOR MARQUES DANTAS
APROVADO(A)

FRANCISCO DAVI RODRIGUES DE SOUZA
APROVADO(A)

BRUNO TUCI VERONEZ
APROVADO(A)

RAFAEL RIBEIRO MELO
APROVADO(A)

FELIPE GUIMARÃES SANTOS
APROVADO(A)

RYAN VICTOR DINIZ
APROVADO(A)

ENZO STRUGALA DE CARVALHO
APROVADO(A)

LUIS EMANOEL SOUZA RODRIGUES

APROVADO(A)
KAIO GUILHERME DOS SANTOS
APROVADO(A)

LOHAN GUSTAVO DE ALMEIDA DE MATOS
APROVADO(A)

TAYLA CRUZ DA SILVA
APROVADO(A)

MARIA HELOISA AZEREDO
APROVADO(A)

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0B369D64

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2730 / 2026
SEQUENCIA: 19

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0008, Lote: 019B - PARQUE RESIDENCIAL TOKIO - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

OLGA MARIA DOS SANTOS CPF/CNPJ: 47444258953
CADASTRO: 4656220 QUADRA: 0008 LOTE: 019B
ENDEREÇO: RUA ROBERTO TATSUO UMEMURA, S/Nº CEP: 87511101
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL TOKIO COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4E815536

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2732 / 2026
SEQUENCIA: 20

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0004, Lote: 0035 - PARQUE DAS NAÇÕES - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

VINICIUS FIEL MORI CPF/CNPJ: 09152418979
CADASTRO: 5747900 QUADRA: 0004 LOTE: 0035
ENDEREÇO: RUA ANTONIO LEMBI, S/Nº CEP: 87510730
BAIRRO: PARQUE DAS NAÇÕES COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:011DA811

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2743 / 2026
SEQUENCIA: 3

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0001, Lote: 0008 - PARQUE RESIDENCIAL BELA CASA - N.º: S/N° -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos,

tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

LUAN HENRIQUE INACÍO SANTANA CPF/CNPJ: 11192137973
CADASTRO: 6565800 QUADRA: 0001 LOTE: 0008
ENDEREÇO: RUA MARCOS DOS SANTOS (PROJ A* RESIDENCIAL BELA CASA), S/N° CEP: 87500000
BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL BELA CASA COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FF7609DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÕES - SEC/FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026 SEQUENCIA: 29

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0012, Lote: 0050 - PARQUE DAS NAÇÕES - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

THIAGO ANTONIO ALVES SALOME CPF/CNPJ: 10910819998
CADASTRO: 5778500 QUADRA: 0012 LOTE: 0050
ENDEREÇO: RUA AGUINALDO GERMANO SOUZA, S/Nº CEP: 87510733
BAIRRO: PARQUE DAS NAÇÕES COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2739 / 2026 SEQUENCIA: 40

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0008, Lote: 0004 - JARDIM IMPERIO DO SOL I - N.º: S/N -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

MAYPAT CONSTRUTORA E LOTEADORA LTDA CPF/CNPJ: 29575627000152
CADASTRO: 6007700 QUADRA: 0008 LOTE: 0004
ENDEREÇO: RUA ARAUCARIA, S/N CEP: 87510112
BAIRRO: JARDIM IMPERIO DO SOL I COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:66893296

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÕES -SEC FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 32

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0006, Lote: 013B - JARDIM LAGUNA - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**

Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
AVELINO JOSE DA SILVA NETO CPF/CNPJ: 30069327904
CADASTRO: 4013720 QUADRA: 0006 LOTE: 013B
ENDEREÇO: RUA THELMO GALVAO MOREIRA, S/Nº CEP: 87504679
BAIRRO: JARDIM LAGUNA COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 70

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0005, Lote: 0027 - JARDIM SAKAI - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
SAKAI & CIA LTDA CPF/CNPJ: 18578158000109
CADASTRO: 4989400 QUADRA: 0005 LOTE: 0027
ENDEREÇO: RUA RODRIGO VALENCIA SAKAI, S/Nº CEP: 87510640
BAIRRO: JARDIM SAKAI COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2723 / 2026 SEQUENCIA: 71

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0005, Lote: 0028 - JARDIM SAKAI - N.º: S/Nº -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**
SAKAI & CIA LTDA CPF/CNPJ: 18578158000109
CADASTRO: 4989500 QUADRA: 0005 LOTE: 0028
ENDEREÇO: RUA RODRIGO VALENCIA SAKAI, S/Nº CEP: 87510640
BAIRRO: JARDIM SAKAI COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C8588B5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÕES SEC/FAZ

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2746 / 2026 SEQUENCIA: 3

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0040, Lote: 0006 - PARQUE SAN REMO III - N.º: 5842 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos,

tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

ESPÓLIO JOAO PALHOTO CPF/CNPJ: 57099529900
CADASTRO: 1525500 QUADRA: 0040 LOTE: 0006
ENDEREÇO: RUA PAULO FABIO PIMENTEL GONCALVES, 5842 CEP: 87506290
BAIRRO: PARQUE SAN REMO III COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2746 / 2026 SEQUENCIA: 4

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0028, Lote: 0016 - COHAPAR BELVEDERE - N.º: 2370 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

JOAO GUANDALIM CPF/CNPJ: 01298747953
CADASTRO: 2219700 QUADRA: 0028 LOTE: 0016
ENDEREÇO: AV RIO GRANDE DO SUL, 2370 CEP: 87505000
BAIRRO: COHAPAR BELVEDERE COMPLEMENTO:

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR - SEC/FAZ Nº /2746 / 2026 SEQUENCIA: 5

MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n°. 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, Diretoria de Arrecadação e Fiscalização, Divisão de Postura, vem a honrosa presença de Vossa Senhoria, **NOTIFICÁ-LO (A),** quanto ao imóvel**. Quadra: 0007, Lote: 0006 - CONJ R GUARANI - I - N.º: 4403 -**

Com fundamento nos artigos 9, 16 e 20 da Lei Complementar nº 439 de 06 de junho de 2017, para que no prazo de **5 (cinco) dias, REALIZE A LIMPEZA DO IMÓVEL** descrito acima:

Art.9 Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela **limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.**
Art.16 Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a **conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terreno e edificações.**
Art.20 Ficam os proprietários obrigados a **manter roçados e limpos os terrenos vazios,** localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

A limpeza solicitada engloba roçada em caso de vegetação acima dos 30cm e retirada de entulhos, lixos ou qualquer outro tipo de resíduos, tanto do imóvel quanto do passeio fronteiriço ao mesmo, afim de que seja considerado em perfeito estado de asseio.
O não atendimento no prazo estabelecido nesta notificação preliminar, culminará nas sanções administrativas e pecuniárias na Lei Complementar nº 439 de 06 de julho de 2017.
Ressalta-se que em caso de não cumprimento da limpeza do imóvel, além do auto de infração o Município poderá executar o serviço de limpeza, com posterior lançamento da taxa no cadastro imobiliário do imóvel.
***** O prazo começa a contar a partir do recebimento desta notificação.**

TEREZINHA APARECIDA DA MATA CPF/CNPJ: 88532801900
CADASTRO: 2471300 QUADRA: 0007 LOTE: 0006
ENDEREÇO: RUA SANTA EFIGENIA, 4403 CEP: 87509020
BAIRRO: CONJ R GUARANI - I COMPLEMENTO:

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3620D549

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
EDITAIS PROCON

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.06.0052.001.0006-3** em face do fornecedor **INTERMEDIAÇÕES DE COMPRAS ONLINE LTDA - VIZIVALI CNPJ** n**. 66.596.200/0001-67**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 09:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º,

do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.05.0052.001.00366-3** em face do fornecedor **BNC CADASTROS E COBRANÇAS LTDA CNPJ** n**. 13.442.119/0001-66**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 10:45,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.
Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.05.0052.001.00186-3** em face do fornecedor **DAROM MÓVEIS LTDA CNPJ** n**. 76.298.785/0020-55**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **08/09/2026 às 09:30,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.05.0052.001.00501-3** em face do fornecedor **ITAIPU SOLAR LTDA CNPJ** n**. 57.249.726/0001-80**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 13:45,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.05.0052.001.00462-3** em face do fornecedor **DER SCHILLER INFORMATICA LTDA CNPJ** n**. 02.729.823/0001-88**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 10:15,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento

comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.06.0052.001.00012-3,** em face do fornecedor **MICAELA SHOES LTDA CNPJ n. 12.717.270/0001-05,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.06.0052.001.00134-3** em face do fornecedor **ITAIPU SOLAR LTDA CNPJ** n**. 57.249.726/0001-80**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 14:30,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.07.0052.001.00047-3,** em face do fornecedor **PRIME PLUS CNPJ n. 47.732.261/0001-60** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.06.0052.001.00184-3** em face do fornecedor **CASA DO AMORTECEDOR LTDA CNPJ** n**. 25.372.378/0006-51**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 10:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.
Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON – Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.06.0052.001.00369-3,** em face do fornecedor **BIOS TECH BRASIL LTDA CNPJ n. 33.590.251/0001-22,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.07.0052.001.00070-3,** em face do fornecedor **HOINASKI & amp SKLASKY LTDA CNPJ n. 09.385.611/0002-50,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.07.0052.001.00211-3** em face do fornecedor **FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANCA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI CNPJ** n**. 16.739.712/0001-67**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **08/09/2026 às 09:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.
Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.07.0052.001.00540-3,** em face do fornecedor **NEXACORE SERVIÇOS LTDA CNPJ n. 66.398.619/0001-04,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.07.0052.001.00421-3,** em face do fornecedor **MAJER ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA CNPJ n. 54.995.622/0001-26** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **26.08.0052.001.00075-3,** em face do fornecedor **LEVITEK SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA CNPJ n. 56.637.890/0001-00** atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.06.0052.001.00122-3** em face do fornecedor **ERICH FERNANDO ZANATO DE SOUZA CNPJ** n**. 61.241.448/0001-91**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 14:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.08.0052.001.00408-3** em face do fornecedor **NEXACORE SERVIÇOS LTDA CNPJ** n**. 66.398.619/0001-04**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 13:00,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR IMPUGNAÇÃO** ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **170/2026,** em face do fornecedor **PORTELLE COMERCIO E FABRICA DE PORTAS LTDA,**atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **26.08.0052.001.00453-3** em face do fornecedor **PANO MAGICO LAVACAR LTDA CNPJ** n**. 33.567.020/0001-06**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para comparecer em **AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA**, em **15/09/2026 às 14:45,** na sede deste Órgão, salientando que deverá trazer carta de preposição ou instrumento de mandato emitido pela empresa fornecedora e na mesma oportunidade **APRESENTAR**

IMPUGNAÇÃO ao referido processo administrativo, anexando relatório econômico (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período de três meses, na forma dos artigos 42, §2° e 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026.

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON – Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **172/2026,** em face do fornecedor **BANCO MASTER,**atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **225/2026,** em face do fornecedor **CASA DOS COLCHÕES LTDA,**atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **200/2026,** em face do fornecedor **TSN RESERVATÓRIOS E BEBEDOUROS,**atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **227/2026,** em face do fornecedor **LOTEDORA VALPARAISO LTDA,**atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo PROCON caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor,

artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6ECBF307

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO CONTI PISCINAS - RONNY CONTI,

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **271/2026,** em face do fornecedor **CONTI PISCINAS - RONNY CONTI,** atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.
Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.
Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4°, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 31 de agosto de 2026

ALINE CUNHA MARTIOLLI
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON - Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:BFB5BA54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 49/26

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Exonera a partir de primeiro de setembro de 2026 o Senhor RONALDO MOCHNACZ, para o cargo em comissão de Assessor Geral do Presidente, constante da Lei nº 4845/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de agosto de 2026.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:38CFAB25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
5 º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 02/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE NAZARÉ

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL,** Senhor **ARY CARNEIRO JUNIOR**, portador do RG n. 744175-4 SESP/PR, CPF n. 168.827.259-34, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE NAZARÉ,** inscrita no CNPJ nº 78.170.206/0001-57, com sede na Rua São João Batista Piamarta, nº 508, bairro Ouro Verde, União da Vitória-PR, Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, a seguir denominada **TOMADORA,** neste ato representada por sua Presidente, Senhora **MARISLEY SEDANO RODRIGUES DISSENHA,** portador da carteira de identidade sob n°4.221.910-0, e inscrito no CPF/MF sob n° 743.504.989-15, celebram o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO,** que fica com a seguinte redação:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO a **CONCEDENTE**, poderá repassar a **TOMADORA**, a importância de R$ 757.780,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta reais) distribuídos conforme abaixo: R$ 112.320,00 (cento e doze mil, trezentos e vinte reais), para o exercício de 2025; R$ 143.820,00 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e vinte reais), para o exercício de 2026; R$ 154.320,00 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte reais), para o exercício de 2027; R$ 154.320,00 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte reais), para o exercício de 2028;
O valor previsto para execução do objeto proposto pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais.
Para o exercício de 2025, R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 959.
Para o exercício de 2025, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 1000.
Para o exercício de 2026, R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 999.

Para o exercício de 2026, R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 1000.
Para o exercício de 2026, R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em parcela única pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 19 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social; Projeto/Atividade: 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais – Fonte 217.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Termo de Colaboração 02/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 13 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

MARISLEY SEDANO RODRIGUES DISSENHA
Presidente da Entidade

Testemunhas:

ASS:		**ASS:**	
NOME:		**NOME:**	
CPF:		**CPF:**	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9A822432

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO UASG: 987937

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026
Registro de Preços

OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de Sistema de Registro de Preços, Aquisição de materiais de consumo e equipamentos destinados à Central de Material e Esterilização (CME) Municipal, e materiais de consumo necessários à realização de exames de espirometria na rede municipal de saúde, conforme quantidades, especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Atenção: Itens com Participação exclusiva microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), na forma da Lei Complementar nº 123, de 2006; E Item com ampla participação.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.
MODO DE DISPUTA: "Aberto".

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia **17/09/2026** a partir das **09h00min** após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 282.835,58 (Duzentos e oitenta e dois mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1228 (42) 3521-1200.
E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – Link: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 31 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:EBF2C884

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2025 SENAC/PR/Nº 18139/2025 (CONVÊNIO 2465)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA SUA UNIDADE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM UNIÃO DA VITÓRIA.

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.967.760/0001-71, sediado à Rua Dr. Cruz Machado, nº 205, 3º e 4º pavimentos, Centro, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr. ARY CARNEIRO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 168.827.259-34; e o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ – SENAC/PR**, pessoa jurídica de direito privado, entidade de educação e formação profissional sem fins lucrativos, "serviço social autônomo", criado pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, por meio da sua Unidade de Educação Profissional e Tecnológica em União da Vitória, inscrita no CNPJ nº 03.541.088/0027-86, situada a Rua Valentim Varacoski, nº 161, Centro, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela sua **GERENTE EXECUTIVA**, Sra. DANIELI CRISTINA PASCKO ROCHA, inscrita no CPF sob o nº 042.039.909-71, celebram o presente **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2025**, celebrado em 24 de novembro de 2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no artigo 124, inciso II, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto aditar o Contrato Administrativo nº 64/2025, celebrado entre as partes em 24 de novembro de 2025, para:

1.1.1. Substituir o item "01", da **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**;
1.1.2. Prorrogar o prazo de vigência, previsto na **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO

2.1. Ajustam as partes substituir o curso do título abaixo elencado, previsto no item "01", da **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR
01	**Oficina temática: Oficina de Costura Básica** 16 anos	32 h/a	R$ 6.400,00

	3º ano do Ensino Fundamental		

2.2. Para o seguinte título:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR
01	**Panetones, Bolos e Roscas Natalinas** 16 anos 5º ano do Ensino Fundamental	21 h/a	R$ 6.400,00

2.2.1. A alteração prevista nesta cláusula restringe-se ao título da oficina temática e à respectiva carga horária, permanecendo inalterados o valor contratado e a quantidade de 25 (vinte e cinco) vagas.

2.2.2. Em razão da alteração ora formalizada, todas as referências à **"Oficina temática: Oficina de Costura Básica"**, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas/aula, constantes dos documentos integrantes da contratação, deverão ser entendidas como **"Panetones, Bolos e Roscas Natalinas"**, com carga horária de 21 (vinte e uma) horas/aula, observadas as demais condições estabelecidas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
3.1. A alteração promovida pelo presente Termo Aditivo não acarretará alteração no valor contratado, permanecendo o valor do item "01" em **R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)**.

3.2. Permanecem igualmente inalterados os valores dos demais itens e o valor total do Contrato Administrativo nº 64/2025, correspondente a R$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA
4.1. As partes em comum e integral acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência contratual, por mais 1 (um) ano, com início na data de 25 de novembro de 2026, e **término previsto para 24 de novembro de 2027**, passível de prorrogação por novos períodos, de comum acordo entre as partes, caso seja do interesse de ambas, mediante manifestação por escrito, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data do seu vencimento, limitado, no entanto, ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO
5.1. Permanecem ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços originário que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento para que se produza o necessário efeito legal. Em caso de assinatura digital, quer de todas as assinaturas, quer de parte das assinaturas, as partes, neste ato, declaram admitir e concordar, para todos os fins e efeitos de direito, com a assinatura digital através da plataforma de assinatura digital, a partir dos e-mails de seus representantes e, em caso de assinatura digital apenas de parte das assinaturas, admitem e concordam, também, com este modelo híbrido de assinaturas -assinatura(s) digital(is) e manuscrita(s), pelo que reconhecem, desde já, a autoria, validade, eficácia, integridade e autenticidade deste instrumento assinado da forma como se completar, ainda que sem a aplicação de certificado digital.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal
Município de União da Vitória
Contratante

DANIELI CRISTINA PASCKO ROCHA
Gerente Executiva
SENAC/UEPT em União da Vitória
Contratado

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:15446A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 440/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a desistência formal da vaga apresentada por MARCOS SIDOLI, nomeado pelo Decreto nº 421/2026 para o cargo de Motorista, classificado em 19º lugar no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a nomeação de **MARCOS SIDOLI** para o cargo de Motorista, constante do Decreto nº 421/2026, em razão de sua desistência formal da vaga e do não comparecimento para a posse.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 421/2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 26 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:7AFA286B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 445/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada candidata aprovada em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, aas pessoa abaixo identificada, conforme a respectiva data:

Cargo ASSISTENTE SOCIAL

COLOCAÇÃO	NOME	DATA	LOTAÇÃO
15º	ROSANA DONDA RUCKL	03/09/2026	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 31 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F5700F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 446/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. 3° da E/C 47/05, c/c Art. 40. §5º, da CF;

DECRETA:

Art. 1º Concede **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,** ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**JULIANA TERESINHA TRAVERSIN DA SILVA**
CPF:	**019.606.379-59**
RG:	**6.722.075-7 PR**
CARGO:	**PROFESSORA**
NÍVEL:	**09-MG**
MATRÍCULA:	**1060/0**
INVESTIDURA:	**01/07/1998**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**COM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 6.160,27 (Seis mil, cento e sessenta reais e vinte e sete centavos)**

Art. 2° Ressalva-se eventual retificação do presente ato em razão do controle externo e registro do mesmo pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Ocorrendo este fato de retificação fica garantido ao (a) Servidor (a) o retorno ao Setor em que estava lotado (a) na data de publicação deste.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9306C5DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026
(Adesão à Ata de Registro de Preços)

O Município de União da Vitória/PR, por intermédio do Prefeito Municipal, **ARY CARNEIRO JUNIOR**, torna público que **HOMOLOGOU E RATIFICOU** o procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 30/2026**, referente ao **Processo Administrativo nº 95/2026**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
Objeto: Aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário, zero quilômetro, com capacidade mínima para 42 (quarenta e dois) passageiros, mais o motorista, destinado ao Transporte Sanitário de usuários do SUS, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026, do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS – 12ª R.S., com recursos do Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, nos termos da Resolução SESA nº 1.447/2025.
Empresa: RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. – CNPJ N.º 20.290.311/0001-40.
Valor Total: R$ 853.900,00 (oitocentos e cinquenta e três mil e novecentos reais).
Data da Homologação e Ratificação: 31 de agosto de 2026.

União da Vitória/PR, 31 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:FA478DBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5311, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "ASSOCIAÇÃO PATINHAS & AMOR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 9/2026**, de autoria da VEREADORA **THAYS BIEBERBACH** e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO PATINHAS & AMOR,** entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 61.365.226/0001-80, com sede administrativa estabelecida na Rua Ildefonso de Paula Bueno, nº 159, Bairro São Pedro, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, com atuação e prestação de serviços contínuos e gratuitos no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:D7EF8450

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5312, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA A "FESTA DOS MOTORISTAS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SALETE E SÃO CRISTÓVÃO", DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, INSTITUI O "DIA DA FESTA DOS MOTORISTAS" E O INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 10/2026**, de autoria do VEREADOR **JOAREZ TICA** e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de União da Vitória a **FESTA DOS MOTORISTAS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SALETE E SÃO CRISTÓVÃO**, tradicional evento sócio-religioso e comunitário realizado no Distrito de São Cristóvão.

Art. 2º Fica instituído no Município de União da Vitória o "Dia da Festa dos Motoristas da Paróquia Nossa Senhora da Salete e São Cristóvão", a ser comemorado anualmente no mês de julho, em data próxima ao dia 25 (vinte e cinco) de julho, a qual será definida e divulgada a cada exercício pela respectiva Comissão Organizadora da festividade.

Art. 3º O evento mencionado no caput do artigo 2º fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de União da Vitória/PR.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá apoiar e divulgar a festividade como forma de preservação da cultura local, fomento à tradição e valorização da categoria dos motoristas, observadas as normas legais vigentes quanto a parcerias, autorizações viárias e organização do espaço público.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6E41C904

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5313, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

DENOMINA DE "RUA LUIZ CARLOS SOTER" A VIA PÚBLICA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL LOCALIZADA ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 11/2026**, de autoria do VEREADOR **MARCO BORRACHA CAUS** e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica denominada de **"RUA LUIZ CARLOS SOTER"** a via pública urbana não nominada, identificada na planta oficial como "Rua Projetada", que tem seu início na intersecção com a Rua Balduino Bohrer e confronta com os lotes do Tribunal de Justiça do Paraná (Lote 18013), da Prefeitura Municipal (Lote 1606) e do Ministério Público (Lote 1407).

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, por meio do órgão competente, providenciará a devida sinalização da via pública com a instalação de placa indicativa, bem como a comunicação do novo logradouro à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), às concessionárias de serviços públicos e ao Cadastro Imobiliário do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:B656CE63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5314, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A APANCA – ASSOCIAÇÃO DE PERFORMANCE E ALTO RENDIMENTO EM NATAÇÃO E CATEGORIAS AQUÁTICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 12 /2026**, de autoria do VEREADOR **CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO** e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a **APANCA – ASSOCIAÇÃO DE PERFORMANCE E ALTO RENDIMENTO EM NATAÇÃO E CATEGORIAS AQUÁTICAS,** associação civil de direito privado, sem fins econômicos e de caráter filantrópico e desportivo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 05.725.295/0001-87.

Art. 2º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:
I - deixe de cumprir as finalidades previstas em seu Estatuto Social;
II - altere sua natureza para instituição com fins lucrativos;
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:0E86E2FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 616/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
EVA CAZIUK	991505170	2025/2026	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	16/09/2026 A 25/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1B3562B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 618/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 564/2026, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 17764/2026, referente ao DESPACHO - Controladoria-Geral do Município – Divisão de Corregedoria,** datado de 21 de agosto de 2026, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 27 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7A2FACEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 619/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA** criada através da Portaria nº 778/2025, para averiguação dos fatos e parecer final, o **Processo protocolado sob nº 18042/2026**, em atendimento ao DESPACHO Nº 38/2026 - CGM, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 235. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o PRAZO DE 30 (trinta) DIAS para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F62E2C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 620/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 65/2026
Chamamento Público nº 03/2026 - Processo Administrativo nº 69/2026
Partes:
CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CREDENCIADA: VIAÇÃO OURO E PRATA S.A., CNPJ nº 92.954.106/0001-42.
Objeto: Credenciamento de concessionárias de transporte rodoviário de passageiros para o fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais, destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de União da Vitória/PR.
Fundamento Legal: Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Valor: Valor total estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vigência: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início em 27 de agosto de 2026 e término em 27 de agosto de 2027.
Data da Assinatura: 27 de agosto de 2026.
GESTOR(a): Magali Aparecida Rochembach Carneiro - Secretária Municipal de Assistência Social
FISCAL: Cleunice de Jesus Ribeiro - Matrícula n.º 991505831.
FISCAL SUBSTITUTO: Felipe Santos Ribeiro - Matrícula nº 991506016.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:F5413B71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 621/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Contrato Administrativo nº 60/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, CNPJ nº 03.541.088/0027-86.
PROCESSO: Processo Administrativo nº 90/2026, Dispensa de Licitação nº 14/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Contratação direta do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC para execução de formações continuadas destinadas a diretores, supervisores, professores e merendeiras da rede municipal de ensino de União da Vitória, conforme necessidades definidas pela Secretaria Municipal de Educação.
VALOR TOTAL: R$ 36.800,00 (trinta e seis mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.39.00 | 00103.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Pelo Contratante, Ary Carneiro Junior, e pelo Contratado, Sidnei Lopes de Oliveira.
GESTOR(a): Solange Garcia Behrens - Secretária Municipal de Educação;
FISCAL: Priscila Guth Kukla Wisniewski, Matrícula nº 1479001.
FISCAL SUBSTITUTO: Débora Passos Guimarães, Matrícula n.º 1512204.
Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 28 de agosto de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:810002F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 624/2026

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 02 A 09 DE SETEMBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

12º Chamada
Cargo: MOTORISTA

Colocação	Candidato(a)
27º	TIAGO KRUL

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 31 de agosto de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BC30FE93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.269, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.269, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, Macsuel Junior Battisti, portador do CPF/MF n.º 064.870.xxx-xx, do cargo de Professor - 20 Horas, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:3DDA0F18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.270, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.270, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, Daniani Andressa dos Santos de Oliveira, portadora do CPF/MF n.º 077.290.xxx-xx, do cargo de Agente de Zeladoria, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:82D86041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.271, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.271, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada a vacância do cargo de Analista Fiscal e Tributário do Quadro Único do Município de Vitorino/PR, em razão da aposentadoria voluntária da servidora Maria Catarina Bergamaschi (CPF/MF 553.965.xxx-xx, RG 4.081.xxx-x SSP/PR);

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:A4473E17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.272, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Decreto 6.272, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, Luiz Henrique Fergutz, portador do CPF/MF n.º 027.790.xxx-xx, do cargo de Assessor Técnico de Projetos, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:D60B70F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.273, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.273, de 01 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Julia Perin, portadora do CPF/MF n.° 109.671.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 01 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:601D55FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.274, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto 6.274, de 01 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Evandro de Souza, portador do CPF/MF n.° 063.008.xxx-xx, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 01 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:8D6553AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 013/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 013/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2026;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2026, já homologado**;**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

IN	Candidato	Classificação
50	Rosana Todeschini Andreatta	3º

AGENTE DE ZELADORIA

IN	Candidato	Classificação
1014	Eva Lopes da Silva	1º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **01/09/2026** até **08/09/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 01 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:5FF103AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 122/2026

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. º 122/2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITORINO,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com art. 37, IX, da Constituição da República e Lei Municipal n° 1532/2016 de 31 de maio de 2016 e considerando o resultado do Concurso Público 001/2024;

TORNA PÚBLICO

1 – A convocação dos aprovados no Concurso Público 001/2024, já homologado**;**

PROFESSOR 20 HORAS

IN	Candidato	Classificação
1395	Marciane Maria Tenutti	32º

2 – Os candidatos classificados e relacionados acima deverão comparecer junto a Prefeitura Municipal de Vitorino situada na Rua Barão de Capanema, nº 134 na **Gerência de Recursos Humanos** entre os dias **01/09/2026** até **08/09/2026** das 08h30min até 11h e das 13h30min até 17h, para tomar posse, conforme instruções do ato de provimento em caráter efetivo. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Vitorino, em 01 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:715BB767

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 411, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 411, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1,5 (uma e meia) diárias para o servidor Vanderley Dimas Martinello – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 287/2026, protocolo n. º 7200/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Curitiba/PR, nos dias 28 e 29 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:37930096

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 412, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 412, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 289/2026, protocolo n. º 7202/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 30 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:8B725AD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 413, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Portaria 413, de 31 de agosto de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 290/2026, protocolo n. º 7204/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Nova Aurora/PR, no dia 31 de agosto de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:B705C066

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 19 /2026 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
PORTARIA Nº 19 /2026

Dispõe sobre a aprovação e instituição do Plano Municipal de Comunicação no âmbito da Política Municipal de Alfabetização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Vitorino – PR, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, e CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e pela Política Estadual de Alfabetização:
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, sistematizar e fortalecer a divulgação das ações, programas e projetos desenvolvidos pela Política Municipal de Alfabetização.
CONSIDERANDO a importância de garantir a transparência no acompanhamento das metas de alfabetização e de promover o engajamento contínuo da comunidade escolar, profissionais da educação e famílias.
CONSIDERANDO a importância da articulação entre os diversos setores da Secretaria Municipal de Educação para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Comunicação da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Vitorino – PR, estruturado em conformidade com as diretrizes técnicas e operacionais constantes nos documentos anexos a esta Portaria.
Art. 2º O Plano Municipal de Comunicação aprovado por esta Portaria possui como objetivos específicos:
I - Divulgar as ações da Política Municipal de Alfabetização;
II - Compartilhar orientações pedagógicas com as instituições de ensino;
III - Informar os resultados das avaliações externas e internas;
IV - Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização;
V - Promover a valorização das boas práticas desenvolvidas pelas escolas;
VI - Fortalecer a parceria entre Secretaria, escolas e comunidade.
Art. 3º A execução das ações integradas de comunicação seguirá o Cronograma Anual estabelecido, utilizando-se dos canais oficiais institucionais, mídias digitais, reuniões presenciais e materiais impressos regulamentados pela Secretaria.
Art. 4º A coordenação, acompanhamento e monitoramento contínuo deste Plano caberá à Secretaria Municipal de Educação, com o suporte direto da Equipe Técnica Pedagógica, do Articulador Municipal da RENALFA, de Diretores escolares e Coordenadores pedagógicos.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino – PR, 31 de agosto de 2026.

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Município de Vitorino – Paraná

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
ANEXO I
PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
Política Municipal de Alfabetização
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer
1. Apresentação

O Plano Municipal de Comunicação tem como objetivo organizar e fortalecer a divulgação das ações desenvolvidas pela Política Municipal de Alfabetização, garantindo uma comunicação clara, transparente e contínua entre a Secretaria Municipal de Educação, as escolas, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade.
Este plano está alinhado ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), à Política Estadual de Alfabetização e às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, buscando ampliar a participação da comunidade escolar e fortalecer a cultura da alfabetização.

2. Objetivo Geral

Organizar e sistematizar a comunicação das ações, programas, projetos, resultados e estratégias da Política Municipal de Alfabetização, promovendo o engajamento dos diferentes públicos envolvidos e garantindo transparência no acompanhamento das metas de alfabetização.

Objetivos Específicos

* Divulgar as ações da Política Municipal de Alfabetização.
* Compartilhar orientações pedagógicas com as escolas.
* Informar os resultados das avaliações externas e internas.
* Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização.
* Promover a valorização das boas práticas desenvolvidas pelas escolas.
* Fortalecer a parceria entre Secretaria, escolas e comunidade.

3. Público-alvo

* Gestores escolares;
* Equipes pedagógicas;
* Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais;
* Estudantes;
* Pais e responsáveis;
* Comunidade escolar;
* Demais parceiros da educação.

4. Canais de Comunicação Utilizados

A Secretaria Municipal de Educação utilizará diferentes meios para garantir ampla divulgação das ações:

* Página oficial da Secretaria Municipal de Educação;
* Redes sociais oficiais (Facebook e Instagram);
* WhatsApp institucional;
* E-mails institucionais;
* Reuniões presenciais;
* Formações continuadas;
* Murais das escolas; informativos impressos;
* Boletins informativos.

5. Cronograma das Ações

Janeiro/fevereiro	Divulgação das metas da Politica Municipal de Alfabetização e Planejamento anual.
Março	Divulgação das formações pedagógicas e ações de acompanhamento e monitoramento.
Abril	Socialização das ações desenvolvidas pelas escolas.
Maio	Campanhas de incentivo à leitura. Cantinho da Leitura nas salas de aula. Estratégia de fortalecimento da cultura leitora as escolas da rede municipal. realizar, diariamente, uma pausa para a leitura com todas as turmas, prevendo um momento de no mínimo 15 a 20 minutos dedicados exclusivamente a leitura.
Junho	Divulgação dos resultados das avaliações diagnósticas e planejamento das intervenções.
Julho	Divulgação das formações do segundo semente.
Agosto	Mobilização das famílias para fortalecimento da alfabetização.
Setembro	Divulgação de projetos de leitura e escrita.
Outubro	Compartilhamento de boas práticas das escolas.
Novembro	Divulgação dos resultados das avaliações e ações desenvolvidas.
Dezembro	Prestação de contas das ações e avaliação do plano.

6. Estratégias de Mobilização

Para ampliar o envolvimento dos diferentes públicos, serão desenvolvidas ações como:

* Reuniões periódicas com gestores escolares;
* Formações continuadas para professores;
* Campanhas de incentivo à leitura;
* Projetos cantinho de leitura nas escolas;
* Envolvimento das famílias por meio de reuniões;
* Divulgação de boas práticas pedagógicas;
* Participação da comunidade em ações educativas.

7. Mecanismos de Divulgação das Ações e Resultados

A Secretaria Municipal divulgará periodicamente:

* Resultados das avaliações externas (CAEd, Criança Alfabetizada, Prova Paraná, Prova Paraná Mais, Avaliação SAEB e demais avaliações);
* Resultados das avaliações diagnósticas municipais;
* Cronograma das formações continuadas;
* Projetos de incentivo à leitura; (cantinho da leitura e fazer uma pausa a leitura diariamente de 15 a 20 minutos.)
* Acompanhamento e monitoramento das ações das escolas;
* Indicadores da alfabetização; (Criança Alfabetizada ICA, taxa de Analfabetismo do IBGE e o Indicador de Alfabetismo Funcional INAF).
* Notícias nas redes sociais e no site institucional.

8. Monitoramento

O Plano será acompanhado continuamente pela Secretaria Municipal de Educação por meio de:

* reuniões periódicas;
* registros das ações realizadas;
* análise dos indicadores de alfabetização;
* acompanhamento das escolas;
* avaliação anual do plano para possíveis adequações.

. Responsáveis

* Secretaria Municipal de Educação;
* Secretário (a) Municipal de Educação;
* Equipe Técnica Pedagógica;
* Articulador (a) Municipal RENALFA;
* Diretores escolares;
* Coordenadores pedagógicos.

10. Considerações Finais

Este Plano Municipal de Comunicação constitui um instrumento de organização e transparência das ações da Política Municipal de Alfabetização. Seu propósito é garantir que todas as informações relacionadas às ações pedagógicas, formações, avaliações, resultados e estratégias de alfabetização sejam amplamente divulgadas, fortalecendo a participação das escolas, dos profissionais da educação, das famílias e da comunidade. Dessa forma, contribui para o alcance das metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e para a melhoria da qualidade da educação no município.

Publicado por:
Daniana Carla Hoffmann Paulini
Código Identificador:8F1856A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 26/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre as deliberações do Conselho Municipal de Saúde em reunião Ordinária de 31 de agosto de 2026 e da outras providências.

O Conselho Municipal de Saúde de VITORINO, Estado do Paraná, no uso de sua competência regimental conferida pelo Art. 23 e no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e pela Lei Municipal nº 1131/2011 de 04 de junho de 2011. **Resolve:**

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, o Plano de Contingência Municipal para o Enfrentamento de Arbovirose (Dengue, Zika Vírus e Chikungunya) de Vitorino – Pr.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Vitorino, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

HAROLDO LUIZ BERNARDI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 26/2026, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e nos termos do parágrafo único do Art. 8º do Regimento interno do C.M.S.
Vitorino, 31 de agosto de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camila Gobatto Facin
Código Identificador:5516CC8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 27/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre as deliberações do Conselho Municipal de Saúde em reunião Ordinária de 31 de agosto de 2026 e da outras providências.

O Conselho Municipal de Saúde de VITORINO, Estado do Paraná, no uso de sua competência regimental conferida pelo Art. 23 e no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e pela Lei Municipal nº 1131/2011 de 04 de junho de 2011. **Resolve:**

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, o Plano de Atenção à Saúde – Atuação da Fisioterapia na UBS do Município de Vitorino – Pr.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Vitorino, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

HAROLDO LUIZ BERNARDI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 27/2026, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e nos termos do parágrafo único do Art. 8º do Regimento interno do C.M.S. Vitorino, 31 de agosto de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camila Gobatto Facin
Código Identificador:31A7BF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 28/2026, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre as deliberações do Conselho Municipal de Saúde em reunião Ordinária de 31 de agosto de 2026 e da outras providências.

O Conselho Municipal de Saúde de VITORINO, Estado do Paraná, no uso de sua competência regimental conferida pelo Art. 23 e no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e pela Lei Municipal nº 1131/2011 de 04 de junho de 2011. **Resolve:**

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, o Protocolo e Fluxo Municipal de Enfermagem para Cobertura de Curativos especiais e ostomias/colostomia na Estratégia Saúde da FamíliaUBS do Município de Vitorino – Pr.

Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Vitorino, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

HAROLDO LUIZ BERNARDI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução CMS nº 28/2026, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e nos termos do parágrafo único do Art. 8º do Regimento interno do C.M.S. Vitorino, 31 de agosto de 2026.

SIMONE LORENSET GUTSTEIN
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camila Gobatto Facin
Código Identificador:06E815A9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
CONTRATO N.º 093/2026 ORDEM DE SERVIÇO N.º 007/2026

CONTRATO N.º 093/2026
ORDEM DE SERVIÇO N.º 007/2026

LICITAÇÃO	:	Concorrência Eletrônica n.º 007/2026.
OBJETO:	:	**Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para execução da obra de construção do vestiário do campo municipal de Boa Esperança do Iguaçu – PR, com área construída de 154,00m², compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à completa execução da obra, incluindo serviços preliminares e administração de obra; movimentação de terra; fundações; estrutura em concreto armado; impermeabilização; alvenaria; cobertura; esquadrias, vidros e acessórios; laje; revestimentos internos e externos; pavimentação em granilite; pinturas; instalações elétricas; instalações hidrossanitárias; fornecimento e instalação de louças, metais sanitários e chuveiros; Dispositivos de acessibilidade; limpeza final da obra e demais serviços complementares previstos nos projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório, com recursos provenientes do Fundo Municipal do Esporte, oriundos do cofinanciamento estadual aprovado pela Deliberação nº 001/2026, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n. º 007/2026.**
RECURSOS:	:	**Fundo Municipal do Esporte**
CONTRATO	:	093/2026.
DATA DE ASSINATURA	:	31/07/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA	:	300 (trezentos) dias.
PRAZO DE EXECUÇÃO	:	240 (duzentos e quarenta) dias.
DATA PREVISTA DE INÍCIO DA OBRA	:	01/08/2026.
VALOR	:	R$ 514.700,00(quinhentos e doze mil e setecentos reais).

Pela presente Ordem de Serviço, autorizamos a DERIVADOS DE CIMENTO DUOVIZINHENSE LTDA, registrada no CNPJ 78.724.937/0001-05, a executar o objeto deste contrato.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 31 de julho de 2026

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:339A8CAA

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIADO - CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO N° 002/2025 - PROCESSO Nº 186/2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "clínico geral", para atuar com Equipes da Estratégia da Saúde da Família Rural, (ESF Rural) e nas demais Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 002/2025 - Processo Administrativo nº 186/2025 e seus anexos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar. Torna-se público o resultado do certame em epígrafe, em favor das proponentes credenciadas abaixo relacionadas.

EMPRESA VENCEDORA – POR ORDEM DE CREDENCIAMENTO.

Nome Completo da Empresa (Razão Social)	CNPJ	Profissional
FRANCO FRITSCH SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	53.844.096/0001-30	WILLIAN JORGE FRANCO FRITSCH

FRANCO FRITSCH SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - 53.844.096/0001-30						
ITEM	**DESCRIÇÃO DE PRODUTOS**	**QTD. MÁX. DE PROFISSIONAIS**	**UND**	**QTD**	**MENOR PREÇO**	**Valor Global**
1	Contratação de empresa com profissional médico clinico geral com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de segunda a sexta, em turnos matutino/vespertino, para suprir a demanda do atendimento médico ambulatorial, junto a Unidade Básica de Saúde.	7	Mês	12	R$ 23.000,00	R$ 1.932.000,00
VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO						**R$ 1.932.000,00**

São Jorge D'Oeste-PR, 27 de agosto de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:81C948E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2026

PROCESSO Nº 279/2026 e 280/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: CIRURGICA PRIME LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 46.116.717/0001-02

OBJETO: Contratação de Aquisição de suplemento enteral e materiais médicos hospitalares

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR	1	15232	FORMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NUTREN 1.0 SABOR BAUNILHA 400G		LT	312,00	56,40	17.596,80
LOTE: 002 - Lote 002	1	16301	FRASCO FRACIONADOR 300ML PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM ALÇA DE FIXAÇÃO NA BASE PARA PENDURAR O FRASCO DE FORMA SEGURA E ESTÁVEL.		UNID	500,00	1,05	525,00

LOTE: 003 - Lote 003	1	16302	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL PONTA PERFURANTE ADPTÁVEL COM FACILIDADE E SEGURANÇA EM QUALQUER TIPO DE FRASCO/AMPOLA/BOLSA E CONTENDO PROTETOR. CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PERMITINDO O MONITORAMENTO DO FLUXO DA ALIMENTAÇÃO A SER ADMINISTRADA. TUBO FLEXÍVEL DE COLORAÇÃO AZUL EM P.V.C 1,2M DE COMPRIMENTO REGULADOR DE FLUXO (CLAMP E ROLETE) PARA CONTROLE DE FLUXO COM SEGURANÇA. CONECTOR ESCALONADO PARA DIFERENTES DIÂMETROS DE SONDA, CONTENDO PROTETOR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME TERMOPLÁSTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICAÇÃO, CÓDIGO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.		UNID	500,00	0,97	485,00
LOTE: 004 - Lote 004	1	16303	AMPOLA DE SORO FISIOLÓGICO 0,9% CAIXA COM 100 UNIDADES		CAIXA	3,00	24,90	74,70
LOTE: 008 - Lote 008	1	17903	LUVA ESTÉRIL: MATERIAL: LÁTEX;ESTÉRIL; ATÓXICA E APIROGÊNICA; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ANTIDERRAPANTE; APROVADA PELO INMETRO; TAMANHO M. CAIXA COM 50 UNID.		CAIXA	25,00	48,90	1.222,50
LOTE: 009 - Lote 009	1	18254	GASE ESTÉRIL COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS 7,5x7,5 CM. PCT COM 10		PACOT	500,00	0,57	285,00
TOTAL								20.189,00

VALOR TOTAL: *R$ 20.189,00 (Vinte Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais)*

VIGÊNCIA: 31/08/2026 a 30/08/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:7D54D771

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVOS DOS CONTRATOS

Nº ADITIVO	Nº CONTRATO	LICITAÇÃO	OBJETO	NOVA VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
3º	65/2023	PE 52/2023	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	16/10/2027	R$ 98.790,00	JORNAL O REPORTER LTDA CNPJ: 36445.706/0001-04
3º	66/2023	PE 52/2023	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	16/10/2027	R$ 104.550,00	EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA CNPJ:01.276.217/0001-91
3º	67/2023	PE 52/2023	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	16/10/2027	R$ 22.590,00	EDITORA BEM PARANA LTDA CNPJ: 76.637.305/0001-70
1º	66/2025	PE 37/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	14/08/2027	R$ 78.300,00	AJA - SERVICOS E CONTROLES TECNOLOGICOS LTDA CNPJ: 30.540.393/0001-97
1º	66/2025	PE 37/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	14/08/2027	R$ 53.437,50	RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA CNPJ: 26.162.488/0001-47
4º	61/2022	PE 51/2022	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	22/08/2027	R$ 73.038,36	D & B SOCCER ASSESSORIA ESPORTIVA EIRELI CNPJ:32.819.358/0001-37
2º	99/2025	DL 23/2025	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	01/09/2027	R$ 23.750,00	61.783.564 CHARLES SANTANA DOMINGOS CNPJ:61.873.564/0001-23
1º	82/2026	PE 23/2026	ACRÉSCIMO DE 25%		R$ 22.249,69	WHEALTH PLAY MUSIC LTDA CNPJ:57.317.107/0001-85
4º	55/2022	IN 07/2022	PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR	01/08/2027	R$ 9.635,00	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA CNPJ:07.797.967/0001-95

Publicado por:
Alessandra Narlock de Souza
Código Identificador:744BE5FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 286/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 286/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA **DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA.**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL SULFITE A4.**PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO HAVER PRORROGAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133/2021.
VALOR: R$ **135.675,00 (cento e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais)**.
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
04.01	**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**
02.062.0002.2.010	Manutenção de Secretaria de Assuntos Jurídicos
3.3.90.30.00 – 1000	Manuntenção de Consumo 33
05.01	**Secretaria Municipal de Recursos Humanos**
04.122.0004.2.008	Serviços de Recursos Humanos
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 48
06.01	**Secretaria Municipal de Administração e Previdência**
04.122.0004.2.013	Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 66
07.01	**Secretaria Municipal da Fazenda**
04.123.0003.2.021	Serviços de Administração Financeira
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 102
08.01	**Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**
04.122.0004.2.023	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 117
09.01	**Secretaria Municipal de Saúde**
10.301.0015.2.032	Atenção Primária em Saúde PAP
3.3.90.30.00 – 1347	Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037	Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343	Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047	Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 180
10.304.0016.2.041	Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042	Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 205
10.01	**Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social**
08.244.0010.2.049	Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1980	Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1941	Material de Consumo 230
08.244.0010.2.055	Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00 - 1940	Material de Consumo 234
08.244.0010.2.056	Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 - 1934	Material de Consumo 238
10.02	**Secretaria Municipal da Família Mulher e Desenvolvimento Social**
08.243.0013.6.003	Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832	Material de Consumo 268
11.01	**Secretaria Municipal de Educação**
12.361.0018.6.008	Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009	Ensino Infantil Fundeb - Creche
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010	Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 328
12.361.0018.6.016	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103	Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019	Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 305
.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 305
12.365.0019.6.017	Manutenção de Centros de Educação Infantil - Creche
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 337
12.01	**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**
27.812.0034.2.081	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 364
13.01	**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente**
20.606.0030.2.084	Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 379
13.02	**Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente**
18.541.0027.2.088	Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 403
14.01	**Secretaria Municipal de Indústria e Comércio**
23.691.0031.2.092	Manut.do Gab.do Secretário de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 419
15.01	**Secretaria Municipal de Habitação**
16.482.0028.2.095	Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 430
16.01	**Secretaria Municipal de Urbanismo**
15.452.0028.2.097	Manutenção do Departamento de Urbanismo
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 438
17.01	**Secretaria Municipal de Segurança**
04.122.0004.2.103	Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 449
18.01	**Secretaria Municipal de Planejamento**
04.122.0004.2.096	Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 471
19.01	**Secretaria Municipal de Comunicação Social**
04.122.0004.2.006	Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas

3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 482
20.01	**Secretaria Municipal do Trabalho. Qualificação e Renda**
11.334.0017.2.094	Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 491
21.01	**Secretaria Municipal de Cidadania e Ouvidoria**
04.122.0004.2.012	Ouvidoria
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 498
23.01	**Secretaria Municipal de Cultura e Turismo**
13.392.0023.2.079	Manutenção de Biblioteca Públicas
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 531

Almirante Tamandaré, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:C86B3703

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 287/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL SULFITE A4.
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO HAVER PRORROGAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133/2021.
VALOR: R$ 46.035,00 (quarenta e seis mil e trinta e cinco reais.
DATA DA ASSINATURA: 27/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
04.01	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
02.062.0002.2.010	Manutenção de Secretaria de Assuntos Jurídicos
3.3.90.30.00 – 1000	Manuntenção de Consumo 33
05.01	Secretaria Municipal de Recursos Humanos
04.122.0004.2.008	Serviços de Recursos Humanos
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 48
06.01	Secretaria Municipal de Administração e Previdência
04.122.0004.2.013	Manutenção do Departamento de Administração
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 66
07.01	Secretaria Municipal da Fazenda
04.123.0003.2.021	Serviços de Administração Financeira
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 102
08.01	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
04.122.0004.2.023	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 117
09.01	Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.032	Atenção Primária em Saúde PAP
3.3.90.30.00 – 1347	Material de Consumo 150
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 150
10.301.0015.2.037	Atenção Primária da Saúde Estadual
3.3.90.30.00 – 1343	Material de Consumo 158
10.301.0015.2.046	Serviços de Saúde Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 173
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 173
10.301.0015.2.047	Manutenção do Posto 24 Horas
3.3.90.30.00 – 1303	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 180
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 180
10.304.0016.2.041	Serviço de Vigilância Sanitária
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 200
10.305.0016.2.042	Serviço de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00 – 1494	Material de Consumo 205
10.01	Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.244.0010.2.049	Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1980	Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054	Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1941	Material de Consumo 230
08.244.0010.2.055	Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00 - 1940	Material de Consumo 234
08.244.0010.2.056	Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 - 1934	Material de Consumo 238
10.02	Secretaria Municipal da Família Mulher e Desenvolvimento Social
08.243.0013.6.003	Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 268
3.3.90.30.00 – 1832	Material de Consumo 268
11.01	Secretaria Municipal de Educação
12.361.0018.6.008	Ensino Fundamental Fundeb 30%
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 285
12.365.0019.6.009	Ensino Infantil Fundeb - Creche
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 325
12.365.0019.6.010	Ensino Infantil Fundeb - Pré Escola
3.3.90.30.00 – 1102	Material de Consumo 328

12.361.0018.6.016	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00 – 1103	Material de Consumo 294
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 294
12.361.0018.6.019	Manutenção do Departamento de Educação
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 305
.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 305
12.365.0019.6.017	Manutenção de Centros de Educação Infantil - Creche
3.3.90.30.00 – 1104	Material de Consumo 337
12.01	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
27.812.0034.2.081	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 364
13.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
20.606.0030.2.084	Manutenção da Agricultura e do Abastecimento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 379
13.02	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente
18.541.0027.2.088	Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente
3.3.90.30.00 – 1510	Material de Consumo 403
14.01	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
23.691.0031.2.092	Manut.do Gab.do Secretário de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 419
15.01	Secretaria Municipal de Habitação
16.482.0028.2.095	Serviços Habitacionais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 430
16.01	Secretaria Municipal de Urbanismo
15.452.0028.2.097	Manutenção do Departamento de Urbanismo
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 438
17.01	Secretaria Municipal de Segurança
04.122.0004.2.103	Manutenção Depto.de Segurança Pública
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 449
18.01	Secretaria Municipal de Planejamento
04.122.0004.2.096	Manutenção do Departamento de Planejamento
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 471
19.01	Secretaria Municipal de Comunicação Social
04.122.0004.2.006	Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 482
20.01	Secretaria Municipal do Trabalho. Qualificação e Renda
11.334.0017.2.094	Programa de Desenvolvimento do Trabalho
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 491
21.01	Secretaria Municipal de Cidadania e Ouvidoria
04.122.0004.2.012	Ouvidoria
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 498
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
13.392.0023.2.079	Manutenção de Biblioteca Públicas
3.3.90.30.00 - 1000	Material de Consumo 526
13.392.0023.2.080	Manutenção das Atividades Culturais
3.3.90.30.00 – 1000	Material de Consumo 531

Almirante Tamandaré, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:D5F98B54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
EDITAL Nº. 07/2026 – (COMISSÃO ESPECIAL)

DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

A Comissão Especial designada para conduzir o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Andirá-PR, instituída pela Resolução nº. 09/2026 do CMDCA de 28 de abril de 2026,

CONSIDERANDO O Edital de Abertura nº 01/2026, referente ao Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Andirá/PR, mandato 2024–2028, em atendimento à Recomendação Administrativa nº 01/2026 e ao despacho proferido no Procedimento Administrativo nº MPPR-0005.26.000312-3;

CONSIDERANDO O Edital nº.06/2026 Homologação das Inscrições e Convocação dos Candidatos Habilitados para as Provas Objetiva e Discursiva.

CONSIDERANDO A documentação referente a prova objetiva e discursiva (caderno de prova e gabarito) disponibilizado pela empresa contratada pelo município para este processo.

RESOLVE:

Art. 1º Fica divulgado o Gabarito Preliminar e o Caderno de Questões da Prova Objetiva e Discursiva aplicada em 30 de agosto de 2026 (em anexo).

Art. 2º O período para interposição de recursos será de 01/09/2026 a 07/09/2026.

Parágrafo único: O recurso poderá ser apresentado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Andirá ou por meio eletrônico, através do rsgtreinamento@gmail.com devendo o candidato expor de forma clara, objetiva e fundamentada as razões de sua irresignação.

Art. 3º Os recursos deverão conter identificação do candidato, número da questão e fundamentação.

Art. 4º Não serão conhecidos recursos intempestivos ou sem fundamentação.

Art. 5º O gabarito definitivo será publicado até 09/09/2026.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Andirá, Paraná, 31 de agosto de 2026.

REBECA GONÇALVES
Membro da Comissão Especial

RAFAEL VITAL DOS SANTOS
Membro da Comissão Especial

LÍDIA MARIA GARCIA
Membro da Comissão Especial

VALDETE APARECIDA BENTO CAVALHEIRO BONACIN
Membro da Comissão Especial

CLAYSSE DANIELLE MORIMOTO
Membro da Comissão Especial

FRANCIELI MUNHÃO MARTINS
Membro da Comissão Especial

ANEXO I – CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:
a) Excessão, privilégio, conselho
b**) Exceção, privilégio, conselho**
c) Exessão, previlégio, concelho
d) Exceção, previlégio, concelho

2. Assinale a frase com concordância correta:
a) As crianças necessita de proteção.
b) As crianças necessita de cuidados.
c) As crianças necessitam de proteção.
d) As criança necessitam de proteção.

3. A palavra "solidariedade" significa:
a) Egoísmo
b) **Cooperação**
c) Violência
d) Injustiça

4. O plural de "cidadão" é:
a) cidadões
b) cidadães
c) **cidadãos**
d) cidadans

5. Assinale a alternativa em que há erro de pontuação:
a) Crianças, adolescentes e famílias precisam de apoio.
b) O Conselho Tutelar atende crianças e adolescentes.
c**) O Conselho Tutelar, atende crianças e adolescentes.**
d) Todos têm direito à proteção.

6. A palavra "infelizmente" indica ideia de:
a) alegria
b) dúvida
c) tristeza
d) intensidade

7. Assinale o sujeito da frase: "O Conselho Tutelar protege os direitos da criança."
a) protege
b) direitos
c) criança
d) **Conselho Tutelar**

8. A palavra que é antônimo de "mau" é:
a) bem
b) educado
c) bom
d) cortez

9. Assinale a opção correta:
a) Fazem cinco anos que moro aqui.
b) **Faz cinco anos que moro aqui.**
c) Fazem cinco ano que moro aqui.

d) Faz cinco ano que moro aqui.

10. Em qual alternativa o verbo está no passado?
a) estudar
b) estudará
c) **estudou**
d) estuda

11. A palavra "proteção" é formada por:
a) 5 sílabas
b) 6 consoantes
c) 7 vogais
d) 8 letras

12. Assinale a alternativa correta:
a) As família precisam de apoio.
b) A família precisam de apoio.
c) **As famílias precisam de apoio.**
d) As famílias precisa de apoio.

13. Qual alternativa apresenta um sinônimo de "garantir"?
a) negar;
b) **assegurar;**
c) impedir;
d) restringir;

14. A frase "As crianças brincaram no parque" está no:
a) presente;
b) passado;
c) futuro;
d) infinitivo;

15. Assinale a palavra grafada corretamente:
a) Saude;
b) Criança;
c) Voce;
d) Concelho;
CONHECIMENTOS GERAIS

16. O município de Andirá pertence à região norte pioneira do Paraná e é limitada por quais cidades paranaenses?
a) Bandeirantes; Palmital; Cambará e Candido Mota;
b) Cambará; Barra do Jacaré; Itambaracá e Candido Mota;
c) Bandeirantes;Cambara; Itambaracá; barra do Jacaré e Palmital;
d) **Bandeirantes; Cambará; Itambaracá e Barra do Jacaré;**

17. O Brasil é dividido em quantas regiões?
a) 3 - leste, norte e sul;
b) 4 - leste, oeste, norte e sul;
c**) 5 - norte, nordeste, centro-oeste,sudeste e sul**
d) 6 - norte, nordeste, noroeste, sul, sudeste e centro-oeste

18. O prefeito é o chefe do Poder:
a) Legislativo;
b) Judiciário;
c) Executivo;
d) Todos os poderes a nível municipal;

19. Segundo a legislação eleitoral Brasil o voto é facultativo para:
a) pessoas entre 18 e 70 anos
b) **pessoas entre 16 e 17 anos, analfabetos e maiores de 70 anos;**
c) para mulheres, analfabetos e pessoas em privação de liberdade;
d) Servidores públicos em cargo de confiança;

20. A bandeira nacional brasileira possui quantas cores oficiais?
a) 2 - somente o verde e amarelo
b) 3 - verde, amarelo e azul
c) 4 - verde, amarelo, branco e azul
d) 5 - verde, amarelo, branco, azul e dourado (incluído pela lei 82.500/26)

INFORMÁTICA

21. Qual programa é utilizado para elaborar textos?
a) Excel;
b) Word;

c) Paint;
d) Calculadora;

22. O equipamento utilizado para imprimir documentos é:
a) scanner;
b) teclado;
c) monitor;
d) impressora;

23. Um endereço de e-mail válido é:
a) www.gmail.com
b) joao@email.com
c) www.google.com
d) https://www.doc_layouts

24. A internet é utilizada para:
a) apenas jogar;
b) apenas enviar e-mails;
c) acessar informações e se comunicar;
d) apenas assistir vídeos;

25. O Excel é utilizado principalmente para:
a) desenho;
b) **planilhas e cálculos;**
c) edição de vídeos;
d) navegação na internet;

LEGISLAÇÃO SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE

26- O direito à convivência familiar e comunitária significa que a criança e o adolescente devem:
a) Crescer obrigatoriamente com os pais biológicos;
b) Ser entregue para pessoas da comunidade que comprovem ter condições financeiras para cuidar em detrimento do acolhimento institucional;
c) **Ser criados em ambiente familiar e comunitário saudável;**
d) Permanecer sempre em acolhimento institucional;

27 - O ECA garante prioridade absoluta às crianças e adolescentes. Isso inclui:
a) Preferência na formulação de políticas públicas
b) Preferência na formulação de políticas públicas somente se houver orçamento disponível;
c) Exclusão de programas sociais;
d) Atendimento apenas em emergências;

28 - Em relação ao direito à educação, é correto afirmar que o ECA assegura:
a) Apenas o acesso ao ensino fundamental;
b) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
c) Matrícula facultativa para crianças em idade escolar;
d) Ensino obrigatório apenas para adolescentes;

29 - É dever de quem assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente?
a) Apenas da família;
b) Apenas do Estado;
c) **Família, sociedade e poder público;**
d) Apenas do Conselho Tutelar;

30 - A Lei nº 13.010/2014 (chamada lei da palmada ou Lei Menino Bernardo) acrescentou ao ECA o direito da criança e do adolescente de:
a) Receber educação exclusivamente escolar;
b) Ser educado e cuidado sem castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante;
c) Permanecer obrigatoriamente com a família biológica;
d) Não ser submetido a medidas protetivas;

31 - A Lei Henry Borel considera a violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente como:
a) Conflito privado sem relevância jurídica;
b) Infração administrativa;
c**) Forma de violação dos direitos humanos;**
d) Questão exclusiva da família;

32 - O ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) tem como principal objetivo:
a) Regulamentar e proteger o comércio eletrônico;
b) Proteger crianças e adolescentes nos ambientes digitais;
c) Controlar o acesso de adultos à internet;
d) Criar novas regras para escolas públicas sobre fotos e filmagens de crianças e adolescentes;

33 - O ECA Digital proíbe o uso de dados pessoais de crianças e adolescentes para:
a) Matrícula escolar;
b) Atendimento médico;

c) **Publicidade comportamental e manipulação de consumo;**
d) Cadastro em bibliotecas;

34 -No que se refere a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes autores de atos infracionais, assinale a alternativa correta:
a) O Conselho Tutelar é responsável por aplicar medidas socioeducativas ao adolescente autor de ato infracional;
b) As medidas socioeducativas são aplicadas pelo Conselho Tutelar e incluem advertência, obrigação de reparar o dano e internação;
c) O Conselho Tutelar aplica medidas de proteção às crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, enquanto as medidas socioeducativas são aplicadas pela autoridade judiciária aos adolescentes autores de ato infracional;
d) O Conselho Tutelar pode aplicar qualquer medida socioeducativa, exceto a internação;

35 - De acordo com o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é atribuição do Conselho Tutelar:
a) Aplicar medidas socioeducativas de internação ao adolescente autor de ato infracional;
b) Julgar ações de perda ou suspensão do poder familiar;
c) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança para assegurar direitos de crianças e adolescentes;
d) Determinar prisão preventiva dos responsáveis que descumprirem suas decisões;

36 - O Conselho Tutelar de Andirá é composto por:
a) 3 membros escolhidos pelo executivo municipal e 2 pelo conselho de direitos;
b) 4 membros escolhidos pela sociedade;
c**) 5 membros de acordo com a lei 8069/90;**
d) 7 membros, considerando o tamanho do município;

37 - De acordo com a lei 8069/90 o direito à vida, à saúde, à educação e à convivência familiar são considerados:
a) benefícios;
b) direitos fundamentais;
c) privilégios;
d) garantias opcionais;

38 - De acordo com a lei 8069/90 o acolhimento institucional deve ser utilizado:
a) como primeira medida;
b) apenas quando necessário para proteção da criança;
c) sempre que houver denúncia;
d) Sempre que os pais não tiverem condições financeiras de sustentar os filhos;

39 - Segundo o ECA, é proibida a venda à criança e adolescente de:
a) Produtos que não causem dependência química;
b) Refrigerantes;
c) Bilhetes lotéricos e equivalentes;
d) Revistas de interesse científico.

40 - Uma criança de 8 anos necessita de acompanhamento médico especializado, mas o município não oferece o atendimento necessário. Segundo o ECA, essa situação:
a) É normal, pois o atendimento especializado não é obrigatório;
b) Representa uma violação do direito à saúde da criança;
c) Deve ser resolvida exclusivamente pela família, uma vez que o salário-mínimo é calculado para atender as necessidades de alimentação, moradia e saúde;
d) Não envolve responsabilidade do poder público;

PROVA DISSERTATIVA

Tema: O direito à educação e à proteção de crianças e adolescentes.
Caso:
Pedro tem 11 anos e mora com sua mãe e dois irmãos menores. Nos últimos meses, ele tem faltado frequentemente à escola para ajudar a cuidar dos irmãos enquanto a mãe trabalha. A direção da escola percebeu a situação e tentou contato com a família. Embora a mãe reconheça a importância dos estudos, ela afirma não ter com quem deixar as crianças menores e depende de Pedro para cuidar.
Diante dessa realidade, surge a seguinte questão: como garantir o direito à educação de Pedro sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas por sua família?
Proposta de Redação:
Com base na situação apresentada, redija um texto dissertativo sobre o tema:
"A importância da garantia dos direitos das crianças e adolescentes e a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado."
O texto deverá conter no máximo 30 linhas e estar de acordo com a norma culta.

ANEXO II – GABARITO PRELIMINAR

Nr.	A	B	C	D		Nr	A	B	C	D
01	( )	(x)	( )	( )		21	( )	(x)	( )	( )
02	( )	( )	(x)	( )		22	( )	( )	( )	(x)
03	( )	(x)	( )	( )		23	( )	(x)	( )	( )
04	( )	( )	(x)	( )		24	( )	( )	(x)	( )
05	( )	( )	(x)	( )		25	( )	(x)	( )	( )
06	( )	( )	(x)	( )		26	( )	( )	(x)	( )
07	( )	( )	( )	(x)		27	ANULADA *			
08	( )	( )	(x)	( )		28	( )	(x)	( )	( )
09	( )	(x)	( )	( )		29	( )	( )	(x)	( )
10	( )	( )	(x)	( )		30	( )	(x)	( )	( )

11	( )	( )	( )	(x)		31	( )	( )	(x)	( )
12	( )	( )	(x)	( )		32	( )	(x)	( )	( )
13	( )	(x)	( )	( )		33	( )	( )	(x)	( )
14	( )	(x)	( )	( )		34	( )	( )	(x)	( )
15	( )	(x)	( )	( )		35	( )	( )	(x)	( )
16	( )	( )	( )	(x)		36	( )	( )	(x)	( )
17	( )	( )	(x)	( )		37	( )	(x)	( )	( )
18	( )	( )	(x)	( )		38	( )	(x)	( )	( )
19	( )	(x)	( )	( )		39	( )	( )	(x)	( )
20	( )	( )	(x)	( )		40	( )	(x)	( )	( )

ATENÇÃO:
Marcar mais de uma alternativa anulará a resposta.

*** Questão anulada por conter duas alternativas “b”, podendo causar confusão no candidato.**

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:63628953

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 611/2026

PORTARIA N.º 611/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROMOÇÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Do Nível	Para Nível	A partir de	Protocolo
47333	MARINALDO PAVERA DA SILVA FILHO	ENFERMEIRO	I	II	30/07/2026	18861/2026
46091	RONALDO MARTINS GUIMARAES	MOTORISTA	IV	V	29/07/2026	18715/2026
42921	THIAGO GIONEDIS GONCALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	II	III	05/08/2026	19272/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:5B407286

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 612/2026

PORTARIA N.º 612/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais n.º 624/2011, 661/2012 e 856/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder e implantar o benefício da **PROGRESSÃO FUNCIONAL** aos servidores abaixo relacionados:

Matr.	Nome	Cargo	Da Classe	Para Classe	A partir de	Protocolo
46311	JAIME SOCRATES SELZELEIN	TECNICO EM SAUDE	B	C	28/05/2026	12968/2026
42921	THIAGO GIONEDIS GONCALVES	AUXILIAR ADMINSTRATIVO	B	C	05/08/2026	19277/2026

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:9D10EBC6

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 88/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 88/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026
PROTOCOLO Nº 20455/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE CREDENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOA IDOSA, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPI, GRAU DE DEPENDÊNCIA II, NO ÂMBITO DO CREDENCIAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 01/2026 – SMAS.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: GIANA SOVINSKI - LAR RECANTO FELIZ inscrito no CNPJ sob nº 36.240.692/0001-92 com sede na Rua Affonso Guimaraes, nº 720, Bairro: Vila Nova, CEP: 83.605-350 na cidade de Campo Largo/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	Vaga Acolhimento Institucional - Instituição de Longa Permanencia ILPI - IDOSO (A) GRAU II	MÊS	12	5.143,00	61.716,00

Total: R$ 61.716,00 (sessenta e um mil, setecentos e dezesseis reais)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
13004082410015214233903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13004082410015214233903900000	1136	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
13004082410015214233903900000	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:92D513D0

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 189/2026
PROTOCOLO Nº 19485/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem - calçadas acessíveis**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: CAP EMPREENDIMENTOS LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 33.835.845/0001-56 com sede na Rua Guaracas, nº 143, Loja 02, Bairro Santa Cruz, CEP: 85.806-370 na cidade de Cascavel/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Projeto de recuperação de pavimentação e infraestrutura existente	M²	67.602	3,65	246.747,30

Total: R$ 246.747,30 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001154510004103144905100000	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:2D80A028

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 90/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026
PROTOCOLO Nº 19487/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem - Rua Ermilio Leal**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 11.519.548/0001-69 com sede na Rua Acre, nº 162, sala 06, Bairro Centro CEP: 83.860-000 na cidade de Piên/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Projeto de Pavimentação	M²	9.984	3,65	36.441,60

Total: R$ 36.441,60 (trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001154510004103144905100000	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 31 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:E27C8CA5

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 91/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 91/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202/2026
PROTOCOLO Nº 20524/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da

cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **Inscrição para mentoria prática: retificação da DIRF, adesão ao PGD-C, de forma remota**, nos termos do caput do Artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ELOTECH GESTAO PUBLICA LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 80.896.194/0001-94 com sede na Rua Tupã, nº 1643, Bairro: Recanto dos Magnatas, CEP: 87.060-510 na cidade de Maringá/PR.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Inscrição para mentoria prática: retificação da DIRF, adesão ao PGD-C, de forma remota no dia 09 de setembro de 2026, com carga horária de 8h, das 08h às 17h.	SRV	1	797,00	797,00

Total: R$ 797,00 (setecentos e noventa e sete reais)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
05001041220002201733903900000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 31 de Agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:3D349230

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – P.E 26/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º26/2026	PROTOCOLO Nº 110/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA: 12 meses

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 363, CEP 86960-000, aqui representado por Carlos Rosa Alves, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 26/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 26/2026, para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR; conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR;, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste registro de preços, em conformidade com lei federal 14.133 de abril de 2021 e Decreto municipal 26/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 2 – LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES FORNECEDOR: STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA, CNPJ: 21.352.173/0001-49					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Roda Gigante Altura total: 20 metros, Área de base: 18,00 m (largura) x 15,00 m (profundidade), Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática automotiva. Base modular metálica com sistema de nivelamento e pontos de ancoragem. Gôndolas: 16 unidades; 15 gôndolas para até 04 passageiros cada. Capacidade total informada: 62 passageiros simultaneamente. Gôndolas com estrutura em aço e bancos em fibra de vidro reforçada. Motorização: 02 motores de 15 CV cada, com transmissão por motoredutores industriais de velocidade. Comando: CLP (Controlador Lógico Programável), botões de emergência redundantes, disjuntores e fusíveis de proteção. Velocidade operacional: regulável entre 01 e 02 rotações por minuto Iluminação: LED de alta eficiência em dupla face (frontal e traseira), com efeitos RGB, Strobo, Chase e Fades. Demanda energética estimada: até 80 kVA em plena operação.	DIARIA	3	R$ 8.745,30	R$ 26.235,90
2	Carrinho Bate-Bate: Constituída por carrinhos individuais movimentados sobre pista de chapa	DIARIA	3	R$ 7.237,70	R$ 21.713,10

	metálica. Dimensões mínimas: 10,00 m x 10,00 m. Contato elétrico através de tubo metálico em teto de malha metálica energizado e isolado da estrutura metálica. Estrutura coberta com telhas metálicas fixadas por ganchos e porcas. Carros equipados com cintos de segurança. Quantidade: 05 carros, Capacidade: 02 passageiros por carro; lotação total de 10 passageiros.				
3	Samba: Constituído por disco metálico com bancos fixos em sua borda e grade de proteção na parte superior. Equipamento rodoviário fixo em carreta. Dimensões: 15,40 m x 18,00 m. Movimento: giro e oscilação através de sistema constituído por pistões pneumáticos. Assentos / lotação: 45 assentos; capacidade para 45 passageiros	DIARIA	3	R$ 10.240,80	R$ 30.722,40
4	Carrossel: Carrossel infantil com cavalos em fibra de vidro, movimento giratório sobre plataforma metálica instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Lotação mínima: 08 passageiros; 01 lugar por cavalo.	DIARIA	3	R$ 3.327,20	R$ 9.981,60
5	Mini Caminhão: Brinquedo infantil composto por mini caminhões em fibra de vidro, com movimento giratório sobre rodas em plataforma metálica, instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Quantidade: 05 mini caminhões. Capacidade: 02 passageiros por veículo; lotação total de 10 passageiros.	DIARIA	3	R$ 2.527,80	R$ 7.583,40
6	Trem Italiano: Brinquedo infantil composto por locomotiva e vagões coloridos, instalado sobre trilhos metálicos. Percurso com aproximadamente 35 metros de trilhos. Estrutura metálica resistente. Locomotiva com motor elétrico. Vagões com assentos individuais. Sistema de acionamento e parada pelo operador. Portas, correntes ou dispositivos de segurança nos vagões. Cercamento de proteção ao redor do brinquedo. Capacidade aproximada de 12 passageiros por ciclo. Indicado para o público infantil.	DIARIA	3	R$ 2.471,20	R$ 7.413,60
VALOR TOTAL DO LOTE 2:					**R$ 103.650,00**

LOTE 5 – SERVIÇOS DE SEGURANÇA
FORNECEDOR: SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 45.724.134/0001-93

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA, NÃO ARMADA, PARA ATIVIDADES DE SEGURANÇA E ATENDIMENTO DURANTE EVENTOS TEMPORÁRIOS. Com o objetivo de garantir a segurança dos participantes, equipe e artistas; prevenir e responder a incidentes de segurança; controlar o acesso aos eventos e áreas restritas; monitorar e patrulhar as instalações durante os eventos. As atividades incluem: controle de acesso com verificação de credenciais; patrulhamento com monitoramento contínuo das áreas internas e externas; resposta a emergências, com procedimentos para evacuação e primeiros socorros; e comunicação constante com a equipe de organização e emergência. A carga horária de trabalho será de no mínimo 10 (dez) horas por dia, com horários definidos pela Administração, conforme as necessidades dos eventos. Materiais e equipamentos necessários: rádios comunicadores para a equipe de segurança e a disponibilização de rádios para a comissão organizadora; kits de primeiros socorros; e identificação visível (uniformes e crachás). É de responsabilidade da empresa contratada alimentação, transporte e hospedagem durante os eventos a realizar.	DIARIA	400	R$ 316,00	R$ 126.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5:					**R$ 126.400,00**

LOTE 6 – GERADOR, SOM E ILUMINAÇÃO
FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 260KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 800AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	05	DIÁRIA	R$ 4.419,00	R$ 22.095,00
2	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 180KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 600AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	05	DIÁRIA	R$ 2.934,00	R$ 14.670,00
3	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE: 01 CONSOLE DIGITAL DIGDESINGNER VENUE MIX RACK DE 56 CANAIS COMPLETA COM 03 DSP OU SIMILAR. • 01 CONSOLE DIGITAL YAMAHA DM7 COM EXPANSOR RIO 3224-D2 OU SIMILAR. CONSOLE DIGITAL SD8 OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL PM5DRH OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL SOUNDCRAFT Vi SERIES OU SIMILAR. • PA STEREO MARCA LS AUDIO OU SIMILAR, FZ AUDIO OU SIMILAR, TAIGAR NEO210244 OU SIMILAR. (OBS. QUALQUER MODELO DE P.A DEVERÁ SER ORIGINAL, NAO SENDO ACEITO CÓPIAS). CONTENDO 24 LINE ARRAY, 24 SUBGRAVE, AMPLIFICADORES COMPATIVEIS COM CADA LINHA DE EQUIPAMENTOS ORIGINAIS PARA FUNCIONAMENTO DE TODO SISTEMA. • SITEMA DE FRONT-FILL CONTENDO NO MINIMO 04 CAIXAS COMPATIVEIS COM O SISTEMA DE P.A OU SIMILAR. • SISTEMA DE SIDEFILL DUPLO (L.R) 4 VIAS MODELOS KF850 OU SIMILAR CONTENDO 04 CAIXAS SUB E 04 CAIXAS ALTA, OU SISTEMA LINE ARRAY CONTENDO 02 SUB (L.R) E 03 CAIXAS ALTA 4 VIAS. • RACK DE PROCESSADOR CONTENDO PROCESSAMENTO PARA TODO SISTEMA DE MONITORAMENTO• 04 MONITORES (2-12 E TI" MODELO SM400 OU SIMILAR. • 01 CAIXA DE SUB PARA MONITORAMENTO DO BATERISTA. • 01 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN REVERB, MARSHAL OU SIMILAR. • 01 CUBO DE CONTRA BAIXO MARCA GK 800, AMPEG OU SIMILAR CONTENDO 01 CAIXA COM 04 ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS E UMA CAIXA COM ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS. 01 CORPO DE BATERIA TAMA, GRETSCH OU SIMILAR CONTENDO: BUMBO, 2 TONS E 1 SURDO. • MINIMO DE 14 PRATICÁVEIS MEDINDO 2.00X1.00 PÉS COM ALTURA DE 0,40 A 0,60CM. • 02 MICROFONES SEM FIO SHURE UR-4 OU AXIENTE BASE DUPLA, ANTENA EXTERNA OU SIMILAR. • 01 MICROFONE SEM FIO SHURE QLX OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA52 OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA 91ª OU SIMILAR. • 08 MICROFONES ESPECÍFICO PARA TONS E604 OU SIMILAR. • 06 MICROFONES SHURE SM 58 OU SIMILAR. • 06 MICROFONE SHURE SM 57 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES SM81 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES C1000 OU SIMILAR. • 10 MICROFONES DIVERSOS PARA STAND BY. • 06 SUB SNAKE DE 12 VIAS. • 12 DIRECT BOX PASSIVO. • 08 DIRECT BOX ATIVO. • 01 MULTIVIAS DE 12 ABERTO PARA BATERIA. • 02 MULTI VIAS DE 08 ABERTA. • 20 PEDESTAIS MODELO GIRAFA. • 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK COM PROPOWER E TRAFO 10KVA COM ESTABILIZADOR PARA SISTEMA DE P.A E PALCO. 01 MULTICABO 48 VIAS PARA P.A • 03 CABOS 70 MTS PARA AC GERAL 70MM. **ILUMINAÇÃO:** • 01 CONSOLE MA COMAND WING + FADER COM 2 TELAS E 7 UNIVERSOS, OU SIMILAR. • 42 BEAM MODELO 8R 230W OU SIMILAR. • 28 MAC AURA. • 26 PAR LED 3 WATTS. • 24 STROBOS DE FITA LED. • 08 STROBOS ATOMIC LED RGB. 08 COB OUTDOOR 200W COM BANDOOR. 06 ELIPSOIDAL LED. 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA. 02 VENTILADORES PARA MAQUINA DE FUMAÇA. 02 CANHÕES SEGUIDORES LED 14R OU SIMILAR. 06 MINIBRUTT DE 04 LÂMPADAS QUENTE OU LED. HACK CONTENDO 07 SPLITTER MODELO HPL DELTA 06 OU SIMILAR. 01 MULTI CABO 12 VIAS 70 MTS. 01 MULTI CABO 12 VIAS PARA MESA DE ILUMINAÇÃO. 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK E PROPOWER PARA SISTEMA DE LUZ. TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q30 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS. TRELIÇA EM ALUMINIO Q-50 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS.	05		R$ 24.130,00	R$ 120.650,00
VALOR TOTAL DO LOTE 6:					**R$ 157.415,00**

LOTE 7 – LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED MODELO P3.91 SMD OUTDOOR 3840Hertz, VISANDO TOTAL NITIDEZ AO SER GRAVADO POR CAMERAS, LED MARCA KINGLIGHT, 01 PROCESSADORA MODELO VX1000, 01 NOTEBOOK COM PLACA DE VIDEO DEDICADA, TAMANHO DO GABINETE: 500X1000 (MM), TAMANHO DO MÓDULO: 250X250 (MM), DENSIDADE DE PIXELS: 65536, CONFIGURAÇÃO PRINCIPAL: 1R 1G 1B, RESOLUÇÃO DO MÓDULO 64*64=4096, BRILHO 3500CD, SOLUÇÃO: SMD1921. INCLUSO TRELIÇAS DE ALUMINIO, TALHAS, SLEEVE, CINTA, CATRACA E SAPATA NECESSARIAS PARA ATENDER A DEMANDA DO EVENTO.	500M²	M²	R$ 316,00	R$ 158.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 7:					**R$ 158.000,00**

LOTE 8 – SERVIÇOS DE DECORAÇÃO BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA, CNPJ: 47.753.723/0001-25					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	DECORAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA, SOB DEMANDA DO SETOR REQUISITANTE, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MONTAGEM E DECORAÇÃO, TAREFAS QUE, POR SUA ESPECIALIZAÇÃO, DEPENDEM, NECESSARIAMENTE, DO ASSESSORAMENTO PROFISSIONAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DESSE TIPO DE SERVIÇO. INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS (TECIDO SUBLIMADO COM LOGOTIPO ESPECIFICO DA FESTA MEDINDO 3MTX6MT, SOFÁ DE LUXO MODELO IMPERIAL MEDINDO 6MT, REBAIXAMENTO DE TETO DE BARRACA 10X10MT COM TECIDO BRANCO, 1 LUSTRE 1,00X0,70MT , 12 CANHAO DE LED PARA ILUMINAÇÃO CÊNICA, LETREIRO DE LED COM ESCRITA (PORCO GARANTIDO) MEDINDO 1,5MT X 0,40CM. EM POLICARBONATO+ KIT INSTALAÇÃO FONTE BIVOLT, 1 APARADOR RUSTICO DE MADEIRA 1,5X0,50MT, MESA EM MADEIRA RUSTICA, TODA ESTRUTURA EM MADEIRA NECESSÁRIA, PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO, TECIDOS NECESSÁRIOS PARA DECORAÇÃO DO AMBIENTE, PERGOLADO EM MADEIRA 2,5 X 2,5 MT, BANCO RUSTICO EM MADEIRA, 12 MALAS DE FENO DECORATIVO, 20 MT DE VARAL DE LUZES, TABLADO EM MADEIRA PARA BARRACA 10X10.	UNID	2	R$ 21.650,00	R$ 43.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 8:					**R$ 43.300,00**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Municipio.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da 14.133.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice informado no Edital, Anexo I – Termo de Referência, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1 Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro e publicação do resumo no Diário Oficial do município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.
CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE
10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
10.2. emitir a ordem de compra no Sistema gestão pública utilizado pelo órgão , quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema gestão pública eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes
11.1 Durante a vigência da ata de registro de preços o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento NÃO poderá aderir à ata de registro de preços.
11.2 A vedação se justifica pelo fato de que o Município não dispõe de estrutura administrativa, pessoal técnico ou capacidade operacional suficiente para gerir solicitações de adesão externa, tampouco para acompanhar e fiscalizar a execução de eventuais contratações por entes não participantes. Além disso, o objeto da contratação foi dimensionado com base exclusivamente nas necessidades da administração do Município de Barbosa Ferraz, não havendo previsão de quantitativos adicionais que comportem possíveis adesões. Permitir adesões externas implicaria desvirtuar os parâmetros definidos no estudo preliminar, na estimativa de preços e na alocação de recursos, além de comprometer a eficiência e o controle da execução contratual. Dessa forma, a vedação à adesão por entes não participantes está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade administrativa, assegurando que a contratação atenda exclusivamente ao interesse público local, de forma adequada e segura.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – **CADASTRO DE RESERVA**
12.1 Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – **DO FORO**
13.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Barbosa Ferraz – Estado do Paraná.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – **DA PUBLICIDADE**
14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do município conforme regulamentação.
14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência no www.barbosaferraz.pr.gov.br.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
15.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Barbosa Ferraz/PR, 28 de Agosto de 2026

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ: 76.950.062/0001-26

JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP
CNPJ: 97.409.965/0001-74

BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA
CNPJ: 47.753.723/0001-25

SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA
CNPJ: 45.724.134/0001-93

STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA
CNPJ: 21.352.173/0001-49

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:3E133A98

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivo do contrato nº95 / 2025, decorrente de PregãoN°8/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO EM CAMPEONATOS, TORNEIOS, JOGOS ESCOLARES - INTERMUNICIPAIS E GINCANAS PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal

o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **QV SPORT LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº57.771.714/0001-10, neste ato representada por FLAVIO JUNIOR BALDINI, portador do CPF sob n° 09067466980, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 31/08/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 39,410.00, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	58976	FARDAMENTO COMPLETO PARA VOLEIBOL COM 14 CAMISAS 100 % POLIÉSTER , TAMANHO P,M,G E GG , COM O LOGO DO MUNICÍPIO ESTAMPADO LOCALIZADO NA FRENTE PARTE SUPERIOR, LADO ESQUERDO DO PEITO E NAS COSTAS, PAR	JOGOS	4,00	1.500,00	6.000,00
1	2	58978	MEDALHA DE METAL FUNDIDO, COM TAMANHO APROXIMADO DE 44 MM, FORMATO REDONDO, LOGO EM ALTO RELEVO NA FRENTE E LISO NO VERSO, ESPESSURA DE 3MM, BANHADA EM DOURADA, FITA SUBLIMADA DE 25 MM DE ESPESSURA. I	UNID	1.000,00	8,50	8.500,00
1	3	58979	MEDALHA DE METAL FUNDIDO, COM TAMANHO APROXIMADO DE 44 MM, FORMATO REDONDO, LOGO EM ALTO RELEVO NA FRENTE E LISO NO VERSO, ESPESSURA DE 3MM, BANHADA EM PRATA , FITA SUBLIMADA DE 25 MM DE ESPESSURA. IN	UNID	1.000,00	9,99	9.990,00
1	4	58980	MEDALHA DE METAL FUNDIDO, COM TAMANHO APROXIMADO DE 44 MM, FORMATO REDONDO, LOGO EM ALTO RELEVO NA FRENTE E LISO NO VERSO, ESPESSURA DE 3MM, BANHADA EM BRONZE, FITA SUBLIMADA DE 25 MM DE ESPESSURA. IN	UNID	1.000,00	9,50	9.500,00
1	5	58985	ANTENA PARA VOLEIBOL - COMPOSIÇÃO: FIBRA DE VIDRO COM PINTURA ESMALTE SINTÉTICO. COR VERMELHA E BRANCA, ALTURA 1,80M, DIÂMETRO 10 MM	PARES	10,00	170,00	1.700,00
1	6	58989	PAR DE REDES PARA FUTEBOL DE CAMPO MODELO EUROPEU, MEDIDAS 2,50M DE ALTURA 7,50M COMPRIMENTO, 2,00M DE PROFUNDIDADE SUPERIOR E INFERIOR. PRODUTO FABRICADO COM FIO 4,0 TRANÇADO EM POLIPROPILENO – SEDA	PARES	4,00	930,00	3.720,00

BARBOSA FERRAZ, 31 de agosto de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
QV Sport LTDA
57.771.714/0001-10
FLAVIO JUNIOR BALDINI
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:A7F1D77A

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 26/ 2026
b) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR;

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA	**47.753.723/0001-25**	**R$ 43.300,00**
JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP	**97.409.965/0001-74**	**R$ 315.415,00**
SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA	**45.724.134/0001-93**	**R$ 126.400,00**
STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA.	**21.352.173/0001-49**	**R$ 103.650,00**

LOTE 2 – LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES
FORNECEDOR: STARPARK PARQUE DE DIVERSOES LTDA, CNPJ: 21.352.173/0001-49

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Roda Gigante Altura total: 20 metros, Área de base: 18,00 m (largura) x 15,00 m (profundidade), Estrutura em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática automotiva. Base modular metálica com sistema de nivelamento e pontos de ancoragem. Gôndolas: 16 unidades; 15 gôndolas para até 04 passageiros cada. Capacidade total informada: 62 passageiros simultaneamente. Gôndolas com estrutura em aço e bancos em fibra de vidro reforçada. Motorização: 02 motores de 15 CV cada, com transmissão por motoredutores industriais de velocidade. Comando: CLP (Controlador Lógico Programável), botões de emergência redundantes, disjuntores e fusíveis de proteção. Velocidade operacional: regulável entre 01 e 02 rotações por minuto Iluminação: LED de alta eficiência em dupla face (frontal e traseira), com efeitos RGB, Strobo, Chase e Fades. Demanda energética estimada: até 80 kVA em plena operação.	DIARIA	3	R$ 8.745,30	R$ 26.235,90
2	Carrinho Bate-Bate: Constituída por carrinhos individuais movimentados sobre pista de chapa metálica. Dimensões mínimas: 10,00 m x 10,00 m. Contato elétrico através de tubo metálico em teto de malha metálica energizado e isolado da estrutura metálica. Estrutura coberta com telhas metálicas fixadas por ganchos e porcas. Carros equipados com cintos de segurança. Quantidade: 05 carros, Capacidade: 02 passageiros por carro; lotação total de 10 passageiros.	DIARIA	3	R$ 7.237,70	R$ 21.713,10
3	Samba: Constituído por disco metálico com bancos fixos em sua borda e grade de proteção na	DIARIA	3	R$ 10.240,80	R$ 30.722,40

	parte superior. Equipamento rodoviário fixo em carreta. Dimensões: 15,40 m x 18,00 m. Movimento: giro e oscilação através de sistema constituído por pistões pneumáticos. Assentos / lotação: 45 assentos; capacidade para 45 passageiros				
4	Carrossel: Carrossel infantil com cavalos em fibra de vidro, movimento giratório sobre plataforma metálica instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Lotação mínima: 08 passageiros; 01 lugar por cavalo.	DIARIA	3	R$ 3.327,20	R$ 9.981,60
5	Mini Caminhão: Brinquedo infantil composto por mini caminhões em fibra de vidro, com movimento giratório sobre rodas em plataforma metálica, instalada em superfície plana. Acionamento: chave manual, em baixa velocidade. Tração: motor elétrico central. Quantidade: 05 mini caminhões. Capacidade: 02 passageiros por veículo; lotação total de 10 passageiros.	DIARIA	3	R$ 2.527,80	R$ 7.583,40
6	Trem Italiano: Brinquedo infantil composto por locomotiva e vagões coloridos, instalado sobre trilhos metálicos. Percurso com aproximadamente 35 metros de trilhos. Estrutura metálica resistente. Locomotiva com motor elétrico. Vagões com assentos individuais. Sistema de acionamento e parada pelo operador. Portas, correntes ou dispositivos de segurança nos vagões. Cercamento de proteção ao redor do brinquedo. Capacidade aproximada de 12 passageiros por ciclo. Indicado para o público infantil.	DIARIA	3	R$ 2.471,20	R$ 7.413,60
VALOR TOTAL DO LOTE 2:					**R$ 103.650,00**

LOTE 5 – SERVIÇOS DE SEGURANÇA
FORNECEDOR: SIGMUND SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ: 45.724.134/0001-93

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE SEGURANÇA/VIGILÂNCIA, NÃO ARMADA, PARA ATIVIDADES DE SEGURANÇA E ATENDIMENTO DURANTE EVENTOS TEMPORÁRIOS. Com o objetivo de garantir a segurança dos participantes, equipe e artistas; prevenir e responder a incidentes de segurança; controlar o acesso aos eventos e áreas restritas; monitorar e patrulhar as instalações durante os eventos. As atividades incluem: controle de acesso com verificação de credenciais; patrulhamento com monitoramento contínuo das áreas internas e externas; resposta a emergências, com procedimentos para evacuação e primeiros socorros; e comunicação constante com a equipe de organização e emergência. A carga horária de trabalho será de no mínimo 10 (dez) horas por dia, com horários definidos pela Administração, conforme as necessidades dos eventos. Materiais e equipamentos necessários: rádios comunicadores para a equipe de segurança e a disponibilização de rádios para a comissão organizadora; kits de primeiros socorros; e identificação visível (uniformes e crachás). É de responsabilidade da empresa contratada alimentação, transporte e hospedagem durante os eventos a realizar.	DIARIA	400	R$ 316,00	R$ 126.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 5:					**R$ 126.400,00**

LOTE 6 – GERADOR, SOM E ILUMINAÇÃO
FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 260KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 800AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	05	DIÁRIA	R$ 4.419,00	R$ 22.095,00
2	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DIESEL, 180KVA, TRIFÁSICO,220V CHAVE DISJUNTOR DE 600AMP, COM PAINEL DE AUTOMAÇÃO, TRANSPORTE PROPRIO, CARENADO E SILENCIADO, ACOPLADO COM CHAVE REVERSORA. INCLUSO DIESEL.	05	DIÁRIA	R$ 2.934,00	R$ 14.670,00
3	SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE GRANDE PORTE: 01 CONSOLE DIGITAL DIGDESINGNER VENUE MIX RACK DE 56 CANAIS COMPLETA COM 03 DSP OU SIMILAR. • 01 CONSOLE DIGITAL YAMAHA DM7 COM EXPANSOR RIO 3224-D2 OU SIMILAR. CONSOLE DIGITAL SD8 OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL PM5DRH OU SIMILAR, CONSOLE DIGITAL SOUNDCRAFT Vi SERIES OU SIMILAR. • PA STEREO MARCA LS AUDIO OU SIMILAR, FZ AUDIO OU SIMILAR, TAIGAR NEO210244 OU SIMILAR. (OBS. QUALQUER MODELO DE P.A DEVERÁ SER ORIGINAL, NAO SENDO ACEITO CÓPIAS). CONTENDO 24 LINE ARRAY, 24 SUBGRAVE, AMPLIFICADORES COMPATIVEIS COM CADA LINHA DE EQUIPAMENTOS ORIGINAIS PARA FUNCIONAMENTO DE TODO SISTEMA. • SITEMA DE FRONT-FILL CONTENDO NO MINIMO 04 CAIXAS COMPATIVEIS COM O SISTEMA DE P.A OU SIMILAR. • SISTEMA DE SIDEFILL DUPLO (L.R) 4 VIAS MODELOS KF850 OU SIMILAR CONTENDO 04 CAIXAS SUB E 04 CAIXAS ALTA, OU SISTEMA LINE ARRAY CONTENDO 02 SUB (L.R) E 03 CAIXAS ALTA 4 VIAS. • RACK DE PROCESSADOR CONTENDO PROCESSAMENTO PARA TODO SISTEMA DE MONITORAMENTO• 04 MONITORES (2-12 E TI" MODELO SM400 OU SIMILAR. • 01 CAIXA DE SUB PARA MONITORAMENTO DO BATERISTA. • 01 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN REVERB, MARSHAL OU SIMILAR. • 01 CUBO DE CONTRA BAIXO MARCA GK 800, AMPEG OU SIMILAR CONTENDO 01 CAIXA COM 04 ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS E UMA CAIXA COM ALTOFALANTE DE 10 POLEGADAS. 01 CORPO DE BATERIA TAMA, GRETSCH OU SIMILAR CONTENDO: BUMBO, 2 TONS E 1 SURDO. • MINIMO DE 14 PRATICÁVEIS MEDINDO 2.00X1.00 PÉS COM ALTURA DE 0,40 A 0,60CM. • 02 MICROFONES SEM FIO SHURE UR-4 OU AXIENTE BASE DUPLA, ANTENA EXTERNA OU SIMILAR. • 01 MICROFONE SEM FIO SHURE QLX OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA52 OU SIMILAR. • 01 MICROFONE DE BUMBO SHURE BETA 91ª OU SIMILAR. • 08 MICROFONES ESPECÍFICO PARA TONS E604 OU SIMILAR. • 06 MICROFONES SHURE SM 58 OU SIMILAR. • 06 MICROFONE SHURE SM 57 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES SM81 OU SIMILAR. • 03 MICROFONES C1000 OU SIMILAR. • 10 MICROFONES DIVERSOS PARA STAND BY. • 06 SUB SNAKE DE 12 VIAS. • 12 DIRECT BOX PASSIVO. • 08 DIRECT BOX ATIVO. • 01 MULTIVIAS DE 12 ABERTO PARA BATERIA. • 02 MULTI VIAS DE 08 ABERTA. • 20 PEDESTAIS MODELO GIRAFA. • 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK COM PROPOWER E TRAFO 10KVA COM ESTABILIZADOR PARA SISTEMA DE P.A E PALCO. 01 MULTICABO 48 VIAS PARA P.A • 03 CABOS 70 MTS PARA AC GERAL 70MM. **ILUMINAÇÃO:** • 01 CONSOLE MA COMAND WING + FADER COM 2 TELAS E 7 UNIVERSOS, OU SIMILAR. • 42 BEAM MODELO 8R 230W OU SIMILAR. • 28 MAC AURA. • 26 PAR LED 3 WATTS. • 24 STROBOS DE FITA LED. • 08 STROBOS ATOMIC LED RGB. 08 COB OUTDOOR 200W COM BANDOOR. 06 ELIPSOIDAL LED. 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA. 02 VENTILADORES PARA MAQUINA DE FUMAÇA. 02 CANHÕES SEGUIDORES LED 14R OU SIMILAR. 06 MINIBRUTT DE 04 LÂMPADAS QUENTE OU LED. HACK CONTENDO 07 SPLITTER MODELO HPL DELTA 06 OU SIMILAR. 01 MULTI CABO 12 VIAS 70 MTS. 01 MULTI CABO 12 VIAS PARA MESA DE ILUMINAÇÃO. 01 MAIN POWER TOMADAS STEAK E PROPOWER PARA SISTEMA DE LUZ. TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q30 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS. TRELIÇA EM ALUMINIO Q-50 LINHA PESADA DIVERSAS MEDIDAS.	05		R$ 24.130,00	R$ 120.650,00
VALOR TOTAL DO LOTE 6:					**R$ 157.415,00**

LOTE 7 – LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED
FORNECEDOR: JL MUNHOZ - PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA EPP, CNPJ: 97.409.965/0001-74

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE PAINEL DE LED MODELO P3.91 SMD OUTDOOR 3840Hertz, VISANDO TOTAL NITIDEZ AO SER GRAVADO POR CAMERAS, LED	500M²	M²	R$ 316,00	R$ 158.000,00

	MARCA KINGLIGHT, 01 PROCESSADORA MODELO VX1000, 01 NOTEBOOK COM PLACA DE VIDEO DEDICADA, TAMANHO DO GABINETE: 500X1000 (MM), TAMANHO DO MÓDULO: 250X250 (MM), DENSIDADE DE PIXELS: 65536, CONFIGURAÇÃO PRINCIPAL: 1R 1G 1B, RESOLUÇÃO DO MÓDULO 64*64=4096, BRILHO 3500CD, SOLUÇÃO: SMD1921. INCLUSO TRELIÇAS DE ALUMINIO, TALHAS, SLEEVE, CINTA, CATRACA E SAPATA NECESSARIAS PARA ATENDER A DEMANDA DO EVENTO.				
VALOR TOTAL DO LOTE 7:					**R$ 158.000,00**

LOTE 8 – SERVIÇOS DE DECORAÇÃO **BRUNA YOHANNA JACOB PIRES LTDA, CNPJ: 47.753.723/0001-25**					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	DECORAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA, SOB DEMANDA DO SETOR REQUISITANTE, PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MONTAGEM E DECORAÇÃO, TAREFAS QUE, POR SUA ESPECIALIZAÇÃO, DEPENDEM, NECESSARIAMENTE, DO ASSESSORAMENTO PROFISSIONAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DESSE TIPO DE SERVIÇO. INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS (TECIDO SUBLIMADO COM LOGOTIPO ESPECIFICO DA FESTA MEDINDO 3MTX6MT, SOFÁ DE LUXO MODELO IMPERIAL MEDINDO 6MT, REBAIXAMENTO DE TETO DE BARRACA 10X10MT COM TECIDO BRANCO, 1 LUSTRE 1,00X0,70MT , 12 CANHAO DE LED PARA ILUMINAÇÃO CÊNICA, LETREIRO DE LED COM ESCRITA (PORCO GARANTIDO) MEDINDO 1,5MT X 0,40CM. EM POLICARBONATO+ KIT INSTALAÇÃO FONTE BIVOLT, 1 APARADOR RUSTICO DE MADEIRA 1,5X0,50MT, MESA EM MADEIRA RUSTICA, TODA ESTRUTURA EM MADEIRA NECESSÁRIA, PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO, TECIDOS NECESSÁRIOS PARA DECORAÇÃO DO AMBIENTE, PERGOLADO EM MADEIRA 2,5 X 2,5 MT, BANCO RUSTICO EM MADEIRA, 12 MALAS DE FENO DECORATIVO, 20 MT DE VARAL DE LUZES, TABLADO EM MADEIRA PARA BARRACA 10X10.	UNID	2	R$ 21.650,00	R$ 43.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 8:					**R$ 43.300,00**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 588.765,00 (QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)

Barbosa Ferraz, 26 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:42A269E5

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 44/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORÇO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 112,5 KVA, DESTINADO A POSSIBILITAR O AUMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA UNIDADE CONSUMIDORA LOCALIZADA NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, DE 3X50A PARA 3X200A

FORNECEDOR	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
COPEL - DISTRIBUICAO S.A	**04.368.898/0001-06**	**R$ 15.215,21**

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	EXECUÇÃO DE REFORÇO DA REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, COM INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE 112,5 KVA, DESTINADO A POSSIBILITAR O AUMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA UNIDADE CONSUMIDORA LOCALIZADA NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, DE 3X50A PARA 3X200A	Srv	1	15.215,21	15.215,21

Barbosa Ferraz, 28 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:48E3886F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO Nº 71/2026.

DECRETO Nº 71/2026.

SÚMULA: "*Dispõe sobre a publicação da relação dos participantes habilitados ao sorteio do Programa IPTU Premiado 2026, estabelece medidas de transparência, proteção de dados pessoais e controle do procedimento, e dá outras providências)."*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ**, Estado do Paraná, **CARLOS ROSA ALVES**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.802/2026, no Decreto Municipal nº 16/2026 e na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada, na forma do Anexo Único, a relação dos participantes habilitados para o sorteio do Programa IPTU Premiado 2026, em ordem alfabética e com numeração sequencial destinada à organização e à conferência da lista.
Art. 2º O nome de cada participante pessoa natural será divulgado com o primeiro nome por extenso e os demais componentes representados pelas respectivas iniciais maiúsculas, seguidas de ponto.
§ 1º Para a pessoa jurídica, será divulgada com o primeiro nome da denominação social ou o nome fantasia e os demais componentes representados pelas respectivas iniciais maiúsculas, sem o número de inscrição no CNPJ.
§ 2º Não serão divulgados números de inscrição no CPF, no CNPJ, no cadastro imobiliário ou tributário, endereços, contatos, dados de pagamento, informações protegidas por sigilo fiscal ou outros dados pessoais desnecessários à finalidade deste Decreto.
§ 3º A divulgação destina-se exclusivamente à transparência e ao controle do sorteio e não constitui certidão de regularidade fiscal.
Art. 3º A relação integral, com os dados necessários à individualização dos participantes e à realização do sorteio, será mantida sob acesso restrito e sob a custódia da Comissão instituída pelo Decreto Municipal nº 16/2026, que certificará a correspondência com a versão pública reduzida e o número total de habilitados.
Art. 4º O interessado poderá requerer ao Departamento de Fiscalização e Tributos, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da publicação deste Decreto, a correção de erro material, erro de grafia ou omissão na relação divulgada.
Parágrafo único. O pedido não reabre os prazos nem altera os requisitos de habilitação e será decidido pela Comissão antes do sorteio, com publicação de relação retificada, se necessária.
Art. 5º O sorteio utilizará a relação definitiva certificada pela Comissão e será registrado em ata, da qual constarão, no mínimo, o número total de participantes, o método utilizado, os incidentes relevantes e a identificação reduzida dos contemplados.
Art. 6º Permanecem aplicáveis as demais disposições do Decreto Municipal nº 16/2026.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barbosa Ferraz, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES HABILITADOS PARA O SORTEIO DO PROGRAMA IPTU PREMIADO 2026

ORDEM	NOME DO PARTICIPANTE – FORMA REDUZIDA
1	A &. S. E. I. L.
2	A C. M. B. L.
3	A S. V. T. L.
4	ABADIA L. D. A. A.
5	ABEL B.
6	ADAILTO D. C.
7	ADAO B.
8	ADAO L. P.
9	ADAO R. D. S.
10	ADAO V. D. S.
11	ADEBAL S. P. J.
12	ADEITE G. G.
13	ADELEIDE D. N. M.
14	ADELICE D. A. M.
15	ADELINO B. A.
16	ADELINO L. D. S.
17	ADELINO T. C.
18	ADELITO G. D. O.
19	ADELTINO J. D. C.
20	ADEMILSON R. S.
21	ADEMIR C.
22	ADEMIR D.
23	ADEMIR J. R.
24	ADEMIR M. D. S.
25	ADEMIR P.
26	ADEMIR V. G.
27	ADENILSON D. S. C.
28	ADENILSON G.
29	ADENIR A. D. S.
30	ADENIR B. D. N.
31	ADERBAL V. C. D. A.
32	ADICIO A. P.
33	ADILSON A. P.
34	ADILSON B.
35	ADILSON C. D. R.
36	ADILSON D. S. M.
37	ADILSON F. L.
38	ADILSON R. D. S.
39	ADIRTE B. L.
40	ADRIA M. D. L. A. T.
41	ADRIALDO F.
42	ADRIANA A.
43	ADRIANA A. B.
44	ADRIANA A. D. S.
45	ADRIANA C. M.
46	ADRIANA D. S.
47	ADRIANA M. C. P.
48	ADRIANA S.
49	ADRIANO A. D. S.
50	ADRIANO B. D. S.

51	ADRIANO C. D. C.
52	ADRIANO D. O.
53	ADRIANO D. S.
54	ADRIANO F.
55	ADRIANO F. D. P.
56	ADRIANO J. D. S.
57	ADRIANO M. R.
58	ADRIEL M. D.
59	ADRIELE R. C.
60	AFONSO N. D. S.
61	AGENOR R. D. S.
62	AGEU S.
63	AGNALDO C. J.
64	AGOSTINHO C.
65	AGRICOLA F. L.
66	AIDES S. M.
67	AILTON A. A.
68	AILTON D. S.
69	AILTON M. D. S.
70	AIRTON J. T.
71	AIRTON M. M.
72	ALAIR J. S.
73	ALAN C. V.
74	ALAN J. S.
75	ALANA L. D. F. T.
76	ALAOR D. S. P.
77	ALARICO M.
78	ALBERTO G.
79	ALBERTO N. D. S.
80	ALBERTO R. D. R.
81	ALCERI D.
82	ALCERI D. A. J.
83	ALCEU D. G.
84	ALCEU D. P. P. J.
85	ALCEU L. D. C.
86	ALCIDES C.
87	ALCIDES F. D. S.
88	ALDECI F. M.
89	ALDEVINO J. D. C.
90	ALEIXO G. D. L.
91	ALESSA G. S. D. S.
92	ALESSANDRE B. D. S.
93	ALESSANDRO F. D. A.
94	ALESSANDRO S. B. C.
95	ALESSI S. D. C. C.
96	ALEX C. E.
97	ALEX J. D. S. C.
98	ALEX P. D. C.
99	ALEX S. T.
100	ALEXANDRA M. D. T. L.
101	ALEXANDRE A. C.
102	ALEXANDRE C. V.
103	ALEXANDRE D. S.
104	ALEXANDRE D. S. C.
105	ALEXANDRE J. M.
106	ALEXANDRE N.
107	ALEXANDRE V.
108	ALEXINA K. O. P.
109	ALEXSANDRO M. G.
110	ALFREDO L. D. N.
111	ALHECI C. A.
112	ALIANA A. A.
113	ALICE D. S. H.
114	ALICE G. D. S.
115	ALICE I. D. G.
116	ALICE P. D. S.
117	ALICEIA E. J.
118	ALICIO V.
119	ALIDA L. D.
120	ALIETE D. S. A. T.
121	ALINE A. D. A.
122	ALINE A. M.
123	ALINE D. S. A.
124	ALISSON N. D. M.
125	ALISSON R. M.
126	ALMENAIDE D. C. A.
127	ALMERINDO B. D. S.
128	ALMI A. B.
129	ALMIR D. O. N.
130	ALTAIR J. D. C.
131	ALTAIR S. P.
132	ALTINO V. D. S.
133	ALTIVO B. D. C.
134	ALZIRA L.
135	ALZIRA N. D. A.
136	AMADEU T.
137	AMADO &. P. L.
138	AMADO B. R.
139	AMADOR G. C.

140	AMANDA C. D. C.
141	AMANDA R. P. B.
142	AMARIA M. D. S.
143	AMARILDO C. S.
144	AMAURI R. D. C.
145	AMBROSIO P.
146	AMELIA T. Z.
147	AMILTON C. D. O.
148	AMILTON J. D. S.
149	ANA A. D. S. P.
150	ANA B. V. A.
151	ANA C. D. A. L.
152	ANA C. F. P.
153	ANA C. V. S.
154	ANA D. P. S.
155	ANA E. D.
156	ANA K. D. S. ..
157	ANA L. S. F.
158	ANA M. B. N.
159	ANA M. D. J. O.
160	ANA M. D. S.
161	ANA M. D. S. M.
162	ANA M. M.
163	ANA M. T. P. L.
164	ANA P.
165	ANA P. D. F. D. S.
166	ANA P. D. S. M.
167	ANA P. E. D. R.
168	ANA P. L. D. F.
169	ANA P. R. D. R. C.
170	ANA P. S.
171	ANA R. D. C.
172	ANA R. D. O.
173	ANA R. R.
174	ANADIR M. F. D. S.
175	ANALIA A. D. S.
176	ANALIA D. S. C.
177	ANANIAS P. D. S.
178	ANATYELLI K. M. D. S.
179	ANDERSON C. B.
180	ANDERSON F. D. L.
181	ANDERSON F. R.
182	ANDERSON J. M. R.
183	ANDERSON P. U.
184	ANDRE D. F.
185	ANDRÉ D. S. D. O.
186	ANDRE I. M. R.
187	ANDRE L. R. B.
188	ANDRE L. S.
189	ANDRE N. D. C.
190	ANDREIA A. D. O. L.
191	ANDREIA B. C.
192	ANDREIA C. L.
193	ANDREIA D. F. A.
194	ANDREIA D. S. T.
195	ANDREIA J.
196	ANDRÉIA J. S.
197	ANDREIA Z. D. S.
198	ANDRESSA C. R. D. S.
199	ANDRESSA D. A.
200	ANDRESSA S. D. A.
201	ANGELA D. M. S.
202	ANGELA M. D. S. R.
203	ANGELICA C. G.
204	ANGELINA B. D. C.
205	ANGELITA D. L.
206	ANGELITA V. R.
207	ANGELO G. P.
208	ANILDO A. E.
209	ANILDO L. M.
210	ANISIO V. D. S.
211	ANIVALDO G. F.
212	ANNE P. S. E. A. D. B. L.
213	ANTONIA D. J. M.
214	ANTONIA G. D. S.
215	ANTONIA M. D. J. A.
216	ANTONIO A. B.
217	ANTONIO A. D. C.
218	ANTONIO A. D. S.
219	ANTONIO A. G.
220	ANTONIO B.
221	ANTONIO B. D. O.
222	ANTONIO B. D. R.
223	ANTONIO B. D. S.
224	ANTONIO C.
225	ANTONIO C.
226	ANTONIO C.
227	ANTONIO C.
228	ANTONIO C. C.

229	ANTONIO C. C.
230	ANTONIO C. D. M.
231	ANTONIO C. D. R.
232	ANTONIO C. D. S.
233	ANTONIO C. F.
234	ANTONIO C. M.
235	ANTONIO C. R.
236	ANTONIO D. A. A. D. S.
237	ANTONIO D. A. J.
238	ANTONIO D. O.
239	ANTONIO D. O.
240	ANTONIO D. O. M.
241	ANTONIO D. P.
242	ANTONIO D. S. A.
243	ANTONIO D. S. B.
244	ANTONIO D. V.
245	ANTONIO E. S.
246	ANTONIO F. D.
247	ANTONIO F. D. S.
248	ANTONIO F. P.
249	ANTONIO F. X.
250	ANTONIO G. D. A.
251	ANTONIO G. D. S.
252	ANTONIO G. G.
253	ANTONIO G. T.
254	ANTONIO H.
255	ANTONIO J.
256	ANTONIO J. B. N.
257	ANTONIO J. M.
258	ANTONIO J. S.
259	ANTONIO L.
260	ANTONIO M. C. F.
261	ANTONIO M. D. C.
262	ANTONIO M. D. S.
263	ANTONIO M. D. S.
264	ANTONIO M. M.
265	ANTONIO M. V.
266	ANTONIO O. D. S.
267	ANTONIO P. B.
268	ANTONIO P. D. C.
269	ANTONIO P. D. S.
270	ANTONIO P. D. S.
271	ANTONIO R. D. C.
272	ANTONIO R. D. C. C.
273	ANTONIO R. D. S.
274	ANTONIO R. D. S.
275	ANTONIO R. D. S.
276	ANTONIO R. D. S.
277	ANTONIO R. F.
278	ANTONIO R. M.
279	ANTONIO R. P.
280	ANTONIO R. P.
281	ANTONIO S. Z.
282	ANTONIO T.
283	ANTONIO T. D. S. N.
284	ANTONIO V.
285	ANTONIO V. D. S.
286	ANTONIO V. N.
287	ANTONIO V. R.
288	ANTONIZIA R. X.
289	ANTONO R. D. S.
290	APARECIDA B. F.
291	APARECIDA D. C. F.
292	APARECIDA D. O.
293	APARECIDA D. S. F.
294	APARECIDA E. A. D. S.
295	APARECIDA F. D. O.
296	APARECIDA F. D. S.
297	APARECIDA G. D. O.
298	APARECIDA P. D. O.
299	APARECIDA R. D. S.
300	APARECIDA V. D. S.
301	APARECIDO C.
302	APARECIDO D. S.
303	APARECIDO J. D. S.
304	APARECIDO L. A.
305	APARECIDO R. D. C.
306	APARECIDO V.
307	APARICIO F. D. O.
308	APPARECIDO D. S.
309	ARABELO R. C.
310	ARCENIO C. R.
311	ARCENIO J. D. S.
312	ARI J. B.
313	ARIOSVALDO B. D. M.
314	ARISTEU A. F.
315	ARLENE C. D. S. V.
316	ARLINDO A. F.
317	ARLINDO S.

318	ARMANDO C.
319	ARMANDO I. U.
320	ARMANDO R.
321	ARMANDO V.
322	ARMINDO R. A.
323	ARNALDO A. A.
324	ARNALDO A. M. J.
325	ARNALDO B. S.
326	ARNALDO C.
327	ARNALDO C. B. N.
328	ARNALDO L. D. S.
329	ARNHOLDO F.
330	AROLDO I. D. L.
331	AROLDO M.
332	ATILIA B. D. R.
333	ATILIO V. D. S.
334	AUDEMIRO D. S. O.
335	AUGUSTO J. L.
336	AUGUSTO M. D. S.
337	AUGUSTO T.
338	AURELICE O. S.
339	AURINO J. D. S.
340	AVELINO D. A. C.
341	AVELINO P. D. A.
342	AVERALDO D. N. M.
343	BARBARA C. A. G.
344	BARBARA D. C.
345	BARBARA G. R.
346	BEATRIZ C. D. S.
347	BEATRIZ M. B.
348	BEATRIZ M. S. T.
349	BEATRIZ Y. S. D. S.
350	BEJAMIM P. R.
351	BENEDITA A. F.
352	BENEDITA J. F.
353	BENEDITA M. V.
354	BENEDITO A. D. A.
355	BENEDITO A. D. R.
356	BENEDITO C. V.
357	BENEDITO E. F.
358	BENEDITO J. D. C.
359	BENEDITO J. D. C.
360	BENEDITO M. D. C.
361	BENEDITO M. D. S.
362	BENEDITO M. D. S. F.
363	BENEDITO R. D. S.
364	BENEDITO V. D. L.
365	BERNADETE B.
366	BITENIL C. D. S.
367	BOLIVAR D. O.
368	BRAULINA R. D. A.
369	BRAZ A. D.
370	BRAZ C. D. S.
371	BRUNA D. S. T.
372	BRUNA P. D. S.
373	BRUNA S. V.
374	BRUNO M. T.
375	BRUNO V. D. S.
376	BRUNO W. R. D. M.
377	CACILDA J. B.
378	CAIO C. S. N.
379	CAMILA M. D. S.
380	CAMILA P. S.
381	CAMILA P. S.
382	CARINA C. F. D. A.
383	CARINE M. D. R.
384	CARLA L. B. T.
385	CARLOS A. C.
386	CARLOS A. D. S.
387	CARLOS A. D. S.
388	CARLOS A. I.
389	CARLOS B. B.
390	CARLOS D. S.
391	CARLOS D. S. R.
392	CARLOS F. S.
393	CARLOS J.
394	CARLOS J. E.
395	CARLOS J. M.
396	CARLOS M. P.
397	CARLOS R. F.
398	CARLOS W. B.
399	CARMOSINA M. D. S.
400	CARNELITA F. N.
401	CASSIANA R. N.
402	CASSIO E. B.
403	CATARINA D. A.
404	CATARINA G. S.
405	CECILIO A. D. S.
406	CELIA A. F.

407	CELIA M.
408	CELIA M. A. D. C.
409	CELIA M. M.
410	CELIA M. N.
411	CELIO A. F.
412	CELIO D. A.
413	CELIO F. D. P.
414	CELIO G. V.
415	CELIO R. D. P.
416	CELITO R.
417	CELMA D. S.
418	CELSO A. M.
419	CELSO D. S.
420	CELSO M. D. L.
421	CELSO R. D. L.
422	CELSO S. E.
423	CENTER E. I. L.
424	CESAR A. L.
425	CICERO D. A.
426	CICERO D. D. R.
427	CICERO G. D. O.
428	CICERO G. D. S.
429	CIRILO A. D. S.
430	CIRILO P.
431	CLARA V. D. J.
432	CLARICE B. R.
433	CLARICE L. D. S. T.
434	CLARICE P. D. S.
435	CLAUDECIR D. C. P.
436	CLAUDECY L. D. A.
437	CLAUDEMIR A. C. V.
438	CLAUDEMIR A. F.
439	CLAUDEMIR B. D. S.
440	CLAUDEMIR D. S. O.
441	CLAUDEMIR P. D. C.
442	CLAUDEMIR R. D. S.
443	CLAUDEMIRO R. B.
444	CLAUDENIR V.
445	CLAUDETE B. P.
446	CLAUDETE D. F. M.
447	Cláudia A. F.
448	CLAUDIA C. A.
449	CLAUDIA D. S. P.
450	CLAUDIA M. V. D. A.
451	CLAUDIANE D. S. G.
452	CLAUDIMILSO A. B.
453	CLAUDINEI A. D. O. S.
454	CLAUDINEI A. D. S.
455	CLAUDINEI C. K.
456	CLAUDINEI G. D. M. J.
457	CLAUDINEI O. G.
458	CLAUDINEI O. G.
459	CLAUDINEI P.
460	CLAUDINEI T.
461	CLAUDINEIA D. S. M.
462	CLAUDINEY R. D. S.
463	CLAUDINEYA A. M.
464	CLAUDINO C.
465	CLAUDIO A.
466	CLAUDIO B. V.
467	CLAUDIO D. L.
468	CLAUDIO D. S.
469	CLAUDIO R. T.
470	CLAUDIO S. D. S.
471	CLAUDIOMIRO L. D. S.
472	CLAUDIONICIO P. D. A.
473	CLEBER E. D. C.
474	CLECI M. C.
475	CLECIMARA B. D. A.
476	CLEIDE A. G.
477	CLEIDE C. M.
478	CLEIDE D. V. B. D. V.
479	CLEIDIR T. B.
480	CLEMENCIA C. D. S.
481	CLEONICE A. R.
482	CLEONICE R. D. S.
483	CLEONICE S. D. O. E.
484	CLEONICE V. R.
485	CLEONISSE P. D. C. S.
486	CLEUDO S. D. S.
487	CLEUSA A. D. S. P.
488	CLEUSA D. S.
489	CLEUSA M. C. D. A.
490	CLEUSA M. G. P.
491	CLEUSA P. M.
492	CLEUSA R. S.
493	CLEUZA A. D. S. P.
494	CLEUZA D. O.
495	CLEUZA M. M. D. L.

496	CLEUZA P. D. S. P.
497	CLEVERTON R.
498	CLODOALDO D. S. S.
499	CLODOALDO L.
500	CLOTILDE R. S.
501	CLOVIS G.
502	COAMO A. C.
503	CONCEICAO A. D.
504	COOPERATIVA D. C. E.
505	CREONICE B. A.
506	CREUSA D. S. P.
507	CREUSA M. R. R.
508	CRISTIANE P. D. S.
509	CRISTIANE S. P. D. R.
510	CRISTIANO S.
511	CRISTIANO S.
512	CRISTIANO T. Y.
513	CRISTINA A. R.
514	CRISTINA P. D. C.
515	CRISTOVAO D. S. P.
516	CUSTODIO C. D. A.
517	D. P. D. S.
518	DAIANE A. D. S. V.
519	DAIARA A. D. O. A.
520	DAISA M. D. R.
521	DANDARA C. V. D. S.
522	DANIANE C. D. C.
523	DANIEL C.
524	DANIEL C.
525	DANIEL D. O.
526	DANIEL J. D. S.
527	DANIEL L. A.
528	DANIEL L. M.
529	DANIEL R. D.
530	DANIELA B. D. L.
531	DANIELE A. P.
532	DANIELY C. D. S.
533	DANIETE G. D. R.
534	DANILO M.
535	DARCI A. F. P.
536	DARCI M.
537	DARIO D. C. R.
538	DAVI J. F.
539	DAVID A. D. S.
540	DAYANE D. S.
541	DEBORA L. D. S. N.
542	DEIVID J. C. D. V.
543	DEIVID J. M.
544	DEJALMA G. D. S.
545	DEJANIRA D. D.
546	DEJANIRA R. D. C.
547	DELCIO D. O.
548	DELICE S. D. R.
549	DELLY A. S.
550	DELSON F.
551	DELSON N. D. O.
552	DENEILDA D. C. O.
553	DENIS F. M. N.
554	DENIVAL S.
555	DENIZ P. F.
556	DEOLINDO T.
557	DERMEVAL P. D. F.
558	DERNIVAL I. D. S.
559	DEROTILDES S. P.
560	DEUSDEDITO P. D. F.
561	DEUSIANA F. D. R.
562	DEUSMIRO P. D. S.
563	DIEGO A. D. S.
564	DIEGO R. D. S.
565	DIEGO S. C.
566	DIEINE P. D. S. W.
567	DILCEIA D. S.
568	DILMA L. D. S. D. P.
569	DIOGO B. C.
570	DIOGO G. V. R.
571	DIOMAR T. C. B.
572	DIONATA A. B.
573	DIONE M. B.
574	DIRCE C. D. C.
575	DIRCE D. R. M.
576	DIRCE F. D. S.
577	DIRCELIA R. D. A.
578	DIRCEU A. K.
579	DIRCEU S.
580	DIRCEU W.
581	DIRLENE N. D. O.
582	DIVA F.
583	DIVANIL R. D. C. B.
584	DIVANILDO B. C.

585	DIVINO L. D. S.
586	DIVINO R. D. O.
587	DOLORES R.
588	DOMINGAS S. D. S.
589	DONATO G.
590	DONIZETE G. P.
591	DONIZETE L. G.
592	DONIZETE N. P.
593	DONIZETE R. D. K.
594	DONIZETE T. D. S.
595	DORALICE D. S. S.
596	DORCELINA A. D. S. S.
597	DORISA L. D. L. S.
598	DORIVAL C.
599	DORIVAL D.
600	DORIVAL J. D. S.
601	DORIVAL J. K.
602	DORIVAL M.
603	DORVALINA G. D. L.
604	DORVALINO C. D. A.
605	DOUGLAS N. P.
606	DURVALINA D. A. O.
607	DURVALINO P.
608	EDEMIR C. O.
609	EDENILSO S.
610	EDENILSON A. M.
611	EDER A. D. S.
612	EDER D. C.
613	EDER L. D. A.
614	EDERSON C. L.
615	EDEVALDO M. C.
616	EDGAR D. C. G.
617	EDIEL F. S.
618	EDILAINE R. P.
619	EDILAINE S. D. C.
620	EDILAMAR R. D. O. F.
621	EDILBERTO M.
622	EDILEUZA R. D. S.
623	EDILSON A. D. S.
624	EDILSON D. N. P.
625	EDIMAR S.
626	EDIMILSON S. L.
627	EDINA C. D. S.
628	EDINEIS A. G.
629	EDIS B. D. C.
630	EDISON R. C.
631	EDITE J. M. D. S.
632	EDIVALDO A. D. S.
633	EDIVALDO L.
634	EDIVELTON S. C.
635	EDNA A. P.
636	EDNA C. R.
637	EDNA G. C.
638	EDNA R. R.
639	EDNES G. M.
640	EDSON D. G.
641	EDSON D. S. B.
642	EDSON J. R.
643	EDSON M. G. V.
644	EDSON R. D. C.
645	EDSON R. D. S.
646	EDSON S. N.
647	EDUARDA M. P.
648	EDUARDO H. A.
649	EDUARDO P.
650	EDVALDO F.
651	EDVANDO C. D. A.
652	EDVAR R.
653	EFIGENIA A. D. M. C.
654	EFIGENIA G. D. S.
655	EFIGENIA M. N.
656	ELAINE M. G.
657	ELCIO D. S.
658	ELCIO V.
659	ELDER L. D. C.
660	ELDER V. D. A.
661	ELDER Z. D. S.
662	ELENA M. D. S. N.
663	ELENICE D. F. D. C.
664	ELI E. R.
665	ELIANA A.
666	ELIANA B. D. F.
667	ELIANA G. A. D. V.
668	ELIANE A. C. P.
669	ELIANE A. R.
670	ELIANE A. S. M. T.
671	ELIANE A. Z. C.
672	ELIANE C. S.
673	ELIANE D. C. B.

674	ELIANE D. S.
675	ELIANE M. D. L.
676	ELIANI F. D. O.
677	ELIAS A. D. S.
678	ELIAS C. M.
679	ELIAS D. A.
680	ELIAS D. J.
681	ELIAS D. M.
682	ELIAS G. A.
683	ELIAS G. D. L.
684	ELIAS M. D. S.
685	ELIEL V.
686	ELIETE P. D. S.
687	ELISABETE D. G. A. D. O.
688	ELISEU P.
689	ELITON J. R.
690	ELIZABETH H. R. D. C.
691	ELIZABETH R. D. S. L.
692	ELIZABETTE D. S.
693	ELIZANETE D. V.
694	ELIZANGELA A. P.
695	ELLEN P. D. M. M.
696	ELLUS H. L.
697	ELOY S.
698	ELSA M. D. F.
699	ELSIO F. L.
700	ELTON M. C.
701	ELVIRA B. S. L.
702	ELVIS G. C.
703	ELY B. D. A.
704	ELZA B. P. D. S.
705	ELZA C. F.
706	ELZA H. R. D. C.
707	ELZA R. N.
708	ELZITA M. B.
709	EMERSON A. T.
710	EMERSON L. D. S.
711	EMERSON R. M. D. R.
712	EMILIA D. C. C.
713	EMILIA M. C.
714	ENEIDO A. P.
715	ERASMINO B. T.
716	ERCILIA B.
717	ERCILIO F.
718	ERCILO R. D. S.
719	ERCY L. D. S.
720	EREVALDES L. D. S.
721	ERICA M. D. O. M.
722	ERICO Y. N.
723	ERIVELTO M.
724	ERNESTO F. D. C.
725	ERNESTO L. R.
726	ERNESTO P. C.
727	ERONILDO A. C.
728	ESPÓLIO D. J. R. M.
729	ESTELINA A. D.
730	ESTROGILDO D. O.
731	EUCRYDES C.
732	EUGENIO D. S. M.
733	EUGENIO W.
734	EUNICE B. T.
735	EUNICE D. J.
736	EUNICE M. D. S. D. L.
737	EUNICE V. D.
738	EURICO P. D. L.
739	EURIPEDES V. D. S.
740	EUVINO A. D. O.
741	EVA A. S.
742	EVA M.
743	EVA M. D. F.
744	EVA R. F.
745	EVA V. T. D. J.
746	EVANDRO A. R.
747	EVERALDO C. A.
748	EVERTON D. S. P.
749	EVERTON F. D. S.
750	EXPEDITO M.
751	EXPEDITO M. D. S.
752	EXPEDITO P.
753	EZEQUIEL D. C. J.
754	EZEQUIEL D. S.
755	EZINALDO M. D. M.
756	F.G.C A. L.
757	FABIANA M.
758	FABIANA Z. S. C.
759	FABIANE D. S. S.
760	FABIANO L. B.
761	FABIANO N. D. S.
762	FABIANO S. F.

763	FABIO A. V.
764	FÁBIO B.
765	FABIO C. M.
766	FABIO F. G. V.
767	FABIO J. M.
768	FABIO J. S.
769	FABIO R. D. G.
770	FABIO R. P.
771	FAGNER C. D. S.
772	FATIMA A. G. A.
773	FATIMA D. O. M.
774	FATIMA D. O. S.
775	FAUSTO S.
776	FELIPE G. D. C. V.
777	FELIPE R. B. D. C.
778	FELIPE T. P. L.
779	FELLIPE A. M. G.
780	FERNANDA A. D. S. M.
781	FERNANDA A. P. P.
782	FERNANDA S. D. O.
783	FERNANDO C. F.
784	FERNANDO C. R.
785	FERNANDO E. G.
786	FERNANDO G.
787	FERNANDO Q.
788	FILIPE W. D. S.
789	FLAVIA F.
790	FLAVIA L. I.
791	FLAVIO A. D. S.
792	FLAVIO C. F.
793	FLAVIO G. M.
794	FLAVIO J. R.
795	FLAVIO M. T.
796	FLAVIO P. B.
797	FLAVIO W. M. S.
798	FLORINDA L. Q.
799	FLORINDO A.
800	FLORINDO C.
801	FLORINDO M.
802	FLORISVALDO S. S.
803	FLORIZIA D. L. A.
804	FRANCELANIA D. M.
805	FRANCIELI A. P.
806	FRANCIELI S. C.
807	FRANCIELI T. D. R. P.
808	FRANCIELLI H. G.
809	FRANCISCA B. D. L.
810	FRANCISCA M. D. B. D. S.
811	FRANCISCA P. F. S.
812	FRANCISCA R. D. L.
813	FRANCISCO C.
814	FRANCISCO C. D. S.
815	FRANCISCO D. A. R.
816	FRANCISCO E. P.
817	FRANCISCO F. D. Q.
818	FRANCISCO F. D. S.
819	FRANCISCO I. D. S.
820	FRANCISCO M. C.
821	FRANCISCO M. D. S.
822	FRANCISCO P. N.
823	FRANCISCO R. L.
824	FRANCISCO V. D. N.
825	FRANCISCO V. D. S.
826	FRANCISCO V. D. S.
827	FRANK W. C. A.
828	FRANKLIN B. D. C.
829	FRANQUINELO O. S.
830	FRANTHESCO S. D.
831	FREDERICO A.
832	FULGENCIO G. D. V.
833	GABRIEL B. S.
834	GABRIEL D. C. A.
835	GABRIEL P. O.
836	GABRIELA B. D. F.
837	GAIA C. D. B. A.
838	GARCEZ I. E. D. L.
839	GASPAR S. P. D. C.
840	GEANA R. D. S. B.
841	GECIANA F. D. S. B. A.
842	GECILA B. D. S. A.
843	GECY R. D. S. F.
844	GEDEON D. O.
845	GEDER C. D. A.
846	GEFERSON D. A. P.
847	GEISA C. G. F.
848	GELSIMARI D.
849	GENADIR R. D. O.
850	GENARIO L. D. S.
851	GENARIO R. A.

852	GENI B. D. O.
853	GENI M. L.
854	GENI O. C.
855	GENIL F.
856	GENTIL D. D. A.
857	GENTIL P.
858	GENTIL P.
859	GEOVANA S. D. S.
860	GERALDA A. S. V.
861	GERALDA B. D. S.
862	GERALDA M. D. C.
863	GERALDA R. D. S.
864	GERALDO A. D. M.
865	GERALDO A. D. S.
866	GERALDO A. D. S.
867	GERALDO A. O.
868	GERALDO C. D. C.
869	GERALDO C. D. M.
870	GERALDO C. D. S.
871	GERALDO D. A. R.
872	GERALDO D. C. A.
873	GERALDO F. M.
874	GERALDO F. R.
875	GERALDO L. D. F.
876	GERALDO L. D. S.
877	GERALDO M.
878	GERALDO N. P.
879	GERALDO P. D. R.
880	GERALDO Q. D. F.
881	GERALDO R. D. S.
882	GERALDO R. D. S.
883	GERALDO S.
884	GERALDO V.
885	GERALDO V. B.
886	GERCI B. D. C.
887	GERCIRA R. D. S. C.
888	GEREMA D.
889	GERINALDO M. D. S.
890	GERMANO A. D. S.
891	GERMANO L.
892	GERONIMO D.
893	GERONIMO S. P.
894	GERSON A. D. A.
895	GERSON C. U.
896	GESSICA C. J.
897	GEZAIAS P.
898	GICELI S. D. D.
899	GILBERTO A. T.
900	GILBERTO B.
901	GILBERTO G. M.
902	GILBERTO P.
903	GILBERTO V. D. S.
904	GILDA C.
905	GILDO A.
906	GILMAR D. S.
907	GILMAR J. D. S.
908	GILMAR J. F.
909	GILMAR L. D. S.
910	GILMARA A. M.
911	GILSEMERI T.
912	GILSON D. S.
913	GIOVANI S.
914	GISELI D. S. R.
915	GIVANILDO R.
916	GLEIDE M. D. S. N.
917	GLEYSE A. F.
918	GRACIELA D. C. V. O.
919	GRACIELI R.
920	GUBERTO J.
921	GUERINO L. F.
922	GUILHERME A. P.
923	GUILHERME A. S.
924	GUILHERME D. C. P.
925	GUILHERME G. N.
926	GUILHERME J. D. C.
927	GUILHERME M. C.
928	GUILHERMINA M. D. L.
929	GUIOMAR A. D. S.
930	GUMERCINDO V.
931	GUSTAVO F. M.
932	GUSTAVO H. B. B.
933	HALLAN L. M.
934	HAROLDO L. D. S.
935	HARYSON A. D. S. R.
936	HEBERT C. J. P. S.
937	HEDER L. C. I.
938	HELDER L. M.
939	HELENA C. D. A. C.
940	HELENA G. P.

941	HELENA M. D. C.
942	HELIANE C. D. O.
943	HELIO F. A.
944	HELIO L. M.
945	HELIO M.
946	HELIO P.
947	HELIO P. F.
948	HELOISE C. F. G.
949	HENRIQUE C. B.
950	HENRIQUE J. B.
951	HENRIQUE W.
952	HERCILIA G. D. C.
953	HERCULES C. C.
954	HERIC A. H.
955	HERMENEGILDO G.
956	HERMES C.
957	HERMINIO B.
958	HERMINIO B. F.
959	HERMINIO C. T.
960	HERNANI C. S.
961	HERON R. C.
962	HILDA A. P.
963	HILDO S. C.
964	HIRMA B.
965	HOLDING P. E. L.
966	HONORATO V.
967	HORLEI B. D. S.
968	IDALICE A.
969	IDARLETE D. S. M.
970	IDEAL G. L.
971	IDELCIO V. D. R.
972	IDEMAR A. R.
973	IEDA F.
974	IEDA M. D. S.
975	IGNACIO L. M.
976	ILARIO R.
977	ILDA F. M.
978	ILDETE P. D. C. S.
979	ILMA S. S.
980	ILSON Q. D. F.
981	ILZA A. D. O.
982	INAMIDES P. S.
983	INES B.
984	ines d. l. o.
985	INES V. D. S.
986	INEZ C.
987	INEZ D. F.
988	INEZ F.
989	IOLANDA G. D. M.
990	IONE D. C.
991	IRACEMA C. D. S.
992	IRACEMA M. M.
993	IRACEMA R. D. A.
994	IRACI D. C.
995	IRACI L. A.
996	IRACI M. M.
997	IRACI S. P.
998	IRANI M.
999	IRANI M. C.
1000	IRENE B. B. A.
1001	IRENE B. D. L. D. S.
1002	IRENE C. D. J.
1003	IRENE D. O. G.
1004	IRENE F.
1005	IRENE F. D. S.
1006	IRENE M. R. C.
1007	IRENE S.
1008	IRENIDES M. A. B.
1009	IRES C. D. C.
1010	IRINEU R. S.
1011	IRINEU Z.
1012	ISABEL C. D. R.
1013	ISABEL G.
1014	ISABELLA A. M. G.
1015	ISABELLY R. P.
1016	ISAC B.
1017	ISAIAS J. D. C.
1018	ISAIAS L. D. S.
1019	ISAIAS P.
1020	ISAURA F. D. S.
1021	ISLAYNE C. C. D. A.
1022	ISMAEL M. C.
1023	ITALO E. M. R.
1024	IURY M. G.
1025	IVAN L. C.
1026	IVANA S. C. G.
1027	IVANEIDA M. C. R.
1028	IVANETE A. D. O. A.
1029	IVANETE B. R.

1030	IVANETE P. P. D. S.
1031	IVANI D. L.
1032	IVANI M. T. D.
1033	IVANI V. M.
1034	IVANILDA A. D. C.
1035	IVANILDE D. A. F.
1036	IVANILDO D. S.
1037	IVANIR B. D. S.
1038	IVETE B. R.
1039	IVETE P.
1040	IVO C. G.
1041	IVONE A. I. P.
1042	IVONE A. V.
1043	IVONE M.
1044	IVONE M. M.
1045	IVONETE D. D. C. F.
1046	IVONETE N. D. C.
1047	IZABEL S. G.
1048	IZAEL S.
1049	IZAIAS M. D. P.
1050	IZAIAS S.
1051	IZAURINHA H. D. S.
1052	IZILEU B. D. A.
1053	IZOLINO C. R.
1054	IZULINA L. D. S.
1055	JACINTO F. D. S.
1056	JACIRA D. C. P. D. S.
1057	JACIRA M. D. O.
1058	JACIRA S. D. S.
1059	JADIR L. G.
1060	JAILSON F. D.
1061	JAILTON A. B.
1062	JAIME D. R. D.
1063	JAIME R. G.
1064	JAIR B. D. V.
1065	JAIR C. G.
1066	JAIR G. D. S.
1067	JAIR J. T.
1068	JAIR M. G.
1069	JAIR P. D. S.
1070	JAIR R. D. S.
1071	JAIR R. G.
1072	JAIR T. D.
1073	JAIRO F. G.
1074	JALDENICE D. G. B.
1075	JANAINA E. D. S.
1076	JANDERSON P. B. U.
1077	JANDIR F. M.
1078	JANDIRA G. D. C. S.
1079	JANDIRA M. D. S. P.
1080	JANDIRA R. D. S.
1081	JANE S. D. C.
1082	JANETE B. D.
1083	JANETE R. S.
1084	JANETHE D.
1085	JAQUIELE D. J. D. S.
1086	JARBAS P. D. S.
1087	JASIEL D. C. J.
1088	JAYME M.
1089	JEAN F. M. D.
1090	JEANE M. V.
1091	JEFERSON B. D. S.
1092	JEFERSON F. D.
1093	JEFERSON R. D. S.
1094	JEFFERSON R. P.
1095	JESEBEL R. G.
1096	JESO M. G.
1097	JESSICA C. S.
1098	JESSICA R. D. S.
1099	JESUS A. D. A.
1100	JHENATA M. D. O.
1101	JHESSICA L. F.
1102	JHON E. S. F.
1103	JHONATAN F. D. S.
1104	JHULIA A. D. E.
1105	JOANA C. D. C.
1106	JOANA D. A. D. T.
1107	JOANA E. D. O.
1108	JOANA R. D. S.
1109	JOANA R. D. S.
1110	JOAO A. D. L.
1111	JOAO A. D. O.
1112	JOAO A. J. D. F.
1113	JOAO B. C.
1114	JOAO B. D. A.
1115	JOÃO B. D. A. J.
1116	JOÃO B. D. C.
1117	JOAO B. D. M.
1118	JOÃO B. D. O.

1119	JOAO B. D. S.
1120	JOAO B. D. S.
1121	JOAO B. D. S.
1122	JOAO B. D. S. A.
1123	JOAO B. F.
1124	JOAO B. F.
1125	JOAO B. G. F.
1126	JOAO B. L.
1127	JOAO B. M. D. S.
1128	JOAO B. P.
1129	JOAO B. R. D. A.
1130	JOAO B. S. L.
1131	JOAO C.
1132	JOAO C. B.
1133	JOAO C. D. A.
1134	JOAO C. D. M.
1135	JOAO C. D. R.
1136	JOAO C. P. D. S.
1137	JOAO D.
1138	JOAO D.
1139	JOAO D. J. P.
1140	JOAO D. R.
1141	JOAO D. S. C.
1142	JOAO D. S. L.
1143	JOAO E. P. N.
1144	JOAO F.
1145	JOÃO F. D.
1146	JOAO F. D. A.
1147	JOAO F. D. C.
1148	JOAO G. D. O.
1149	JOAO G. D. R.
1150	JOAO G. D. S.
1151	JOAO G. V.
1152	JOAO J. D.
1153	JOAO J. P.
1154	JOAO L. D. N.
1155	JOAO L. D. S.
1156	JOAO L. D. S.
1157	JOAO L. F. F.
1158	JOAO L. M.
1159	JOAO M.
1160	JOÃO M. D.
1161	JOAO M. D. C.
1162	JOAO M. D. S.
1163	JOAO N. D. S.
1164	JOAO P. D. A.
1165	JOAO P. D. S. S.
1166	JOÃO P. M.
1167	JOAO P. P.
1168	JOAO Q. D. F.
1169	JOAO R.
1170	JOAO R. B.
1171	JOAO R. D. S.
1172	JOAO R. P.
1173	JOAO R. P.
1174	JOAO V.
1175	JOAO V. D. S.
1176	JOAQUIM A.
1177	JOAQUIM B.
1178	JOAQUIM B. M.
1179	JOAQUIM D. A. R.
1180	JOAQUIM D. D. N.
1181	JOAQUIM D. S. C.
1182	JOAQUIM G. D. S.
1183	JOAQUIM G. D. S.
1184	JOAQUIM I. D.
1185	JOAQUIM L. R.
1186	JOAQUIM P. D. O.
1187	JOAQUIM P. D. S.
1188	JOAQUIM P. F.
1189	JOAQUIM P. M.
1190	JOAREZ M. D. P.
1191	JOEL A. D. S.
1192	JOEL A. D. S.
1193	JOEL C. E.
1194	JOEL M. P.
1195	JOEL P. M.
1196	JOELMA C.
1197	JOHNNY M. D.
1198	JONAS A. D. S.
1199	JONAS M. D. A.
1200	JONATHAN B. D. S.
1201	JORBELINA B. D. C.
1202	JORDÃO H.
1203	JORDINO P. B.
1204	JORGE D. P.
1205	JORGE L. M.
1206	JORGE L. R.
1207	JORGE P. D. O.

1208	JOSE A.
1209	JOSE A. A.
1210	JOSE A. B.
1211	JOSE A. C.
1212	JOSE A. D.
1213	JOSE A. D. C.
1214	JOSÉ A. D. F.
1215	JOSE A. D. S.
1216	JOSE A. D. S.
1217	JOSE A. D. S.
1218	JOSE A. D. S.
1219	JOSE A. D. S.
1220	JOSE A. F.
1221	JOSE A. G. F.
1222	JOSE A. I.
1223	JOSE A. M.
1224	JOSE A. N. D. Q.
1225	JOSE A. P.
1226	JOSE A. P.
1227	JOSÉ A. P. A.
1228	JOSE A. R.
1229	JOSE A. R.
1230	JOSE A. R.
1231	JOSE A. R. C.
1232	JOSE A. S.
1233	JOSE A. V.
1234	JOSE A. V.
1235	JOSE B.
1236	JOSE B.
1237	JOSE B. D. O.
1238	JOSE B. D. S.
1239	JOSE B. D. S. N.
1240	JOSE B. G.
1241	JOSE B. R.
1242	JOSE B. S.
1243	JOSE C.
1244	JOSE C.
1245	JOSÉ C.
1246	JOSE C. B.
1247	JOSE C. B. D. R.
1248	JOSE C. D. A.
1249	JOSE C. D. L.
1250	JOSE C. D. O.
1251	JOSE C. D. S.
1252	JOSE C. D. S.
1253	JOSE C. F.
1254	JOSE C. F. M.
1255	JOSE C. G.
1256	JOSE C. J.
1257	JOSE C. L. C.
1258	JOSE C. M.
1259	JOSE C. M.
1260	JOSE C. P.
1261	JOSE C. S.
1262	JOSE D.
1263	JOSE D. A.
1264	JOSE D. A.
1265	JOSE D. C. J.
1266	JOSE D. D. O.
1267	JOSE D. F. D. S.
1268	JOSE D. G. C.
1269	JOSÉ D. M.
1270	JOSE D. O.
1271	JOSE D. S.
1272	JOSE D. S.
1273	JOSE D. S. L.
1274	JOSE D. S. L.
1275	JOSE D. S. S.
1276	JOSE E. C.
1277	JOSE E. D. S.
1278	JOSE E. D. V.
1279	JOSE F.
1280	JOSE F.
1281	JOSE F. A.
1282	JOSE F. C. N.
1283	JOSE F. D. A.
1284	JOSE F. D. A.
1285	JOSE F. D. A.
1286	JOSE F. D. A.
1287	JOSE F. D. A.
1288	JOSE F. D. B. F.
1289	JOSE F. D. O.
1290	JOSE F. D. S.
1291	JOSE F. D. S. F.
1292	JOSE F. F.
1293	JOSE F. L.
1294	JOSE F. N.
1295	JOSE F. P.
1296	JOSE F. S.

1297	JOSE F. T.
1298	JOSE G. D. S.
1299	JOSE G. D. S.
1300	JOSE G. M.
1301	JOSE G. V.
1302	JOSE G. V.
1303	JOSE H. F.
1304	JOSÉ H. J.
1305	JOSE J. B.
1306	JOSE J. D. M.
1307	JOSE J. S.
1308	JOSE K. D. O.
1309	JOSE L. B.
1310	JOSE L. C.
1311	JOSE L. D. C.
1312	JOSE L. D. S.
1313	JOSE L. D. S.
1314	JOSE L. D. S.
1315	JOSE L. D. S. N.
1316	JOSE L. M.
1317	JOSE L. T. J.
1318	JOSE M.
1319	JOSE M.
1320	JOSE M.
1321	JOSE M. C. D. S.
1322	JOSE M. D. C. F.
1323	JOSE M. D. D. S.
1324	JOSE M. D. L.
1325	JOSE M. D. O.
1326	JOSE M. D. O.
1327	JOSE M. D. S.
1328	JOSE M. D. S.
1329	JOSE M. F.
1330	JOSE M. M.
1331	JOSE M. R.
1332	JOSE M. R. P.
1333	JOSE M. V.
1334	JOSE N.
1335	JOSE N. D. C.
1336	JOSE N. D. S.
1337	JOSE N. D. S.
1338	JOSE O. C.
1339	JOSE O. D. S.
1340	JOSE O. S.
1341	JOSE P.
1342	JOSE P.
1343	JOSE P.
1344	JOSE P.
1345	JOSE P.
1346	JOSE P. B.
1347	JOSE P. D. A.
1348	JOSE P. D. F.
1349	JOSE P. F.
1350	JOSE P. F.
1351	JOSÉ P. J.
1352	JOSE P. N.
1353	JOSE P. N.
1354	JOSE R.
1355	JOSE R. D. A.
1356	JOSE R. D. A.
1357	JOSE R. D. A. F.
1358	JOSE R. D. C.
1359	JOSE R. D. M.
1360	JOSE R. D. O.
1361	JOSE R. D. S.
1362	JOSÉ R. D. S.
1363	JOSE R. F.
1364	JOSE R. F. D. L.
1365	JOSE R. P.
1366	JOSÉ R. R.
1367	JOSÉ R. S. D. S.
1368	JOSE R. T. V.
1369	JOSE S. A.
1370	JOSE S. F.
1371	JOSE S. L.
1372	JOSE S. M. F.
1373	JOSE S. N.
1374	JOSE T. D. S.
1375	JOSE V. D. R.
1376	JOSE V. D. S.
1377	JOSE V. D. S.
1378	JOSE V. N.
1379	JOSEFA C. D. S. S.
1380	JOSEFA F.
1381	JOSEFA G. C. F.
1382	JOSEFA S.
1383	JOSELINA M. R.
1384	JOSELITA S. D. S. F.
1385	JOSEZITO F. D. S.

1386	JOSIANE C.
1387	JOSIANE R. P.
1388	JOSIAS M. D. C.
1389	JOSIAS R. B.
1390	JOSIELI M. V. D. S.
1391	JOSIMAR F. D.
1392	JOSIVANE B. D. S.
1393	JOSUE A. D. S.
1394	JOSUE Q.
1395	JOSUEL S. S.
1396	JOSVAL A. D. F.
1397	JOVAIR F.
1398	JOVELINA M. C. S.
1399	JOVELINO R.
1400	JOVENAL F. D. O.
1401	JOVENALDO M. D. S.
1402	JOVENIL C. M.
1403	JOVINO J. D.
1404	JOVITA E. D. S.
1405	JOYCE C. S. T.
1406	JUARES M. R.
1407	JUAREZ A. D. S.
1408	JUAREZ B. D. A.
1409	JUAREZ L. M.
1410	JUBELINO A.
1411	JUCELINO A. M.
1412	JUDITE D. S.
1413	JUDITE G. D. M.
1414	JUDITE G. D. S.
1415	JULIA A. E. D. M. E. A. S.
1416	JULIA M. D. C. D. A.
1417	JULIANA D. S. V.
1418	JULIANA M. D. C.
1419	JULIANA P. F.
1420	JULIANA Q. D.
1421	JULIANE D. R. S.
1422	JULIANO A. D. S.
1423	JULIANO A. D. S.
1424	JULIANO A. K.
1425	JULIANO D. D. A.
1426	JULIO C. E. G.
1427	JULIO C. I. B.
1428	JULIO J. D. S.
1429	JULIO M. M.
1430	JULIO P. R.
1431	JULITA R. C.
1432	JUMAR G. D. A.
1433	JUNIOR D. A.
1434	JURACI F. D. S.
1435	JURACI M. D. S.
1436	JURACI T.
1437	JUSCIMAR R. R.
1438	KALEL W. D. O.
1439	KALEU S. D. R.
1440	KALLEN N. N.
1441	KAMILY R. A.
1442	KATIA D.
1443	KAUANNE M. D. S.
1444	KEILA A. F.
1445	KENYD J. O.
1446	KETLIN G. C. D. C.
1447	KEVIN S. H.
1448	KEYLA M. R. D. S.
1449	KLAUS M. B.
1450	KLEBER B.
1451	KLEBERTON A. L. C.
1452	KYONARA M. R. S.
1453	LAERCIO G. M.
1454	LAUDELINA M. C.
1455	LAUDETE A. D. A.
1456	LAUDICEIA H. D. S. O.
1457	LAURA F. F.
1458	LAURA M. D. C. M.
1459	LAURA T. B.
1460	LAURENICE S.
1461	LAURINDA B. D. C. S.
1462	LAURINDO B.
1463	LAURO A. D. S.
1464	LAURO V. M.
1465	LAZARO F. D. S.
1466	LAZARO J. D. S.
1467	LEANDRO A. B.
1468	LEANDRO B.
1469	LEANDRO C.
1470	LEANDRO D. R. T.
1471	LEANDRO D. S. S.
1472	LEANDRO L. D. C.
1473	LEANDRO M. C.
1474	LEANDRO P. D. S.

1475	LEDA D. L. S.
1476	LENICE D. S. M.
1477	LENIR D. L. P.
1478	LEOCIR B. P.
1479	LEONARDO B. D. S.
1480	LEONARDO N. D. S.
1481	LEONICE A. R.
1482	LEONICE P. D. F.
1483	LEONICE P. D. F. F.
1484	LEONICE S. M.
1485	LEONILDA D. C. A.
1486	LEONILDE G.
1487	LEONIR C. A.
1488	LEONOR R. D. S.
1489	LEOZINA F. D. S. L.
1490	LETICIA D. S. R.
1491	LEVI B. D. C.
1492	LICIA N. P.
1493	LICINIO G. D. S.
1494	LIDIO M. P.
1495	LIDIO R. M.
1496	LIENE L. D. A.
1497	LILIANA C. O. M.
1498	LINDALVA M. D. S.
1499	LINDALVA R. D. S.
1500	LINDAMIR A. D. M.
1501	LINDAURA R. S. V.
1502	LINDINALVA A. D. C. F.
1503	LINDINALVA M. D. A.
1504	LINDOMAR D. S. P.
1505	LINDOMAR P. B.
1506	LINDOMARA C.
1507	LOANA F. D. S.
1508	LODOVEU M.
1509	LOIDE F. B.
1510	LORIVAL F. D. A.
1511	LORIVALDO A. D. O.
1512	LORRAINE M. R.
1513	LOURDES B. C.
1514	LOURDES F. D. S. S.
1515	LOURDES M. D. L.
1516	LOURDES P. F.
1517	LOURIVAL C. T.
1518	LUANA A. D. C.
1519	LUANA B. D. S.
1520	LUCAS D. C. B.
1521	LUCAS D. C. D. A.
1522	LUCAS J. D. C.
1523	LUCAS P. C.
1524	LUCAS S. O.
1525	LUCIA A. D. C.
1526	LUCIA A. D. S.
1527	LUCIA A. D. S.
1528	LUCIA D. F. D. S.
1529	LUCIA D. S. F.
1530	LUCIA F. D. P. M.
1531	LUCIA H. S.
1532	LUCIA M. G.
1533	LUCIA P. D. C.
1534	LUCIANA A. R.
1535	LUCIANA F.
1536	LUCIANA M.
1537	LUCIANO J. D. A.
1538	LUCIANO P.
1539	LUCILA P.
1540	LUCILIA C.
1541	LUCIMAR A. C.
1542	LUCIMAR D. M.
1543	LUCIMAR D. S. A.
1544	LUCIMAR D. S. T.
1545	LUCIMERI S. D. S.
1546	LUCINEIA F. M.
1547	LUCINEIA O. D. S.
1548	LUCIO P.
1549	LUCIO R. L.
1550	LUIS B.
1551	LUIS C. C.
1552	LUIS D. S.
1553	LUIS G. D. C.
1554	LUIS H. A. T.
1555	LUISIO F. D.
1556	LUIZ A. D. S.
1557	LUIZ A. D. S.
1558	LUIZ A. D. S.
1559	LUIZ A. D. S.
1560	LUIZ A. D. V. B. G.
1561	LUIZ A. F.
1562	LUIZ A. F.
1563	LUIZ A. V.

1564	LUIZ B. D. S.
1565	LUIZ C. B. D. O.
1566	LUIZ C. D. M.
1567	LUIZ C. D. R.
1568	LUIZ C. D. S. A. B.
1569	LUIZ D. A. R.
1570	LUIZ D. O.
1571	LUIZ F.
1572	LUIZ F. D. C.
1573	LUIZ F. F.
1574	LUIZ F. L.
1575	LUIZ G. C.
1576	LUIZ G. C.
1577	LUIZ G. V.
1578	LUIZ H. S. D. S.
1579	LUIZ J. B.
1580	LUIZ J. P. F.
1581	LUIZ L.
1582	LUIZ P.
1583	LUIZ P. P.
1584	LUIZ R. C. D. S.
1585	LUIZ R. D. F.
1586	LUIZ R. D. R.
1587	LUIZ R. D. S.
1588	LUIZ S. D. L.
1589	LUIZ T. D. C.
1590	LUIZA K.
1591	LUIZA R. C.
1592	LUIZENE C. D. O.
1593	LURDES D. F. B. D. S.
1594	LURDES S. D. S.
1595	LURDIVINA L. F.
1596	LUZIA A. D. S.
1597	LUZIA D. F. P.
1598	LUZIA D. M.
1599	LUZIA F. S.
1600	LUZIA M.
1601	LUZIA R. D. O. F.
1602	LUZIA V. D. F.
1603	MADALENA M. D. S.
1604	MADALENA P.
1605	MADALENA R.
1606	MAGNA C. D. S.
1607	MAGNO P. D. F.
1608	MAGNOLIA D. S.
1609	MAICON S. D. C.
1610	MALVINA N. D. S.
1611	MANASSES M.
1612	MANOEL A.
1613	MANOEL B. M.
1614	MANOEL D. P. R.
1615	MANOEL D. S.
1616	MANOEL F.
1617	MANOEL G. D. O.
1618	MANOEL I. D. S.
1619	MANOEL L. A.
1620	MANOEL L. D. J.
1621	MANOEL M. V.
1622	MANOEL P. A.
1623	MANOEL P. B.
1624	MANOEL P. D. L.
1625	MANOEL R. D. A.
1626	MANOEL R. D. C.
1627	MANOEL V. D. S.
1628	MANOELA E. S. D. C.
1629	MARA F. D. F.
1630	MARCELA J. E.
1631	MARCELO B.
1632	MARCELO C. P.
1633	MARCELO J. D. F.
1634	MARCELO J. D. F. F.
1635	MARCELO M.
1636	MARCELO P. B.
1637	MARCELO S.
1638	MÁRCIA A. D. S.
1639	MARCIA A. R.
1640	MARCIA D. S. B. G.
1641	MARCIA G. D. B. M.
1642	MARCIA G. D. M.
1643	MARCIA R. P.
1644	MARCIANO D.
1645	MARCILIO P. B.
1646	MARCIO A. D. C.
1647	MARCIO A. D. M.
1648	MÁRCIO C. N.
1649	MARCIO F. D. S.
1650	MARCIO G. E.
1651	MARCIO J. D. C.
1652	MARCIO J. D. S.

1653	MARCIO R. C.
1654	MARCIO R. Z.
1655	MARCIO V. D. M.
1656	MARCIONIRIA F. D. N. O.
1657	MARCO A. P. D. O.
1658	MARCOS A. D. C.
1659	MARCOS A. D. S.
1660	MARCOS B.
1661	MARCOS B. D. C.
1662	MARCOS E. L.
1663	MARCOS G. D. S.
1664	MARCOS M.
1665	MARCOS N. I.
1666	MARCOS P. R.
1667	MARCOS R. B.
1668	MARCOS R. D. S.
1669	MARCOS W. R.
1670	MARGARIDA C. A.
1671	MARIA A. A. D. S. F.
1672	MARIA A. B.
1673	MARIA A. B.
1674	MARIA A. B.
1675	MARIA A. B. D. J.
1676	MARIA A. B. S.
1677	MARIA A. C.
1678	MARIA A. C.
1679	MARIA A. D.
1680	MARIA A. D. A.
1681	MARIA A. D. A.
1682	MARIA A. D. A.
1683	MARIA A. D. A.
1684	MARIA A. D. A. P.
1685	MARIA A. D. J.
1686	MARIA A. D. J. G.
1687	MARIA A. D. J. V.
1688	MARIA A. D. L. D. C.
1689	MARIA A. D. O.
1690	MARIA A. D. O.
1691	MARIA A. D. R.
1692	MARIA A. D. S.
1693	MARIA A. D. S.
1694	MARIA A. D. S.
1695	MARIA A. D. S. B.
1696	MARIA A. D. S. C.
1697	MARIA A. D. S. F.
1698	MARIA A. D. S. K.
1699	MARIA A. D. S. M.
1700	MARIA A. D. S. M.
1701	MARIA A. D. S. S.
1702	MARIA A. D. S. S.
1703	MARIA A. F.
1704	MARIA A. G.
1705	MARIA A. G.
1706	MARIA A. G. N.
1707	MARIA A. G. V.
1708	MARIA A. J.
1709	MARIA A. M.
1710	MARIA A. M. D. S.
1711	MARIA A. M. V.
1712	MARIA A. P. D. S.
1713	MARIA A. P. G.
1714	MARIA A. S. V.
1715	MARIA A. T.
1716	MARIA A. V.
1717	MARIA A. V.
1718	MARIA B. R.
1719	MARIA B. S.
1720	MARIA B. S.
1721	MARIA B. V. B. G.
1722	MARIA B. Z.
1723	MARIA B. Z.
1724	MARIA C.
1725	MARIA C. A. D. C.
1726	MARIA C. A. D. S.
1727	MARIA C. D.
1728	MARIA C. D. L. D. M.
1729	MARIA C. D. O.
1730	MARIA C. D. O.
1731	MARIA C. D. R. S.
1732	MARIA C. D. S.
1733	MARIA C. D. S. J.
1734	MARIA C. D. S. R.
1735	MARIA C. F.
1736	MARIA C. F.
1737	MARIA C. M.
1738	MARIA C. P. D. S.
1739	MARIA C. S.
1740	MARIA D. A.
1741	MARIA D. A. D. S.

1742	MARIA D. A. D. S. R.
1743	MARIA D. C.
1744	MARIA D. C. D. C. G.
1745	MARIA D. C. D. R.
1746	MARIA D. C. P. S.
1747	MARIA D. C. R. D. A.
1748	MARIA D. C. S.
1749	MARIA D. C. S.
1750	MARIA D. C. S. M.
1751	MARIA D. C. V.
1752	MARIA D. D. C.
1753	MARIA D. D. D. A.
1754	MARIA D. D. D. S. D. M.
1755	MARIA D. D. S.
1756	MARIA D. D. S. S.
1757	MARIA D. F. D. C.
1758	MARIA D. F. D. S.
1759	MARIA D. F. G.
1760	MARIA D. F. R. L.
1761	MARIA D. F. S.
1762	MARIA D. F. W. T.
1763	MARIA D. G. A.
1764	MARIA D. G. D.
1765	MARIA D. G. D. F. R.
1766	MARIA D. G. D. L. D. N.
1767	MARIA D. G. G. D. S.
1768	MARIA D. G. P.
1769	MARIA D. G. R. D. J.
1770	MARIA D. G. S.
1771	MARIA D. G. S. D. R.
1772	MARIA D. J. R. M.
1773	MARIA D. L.
1774	MARIA D. L. C. P.
1775	MARIA D. L. D. O.
1776	MARIA D. L. D. R. M.
1777	MARIA D. L. D. S.
1778	MARIA D. L. D. S.
1779	MARIA D. L. D. S.
1780	MARIA D. L. L.
1781	MARIA D. L. M.
1782	MARIA D. L. M. D. R.
1783	MARIA D. L. O.
1784	MARIA D. L. P.
1785	MARIA D. L. P.
1786	MARIA D. L. P. T.
1787	MARIA D. L. R.
1788	MARIA D. P. D. S.
1789	MARIA D. S. A.
1790	MARIA D. S. R.
1791	MARIA D. S. S.
1792	MARIA E. D. A. B.
1793	MARIA E. D. C.
1794	MARIA E. D. S.
1795	MARIA E. M.
1796	MARIA F. D. J.
1797	MARIA F. D. S.
1798	MARIA G. B.
1799	MARIA G. B. B.
1800	MARIA G. D. R.
1801	MARIA G. D. S.
1802	MARIA H. D. R.
1803	MARIA H. D. S.
1804	MARIA H. F. D. A.
1805	MARIA H. F. D. S.
1806	MARIA H. M. A.
1807	MARIA H. R. D. S. C.
1808	MARIA I. B.
1809	MARIA I. D. F.
1810	MARIA I. D. O. B.
1811	MARIA I. D. O. C.
1812	MARIA I. D. S. R.
1813	MARIA I. F. M.
1814	MARIA I. I.
1815	MARIA J. B. I.
1816	MARIA J. D. O.
1817	MARIA J. D. S.
1818	MARIA J. D. S.
1819	MARIA J. D. S.
1820	MARIA J. D. S.
1821	MARIA J. D. S.
1822	MARIA J. D. S.
1823	MARIA J. D. S. C.
1824	MARIA J. D. S. R.
1825	MARIA J. D. S. V.
1826	MARIA J. M.
1827	MARIA J. R.
1828	MARIA J. T. D. R.
1829	MARIA J. V. S.
1830	MARIA L. D. D. S.

1831	MARIA L. D. J. G.
1832	MARIA L. E. F.
1833	MARIA L. F. M.
1834	MARIA L. L. F.
1835	MARIA L. P.
1836	MARIA L. S. C.
1837	MARIA M. D. C.
1838	MARIA M. D. M.
1839	MARIA M. D. S. A.
1840	MARIA N. A. D. S.
1841	MARIA N. B. D. O.
1842	MARIA N. D. S. D. B.
1843	MARIA N. S.
1844	MARIA O. M. D. O.
1845	MARIA P. D. O.
1846	MARIA P. D. S.
1847	MARIA R. C.
1848	MARIA R. D. F.
1849	MARIA R. D. O.
1850	MARIA R. D. S.
1851	MARIA R. F.
1852	MARIA R. P.
1853	MARIA S. B. B. S.
1854	MARIA S. D. D. C.
1855	MARIA S. D. S.
1856	MARIA S. M.
1857	MARIA T. L. V.
1858	MARIA V. D. S.
1859	MARIA Z. D. P. S.
1860	MARIANA S. B.
1861	MARILDA F. P.
1862	MARILENE B. M.
1863	MARILSA F.
1864	MARILUCIA C. D. S. C.
1865	MARINA D. S.
1866	MARINA M.
1867	MARINALVA D. R. C.
1868	MARINALVA V. D. S.
1869	MARINES P.
1870	MARINEZ D. F.
1871	MARINO D. J. D. S.
1872	MARIO A. B. O.
1873	MARIO B. V.
1874	MARIO D. J.
1875	MARIO F.
1876	MARIO F.
1877	MARIO P.
1878	MARIO R.
1879	MARIO S. G. F.
1880	MARISA G.
1881	MARIZA C. D. O. B.
1882	MARIZA J. M.
1883	MARLENE A. B.
1884	MARLENE D. F. B.
1885	MARLI S. I.
1886	MARTA L. A. A.
1887	MASXIMINA S. L.
1888	MATEUS D. S. A.
1889	MATHEUS H. B.
1890	MATHEUS H. G. D. M.
1891	MATHEUS H. P. D. N.
1892	MATHEUS I. A.
1893	MAURICIO P.
1894	MAURILIO F.
1895	MAURILIO F. M.
1896	MAURINO D. R. M.
1897	MAURINO M.
1898	MAURIZA D. F. S.
1899	MAURO P. D. J.
1900	MAURO S.
1901	MAYARA D. S. F.
1902	MAYRA A. D. S. F.
1903	MEIRE C. D. C. V.
1904	MG G. E. C. L. M.
1905	MICHAEL R. M.
1906	MICHELE B.
1907	MICHELI C. D. R.
1908	MICHELLE G. D. S.
1909	MIGUEL E. D. F.
1910	MIGUEL R. D. S.
1911	MIGUEL V. D. S.
1912	MILENA S. C. D. O.
1913	MILENA Z. P.
1914	MILITAO A. D. S.
1915	MILTON A.
1916	MILTON C.
1917	MILTON J. D. S. M.
1918	MILTON R.
1919	MILTON V.

1920	MILTON V. X.
1921	MIRIA L. M. P. A. D. L.
1922	MOACIR G. M.
1923	MOACIR P.
1924	MOACIR R. B.
1925	MOISES D. S. B.
1926	MOISES M.
1927	MOISES P. D. A.
1928	MOISES T. S.
1929	MOLOTOVI A.
1930	MONEI D. S. F.
1931	MONICA M. C.
1932	MONIEL D. S. F.
1933	NADIR D. O. P.
1934	NADIR M. D. A.
1935	NADIR M. D. C. P.
1936	NADIR M. D. S. C.
1937	NAIR C.
1938	NAIR C. E.
1939	NAIR D. S. -. 0.
1940	NAIR D. S. -. 0.
1941	NAIR G. D. S.
1942	NAIR M. D. S.
1943	NAIR M. M. M.
1944	NANCY M. G.
1945	NAPOLEAO T. D. S.
1946	NARAYANE M. A. B.
1947	NARCIZO M. D. C.
1948	NARDE E. L.
1949	NARLI D. O. D.
1950	NATALIA G. A. A.
1951	NATALINA D. G. F. R.
1952	NATALINA D. S.
1953	NATALINO M.
1954	NATANAEL J. D. S.
1955	NATANAEL M.
1956	NAYANA F. G.
1957	NAYANE C. D. S.
1958	NEIDE D. S.
1959	NEIDE F. P. D. S.
1960	NEIDE G.
1961	NEIDE M. D. S.
1962	NELCY G. D. C.
1963	NELITA S. O.
1964	NELITON J. D. C.
1965	NELSI C. M.
1966	NELSON B. G.
1967	NELSON C.
1968	NELSON C.
1969	NELSON C. U.
1970	NELSON D. D.
1971	NELSON F.
1972	NELSON J. D. S.
1973	NELSON J. T.
1974	NELSON M.
1975	NELSON R. D. C. J.
1976	NELVINA N. D. O.
1977	NELY R. D. C.
1978	NERCI A. D. F.
1979	NEREU S. A.
1980	NERISVALDO S. D. S.
1981	NERISVAN S. D. S.
1982	NESTOR F. P.
1983	NEUDA O. G.
1984	NEURI L. M.
1985	NEUSA A. B. D. A.
1986	NEUSA A. D. S. M.
1987	NEUSA D. S. C. A.
1988	NEUSA M. P. G. D. O.
1989	NEUSA N.
1990	NEUZA D. G. V. R.
1991	NEY D. A.
1992	NICANOR V.
1993	NICOLAS D. C. S.
1994	NICOLINO G. R.
1995	NILCELENA D. S.
1996	NILCINEIA G. P.
1997	NILDA A. D. C.
1998	NILSON P. D. S. J.
1999	NILTON A. B.
2000	NILTON A. B.
2001	NILTON A. B.
2002	NILTON M. D. A.
2003	NILTON V. D. C.
2004	NILZA D. O. B.
2005	NILZA D. S. M.
2006	NILZETE D. F. L.
2007	NIRES D. O. L.
2008	NIRTO A. G.

2009	NISLANE T. D. S.
2010	NIUZA D. A. R.
2011	NIVALDO R. D. S.
2012	NIVALDO S.
2013	NOE R. M.
2014	NOEL M. D. L.
2015	NOELI A. D. C.
2016	NOEMIO F.
2017	OCIMAR R. D. L.
2018	OCTACILIO D. S. P.
2019	ODAIR D. C.
2020	ODAIR P. L.
2021	ODAIR R. D. S.
2022	ODELÇO A. D.
2023	ODELIA A. D.
2024	ODETE M.
2025	ODETE O. D. S.
2026	ODETE R. D. S.
2027	ODETE R. M.
2028	ODILIO F. G.
2029	OLGA D. M. D. J.
2030	OLIMPIO D. P.
2031	OLIMPIO F.
2032	OLIVEIROS V. D. A.
2033	OLIVIA M. D. S.
2034	OLIVIA O. D. S.
2035	OLIVIO P. D. S.
2036	OLIVIO R. D. C.
2037	ONEIDE M. T. D. F.
2038	ONESIO B. D. L.
2039	ONESTARIO G. M.
2040	ONICE R. M.
2041	ONIVALDO J. D. N.
2042	ONOFRE A.
2043	ORACILIO M. D. R.
2044	ORELIO A. T.
2045	ORIVAL F. F.
2046	ORLANDO E. L.
2047	ORLINDO F. D. S.
2048	OSMAR A.
2049	OSMAR A. F.
2050	OSMAR C. D. O.
2051	OSMAR D. L. P.
2052	OSMAR R.
2053	OSMAR S.
2054	OSMAR S. P.
2055	OSNEY A. D. A.
2056	OSNEY J. V.
2057	OSVALDO F. D. J.
2058	OSVALDO M. C.
2059	OSVALDO V.
2060	OSVALDO V. D. S.
2061	OSVANILDO D. C. M.
2062	OSWALDO C. A.
2063	OTACILIO S. D. S.
2064	OTAVIANO N. D. J.
2065	OTÁVIO R.
2066	OTAVIO R. D. S.
2067	OTILIA D. S. M.
2068	OZEIAS B. D. M.
2069	OZIEL F. V.
2070	PABLO S. G.
2071	PAKMATIC D. B. I. E. E. L.
2072	PAOLA D. D.
2073	PASCOALINA S. C.
2074	PATRICIA S. B.
2075	PATRICIA V.
2076	PAULINHO P.
2077	PAULINO F.
2078	PAULO B.
2079	PAULO C. D.
2080	PAULO C. D. M.
2081	PAULO C. D. S.
2082	PAULO C. M.
2083	PAULO D. O. F.
2084	PAULO F.
2085	PAULO G. B.
2086	PAULO G. D. O.
2087	PAULO H. D. A.
2088	PAULO J. B.
2089	PAULO J. F. D. S.
2090	PAULO N. B.
2091	PAULO R. D. C.
2092	PAULO S. B.
2093	PAULO S. D.
2094	PAULO S. D. A.
2095	PAULO S. D. C. 0.
2096	PAULO S. D. C.
2097	PAULO S. D. O.

2098	PAULO S. D. S.
2099	PAULO S. P.
2100	PAULO S. R. D. S.
2101	PAVAM A. D. B. L.
2102	PEDRELINA R. D. A. S.
2103	PEDRINHO C.
2104	PEDRO A. M.
2105	PEDRO B.
2106	PEDRO B. D. S.
2107	PEDRO C. D. S.
2108	PEDRO C. D. S.
2109	PEDRO F. D. R.
2110	PEDRO F. D. S.
2111	PEDRO F. N.
2112	PEDRO G. D. S.
2113	PEDRO L. M. D. F.
2114	PEDRO M.
2115	PEDRO M. B.
2116	PEDRO M. D. C.
2117	PEDRO R.
2118	PEDRO R. D. C.
2119	PEDRO R. D. S.
2120	PEDRO R. R.
2121	PENELOPE K. D. S. R. D. O.
2122	PERPETUA M. D. S.
2123	PEUGILDA P. D. B.
2124	POLYANA D. C.
2125	PRISCILA A. T. F.
2126	PURCINA L. D. A.
2127	QUADRO A. D. B. L.
2128	QUITERIA M. C. G.
2129	QUITERIA V. D. S.
2130	RAEL P. F.
2131	RAFAEL A.
2132	RAFAEL C. B.
2133	RAFAEL M.
2134	RAFAEL P. J.
2135	RAFAEL S. G.
2136	RAFAEL W. S.
2137	RAFAELA A. D. S. J.
2138	RAIMUNDA M. R.
2139	RAIMUNDA T. D. S.
2140	RAIMUNDO G. S.
2141	RAIMUNDO P. D. S.
2142	RAIMUNDO P. R.
2143	RAIMUNDO R. D. S.
2144	RANIEL F. D. C.
2145	RAQUEL F. B.
2146	RAUL P. M. D. S.
2147	REALINO V.
2148	RECH E. R. C. D. M. L.
2149	REGIANE T. B.
2150	REGIANI A. B.
2151	REGINA A. D. S.
2152	REGINA C. B.
2153	REGINALDO P.
2154	REINALDO A. D. A.
2155	REINALDO I. M.
2156	REINALDO R. C.
2157	RENAN F. G.
2158	RENAN J. P.
2159	RENAN S. B.
2160	RENATA C. B.
2161	RENATO R.
2162	RENATO V. M.
2163	RENILDA A. P.
2164	RENILDA I. D. S. P.
2165	RENILDO G. D. O.
2166	RICARDO A. D. S.
2167	RICARDO D. S. A.
2168	RICARDO P. M.
2169	RICARDO R. I.
2170	RICHARD F. D. J.
2171	RIOITI N.
2172	RITA C.
2173	RITA C. D. R.
2174	RITA D.
2175	RITA D. C. F.
2176	RITA R. D. M.
2177	RITA S. P.
2178	RITA T. F.
2179	ROBERT A. V.
2180	ROBERTO A.
2181	ROBERTO C. D. S.
2182	ROBERTO C. F.
2183	ROBERTO C. S.
2184	ROBERTO D. C. F.
2185	ROBERTO D. D. S.
2186	ROBERTO D. S.

2187	ROBERTO D. S. V.
2188	ROBERTO E. G.
2189	ROBERTO F. F.
2190	ROBERTO M.
2191	ROBERTO P. D. S.
2192	ROBERTO R. D. S.
2193	ROBISON G. B.
2194	ROBSON F. M.
2195	ROBSON P. J.
2196	ROBSON R. D. S.
2197	RODRIGO D. O.
2198	RODRIGO G. D. M.
2199	ROGELIO P. D. S.
2200	ROGERIO B. D. S.
2201	ROGERIO R. D. S.
2202	ROMILDA M.
2203	RONALDO D. S.
2204	RONALDO R. D. S.
2205	ROQUE G.
2206	ROSA G. D. M.
2207	ROSA M. D. S. D. O.
2208	ROSALINA A. V.
2209	ROSALINA P.
2210	ROSALINA P. D. S.
2211	ROSALINO M. D. S.
2212	ROSALVO M. D. C.
2213	ROSALVO P. D. S.
2214	ROSALVO S. D. S.
2215	ROSALVO S. D. S.
2216	ROSANA B. P.
2217	ROSANA D. S. G.
2218	ROSANA F. D. S.
2219	ROSANGELA A. D. O.
2220	ROSANGELA A. F. F.
2221	ROSANGELA D.
2222	ROSANGELA L.
2223	ROSE M. P. D. S.
2224	ROSELENE G. D. S. D. L.
2225	ROSELI A.
2226	ROSELI G. P.
2227	ROSELI R. D. S.
2228	ROSELY E. C.
2229	ROSEMAR D. A.
2230	ROSEMIR M. D. S.
2231	ROSENI D. P. V. D. Q.
2232	ROSENILDA E. R. C.
2233	ROSENILDA L. D. A. S.
2234	ROSIANE T. G.
2235	ROSILAINE V. M.
2236	ROSILDA B. T.
2237	ROSILENE D. P. V.
2238	ROSIMAR A. D. S.
2239	ROSIMAR A. M.
2240	ROSIMAR D. S. D. S.
2241	ROSIMEIRE F. C. F.
2242	ROSIMEIRE M. M.
2243	ROSINA P. C.
2244	ROSINETE A. D. S.
2245	ROSSIDE A. V.
2246	RUBENILTON V. C.
2247	RUBENS A. D. C.
2248	RUBENS C.
2249	RUBENS F.
2250	RUBENS R. D. A.
2251	RUBENS T.
2252	RUTE F. D. S. A.
2253	RUTH L. B.
2254	SABRINA M. A. D. M.
2255	SADRAC G. M.
2256	SALATIEL P. R.
2257	SALETE C. D. S.
2258	SALETE R.
2259	SALVADOR D. O. F.
2260	SALVADOR S. D.
2261	SALVINA A. D. R.
2262	SAMARA B.
2263	SAMUEL B. D. C.
2264	SAMUEL C.
2265	SAMUEL F. N.
2266	SAMUEL M. D. S.
2267	SANDRA A. D. S.
2268	SANDRA C. R.
2269	SANDRA M. D. S.
2270	SANDRA R. D. S.
2271	SANDRO A. M.
2272	SANTIAGO C. C.
2273	SANTOS &. M. L.
2274	SAPATA &. A. A. D. B. L.
2275	SATORU H.

2276	SAULO B. B.
2277	SEBASTIANA D. S. R.
2278	SEBASTIANA F. D. S.
2279	SEBASTIANA G. A. F.
2280	SEBASTIANA M. D. A.
2281	SEBASTIANA V. A.
2282	SEBASTIAO B.
2283	SEBASTIAO C. D. S.
2284	SEBASTIAO C. D. S.
2285	SEBASTIAO C. M.
2286	SEBASTIAO D. A.
2287	SEBASTIAO D. S.
2288	SEBASTIAO D. S.
2289	SEBASTIAO D. S. F.
2290	SEBASTIAO G. D. F.
2291	SEBASTIAO G. F.
2292	SEBASTIAO G. P. J.
2293	SEBASTIAO I.
2294	SEBASTIAO J. D. A.
2295	SEBASTIAO L. D. A.
2296	SEBASTIAO M. D. P.
2297	SEBASTIAO M. D. S.
2298	SEBASTIAO M. L.
2299	SEBASTIAO N. D. S.
2300	SEBASTIAO P. D. S.
2301	SEBASTIAO R. D. S.
2302	SEBASTIAO V. P.
2303	SELICIA H. D. S.
2304	SELLENE A. M.
2305	SELMA A. B. D. S.
2306	SELMA M. B. G.
2307	SERAFINA P. D. S.
2308	SERGIO A. M. T.
2309	SERGIO C.
2310	SERGIO C. R.
2311	SERGIO D. N.
2312	SERGIO L. D.
2313	SERGIO M. R.
2314	SERGIO N. B.
2315	SERGIO P. F.
2316	SERGIO R. M.
2317	SETEMBRINO C. D. S.
2318	SEVERINA M. D. S. T.
2319	SEVERINO D. F.
2320	SIDINEI L. C.
2321	SIDINEI M.
2322	SIDNEI D. G. G.
2323	SIDNEIA C. R.
2324	SIDNEY O. M.
2325	SILAS D. S.
2326	SILMARA F. G. V.
2327	SILMARA M. S.
2328	SILVANA A. D. R.
2329	SILVANA G. D. S.
2330	SILVIA A. M.
2331	SILVIA M. O.
2332	SILVIA R. M.
2333	SILVIO A. N.
2334	SILVIO M. R.
2335	SILVIO P. B.
2336	SILVIO P. D. C.
2337	SILVIO R. D. S.
2338	SILVIO V.
2339	SIMONE A. G. C.
2340	SIMONE A. P.
2341	SIMONE M. C.
2342	SIMONE M. D. S.
2343	SINDICATO R. D. B. F.
2344	SIRLEI A. P.
2345	SIRLEI D. S. S.
2346	SIRLENE D. D. G.
2347	SIRLENE D. S. G.
2348	SIRLEY B. V.
2349	SIRLEY D. R.
2350	SIRLEY T. F.
2351	SIRVAL A. F.
2352	SOLANGE A. D. S.
2353	SOLANGE A. M.
2354	SOLANGE F. D. S.
2355	SOLANGE M. G.
2356	SOLANGE P. D. C.
2357	SONIA D. F. D. S.
2358	SONIA M. D. S. T.
2359	SONIA R. D. S. B.
2360	SORAI A. D. S.
2361	SUELI A. D. A. R.
2362	SUELI C. D. A. S.
2363	SUELI D. S. F.
2364	SUELI P. D. C. S.

2365	SUELI S. R.
2366	SUMARA D. R.
2367	SUPERMERCADO C.
2368	SUPERMERCADO C. L.
2369	SUSANA A. R.
2370	SUSANA S.
2371	SUZAMAR T. B.
2372	TADEU D. S.
2373	TAINA M. D. S.
2374	TALITA G. D. S.
2375	TAMIRIS F. M. T. D. S.
2376	TANIA P. B.
2377	TATIANA M. R.
2378	TATIANE D. S. A.
2379	TAYNARA L. G. C.
2380	TELMA C. D. S. F. G.
2381	TELMA R. P. G. L.
2382	TERESINA R. C.
2383	TEREZA A.
2384	TEREZA B.
2385	TEREZA D. M. D. A.
2386	TEREZA D. O. S. S.
2387	TEREZA D. S.
2388	TEREZA F.
2389	TEREZA F. C. F.
2390	TEREZA F. D. S. S.
2391	TEREZA F. M. P.
2392	TEREZA L. L.
2393	TEREZA N. O.
2394	TEREZA P. D. S.
2395	TEREZINHA D. G. F. P.
2396	TEREZINHA D. O.
2397	TEREZINHA D. S.
2398	TEREZINHA F. D. C.
2399	TEREZINHA I. D. A.
2400	TEREZINHA R. B.
2401	TEREZINHA R. B. D. S.
2402	TEREZINHA R. D. S.
2403	TEREZINHA S. P.
2404	TEREZINO V. G.
2405	THAIS B. D. A.
2406	THAIS D. S. G.
2407	THEODORO D. S.
2408	THERESA D. J. D. F.
2409	THEREZA L. M.
2410	THEREZA R. L.
2411	TIAGO C. C.
2412	TIAGO D. S. A.
2413	TIAGO F. D. A.
2414	TIAGO J. D. S.
2415	TIAGO S. D. C.
2416	TIAGO V. C.
2417	TISCIANA C. D. S.
2418	ULISSES L. D. O.
2419	UMBERTO Z.
2420	URIAS C.
2421	URIAS L.
2422	VAGNER C. P.
2423	VALDECI S. D. S.
2424	VALDECIR A. P.
2425	VALDECIR D. N.
2426	VALDECIR G. E.
2427	VALDECIR J. D. S.
2428	VALDECIR M. G.
2429	VALDEIR A. D. R.
2430	VALDEIR D. S.
2431	VALDEIR L. D. A.
2432	VALDEIR O. G.
2433	VALDEIR V. D. M.
2434	VALDEMAR C.
2435	VALDEMAR F. B.
2436	VALDEMAR F. D. S.
2437	VALDEMAR J. D. S.
2438	VALDEMIR D. S. C.
2439	VALDEMIR M.
2440	VALDEMIR M. D. S.
2441	VALDEMIRO F. D. O.
2442	VALDEQUI V. D. S.
2443	VALDI G. C.
2444	VALDINA D. S. O.
2445	VALDINEI C.
2446	VALDINEI D. N.
2447	VALDINEI G. D. S.
2448	VALDINEIA A.
2449	VALDINEY S.
2450	VALDIR A. D. C.
2451	VALDIR D. S.
2452	VALDIR D. S.
2453	VALDIR F. D. S.

2454	VALDIR F. M.
2455	VALDIR G. S.
2456	VALDIR R.
2457	VALDIR X. D. C.
2458	VALDIRENE F. D. S.
2459	VALDIRENE J. D. S.
2460	VALDIRENE P. D. S. S.
2461	VALDIRENI N. D. S.
2462	VALDIVINO D. M.
2463	VALDIVINO P. D. S.
2464	VALDOELIO V.
2465	VALDOMIRO C. D. O.
2466	VALDOMIRO M. D. F.
2467	VALENIR L. D. J.
2468	VALERIA A. D. S.
2469	VALERIA A. M. B.
2470	VALMIR I. D. S.
2471	VALTER A. D. J.
2472	VALTER L. D. A.
2473	VALTER R. D. C.
2474	VALTER T. D. L.
2475	VANDA M. M.
2476	VANDERLEI B. D. S.
2477	VANDERLEI K.
2478	VANDERLEI M. G.
2479	VANDERLEI M. T.
2480	VANESSA M. D. S.
2481	VANIA A. B. M.
2482	VANIA A. C.
2483	VANIA A. T.
2484	VÂNIA F. D.
2485	VANILDA A. D. S.
2486	VANILDA M. D. L.
2487	VANUSA D. M. D. S.
2488	VANUSA F. D. O.
2489	VERA L. B. D. S.
2490	VERGILIO T.
2491	VERONICA B. C.
2492	VERONICA C. D. M.
2493	VIACAO M. L.
2494	VIANET S. L.
2495	VICENTE D. A.
2496	VICENTE D. P. P.
2497	VICENTE F. D. S.
2498	VICENTE F. F.
2499	VICENTE G. D. R. F.
2500	VICENTE G. D. S.
2501	VICENTE J. D. C.
2502	VICENTE P. D. S.
2503	VICENTE P. D. S.
2504	VICENTINA R. D.
2505	VICTOR H. W. B.
2506	VILMA A. M. R.
2507	VILMA F. S.
2508	VILMA R. D. S. 0.
2509	VILMAIR F.
2510	VINICIOS D. P. P.
2511	VINICIUS R. G.
2512	VIOLINO G.
2513	VITALINO A. D. S.
2514	VIVIANE A. B. D. C.
2515	VIVIANE A. F. P. S.
2516	VIVIANE D. G. O.
2517	WAGNER A. M.
2518	WAGNER W.
2519	WALAF R. D. M.
2520	WALDECI V. D. S.
2521	WALDIR V. D. C.
2522	WALDOMIRO R. D. S.
2523	WALLIS R. N.
2524	WALMIR A. M.
2525	WANDA R. G.
2526	WASHINGTON W. V. F.
2527	WEDERSON D. S.
2528	WEIDE D. F.
2529	WELINGTON B. F.
2530	WELITON A. D. C.
2531	WELITON T. F.
2532	WESLEI D. V. D. S.
2533	WILIAN R. D. M.
2534	WILSON A. D. S. F.
2535	WILSON P. D. S.
2536	WILSON S. S. -.
2537	WOLSEI D. S. M.
2538	YONE A. D. S.
2539	ZELIA D. B. S.
2540	ZELIA D. F. P. S.
2541	ZELINDA B. S. E.
2542	ZELIR A. S.

2543	ZENILDA A. F. D. S.
2544	ZILDO S. M.
2545	ZILMA D. S. M.
2546	ZULEIDE A. D. S. E. S.
2547	ZUMIRA N. D. S.

PARTICIPANTES HABILITADOS: 2.547

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:00E8C016

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 01/2026 - DIVULGAÇÃO DE MESAS CONSULTIVAS

EDITAL DE Nº 01/2026 - DESIGNAÇÃO E DIVULGAÇÃO
O Presidente da Comissão Central, no uso de suas atribuições legais e regimentais, TORNA PÚBLICO a designação dos representantes das Mesas Consultivas das 06 (seis) Escolas Municipais e 03 (três) CMEIS, os quais serão responsáveis por todo o processo de escolha em suas respectivas unidades escolares, conforme relação abaixo discriminada.

1. DA FINALIDADE
1.1. Os representantes designados por este Edital possuem a atribuição precípua de conduzir e responder por todas as etapas do processo de escolha e seleção no âmbito de suas respectivas unidades escolares.
1.2. Compete aos designados atuar como elo oficial de comunicação entre a Comissão Central e as comunidades escolares, zelando estritamente pela lisura, transparência, imparcialidade e fiel cumprimento dos prazos e normas estabelecidos no certame.

2. DOS REPRESENTANTES DESIGNADOS POR ESCOLA
Ficam designados os seguintes membros para compor as Mesas Consultivas das unidades escolares abaixo relacionadas:

ESCOLA MUNICIPAL BOA VISTA

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Erica Oliveira de Menezes	Servidor	Titular
2	Paula Eduarda Corrêa	Servidor	Titular
3	Mariana Gonsales dos Santos	Servidor	Suplente
4	Kamilly Paola de Oliveira	Servidor	Suplente
5	Clésio Bruzello Gomes	Pai e/ou responsável	Titular
6	Kelly Cristina de Lima	Pai e/ou responsável	Titular
7	Camila Verginia Holleverger	Pai e/ou responsável	Suplente
8	Larissa Ribeiro Mendes	Pai e/ou responsável	Suplente

ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Gessica Micheli Jaques	Rep. Pais	Titular
2	Samara Dalla Costa	Rep. Pais	Titular
3	Daiane de Oliveira	Rep. Pais	Suplente
4	Fernanda Gosales dos Santos de Oliveira	Rep. Pais	Suplente
5	Inês Joana Duarte	Rep. Conselho Escolar	Titular
6	Marielly Cristina Botega	Rep. Docentes	Titular
7	Dalilla Barbosa Alexandre	Rep. dos Funcionários	Suplente
8	Inês Maristela Dalazen Zení	Rep. Docentes	Suplente

ESCOLA MUNICIPAL PADRE JANDIR ZANCHETTIN

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Natielly Pacheco Rolim	Pais e responsáveis / Conselho Escolar	Titular
2	Francieli Aparecida Barbosa	Pais e responsáveis	Titular
3	Ana Paula Chiafré	Pais e responsáveis / Conselho Escolar	Suplente
4	Patrícia Antunes Vieira	Pais e responsáveis / Conselho Escolar	Suplente
5	Maiara Maciel de Martini	Docente / Conselho Escolar	Titular
6	Edivan Weber Scheider	Docente	Titular
7	Alessandra Martins Marcos	Docente / Conselho Escolar	Suplente
8	Geisi Kelly Alioncio	Docente / APMF	Suplente

ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCINIO

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Eduardo Teixeira Cardoso	Representante Funcionários	Titular
2	Rafael Bueno Novais	Representante Funcionários	Suplente
3	Valeria Gomes dos Santos	Representante Funcionários	Titular
4	Amarildo Batista	Representante Funcionários	Suplente
5	Adriana Picoli Vizioli	Representante dos Pais	Titular
6	Franciele dos Santos	Representante dos Pais	Suplente
7	Vera Maria Cericato	Representante dos Pais	Titular
8	Lucineia dos Santos Terluk	Representante dos Pais	Suplente

ESCOLA RURAL MUNICIPAL OLAVO BILAC

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Vanessa Menezes Muller	Professores	Titular
2	Gian Andrade Rechinski	Professores	Suplente
3	Joslaine Fátima de Andrade Liebber	Professores	Titular
4	Osmar da Cruz	Professores	Suplente
5	Marilde Aparecida de Souza Fontanela	Pais	Titular
6	André Rodrigo Muller	Pais	Suplente
7	Andressa Aparecida de Ramos	Pais	Titular
8	Lucimara de Lima Martins	Pais	Suplente

ESCOLA RURAL MUNICIPAL NILTON RONCHINI

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Luana Signorini	Rep. Corpo Docente	Titular
2	Andréia Cristina Zatta	Rep. Corpo Docente	Suplente
3	Ana Paula da Rosa	Rep. Corpo Docente	Titular
4	Ângela Karini Marcon Weiss	Rep. Corpo Docente Ed. Infantil	Suplente
5	Adriely Barbara Novack Medeiros	Rep. Pais de Alunos ou Responsáveis	Titular
6	Simone Aparecida do Prado	Rep. Pais de Alunos ou Responsáveis	Suplente
7	Leandro Jorge Moresco	Rep. Pais de Alunos ou Responsáveis	Titular
8	Juliana da Silva de Melo	Rep. Comunidade Local	Suplente

CMEI – HERMÍNIA MORAES WEIS

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Valéria O. do Amaral	[não especificado]	Titular
2	Noili Trevisan	[não especificado]	Titular
3	Karla O. Rodrigues	[não especificado]	Suplente
4	Samara Wolff	[não especificado]	Suplente
5	Andresa Mayer	[não especificado]	Titular
6	Rosiclara Suistalski	[não especificado]	Titular
7	Regina B. Maciel	[não especificado]	Suplente
8	Marcos Caetano	[não especificado]	Suplente

CMEI – MENINO JESUS

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Simone Santos Kroni	Professora	Titular
2	Regiane Beginini	Professora	Suplente
3	Carla Valéria Fernandes	Professora	Titular
4	Carmem Lúcia Jaques	Professora	Suplente
5	Silmara O. Maia	Mãe de aluno	Titular
6	Emilly Knecht	Mãe de aluno	Suplente
7	Luzia Ap. Moreira	Mãe de aluno	Titular
8	Juliete F. Teixeira	Mãe de aluno	Suplente

CMEI – LOURDES KLAUS REIMOND

Nº	NOME	SEGMENTO	CONDIÇÃO
1	Maristela Morais de Mattos	Representante dos Pais	Titular
2	Lucineia Dos Santos	Representante dos Pais	Suplente
3	Cenira Brandão Beger	Representante dos Pais	Titular
4	Leila Daiana Dalek	Representante dos Pais	Suplente
5	Elizandra Trindade	Representante dos Funcionários	Titular
6	Marcia Koch	Representante dos Funcionários	Suplente
7	Marlene Gelinski Batistello	Representante dos Funcionários	Titular
8	Maria de Fatima Gualberto	Representante dos Funcionários	Suplente

3. DAS ATRIBUIÇÕES DOS REPRESENTANTES

No exercício de suas funções, os representantes das Mesas Consultivas deverão observar as seguintes obrigações:
Conduzir e responder integralmente pelo processo de escolha em sua respectiva unidade escolar;
Garantir a ampla divulgação de editais, comunicados e informações pertinentes junto à comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores);
Receber, organizar, conferir e encaminhar tempestivamente as fichas de inscrições e documentos correlatos à Comissão Central;
Zelar pela transparência absoluta, imparcialidade no tratamento dos candidatos e estrito cumprimento dos prazos regulamentares;
Reportar imediatamente à Comissão Central qualquer intercorrência, dúvida técnica ou irregularidade identificada durante o processo.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os representantes ora designados deverão manter canal de comunicação direto e permanente com a Comissão Central para o alinhamento de diretrizes.
4.2. A presente designação possui caráter transitório e poderá ser revista ou revogada a qualquer tempo pela Comissão Central, mediante justificativa administrativa fundamentada.

Boa Vista da Aparecida – PR, 28 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE ALIONCIO
Presidente da Comissão Central.

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:9AEEAC61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 11 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2026			
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2025 (i)**			**2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**			**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**
VALOR (III)	0,00			0,00			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1947-3121-836). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:16.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1F4D9127

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	41.675.177,37
Previsão Atualizada	41.675.177,37
Receitas Realizadas	29.765.268,22
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	8.792.697,35
DESPESAS	
Dotação Inicial	41.675.177,37
Créditos Adicionais	38.396.437,56
Dotação Atualizada	80.071.614,93
Despesas Empenhadas	30.372.020,70
Despesas Liquidadas	25.031.390,27
Despesas Pagas	24.050.530,24
Superávit Orçamentário	4.733.877,95
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	30.372.020,70
Despesas Liquidadas	25.031.390,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	44.753.134,64
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.753.134,64
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.977.654,64
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00

Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	1.074.847,21	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	1.921.425,82	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	324.794,82	0,00	324.683,82	111,00
Poder Executivo	324.794,82	0,00	324.683,82	111,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.736.641,00	0,00	3.440.205,55	296.435,45
Poder Executivo	3.736.641,00	0,00	3.440.205,55	296.435,45
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.061.435,82	0,00	3.764.889,37	296.546,45

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.829.952,53	25,00	30,10
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.331.596,27	70,00	89,55
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	5.757,00	50,00	0,85
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	182.289,47	15,00	26,97

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.620.796,81	15,00	16,33
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema e-Pública (1766-0508-194). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:20.			
1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.			

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B8632F3B

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 3º BIMESTRE 2026 - RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**41.675.177,37**	**41.675.177,37**	**12.396.377,08**	**29,75**	**29.765.268,22**	**71,42**	**11.909.909,15**
RECEITAS CORRENTES	**41.675.177,37**	**41.675.177,37**	**7.806.970,80**	**18,73**	**22.357.865,94**	**53,65**	**19.317.311,43**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.484.000,00	1.484.000,00	467.931,26	31,53	1.154.163,91	77,77	329.836,09
Impostos	1.127.000,00	1.127.000,00	422.234,90	37,47	945.840,66	83,93	181.159,34
Taxas	357.000,00	357.000,00	45.696,36	12,80	208.323,25	58,35	148.676,75
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	325.000,00	325.000,00	58.402,48	17,97	169.395,15	52,12	155.604,85
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	325.000,00	325.000,00	58.402,48	17,97	169.395,15	52,12	155.604,85
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	298.447,07	33,16	875.001,40	97,22	24.998,60
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	900.000,00	900.000,00	298.447,07	33,16	875.001,40	97,22	24.998,60
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	28.540,00	0,00	-28.540,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	28.540,00	0,00	-28.540,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.966.177,37	38.966.177,37	6.958.189,99	17,86	20.102.599,14	51,59	18.863.578,23
Transferências da União e de suas Entidades	24.955.952,36	24.955.952,36	4.835.322,29	19,38	13.115.625,03	52,56	11.840.327,33
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.292.443,50	7.292.443,50	1.214.201,53	16,65	3.920.413,66	53,76	3.372.029,84
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.717.781,51	6.717.781,51	908.666,17	13,53	3.066.560,45	45,65	3.651.221,06
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	24.000,00	0,00	28.166,34	0,00	-28.166,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	4.166,34	0,00	-4.166,34
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	24.000,00	0,00	24.000,00	0,00	-24.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**4.589.406,28**	**0,00**	**7.407.402,28**	**0,00**	**-7.407.402,28**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	4.589.406,28	0,00	7.407.402,28	0,00	-7.407.402,28
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	426.475,11	0,00	426.475,11	0,00	-426.475,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	4.162.931,17	0,00	6.980.927,17	0,00	-6.980.927,17
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**41.675.177,37**	**41.675.177,37**	**12.396.377,08**	**29,75**	**29.765.268,22**	**71,42**	**11.909.909,15**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**41.675.177,37**	**41.675.177,37**	**12.396.377,08**	**29,75**	**29.765.268,22**	**71,42**	**11.909.909,15**
DÉFICIT (VI)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**41.675.177,37**	**41.675.177,37**	**12.396.377,08**	**29,75**	**29.765.268,22**	**71,42**	**11.909.909,15**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	-------	8.792.697,35	-------	-------	-------	-------	-------
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-------	8.792.697,35	-------	-------	-------	-------	-------

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**SALDO (i) = (e-h)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**41.675.177,37**	**80.071.614,93**	**7.767.955,85**	**30.372.020,70**	**49.699.594,23**	**9.835.987,74**	**25.031.390,27**	**24.050.530,24**	**55.040.224,66**
DESPESAS CORRENTES	**40.293.577,37**	**47.169.803,14**	**6.382.633,14**	**20.597.519,09**	**26.572.284,05**	**6.740.992,78**	**19.703.513,51**	**18.740.923,84**	**27.466.289,63**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.339.252,70	20.749.594,42	3.009.560,82	9.022.994,10	11.726.600,32	3.017.164,75	9.022.994,10	8.801.914,16	11.726.600,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.954.324,67	26.420.208,72	3.373.072,32	11.574.524,99	14.845.683,73	3.723.828,03	10.680.519,41	9.939.009,68	15.739.689,31
DESPESAS DE CAPITAL	**1.189.600,00**	**32.709.811,79**	**1.385.322,71**	**9.774.501,61**	**22.935.310,18**	**3.094.994,96**	**5.327.876,76**	**5.309.606,40**	**27.381.935,03**
INVESTIMENTOS	1.189.600,00	32.709.811,79	1.385.322,71	9.774.501,61	22.935.310,18	3.094.994,96	5.327.876,76	5.309.606,40	27.381.935,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00	192.000,00	0,00	0,00	0,00	192.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**41.675.177,37**	**80.071.614,93**	**7.767.955,85**	**30.372.020,70**	**49.699.594,23**	**9.835.987,74**	**25.031.390,27**	**24.050.530,24**	**55.040.224,66**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**41.675.177,37**	**80.071.614,93**	**7.767.955,85**	**30.372.020,70**	**49.699.594,23**	**9.835.987,74**	**25.031.390,27**	**24.050.530,24**	**55.040.224,66**
SUPERÁVIT (XIII)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	**4.733.877,95**	**5.714.737,98**	-------
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**41.675.177,37**	**80.071.614,93**	**7.767.955,85**	**30.372.020,70**	**49.699.594,23**	**9.835.987,74**	**29.765.268,22**	**29.765.268,22**	**55.040.224,66**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5568ED11

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)							**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026
RECEITAS CORRENTES (I)	4.473.266,84	3.699.639,83	4.065.857,43	3.532.550,13	3.861.732,09	5.332.789,74	4.318.945,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	233.332,09	350.562,04	234.617,82	193.758,98	291.587,69	382.894,40	79.869,86
IPTU	54.087,49	104.958,50	16.826,94	15.581,10	12.646,94	2.485,79	64,70
ISS	58.485,81	48.527,77	29.798,78	43.747,27	43.568,47	45.624,26	42.052,82
ITBI	10.718,33	31.210,75	70.874,06	65.552,09	37.960,00	43.630,20	15.512,84
IRRF	89.235,40	111.696,50	93.964,47	40.781,59	162.521,77	251.253,42	5.021,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.805,06	54.168,52	23.153,57	28.096,93	34.890,51	39.900,73	17.218,10
Contribuições	29.430,74	37.111,02	25.569,81	27.229,77	26.733,06	23.283,72	25.814,76
Receita Patrimonial	157.373,43	145.705,03	152.764,04	166.933,05	153.156,81	170.433,40	152.346,37
Rendimentos de Aplicação Financeira	157.373,43	145.705,03	152.764,04	166.933,05	153.156,81	170.433,40	152.346,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.042.406,35	3.149.643,92	3.652.905,76	3.144.628,33	3.390.254,53	4.755.592,99	4.056.747,71
Cota-Parte do FPM	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36
Cota-Parte do ICMS	675.164,17	546.226,62	671.662,76	608.529,74	567.036,92	719.162,08	639.362,90
Cota-Parte do IPVA	17.006,88	10.701,95	25.962,00	11.046,65	20.892,91	9.318,39	201.370,96
Cota-Parte do ITR	391,25	3.701,06	25.816,95	63.096,51	2.776,78	4.662,15	747,12
Transferências da LC 61/1989	8.066,49	8.910,36	9.449,25	9.061,89	8.956,42	10.848,93	8.464,90
Transferências do FUNDEB	716.229,44	686.232,06	659.022,20	821.847,16	740.220,35	823.943,77	1.106.490,81
Outras Transferências Correntes	681.059,70	395.535,85	359.545,36	355.812,51	316.895,07	396.115,25	328.375,66
Outras Receitas Correntes	10.724,23	16.617,82	0,00	0,00	0,00	585,23	4.166,34
DEDUÇÕES (II)	368.280,40	413.575,14	388.529,18	393.434,19	466.627,77	540.120,68	524.376,19
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	368.280,40	413.575,14	388.529,18	393.434,19	466.627,77	540.120,68	524.376,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	4.104.986,44	3.286.064,69	3.677.328,25	3.139.115,94	3.395.104,32	4.792.669,06	3.794.568,85
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.804.986,44	3.286.064,69	3.677.328,25	3.139.115,94	3.395.104,32	4.792.669,06	3.794.568,85
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	36.432,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	36.432,00	72.864,00	35.662,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.768.554,44	3.249.632,69	3.640.896,25	3.102.683,94	3.358.672,32	4.719.805,06	3.758.906,85
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2026
RECEITAS CORRENTES (I)	4.070.659,55	3.590.754,26	4.540.647,18	4.655.650,69	4.201.635,12	50.344.127,90	46.348.526,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.347,04	250.067,05	186.948,70	200.944,58	266.986,68	2.840.916,93	1.484.000,00
IPTU	1.149,23	579,43	2.423,03	4.463,97	1.057,32	216.324,44	198.000,00
ISS	42.887,24	52.782,66	52.563,86	71.383,95	99.813,22	631.236,11	280.000,00
ITBI	17.867,00	3.440,00	11.329,09	8.468,32	35.535,65	352.098,33	119.000,00
IRRF	40.371,93	147.295,97	88.264,56	91.088,60	110.423,87	1.231.919,48	530.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.071,64	45.968,99	32.368,16	25.539,74	20.156,62	409.338,57	357.000,00
Contribuições	26.185,31	28.280,50	30.712,10	29.244,26	29.158,22	338.753,27	325.000,00
Receita Patrimonial	137.766,75	152.945,15	133.496,06	142.272,73	156.174,34	1.821.367,16	900.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	137.766,75	152.945,15	133.496,06	142.272,73	156.174,34	1.821.367,16	900.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	28.540,00	0,00	0,00	0,00	28.540,00	0,00
Transferências Correntes	3.737.360,45	3.130.921,56	4.189.490,32	4.283.189,12	3.725.315,88	45.258.456,92	43.639.526,87
Cota-Parte do FPM	2.227.853,55	1.349.100,18	1.588.434,41	1.922.509,94	2.025.539,87	22.029.897,36	22.198.914,93
Cota-Parte do ICMS	511.324,25	709.927,71	656.491,13	532.887,90	689.545,18	7.527.321,36	7.503.929,37
Cota-Parte do IPVA	69.953,85	42.722,01	33.713,59	35.848,45	12.311,59	490.849,23	747.000,00
Cota-Parte do ITR	3.004,67	3.615,27	7.122,19	7.257,54	3.965,89	126.157,38	14.818,14
Transferências da LC 61/1989	8.883,02	8.793,34	7.735,36	9.295,62	12.413,81	110.879,39	101.000,00
Transferências do FUNDEB	564.762,74	558.979,39	640.997,06	518.506,42	580.637,05	8.417.868,45	8.967.064,63
Outras Transferências Correntes	351.578,37	457.783,66	1.254.996,58	1.256.883,25	400.902,49	6.555.483,75	4.106.799,80
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	56.093,62	0,00
DEDUÇÕES (II)	564.203,81	422.831,61	458.699,28	501.559,82	548.755,19	5.590.993,26	4.673.349,50
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	564.203,81	422.831,61	458.699,28	501.559,82	548.755,19	5.590.993,26	4.673.349,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	3.506.455,74	3.167.922,65	4.081.947,90	4.154.090,87	3.652.879,93	44.753.134,64	41.675.177,37
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	100.000,00	0,00	600.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2026
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.506.455,74	3.067.922,65	4.081.947,90	3.554.090,87	3.652.879,93	43.753.134,64	41.675.177,37
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00

(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	35.662,00	35.662,00	35.662,00	38.904,00	38.904,00	475.480,00	465.418,80
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.470.793,74	3.032.260,65	4.046.285,90	3.215.186,87	3.613.975,93	42.977.654,64	41.209.758,57
FONTE: Sistema e-Pública (1719-4874-082). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:08.							

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:69238F8A

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 4 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho				
RREO - ANEXO 04 (LRF,Art. 53, inciso II)				**Em Reais**
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)		0,00	0,00	
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS				**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00
Investimentos e Aplicações				0,00
Outros Bens e Direitos				0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00	
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	

TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00			0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1995-0248-968). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:11.				
Nota:				
² O resultado previdenciário será apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).				

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2219AF44

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		**Em Reais**
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2026**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.675.177,37	22.357.865,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.484.000,00	1.154.163,91
IPTU	198.000,00	9.737,68
ISS	280.000,00	361.483,75
ITBI	119.000,00	92.152,90
IRRF	530.000,00	482.466,33
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	357.000,00	208.323,25
Contribuições	325.000,00	169.395,15
Receita Patrimonial	900.000,00	875.001,40
Aplicações Financeiras (II)	900.000,00	875.001,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Tranferências Correntes	38.966.177,37	20.102.599,14
Cota-Parte do FPM	19.198.914,93	8.708.298,87
Cota-Parte do ICMS	6.003.143,50	2.991.631,35

Cota-Parte do IPVA	597.600,00	316.736,36
Cota-Parte do ITR	11.854,51	20.570,22
Transferências da LC 61/1989	80.800,00	44.468,86
Transferências do FUNDEB	8.967.064,63	3.970.373,47
Outras Transferências Correntes	4.106.799,80	4.050.520,01
Demais Receitas Correntes	0,00	56.706,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	56.706,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	40.775.177,37	21.482.864,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	7.407.402,28
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	7.407.402,28
Convênios	0,00	6.429.886,28
Outras Transferências de Capital	0,00	977.516,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	7.407.402,28
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	40.775.177,37	28.890.266,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	40.775.177,37	28.890.266,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2026**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO**	
						LIQUIDADOS	**PAGO (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	47.169.803,14	20.597.519,09	19.703.513,51	18.740.923,84	41.497,69	14.658,95	14.658,95
Pessoal e Encargos Sociais	20.749.594,42	9.022.994,10	9.022.994,10	8.801.914,16	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.420.208,72	11.574.524,99	10.680.519,41	9.939.009,68	41.497,69	14.658,95	14.658,95
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	26.420.208,72	11.574.524,99	10.680.519,41	9.939.009,68	41.497,69	14.658,95	14.658,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	47.169.803,14	20.597.519,09	19.703.513,51	18.740.923,84	41.497,69	14.658,95	14.658,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	32.709.811,79	9.774.501,61	5.327.876,76	5.309.606,40	283.186,13	3.425.546,60	3.425.546,60
Investimentos	32.709.811,79	9.774.501,61	5.327.876,76	5.309.606,40	283.186,13	3.425.546,60	3.425.546,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	32.709.811,79	9.774.501,61	5.327.876,76	5.309.606,40	283.186,13	3.425.546,60	3.425.546,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	192.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	80.071.614,93	30.372.020,70	25.031.390,27	24.050.530,24	324.683,82	3.440.205,55	3.440.205,55
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	80.071.614,93	30.372.020,70	25.031.390,27	24.050.530,24	324.683,82	3.440.205,55	3.440.205,55
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							1.074.847,21
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							1.074.847,21

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/2026**	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	875.001,40	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	1.949.848,61	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	15.496.716,62	17.418.142,44
Disponibilidade de Caixa	15.496.716,62	17.418.142,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.496.716,62	17.716.908,62
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	111,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	298.655,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-15.496.716,62	-17.418.142,44
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.921.425,82	

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	111,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	1.921.536,82
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.046.535,42
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.792.697,35
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	8.792.697,35
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (2175-1631-746). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:10.	

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:037C5BF0

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		**R$ 1,00**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1-RECEITA DE IMPOSTOS	1.127.000,00	945.840,66
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	198.000,00	9.737,68
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	119.000,00	92.152,90
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	280.000,00	361.483,75
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	530.000,00	482.466,33
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.565.662,44	15.102.131,56
2.1-Cota Parte FPM	22.198.914,93	10.885.373,31
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.727.917,77	10.885.373,31
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.470.997,16	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	7.503.929,37	3.739.539,07
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	101.000,00	55.586,05
2.4-Cota-Parte ITR	14.818,14	25.712,68
2.5-Cota-Parte IPVA	747.000,00	395.920,45
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7-Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	31.692.662,44	16.047.972,22
4-TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	4.673.349,50	3.020.425,90
5-VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.304.232,55	991.566,74
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.967.064,63	3.919.154,46
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.717.781,51	3.015.341,44
6.1.1-Principal	6.717.781,51	2.943.898,00
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	71.443,44
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	29.094,48
6.2.1-Principal	0,00	29.094,48
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.249.283,12	675.865,07
6.3.1-Principal	2.249.283,12	675.865,07
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4-FUNDEB - Complementação da União – VAAR	0,00	198.853,47
6.4.1-Principal	0,00	198.853,47
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	2.044.432,01	-76.527,90
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8-TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1-SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2-SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	3.919.154,46	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10-TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.393.256,63	3.447.907,66	3.447.907,66	3.380.610,61	0,00
10.1-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	6.393.256,63	3.447.907,66	3.447.907,66	3.380.610,61	0,00

BÁSICA					
10.1.1-Educação Infantil	3.448.915,54	1.785.050,02	1.785.050,02	1.754.964,20	0,00
10.1.2-Ensino Fundamental	2.944.341,09	1.662.857,64	1.662.857,64	1.625.646,41	0,00
10.1.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2-Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)**
11-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.697.445,50	3.651.989,90	3.582.585,64	0,00	0,00	0,00
11.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.650.256,50	3.646.232,90	3.576.828,64	0,00	0,00	630.891,46
11.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	47.189,00	5.757,00	5.757,00	0,00	0,00	0,00
11.4-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.1-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.331.596,27	3.331.596,27	3.264.299,22	0,00	0,00	0,00
12.2-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	47.189,00	5.757,00	5.757,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	223.721,47	182.289,47	182.289,47	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, incisos XI e XV, e § 3º - Constituição Federal²	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO10 (m)**
15-INDICADORES FUNDEB (70% E 4%)	0,00	0,00	0,00	0,00
15.1-MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.604.210,69	3.331.596,27	3.331.596,27	89,55
15.2-MÍNIMO DE 4% DO FUNDEB NA CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI[11]	156.766,18	0,00	0,00	0,00
16-PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	317.656,58	5.757,00	5.757,00	0,85
17-MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	101.379,76	182.289,47	182.289,47	26,97

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)³	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18-TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	391.915,45	267.164,56	267.164,56	0,00	6,82

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)³	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO(w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL(x)**
19-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	711.981,46	0,00	-711.981,46	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.665.598,02	1.860.143,80	1.809.526,63	1.674.045,38	0,00
20.1-Educação Infantil	2.177.046,11	676.154,50	654.838,33	554.072,74	0,00
20.2-Ensino Fundamental	2.473.951,91	1.180.934,29	1.152.313,29	1.117.597,63	0,00
20.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5-Administração Geral	14.600,00	3.055,01	2.375,01	2.375,01	0,00
20.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					1.809.526,63
23-TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					3.020.425,90
24-(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25-(-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					0,00
26-(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27-(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					4.829.952,53
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO(z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.011.993,06	4.829.952,53	30,10
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL ag = (ac) – (ae) – (af)**
30-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	474.518,45	408.727,37	408.616,37	0,00	65.902,08
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	223.422,69	157.788,69	157.677,69	0,00	65.745,00
30.2-Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	189.596,50	189.439,42	189.439,42	0,00	157,08
30.3-Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	61.499,26	61.499,26	61.499,26	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				893.161,00	454.391,71
31.1-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				656.161,00	336.183,51
31.1.1-Salário-Educação				335.000,00	184.068,52
31.1.2-PDDE				0,00	0,00
31.1.3-PNAE				241.161,00	107.149,02
31.1.4-PNATE				80.000,00	44.965,97
31.1.5-Outras Transferências do FNDE				0,00	0,00
31.2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				0,00	0,00
31.3-RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00

31.5–RECEITAS DE PRECATÓRIOS – FUNDEF E FUNDEB			0,00		0,00
31.6-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			237.000,00		118.208,20
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	3.630.928,62	1.539.141,72	1.357.473,70	1.062.813,66	0,00
32.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	383.466,22	213.210,88	183.031,20	138.285,42	0,00
32.2-ENSINO FUNDAMENTAL	974.401,40	361.151,11	213.420,27	213.420,27	0,00
32.3-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4-ENSINO SUPERIOR	103.000,00	42.370,00	42.370,00	42.370,00	0,00
32.5-ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8-OUTRAS	2.170.061,00	922.409,73	918.652,23	668.737,97	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	14.689.783,27	6.847.193,18	6.614.907,99	6.117.469,65	0,00
33.1-Despesas Correntes	16.734.165,66	7.403.766,01	7.247.417,22	6.747.871,67	0,00
33.1.1-Pessoal Ativo	8.433.325,96	3.804.264,61	3.804.264,61	3.727.597,50	0,00
33.1.2-Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	303.037,58	236.637,58	236.637,58	236.637,58	0,00
33.1.4-Outras Despesas Correntes	7.997.802,12	3.362.863,82	3.206.515,03	2.783.636,59	0,00
33.2-Despesas de Capital	1.241.407,07	404.946,47	283.554,47	283.554,47	0,00
33.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2-Outras Despesas de Capital	1.241.407,07	404.946,47	283.554,47	283.554,47	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025				963.077,22	39.968,29
35-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)				4.041.816,91	184.068,52
36-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)				4.436.903,67	192.587,74

37-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	567.990,46	31.449,07
38-(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39-(-)AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	567.990,46	31.449,07

FONTE: Sistema e-Pública (1850-4042-747). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:14.

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5C441FC8

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 9 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2026			
RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)			**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	33.688.025,84	12.328.451,90	21.359.573,94
Investimentos	33.688.025,84	12.328.451,90	21.359.573,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**33.688.025,84**	**12.328.451,90**	**21.359.573,94**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**(d - a)**	**(e - b)**	**(f - c)**
	33.688.025,84	**12.328.451,90**	**21.359.573,94**
FONTE: Sistema e-Pública (1478-9190-494). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:15.			
Notas:			
1 Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:11EDAE0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO

Prefeitura Municipal Bom Sucesso do Sul - PR								
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso								
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)								
Janeiro a Agosto/2026								
DESPESAS	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Cronograma	Fixação
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Desembolso	Atualizada
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	3.355.258,93	3.484.400,71	4.393.034,20	3.550.858,72	4.045.153,64	3.615.557,12		
	3.193.654,38	3.744.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	3.118.953,64	41.858.685,90	41.858.685,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.454.431,05	1.682.786,95	1.642.250,15	1.350.824,45	1.157.824,45	1.799.024,45		
	1.389.824,45	1.791.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	1.375.824,45	17.772.088,20	17.772.088,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.480,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
	133.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	500.000,00	500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.867.347,88	1.768.293,76	2.717.464,05	2.166.714,27	2.854.009,19	1.783.212,67		
	1.670.509,93	1.919.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	1.709.809,19	23.586.597,70	23.586.597,70
Despesas de Capital	1.317.004,86	35.192.963,85	11.606.420,38	1.728.193,53	427.173,53	170.173,53		
	1.375.657,70	204.573,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	420.173,53	53.702.855,03	53.702.855,03
INVESTIMENTOS	1.258.331,16	35.134.570,55	11.548.027,08	1.669.800,23	368.780,23	111.780,23		
	867.264,40	146.180,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	361.780,23	52.551.855,03	52.551.855,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.757,70	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30		
	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	1.749,30	21.000,00	21.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	56.916,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00		
	506.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	56.644,00	1.130.000,00	1.130.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36.655,96	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79		
	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	36.480,79	437.944,65	437.944,65
Total da Unidade Gestora 0	4.708.919,75	38.713.845,35	16.035.935,37	5.315.533,04	4.508.807,96	3.822.211,44		
	4.605.792,87	3.986.007,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	3.575.607,96	95.999.485,58	95.999.485,58
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL								
Despesas Correntes	71.145,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00		
	70.805,00	40.905,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	70.805,00	820.100,00	820.100,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.418,20	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80		
	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	57.143,80	686.000,00	686.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.726,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20		

	13.661,20	-16.238,80	13.661,20	13.661,20	13.661,20	13.661,20	134.100,00	134.100,00
Despesas de Capital	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
Total da Unidade Gestora 1	72.819,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00		
	72.471,00	42.571,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	72.471,00	840.100,00	840.100,00
TOTAL GERAL	4.781.738,75	38.786.316,35	16.108.406,37	5.388.004,04	4.581.278,96	3.894.682,44		
	4.678.263,87	4.028.578,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	3.648.078,96	96.839.585,58	96.839.585,58

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:991C7019

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - CNPJ: 80.874.100/0001-86
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025– REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2025
Processo Licitatório Nº 96/2025 **– HOMOLOGADO EM 04/11/2025.**
DETENTORA: I. N. DE ALMEIDA LTDA – CNPJ: 20.324.313/0001-02.
OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais contratações de palcos, tendas, sonorização, gerador, painel de LED, estrutura de cobertura tipo pavilhão, stands, cadeiras, mesas, sistema de iluminação, climatizador, banheiros químicos, arquibancada, locação de estruturas para decoração natalina, para atendimento das demandas da administração em eventos de pequeno, médio e grande porte, conforme descritivo abaixo, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos, relativos aos Itens descritos abaixo do **Pregão Eletrônico nº 50/2025**, nos termos das condições previstas no respectivo Edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento, independentemente de transcrição**,** e conforme quadro de itens abaixo:

Lote 01						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTDE.**	**UNID.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
1	**TENDA TIPO PIRAMIDAL TAMANHO 10,0 X 10,0 M**, NA COR BRANCA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COBERTURA EM LONA DE PVC IMPERMEÁVEL, COM PLACA ANTI RAIOS ULTRAVIOLETA E OXIDAÇÃO; ANTICHAMAS E ANTIMOFO. ESTRUTURA COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIDA COM PARAFUSOS E CONEXÕES EM AÇO INOXIDÁVEL E TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO (GALVANIZAÇÃO).	20	UN	Própria	2.500,00	50.000,00
2	**TENDA TIPO PIRAMIDAL TAMANHO 5,0 X 5,0 M**, NA COR BRANCA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COBERTURA EM LONA DE PVC IMPERMEÁVEL, COM PLACA ANTI RAIOS ULTRAVIOLETA E OXIDAÇÃO; ANTICHAMAS E ANTIMOFO. ESTRUTURA COM SISTEMA DE ENCAIXE UNIDA COM PARAFUSOS E CONEXÕES EM AÇO INOXIDÁVEL E TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO (GALVANIZAÇÃO).	40	UN	Própria	1.500,00	60.000,00
3	**PALCO EM ESTRUTURA DE FERRO REFORÇADA DE 10X08X01M:**PISO EM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL DE 25MM, ESCADA DE ACESSO LATERAL COM CORRIMÃO E COBERTURA COM TENDA 10X10X3,2M LONA VINÍLICA BRANCA ANTICHAMA.	3	UN	Própria	7.500,00	22.500,00
4	**PALCO EM ESTRUTURA DE FERRO REFORÇADA DE 7,00X10,00X1,00M:**PISO EM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL DE 25MM, ESCADA DE ACESSO LATERAL COM CORRIMÃO.	5	UN	Própria	5.000,00	25.000,00
5	**PALCO DE MÉDIO PORTE**: **PALCO EM ESTRUTURA DE FERRO REFORÇADA, BASE DE 14,00X8,00X1,10 METROS:** COM SAIA FRONTAL E LATERAL EM TECIDO PRETO, 01 ESCADA DE ACESSO.**COBERTURA EM Q30** DE ALUMÍNIO 14X10 METROS COM PÉ DIREITO DE 6 METROS, COM 03 LINHAS DE 14 METROS Q30 AÉREAS. SOMBRITE NAS LATERAIS E FUNDO.	2	UN	Própria	18.000,00	36.000,00
6	**ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO LIGA ESTRUTURAL, PEÇAS P30/P50 DIMENSÕES DE 32X12,5 METROS.** PÉ DIREITO NAS LATERAIS DE 5 METROS, ALTURA LIVRE NA CUMEEIRA DE 7 METROS, COBERTURA COM LONA VINÍLICA BRANCA ANTICHAMAS E PROTEÇÃO RAIOS UV, ELEVAÇÃO DA ESTRUTURA POR TALHAS, SISTEMA DE FIXAÇÃO E AMARRAÇÃO NO SOLO POR PONTEIRAS OU TANQUES 1000 LITROS FIXADAS COM CINTAS DE CARGA 5 TONELADAS, FECHAMENTOS NAS CUMEEIRAS/OITÃO COM LONAS BRANCAS, TIRANTES COM CABOS DE AÇO NAS TESOURAS, FECHAMENTOS NAS LATERAIS COM LONAS VINÍLICAS BRANCAS DE 10X5 METROS, SISTEMA DE ATERRAMENTO DAS ESTRUTURAS.	3	UN	Própria	20.000,00	60.000,00
7	**COBERTURA:** COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, NAS DIMENSÕES DE 12MX20M, COM TRAVAMENTO, COM LONA BRANCA (BLACK-OUT), SISTEMA DUAS (02) ÁGUAS, TOTALMENTE TRELIÇADA, COM ALTURA MÍNIMA DE 5,5 M REGULÁVEL.	2	UN	Própria	18.000,00	36.000,00
8	**STANDS BÁSICO 3X3 METROS CADA:** EM OCTANORM, CHAPAS TS E JUNÇÕES EM ALUMÍNIO, COM UMA TOMADA ELÉTRICA POR ESPAÇO E 02 SPOTS DE ILUMINAÇÃO EM ALUMÍNIO COM LÂMPADA LED POR ESPAÇO, 03 TESTEIRAS FRONTAL SENDO UMA COM LOGOMARCA DO EXPOSITOR EM ADESIVO IMPRESSO, COM FORRAÇÃO CARPE NA COR GRAFITE E PASSADEIRA VERMELHA NOS CORREDORES.INCLUSO SERVIÇOS COM TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM. MATERIAL EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	100	UN	Própria	750,00	75.000,00
9	**CAMARIM DE 5X5,** SERVIÇO DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS EM OCTANORM NO FORMATO DE CAMARIM NO TAMANHO 5X5 M, FECHADA EM QUATRO PAREDES COM PORTA, FECHADURA E CHAVE, TODA A ÁREA DEVERÁ TER PISO MODULAR DE MADEIRA EM BOM ESTADO, ALÉM DOS FECHAMENTOS DAS LATERAIS E FUNDOS EM OCTANORM, EQUIPADA COM TOMADAS, BOCAIS E LÂMPADAS. A MONTAGEM E INSTALAÇÃO DEVERÃO SER CONCLUÍDA EM NO MÁXIMO 12 HORAS ANTES DO INÍCIO DO EVENTO. PORTA DE ACESSO AO PALCO.	5	UN	Própria	5.500,00	27.500,00
Valor total do lote 01: R$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais)						

VALOR TOTAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da Ata de Registro de Preços é **R$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais). Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.03 – Divisão de Cultura; 1339200112.035 Apoio ao Desenvolvimento de**

Atividades Culturais; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa:11937. 11.00 -Departamento da Industria Comercio e Turismo; 11.01- Divisão de Industria Comercio e Turismo; 2266100142038 Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comércio e Turismo; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 1909. 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento, - 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento, - 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento, 30.90.39; Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 1839.

VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos e que possua quantitativo para o mesmo período. **Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.**

Bom Sucesso do Sul, 31 de agosto de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:D9ECB6A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 060/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026

ATA Nº 060/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, (23/07/2026), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 097/2026**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, que tem por objeto o Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no edital e em seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para manifestação das intenções de recurso. Sendo que houve manifestação de intenção de recurso, foi apresentado o respectivo recurso, o qual foi considerado tempestivo e, no mérito, julgado improcedente, consolidando-se, assim, como vencedora a seguinte empresa:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ 52.386.933/0001-62 RUA JOSÉ AUGUSTO MABA Blumenau-SC CEP 89056-080	48.978,08	Quarenta e Oito Mil, Novecentos e Setenta e Oito Reais e Oito Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 011, 026, 039, 042, 051, 052, 059
R.E.A. SILVA LTDA CNPJ 50.273.443/0001-24 RUA BRAÇO DO NORTE São Francisco do Sul-SC CEP 89335-466	69.630,00	Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Trinta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002, 006, 009, 018, 019, 020, 021, 022, 025
65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO CNPJ 65.133.060/0001-28 RUA PROJETADA UM Itaguajé-PR CEP 86670-000	64.154,90	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Cinqüenta e Quatro Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	003, 005, 010, 031, 036, 048
ELETRÔNICA PONTALTI LTDA CNPJ 57.459.299/0001-64 RUA CARIJÓS Tupã-SP CEP 17601-010	84,00	Oitenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004
CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA CNPJ 49.704.499/0002-98 AVENIDA AMÉRICO BELAY Maringá-PR CEP 87023-000	924,95	Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	007
DIMAGO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ 04.376.164/0001-79 RUA CASCAVEL Curitiba-PR CEP 81750-090	4.887,50	Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 015
FRANCIELI HAIDUK RIGO LTDA CNPJ 18.473.803/0001-29 RODOVIA VIA GOIO-EN Erval Grande-RS CEP 99750-000	61.799,69	Sessenta e Um Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 013, 024, 035, 041, 045, 058, 061
R.A HERNANDES LTDA CNPJ 08.148.745/0001-04 RUA FRANCISCO COTINI Presidente Prudente-SP CEP 19063-270	23.902,00	Vinte e Três Mil, Novecentos e Dois Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014, 016
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA CNPJ 20.481.118/0001-96 RUA JULIETE WALDRICH Indaial-SC CEP 89086-580	64.161,67	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	017, 029, 037
63.476.132 BIANCA MENDES DA SILVA CUNHA CNPJ 63.476.132/0001-04 RUA SARGENTO RAMIRO DA SILVA Realeza-PR CEP 85770-000	24.040,40	Vinte e Quatro Mil e Quarenta Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	023
JM LICITAÇÕES LTDA CNPJ 67.288.646/0001-97 RUA VICENTE SOARES DA COSTA São Paulo-SP CEP 02755-000	3.993,00	Três Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	027
ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA	14.990,00	Quatorze Mil, Novecentos e	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA	028, 050, 054

CNPJ 29.889.651/0001-66 AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO Ubiratã-PR CEP 85440-000		Noventa Reais	FISCAL	
GRIEBLER E GRIEBLER LTDA CNPJ 30.195.733/0001-90 RUA JOÃO BERTANI Erechim-RS CEP 99711-052	18.479,95	Dezoito Mil, Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	030, 046
64.924.243 PAULO HENRIQUE GUEDES DALMOLIM CNPJ 64.924.243/0001-07 AVENIDA ZERCEMINA MARCHIORI Francisco Beltrão-PR CEP 85606-351	2.779,20	Dois Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Vinte Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	032
CAMOLESI MÁQUINAS LTDA CNPJ 12.807.382/0001-49 TRAVESSA IMPERADOR Pérola-PR CEP 87540-000	13.514,00	Treze Mil, Quinhentos e Quatorze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	033, 034
VMLX ELETRÔNICOS LTDA CNPJ 03.800.477/0001-40 RUA LUIZ CIRIMBELLI Turvo-SC CEP 88930-000	11.380,00	Onze Mil, Trezentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	038
MICRON INFORMÁTICA LTDA CNPJ 39.791.096/0001-99 RUA NIDOLFO MATTJE Maravilha-SC CEP 89874-000	9.439,96	Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	040
VALE COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA CNPJ 49.287.699/0001-01 AVENIDA OITOCENTOS Serra-ES CEP 29161-389	21.229,65	Vinte e Um Mil, Duzentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	043, 044, 057
K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ 21.971.041/0001-03 RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES Araçatuba-SP CEP 16075-370	7.680,00	Sete Mil, Seiscentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	047
NOVA BRASIL LICITAÇÕES LTDA CNPJ 32.110.552/0001-49 RUA TENENTE AMÉRICO MORETTI São Paulo-SP CEP 04372-062	33.149,90	Trinta e Três Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	049, 060
AUTOMEDICAL LTDA CNPJ 55.152.280/0001-45 RUA DANTE GLAUCUS DELEO São Caetano do Sul-SP CEP 09570-340	4.650,00	Quatro Mil, Seiscentos e Cinqüenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	053
ALTIMUS ENGENHARIA LTDA CNPJ 60.373.559/0001-99 RUA NARDINA RODRIGUES JOHANSEN Maringá-PR CEP 87005-002	108.763,00	Cento e Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	055, 062

o valor total da licitação e de R$ 612.611,85 (Seiscentos e Doze Mil, Seiscentos e Onze Reais e Oitenta e Cinco Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 31/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:672A569C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 060/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026

ATA Nº 060/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, (23/07/2026), às 09:00 horas, no endereço **www.gov.br/compras** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, a Pregoeira, Juliana Gomes, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, conduziu o **Processo de Licitação nº 097/2026**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 044/2026**, que tem por objeto o Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no edital e em seus anexos. Realizou-se sessão pública para realizar os procedimentos relativos ao pregão acima citado com modo de disputa "ABERTO" e sob o critério de julgamento "Menor Preço por ITEM". Ao declarar aberta a sessão a pregoeira saudou os participantes e informou sobre os procedimentos do certame. Em ato continuo, abriu-se a fase de lances. Findo esta fase, a pregoeira solicitou os documentos de Habilitação e a proposta ajustada em seguida iniciou-se o julgamento de acordo com a ordem de classificação, onde constatou-se que as empresas detentoras da melhor proposta, apresentaram documentação em conformidade com todas as exigências do instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para manifestação das intenções de recurso. Sendo que houve manifestação de intenção de recurso, foi apresentado o respectivo recurso, o qual foi considerado tempestivo e, no mérito, julgado improcedente, consolidando-se, assim, como vencedora a seguinte empresa:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ 52.386.933/0001-62 RUA JOSÉ AUGUSTO MABA Blumenau-SC CEP 89056-080	48.978,08	Quarenta e Oito Mil, Novecentos e Setenta e Oito Reais e Oito Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 011, 026, 039, 042, 051, 052, 059
R.E.A. SILVA LTDA CNPJ 50.273.443/0001-24 RUA BRAÇO DO NORTE São Francisco do Sul-SC CEP 89335-466	69.630,00	Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Trinta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002, 006, 009, 018, 019, 020, 021, 022, 025
65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO CNPJ 65.133.060/0001-28 RUA PROJETADA UM Itaguajé-PR CEP 86670-000	64.154,90	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Cinqüenta e Quatro Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	003, 005, 010, 031, 036, 048
ELETRÔNICA PONTALTI LTDA CNPJ 57.459.299/0001-64 RUA CARIJÓS Tupã-SP CEP 17601-010	84,00	Oitenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004

CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA CNPJ 49.704.499/0002-98 AVENIDA AMÉRICO BELAY Maringá-PR CEP 87023-000	924,95	Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	007
DIMAGO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ 04.376.164/0001-79 RUA CASCAVEL Curitiba-PR CEP 81750-090	4.887,50	Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 015
FRANCIELI HAIDUK RIGO LTDA CNPJ 18.473.803/0001-29 RODOVIA VIA GOIO-EN Erval Grande-RS CEP 99750-000	61.799,69	Sessenta e Um Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 013, 024, 035, 041, 045, 058, 061
R.A HERNANDES LTDA CNPJ 08.148.745/0001-04 RUA FRANCISCO COTINI Presidente Prudente-SP CEP 19063-270	23.902,00	Vinte e Três Mil, Novecentos e Dois Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014, 016
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA CNPJ 20.481.118/0001-96 RUA JULIETE WALDRICH Indaial-SC CEP 89086-580	64.161,67	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	017, 029, 037
63.476.132 BIANCA MENDES DA SILVA CUNHA CNPJ 63.476.132/0001-04 RUA SARGENTO RAMIRO DA SILVA Realeza-PR CEP 85770-000	24.040,40	Vinte e Quatro Mil e Quarenta Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	023
JM LICITAÇÕES LTDA CNPJ 67.288.646/0001-97 RUA VICENTE SOARES DA COSTA São Paulo-SP CEP 02755-000	3.993,00	Três Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	027
ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ 29.889.651/0001-66 AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO Ubiratã-PR CEP 85440-000	14.990,00	Quatorze Mil, Novecentos e Noventa Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	028, 050, 054
GRIEBLER E GRIEBLER LTDA CNPJ 30.195.733/0001-90 RUA JOÃO BERTANI Erechim-RS CEP 99711-052	18.479,95	Dezoito Mil, Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	030, 046
64.924.243 PAULO HENRIQUE GUEDES DALMOLIM CNPJ 64.924.243/0001-07 AVENIDA ZERCEMINA MARCHIORI Francisco Beltrão-PR CEP 85606-351	2.779,20	Dois Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Vinte Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	032
CAMOLESI MÁQUINAS LTDA CNPJ 12.807.382/0001-49 TRAVESSA IMPERADOR Pérola-PR CEP 87540-000	13.514,00	Treze Mil, Quinhentos e Quatorze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	033, 034
VMLX ELETRÔNICOS LTDA CNPJ 03.800.477/0001-40 RUA LUIZ CIRIMBELLI Turvo-SC CEP 88930-000	11.380,00	Onze Mil, Trezentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	038
MICRON INFORMÁTICA LTDA CNPJ 39.791.096/0001-99 RUA NIDOLFO MATTJE Maravilha-SC CEP 89874-000	9.439,96	Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	040
VALE COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA CNPJ 49.287.699/0001-01 AVENIDA OITOCENTOS Serra-ES CEP 29161-389	21.229,65	Vinte e Um Mil, Duzentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	043, 044, 057
K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ 21.971.041/0001-03 RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES Araçatuba-SP CEP 16075-370	7.680,00	Sete Mil, Seiscentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	047
NOVA BRASIL LICITAÇÕES LTDA CNPJ 32.110.552/0001-49 RUA TENENTE AMÉRICO MORETTI São Paulo-SP CEP 04372-062	33.149,90	Trinta e Três Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	049, 060
AUTOMEDICAL LTDA CNPJ 55.152.280/0001-45 RUA DANTE GLAUCUS DELEO São Caetano do Sul-SP CEP 09570-340	4.650,00	Quatro Mil, Seiscentos e Cinqüenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	053
ALTIMUS ENGENHARIA LTDA CNPJ 60.373.559/0001-99 RUA NARDINA RODRIGUES JOHANSEN Maringá-PR CEP 87005-002	108.763,00	Cento e Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	055, 062

o valor total da licitação e de R$ 612.611,85 (Seiscentos e Doze Mil, Seiscentos e Onze Reais e Oitenta e Cinco Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. A Pregoeira informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato será encaminhado para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 31/08/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira.

JULIANA GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:D93DCC04

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na, Lei de Licitações nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes em ata nº 060/2026, confeccionada pela pregoeira do Município de Cafelândia/PR, designada pela Portaria n.º 682/2023-DRH, concernente ao procedimento licitatório n° 097/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 044/2026, que tem por objeto o Registro de Preço de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, conforme as condições, quantidades e exigências descritas no edital e em seus anexos, verificando-se como vencedora do certame, as seguintes empresas:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA CNPJ 52.386.933/0001-62 RUA JOSÉ AUGUSTO MABA Blumenau-SC CEP 89056-080	48.978,08	Quarenta e Oito Mil, Novecentos e Setenta e Oito Reais e Oito Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001, 011, 026, 039, 042, 051, 052, 059
R.E.A. SILVA LTDA CNPJ 50.273.443/0001-24 RUA BRAÇO DO NORTE São Francisco do Sul-SC CEP 89335-466	69.630,00	Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Trinta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	002, 006, 009, 018, 019, 020, 021, 022, 025
65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO CNPJ 65.133.060/0001-28 RUA PROJETADA UM Itaguajé-PR CEP 86670-000	64.154,90	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Cinqüenta e Quatro Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	003, 005, 010, 031, 036, 048
ELETRÔNICA PONTALTI LTDA CNPJ 57.459.299/0001-64 RUA CARIJÓS Tupã-SP CEP 17601-010	84,00	Oitenta e Quatro Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	004
CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA CNPJ 49.704.499/0002-98 AVENIDA AMÉRICO BELAY Maringá-PR CEP 87023-000	924,95	Novecentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	007
DIMAGO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ 04.376.164/0001-79 RUA CASCAVEL Curitiba-PR CEP 81750-090	4.887,50	Quatro Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	008, 015
FRANCIELI HAIDUK RIGO LTDA CNPJ 18.473.803/0001-29 RODOVIA VIA GOIO-EN Erval Grande-RS CEP 99750-000	61.799,69	Sessenta e Um Mil, Setecentos e Noventa e Nove Reais e Sessenta e Nove Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	012, 013, 024, 035, 041, 045, 058, 061
R.A HERNANDES LTDA CNPJ 08.148.745/0001-04 RUA FRANCISCO COTINI Presidente Prudente-SP CEP 19063-270	23.902,00	Vinte e Três Mil, Novecentos e Dois Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	014, 016
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA CNPJ 20.481.118/0001-96 RUA JULIETE WALDRICH Indaial-SC CEP 89086-580	64.161,67	Sessenta e Quatro Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	017, 029, 037
63.476.132 BIANCA MENDES DA SILVA CUNHA CNPJ 63.476.132/0001-04 RUA SARGENTO RAMIRO DA SILVA Realeza-PR CEP 85770-000	24.040,40	Vinte e Quatro Mil e Quarenta Reais e Quarenta Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	023
JM LICITAÇÕES LTDA CNPJ 67.288.646/0001-97 RUA VICENTE SOARES DA COSTA São Paulo-SP CEP 02755-000	3.993,00	Três Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	027
ACADEMICA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA CNPJ 29.889.651/0001-66 AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO Ubiratã-PR CEP 85440-000	14.990,00	Quatorze Mil, Novecentos e Noventa Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	028, 050, 054
GRIEBLER E GRIEBLER LTDA CNPJ 30.195.733/0001-90 RUA JOÃO BERTANI Erechim-RS CEP 99711-052	18.479,95	Dezoito Mil, Quatrocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	030, 046
64.924.243 PAULO HENRIQUE GUEDES DALMOLIM CNPJ 64.924.243/0001-07 AVENIDA ZERCEMINA MARCHIORI Francisco Beltrão-PR CEP 85606-351	2.779,20	Dois Mil, Setecentos e Setenta e Nove Reais e Vinte Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	032
CAMOLESI MÁQUINAS LTDA CNPJ 12.807.382/0001-49 TRAVESSA IMPERADOR Pérola-PR CEP 87540-000	13.514,00	Treze Mil, Quinhentos e Quatorze Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	033, 034
VMLX ELETRÔNICOS LTDA CNPJ 03.800.477/0001-40 RUA LUIZ CIRIMBELLI Turvo-SC CEP 88930-000	11.380,00	Onze Mil, Trezentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	038
MICRON INFORMÁTICA LTDA CNPJ 39.791.096/0001-99 RUA NIDOLFO MATTJE Maravilha-SC CEP 89874-000	9.439,96	Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Noventa e Seis Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	040
VALE COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA CNPJ 49.287.699/0001-01 AVENIDA OITOCENTOS Serra-ES CEP 29161-389	21.229,65	Vinte e Um Mil, Duzentos e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	043, 044, 057
K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ 21.971.041/0001-03 RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES Araçatuba-SP CEP 16075-370	7.680,00	Sete Mil, Seiscentos e Oitenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	047
NOVA BRASIL LICITAÇÕES LTDA CNPJ 32.110.552/0001-49 RUA TENENTE AMÉRICO MORETTI São Paulo-SP CEP 04372-062	33.149,90	Trinta e Três Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Noventa Centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	049, 060
AUTOMEDICAL LTDA CNPJ 55.152.280/0001-45 RUA DANTE GLAUCUS DELEO São Caetano do Sul-SP CEP 09570-340	4.650,00	Quatro Mil, Seiscentos e Cinqüenta Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	053
ALTIMUS ENGENHARIA LTDA CNPJ 60.373.559/0001-99 RUA NARDINA RODRIGUES JOHANSEN Maringá-PR CEP 87005-002	108.763,00	Cento e Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Três Reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	055, 062

o valor total da licitação e de R$ 612.611,85 (Seiscentos e Doze Mil, Seiscentos e Onze Reais e Oitenta e Cinco Centavos), contemplando com o princípio da economicidade. Portanto, pelas empresas proponentes terem atendido aos princípios legais, ADJUDICO e HOMOLOGO o processo Licitatório e modalidade acima, que estará arquivado no Departamento de Compras e Licitações, no qual este termo passa a ser parte integrante.

Cafelândia/PR, 31 de agosto de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:3A569683

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2026 - ESTÁGIÁRIOS - EDITAL Nº 03/2026 - DIVULGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI**, por meio da Comissão Organizadora nomeada pela portaria nº 268/2026, TORNA PÚBLICA a lista das **HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES** para Seleção de Estagiários de Níveis: MÉDIO, MÉDIO PROFISSIONALIZANTE, SUPERIOR EM LICENCIATURA NA ÁREA EDUCACIONAL E SUPERIOR EM OUTRAS ÁREAS para estágio "Não Obrigatório", conforme a seguir:

NÍVEL SUPERIOR / ADMINISTRAÇÃO

NOME COMPLETO:	NASCIMENTO	NÍVEL SUPERIOR / ADMINISTRAÇÃO
ADRIAN HAHN DOS SANTOS	09/01/2006	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
AMANDA LEJANOSKI DA LUZ	10/02/2008	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ANA LUIZA JASDISKOSKI MARTIN	18/10/2007	SAÚDE E BEM ESTAR
ANA PATRÍCIA DE OLIVEIRA	15/04/1995	SAÚDE E BEM ESTAR
ANNE LETICIA HAAN	28/06/2005	SAÚDE E BEM ESTAR
ANA LUCIA MORENO	10/10/1999	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AUSTINI MISS NUNES	16/01/2007	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
BRUNO PADILHA	07/07/2002	OBRAS, URBANISMO E MEIO AMBIENTE
EDUARDA MOTTA KAUFFMAN	15/04/2005	SAÚDE E BEM ESTAR
EDUARDO MACIEL PEREIRA	31/08/2008	SAÚDE E BEM ESTAR
ELOISA PIECZAK ZELINSKI	13/09/2007	SAÚDE E BEM ESTAR
EMANUELE WELTER	13/02/2004	SAÚDE E BEM ESTAR
EMANUELLE MOREIRA BUENO	09/07/2005	SAÚDE E BEM ESTAR
ÉRICA NEVES DOS SANTOS	24/10/2007	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERIKA MARIA DESCHK	10/09/2006	SAÚDE E BEM ESTAR
EVELIN MILLENA IVATIUK GONÇALVES	14/01/2005	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
FABIANE TALITA BURRY SCOROPAD	15/12/2004	SAÚDE E BEM ESTAR
FRANSUASE VIEIRA DA SILVA	12/11/2008	SAÚDE E BEM ESTAR
GABRIELLY DE LIMA DIAS	06/08/2008	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
GIOVANA ROBERTA ARAÚJO	24/08/2007	SAÚDE E BEM ESTAR
GISELI DE MELO	24/03/2007	SAÚDE E BEM ESTAR
IVAN MICHELS	25/02/2006	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
ISABELLE ELOISE ARAUJO	05/12/2005	SAÚDE E BEM ESTAR
JULIANA GABRIELA THOMENN	25/01/2008	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LARA DIANE PEDROSO	26/06/2006	CULTURA E TURISMO
MARIA EDUARDA CARNEIRO SANTOS	19/04/2006	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
MARIA JULIA KELNIAR LOPES	09/05/2005	PROMOÇÃO SOCIAL
MARIA TALIA PEREIRA CHAGAS	01/05/2005	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
MARIANA APARECIDA FERREIRA	07/04/2006	OUTRAS ÁREAS:
MILLENA FRANCINE APARECIDA PEREIRA	29/04/2002	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NICOLAS FRANÇA TELASKA	04/01/2009	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RAFAEL LENZ	10/10/2006	SAÚDE E BEM ESTAR
RODRIGO CEZAR MARQUES	03/10/2003	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO
VITOR CAMARGO	03/01/2008	CIÊNCIAS AGRÁRIAS E GESTÃO

NIVEL MÉDIO / ADMINISTAÇÃO

NOME COMPLETO:	NASCIMENTO	NÍVEL MÉDIO / ADMINISTRAÇÃO
ANA FLÁVIA IENSEN DE LIMA	20/04/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
ALEXANDRE KIRCHBANER	21/01/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
BRUNA RAFAELA DE VARGAS	31/10/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
ENZO HENRIQUE MUZZOLON GONÇALVES	15/05/2008	ÁREA ADMINISTRATIVA
GIOVANA MELO DOS SANTOS	22/07/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
HEITOR GABRIEL PEREIRA FARIAS	12/06/2009	ÁREA ADMINISTRATIVA
ISABELLA DE MORAIS VERÍSSIMO	15/11/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
JOÃO VITOR CHARNESKA	10/03/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
LETICIA PINHEIRO ALMEIDA	10/07/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
LUIZ ARTHUR SENKIO	04/07/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA
MIGUEL PEREIRA KICH	09/01/2011	ÁREA ADMINISTRATIVA
NATAN JOSÉ RODRIGUES	24/11/2008	ÁREA ADMINISTRATIVA
PEDRO HENRIQUE FERREIRA	20/08/2010	ÁREA ADMINISTRATIVA

NIVEL SUPERIOR / EDUCAÇÃO

NOME COMPLETO:	NASCIMENTO	NÍVEL SUPERIOR/ EDUCAÇÃO
ALINE DE FÁTIMA MACIEL	18/09/1996	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
ANA PAULA PEREIRA	07/07/1993	MAGISTÉRIO SEDE
ALINE MARTINS ALVES	19/03/2008	MAGISTÉRIO CACHOEIRA
ANA CAROLINA DA SILVA ANDRADE	20/11/2008	OUTRAS ÁREAS:
ANDRESSA VITÓRIA DOS SANTOS	03/11/2008	MAGISTÉRIO PAZ
ANNA RITA FAGUNDES	10/06/2008	MAGISTÉRIO SEDE
ARIEL JOSÉ FERREIRA BARBOSA	19/06/2008	MAGISTÉRIO SEDE
BRUNA EDUARDA MARQUES	06/10/2002	MAGISTÉRIO SEDE
CAROLINA MESSERSCHMIDT	09/05/1998	MAGISTÉRIO SEDE

CAUANE RIBEIRO BATISTA	09/12/2006	MAGISTÉRIO SÃO PEDRO
CLENIR APARECIDA DE FREITAS	23/09/2000	MAGISTÉRIO SEDE
CLEONICE APARECIDA PEDROSO	24/09/1993	MAGISTÉRIO SEDE
CRISTIELE GUERRA REIS	28/06/2002	MAGISTÉRIO SEDE
DAMARIS CORREIA ALUPES SCRAMOSIN	20/03/2002	MAGISTÉRIO SEDE
DIENEFER CRISTINA RIBAS	18/07/1991	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
ELIANE STOCKLER	23/07/1973	MAGISTÉRIO PAZ
ELUANE DAS GRAÇAS MACHADO	10/08/2001	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
EMILEIDI RODRIGUES DOS SANTOS	12/03/1994	MAGISTÉRIO PAZ
EMILY TUROK DA LUZ	03/07/2008	MAGISTÉRIO SÃO PEDRO
EVA DE FATIMA DE QUADROS	07/11/1991	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
EMANUELLI BRUTCOWSKI	19/09/2005	MAGISTÉRIO PAZ
FABIANA DE SOUZA SIQUEIRA	14/06/2006	MAGISTÉRIO PAZ
FABIANA DETUMIM	09/04/1986	MAGISTÉRIO SEDE
FRANCIELI APARECIDA LUCANO	08/09/1993	MAGISTÉRIO CACHOEIRA
FERNANDA NEVES DE LIMA	16/01/1990	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
GEISIANE MARIA DE OLIVEIRA	22/08/1997	MAGISTÉRIO SEDE
GILIANE TEREZINHA SAUER BERNARDINE DE ALMEIDA	15/08/1990	MAGISTÉRIO SEDE
GRACIELI SMOLAK DE PAULA	07/07/1997	MAGISTÉRIO SEDE
GUILHERME JUNIOR SALES FERREIRA	16/12/2004	MAGISTÉRIO SEDE
GEOVANA DE ALMEIDA FERREIRA	25/04/2006	MAGISTÉRIO PAZ
IASMIN MORANDI	27/05/1993	MAGISTÉRIO CACHOEIRA
INDIANARA KELI DE OLIVEIRA	23/12/1983	MAGISTÉRIO SEDE
INEZ BARÃO FIORI	12/06/1979	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
ISABELY DA SILVA SCENY	03/06/2008	MAGISTÉRIO CACHOEIRA
JOELMA CAVALHEIRO DE RAMOS ZANELLA	03/04/1988	MAGISTÉRIO SEDE
JULIANE BORGES DOS SANTOS	26/07/1986	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
KATLYN DE FREITAS OLIVEIRA	20/05/2002	MAGISTÉRIO SEDE
KAUANI DA SILVA MORAIS DOS SANTOS	19/09/1995	MAGISTÉRIO SEDE
LAINE DOS SANTOS CARNEIRO	01/07/1998	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
LARISSA MACIEL PEREIRA	23/10/1997	MAGISTÉRIO SEDE
LAVINIA SIQUEIRA DIOGO	17/12/2008	MAGISTÉRIO SEDE
LETICIA FERREIRA DA SILVA	23/03/2008	MAGISTÉRIO PAZ
LUCIANE VAZ ZUBRESKI DA SILVA	07/02/1981	MAGISTÉRIO SEDE
LIRIANE KELLER SANTOS	24/09/1988	MAGISTÉRIO SEDE
MAISA SENHORIN	05/09/2006	MAGISTÉRIO SEDE
MÁRCIA FERREIRA DA SILVA	02/03/1984	MAGISTÉRIO SEDE
MARIA DANIELE MARTINS FLORES	09/01/2008	MAGISTÉRIO PAZ
MARIA EDUARDA DE PAULA	25/10/2005	OUTRAS ÁREAS:
MARIA IZABEL DE OLIVEIRA	13/06/1997	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
MARIA JULIA SIQUEIRA ARAUJO	30/10/2009	MAGISTÉRIO PAZ
MARIA ALCINIA SIQUEIRA CARNEIRO	22/02/2006	MAGISTÉRIO PAZ
MARILIZE OLIVEIRA DA SILVA	30/09/1999	MAGISTÉRIO CACHOEIRA
MATIAS SMUCZEK MATOS	30/03/2009	MAGISTÉRIO SEDE
MILENA COSTA LIMA	04/08/2005	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
NATHALI PAULA SOUZA TABAKA	08/06/2002	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
NOELI FÁTIMA DE FREITAS DA LUZ	15/10/1990	MAGISTÉRIO SEDE
PAMELA CRISTINA DE ALMEIDA	05/07/2001	MAGISTÉRIO SEDE
PATRÍCIA KUSTER DA ROCHA NOVAK	23/03/1990	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
RAIKA DE ARAUJO SILVA	12/03/2007	MAGISTÉRIO SEDE
RAYANE FONSECA NUNES	29/06/2005	MAGISTÉRIO SEDE
ROSILDA DOS SANTOS OLIVEIRA	07/10/1974	MAGISTÉRIO SEDE
SIMONE APARECIDA DOS SANTOS	12/10/1977	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
SUELE DA SILVA CHECHI	17/06/1989	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
TALITA PAOLA DA SILVA MARCONDES	06/07/2001	MAGISTÉRIO LAGOA SECA
TAINÁ GNASS	14/12/2004	MAGISTÉRIO SEDE
THAIS CARLA DE OLIVEIRA	18/03/1997	MAGISTÉRIO SEDE
WELLINGTON ADONIS ROCHA DE OLIVEIRA	09/08/2007	OUTRAS ÁREAS:

NÍVEL MÉDIO / EDUCAÇÃO

NOME COMPLETO:	NASCIMENTO	NÍVEL MÉDIO / EDUCAÇÃO
AMANDA PAULA SIQUEIRA	09/08/2008	MAGISTÉRIO
ANA CLARA KELNIAR LOPES	03/11/2010	AREA ADMINISTRATIVA
ANA CLAUDIA ALBINO	14/07/2000	MAGISTÉRIO
ELLEN KARINE FERNANDES KUHN	01/07/2008	MAGISTÉRIO
GABRIEL AULER BATISTA	30/11/2010	AREA ADMINISTRATIVA
GABRIELLY MORAES LEJANOSKI	17/04/2011	MAGISTÉRIO
JUNIO CESAR DE MATTOS SANTO	07/03/2009	AREA ADMINISTRATIVA
KELLY CAROLINE AGUIRES MACIEL	30/04/2009	MAGISTÉRIO
LARA JOANA MARTIM	04/06/2009	AREA ADMINISTRATIVA
LIEDSON EMANUEL NASCIMENTO DE LIMA	28/06/2011	AREA ADMINISTRATIVA
LILIANA PROENSI	09/07/2010	MAGISTÉRIO
MARIA RITA MENEGUEL DE ARAUJO	05/05/2010	AREA ADMINISTRATIVA
MARIA EDUARDA MARTINS FLORES	20/08/2009	AREA ADMINISTRATIVA
MARIA FERNANDA BADZINSKI BAYER	18/12/2009	MAGISTÉRIO
MICHELE DE OLIVEIRA SOARES	07/03/2009	MAGISTÉRIO
SABRINA APARECIDA BRAZIL	25/07/1997	AREA ADMINISTRATIVA
TAIS NASCIMENTO DA ROCHA	14/05/2007	MAGISTÉRIO
VIVIAN GAIOVI TUROK	25/03/2006	AREA ADMINISTRATIVA
YASMIN ARAUJO DOMINICO	20/03/2010	AREA ADMINISTRATIVA

LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Após análise das inscrições e, considerando o **tempo de estágio na mesma empresa, a falta de comprovação de inscrição e a falta de documentação** a comissão decidiu indeferir as incrições a seguir.

NOME	NASCIMENTO	ÁREA
ANDRESSA VERISSIMO KAVETZKI	15/12/2005	SAÚDE E BEM ESTAR
CLARICE HUZAR GEIBMEIER	21/08/2003	MAGISTÉRIO SÃO PEDRO E MAGISTÉRIO MÉDIO
DAIANE BEATRIZ SILVEIRA	21/01/2006	MAGISTÉRIO SEDE
EMILI WELTER DO NASCIMENTO	17/07/2004	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JAQUELINE KWASNEI	19/12/2005	MAGISTÉRIO SEDE E MAGISTÉRIO MÉDIO
JENIFFER LAYANE BARBOSA PARE	22/07/1998	MAGISTÉRIO SEDE E MAGISTÉRIO MÉDIO
TAINARA ZELINSKI FARIAS	24/04/2004	MAGISTÉRIO SÃO PEDRO E MAGISTÉRIO MÉDIO
CAMILA DE FATIMA BATISTA DANICHEVCZ	SEM DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	MAGISTÉRIO SEDE

Candói, 31 de agosto de 2026.

LICIELE ALBANIO
Secretária de Administração

Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 -Estagiários, nomeados pela Portaria Nº 268/2026.

KAUANE CRISTINA DA SILVA –
Presidente

ADRIANE APARECIDA MARTINS –
Membro

GILIARD RESMINI –
Membro

RODRIGO MISS –
Membro

MELISSA DE SOUZA –
Membro

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:8FAEFB9F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 059/2026 - PNCP 18/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 18/2026	
Às 08:30 horas do dia 31 de agosto do ano de 2026, considerando que a contratação do item 1 restou deserta/fracassada, HOMOLOGA-SE automaticamente o item 1 do Pregão nº 18/2026, Processo nº 3.303/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço de reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas	
Entrega de propostas: De 17/08/2026 às 08:00 até 31/08/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 31/08/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	
Item 1 - Solução	
tipo: arla-32, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, apresentação: líquido	
Quantidade: 3842	Valor estimado: R$ 3,6500 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 14.023,3000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Deserto e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR	
PREGÃO 18/2026	
Às 08:30 horas do dia 31 de agosto do ano de 2026, considerando que a contratação do item 2 restou deserta/fracassada, HOMOLOGA-SE automaticamente o item 2 do Pregão nº 18/2026, Processo nº 3.303/2026.	
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR
Objeto da compra: Registro de preço de reagente arla-32 para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas	
Entrega de propostas: De 17/08/2026 às 08:00 até 31/08/2026 às 08:30	
Abertura da sessão pública: Dia 31/08/2026 às 08:30 (horário de Brasília)	
Item 2 - Solução	
tipo: arla-32, composição: 32,50% uréia pura e água deionizada, apresentação: líquido	
Quantidade: 3842	Valor estimado: R$ 3,6500 (unitário)
Unidade de fornecimento: Litro	R$ 14.023,3000 (total)
Intervalo mínimo entre lances: R$ 0,0100	Situação: Deserto e Homologado
Critério de julgamento: Menor Preço	
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)	

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:4FAE353D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 360/2026

PORTARIA Nº 360/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Elizeu dos Reis Neckel	Secretário de Meio Ambiente	01 (uma)	Santa Terezinha de Itaipu – PR	27 de agosto de 2026.	2° curso regional de compostagem.
Leandro Chiodi	Agente ambiental	01 (uma)	Santa Terezinha de Itaipu – PR	27 de agosto de 2026.	2° curso regional de compostagem.
Rosangela Cristina Capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	28 de agosto de 2026.	Buscar documentação no IIPR, JSM.
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação	03 (três)	Foz do Iguaçu – PR	25,26,27 de agosto de 2026.	Participação no Encontro de Gestores 2026. – FTD Educação: Os caminhos que impulsionam a transformação da Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:4B238D9F

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 368/2026

PORTARIA Nº 368/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Campo Mourão– PR	22 de agosto de 2026.	Conduzir a equipe de bocha do município para o campeonato paranaense de bocha chave prata 4° etapa.
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu– PR	28 de agosto de 2026.	Condução dos alunos da Escola Municipal do Campo dos Bandeirantes para visitação no AquaFoz e na Usina Hidrelétrica Itaipu.
Karine Perondi Madalosso	Professor (a)	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	28 de agosto de 2026	
Gustavo Fernando Forcellini S.	Professor	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	28 de agosto de 2026	
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de agosto de 2026.	Conduzir a equipe de atletas da escolinha talentos de Jesus do município para VII copa aurinegra.
André Pinto	Chefe da Divisão de Lazer	01 (uma)	Cascavel – PR	29 de agosto de 2026.	
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de agosto de 2026.	Conduziram alunos da escola Leonel Brizola para visitação no 33° Batalhão de Infantaria Mecanizada, Centro Cultural Gilberto Mayer e Parque Tarquinio Joslin dos Santos.
Jacir João Horn	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de agosto de 2026.	
Luiz Carlos Ledur	Secretário de Educação	02 (duas)	Foz do Iguaçu – PR	01,02,03 de setembro de 2026.	Participação no 2° seminário de Cooperação pedagógica com municípios: ‘’ Construindo caminhos para consolidação da alfabetização na idade certa – 2026’’.
Janice Bazareti Bortolini	Assessora Pedagógico	02 (duas)	Foz do Iguaçu – PR	01,02,03 de setembro de 2026.	Participação no 2° seminário de Cooperação pedagógica com municípios: ‘’ Construindo caminhos para consolidação da alfabetização na idade certa – 2026’’.
Iara Pessatto	Assessora Pedagógico	02 (duas)	Foz do Iguaçu – PR	01,02,03 de setembro de 2026.	Participação no 2° seminário de Cooperação pedagógica com municípios: ‘’ Construindo caminhos para consolidação da alfabetização na idade certa – 2026’’.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:5015C36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 366/2026 DATA: 31-08-2026

O Prefeito Municipal em Exercício de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com os Artigos 74 a 80 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23/03/2012,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Públicos abaixo relacionados, conforme períodos constantes nos recibos de férias arquivados no assentamento funcional:

Matr.	Servidor(a)	Cargo	Período Aquisitivo	Dias	Período de Férias	Retorno
123650/1	Adriane Scapini	Agente de Serviços Públicos	2025 / 2026	30	08-09-26 a 07-10-26	08-10-26
123460/1	Adriely Maria Portes	Psicóloga	2025 / 2026	15	14-08-26 a 28-08-26	31-08-26
124191/1	Adriely Maria Portes	Psicóloga	2025 / 2026	15	14-08-26 a 28-08-26	31-08-26
123464/1	Albino Junior Rheinheimer	Motorista	2024 / 2025	05	24-08-26 a 28-08-26	31-08-26
124187/1	Bruna Fernanda Dias da Silva	Agente de Administração	2024 / 2025	05	17-08-26 a 21-08-26	24-08-26
124469/1	Cleo Franz	Diretor do Departamento de Licitações e Contratos	2025 / 2026	14	27-08-26 a 09-09-26	10-09-26
123922/1	Helytana Raquel Sabadini	Assessor de Gabinete	2025 / 2026	05	17-08-26 a 21-08-26	24-08-26
123718/1	Jean Carlos Gibbert	Engenheiro Civil	2023 / 2024	11	03-08-26 a 13-08-26	14-08-26
110121/1	Joice Sorok Larsen	Agente de Administração	2025 / 2026	05	03-08-26 a 07-08-26	10-08-26
124384/1	Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz	Assessor Jurídico – AJG	2025 / 2026	10	26-08-26 a 04-09-26	08-09-26
124261/1	Juliana Hoffmann	Farmacêutico	2024 / 2026	10	20-08-26 a 29-08-26	31-08-26
124262/1	Laryssa Delabetha Rosa	Odontólogo	2024 / 2025	17	16-09-26 a 02-10-26	05-10-26
116171/1	Leandro Leomar Muller	Técnico em Contabilidade (Controlador Interno)	2024 / 2025	15	31-08-26 a 14-09-26	15-09-26
123461/1	Luciane Sebastião	Agente Comunitário de Saúde	2025 / 2026	15	17-08-26 a 31-08-26	01-09-26
123421/1	Maria Noeli Hofma Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	2024 / 2025	10	24-08-26 a 02-09-26	03-09-26
124063/1	Natali Aparecida Pagel da Silveira	Agente de Administração	2024 / 2025	05	25-08-26 a 29-08-26	31-08-26
124419/1	Neudir Rodrigues	Chefe da Divisão de Gestão Distrital	2025 / 2026	15	08-09-26 a 22-09-26	23-09-26
124316/1	Robson Lucas de Moraes	Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária	2024 / 2025	15	24-08-26 a 07-09-26	08-09-26
124417/1	Sabryna Kopper Ribeiro	Chefe da Divisão da Saúde Mental	2025 / 2026	05	10-08-26 a 14-08-26	17-08-26
123597/1	Silvane Maria Scheffel	Auxiliar de Saúde Bucal	2024 / 2025	15	08-09-26 a 22-09-26	23-09-26
124492/1	Vagner de Souza	Agente de Defesa Civil	2025 / 2026	15	25-08-26 a 08-09-26	09-09-26
124023/1	Weslley Gileade Krone	Atendente de Fármacia	2025 – 2026	07	04-09-26 a 10-09-26	11-09-26

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 31 de agosto de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:27FD05B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **BERNARDINO DA LUZ CONFECÇÕES**, estabelecida na Rua Valmir Saracini, Nº 47, bairro Residencial Parque Smeralda, na cidade de Agudos, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 13.936.073/0001-31, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Regiani Ap. Bernardino da Luz, brasileira, portadora do CPF nº 280.xxx.xxx-97, residente e domiciliada a Rua Valmir Saracini, Nº 47, bairro Residencial Parque Smeralda, na cidade de Agudos, no Estado de São Paulo, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.

PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 18.367,70 (dezoito mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20	UNI	**COLETE DEFESA CIVIL** - Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referências Santista ou similar; Cor: laranja H26 (Ref. Pantone – 161462TP) 3. **Detalhes frente:** a) Acabamento em viés (rip stop) na cor laranja, com abertura em zíper reforçado (na cor laranja); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura; d) Acima da fita deverá ser bordada a bandeira do MUNICÍPIO em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete. e) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), fechamento em velcro, contendo porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; f) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor laranja); g) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor laranja), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; h) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; i) Emblema da Defesa Civil do Município, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; j) Faixa refletiva com 2,0 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor azul Royal, de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. **Detalhes costas:** a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "DEFESA CIVIL" em semicírculo, cor azul Royal, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black; b) Dentro do semicírculo deverá ser bordado a inscrição "COMPDEC" em linha reta, cor azul Royal, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black; c) Faixa refletiva na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro, com 2,0 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor azul Royal, de 4,0 cm de largura; d) Para ajuste, na cintura deverão existir três níveis de regulagens em botões metálicos de pressão. **Tamanho**: P, M, G, GG e EG.	PRÓPRIA	114,00	2.280,00
02	20	UNI	**CALÇA MASCULINA E FEMININA DEFESA CIVIL - Tecido**: na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%); gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%); característica de encolhimento: urdume: 2% +/- 1%, trama: 2% +/- 1%. **Tamanhos:** P ao EG. **CALÇA MASCULINA - Feitio**: Cós postiço entretelado com 4,5cm largura, fechamento através de feche metálico embutido, 7 passantes inseridos na parte inferior do cós, Vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos com abertura oblíqua tipo faca (forro dos bolsos na mesma tonalidade da calça), 2 bolsos laterais (fixados a 35cm abaixo da costura da junção do cós, adequada conforme o tamanho, medindo 18x16cm), com base na altura dos joelhos, com prega macho ao centro, com portinholas proporcionais ao bolso, fechamento através de velcro interno em toda a sua extensão na cor azul marinho e abertura de 3cm na portinhola da perna direita para colocação de caneta (no dianteiro), aplicação de reforço de 30cm de comprimento no mesmo tecido nas pernas dianteiras, posicionados a 20cm medidos a partir da junção do gancho no entrepernas, fixado com costura matelada. Costura X, edredom entre os dois tecidos, reforço em arco no mesmo tecido da calça no traseiro, na região que circunda o gancho nos entrepernas, traseiro com palas, 2 bolsos traseiros chapados com cantos chanfrados com portinholas e fechamento através de velcro interno de uma extremidade à outra. **Costuras:** costuras com máquina de pregar cós para colocação do cós, fechamento das ilhargas em fechadeira 2 agulhas paralelas, fixação das palas e gancho traseiro em fechadeira, fechamento do entrepernas em interlock bitola mínima 10mm, máquina reta 2 agulhas paralelas para o pesponto da vista e gancho traseiro, fixação dos bolsos, zíper, laterais e traseiros, máquina reta 1 agulha para bainhas dos bolsos e matelassê, travetes nas extremidades dos bolsos, final da vista, fixação dos passantes e na junção dos ganchos por sobre a costura de segurança do interlock, overlock nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overlock. **Aviamentos:** linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 80 (oitenta), nas operações de fechamento, fixação e pespontos, linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 120 (cento e vinte) no overlock e demais operações, as cores das linhas e cadarços dos zíperes e velcro deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido, o gancho do fechamento do cós deverá ser metálico inoxidável, zíper de poliéster ou poliamida. **Condições Técnicas:** Ser confeccionada em tecido RIP STOP, 33% Poliéster – 67% Algodão na cor azul Marinho, apresentando qualidade específica de não amarrotamento, estabilidade e resistência, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao bom aspecto visual e da confecção. **CALÇA FEMININA - Feitio:** Cós postiço entretelado com 4,5cm largura, fechamento através de feche metálico embutido, 7 passantes inseridos na parte inferior do cós, vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos com abertura oblíqua tipo faca (forro dos bolsos na mesma tonalidade da calça), 2 bolsos laterais (fixados a 35cm abaixo da costura da junção do cós, adequada conforme o tamanho, medindo 18x16cm), na altura dos joelhos, com prega macho ao centro, com portinholas proporcionais ao bolso, fechamento através de velcro interno (em toda extensão) na cor bege e abertura de 3cm na portinhola da perna direita para colocação de caneta (no dianteiro), aplicação de reforço de 30cm de comprimento no mesmo tecido nas pernas dianteiras, posicionados a 20cm medidos a partir da junção do gancho no entrepernas, fixado com costura matelada, costura X, endredon entre os dois tecidos, reforço em arco no mesmo tecido da calça no traseiro, na região que circunda o gancho no entrepernas e traseiro com palas. **Costuras:** costuras com máquina de pregar cós para colocação do cós, fechamento das ilhargas em fechadeira 2 agulhas paralelas, fixação das palas e gancho traseiro em fechadeira, fechamento do entrepernas em interlock bitola mínima 10mm, máquina reta 2 agulhas paralelas para o pesponto da vista e gancho traseiro, fixação dos bolsos, zíper, laterais e traseiros, máquina reta 1 agulha para bainhas dos bolsos e matelassê, travetes nas extremidades dos bolsos, final da vista, fixação dos passantes e na junção dos ganchos por sobre a costura de segurança do interlock, overlock nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overlock. **Aviamentos:** linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 80 (oitenta), nas operações de fechamento, fixação e pespontos, linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 120 (cento e vinte) no overlock e demais operações, as cores das linhas e cadarços dos zíperes e velcro deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido, o gancho do fechamento do cós deverá ser metálico inoxidável e Zíper de poliéster ou poliamida.	PRÓPRIA	119,00	2.380,00
03	20	UNI	**JAQUETA DEFESA CIVIL: Tecido**: na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%); gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%); característica de encolhimento: urdume: 2% +/- 1%, trama: 2% +/- 1%. **Tamanhos:** P ao EG. **Feitio:** confeccionada em tecido com trama rip stop cor azul marinho, forrada com matelassê na cor do tecido. Abertura frontal com fechamento por zíper máster fino destacável, medindo 70cm aproximadamente, com cobertura de zíper medindo 65mm preso por dois botões de pressão; com dois bolsos chapados, na parte frontal inferior no sentido horizontal, com portinholas fechadas por velcro medindo 25mm x 80mm; dois bolsos na parte interna do forro; gola esporte; mangas compridas com punhos medindo 6cm de largura, abotoados por meio de botão de nylon; barra com elástico roliço preto com estrangulador para regulagem; aplicação da **Bandeira do Estado do Paraná**, no braço direito, em tecido, na cor original, a uma distância de 40mm abaixo da costura que divide o ombro do braço; aplicação da **Bandeira do Município**, no braço esquerdo, em tecido, na cor original, a	PRÓPRIA	217,00	4.340,00

			uma distância de 40mm abaixo da costura que divide o ombro do braço; a 200mm da costura do ombro no lado direito do peito aplicar fita de velcro com 25mm de largura e 120mm de comprimento para sobrepor a tarja de identificação. Deverá conter ainda tarja refletiva na cor cinza, com 50mm de largura, com reflexibilidade mínima 130 candelas/m², com alta resistência a sucessivas lavagens, de 20mm x 200mm, disposta horizontalmente e centralizada na frente e nas costas entre o quadril e o tórax, no lado esquerdo do peito a 150mm da costura no ombro será aplicado a **logo marca da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil**, com dimensões de 6,5cm x 7cm. Aviamentos: a) Linha: poliéster/algodão nº 80, na cor do tecido; b) Entretelas 67% poliéster 33% algodão; Condições Técnicas: a) Ser confeccionada em tecido RIP STOP, 70% Poliéster – 30% Algodão Penteado na cor azul Marinho, modelo Corpo de Bombeiros, apresentando qualidade específica de não amarrotamento, estabilidade e resistência, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao bom aspecto visual e da confecção;			
05	20	UNI	**COLETE PARA OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Confeccionado em tecido Nylon Rip Stop, com acabamento repelente à água; Urdume formado por seis fios, sendo dois riscos e três fios de poliéster 100%; Título do fio: 75 Denier no urdume e 75 Denier x 3 na trama; Cor Azul Egípcio; Modelo unissex; Sem mangas; Decote em "V"; Fechamento frontal por zíper dentado reforçado na mesma cor do tecido; Três bolsos frontais, sendo: 01 bolso superior; 02 bolsos inferiores; Todos os bolsos com fechamento em zíper; Faixa refletiva prata aplicada na altura do peito; Faixa refletiva prata circundando todo o tronco; Costuras reforçadas. Personalização: A inscrição deverá possuir excelente legibilidade, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada. Lado superior esquerdo: aplicação da logomarca APSUS, em bordado de alta definição. Lado superior direito: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado de alta definição. Costas: Na parte superior das costas do colete, deverá ser aplicado **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)**, centralizado horizontalmente, contendo a inscrição: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Abaixo da inscrição em meia-lua, centralizado e em linha reta, deverá constar o texto: **CATANDUVAS/PR** O bordado deverá ser confeccionado com linha de primeira qualidade, resistente ao uso e às lavagens, mantendo alinhamento, uniformidade e proporção em relação às dimensões do colete. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	110,00	2.200,00
06	07	UNI	**COLETE PARA OS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Confeccionado em tecido Nylon Rip Stop, com acabamento repelente à água; Urdume formado por seis fios, sendo dois riscos e três fios de poliéster 100%; Título do fio: 75 Denier no urdume e 75 Denier x 3 na trama; Cor Verde Musgo; Modelo unissex; Sem mangas; Decote em formato "V"; Fechamento frontal por zíper dentado reforçado, na mesma cor do tecido; Três bolsos frontais, sendo: 01 (um) bolso superior; 02 (dois) bolsos inferiores; Todos os bolsos deverão possuir fechamento em zíper; Faixa refletiva prata aplicada na altura do peito; Faixa refletiva prata circundando todo o tronco; Costuras reforçadas, garantindo maior resistência e durabilidade para atividades externas. Personalização: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado de alta definição. Lado superior direito: aplicação da logomarca do PROVIGIA, em bordado de alta definição. Costas: Na parte superior das costas do colete, deverá ser aplicado **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)**, centralizado horizontalmente, contendo a inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS/PR A inscrição deverá possuir excelente legibilidade, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	193,00	1.351,00
31	30	UNI	**CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA CURTA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camisa social masculina; Manga curta; Confeccionada em tecido profissional composto por, no mínimo, 67% poliéster e 33% algodão, ou composição equivalente de qualidade superior; Tecido resistente, confortável, de fácil manutenção e com baixa necessidade de passadoria; Cor azul-marinho; Modelagem tradicional; Gola social estruturada; Fechamento frontal por botões resistentes, na cor compatível com o tecido; Manga curta com acabamento reforçado; Barra arredondada; Costuras reforçadas em todas as junções e pontos de maior esforço; Bolso frontal superior esquerdo; Produto novo, de primeiro uso e com acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR bordado no bolso frontal esquerdo; Abaixo do brasão, aplicação da identificação institucional bordada: MOTORISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e alta resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **Antes da confecção definitiva, deverá apresentar amostra física e arte digital para aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.** **Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.** Tamanhos: PP, P, M, G, GG e XG (EG).	PRÓPRIA	84,90	2.547,00
42	30	UNI	**JALECO FEMININO PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, MÉDICOS, FISIOTERAPEUTAS, DENTISTAS.** Tecido: gabardine Cor: Branca Modelo cinturado;	PRÓPRIA	71,99	2.1559,70

			Manga longa; Punho de ribana com detalhe na cor branca. Gola: Blazer Abotoamento: botão de massa com 4 furos na cor do tecido. Bolso: dois bolsos frontais na altura da cintura com detalhes no acabamento da barra Costas: com pregas até a altura do Quadril Logomarcas aplicadas em bordado de 1ª qualidade, dentro dos padrões e normas do município. Parte frontal: lado esquerdo nome do funcionário e cargo com brasão profissão. Manga direita: Brasão do município: tamanho mínimo 8X8 cm Manga esquerda: logomarca padrão do SUS; Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (sob medida e deve enviar mostruário)			
43	15	UNI	**JALECO MASCULINO – MEDICOS, ODONTOLOGIA, FISIOTERAPEUTA E ENFERMEIROS** Tecido gabardine Cor: Branca Manga longa Punho de ribana com detalhe na cor branca, Gola modelo padre, 02 bolsos Inferiores chapados 01 bolso superior, Abertura frontal com fechamento em botões; Logomarcas aplicadas em bordado de 1ª qualidade, dentro dos padrões e normas do município. Parte frontal: lado esquerdo nome do funcionário e cargo com brasão profissão. Manga direita: Brasão do município: tamanho mínimo 8X8 cm Manga esquerda: logomarca padrão do SUS; Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (sob medida e deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	74,00	1.110,00
VALOR TOTAL						**18.367,70**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775

02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:

1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Bernardino Da Luz Confecções
REGIANI AP. BERNARDINO DA LUZ
Representante Legal
CPF: 280.xxx.xxx-97

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal da Ata de Registro de Preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora da Ata de Registro de Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:D82DD5D5

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **BLK CONFECÇÕES & VARIEDADES LTDA**, estabelecida na Av. dos Pioneiros, Nº 564, sala01, bairro Centro, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 37.111.015/0001-37, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Marlene Terezinha Boelter da Anunciação, brasileira, portadora do CPF nº 037.xxx.xxx-98, residente e domiciliada a Rua Presidente Costa e Silva, Nº 397, bairro Menino Deus, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS**

PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 48.836,27 (quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	20	UNI	**MOCHILA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor predominante: Azul Caribe; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Acabamento com viés de gorgorão; Utilização de cadarços e fitas de polipropileno de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de esforço. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm; Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Sistema de Fechamento Aba de fechamento formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas da aba: 64 cm de altura x 39 cm de largura; Fechamento através de fita de polipropileno de 25 mm de largura; Regulagem por regulador duplo resistente. Personalização: Frente da Mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Aplicação da identificação do cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE em bordado na cor branca; Acabamento: Bordados com excelente definição e resistência às lavagens e ao uso contínuo, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada.; Produto novo, sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Zíperes, reguladores e fitas resistentes ao uso diário em atividades externas. Exigências Complementares: A material e a arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	163,60	3.272,00
08	07	UNI	**MOCHILA PARA AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS COM KIT COMPLETO** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor predominante: Verde musgo; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Acabamento com viés de gorgorão; Utilização de cadarços e fitas de polipropileno de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de esforço. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm;	PRÓPRIA	159,59	1.117,13

			Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Sistema de Fechamento: Aba de fechamento formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas da aba: 64 cm de altura x 39 cm de largura; Fechamento através de fita de polipropileno de 25 mm de largura; Regulagem por regulador duplo resistente. Personalização: Frente da Mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Aplicação da identificação do cargo AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS em bordado na cor branca; Acabamento: Bordados com excelente definição e resistência às lavagens e ao uso contínuo, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada.; Produto novo, sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Zíperes, reguladores e fitas resistentes ao uso diário em atividades externas. KIT AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: 01 - Bandeira amarela (ou laranja) tamanho 25 x 35 cm c/ cabo de madeira de 32cm; 01 - Bacia plástica tamanho 15 cm diâmetro x 4 cm altura 500 ml; 01 - Espelho pequeno de bolso c/ moldura em plástico; 01 - Lápis de Cera tipo estaca (azul ou preto); 01 - Lanterna de plástico, tamanho grande; 01 - Lixa nº 60; 02 - Pesca larvas, confeccionado em arame coberto com plástico, com cabo de 28 cm, e puçá no seguinte tamanho 10,5 cm x 9 cm largura x 10 cm fundo (nylon branco); 01 - Colher Inox 5g; 01 - Colher Inox 20g; 01 - Kit de cubagem composto por um peso de chumbo e 10 m de corda de polipropileno, para medir capacidade volumétrica de depósitos com água; 01 - Pícola (picadeira p/ concreto) nos seguintes tamanhos: cabo c/ 21cm e ponta c/ 13cm; 01 - Fita métrica c/ 1,5 metros; 01 - Algodão hidrófilo pacote c/ 50 g; 02 - Pipetas de plástico tipo conta gotas 3 ml; 01 - Prancheta Eucatex tamanho Ofício com pregador; 10 - Tubos de ensaio para coleta de larvas, transparente, medindo 12mm de diâmetro externo, 75mm de comprimento com tampa. Para acondicionar formas imaturas de mosquito(larvas) e remessas para exame laboratorial no programa de erradicação de Aedes Aegypti. Exigências Complementares: A material e a arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
9	20	UNI	**CHAPÉU DE PESCADOR– ACS** Especificações Técnicas: Chapéu de sol modelo pescador; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Caribe; Aba ampla para proteção contra exposição solar; Possuir cordão regulador para ajuste e fixação; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade, resistente ao uso contínuo em atividades externas; Produto novo e sem defeitos de fabricação. Personalização: A personalização deverá ser executada exclusivamente na parte frontal do chapéu, **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)** AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, sem avançar para as laterais, garantindo total visibilidade da identificação institucional, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do chapéu e centralizada. **Aplicação em bordado de alta definição ao centro, contendo:** Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas/PR Acabamento: Bordados resistentes ao desgaste, exposição solar e lavagens; Excelente definição das cores e detalhes dos logotipos; Costuras uniformes e reforçadas; Cordão regulador resistente e devidamente fixado. Exigências Complementares: A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	54,45	1.089,00
10	7	UNI	**CHAPÉU DE PESCADOR– ACE** Especificações Técnicas: Chapéu de sol modelo pescador; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor: verde musgo; Aba ampla para proteção contra exposição solar; Possuir cordão regulador para ajuste e fixação; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade, resistente ao uso contínuo em atividades externas; Produto novo e sem defeitos de fabricação. Personalização: A personalização deverá ser executada exclusivamente na parte frontal do chapéu, **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)** AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, sem avançar para as laterais, garantindo total visibilidade da identificação institucional, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do chapéu e centralizada. **Aplicação em bordado de alta definição ao centro, contendo:** Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas/PR Acabamento: Bordados resistentes ao desgaste, exposição solar e lavagens; Excelente definição das cores e detalhes dos logotipos; Costuras uniformes e reforçadas; Cordão regulador resistente e devidamente fixado. Exigências Complementares: A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	53,80	376,60
11	7	UNI	**BONÉ MODELO PESCADOR PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Boné modelo pescador; Aba larga e arredondada, proporcionando proteção contra exposição solar; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Caribe; Soleira confeccionada no mesmo tecido do boné; Tamanho adulto; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Personalização:	PRÓPRIA	42,00	294,00

			A personalização deverá ser aplicada na parte frontal do boné, por meio de bordado de alta definição, contendo: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, definição e resistência às lavagens e à exposição solar. Acabamento: Produto novo e sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Bordados com alta durabilidade; Tecido resistente e confortável para uso diário. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
12	7	UNI	**BONÉ MODELO PESCADOR PARA AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas Boné modelo australiano; Aba larga e arredondada, proporcionando proteção contra exposição solar; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor: Verde Musgo; Soleira confeccionada no mesmo tecido do boné; Tamanho adulto; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Personalização: A personalização deverá ser aplicada na parte frontal do boné, por meio de bordado de alta definição, contendo: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, definição e resistência às lavagens e à exposição solar. Acabamento: Produto novo e sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Bordados com alta durabilidade; Tecido resistente e confortável para uso diário. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	42,00	294,00
13	27	PAR	**COTURNO PARA ACS** Especificações Técnicas: Coturno de segurança, modelo tático; Confeccionado em couro emborrachado de alta resistência; Cor preta ou marrom, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Cano com altura aproximada de 17 cm; Palmilha anti-perfurante, proporcionando proteção contra objetos perfurantes; Solado em borracha antiderrapante, resistente à abrasão e com excelente aderência em superfícies secas e molhadas; Forro interno em lona resistente e confortável; Sistema de fechamento por cadarço; Costuras reforçadas; Material resistente à umidade e ao desgaste decorrente do uso contínuo; Produto novo, sem uso e sem defeitos de fabricação. Características de Segurança e Conforto: Solado com propriedades antiderrapantes; Palmilha anatômica removível; Absorção de impacto na região do calcanhar; Boa ventilação interna; Conforto adequado para uso prolongado durante a jornada de trabalho. Tamanho: do 34 ao 44	PRÓPRIA	163,65	4.418,55
14	20	UNI	**CAPA DE CHUVA** Especificações Técnicas: Vestimenta de segurança tipo capa de chuva; Confeccionada em tela de poliéster revestida em PVC; Impermeável; Cor: Branco; Capuz com cordão sintético para ajuste; Mangas longas com elástico nos punhos; Fechamento frontal por zíper reforçado e sobreposição com velcro; Pala de ventilação frontal e traseira para maior conforto térmico; Costuras seladas por solda eletrônica; Aplicação de faixas refletivas na cor prata ao redor do tronco, proporcionando maior visibilidade e segurança; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Proteção: Equipamento aprovado para proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e exposição à chuva. Personalização: Todos os logotipos e inscrições deverão ser aplicados por meio de sublimação ou outro processo equivalente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente (lado superior direito): Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, medindo aproximadamente 8 cm de altura. Costas: Aplicação **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Tamanhos: P/ M/ G/ GG, EGG.	PRÓPRIA	50,90	1.018,00
15	7	UNI	CAPA DE CHUVA Especificações Técnicas: Vestimenta de segurança tipo capa de chuva; Cor: Branco; Confeccionada em tela de poliéster revestida em PVC; Impermeável; Capuz com cordão sintético para ajuste; Mangas longas com elástico nos punhos; Fechamento frontal por zíper reforçado e sobreposição com velcro; Pala de ventilação frontal e traseira para maior conforto térmico; Costuras seladas por solda eletrônica; Aplicação de faixas refletivas na cor prata ao redor do tronco, proporcionando maior visibilidade e segurança; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Proteção: Equipamento aprovado para proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e exposição à chuva. Personalização: Todos os logotipos e inscrições deverão ser aplicados por meio de sublimação ou outro processo equivalente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente (lado superior direito): Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, medindo aproximadamente 8 cm de altura. Abaixo Secretaria Municipal de Saúde	PRÓPRIA	48,70	340,90

			Costas: Aplicação **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS CATANDUVAS-PR Tamanhos: P/ M/ G/ GG, EGG.			
28	03	UNI	**MOCHILA PARA VIGILANCIA SANITARIA** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor: verde musgo; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm; Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Aba Superior: Formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas aproximadas: 64 cm de altura x 39 cm de largura. Personalização: A personalização deverá ser executada por meio de bordado de alta definição, na cor branca. Frente da mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Aplicação da identificação institucional: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e alta resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Produto novo, sem defeitos de fabricação, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	161,00	483,00
36	2	UNI	**COLETE VIGILANTE** Especificações Técnicas: Colete modelo unissex; Confeccionado em tecido resistente de alta durabilidade; Cor grafite; Decote em "V" com acabamento reforçado de aproximadamente 2 cm de largura; Fechamento frontal central através de zíper reforçado na mesma cor do tecido; Possuir bolsos frontais com lapela; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto adequado para uso diário e atividades externas. Faixa Refletiva: Aplicação de faixa refletiva na cor prata ao redor da cintura; Material refletivo de alta visibilidade e resistência ao desgaste. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, utilizando fonte padrão semelhante à Gotham Black. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário) O material refletivo deverá possuir alta visibilidade em ambientes com baixa luminosidade e resistência ao desgaste e às lavagens. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	93,50	187,00
37	4	PAR	**BOTINA – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Botina de segurança ocupacional; Confeccionada em couro legítimo ou material sintético de alta resistência; Cor preta; Cano baixo; Fechamento em elástico lateral ou sistema equivalente; Solado em poliuretano (PU) bidensidade ou borracha antiderrapante; Solado resistente à abrasão e ao desgaste; Palmilha anatômica e removível; Forração interna confortável e respirável; Costuras reforçadas; Produto novo, sem defeitos de fabricação. Tamanhos: Numerações do 34 ao 44. As quantidades por numeração serão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde no momento da emissão da Autorização de Fornecimento. Exigências Complementares: Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. A empresa vencedora deverá disponibilizar amostras ou tabela de medidas para conferência dos tamanhos.	PRÓPRIA	162,79	651,16
38	4	UNI	**BONÉ – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Boné modelo tradicional; Confeccionado em brim 100% algodão ou tecido equivalente de alta resistência; Cor grafite escuro; Aba frontal reforçada; Regulagem traseira ajustável; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição.	PRÓPRIA	64,69	258,76

			Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição VIGILANTE abaixo do brasão. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Produto novo, sem defeitos de fabricação. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
46	3	UNI	Capacete com aba frontal ou total carneira de ajuste confortável, cor verde	PRÓPRIA	71,09	213,27
49	30	UNI	**SAPATO PARA SERVIÇO DE APOIO** Características Gerais: Sapato ocupacional confeccionado integralmente em EVA (Etil Vinil Acetato) de alta qualidade; Material leve, flexível, resistente e de alta durabilidade; Design anatômico que proporcione conforto para uso prolongado; Cor predominante preta ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto impermeável e resistente à umidade; Fácil higienização, podendo ser lavado com água e sabão neutro; Secagem rápida. Cor: branco Segurança: Solado antiderrapante certificado, proporcionando aderência e estabilidade em superfícies lisas, molhadas ou escorregadias; Atender às normas técnicas aplicáveis de segurança para calçados ocupacionais; Possuir superfície de contato que minimize riscos de escorregamentos e quedas. Proteção: Modelo totalmente fechado na parte frontal e no calcanhar; Proteção contra respingos de líquidos e contato com resíduos; Estrutura que favoreça a assepsia e o controle sanitário dos ambientes de trabalho. Tamanhos: Os calçados deverão ser fornecidos nos tamanhos compreendidos entre os números 33 e 46, conforme demanda da Administração.	PRÓPRIA	55,29	1.658,70
50	20	un	Flâmula em Veludo Azul marinho com Franja Dourada Tecido Veludo Premium Impressão Digital em Tecido Franja Dourada 3cm Dimensões 64cm x 45cm	PRÓPRIA	120,00	2.400,00
51	80	un	**UNIFORME PARA FANFARRA – CONJUNTO (TÚNICA E CALÇA)** Confecção sob medida – do infantil ao adulto Conjunto de uniforme para fanfarra, composto por túnica (jaqueta) e calça, confeccionado em tecido Oxford 100% poliéster. Túnica: cor azul marinho, com detalhes nas cores vermelho e branco, filetes dourados, fechamento frontal por botões e ombreiros. Calça: cor azul marinho, com faixas laterais na cor branca, filetes dourados, cós com elástico duplo e cordão para ajuste.	PRÓPRIA	284,99	22.799,20
52	50	un	Quepe, modelo militar, tecido gabardine, cor azul marinho, bordado brasão do município, aba 6,0 cm, em acrílico, filete dourado na aba, tamanhos P, M, G e GG.	PRÓPRIA	159,30	7.965,00
VALOR TOTAL						**48.836,27**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.

2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

BLK Confecções & Variedades LTDA
MARLENE TEREZINHA BOELTER DA ANUNCIAÇÃO
Representante Legal
CPF: 037.xxx.xxx-98

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal da Ata de Registro de preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora da Ata de Registro de preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:B2034C30

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **AZO PRODUTOS LTDA**, estabelecida na Rua Rio de Janeiro, Nº 31, bairro Centro, na cidade de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 41.591.664/0001-50, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Clayton Denis Alino da Silva, brasileiro, portador do CPF nº 079.xxx.xxx-61, residente e domiciliado a Rua Osvaldo Attizano, Nº 61, bairro Jardim Morumbi, na cidade de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 24.582,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	40	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Confeccionada em tecido poliviscose, composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor: Azul Caribe; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Personalização A personalização poderá ser realizada por meio sublimação ou processo equivalente de alta durabilidade, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga direita: aplicação da logomarca APSUS Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).	PRÓPRIA	28,00	1.120,00
17	14	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA OS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Confeccionada em tecido poliviscose, composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Personalização A personalização poderá ser realizada por meio sublimação ou processo equivalente de alta durabilidade, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição:	PRÓPRIA	35,00	490,00

			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga direita: aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).			
18	20	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA- ACS** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor: Azul porcelana; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário e atividades externas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Manga Direita: Aplicação da logomarca APSUS Paraná. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, excelente definição e acabamento adequado para uso institucional. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	32,00	640,00
19	7	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA- ACE** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário e atividades externas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Manga Direita: Aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, excelente definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	40,00	280,00
23	12	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AS AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor verde musgo; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	110,00	1.320,00
24	10	UNI	**CALÇA MASCULINA PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo masculino; Confeccionada em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Oxford; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades.	PRÓPRIA	120,00	1.200,00

			Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).			
25	02	UNI	**CALÇA MASCULINA PARA OS AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo masculino; Confeccionada em tecido brim 100% algodão; Cor verde musgo; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).	PRÓPRIA	125,00	250,00
29	30	UNI	**CAMISA POLO PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camisa polo modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor azul-marinho; Gola polo com acabamento em ribana: Manga curta; Punhos das mangas com acabamento em ribana na cor azul; Bolso frontal superior esquerdo; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser aplicadas por meio de sublimação de alta definição, mantendo fidelidade às cores e aos padrões institucionais do Município. Frente: Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Abaixo escrito Secretaria Municipal de Saúde Lado superior direito, inscrição: MOTORISTA Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **A arte final das logomarcas e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As estampas deverão apresentar alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.** **Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.** Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	50,00	1.500,00
30	30	UNI	**CAMISETA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor branca; Gola redonda em ribana; Manga curta; Acabamento das mangas em ribana na cor azul; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição MOTORISTA, na cor azul-turquesa; Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **A arte final das logomarcas e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As estampas deverão apresentar alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.** Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	35,00	1.050,00
32	30	UNI	**CAMISETA MANGA LONGA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor azul-marinho; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Punhos das mangas com acabamento em ribana no mesmo tom do tecido; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição MOTORISTA, na cor branca; Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas:	PRÓPRIA	40,00	1.200,00

			Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
35	4	UNI	**CALÇA – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Calça modelo unissex; Confeccionada em tecido brim 100% algodão de alta resistência; Cor grafite escuro; Fechamento com elástico na cintura; Modelagem confortável para uso diário; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente ao desgaste e adequado para atividades de vigilância e segurança; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado ou sublimação, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Aplicação: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Identificação funcional VIGILANTE, conforme layout institucional aprovado. Faixa Refletiva: Aplicação de faixa refletiva na cor prata ao redor das panturrilhas de ambas as pernas; O material refletivo deverá possuir alta visibilidade em ambientes com baixa luminosidade e resistência ao desgaste e às lavagens. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	133,00	532,00
44	150	UNI	**JAQUETA EM TACTEL COM ELASTANO** Especificações Técnicas: Jaqueta modelo unissex; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor azul Oxford; Gola alta; Fechamento frontal através de zíper reforçado de alta resistência; Sem capuz; Dois bolsos frontais com fechamento por zíper; Punhos com acabamento em elástico ou ribana; Barra inferior com acabamento reforçado; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito; Identificação do setor ou cargo no lado superior direito, conforme necessidade da Secretaria. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	100,00	15.000,00
VALOR TOTAL						**24.582,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;

- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Azo Produtos LTDA
CLAYTON DENIS ALINO DA SILVA
Representante Legal
CPF: 079.xxx.xxx-61

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:2D56A999

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **BRUTEXTIL LTDA**, estabelecida na Rodovia PR 412 Eng. Darci Gomes de Moraes, Nº 2348, bairro Praia de Santa Terezinha, na cidade de Pontal do Paraná, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 47.032.374/0001-52, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Antonio Marcos de Oliveira, brasileiro, portador do CPF nº 855.xxx.xxx-72, residente e domiciliado a Rodovia PR 412 Eng. Darci Gomes de Moraes, Nº 2348, bairro Praia de Santa Terezinha, na cidade de Pontal do Paraná, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 22.891,49 (vinte e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	20	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE**. Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Manga longa; Gola redonda; Confeccionada em tecido de poliamida com proteção solar FPS/FPU 50+; Cor Azul Porcelana; Tecido leve, confortável, respirável e de secagem rápida; Proteção contra raios ultravioleta (UV) com fator mínimo FPU 50+; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade; Modelagem adequada para uso profissional em atividades externas. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga Direita: Aplicação da logomarca APSUS Paraná. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição centralizada da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	64,99	1.299,80
22	36	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE**	PRÓPRIA	60,29	2.170,44

			Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor Azul Oxford; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
39	150	UNI	**CAMISA GOLA POLO** Especificações Técnicas: Camisa polo modelo unissex; Confeccionada em tecido Malha PV antipilling; Composição mínima: 65% poliéster e 35% viscose; Cor branca; Gola tipo polo na cor azul egípcio; Mangas curtas; Acabamento de alta qualidade; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Tratamento antipilling, reduzindo a formação de bolinhas no tecido. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, com altura mínima de 5 cm, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Os bordados deverão apresentar fidelidade às cores institucionais, excelente definição e resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo. Abaixo Secretaria Municipal de Saúde. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	36,49	5.473,50
40	45	UNI	**CAMISETA PARA SERVIÇO DE APOIO** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de sublimação de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm; Lado superior direito: inscrição: SERVIÇO DE APOIO Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	27,99	1.259,55
41	30	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AGENTE DE APOIO** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tactel com elastano Cor grafite escuro; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento.	PRÓPRIA	82,99	2.489,70

			A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
45	150	UNI	**BLUSA DE MOLETON** Especificações Técnicas: Blusa moletom fechado, modelo unissex; Confeccionada em tecido 60% algodão + 40% poliéster; Bolso frente tipo canguru; Cor azul Oxford; Gola alta; Sem capuz; Punhos com acabamento em elástico ou ribana; Barra inferior com acabamento reforçado; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito; Identificação do setor ou cargo no lado superior direito, conforme necessidade da Secretaria. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	67,99	10.198,50
VALOR TOTAL						**22.891,49**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.

5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Brutextil LTDA
ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA
Representante Legal
CPF: 855.xxx.xxx-72

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:D0FAB61D

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **MEINERZ DO BRASIL LTDA**, estabelecida na Av. Presidente Kennedy, Nº 1213A, bairro Por do Sol, na cidade de Palotina, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 49.128.590/0001-21, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Ana Carolina Meinerz, brasileira, portadora do CPF nº 106.xxx.xxx-61, residente e domiciliada a Rua Martin Luther, Nº 261, bairro Morada do Sol, na cidade de Palotina, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes

sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 42.718,83 (quarenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e oitenta e três centavos).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	7	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV PARA AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Manga longa; Gola redonda; Confeccionada em tecido de poliamida com proteção solar FPS/FPU 50+; Cor cinza claro; Tecido leve, confortável, respirável e de secagem rápida; Proteção contra raios ultravioleta (UV) com fator mínimo FPU 50+; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade; Modelagem adequada para uso profissional em atividades externas. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga Direita: Aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	72,00	504,00
26	20	UNI	**SQUEEZE PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Garrafa tipo squeeze; Capacidade mínima de 750 ml; Confeccionada em material resistente, atóxico e livre de BPA (Bisfenol A); Corpo rígido; Tampa rosqueável com vedação eficiente; Bico dosador ou sistema de abertura prática para consumo de líquidos; Material resistente a impactos e ao uso contínuo; Fácil higienização; Cor predominante: azul ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto novo e de primeiro uso. Personalização: A personalização deverá ser aplicada por meio de serigrafia, tampografia, impressão UV ou processo equivalente de alta durabilidade. Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas-PR Inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE As logomarcas e inscrições deverão apresentar excelente definição, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os produtos deverão ser entregues sem defeitos de fabricação, rachaduras, deformações ou falhas de impressão. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	14,09	281,80
27	7	UNI	**SQUEEZE PARA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**	PRÓPRIA	14,29	100,03

			Especificações Técnicas: Garrafa tipo squeeze; Capacidade mínima de 750 ml; Confeccionada em material resistente, atóxico e livre de BPA (Bisfenol A); Corpo rígido; Tampa rosqueável com vedação eficiente; Bico dosador ou sistema de abertura prática para consumo de líquidos; Material resistente a impactos e ao uso contínuo; Fácil higienização; Cor predominante: azul ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto novo e de primeiro uso. Personalização: A personalização deverá ser aplicada por meio de serigrafia, tampografia, impressão UV ou processo equivalente de alta durabilidade. Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas-PR Inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS As logomarcas e inscrições deverão apresentar excelente definição, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os produtos deverão ser entregues sem defeitos de fabricação, rachaduras, deformações ou falhas de impressão. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
33	4	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA VIGILANTE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha poliviscose composta por aproximadamente 33% poliéster e 67% viscose, ou em malha 100% algodão de qualidade equivalente ou superior; Cor grafite; Gola redonda em ribana; Mangas curtas; Aplicação de faixa sinalizadora/refletiva nas mangas ou na região dos ombros, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, na cor azul; Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	43,00	172,00
34	4	UNI	**CAMISETA MANGA LONGA VIGILANTE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha poliviscose composta por aproximadamente 33% poliéster e 67% viscose, ou em malha 100% algodão de qualidade equivalente ou superior; Cor grafite; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Punhos com acabamento reforçado; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, na cor preta; Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	43,00	172,00
47	9	UNI	**CAMISETA BRANCA – FARMÁCIA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/PR** Especificações Técnicas: Camiseta unissex; Cor branca; Confeccionada em malha 100% algodão penteado ou malha PV de alta qualidade (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura mínima de 160 g/m²; Gola redonda em ribana com acabamento reforçado; Mangas curtas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado ao uso diário; Acabamento de alta qualidade, sem defeitos de fabricação. Personalização: Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito, por meio de sublimação; Aplicação da identificação FARMÁCIA MUNICIPAL, abaixo do brasão; Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.	PRÓPRIA	55,00	495,00

			Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: P, M, G e GG			
48	6	CONJ.	**CONJUNTO DE JAQUETA E CALÇA EM TACTEL COM ELASTANO** Descrição do Objeto: Características Técnicas do Conjunto: Conjunto composto por 01 (uma) jaqueta e 01 (uma) calça; Confeccionado em tecido tactel com elastano, de alta qualidade, leve, resistente e confortável; Tecido com secagem rápida e boa respirabilidade; Costuras reforçadas em todas as junções e pontos de maior desgaste; Cor: Azul Marinho; Produto novo; Acabamento profissional. Jaqueta: Modelo unissex; Manga longa; Fechamento frontal por zíper reforçado; Gola alta; Punhos com elástico ou acabamento ajustado; Bolsos laterais funcionais; Barra inferior com acabamento reforçado; Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR no lado esquerdo do peito, em bordado, sublimação; Aplicação da identificação FARMÁCIA MUNICIPAL, abaixo do brasão; Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Calça: Modelo unissex; Cintura com elástico e cordão interno para ajuste; Bolsos laterais funcionais; Barra com acabamento reforçado; Modelagem confortável que permita liberdade de movimentos; Costuras reforçadas para maior durabilidade. Personalização: Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR e identificação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme arte previamente aprovada pela contratante; Bordados, estampas ou sublimações deverão apresentar alta resistência ao uso e às lavagens. Exigências Adicionais: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para prova dos tamanhos e aprovação da contratante; Antes da produção definitiva, deverá apresentar amostra física ou arte digital para aprovação da Secretaria Municipal de Saúde; Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: P, M, G e GG.	PRÓPRIA	199,00	1.194,00
53	200	Conjunto	Conjunto Adulto, modelo esportivo, composto por jaqueta e calça, confeccionado em tecido Tactel com Elastano, com gola alta, manga longa, punhos e barra em ribana, e bolsos funcionais. Disponível nos modelos masculino e feminino, mantendo o mesmo padrão visual, acabamento e qualidade. Composição e tecnologia do tecido: 92% poliéster e 08% elastano; Anti pilling (evita formação de bolinhas); Selo de qualidade ISO 9001; Gramatura mínima de 150 g/m²; Tecido sublimado, garantindo durabilidade e fidelidade nas cores; Alta elasticidade e conforto térmico, proporcionando mobilidade e respirabilidade durante o uso. Detalhes visuais – Jaqueta (parte superior): Cor predominante: cinza grafite, com detalhes laterais e nas mangas em azul royal; Modelagem esportiva, com gola alta e fechamento frontal em zíper completo; Punhos e barra em ribana para melhor ajuste ao corpo; Dois bolsos frontais funcionais; Na parte frontal, aplicação do brasão do Município de Catanduvas no lado esquerdo do peito e o símbolo da Secretaria de Esportes de Catanduvas no lado direito; Na parte traseira, aplicação do brasão do Município de Catanduvas na parte superior central, seguido da inscrição em destaque: "CATANDUVAS – GOVERNO MUNICIPAL", em letras azuis, centralizadas; Modelagem anatômica e confortável, disponível em versões masculina e feminina. Detalhes visuais – Calça (parte inferior): Cor predominante: cinza grafite, com faixa lateral azul royal acompanhando toda a extensão da perna; Cintura com elástico e cordão ajustável interno; Punho na barra, garantindo melhor caimento; Bolsos laterais funcionais; Aplicação do brasão do Município de Catanduvas na perna direita e o símbolo da Secretaria de Esportes de Catanduvas na perna esquerda; Modelagem esportiva e anatômica, desenvolvida para conforto e liberdade de movimento. Grade de tamanhos: do PP ao EXGG, contemplando ambos os modelos (masculino e feminino).	PRÓPRIA	199,00	39.800,00
VALOR TOTAL						**42.718,83**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO
PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Meinerz Do Brasil LTDA
ANA CAROLINA MEINERZ
Representante Legal
CPF: 106.xxx.xxx-61

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:364A0CDB

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVA Nº 55/2026.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **MULTIPLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Rua Otto Gomes Martins, sem Nº, bairro Alto Do Campão, na cidade de Sertãozinho, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 48.283.797/0001-08, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Paulo Roberto Garrefa, brasileiro, portador do CPF nº 334.xxx.xxx-98, residente e domiciliado a Rua Otto Gomes Martins, sem Nº, bairro Alto Do Campão, na cidade de Sertãozinho, no Estado de São Paulo, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 21/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 9.523,50 (nove mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	10	UNI	**MACACÃO ANTICHAMAS** – Cor azul marinho, tecido Unisafe Pro FR, composto por88% algodão e 12% poliamida. Estrutura emsarja 3×1e ATPV de 12 cal/cm². Gramatura nominal de7.7 oz/yd² (260 g/m²), com certificaçãoC.A 45.999, que protegetronco, membros superiores e inferiores contra agentes térmicos. Com tarja refletiva na cor cinza, com 50mm de largura, com reflexibilidade mínima 130 candelas/m², com alta resistência a sucessivas lavagens, de 20mm x 200mm, disposta horizontalmente na frente e atrás do antebraço e das pernas na altura da panturrilha e verticalmente nos ombros. Com aplicação do brasão do município em DTF com bordado de contorno, proporcional ao tamanho peça no bolsa do lado esquerdo. Tamanhos: P ao EG.	SILKSERT	952,35	9.523,50
VALOR TOTAL						**9.523,50**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:

a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
a – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
b – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.04.04.122.1050.2.005	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1775
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2738
02.11.10.304.1300.2.037	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2671
02.11.10.305.1300.2.038	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	21013	2739
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	1776
02.20.27.812.1950.2.017	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	000	2607

PARAGRAFO OITAVO – O edital engloba todas as secretarias, e, quando da emissão de nota fiscal, deverá para cada secretaria deverá ser emitida Nota Fiscal separadamente, tanto por material quanto por dotação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A ata terá validade de 12 (doze) meses, após sua assinatura.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ata poderá ser prorrogada por igual período, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega será de 30 dias após o pedido, salvo se outro não constar no termo de referência da secretaria.
PARAGRAFO QUARTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO - Local de entrega: Município de Catanduvas, local (secretaria) que solicitou o SERVIÇO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Oziel de Oliveira**.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado aa Pregoeira/Agente de contratação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 31 de agosto de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Multipla Comércio E Serviços LTDA
PAULO ROBERTO GARREFA
Representante Legal
CPF: 334.xxx.xxx-98

OZIEL DE OLIVEIRA
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIOHANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:C0352606

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DEFESA CIVIL, BEM COMO UNIFORMES E SQUEEZES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AGASALHOS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, E VESTIMENTAS PARA A FANFARRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: BERNARDINO DA LUZ CONFECÇÕES
CNPJ: 13.936.073/0001-31

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20	UNI	**COLETE DEFESA CIVIL** - Composição: 70% Pés. / 30% Algodão. Artigo: Techno Rip Stop – 0480 referências Santista ou similar; Cor: laranja H26 (Ref. Pantone – 161462TP) 3. **Detalhes frente:** a) Acabamento em viés (rip stop) na cor laranja, com abertura em zíper reforçado (na cor laranja); b) Gola com 5,0 cm de largura; c) Fita em velcro áspero fixada acima do bolso superior direito com 11 cm de comprimento e 2,0 cm de largura; d) Acima da fita deverá ser bordada a bandeira do MUNICÍPIO em tamanho que atenda a proporcionalidade relativa às medidas do colete. e) Bolso frontal retangular lado direito, na altura do peito, com aba (o tamanho do bolso deverá atender à proporcionalidade em relação às medidas dos coletes, seguindo os padrões do modelo apresentado), fechamento em velcro, contendo porta canetas com abertura na parte superior para 02 (duas) canetas; f) 01 (um) bolso posicionado também na altura do peito, embutido sob o bolso direito, com abertura na vertical em zíper resistente (na cor laranja); g) A meia altura, logo abaixo da linha da cintura, 02 (dois) outros bolsos com fechamento em zíper resistente (na cor laranja), na posição horizontal, embutidos, ocupando toda a extensão da parte inferior; h) 04 (quatro) bolsos independentes, porém geminados, dois de cada lado, abaixo da linha da cintura, com fechamento em velcro sobre os dois bolsos; i) Emblema da Defesa Civil do Município, bordado, com 7,0 cm de comprimento, localizado acima do bolso superior esquerdo, ocupando toda a extensão do bolso, com 6,5 cm de largura; j) Faixa refletiva com 2,0 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor azul Royal, de 4,0 cm de largura a 6,0 cm abaixo da costura do ombro. **Detalhes costas:** a) Nas costas do colete deverá ser bordado as inscrições "DEFESA CIVIL" em semicírculo, cor azul Royal, em fonte 160 (cento e sessenta) arial Black; b) Dentro do semicírculo deverá ser bordado a inscrição "COMPDEC" em linha reta, cor azul Royal, em fonte 115 (cento e quinze) arial Black; c) Faixa refletiva na parte superior, a 6,0 cm abaixo da costura do ombro, com 2,0 cm de largura, centralizada sobre a faixa, na cor azul Royal, de 4,0 cm de largura; d) Para ajuste, na cintura deverão existir três níveis de regulagens em botões metálicos de pressão. **Tamanho**: P, M, G, GG e EG.	PRÓPRIA	114,00	2.280,00
02	20	UNI	**CALÇA MASCULINA E FEMININA DEFESA CIVIL - Tecido**: na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%); gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%); característica de encolhimento: urdume: 2% +/- 1%, trama: 2% +/- 1%. **Tamanhos:** P ao EG. **CALÇA MASCULINA - Feitio**: Cós postiço entretelado com 4,5cm largura, fechamento através de feche metálico embutido, 7 passantes inseridos na parte inferior do cós, Vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos com abertura oblíqua tipo faca (forro dos bolsos na mesma tonalidade da calça), 2 bolsos laterais (fixados a 35cm abaixo da costura da junção do cós, adequada conforme o tamanho, medindo 18x16cm), com base na altura dos joelhos, com prega macho ao centro, com portinholas proporcionais ao bolso, fechamento através de velcro interno em toda a sua extensão na cor azul marinho e abertura de 3cm na portinhola da perna direita para colocação de caneta (no dianteiro), aplicação de reforço de 30cm de comprimento no mesmo tecido nas pernas dianteiras, posicionados a 20cm medidos a partir da junção do gancho no entrepernas, fixado com costura matelada. Costura X, edredom entre os dois tecidos, reforço em arco no mesmo tecido da calça no traseiro, na região que circunda o gancho nos entrepernas, traseiro com palas, 2 bolsos traseiros chapados com cantos chanfrados com portinholas e fechamento através de velcro interno de uma extremidade à outra. **Costuras:** costuras com máquina de pregar cós para colocação do cós, fechamento das ilhargas em fechadeira 2 agulhas paralelas, fixação das palas e gancho traseiro em fechadeira, fechamento do entrepernas em interlock bitola mínima 10mm, máquina reta 2 agulhas paralelas para o pesponto da vista e gancho traseiro, fixação dos bolsos, zíper, laterais e traseiros, máquina reta 1 agulha para bainhas dos bolsos e matelassê, travetes nas extremidades dos bolsos, final da vista, fixação dos passantes e na junção dos ganchos por sobre a costura de segurança do interlock, overlock nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overlock. **Aviamentos:** linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 80 (oitenta), nas operações de fechamento, fixação e pespontos, linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 120 (cento e vinte) no overlock e demais operações, as cores das linhas e cadarços dos zíperes e velcro deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido, o gancho do fechamento do cós deverá ser metálico inoxidável, zíper de poliéster ou poliamida. **Condições Técnicas:** Ser confeccionada em tecido RIP STOP, 33% Poliéster – 67% Algodão na cor azul Marinho, apresentando qualidade específica de não amarrotamento, estabilidade e resistência, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao bom aspecto visual e da confecção. **CALÇA FEMININA - Feitio:** Cós postiço entretelado com 4,5cm largura, fechamento através de feche metálico embutido, 7 passantes inseridos na parte inferior do cós, vista embutida com zíper, 2 bolsos frontais embutidos	PRÓPRIA	119,00	2.380,00

			com abertura oblíqua tipo faca (forro dos bolsos na mesma tonalidade da calça), 2 bolsos laterais (fixados a 35cm abaixo da costura da junção do cós, adequada conforme o tamanho, medindo 18x16cm), na altura dos joelhos, com prega macho ao centro, com portinholas proporcionais ao bolso, fechamento através de velcro interno (em toda extensão) na cor bege e abertura de 3cm na portinhola da perna direita para colocação de caneta (no dianteiro), aplicação de reforço de 30cm de comprimento no mesmo tecido nas pernas dianteiras, posicionados a 20cm medidos a partir da junção do gancho no entrepernas, fixado com costura matelada, costura X, endredon entre os dois tecidos, reforço em arco no mesmo tecido da calça no traseiro, na região que circunda o gancho no entrepernas e traseiro com palas. **Costuras:** costuras com máquina de pregar cós para colocação do cós, fechamento das ilhargas em fechadeira 2 agulhas paralelas, fixação das palas e gancho traseiro em fechadeira, fechamento do entrepernas em interlock bitola mínima 10mm, máquina reta 2 agulhas paralelas para o pesponto da vista e gancho traseiro, fixação dos bolsos, zíper, laterais e traseiros, máquina reta 1 agulha para bainhas dos bolsos e matelassê, travetes nas extremidades dos bolsos, final da vista, fixação dos passantes e na junção dos ganchos por sobre a costura de segurança do interlock, overlock nas partes desfiantes do tecido, pontos por cm: 3,5 a 4,0 em todas as costuras e overlock. **Aviamentos:** linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 80 (oitenta), nas operações de fechamento, fixação e pespontos, linha pes/algodão ou 100% poliéster nº 120 (cento e vinte) no overlock e demais operações, as cores das linhas e cadarços dos zíperes e velcro deverão estar de acordo com a tonalidade do tecido, o gancho do fechamento do cós deverá ser metálico inoxidável e Zíper de poliéster ou poliamida.			
03	20	UNI	**JAQUETA DEFESA CIVIL: Tecido**: na cor azul marinho, armação Rip Stop, composição 67% algodão e 33% poliéster (+/- 5%); gramatura de 258 g/m2 (+/- 5%); característica de encolhimento: urdume: 2% +/- 1%, trama: 2% +/- 1%. **Tamanhos:** P ao EG. **Feitio:** confeccionada em tecido com trama rip stop cor azul marinho, forrada com matelassê na cor do tecido. Abertura frontal com fechamento por zíper máster fino destacável, medindo 70cm aproximadamente, com cobertura de zíper medindo 65mm preso por dois botões de pressão; com dois bolsos chapados, na parte frontal inferior no sentido horizontal, com portinholas fechadas por velcro medindo 25mm x 80mm; dois bolsos na parte interna do forro; gola esporte; mangas compridas com punhos medindo 6cm de largura, abotoados por meio de botão de nylon; barra com elástico roliço preto com estrangulador para regulagem; aplicação da **Bandeira do Estado do Paraná**, no braço direito, em tecido, na cor original, a uma distância de 40mm abaixo da costura que divide o ombro do braço; aplicação da **Bandeira do Município**, no braço esquerdo, em tecido, na cor original, a uma distância de 40mm abaixo da costura que divide o ombro do braço; a 200mm da costura do ombro no lado direito do peito aplicar fita de velcro com 25mm de largura e 120mm de comprimento para sobrepor a tarja de identificação. Deverá conter ainda tarja refletiva na cor cinza, com 50mm de largura, com reflexibilidade mínima 130 candelas/m², com alta resistência a sucessivas lavagens, de 20mm x 200mm, disposta horizontalmente e centralizada na frente e nas costas entre o quadril e o tórax, no lado esquerdo do peito a 150mm da costura no ombro será aplicado a **logo marca da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil**, com dimensões de 6,5cm x 7cm. Aviamentos: a) Linha: poliéster/algodão nº 80, na cor do tecido; b) Entretelas 67% poliéster 33% algodão; Condições Técnicas: a) Ser confeccionada em tecido RIP STOP, 70% Poliéster – 30% Algodão Penteado na cor azul Marinho, modelo Corpo de Bombeiros, apresentando qualidade específica de não amarrotamento, estabilidade e resistência, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao bom aspecto visual e da confecção;	PRÓPRIA	217,00	4.340,00
05	20	UNI	**COLETE PARA OS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Confeccionado em tecido Nylon Rip Stop, com acabamento repelente à água; Urdume formado por seis fios, sendo dois riscos e três fios de poliéster 100%; Título do fio: 75 Denier no urdume e 75 Denier x 3 na trama; Cor Azul Egípcio; Modelo unissex; Sem mangas; Decote em "V"; Fechamento frontal por zíper dentado reforçado na mesma cor do tecido; Três bolsos frontais, sendo: 01 bolso superior; 02 bolsos inferiores; Todos os bolsos com fechamento em zíper; Faixa refletiva prata aplicada na altura do peito; Faixa refletiva prata circundando todo o tronco; Costuras reforçadas. Personalização: A inscrição deverá possuir excelente legibilidade, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada. Lado superior esquerdo: aplicação da logomarca APSUS, em bordado de alta definição. Lado superior direito: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado de alta definição. Costas: Na parte superior das costas do colete, deverá ser aplicado **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)**, centralizado horizontalmente, contendo a inscrição: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Abaixo da inscrição em meia-lua, centralizado e em linha reta, deverá constar o texto: **CATANDUVAS/PR** O bordado deverá ser confeccionado com linha de primeira qualidade, resistente ao uso e às lavagens, mantendo alinhamento, uniformidade e proporção em relação às dimensões do colete. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	110,00	2.200,00
06	07	UNI	**COLETE PARA OS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Confeccionado em tecido Nylon Rip Stop, com acabamento repelente à água; Urdume formado por seis fios, sendo dois riscos e três fios de poliéster 100%; Título do fio: 75 Denier no urdume e 75 Denier x 3 na trama; Cor Verde Musgo; Modelo unissex; Sem mangas; Decote em formato "V"; Fechamento frontal por zíper dentado reforçado, na mesma cor do tecido; Três bolsos frontais, sendo: 01 (um) bolso superior; 02 (dois) bolsos inferiores; Todos os bolsos deverão possuir fechamento em zíper; Faixa refletiva prata aplicada na altura do peito; Faixa refletiva prata circundando todo o tronco; Costuras reforçadas, garantindo maior resistência e durabilidade para atividades externas. Personalização: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado de alta definição. Lado superior direito: aplicação da logomarca do PROVIGIA, em bordado de alta definição. Costas: Na parte superior das costas do colete, deverá ser aplicado **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)**, centralizado horizontalmente, contendo a inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS/PR A inscrição deverá possuir excelente legibilidade, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	193,00	1.351,00
31	30	UNI	**CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA CURTA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camisa social masculina; Manga curta; Confeccionada em tecido profissional composto por, no mínimo, 67% poliéster e 33% algodão, ou composição equivalente de qualidade superior; Tecido resistente, confortável, de fácil manutenção e com baixa necessidade de passadoria;	PRÓPRIA	84,90	2.547,00

			Cor azul-marinho; Modelagem tradicional; Gola social estruturada; Fechamento frontal por botões resistentes, na cor compatível com o tecido; Manga curta com acabamento reforçado; Barra arredondada; Costuras reforçadas em todas as junções e pontos de maior esforço; Bolso frontal superior esquerdo; Produto novo, de primeiro uso e com acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR bordado no bolso frontal esquerdo; Abaixo do brasão, aplicação da identificação institucional bordada: MOTORISTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e alta resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **Antes da confecção definitiva, deverá apresentar amostra física e arte digital para aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.** **Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.** Tamanhos: PP, P, M, G, GG e XG (EG).			
42	30	UNI	**JALECO FEMININO PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, MÉDICOS, FISIOTERAPEUTAS, DENTISTAS.** Tecido: gabardine Cor: Branca Modelo cinturado; Manga longa; Punho de ribana com detalhe na cor branca. Gola: Blazer Abotoamento: botão de massa com 4 furos na cor do tecido. Bolso: dois bolsos frontais na altura da cintura com detalhes no acabamento da barra Costas: com pregas até a altura do Quadril Logomarcas aplicadas em bordado de 1ª qualidade, dentro dos padrões e normas do município. Parte frontal: lado esquerdo nome do funcionário e cargo com brasão profissão. Manga direita: Brasão do município: tamanho mínimo 8X8 cm Manga esquerda: logomarca padrão do SUS; Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (sob medida e deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	71,99	2.1559,70
43	15	UNI	**JALECO MASCULINO – MEDICOS, ODONTOLOGIA, FISIOTERAPEUTA E ENFERMEIROS** Tecido gabardine Cor: Branca Manga longa Punho de ribana com detalhe na cor branca, Gola modelo padre, 02 bolsos Inferiores chapados 01 bolso superior, Abertura frontal com fechamento em botões; Logomarcas aplicadas em bordado de 1ª qualidade, dentro dos padrões e normas do município. Parte frontal: lado esquerdo nome do funcionário e cargo com brasão profissão. Manga direita: Brasão do município: tamanho mínimo 8X8 cm Manga esquerda: logomarca padrão do SUS; Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (sob medida e deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	74,00	1.110,00
VALOR TOTAL						**18.367,70**

EMPRESA: MULTIPLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 48.283.797/0001-08

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	10	UNI	**MACACÃO ANTICHAMAS** – Cor azul marinho, tecido Unisafe Pro FR, composto por88% algodão e 12% poliamida. Estrutura emsarja 3×1e ATPV de 12 cal/cm². Gramatura nominal de7.7 oz/yd² (260 g/m²), com certificaçãoC.A 45.999, que protegetronco, membros superiores e inferiores contra agentes térmicos. Com tarja refletiva na cor cinza, com 50mm de largura, com reflexibilidade mínima 130 candelas/m², com alta resistência a sucessivas lavagens, de 20mm x 200mm, disposta horizontalmente na frente e atrás do antebraço e das pernas na altura da panturrilha e verticalmente nos ombros. Com aplicação do brasão do município em DTF com bordado de contorno, proporcional ao tamanho peça no bolsa do lado esquerdo. Tamanhos: P ao EG.	SILKSERT	952,35	9.523,50
VALOR TOTAL						**9.523,50**

EMPRESA: BLK CONFECÇÕES & VARIEDADES LTDA
CNPJ: 37.111.015/0001-37

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	20	UNI	**MOCHILA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor predominante: Azul Caribe; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Acabamento com viés de gorgorão; Utilização de cadarços e fitas de polipropileno de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de esforço. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm; Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Sistema de Fechamento Aba de fechamento formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas da aba: 64 cm de altura x 39 cm de largura; Fechamento através de fita de polipropileno de 25 mm de largura; Regulagem por regulador duplo resistente. Personalização: Frente da Mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Aplicação da identificação do cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE em bordado na cor branca; Acabamento: Bordados com excelente definição e resistência às lavagens e ao uso contínuo, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada.;	PRÓPRIA	163,60	3.272,00

			Produto novo, sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Zíperes, reguladores e fitas resistentes ao uso diário em atividades externas. Exigências Complementares: A material e a arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
08	07	UNI	**MOCHILA PARA AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS COM KIT COMPLETO** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor predominante: Verde musgo; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Acabamento com viés de gorgorão; Utilização de cadarços e fitas de polipropileno de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de esforço. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm; Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Sistema de Fechamento: Aba de fechamento formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas da aba: 64 cm de altura x 39 cm de largura; Fechamento através de fita de polipropileno de 25 mm de largura; Regulagem por regulador duplo resistente. Personalização: Frente da Mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Aplicação da identificação do cargo AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS em bordado na cor branca; Acabamento: Bordados com excelente definição e resistência às lavagens e ao uso contínuo, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do colete e centralizada.; Produto novo, sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Zíperes, reguladores e fitas resistentes ao uso diário em atividades externas. KIT AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: 01 - Bandeira amarela (ou laranja) tamanho 25 x 35 cm c/ cabo de madeira de 32cm; 01 - Bacia plástica tamanho 15 cm diâmetro x 4 cm altura 500 ml; 01 - Espelho pequeno de bolso c/ moldura em plástico; 01 - Lápis de Cera tipo estaca (azul ou preto); 01 - Lanterna de plástico, tamanho grande; 01 - Lixa nº 60; 02 - Pesca larvas, confeccionado em arame coberto com plástico, com cabo de 28 cm, e puçá no seguinte tamanho 10,5 cm x 9 cm largura x 10 cm fundo (nylon branco); 01 - Colher Inox 5g; 01 - Colher Inox 20g; 01 - Kit de cubagem composto por um peso de chumbo e 10 m de corda de polipropileno, para medir capacidade volumétrica de depósitos com água; 01 - Pícola (picadeira p/ concreto) nos seguintes tamanhos: cabo c/ 21cm e ponta c/ 13cm; 01 - Fita métrica c/ 1,5 metros; 01 - Algodão hidrófilo pacote c/ 50 g; 02 - Pipetas de plástico tipo conta gotas 3 ml; 01 - Prancheta Eucatex tamanho Ofício com pregador; 10 - Tubos de ensaio para coleta de larvas, transparente, medindo 12mm de diâmetro externo, 75mm de comprimento com tampa. Para acondicionar formas imaturas de mosquito(larvas) e remessas para exame laboratorial no programa de erradicação de Aedes Aegypti. Exigências Complementares: A material e a arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	159,59	1.117,13
9	20	UNI	**CHAPÉU DE PESCADOR– ACS** Especificações Técnicas: Chapéu de sol modelo pescador; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Caribe; Aba ampla para proteção contra exposição solar; Possuir cordão regulador para ajuste e fixação; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade, resistente ao uso contínuo em atividades externas; Produto novo e sem defeitos de fabricação. Personalização: A personalização deverá ser executada exclusivamente na parte frontal do chapéu, **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)** AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, sem avançar para as laterais, garantindo total visibilidade da identificação institucional, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do chapéu e centralizada. **Aplicação em bordado de alta definição ao centro, contendo:** Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas/PR Acabamento: Bordados resistentes ao desgaste, exposição solar e lavagens; Excelente definição das cores e detalhes dos logotipos; Costuras uniformes e reforçadas; Cordão regulador resistente e devidamente fixado. Exigências Complementares: A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	54,45	1.089,00
10	7	UNI	**CHAPÉU DE PESCADOR– ACE** Especificações Técnicas: Chapéu de sol modelo pescador; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor: verde musgo; Aba ampla para proteção contra exposição solar; Possuir cordão regulador para ajuste e fixação; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade, resistente ao uso contínuo em atividades externas;	PRÓPRIA	53,80	376,60

			Produto novo e sem defeitos de fabricação. Personalização: A personalização deverá ser executada exclusivamente na parte frontal do chapéu, **bordado em formato de meia-lua (arco semicircular)** AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, sem avançar para as laterais, garantindo total visibilidade da identificação institucional, com letras em fonte semelhante à Gotham Black, proporcional ao tamanho do chapéu e centralizada. **Aplicação em bordado de alta definição ao centro, contendo:** Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas/PR Acabamento: Bordados resistentes ao desgaste, exposição solar e lavagens; Excelente definição das cores e detalhes dos logotipos; Costuras uniformes e reforçadas; Cordão regulador resistente e devidamente fixado. Exigências Complementares: A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
11	7	UNI	**BONÉ MODELO PESCADOR PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Boné modelo pescador; Aba larga e arredondada, proporcionando proteção contra exposição solar; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Caribe; Soleira confeccionada no mesmo tecido do boné; Tamanho adulto; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Personalização: A personalização deverá ser aplicada na parte frontal do boné, por meio de bordado de alta definição, contendo: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, definição e resistência às lavagens e à exposição solar. Acabamento: Produto novo e sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Bordados com alta durabilidade; Tecido resistente e confortável para uso diário. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	42,00	294,00
12	7	UNI	**BONÉ MODELO PESCADOR PARA AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas Boné modelo australiano; Aba larga e arredondada, proporcionando proteção contra exposição solar; Confeccionado em tecido brim 100% algodão; Cor: Verde Musgo; Soleira confeccionada no mesmo tecido do boné; Tamanho adulto; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Personalização: A personalização deverá ser aplicada na parte frontal do boné, por meio de bordado de alta definição, contendo: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, definição e resistência às lavagens e à exposição solar. Acabamento: Produto novo e sem defeitos de fabricação; Costuras uniformes e reforçadas; Bordados com alta durabilidade; Tecido resistente e confortável para uso diário. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	42,00	294,00
13	27	PAR	**COTURNO PARA ACS** Especificações Técnicas: Coturno de segurança, modelo tático; Confeccionado em couro emborrachado de alta resistência; Cor preta ou marrom, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Cano com altura aproximada de 17 cm; Palmilha anti-perfurante, proporcionando proteção contra objetos perfurantes; Solado em borracha antiderrapante, resistente à abrasão e com excelente aderência em superfícies secas e molhadas; Forro interno em lona resistente e confortável; Sistema de fechamento por cadarço; Costuras reforçadas; Material resistente à umidade e ao desgaste decorrente do uso contínuo; Produto novo, sem uso e sem defeitos de fabricação. Características de Segurança e Conforto: Solado com propriedades antiderrapantes; Palmilha anatômica removível; Absorção de impacto na região do calcanhar; Boa ventilação interna; Conforto adequado para uso prolongado durante a jornada de trabalho. Tamanho: do 34 ao 44	PRÓPRIA	163,65	4.418,55
14	20	UNI	**CAPA DE CHUVA** Especificações Técnicas: Vestimenta de segurança tipo capa de chuva; Confeccionada em tela de poliéster revestida em PVC; Impermeável; Cor: Branco; Capuz com cordão sintético para ajuste; Mangas longas com elástico nos punhos; Fechamento frontal por zíper reforçado e sobreposição com velcro; Pala de ventilação frontal e traseira para maior conforto térmico; Costuras seladas por solda eletrônica; Aplicação de faixas refletivas na cor prata ao redor do tronco, proporcionando maior visibilidade e segurança; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Proteção: Equipamento aprovado para proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e exposição à chuva. Personalização: Todos os logotipos e inscrições deverão ser aplicados por meio de sublimação ou outro processo equivalente	PRÓPRIA	50,90	1.018,00

			aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente (lado superior direito): Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, medindo aproximadamente 8 cm de altura. Costas: Aplicação **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Tamanhos: P/ M/ G/ GG, EGG.			
15	7	UNI	CAPA DE CHUVA Especificações Técnicas: Vestimenta de segurança tipo capa de chuva; Cor: Branco; Confeccionada em tela de poliéster revestida em PVC; Impermeável; Capuz com cordão sintético para ajuste; Mangas longas com elástico nos punhos; Fechamento frontal por zíper reforçado e sobreposição com velcro; Pala de ventilação frontal e traseira para maior conforto térmico; Costuras seladas por solda eletrônica; Aplicação de faixas refletivas na cor prata ao redor do tronco, proporcionando maior visibilidade e segurança; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Proteção: Equipamento aprovado para proteção do crânio, pescoço, tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e exposição à chuva. Personalização: Todos os logotipos e inscrições deverão ser aplicados por meio de sublimação ou outro processo equivalente aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente (lado superior direito): Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, medindo aproximadamente 8 cm de altura. Abaixo Secretaria Municipal de Saúde Costas: Aplicação **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS CATANDUVAS-PR Tamanhos: P/ M/ G/ GG, EGG.	PRÓPRIA	48,70	340,90
28	03	UNI	**MOCHILA PARA VIGILANCIA SANITARIA** Especificações Técnicas: Mochila confeccionada em tecido Nylon Rip Stop de alta resistência; Cor: verde musgo; Totalmente forrada internamente; Possuir alça de mão reforçada; Possuir alças de ombro acolchoadas e ajustáveis; Fechamento principal por zíper de correr de alta resistência; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Produto resistente ao uso contínuo em atividades externas. Dimensões: Corpo principal da mochila: Altura: 39 cm; Largura: 31 cm; Profundidade: 37 cm. Bolsos laterais (02 unidades): Altura: 14 cm; Largura: 08 cm; Profundidade: 02 cm. Bolso frontal: Altura: 17 cm; Largura: 24 cm; Profundidade: 04 cm. Aba Superior: Formada por prolongamento da parte superior da mochila; Medidas aproximadas: 64 cm de altura x 39 cm de largura. Personalização: A personalização deverá ser executada por meio de bordado de alta definição, na cor branca. Frente da mochila: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Aplicação da identificação institucional: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e alta resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final dos logotipos e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. A empresa vencedora deverá apresentar amostra física para aprovação antes da produção definitiva. Produto novo, sem defeitos de fabricação, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	161,00	483,00
36	2	UNI	**COLETE VIGILANTE** Especificações Técnicas: Colete modelo unissex; Confeccionado em tecido resistente de alta durabilidade; Cor grafite; Decote em "V" com acabamento reforçado de aproximadamente 2 cm de largura; Fechamento frontal central através de zíper reforçado na mesma cor do tecido; Possuir bolsos frontais com lapela; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade; Produto adequado para uso diário e atividades externas. Faixa Refletiva: Aplicação de faixa refletiva na cor prata ao redor da cintura; Material refletivo de alta visibilidade e resistência ao desgaste. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, utilizando fonte padrão semelhante à Gotham Black. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário) O material refletivo deverá possuir alta visibilidade em ambientes com baixa luminosidade e resistência ao desgaste e às lavagens. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	93,50	187,00

37	4	PAR	**BOTINA – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Botina de segurança ocupacional; Confeccionada em couro legítimo ou material sintético de alta resistência; Cor preta; Cano baixo; Fechamento em elástico lateral ou sistema equivalente; Solado em poliuretano (PU) bidensidade ou borracha antiderrapante; Solado resistente à abrasão e ao desgaste; Palmilha anatômica e removível; Forração interna confortável e respirável; Costuras reforçadas; Produto novo, sem defeitos de fabricação. Tamanhos: Numerações do 34 ao 44. As quantidades por numeração serão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde no momento da emissão da Autorização de Fornecimento. Exigências Complementares: Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. A empresa vencedora deverá disponibilizar amostras ou tabela de medidas para conferência dos tamanhos.	PRÓPRIA	162,79	651,16
38	4	UNI	**BONÉ – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Boné modelo tradicional; Confeccionado em brim 100% algodão ou tecido equivalente de alta resistência; Cor grafite escuro; Aba frontal reforçada; Regulagem traseira ajustável; Costuras reforçadas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Inscrição VIGILANTE abaixo do brasão. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Produto novo, sem defeitos de fabricação. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	64,69	258,76
46	3	UNI	Capacete com aba frontal ou total carneira de ajuste confortável, cor verde	PRÓPRIA	71,09	213,27
49	30	UNI	**SAPATO PARA SERVIÇO DE APOIO** Características Gerais: Sapato ocupacional confeccionado integralmente em EVA (Etil Vinil Acetato) de alta qualidade; Material leve, flexível, resistente e de alta durabilidade; Design anatômico que proporcione conforto para uso prolongado; Cor predominante preta ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto impermeável e resistente à umidade; Fácil higienização, podendo ser lavado com água e sabão neutro; Secagem rápida. Cor: branco Segurança: Solado antiderrapante certificado, proporcionando aderência e estabilidade em superfícies lisas, molhadas ou escorregadias; Atender às normas técnicas aplicáveis de segurança para calçados ocupacionais; Possuir superfície de contato que minimize riscos de escorregamentos e quedas. Proteção: Modelo totalmente fechado na parte frontal e no calcanhar; Proteção contra respingos de líquidos e contato com resíduos; Estrutura que favoreça a assepsia e o controle sanitário dos ambientes de trabalho. Tamanhos: Os calçados deverão ser fornecidos nos tamanhos compreendidos entre os números 33 e 46, conforme demanda da Administração.	PRÓPRIA	55,29	1.658,70
50	20	un	Flâmula em Veludo Azul marinho com Franja Dourada Tecido Veludo Premium Impressão Digital em Tecido Franja Dourada 3cm Dimensões 64cm x 45cm	PRÓPRIA	120,00	2.400,00
51	80	un	**UNIFORME PARA FANFARRA – CONJUNTO (TÚNICA E CALÇA)** Confecção sob medida – do infantil ao adulto Conjunto de uniforme para fanfarra, composto por túnica (jaqueta) e calça, confeccionado em tecido Oxford 100% poliéster. Túnica: cor azul marinho, com detalhes nas cores vermelho e branco, filetes dourados, fechamento frontal por botões e ombreiros. Calça: cor azul marinho, com faixas laterais na cor branca, filetes dourados, cós com elástico duplo e cordão para ajuste.	PRÓPRIA	284,99	22.799,20
52	50	un	Quepe, modelo militar, tecido gabardine, cor azul marinho, bordado brasão do município, aba 6,0 cm, em acrílico, filete dourado na aba, tamanhos P, M, G e GG.	PRÓPRIA	159,30	7.965,00
VALOR TOTAL						**48.836,27**

EMPRESA: AZO PRODUTOS LTDA
CNPJ: 41.591.664/0001-50

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	40	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Confeccionada em tecido poliviscose, composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor: Azul Caribe; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Personalização A personalização poderá ser realizada por meio sublimação ou processo equivalente de alta durabilidade, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga direita: aplicação da logomarca APSUS Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).	PRÓPRIA	28,00	1.120,00

17	14	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA OS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Confeccionada em tecido poliviscose, composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Personalização A personalização poderá ser realizada por meio sublimação ou processo equivalente de alta durabilidade, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga direita: aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).	PRÓPRIA	35,00	490,00
18	20	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA- ACS** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor: Azul porcelana; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário e atividades externas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com tamanho mínimo de 5 cm; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Manga Direita: Aplicação da logomarca APSUS Paraná. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, excelente definição e acabamento adequado para uso institucional. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	32,00	640,00
19	7	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA- ACE** Especificações Técnicas Camiseta modelo unissex; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário e atividades externas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade. Manga Direita: Aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, excelente definição e acabamento adequado para uso institucional. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	40,00	280,00
23	12	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AS AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor verde musgo; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	110,00	1.320,00
24	10	UNI	**CALÇA MASCULINA PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAUDE** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo masculino; Confeccionada em tecido brim 100% algodão; Cor Azul Oxford;	PRÓPRIA	120,00	1.200,00

			Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).			
25	02	UNI	**CALÇA MASCULINA PARA OS AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo masculino; Confeccionada em tecido brim 100% algodão; Cor verde musgo; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário).	PRÓPRIA	125,00	250,00
29	30	UNI	**CAMISA POLO PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camisa polo modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor azul-marinho; Gola polo com acabamento em ribana: Manga curta; Punhos das mangas com acabamento em ribana na cor azul; Bolso frontal superior esquerdo; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser aplicadas por meio de sublimação de alta definição, mantendo fidelidade às cores e aos padrões institucionais do Município. Frente: Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Abaixo escrito Secretaria Municipal de Saúde Lado superior direito, inscrição: MOTORISTA Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **A arte final das logomarcas e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As estampas deverão apresentar alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.** **Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.** Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	50,00	1.500,00
30	30	UNI	**CAMISETA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor branca; Gola redonda em ribana; Manga curta; Acabamento das mangas em ribana na cor azul; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição MOTORISTA, na cor azul-turquesa; Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: **A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens.** **A arte final das logomarcas e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR.** **As estampas deverão apresentar alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes.** **As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades.**	PRÓPRIA	35,00	1.050,00

			Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
32	30	UNI	**CAMISETA MANGA LONGA PARA MOTORISTA** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha piquet ou malha 100% algodão de alta qualidade; Cor azul-marinho; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Punhos das mangas com acabamento em ribana no mesmo tom do tecido; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição MOTORISTA, na cor branca; Lado superior esquerdo: bolso com aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	40,00	1.200,00
35	4	UNI	**CALÇA – VIGILANTE** Especificações Técnicas: Calça modelo unissex; Confeccionada em tecido brim 100% algodão de alta resistência; Cor grafite escuro; Fechamento com elástico na cintura; Modelagem confortável para uso diário; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente ao desgaste e adequado para atividades de vigilância e segurança; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado ou sublimação, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Saúde. Aplicação: Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Identificação funcional VIGILANTE, conforme layout institucional aprovado. Faixa Refletiva: Aplicação de faixa refletiva na cor prata ao redor das panturrilhas de ambas as pernas; O material refletivo deverá possuir alta visibilidade em ambientes com baixa luminosidade e resistência ao desgaste e às lavagens. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	133,00	532,00
44	150	UNI	**JAQUETA EM TACTEL COM ELASTANO** Especificações Técnicas: Jaqueta modelo unissex; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor azul Oxford; Gola alta; Fechamento frontal através de zíper reforçado de alta resistência; Sem capuz; Dois bolsos frontais com fechamento por zíper; Punhos com acabamento em elástico ou ribana; Barra inferior com acabamento reforçado; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito; Identificação do setor ou cargo no lado superior direito, conforme necessidade da Secretaria. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	100,00	15.000,00
VALOR TOTAL						**24.582,00**

EMPRESA: BRUTEXTIL LTDA
CNPJ: 47.032.374/000152

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	20	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV PARA AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE**. Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Manga longa; Gola redonda; Confeccionada em tecido de poliamida com proteção solar FPS/FPU 50+; Cor Azul Porcelana; Tecido leve, confortável, respirável e de secagem rápida; Proteção contra raios ultravioleta (UV) com fator mínimo FPU 50+; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade; Modelagem adequada para uso profissional em atividades externas. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga Direita: Aplicação da logomarca APSUS Paraná. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição centralizada da inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	64,99	1.299,80
22	36	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE**	PRÓPRIA	60,29	2.170,44

			Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tecido tactel com elastano; Cor Azul Oxford; Fechamento frontal por zíper; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
39	150	UNI	**CAMISA GOLA POLO** Especificações Técnicas: Camisa polo modelo unissex; Confeccionada em tecido Malha PV antipilling; Composição mínima: 65% poliéster e 35% viscose; Cor branca; Gola tipo polo na cor azul egípcio; Mangas curtas; Acabamento de alta qualidade; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Tratamento antipilling, reduzindo a formação de bolinhas no tecido. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, com altura mínima de 5 cm, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Os bordados deverão apresentar fidelidade às cores institucionais, excelente definição e resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo. Abaixo Secretaria Municipal de Saúde. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	36,49	5.473,50
40	45	UNI	**CAMISETA PARA SERVIÇO DE APOIO** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em tecido poliviscose composto por aproximadamente 67% poliéster e 33% viscose; Cor cinza claro; Gola careca (redonda) em ribana; Mangas curtas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de sublimação de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm; Lado superior direito: inscrição: SERVIÇO DE APOIO Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	27,99	1.259,55
41	30	UNI	**CALÇA MODELO FEMININO PARA AGENTE DE APOIO** Especificações Técnicas: Calça comprida modelo feminino; Confeccionada em tactel com elastano Cor grafite escuro; Cós com elástico na parte traseira para melhor ajuste e conforto; Bolsos frontais modelo faca; Dois bolsos traseiros, sendo um do lado direito e um do lado esquerdo; Um bolso lateral na perna direita; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável, de secagem rápida e adequado para uso contínuo em atividades externas; Acabamento de alta qualidade. Personalização: Bolso lateral da perna direita: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR em bordado de alta definição; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Os bordados deverão apresentar excelente acabamento, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e	PRÓPRIA	82,99	2.489,70

			acabamento. A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, falhas de costura, manchas ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)			
45	150	UNI	**BLUSA DE MOLETON** Especificações Técnicas: Blusa moletom fechado, modelo unissex; Confeccionada em tecido 60% algodão + 40% poliéster; Bolso frente tipo canguru; Cor azul Oxford; Gola alta; Sem capuz; Punhos com acabamento em elástico ou ribana; Barra inferior com acabamento reforçado; Costuras reforçadas em todos os pontos de maior esforço; Tecido resistente, confortável e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito; Identificação do setor ou cargo no lado superior direito, conforme necessidade da Secretaria. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	67,99	10.198,50
VALOR TOTAL						**22.891,49**

EMPRESA: MEINERZ DO BRASIL LTDA
CNPJ: 49.128.590/0001-21

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	7	UNI	**CAMISETA UNISSEX MANGA LONGA COM PROTEÇÃO UV PARA AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Manga longa; Gola redonda; Confeccionada em tecido de poliamida com proteção solar FPS/FPU 50+; Cor cinza claro; Tecido leve, confortável, respirável e de secagem rápida; Proteção contra raios ultravioleta (UV) com fator mínimo FPU 50+; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Acabamento de alta qualidade; Modelagem adequada para uso profissional em atividades externas. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição. Frente: Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR na altura do peito, lado esquerdo; Abaixo do brasão, inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Manga Direita: Aplicação da logomarca PROVIGIA Paraná. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS CATANDUVAS-PR As inscrições deverão utilizar fonte padrão semelhante à Gotham Black, mantendo excelente legibilidade e acabamento. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	72,00	504,00
26	20	UNI	**SQUEEZE PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** Especificações Técnicas: Garrafa tipo squeeze; Capacidade mínima de 750 ml; Confeccionada em material resistente, atóxico e livre de BPA (Bisfenol A); Corpo rígido; Tampa rosqueável com vedação eficiente; Bico dosador ou sistema de abertura prática para consumo de líquidos; Material resistente a impactos e ao uso contínuo; Fácil higienização; Cor predominante: azul ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto novo e de primeiro uso. Personalização: A personalização deverá ser aplicada por meio de serigrafia, tampografia, impressão UV ou processo equivalente de alta durabilidade. Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas-PR Inscrição: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE As logomarcas e inscrições deverão apresentar excelente definição, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os produtos deverão ser entregues sem defeitos de fabricação, rachaduras, deformações ou falhas de impressão. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.	PRÓPRIA	14,09	281,80
27	7	UNI	**SQUEEZE PARA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** Especificações Técnicas: Garrafa tipo squeeze; Capacidade mínima de 750 ml; Confeccionada em material resistente, atóxico e livre de BPA (Bisfenol A); Corpo rígido; Tampa rosqueável com vedação eficiente; Bico dosador ou sistema de abertura prática para consumo de líquidos; Material resistente a impactos e ao uso contínuo; Fácil higienização; Cor predominante: azul ou branca, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde; Produto novo e de primeiro uso. Personalização: A personalização deverá ser aplicada por meio de serigrafia, tampografia, impressão UV ou processo equivalente de alta durabilidade.	PRÓPRIA	14,29	100,03

			Aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR; Abaixo do brasão: Catanduvas-PR Inscrição: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS As logomarcas e inscrições deverão apresentar excelente definição, fidelidade às cores institucionais e resistência ao desgaste e às lavagens. Exigências Complementares: A arte final deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os produtos deverão ser entregues sem defeitos de fabricação, rachaduras, deformações ou falhas de impressão. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação.			
33	4	UNI	**CAMISETA MANGA CURTA PARA VIGILANTE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha poliviscose composta por aproximadamente 33% poliéster e 67% viscose, ou em malha 100% algodão de qualidade equivalente ou superior; Cor grafite; Gola redonda em ribana; Mangas curtas; Aplicação de faixa sinalizadora/refletiva nas mangas ou na região dos ombros, conforme layout aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, na cor azul; Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	43,00	172,00
34	4	UNI	**CAMISETA MANGA LONGA VIGILANTE** Especificações Técnicas: Camiseta modelo unissex; Confeccionada em malha poliviscose composta por aproximadamente 33% poliéster e 67% viscose, ou em malha 100% algodão de qualidade equivalente ou superior; Cor grafite; Gola redonda em ribana; Mangas longas; Punhos com acabamento reforçado; Costuras reforçadas; Tecido confortável, resistente e adequado para uso diário; Acabamento de alta qualidade. Personalização: As personalizações deverão ser executadas por meio de bordado de alta definição, observando os padrões e normas institucionais do Município. Frente: Lado superior direito: inscrição VIGILANTE, na cor preta; Lado superior esquerdo: aplicação do Brasão Oficial do Município de Catanduvas/PR, em bordado, com dimensões mínimas de 8 cm x 8 cm. Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EG (deve enviar mostruário)	PRÓPRIA	43,00	172,00
47	9	UNI	**CAMISETA BRANCA – FARMÁCIA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/PR** Especificações Técnicas: Camiseta unissex; Cor branca; Confeccionada em malha 100% algodão penteado ou malha PV de alta qualidade (67% poliéster e 33% viscose), com gramatura mínima de 160 g/m²; Gola redonda em ribana com acabamento reforçado; Mangas curtas; Costuras reforçadas nos ombros, mangas e laterais; Tecido confortável, resistente e adequado ao uso diário; Acabamento de alta qualidade, sem defeitos de fabricação. Personalização: Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR no lado superior esquerdo do peito, por meio de sublimação; Aplicação da identificação FARMÁCIA MUNICIPAL, abaixo do brasão; Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: P, M, G e GG	PRÓPRIA	55,00	495,00
48	6	CONJ.	**CONJUNTO DE JAQUETA E CALÇA EM TACTEL COM ELASTANO** Descrição do Objeto: Características Técnicas do Conjunto: Conjunto composto por 01 (uma) jaqueta e 01 (uma) calça; Confeccionado em tecido tactel com elastano, de alta qualidade, leve, resistente e confortável; Tecido com secagem rápida e boa respirabilidade; Costuras reforçadas em todas as junções e pontos de maior desgaste; Cor: Azul Marinho; Produto novo; Acabamento profissional. Jaqueta:	PRÓPRIA	199,00	1.194,00

			Modelo unissex; Manga longa; Fechamento frontal por zíper reforçado; Gola alta; Punhos com elástico ou acabamento ajustado; Bolsos laterais funcionais; Barra inferior com acabamento reforçado; Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR no lado esquerdo do peito, em bordado, sublimação; Aplicação da identificação FARMÁCIA MUNICIPAL, abaixo do brasão; Costas: Aplicação em **formato de meia-lua (arco semicircular)** da inscrição: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CATANDUVAS-PR Exigências Complementares: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para aprovação dos tamanhos e modelagens. A arte final dos bordados e inscrições deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas/PR. Os bordados deverão apresentar excelente acabamento e alta resistência ao desgaste e às lavagens frequentes. As peças deverão ser entregues novas, sem defeitos de fabricação, manchas, falhas de costura ou deformidades. Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Calça: Modelo unissex; Cintura com elástico e cordão interno para ajuste; Bolsos laterais funcionais; Barra com acabamento reforçado; Modelagem confortável que permita liberdade de movimentos; Costuras reforçadas para maior durabilidade. Personalização: Aplicação do brasão oficial do Município de Catanduvas/PR e identificação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme arte previamente aprovada pela contratante; Bordados, estampas ou sublimações deverão apresentar alta resistência ao uso e às lavagens. Exigências Adicionais: A empresa vencedora deverá disponibilizar mostruário para prova dos tamanhos e aprovação da contratante; Antes da produção definitiva, deverá apresentar amostra física ou arte digital para aprovação da Secretaria Municipal de Saúde; Garantia mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Tamanhos: P, M, G e GG.			
53	200	Conjunto	Conjunto Adulto, modelo esportivo, composto por jaqueta e calça, confeccionado em tecido Tactel com Elastano, com gola alta, manga longa, punhos e barra em ribana, e bolsos funcionais. Disponível nos modelos masculino e feminino, mantendo o mesmo padrão visual, acabamento e qualidade. Composição e tecnologia do tecido: 92% poliéster e 08% elastano; Anti pilling (evita formação de bolinhas); Selo de qualidade ISO 9001; Gramatura mínima de 150 g/m²; Tecido sublimado, garantindo durabilidade e fidelidade nas cores; Alta elasticidade e conforto térmico, proporcionando mobilidade e respirabilidade durante o uso. Detalhes visuais – Jaqueta (parte superior): Cor predominante: cinza grafite, com detalhes laterais e nas mangas em azul royal; Modelagem esportiva, com gola alta e fechamento frontal em zíper completo; Punhos e barra em ribana para melhor ajuste ao corpo; Dois bolsos frontais funcionais; Na parte frontal, aplicação do brasão do Município de Catanduvas no lado esquerdo do peito e o símbolo da Secretaria de Esportes de Catanduvas no lado direito; Na parte traseira, aplicação do brasão do Município de Catanduvas na parte superior central, seguido da inscrição em destaque: "CATANDUVAS – GOVERNO MUNICIPAL", em letras azuis, centralizadas; Modelagem anatômica e confortável, disponível em versões masculina e feminina. Detalhes visuais – Calça (parte inferior): Cor predominante: cinza grafite, com faixa lateral azul royal acompanhando toda a extensão da perna; Cintura com elástico e cordão ajustável interno; Punho na barra, garantindo melhor caimento; Bolsos laterais funcionais; Aplicação do brasão do Município de Catanduvas na perna direita e o símbolo da Secretaria de Esportes de Catanduvas na perna esquerda; Modelagem esportiva e anatômica, desenvolvida para conforto e liberdade de movimento. Grade de tamanhos: do PP ao EXGG, contemplando ambos os modelos (masculino e feminino).	PRÓPRIA	199,00	39.800,00
VALOR TOTAL						**42.718,83**

Homologo a presente licitação,

Catanduvas - PR, 31 de agosto de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:698B5816

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE REEQUILÍBRIO N° 001/2026 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 417/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025

PROCESSO: 23261/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: BRIOJARAGUÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE LTDA, CNPJ n.º 02.706.629/0001-87
Objeto: Reequilíbrio de valores, para Aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR:

Item	Especificação	Marca	Cód IPM	Unid.	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Atual
40	**COPO DESCARTÁVEL** -Pacote com 100 unidades; cor Branca opaca, 180ml	FONP	1496	pacote	R$ 3,25	R$ 4,37
120	**SABÃO EM PÓ 5Kg –** ampla concorrência 75%	U CLASS	4482	Unid.	R$ 17,00	R$ 18,99
121	**SABÃO EM PÓ 5Kg –** cota reservada 25%	U CLASS	4482	Unid.	R$ 17,00	R$ 18,99

Local e data de emissão: Colombo, 10 de agosto de 2026.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:EFAD38B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 049/2026 DE 31/08/2026 - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº. 049/2026, de 31 de agosto de 2026.
PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001 DE 11/01/2024.
O Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Federal nº. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, e tendo em vista o disposto no Edital de Seleção de Estagiários nº. 001/2024 de 11/01/2024,
Considerando o subitem 2.8 do Edital nº. 001/2024 de 11/01/2024 abertura do certame *"Em havendo necessidade de recrutamento de novos estagiários, poderão ser abertos pela Administração Municipal novos períodos de inscrição."*
Considerando o Edital nº. 048/2026 de 20/07/2026, com a listagem dos candidatos habilitados e eliminados no primeiro período de inscrição,
RESOLVE
TORNAR PÚBLICO, para conhecimento de todos, o novo período de inscrição do processo de Seleção de Estagiários para algumas áreas específicas, o processo de seleção, avaliação e convocação atenderá os dispositivos constantes no edital de abertura do certame Edital nº. 001/2024 de 11/01/2024. E a reabertura das inscrições aos estudantes que se inscreveram para o Processo de Seleção de Estagiários, no período de 01/09/2026 à 11/09/2026, e que estão na condição de eliminados, por não terem atendido os requisitos do Edital nº. 001/2024, de 11/01/2024 c/c Edital nº. 041/2026 de 03/03/2026, conforme Anexo II do Edital nº. 042/2026 de 17/03/2026, para que possam regularizar essa situação caso queira, poderão protocolar e entregar a documentação que faltou.
1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para as áreas de estágio abaixo especificadas para cargas horárias, e bolsa-auxílio conforme tabela abaixo:

Área do Estágio Não Obrigatório	**PRÉ-REQUISITO**	**PNE***	**Carga Horária Semanal***	**BOLSA-AUXÍLIO* Incluído o valor do Aux.Transporte**
Educação Profissional - Magistério (Normal)	Estar cursando curso técnico de nível médio	*	**20h**	**674,77**
			30h	**1.012,15**
Ensino Superior Pedagogia, Artes Visuais, Letras e demais cursos de graduação na área do magistério/educação.	Estar cursando Ensino Superior na área que se candidatou.	*	**20h**	**867,86**
			30h	**1.301,77**
Pós-Graduação **Para cursos** diretamente relacionados a área da educação.	Estar cursando Pós-graduação na área que se candidatou.	*	**20h**	**867,86**
			30h	**1.301,77**

* PNE - Portador de Necessidade Especial
* Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas a serem preenchidas de acordo com a Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do emprego público.
1.1. Que os candidatos habilitados, ficam em cumprimento ao Edital de Seleção de Estagiários nº. 001/2024, distribuídos por ordem rigorosa de classificação, conforme inscrição na área que se candidatou.
1.2. A convocação do candidato dar-se-á observada a prioridade estabelecida no item 4 do Edital de abertura do certame e seus subitens bem como aos seguintes requisitos:
a) necessidade de preenchimento da vaga, manifestada pelo dirigente da Unidade Administrativa requisitante, e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo;
b) por área de estágio, compatível com as atividades da Unidade Administrativa requisitante.
1.3. Prioritariamente, serão convocados os candidatos habilitados para as vagas do primeiro período de inscrição, classificados pelo Edital nº 002/2024 c/c 003/2024, posteriormente, serão convocados os habilitados no segundo período de inscrição classificados e assim sucessivamente. O Município de Coronel Vivida, reserva-se o direito de convocar os Candidatos na medida da necessidade da Administração Municipal, observado o limite de vagas existentes.
2. DAS INSCRIÇÕES
2.1. O candidato poderá se inscrever apenas para uma das vagas de estágio, devendo preencher corretamente todos os campos do Requerimento de Inscrição: nome completo data de nascimento, sexo, CPF, número da Cédula de Identidade (RG), número do titulo de eleitor, UF, endereço completo (número, apartamento, bairro, CEP, cidade), telefones (convencional e celular), e-mail, a vaga de estágio escolhida, pré-requisito e indicar se é portador de necessidades especiais;
2.2. As inscrições e entrega dos documentos serão realizadas exclusivamente, na sede da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, na Praça Angelo Mezzomo, s/n, centro, da cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, de 01/09/2026 à 11/09/2026, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, no Protocolo Geral.
2.3. Os seguintes documentos deverão ser entregues e anexados à Ficha de Inscrição do Candidato:
Ficha de inscrição devidamente preenchida (Anexo I deste Edital);
Currículo Vitae;
Declaração que comprove a matrícula regular no curso;
Fotocópia do Boletim Escolar, contendo a frequência e as notas dos últimos 02 (dois) períodos (bimestre ou semestre) que o candidato estudou;
Fotocópia da Carteira de Identidade/Registro Geral (RG);
Fotocópia do cartão de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas/Ministério da Fazenda (CPF), quando este não constar no RG;
Fotocópia de Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral (para candidatos com idade a partir de 18 (dezoito) anos;
Fotocópia do comprovante de quitação da obrigação militar (sexo masculino);
Fotocópia do comprovante de residência;
2.4. As inscrições poderão ser feitas por procurador munido de instrumento de procuração, com firma reconhecida.
2.5. Caso o candidato não apresentar toda documentação solicitada neste edital no ato da inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
2.6. Não poderão se candidatar às vagas de estágio os candidatos que já tiveram seus contratos rescindidos pela Administração Municipal por insuficiência de desempenho, bem como por descumprimento contratual.

2.7. Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição e não serão aceitas inscrições via fax, via postal e/ou via e-mail.
2.8. Em havendo necessidade de recrutamento de novos estagiários, poderão ser abertos pela Administração Municipal novos períodos de inscrição.
2.9. Os candidatos que não atingirem a média geral de 6,0 (seis) serão eliminados na Seleção de análise de Currículo
Coronel Vivida-PR, 31 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
EDITAL Nº. 001/2024
N° DE INSCRIÇÃO (protocolo)
Candidato à vaga o Curso de _____
( ) PNE (Portador de Necessidades Especiais) - Especificar:
_____
NOME DO CANDIDATO: _____
_____
CI RG: _____ CPF: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____/_____/_____ SEXO: _____
TÍTULO DE ELEITOR: _____Zona Eleitoral: _____
ESTADO CIVIL: _____
ESCOLARIDADE: _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
nº:_____Bairro:_____
TELEFONE: _____ CELULAR: _____
E-MAIL: _____
Currículo com _____ páginas, incluídos os comprovantes.
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura desta Seleção, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Coronel Vivida-PR, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato
_____
Visto do Responsável pela Inscrição

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:014F0341

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA Nº 006/2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA ATIVA Nº 006/2026

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Tributação e Receita do Município de Dois Vizinhos, no uso de suas competências e em conformidade com o inciso V do artigo 260 Lei Complementar nº 2912, de 30 de setembro de 2025 e § 3º, inciso II do artigo 198, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), **NOTIFICA** os contribuintes abaixo relacionados no Anexo I, que se encontram em local incerto e não sabido, a comparecerem no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir desta publicação, para regularizar seus débitos para com a Fazenda Municipal.
Persistindo os débitos sem o devido pagamento, os mesmos poderão ser objeto de protesto extrajudicial, inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, inscrição no CADIN, ou ainda, de ação judicial de execução fiscal, em conformidade com a legislação municipal e federal.
Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos por meio dos telefones (46) 3536-8800, (46) 99912-1425 e (46) 99912-0136. Poderá ainda o contribuinte se dirigir à repartição competente, localizada à Avenida Rio Grande do Sul, 130, Centro, Dois Vizinhos - PR, CEP: 85.660-000.
ANEXO I - RELAÇÃO DE DEVEDORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA
ATUALIZADO EM 28/08/2026

Nº	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DÉBITO TRIBUTÁRIO	VALOR
01	109061	CLINICA DE SAUDE INTEGRADA AME SORRISOS LTDA - ME	23.xxx.xxx/xxxxx-20	TXF	R$ 601,29
02	7163151	X - SUN ENERGY GROUP LTDA	52.xxx.xxx/xxxxx-97	TXF	R$ 700,06
03	122084	BRUSQUE E HOLDYS DE OLIVEIRA LTDA	29.xxx.xxx/xxxxx-74	TXF	R$ 980,06
04	7159421	LVK TRANSPORTES LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-94	TXF	R$ 700,06
05	7160160	TRANSPORTE BARBOSA LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-12	TXF	R$ 700,06

06	7162189	GS TRUCK MECANICA PESADA LTDA	52.xxx.xxx/xxxxx-04	TXF/ISSQN	R$ 7.530,87
07	117269	CANZELLATUR TRANSPORTE LTDA	27.xxx.xxx/xxxxx-70	TXF	R$ 980,06
08	7159935	DDI VEICULOS LTDA	34.xxx.xxx/xxxxx-86	TXF	R$ 512,98
09	119865	MARCOS JUNIOR RIBEIRO	29.xxx.xxx/xxxxx-03	TXF	R$ 632,38
10	7159617	TOBALDINI VEICULOS LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-95	TXF	R$ 1.096,81
11	7157088	ZAMBIASI SOLUCOES LTDA	49.xxx.xxx/xxxxx-13	TXF/ISSQN	R$ 1.723,39
12	7144423	FUNERARIA UNIVERSAL - LTDA	44.xxx.xxx/xxxxx-00	TXF/ISSQN	R$ 2.621,94
13	7160321	AMARILDO E FAMILIA SERVICOS DE COLHEITA LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-90	TXF	R$ 143,39
14	120995	JESSICA CAPPELLESSO	29.xxx.xxx/xxxxx-37	ISSQN/OUT	R$ 1.997,19
15	7166893	M. PAULETTO LTDA	53.xxx.xxx/xxxxx-45	TXF	R$ 1.851,47
16	7170076	SOARES STORE INOVA SIMPLES	55.xxx.xxx/xxxxx-11	TXF	R$ 863,16
17	7173661	FRIGO E RODRIGUES LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-60	ISSQN/OUT	R$ 703,20
18	7165986	MARA DEBORA DA SILVA LTDA	27.xxx.xxx/xxxxx-03	TXF	R$ 394,06
19	7167164	REVEST CENTRE PINTURAS & REVESTIMENTOS LTDA	54.xxx.xxx/xxxxx-02	TXF	R$ 704,03
20	125199	ALEXANDRE GALON CARDOSO LTDA	31.xxx.xxx/xxxxx-93	TXF	R$ 840,08
21	7170530	ADRIANE T B A DA SILVA LTDA	55.xxx.xxx/xxxxx-65	TXF/ISSQN	R$ 1.856,21
22	7175701	NATURISOL ENERGIA SOLAR LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-60	TXF	R$ 995,78
23	7175426	JOTACE TORNEARIA LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-68	TXF/ISSQN	R$ 2.070,92
24	7171391	VIZI DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	55.xxx.xxx/xxxxx-39	TXF	R$ 576,34
25	7160208	LLS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-59	TXF/ISSQN	R$ 872,04
26	7154933	KART CLUBE LTDA	49.xxx.xxx/xxxxx-99	TXF/ISSQN	R$ 3.752,06
27	7158769	CARLOS EDUARDO RODRIGUES BARBOSA LTDA	50.xxx.xxx/xxxxx-07	TXF	R$ 334,06
28	10021499	JANETE DE FATIMA COZATI DREHMER	051.xxx.xxx-19	TXCLX	R$ 109,51
29	10384583	CLAIR FERREIRA QINTILIANO	071.xxx.xxx-24	TXCLX	R$ 26,39
30	10061636	RAQUEL PINHEIRO DOS SANTOS	073.xxx.xxx-43	TXCLX	R$ 661,86
31	10117267	VILMAR BARBOSA DE LIMA	029.xxx.xxx-39	TXCLX	R$ 413,83
32	10367018	JACKSON DE BASTIANO	089.xxx.xxx-06	TXCLX	R$ 62,31
33	100862	A. PICOLOTTO	20.xxx.xxx/xxxxx-55	TXF/ISSQN	R$ 5.544,35
34	1252	CELIO ADAMI	30050987968	TXF/ISSQN	R$ 2.900,97
35	7172541	MADEIRAÇO MOVEIS LTDA	56.xxx.xxx/xxxxx-05	TXF	R$ 645,93
36	7162880	CG TERRAPLANAGEM LTDA	52.xxx.xxx/xxxxx-10	TXF	R$ 700,06
37	7161913	JS TERRAPLENAGEM LTDA	52.xxx.xxx/xxxxx-20	TXF/ISSQN	R$ 5.310,55
38	121983	J G SCHIMIT & CIA LTDA	29.xxx.xxx/xxxxx-52	TXF	R$ 1.680,16
39	7172397	GRINGO PREMIACOES LTDA	56.xxx.xxx/xxxxx-53	TXF	R$ 397,08
40	80870	LEOCIR PIETRO BIASI	49296434904	TXCLX	R$ 903,54
41	7140118	JAQUELINE RENOSTTO FERREIRA	42.xxx.xxx/xxxxx-87	TXF	R$ 1.005,41
42	7173873	GL CONSTRUCOES LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-31	TXF	R$
43	7168721	ANDREZA GUIMARAES DOS SANTOS	54.xxx.xxx/xxxxx-98	TXF	R$ 1.564,87
44	53015	NOELI APARECIDA SILVEIRA DUTRA	867.xxx.xxx-49	IPTU	R$ 3.695,03
45	11519288	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	065.xxx.xxx-09	MULT	R$ 1.424,14
46	164887	JUAREZ ZIERHUT	058.xxx.xxx-64	IPTU	R$ 1.766,70
47	164194	LOVENI SCHUG	741.xxx.xxx--91	IPTU	R$ 1.343,41
48	7175701	NATURISOL ENERGIA SOLAR LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-60	TXF	R$ 995,78
49	7146060	SIDINEI DA SILVA LTDA	45.xxx.xxx/xxxxx-38	TXF	R$ 1.001,81
50	7154551	A M PROMOCAO DE VENDAS LTDA	48.xxx.xxx/xxxxx-03	TXF/ISSQN	R$ 2.719,46
51	7170963	OSSOSKI COMERCIO E SERVICOS LTDA	55.xxx.xxx/xxxxx-81	TXF	R$ 2.575,23
52	7176473	MARIA SANTOS LTDA	57.xxx.xxx/xxxxx-73	TXF	R$ 156,07
53	7167997	BC SOLUCOES ADMINISTRATIVAS LTDA	54.xxx.xxx/xxxxx-94	ISSQN	R$ 770,39
54	7166061	GUSTAVO MELO DE SOUZA LTDA	53.xxx.xxx/xxxxx-86	TXF/ISSQN	R$ 1.397,97
55	7162120	JANILDE BIANCATO BERGAMIN	52.xxx.xxx/xxxxx-60	TXF	R$ 735,84
56	7168616	G2 CONSTRUTORA LTDA	54603693000136	TXF	R$ 769,80
57	7171129	TROMBETA SERVICOS MEDICOS LTDA	55.xxx.xxx/xxxxx-77	TXF/ISSQN	R$ 802,54
58	7169710	VK CENTRO ESPORTIVO DE FITNESS E BELEZA LTDA	24.xxx.xxx/xxxxx-10	TXF/ISSQN	R$ 3.306,28
59	7144105	SM METALURGICA LTDA	44.xxx.xxx/xxxxx-96	TXF/ISSQN	R$ 970,43
60	7172737	AJ REPRESENTACOES LTDA	56.xxx.xxx/xxxxx-03	TXF/ISSQN	R$ 3.267,02
61	1266969	M E M SUDOESTE ENERGIA SOLAR	33.xxx.xxx/xxxxx-09	ISSQN	R$ 366,78
62	3141349	ASSOCIACAO MEDICA SUDOESTE NOVO (AMSN)	78.xxx.xxx/xxxxx-05	ISSQN	R$ 618,15
63	7144431	ALEX JUNIOR RODRIGUES DA SILVA INFORMATICA	44.xxx.xxx/xxxxx-19	TXF/ISSQN	R$ 2.588,35
64	7163151	X - SUN ENERGY GROUP LTDA	52.xxx.xxx/xxxxx-97	TXF	R$ 700,06
65	7160160	TRANSPORTE BARBOSA LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-12	TXF	R$ 700,06
66	7159935	DDI VEICULOS LTDA	34.xxx.xxx/xxxxx-86	TXF	R$ 512,98
67	7159617	TOBALDINI VEICULOS LTDA	51.xxx.xxx/xxxxx-95	TXF	R$ 1.096,81
68	7157088	ZAMBIAZI SOLUCOES LTDA	49.xxx.xxx/xxxxx-13	TXF	R$ 1.723,39

Dois Vizinhos, 28 de agosto de 2026.

LUCAS UBIALI
Auditor Fiscal

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B8D925A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2026

INÍCIO: 31/08/2026 **VALIDADE:** 30/08/2027

OBJETO: **Aquisição de Mangueiras Hidráulicas Prensáveis e Conexões para a manutenção de Máquinas e Caminhões da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.**

Razão Social: ANGAI COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA
CNPJ: 81.896.789/0001-02
Endereço: Al. Virgílio Moreira, nº 255, Bairro Nhapindazal, Irati/ PR, CEP: 84500-532
Telefone: (42) 3423-1218
E-mail: rose@angai.com.br
Representante Legal: Nilton Silvério Borcath Santos

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO REGISTRADO
1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços para **a Aquisição de Mangueiras Hidráulicas Prensáveis e Conexões para a manutenção de Máquinas e Caminhões da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.**
1.2 A presente Ata de Registro de Preços tem por valor total estimado a quantia de R$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais), ressalvando-se o direito de o Município efetuar o pagamento do que efetivamente for utilizado, conforme preços unitários e quantidades especificados abaixo:

LOTE 1 : BITOLA 1/4:

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49763	CAPA 1/4	100	UN	5,81	581,00
2	49764	EMENDA 1/4	20	UN	8,68	173,60
3	49749	MANGUEIRA HIDRAULICA 1/4 - 2 TRAMAS	100	M	17,91	1.791,00
4	49761	TERMINAL DKO 90° 1/4 x 14MM	10	UN	10,18	101,80
5	49762	TERMINAL DKO 90° 1/4 x 16MM	10	UN	12,32	123,20
6	49758	TERMINAL DKO FEMEA 1/4 x 14MM	10	UN	5,85	58,50
7	49760	TERMINAL DKO FEMEA 1/4 x 16MM	10	UN	7,09	70,90
8	49752	TERMINAL DKO MACHO 1/4 x 14MM	10	UN	6,66	66,60
9	49753	TERMINAL DKO MACHO 1/4 x 16MM	10	UN	7,43	74,30
10	49746	TERMINAL JIC FEMEA 1/4 x 1/4	10	UN	6,59	65,90
11	49748	TERMINAL JIC FEMEA 1/4 x 3/4	10	UN	11,87	118,70
12	49747	TERMINAL JIC FEMEA 1/4 x 9/16	10	UN	6,98	69,80
13	49751	TERMINAL ORFS 90° 1/4 x 11/16	10	UN	13,30	133,00
14	49750	TERMINAL ORFS 90° 1/4 x 9/16	10	UN	8,23	82,30
15	49755	TERMINAL ORFS FEMEA 1/4 x 11/16	10	UN	9,10	91,00
16	49754	TERMINAL ORFS FEMEA 1/4 x 9/16	10	UN	8,24	82,40
17	49757	TERMINAL ORFS MACHO 1/4 x 11/16	10	UN	10,95	109,50
18	49756	TERMINAL ORFS MACHO 1/4 x 9/16	10	UN	10,99	109,90
19	49765	TERMINAL SALVA VIDAS 1/4	15	UN	6,44	96,60
TOTAL						**R$ 4.000,00**

LOTE: 2 - BITOLA 3/8"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49788	CAPA 3/8	100	UN	3,97	397,00
2	49789	EMENDA 3/8	15	UN	6,10	91,50
3	49770	MANGUEIRA HIDRAULICA 3/8 - 2 TRAMAS	100	M	20,17	2.017,00
4	49784	TERMINAL DKO 90° 3/8 x 16MM	10	UN	12,99	129,90
5	49785	TERMINAL DKO 90° 3/8 x 18MM	10	UN	10,93	109,30
6	49786	TERMINAL DKO 90° 3/8 x 20MM	10	UN	11,92	119,20
7	49781	TERMINAL DKO FEMEA 3/8 x 16MM	10	UN	10,77	107,70
8	49782	TERMINAL DKO FEMEA 3/8 x 18MM	10	UN	10,01	100,10
9	49783	TERMINAL DKO FEMEA 3/8 x 20MM	10	UN	11,31	113,10
10	49775	TERMINAL DKO MACHO 3/8 x 16MM	10	UN	9,47	94,70
11	49776	TERMINAL DKO MACHO 3/8 x 18MM	18	UN	11,70	210,60
12	49777	TERMINAL DKO MACHO 3/8 x 20MM	10	UN	10,85	108,50
13	49771	TERMINAL JIC 45° 3/8 x 3/4	15	UN	12,22	183,30
14	49778	TERMINAL JIC 90° 3/8 x 3/4	15	UN	9,78	146,70
15	49766	TERMINAL JIC FEMEA 3/8 x 1/4	10	UN	10,85	108,50
16	49768	TERMINAL JIC FEMEA 3/8 x 3/4	15	UN	10,39	155,85
17	49769	TERMINAL JIC FEMEA 3/8 x 7/8	15	UN	8,48	127,20
18	49767	TERMINAL JIC FEMEA 3/8 x 9/16	15	UN	10,85	162,75
19	49787	TERMINAL NPT MACHO 3/8 x 3/8	10	UN	11,08	110,80
20	49780	TERMINAL ORFS 90° 3/8 x 13/16	10	UN	17,13	171,32
21	49773	TERMINAL ORFS FEMEA 3/8 x 11/16	10	UN	11,92	119,19
22	49772	TERMINAL ORFS FEMEA 3/8 x 13/16	10	UN	13,48	134,79
23	49779	TERMINAL ORFS MACHO 3/8 x 13/16	10	UN	15,31	153,10
24	49790	TERMINAL SALVA VIDAS 3/8	10	UN	12,79	127,90
TOTAL						**R$ 5.300,00**

LOTE: 3 - BITOLA 1/2"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49826	CAPA 1/2	100	UN	5,81	581,00
2	49827	EMENDA 1/2	10	UN	10,55	105,50
3	49797	MANGUEIRA HIDRAULICA 1/2 - 2 TRAMAS	100	M	21,80	2.180,00
4	49798	MANGUEIRA HIDRAULICA 1/2 - 4 TRAMAS	30	M	79,79	2.393,70
5	49816	TERMINAL DKO 90° 1/2 x 18MM	15	UN	17,44	261,60
6	49817	TERMINAL DKO 90° 1/2 x 20MM	15	UN	17,12	256,80
7	49818	TERMINAL DKO 90° 1/2 x 22MM	05	UN	11,92	59,60
8	49819	TERMINAL DKO 90° 1/2 x 24MM	10	UN	13,37	133,70
9	49812	TERMINAL DKO FEMEA 1/2 x 18MM	15	UN	7,56	113,40
10	49813	TERMINAL DKO FEMEA 1/2 x 20MM	15	UN	13,95	209,25
11	49814	TERMINAL DKO FEMEA 1/2 x 22MM	10	UN	8,14	81,40
12	49815	TERMINAL DKO FEMEA 1/2 x 24MM	10	UN	10,90	109,00
13	49805	TERMINAL DKO MACHO 1/2 x 18MM	05	UN	12,79	63,95
14	49806	TERMINAL DKO MACHO 1/2 x 20MM	05	UN	12,21	61,05
15	49807	TERMINAL DKO MACHO 1/2 X 22MM	10	UN	8,85	88,60
16	49808	TERMINAL DKO MACHO 1/2 x 24MM	05	UN	11,19	55,95
17	49822	TERMINAL FLANGE 90° 1/2 x 38MM	10	UN	29,65	296,50

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
18	49823	TERMINAL FLANGE 90° 1/2 x 44,4MM	10	UN	29,94	299,40
19	49820	TERMINAL FLANGE FEMEA 1/2 x 38MM	10	UN	23,25	232,50
20	49821	TERMINAL FLANGE FEMEA 1/2 x 44,4MM	10	UN	23,98	239,80
21	49801	TERMINAL JIC 45° 1/2 x 3/4	16	UN	10,03	160,48
22	49802	TERMINAL JIC 45° 1/2 x 7/8	16	UN	12,35	197,60
23	49799	TERMINAL JIC 90° 1/2 x 3/4	16	UN	11,04	176,64
24	49800	TERMINAL JIC 90° 1/2 x 7/8	16	UN	12,35	197,60
25	49794	TERMINAL JIC FEMEA 1/2 x 1.1/16	05	UN	15,98	79,90
26	49792	TERMINAL JIC FEMEA 1/2 x 3/4	16	UN	7,70	123,20
27	49793	TERMINAL JIC FEMEA 1/2 x 7/8	16	UN	7,56	120,96
28	49791	TERMINAL JIC FEMEA 1/2 x 9/16	10	UN	11,04	110,40
29	49795	TERMINAL JIC MACHO 1/2 x 3/4	10	UN	10,75	107,50
30	49796	TERMINAL JIC MACHO 1/2 x 7/8	10	UN	10,17	101,70
31	49824	TERMINAL NPT MACHO 1/2 x 1/2	10	UN	8,57	85,70
32	49825	TERMINAL NPT MACHO 1/2 x 3/8	10	UN	9,59	95,90
33	49811	TERMINAL ORFS 90° 1/2 x 13/16	05	UN	11,92	59,60
34	49804	TERMINAL ORFS FEMEA 1/2 x 11/16	10	UN	15,84	158,40
35	49803	TERMINAL ORFS FEMEA 1/2 x 13/16	10	UN	8,43	84,30
36	49810	TERMINAL ORFS MACHO 1/2 x 13/16	16	UN	10,90	174,40
37	49828	TERMINAL SALVA VIDAS 1/2	20	UN	7,15	143,02
TOTAL						**R$ 10.000,00**

LOTE: 4 - BITOLA 5/8"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49852	CAPA 5/8	50	UN	6,43	321,50
2	49853	EMENDA 5/8	10	UN	7,72	77,20
3	49834	MANGUEIRA HIDRAULICA 5/8 - 2 TRAMAS	50	M	32,05	1.602,50
4	49835	MANGUEIRA HIDRAULICA 5/8 - 4 TRAMAS	30	M	81,10	2.433,00
5	49845	TERMINAL DKO 90° 5/8 x 22MM	08	UN	64,11	512,88
6	49846	TERMINAL DKO 90° 5/8 x 24MM	08	UN	21,11	168,88
7	49843	TERMINAL DKO FEMEA 5/8 x 22MM	08	UN	21,24	169,92
8	49844	TERMINAL DKO FEMEA 5/8 x 24MM	08	UN	14,03	112,24
9	49838	TERMINAL DKO MACHO 5/8 x 22MM	10	UN	13,64	136,40
10	49839	TERMINAL DKO MACHO 5/8 x 24MM	10	UN	13,77	137,70
11	49849	TERMINAL FLANGE 90° 5/8 x 44,4MM	10	UN	16,09	160,90
12	49850	TERMINAL FLANGE 90° 5/8 x 48MM	05	UN	19,95	99,75
13	49847	TERMINAL FLANGE FEMEA 5/8 x 44,4MM	10	UN	18,02	180,20
14	49848	TERMINAL FLANGE FEMEA 5/8 x 48MM	10	UN	19,05	190,50
15	49836	TERMINAL JIC 45° 5/8 x 1.1/16	05	UN	19,95	99,75
16	49837	TERMINAL JIC 90° 5/8 x 3/4	10	UN	20,47	204,70
17	49832	TERMINAL JIC FEMEA 5/8 x 1.1/16	05	UN	11,59	57,95
18	49829	TERMINAL JIC FEMEA 5/8 x 1/2	10	UN	11,87	118,40
19	49830	TERMINAL JIC FEMEA 5/8 x 3/4	10	UN	11,71	117,10
20	49831	TERMINAL JIC FEMEA 5/8 x 7/8	10	UN	8,11	81,10
21	49833	TERMINAL JIC MACHO 5/8 x 7/8	08	UN	10,81	86,48
22	49851	TERMINAL NPT MACHO 5/8 x 1/2	05	UN	12,23	61,15
23	49842	TERMINAL ORFS 90° 5/8 x 1.5/16	10	UN	23,94	239,40
24	49840	TERMINAL ORFS FEMEA 5/8 x 1.5/16	15	UN	24,84	372,60
25	49841	TERMINAL ORFS MACHO 5/8 x 1.5/16	10	UN	9,14	91,40
26	49854	TERMINAL SALVA VIDAS 5/8	20	UN	8,32	166,40
TOTAL						**R$ 8.000,00**

LOTE: 5 - BITOLA 3/4"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49871	CAPA 3/4	50	UN	8,42	421,00
2	49872	EMENDA 3/4	10	UN	14,56	145,60
3	49858	MANGUEIRA HIDRAULICA 3/4 - 2 TRAMAS	50	UN	42,40	2.120,00
4	49859	MANGUEIRA HIDRAULICA 3/4 - 4 TRAMAS	30	M	102,79	3.083,70
5	49865	TERMINAL DKO 90° 3/4 x 26MM	10	UN	18,42	184,20
6	49866	TERMINAL DKO 90° 3/4 x 28MM	10	UN	19,56	195,60
7	49863	TERMINAL DKO FEMEA 3/4 x 26MM	08	UN	18,42	147,36
8	49864	TERMINAL DKO FEMEA 3/4 x 28MM	05	UN	18,42	92,10
9	49861	TERMINAL DKO MACHO 3/4 x 26MM	10	UN	18,13	181,30
10	49862	TERMINAL DKO MACHO 3/4 x 28MM	10	UN	18,70	187,00
11	49869	TERMINAL FLANGE 90° 3/4 x 44,4MM	10	UN	47,71	477,10
12	49870	TERMINAL FLANGE 90° 3/4 x 46,5MM	10	UN	35,55	355,50
13	49867	TERMINAL FLANGE FEMEA 3/4 x 44,4MM	10	UN	42,11	421,10
14	49868	TERMINAL FLANGE FEMEA 3/4 x 46,5MM	10	UN	25,41	254,10
15	49860	TERMINAL JIC 90° 3/4 x 7/8	10	UN	21,56	215,60
16	49857	TERMINAL JIC FEMEA 3/4 x 1.1/16	10	UN	11,71	117,10
17	49855	TERMINAL JIC FEMEA 3/4 x 3/4	10	UN	12,13	121,30
18	49856	TERMINAL JIC FEMEA 3/4 x 7/8	10	UN	15,85	158,50
19	49873	TERMINAL SALVA VIDAS 3/4	10	UN	12,18	121,84
TOTAL						**R$ 9.000,00**

LOTE: 6 - BITOLA 1"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49880	CAPA 1"	20	UN	10,24	204,80
2	49881	EMENDA 1"	05	UN	19,37	96,85
3	49876	MANGUEIRA HIDRAULICA 1" - 2 TRAMAS	20	M	42,10	842,00
4	49877	MANGUEIRA HIDRAULICA 1" - 4 TRAMAS	20	M	130,79	2.645,80
5	49879	TERMINAL FLANGE 90° 1" x 44,4MM	05	UN	40,27	201,35
6	49878	TERMINAL FLANGE FEMEA 1" x 44,4MM	05	UN	26,52	132,60
7	49875	TERMINAL JIC FEMEA 1" x 1.1/16	05	UN	29,05	145,25
8	49874	TERMINAL JIC FEMEA 1" x 7/8	05	UN	29,19	145,95
9	49882	TERMINAL SALVA VIDAS 1"	05	UN	23,08	115,40
TOTAL						**R$ 4.500,00**

LOTE: 7 - BITOLA 1.1/4"

Item	Código	Descrição	Qtd.	Und.	Preço Unt.	Total
1	49885	CAPA 1.1/4	16	UN	14,12	225,92
2	49886	EMENDA 1.1/4	05	UN	21,05	105,25
3	49884	MANGUEIRA HIDRAULICA 1.1/4 - 4 TRAMAS	20	M	146,85	2.937,00
4	49883	TERMINAL JIC FEMEA 1.1/4 x 1.5/8	10	UN	16,10	161,00
5	49887	TERMINAL SALVA VIDAS 1.1/4	05	UN	14,17	70,83
TOTAL						**R$ 3.500,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E ATENDIMENTO LOGÍSTICO

2.1 O prazo de validade das propostas para o ato de julgamento do Pregão é de 60 (sessenta) dias.

2.2. O prazo de validade da ata de registro será de 12 (doze) meses, após a assinatura, sem prorrogação.

2.3 O fornecimento dos itens registrados ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal.

2.4 Considerando que os materiais objeto desta licitação serão utilizados na manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, especialmente máquinas pesadas, caminhões e equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, a contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para atendimento das demandas ordinárias e emergenciais da Administração.

2.5 Quando a contratada dispuser de sede, filial, posto de apoio, representante ou estrutura operacional localizada em até 50 km da sede do Município, a Administração poderá, a seu critério e conforme a conveniência do serviço, realizar diretamente o transporte da peça danificada até a contratada, para conferência, prensagem, montagem, ajuste ou fornecimento do item necessário, bem como proceder à retirada do material pronto, de forma imediata.

2.6 Quando a contratada**não dispuser de estrutura operacional localizada em até50 km da sede do Município**, o atendimento deverá ocorrer sem ônus adicional para a Administração quanto à coleta ou deslocamento regional, cabendo à contratada providenciar, por meios próprios, a retirada da peça, o transporte, a prensagem/montagem e a devolução ou disponibilização do item, observados os seguintes prazos máximos:

a) até **5 (cinco) horas**, contadas da solicitação, para atendimento emergencial, estando neste prazo compreendido a coleta do item e a devolução solucionada.

b) até**24 (vinte e quatro) horas**, contadas da solicitação, para**atendimento ordinário**, estando neste prazo compreendido a coleta e entrega do item.

2.7 Para os fins desta contratação, considera-se:

a) atendimento emergencial aquele necessário para restabelecimento imediato de caminhão, máquina ou equipamento essencial ao serviço público, cuja paralisação comprometa a continuidade das atividades da Administração;

b) atendimento ordinário aquele que, embora necessário, não demande reposição imediata no mesmo turno operacional;

2.8 Os custos com coleta, deslocamento regional, transporte e devolução, quando necessários nas hipóteses do item 17.6, deverão estar incluídos no preço contratado, sendo vedada a cobrança posterior de frete, taxa de deslocamento ou qualquer outro valor adicional da Administração;

2.9 A contratada poderá comprovar a exequibilidade do atendimento por qualquer solução logística equivalente, inclusive por meio de filial, posto avançado, representante local, equipe volante, serviço próprio de coleta e entrega, parceria logística ou outro arranjo operacional apto a garantir os prazos estabelecidos nesta cláusula;

2.10 O descumprimento injustificado dos prazos de atendimento e das obrigações logísticas previstas nesta cláusula sujeitará a contratada às sanções cabíveis, na forma do edital, da ata de registro de preços e da legislação aplicável.

2.11 A nota fiscal deverá ser emitida conforme os dados citados na requisição de empenho emitido pelo Setor de compras e constar o número desta licitação: Pregão Eletrônico nº 043/2026.

2.12 Deixando o adjudicatário de executar os serviços licitados poderá a pregoeira, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 O pagamento será efetuado observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos, em observação ao Decreto Municipal nº 161/2023.

3.2. Sendo que estes serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, devendo o faturamento ocorrer 02 (duas) vezes ao mês, da seguinte forma:

3.1.3 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de até 15 (quinze) dias após a apresentação do Relatório de Serviços Prestados e respectiva Nota Fiscal, desde que não haja fator impeditivo imputável ao Contratado.

3.1.4 A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.

3.2. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.4. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. As notas fiscais deverão ser emitidas constando a informação Pregão, na forma Eletrônica nº 043/2026, conforme descrição na Ordem de Fornecimento:

09 SEC. MUN. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
09.001 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANO
15.451.0901.2-041 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
03650 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
09.003 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
26.782.0902.2-047 MANTER O DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RURAIS
04230 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04230 00000 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04250 00000 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3.6. ***De quando da emissão das notas fiscais, deverão obedecer às regras de retenção de Imposto de Renda previstas no Decreto Municipal nº 234/2023, conforme link:***
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/E112774E/6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c6d980aa2863a0ccf5dc2cca13834667c

4. CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.

4.2. A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas ás disposições contidas nos artigos 124 á 136 da Lei 14133/2021.

4.3. O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
4.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
I. O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
II.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
4.5. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
I . Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.
4.6. Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.
4.7. Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.
4.8. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
I. A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
II. A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
III. A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
IV. O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.
4.9. Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.
I. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.
II. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.
4.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico- financeiro quando a Administração constate:
I. Ausência de elevação dos encargos do particular;
II. Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
III. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;
IV. Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido;
4.11. Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.
4.12. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.
4.13. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:
I- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.
4.14. Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
4.15. Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.
4.16. O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Art. 7º, Inc. XIV, do Decreto nº 11.462/2024.
5.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
5.3. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar e
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
5.4 A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta ao interesse do produto contratado.
5.5. Por atraso da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito à multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Ata de Registro de Preço a ser calculado desde o dia estabelecido para entrega até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.
5.6. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado cancelada a Ata de Registro de Preços e aplicado à multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

5.7. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado, a critério da Administração, considerando a gravidade da infração cometida.
5.8 A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
5.9. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na legislação vigente.
5.10. As penalidades acima descritas quando de sua aplicação serão cumulativas, ou seja, a aplicação de uma não exclui as aplicadas anteriormente.
5.11. Os dias de atraso serão corridos e contados a partir da data de entrega prevista.
5.12 A cobrança da multa será efetivada por desconto no pagamento das faturas, nas garantias ou ainda diretamente da contratada.
5.13. No caso de cobrança de multa diretamente da contratada, está deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da correspondente notificação.
5.14 A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município", pelo prazo de até 03 (três) anos, poderá ser aplicada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao "Município":
a) Reincidência em descumprimento de prazo contratual;
b) Descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual;
c) Cancelamento da Ata de Registro de Preços.
5.15 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao "Município".
5.16 As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com o "Município" e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda, à contratada que tenha sofrido condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.
5.17 As penalidades de impedimento temporário para licitar e contratar com o "Município" e a de declaração de inidoneidade serão aplicadas por competente autoridade, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
a). Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
b). Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
c). Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2024; ou
d). Sofrer sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos Inc. III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
6.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
a). Por razão de interesse público;
b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462/2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO
7.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto licitado.
7.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de Registro de Preços;
b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de Registro de Preços;
c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) "Prática Coercitiva": Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de Registro de Preços;
e) "Prática Obstrutiva": (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do Edital; (II) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
7.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de Registro de Preços financiadas pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de uma Ata de Registro de Preços financiada pelo organismo.
7.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de Registro de Preços vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de Registro de Preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de Registro de Preços.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades.
8.2. Relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoas por ela indicada.
8.3. Nomear o gestor e fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação.
8.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do produto em conformidade com o objeto contratado.

8.5. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não tiver de acordo por meio de notificação à contratada.
8.6. Proporcionar, todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos fornecimentos.
Efetuar os pagamentos à contratada na forma e nos prazos previstos no Edital e na Ata de Registro de Preços, após o cumprimento das formalidades legais.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
9.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações se obriga a atender.
9.3. Atender as solicitações do contratante no período de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00min; e também em finais de semana (quando haver evento), sendo a empresa informada com no mínimo 05 dias de antecedência.
9.4. Realizar a troca dos produtos não aceitos pelo contratante imediatamente.
9.5 Informar ao Município a alteração de dados no Ato Constitutivo da empresa, tais como: alteração de endereço sede da contratada e/ou do representante legal, alteração de capital social, alteração de razão social, etc., quando houver, sob pena das comunicações serem consideradas como recebidas, mesmo se não mais estiverem no local informado nos seus documentos habilitatórios, e também, enviar cópia das alterações para o Município para arquivamento no processo.
9.6. Realizar a entrega/serviços, quando solicitados, conforme estabelecidos no Itens 2.2 e 2.3, no endereço conforme a requisição emitida pelo Departamento de Compras. Se houver alguma intercorrência que impeça a entrega neste prazo, deve-se enviar uma justificativa para análise pela Comissão e concessão de novo prazo, sem custo adicional;
9.7. Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e todas as Certidões de regularidade relativa à Seguridade Social, Fiscal e Trabalhista.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às multas e sanções administrativas previstas no Edital, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
10.2 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Requisição de Compra, enviada pelo Departamento de Compras do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
10.3 O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos empenhados durante a execução da Ata de Registro de Preços, a critério da Administração.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo(a) seguinte servidor(a):.....designado pela Portaria nº 045/2025.
11.2 A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os itens objeto da Ata de Registro de Preços.
11.3. Caberá, também, a Fiscalização da Administração Municipal:
a). Notificar à contratada quanto às irregularidades encontradas na execução da Ata de Registro de Preços;
b). Fiscalizar para que a contratada se mantenha regularizada ante as obrigações assumidas, especialmente quanto à habilitação;
c). Indicar fiscal substituto para eventual necessidade, repassando àquele todas as condições contratuais pactuadas.
11.4. O fiscal será responsável por encaminhar a Administração Municipal as informações para procedimentos administrativos relativos à aplicação das sanções administrativas pertinentes à advertência e multas, sendo garantido à empresa o prazo de, até 05 (cinco) dias úteis, para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.
11.5 A advertência será anotada em registro próprio, com a devida assinatura da empresa e informada no processo respectivo.
11.6 Sendo ainda cabível a aplicação das multas, a Administração deverá iniciar processo administrativo pertinente, notificando expressamente à contratada, iniciando-se prazo para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, após o que será encaminhado para análise jurídica.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.11 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
12.12 Reserva-se o pregoeiro ou à autoridade superior o direito de solicitar, em qualquer fase da licitação, informações complementares e promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.
12.13 O Pregoeiro poderá transformar o processo em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento da Habilitação e Proposta, bem como se valer dos préstimos de técnicos, consultores ou empresas especializadas para subsidiar suas análises e julgamento.
12.14. É facultado ao Município de Fernandes Pinheiro/PR, solicitar a atualização de qualquer documento relativo a presente licitação.
12.15. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
12.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.17 A proponente é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativas ao objeto cotado, assumindo todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
12.18 A contratada não poderá ceder a Ata de Registro de Preços a nenhuma pessoa, física ou jurídica.
12.19. Em nenhuma hipótese haverá vínculos empregatícios e encargos trabalhistas entre a contratada e o contratante, responsabilizando-se cada qual pelos encargos que lhes forem pertinentes.
12.20 Toda a execução do objeto dar-se-á, obrigatoriamente, através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados e regularmente inscritos junto ao órgão competente (quando necessário).
12.21. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, de comum acordo entre as partes, com base na legislação vigente.
12.22. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento da Ata de Registro de Preços, perante o Foro da Comarca de Teixeira Soares, Estado do Paraná, o qual é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias pelo pregoeiro e pela Equipe de Apoio, à luz da legislação vigente, relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
12.23 E por estarem, assim, justos e combinados, firmam o presente Documento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, nas disposições da legislação vigente.

Fernandes Pinheiro, em 31 de agosto de 2026.

Município De Fernandes Pinheiro
OZIEL NEIVERT
Contratante

ANGAI COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:6365DE5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ATA DA SESSÃO PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026
1ª SESSÃO

1. ABERTURA DA SESSÃO

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sala de reuniões do Paço Municipal de Goioerê/PR, reuniram-se os membros da Comissão Especial designada pela Portaria nº 482/2026, para realizar a sessão pública da Chamada Pública nº 1/2026. Aberta a sessão, a Presidente informou que o procedimento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atendimento do PNAE, conforme o edital e seus anexos.

2. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

A Comissão registrou o recebimento dos envelopes/documentos e Projetos de Venda dos seguintes proponentes:

Nº	Proponente	CPF/CNPJ	Forma de participação	Representante
1	Ivanete Carmem dos Santos	042.932.049-38	Fornecedor Individual	Não
2	Lizanete Aparecida Finco Torres	030.170.269-14	Fornecedor Individual	Não
3	Durcilia dos Santos	050.021.059-47	Fornecedor Individual	Não
4	Nilza de Fátima Pastor	030.586.349-51	Fornecedor Individual	Não
5	Adilson Garcia Donaris	028.153.909-06	Fornecedor Individual	Não
6	Izabel Fernades Braz	049.768.929-48	Fornecedor Individual	Não
7	Joaquim Gonçalves de Carvalho	397.543.409-00	Fornecedor Individual	Não
8	Davison Jarabi de Carvalho	103.018.939-00	Fornecedor Individual	Não
9	Aparecida Ivone Martins Rodrigues	020.706.999.94	Fornecedor Individual	Não
10	Wivaldo Gonçalves Marques	412.906.589-00	Fornecedor Individual	Não
11	Nelton de Castro Soares	328.574.119-87	Fornecedor Individual	Não
12	Alice Gama da Silva	019.886.519-80	Fornecedor Individual	Não
13	Roberto Ramos de Souza	562.814.559-91	Fornecedor Individual	Não
14	Laerte Ferreira das Neves	328.635.199-72	Fornecedor Individual	Não
15	Milton de Farias Simão	537.312.989-53	Fornecedor Individual	Não
16	Associação dos Agricultores Familiares de Goioerê	09.655.816/0001-28	Grupo Formal	Não
17	Valdir Gonçalves Ferreira	025.528.389-01	Fornecedor Individual	Não
18	Sirlete Francisca de Oliveira	038.812.479-20	Fornecedor Individual	Não
19	Elaine Medeiros de Carvalho	142.605.109-32	Fornecedor Individual	Não
20	Luiz Felipe dos Santos	570.424.899-34	Fornecedor Individual	Não
21	Maurinda Firmino da Costa	632.209.469-68	Fornecedor Individual	Não
22	Thais Regina Leopoldina Neimster	301.341.548-78	Fornecedor Individual	Não
23	Solange Conceição Pereira de Souza	971.929.109-53	Fornecedor Individual	Não

4. CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Após o credenciamento dos presentes, a Comissão verificou a integridade e a identificação dos envelopes e procedeu à sua abertura, rubricando a documentação de habilitação e os Projetos de Venda.

5. ANÁLISE DA HABILITAÇÃO

A documentação foi examinada conforme a forma de organização de cada fornecedor e as exigências do item 6 do edital. O resultado da análise foi o seguinte:

Proponente	Resultado	Pendência/ ocorrência	Providência/prazo
Ivanete Carmem dos Santos	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Lizanete Aparecida Finco Torres	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Durcilia dos Santos	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Nilza de Fátima Pastor	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Adilson Garcia Donaris	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Izabel Fernades Braz	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Joaquim Gonçalves de Carvalho	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Davison Jarabi de Carvalho	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Aparecida Ivone Martins Rodrigues	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Wivaldo Gonçalves Marques	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		

Nelton de Castro Soares	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Alice Gama da Silva	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Roberto Ramos de Souza	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Laerte Ferreira das Neves	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Milton de Farias Simão	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Associação dos Agricultores Familiares de Goioerê	( ) Habilitado ( ) Inabilitado (x) Regularização	Ausência de: I - comprovante de inscrição no CNPJ; II - extrato da CAF Pessoa Jurídica, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias; III - prova de regularidade com a Fazenda Federal, Seguridade Social e FGTS; IV - estatuto e ata de posse da atual diretoria, registrados no órgão competente; VII - relação dos agricultores participantes, contendo nome, CAF, valor e alimento; IX - documentação higiênico-sanitária exigível conforme o alimento, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42, Resolução CD/FNDE nº 4/2026.	Nos termos do item 6.6. do Edita concede-se prazo de 5 (cinco) dias uteis para regularização e apresentação dos documentos ausentes
Valdir Gonçalves Ferreira	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Sirlete Francisca de Oliveira	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Elaine Medeiros de Carvalho	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Luiz Felipe dos Santos	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Maurinda Firmino da Costa	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Thais Regina Leopoldina Neimster	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		
Solange Conceição Pereira de Souza	(x) Habilitado ( ) Inabilitado ( ) Regularização		

Saneamento documental: nos termos do item 6.6 do edital, a Comissão concedeu prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização da documentação indicada acima, ficando a conclusão da habilitação suspensa quanto ao proponente Associação dos Agricultores Familiares de Goioerê.
Em virtude a necessidade de regularização de documentação, resta impossibilitado, neste momento, a seleção dos demais projetos de venda. Deste modo, suspende-se a sessão para saneamento das falhas, sendo que a continuidade da sessão será informada através de publicação no diário oficial do munícipio, após apresentação de documentação faltante ou após transcorrido o prazo concedido, o que ocorrer primeiro. A sessão pública foi transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê no YouTube. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, Vanessa José da Silva, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada pela comissão.

TEIVIA DIELE DA SILVA DE MELO
Presidente da Comissão Especial

DAIANE MARIA BORTOLUZZI FERREIRA
Membro da Comissão Especial

PRISCILA VELOSO ELER ILTO
Membro da Comissão Especial

VANESSA JOSÉ DA SILVA
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:2B31D997

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS EDITAL Nº 001/2026 EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS
EDITAL Nº 001/2026

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO Nº 005/2026

HOMOLOGA A RELAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026

A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições constantes do Edital de Abertura nº 001/2026, Edital Retificador nº 002/2026 e Edital Retificador nº 003/2026,
CONSIDERANDO a publicação do Edital de Divulgação nº 004/2026, que tornou pública a relação provisória das inscrições deferidas e indeferidas do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026;
CONSIDERANDO o prazo estabelecido para interposição de recursos contra a relação provisória das inscrições, compreendido entre os dias 27 e 28 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que não houve interposição de recursos contra a relação provisória das inscrições no prazo estabelecido;
TORNA PÚBLICA a **HOMOLOGAÇÃO DA RELAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES** do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, conforme segue:

1. DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

1.1. Ficam **homologadas e consideradas definitivas** as inscrições dos candidatos relacionados abaixo, anteriormente divulgadas como deferidas no Edital de Divulgação nº 004/2026.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

Nº	Nome do Candidato	Situação
1	ALIANE KNORONOSHI	DEFERIDA
2	ALICE KAILER DA SILVA	DEFERIDA
3	ALICY RODRIGUES SANTOS CANTERI	DEFERIDA
4	ALINE BOLIGON	DEFERIDA
5	ALINE MARCHIORI CORDEIRO	DEFERIDA
6	ANDREIA CAVALHEIRO FERRAZ	DEFERIDA
7	ANDRESSA ULCHAK	DEFERIDA
8	ANELIZA GRACIENNE GOMES SAYDELLES	DEFERIDA
9	AMANDA DE SOUZA LIMA	DEFERIDA
10	CARLA CORDEIRO MUZEKA	DEFERIDA
11	CELIA RAVANELO	DEFERIDA
12	DADIANE DA SILVA FERRAZ	DEFERIDA
13	DAIANA PASA	DEFERIDA
14	DIANA APARECIDA DE CASTRO	DEFERIDA
15	EDINEIA APARECIDA RAMOS	DEFERIDA
16	ELAINE APARECIDA ROTHERMEL	DEFERIDA
17	ELAINE MARIA DE MATOS	DEFERIDA
18	ELEANDRA APARECIDA ZAREMBSKI	DEFERIDA
19	EVERALDO PADILHA	DEFERIDA
20	FRANCIELE DE MATOS	DEFERIDA
21	GILIADY DE LIMA SANTOS	DEFERIDA
22	GIZELE APARECIDA CHAVES	DEFERIDA
23	GRAZIELA SILVIA CAMPANHA	DEFERIDA
24	INGRID LETICIA LIMA DOS SANTOS	DEFERIDA
25	IRIA DE OLIVEIRA PASA DE SOUZA	DEFERIDA
26	IZAMARA DAS GRACAS SOARES FONSECA	DEFERIDA
27	JAQUELINE MENDES DE OLIVEIRA	DEFERIDA
28	JAQUIELLE DE ANDRADE	DEFERIDA
29	JEAN JOSÉ CAMARGO MAJOR	DEFERIDA
30	JESSICA PAOLA ORUE LOURES	DEFERIDA
31	JOICE DA CRUZ	DEFERIDA
32	JOSIAS DAMAZIO FERREIRA	DEFERIDA
33	JULIENE GOMES SANTANA	DEFERIDA
34	LEIDIMARA DE FATIMA FARIAS	DEFERIDA
35	LUCAS GABRIEL DOS SANTOS	DEFERIDA
36	MAILTON CORDEIRO DOS SANTOS	DEFERIDA
37	MAISA SCHADECK NUNES	DEFERIDA
38	MARAIZA APARECIDA FARIAS	DEFERIDA
39	MARCIELE DE FATIMA MORAIS NICODEM DE MATOS	DEFERIDA
40	MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	DEFERIDA
41	MARIA LEONÇA RAIMUNDO BASTOS	DEFERIDA
42	MARIA MARTA DE SOUZA SILVEIRA BORGES	DEFERIDA
43	MARIA VALDIVINA FIUZA	DEFERIDA
44	MARIZA SLUSARSKI	DEFERIDA
45	MARIZETE DE JESUS SOARES DOS SANTOS	DEFERIDA
46	MONICA PEDROSO POSSAMAI	DEFERIDA
47	OSMAR JOSÉ LEME	DEFERIDA
48	RAFAELA VISENTIM DA ROSA	DEFERIDA
49	RAQUELINE ONISKO DA SILVA	DEFERIDA
50	ROSILENE CORDEIRO MUZEKA	DEFERIDA
51	RUAN MATHEUS ADAMOWSKI LINHARES	DEFERIDA
52	TAIANE DO ROCIO DE MATOS DA SILVA	DEFERIDA
53	TEREZINHA FERREIRA DE LIMA	DEFERIDA
54	TIAGO DE MATOS	DEFERIDA
55	VANDERLEIA TOMEL REINAUER	DEFERIDA
56	VANESSA FERREIRA DE ALMEIDA	DEFERIDA
57	VANESSA GONÇALVES ANACLETO	DEFERIDA
58	VANUZA DOS SANTOS PEDROSO	DEFERIDA

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – ACE
1.2. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos anteriormente relacionados como deferidos no Edital de Divulgação nº 004/2026, conforme relação definitiva abaixo:

Nº	Nome do Candidato	Situação
1	ALIANE KNORONOSHI	DEFERIDA
2	ALINE BOLIGON	DEFERIDA
3	ANDRESSA ULCHAK	DEFERIDA

4	AMANDA DE SOUZA LIMA	DEFERIDA
5	BEATRIZ FERREIRA VAZ LORENZETT	DEFERIDA
6	CELIA RAVANELO	DEFERIDA
7	ELAINE APARECIDA ROTHERMEL	DEFERIDA
8	ELAINE MARIA DE MATOS	DEFERIDA
9	ELENICE DE LIMA ANDRADE RODRIGUES	DEFERIDA
10	EVERALDO PADILHA	DEFERIDA
11	GRAZIELA SILVIA CAMPANHA	DEFERIDA
12	INGRID LETICIA LIMA DOS SANTOS	DEFERIDA
13	IRIA DE OLIVEIRA PASA DE SOUZA	DEFERIDA
14	IZAMARA DAS GRACAS SOARES FONSECA	DEFERIDA
15	JULIANA MARTINS	DEFERIDA
16	JULIENE GOMES SANTANA	DEFERIDA
17	LEIDIMARA DE FATIMA FARIAS	DEFERIDA
18	MAILTON CORDEIRO DOS SANTOS	DEFERIDA
19	MAISA SCHADECK NUNES	DEFERIDA
20	MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	DEFERIDA
21	MARIA GORETI NASCIMENTO PRESTES	DEFERIDA
22	MARISTELA NOGUEIRA MARTINS KLOSTER	DEFERIDA
23	OSMAR JOSÉ LEME	DEFERIDA
24	OSVALDO YOSHIO NAGITA	DEFERIDA
25	RAFAEL GUTELVIL TAUSCHER	DEFERIDA
26	ROSICLEIA SILVEIRA DE LIMA	DEFERIDA
27	ROZIMERI DOS SANTOS PADILHA	DEFERIDA
28	RUAN MATHEUS ADAMOWSKI LINHARES	DEFERIDA
29	SILMARA SCRAMOCIN DE MORAES	DEFERIDA
30	TEREZINHA FERREIRA DE LIMA	DEFERIDA
31	VANDERLEIA TOMEL REINAUER	DEFERIDA
32	VIVIANE OLIVEIRA MAÇANEIRO	DEFERIDA

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1.3. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos anteriormente relacionados como deferidos no Edital de Divulgação nº 004/2026:

Nº	Nome do Candidato	Situação
1	CASSIANE IZIDORIO DE JESUS	DEFERIDA
2	IZABEL APARECIDA DE LIMA	DEFERIDA
3	JESSICA LUISA RAMOS	DEFERIDA
4	NOÊMIA MODESTO DE OLIVEIRA	DEFERIDA
5	SIRLEI FERREIRA DAS CHAGAS	DEFERIDA
6	WELLITA ROCHA DE LARA	DEFERIDA

2. DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

2.1. Considerando a inexistência de recursos interpostos contra a relação provisória publicada no Edital de Divulgação nº 004/2026, ficam mantidos os indeferimentos das inscrições abaixo relacionadas:

Nome do Candidato	Cargo	Situação	Motivo
ANA PAULA COUTINHO MANDEKAL	Técnico de Enfermagem	INDEFERIDA	Documentação incompleta
ELIZANGELA FRANCA DOS ANJOS	ACE	INDEFERIDA	Documentação incompleta
GISLAINE DOS SANTOS	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta
GUTERCLEISON DE OLIVEIRA LIMA	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta
JAKSON RECH	ACE	INDEFERIDA	Documentação incompleta
JUNIOR VINICIOS FERNANDES	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta
KALLYANE MARIA MENEZES	Não informado	INDEFERIDA	Documentação incompleta
LEANDRO CEZAR DE RAMOS	Técnico de Enfermagem	INDEFERIDA	Documentação incompleta
MARIELE APARECIDA LINHARES	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta
RODRIGO DE CHAVES	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta
SILMARA DOS SANTOS DIAS	ACS	INDEFERIDA	Documentação incompleta

A relação e os motivos constam da publicação provisória original.

3. DA AUSÊNCIA DE RECURSOS

3.1. Decorrido o prazo estabelecido para interposição de recursos contra a relação provisória das inscrições, não foram apresentados recursos pelos candidatos.
3.2. Em razão da inexistência de recursos, ficam definitivamente homologadas as inscrições deferidas e mantidos os indeferimentos constantes do Edital de Divulgação nº 004/2026.
3.3. A presente publicação substitui, para fins de definitividade, a relação provisória anteriormente divulgada.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. A homologação das inscrições não dispensa os candidatos do cumprimento dos demais requisitos estabelecidos no Edital nº 001/2026 e suas alterações, os quais serão observados nas etapas e momentos próprios do Processo Seletivo Simplificado.
4.2. Os candidatos com inscrição deferida ficam aptos a participar das demais etapas do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, observadas as condições estabelecidas no Edital de Abertura e nos demais atos publicados pela Comissão Organizadora e Examinadora.
4.3. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026 e suas alterações.

Goioxim/PR, 31 de agosto de 2026.

ANGELA FABIANE CAGNINI
Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora
Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:A86DB9C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL – 2026 - CATEGORIA ADULTO LIVRE MASCULINO SÉRIES OURO E PRATA E CATEGORIA ADULTO LIVRE FEMININO

MUNICÍPIO DE GUAÍRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1° - Este regulamento é um conjunto das disposições que regem o Campeonato Municipal de Futsal – 2026, na categoria adulto livre masculino e categoria adulto livre feminino, no município de Guaíra - Pr.
Art. 2° - Todos os Participantes do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, serão considerados conhecedores da legislação esportiva aplicável e das disposições contidas neste regulamento e igualmente, dos atos disciplinares/administrativos complementares, no que diz respeito aos seus direitos e deveres.
Art. 3° - É de competência da CCO (Comissão Central Organizadora – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura do Município de Guaíra-Pr) fazer cumprir este regulamento, organizar os jogos e buscar resoluções de casos omissos.

II - DOS OBJETIVOS
Art. 4° - Oportunizar a integração, socialização e amizade entre os participantes.
Art. 5° - Incentivar a prática deste esporte no município, visando estimular a cultura física e mental dos participantes, bem como o entrosamento, lazer, entretenimento e bem-estar dos cidadãos.
Art. 6° - Favorecer o surgimento de novos talentos esportivos, dos valores educacionais, culturais e recreativos que deverão reinar neste campeonato.

III - DA ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA
Art. 7°- A organização e administração do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, – Categoria Adulto Livre Masculino Séries OURO e PRATA e Categoria Adulto Livre feminino, ficará a cargo do seguinte órgão, que será reconhecido pelos participantes:
CCO (Comissão Central Organizadora – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura).

IV – DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA
Art. 8° - O Campeonato Municipal de Futsal – 2026 será administrado, organizado, dirigido e/ou supervisionado pela coordenação e funcionários da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura do Município de Guaíra-Pr.
Art. 9° - Compete à Comissão Central Organizadora:
Elaborar a programação para os jogos;
Confeccionar as súmulas de jogos;
Conferir/averiguar/analisar a documentação dos participantes da competição entregues no ato da inscrição para participação na competição/evento;
Designar os locais das competições;
Supervisionar a aplicação do regulamento geral bem como demais assuntos de ordem técnica;
Providenciar árbitros para a competição;
Providenciar a divulgação dos resultados das partidas;
Tomar decisões quando necessário, em assuntos referentes à organização do campeonato;
Homologar e proclamar a classificação final;
Organizar a entrega da premiação;
Resolver, no que se refere à parte técnica e organizacional geral, aos casos omissos.

V - DO CONGRESSO TÉCNICO
Art. 10 - Para a realização do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, reunir-se-á o congresso no qual deverão participar obrigatoriamente pelo menos um representante de cada equipe. A Sessão preliminar será realizada no dia **14/08/2026, as 19h00** na Sala de reuniões da Prefeitura (Paço Municipal), convite aberto ao público com intenção de participar da competição (conversa, atualização de informações referente ao regulamento e competição e possível votação para os dirigentes/representantes presentes em determinado assunto).
Art. 11 - O Congresso Técnico será realizado no dia **02/09/2026, (Quarta feira) as 19h00** na Sala de reuniões da Prefeitura (Paço Municipal), no Município de Guaíra-Pr.
Parágrafo Único - A equipe participante da referida competição deverá enviar obrigatoriamente 01 representante legal ao congresso técnico, se não for enviado representante ao congresso técnico a equipe não terá direito a atitudes tardias contrárias ao conversado/discutido/decidido, tendo que acatar as deliberações tomadas no congresso técnico.

VI - DAS CATEGORIAS EM DISPUTA
Art. 12 - O Campeonato Municipal de Futsal – 2026, será disputado nas categorias:
Adulto Livre Masculino;
- Série OURO
- Série PRATA
Adulto Livre Feminino;

VII - DAS INSCRIÇÕES
Art. 13 - Será considerada inscrita a equipe que realizar o cadastro e preencher os dados solicitados: com a relação/nomeação de atletas, data de nascimento, Número de CPF, comissão técnica e anexar documento pessoal com foto e comprovante de vínculo com o município de Guaíra-Pr (vínculos podem ser enviados para whatssapp da diretoria de esportes – 3642-10-65), a equipe inscrita deverá ter 01 responsável e apresentar um contato de telefone (whatsapp) para passar e receber informações e efetuar o pagamento da taxa de inscrição.

Art. 14 - As inscrições para disputa do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, deverão ser feitas junto a Diretoria Municipal de Esportes e Lazer (em anexo no Ginásio de Esportes Professor Robinson Reis) no município de Guaíra-Pr, com o pagamento da taxa de inscrição até a data limite de **02/09/2026 as 17h00**, **havendo taxa de inscrição no valor de R$ 167,16 = 2,63 UFG´s, do município de Guaíra-Pr), para as equipes participantes.** A equipe que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data/horário limite do regulamento, a mesma estará impossibilitada de participar do sorteio e da competição. **A Categoria Adulto Livre Masculino Série OURO terá limite de no máximo 08 equipes,** que obtiveram classificação no campeonato municipal de futsal **2025. A Categoria Adulto Livre Masculino Série PRATA** terá o limite de no máximo 20 equipes e na **Categoria Adulto Livre feminino** terá o limite de no máximo 12 equipes.
Parágrafo 1º - As inscrições deverão conter todos os dados solicitados no cadastro de inscrição, e as informações contidas na inscrição serão de inteira responsabilidade dos dirigentes/responsáveis das equipes.
Art. 15 - O atleta estará inscrito pela equipe mediante confirmação de sua inscrição, através da apresentação de seus dados no sistema, neste caso **(Nome Completo legível, CPF, Data de Nascimento, Telefone, Foto estilo 3x4, documento pessoal com foto e comprovante de vínculo com o município de Guaíra-Pr conforme regulamento – VIII DOS PARTICIPANTES).**
Parágrafo 1º - O prazo para inclusão de atletas poderá ser efetuado impreterivelmente até antes do final da primeira fase, desde que haja vaga na equipe. (Todas as informações referentes a inscrição do atleta (conforme capítulo VIII – Participantes)) devem ser realizadas com 24 horas ou mais antes do jogo da equipe que pretende utilizar o atleta na competição). As informações e documentação devem ser passadas diretamente para a diretoria de esportes por seus dirigentes/responsáveis.
Parágrafo 2º - A substituição de atletas também será permitida até antes do final da primeira fase, desde que o atleta substituído não tenha atuado pela equipe em nenhuma partida (não conste a numeração/relação do mesmo na súmula). (Todas as informações referentes a inscrição do atleta (conforme capítulo VIII – Participantes) devem ser realizadas com 24 horas ou mais, antes do jogo da equipe que pretende utilizar o atleta na competição).
Parágrafo 3° - Em caso de lesão, com apresentação de laudo médico devidamente assinado e que conste o CRM do médico, lesão do atleta e período de afastamento, nesse caso será possível a troca).
Após o término da 1ª fase não poderão ocorrer trocas, inclusão ou substituição de atletas. Substituição/inclusão de atleta até as 17h00 horas do último dia útil antecedente a última rodada da 1ª fase.
Art. 16 - Poderão ser inscritos no mínimo 07 e no máximo 14 atletas nas categorias em disputa por equipe.
Art. 17 - Fica também definido que o caso algum atleta seja pretendido por mais de uma equipe, o ATLETA deve decidir para qual equipe irá participar e informar diretamente a CCO e/ou Diretoria de Esportes.
Art. 18 - A adesão/aceitação ao presente regulamento se efetivará com a inscrição da equipe participante. Os atletas e dirigentes inscritos no Campeonato Municipal de Futsal – 2026, devem respeitar todos os princípios disciplinares inerentes em disputa e além das prescritas neste regulamento.
Art. 19 - Toda inscrição de atleta deixará claro que o mesmo se encontra em perfeito estado de saúde, isentando a CCO (Comissão Central Organizadora) de qualquer incidente/acidente que por ventura possa ocorrer antes, durante ou após a realização do evento/competição/partida. A condição de saúde dos atletas participantes bem como seu translado de ida e volta ao local de competição são de sua inteira responsabilidade de seus dirigentes/técnicos, a participação de atletas menores de idade, de acordo com a legislação vigente no país, fica sob responsabilidade das equipes participantes e de seus dirigentes/técnicos.

VIII - DOS PARTICIPANTES
DO VÍNCULO COM O MUNICÍPIO DE GUAÍRA-PR
Art. 20 - Poderão participar do Campeonato Municipal de Futsal – 2026 apenas os atletas vinculados ao Município de Guaíra-Pr. Para fins de vínculo com o município será considerado pelo menos um dos seguintes casos abaixo, para comprovação: Seja **NASCIDO** no Município de Guaíra
Seja **ELEITOR** no Município de Guaíra (Título de Eleitor)
Seja **ESTUDANTE** no Município de Guaíra (Declaração de matricula)
RESIDA no Município de Guaíra
- Conta de Energia
- Conta de Agua
- Conta de Internet
- Declaração de Residência Indígena (expedido e assinado pela FUNAI)

OBS: O comprovante de residência deve estar no nome do ATLETA, cônjuge do ATLETA (Certidão de Casamento) ou em nome dos PAIS/RESPONSÁVEIS pelo atleta, caso o mesmo seja menor de idade (-18 anos).
TRABALHE no município com vínculo empregatício ou profissional (Carteira de trabalho, CNPJ)
PROPRIETÁRIO DE BEM IMÓVEL no município (casa, lote urbano ou lote rural) comprovado através de escritura**;**

Parágrafo 1º: para comprovação de vínculo com o município de Guaíra-Pr, será validado comprovante de vinculo com **DATA LIMITE ATÉ DIA 14/08).**
Parágrafo 2º: É obrigatório apresentar junto com a inscrição da equipe o comprovante de vínculo do atleta com o município de Guaíra-Pr para participar da competição. Caso não tenha a comprovação de vínculo com o município de Guaíra-Pr, a nomeação do atleta não irá para a relação de súmula de jogo, até ser regularizado. **Observação:** deve-se anexar o comprovante de vínculo do atleta pelo site https://guaira.digital.esp.br/ ou whatssapp da Diretoria de Esporte e Lazer (3642-10-65), deve-se identificar a equipe, o atleta e seu vínculo, se caso não estiver no nome do atleta.
Parágrafo 3º: o quantitativo de atletas federados atuantes em 2026 (na série: ouro, prata e bronze – FPFS: Federação Paranaense de Futebol de Salão) ou em outras entidades esportivas de qualquer estado brasileiro ou outro país, será LIVRE NA SÉRIE OURO. (Conforme votação no dia 14/08/2026).
Parágrafo 4º: o quantitativo de atletas federados atuantes em 2026 (na série: ouro, prata e bronze – FPFS: Federação Paranaense de Futebol de Salão) ou em outras entidades esportivas de qualquer estado brasileiro ou outro país, será PROIBIDO NA SÉRIE PRATA. (Conforme votação no dia 14/08/2026).

Parágrafo 5º: caso algum atleta esteja inscrito no Municipal 2026, e seu registro de federação ocorra após o início de competição, este perderá automaticamente a condição legal de jogo a partir da data em que efetuar o registro na Federação, podendo ser substituído na relação de atletas da equipe por outro atleta.

DA FAIXA ETÁRIA
Art. 21 - A idade na categoria adulto livre (masculino e feminino) será permitido o atleta com idade mínima de **15 anos (nascidos até 2011)**, e com termo de autorização assinado pelos pais ou responsáveis preenchido e assinado quando atleta for menor de idade (menor de 18 anos). Conforme modelo de autorização fornecido pela organização.

DA IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES (Documentos)
Art. 22 - O atleta e integrante da comissão técnica deverá apresentar obrigatoriamente em todo jogo/partida **CARTEIRINHA DE ATLETA** impressa DO PLACAR SOFT (software da competição) ou documento pessoal original/oficial com foto (capaz de identificar o seu portador) que goze de fé pública (frente e verso, conforme regulamento), para participar dos jogos do campeonato. O participante deverá apresentar obrigatoriamente 01 (um) dos documentos listados:
I. Cédula de Identidade (RG) expedida pelas Secretarias de Segurança Pública através dos Institutos de Identificação de qualquer um dos Estados-membros da República Federativa do Brasil;
II. Carteira de Identidade Militar;
III. Cédula de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal Brasileira;
IV. Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
V. Passaporte Brasileiro expedido pela Polícia Federal Brasileira;
VI. Cédula de Identidade de Profissões reconhecidas em nosso país;
VII. Estrangeiros dos Países integrantes do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname), poderão utilizar o Documento Nacional de Identidade ou Passaporte do seu país de origem.
Observação: Será aceito documento de forma digital (somente pelo aplicativo). **Em hipótese alguma o atleta e integrante da comissão técnica deverá iniciar a partida sem apresentação do documento pessoal.** Não serão aceitas cópias, nem tampouco fotografias de documentos para atuação nas partidas.

DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
Art. 23 - Para o **Campeonato Municipal de Futsal – 2026 – Categoria Adulto Livre Masculino Séries OURO e PRATA e Categoria Adulto Livre Feminino** é vedada a participação de:
a. Equipe na modalidade/sexo/prova que estiver em cumprimento de suspensão por prazo, imposta pela Comissão de Ética/Comissão Central Organizadora, na respectiva competição e independente da competição em que foi punido;
b. Pessoa física (Atleta, Técnico, etc.) que estiverem em cumprimento de suspensão por prazo, eliminação imposta pela Comissão de Ética/Comissão Central Organizadora, na respectiva competição e independente da Competição em que foi punido;
c. Pessoa física (Atleta/Dirigente) que não preencham os requisitos (se enquadre) exigidos no Capítulo VIII - PARTICIPANTES.
d. É Vedada a participação do **ATLETA** em mais do que uma (01) categoria, tendo o atleta que optar em qual categoria o mesmo irá participar (Ouro ou Prata).

IX - DA PREMIAÇÃO
Art. 24 - A Premiação do Campeonato Municipal de Futsal – 2025, Categoria Adulto Livre Masculino e Categoria Adulto Livre Feminino, será a seguinte:

Categoria Adulto Livre Masculino Série PRATA	**Categoria Adulto Livre Masculino Série OURO**	**Categoria Adulto Livre Feminino**
1º lugar: **R$ 2.500,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	1º lugar: **R$ 3.000,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	1º lugar: **R$ 2.500,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;
2º lugar: **R$ 2.000,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	2º lugar: **R$ 2.500,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	2º lugar: **R$ 2.000,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;
3º lugar: **R$ 1.500,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	3º lugar: **R$ 2.000,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;	3º lugar: **R$ 1.500,00,** 01 Troféu e 17 medalhas;
4º lugar: 01 Troféu e 17 medalhas;	4º lugar: 01 Troféu e 17 medalhas;	4º lugar: **R$** 01 Troféu e 17 medalhas;
01 troféu, para jogador artilheiro; (150,00)	01 troféu, para jogador artilheiro; (250,00)	01 troféu, para jogadora artilheira; (150,00)
01 troféu, para o goleiro menos vazado. (150,00)	01 troféu, para o goleiro menos vazado. (250,00)	01 troféu, para o goleira menos vazada. (150,00)

Observação: medalhas para:14 atletas, 01 técnico, 01 auxiliar técnico e 01 massagista. 01 troféu para jogador(a) artilheiro/artilheira que realizar mais gols na competição, em caso de empate a premiação será entregue ao artilheiro(a) da equipe melhor posicionada na classificação final da competição (critério desempate). 01 troféu para goleiro/goleira menos vazado/vazada, a disputa ocorre entre os goleiros/goleiras semifinalistas e se ocorrer empate de gols recebidos a premiação vai para o goleiro/goleira da equipe melhor posicionada na classificação final (critério de desempate). 01 troféu para jogador/jogadora destaque da partida da final da competição.

Parágrafo 1°: os 1° a 4° colocados da série PRATA terão acesso a série OURO do ano seguinte (2027).
Parágrafo 2°: Os dois últimos colocados na fase classificatória da série OURO serão rebaixados para série PRATA do ano seguinte (2027).
Paragrafo 3°: Será OBRIGATORIO o acesso em caso de classificação para a série OURO.
Paragrafo 4°: Os vencedores da Série PRATA e OURO 2026 disputarão a (SUPER COPA 2027). Onde consistirá em jogo único entre os campeões de ambas as séries.

X - DA FORMA DE DISPUTA (Exemplo - a ser decidido no congresso Técnico, referente a quantidade de equipes participantes)
Art. 25 - O sistema de disputa do Campeonato Municipal de Futsal – 2026 (utiliza como exemplo), na **Categoria Adulto Livre masculino série OURO (8 equipes) série PRATA com a participação de no máximo 20 equipes, e na Categoria Adulto Livre feminino com a participação de no máximo 12 equipes,** será a seguinte:
Observação: a Comissão Central organizadora poderá modificar a forma de disputa na forma que for mais conveniente, referente as categorias pelo número de equipes participantes e cronograma da competição.

DA CATEGORIA ADULTO LIVRE MASCULINO – SÉRIE OURO

Equipes Classificadas:
7 de setembro/Cassol Futsal
Juventude Oliveira Castro
PH Esportes
Oliveira Futsal
Palmeirinhas
Sport Club BNH3
Panela Futsal Club
Audax FC

Fase Classificatória: Os concorrentes serão divididos em grupo único, disputados pelo sistema de rodízio simples (todos x todos).
Classifica-se os 4° melhores colocados para a fase Semifinal
Os 02 últimos colocados serão rebaixados para Série Prata 2027

SEMIFINAL

1º Jogo	1° Colocado	X	4° Colocado
2º Jogo	3° Colocado	X	2° Colocado

FINAL

1º Jogo	Perdedor do 1º jogo da semifinal	X	Perdedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 3º Lugar
2º Jogo	Vencedor do 1º jogo da semifinal	X	Vencedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 1º Lugar

DA CATEGORIA ADULTO LIVRE MASCULINO – SÉRIE PRATA (Exemplo)
Fase Classificatória: Os concorrentes serão divididos em 04 grupos (A, B, C e D), e disputados pelo sistema de rodízio em um turno. A composição dos grupos será a seguinte:

Grupos	**A**	**B**	**C**	**D**
Equipes	01	02	03	04
	05	06	07	08
	09	10	11	12
	13	14	15	16
	17	18	19	20

Classificam-se para a Fase Quartas de final do 1º e 2º lugar de cada grupo.

Fases / Quartas de final / Semifinal e Final: Serão disputadas no sistema de eliminatória simples / confronto direto (quartas de final), com disputa de semifinal e final (3º e 1º lugares). Os 08 classificados serão distribuídos na chave, como segue:

QUARTAS DE FINAL

1º Jogo	1° grupo A	X	2° grupo D
2º Jogo	1° grupo B	X	2° grupo C
3º Jogo	1° grupo C	X	2° grupo B
4º Jogo	1° grupo D	X	2° grupo A

SEMIFINAL

1º Jogo	Vencedor do 1º jogo das quartas de final	X	Vencedor do 2º jogo das quartas de final
2º Jogo	Vencedor do 3º jogo das quartas de final	X	Vencedor do 4º jogo das quartas de final

FINAL

1º Jogo	Perdedor do 1º jogo da semifinal	X	Perdedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 3º Lugar
2º Jogo	Vencedor do 1º jogo da semifinal	X	Vencedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 1º Lugar

DA CATEGORIA ADULTO LIVRE FEMININO (Exemplo - a ser decidido no congresso Técnico, referente a quantidade de equipes participantes)
Fase Classificatória: Os concorrentes serão divididos em 02 grupos (A e B), e disputados pelo sistema de rodízio em um turno. A composição dos grupos será a seguinte:

Grupos	**A**	**B**
Equipes	01	02
	03	04
	05	06
	07	08
	09	10
	11	12

Classificam-se para a Fase quartas de final, do 1º ao 4º lugar de cada grupo.

Quartas de final / Semifinal e Final: Serão disputadas no sistema de eliminatória simples / confronto direto (quartas de final), com disputa de semifinal e final (3º e 1º lugares). Os 08 classificados serão distribuídos na chave, como segue:

QUARTAS DE FINAL

1º Jogo	1º do A	X	4º do B
2º Jogo	2º do A	X	3º do B
3º Jogo	3º do A	X	2º do B
4º Jogo	4º do A	X	1º do B

SEMIFINAL

1º Jogo	Vencedor do 1º jogo das quartas de final	X	Vencedor do 2º jogo das quartas de final
2º Jogo	Vencedor do 3º jogo das quartas de final	X	Vencedor do 4º jogo das quartas de final

FINAL

1º Jogo	Perdedor do 1º jogo da semifinal	X	Perdedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 3º Lugar
2º Jogo	Vencedor do 1º jogo da semifinal	X	Vencedor do 2º jogo da semifinal	Decisão do 1º Lugar

XI - DA PONTUAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Art. 26 - O sistema de pontuação para classificação no grupo será:
a) 03 pontos por vitória;
b) 01 ponto por empate;
c) 00 ponto por derrota.

Art. 27 - O sistema de desempate dentro do grupo adotado nas fases que forem disputadas pelo sistema de rodízio, será o seguinte:
a) Confronto direto (utilizado somente no caso de empate entre 02 equipes);
b) Saldo de gols
c) Ataque mais positivo
d) Defesa menos vazada

e) Maior Número de vitórias
f) Menor número de derrotas
g) Menor número de cartões vermelhos;
h) Menor número de cartões amarelos;
i) Média de gols average
j) Sorteio.

Observação:
1. Quando da necessidade de classificar, **entre os grupos**, uma ou mais equipes, será utilizado os seguintes procedimentos e Critérios Técnicos:
1.1. Para os grupos que o número de equipes for igual:
a) Maior pontuação
b) Maior número de vitórias
c) Saldo de gols
d) Ataque mais positivo;
e) Defesa menos vazada;
f) Menor número de cartões vermelhos;
g) Menor número de cartões amarelos;
h) Média de gols average
i) Sorteio.

2. Para os **grupos que o número de equipes for diferente**:
2.1 Iguala-se os grupos
2.2 Média de gols average: dividindo o total de gols marcados (pró) pelo total de gols sofridos (contra); **maior coeficiente classifica**.
2.3(número de gols recebidos dividido pelo número de gols feitos em todos os jogos da fase, dividido pelo número de jogos efetuados na fase). ***Classifica-se o menor coeficiente;***
1.2.4. Média de gols pró (número de gols feitos dividido pelo número de jogos efetuados na fase). Classifica-se o **maior coeficiente;**
1.2.5. Média de gols contra (número de gols recebidos dividido pelo número de jogos efetuados na fase). Classifica-se o **menor coeficiente;**
1.2.6. Sorteio.

1.2.7. Observações:
Equipes excluídas da competição (punição disciplinar ou W.O) todos os seus resultados são excluídos:, pontuação, gols feitos e sofridos. Não sendo considerados para cálculos de desempate.

Art. 28 - Na segunda fase da competição, os jogos deverão ter vencedores, se no tempo regulamentar o jogo terminar empatado será aplicado o seguinte:
a) Serão efetuadas cobranças de 05 tiros livres diretos da marca do pênalti, de forma alternada.
b) Persistindo o empate, a decisão será efetuada pela cobrança de um tiro livre direto da marca do pênalti, alternadamente, por atletas diferentes, até que haja um vencedor;
c) Se, ao final do jogo, e antes do início dos pênaltis, uma equipe tiver um número maior de jogadores, incluindo substitutos, do que os seus adversários, ela deverá reduzir o número para o mesmo número de seus adversários e os árbitros devem ser informados do nome e número de cada jogador excluído, se houver. Qualquer jogador excluído não é elegível para participar nas disputas de pênaltis, seja como chutador ou como goleiro.
d) Para a equipe vencedora nos pênaltis será computado mais um gol no placar final.
• Exemplo: Placar ao término do tempo regulamentar 04x04, após decisão de pênaltis, será conferido o seguinte placar a equipe vencedora - 05x04.

XII - DO REGULAMENTO TÉCNICO DA MODALIDADE
Art. 29 - O Campeonato Municipal de Futsal – 2026, será regido pelas Regras Oficiais em vigor no país, obedecendo as normas para esta competição contidas neste regulamento em especial neste Capítulo.
Art. 30 - As partidas terão duração de **40 (quarenta)** minutos, divididos em **02 (dois)** tempos de **20 (vinte)** minutos (sendo o 1º tempo de 20 corridos e o **2º tempo de 15' corridos e 5 cronometrados**) e com no máximo **05 (cinco)** minutos de intervalo.
Art. 31 - Cada equipe terá direito a **01 (um)** minuto de tempo técnico em cada período de jogo.
Art. 32 - Os jogos terão datas, locais e horários decididos pela Comissão Central Organizadora. **Haverá uma tolerância de 15 minutos somente para o 1º jogo da rodada, os demais jogos seguem o horário da programação.**
Art. 33 - Antes do início da partida o técnico/responsável ou capitão deverá fornecer a escalação/numeração de todos os atletas ao anotador (mesário).
Art. 34 - Cada equipe atuará com 05 (cinco) atletas na partida, sendo 04 (quatro) jogadores de linha e 01 (um) goleiro. **Parágrafo único**: Não será permitido o início de uma partida sem que as equipes estejam em quadra com o número mínimo de 03 atletas, sendo um destes o goleiro.
Art. 35 - Quando uma equipe iniciar a partida com o número mínimo de 03 atletas poderá completá-la em qualquer tempo de jogo, através de apresentação da documentação exigido para participação na partida, e com a confirmação por parte da equipe de arbitragem que aquele atleta está devidamente inscrito na súmula/competição e apto a participar daquele jogo.
Art. 36 - A equipe que ficar com menos de 03 atletas, será considerada perdedora da partida, independente do resultado que se verifique, sendo que para efeitos estatísticos, se a equipe infratora estiver perdendo a partida, mantêm o escore para a equipe favorecida, e se a equipe infratora estiver ganhando a partida, não será considerado o resultado, marcando-se para todos os efeitos estatísticos o escore de 01 X 00 para equipe adversária, cabendo ao árbitro o relato do ocorrido.
Art. 37 - Após a 5ª (quinta) falta coletiva por período, (ou seja, da 6ª falta em diante), a equipe infratora será penalizada com a cobrança de tiro livre direto (da marcação de 10 metros). No intervalo do primeiro para o segundo tempo zeram-se as faltas das equipes.
Art. 38 - Em caso de uma equipe não comparecer para o seu jogo, será considerada perdedora por **WxO,** sendo que a equipe que não compareceu estará eliminada da competição e todos os seus resultados serão desconsiderados.
Parágrafo 1º - Também serão desconsiderados os gols marcados e sofridos nos jogos contra a equipe eliminada, para fins de contagem de artilharia e goleiro menos vazado.
Parágrafo 2º - Serão punidos todos os atletas, bem como a comissão técnica e responsável pela equipe quando abandonarem a partida em realização ou não compareceram para o jogo, com exceção daqueles que comparecerem para a partida e que apresentarem justificativa a comissão de ética dentro do prazo máximo de 24 horas por não terem comparecido. Punição para estes atletas, comissão técnica e dirigentes será a eliminação do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, e julgamento.

Art. 39 - Com relação aos cartões, nos casos de WxO e desclassificação de equipes durante o Campeonato, será aplicado o seguinte procedimento:
WxO: Na partida em que houver o WxO, os atletas que tiverem que cumprir a suspensão automática deverá fazê-lo novamente na partida seguinte.
Desclassificação: Todos os cumprimentos de suspensão automática e cartões recebidos nos jogos realizados contra a equipe desclassificada serão mantidos.

DOS CARTÕES
Art. 40 - Será adotado durante o campeonato a punição aos atletas apenas com os cartões amarelo (advertência) e vermelho (expulsão).
Art. 41 - Estará automaticamente suspensa da partida subsequente à pessoa física que for expulsa ou receber 03 (tres) cartões amarelos, consecutivos ou não.
Art. 42 - A contagem de cartões, para fins de aplicação de suspensão automática, é feita separadamente e por tipologia de cartões.
Art. 43 - Quando um atleta for advertido com 01 (um) cartão amarelo e posteriormente, for expulso com a **exibição direta** de cartão vermelho na mesma partida, aquele cartão amarelo inicial permanecerá em vigor;
Art. 44 - Quando um atleta receber um 01 (um) cartão amarelo e, posteriormente, receber 01 (um) segundo cartão amarelo, com a exibição consequente do cartão vermelho, **será computado apenas o cartão vermelho;**
Art. 45 - Se o mesmo atleta em determinado momento da Competição, acumular simultaneamente 03 (três) cartões amarelos e mais 01 (um) cartão vermelho, cumprirá automaticamente a suspensão **por 02 (duas) partidas.**
Parágrafo 1º - Para o início da Segunda Fase (quartas de final/semifinais) a contagem de cartões será zerada, mas quem tiver jogo para cumprir deverá cumpri-lo na Segunda Fase.
Parágrafo 2º - O controle dos cartões dos atletas ficará sob responsabilidade de cada equipe, sendo que a Comissão Central Organizadora não tem obrigação de fazer constar na súmula o atleta suspenso.
Parágrafo 3º - O atleta que deverá cumprir suspensão, caso venha a jogar, será julgado pela Comissão Central Organizadora/ Comissão de ética, e a equipe automaticamente perde os pontos da(s) partida(s) que atuar com atleta(s) suspenso(s).
Parágrafo 4º - As expulsões deverão constar no relatório da súmula do jogo (observações) ou relatório pela arbitragem em anexo.

ADIANTAMENTO E SUSPENÇÃO DE PARTIDAS
Art. 46 - Somente haverá alterações na programação de jogos se a CCO (Comissão Central Organizadora) julgar necessário.
Art. 47 - O arbitro é a única autoridade competente para decidir na quadra por motivo relevante ou força maior, o adiantamento, interrupção ou suspensão da partida.
Parágrafo único - Uma partida somente poderá ser suspensa pelo árbitro quando ocorrer os seguintes fatos e motivos que impossibilitem a sua continuação:
I – Falta de segurança na quadra de jogo;
II – Conflito generalizado, dentro ou fora de quadra de jogo;
III – Falta de condições físicas na quadra de jogo, (Estrutura, Iluminação, demarcações da quadra).
Art. 48 - Na ocorrência de motivo de força maior que impossibilitem a realização de uma partida na data marcada, a efetivação se dará a critério da CCO (Comissão Central Organizadora), com prévia comunicação aos dirigentes/responsáveis das equipes.

ÉPOCA, DIAS, HORÁRIOS E LOCAIS DE REALIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO
Art. 49 - O Campeonato será realizado nos meses de setembro, outubro e novembro de 2026 (previsão dependendo do número de equipes participantes), no município de Guaíra-Pr. Os jogos serão realizados nas: Segundas, Quartas, Sextas e alguns Sábados, como segue:

Segundas-feiras:	**Quartas-feiras:**	**Sextas-Feiras:**	
1º Jogo: 19:15 horas; 2º Jogo: 20:15 horas; 3º Jogo: 21:15 horas;	1º Jogo: 19:15 horas; 2º Jogo: 20:15 horas; 3º Jogo: 21:15 horas;	1º Jogo: 19:15 horas; 2º Jogo: 20:15 horas; 3º Jogo: 21:15 horas;	SABADOS A partir: 14:30

Local dos Jogos: Ginásio de Esportes Professor Robinson Reis e Módulo Esportivo.
Obs.: Não haverá rodadas nos dias dos Jogos oficiais do Paraná, Copa Amop de Futsal, ou outra competição na qual o município participe.

UNIFORMES DE JOGO
Art. 50 - Todas as equipes deverão se apresentar: com camisas numeradas (com numeração legível/identificável) com mesmo padrão de cor (iguais) e calções (iguais), com meias de cano longo e cor predominante, com exceção dos goleiros, e 02 (dois) uniformes diferentes (cores distintas).
Parágrafo Primeiro: O uso de caneleiras será FACULTATIVO.
Parágrafo segundo: É proibido o uso de chuteiras inadequadas (de cravos).
Art. 51 - Caso as cores dos uniformes se prestarem a confusão (idênticos/da mesma cor), o árbitro realizará o sorteio para a troca dos uniformes. Sendo este tempo para a troca dos uniformes de no máximo 10 (dez) minutos. **A CCO não é obrigada a fornecer uniformes e coletes**, sendo a utilização padrão dos uniformes para os jogos são de inteira responsabilidade das equipes participantes e seus responsáveis.
Parágrafo 1º: Para esta competição os goleiros devem utilizar camisa com mesmo modelo e padrão de cor (iguais) os goleiros da mesma equipe podem utilizar uniforme da parte inferior diferentes em comprimento (um de calça e o outro de calção, porém devem ser da mesma cor), o atleta que atuar como goleiro linha deve utilizar camisa com o mesmo modelo e padrão de cor (igual) a camisa do(s) goleiro(s) de sua equipe e com o seu número que iniciou o jogo. Para esta competição os goleiros da mesma equipe podem utilizar seus equipamentos de cores diferentes (ex: cotoveleiras, joelheiras).
Parágrafo 2º: É expressamente proibido jogar com camisa do lado avesso (ao contrário).
Parágrafo 3º: Camisetas e bermudas térmicas poderão ser utilizados. **Parágrafo único:** Será aceito bermuda e/ou camiseta térmica desde que sejam da cor preta, ou cor branca, ou da cor do uniforme, do calção (no caso de bermuda térmica) e da cor das mangas das camisetas (em caso de camiseta térmica).
Parágrafo 4º: Caso o atleta descumprir o uso correto do uniforme, o mesmo será advertido com cartão amarelo, e imediatamente terá que deixar a quadra de jogo para regularização do uniforme, podendo entrar um atleta do banco de reservas em seu lugar. Após a regularização do uniforme o atleta estará apto a voltar para o banco de reservas e ficar à disposição para entrar em quadra caso seja solicitado pelo seu técnico.
Parágrafo 5º: não serão permitidos itens de joalheira (colares, anéis, pulseiras, brincos, faixas de couro, etc.) são proibidos e devem ser retiradas e/ou tampados com esparadrapo antes do início do jogo. Se o jogador estiver utilizando algum item acima em questão, e a proteção vir a soltar/cair o atleta deve deixar a quadra de jogo. O jogador que se recusar a obedecer ou usar o item novamente, e o mesmo volte a soltar/cair o jogador deverá ser advertido com cartão amarelo.
Para esta competição não será permitido que os jogadores/atletas utilizem tornozeleira eletrônica. Por se tratar de um objeto grande, e que pode ocasionar lesões nos demais participantes.

BANCOS DE RESERVA

Art. 52 - De acordo com este regulamento só poderá permanecer no banco de reservas, atletas devidamente inscritos e em condições de disputar a partida, e comissão técnica devidamente inscrita: 01 (um) técnico, 01 (um) auxiliar técnico e 01 (um) massagista.
Parágrafo 1º - A vestimenta dos integrantes da comissão técnica das equipes será camiseta, calça ou bermuda e tênis e deverá ser de cor diferente dos uniformes dos atletas. **É expressamente proibida a permanência no banco de reservas: sem camisa, descalços ou calçando chinelos ou sandálias.**
Art. 53 - As substituições serão livres, no entanto deverão ser efetuadas na área demarcada junto a quadra e o atleta deverá aguardar a saída do seu jogador de equipe para entrar em quadra. Caso ocorra infração na hora da substituição o atleta que entrou em quadra, será advertido com cartão amarelo, salvo em caso de contusão ou impossibilidade do atleta a ser substituído não poder realizar este procedimento.

ARBITRAGEM
Art. 54 - A arbitragem das partidas ficará a cargo de profissionais, contratados pela empresa vencedora da ATA de licitação de arbitragem da Prefeitura Municipal de Guaíra-Pr.
Art. 55 - Os árbitros terão o dever de conferir obrigatoriamente a documentação de todos os atletas e dirigentes participantes de cada partida, antes do início do jogo para a comprovação do participante (atleta, comissão técnica, dirigente) na partida/competição.
Art. 56 - Os árbitros fiscalizarão se os jogadores estão utilizando chuteiras apropriadas, caso observa-se que o jogador está utilizando chuteira inapropriada, será solicitado a troca da chuteira, se o atleta não substituir a chuteira **será impedido** de participar da partida, até estar com material/uniforme adequado como consta no regulamento.
Art. 57 - A arbitragem deverá conferir antes de iniciar e no decorrer da partida se o atleta está com o uniforme adequado/em condições de atuar na partida (conforme regulamento da competição.
Parágrafo único: não será incluído/acrescentado ou substituído de forma manuscrita, atleta na súmula de jogo no momento da partida (salvo em caso que seja constatado algum erro/equivoco por parte da comissão central organizadora e autorizada pela mesma).

XIII - PUNIÇÕES E RECURSOS – (CONVERSÃO DA PENA)
Art. 58 - Os jogadores, dirigentes, técnicos, auxiliares técnicos e massagistas da categoria adulto livre masculino e categoria adulto livre feminino serão punidos da seguinte forma:
Parágrafo 1º - Uma partida automática após a expulsão;
Parágrafo 2°- Praticar agressão física: I - Contra pessoa subordinada ou vinculada as equipes esportivas participantes (própria equipe, equipe contrária), equipe de arbitragem ou comissão organizadora do evento e/ou torcedores, por fato ligado ao desporto/ envolvidos no Campeonato Municipal de Futsal - 2025. Pena: Eliminação do Campeonato, não participará do próximo campeonato da modalidade e julgamento (suspensão pelo prazo de 01 a 02 anos). II - Contra membros da comissão de ética entidades ou órgãos promotores, da justiça desportiva, autoridades públicas ou desportivas, por fato ligado ao desporto. Pena: Eliminação do Campeonato, não participará do próximo campeonato da modalidade e julgamento (suspensão pelo prazo de 02 a 03 anos).
Parágrafo 3º - Ofender moralmente (verbalmente): I - Pessoa subordinada ou vinculada às delegações desportivas, equipe de arbitragem ou comissão organizadora do evento por fato ligado ao desporto. Pena: Suspensão de 02 jogos. II - Os membros das entidades ou órgãos promotores, da justiça desportiva e autoridades públicas ou desportivas, por fato ligado ao desporto. Pena: Suspensão pelo prazo de 06 meses a 01 ano. III - A ofensa moral, quando revelar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, etnia, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência e quaisquer outras formas de discriminação, será punida com suspensão pelo prazo de 06 meses a 01 ano.
Parágrafo 4º - Das infrações contra a liberdade individual - Constranger alguém, mediante violência, grave ameaça ou por qualquer outro meio, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela proíbe. Pena: suspensão pelo prazo de 04 a 18 meses. Parágrafo único - a pena será majorada em até dois terços (2/3) quando, para a execução da infração se reúnem mais de duas pessoas, ou há emprego de armas.
Parágrafo 5º - Da rixa - participar de rixa, salvo para separar os contendores. Pena: suspensão pelo prazo de 02 a 10 meses.
Parágrafo 6º - Das infrações contra o patrimônio desportivo - Da subtração - Subtrair, para si ou para outrem, bem pertencente ao patrimônio desportivo (patrimônio público), com ou sem emprego de violência. Pena: eliminação do campeonato e indenização do(s) bem(s) subtraído(s).
Parágrafo 7º - Do dano - Danificar, destruir, inutilizar ou deteriorar bem desportivo, por natureza ou destinação, de que tenha ou não posse ou detenção. Pena: eliminação do campeonato e indenização dos danos causados.
Parágrafo 8º - Da apropriação indevida - Apropriar-se de bem de natureza desportiva, de que tenha a posse ou a detenção. Pena: eliminação do campeonato e indenização de bem apropriado.
Parágrafo 9º - Das infrações contra a paz e moralidade desportiva - Incitar publicamente a prática de infração. Pena: Suspensão pelo prazo de 01 a 06 meses. Assumir atitude contrária à disciplina ou à moral desportiva, em relação a qualquer pessoa vinculada direta ou indiretamente ao evento desportivo. Pena: suspensão pelo prazo de 01 a 06 meses. Parágrafo único - A equipe, cuja torcida manifestar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, etnia, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência e quaisquer outras formas de discriminação, será punida com suspensão pelo prazo de 06 meses a 01 ano.
Parágrafo 10 - Das infrações contra a fé desportiva – das falsidades - falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, omitir declaração que nele deveria constar, inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, para o fim de usá-lo perante os órgãos desportivos. Pena: Eliminação. Parágrafo único - Nas mesmas penas incorrerá quem fizer o uso do documento falsificado, conhecendo-lhe a falsidade. Atestar, certificar ou omitir, em razão da função, fato ou circunstância que habilite o atleta a obter registro, inscrição, transferência ou qualquer vantagem indevida. Pena: Eliminação. Usar como próprio qualquer documento de identidade de outrem ou ceder a outrem para que dele se utilize. Pena: Eliminação. Obter, perante ao responsável pela organização do evento, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante artifício ardil. Pena: Eliminação. **Parágrafo 11 -** Das infrações contra comissão organizadora e comissão de ética do evento - Manifestar-se de forma desrespeitosa ou ofensiva contra ato, decisão ou providência da comissão organizadora e comissão de ética do evento. Pena: Suspensão pelo prazo de 04 a 15 meses.
Deixar de cumprir deliberação, resolução, determinação ou requisição de órgão público, comissão organizadora ou comissão de ética de evento. Pena: Suspensão pelo prazo de 04 a 15 meses.
Parágrafo 12 - WO/Abandono Abandonar ou não comparecer a disputa da partida da competição do evento, após o seu início. Pena: Suspensão pelo prazo de 06 a 12 meses. Não comparecer para a disputa de partida oficialmente programada, ou comparecer fora do prazo regulamentar, sem condições materiais exigidas da respectiva modalidade para atuação ou sem as condições exigidas pelo regulamento da competição quanto à utilização de uniformes. Pena: suspensão pelo prazo de 06 a 12 meses. §1º - A suspensão aplica-se a equipe da modalidade/sexo/categoria ou equivalente em questão. §2º - A Suspensão somente será aplicada quando estar plenamente caracterizado dolo no cometimento da infração (infração de forma intencional). §3º - Nas hipóteses de não comparecimento ou sem as condições materiais exigidas para atuação, em relação a atletas pertencentes a uma mesma equipe.
Deixar de encaminhar ou entregar/exibir comissão central organizadora do evento/competição, documentos solicitados de interesse público. Pena: fica o atleta/dirigente impedido de participar da competição até entregar a documentação solicitada. Praticar ato hostil, desleal ou inconveniente durante a competição. Pena: suspensão pelo prazo de 01 dia a 06 meses.

Praticar jogada violenta intencional. Pena: Suspensão pelo prazo de 03 a 09 meses. Parágrafo único - se a jogada resultar lesão de natureza grave, a pena será majorada em até dois terços (2/3). Reclamar ou desrespeitar por meio de gestos, atitudes ou palavras (agressão verbal), a arbitragem ou coordenação de modalidade. Pena: Suspensão pelo prazo de 01 dia a 06 meses.

Parágrafo 13 - Das infrações contra a justiça desportiva - Prestar depoimento falso quando solicitado. Pena: Suspensão pelo prazo de 03 a 06 meses. Parágrafo único - a penalidade será reduzida até à metade, se antes da decisão o depoente se retratar e declarar a verdade.

Deixar de cumprir ou retardar o cumprimento de decisão da CCO/Comissão de ética. Pena - Eliminação.

Deixar de comparecer, sem justa causa, à CCO/Comissão de ética, quando regularmente solicitado/intimado para esclarecimentos caso seja necessário. Pena - Suspensão pelo prazo de 01 dia a 06 meses.

Parágrafo 14 - Os casos omissos e as lacunas deste regulamento, serão resolvidos de acordo com os costumes, princípios gerais de direito, analogia e a jurisprudência aplicada à espécie pela Comissão de ética/CCO, utilizando-se o bom senso de acordo com as técnicas apropriadas, buscando-se soluções que se harmonizem com o sistema legal adotado pelo presente regulamento. A interpretação das normas contidas neste código, buscará sempre a defesa da disciplina e da moralidade do desporto.

Parágrafo 14 - Expulsão por desacato: suspensão de 02 partidas automáticas;

Art. 59 - Em qualquer uma das fases dos jogos, caso o dirigente/responsável pela equipe participante tiver interesse de fazer qualquer recurso/solicitação/queixa por escrito, assinada e datada a Comissão Central Organizadora/Comissão de Ética, deverá apresentar o recurso/solicitação/queixa acompanhada de provas comprobatórias para averiguação dos fatos e pagamento de uma cesta básica no valor de R$ 100,00 que será doada a uma instituição assistencial do município de Guaíra-Pr.

Não serão levadas em consideração, recurso/solicitação/queixas que não estejam acompanhadas das respectivas provas ou se versarem sobre arbitragem e programação da competição;

O prazo máximo para apresentação da recurso/queixa é de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento do(s) fato(s) ocorrido(s). (Observação: caso a partida seja realizada no final de semana (sexta/sábado) será dado o prazo até a segunda-feira até as 17h00 horas).

O prazo máximo para contra prova (defesa), da outra parte será de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento da apresentação do recurso/queixa. (Observação: caso a partida seja realizada no final de semana (sexta/sábado) será dado o prazo até a segunda-feira até as 17h00 horas).

Parágrafo único: Caso seja comprovada irregularidade por parte de equipe a mesma irá para avaliação e julgamento pela Comissão de Ética.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 60 - A programação e horários de jogos, bem como os resultados dos jogos serão divulgados pela Comissão Central Organizadora.

Art. 61 - A pessoa física que não tiver condições de atuação na partida por quaisquer motivos, deverá se postar ao lado de fora dos respectivos bancos de reserva nos locais de competições.

Parágrafo Único: Só será permitida, na quadra de jogo, (área específica da competição) a presença de pessoas devidamente credenciadas e que estejam a serviço da referida partida de acordo com a regra do jogo ou com autorização da Comissão Central Organizadora e/ou arbitragem.

Art. 62 - A Comissão Central Organizadora se responsabiliza em mandar a Programação da competição com os dias, locais e horários de jogos para o destacamento da Guarda Municipal, BPfron, Policia Militar do município, mas a mesma não se responsabiliza por eventuais fatos que venham há ocorrer nos dias, locais e horários de jogos.

Art. 63 - Em caso de transferência de rodadas na 1º fase por motivo de força maior ou pela CCO, as mesmas deverão ser jogadas para após a última rodada da Programação da 1ª fase, seguindo a sequência (esse procedimento se realizará para não se alterar a programação constantemente e ocasionar equívocos).

Art. 64 - Em caso de mau tempo antes do início da rodada quem define se a quadra tem condições de jogo serão os árbitros da partida ou CCO (Comissão Central Organizadora).

Art. 65 - A equipe que utilizar atleta irregular e agir de má fé, perde automaticamente a partida/pontos (Derrota Técnica) e será julgada pela comissão de ética (passível de punições maiores). É de inteira responsabilidade dos dirigentes/representantes das equipes, verificarem a regularidade de seus atletas.

DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 66 - A comissão de ética será constituída por 05 (cinco) integrantes, sendo: 01(um) presidente, 01(um) membro de direito esportivo, 02(dois) membros representantes dos dirigentes, 01(um) membro representante dos atletas, (todos os integrantes da comissão de ética atuarão caso necessário/solicitados de forma voluntária e gratuita a assuntos ligados a competição do Campeonato Municipal de Futsal – 2025, (Categoria Adulto Livre Masculino e Categoria Adulto Livre Feminino), todos os assuntos/resultados/julgamentos definidos/determinados pela comissão de ética não caberão nenhum tipo de recurso de nenhum outro órgão esportivo ou de justiça comum. **Observação:** Caso o integrante da comissão de ética, estiver envolvido diretamente inscrito na equipe/atleta/comissão técnica e/ou o próprio integrante, não terá poderá votar sobre o referido assunto/julgamento.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67 - A CCO (Comissão Central Organizadora - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura), não se responsabilizará por acidentes que por ventura venham ocorrer antes, durante e depois dos jogos com atletas, dirigentes ou qualquer pessoa vinculada ou não ao evento. O município de Guaíra-Pr, através da SEMTEC (Secretaria Municipal Turismo, Esporte e Cultura e Diretoria de Esportes), não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer indenização ou prejuízo profissional que o atleta venha a ter em função de incapacidade provisória ou definitiva proveniente de contusão durante as partidas da competição. Haverá nos locais de jogos servidores responsáveis para solicitar/auxiliar no atendimento de primeiros socorros caso haja necessidade. As equipes e participantes do Campeonato Municipal de Futsal – 2026, serão consideradas conhecedoras das leis desportivas, e deste regulamento e sua aceitação, ficando submetidas a todas as consequências que dele possam emanar. Para todos os efeitos legais, os participantes do CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL - 2026 (CATEGORIA ADULTO LIVRE MASCULINO E CATEGORIA ADULTO LIVRE FEMININO), declaram que as informações transmitidas no ato de suas inscrições são legítimas, responsabilizando-se e isentando a CCO (SEMTEC) de qualquer reclamação ou demanda que porventura venha a ser apresentada em juízo ou fora dele, e que os atletas inscritos estão aptos a prática esportiva e ao esforço físico da referida modalidade da competição. Todos os participantes do Campeonato Municipal de Futsal – 2026 no ato de inscrição concordam em ceder gratuitamente o direito de utilização de nome, voz e imagem por tempo indeterminado para a SEMTEC (Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura), com estrito objetivo de promover e divulgar a competição/evento (em qualquer meio de comunicação/divulgação audiovisual, impressos, internet e quaisquer outros meios de fixação de imagem ou som), renunciando a qualquer direito de que possam ter seus herdeiros e sucessores.

Art. 68 - Das decisões (julgamento/punições/advertências) da Comissão de Ética/Arbitragem/CCO (Comissão Central Organizadora), não serão aceitos e não caberão nenhum tipo de recurso.

Art. 69 - Serão de responsabilidade dos dirigentes/responsáveis/técnicos todas as atitudes de seus atletas, documentação, os resultados de julgamentos / punições / advertências serão repassados aos dirigentes/responsáveis/técnicos pelas equipes que deverá repassar a seus atletas. O

responsável pela equipe obrigatoriamente deve ser maior de idade (18 anos completos ou mais), para receber e repassar informações pertinentes a sua equipe e a CCO.
Art. 70 - Serão solicitados para maiores esclarecimentos no caso dos infratores disciplinares/conduta antidesportiva, somente se a comissão organizadora/arbitragem/comissão de ética julgarem necessário para maiores esclarecimentos (maiores informações do fato ocorrido).
Art. 71 – As Equipes que participarem da abertura/desfile da competição, receberá 01 ponto extra de bônus na competição. **Observação:** mínimo de 04 atletas/pessoas por equipe, utilizando camisa, calção (da equipe) e tênis.

Art. 72 - É **PROIBIDO** nas dependências da quadra de jogo:
I – Fumar, II – Ingerir bebidas alcoólicas, III – Qualquer atitude que venha desgastar a imagem da equipe de arbitragem e CCO.
Art. 73 - É de competência da CCO fazer cumprir este regulamento e resolver os casos omissos.
Art. 74 - Fica estabelecido neste regulamento e que vem como referência do CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DISCIPLINA DESPORTIVA – Portaria 003/2014 de 24 de junho de 2014. – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO DA (esporte.pr.gov.br), de acordo com a lei desportiva dos jogos oficiais do Paraná, que serão utilizados como base de referência na competição de nosso município a partir desta data, todo atleta, dirigente/técnico, auxiliar técnico preparador físico ou massagista, inscrito por uma equipe, que tiver qualquer atitude que tenha contrária ao espírito desportivo dentro e fora do ambiente de jogo (quadra, arquibancadas e local da competição), se a arbitragem / comissão organizadora / comissão de ética achar conveniente e necessário a pessoa que cometeu a infração irá para julgamento de suas atitudes e posteriormente penalizado/punido pelas mesmas.

Mais informações na Secretária Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (Diretoria de Esportes) pelo fone: (44) 3642-10-65.

Composição da Comissão de Ética do Campeonato Municipal de Futsal – 2026:

Evanildo Nascimento Vieira	Presidente
Vanderlei Rangel De Lima	Membro – Direito Esportivo
Camila Maria de Oliveira	Membro – Representante dos Dirigentes
Carlos Gabriel Gurjão	Membro – Representante dos Atletas
Wesley Aparecido da Silva	Membro – Representante dos Dirigentes

Município de Guaíra, 14 de agosto de 2026.

CCO (Comissão Central Organizadora).

ANA CLAUDIA ELOY FOLETO	***JULIANA GONÇALVES PINTO***
Secretária Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Diretora Municipal da Diretoria de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:5C935B7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:
01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	094/2026
b) Licitação Nº:	020/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	31/08/2026
e) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS NATURAIS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA FORNECIDA AS CRIANÇAS USUÁRIAS DO SERVIÇO DE CONIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO CRAS, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACI – PR, durante o período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27001082440010205133903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: CANARINHO ATACADO LTDA - CNPJ: 65.870.543/0001-05 - Valor total homologado: R$ 23.260,50 (vinte e três mil duzentos e sessenta reais e cinquenta centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	CONDIMENTO, TIPO: ALHO, APRESENTAÇÃO: NATURAL, ADICIONAL: CABEÇA	TAJA	KG	300	18.0300	5409.0000
6	1	LEGUME IN NATURA, TIPO: BETERRABA	CEAGESP	KG	100	5.0000	500.0000
7	1	Verdura In Natura Tipo: Brócolis Comum	CEAGESP	UNIDADES	200	6.0000	1200.0000
8	1	Fruta Tipo: Caqui Fuyu Apresentação: Natural	CEAGESP	KG	200	9.5900	1918.0000
10	1	Condimento Tipo: Cebolinha E Salsa Apresentação: Natural Adicional: Orgânico	CEAGESP	KG	100	17.4500	1745.0000
15	1	Fruta Tipo: Goiaba Vermelha Apresentação: Natural	CEAGESP	UNIDADES	200	8.9400	1788.0000
19	1	FRUTA, TIPO: MELANCIA VERMELHA, APRESENTAÇÃO: NATURAL	CEAGESP	UNIDADES	50	23.1000	1155.0000
20	1	Fruta, Tipo: Manga Palmer Apresentação: Natural	CEAGESP	QUILOGRAMA	300	7.0000	2100.0000
23	1	Tipo: Tangerina Poncan Apresentação: Natural	CEAGESP	QUILOGRAMA	200	6.2000	1240.0000

25	1	LEGUME IN NATURA, TIPO: TOMATE SALADA	CEAGESP	QUILOGRAMA	200	6.2400	1248.0000
26	1	Fruta Tipo: Uva Rubi Apresentação: Natural	CEAGESP	QUILOGRAMA	300	16.2300	4869.0000
27	1	Vinagre preparado de mosto limpo, isento de matéria terrosa detritos animais ou vegetais. Não será permitido o uso de conservadores, corantes, ácidos orgânicos estranhos e ácidos minerais livres. O produto deverá apresentar acidez mínima de 4,0 %, aspecto liquido límpido e cor, cheiro e sabor próprios e ausência de sujidades, parasitas e larvas. O produto deve estar acondicionado em embalagem primaria de frasco plástico atóxico, resistente e bem lacrado contendo aproximadamente 750ml por unidade.	PALADIUM	UNIDADE	50	1.7700	88.5000

Fornecedor: COMERCIAL BEIRA RIO LTDA - CNPJ: 40.138.949/0001-77 - Valor total homologado: R$ 895,40 (oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Açafrão, condimento em pó, de cor amarelada ou avermelhada; acondicionado em saco plástico atóxico; embalagem com 01kg.	D'MILLE	KG	10	18.8900	188.9000
12	1	Chimichurri - tempero tipo chimichurri desidratado (salsa, orégano, cebola, alho, pimenta vermelha, pimentão e sal, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade.	D'MILLE	QUILOGRAMA	20	23.5000	470.0000
13	1	Colorífico constituído pela mistura de fubá ou farinha de mandioca com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum adicionado ou não de sal e óleos comestíveis. O produto deverá ser apresentado com mátria prima de boa qualidade e não deverá apresentar cheiro acre ou rançoso, deve ter aspecto de pó fino, cor alaranjada e apresentar teor de amido de 78% p/p. O produto não deve apresentar sujidades, parasitas, larvas e conter substâncias estranhas. O produto deve estar acondicionado em embalagem primaria de polietileno transparente, atóxica e termossoldada. Embalagem com 500g.	D'MILLE	UNIDADE	50	4.7300	236.5000

Fornecedor: LANCHERIA E RESTAURANTE DO TCHE LTDA - CNPJ: 28.201.998/0001-01 - Valor total homologado: R$ 18.980,00 (dezoito mil novecentos e oitenta reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Fruta Tipo: Abacaxi Pérola Apresentação: Natural	CEASA	UNIDADES	100	8.7500	875.0000
4	1	FRUTA, TIPO: BANANA NANICA / BANANA D'ÁGUA, APRESENTAÇÃO: NATURAL	CEASA	KG	500	7.2000	3600.0000
5	1	LEGUME IN NATURA, TIPO: BATATA INGLESA	CEASA	KG	300	4.1900	1257.0000
9	1	LEGUME IN NATURA, TIPO: CEBOLA BRANCA	CEASA	UNIDADES	300	4.1000	1230.0000
11	1	LEGUME IN NATURA, TIPO: CENOURA	CEASA	QUILOGRAMA	200	5.0000	1000.0000
14	1	Verdura In Natura Tipo: Couve-Flor	CEASA	UNIDADES	200	8.5000	1700.0000
16	1	FRUTA, TIPO: LARANJA PERA, APRESENTAÇÃO: NATURAL	CEASA	KG	300	4.4200	1326.0000
17	1	FRUTA, TIPO: LIMÃO TAITI, APRESENTAÇÃO: NATURAL	CEASA	KG	200	4.7500	950.0000
18	1	FRUTA, Tipo: Maçã Gala Apresentação: Natural	CEASA	KG	400	10.1000	4040.0000
21	1	Legume In Natura Tipo: Mandioca / Aipim	CEASA	QUILOGRAMA	300	8.2900	2487.0000
24	1	VERDURA IN NATURA, TIPO: REPOLHO BRANCO/VERDE	CEASA	UNIDADES	100	5.1500	515.0000

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 43.135,90 (Quarenta e três mil cento e trinta e cinco reais e noventa centavos)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 31 de agosto de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:E2457AF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 04/2026- REPUBLICADO

LEI Nº 04/2026
REPUBLICADO

SÚMULA - Autoriza a abertura de um Adicional Especial no valor de R$ 28.001.666,14 (Vinte e Oito Milhões, hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quatorze ceentavos) no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI

Art. 1.º - - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 28.001.666,14 (Vinte e Oito Milhões, hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos) para suplementação das seguintes dotações:

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.15.451.0013.1.078	**Sistema Captação Agua/implantação Adutora**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00860	**Obras e Instalações**	313.504,31
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.15.451.0013.1.079	**Pavimentação Asfáltica Rua Safira**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00863	**Obras e Instalações**	5.000.000,00
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.15.451.0013.1.080	**Construção Centro Comunitário Jardim Vila Verde**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00864	**Obras e Instalações**	650.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00000	**Obras e Instalações**	208.007,00

0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.002	**Departamento de Frotas e Logística**	
08.002.26.782.0013.2.020	**Manutenção do Departamento de Pátio, Oficinas e Máquinas**	
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00865	**Equipamento e Material Permanente**	608.000,00
4.4.90.52.00.00 – Fonte 02504	**Equipamento e Material Permanente**	32.000,00
0600	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL**	
06.001	**Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico e Cultural**	
06.001.13.392.0009.1.081	**Construção Pavilhão de Eventos**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00866	**Obras e Instalações**	1.500.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02504	**Obras e Instalações**	245.757,28
0600	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL**	

06.001	**Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico e Cultural**	
06.001.13.392.0009.1.082	**Construção Barracão Industrial**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00867	**Obras e Instalações**	400.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02504	**Obras e Instalações**	21.096,96
0900	**SECRETARIA MUNICIPAL DEESPORTE E LAZER**	
09.001	**Departamento Municipal de Esportes e Lazer**	
09.001.27.812.0014.1.083	**Construção Meu Campinho**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00868	**Obras e Instalações**	263.185,60
11.00	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**	
11.001	**Departamento Municipal Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**	
11.001.18.541.0015.1.075	**Pavimentação Asfáltica Estrada José P. Silva/ Joaquim Pires**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00858	**Obras e Instalações**	6.192.325,38
11.00	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**	
11.001	**Departamento Municipal Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**	
11.001.18.541.0015.1.076	**Pavimentação Asfáltica Estrada Rural Izidoro Deitos**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00859	**Obras e Instalações**	3.847.310,75
11.00	**SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**	
11.001	**Departamento Municipal Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente**	
11.001.18.541.0015.1.077	**Pavimentação Asfáltica Estrada Rural Américo Sakurai**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00862	**Obras e Instalações**	4.262.825,97
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVMENTO SOCIAL**	
07004	**Manutenção do Fundo Municipal do Idoso**	
07.004.08.241.0011.1.084	**Construção Centro de Hidroginástica**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00869	**Obras e Instalações**	1.200.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00000	**Obras e Instalações**	63.290,87
1000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	
10001	**Departamento Municipal de Educação**	
10.001.12.365.0008.1.085	**Construção Creche Municipal Gente Pequena -II**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00140	**Obras e Instalações**	1.794.925,82
4.4.90.51.00.00 – Fonte 02140	**Obras e Instalações**	199.436,20
0700	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVMENTO SOCIAL**	
07002	**Manutenção do Fundo Municipal de assistência Social**	
07.002.08.244.0011.1.086	**Construção Creas**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00871	**Obras e Instalações**	1.200.000,00

Onde acima se-le Fonte 000871, leia-se Fonte 00854
Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art.1.º desta lei serão provenientes do provável **excesso de arrecadação da fonte 00860, no valor de R$ 313.504,31** da fonte **00863 no valor de R$ 5.000.000,00**, fonte **00864 no valor de R$ 650.000,00**, da Fonte **00865 no valor de R$ 608.000,00** da Fonte **00866 no valor de R$ 1.500.000,00**, da Fonte **00867 no valor de R$ 400.000,00** da Fonte **00868 no valor de R$ 263.185,60**, da Fonte **00858 no valor de R$ 6.192.325,38** da Fonte **00859 no valor de R$ 3.847.310,75**, da Fonte **00862 no valor de R$ 4.262.825,97**, da Fonte **00869 no valor de R$ 1.200.000,00**, da fonte **00871 no valor de R$ 1.200.000,00** e da **fonte 00140 no valor de R$ 1.794.925,82** conforme Art. 43 § 1.º, II da Lei

Federal 4.320/64, e do **Superávit Financeiro da Fonte 02504 no valor de R$ 298.854,24,** e da fonte **02140 no valor de R$ 199.436,20,** conforme Art. 43 § 1.º, I da Lei Federal 4.320/64, e anulação das dotações abaixo conforme Art. 43 § 1.º, III da Lei Federal 4.320/64:
Onde no art 2º está escrito Fonte 00871, leia-se Fonte 00854

0700	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVMENTO SOCIAL**	
07004	**Manutenção do Fundo Municipal do Idoso**	
07.004.08.241.0011.2.084	**Manutenção Salão de Convivência do Idoso**	
3.3.90.39.00.00 – Fonte 00000	**Outros Serviços terceiros Pessoa jurídica**	63.290,87
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08.001	**Departamento Municipal Obras e Serviços Públicos**	
08.001.15.451.0013.2.015	**Manutenção do departamento de Serviços Públicos**	
3.3.90.36.00.00 – Fonte 00000	**Outros Serviços Terceiros – pessoa Física**	208.007,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F079282D

CHEFIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL N° 907/2026

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL N° 907/2026

Prezado Senhor Contribuinte, vimos pela presente notificar Vossa Senhoria, que se encontra em débitos com a fazenda pública municipal, em relação às Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização, inscritas em Dívida Ativa ou não, referente aos exercícios abaixo descritos, para comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta notificação para negociar seus referidos débitos.
Informamos ainda que os valores abaixos descritos são válidos para a data da impressão da notificação e serão corrigidas.

CADASTRO.....:
CÓD. REDUZIDO: 2141
PROPRIETÁRIO.: BOM APETITT LTDA
CNPJ/CPF: 47784258000190
ENDEREÇO.....:**RUA MANOEL ABRANTES FILHO**
N°.: 129
BAIRRO..... : JARDIM BELA VISTA, CEP: 86750-000.

Tributos em Débitos:

Exercicio	Lançamento	Parc-Sub	Dt. Venc.	Valor	Multa	Juros	Correção	Vlr Total
2024	333287	1-0	15/03/2024	43,80	2,39	13,94	4,08	64,21
2024	333287	2-0	14/04/2024	43,80	2,39	13,49	4,08	63,76
2024	333287	3-0	14/05/2024	43,80	2,39	13,00	4,08	63,27
2024	333287	4-0	13/06/2024	43,80	2,39	12,55	4,08	62,82
2024	333287	5-0	13/07/2024	43,80	2,39	12,06	4,08	62,33
2024	333287	6-0	12/08/2024	43,80	2,39	11,59	4,08	61,86
2024	333287	7-0	11/09/2024	43,80	2,39	11,14	4,08	61,41
2024	333287	8-0	11/10/2024	43,80	2,39	10,65	4,08	60,92
2025	341393	1-0	14/03/2025	45,81	2,39	8,21	2,05	58,46
2025	341393	2-0	14/04/2025	45,81	2,39	7,74	2,05	57,99
2025	341393	3-0	14/05/2025	45,81	2,39	7,26	2,05	57,51
2025	341393	4-0	13/06/2025	45,81	2,39	6,79	2,05	57,04
2025	341393	5-0	14/07/2025	45,81	2,39	6,30	2,05	56,55
2025	341393	6-0	14/08/2025	45,81	2,39	5,82	2,05	56,07
2025	341393	7-0	15/09/2025	45,81	2,39	5,33	2,05	55,58
2025	341393	8-0	15/10/2025	45,81	2,39	4,85	2,05	55,10

Total em débito corrigido: 954,88
Alertamos a Vossa Senhoria que após esgotado o prazo de 30(trinta) dias e o não comparecimento no Departamento de Tributação, para negociar sua divida, a mesma estará sujeita a protesto em cartório, bem como inscrita em órgãos de proteção ao crédito e o não pagamento após estas ações promoveremos a emissão das certidões de dívida ativa e do devido encaminhamento ao procurador jurídico do município para imediata EXECUÇÃO JUDICIAL, conforme determina a lei de responsabilidade fiscal nº101/2000.
Esperamos dessa forma que possamos sensibilizá-lo para a necessidade de reaver seu crédito tributário através da cobrança amigavel junto a Fazenda Municipal e tendo a Vossa Senhoria interesse em evitar maiores transtornos, queira entrar em contato com o Departamento de Tributação desse município para eventuais dúvidas e esclarecimentos.
Obs.: Na hipótese de Vossa Senhoria já ter realizado os pagamentos dos débitos acima descritos, favor comparecer a Prefeitura Municipal, no Departamento de Tributação, acompanhado(s) do(s) comprovante(s) para atualização do seu cadastro, evitanto assim eventuais aborrecimentos.
Iguaraçu, 19 de agosto de 2026 Atenciosamente.
Recebido em / /

Departamento de Tributação

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL N° 907/2026

CADASTRO.....:
CÓD. REDUZIDO: 2141
PROPRIETÁRIO.: BOM APETITT LTDA
CNPJ/CPF: 47784258000190
ENDEREÇO.....: RUA MANOEL ABRANTES FILHO
BAIRRO..... : JARDIM BELA VISTA, CEP: 86750-000.
N°.: 129

Recebido em / /

Notificação referente às Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização relativas ao (s) exercício (s) constante (s) nesta. Fico ciente também que o(s) débito (s) referente ao(s) exercício (s) , foram confessado (s) e reparcelado (s) através do reparcelamento nº 0
Nome:_____Documento:_____
Assinatura :

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:FB2F2F14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA PARA O CARGO DE AUXILIAR LEGISLATIVO. BEM COMO ANULAÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL APLICADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2026 PARA O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂ

I - O Presidente da Câmara Municipal de Iporã/PR, usando das atribuições legais, resolve:

- Considerando o requerimento administrativo interposto no dia 28/08/2026.
- Considerando que após análise criteriosa do referido requerimento foi detectado uma falha quando da aplicação da Peça Processual pois não houve a divulgação prévia dos critérios de correção da referida prova.
- Considerando que a Administração Pública é estritamente vinculada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. No âmbito dos concursos públicos, o princípio da publicidade exige que todos os critérios de avaliação e valoração de respostas sejam divulgados de forma clara, objetiva e prévia, permitindo aos candidatos a exata compreensão de como sua prova será avaliada, pois no ordenamento jurídico vigente, o candidato quando da realização da Peça, deve conhecer antecipadamente o que será levado em consideração para um melhor deslinde de sua prova e não posteriormente como é o presente caso.
- Desta forma visando evitar possíveis demandas jurídicas a Banca entende que a melhor solução para o presente caso é a ANULAÇÃO da prova anteriormente aplicada. Desta forma informamos aos candidatos o que segue:

I – FICA ANULADA a prova (Peça Processual) aplicada no dia 16 de agosto do corrente.

II –FICAM CONVOCADOS somente os candidatos presentes na prova aplicada no dia 16 de agosto para a realização de uma nova Prova Prática no dia 13 DE SETEMBRO DE 2026, com início às 09H00MIN, na ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA DELAZIR PINEZI, sito à Rua Machado de Assis, nº 745 - Centro, em Iporã - PR

III – **DIVULGAR** o resultado preliminar da prova escrita objetiva para o cargo de Auxiliar Legislativo, referente ao Concurso Público aberto através do Edital nº 01/2026, conforme segue:

AUXILIAR LEGISLATIVO

CLASS.	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	L.P.	MAT.	INF.	C.G.	PROVA ESCRITA OBJETIVA
1	99175	RAFAEL DA SILVA SANTOS	28.00	20.00	12.00	20.00	80.00
2	99222	PAULO RICARDO DE ALMEIDA	24.00	20.00	12.00	16.00	72.00
3	99136	BEATRIZ DELORTO MENEGATE	28.00	20.00	4.00	16.00	68.00
4	99160	LEANDRO AUGUSTO DE LIMA	24.00	20.00	12.00	12.00	68.00
5	99027	IGOR LEANDRO DOS SANTOS ALVES	24.00	16.00	12.00	12.00	64.00
6	99162	EVERTON CÁSSIO DE AZEVEDO CANDIL	24.00	16.00	8.00	12.00	60.00
7	99151	HELEN STEVANATO DE BRITO	20.00	20.00	8.00	12.00	60.00
8	99184	RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS	20.00	20.00	12.00	8.00	60.00
9	99240	DANILO BONAMIM VAZ	24.00	16.00	4.00	12.00	56.00
10	99245	KEMILY ALINE HILARIO FRIGERI	24.00	16.00	4.00	12.00	56.00
11	99213	STEFANO BOAVENTURA SANTOS MACHADO	20.00	12.00	8.00	16.00	56.00
12	99032	TAYNÁ MARQUES BARROS	16.00	16.00	8.00	16.00	56.00
13	99254	EDUARDO GASQUE DE ALMEIDA	12.00	20.00	8.00	16.00	56.00
14	99236	LEILA MIORINE DA SILVA	20.00	16.00	8.00	8.00	52.00
15	99230	MAYRA CÂNDIDO DOS SANTOS ARCANJO	20.00	12.00	8.00	12.00	52.00
---	99135	---	20.00	8.00	8.00	12.00	48.00
---	99076	---	16.00	16.00	4.00	12.00	48.00
---	99153	---	24.00	12.00	0.00	8.00	44.00
---	99079	---	20.00	12.00	4.00	8.00	44.00
---	99107	---	16.00	4.00	12.00	12.00	44.00
---	99113	---	12.00	8.00	12.00	12.00	44.00
---	99031	---	20.00	4.00	8.00	8.00	40.00
---	99251	---	16.00	4.00	8.00	8.00	36.00
---	99108	---	12.00	8.00	8.00	8.00	36.00
---	99116	---	16.00	4.00	0.00	12.00	32.00
---	99261	---	12.00	4.00	4.00	8.00	28.00
AUSENTE	99258	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99183	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99065	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99157	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99101	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99217	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE
AUSENTE	99155	---	0.00	0.00	0.00	0.00	AUSENTE

Iporã/PR, 31 de agosto de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:46B00EFB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 187/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE LANCES APRESENTADOS AO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Considerando o resultado do Leilão nº 001/2026, cujo objeto foi a alienação de bens móveis/inservíveis (ou conforme objeto específico) pertencentes a este órgão, e em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021 (ou legislação aplicável), HOMOLOGO o resultado do referido certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, adjudicando os bens arrematados aos licitantes vencedores, conforme ata e demais documentos constantes dos autos.

Lote	Bem (resumo)	Arrematante	Valor Arrematado (R$)
01	Marca/Modelo: Equipamento para Frigorifico Descrição do Bem (leiloeiro): Equipamento diversos para frigorifico, novos (sem uso). Possui Lavadora de avental, sistema de contagem aérea, lavador de botas, curva motorizada, grampeadeira e etc.	Razão Social: PLUSVAL AGROVICOLA LTDA CNPJ: 35.030.372/001-45 Representante Legal: FRANCIEL SALVATICO CPF: 044.xxx.xxx-29	120.000,00
02	Sucata de peças de motor e diversos 3 blocos de motor: 1 - Mercedez, 1 JCB, 1 Desconhecido, acompanhada cambio.	Nome: André Eduardo Garcia Estado Civil: solteiro CPF: 008.xxx.xxx-94	19.900,00
04	TRATOR 4X2 MASSEY FERG. 275 – PERKINS CHASSI: 00T275206C005964 COD: 80 ANO 200/2001 PAROU FUNCIONANDO ALTERNADOR COM PROBLEMAS PODENDO ESTAR FALTANDO	Nome: THAIS VICENTE GOUVEIA Estado Civil: solteiro CPF: 040.xxx.xxx-55	42.900,00
05	TRATOR 4X2 MASSEY FERG. 283 – PERKINS CHASSI: 283062375 (SÉRIE) PLAQUETA: P-4000 COD: 89 ANO 200/2001 PAROU FUNCIONANDO SEM ALTERNADOR	Nome: André Luis Bombarde Estado Civil: casado CPF: 061.xxx.xxx-63	48.300,00
06	PATROLA RG140B NEW HOLLAND NUMERAÇÃO: NEAF04557 (SÉRIE) ANO 2014 PAROU FUNCIONANDO	Razão Social: HVS LOCACOES LTDA CNPJ: 59.686.318/0001-10 Representante Legal: Heronildes Ventura da Silva CPF: 030.xxx.xxx-81	229.000,00
07	RETROESCAVADEIRA 416E CATERPILLAR CAT0416EJMFG06001 ANO: 2012 PAROU FUNCIONANDO SEM FORÇA HIDRÁULICO TRASEIRO	Nome: RÉGERS ROGÉRIO FERNANDES Estado Civil: casado CPF: 956.xxx.xxx-04	111.100,00
09	RETRO ESCAVADEIRA RD-406 RANDOM CHASSI: RDV406AYLL0007624 ANO 2020 DESCRIÇÃO: MOTOR FUNCIONA HIDRÁULICOS FUNCIONAM	Nome: RÉGERS ROGÉRIO FERNANDES Estado Civil: casado CPF: 956.xxx.xxx-04	134.900,00
10	Lote de terras Matrículas 3.972 Lote 02 e 03 da quadra 03 com área total de 885m2 Vila Nilza	Nome: ANDRÉ EDUARDO NEVES Estado Civil: solteiro CPF: 077.xxx.xxx-76	61.100,00
11	Lote de terras Matrícula 26.394 Lote 05 Quadra 04 com área total de 367,15m2 Vila Nilza	Razão Social: FERNANDES & FERNANDES EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA CNPJ: 46.369.239/0001-34 Representante Legal: Rodrigo Eduardo Fernandes CPF: 086.xxx.xxx-08	29.400,00
12	Lote de terras Matrícula 27.193 Lote 10A QUADRA 49 com área de 337.50m2	Nome: André Luis Bombarde Estado Civil: casado CPF: 061.xxx.xxx-63	65.300,00
13	Lote de terras Matrícula 27.192 Lote 10B QUADRA 49 com área de 337.50m2	Nome: Diego Silva dos Santos Estado Civil: solteiro CPF: 098.xxx.xxx-14	62.800,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 31 de AGOSTO de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:92E35106

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 03/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pela autarquia SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itambaracá-PR, para o custeio das despesas com alimentação e hospedagem do(s) agente(s) públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do Município.

Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Valor Total
Paulo Zamboni	Superintendente do SAMAE	Curitiba-PR	17/08/2026	*Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, para tratar de assuntos de interesse do Município de Itambaracá.*	R$ 640,00
Gustavo Henrique Montini	Advogado	Curitiba-PR	17/08/2026	*Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, para tratar de assuntos de interesse do Município de Itambaracá.*	R$ 640,00

Edifício do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itambaracá-PR, em 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:F9573DFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 032/2026-PMI

CONTRATO Nº. 105/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **J DE BRITO – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, inscrita no CNPJ nº.32.282.308/0001-63.**
OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica, para o fornecimento de bolsas de colostomia, conforme as especificações médicas prescritas para atendimento de paciente deste Município que necessita do referido material de forma contínua.**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Bonin, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	UNDD	60	BASE ADESIVA DE FORMATO OVAL PROJETADA PARA ESTOMA DE DIFÍCIL CUIDADO. CAMADA DUPLA, BASE CONVEXA, RECORTE DE 10-53MM FLANGE DE 70MM.	93,60	5.616,00
02	UNDD	60	BOLSA ABERTA PARA ESTOMA. CAMADA DUPLA, ACOPLAGEM MECANINCA, DRENAVEL, COM FILTRO, ARO 70MM, 2 PEÇAS.	43,90	2.634,00
TOTAL					**8.250,00**

VALOR: **R$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DE VIGÊNCIA: **31 de agosto de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **31 de outubro de 2026**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 31 de agosto de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:758592F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Capítulo V, Artigo 44 e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 90/97, de 20/03/1997 (ESMJS),

RESOLVE

Determinar ao responsável pela Divisão de Recursos Humanos a pagar o Adicional Noturno aos servidores municipais abaixo relacionados que realizaram serviços no período noturno de 16 de julho de 2026 à 15 de agosto de 2026.

Matrícula	Servidor	Cargo/função
220536	Alessandra Alves Martins	Técnica de Enfermagem
00466-1	Adécio José Pinto	Operário
220548	Gimayma Raiane de A. Santos	Técnica de Enfermagem
220539	Adriele Ribeiro de Góes	Enfermeira
220645	Diego Brasil de Oliveira	Motorista de Ambulância
220533	Felipa Beatriz dos Santos Oliveira	Enfermeira
220537	André Fragati Siqueira	Técnico de Enfermagem
220725	Jacqueline Aparecida Viana Gabriel	Técnica de Enfermagem
220552	Denis Vinicius Viana	Enfermeiro
220606	Valdinéia Nunes Marcelino	Técnica de Enfermagem
8741	Willyane Cristine Granemann Vergílio	Técnica de Enfermagem

Revogam-se as disposições contrárias, e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 31 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:1A1C30DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025 (PD N.º 21547/2024)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LEONIDES MACHADO NIZER EPP, CNPJ SOB Nº 07.933.827/0001-05, AQUI REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. LEONIDES MACHADO NIZER.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE "COFFE BREAK", PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I. LOTE 01 (ITENS 01 AO 31) E LOTE 02 (ITENS 01 AO 31).
CONSIDERANDO A TABELA DE LOTES REAJUSTADA CONSTANTE NO PROCESSO DIGITAL Nº 21680/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO E O PARECER Nº 762/2026/PGM.
FICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 242/2025, ***REAJUSTADA A PARTIR DO DIA 30 DE JULHO DE 2024, ATRAVÉS DO ÍNDICE IGPM (08/2024 – 07/2025) DE 2,96%,*** PASSANDO A SER OS VALORES CONSTANTES NOS ITENS 2.1, CONFORME TABELA DISCRIMINADA ABAIXO:

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O PREÇO REGISTRADO, AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, AS QUANTIDADES DE CADA ITEM E AS DEMAIS CONDIÇÕES OFERTADAS NA(S) PROPOSTA(S) SÃO AS QUE SEGUEM:

LOTE 01

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO (R$)	*VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE 2,96 (IGPM) (R$)*
1	1,8 L DE CAFE FRESCO E DE BOA QUALIDADE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	155	R$22,90	***R$23,58***
2	1,8 L DE LEITE QUENTE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	136	R$26,00	***R$26,77***
3	BOLINHA DE QUEIJO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	194	R$84,90	***R$87,41***
4	BOLO CUQUE COM GOIABADA, APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	187	R$34,30	***R$35,32***
5	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	192	R$37,40	***R$38,51***
6	BOLO DE FRUTAS. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS. **MARCA PRÓPRIA**	KG	243	R$48,00	***R$49,42***
7	BOLO NEGA MALUCA. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	210	R$37,40	***R$38,51***
8	CAIXA TETRA PAK DE SUCO NATURAL CONTENDO 01 LITRO, EM SABORES DIVERSOS, DE IA LINHA. **MARCA: NUTRINECTAR**	UND	1797	R$9,19	***R$9,46***
9	CEROULINHAS/CROSTOLI/CUECA VIRADA/NOZINHO **MARCA PRÓPRIA**	KG	197	R$31,40	***R$32,33***
10	COXINHA DE FAROFA DE 35GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	387	R$86,20	***R$88,75***
11	COXINHA DE FRANGO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	327	R$81,60	***R$84,02***
12	DOCINHOS (DOIS AMORES/ BRIGADEIRO/ BEIJINHO). EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS DE 25 GRAMAS CADA. **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	207	R$98,80	***R$101,73***
13	DOGUINHO/ENROLADINHO DE SALSICHA ASSADO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	312	R$94,30	***R$97,09***
14	EMPADÃO DE FRANGO E PALMITO DE 50GR CADA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	202	R$39,00	***R$40,15***
15	EMPADINHAS DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	305	R$95,00	***R$97,81***
16	LUA DE MEL DE 90G **MARCA PRÓPRIA**	KG	178	R$42,80	***R$44,07***
17	MINI SANDUICHE NATURAL ATUM **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	230	R$149,50	***R$153,93***
18	MINI SANDUICHE NATURAL DE FRANGO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	222	R$145,90	***R$150,22***
19	PÃEZINHOS DE QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	KG	279	R$35,30	***R$36,35***
20	PASTEIZINHOS ASSADOS DE PRESUNTO E QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	282	R$82,90	***R$85,35***
21	PASTEIZINHOS DE CARNE MOIDA DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	324	R$79,70	***R$82,06***
22	PASTEIZINHOS DE FRANGO/PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	312	R$84,90	***R$87,41***
23	QUIBE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	276	R$80,50	***R$82,88***
24	REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DE 1ª LINHA, DIVERSOS SABORES **MARCA: COCA COLA**	UND	1219	R$10,00	***R$10,30***
25	RISOLES DE CARNE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	245	R$83,90	***R$86,38***
26	RISOLES DE PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	222	R$79,90	***R$82,27***
27	RISOLES DE QUEIJO E PRESUNTO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	260	R$82,30	***R$84,74***
28	SANDUÍCHE NATURAL	UND	773	R$6,10	***R$6,28***

	MARCA PRÓPRIA				
29	SONHOS (SABORES CREME, DOCE DE LEITE E GOIABADA). **MARCA PRÓPRIA**	KG	237	R$36,80	***R$37,89***
30	TORTA DE REQUEIJÃO DOCE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	150	R$36,50	***R$37,58***
31	TORTA SALGADA RICOTA, QUEIJO E PRESUNTO, 50G CADA, EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS **MARCA PRÓPRIA**	KG	209	R$40,90	***R$42,11***

LOTE 02

ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO (R$)**	***VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE 2,96 (IGPM) (R$)***
1	1,8 L DE CAFE FRESCO E DE BOA QUALIDADE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	51	R$22,90	***R$23,58***
2	1,8 L DE LEITE QUENTE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	45	R$26,10	***R$26,87***
3	BOLINHA DE QUEIJO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	64	R$84,90	***R$87,41***
4	BOLO CUQUE COM GOIABADA, APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	62	R$34,30	***R$35,32***
5	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	63	R$37,40	***R$38,51***
6	BOLO DE FRUTAS. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS. **MARCA PRÓPRIA**	KG	81	R$48,00	***R$49,42***
7	BOLO NEGA MALUCA. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	69	R$37,40	***R$38,51***
8	CAIXA TETRA PAK DE SUCO NATURAL CONTENDO 01 LITRO, EM SABORES DIVERSOS, DE IA LINHA. **MARCA NUTRINECTAR**	UND	598	R$9,10	***R$9,37***
9	CEROULINHAS/CROSTOLI/CUECA VIRADA/NOZINHO **MARCA PRÓPRIA**	KG	65	R$31,40	***R$32,33***
10	COXINHA DE FAROFA DE 35GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	129	R$86,20	***R$88,75***
11	COXINHA DE FRANGO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	109	R$81,60	***R$84,02***
12	DOCINHOS (DOIS AMORES/ BRIGADEIRO/ BEIJINHO). EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS DE 25 GRAMAS CADA. **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	69	R$98,80	***R$101,72***
13	DOGUINHO/ENROLADINHO DE SALSICHA ASSADO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	104	R$94,30	***R$97,09***
14	EMPADÃO DE FRANGO E PALMITO DE 50GR CADA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	67	R$39,00	***R$40,15***
15	EMPADINHAS DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	101	R$95,00	***R$97,81***
16	LUA DE MEL DE 90G **MARCA PRÓPRIA**	KG	59	R$42,80	***R$44,07***
17	MINI SANDUICHE NATURAL ATUM **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	76	R$149,50	***R$153,93***
18	MINI SANDUICHE NATURAL DE FRANGO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	74	R$145,50	***R$149,81***
19	PÃEZINHOS DE QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	KG	93	R$35,30	***R$36,34***
20	PASTEIZINHOS ASSADOS DE PRESUNTO E QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	94	R$82,90	***R$85,35***
21	PASTEIZINHOS DE CARNE MOIDA DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	107	R$79,70	***R$82,06***
22	PASTEIZINHOS DE FRANGO/PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	104	R$84,90	***R$87,41***
23	QUIBE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	92	R$80,50	***R$82,88***
24	REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DE 1ª LINHA, DIVERSOS SABORES **MARCA: COCA COLA**	UND	406	R$10,00	***R$10,30***
25	RISOLES DE CARNE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	81	R$83,90	***R$86,38***
26	RISOLES DE PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	74	R$79,90	***R$82,27***
27	RISOLES DE QUEIJO E PRESUNTO DE 25GR	CENTO	86	R$82,30	***R$84,74***
28	SANDUÍCHE NATURAL **MARCA PRÓPRIA**	UND	257	R$6,10	***R$6,28***
29	SONHOS (SABORES CREME, DOCE DE LEITE E GOIABADA). **MARCA PRÓPRIA**	KG	78	R$36,80	***R$37,89***
30	TORTA DE REQUEIJÃO DOCE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	49	R$36,50	***R$37,58***
31	TORTA SALGADA RICOTA, QUEIJO E PRESUNTO, 50G CADA, EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS **MARCA PRÓPRIA**	KG	69	R$40,90	***R$42,11***

FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA, NAQUILO QUE NÃO CONTRARIEM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 27/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B4F2059

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2025

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025 (PD N.º 21547/2024)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
FORNECEDOR: LEONIDES MACHADO NIZER EPP, CNPJ SOB Nº 07.933.827/0001-05, AQUI REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. LEONIDES MACHADO NIZER.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE "COFFE BREAK", PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA. – ANEXO I. LOTE 01 (ITENS 01 AO 31) E LOTE 02 (ITENS 01 AO 31).
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1328/2026 (PD Nº 21680/2026) E A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1329/2026 (PD Nº 21692/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E O PARECER Nº 762/2026/PGM.
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A ***PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA*** DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 242/2025, POR MAIS 12 MESES, A PARTIR DE 28.08.2026 ATÉ 28.08.2027, OBSERVADA A VIGÊNCIA MÁXIMA PERMITIDA, NOS TERMOS DO ART. 84 DA LEI N° 14.133, DE 2021, CONFORME PREVISTO NO ITEM 6.2 DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ***BEM COMO A RENOVAÇÃO LIMITADA AO SALDO REMANESCENTE*.**
FICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 242/2025 PRORROGADA NO VALOR E QUANTITATIVO DESCRITO CONFORME TABELA ITEM 2.1, DISCRIMINADAS NESTE TERMO ADITIVO.

...

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O PREÇO REGISTRADO, AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, AS QUANTIDADES DE CADA ITEM E AS DEMAIS CONDIÇÕES OFERTADAS NA(S) PROPOSTA(S) SÃO AS QUE SEGUEM:
LOTE 01

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QTD (REMANESCENTE)	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE 2,96 (IGPM) (R$)	VALOR TOTAL (REMANESCENTE) (R$)
1	1,8 L DE CAFE FRESCO E DE BOA QUALIDADE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	*02*	*R$23,58*	*R$47,16*
2	1,8 L DE LEITE QUENTE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	*22*	*R$26,77*	*R$588,94*
3	BOLINHA DE QUEIJO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*153*	*R$87,41*	*R$13.373,73*
4	BOLO CUQUE COM GOIABADA, APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	*152*	*R$35,32*	*R$6.368,64*
5	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	*107*	*R$38,51*	*R$4.120,57*
6	BOLO DE FRUTAS. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS. **MARCA PRÓPRIA**	KG	*130*	*R$49,42*	*R$6.424,60*
7	BOLO NEGA MALUCA. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	*118*	*R$38,51*	*R$4.544,18*
8	CAIXA TETRA PAK DE SUCO NATURAL CONTENDO 01 LITRO, EM SABORES DIVERSOS, DE IA LINHA. **MARCA: NUTRINECTAR**	UND	*1155*	*R$9,46*	*R$10.926,30*
9	CEROULINHAS/CROSTOLI/CUECA VIRADA/NOZINHO **MARCA PRÓPRIA**	KG	*117*	*R$32,33*	*R$3.782,61*
10	COXINHA DE FAROFA DE 35GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*249*	*R$88,75*	*R$22.098,75*
11	COXINHA DE FRANGO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*230*	*R$84,02*	*R$19.324,60*
12	DOCINHOS (DOIS AMORES/ BRIGADEIRO/ BEIJINHO). EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS DE 25 GRAMAS CADA. **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*138*	*R$101,73*	*R$14.038,74*
13	DOGUINHO/ENROLADINHO DE SALSICHA ASSADO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*249*	*R$97,09*	*R$24.175,41*
14	EMPADÃO DE FRANGO E PALMITO DE 50GR CADA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	*183*	*R$40,15*	*R$7.347,45*
15	EMPADINHAS DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*258*	*R$97,81*	*R$25.234,98*
16	LUA DE MEL DE 90G **MARCA PRÓPRIA**	KG	*94*	*R$44,07*	*R$4.142,58*
17	MINI SANDUICHE NATURAL ATUM **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*217*	*R$153,93*	*R$33.402,81*
18	MINI SANDUICHE NATURAL DE FRANGO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*205*	*R$150,22*	*R$30.795,10*
19	PÃEZINHOS DE QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	KG	*190*	*R$36,35*	*R$6.906,50*
20	PASTEIZINHOS ASSADOS DE PRESUNTO E QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*258*	*R$85,35*	*R$22.020,30*
21	PASTEIZINHOS DE CARNE MOIDA DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*201*	*R$82,06*	*R$16.494,06*
22	PASTEIZINHOS DE FRANGO/PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*276*	*R$87,41*	*R$24.125,16*
23	QUIBE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*241*	*R$82,88*	*R$19.974,08*
24	REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DE 1ª LINHA, DIVERSOS SABORES **MARCA: COCA COLA**	UND	*448*	*R$10,30*	*R$4.614,40*
25	RISOLES DE CARNE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*198*	*R$86,38*	*R$17.103,24*
26	RISOLES DE PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	*204*	*R$82,27*	*R$16.783,08*
27	RISOLES DE QUEIJO E PRESUNTO DE 25GR	CENTO	*209*	*R$84,74*	*R$17.710,66*

	MARCA PRÓPRIA				
28	SANDUÍCHE NATURAL **MARCA PRÓPRIA**	UND	***590***	***R$6,28***	***R$3.705,20***
29	SONHOS (SABORES CREME, DOCE DE LEITE E GOIABADA). **MARCA PRÓPRIA**	KG	***125***	***R$37,89***	***R$4.736,25***
30	TORTA DE REQUEIJÃO DOCE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	***123***	***R$37,58***	***R$4.622,34***
31	TORTA SALGADA RICOTA, QUEIJO E PRESUNTO, 50G CADA, EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS **MARCA PRÓPRIA**	KG	***200***	***R$42,11***	***R$8.422,00***

LOTE 02

ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	***QTD (REMANESCENTE)***	***VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE DE 2,96 (IGPM) (R$)***	***VALOR TOTAL (REMANESCENTE) (R$)***
2	1,8 L DE LEITE QUENTE - COM EMPRÉSTIMO DA GARRAFA TÉRMICA QUE SERA ENTREGUE NO FINAL DO EVENTO **MARCA PRÓPRIA**	UN	***42***	***R$26,87***	***R$1.128,54***
3	BOLINHA DE QUEIJO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***54***	***R$87,41***	***R$4.720,14***
4	BOLO CUQUE COM GOIABADA, APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	***62***	***R$35,32***	***R$2.189,84***
5	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	***63***	***R$38,51***	***R$2.426,13***
6	BOLO DE FRUTAS. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS. **MARCA PRÓPRIA**	KG	***81***	***R$49,42***	***R$4.003,02***
7	BOLO NEGA MALUCA. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS 50 GRAMAS **MARCA PRÓPRIA**	KG	***52***	***R$38,51***	***R$2.002,52***
8	CAIXA TETRA PAK DE SUCO NATURAL CONTENDO 01 LITRO, EM SABORES DIVERSOS, DE IA LINHA. **MARCA NUTRINECTAR**	UND	***542***	***R$9,37***	***R$5.078,54***
9	CEROULINHAS/CROSTOLI/CUECA VIRADA/NOZINHO **MARCA PRÓPRIA**	KG	***65***	***R$32,33***	***R$2.101,45***
10	COXINHA DE FAROFA DE 35GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***120***	***R$88,75***	***R$10.650,00***
11	COXINHA DE FRANGO DE 35 GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***107***	***R$84,02***	***R$8.990,14***
12	DOCINHOS (DOIS AMORES/ BRIGADEIRO/ BEIJINHO). EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS DE 25 GRAMAS CADA. **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***69***	***R$101,72***	***R$7.018,68***
13	DOGUINHO/ENROLADINHO DE SALSICHA ASSADO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***104***	***R$97,09***	***R$10.097,36***
14	EMPADÃO DE FRANGO E PALMITO DE 50GR CADA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	***67***	***R$40,15***	***R$2.690,05***
15	EMPADINHAS DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***101***	***R$97,81***	***R$9.878,81***
16	LUA DE MEL DE 90G **MARCA PRÓPRIA**	KG	***56***	***R$44,07***	***R$2.467,92***
17	MINI SANDUICHE NATURAL ATUM **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***76***	***R$153,93***	***R$11.698,68***
18	MINI SANDUICHE NATURAL DE FRANGO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***73***	***R$149,81***	***R$10.936,13***
19	PÃEZINHOS DE QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	KG	***93***	***R$36,34***	***R$3.379,62***
20	PASTEIZINHOS ASSADOS DE PRESUNTO E QUEIJO **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***94***	***R$85,35***	***R$8.022,90***
21	PASTEIZINHOS DE CARNE MOIDA DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***98***	***R$82,06***	***R$8.041,88***
22	PASTEIZINHOS DE FRANGO/PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***104***	***R$87,41***	***R$9.090,64***
23	QUIBE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***87***	***R$82,88***	***R$7.210,56***
24	REFRIGERANTE 2 LITROS CADA, DE 1ª LINHA, DIVERSOS SABORES **MARCA: COCA COLA**	UND	***361***	***R$10,30***	***R$3.718,30***
25	RISOLES DE CARNE DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***81***	***R$86,38***	***R$6.996,78***
26	RISOLES DE PALMITO DE 25GR **MARCA PRÓPRIA**	CENTO	***74***	***R$82,27***	***R$6.087,98***
27	RISOLES DE QUEIJO E PRESUNTO DE 25GR	CENTO	***86***	***R$84,74***	***R$7.287,64***
28	SANDUÍCHE NATURAL **MARCA PRÓPRIA**	UND	***257***	***R$6,28***	***R$1.613,96***
29	SONHOS (SABORES CREME, DOCE DE LEITE E GOIABADA). **MARCA PRÓPRIA**	KG	***73***	***R$37,89***	***R$2.765,97***
30	TORTA DE REQUEIJÃO DOCE. APRESENTAÇÃO EM PEDAÇOS INDIVIDUAIS DE 50 GRAMAS CADA **MARCA PRÓPRIA**	KG	***49***	***R$37,58***	***R$1.841,42***
31	TORTA SALGADA RICOTA, QUEIJO E PRESUNTO, 50G CADA, EMBALADOS EM PORÇÕES INDIVIDUAIS **MARCA PRÓPRIA**	KG	***67***	***R$42,11***	***R$2.821,37***

2.2 O VALOR REMANESCENTE ATUALIZADO DO OBJETO É DE R$563.911,39 (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E ONZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1. FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA, NAQUILO QUE NÃO CONTRARIEM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
DATA: 27/08/2026
DATA ASSINATURA: 27/08/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3D589902

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 847, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Concessão de Férias funcionais.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida, na forma do ANEXO I, férias funcionais aos servidores municipais.
Art. 2º Ficam indenizados, na forma do ANEXO II, o período de férias dos servidores municipais.
Art. 3° Ficam revogados, exclusivamente quanto aos servidores relacionados no Anexo II desta Portaria, **os itens das respectivas Portarias de concessão de férias na parte correspondente aos períodos não usufruídos e objeto de indenização**, conforme discriminado no referido Anexo.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO I
(A que se refere o artigo 1º da Portaria SEMAD nº 847, de 26 de agosto de 2026)

CONCESSÃO DE FÉRIAS

MATRÍCULA	NOME FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO FRUÍDO
82018-1	ADRIANA GANZERT	03/11/2024 a 02/11/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
82321-1	ANA PAULA KLENKE SANTOS	18/04/2025 a 17/04/2026	21/09/2026 a 05/10/2026
8698-2	ANDRE LUIZ ALBERTI	26/08/2025 a 25/08/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
5102-3	ANDRE LUIZ FERREIRA DOS SANTOS	22/08/2025 a 21/08/2026	21/09/2026 a 20/10/2026
81088-2	ANGELA VIEIRA DOS SANTOS	14/12/2024 a 13/12/2025	08/09/2026 a 07/10/2026
117-1	ANIBAL ANTONIO PEREIRA	13/08/2024 a 12/08/2025	02/09/2026 a 01/10/2026
1650-1	ANTONIO CARLOS ROMANOSKI	01/03/2025 a 28/02/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
10832-1	ANTONIO EUGENIO BARROS TEIXEIRA	10/03/2025 a 09/03/2026	01/09/2026 a 15/09/2026
80960-1	BRUNA MILDEMBERG GOOD	01/03/2025 a 28/02/2026	21/09/2026 a 05/10/2026
4560-4	BRUNO DE OLIVEIRA	31/08/2025 a 30/08/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
6578-2	CAMILA BARBOSA PINTO	21/10/2024 a 20/10/2025	22/09/2026 a 01/10/2026
10883-1	CAMILA MILANEZI CANERI	01/04/2025 a 31/03/2026	09/09/2026 a 23/09/2026
81663-1	CARLOS ANTONIO SILVA BRUEL	16/08/2025 a 15/08/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
10112-1	CAROLINE MURBACK BORA	03/02/2025 a 02/02/2026	15/09/2026 a 29/09/2026
80687-2	CAROLLINE BORGES PEROSA MARTINS	02/06/2025 a 01/06/2026	21/09/2026 a 10/10/2026
80933-1	CLAUDINEY CAMARGO DO AMARAL	27/08/2025 a 26/08/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
81303-2	EDIMAR DE PAULA RICETTO	15/02/2025 a 14/02/2026	20/09/2026 a 04/10/2026
9764-3	EDSON BENEDITO TABORDA	03/04/2025 a 02/04/2026	08/09/2026 a 25/09/2026
8983-2	ELIANE MARIA IOZWIAK KNAPIK	03/07/2025 a 02/07/2026	01/09/2026 a 30/09/2026
5202-1	ELIANE PICULSKI PAES	07/12/2024 a 06/12/2025	08/09/2026 a 27/09/2026
5291-6	EVANDRO DA LUZ RAMOS	09/07/2025 a 08/07/2026	10/08/2026 a 08/09/2026
4566-3	FLAVIA JEANE FERRARI	10/07/2025 a 09/07/2026	16/09/2026 a 25/09/2026
81298-3	GABRIELE GONCALVES CORDEIRO	21/11/2024 a 20/11/2025	10/09/2026 a 09/10/2026
81543-4	GISLAINE DE FATIMA RAITZ DA SILVA	17/02/2025 a 16/02/2026	16/09/2026 a 30/09/2026
81132-3	HELOIZE MARTINS MANHAES	05/07/2025 a 04/07/2026	08/09/2026 a 07/10/2026
9062-1	JOAO SKRZYPIETZ	04/01/2025 a 03/01/2026	27/07/2026 a 10/08/2026
10039-4	JOISELE DOS SANTOS RODRIGUES	05/07/2025 a 04/07/2026	18/09/2026 a 28/09/2026
4516-1	JOSE ROBERTO DE LIMA	01/03/2026 a 31/08/2026	02/09/2026 a 21/09/2026
8194-2	JOSELETE SCHOLTZ WILL	16/03/2025 a 15/03/2026	03/09/2026 a 17/09/2026
10976-2	JULIA FAVARO LINHARES	15/01/2025 a 14/01/2026	08/09/2026 a 25/09/2026
785-2	JUSSARA DE MELO MIRANDA DOS SANTOS	05/07/2025 a 04/07/2026	01/09/2026 a 15/09/2026
8233-1	KATIA ARRUDA TUCHINSKI	01/02/2025 a 31/01/2026	14/09/2026 a 23/09/2026
82461-1	LEONARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	11/03/2025 a 10/03/2026	30/09/2026 a 09/10/2026
7304-2	LUCIANA WOLFF DE LIMA	07/11/2024 a 06/11/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
5024-2	LUCIANE LEINEKER PEREIRA	20/01/2025 a 19/01/2026	08/09/2026 a 25/09/2026
82368-1	LUCILENE SANTOS DA SILVA	01/07/2025 a 30/06/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
870-1	LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO	15/10/2024 a 14/10/2025	01/09/2026 a 30/09/2026
881-2	LUIZ GUILHERME BRUNATTO	29/03/2024 a 28/03/2025	10/09/2026 a 24/09/2026
899-1	MARCELO FIORAVANTE ZELA	01/01/2025 a 31/12/2025	08/09/2026 a 17/09/2026
80923-1	MARCIO DOS SANTOS LOURENCO	03/01/2025 a 02/01/2026	08/09/2026 a 21/09/2026
80972-2	MARCIO RODRIGO RODRIGUES TEIXEIRA	03/10/2024 a 02/10/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
8992-1	MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL	25/01/2025 a 24/01/2026	09/09/2026 a 01/10/2026
81126-1	MARILDA VIEIRA RIBAS	03/09/2024 a 02/09/2025	19/09/2026 a 03/10/2026
81576-1	MARLENE APARECIDA LOURENCO FRAGOSO	13/12/2024 a 12/12/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
82601-1	MARLENE DO ROCIO DA SILVEIRA	09/07/2025 a 08/07/2026	08/09/2026 a 19/09/2026
9419-1	NEIVA IONE CORREA DA SILVA	01/05/2019 a 30/04/2020	14/09/2026 a 28/09/2026
10125-3	PATRICIA ROSA COELHO STABACH	02/02/2025 a 01/02/2026	28/09/2026 a 12/10/2026
11252-3	PAULO SANTOS LIMA	03/10/2024 a 02/10/2025	08/09/2026 a 22/09/2026
82447-1	ROBERTO LEUCH	19/02/2026 a 18/08/2026	21/09/2026 a 10/10/2026
6474-3	ROSA MARIA HOFFMANN	16/11/2024 a 15/11/2025	08/09/2026 a 29/09/2026
82318-1	SABRINA FERRARI	11/04/2025 a 10/04/2026	28/09/2026 a 09/10/2026
5180-3	SANDRA PAVANI SOCZEK	12/02/2025 a 11/02/2026	16/09/2026 a 30/09/2026
81938-1	SARAH DA LUZ PASDIORA SCHULTZ	01/08/2025 a 31/07/2026	10/08/2026 a 08/09/2026
82223-2	SERGIO ALEXANDRE PADILHA ANHAIA	11/04/2025 a 10/04/2026	14/09/2026 a 28/09/2026
9071-1	SILVIO ZIMOLONG	04/01/2025 a 03/01/2026	08/09/2026 a 22/09/2026
1468-2	SIMONE PASDIORA	09/07/2025 a 08/07/2026	09/09/2026 a 18/09/2026
10547-1	SIMONE ROSSI	13/10/2024 a 12/10/2025	04/09/2026 a 03/10/2026
82383-1	SONIA APARECIDA GAZZOLA	16/07/2025 a 15/07/2026	21/09/2026 a 05/10/2026
6886-5	TONY RENATO ANTUNES	06/02/2025 a 05/02/2026	15/09/2026 a 29/09/2026
82112-4	VITOR MATHEUS HORNUNG OLIVEIRA	23/04/2025 a 22/04/2026	14/09/2026 a 28/09/2026
1612-1	WALDIRENE RIBAS PINTO	24/07/2025 a 23/07/2026	31/08/2026 a 29/09/2026
10022-1	WILLIAN RAFAEL PAES DE MIRANDA	04/11/2024 a 03/11/2025	28/09/2026 a 15/10/2026
1641-2	ZENAIDE APARECIDA DIAS RIBAS	02/05/2025 a 01/05/2026	14/09/2026 a 28/09/2026
1647-4	ZILDA MARA PINTO DOS SANTOS	01/10/2024 a 30/09/2025	01/09/2026 a 30/09/2026

ANEXO II
(A que se refere o artigo 2º da Portaria SEMAD nº 847, de 26 de agosto de 2026)

INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS

MATRÍCULA	NOME FUNCIONÁRIO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS INDENIZADOS	ITEM DA PORTARIA N°
1993-1	ALVARO JOSE LEAL DOS SANTOS	01/09/2024 a 31/08/2025	15 DIAS	646 DE 30/06/2026
80933-1	CLAUDINEY CAMARGO DO AMARAL	27/08/2025 a 26/08/2026	15 DIAS	
81191-2	ELIZANDRO ANTONIO PINTO DA SILVA	06/10/2024 a 05/10/2025	15 DIAS	732 DE 28/07/2026 ANEXO I
81543-4	GISLAINE DE FATIMA RAITZ DA SILVA	17/02/2025 a 16/02/2026	15 DIAS	
6637-2	HELEN CRISTIANE CORREA LOPES	18/01/2025 a 17/01/2026	15 DIAS	732 DE 28/07/2026
9062-1	JOAO SKRZYPIETZ	04/01/2025 a 03/01/2026	15 DIAS	
881-2	LUIZ GUILHERME BRUNATTO	29/03/2024 a 28/03/2025	15 DIAS	
80972-2	MARCIO RODRIGO RODRIGUES TEIXEIRA	03/10/2024 a 02/10/2025	15 DIAS	
1098-2	MARINA GONCALVES FERREIRA	18/07/2025 a 17/07/2026	15 DIAS	
11252-3	PAULO SANTOS LIMA	03/10/2024 a 02/10/2025	15 DIAS	
9459-1	PRISCILLA ZALESKI	08/10/2024 a 07/10/2025	15 DIAS	646 DE 30/06/2026
80851-5	RAFAEL DALLAGRANA SANTOS	06/02/2025 a 05/02/2026	15 DIAS	646 DE 30/06/2026
9071-1	SILVIO ZIMOLONG	04/01/2025 a 03/01/2026	15 DIAS	
6886-5	TONY RENATO ANTUNES	06/02/2025 a 05/02/2026	15 DIAS	
81986-1	VANESSA LIMA MEIRA	01/09/2024 a 31/08/2025	15 DIAS	646 DE 30/06/2026
82112-4	VITOR MATHEUS HORNUNG OLIVEIRA	23/04/2025 a 22/04/2026	15 DIAS	

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EED01142

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº0104/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 104/2026– PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°005/2025-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 001/2025 – PML

PARTES: Município de Loanda e Nicelia Betalia de Oliveira

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CARGO	**VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	SERVENTE	2.113,42	280,87	40 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**
**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os contratados deverão executar os serviços em imediatamente após a assinatura do contrato, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 21/07/2026 e término no dia 21/07/2027

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 21 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

NICELIA BETALIA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:19D228DF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº054/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2026– PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°009/2026-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 002/2026 – PML

PARTES: Município de Loanda e Suely Viana Voltatoni

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de oficineiros, para realização de atividades culturais, esportivas e educativas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr, conforme tabela a seguir:

Item	Cargos	Formação	Vaga	Limite máximo de horas semanais	Limite máximo de horas mensais	Valor Hora R$	Valor Mensal R$	Valor Anual R$
04	Educador Social	Ensino médio completo	01	40	200	16,28	3.256,00	39.072,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços objeto desde Chamamento Público, serão prestados conforme cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, contendo os locais, datas e horários.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Os serviços objetos do presente Edital terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 04 de maio de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

SUELY VIANA VOLTATONI

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:CA0EEE69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº101/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 101/2026 – PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°018/2024-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 008/2024 – PML

PARTES: Município de Loanda e Yasmin Ortegas de Lima

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	Operário	2.113,42	280,87	44 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**
**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML**

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os contratados deverão executar os serviços em imediatamente após a assinatura do contrato, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal Serviços Urbanos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 15/06/2026 e término no dia 15/06/2027.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 15 de junho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

YASMIN ORTEGAS DE LIMA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6868F5CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº102/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 102/2026 – PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°018/2024-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 008/2024 – PML

PARTES: Município de Loanda e Marinalva dos Santos

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	Operário	2.113,42	280,87	44 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**
**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML**

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os contratados deverão executar os serviços em imediatamente após a assinatura do contrato, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal Serviços Urbanos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 01/07/2026 e término no dia 01/07/2027.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MARINALVA DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:11EB9547

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº103/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2026 – PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°018/2024-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 008/2024 – PML

PARTES: Município de Loanda e Dionisio dos Santos

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	Operário	2.113,42	280,87	44 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**
**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML**

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os contratados deverão executar os serviços em imediatamente após a assinatura do contrato, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal Serviços Urbanos.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 01/07/2026 e término no dia 01/07/2027.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

DIONISIO DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:0D46AF1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº105/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2026– PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°005/2025-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 001/2025 – PML

PARTES: Município de Loanda e Cintia Abel da Silva dos Santos

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CARGO	**VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	SERVENTE	2.113,42	280,87	40 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**
**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os contratados deverão executar os serviços em imediatamente após a assinatura do contrato, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 23/07/2026 e término no dia 23/07/2027

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 23 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

CINTIA ABEL DA SILVA DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:6F9812E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº106/2026-PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 106/2026– PML

DOCUMENTO: Inexigibilidade de Licitação n°010/2026-PML, Chamamento Público Para Fins de Credenciamento Nº. 001/2026 – PML

PARTES: Município de Loanda e Maria Eunice do Nascimento dos Santos

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de Instrutor de Artes Marciais (karatê), capoeira, dança, técnico em informática, instrutor de esportes, professor de inglês, teatro, e dois pedagogos para atender as oficinas de jogos e brincadeiras e recomposição de conteúdo, para desenvolver oficinas atendendo assim as necessidades das Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira e oficinas que serão atendidas em conjunto com o CRAS, que atenderá as crianças no ano letivo de 2026 no período integral. Periodo de Vigência de 06 de maio de 2026 a 11 de dezembro de 2026, conforme tabela a seguir:

LOTE- 02 OFICINAS EM CONJUNTO COM O CRAS (6 horas diárias)

Item	Cargos	Formação	Vaga	Carga Horária Diária	Dias Letivo	Carga Horária Total	Unid	Valor Hora R$	Valor Total R$
04	Instrutor Pedagogo	Nível Superior	01	6	141	846	Hrs	49,10	41.538,60

PRAZO DE EXECUÇÃO: As aulas serão realizadas na Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira, no período vespertino, nas oficinas em conjunto com o CRAS nas salas disponibilizadas pelo CRAS e nas escolas que atendem o projeto noturno.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente CONTRATO terá início em 27 de julho de 2026 a 11 de dezembro de 2026.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, 27 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

MARIA EUNICE DO NASCIMENTO DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:015A5027

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2025-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2025-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir:

NICELIA BETALIA DE OLIVEIRA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº.050.152.669-28**,** devidamente credenciada ao item 01.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Servente	1.472,17	294,43	30	40 horas	12	52.998,00	635.976,00

Loanda, 21 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F9B554DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2026-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2026-PML

OBJETO. Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Instrutor de Artes Marciais (karatê), capoeira, dança, técnico em informática, instrutor de esportes, professor de inglês, teatro, e dois pedagogos para atender as oficinas de jogos e brincadeiras e recomposição de conteúdo, para desenvolver oficinas atendendo assim as necessidades das Escola Municipal Professora Odila Inácio Vieira e oficinas que serão atendidas em conjunto com o CRAS, que atenderá as crianças no ano letivo de 2026 no período integral. Periodo de Vigência de 06 de maio de 2026 a 11 de dezembro de 2026.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas e jurídicas a seguir nas quantidades e valores estabelecidos no termo de referência.

INSTRUTOR PEDAGOGO

MARIA EUNICE DO NASCIMENTO DOS SANTOS, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 008.088.729-58.

LOTE- 02 OFICINAS EM CONJUNTO COM O CRAS (6 horas diárias)

Item	Cargos	Formação	Vaga	Carga Horária Diária	Dias Letivo	Carga Horária Total	Unid	Valor Hora R$	Valor Total R$
04	Instrutor Pedagogo	Nível Superior	02	6	141	846	Hrs	49,10	41.538,60

Loanda, 27 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E393A7D2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº005/2025-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2025-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir:

CINTIA ABEL DA SILVA DOS SANTOS, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº.050.152.669-28**,** devidamente credenciada ao item 01.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Servente	1.472,17	294,43	30	40 horas	12	52.998,00	635.976,00

Loanda, 23 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:518C6569

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº008//2024-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2024-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir:

YASMIN ORTEGAS DE LIMA - devidamente inscrito no CPF/MF sob nº.108.267.519-97**,** devidamente credenciado ao item 01.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

Loanda, 15 de junho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:40305E3D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº008/2024-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2024-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir:

DIONISIO DOS SANTOS - devidamente inscrito no CPF/MF sob nº.041.850.069-00**,** devidamente credenciado ao item 01.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS- SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

Loanda, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B474A3AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº008/2024-PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 008/2024-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir:

MARINALVA DOS SANTOS - devidamente inscrito no CPF/MF sob nº.059.645.299-33**,** devidamente credenciado ao item 01.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VA-GAS	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERIODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Serviços Gerais	1.412,00	282,40	15	40 horas	12	1.694,40	25.416,00

Loanda, 01 de julho de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:B82AB13C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº119/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº119/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº158/2024-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº018/2024-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº008/2024-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: LEONARDO MELO DO CARMO

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e o Sr. **LEONARDO MELO DO CARMO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 800.756.419-50, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº79, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone (44) 9.9862-1426**,** doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº119/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº119/2025-PML, objetivando o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de serviços de operários – serviços gerais, em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, pelos valores estabelecidos na tabela abaixo:
Valores atualizados conforme Lei Complentar Nº005/2025-PML.

ITEM	CAR GO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	Operário	2.113,42	280,87	44 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

*** VALOR DA INSALUBRIDADE 20% fixado na Classe I, Referência 0.1.2 do Plano de Classificação de Cargos e Carreiras dos Servidores Públicos Municipais de Loanda.**

**** VALOR SALARIAL ALTERADO DE ACORDO COM A LEI COMPLENTAR Nº005/2025-PML.**

CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº119/2025-PML, possui amparo no art. 107 da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº119/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 24 (vinte e quatro) meses.
PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 01/07/2027.
CLÁUSULA QUARTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 01 de julho de 2.026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Contratada:
LEONARDO MELO DO CARMO

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:727DB655

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº120/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº120/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº030/2025-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº005/2025-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2025-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: ROSELI SANDRA CALIXTO NUNES
Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **ROSELI SANDRA CALIXTO NUNES,** brasileira, portadora do RG nº 28.420.721-4 SSP/PR, inscrita no CPF nº 145.664.918-38, residente e domiciliada na Rua Vicente de Paula, nº77, Vila Nova CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9107-7275, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº120/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº120/2025-PML, objetivando o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA
O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº120/2025-PML, possui amparo no art. 107 da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA TERCEIRA
Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº120/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, pelos valores constantes na tabela abaixo:

ITEM	CARGO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	SERVENTE	2.113,42	280,87	40 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 15/07/2027.
CLÁUSULA QUARTA
As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.
E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal De Loanda

Contratada:
ROSELI SANDRA CALIXTO NUNES

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E9232DC2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº150/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº001

CONTRATO Nº150/2025-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº030/2025-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº005/2025-PML
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2025-PML
CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
CREDENCIADA: LUZIA GISELE ALVES DOS SANTOS

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICIPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Mato Grosso, nº354, inscrita no CNPJ sob nº76.972.074/0001-51, doravante denominada CREDENCIANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº2.045.879-8 SSP-PR e do CPF/MF nº389.032.969-15, e a Senhora **LUZIA GISELE ALVES DOS SANTOS,** brasileira, portadora do RG nº9.490.520-6 SSP/PR, inscrita no CPF nº 071.349.899-41, residente e domiciliada na Rua Vicente de Paula, nº261, Vila Nova CEP: 87.900-000, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, Fone: 44 9.9106-7200, doravante denominado CREDENCIADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº001 ao Contrato de nº150/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Tem o presente a finalidade de aditivar o Contrato nº150/2025-PML, objetivando o Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em carater complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Termo Aditivo nº001 ao Contrato nº150/2025-PML, possui amparo no art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

Através deste aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº150/2025-PML, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, perfazendo o prazo total de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, pelos valores constantes na tabela abaixo:

ITEM	CARGO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	CARGA HORARIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	VLR TOTAL UNIT BRUTO R$	PERÍODO	VALOR TOTAL DO CONTRATO (R$)
01	SERVENTE	2.113,42	280,87	40 horas	2.394,29	12 (doze meses)	28.731,48

PARÁGRAFO ÚNICO: A nova data de término do prazo de vigência do referido Contrato será dia 28/07/2027.

CLÁUSULA QUARTA

As demais Cláusulas do Contrato Original nao atingidas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda- Pr. 06 de julho de 2026

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
LUZIA GISELE ALVES DOS SANTOS

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:737838F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO **Nr.: 9/2026**
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Processo Adm.: 39/2026**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Data do Processo: 04/05/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	39/2026
b) Nr. Licitação:	9/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	31/08/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA MANTER A EFICIÊNCIA E ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA DO SISTEMA DE INFORMÁTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.*

Participante: 48.079.523 FERNANDO JOSE MACELLA (48.079.523/0001-00)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
32	BATERIA 7A 12V PARA NOBREAKS, FLUTUAÇÃO DE VOLTAGEM ENTRE 13.5V A 13.8V, CORRENTE MÁXIMA DE RECARGA: 2.1ª TEMPO DE FABRICAÇÃO MAXIMA DE 6 MESES	25,000	UN	119,70	2.992,50
		Total do Participante:			**2.992,50**

Participante: A FRENTE SOLUCOES INTEGRADAS LTDA (36.489.366/0001-13)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
31	NOBREAK (PARA COMPUTADOR) POTENCIA 800VA/400W, TENSÃO ENTRADA/SAÍDA BIVOLT; ALARME AUDIOVISUAL, BATERIA INTERNA SELADA. GARANTIA 12 MESES.	30,000	UN	402,00	12.060,00
		Total do Participante:			**12.060,00**

Participante: AR IMPORTS LTDA (63.482.340/0001-16)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
27	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM OPÇÃO DE PARADA EM QUALQUER PONTO, CASE EM AÇO CARBONO E PELÍCULA MATTE-WHITE, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA, FORMATO 4:3, TAMANHO DA PROJEÇÃO 120"" DIAGONAL – 2,44MX1,83M..	10,000	UN	485,00	4.850,00
		Total do Participante:			**4.850,00**

Participante: DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA (40.223.106/0001-79)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
41	MOUSE PAD EM SEMI-LYCRA ERGONÔMICO, ESTILO OFFICE, COM APOIO DE PUNHO, PRODUZIDO EM SÍLICA EM GEL, SUPERFÍCIE LISA, NA COR PRETA	40,000	UN	15,81	632,40
		Total do Participante:			**632,40**

Participante: ENOQUE INFORMATICA LTDA (16.677.622/0001-99)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	SWITCH 24 PORTAS GIGABIT GERENCIÁVEL ESPECIFICAÇÕES: PADRÕES E PROTOCOLOS: - IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE 802.3AB, IEEE802.3Z, - IEEE 802.3AD, IEEE 802.3X, IEEE 802.1D, 802.1S, - IEEE 802.1W, IEEE 802.1Q, IEEE 802.1X, IEEE 802.1P INTERFACE: - 24× PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS - 4× SLOTS SFP GIGABIT - 1× PORTA DE CONSOLE RJ45 - 1× PORTA DE CONSOLE MICRO-USB HARDWARE: - FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 100~240VAC, 50/60HZ - MONTAGEM: RACK MOUNTABLE - CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA: 19,9 W (220 V / 50 HZ) DESEMPENHO: - LARGURA DE BANDA / BACKPLANE: 56GBPS - TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 41.66MPPS - TABELA DE ENDEREÇOS MAC: 16K - JUMBO FRAME: 9 KB SOFTWARE: QOS: - 8 FILAS DE PRIORIDADE - PRIORIDADE 802.1P COS/DSCP AGENDAMENTO DE FILAS: - SP (STRICT PRIORITY) - WRR (WEIGHTED ROUND ROBIN) - SP+WRR CONTROLE DE LARGURA DE BANDA: - LIMITE DE CLASSIFICAÇÃO COM BASE NA PORTA/FLUXO - DESEMPENHO MAIS SUAVE AÇÃO PARA FLUXOS: - ESPELHAR (PARA A INTERFACE SUPORTADA) - REDIRECIONAR (PARA A INTERFACE SUPORTADAL) - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTÁRIO DE QOS CARACTERÍSTICAS L2 E L2+: AGREGAÇÃO DE LINKS: - AGREGAÇÃO DE LINKS ESTÁTICOS - LACP 802.3AD - ATÉ 8 GRUPOS DE AGREGAÇÃO E ATÉ 8 PORTAS POR GRUPO MULTICAST L2: SUPORTA 511 GRUPOS IGMP (IPV4, IPV6) IGMP SNOOPING - IGMP V1/V2/V3 SNOOPING - FAST LEAVE - IGMP SNOOPING QUERIER - IGMP AUTHENTICATION IGMP AUTHENTICATION MVR MLD SNOOPING - MLD V1/V2 SNOOPING - FAST LEAVE - MLD SNOOPING QUERIER - CONFIGURAÇÃO DE GRUPOS ESTÁTICOS - MULTICAST IP LIMITADO FILTRAGEM MULTICAST: 256 PERFIS E 16 ENTRADAS POR PERFIL VLAN: GRUPO VLAN - MÁXIMO DE 4.000 GRUPOS DE VLAN 802.1Q TAGGED VLAN VLAN MAC: 12 ENTRADAS PROTOCOLO VLAN: MODELO DE PROTOCOLO 16, PROTOCOLO VLAN 16 GVRP VLAN VPN (QINQ) - QINQ BASEADO NA PORTA - QINQ SELETIVO VLAN DE VOZ LISTA DE CONTROLE DE ACESSO: ACL BASEADA NO TEMPO MAC ACL - MAC DE ORIGEM - MAC DE DESTINO - ID DA VLAN - PRIORIDADE DO USUÁRIO - TIPO ETHER IP ACL - IP DE ORIGEM - IP DE DESTINO - FRAGMENTO - PROTOCOLO IP - MARCAÇÃO TCP - PORTA TCP/UDP - DSCP/IP TOS - PRIORIDADE DO USUÁRIO ACL COMBINADO ACL DE CONTEÚDO DO PACOTE IPV6 ACL POLÍTICA - ESPELHAMENTO - REDIRECIONAR - LIMITE DE VELOCIDADE - COMENTÁRIO DE QOS O ACL APLICA-SE À PORTA/VLAN SEGURANÇA: LIGAÇÃO IP-MAC-PORTA - DHCP SNOOPING - INSPEÇÃO ARP - PROTEÇÃO DE IPV4 DE ORIGEM LIGAÇÃO IPV6-MAC-PORTA - DHCPV6 SNOOPING - DETECÇÃO ND - PROTEÇÃO DE IPV6 DE ORIGEM DOS DEFEND SEGURANÇA DE PORTA ESTÁTICA/DINÂMICA - ATÉ 64 ENDEREÇOS MAC POR PORTA CONTROLE DE BROADCAST/MULTICAST/UNICAST STORM - MODO DE CONTROLE KBPS/TAXA/PPS CONTROLE DE ACESSO BASEADO EM IP/PORTA/MAC 802.1X - AUTENTICAÇÃO BASEADA NA PORTA - AUTENTICAÇÃO BASEADA EM MAC - ATRIBUIÇÃO DE VLAN - MAB - GUEST VLAN - SUPORTE A AUTENTICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS RADIUS AAA (INCLUINDO TACACS+) ISOLAMENTO DE PORTAS GERENCIAMENTO SEGURO DA WEB POR MEIO DE HTTPS COM SSLV3/TLS 1.2 GERENCIAMENTO SEGURO DE INTERFACE DE LINHA DE COMANDO (CLI) COM SSHV1/SSHV2 IPV6: IPV6 DUAL IPV4/IPV6 MULTICAST LISTENER DISCOVERY (MLD) SNOOPING IPV6 ACL INTERFACE IPV6 ROTEAMENTO IPV6 ESTÁTICO NEIGHBOR DISCOVERY (ND) IPV6 DESCOBERTA DA UNIDADE DE TRANSMISSÃO MÁXIMA (MTU) DO CAMINHO VERSÃO 6 DO INTERNET CONTROL MESSAGE PROTOCOL (ICMP) TCPV6/UDPV6 APLICATIVOS IPV6 - CLIENTE DHCPV6 - PING6 - TRACERT6 - TELNET (V6) - IPV6 SNMP - IPV6 SSH - IPV6 SSL - HTTP/HTTPS - IPV6 TFTP CARACTERÍSTICAS L3: 16 INTERFACES IPV4/IPV6 ROTEAMENTO ESTÁTICO - 48 ROTAS ESTÁTICAS ARP ESTÁTICO 316 ENTRADAS ARP PROXY ARP ARP GRATUITO SERVIDOR DHCP DHCP RELAY DHCP L2 RELAY GERENCIAMENTO: GUI BASEADA NA WEB INTERFACE DE LINHA DE COMANDO (CLI) POR MEIO DA PORTA DO CONSOLE, TELNET SNMP V1/V2C/V3 - TRAP/INFORM - RMON (1, 2, 3, 9 GRUPOS) MODELO SDM CLIENTE DHCP/BOOTP 802.1AB LLDP/LLDP-MED AUTO-INSTALAÇÃO DHCP IMAGEM DUPLA, CONFIGURAÇÃO DUPLA MONITORAMENTO DA CPU DIAGNÓSTICOS DE CABOS EEE RECUPERAÇÃO DE SENHA SNTP LOG DO SISTEMA CARACTERÍSTICAS AVANÇADAS: SUPORTE CONTROLADOR DE SOFTWARE, C	4,000	UN	1.200,00	4.800,00
		Total do Participante:			**4.800,00**

Participante: HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA (41.010.343/0001-14)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
25	FONTE ATX 250 W. CARACTERÍSTICAS: PADRÃO ATX 12V; BIVOLT COM SELEÇÃO MANUAL; CONECTOR SATA; CONECTOR DE SAÍDA 20+4 PINOS; CONFORMIDADE COM AS NORMAS ROHS, FCC, CE; CABO DE FORÇA EM CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA NBR 14136:2002; CONTROLE DE TEMPERATURA SILENCIOSO-	40,000	UN	60,65	2.426,00
		Total do Participante:			**2.426,00**

Participante: LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA (34.770.156/0001-73)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
29	MEMÓRIA RAM DDR3 4GB FREQUÊNCIA: 1333MHZ, PINAGEM: 240-PIN, CAPACIDADE: 4GB (1 X 4GB) LATÊNCIA CAS: DDR3TENSÃO: 1.5V	20,000	UN	118,55	2.371,00
		Total do Participante:			**2.371,00**

Participante: L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA (52.585.078/0001-19)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MBPS 24 PORTAS RJ45 10/100/1000 PADRÕES E PROTOCOLO: IEEE 802.3I, IEEE 802.3U, IEEE	4,000	UN	679,99	2.719,96

	802.3AB, IEEE 802.3X INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO- SENSÍVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NEGOCIAÇÃO (AUTO MDI / MDIX) CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO: 48GBPS FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA: 100-240V CA, 50/60HZ FAN QUANTITY: FANLESS DIMENSÕES APROX. DO PRODUTO: 294 X 180 X 44MM FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 100-240VAC, 50/60HZ TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES: 35.7MPPS QUADRO JUMBO: 10KB TECNOLOGIA				
		Total do Participante:			**2.719,96**
Participante: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (49.059.156/0001-37)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
13	TECLADO COM TECLAS DE PERFIL PLANO E SILENCIOSAS, CONEXÃO USB PADRÃO ABNT2, VERSÃO EM PORTUGUÊS, DESIGN RESISTENTE E DERRAMAMENTOS, TECLAS DURÁVEIS QUE RESISTEM A MAIS DE 10 MILHÕES DE PRESSIONAMENTOS, SUPORTE INCLINÁVEIS, FORTES E AJUSTÁVEIS, CARACTERES NÍTIDOS E BRILHANTES COM COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 METROS. MOUSE ÓPTICO DE ALTA PRECISÃO, COMPATÍVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUÇÃO 800 DPI, CONEXÃO USB. DESIGN ERGONÔ	50,000	UN	25,87	1.293,50
16	COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO, TECLADO E MOUSE AMBIDESTRO, COM TRATAMENTO ANTIDESGASTE, RECEPTOR NANO, 1 PILHA AA PARA MOUSE COM DURABILIDADE DE 12 MESES E 2 PILHAS AAA PARA TECLADO COM DURABILIDADE DE 36 MESES,COM CERTIFICAÇÃO OFICIAL DA FCC HTTPS:/FCCID.IO/ (ETIQUETA, IMPRESSÃO OU RELEVO NA PEÇA EX: FCC ID: JNZMR0060, OU DZL-YU0009), REFERÊNCIA: LOGITECH MK235.	20,000	UN	128,57	2.571,40
		Total do Participante:			**3.864,90**
Participante: STELAR TECNOLOGIA LTDA (52.750.930/0001-66)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ACCESS POINT PADRÃO MONTAGEM EM TETO, WIRELESS - PADRÕES WIRELESS: IEEE 802.11AX/AC/N/G/B/A - FREQUÊNCIA: 2.4GHZ E 5 GHZ - TAXA DE SINAL: 5 GHZ: ATÉ 2402 MBPS / 2.4 GHZ: ATÉ 574 MBPS; FUNÇÕES WIRELESS: VÁRIOS SSIDS (ATÉ 16 SSIDS, 8 PARA CADA BANDA);ATIVAR/DESATIVAR RÁDIO SEM FIO; ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE CANAL; CONTROLE DE POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO (AJUSTE A POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO EM DBM); QOS(WMM); MU-MIMO; HE160 (LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ)‡; ROAMING CONTÍNUO; MESH; DIRECIONAMENTO DE BANDA; LOAD BALANCE; AIRTIME; FAIRNESS; BEAMFORMING; TAXA LIMITE; AGENDA DE REINICIALIZAÇÃO AGENDA SEM FIO; ESTATÍSTICAS SEM FIO BASEADAS EM SSID/AP/CLIENTE; SEGURANÇA WIRELESS: - AUTENTICAÇÃO DO PORTAL CATIVO; CONTROLE DE ACESSO; FILTRAGEM DE ENDEREÇOS MAC SEM FIO; ISOLAMENTO SEM FIO ENTRE CLIENTES; MAPEAMENTO DE SSID PARA VLAN - DETECÇÃO DE AP NÃO AUTORIZADO; SUPORTE 802.1X; WPA- PESSOAL/EMPRESA, WPA2-PESSOAL/EMPRESA, WPA3- PESSOAL/EMPRESA; GERENCIAMENTO:ACESSO VIA NUVEM; ALERTAS POR E-MAIL; CONTROLE DE LED ON/OFF; CONTROLE DE ACESSO PARA GERENCIAMENTO MAC; SNMP: V1, V2C, V3; LOGIN DE SISTEMA LOCAL/REMOTO SYSLOG: SYSLOG LOCAL/REMOTO SSH; GERENCIAMENTO POR WEB: HTTP/HTTPS; GESTÃO L3; GESTÃO MULTI-SITE; VLAN DE GERENCIAMENTO; ACOMPANHAR INJETOR POE MODELO DE REFERENCIA TP LINK EAP653	30,000	UN	786,90	23.607,00

7	ROTEADOR WIFI COM MINIMO QUATRO ANTENAS, COM QUATRO ENTRADAS LAN GIGABIT, UMA ENTRADA WAN GIGABIT, WI-FI 6, VELOCIDADES 2402 MBPS EM 5 GHZ E 574 MBPS EM BANDAS DE 2,4 GHZ	15,000	UN	268,00	4.020,00
14	MOUSE ÓPTICO DE ALTA PRECISÃO, COMPATÍVEL COM MICROSOFT WINDOWS 95/98/2000/ ME/ VISTA/ WINDOWS 7/ WINDOWS 8/NT4.0/MAC OS9 OU ACIMA. RESOLUÇÃO 800 DPI, CONEXÃO USB. DESIGN ERGONÔMICO PARA MANUSEIO CONFORTÁVEL, TAMANHO OTIMIZADO PARA EVITAR LESÕES CAUSADAS PELO USO CONTINUO, FÁCIL MANUSEIO SOBRE QUALQUER SUPERFÍCIE OPACA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO DE 1,8 METROS.	50,000	UN	13,90	695,00
20	HD SSD 240 GB, FORMATO: 2,5 POL, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) - COMPATÍVEL COM A VERSÃO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S) PERFORMANCE DE REFERÊNCIA - ATÉ 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO EXPECTATIVA DE VIDA ÚTIL: 1 MILHÃO DE HORAS MTB	40,000	UN	254,90	10.196,00
30	MEMÓRIA RAM DDR4 8GB FREQUÊNCIA: 3200MHZ, PINAGEM: 288-PIN, CAPACIDADE: 8GB (1 X 8GB) LATÊNCIA CAS: DDR4TENSÃO: 1.2V	20,000	UN	279,90	5.598,00
		Total do Participante:			**44.116,00**
Participante: T L SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (49.490.183/0001-60)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENÇA MINIMA L4, COM 5 PORTAS GIGABIT, MINIMO 256MB RAM, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE880MHZ. REFERÊNCIA: MIKROTIK hEX RB750Gr3	5,000	UN	440,00	2.200,00
3	ROTEADOR COMPATIVEL COM ROUTEROS COM LICENÇA MINIMA L5, COM 10 PORTAS GIGABIT, MINIMO 1 GB RAM, MINIMO ARMAZENAMENTO INTERNO 128 MB, MINIMO PROCESSADOR DUAL CORE 1.4 GHZ. REFERÊNCIA: MIKROTIK RB3011 UiAS-RM	2,000	UN	1.620,00	3.240,00
5	SWITCH GIGABIT DE MESA 8 PORT 10/100/1000MBPS	5,000	UN	110,00	550,00
8	ACCESS POINT WI-FI 6 DUAL BAND OUTDOOR: ENTREGA VELOCIDADES DUAL BAND DE ATÉ 3 GBPS ALIMENTADAS PELA MAIS RECENTE TECNOLOGIA WI-FI 6 2402 MBPS EM 5 GHZ + 574 MBPS EM 2.4 GHZ. CANAL DE LARGURA DE BANDA DE 160 MHZ, COBERTURA DE LONGO ALCANCE, TECNOLOGIA MESH, CONEXÃO SEM ATRASOS COM ROAMING CONTÍNUO, ALIMENTADO POR POE: SUPORTA TANTO A ALIMENTAÇÃO POE+ 802.3AT QUANTO A ALIMENTAÇÃO POE PASSIVA (ADAPTADOR INCLUÍDO), CRIPTOGRAFIA WAP3, CAPTIVE PORTAL (SMS, FACEBOOK WI-FI, VOUCHER) E AUTENTICAÇÃO 802.1X, PROTEÇÃO IP67 A PROVA D'ÁGUA E POEIRA; MODELO DE REFERENCIA EAP650-OUTDOOR.	10,000	UN	982,00	9.820,00
9	SWITCH GIGABIT COM 4 PORTAS POE: 5× PORTAS RJ45 DE 10/100/1000 MBPS COM QUATRO PORTAS POE+, TRANSFERE DADOS E ENERGIA EM UM ÚNICO CABO, FUNCIONA COM PDS COMPATÍVEIS COM IEEE 802.3AF/AT, 802.1P/DSCP QOS PERMITE TRÁFEGO SUAVE E SENSÍVEL À LATÊNCIA, SUPORTA POE POWER ATÉ 30 W PARA CADA PORTA POE, SUPORTA POE POWER ATÉ 40 W PARA TODAS AS PORTAS POE, PLUG AND PLAY.	10,000	UN	218,00	2.180,00
				Total do Participante:	**17.990,00**
				Total Geral:	**98.822,76**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito	17.001.04.122.0019.2117.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito	17.001.04.122.0019.2117.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 1,00
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.4.4.90.52.00	R$ 1,00
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.3.3.90.30.00	R$ 1,00

MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer	09.001.27.812.0016.2064.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos	05.001.04.122.0020.2016.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer	09.001.27.812.0016.2064.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	06.001.10.301.0014.2049.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	06.001.10.301.0014.2049.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Controle Interno	03.001.04.124.0020.2086.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Controle Interno	03.001.04.124.0020.2086.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Administração	02.001.04.122.0020.2007.4.4.90.52.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.4.4.90.52.00	R$ 1,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	06.003.10.301.0014.2077.3.3.90.30.00	R$ 1,00
Manutenção da Secretaria de Fazenda	04.001.04.123.0020.2012.3.3.90.30.00	R$ 1,00

Lobato, 31/08/2026

FABIO CHICAROLI	**Assinatura do Responsável**
Prefeito	

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:241EE90F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2026 - ALTERA DATA DE INÍCIO FÉRIAS CONCEDIDAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 155/2026

Súmula: Altera data de início férias concedidas ao servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada data de início de férias concedidas ao servidor público municipal, ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na listagem abaixo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO AQUISITIVO	
95005	MICHEL ALVES CARVALHO	Motorista Cat. D	08/09/2026	27/09/2026	01/04/2025	31/03/2026

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:C1C929C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 156/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 156/2026

Súmula: Concede férias a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, ao servidor público municipal ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	Nome Funcionário	Data Admissão	Cargo	Período de Gozo		Período Aquisitivo	
				Início	Fim Gozo	Início	Fim
96917	JEFFERSON HENRIQUE LAVORATTO	05/04/2021	Diretor De Gestao Do Suas	08/09/2026	17/09/2026	05/04/2024	04/04/2025

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E24DC940

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 156/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 156/2026

Súmula: Concede férias a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, ao servidor público municipal ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	Nome Funcionário	Data Admissão	Cargo	Período de Gozo		Período Aquisitivo	
				Início	Fim Gozo	Início	Fim
96917	JEFFERSON HENRIQUE LAVORATTO	05/04/2021	Diretor De Gestao Do Suas	08/09/2026	17/09/2026	05/04/2024	04/04/2025

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:736E5773

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 157/2026

Súmula: Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, aos servidores públicos municipais ocupantes dos respectivos cargos, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	Nome Funcionário	Data Admissão	Cargo	Período de Gozo		Período Aquisitivo	
				Início	Fim Gozo	Início	Fim
97714	EDNEI PEREIRA FILHO	15/04/2024	Coordenador Geral De Desenvolvimento Rural	08/09/2026	27/09/2026	15/04/2024	14/04/2025
96408	ADILSON BELARMINO DA SILVA	14/10/2019	Auxiliar De Conservacao E Limpeza	01/09/2026	10/09/2026	14/10/2023	13/10/2024
96339	SOLANGE CRISTINA TREUK	09/04/2019	Enfermeiro 40 Horas	01/09/2026	30/09/2026	09/04/2025	08/04/2026
2360	ROSA NIRA DA SILVA	01/03/2011	Agente Comunitário De Saúde - Clt	08/09/2026	17/09/2026	01/03/2025	28/02/2026
97348	PRISCILA CAMPANERUTTO SARZI SARTORI	22/05/2023	Diretor Da Atenção Especializada	01/09/2026	10/09/2026	22/05/2025	21/05/2026

96840	LELRRI ALESSANDRO CASTANHA	03/06/2020	Medico Clinico Geral 40 Horas	08/09/2026	17/09/2026	03/06/2025	02/06/2026
1842	ISAC COELHO DE SOUZA	14/06/1999	PEDREIRO	24/08/2026	22/09/2026	14/06/2025	13/06/2026
95149	GRAZIELI APARECIDA DE CASTRO	16/07/2015	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/09/2026	20/09/2026	16/07/2024	15/07/2025
98099	GIOVANNA CARLA MARZOLA LEAL	10/02/2025	DIRETOR DE TRANSITO E TRANSPORTE	08/09/2026	17/09/2026	10/02/2025	09/02/2026
10529	ANDREA CRISTINA RIBEIRO DIONIZIO	02/06/2008	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	08/09/2026	25/09/2026	02/06/2025	01/06/2026
10760	DAISY CHRISTINA DE MOURA REIS LIMA	01/03/2011	PSICOLOGO	08/09/2026	19/09/2026	01/03/2025	28/02/2026

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (31/08/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:4913E5CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO 30/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026
UASG: 980864

O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, Sr. Amarildo Alves Carneiro, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de transporte escolar, mediante disponibilização de veículos próprios e motoristas devidamente habilitados e qualificados, para atendimento dos alunos da APAE e da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino do Município de Manfrinópolis, conforme as correções matemáticas detalhadas a seguir.

1. RETIFICAÇÕES DOS LOTES E CORREÇÕES MATEMÁTICAS

Após minuciosa revisão do Termo de Referência (Anexo I) do certame, identificou-se a necessidade de correção metodológica na estimativa de quilometragem e precificação das Linhas 04 e 05. A alteração resulta num aumento do valor estimado global do certame de R$ 559.654,00 para R$ 626.038,00, representando um acréscimo líquido de R$ 66.384,00.

Linha / Rota	Itinerário / Trajeto	Situação Anterior (Edital Original)	Situação Atual (Edital Retificado)	Impacto / Diferença
Linha 01	Roncador e Linha Pegoraro (Sem alterações)	11.600 KM Valor Máx: R$ 106.952,00	11.600 KM Valor Máx: R$ 106.952,00	Inalterado
Linha 02	Linha Pauli e Castelo Branco (Sem alterações)	16.000 KM Valor Máx: R$ 147.520,00	16.000 KM Valor Máx: R$ 147.520,00	Inalterado
Linha 03	Três de Maio (Sem alterações)	17.300 KM Valor Máx: R$ 159.506,00	17.300 KM Valor Máx: R$ 159.506,00	Inalterado
Linha 04	Santa Terezinha (Correção de KM diária de 20 para 60 km)	4.000 KM total Valor Máx: R$ 36.880,00	12.000 KM total Valor Máx: R$ 110.640,00	Acréscimo: +8.000 KM +R$ 73.760,00
Linha 05	Santa Terezinha - Tunal - APAE Pinhal (Correção de KM diária de 59 para 55 km)	11.800 KM total Valor Máx: R$ 108.796,00	11.000 KM total Valor Máx: R$ 101.420,00	Redução: -800 KM -R$ 7.376,00
TOTAL ESTIMADO	**Valor Global de Referência do Pregão**	**R$ 559.654,00 (Quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta quatro reais)**	**R$ 626.038,00 (Seiscentos e vinte e seis mil e trinta e oito reais)**	**Acréscimo Líquido: +R$ 66.384,00**

Memória de Cálculo das Retificações:

• Linha 04 (Santa Terezinha): No edital original, constava a quilometragem diária de 20 km para fins de cálculo de dias letivos (200 dias), o trajeto atualizado é de 60 km. Corrigiu-se para 60 km diários, resultando em 12.000 KM totais (60 km * 200 dias). Com valor de R$ 9,22 por KM, o valor máximo foi alterado de R$ 36.880,00 para R$ 110.640,00 (+R$ 73.760,00).

• Linha 05 (Santa Terezinha - Tunal - APAE Pinhal de São Bento): O edital original considerou 59 km diários no cálculo consolidado, o trajeto atualizado é de 55 km diários. Corrigiu-se para 55 km diários, resultando em 11.000 KM totais (55 km * 200 dias). Com valor de R$ 9,22 por KM, o valor máximo foi reduzido de R$ 108.796,00 para R$ 101.420,00 (-R$ 7.376,00).

2. MANUTENÇÃO DAS DATAS DO CERTAME E RECURSOS

Considerando que não há propostas cadastradas e as datas previamente estabelecidas atendem as exigências de prazos estabelecidos por lei e visando preservar a celeridade administrativa, as datas e horários de realização do certame permanecem INTEGRALMENTE MANTIDOS, conforme cronograma abaixo:

Fase do Certame / Atividade	Data e Horário de Referência
Recebimento e Limite de Acolhimento das Propostas	Até dia 16/09/2026 às 07:00h
Abertura das Propostas Eletrônicas	Dia 16/09/2026 às 08:00h (no site bll.org.br)
Início da Sessão Pública e Disputa de Lances	Dia 16/09/2026 às 08:30h (no site bll.org.br)

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E ACESSO AO EDITAL ATUALIZADO

Fica estabelecido que todas as demais cláusulas, condições gerais, obrigações contratuais e exigências de habilitação técnica e econômico-financeira estabelecidas no Edital original permanecem INALTERADAS.

O Edital retificado em sua versão consolidada encontra-se disponível gratuitamente para download por todos os interessados no portal da Bolsa de Licitações e Leilões (bll.org.br) e no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis - PR. Eventuais pedidos de esclarecimento ou consultas poderão ser encaminhados ao e-mail licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br ou diretamente via sistema da BLL.

Manfrinópolis, PR, 26 de agosto de 2026.

JOZINEI DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:63C5EB90

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 288/2026.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício:2026
Decreto nº 288/2026 de 17/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 288.500,00 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.04.122.0002.2.010.		Encargos Gerais do Município.	
32 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.00.000.0000.0.000.		ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001.12.122.0003.2.026.		Manut da Assessoria da Sec de Educ e Cultura	
115 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	68.000,00
05.003.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA PADRE NELSON	
05.003.12.361.0003.2.031.		Ensino Fundamental/Fundeb 70%.	
172 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103.000,00
05.003.12.365.0003.2.036.		Pré Escola (1103/1104)	
203 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.000,00
204 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.000,00
585 - 3.1.90.94.00.00	01104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.000,00
05.004.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA NAIME ABRAÃO NASSER	
05.004.12.365.0003.2.042.		Pré Esccola (1103/1104)	
224 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
225 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.000,00
05.006.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA CMEI JOSE HENRIQUE PALMA	
05.006.12.365.0003.2.051.		Creche (1103/1104)	
249 - 3.1.90.13.00.00	01104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.305.0004.2.062.		Manut das Ações da Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiologia	
330 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL	57.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E PECUÁRIA	
11.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE AGRICULTURA	
11.001.20.608.0009.2.078.		Manut da Assistência Rural	
475 - 3.1.91.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.500,00
		Total Suplementação:	**288.500,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.2.006.		Manut das Ativ da Assessoria de Gabinete.	
17 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.003.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA ESCOLA PADRE NELSON	
05.003.12.361.0003.2.035.		Ensino Fundamental (1103/1104)	
184 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	68.000,00
05.005.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINSITRATIVA DA CMEI ANJO DA GUARDA	
05.005.12.365.0003.2.048.		Pré Escola (1103/1104)	
242 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.000,00
05.006.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA CMEI JOSE HENRIQUE PALMA	
05.006.12.365.0003.2.049.		Creche/Fundeb 70%	
244 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0004.2.059.		Manut das Ações da Diretoria da Unidade Basica de Saúde	
270 - 3.1.90.11.00.00	1051	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	57.000,00
		Total Redução:	**288.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 17 de agosto de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:4DA85BAD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: L&M COMERCIAL LTDA

CNPJ: 64.778.805/0001-43

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL E BEBEDOURO DE COLUNA INSTITUCIONAL EM AÇO INOX, MODELO 2 E 3 TORNEIRAS

ITEM	QTD	CÓDIGO IPM	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
			ITEM EXCLUSIVO			
1	86	36393	UNID	Bebedouro de coluna para galão de até 20 litros ideal para uso doméstico ou institucional. Com autonomia de 3,5 litros/hora de água gelada, possui reservatório com capacidade total de 1,8L. Também contém um termostato frontal com controle gradual de temperatura, que controla a temperatura da água gelada entre 5°C e 15°C. Sistema Easy Open removível, com abertura automática do garrafão e baixo consumo de energia. Alças laterais facilitam o transporte e deslocamento para limpeza enquanto um parador de água removível facilita o esvaziamento e a retirada do excesso de água.	R$685,00	R$58.910,00
				TOTAL GERAL		R$58.910,00

VALOR: R$58.910,00 (Cinquenta e oito mil novecentos e dez reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:01BEC969

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 309/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA

CNPJ: 20.481.118/0001-96

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL E BEBEDOURO DE COLUNA INSTITUCIONAL EM AÇO INOX, MODELO 2 E 3 TORNEIRAS

ITEM	QTD	CÓDIGO IPM	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
			ITENS COTA PRINCIPAL 75%			
02	54	36376		Bebedouro industrial refrigerado com coluna; Refrigeração: 25 litros; capacidade, reservatório de 25 litros; gabinete: aço inox; torneira: 2 torneiras (1 copo e 1 jato de água); vazão: conforme fabricante; tensão: 110 volts.	R$1.208,99	R$65.285,46
03	34	36392		Bebedouro industrial em aço inox - 3 torneiras - 100 litros. Estrutura em aço inox escovado, reservatório de 100 litros, com 03 torneiras (geladas ou combinadas com natural), acionamento por rosca ou alavanca tipo lingueta. Refrigeração por compressor hermético com gás ecológico, capacidade mínima de 130	R$1.704,99	R$57.969,66

				litros/hora. Termostato de 07 níveis, reservatório atóxico, aparador em inox com dreno, pés niveladores, tensão 127V ou 220V. Acompanha filtro (interno ou externo), kit de instalação, refil sobressalente, manual técnico em português e certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses		
				TOTAL ITENS COTA PRINCIPAL 75%		R$123.255,12
ITEM	QTD	CÓDIGO IPM	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
				ITENS COTA RESERVADA 25%		
05	11	36392		Bebedouro industrial em aço inox - 3 torneiras - 100 litros. Estrutura em aço inox escovado, reservatório de 100 litros, com 03 torneiras (geladas ou combinadas com natural), acionamento por rosca ou alavanca tipo lingueta. Refrigeração por compressor hermético com gás ecológico, capacidade mínima de 130 litros/hora. Termostato de 07 níveis, reservatório atóxico, aparador em inox com dreno, pés niveladores, tensão 127V ou 220V. Acompanha filtro (interno ou externo), kit de instalação, refil sobressalente, manual técnico em português e certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 meses	R$1.704,99	R$18.754,89
				TOTAL ITENS COTA RESERVADA 25%		R$18.754,89
				TOTAL GERAL		R$142.010,01

VALOR: R$142.010,01 (Cento e quarenta e dois mil dez reais e um centavo).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:4AAC69A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: ELETROWAY LTDA

CNPJ: 60.975.057/0001-38

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL E BEBEDOURO DE COLUNA INSTITUCIONAL EM AÇO INOX, MODELO 2 E 3 TORNEIRAS

ITEM	QTD	CÓDIGO IPM	UNID	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
				ITENS COTA RESERVADA 25%		
04	17	36376		Bebedouro industrial refrigerado com coluna; refrigeração: 25 litros; capacidade, reservatório de 25 litros; gabinete: aço inox; torneira: 2 torneiras (1 copo e 1 jato de água); vazão: conforme fabricante; tensão: 110 volts.	R$1.240,00	R$21.080,00
				TOTAL GERAL		R$21.080,00

VALOR: R$21.080,00 (Vinte e um mil e oitenta reais).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1CB8A9EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 290/2026 - LICENÇA PREMIO - DAVI DO LAGO COSTA

PORTARIA Nº 290/2026

SÚMULA – Concede Licença prêmio por assiduidade, a servidores efetivos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas

CONCEDER:
Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, licença prêmio por assiduidade, de acordo com o artigo 146 da Lei 067/97 e alteração Lei nº 522/2017, pelo período de 90 dias e ou fracionado, relativas ao período aquisitivo constante, conforme tabela demonstrativa:

MAT	Funcionários	Período	Dias	INICÍO	FIM	Pecúnia
200514	**Davi do Lago Costa**	2011 2016	90	01092026	29112026	-x-
-x-	**-x-**	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, **Revogada a Portaria 284/2026 de 25/08/2026**, as disposições em contrário.

Publique-se

Edifício da Prefeitura Municipal
Mato Rico PR, 25 de AGOSTO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:24329C28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
D E C R E T O N° 32/2026

SÚMULA: "Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.456.100,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Mil e Cem Reais), para reforço das Dotações do Orçamento em vigor, no Exercício de 2.026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 43, Parágrafo 1°, item III da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e Lei Municipal de n° 746/2025 de 18/10/2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 2.456.100,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e cinquenta e Seis Mil e Cem Reais), para reforço da seguinte dotação do orçamento em vigor:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2002	Manutenção do Executivo Municipal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
20	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
04.122.0007.2047	Manutenção da Divisão de Serviços Públicos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
490	00511-Taxas - Prestação de Serviços	3.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
26.782.0006.1045	Asfaltar / Recuperar de vias urbanas e Rurais	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
611	01015-Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	10.000,00
03.008	DIVISAO DE TRANSPORTES	
26.782.0006.2044	Manutenção da Divisão dos Serviços Rodoviários	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
03.012	DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
04.122.0002.1120	Manutenção da Divisão de Licitaçao	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2100	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1500	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1660	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	100.000,00
10.301.0004.2028	Manutenção das Atividades atravez do Programa do PAB/SUS parte fixa	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1850	01495-Atenção Básica - Estadual	5.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1700	01498-Assistência Farmacéutica - Estadual	50.000,00
04.003	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
10.304.0004.2070	Manut. da Divisão de Vigilancia Sanitária, Ambiental e Saude do Trabalhador	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00

05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
20.606.0008.2049	Manutenção da Divisão de Agricultura e Abastecimento	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2410	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
06.001	DIVISAO DE ENSINO	
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500.000,00
12.361.0005.2035	Manutenção Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2690	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	100.000,00
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	170.000,00
12.361.0005.2036	Manutenção do Ensino Fundamental 25%	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2910	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	30.000,00
12.361.0005.2039	Atendimento ao Programa Salário Educação	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2950	00107-Transferências Voluntárias Públicas Federais	20.000,00
06.002	DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR	
12.361.0005.2038	Atendimento ao Programa Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
06.006	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	
12.122.0005.2098	Gabinete do Secretário de Educação.	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3390	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	20.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3410	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	8.000,00
07	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
08.244.0003.6014	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3730	00940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	20.000,00
08.244.0003.6021	Manutenção do Programa IGD-SUAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3850	00952-PROGRAMA PROCAD - SUAS - F. 952	10.000,00
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3791	00953-PROGRAMA INCENTIVO À 1ª INFANCIA RES. 461 - F. 953	3.600,00
08.244.0003.6021	Manutenção do Programa IGD-SUAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3852	00956-CENTRO DIA DELIBERAÇÃO - 019 - F.956	31.400,00
3851	00959-PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	40.000,00
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3792	00963-PROGRAMA CUISA + INVESTIMENTO	10.000,00
3793	00964-PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ 2026 - IDOSO - F.964	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.244.0003.6021	Manutenção do Programa IGD-SUAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3862	00956-CENTRO DIA DELIBERAÇÃO - 019 - F.956	100,00
3861	00959-PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	10.000,00
08.244.0003.6014	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3750	Bloco Financ.Gestão Prog Bolsa família/Cadastro Único - Portaria 113/2015	10.000,00
07.003	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0003.1119	Gabinete do Secretário de Assistência Social	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3931	00959-PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	5.000,00
08	SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DE ESPORTES	
27.812.0012.2050	Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
09.001	DIVISAO DE CULTURA	
13.392.0011.1117	Divisão de Cultura	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	16.000,00
	TOTAL	2.456.100,00

Art. 2º - Como recursos para cobertura do presente crédito, ficam utilizados as anulações de dotações conforme demonstrado abaixo para reforços no orçamento vigente.

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
02	GOVERNO MUNICIPAL	
02.002	ASSESSORIA JURIDICA	
03.092.0002.2003	Manutenção dos Serviços da Procuradoria Jurídica	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
100	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
02.003	CONTROLE INTERNO	
04.122.0002.2067	Manutenção da Divisão de Controle Interno	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	24.000,00
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.001	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0002.2004	Manutenção das Atividades da Divisão de Recursos Humanos	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
04.122.0007.2047	Manutenção da Divisão de Serviços Públicos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
390	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	30.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
540	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
550	00501-Receitas de Alienações de Ativos	35.000,00
03.003	DIVISÃO DE COMPRAS	
04.122.0002.2007	Manutenção da Divisão de Compras	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.004	DIVISAO DE CONTABILIDADE	
04.123.0002.2010	Manutenção da Divisão de Contabilidade	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
710	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.005	DIVISAO DE TESOURARIA	
28.843.0002.0008	Pagamento da Dívida Contratual	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
04.123.0002.2012	Manutenção da Divisão de Tesouraria	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.006	DIVISAO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO	
04.123.0002.2011	Manuternção da Divisão de Fiscalização de Cadastro e Tributação	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.007	DIVISAO DE PROJETOS E CAPTACAO DE RECURSOS	
04.122.0002.1113	Manutenção da Divisão de Projetos e Captação de Recursos	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
940	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
03.008	DIVISAO DE TRANSPORTES	
26.782.0006.2044	Manutenção da Divisão dos Serviços Rodoviários	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
26.782.0006.1088	Adquirir Veiculos, Máquinas e Implementos Agrícola.	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
03.011	DIVISÃO DE CONSELHO TUTELAR	
04.122.0002.6022	Manutenção da Divisão do Conselho Tutelar	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
03.012	DIVISÃO DE LICITAÇÃO	
04.122.0002.1120	Manutenção da Divisão de Licitaçao	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.100,00
03.016	DIVISÃO DE TRANSITO	
04.122.0002.1121	Manuteção da Divisão de Transito	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	367.100,00
04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
10.301.0004.2031	Atendimento ao Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1980	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	50.000,00
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	130.000,00
10.301.0004.2031	Atendimento ao Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2010	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2030	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2110	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	70.000,00
10.301.0004.2029	Atendimento ao Programa Saúde da Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1870	00309-INCREMENTO TEMPORÁRIO CUSTEIO DOS SERV.DE AT. PRIM. EM SAUDE - F.309	50.000,00
10.301.0004.2031	Atendimento ao Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2040	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
10.301.0004.2032	Atendimento ao Programa Saúde Bucal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2120	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
1800	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
1810	00497-Vigilância em Saúde - Federal	9.000,00
04.003	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
10.304.0004.2070	Manutenção da Divisão de Vigilancia Sanitária, Ambiental e Saude do Trabalhador	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2170	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000,00
04.004	GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE	
10.122.0004.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.800,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2300	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
2310	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.200,00
10.122.0004.2033	Atendimento ao Conselho Municipal de Saude	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
10.122.0004.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
2320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
10.122.0004.2033	Atendimento ao Conselho Municipal de Saude	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2390	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	673.000,00
05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
05.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
20.606.0008.2049	Manutenção da Divisão de Agricultura e Abastecimento	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2420	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
05.002	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
20.541.0008.1114	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	69.000,00
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	82.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
06.001	DIVISAO DE ENSINO	
12.361.0005.2035	Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2680	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	500.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2710	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	200.000,00
2720	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

2760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
2770	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	120.000,00
12.361.0005.2040	Manutenção do Ensino através do FUNDEB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3040	00102-Fundeb 40%	80.000,00
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3200	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
3210	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
3220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12.361.0005.2035	Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2830	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	80.000,00
12.365.0005.2084	Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3270	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
12.361.0005.2035	Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2850	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
12.361.0005.2040	Manutenção do Ensino através do FUNDEB	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3060	00102-Fundeb 40%	10.000,00
12.365.0005.1085	Equipar o Centro Municipal de Educação Infantil - PROINFANCIA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
3080	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
06.006	GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	
12.122.0005.2098	Gabinete do Secretário de Educação.	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3540	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	10.000,00
	SUBTOTAL	1.290.000,00
09	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
09.001	DIVISAO DE CULTURA	
13.392.0011.1116	Gabinete do Secretário de Cultura e Turismo	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
4040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	2.456.100,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Miraselva, aos 03 dias do mês de agosto de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:4FC29E57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2946 DE 28 DE AGOSTO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2946/2026 de 28/08/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
05.001.04.122.0040.2.221		DESPESAS FIXAS - AGUA/LUZ/TELEFONE/INTERNET	
87 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	10.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64

Redução			
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
09.001.15.451.0240.1.007		AMPLIACAO DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA	
393 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	10.000,00
		Total Redução:	10.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 28 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:9C2D638D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. MARLON CLEITON GROSS,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 083.XXX.XXX-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.803/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 47/2026**, **processo administrativo nº 13143/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de corretivos de solo.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: A & B COMÉRCIO DE MINÉRIOS E TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 53.539.377/0001-80

Lotes 1, 2, 3 e 4.

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	CALCÁRIO DOLOMÍTICO A GRANEL (CONTEMPLANDO CARGA, TRANSPORTE E ENTREGA DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES RURAIS INDICADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, FICANDO TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA) AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO AGRÍCOLA A GRANEL, DESTINADO À CORREÇÃO DA ACIDEZ DO SOLO EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PRODUTO CLASSIFICADO COMO CALCÁRIO DOLOMÍTICO AGRÍCOLA; FORNECIMENTO A GRANEL; PRNT (PODER RELATIVO DE NEUTRALIZAÇÃO TOTAL) MÍNIMO DE 75%; TEOR MÍNIMO DE MGO DE 10%; PRODUTO REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; GRANULOMETRIA ADEQUADA PARA APLICAÇÃO AGRÍCOLA; PRODUTO LIVRE DE IMPUREZAS OU CONTAMINANTES QUE POSSAM COMPROMETER SUA EFICIÊNCIA AGRONÔMICA;	Rei do Cal	TONE-LADA	2362	R$ 195,00	R$ 460.590,00
2	1	CALCÁRIO DOLOMÍTICO A GRANEL (CONTEMPLANDO CARGA, TRANSPORTE E ENTREGA DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES RURAIS INDICADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, FICANDO TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA) AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO DOLOMÍTICO AGRÍCOLA A GRANEL, DESTINADO À CORREÇÃO DA ACIDEZ DO SOLO EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PRODUTO CLASSIFICADO COMO CALCÁRIO DOLOMÍTICO AGRÍCOLA; FORNECIMENTO A GRANEL; PRNT (PODER RELATIVO DE NEUTRALIZAÇÃO TOTAL) MÍNIMO DE 75%; TEOR MÍNIMO DE MGO DE 10%; 1. PRODUTO REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; GRANULOMETRIA ADEQUADA PARA APLICAÇÃO AGRÍCOLA; 2. PRODUTO LIVRE DE IMPUREZAS OU CONTAMINANTES QUE POSSAM COMPROMETER SUA EFICIÊNCIA AGRONÔMICA;	Rei do Cal	TONE-LADA	787	R$ 195,00	R$ 153.465,00
3	1	CALCÁRIO CALCÍTICO A GRANEL (CONTEMPLANDO CARGA, TRANSPORTE E ENTREGA DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES RURAIS INDICADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, FICANDO TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA) AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO CALCÍTICO AGRÍCOLA A GRANEL, DESTINADO À CORREÇÃO DA ACIDEZ DO SOLO EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PRODUTO CLASSIFICADO COMO CALCÁRIO CALCÍTICO AGRÍCOLA; FORNECIMENTO A GRANEL; PRNT (PODER RELATIVO DE NEUTRALIZAÇÃO TOTAL) MÍNIMO DE 75%; TEOR MÍNIMO DE CAO DE 40%; 1. TEOR MÁXIMO DE MGO DE 10%; 2. PRODUTO REGISTRADO	Itaú Filler	TONE-LADA	1013	R$ 220,0000	R$ 222.750,00

		NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; 3. GRANULOMETRIA ADEQUADA PARA APLICAÇÃO AGRÍCOLA; 3. PRODUTO LIVRE DE IMPUREZAS OU CONTAMINANTES QUE POSSAM COMPROMETER SUA EFICIÊNCIA; AS ENTREGAS OCORRERÃO DE FORMA PARCELADA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA REQUISITANTE.					
4	1	CALCÁRIO CALCÍTICO A GRANEL (CONTEMPLANDO CARGA, TRANSPORTE E ENTREGA DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES RURAIS INDICADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, FICANDO TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA) AQUISIÇÃO DE CALCÁRIO CALCÍTICO AGRÍCOLA A GRANEL, DESTINADO À CORREÇÃO DA ACIDEZ DO SOLO EM PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PRODUTO CLASSIFICADO COMO CALCÁRIO CALCÍTICO AGRÍCOLA; FORNECIMENTO A GRANEL; PRNT (PODER RELATIVO DE NEUTRALIZAÇÃO TOTAL) MÍNIMO DE 75%; TEOR MÍNIMO DE CAO DE 40%; TEOR MÁXIMO DE MGO DE 10%; PRODUTO REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; GRANULOMETRIA ADEQUADA PARA APLICAÇÃO AGRÍCOLA; PRODUTO LIVRE DE IMPUREZAS OU CONTAMINANTES QUE POSSAM COMPROMETER SUA EFICIÊNCIA; AS ENTREGAS OCORRERÃO DE FORMA PARCELADA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA REQUISITANTE.	Itaú Filler	TONE-LADA	338	R$ 220,0000	R$ 74.250,00

Valor Total Homologado - R$911.055,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independentemente de transcrição destas informações.
2.2.1 As entregas serão realizadas de forma parcelada, conforme solicitações da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
2.2.2 A contratada será responsável pela carga, transporte e descarga do material diretamente nas propriedades rurais indicadas pela Secretaria, observando os quantitativos e locais informados em cada solicitação.
2.2.3 O prazo para entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.
2.2.4 Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas no presente Termo de Referência.
2.2.5 A contratada deverá apresentar laudo técnico, certificado de análise ou boletim técnico do calcário fornecido, emitido pelo fabricante ou laboratório habilitado, contendo, no mínimo:
- Poder Relativo de Neutralização Total – PRNT;
- Poder de Neutralização – PN;
- teores de CaO e MgO;
- granulometria;
- identificação do produto.

2.2.6 Os documentos poderão ser encaminhados para os e-mails da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
agricultura@palmeira.pr.gov.br;
sec.agriculturapalmeirapr@gmail.com;
2.2.7 A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares e/ou esclarecimentos adicionais acerca da qualidade e conformidade do produto fornecido.
2.2.8 Não será exigida apresentação de amostras nem realização de visita técnica para execução do objeto.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

2.3.1 **Local de Entrega**: As entregas deverão ocorrer diretamente nas propriedades rurais localizadas no Município de Palmeira, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
2.3.2 As cargas de calcário deverão possuir peso mínimo de 12 (doze) toneladas e máximo de 15 (quinze) toneladas por entrega.
2.3.3 O recebimento será acompanhado por servidor designado pela Secretaria.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 de janeiro de 2026.

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária:
Paula Orlonski – Titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

Testemunhas

_____

Paula Orlonski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:
LOTE 1

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 A & B COMERCIO DE MINERIOS E	943	53.539.377/0001-80	295,80	195,00		Sim
2 MORRO ALTO COMÉRCIO E	830	03.177.079/0001-19	295,85	210,00	7,69	Não
3 CAMMINO TRANSPORTES LTDA	638	60.754.187/0001-40	295,85	210,00	0,00	Sim
4 CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA	275	76.109.594/0002-16	295,84	250,00	19,05	Não
5 CALCÁRIO MOCELLIN LTDA	197	35.387.973/0003-71	295,85	278,00	11,20	Não
6 INDUSCALTA INDUSTRIA DE CALCARIOS	142	75.023.242/0001-08	295,85	283,00	1,80	Não
7 GB SOLUÇÕES LTDA	276	38.654.517/0001-77	295,85	295,10	4,28	Sim
8 REIS PARAFUSOS LTDA	351	21.753.221/0001-00	295,85	295,85	0,25	Sim
9 FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO	367	44.142.368/0001-60	295,85	295,85	0,00	Sim

LOTE 2

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 A & B COMERCIO DE MINERIOS E	829	53.539.377/0001-80	295,80	195,00		Sim
2 CAMMINO TRANSPORTES LTDA	890	60.754.187/0001-40	295,85	210,00	7,69	Sim
3 GB SOLUÇÕES LTDA	245	38.654.517/0001-77	295,85	290,00	38,10	Sim
4 REIS PARAFUSOS LTDA	927	21.753.221/0001-00	295,85	295,85	2,02	Sim
5 FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO	484	44.142.368/0001-60	295,85	295,85	0,00	Sim

LOTE 3

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 A & B COMERCIO DE MINERIOS E	484	53.539.377/0001-80	295,70	220,00		Sim
2 MORRO ALTO COMÉRCIO E	866	03.177.079/0001-19	295,75	230,00	4,55	Não
3 INDUSCALTA INDUSTRIA DE CALCARIOS	849	75.023.242/0001-08	295,75	283,50	23,26	Não
4 CALCÁRIO MOCELLIN LTDA	195	35.387.973/0003-71	295,75	284,30	0,28	Não
5 GB SOLUÇÕES LTDA	757	38.654.517/0001-77	295,75	295,10	3,80	Sim
6 FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO	839	44.142.368/0001-60	295,75	295,75	0,22	Sim
7 REIS PARAFUSOS LTDA	113	21.753.221/0001-00	295,75	295,75	0,00	Sim

LOTE 4

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 A & B COMERCIO DE MINERIOS E	124	53.539.377/0001-80	295,70	220,00		Sim
2 GB SOLUÇÕES LTDA	448	38.654.517/0001-77	295,75	290,00	31,82	Sim
3 FELIPE GURGEL CANDIDO DE MELLO	725	44.142.368/0001-60	295,75	295,75	1,98	Sim
4 REIS PARAFUSOS LTDA	835	21.753.221/0001-00	295,75	295,75	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:4F28016C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 28/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 79/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 28/2026** teve por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MAIOR DESCONTO**", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

MAURICIO POYER ME CNPJ-13.314.456/0001-78							
LOTE 1							
1	1	FIAT PALIO ATTRACTIV 1.4 - PLACA AXW-5301, ANO 2013/2014 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 5800 | CHASSI: 9BD196272E2203857 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,92%
1	2	FIAT PALIO ATTRACTIV 1.4 - PLACA AXW-5301, ANO 2013/2014 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 5800 | CHASSI: 9BD196272E2203857 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,95%
LOTE 3							
3	1	FIAT SIENA ATTRACT 1.0 - PLACA BBP-5349, ANO: 2017/2018 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 816 | CHASSI: 9BD19713NJ3342537 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,90%
3	2	FIAT SIENA ATTRACT 1.0 - PLACA BBP-5349, ANO: 2017/2018 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 816 | CHASSI: 9BD19713NJ3342537 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,95%
LOTE 5							
5	1	RENAULT MASTER BF AMB FURGÃO 2020 - PLACA BEX-4C77 - PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,90%
5	2	RENAULT MASTER BF AMB FURGÃO 2020 - PLACA BEX-4C77 - SERVIÇOS MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,95%
LOTE 7							
7	1	RENAULT MASTER BF AMB1 - PLACA BEO-5G70, ANO: 2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 13713 | CHASSI: 93YMAFEXAMJ622726 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,50%
7	2	RENAULT MASTER BF AMB1 - PLACA BEO-5G70, ANO: 2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 13713 | CHASSI: 93YMAFEXAMJ622726 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,75%
LOTE 8							
8	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC42 - PLACA BEX-0E49, ANO: 2021/2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10958 | CHASSI: 9BWAG45UXNT004877 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,50%

8	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC42 - PLACA BEX-0E49, ANO: 2021/2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10958 | CHASSI: 9BWAG45UXNT004877 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,75%
LOTE 10							
10	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 2021/2022 - PLACA BEX-1F62 - PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	10,00%
10	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 2021/2022 - PLACA BEX-1F62 - SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,00%
LOTE 13							
13	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 - PLACA BEX-0J22, ANO: 2021/2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10956 | CHASSI: 9BWAG45U2NT004100 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,57%
13	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 - PLACA BEX-0J22, ANO: 2021/2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10956 | CHASSI: 9BWAG45U2NT004100 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,78%
LOTE 14							
14	1	CHEV/ONIX 10MT HB, FLEX - PLACA RHW0D89, ANO/MODELO: 2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10834 | CHASSI: 9BGEA48A0NG191540 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,43%
14	2	CHEV/ONIX 10MT HB, FLEX - PLACA RHW0D89, ANO/MODELO: 2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10834 | CHASSI: 9BGEA48A0NG191540 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,72%
LOTE 15							
15	1	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,43%
15	2	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 16							
16	1	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,43%
16	2	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 17							
17	1	CAMINHÃO FORD SELETIVA - PLACA BCT9F04, ANO: 2018/2019 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 15841 | CHASSI: 9BFWEA7B0KBS49288 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,40%
17	2	CAMINHÃO FORD SELETIVA - PLACA BCT9F04, ANO: 2018/2019 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 15841 | CHASSI: 9BFWEA7B0KBS49288 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 18							
18	1	CAMINHÃO M.B ATEGO BAÚ - PLACA RHV2B75, ANO: 2021/2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10898 | CHASSI: 9BM958134MB251996 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,40%
18	2	CAMINHÃO M.B ATEGO BAÚ - PLACA RHV2B75, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10898 | CHASSI: 9BM958134MB251996 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 19							
19	1	CAMINHÃO AGRALE - PLACA AVM7366, ANO: 2012/2012 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 5794 | CHASSI: 9BYC79A2ACC000023 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	50.000,00	50.000,00	11,40%
19	2	CAMINHÃO AGRALE - PLACA AVM7366, ANO: 2012/2012 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 5794 | CHASSI: 9BYC79A2ACC000023 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	35.000,00	35.000,00	5,70%
LOTE 21							
21	1	M. BENZ/OF1722M NEOBUS MG, PLACA: APB - 5I03, ANO: 2007/2007-PEÇAS	1,00	UM	40.000,00	40.000,00	11,40%
21	2	M. BENZ/OF1722M NEOBUS MG, PLACA: APB - 5I03, ANO: 2007/2007-SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 23							
23	1	GOL TL MBV, PLACA: BBW-5186, ANO:2017/18- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
23	2	GOL TL MBV, PLACA: BBW-5186, ANO:2017/18- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 26							
26	1	PEUGEOT PATINER FURGÃO ANO 2018-PLACAS-BCQ-7185-PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
26	2	PEUGEOT PATINER FURGÃO ANO 2018-PLACAS-BCQ-7185-SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,70%
LOTE 27							
27	1	HYUNDAI/HB2010TM COMFORT SER-1B37-ANO 2023/2023 PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11.40%
27	2	HYUNDAI/HB2010TM COMFORT SER-1B37-ANO 2023/2023 SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 28							
28	1	VW/PARATI 1.ANN-9168-ANO 2006/2006 PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
28	2	VW/PARATI 1.ANN-9168-ANO 2006/2006 SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 36							
36	1	FIAT CRONOS DRIVE PLACA UBI0E42 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,40%

36	2	FIAT CRONOS DRIVE PLACA UBI0E42 ANO 2025/2026-SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,70%
PEREIRA DA SILVA & CAETANO LTDA CNPJ-24.520.566/0001-02							
LOTE 02							
2	1	RENAULT KWID ZEN 1.0 2019 PLACA BCZ-4J74- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,90%
2	2	RENAULT KWID ZEN 1.0 2019 PLACA BCZ-4J74- SERVIÇOS MECÃNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,95%
LOTE 04							
4	1	CHEVROLET MONTANA 1.4, PLACA: BBR-7631, 2017/2018 - PEÇAS -PATRIMONIO:804 CHASSI: 9BGCA8030JB180058 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,90%
4	2	CHEVROLET MONTANA 1.4, PLACA: BBR-7631, 2017/2018 - SERVIÇOS PATRIMONIO:804 CHASSI: 9BGCA8030JB180058 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,95%
LOTE 09							
9	1	VW GOL TRENDLINE 1.0 L MC4-PLACA- BEY 1H91, ANO: 2021/2022-PEÇAS PATRIMONIO:10980 CHASSI: 9BWAG45U2NT003318 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,53%
9	2	VW GOL TRENDLINE 1.0 L MC4-PLACA- BEY 1H91, ANO: 2022/21-SERVIÇOS PATRIMONIO:10980 CHASSI: 9BWAG45U2NT003318 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,77%
LOTE 11							
11	1	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, 2021/22- PLACA-RHD-4B60- PEÇAS PATRIMONIO: 11729 CHASSI: 9BHCN51AANP198412 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,44%
11	2	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, 2021/22-PLACA-RHD-4B60-SERVIÇOS PATRIMONIO: 11729 CHASSI: 9BHCN51AANP198412 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,72%
LOTE 22							
22	1	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, PLACA:RHD-4B64, ANO: 2021/22-PEÇAS PATRIMONIO: 11730 CHASSI: 9BHCN51AANP203694 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,39%
22	2	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, PLACA:RHD-4B64, ANO: 2021/22-SERVIÇOS PATRIMONIO: 11730 CHASSI: 9BHCN51AANP203694 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 24							
24	1	HONDA/NXR150 BROS KS, PLACA: ANP-3657, ANO: 2006- PEÇAS PATRIMONIO: 455 PEÇAS	1,00	UN	6.000,00	6.000,00	11,39%
24	2	HONDA/NXR150 BROS KS, PLACA: ANP-3657, ANO: 2006- PEÇAS PATRIMONIO: 455 SERVIÇOS	1,00	HR	4.000,00	4.000,00	5,69%
LOTE 39							
39	1	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F90, ANO:2025/2025-PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
39	2	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F90, ANO:2025/2025-SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 40							
40	1	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F87, ANO:2025/2025-PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
40	2	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F87, ANO:2025/2025-SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 41							
41	1	VW/POLO SENSE PLACA:UBE1J41, ANO:2025/2026 – PEÇAS	1,00	UN	25.000,00	25.000,00	11,37%
41	2	VW/POLO SENSE PLACA:UBE1J41, ANO:2025/2026 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 43							
43	1	FIAT/STRADA ENDURAN CS13 PLACA: SQF2C21 ANO: 2026-PEÇA	1,00	UN			11,37%
43	2	FIAT/STRADA ENDURAN CS13 PLACA: SQF2C21 ANO: 2026-PEÇA	1,00	HR			5,69%
SERGIO GOMES ACESSORIOS CNPJ-06.133.421/0001-77							
LOTE 6							
6	1	RENAULT/M MICRO JI, PLACA-BEK3E53, ANO: 2021- -PEÇAS PATRIMONIO: 12751 CHASSI:93YMAF4XEMJ474406 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,43%
6	2	RENAULT/M MICRO JI, PLACA-BEK3E53, ANO: 2021SERVIÇOS PATRIMONIO: 12751 CHASSI:93YMAF4XEMJ474406 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,72%
LOTE 12							
12	1	VW/ MASCA ROMA 17-260 ONIBUS,PLACA-BCC1455, ANO: 2018/2019-PEÇAS PATRIMONIO:3855 CHASSI:9532K82W0KR900586 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	60.000,00	60.000,00	11,43%
12	2	VW/ MASCA ROMA 17-260 ONIBUS,PLACA-BCC1455, ANO:2018/19SERVIÇOS PATRIMONIO:3855 CHASSI:9532K82W0KR900586 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 20							
20	1	CAMINHÃO IVECO, PLACA: BEF- 5C86, ANO: 2020/20- PEÇAS PATRIMONIO:12561 CHASSI: 9BZA01LFOL8938108 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,38%
20	2	CAMINHÃO IVECO, PLACA: BEF- 5C86, ANO: 2020/20-SERVIÇOS PATRIMONIO: 12561 CHASSI:9BZA01LFOL8938108 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOSMECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,69%
LOTE 25							
25	1	MB SPRINTER FURGÃO AMBULANCIA 416-2018-PLACA-BCJ-7740-PEÇAS CHASSI 8AC906655KE156500	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
25	2	MB SPRINTER FURGÃO AMBULANCIA 416-2018-PLACA-BCJ-7740-SERVIÇOS MECANIC CHASSI	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%

		8AC906655KE156500					
LOTE 29							
29	1	CITROEN JUMPY PCIA A1 ANO 2024/2025 TBD-6E35 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
29	2	CITROEN JUMPY PCIA A1 ANO 2024/2025 TBD-6E35 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 30							
30	1	HYUNDAI HB20 10M SENSE 2023/2024 SER-1C23 – PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,37%
30	2	HYUNDAI HB20 10M SENSE 2023/2024 SER-1C23 – SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,69%
LOTE 31							
31	1	PEUGEOT EXPERT TRMB PA 2024/2024 TAU-3C64 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
31	2	PEUGEOT EXPERT TRMB PA 2024/2024 TAU-3C64 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 32							
32	1	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
32	2	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 33							
33	1	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 - PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
33	2	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 - SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 34							
34	1	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO RONTAN- PLACA BDS9F26 ANO 2019/2019- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
34	2	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO RONTAN PLACA BDS9F26 ANO 2019/2019 - SERVIÇO	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 35							
35	1	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER PLACA UBI0E38 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
35	2	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER PLACA UBI0E38 ANO 2025/2026- SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 37							
37	1	VAN RENAULT MASTER PLACA- UBJ1B76 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
37	2	VAN RENAULT MASTER PLACA- UBJ1B76 ANO 2025/2026- SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 38							
38	1	VAN RENAULT MASTER EXTRA PRO L1312 PLACA - SFL9H22 ANO 2024/2025- PEÇAS	1,00	UN	60.000,00	60.000,00	11,37%
38	2	VAN RENAULT MASTER EXTRA PRO L1312 PLACA - SFL9H22 ANO 2024/2025- SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,68%
LOTE 42							
42	1	ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE WL ON, PLACA:AZK4D74, ANO: 2014/2015- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
42	2	ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE WL ON, PLACA:AZK4D74, ANO: 2014/2015- SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,68%
LOTE 44							
44	1	TRATOR BUDNY7540SL ANO 2025- PATRIMÔNIO-16842- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
44	2	TRATOR BUDNY7540SL ANO 2025- PATRIMÔNIO-16842- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,68%
LOTE 45							
45	1	EMPILHADEIRA UTB25 ANO 2025 - PATRIMÔNIO- 16738- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
45	2	EMPILHADEIRA UTB25 ANO 2025 - PATRIMÔNIO- 16738-SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,68%

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.

Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 27 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C3C519E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.108

DECRETO Nº 2.108

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 278.077,46 (duzentos e setenta e oito mil e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.242.0020.2.222		Piso de Alta Complexidade l - Pessoa com Deficiência	
808 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.957,62
18.003.08.245.0019.2.220		Proteção Social Básica	
826 - 3.3.90.39.00.00	934	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64.000,00
18.003.08.245.0020.2.211		Piso de Média Complexidade - Serviço de Atendimento - Centro POP	
852 - 3.3.90.39.00.00	969	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.560,00
852 - 3.3.90.39.00.00	969	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	24.235,48
18.003.08.246.0053.2.207		Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
933 - 3.3.90.39.00.00	940	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	144.324,36
Total Suplementação:			278.077,46

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
18		Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial	
18.001		Gabinete do Secretário	
18.001.08.122.0053.2.170		Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Assistência Social	
723 - 4.4.90.61.00.00	1000	Aquisição de imóveis	1.000,00
18.001.28.846.0000.0.016		Indenizações e Restituições	
724 - 3.3.30.93.00.00	1969	Indenizações e restituições	1.000,00
18.002		Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
18.002.08.243.0020.6.002		Piso de Alta Complexidade l - Criança e Adolescente - Serviços de Acolhimento	
743 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	22,28
743 - 3.3.90.30.00.00	1969	Material de consumo	893,00
745 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00
746 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	292,30
746 - 3.3.90.39.00.00	1969	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	107,00
747 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00
748 - 3.3.90.48.00.00	1000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	1.000,00
750 - 4.4.90.52.00.00	1969	Equipamentos e material permanente	2.000,00
18.002.08.243.0020.6.006		CAICAVV - Centro de Atendimento Integrado da Criança e Adolescente Vítimas	
773 - 3.3.90.14.00.00	1000	Diárias - civil	2.000,00
775 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.000,00
776 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00
18.003		Fundo Municipal de Assistência Social	
18.003.08.245.0019.2.220		Proteção Social Básica	
822 - 3.3.90.14.00.00	1934	Diárias - civil	1.000,00
823 - 3.3.90.30.00.00	1934	Material de consumo	11.000,00
825 - 3.3.90.36.00.00	1934	Outros serviços de terceiros - pessoa física	48.000,00
827 - 3.3.90.40.00.00	1934	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	4.000,00
18.003.08.245.0020.2.211		Piso de Média Complexidade - Serviço de Atendimento - Centro POP	
848 - 3.3.90.30.00.00	1969	Material de consumo	5.560,00
848 - 3.3.90.30.00.00	3969	Material de consumo	24.235,48
18.003.08.246.0053.2.207		Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
930 - 3.3.90.30.00.00	1940	Material de consumo	52.440,90
931 - 3.3.90.32.00.00	1940	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	8.000,00
933 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	27.643,04
936 - 4.4.90.52.00.00	1940	Equipamentos e material permanente	83.883,46
Total Redução:			278.077,46

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 31 de agosto de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:97F9731E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 13/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Compras e Contratos Termo Homologação Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2026 Número - Minuta - Licitação: 43 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2026 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PregãoEletrônico Nº 13/2026
Processo Administrativo: 43/2026

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 34/2026.

Homologa

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 13/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

1640 - NEO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO						
Lote: 1 - LOTE 1						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS	UNIDADE		1	R$71.300,00	R$71.300,00
2	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO		1	**Percentual de DESCONTO que incidirá sobre o faturamento mensal dos combustíveis**	
					4,17%	

Dos recursos orçamentários:

13 - 00.000.0000.3339030010100000000.00000000 - Etanol
13 - 00.000.0000.3339030010200000000.00000000 - Gasolina
16 - 00.000.0000.3339039999900000000.00000000 - Demais serviços de terceiros, pessoa jurídica 25 - 00.000.0000.3339030010100000000.00000000 - Etanol
25 - 00.000.0000.3339030010200000000.00000000 - Gasolina
28 - 00.000.0000.3339039999900000000.00000000 - Demais serviços de terceiros, pessoa jurídica

_____
Direção Geral CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:53A6D4F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL IPM Nº 46558/2026)

2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2025
(Reajuste de Valor) (Processo Digital IPM nº 46558/2026)
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº **76.977.768/0001-81**, neste ato representado por delegação pela Ilma Secretária Municipal de Educação, Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora do CPF sob nº 025.577.729-92 e RG 6.838.688-8, residente e domiciliada nesta cidade; Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170-3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 005.538.459-50 e Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

1.1 O objeto desta Ata de Registro de Preços para eventual contratação de serviços de decoração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de: Educação, Saúde, Assistência Social e Fundação Cultural.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **5,127976%** referente variação do IPCA no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 09/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo realizado pela Divisão de Contabilidade do Município.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 09/2025 passa a ser de: R$ 307.732,27 (Trezentos e sete mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos).

Fornecedor: **L A TRILO TAVARES LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de decoração grande, com ornamentação com temas a escolher, com no mínimo 1500 balões, sendo os balões a serem utilizados deverão ser coloridos ou metálicos, com as cores que serão escolhidas de acordo com o tema. Com tecido com a quantidade aproximada de 08 a 10 metros de largura e com altura máxima de 2,70 metros, podendo ser Jacar e/ou Oxford, com cores a escolher dependendo do tema. Alguns exemplos de temas infantis a serem escolhidos: Arca de Noé, Bailarinas, Disney, Animais da Floresta, Turma da Mônica, As Letrinhas, Numerais, Fundo do Mar, Circo, Halloween, Zoológico, Palhaços, Dinossauros, Pequeno Príncipe, Sereias, Marinheiros, Fazendinha, Caipira, Universo/Astronautas, Mágico, entre outros.	Und		85	R$ 1.958,91	R$ 166.507,35
3	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de arranjo de flores naturais, tamanho grande para colocação no chão, sendo flores e cores a escolher de acordo com o evento, devendo conter aproximadamente duas dúzias de flores em cada arranho, mais a folhagem necessária para acabamento, podendo ser acomodado em vasos ou na forma de arranjo com argila.	Und		76	R$ 344,72	R$ 26.198,72
9	Locação de Mesa / Cadeira /Mobiliário decoração interior. Código CATSER nº 20460. Observações Complementares: Locação de espelhos com molduras a escolher nas medidas aproximadas de 1,00 x 0,74 x 004 de espessura.	Und		58	R$ 380,84	R$ 22.088,72
10	Locação de Artigos de Tecido. Código CATSER nº 17124. Observações Complementares: Locação de forração em tecido Jacquard ou Oxford, cores a escolher de acordo com o evento, altura máxima de 2,70	M²		1.200	R$ 31,74	R$ 38.088,00
11	Decoração - Ambiente. Código CATSER nº 17485. Observações Complementares: Locação de decoração grande, com ornamentação com temas a escolher, com no mínimo 1500 balões, sendo os balões a serem utilizados deverão ser coloridos ou metálicos, com as cores que serão escolhidas de acordo com o tema. Com tecido com a quantidade aproximada de 08 a 10 metros de largura e com altura máxima de 2,70 metros, podendo ser Jacar e/ou Oxford, com cores a escolher dependendo do tema. Alguns exemplos de temas infantis a serem escolhidos: Arca de Noé, Bailarinas, Disney, Animais da Floresta, Turma da Mônica, As Letrinhas, Numerais, Fundo do Mar, Circo, Halloween, Zoológico, Palhaços, Dinossauros, Pequeno Príncipe, Sereias, Marinheiros, Fazendinha, Caipira, Universo/Astronautas, Mágico, entre outros.	Und		28	R$ 1.958,91	R$ 54.849,48

Valor total de: R$ 307.732,27 (Trezentos e sete mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos).

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2025), datada de 10 de Fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

WANESSA DURANTE
Secretaria Municpal de Educação

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor:

Empresa: L A Trilo Tavares LTDA
CNPJ: 21.514.113/0001-85
Endereço: Avenida Heitor Alencar Furtado, 4998 - Jardim Farropilha
CEP: 87.707-000 - Paranavaí / Paraná Fone: (44) 99709 2371
E-mail: Lauratrilo@Hotmail.Com
Nome do Representante:
LAURA ANDRESSA TRILO TAVARES
CPF: 072.811.169-18

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:EBF02E3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

A Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí – Paraná vem promover correção dos quesitos abaixo grafados, a fim de esclarecer e corrigir o Edital de Licitação vinculado ao Pregão Eletrônico nº 47/2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas em 26/08/2026, para que surta seus efeitos legais.

ERRATA
Na tabela de especificação e quantidades do item 2.1 do ANEXO I, especificamente na quantidade do item 4,

Onde se lê:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quant	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
4	Quadro-negro na cor verde, medindo 400 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas, ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação segura do produto. Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação. Cota Referente ao item 3.	UND	**2**	R$ 2.313,33	R$ 50.893,26

Leia-se:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quant	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
4	Quadro-negro na cor verde, medindo 400 cm x 120 cm, admitindo variação máxima de ±2 cm em cada dimensão. Confeccionado em painel de MDF com espessura mínima de 9 mm ou outro material de desempenho igual ou superior, revestido com laminado melamínico de alta pressão (HPL), próprio para escrita com giz. A superfície deverá apresentar acabamento uniforme, permitindo escrita e apagamento eficientes, sem manchas permanentes decorrentes do uso normal, sendo isenta de deformações aparentes, trincas, bolhas, ondulações, empenamentos ou descolamentos. A moldura deverá ser confeccionada em madeira ou material de resistência equivalente, firmemente fixada ao painel, isenta de rebarbas, farpas ou arestas cortantes, com dimensões aproximadas de 15 mm nas laterais e 25 mm na face frontal. Deverá possuir suporte para apagador ao longo da base inferior do quadro e acompanhar kit completo de fixação compatível com parede de alvenaria, composto por parafusos, buchas e suportes, quando necessários, em quantidade suficiente para a instalação segura do produto. Garantia mínima de 3 (três) anos contra defeitos de fabricação. Cota Referente ao item 3.	UND	**22**	R$ 2.313,33	R$ 50.893,26

Ressalta-se que tal divergência foi encontrada somente no documento do edital, estando correto na plataforma de licitação (eLicita) e PNCP.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 31 DE AGOSTO DE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:FAF41D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2026

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, decide e ratifica nos termos do art. 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2025 o processo de Inexigibilidade de Licitação sob nº 50/2026**,** referente a **CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), DESTINADOS AOS CMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS E FILANTRÓPICAS, PARA ATENDER ALUNOS DE CRECHE, EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026**, de acordo com às necessidades da Secretaria Municipal de Educação,constante da Dotação Orçamentária: **06.001.001.3.2480.177.3339032050000000000 - Merenda escolar (826)**, considerando os itens conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNDE	QTDE	VL. UNIT.
01	**Abobrinha De Pescoço / Menina.** Legume In Natura. Tipo: Abobrinha De Pescoço / Menina. Observações Complementares: abobrinha verde/menina ou italiana, com coloração verde sem sujidades. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	5.440	R$13,93
02	**Alface Crespa.** Verdura In Natura Tipo: Alface Crespa. Observações Complementares: Graúda ¨in natura¨, peso mínimo 300g por pé. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	UND	20.654	R$5,62
03	**Almeirão.** Verdura In Natura Tipo: Almeirão. Observações Complementares: ¨in natura¨, peso mínimo 300g por maço. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	MÇ	15.094	R$4,62
04	**Beterraba.** Legume In Natura Tipo: Beterraba. Observações Complementares: Beterraba in natura¨. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	6.038	R$5,99
05	**Brócolis.** Verdura In Natura. Tipo: Brócolis Comum. Observações Complementares: (Peso mín. 300g por peça). Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	MÇ	5.474	R$9,26
06	**Cebolinha.** Condimento Tipo: Cebolinha Apresentação: Natural. Observações Complementares: Cebolinha maço de no mínimo 50 gramas. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	MÇ	4.692	R$3,59
07	**Couve.** Verdura In Natura. Tipo: Couve Espécie: Comum/Manteiga. Características Adicionais: 1ª Qualidade / Folha Verde Vivo / Sem Fungos. Observações Complementares: Couve manteiga "in natura¨, maço com 300g, sem amarelados. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	MÇ	5.273	R$4,51
08	**Mandioca.** Legume In Natura. Tipo: Mandioca / Aipim. Observações Complementares: Mandioca descascada, picada embalada a vácuo resfriada ou congelada. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	8.286	R$6,79
09	**Morango.** Fruta. Tipo: Morango. Apresentação: Natural. Observações Complementares: coloração vermelha,	BDJ	37.623	R$13,26

	sem bolor, sem amassados ou escurecimento. Bandeja de no mínimo 250 gramas. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.			
10	**Pão Caseiro.** Base: De Farinha De Trigo Refinada. Tipo: Caseiro. Observações Complementares: Pão caseiro de superfície macia, fresco, macio, sem casca dura ou interior cru. Embalagem plástica atóxica, transparente, com data de fabricação e validade (de acordo com legislação específica). Tamanho do pão: referente a no mínimo 800g. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	42.062	R$16,53
11	Salsa. Condimento. Tipo: Salsa. Apresentação: Natural. Observações Complementares: Salsinha maço de no mínimo 50 gramas. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	MÇ	5.273	R$3,32
12	**Suco de Laranja 1L.** Apresentação: Líquido. Sabor: Laranja. Tipo: Natural. Observações Complementares: Suco de Laranja Natural Refrigerado, 100% natural, pronto para consumo, envasado em frasco atóxico de 1 LT contendo APENAS os seguintes ingredientes: SUCO DE LARANJA INTEGRAL SEM CONSERVANTES, NÃO FERMENTADO, NÃO ALCOOLICO, SEM PRESENÇA DE CÉLULA DE LARANJA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E SEM ADIÇÃO DE ÁGUA. Teor de vitamina C: Com no mínimo 100% de valores diários fornecidos pela porção de vitamina C (%VD). O produto na entrega e transporte deverá apresentar-se refrigerado (frio em temperatura de até 5 graus celsius por ser natural e sem conservantes) com sabor característico de suco natural de laranja. A rotulagem deve atender a legislação de alimentos. Com número de registro no M.A.P.A. na embalagem. Apresentar Ficha Técnica e Imagem Fotográfica com todas informações de rótulo. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	85.882	R$11,60
13	**Tomate Salda.** Legume In Natura Tipo: Tomate Salada. Observações Complementares: Tomate Longa Vida in natura¨. Deve ter um tamanho padrão e ser entregue em condições adequadas de consumo, como: sendo maduros, consistência firme e íntegra, não estando podres nem verdes. Devem estar frescos, sãos, inteiros, limpos e livres de umidade externa anormal. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	10.799	R$12,96
14	**Banana nanina.** Fruta Tipo: Banana Nanica / Banana D'Água. Apresentação: Natural. Observações Complementares: Banana nanica/caturra ¨in natura¨. O produto de primeira, em pencas, com adequado estágio de maturação para consumo, não muito maduro nem muito verde, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	88.090	R$5,32
15	**Maracujá azedo.** Fruta. Tipo: Maracujá Azedo / Maracujá Amarelo. Apresentação: Natural. Observações Complementares: Maracujá redondo, casca lisa, graúdo, de 1ª qualidade, sem sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, odor, cor e consistência características, acondicionados em sacos de máximo 10 Kg. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	26.381	R$10,63
16	**Arroz Parboilizado 5KG.** Arroz Beneficiado. Tipo: Parboilizado. Subgrupo: Polido. Classe: Longo Fino. Qualidade: Tipo 1. Observações Complementares: tipo 1, com 100% de grãos inteiros – Isento de insetos, larvas, sementes, pedras, material estranho, cor ou odor não característico, embalagem de 5 kg.	PCT	16.675	R$25,26
17	Leite de Vaca 1L. Leite Fluído, origem: De Vaca. Tipo: B. Teor Gordura: Integral. Processamento: Pasteurizado. Tratamento: Homogeneizado. Observações Complementares: Leite integral pasteurizado, com registro de inspeção no órgão competente de acordo com legislação específica, embalagem de 1 litro com carimbo de inspeção. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	79.011	R$5,89
18	**Mamão Formosa.** Fruta. Tipo: Mamão Formosa Apresentação: Natural. Observações Complementares: Mamão formosa tamanho grande ¨in natura¨, peça não inferior a 2,0 kg a unidade, com maturidade regular, sem defeitos. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	18.676	R$9,62
19	**Farinha De Mandioca 1Kg.** Grupo: Seca. Subgrupo: Branca. Classe: Fina. Aspecto Físico: Tipo 1. Acidez: Baixa Acidez. Observações Complementares: Pacote 1 kg, com informações de rótulo conforme legislação específica de alimentos.	KG	8.625	R$7,12
20	**Batata doce.** Legume In Natura. Tipo: Batata Doce. Observações Complementares: in natura¨, sem sujidades. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	KG	9.821	R$3,99
21	**Iogurte morango 1L**. Teor Gordura: Integral. Sabor: Com Sabor morango Componentes: com polpa ou pedaços de fruta. Observações Complementares: Iogurte sabor morango, com máximo de 7,4g açúcar adicionado em uma porção de 100ml. Com Polpa de Morango. Com número de inspeção na embalagem, conforme legislação específica. Transportado em temperatura controlada que mantenha suas características, entre 1ºC e 6ºC, OU conforme instruções do rótulo, não devendo ser maior que 10ºC. Pacote 1 litro. Entrega: diretamente nas escolas e CMEIS de acordo com cronograma específico, data e hora.	LT	14.651	R$10,61

Conforme item 10.1 do edital de credenciamento, os documentos serão analisados pela Comissão Permanente de Contratação Direta por Credenciamento, que procederá divulgação do resultado por meio de Ata de análise dos documentos de habilitação, que será publicada no site da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.
Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 27.051/2025

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:DE39A440

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 10/09/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração	
AAA7048	277510T000166722	15/05/2026	76251	R$ 293.47	
AAY7F75	277510T000169236	13/05/2026	60412	R$ 195.23	
ABC3E63	277510T000166684	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
ABM5E39	277510T000141392	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
ABU3I00	277510T000164016	12/05/2026	54526	R$ 195.23	
ACZ5J12	277510T000164024	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
ADY0A63	277510NIC0029561	28/04/2026	50020	R$ 390.46	
AFE3358	277510T000167346	11/05/2026	76331	R$ 293.47	
AGP9G25	277510Z000031188	28/04/2026	55412	R$ 195.23	

AHI6D63	277510T000165343	14/05/2026	55417	R$ 195.23	
AHW6811	277510T000169235	13/05/2026	60412	R$ 195.23	
AIB3A70	116100T002147586	09/05/2026	55411	R$ 195.23	
AIC2J32	277510T000137624	13/05/2026	60174	R$ 293.47	
AIF4899	277510T000169286	14/05/2026	59750	R$ 195.23	
AJM6154	277510T000169181	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
AJZ9J98	277510T000169171	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
AKD6760	277510T000145299	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
AKJ0D93	277510T000148820	15/05/2026	55417	R$ 195.23	
AKO0657	277510T000148804	13/05/2026	76252	R$ 293.47	
ALF0B62	277510T000141389	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
ALF0B62	277510T000141385	07/05/2026	55412	R$ 195.23	
ALF2695	277510T000148780	12/05/2026	54526	R$ 195.23	
ALG6694	277510T000169208	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
ALQ1J97	277510T000148812	14/05/2026	55417	R$ 195.23	
ALW6F88	277510T000148797	13/05/2026	55411	R$ 195.23	
ALW8F58	277510T000166680	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
ALY4801	277510T000166706	14/05/2026	60412	R$ 195.23	
AMA9J35	277510T000166686	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
AMG7E01	277510T000148810	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
AMS4J62	277510T000148800	13/05/2026	60501	R$ 293.47	
ANB8A64	277510T000169273	14/05/2026	66372	R$ 195.23	
ANB8A64	277510T000169272	14/05/2026	59670	R$ 1467.35	
ANB8A64	277510T000169275	14/05/2026	66532	R$ 195.23	
AND5332	277510T000148802	13/05/2026	76331	R$ 293.47	
AND5332	277510T000169241	13/05/2026	57380	R$ 293.47	
ANH4B77	277510T000169283	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
ANI6923	277510T000169179	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
ANI6923	277510T000169178	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
ANV6E54	277510T000169276	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
ANW0B48	277510T000137616	12/05/2026	54521	R$ 195.23	
ANZ4J33	277510T000169247	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
ANZ6J47	277510T000137621	13/05/2026	55500	R$ 130.16	
AOI5A20	277510T000169225	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
AON9B39	277510T000165320	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
AOR9889	277510T000166675	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
AOX4H42	277510T000169288	15/05/2026	59670	R$ 1467.35	
APC7E94	277510T000169203	12/05/2026	51930	R$ 293.47	
APT6C09	277510T000167378	14/05/2026	60502	R$ 293.47	
APY7D47	116100T002147584	09/05/2026	56300	R$ 130.16	
AQG1616	277510Z000031154	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
AQT8C79	277510T000166725	15/05/2026	51851	R$ 195.23	
ARC4H67	277510T000148773	11/05/2026	76331	R$ 293.47	
ARF9H12	277510Z000031204	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
ARU4D19	277510T000169221	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
ASJ2E78	277510T000140094	12/05/2026	55500	R$ 130.16	
ASM8961	277510T000148796	13/05/2026	76251	R$ 293.47	
ASP7B48	277510T000169127	11/05/2026	51851	R$ 195.23	
ASU2245	277510T000149284	15/05/2026	76331	R$ 293.47	
ASW2F85	277510T000148815	14/05/2026	51930	R$ 293.47	
ASY3B57	277510Z000031186	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
ASZ0712	277510T000140101	13/05/2026	76251	R$ 293.47	
ATC7D74	277510T000169217	13/05/2026	59670	R$ 1467.35	
ATZ5E23	277510Z000031200	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
AUB9A44	277510T000169244	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
AUP0314	277510T000148801	13/05/2026	60501	R$ 293.47	
AVF9E72	277510T000148792	12/05/2026	54600	R$ 130.16	
AVH3F31	277510Z000031193	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
AVJ0C59	277510T000169134	11/05/2026	60501	R$ 293.47	
AVN0A38	277510Z000031192	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
AVU0D73	277510Z000031210	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
AVU0G62	277510T000169176	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
AVV9284	277510T000167382	14/05/2026	76331	R$ 293.47	
AVX5I06	277510T000137625	14/05/2026	51930	R$ 293.47	
AWA8577	277510T000148786	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
AWE7J00	277510T000169199	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
AWL6405	277510NIC0029558	28/04/2026	50020	R$ 390.46	
AWN5370	277510T000163018	13/05/2026	77491	R$ 293.47	
AWN5370	277510T000163019	13/05/2026	68661	R$ 293.47	
AWO7J51	277510T000169130	11/05/2026	60412	R$ 195.23	
AWR3E91	277510T000140091	11/05/2026	76251	R$ 293.47	
AWU5090	277510T000169214	13/05/2026	58196	R$ 880.41	
AXQ5807	277510Z000031189	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
AXS9756	277510T000141391	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
AXY1J39	277510T000145289	12/05/2026	76252	R$ 293.47	
AXZ6618	277510T000137623	13/05/2026	76331	R$ 293.47	
AYE4G04	277510T000167357	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
AYO2315	277510Z000031184	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
AYP2I96	277510T000167351	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
AYP3J86	277510T000148784	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
AYR6879	277510T000140093	11/05/2026	76251	R$ 293.47	
AYU1A25	277510T000145274	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
AYV4H98	277510T000169195	12/05/2026	76252	R$ 293.47	
AZN9042	277510T000145293	13/05/2026	61220	R$ 293.47	
AZQ4651	277510T000169201	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
AZQ8060	277510T000145298	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
AZW8151	277510T000167380	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
AZY2G16	277510T000166699	14/05/2026	55417	R$ 195.23	
AZZ3361	277510T000166704	14/05/2026	76331	R$ 293.47	

BAJ4270	277510T000166731	15/05/2026	60501	R$ 293.47	
BAN6G93	277510T000166708	14/05/2026	51930	R$ 293.47	
BAR0F82	277510T000169166	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
BAU0H76	277510T000166677	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
BAU4D33	277510T000163024	14/05/2026	55411	R$ 195.23	
BAY8289	277510T000141397	15/05/2026	76331	R$ 293.47	
BBD6880	277510Z000031160	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
BBE5F79	277510T000148771	11/05/2026	55411	R$ 195.23	
BBF7385	277510Z000031175	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
BBI2H08	277510Z000031196	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
BBO4G22	277510T000167359	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
BBR7H82	277510T000141387	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
BBZ1A40	277510T000166672	11/05/2026	76332	R$ 293.47	
BCB8B34	277510NIC0029556	28/04/2026	50020	R$ 390.46	
BCN9J15	277510T000148774	11/05/2026	76331	R$ 293.47	
BCP5E10	277510T000148787	12/05/2026	57030	R$ 130.16	
BCS8J65	277510T000169264	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
BCW5I68	277510T000169280	14/05/2026	57380	R$ 293.47	
BDG4G68	277510T000166714	14/05/2026	58194	R$ 880.41	
BDH7A26	277510Z000031194	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
BDN2H61	277510T000169157	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
BDU5F67	277510Z000031197	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
BDU5F67	277510T000169267	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
BDX2I14	277510T000169160	12/05/2026	58780	R$ 130.16	
BDX9F03	277510T000169251	14/05/2026	60411	R$ 195.23	
BDX9F03	277510T000169250	14/05/2026	58194	R$ 880.41	
BEA9B50	277510T000166687	12/05/2026	55417	R$ 195.23	
BEC4H22	277510T000145276	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
BED6G90	277510T000148814	14/05/2026	76331	R$ 293.47	
BEE4D60	277510T000141388	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
BEO4J86	277510T000169200	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
BEP3G41	277510T000166693	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
BEU4J37	277510NIC0029560	28/04/2026	50020	R$ 586.94	
BWW0C13	277510T000167350	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
BZB9B23	277510NIC0029562	28/04/2026	50020	R$ 586.94	
CCT3I00	116100T003251109	08/05/2026	55250	R$ 130.16	
CGR0G72	277510T000165322	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
CGR3411	277510T000148795	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
CLL7F84	277510T000169281	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
CSQ1G66	277510Z000031167	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
CTD7G87	277510T000165321	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
DEY1H82	277510T000145277	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
DGJ7561	277510T000167365	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
DLM0I76	277510Z000031201	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
DLM0I76	277510Z000031190	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
DLM0I76	277510Z000031173	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
DME1B73	277510T000169254	14/05/2026	60412	R$ 195.23	
DRR1J70	277510T000169198	12/05/2026	54527	R$ 195.23	
DXQ5A86	277510T000148817	14/05/2026	55417	R$ 195.23	
DZZ3D53	277510T000140090	11/05/2026	76252	R$ 293.47	
EGD9132	277510T000169211	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
EGM5C55	277510T000148789	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
EGM5C55	277510T000169209	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
EGO4F67	277510T000169148	11/05/2026	60412	R$ 195.23	
EJE9231	277510T000148821	15/05/2026	55417	R$ 195.23	
EJY9F39	277510T000167371	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
ENK3906	277510T000169232	13/05/2026	60412	R$ 195.23	
EPU7F27	277510T000169259	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
EQI6I50	277510T000169226	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
EQM4B64	277510T000137618	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
ERA3A92	277510T000165342	13/05/2026	54600	R$ 130.16	
EVR1B00	277510T000167381	14/05/2026	58194	R$ 880.41	
EVX0J02	277510T000169219	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
EZF2H76	277510Z000031151	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
FBR6F33	277510T000169177	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
FBU8F33	277510T000163020	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
FEW1H62	277510Z000031169	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
FFK0E67	277510T000163021	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
FLL4E79	277510Z000031185	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
FMK7I54	277510T000137619	13/05/2026	55411	R$ 195.23	
FPE6I84	277510T000166723	15/05/2026	76332	R$ 293.47	
FPG3421	277510T000164021	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
FSR6C23	277510Z000031168	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
FUL4B79	277510T000169277	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
FZM0B32	277510T000169155	11/05/2026	52070	R$ 88.38	
FZM0B32	277510T000169154	11/05/2026	59670	R$ 1467.35	
GEQ5I96	277510T000166695	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
GIL9179	277510T000167361	13/05/2026	55411	R$ 195.23	
GVQ5C38	277510T000169190	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
HNA4B41	277510T000140109	14/05/2026	76251	R$ 293.47	
IGY5F38	277510T000141386	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
IJC1171	277510T000140098	13/05/2026	76251	R$ 293.47	
IMO6I32	277510T000168424	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
INF5E22	277510T000169257	14/05/2026	60411	R$ 195.23	
INL5F19	277510T000169151	11/05/2026	60411	R$ 195.23	
INV8965	277510T000149283	15/05/2026	66372	R$ 195.23	
IPV5943	277510T000169205	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
IPW8D22	277510T000145285	11/05/2026	57030	R$ 130.16	
IQE3E86	277510T000169139	11/05/2026	60412	R$ 195.23	

IQT0H41	277510Z000031182	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
IRL8D88	277510T000166710	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
IRO2E75	277510T000148788	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
IRY7E85	277510T000169159	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
ISU8E01	277510T000148772	11/05/2026	76331	R$ 293.47	
IWZ8760	277510T000166717	14/05/2026	58194	R$ 880.41	
IXA1F02	277510T000165335	11/05/2026	54870	R$ 195.23	
IXB2B73	277510Z000031181	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
JBR2F25	277510T000169206	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
KDP9E68	277510T000166713	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
KEM2B43	277510T000169161	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
KZL9H02	277510T000169224	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
KZN0B99	277510T000169266	14/05/2026	59750	R$ 195.23	
LKS5549	277510T000169162	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
LTH7I65	277510T000141400	15/05/2026	55412	R$ 195.23	
LWZ0C67	277510T000137626	14/05/2026	54526	R$ 195.23	
LXF2F17	277510T000169163	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
LYO1C03	277510T000141380	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
LYX3C72	277510T000137612	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
MCJ1152	277510T000165341	13/05/2026	76251	R$ 293.47	
MCN8I65	277510T000169142	11/05/2026	60501	R$ 293.47	
MEU6H03	277510T000140107	14/05/2026	55411	R$ 195.23	
MFA2675	277510Z000031172	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
MGH9516	277510T000168426	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
MGL8261	277510T000141395	14/05/2026	55412	R$ 195.23	
MGX3C05	277510T000167376	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
MHH5C44	277510T000148783	12/05/2026	51851	R$ 195.23	
MHJ3D75	277510T000148777	12/05/2026	76251	R$ 293.47	
MHK7698	277510T000167347	11/05/2026	76252	R$ 293.47	
MIP9B48	277510T000145278	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
MIQ9D01	277510T000148798	13/05/2026	76331	R$ 293.47	
MIZ9E94	277510T000164017	13/05/2026	54526	R$ 195.23	
MJJ9B42	277510T000167354	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
MJV4259	277510T000145284	11/05/2026	55417	R$ 195.23	
MKO0I72	277510NIC0029559	28/04/2026	50020	R$ 586.94	
MLI3G06	277510T000145294	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
MLL0039	277510T000167363	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
MLU7901	277510Z000031179	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
MMH2F26	277510T000169289	15/05/2026	60175	R$ 293.47	
MRA6I03	277510T000139620	13/05/2026	66700	R$ 195.23	
MWA8I47	277510T000169207	13/05/2026	51851	R$ 195.23	
MXE4C28	277510T000140104	14/05/2026	60501	R$ 293.47	
MXE4C28	277510T000140105	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
NDA6J19	277510T000141381	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
NOH4B35	277510T000169256	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
NOH4B35	277510T000169255	14/05/2026	51851	R$ 195.23	
NPL5125	277510T000169287	14/05/2026	59750	R$ 195.23	
OAR8H27	277510T000148807	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
OAS7018	277510T000166720	15/05/2026	76331	R$ 293.47	
OGV8G50	116100T003251110	09/05/2026	54521	R$ 195.23	
OKD3B20	277510T000169246	13/05/2026	52070	R$ 88.38	
OKD3B20	277510T000169245	13/05/2026	66532	R$ 195.23	
ORT8B84	277510T000165333	11/05/2026	76251	R$ 293.47	
OTX8I84	277510T000148822	15/05/2026	55417	R$ 195.23	
PDM0H28	277510T000148782	12/05/2026	55411	R$ 195.23	
PZR1E95	277510T000164023	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
QBT3H05	277510Z000031202	30/04/2026	55412	R$ 195.23	
QCG3J03	277510T000140095	12/05/2026	76251	R$ 293.47	
QCQ8F70	277510T000148791	12/05/2026	55417	R$ 195.23	
QER8H23	277510T000137622	13/05/2026	55417	R$ 195.23	
QHN6470	277510T000169156	11/05/2026	58194	R$ 880.41	
QHU8D01	277510T000169124	11/05/2026	59670	R$ 1467.35	
QHZ0A04	277510T000167353	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
QIC4H58	277510T000148790	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
QIR6J14	277510Z000031170	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
QJH6I10	277510Z000031158	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
QJV9F95	277510T000166696	13/05/2026	55412	R$ 195.23	
QUS8I20	277510T000169128	11/05/2026	76332	R$ 293.47	
QUT4G75	277510T000164020	14/05/2026	55500	R$ 130.16	
QXJ7F90	277510T000167383	14/05/2026	58194	R$ 880.41	
RAB7J30	277510NIC0029563	28/04/2026	50020	R$ 586.94	
RDU6I41	277510T000169123	11/05/2026	51851	R$ 195.23	
RFI2H12	277510T000169260	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
RGJ4I77	277510T000169228	13/05/2026	58780	R$ 130.16	
RGJ4I77	277510T000169230	13/05/2026	52070	R$ 88.38	
RGJ4I77	277510T000169229	13/05/2026	60501	R$ 293.47	
RHJ8I58	277510T000169231	13/05/2026	58191	R$ 880.41	
RHJ9A83	277510T000167356	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
RHM9A75	277510T000169220	13/05/2026	59670	R$ 1467.35	
RHN5B10	277510Z000031180	28/04/2026	55412	R$ 195.23	
RHN9B44	277510T000169263	14/05/2026	76251	R$ 293.47	
RHU2E57	277510T000166688	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
RHV3D15	277510T000169149	11/05/2026	60411	R$ 195.23	
RKY8H67	277510Z000031163	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
RKZ3C20	277510T000169268	14/05/2026	76332	R$ 293.47	
RMM0I48	277510T000166685	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
RMO4E75	277510T000168427	06/05/2026	55412	R$ 195.23	
RUY0B25	277510T000165334	11/05/2026	55500	R$ 130.16	
RXM2F85	277510NIC0029557	28/04/2026	50020	R$ 586.94	

SDX2I03	277510T000163017	13/05/2026	55413	R$ 195.23	
SEB9H22	277510T000169216	13/05/2026	76332	R$ 293.47	
SEG4B55	277510T000169173	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
SEJ3E86	277510T000169238	13/05/2026	60411	R$ 195.23	
SEL2H17	277510T000148778	12/05/2026	76251	R$ 293.47	
SEL3D65	277510T000148799	13/05/2026	76331	R$ 293.47	
SEO1B76	277510T000165339	13/05/2026	55411	R$ 195.23	
SER3D03	277510T000166681	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
SES4A22	277510T000166705	14/05/2026	76331	R$ 293.47	
SEW5G94	277510T000166671	11/05/2026	76332	R$ 293.47	
SEX1E34	277510T000169184	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
SFK8A73	277510T000169271	14/05/2026	57380	R$ 293.47	
SIE6J44	277510T000169197	12/05/2026	76332	R$ 293.47	
SIM1E12	277510T000167349	12/05/2026	55417	R$ 195.23	
SXZ4G44	277510T000167374	14/05/2026	76331	R$ 293.47	
TAI9I67	277510T000169233	13/05/2026	60501	R$ 293.47	
TAJ1I74	277510NIC0029568	28/04/2026	50020	R$ 176.76	
TAJ1I74	277510NIC0029565	28/04/2026	50020	R$ 586.94	
TAO7A77	277510T000169136	11/05/2026	60501	R$ 293.47	
TAO7A77	277510T000169137	11/05/2026	60411	R$ 195.23	
TAO7A77	277510T000169138	11/05/2026	66532	R$ 195.23	
TAT1F38	277510T000148805	13/05/2026	76331	R$ 293.47	
TAV3C61	277510Z000031162	27/04/2026	55412	R$ 195.23	
TAW5C87	277510T000148781	12/05/2026	76331	R$ 293.47	
TAY4H23	277510T000169222	13/05/2026	58196	R$ 880.41	
TBQ7I71	277510T000166730	15/05/2026	55417	R$ 195.23	
TBT1E95	277510T000169193	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
TBU8I56	277510T000169132	11/05/2026	60412	R$ 195.23	
TBV2G03	277510T000167358	12/05/2026	55412	R$ 195.23	
TCG6B58	277510T000169180	12/05/2026	60412	R$ 195.23	
TDG0A33	277510T000169152	11/05/2026	60412	R$ 195.23	
TPJ7D28	277510T000169145	11/05/2026	60412	R$ 195.23	
UAS8G98	277510T000164019	13/05/2026	55413	R$ 195.23	
UAZ0C83	277510T000169187	12/05/2026	60411	R$ 195.23	
UBL8D72	277510T000166721	15/05/2026	76331	R$ 293.47	
UBS6F72	277510T000166700	14/05/2026	55417	R$ 195.23	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:AACC5121

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 08/09/2026

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	
AQZ4J08	277510G000000588	17/07/2026	76332	
ART3125	277510G000000578	15/07/2026	60501	
ASD8412	277510G000000546	06/07/2026	60501	
ATJ9A71	277510G000000583	16/07/2026	51851	
ATX3A34	277510G000000574	14/07/2026	76332	
AWA4E17	277510G000000545	06/07/2026	76332	
AWI8C44	277510G000000562	07/07/2026	76332	
AYT5E31	277510G000000589	17/07/2026	76332	
AZQ7I24	277510G000000585	17/07/2026	60501	
BBE2C97	277510G000000564	08/07/2026	76332	
BBF7E01	277510G000000566	08/07/2026	76332	
BDB3C01	277510G000000580	15/07/2026	76332	
BEB9D01	277510G000000548	06/07/2026	76332	
BEZ3E64	277510G000000567	08/07/2026	76332	
CGQ2G43	277510G000000594	20/07/2026	55500	
CYA4D87	277510G000000595	20/07/2026	76332	
DNW7F64	277510G000000565	08/07/2026	76332	
ECM9J04	277510G000000573	14/07/2026	76332	
FZP1I11	277510G000000550	07/07/2026	76332	
MHJ3298	277510G000000593	20/07/2026	58433	
MIE2G31	277510G000000547	06/07/2026	76332	
MMK1B33	277510G000000549	06/07/2026	55411	
MWP6C80	116100T003766225	14/07/2026	55250	
OAR5746	277510G000000569	13/07/2026	55090	
OKH3I80	277510G000000563	07/07/2026	54526	
PSQ6J38	277510G000000579	15/07/2026	76332	
QBZ6505	277510G000000571	14/07/2026	60502	
QJO6E84	277510G000000577	14/07/2026	76332	
RKX7A75	277510G000000581	15/07/2026	76332	
RLE4F40	277510G000000575	14/07/2026	60501	
RLH3D88	277510G000000590	17/07/2026	76332	
RXX2D03	277510G000000556	07/07/2026	57200	
SDY6B41	277510G000000568	08/07/2026	76332	
SEH6B30	277510G000000592	17/07/2026	76332	
SEI5G94	277510G000000551	07/07/2026	76332	
SER4B76	277510G000000584	17/07/2026	76332	
SFH3D29	277510G000000582	15/07/2026	76331	
UAX5G96	277510G000000591	17/07/2026	76332	
UBS5H34	277510G000000576	14/07/2026	76331	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:989F0CAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 223/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N.º 223/2026 – de 31 de agosto de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	N.º de Diárias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Daniel Loth	29/08/2026	29/08/2026	1	R$ 228,30	R$ 228,30	Terra Boa/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Mario Jose Gruba	29/08/2026	29/08/2026	1	R$ 228,30	R$ 228,30	Terra Boa/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Gislaine Aparecida Soares Galle	31/08/2026	01/09/2026	1	R$ 418,55	R$ 418,55	Foz do Iguaçu/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Eliziane Ribeiro	31/08/2026	01/09/2026	1	R$ 418,55	R$ 418,55	Foz do Iguaçu/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Marilize Olivette Loth	31/08/2026	01/09/2026	1	R$ 418,55	R$ 418,55	Foz do Iguaçu/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 31 de Agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:222DE01D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 224/2026 – DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N.º 224/2026 – de 31 de Agosto de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	Dias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Flávia Tais Waismann de Almeida	19/08/2026	19/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Rosane Senn	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Aline Fabiula Portela	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Paola Cardoso	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR /PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Andreia Aparecida da Silva	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Carla Arnhold Moreira	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Josiane Batista	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Flávia Tais Waismann de Almeida	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Raquel de Miranda	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Kleisson Luiz Fiduniv	20/08/2026	20/08/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	União da Vitória/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Paulo José Rodrigues	21/08/2026	21/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	ONIBUS BCN 9603	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	21/08/2026	21/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	24/08/2026	24/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	24/08/2026	24/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VWMASCA TBA 5C93	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	25/08/2026	25/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	VAN BAH 8569	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	25/08/2026	25/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	25/08/2026	25/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	26/08/2026	26/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GGD 1E83	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	26/08/2026	26/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	26/08/2026	26/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN EEZ 1B07	Transporte de Pacientes

Paulo José Rodrigues	26/08/2026	26/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
Paulo José Rodrigues	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	VAN SEA 7J41	Transporte de Pacientes
José Rubens de Lima	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN GDD 1E83	Transporte de Pacientes
Antônio Marcos Maciel	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Guarapuava/PR	AMBULANCIA TBC 0H10	Transporte de Pacientes
Cesário Gonçalves de Mello	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	LOGAN FFR 4G01	Transporte de Pacientes
José Carlos Machado	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	AMBULANCIA TBC 0G99	Transporte de Pacientes
Roselei dos Santos Matte	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde
Maria Rosemeide Kmita	27/08/2026	27/08/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Irati/PR	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 31 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:3067D63B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATO 227/2023 AIR LIQUIDE

ADITIVO Nº. 4
CONTRATO Nº. 227/2023

Termo aditivo de dilatação de prazo de vigência ao contrato nº. 2272023, celebrado entre o Município de Pitanga e a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e de outro, a empresa **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.331.788/0033-04, estabelecida na RUA JOSE RODRIGUES PINHEIRO, 3033 - CEP: 81170200- BAIRRO: CIDADE INDUSTRIAL CURITIBA PR, já qualificados, de comum acordo vem prover alterações ao Contrato em epígrafe, oriundo do Pregão 17/2023 para fornecimento de CONCENTRADORES DE OXIGÊNIO EM COMODATO. EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE. Conforme disposto a Seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência e execução do contrato, originalmente previsto e já aditivado para encerramento em **05/08/2026,** fica prorrogado por 3 (três) meses, compreendendo o período de **06/08/2026** até **05/11/2026**, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Considerando que o Município está instaurando n**ovo processo licitatório** para o objeto contratado, ocorrendo a formalização da nova contratação antes do término do prazo acima estipulado, o presente contrato ficará automaticamente encerrado, independentemente de notificação adicional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS QUANTIDADES E VALORES

Ficam renovadas as quantidades e valores proporcionalmente ao período prorrogado. Conforme tabela abaixo:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant. contratada	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	68817	Concentrador de oxigênio em regime de comodato - Oxigenioterapia Domiciliar com fornecimento em regime de comodato de um concentrador de oxigênio e um cilindro de back up com capacidade de no mínimo 3m³ (a serem mantidos como back-up reserva junto a cada concentrador); suporte ou base fixa para o cilindro; válvulas reguladoras com manômetro para os respectivos cilindros; umidificadores; mangueiras; máscaras; sondas e cânulas nasais de silicone; voltagem 110/220 volts (alimentação elétrica: devem ser disponibilizadas, dependendo da instalação elétrica da residência do paciente); Fluxo mínimo de gás: vazão de 0,5 a litros, concentração mínima de oxigênio à máxima vazão de 87% (oitenta e sete por cento); nível máximo de ruído acústico produzido pelo compressor: 48 dBA; possuir rodízios; possuir dispositivos de controle de fluxo de incrementos igual ou inferior a 0,5 (meio) litros por minuto; possuir filtros para a remoção de poeira, bactérias e outras partículas; sistema de alarmes para a indicação de defeitos: como queda de pressão, falha de energia elétrica, baixa pureza de oxigênio zero, concentração de oxigênio para fora dos parâmetros. Incluindo instalação no domicílio do paciente e orientações quanto o uso dos equipamentos.	UNID	18	201,75	R$3.631,50
2	68818	Concentrador de Oxigênio de 10 litros/min, portátil, com as seguintes características mínimas: Aparelho Concentrador de Oxigênio, com voltagem 110 V, com fluxo de 10 l/m (litros por minuto); nível de ruído máximo de 45 db; potência 450w; níveis de concentração de oxigênio: variável de 87% a 96% de pureza de oxigênio. Acessórios Obrigatórios: 01 cilindro de reserva com capacidade de 6 a 10 m³ (cilindro de backup), com válvula reguladora, fluxômetro, extensão para cateter nasal, cateter nasal tipo óculos ou mascara nasal, umidificador e base fixa para o cilindro backup. Proteção contra choques elétricos. Registro na Anvisa para todos os equipamentos e acessórios.	UNID	45	285,80	12.861,00
VALOR TOTAL ADITIVADO						R$16.492,50

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, ou mediante assinatura digital eletrônica.

Pitanga, 04 de Agosto de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

ADRIANA FERREIRA ROSA DA SILVA DESENGRINI
Air Liquide Brasil LTDA

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:5E073D9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATO 228-2023 TECGAS

ADITIVO Nº. 4
CONTRATO Nº. 228/2023

Termo aditivo de dilatação de prazo de vigência e execução ao contrato nº. 228/2023, celebrado entre o Município de Pitanga e a empresa TECGAS COM.E REPARAÇÕES EQUIP.HOSP.LTDA, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e de outro, a empresa **TECGAS COM.E REPARACOES EQUIP.HOSP.LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 78.546.306/0001-35, situada na Av. Manoel Ribas, 3715 - Conradinho, Guarapuava - PR, 85055-010 já qualificados, de comum acordo vem prover alterações ao Contrato em epígrafe qual objeto é **fornecimento de Oxigênio e ar comprimido medicinal em recargas**, oriundo do Pregão 17/2023 para AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CONCENTRADORES EM COMODATO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE. Conforme disposto a Seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência e execução do contrato, originalmente previsto para encerramento em **05/08/2026**, fica prorrogado por 3 (três) meses, compreendendo o período de **06/08/2026** até **05/11/2026**, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
Parágrafo único. Considerando que o Município está com novo processo licitatório em andamento para o objeto contratado, ocorrendo a formalização da nova contratação antes do término do prazo acima estipulado, o presente contrato ficará automaticamente encerrado, independentemente de notificação adicional.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADES E VALORES
Ficam renovadas as quantidades e valores proporcional ao período prorrogado de acordo com estimativa de utilização pela Secretaria Municipal de Saude. Mantendo-se os preços inicialmente contratados.

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	46679	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 – CILINDRO DE 1M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO.	UNID	18	R$ 125,32	R$ 2.255,76
2	68819	Recarga de oxigênio medicinal comprimido - cilindro de 4m³. Compátivel com suportes em ambulância, inodoro, insípido, não inflável, comburente, peso molecular: 31,9888, sem efeito toxicológico - grau de pureza mínimo de 99,0% - símbolo 02 – cilindros fornecidos pela contratada em comodato.	UNID	18	R$ 138,94	R$ 2.500,92
3	46681	RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL COMPRIMIDO - INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL, COMBURENTE, PESO MOLECULAR: 31,9888, SEM EFEITO TOXICOLÓGICO - GRAU DE PUREZA MÍNIMO DE 99,0% - SÍMBOLO O2 - CILINDRO DE 7 A 10M3. CILINDROS FORNECIDOS PELA CONTRATADA EM COMODATO. INODORO, INSÍPIDO, NÃO INFLAMÁVEL.	M3	1907	R$ 23,00	R$43.861,00
					TOTAL	R$ 48.617,68

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, não modificadas pelo presente instrumento.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma ou assinatura digital eletrônica.
Pitanga, 04/08/2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES
Prefeito

ELIZABETH FERREIRA THOMAZ,
TECGAS Com.E Reparacoes Equip.Hosp.LTDA

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:EF22D310

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Data	06/08/2026
Local	Hibrido
Horário:	14:30

Conselheiros Participantes:

Nome	Instituição	Posição	Presentes
Lafaete Jacomel	UFPR	Titular	Ausente
Ricardo D. de Aguiar	UNINTER	Suplente	X
José Juvanete Pereira	Câmara Municipal	Titular	Ausente
Nathalia Centurion Franzoi	SMTDE	Suplente	X
Luciana Goldschmidt Costa	Turismóloga	Titular	Ausente

Plinio Aguiar	Presidente da COMTUR	Titular	X
Junior Bratti	AMPEC	Titular	Ausente
Alice Dalastra	Vice-Presidente COMTUR	Titular	Ausente
Patricia Assis	ADETUR Litoral	Suplente	Ausente
Valdinei Vicente da Silva (Nei da Pesca)	Câmara de Vereadores	Suplente	X
Roberto Stelmaki Jr	ACIAPAR	Titular	Ausência justificada
Thiago Alessandro Valentim do Rosário	COTRANAUTA	Titular	Ausente
Reinaldo Peixoto Scpak	COTRANAUTA	Suplente	X
Rafael Santos de Mattos	ABALINE	Titular	Ausente
Rodrigo do Carmo	ABALINE	Suplente	Ausente
Emanuelle R. Alves	ACOMODEMA	Suplente	Ausente
Jackson Cesar Bassfeld	Sec. Meio Ambiente	Titular	Ausência justificada
Roswita Jahnke	Sec. Meio Ambiente	Suplente	Ausente
João Rempel	AMPP	Titular	Ausência justificada
Fernanda Possatto	Mar Brasil	Suplente	X
Eduardo Yoshio Saçaki	Cultura	Titular	X
Cassiano Ricardo Soares Lopes	SMTDE	Suplente	X
Mayla Machado Mendonça	Estagiária SMTDE	Convidada	X
Luiz Eduardo do Nascimento Pereira	SMTDE		X
Marcos Aurelio V. Silva	Associação Aerodesportivo	Convidado	X
Marco Antonio Ferreira	CMDPI–CCI	Convidado	X

•

Pauta:

•TÓPICO	•Assunto
•	•APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO FESTIVAL DE GASTRONOMIA CAIÇARA •APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DA ESTRADA ECOLÓGICA •DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA VAN DO TURISMO •APRESENTAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DE RECONHECIMENTO DO PARAMOTOR COMO ATIVIDADE DE TURISMO DE AVENTURA •APRESENTAÇÃO DE PRÉ-PROJETO DE CAIAQUE HAVAIANO •ASSUNTOS GERAIS

Aos 06 dias do mês de Agosto de 2026, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Turismo de Pontal do Paraná, com a participação dos conselheiros presentes, representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico e demais convidados, para tratar das pautas previamente estabelecidas.

APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO FESTIVAL DE GASTRONOMIA CAIÇARA

Iniciando os trabalhos, destacou-se a participação dos estabelecimentos, o impacto econômico e turístico do evento e sua consolidação como política pública de valorização da gastronomia e promoção do destino Pontal do Paraná.

Foi informado que a equipe da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico realizou trabalho de mobilização junto aos estabelecimentos, visitando restaurantes e demais empreendimentos para convidá-los a participar do festival. Ressaltou-se a importância desse trabalho de aproximação com a iniciativa privada, considerando que a adesão espontânea ainda está em processo de fortalecimento.

O festival contou com aproximadamente 40 estabelecimentos participantes, abrangendo diferentes tipologias, como restaurantes, lanchonetes, cafeterias, confeitarias e hamburguerias. No concurso gastronômico, participaram 18 estabelecimentos.

Foi destacada a criação da nova categoria Sobremesa Caiçara, considerada um importante avanço para o festival, tendo em vista a criatividade apresentada pelos participantes e a valorização dos produtos e da identidade gastronômica local.

Na avaliação dos estabelecimentos participantes, verificou-se que:

•
31,4% participaram pela primeira vez do festival;

•
68,6% já haviam participado de edições anteriores;

•
74,3% dos estabelecimentos informaram aumento na procura durante o período do festival;

•
A faixa de 11% a 25% foi a mais apontada como estimativa de clientes motivados pelo festival, representando 37,1% das respostas;

•
71,4% dos estabelecimentos identificaram novos clientes durante o evento.

Quanto ao perfil do público, foi informado que aproximadamente 58,3% dos consumidores eram turistas, enquanto 25% eram moradores de Pontal do Paraná, demonstrando tanto a capacidade do festival de atrair visitantes quanto o envolvimento da população local.

Também foram apresentados dados relativos à comercialização dos pratos. Considerando as respostas obtidas na pesquisa, foram registrados, no mínimo, 1.297 pratos vendidos durante o festival, sendo aproximadamente 870 pratos relacionados à cambira, correspondendo a 67,1% dos pratos contabilizados. Ressaltou-se que os números podem ser superiores, pois alguns estabelecimentos não conseguiram informar todos os dados ou continuaram registrando vendas após o preenchimento da pesquisa.

Foi destacado que o impacto econômico do festival não se limita aos pratos participantes, uma vez que os visitantes também consomem bebidas, sobremesas, entradas e outros itens dos estabelecimentos, ampliando a movimentação econômica gerada pelo evento.

Foi relatada ainda a percepção direta de aumento da procura por pratos relacionados ao festival durante o final de semana, reforçando os resultados obtidos na pesquisa.

Também foi apresentada a avaliação da organização do festival. Os participantes puderam avaliar diferentes aspectos como excelente, bom, regular ou ruim.

Não foram registradas avaliações classificadas como “ruim”. A maior parte das avaliações concentrou-se entre “excelente” e “bom”, havendo algumas avaliações “regular”, especialmente relacionadas ao evento de abertura e à organização geral.

Foram obtidas 36 respostas na avaliação, número considerado expressivo, especialmente diante da necessidade de contato direto com os estabelecimentos para obtenção dos dados.

Foi ressaltado que a pesquisa teve como objetivo verificar se o Festival de Gastronomia Caiçara está efetivamente cumprindo seu papel enquanto política pública, especialmente no que se refere à geração de movimentação econômica, atração de turistas, valorização da gastronomia caiçara e promoção turística do município.
Concluiu-se que os resultados indicam que o festival vem se consolidando como uma política pública efetiva e como instrumento de promoção turística de Pontal do Paraná, contribuindo para a valorização da gastronomia caiçara e para a divulgação do destino em âmbito municipal, regional e nacional.
Foi sugerido que os dados da avaliação sejam posteriormente compartilhados no grupo dos conselheiros.
Na sequência, foram apresentados aspectos relacionados ao concurso gastronômico realizado durante o festival.
Foi destacado o trabalho dos jurados, composto por profissionais com experiência técnica e gastronômica, incluindo representantes do SENAC, SEBRAE e profissionais da área de gastronomia.
Ressaltou-se a importância da presença dos conselheiros nas próximas edições e atividades do festival, especialmente considerando a participação do Fundo Municipal de Turismo no financiamento das ações.
Foi informado que todos os estabelecimentos participantes receberam certificado de participação, enquanto os vencedores receberam premiações específicas.
A premiação principal contou com valor em dinheiro de R$1.500,00, além de premiações do programa Turbine, do SEBRAE, cujo valor estimado seria de aproximadamente R$5.000,00 por estabelecimento caso contratado individualmente.
Foram disponibilizadas dez premiações do programa Turbine, destinadas aos estabelecimentos melhor avaliados, incluindo avaliação por meio de "turista oculto", realizada por consultor que visitou os estabelecimentos sem identificação prévia, avaliando a experiência oferecida ao consumidor.
Foi explicado que a avaliação do turista oculto também serviu como mecanismo de desempate e como instrumento de feedback aos estabelecimentos.
Foram mencionadas as categorias do concurso e seus respectivos destaques, incluindo:

•
Petisco;

•
PF/Caiçara;

•
Sobremesa Caiçara;

•
Cambira Tradicional – Especialista;

•
Cambira Tradicional – Iniciante.

Também foi ressaltada a criação da categoria de participantes iniciantes, com o objetivo de permitir que estabelecimentos que participam pela primeira vez possam competir em condições mais equilibradas com aqueles que já possuem experiência em edições anteriores.

APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DA ESTRADA ECOLÓGICA

Na segunda pauta, foi apresentado o projeto de sinalização turística da Estrada Ecológica, desenvolvido pela equipe da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.
Foi explicado que o projeto contempla a Estrada Ecológica desde a região do Guaraguaçu até Pontal do Sul, incluindo áreas próximas às aldeias indígenas existentes no percurso.
A Estrada Ecológica foi apresentada como importante atrativo para o desenvolvimento do turismo, da mobilidade ativa, do cicloturismo e do lazer ao ar livre, além de possuir relevância cultural e ambiental.
Foi ressaltada a necessidade de implantação de infraestrutura adequada de sinalização, uma vez que a ausência de sinalização dificulta a promoção da estrada como produto turístico e pode comprometer a segurança dos visitantes e a preservação ambiental.
A área está inserida em ambiente ambientalmente sensível, incluindo zona de amortecimento da Estação Ecológica do Guaraguaçu e áreas relacionadas ao território indígena. Dessa forma, a sinalização também possui função de orientação, ordenamento do fluxo e educação ambiental.
O projeto prevê aproximadamente 56 placas, incluindo placas educativas, regulatórias e direcionais, distribuídas ao longo de aproximadamente 25 quilômetros.
Também foi apresentada a identidade visual da sinalização, incluindo uma pegada desenvolvida especificamente para Pontal do Paraná, inspirada em padrões utilizados em redes de trilhas nacionais e internacionais. A identidade incorpora elementos relacionados ao município, à fauna, à restinga, à Ilha dos Currais e ao cicloturismo.
Foi informado que o orçamento estimado para implantação da sinalização é de aproximadamente R$150.000,00.
Foi mencionada a existência de recurso de aproximadamente R$30.000,00, sinalizado pelo deputado Goura, restando aproximadamente R$120.000,00 a serem destinados pelo Fundo Municipal de Turismo.
Resultado:
Aprovada por unanimidade: Valor: R$120.000,00 para a execução da sinalização turística da Estrada Ecológica.
Foi esclarecido que o valor poderá ser reduzido após o processo licitatório, caso a disputa de preços resulte em valor inferior ao orçamento inicialmente estimado.
Ficou acordado que o projeto técnico completo será disponibilizado aos conselheiros para conhecimento e acompanhamento.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DA VAN DO TURISMO

Na sequência, foi apresentada proposta para utilização de recursos do Fundo Municipal de Turismo para a Limpeza e higienização da van utilizada pela Secretaria Municipal de Turismo.
Foi informado que a van vem sendo utilizada regularmente em eventos turísticos, ações institucionais, atividades culturais e representações do município, inclusive em viagens para eventos como o FIT Cataratas, em Foz do Iguaçu.
Foi explicado que a van foi adquirida pelo Conselho Municipal de Turismo por meio do Fundo Municipal de Turismo, sendo utilizada atualmente em diversas atividades da administração pública.
O processo de contratação de lavagem de veículos da Prefeitura incluiu a van do Turismo, sendo solicitado ao Conselho autorização para utilização dos recursos do Fundo.
Após os esclarecimentos, foi colocada em votação:

Resultado: Aprovado; Valor: R$1.567,32, correspondente a aproximadamente R$130,61 mensais, para realização de uma lavagem por mês durante o período de 12 meses.

APRESENTAÇÃO DO PRÉ-PROJETO DE RECONHECIMENTO DO PARAMOTOR COMO ATIVIDADE DE TURISMO DE AVENTURA

Foi realizada a apresentação do pré-projeto relacionado ao paramotor, apresentado por representante da Associação Aerodesportiva de Paramotor, Marcos Aurelio V. Silva.

O proponente explicou que a atividade é praticada no município há aproximadamente 13 anos e que possui potencial para contribuir com o turismo de aventura e a atração de visitantes.

Foi relatado que o município já recebeu praticantes de diferentes regiões do Brasil e que a atividade já participou de eventos e ações de divulgação, inclusive com presença de veículos de comunicação.

O principal objetivo apresentado foi o reconhecimento do paramotor como atividade relacionada ao turismo de aventura no município, bem como a criação futura de uma área adequada e segura para sua prática.

Foi ressaltada a preocupação com a segurança dos praticantes e turistas, principalmente em razão da utilização eventual da faixa de areia e da presença de banhistas.

O proponente apresentou a necessidade de buscar uma área específica para decolagem e pouso, preferencialmente fora da faixa de praia e em local que permita maior segurança e organização da atividade.

Durante a discussão, os conselheiros destacaram que a análise da localização e autorização de eventual área de prática envolve outras secretarias e órgãos competentes, especialmente a Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos responsáveis pelas questões ambientais, territoriais e de segurança.

Foi esclarecido que o Conselho Municipal de Turismo não possui competência para definir diretamente a área de implantação, mas pode manifestar apoio ao reconhecimento da relevância turística da atividade e encaminhar o projeto para análise técnica dos órgãos competentes.

Também foi ressaltado que a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico já divulga o paramotor como uma das atividades de turismo de aventura do município, inclusive em materiais promocionais utilizados em feiras de turismo.

Após as discussões, ficou definido como encaminhamento:

•
Receber formalmente o pré-projeto apresentado pela associação;

•
Encaminhar o projeto às secretarias e órgãos competentes para análise técnica;

•
Promover diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente e demais setores envolvidos;

•
Avaliar tecnicamente possíveis áreas para prática do esporte;

•
Dar continuidade à discussão sobre eventual reconhecimento formal do paramotor como atividade de turismo de aventura;

•
Posteriormente, caso haja viabilidade técnica e administrativa, avaliar os encaminhamentos necessários junto ao Poder Executivo e à Câmara Municipal.

Ficou registrado que a manifestação do Conselho não substitui eventual legislação municipal, licenças, autorizações, estudos técnicos ou demais instrumentos legais necessários.

O representante agradeceu a oportunidade de apresentar a proposta e informou que aguardará os próximos encaminhamentos

.**APRESENTAÇÃO DE PRÉ-PROJETO DE CAIAQUE HAVAIANO**

Foi apresentado brevemente um segundo pré-projeto, relacionado à prática de caiaque havaiano, com proposta de desenvolvimento de atividade turística, ecológica e esportiva no município.

O proponente informou que o projeto ainda será apresentado de forma detalhada em reunião futura, tendo como objetivo aliar esporte, turismo, lazer e contato com a natureza.

Foi ressaltada a necessidade de identificação do local adequado para a atividade e de observância das normas de segurança, regularização da embarcação e autorização dos órgãos competentes.

A Secretaria Municipal de Turismo esclareceu que, para eventual divulgação da atividade nos canais oficiais do município e materiais turísticos, será necessário que o empreendimento esteja devidamente regularizado e cadastrado.

Foi ressaltado que atividades náuticas e de turismo de aventura que estejam em conformidade com a legislação e normas de segurança possuem potencial para contribuir com a diversificação da oferta turística de Pontal do Paraná.

O projeto será apresentado de forma mais detalhada em reunião futura, após os estudos e encaminhamentos necessários.

ASSUNTOS GERAIS

Nos assuntos gerais, foi questionada a situação relacionada às estruturas e obras do terminal de embarque.

Foi informado que o assunto deverá ser tratado diretamente com os responsáveis pela gestão do terminal e com o representante competente do Governo do Estado, ficando o encaminhamento para contato e esclarecimento em momento posterior.

Não havendo outros assuntos a tratar, foram realizados agradecimentos aos conselheiros e participantes pela presença e contribuição nas discussões.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais participantes, conforme os procedimentos do Conselho Municipal de Turismo.

A reunião foi encerrada às 16h07.

Pontal do Paraná, 06 de Agosto de 2026.

_____

Assinatura do Presidente

Plinio Aguiar

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:EAF1049E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Data	23/06/2026
Local	Online
Horário:	14:30

Conselheiros Participantes:

Nome	Instituição	Posição	Presentes
Lafaete Jacomel	UFPR	Titular	Ausente
Ricardo D. de Aguiar	UNINTER	Suplente	X
José Juvanete Pereira	Câmara Municipal	Titular	X
Nathalia Centurion Franzoi	SMTDE	Suplente	Ausente
Luciana Goldschmidt Costa	Turismóloga	Titular	X
Plinio Aguiar	Presidente da COMTUR	Titular	X
Junior Bratti	AMPEC	Titular	Ausente
Alice Dalastra	Vice-Presidente COMTUR	Titular	Ausente
Patricia Assis	ADETUR Litoral	Suplente	X
Valdinei Vicente da Silva (Nei da Pesca)	Câmara de Vereadores	Suplente	Ausente
Roberto Stelmaki Jr	ACIAPAR	Titular	X
Thiago Alessandro Valentim do Rosário	COTRANAUTA	Titular	Ausente
Reinaldo Peixoto Scpak	CONTRANAUTA	Suplente	Ausente
Rafael Santos de Mattos	ABALINE	Titular	Ausente
Rodrigo do Carmo	ABALINE	Suplente	Ausente
Emanuelle R. Alves	ACOMODEMA	Suplente	X
Jackson Cesar Bassfeld	Sec. Meio Ambiente	Titular	X
Roswita Jahnke	Sec. Meio Ambiente	Suplente	Ausente
João Rempel	AMPP	Titular	Ausente
Fernanda Possatto	MarBrasil	Suplente	Ausente
Eduardo Yoshio Saçaki	Cultura	Titular	Ausente
Cassiano Ricardo Soares Lopes	SMTDE	Suplente	X
Mayla Machado Mendonça	Convidada		X

-
-
-
-

Pauta:

• TÓPICO	• Assunto
•	• **Relatório das participações do COMTUR em eventos** • **Avaliação da participação no FIT Cataratas 2026** • **Andamento do Festival de Gastronomia Caiçara** • **Fortalecimento da promoção turística de Pontal do Paraná** • **Assuntos gerais.**

Aos 23 dias do mês de Junho de 2026, às 14 horas e 30 minutos, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Turismo de Pontal do Paraná (COMTUR), na modalidade online, sob a presidência do Sr. Plínio, com a participação dos conselheiros e convidados.
Aberta a sessão, o presidente cumprimentou os presentes, registrou o retorno da conselheira Nathalia após o período de férias, embora a mesma não estivesse presente por falta Justificada. A Fernanda também aproveitou e já justificou as ausências.
Na sequência, iniciou-se a pauta referente ao relato das ações e eventos dos quais o Conselho participou, destacando a importância da avaliação dos resultados obtidos. Para apresentação do relatório, foi concedida a palavra à Sra. Luciana.
Durante sua apresentação, foi relatada a participação do Município de Pontal do Paraná no Festival Internacional de Turismo das Cataratas – FIT Cataratas, realizado em Foz do Iguaçu. Foi destacado que a presença do município, por meio de estande próprio, proporcionou ampla visibilidade ao destino turístico, atraindo expressivo público e consolidando a imagem de Pontal do Paraná como referência turística do litoral paranaense.
Foi ressaltado o sucesso da divulgação da gastronomia caiçara, especialmente do prato típico Cambira, que recebeu excelente aceitação do público visitante. Também foram reconhecidas as contribuições da Chef Marinalva e do Chef Plínio na apresentação gastronômica, bem como o trabalho desenvolvido ao longo dos anos para valorização do prato típico, cuja Indicação Geográfica encontra-se em processo de reconhecimento.
A conselheira destacou ainda a participação do Prefeito Rudão, que realizou palestra no estande do Sebrae abordando o potencial turístico do litoral paranaense, reforçando a integração regional e a importância da regionalização do turismo. Segundo o relato, sua presença fortaleceu a divulgação institucional do município e ampliou a visibilidade do destino.
Foram registradas as diversas atividades desenvolvidas durante o evento, incluindo ações de promoção turística, degustações gastronômicas, realização de contatos institucionais, intercâmbio de experiências com outros destinos turísticos e prospecção de oportunidades para o desenvolvimento do setor.
Na oportunidade, o Sr. Plínio fez uso da palavra para agradecer à equipe da Secretaria Municipal de Turismo, à Chef Marinalva, à Provopar pela cessão da profissional para os eventos, ao empresário Soyos pela parceria no fornecimento de chopp para degustação, bem como ao servidor Cassiano, responsável pela condução da equipe durante a viagem. Ressaltou ainda o empenho de todos os envolvidos, que atuaram intensamente durante toda a programação do evento.

Em seguida, reforçou a importância de ampliar a participação do empresariado de Pontal do Paraná nas próximas feiras de turismo, destacando que a presença dos empreendedores fortalece a comercialização dos produtos e serviços turísticos, amplia oportunidades de negócios e contribui para o desenvolvimento econômico do município.

Na sequência, a representante da Adetur Litoral, Patrícia, cumprimentou a equipe da Secretaria Municipal de Turismo e parabenizou o município pela organização e qualidade da participação no FIT Cataratas. Destacou que Pontal do Paraná vem se consolidando como referência em promoção turística, reconhecendo o trabalho desenvolvido pela gestão municipal, pela equipe técnica e pelo Conselho Municipal de Turismo.

Patrícia ressaltou o crescimento da participação do empresariado do litoral nas feiras de turismo, especialmente por meio das caravanas organizadas pela ADETUR Litoral, Sebrae e demais parceiros, observando, entretanto, que ainda é necessária maior presença dos empresários de Pontal do Paraná. Enfatizou que a comercialização efetiva do destino depende do envolvimento direto da iniciativa privada.

Também destacou que materiais promocionais do município estiveram presentes em diferentes espaços da feira, incluindo os estandes da ADETUR Litoral, Viaje Paraná e Secretaria de Estado do Turismo, ampliando significativamente a divulgação do município junto a operadores, agências e profissionais do setor.

Foi registrado, ainda, que a Cambira passou a ser amplamente reconhecida pelo público visitante como prato típico de Pontal do Paraná, demonstrando o êxito das estratégias de promoção turística e gastronômica desenvolvidas ao longo dos últimos anos.

Ao final das manifestações, os participantes concluíram que o município já alcançou significativo reconhecimento no mercado turístico e que o próximo desafio consiste em fortalecer a comercialização dos produtos e experiências locais, estimulando maior participação do setor empresarial nas ações de promoção.

Durante a reunião, o servidor Cassiano solicitou autorização para se retirar, informando que se encontrava auxiliando na montagem da estrutura do Festival de Gastronomia Caiçara, sendo sua solicitação prontamente autorizada pelo presidente.

Dando prosseguimento à pauta, foi apresentado o andamento da organização do Festival de Gastronomia Caiçara 2026.

Informou-se que esta será mais uma edição do festival, já consolidado como um dos principais eventos gastronômicos do litoral paranaense. Até o momento, o festival conta com 22 restaurantes inscritos, dos quais 14 participarão do concurso gastronômico, distribuídos em diferentes categorias.

Foi destacado que, nesta edição, será mantida a categoria Cambira, implantada no ano anterior, e criada a nova categoria Sobremesa Caiçara, destinada à valorização de sobremesas elaboradas com ingredientes regionais. Esclareceu-se que as sobremesas poderão ou não utilizar Cambira, desde que apresentem algum ingrediente típico da região.

Na sequência, foi informado que, em parceria com o Sebrae, estão sendo promovidas ações de capacitação para os participantes. Recordou-se que, na edição anterior, foi realizada uma oficina voltada à elaboração de doces regionais, iniciativa que possibilitou a criação da nova categoria nesta edição. Também foi comunicado que o regulamento do concurso passou por revisão, com ajustes em alguns critérios de avaliação considerados necessários para o aperfeiçoamento da competição.

Entre as mudanças, destacou-se que haverá maior atenção à apresentação dos pratos, não apenas no momento do concurso, mas também durante todo o período do festival. A avaliação buscará verificar se os estabelecimentos mantêm a mesma qualidade e apresentação do prato servido aos jurados quando oferecido ao público, incentivando a padronização e a excelência no atendimento.

Foi ressaltado que o Festival de Gastronomia Caiçara tem evoluído a cada edição, refletindo o empenho dos participantes e da organização, não apenas na promoção dos estabelecimentos gastronômicos, mas também na oferta contínua de oficinas e ações de qualificação profissional. Destacou-se que, inicialmente, as capacitações eram voltadas às boas práticas de manipulação de alimentos e que, atualmente, passaram a contemplar oficinas de aperfeiçoamento técnico dos pratos, conduzidas por chefs renomados.

Foi lembrado que, na edição anterior, a chef Karla Manfredini, madrinha do festival e integrante da comissão julgadora, ministrou oficina sobre sobremesas e doces regionais. Para esta edição, a chef retornará para ministrar a Oficina de Encantamento, prevista para o dia 1º de julho, abordando a história da Cambira, a valorização do prato típico, a apresentação dos restaurantes e técnicas de atendimento e encantamento dos clientes.

Também foi informado que, no dia 30 de junho, será realizada, em parceria com a APROCAMPP, oficina de defumação, desposta do pescado e preparo da Cambira. A capacitação tem como objetivo orientar principalmente os novos estabelecimentos que ainda não possuem familiaridade com o prato típico, possibilitando sua participação na categoria Cambira ou nas demais categorias do concurso.

A coordenação destacou a importância do apoio do Conselho Municipal de Turismo na divulgação das ações do festival e informou que, além dos recursos tradicionalmente destinados pelo Conselho, nesta edição o evento contará também com recursos provenientes de convênio firmado com o Governo do Estado, ampliando os investimentos em divulgação e promoção.

Foi solicitado aos conselheiros que auxiliem na disseminação correta das informações sobre o festival, mantendo-se informados e esclarecendo eventuais dúvidas junto à organização sempre que necessário.

Na oportunidade, esclareceu-se que o Festival de Gastronomia Caiçara não se resume ao concurso gastronômico. O concurso constitui uma das ações do festival e tem como finalidade promover os estabelecimentos e a gastronomia local. Ressaltou-se que qualquer estabelecimento gastronômico regularmente constituído poderá participar do festival, mesmo que não ofereça Cambira em seu cardápio, podendo inscrever pratos à base de frutos do mar sem qualquer custo de participação.

Foi informado que, para participar, os estabelecimentos deverão possuir licença sanitária vigente e manter disponível ao público o prato inscrito durante os dias informados à organização. Esclareceu-se ainda que cada participante poderá definir os dias de oferta do prato, desde que essas informações sejam previamente comunicadas para divulgação oficial e rigorosamente cumpridas durante o evento.

Ressaltou-se que o festival constitui uma política pública voltada ao fortalecimento de todo o setor gastronômico do município, abrangendo restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos legalmente constituídos.

Por fim, informou-se que a expectativa para esta edição é bastante positiva, considerando o aumento dos investimentos em mídia e divulgação proporcionados pelo convênio estadual, bem como o crescente reconhecimento da Cambira como prato típico de Pontal do Paraná, resultado das ações permanentes de promoção realizadas ao longo do ano.

Também foi apresentado o cronograma das ações pós-festival, destacando-se a continuidade das consultorias em parceria com o Sebrae. Os estabelecimentos contemplados na edição anterior,se contemplados nessa terão participarão do programa Turbine 2, voltado ao aprofundamento das melhorias de gestão e competitividade, enquanto os novos vencedores do concurso terão acesso ao programa Turbine, destinado ao desenvolvimento inicial dos empreendimentos.

Por fim, foi informado que, nesta edição, a avaliação relacionada às consultorias será realizada de forma independente da nota atribuída aos pratos no concurso, constituindo um critério específico dentro do processo de qualificação dos estabelecimentos participantes.

Na sequência, foi realizado um resgate histórico sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Pontal do Paraná. Foi esclarecido que a primeira Lei do Conselho Municipal de Turismo e a constituição de sua primeira diretoria ocorreram durante a gestão do então secretário Jackson, como resultado das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), período em que os municípios brasileiros estruturavam seus órgãos e políticas públicas voltadas ao turismo.

Foi destacado que Pontal do Paraná esteve entre os municípios pioneiros na implantação do Conselho Municipal de Turismo, fato que demonstra a trajetória e a relevância do COMTUR para o desenvolvimento da atividade turística no município.

Na oportunidade, o conselheiro Jackson complementou o histórico, informando que a criação do Fundo Municipal de Turismo também ocorreu durante sua gestão, por meio de legislação específica que destinou parte dos recursos provenientes da travessia para a Ilha do Mel ao Fundo

Municipal de Turismo. Ressaltou sua satisfação em verificar que o mecanismo permanece vigente e que os recursos continuam sendo aplicados em ações aprovadas pelo Conselho, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de turismo.
Em seguida, o conselheiro Juvanete fez uso da palavra e destacou sua satisfação em integrar o Conselho Municipal de Turismo desde o ano de 2012. Ressaltou o comprometimento dos conselheiros e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo com o desenvolvimento do setor, enfatizando a importância do apoio da atual gestão municipal, do prefeito Rudão Gimenes, da Secretaria de Turismo, da ADETUR Litoral e das demais instituições parceiras para o fortalecimento das ações voltadas ao turismo no município.
Na sequência, a secretária executiva informou que todas as pautas previstas para a reunião haviam sido concluídas, colocando a palavra à disposição dos conselheiros para informes e manifestações.
O conselheiro Roberto solicitou que fosse incluída na pauta da próxima reunião ordinária uma discussão sobre a participação do empresariado nas ações e eventos promovidos pelo município, destacando a importância de ampliar o diálogo sobre o tema e promover os esclarecimentos considerados necessários. A solicitação foi acolhida pelo presidente, que determinou a inclusão do assunto na pauta da próxima reunião ordinária.
Antes do encerramento, o presidente solicitou aos conselheiros que realizassem a leitura e assinatura da ata da reunião realizada em 19 de maio, a fim de dar prosseguimento aos trâmites administrativos.
Não havendo outras manifestações, o presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e convidados, em especial da representante da Adetur Litoral, Patrícia, e declarou encerrada a reunião.
A reunião foi encerrada as 15:23.

_____
Assinatura do Presidente
Plinio Aguiar

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:82C1DCE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 49 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025

EDITAL Nº 49

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a candidata nomeada abaixo, classificada no Concurso Público Nº 01/2025, para assumir o cargo respectivo, conforme tabela, em anexo.
O não comparecimento no prazo de até 05 (cinco) dias uteis **implicará na desistência da vaga**, conforme previsto no edital do concurso no item 18 - DA CONVOCAÇÃO PARA POSSE, subitem 18.2:
"18.2 O candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado".
Para maiores informações, dúvidas ou agendamentos, entrar em contato com a Divisão de Recursos Humanos pelo e-mail rh@portoamazonas.pr.gov.br.
Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Edifício da Prefeitura de Porto Amazonas/PR, 31 de agosto de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
O aceite do cargo ocorrerá mediante o comparecimento do candidato no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Guilherme Schiffer, nº 64, bairro Centro.

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
20º	MILLENA CHRYSTINE KUPCZI	72,00	Ampla Concorrência

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
13º	ROSENILDA DE FÁTIMA RODRIGUES	68,00	Ampla Concorrência

CARGO: GARI			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
3º	MATEUS GABRIEL SOARES PINHEIRO	77,00	Ampla Concorrência

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:055DAF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 196/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 196/2026
VENCIMENTO: 28/08/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **27/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LÍQUIDO – PARA ABASTECIMENTO DOS BOTIJÕES DE SEMEN DO PROJETO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL – PIA , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **27/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 85.093.524/0001-27, Avenida RUA GRAçA ARANHA, 252 - CEP: 83321020 - bairro: VARGEM GRANDE, Pinhais/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). SANDRO HENRIQUE BORELLA, brasileiro, portador da RG nº 22***908X SSPSP e CPF 164.***.768-**

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	1588	NITROGENIO LIQUIDO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, MASSA MOLECULAR: 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA: TEOR MINIMO 99% V/V, FÓRMULA QUÍMICA: N2, NUMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: Cas 7727-37-9 PARA ABASTECER BOTIJÃO DE SEMEM PARA INSEMINAÇÃO BOVINA	LTS	800	R$ 15,70	R$ 12.560,00	Própria
					TOTAL:	R$ 12.560,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

– PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA: O Nitrogênio será entregue no Município de Querência do Norte, Centro de Produção Municipal, Estrada Rural para o Porto Brasílio, km 0,5;

4.2. O prazo de entrega será de modo parcelado, com pedidos de 30 a 45 dias, com entrega na média de 60 a 120 litros cada pedido.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 28 de agosto de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

SANDRO HENRIQUE BORELLA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:4E07F6FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 32/2026

EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 32/2026
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE PAPELARIA DESTINADOS ÀS ESCOLAS E CMEIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 60.503.550 ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE
CNPJ.: 60.503.550/0001-55
CONTRATADA: A. L. BRUM PAPELARIA E INFORMATICA ME
CNPJ.: 14.572.000/0001-70
CONTRATADA: ARC DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ.: 24.972.018/0001-13
CONTRATADA: CD SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CNPJ.: 57.607.941/0001-05
CONTRATADA: DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
CNPJ.: 07.245.458/0001-50
CONTRATADA: DANIELA CARVALHO MARQUES 08519093965
CNPJ.: 30.474.679/0001-11
CONTRATADA: ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ.: 47.128.762/0001-31
CONTRATADA: GRAFILABEL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
CNPJ.: 33.114.453/0001-06
CONTRATADA: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA
CNPJ.: 47.782.287/0001-12
CONTRATADA: M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ.: 54.494.740/0001-50
CONTRATADA: PARANA LICITAÇÕES E COMERCIO LTDA
CNPJ.: 53.494.246/0001-23
CONTRATADA: SOLIS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.
CNPJ.: 57.733.822/0001-07
CONTRATADA: TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ.: 61.462.914/0001-69

Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024

Rio Azul, 25 de agosto de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0275/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: 60.503.550 ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE
CNPJ.: 60.503.550/0001-55
VALOR: R$ **27.243,50** (Vinte e Sete Mil, Duzentos e Quarenta e Três Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 004 - Lote 004	1	76788	Balão colorido, nº 07/08, pacote com 50 unidades, em latex.	FOLIA/HAPPY FOLIA/HAPPY	PCT	300,00	4,96	1.488,00
LOTE: 025 - Lote 025	1	76808	Cola - instantânea, super adesiva, tempo de secagem 20 segundos, aplicação acrílico / louca / vidro e plástico. Embalagem com 20 gramas.	YINS YINS	UN	500,00	5,70	2.850,00
LOTE: 026 - Lote 026	1	76809	Cola gliter colorida, caixa com 6 cores sortidas, 23grs, possuindo bico aplicador, atóxica com brilho intenso, devendo ser indicada para trabalhos artístico com esponja ou pincel para	GATTE/PIRA GATTE/PIRA	UN	300,00	7,20	2.160,00

			fazer colagens, revelos, decorar e pintar vários tipos de papéis. O produto deverá vir acondicionado em caixa de papelão com abertura frontal para a visualização do produto contendo informação sobre o produto, indicativo de faixa etária, dados do fabricante e código de barra.					
LOTE: 027 - Lote 027	1	76810	Cola líquida branca com 1litro, líquida escolar especial para papel, madeira e tecido, composição: acetato de polivinila, atóxica.	GATTE/PIRA GATTE/PIRA	UN	300,00	9,06	2.718,00
LOTE: 028 - Lote 028	1	76811	Cola líquida branca com 90 gramas, líquida escolar especial para papel , madeira e tecido, composição: acetato de polivinila, atóxica.	GATTE/PIRA GATTE/PIRA	UN	1.000,00	1,60	1.600,00
LOTE: 032 - Lote 032	1	76815	Corretivo, embalagem com 18 ml.	GATTE GATTE	UN	350,00	1,55	542,50
LOTE: 050 - Lote 050	1	76833	Grampos para grampeador, modelo 26/6, caixa com 5.000 unidades em metal niquelado prateado, com proteção antiferrugem.	GATTE GATTE	CX	250,00	3,40	850,00
LOTE: 071 - Lote 071	1	76853	Pasta catálogo c/ 50 envelopes ofício pp 0,10 c/ visor características do produto, pasta catálogo ideal para portfólio, apresentações de trabalhos acadêmicos, folders, catálogo de vendas, etc., ideal para documentos em formato ofício, especificações, formato ofício, com bolso e com visor, 4 colchetes, 50 envelopes, dimensões, 243 x 330.	ACP ACP	UN	1.000,00	12,90	12.900,00
LOTE: 074 - Lote 074	1	76856	Pasta em l oficio 220 x 310mm plástico transparente.	ACP ACP	UN	3.500,00	0,61	2.135,00
TOTAL								27.243,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0276/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: A. L. BRUM PAPELARIA E INFORMATICA ME
CNPJ.: 14.572.000/0001-70
VALOR: R$ **5.748,50** (Cinco Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ANAZILIA LARA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 078 - Lote 078	1	76860	Percevejos latonados, caixa com 100 unidades.	NOVA	CX	250,00	3,29	822,50
LOTE: 086 - Lote 086	1	76868	Réguas acrílica, 30 cm, transparente espessura grossa. Mínimo 3 mm e 3.5 cm de altura, comprimento 30 cm.	MAXCRIL	UN	1.000,00	1,35	1.350,00
LOTE: 093 - Lote 093	1	76875	Barbante cru n°10 - 600g barbante cru 4x10 tex 1.640 , 366 metros ideal para crochê, tricô, macramê, tear, tapeçaria e artesanato	FIAL	UN	120,00	29,80	3.576,00
TOTAL								5.748,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0277/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ARC DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ.: 24.972.018/0001-13
VALOR: R$ **64.085,00** (Sessenta e Quatro Mil e Oitenta e Cinco Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ARCELIO ANTONIO DALABONA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 045 - Lote 045	1	76828	Gizão de cera, para desenhos, cores mistas e vivas, tipo longo, , no formato cilíndrico, padrão grosso, com superfície lisa e uniforme, isento de defeitos e deformações, formula resistente a quebra, composição básica de ceras, cargas minerais inertes e pigmentos orgânicos, atóxico, antialérgico, rótulo que garante ultra resistência, com peso mínimo de 112g, diâmetro mínimo 10mm, comprimento mínimo 100mm, deverá conter certificação do inmetro e classificação de produto não perigoso de acordo com a abnt 14825-2, caixa com 12 palitos.	PIRA G	CX	600,00	5,60	3.360,00
LOTE: 054 - Lote 054	1	76837	Massa de modelar, caixa com 06 cores vivas e diferentes, s, com volume de 90 gramas, composição básica ceras, pigmentos orgânicos e carga mineral inerte;	PIRA M	CX	800,00	1,94	1.552,00

			apresentação sólido, maleável, atóxico; tipo fosca, coberta por plástico. São obrigatórias as cores: preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde embalagem personalizada de papel cartão duplex (300g/m²), impressão offset 4x0. Dimensões da faca de acordo com padrões do fabricante. Nas embalagens deverão constar também as seguintes informações: na parte frontal - "contém 06 unidades" (altura mínima dos caracteres 3,0mm) no verso - "produto atóxico" - composição - validade - peso liquido - nome do fornecedor - nome do fabricante - selo do inmetro.					
LOTE: 057 - Lote 057	1	76840	Palito de picolé, pacote com 100 unidades, ponta arredondada diversas cores.	MARTINS P	PCT	500,00	5,00	2.500,00
LOTE: 072 - Lote 072	1	76854	Pasta com aba e elástico, em papelão plastificado, cartão pesando 290g/m2; no tamanho oficio; com ilhoses de metal; cores diversas.	ICL P	UN	2.500,00	2,24	5.600,00
LOTE: 082 - Lote 082	1	76864	Pincel marcador atômico; com ponta de feltro quadrada; corpo plástico rígido na cor da carga; recarregável com tinta, nas cores: preta, azul, vermelha, verde	FUTURO P	UN	800,00	1,84	1.472,00
LOTE: 083 - Lote 083	1	76865	Pincel marcador para quadro branco- recarregável- vermelho e azul	FUTURO P	UN	300,00	2,10	630,00
LOTE: 084 - Lote 084	1	76866	Pistola de cola quente, pequena com botão liga desliga, potência máxima de 100w, bivolt, certificado pelo inmetro. Pequena bastão de cola pequeno	LEONORA P	UN	250,00	18,50	4.625,00
LOTE: 085 - Lote 085	1	76867	Pistola profissional aplicador de cola quente, com botão liga desliga, , potência máxima de 100w, bivolt, diâmetro do bastão 11~12mm, certificado pelo inmetro, tamanho grande.	LEONORA P	UN	200,00	25,40	5.080,00
LOTE: 092 - Lote 092	1	76874	Tnt liso, diversas cores, largura de 1,40 metros, rolo com 100 metros	SANTA FE T	UN	200,00	124,00	24.800,00
LOTE: 095 - Lote 095	1	76877	Papel kraft bobina 60cmx200m. 80g.	MGM P	UN	150,00	96,44	14.466,00
TOTAL								64.085,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0278/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: CD SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CNPJ.: 57.607.941/0001-05
VALOR: R$ **11.050,00** (Onze Mil e Cinqüenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)CAROLINE VIVAN
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 011 - Lote 011	1	76794	Caderno de linhas, 96 folhas, capa dura, medida mínima 20,1x27,5 cm.	PANAMERICANA PANAMERICANA	UN	1.000,00	7,30	7.300,00
LOTE: 012 - Lote 012	1	76795	Caderno universitário capa dura com 10 (dez) matérias, 200 folhas, capa dura, e espiral, com dimensões aproximadas 200mm x 275 mm, gramatura mínima de 56g/m2, encadernado em espiral de metal recoberto com plástico.	PANAMERICANA PANAMERICANA	UN	300,00	12,50	3.750,00
TOTAL								11.050,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0279/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
CNPJ.: 07.245.458/0001-50
VALOR: R$ **73.548,10** (Setenta e Três Mil, Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Dez Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)DALAN CARLOS TOMAZELLI
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 002 - Lote 002	1	76786	Alfinete para mapa- embalagem contendo 50 unid. ,n° 1 , cabeça de poliestireno de cor preta.	HELOMAX HELOMAX	CX	250,00	3,39	847,50
LOTE: 009 - Lote 009	1	76792	Borracha branca para lápis, macia, flexível, sem adição de corantes s ou cargas minerais, capaz de apagar totalmente a escrita sem borrar ou manchar o papel, devendo trazer a marca do fabricante em uma das faces, dimensões mínimas: comprimento: 30mm, largura: 20mm, espessura: 6mm.	RED BOR RED BOR	UN	2.500,00	0,34	850,00
LOTE: 021 - Lote 021	1	76804	Clips galvanizado grande nº 6/0, caixa com 500 gramas.	TOP TOP	CX	200,00	7,89	1.578,00

LOTE: 029 - Lote 029	1	76812	Cola para isopor, embalagem de 90 gramas.	FRAMA FRAMA	UN	200,00	5,55	1.110,00
LOTE: 030 - Lote 030	1	76813	Cola plástica branca 90 gramas, com adesivo vinícola disperso em água, odor de acetato vinila, película transparente e alta resistência, atóxica, secagem rápida. Com selo do inmetro.	FRAMA FRAMA	UN	250,00	1,92	480,00
LOTE: 033 - Lote 033	1	76816	Estilete largo, lâmina 18 mm.	MASTERPRINT MASTERPRINT	UN	220,00	1,39	305,80
LOTE: 036 - Lote 036	1	76819	Eva diversas cores fino, liso, medindo 40 x 60 cm.	ONDA ONDA	UN	2.000,00	1,49	2.980,00
LOTE: 037 - Lote 037	1	76820	Eva estampado, medindo 40 x 60 cm.	SELLER SELLER	UN	2.000,00	4,09	8.180,00
LOTE: 038 - Lote 038	1	76821	Fita (durex) fina, transparente, tamanho grande 12mmx50m.	MULTTAPE MULTTAPE	UN	1.000,00	1,23	1.230,00
LOTE: 039 - Lote 039	1	76822	Fita (durex) larga, transparente, tamanho grande 48mmx50m.	SCHIMITT SCHIMITT	UN	1.000,00	3,87	3.870,00
LOTE: 042 - Lote 042	1	76825	Fita de cetim estreita, nas cores vermelho, branco, azul, verde escuro, rosa e roxo, amarelo, marrom, preta com 10 metros.	CINDERELA CINDERELA	UN	800,00	2,18	1.744,00
LOTE: 043 - Lote 043	1	76826	Fita dupla face 18mm, rolo com 30 metros.	KORETECH KORETECH	UN	220,00	5,33	1.172,60
LOTE: 044 - Lote 044	1	76827	Giz para quadro negro, caixa com 64 unidades, colorido.	DELTA DELTA	CX	600,00	4,86	2.916,00
LOTE: 049 - Lote 049	1	76832	Grampo para grampeador de madeira, galvanizado nº 106/06, caixa com 3.500 unidades.	BRW BRW	CX	150,00	13,15	1.972,50
LOTE: 053 - Lote 053	1	76836	Livro ponto, 215mmx315mm, com 100 folhas.	ANIMATIVA ANIMATIVA	UN	60,00	17,11	1.026,60
LOTE: 056 - Lote 056	1	76839	Palito de bambu para churrasco, 30 cm, pacote com 50 unidades.	INOVEN INOVEN	PCT	250,00	4,49	1.122,50
LOTE: 058 - Lote 058	1	76841	Papel camurça, 60 x 40 cm, diversas cores.	VMP VMP	UN	4.500,00	1,91	8.595,00
LOTE: 067 - Lote 067	1	76849	Papel tipo crepom, tamanho 48 cm x 2 m, cores variadas.	RST RST	UN	4.500,00	1,18	5.310,00
LOTE: 073 - Lote 073	1	76855	Pasta de plástico com elástico, lombo largo (55mm), medidas 340x245x55mm (cxlxa).	ALAPLAST ALAPLAST	UN	6.000,00	4,38	26.280,00
LOTE: 096 - Lote 096	1	76878	Livro ata com 100 folhas sâo domingos. Dimensões: 205x300mm	ANIMATIVA ANIMATIVA	UN	80,00	10,47	837,60
LOTE: 097 - Lote 097	1	76879	Envelope meio a4 176x250mm, na cor branca, - medidas: 176 x 250 mm.	REIPEL REIPEL	UN	2.000,00	0,23	460,00
LOTE: 098 - Lote 098	1	76880	Envelope a4 229mmx324mm branco	REIPEL REIPEL	UN	2.000,00	0,34	680,00
TOTAL								73.548,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0280/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: DANIELA CARVALHO MARQUES 08519093965
CNPJ.: 30.474.679/0001-11
VALOR: R$ **82.867,50** (Oitenta e Dois Mil, Oitocentos e Sessenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)DANIELA CARVALHO MARQUES
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 010 - Lote 010	1	76793	Caderneta 40 folhas, capa e contracapa em paapelcapa dura, , folhas internas em papel offset 56g/m2, 70x100mm, com linhas/quadriculada ou folha branca, com espiral.	PAUTA BRANCA PAUTA BRANCA	UN	1.000,00	1,01	1.010,00
LOTE: 020 - Lote 020	1	76803	Cartolina, material celulose vegetal, gramatura 190 g/m2, comprimento 660 mm, largura 500 mm, pacote com 100 folhas; cores: azul, verde, branco e rosa.	CHAMEX CHAMEX	PCT	600,00	97,50	58.500,00
LOTE: 031 - Lote 031	1	76814	Cola tipo bastão, para usos diversos , fórmula à base de éter de poli glicosídeo, lavável, atóxica, apresenta-se em tubo/bastão com peso líquido de 40 gramas, validade mínima de um ano a partir da entrega, certificada pelo inmetro.	LEONORA LEONORA	UN	500,00	1,93	965,00
LOTE: 055 - Lote 055	1	76838	Olhos móveis, tamanho 10mm, pacote com 100 unidades.	NYBC NYBC	PCT	500,00	4,72	2.360,00
LOTE: 063 - Lote 063	1	76846	Papel laminado nas medidas 40 x 59cm cores variadas.	VMP VMP	UN	4.200,00	1,20	5.040,00
LOTE: 068 - Lote 068	1	76850	Papel tipo vergê, gramatura 180, medindo 210x297mm, , caixa com 50 unidade, várias cores	FILIPERSON FILIPERSON	CX	800,00	11,10	8.880,00
LOTE: 077 - Lote 077	1	76859	Pen drive 32 gb.	KAPBOM KAPBOM	UN	200,00	23,25	4.650,00
LOTE: 087 - Lote 087	1	76869	Saco embalagem presente transparente decorado (bolinhas, listras, estrelinhas),10x20 sem adesivo, com 50 und	CROMUS CROMUS	PCT	150,00	9,75	1.462,50
TOTAL								82.867,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0281/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ESKIP DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ.: 47.128.762/0001-31
VALOR: R$ **119.950,00** (Cento e Dezenove Mil, Novecentos e Cinqüenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)KALISSA STRESSER MAXIMIANO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 064 - Lote 064	1	76847	Papel sulfite a4, colorido, com 100 folhas.	SENNINHA A4 COLORIDO	PCT	1.000,00	7,50	7.500,00
LOTE: 065 - Lote 065	1	76848	Papel sulfite de papelaria; gramatura 75g/m2; formato a4; medindo 210x297 mm; alvura mínima de 90%, opacidade mínima de 87%; conforme norma tappi; corte rotativo; ph alcalino; embalagem bopp; folhas na cor branca, resma com 500(quinhentas) folhas, caixa com 10 resmas.	PINHEIRO A4	CX	125,00	224,90	28.112,50
LOTE: 066 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	76848	Papel sulfite de papelaria; gramatura 75g/m2; formato a4; medindo 210x297 mm; alvura mínima de 90%, opacidade mínima de 87%; conforme norma tappi; corte rotativo; ph alcalino; embalagem bopp; folhas na cor branca, resma com 500(quinhentas) folhas, caixa com 10 resmas.	PINHEIRO A4	CX	375,00	224,90	84.337,50
TOTAL								119.950,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0282/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: GRAFILABEL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA
CNPJ.: 33.114.453/0001-06
VALOR: R$ **17.262,50** (Dezessete Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LOURENÇO RIBEIRO QUIRINO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 008 - Lote 008	1	76791	Bloco auto adesivo para recados, post-it, medida mínima 76x76mm, com 100 folhas, cores variadas, embalagem com 04 blocos, sem pauta, reposicionável, cola e descola com facilidade sem danificar a superfície onde é aplicado.	COLACRIL COUCHE	UN	1.500,00	3,58	5.370,00
LOTE: 034 - Lote 034	1	76817	Etiquetas ink-jet carta 33,9 x 101,6mm-ref: 6182 cx. 1400un.	COLACRIL COUCHE	UN	250,00	47,57	11.892,50
TOTAL								17.262,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0283/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA
CNPJ.: 47.782.287/0001-12
VALOR: R$ **98.330,50** (Noventa e Oito Mil, Trezentos e Trinta Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUCAS DIAS DE OLIVEIRA.
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Unid	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	76787	Apontador com depósito retangular para lápis, confeccionado em matéria l termoplástico com furo cônico (diâmetro de aproximadamente 8mm) e uma lâmina de aço inoxidável temperado, fixada por parafuso metálico, sem ondulações ou deformações, perfeitamente ajustada e afiada, formando conjunto com união rígida, sem folgas, a fim de não macerar ou mastigar a madeira do lápis, depósito em plástico transparente, alta resistência e ótima apontabilidade, dimensões mínimas: altura: 40 mm, comprimento: 22 mm e largura: 15 mm.	BE ART BE ART	UN	2.200,00	0,77	1.694,00
LOTE: 005 - Lote 005	1	76789	Bastão cola de silicone 14mmx30cm, composição opaca (etilene vinil acetato polietileno, tackfiers), pacote com 01 kg.	BE ART BE ART	UN	625,00	26,50	16.562,50
LOTE: 006 - AMPLA CONCORRÊNCIA	1	76789	Bastão cola de silicone 14mmx30cm, composição opaca (etilene vinil acetato polietileno, tackfiers), pacote com 01 kg.	BE ART BE ART	UN	1.875,00	26,00	48.750,00
LOTE: 019 - Lote 019	1	76802	Caneta marca texto, com escrita continua e sem falhas até o término da carga, corpo de polipropileno na cor da tinta, ponta chanfrada para marcar com linha grossa ou sublinhar com linha fina, ponta (única) de 3 a 5 mm, tinta fluorescente brilhante na cor amarela, rosa, azul, boa resistência à luz, tampa com clip, tinta à base de água, não contém pvc, certificada pelo inmetro acondicionada em caixas com 12 unidades.	LIGHTER LIGHTER	CX	150,00	7,00	1.050,00
LOTE: 035 - Lote 035	1	76818	Eva com gliter, diversas cores, medindo 40 x 60 cm.	BE ART BE ART	UN	1.500,00	2,30	3.450,00
LOTE: 040 - Lote 040	1	76823	Fita crepe 18 mm x 50 m composta de papel crepado e tratado, adesivo à base de resina e borracha e tubete de papel.	BE ART BE ART	UN	800,00	3,29	2.632,00
LOTE: 041 - Lote 041	1	76824	Fita crepe 48 mm x 50 m, composta de papel crepado e tratado, adesivo à base de resina e borracha e tubete de papel.	BE ART BE ART	UN	800,00	7,60	6.080,00
LOTE: 046 - Lote 046	1	76829	Grampeador de madeira, para grampos 106/06, com depósito de grampo em inox.	BE ART BE ART	UN	80,00	40,00	3.200,00
LOTE: 047 - Lote 047	1	76830	Grampeador de mesa, de metal, para grampear no mínimo 20 folhas, tamanho 15x2,5x3 cm, utiliza grampos 24/6 e 26/6, com dispositivo que permite grampear e prender.	BE ART BE ART	UN	150,00	11,48	1.722,00
LOTE: 048 - Lote 048	1	76831	Grampeador profissional, metal para 100 folhas. Pintura epóxi, base em metal medindo 290x 80 x160 mm (c x l x a) capacidade 100 folhas75g/m2, cabo anatômico plástico, cor preta, grampos 23/6, 23/8, 23/10, 23/13, 23/15.	BE ART BE ART	UN	50,00	45,00	2.250,00
LOTE: 070 - Lote 070	1	76852	Pasta az; lombo largo 8cm, confeccionada em cartão resistente (maciço e espessura mínima de 2,0 mm) e revestida externamente em polipropileno e internamente com papel branco, com etiqueta lateral externa, visor transparente no lombo, com ferragem e alavanca (travamento) niquelados, cor predominante preta. Medidas 34,5x28,5x8cm (c x l x a).	BE ART BE ART	UN	500,00	9,30	4.650,00
LOTE: 079 - Lote 079	1	76861	Perfurador de papel 2 furos preto 30 folhas este perfurador perfura aproximadamente 30 folhas de papel 75 g/m², alta resistência e de excelente qualidade, cabo emborrachado, facilita o manuseio, capacidade para 30 folhas, possui régua na base para medir o espaçamento entre os furos de acordo com o tamanho do papel, cor: preta.	BE ART BE ART	UN	50,00	25,00	1.250,00
LOTE: 080 - Lote 080	1	76862	Perfurador de papel 2 furos, perfura 65 folhas, este perfurador perfura aproximadamente 65 folhas de papel 75 g/m², alta resistência e de excelente qualidade, cabo emborrachado, facilita o manuseio, capacidade para 65 folhas, possui régua na base para medir o espaçamento entre os furos de acordo com o tamanho do papel.	BE ART BE ART	UN	80,00	63,00	5.040,00
TOTAL								98.330,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0284/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ.: 54.494.740/0001-50
VALOR: R$ **26.563,80** (Vinte e Seis Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta Centavos).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)MATHEUS ALEXANDRE GRANDO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 015 - Lote 015	1	76798	Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada ; ponta em latão; esfera de tungstênio e; com espessura de 1,0mm; na cor azul; tampa ventilada, com furo central corpo cristal. Caixa com 50 unidades.	INJEX PEN / JOCAR / BAZZE / TRIS CANETA ESFEROGRÁFICA	CX	160,00	24,93	3.988,80
LOTE: 016 - Lote 016	1	76799	Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada ; ponta em latão; esfera de tungstênio e; com espessura de (1,0mm); na cor preta; tampa ventilada, com furo central corpo cristal. Caixa com 50 unidades.	INJEX PEN / JOCAR / BAZZE / TRIS CANETA ESFEROGRÁFICA	CX	200,00	24,93	4.986,00
LOTE: 017 - Lote 017	1	76800	Caneta esferográfica; corpo em resina termoplástica; formato sextavada ; ponta em latão; esfera de tungstênio e; com espessura de (1,0mm); na cor vermelha; tampa ventilada, com furo central corpo cristal.	INJEX PEN / JOCAR / BAZZE / TRIS CANETA ESFEROGRÁFICA	CX	200,00	24,93	4.986,00
LOTE: 022 - Lote 022	1	76805	Clips galvanizado grande nº 8/0, caixa com 500 gramas.	JUSSARA CLIPS GALVANIZADO GRANDE Nº 8/0	CX	200,00	9,13	1.826,00
LOTE: 023 - Lote 023	1	76806	Clips galvanizado pequeno nº 2/0, caixa com 500 gramas.	JUSSARA CLIPS GALVANIZADO	CX	200,00	9,13	1.826,00

				PEQUENO Nº 2/0				
LOTE: 024 - Lote 024	1	76807	Clips galvanizado, médio nº 4/0, caixa com 500 gramas	JUSSARA CLIPS GALVANIZADO MÉDIO Nº 4/0	CX	200,00	9,13	1.826,00
LOTE: 052 - Lote 052	1	76835	Lápis de cor, formato sextavado, apontados, confeccionado em madeira isenta de nós e de manejo florestal sustentável com selo de comprovação, ser isenta de impurezas, apresentar boa pigmentação e ser macio, medindo 170mm a 180mm de comprimento, toxidade nos limites máximos da presença de metais pesados, deverá estar de acordo com a abnt/nbr 15236/05 e com certificação do inmetro, caixa com 12 cores inteiro.	INJEX LÁPIS DE COR	CX	2.500,00	2,85	7.125,00
TOTAL								26.563,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0285/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: PARANA LICITAÇÕES E COMERCIO LTDA
CNPJ.: 53.494.246/0001-23
VALOR: R$ **111.483,00** (Cento e Onze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Três Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)NELSON LORENCONE
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 007 - Lote 007	1	76790	Bloco auto adesivo para recados, post-it, medida mínima 50x38mm, com 100 folhas, cores variadas, embalagem com 04 blocos, sem pauta, reposicionável, cola e descola com facilidade sem danificar a superfície onde é aplicado.	BAZZE	UN	1.500,00	2,60	3.900,00
LOTE: 013 - Lote 013	1	76796	Calculadora eletrônica de mesa: características: com visor inclinado, 12 dígitos e números grandes, inversão de sinais e tecla duplo zero, porcentagem e raiz quadrada, indicador uso de memória, desligamento automático, medidas mínimas: 20x15 cm.	YINS	UN	120,00	15,00	1.800,00
LOTE: 014 - Lote 014	1	76797	Caneta corretiva com 8ml, ponta de metal com 1,8mm, , tinta à base de pigmentos, solventes, aditivos, ideal para o uso em escritório.	GATTE	UN	600,00	1,75	1.050,00
LOTE: 018 - Lote 018	1	76801	Caneta hidrográfica, ponta porosa média resistente, corpo em resina termoplástica opaca em formato redondo, tampa antiasfixiante, tinta à base água lavável atóxica, acompanha etiquetas adesivas para identificação, procedência nacional, embalagem em estojo de papelão resistente com 12 (doze) unid. Com cores sortidas.	BRW/GATTE	UN	200,00	3,40	680,00
LOTE: 051 - Lote 051	1	76834	Lápis corpo em madeira, grafite nº: 02, , envernizado na cor preta no formato redondo, medindo no mínimo 170mm, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado, caixa com 144 unidades.	BAZZE	CX	100,00	31,50	3.150,00
LOTE: 059 - Lote 059	1	76842	Papel cartão duplex várias cores, 48x66	VMP	UN	3.500,00	1,40	4.900,00
LOTE: 060 - Lote 060	1	76843	Papel contact transparente rolo com 45cm x 25metros.	DAC/BRW	UN	500,00	51,00	25.500,00
LOTE: 061 - Lote 061	1	76844	Papel de seda nas medidas 50 x 70cm, pesando 20g/m2, em cores variadas	RIDET	UN	5.000,00	0,27	1.350,00
LOTE: 062 - Lote 062	1	76845	Papel fotográfico a4 180g/m² , branco-brilhante, pacote com 100 folha	MASTER	PCT	200,00	29,90	5.980,00
LOTE: 069 - Lote 069	1	76851	Papelão paraná bege, nº 120-3, folhas 0.6 mm / 80x100.	JUSSARA	UN	2.100,00	4,43	9.303,00
LOTE: 076 - Lote 076	1	76858	Pasta suspensa para arquivo de aço; em cartão marmorizado e plastifica com gramatura de 300g/m2; na cor parda; no tamanho oficio 240x360 mm; haste de metal; ponteiras de polipropileno; com prendedor interno de grampo trilho; modelo normal; com visor em acetato e etiqueta branca, caixa com 50 unidades.	TP/BRASIL	CX	300,00	155,00	46.500,00
LOTE: 081 - Lote 081	1	76863	Pincel chato, pelo natural, cabo de madeira longo, tipo 815 - tamanho 12.	YINS	UN	600,00	2,20	1.320,00
LOTE: 088 - Lote 088	1	76870	Saco embalagem presente transparente decorado (bolinhas, listras, estrelinhas), sem adesivo, 20x30cm, com 50 und	VMP/CROMUS	PCT	150,00	8,00	1.200,00
LOTE: 089 - Lote 089	1	76871	Tesouras pequenas sem ponta 14 cm composição: cabos confeccionados em resina termoplásticas e lâminas em aço inoxidável , variadas cores, pontas arredondadas.	BRW;/GATTE	UN	1.000,00	1,75	1.750,00
LOTE: 091 - Lote 091	1	76873	Tinta guache escolar 250ml, cores vivas e variáveis. Tinta lavável e solúvel em água. Cores miscíveis entre si. Composição: colorantes, água, espessastes, carga inerte e conservante. Embalagem em cartão contendo 06 frascos plásticos transparentes inquebráveis, medindo 30 mm de diâmetro e 37 mm de comprimento, com tampa plástica de rosca. "produto atóxico" - composição - validade - peso liquido - nome do fornecedor - nome do fabricante - selo do inmetro.	PIRA	UN	500,00	3,10	1.550,00
LOTE: 094 - Lote 094	1	76876	Caixa de arquivo morto papelão ideal	JUSSARA	UN	500,00	3,10	1.550,00
TOTAL								111.483,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0286/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: SOLIS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.
CNPJ.: 57.733.822/0001-07

VALOR: R$ **4.136,00** (Quatro Mil, Cento e Trinta e Seis Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)VINICIUS RIBOLDI
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	76785	Agenda diária, capa/contracapa, papelão e material sintético folhas internas, papel offset 63 g/m², medindo 129mmx187mm, com no mínimo 208 folhas, capa dura.	LORIGRAF AGENDA COMERCIAL REF. 2021	UN	200,00	20,68	4.136,00
TOTAL								4.136,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0287/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: TECHSAM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ.: 61.462.914/0001-69
VALOR: R$ **5.880,00** (Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **25/08/2026** à **24/08/2027.**
ASSINATURA: 25/08/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)EVANDRO FARIAS DA SILVA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Uni	Quant	Preço uni	Preço total
LOTE: 075 - Lote 075	1	76857	Pasta sanfonada plástica, com 12 divisórias, a4	PLASCONY PASTA SANFONDA A4 12DIVISORIAS	UN	400,00	14,70	5.880,00
TOTAL								5.880,00

ITENS DESERTOS/ ITENS FRACASSADOS

Lote: 90 - Lote 090						
Item	Código	Nome do produto/serviço	Quant	Uni	Preço máximo	Preço máximo total
1	76872	Tinta fosca e brilhante para artesanato pva - 250 ml, nas cores: branca, vermelha, amarela, azul, rosa, verde, lilás, preta, bege, laranja, (acrilex)	300,00	UN	10,91	3.273,00

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:A196E91C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 265/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 265/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA	CPF:026.890.049-33
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: GUARAPUAVA	
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL	
Saída: 17/07/2026	Chegada: 17/07/2026
Motivo do Deslocamento:	

TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:	Valor Unitário da Diária: R$					
N° Diárias sem Pernoite: 01	Valor Unitário da Diária: R$ 160,00					
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:C77DCD54

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 266/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°. 266/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS						CPF:042.658.179-20
Função: MOTORISTA						Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento:HOSPITAL ANGELINA CARON						
Saída: 17/07/2026						Chegada:17/07/2026
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$225,00			
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:983598CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 267/2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N°. 267/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS	CPF:042.658.179-20
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: CURITIBA	
Local do Evento:HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE	

Saída: 22/07/2026						Chegada:22/07/2026
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:						Valor Unitário da Diária: R$
N° Diárias sem Pernoite: 01						Valor Unitário da Diária: R$225,00
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 23 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:71F6DE07

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 268/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500
– CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 268/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: SIVALDO JOSE DAS VIRGENS						CPF:040.130.639-99
Função: MOTORISTA						Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: GUARAPUAVA						
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL						
Saída: 15/07/2026						Chegada: 15/07/ 2026
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:						Valor Unitário da Diária: R$
N° Diárias sem Pernoite: 01						Valor Unitário da Diária: R$160,00
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 24 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:D0E0FD1D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 269/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 269/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL DO TRABALHADOR						
Saída: 23/07/2026				Chegada: 23/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 24 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

E/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:D297020C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 270/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 270/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CORNÉLIO PROCÓPIO						
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL						
Saída: 24/07/2026				Chegada: 24/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 24 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:35E65EFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 271/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 271/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS					CPF: 051.284.369-42	
Função: MOTORISTA					Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: MAMBORÊ						
Local do Evento: HOSPITAL DR PRIME						
Saída: 23/07/2026					Chegada: 23/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 27 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:515BD193

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 272/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 272/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS					CPF: 051.284.369-42	
Função: MOTORISTA					Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: CORNÉLIO PROCÓPIO						
Local do Evento: HOSPITAL REGIONAL						
Saída: 27/07/2026					Chegada: 27/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 28 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:465525DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 273/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO
I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 273/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS						CPF:060.409.099.43	
Função: MOTORISTA						Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: CAMPO LARGO							
Local do Evento: HOSPITAL WALDEMAR MONASTIER							
Saída: 28/07/2026						Chegada: 28/07/2026	
Motivo do Deslocamento:							
TRANSPORTE DE PACIENTE.							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
N° Diárias com Pernoite:						Valor Unitário da Diária: R$	
N° Diárias sem Pernoite: 01						Valor Unitário da Diária: R$ 225,00	
Valor Total das Diárias: R$ 225,00							
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)	

Rio Branco do Ivaí, 29 de Julho de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:5D103659

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 274/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 274/2026 (campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA					CPF:026.890.049-33	
Função: MOTORISTA					Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: GUARAPUAVA						
Local do Evento: HOSPITAL SÃO VICENTE						
Saída: 28/07/2026					Chegada: 28/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						

CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária:		R$	
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária:		R$ 160,00	
Valor Total das Diárias:		R$ 160,00				
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 29 de JULHO de 2026.

Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:B03D2C19

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 275/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 275/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: WALFRE ROBERTO FERREIRA					CPF:040.205.559-40	
Função: MOTORISTA					Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL DOS OLHOS DO PARANÁ						
Saída: 21/07/2026					Chegada: 21/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:					Valor Valor Unitário da Diária: R$ 225,00Unitário da Diária: R$	
N° Diárias sem Pernoite: 01						
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)
Rio Branco do Ivaí, 30 de JULHO de 2026.						

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:CED29DCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 276/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°. 276/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público:	JOÃO APARECIDO DOS SANTOS		CPF:		042.658.179-20	
Função:	MOTORISTA		Unidade de Lotação:		CENTRO DE SAUDE	
Município de destino:	CURITIBA					
Local do Evento:	HOSPITAL DO TRABALHADOR					
Saída:	30/07/2026		Chegada:		30/07/2026	
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária:		R$	
N° Diárias sem Pernoite:	01		Valor Unitário da Diária:		R$225,00	
Valor Total das Diárias:	R$225,00					
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 31 de JULHO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:23E9D0F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 277/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500
– CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N°. 277/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: ARI JOÃO HARTMANN				CPF: 853.584.019-20		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL MADALENA SOFIA						
Saída:24/07/2026				Chegada: 24/07/2026		
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 03 de AGOSTO de 2026.
_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:1313FB7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 278/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N°. 278/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: ARI JOÃO HARTMANN	CPF: 853.584.019-20
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: MAMBORÊ	
Local do Evento: HOSPITAL DO OLHO	
Saída:03/08/2026	Chegada: 03/08/2026
Motivo do Deslocamento:	

Transporte de pacientes							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$160,00			
Valor Total das Diárias: R$160,00							
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)	

Rio Branco do Ivaí, 03 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:6A9911A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 279/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 279/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS			CPF: 051.284.369-42				
Função: MOTORISTA			Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE				
Município de destino: MAMBORÊ							
Local do Evento: HOSPITAL DR PRIME							
Saída: 30/07/2026			Chegada: 30/07/2026				
Motivo do Deslocamento:							
Transporte de pacientes							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$				
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$ 160,00				
Valor Total das Diárias: R$ 160,00							
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)	

Rio Branco do Ivaí, 03 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:AA26D70E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 280/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N° 280/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: SIDINEI BATISTA	CPF:026.890.049-33
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE

Município de destino: BANDEIRANTES						
Local do Evento: HOSPITAL SANTA CASA						
Saída: 03/08/2026				Chegada: 03/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTES						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$ 160,00			
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí,04 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:30C500A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 281/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 281/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: FEPE						
Saída: 03/08/2026				Chegada: 03/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 04 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:6EFDCCA9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 282/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90

Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 282/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS			CPF: 051.284.369-42			
Função: MOTORISTA			Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE			
Município de destino: GUARAPUAVA						
Local do Evento: HOSPITAL CENTRO OESTE						
Saída: 07/08/2026			Chegada: 07/08/2026			
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$ 160,00			
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 10 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:99D4D88B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 283/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 283/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: SIVALDO JOSE DAS VIRGENS			CPF:040.130.639-99			
Função: MOTORISTA			Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE			
Município de destino: MAMBORÊ						
Local do Evento: HOSPITAL DR PRIME						
Saída: 10/08/2026			Chegada: 10/08/ 2026			
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$160,00			
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 11 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:A334ABF5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 284/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°. 284/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS				CPF:042.658.179-20		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CAMPO LARGO						
Local do Evento:HOSPITAL WALDEMAR MONASTIER						
Saída: 10/08/2026				Chegada: 10/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 11 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

E/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:75E348D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 285/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 285/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público:	GEDIELSON ROSA DOS SANTOS		CPF:		051.284.369-42	
Função:	MOTORISTA		Unidade de Lotação:		CENTRO DE SAUDE	
Município de destino:	CORNÉLIO PROCÓPIO					
Local do Evento:	HOSPITAL REGIONAL PIONEIRO AMIN HANNOUCHE					
Saída:	11/08/2026		Chegada:		11/08/2026	
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária:		R$	
N° Diárias sem Pernoite:	01		Valor Unitário da Diária:		R$ 160,00	
Valor Total das Diárias:	R$ 160,00					
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 12 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:493C8318

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 286/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N°. 286/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: ARI JOÃO HARTMANN				CPF: 853.584.019-20		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: MAMBORÊ						
Local do Evento: HOSPITAL DO OLHO						
Saída:11/08/2026				Chegada: 11/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$160,00		
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 12 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:70D651B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 287/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°. 287/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS				CPF:042.658.179-20		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento:HOSPITAL EVANGÉLICO						
Saída: 14/08/2026				Chegada: 14/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						

CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias:				R$225,00		
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 19 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:FA836DD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 288/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°. 288/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS					CPF:042.658.179-20	
Função: MOTORISTA					Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE	
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento:HOSPITAL DAS CLINICAS						
Saída: 18/08/2026					Chegada: 18/08/2026	
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 19 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:2F636CD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 289/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP:
86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N°. 289/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: ARI JOÃO HARTMANN	CPF: 853.584.019-20
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: MAMBORÊ	
Local do Evento: HOSPITAL DO OLHO	
Saída:19/08/2026	Chegada: 19/08/2026

Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$160,00		
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 19 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:6E27E9C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 290-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 290/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS		CPF:060.409.099.43				
Função: MOTORISTA		Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE				
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL		PEQUENO PRINCIPE				
Saída: 13/08/2026		Chegada: 13/08/2026				
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:		Valor Unitário da Diária: R$				
N° Diárias sem Pernoite: 01		Valor Unitário da Diária: R$ 225,00				
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

___
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:4B00869F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 291/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO	
CNPJ: 01.612.413/0001-90	
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr	
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057	
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA	
DIÁRIA N° 291/2026	
(campo de preenchimento pela contabilidade)	
Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS	CPF:060.409.099.43
Função: MOTORISTA	Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE
Município de destino: CURITIBA	

Local do Evento: HOSPITAL SANTA MADALENA SOFIA						
Saída: 17/08/2026				Chegada: 17/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária: R$			
N° Diárias sem Pernoite: 01			Valor Unitário da Diária: R$ 225,00			
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:6983B08A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 292/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 292/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS				CPF: 051.284.369-42		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: BANDEIRANTES						
Local do Evento: HOSPITAL SANTA CASA BANDEIRANTES						
Saída: 18/08/2026				Chegada: 18/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:3B100494

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 293/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA

DIÁRIA N° 293/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: GEDIELSON ROSA DOS SANTOS				CPF: 051.284.369-42		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: MAMBORÊ						
Local do Evento: HOSPITAL DR PRIME						
Saída: 17/08/2026				Chegada: 17/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
Transporte de pacientes						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 160,00		
Valor Total das Diárias: R$ 160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 21 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:F5BE9398

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 294/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N°. 294/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO APARECIDO DOS SANTOS				CPF:042.658.179-20		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento:HOSPITAL DERMATOLÓGICO						
Saída: 24/08/2026				Chegada: 24/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$225,00		
Valor Total das Diárias: R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 25 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento
e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:5FDD9337

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 295/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 295/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL CAJURU						
Saída: 21/08/2026				Chegada: 21/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 25 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO

Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:4392170D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 296/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA
DIÁRIA N° 296/2026
(campo de preenchimento pela contabilidade)

Nome do Agente Público: JOÃO DOS SANTOS				CPF:060.409.099.43		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: CENTRO DE SAUDE		
Município de destino: CURITIBA						
Local do Evento: HOSPITAL DO RIM						
Saída: 25/08/2026				Chegada: 25/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite:				Valor Unitário da Diária: R$		
N° Diárias sem Pernoite: 01				Valor Unitário da Diária: R$ 225,00		
Valor Total das Diárias: R$ 225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 26 de AGOSTO de 2026.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:EF07FCAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 298/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ						
PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N° 298/2026						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: LEANDRO JUNIOR ROCHA BARROS				CPF: 073.632.979-08		
Função: MOTORISTA				Unidade de Lotação: PREFEITURA MUNICIPAL		
Município de destino: GUARAPUAVA						
Local do Evento: HOSPITAL SÃO VICENTE						
Saída: 28/08/2026				Chegada: 28/08/2026		
Motivo do Deslocamento:						
TRANSPORTE DE PACIENTE - CONSULTA MEDICA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 00				Valor Unitário da Diária: R$160,00		
Valor Total das Diárias: R$160,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 25 de AGOSTO de 2026.

Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:70A61657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 28/2026

EXTRATO DE DIÁRIA/INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE/ DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES E AÉREAS N º 28/2026		
CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO-PR		
NOME	NIVALDO DUARTE BEBER	FUNÇÃO: VEREADOR
DESTINO	FRANCISCO BELTRÃO - PR	
SOLICITAÇÃO CONCEDIDA		
( ) SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS (X) SOLICITAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E/OU TRANSPORTE ( ) SOLICITAÇÃO DE DESPESAS COM PASSAGENS TERRESTRES OU AÉREAS		
MOTIVO	Evento: apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, realizado no dia 26 de agosto de 2026, às 8h30, no Auditório da AMSOP, em Francisco Beltrão. O encontro teve como objetivo apresentar o projeto aos membros das Câmaras Municipais, destacando sua importância para os municípios consorciados, bem como esclarecer seus objetivos e benefícios. A reunião contou ainda com a participação da Promotora de Justiça do GAEMA, Dra. Ivana.	
PERÍODO DA VIAGEM	26/08/2026	
NÚMERO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS/VALOR	00 DIÁRIAS/R$	
INDENIZAÇÃO ALIMENTAÇÃO/TRANSPORTE CONCEDIDAS/VALOR	ALIMENTAÇÃO: R$ 60,00/TRANSPORTE: R$ 00,00	
DESPESAS PASSAGEM TERRESTRE/AÉREA	R$	
VALOR TOTAL	R$ 60,00	

Publicado por:
Carla Luciane Barcarol
Código Identificador:8174D3EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 51/2026
Licitação n°: 21/2026
Modalidade: Dispensa
Data da Homologação: 31/08/2026
Data de adjudicação: 31/08/2026
Objeto homologado: Contratação de empresa especializada para fornecimento de kit de teste psicológico WISC-IV

CONCEITO PSI LTDA.								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	TESTE WISC-IV TESTE WISC - IV PROTOCOLO DE REGISTRO	PEARSON	PROTOCOLO	UNI	80,00	61,20	4.896,00
1	2	TESTE WISC-IV TESTE WISC - IV PROTOCOLO DE RESPOSTA 1	PEARSON	PROTOCOLO	UNI	80,00	38,40	3.072,00
1	3	TESTE WISC-IV TESTE WISC - IV PROTOCOLO DE RESPOSTA 2	PEARSON	PROTOCOLO	UNI	40,00	36,55	1.462,00
TOTAL								9.430,00

Valor homologado: 9.430,00

Santa Amélia, 31 de agosto de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:B6FF9A73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 85/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 57/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA NAIR SINGULANI & CIA LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
Gestão 2025/2028

TERMO DE REEQUILIBRIO - Nº. 01 ao Ata deRegistro de Preço nº. 85/2026 referente ao Pregão Eletrônico nº. 57/2025, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa NAIR SINGULANI & CIA LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **NAIR SINGULANI & CIA LTDA**, CNPJ Nº 07.912.142/0001-74, Sediada NaAvenida Interventor Manoel Ribas, 449 - Centro, CEP: 86.250-000 na cidade Nova Santa Bárbara / Paraná, e-mail: construcoesmendonca@hotmail.com, telefone: (43) 3266-1006 / 99148-0867/ 99143-4901 representante Sra. **NAIR SINGULANI MENDONCA**, portador da Carteira de Identidade nº 5981358-7 e do CPF nº 019.135.009-50, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DE VALOR, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE VERGALHÕES DE AÇO, AÇO CA-50, DE VÁRIAS BITOLAS, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DASERRA – PR**, e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO
O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 86/2026. do Pregão Eletrônico nº. 57/2025. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	UND	QTD	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
01	**Vergalhão de Aço – Aço CA-50 4,2 mm**	Barra	1.930	**R$ 8,60**	R$ 0,80	R$ 9,40
02	**Vergalhão de Aço – Aço CA-50 8 mm**	Barra	1.478	**R$ 27,20**	R$ 2,89	R$ 30,09

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor total é de **R$ 5.815,42 (cinco mil oitocentos e quinze reais e quarenta e dois centavos)** corresponde ao reajuste dos item acima descrito na tabela multiplicado pela quantidade de saldo pendente dos itens.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo decorre do memorando do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos e encontra amparo legal no art.124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 28 de agosto de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

NAIR SINGULANI & CIA LTDA
Empresa Contratada

Testemunhas:

Nome:
Ass:
CPF:

Nome:
Ass:
CPF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F9D93127

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 02/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 02/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Sapopema/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Integrado de Processo Legislativo Eletrônico e Sessão Legislativa Eletrônica, em ambiente web, compreendendo, de forma integrada e contínua: implantação do sistema; migração e/ou importação de dados; capacitação e treinamento dos usuários; hospedagem da solução; suporte técnico; manutenção corretiva e preventiva; e fornecimento de melhorias evolutivas, pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 26.220,00

ENVIO DAS PROPOSTAS:	Data de início de recebimento: **01/09/26 – 08h00min**
DATA LIMITE PARA ESCLACRECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:	**04/09/26 até às 17h**
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO/ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	**08/09/26 – 08h55min**
DATA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:	**08/09/26 – 09h00min**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	**cmsapopema@cmsapopema.pr.gov.br**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA DÚVIDAS:	**cmsapopema@cmsapopema.pr.gov.br**
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS	**SIM**

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 02/2026

A Câmara Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, torna público que fará licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO, SEM DISPUTA, NO MENOR VALOR** em sua forma **FÍSICA,** sendo esta licitação disciplinada pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, bem como pelo disposto neste instrumento convocatório, devendo os interessados entregar seus documentos e propostas na forma aqui estabelecida.

DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Do objeto

1.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de Sistema Integrado de Processo Legislativo Eletrônico e Sessão Legislativa Eletrônica, em ambiente web, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo implantação, migração e/ou importação de dados, capacitação e treinamento de usuários, hospedagem, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva, atendimento às exigências do Prolegis e melhorias evolutivas, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

1.2. Descrição detalhada dos itens

LOTE ÚNICO					
ITEM	**UND**	**QNTD**	**DESCRIÇÃO COMPLETA**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
01	**MÊS**	**12**	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de processo legislativo, projetado para o cadastro e gerenciamento de todas as matérias tratadas nas sessões legislativas da Câmara Municipal.	**R$ 2.010,00**	**R$ 24.120,00**
02	**UND**	**01**	Implementação e treinamento presencial dos servidores e vereadores.	**R$ 2.100,00**	**R$ 2.100,00**
TOTAL				**R$ 26.220,00**	

O critério de julgamento adotado será **menor preço – valor total do lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

Somente poderão participar desta dispensa de licitação as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07) e Empresário Individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 alterado pela Lei Complementar nº 147/2014), regularmente estabelecida no País que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

Poderão participar desta Dispensa os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste processo, com exceção das hipóteses previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133, bem como das empresas que tenham como sócio cônjuge; companheiro; ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau, de integrante do Controle Interno desta Casa de Leis.

Para fins do disposto acima, considera-se regional como sendo a microrregião administrativa o Município de Sapopema/PR.

Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

que se enquadrem nas seguintes vedações:

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

i.1) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

sociedades cooperativas.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

DA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, **exclusivamente por meio do endereço eletrônico – cmsapopema@cmsapopema.pr.gov.br -** a proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e a documentação (TODA A DOCUMENTAÇÃO em PDF) até a data e o horário limite para apresentação das propostas e documentação, conforme **ANEXO II – modelo de proposta, até o horário estabelecido no aviso**.

A proposta deverá estar acompanhada de todos os documentos de habilitação previstos no item 5, bem como da Declaração Unificada (Anexo III). 3.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, SEM DISPUTA, NO MENOR VALOR** em sua forma **FÍSICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento será o **menor preço por lote**. A adoção desse critério amplia a competitividade, possibilita a participação de um maior número de fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

A contratação por lote único permite a padronização da solução, integração dos sistemas e centralização da responsabilidade pela execução, suporte e manutenção, evitando problemas de compatibilidade e dificuldades na identificação de responsabilidades entre diferentes fornecedores.

A Lei nº 14.133/2021 admite o não parcelamento quando o objeto configurar sistema único e integrado e houver risco ao conjunto da contratação, hipótese aplicável ao presente caso.

Dessa forma, justifica-se a adoção do lote único e do critério de menor preço por lote, por se mostrar mais adequado à natureza integrada do objeto e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/22.

HABILITAÇÃO

Previamente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Das condições de habilitação
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica
Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
Habilitação fiscal, social e trabalhista
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
Qualificação Econômico-Financeira:
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica-Operacional:
5.10.5. Comprovante de que o licitante participante fornece ou forneceu, sem restrição, objeto de natureza semelhante ao objeto do presente edital, através da apresentação de 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como emitido por pessoa física.

DAS AUSÊNCIAS DE MANIFESTAÇÕES

A ausência de manifestação quanto a possibilidade de negociação poderá ser entendida como impossibilidade de redução dos valores.
A ausência de envio de documentos de habilitação solicitados pelo Agente de Contratação incorrerá na inabilitação do licitante.
A ausência de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tal como exigido na letra "c", será interpretada como renúncia ao direito previsto na Lei Complementar n° 123/2006, implicando a preclusão do direito de participação.

CONTRATAÇÃO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
O adjudicatário terá o prazo de **03 (dias) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
A Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
Dar causa à inexecução parcial do contrato;
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Dar causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 1. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 1. a 13.;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 2. a 7. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8. a 13., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal 14.133/21).

Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei Federal 14.133/21).
Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal 14.133/21).
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal 14.133/21).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no ***caput*** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei Federal 14.133/21):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, conforme dispõe o artigo 159 da Lei Federal 14.133/21.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), ou não houver o comparecimento de quaisquer interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:
Republicar o presente aviso com uma nova data.
Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada no próprio procedimento.
Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Da sessão pública será divulgada Ata no site oficial da Contratante.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II - MODELO PADRONIZADO DE PROPOSTA;
ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

Sapopema, 31 de agosto de 2026.

LÉIA VANESSA DIAS EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Agente de Contratação Presidente da CMS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Do objeto
Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de Sistema Integrado de Processo Legislativo Eletrônico e Sessão Legislativa Eletrônica, em ambiente web, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo implantação, migração e/ou importação de dados, capacitação e treinamento de usuários, hospedagem, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva, atendimento às exigências do Prolegis e melhorias evolutivas, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

1.2. Descrição detalhada dos itens

LOTE ÚNICO					
ITEM	**UND**	**QNTD**	**DESCRIÇÃO COMPLETA**	**PREÇO UNITÁRIO**	**PREÇO TOTAL**
01	**MÊS**	**12**	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de processo legislativo, projetado para o cadastro e gerenciamento de todas as matérias tratadas nas sessões legislativas da Câmara Municipal.	**R$ 2.010,00**	**R$ 24.120,00**
02	**UND**	**01**	Implementação e treinamento presencial dos servidores e vereadores.	**R$ 2.100,00**	**R$ 2.100,00**
TOTAL				**R$ 26.220,00**	

1.3. Da estimativa do valor

O valor total estimado da contratação é de R$ 26.220,00 (vinte e seis mil e duzentos e vinte reais).

2. Da natureza do objeto:

O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3. Da vigência do contrato:

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da pesquisa de preço:

Da licença de uso de sistema de processo legislativo – valor mensal

O valor estimado da presente contratação foi definido mediante pesquisa de preços realizada com diferentes fontes, considerando-se os valores praticados para soluções de natureza compatível com o objeto pretendido, observadas as características, funcionalidades, condições de execução e período de contratação de 12 (doze) meses.

Foram consideradas 05 (cinco) referências de preços, sendo 04 (quatro) propostas comerciais obtidas diretamente junto a fornecedores e 01 (uma) referência decorrente de contratação similar realizada pela Administração Pública, obtida mediante consulta a dados de contratação pública.

Os valores globais, referente ao fornecimento de licença de uso de Sistema Integrado de Processo Legislativo Eletrônico e Sessão Legislativa Eletrônica, em ambiente web identificados para o período de 12 (doze) meses foram:

Nº	Fonte da pesquisa	Valor mensal equivalente	Valor para 12 meses
01	King Page	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
02	Softcam Soluções Ltda. EPP	R$ 1.600,00	R$ 19.200,00
03	Barone Soluções Virtuais	R$ 2.650,00	R$ 31.800,00
04	Ebercom Informática Ltda.	R$ 2.250,00	R$ 27.000,00
05	Contratação similar – Administração Pública	R$ 1.550,00 (estimativo)	R$ 18.600,00
MÉDIA		**R$ 2.010,00**	**R$ 24.120,00**

A proposta comercial da King Page apresenta valor global de R$ 24.000,00 para a licença de sistema de sessão eletrônica, suporte e hospedagem mensal, mais o valor de R$ 1.800,00 contemplando implantação, configuração, treinamento, totalizando R$ 25.800,00.

A proposta da Softcam Soluções apresenta valor total de R$ 21.700,00, sendo o valor de R$ 1.600,00 para os módulos ofertados, incluindo Portal Web + Ouvidoria/e-SIC, Processo Legislativo, Protocolo, Votação On-Line, instalação e o valor de R$ 2.500,00 refrente à instação, treinamento e conversão de dados.

A proposta da Barone Soluções Virtuais apresenta valor total de R$ 31.800,00 para o prazo de 12 (doze) meses, correspondente a R$ 2.650,00 mensais (incluindo o treinamento).

A proposta da Ebercom Informática Ltda apresenta valor total de R$ 29.000,00 para 12 (doze) meses, sendo informado valor mensal de R$ 2.250,00 para hospedagem, manutenção e suporte dos sistemas de votação eletrônica, e o valor de R$ 2.000,00 para implementação e treinamento.

Também foi considerada referência de contratação similar obtida mediante consulta a contratação pública, no valor global de R$ 18.600,00 para 12 (doze) meses, equivalente a R$ 1.550,00 mensais.

Da implementação e treinamento presencial dos servidores e vereadores – valor único

O valor estimado para a implementação e treinamento também foi definido mediante pesquisa de preços realizada com diferentes fontes, considerando-se os valores praticados para soluções de natureza compatível com o objeto pretendido, observadas as características, funcionalidades, condições de execução e período de contratação de 12 (doze) meses.

Nº	Fonte da pesquisa	Valor implementação e treinamento (valor único)
01	King Page	R$ 1.800,00
02	Softcam Soluções Ltda. EPP	R$ 2.500,00
03	Barone Soluções Virtuais	Já incluso na mensalidade
04	Ebercom Informática Ltda.	R$ 2.000,00
05	Contratação similar – Administração Pública	X
MÉDIA		**R$ 2.100,00**

Na composição da pesquisa, foram identificadas duas particularidades. A empresa Barone Soluções Virtuais informou que os serviços de implementação e treinamento já estão contemplados no valor da mensalidade apresentada, não havendo, portanto, valor específico e individualizado para essas etapas que pudesse ser utilizado diretamente no cálculo da média. Da mesma forma, a contratação similar no âmbito da Administração Pública não apresentou valor individualizado especificamente para implementação e treinamento, razão pela qual não foi utilizada para a composição matemática da média.

Metodologia de cálculo:

Do valor mensal

Para definição do valor estimado da contratação, foi adotado o método da **média aritmética dos preços obtidos**, considerando-se os 05 (cinco) valores globais para o período de 12 (doze) meses.

A memória de cálculo é a seguinte:

(R$ 24.000,00 + R$ 19.200,00 + R$ 31.800,00 + R$ 27.000,00 + R$ 18.600,00) ÷ 5

R$ 120.600,00 ÷ 5 = R$ 24.120,00

Assim, o valor médio estimado para o período de 12 (doze) meses corresponde a:

R$ 24.120,00 (vinte e quatro mil, cento e vinte reais).

Considerando o período contratual de 12 (doze) meses, o valor mensal equivalente corresponde a:

R$ 24.120,00 ÷ 12 = R$ 2.1010,00 (mensal)

Do valor da implementação e treinamento

Para definição do valor estimado da implementação e treinamento, também foi adotada o método da **média aritmética dos preços obtidos**, considerando-se os 03 (três) valores ofertados na pesquisa de preço.

A memória de cálculo é a seguinte:

R$ 1.800,00 + R$ 2.500,00 + R$ 2.000,00 = R$ 6.300,00 ÷ 3 = R$ 2.100,00

Dessa forma, para fins de estimativa:

Valor mensal equivalente estimado: R$ 2.010,00.

Valor global estimado para 12 meses: R$ 24.120,00.

Valor da implementação e treinamento (parcela única): R$ 2.100,00

Análise crítica dos preços

Os preços coletados foram analisados considerando-se a natureza do objeto, as funcionalidades previstas, os serviços de implantação e treinamento, a licença de uso, hospedagem, manutenção, suporte técnico e o período de contratação.

Os valores obtidos para 12 (doze) meses variaram entre R$ 18.600,00 e R$ 31.800,00. A existência de variação entre as propostas decorre, entre outros fatores, das diferentes composições das soluções apresentadas, especialmente quanto aos módulos, funcionalidades, implantação, treinamento, hospedagem, manutenção e suporte técnico.

Não obstante a variação identificada, foram consideradas as 05 (cinco) referências para formação da estimativa, por apresentarem relação com soluções de natureza compatível com o objeto pretendido, sendo que a documentação correspondente integra o processo administrativo.

A utilização da média aritmética mostra-se adequada para a formação do valor estimado, considerando o conjunto de 05 (cinco) referências coletadas e a análise crítica realizada sobre os preços obtidos.

A metodologia adotada observa os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 quanto à compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado e, como referência metodológica, as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 acerca da utilização da média, mediana ou menor valor e da necessidade de análise crítica dos preços coletados.

A memória de cálculo detalhada, as propostas comerciais e os documentos relativos às fontes consultadas constituem documentos de suporte da estimativa e integram o processo administrativo.

Do envio da proposta e dos documentos de habilitação

Proposta endereçada à Câmara Municipal, em papel timbrado da empresa, conforme modelo do ANEXO II, relacionando ainda os seguintes itens:

a) Preço global em valor numérico e por extenso, cotado em reais;

b) Prazo de validade da Proposta de 60 dias (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação; e,

c) Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF.

A proposta deverá estar acompanhada de todos os documentos de habilitação e deverão ser encaminhadas para o e-mail: cmsapopema@cmsapopema.pr.gov.br.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objetivo da presente contratação é viabilizar a implantação e utilização de sistema informatizado destinado ao gerenciamento do processo legislativo e à condução das sessões plenárias da Câmara Municipal, com vistas à modernização e ao aprimoramento dos procedimentos legislativos em referência aos atendimentos exigidos pelo Prolegis/TCE/PR.

A contratação tem por finalidade garantir maior eficiência, transparência e segurança na tramitação das matérias legislativas, bem como assegurar a realização de sessões e votações eletrônicas de forma ágil, confiável e com ampla publicidade dos atos do Poder Legislativo Municipal**.**

DA JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de modernização dos tramites administrativos da Câmara Municipal, de modo a aprimorar os procedimentos relacionados à tramitação das proposições, à condução das sessões plenárias e ao registro dos atos legislativos.

A adoção de sistema informatizado integrado contribui para a organização e padronização das atividades parlamentares, permitindo o registro, acompanhamento e consulta das matérias legislativas, bem como a geração automática de pautas, atas e relatórios, reduzindo a dependência de procedimentos manuais e do uso de materiais impressos.

Ademais, o sistema possibilita a realização de votações eletrônicas com maior agilidade, confiabilidade e transparência, além de viabilizar a disponibilização das informações para consulta pública, em atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e publicidade da Administração Pública.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público e às necessidades operacionais do Legislativo Municipal, assegurando melhores condições para a execução das atividades parlamentares e a continuidade regular dos trabalhos legislativos.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – Anexo único do Termo de Referência

O sistema deverá permitir o registro detalhado de projetos de lei, emendas, requerimentos, moções e outras proposições, além de possibilitar o acompanhamento do trâmite legislativo desde a apresentação até a aprovação ou rejeição. Deverá incluir, também, funcionalidades para a geração de pautas, atas, relatórios e a disponibilização de informações para consulta pública.

O serviço deverá incluir a migração de dados do sistema atual para o novo, garantindo a integridade e a continuidade das informações, bem como a capacitação dos usuários para a utilização adequada das funcionalidades oferecidas. Deverá, ainda, contemplar a hospedagem do sistema em servidores seguros, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e o desenvolvimento de melhorias evolutivas para atender às necessidades específicas do Legislativo Municipal.

Deverá ser fornecida licença de uso de sistema de Sessão Eletrônica, destinado ao gerenciamento das sessões legislativas da Câmara Municipal.

O sistema deverá ser composto por três componentes principais:

1. **Painel para os vereadores:** deverá exibir informações claras sobre a sessão, incluindo o tipo da sessão, número e data da sessão, horário de início e tempo decorrido, status da sessão e cronômetro para tempo de fala, leitura e votação. Deverá, ainda, exibir a lista dos vereadores presentes, o tempo total de fala individual dos vereadores, permitir a leitura das ordens do dia e apresentar tela de votação com transparência e contagem de votos;

2. Painel de controle da sessão: deverá permitir ao controlador iniciar e encerrar a sessão, controlar o tempo de fala, o tempo de leitura das matérias, as matérias a serem lidas e votadas, bem como o processo de votação; e

3. Painel eletrônico: a ser exibido nos televisores, deverá disponibilizar, para acompanhamento, o tipo da sessão, número e data da sessão, horário de início e tempo decorrido, status da sessão, vereadores presentes, cronômetro para tempo de fala, cronômetro de tempo de leitura e acompanhamento da votação.

É indispensável que todos esses sistemas estejam totalmente integrados entre si, com o controle legislativo e com o site da Câmara Municipal de Sapopema. Deverão, ainda, contemplar a hospedagem do sistema em servidores seguros, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e o desenvolvimento de melhorias evolutivas para atender às necessidades específicas do Legislativo Municipal, em especial às regulamentações do PROLEGIS.

Assim, a contratação deverá atender as descrições e requisitos apresentados no **Anexo Único deste Termo de Referência**, o qual faz parte integrante do mesmo.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Da Responsabilidade:

Compete à empresa contratada, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Termo de Referência:

Disponibilizar a solução tecnológica completa, incluindo o sistema de processo eletrônico, módulos, funcionalidades, permissões de acesso e recursos necessários à plena execução do objeto, conforme as especificações técnicas estabelecidas;

Realizar a implantação, configuração, parametrização e, quando aplicável, a migração de dados, garantindo a adequada adaptação do sistema às rotinas administrativas e legislativas da Contratante;

Assegurar o funcionamento contínuo do sistema, com acesso seguro aos usuários autorizados, permitindo o registro, a tramitação eletrônica, o acompanhamento e a consulta das matérias legislativas e atos administrativos;

Garantir o armazenamento organizado, íntegro e acessível das informações e documentos eletrônicos inseridos no sistema, observando boas práticas de segurança da informação e preservação dos dados;
Prestar suporte técnico contínuo, incluindo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do sistema, de modo a assegurar seu pleno funcionamento durante todo o período de execução contratual;
Assegurar níveis adequados de desempenho, disponibilidade, confiabilidade e segurança do sistema, observando padrões mínimos de qualidade e boas práticas aplicáveis a soluções de processo eletrônico;
A Contratada deverá zelar pela integridade das informações e dos dados inseridos no sistema, responsabilizando-se por eventuais danos, perdas ou falhas decorrentes de defeitos da solução ou da execução inadequada dos serviços.
A Contratada deverá cumprir integralmente a legislação vigente, especialmente no que se refere às normas aplicáveis à contratação pública, à proteção de dados, à segurança da informação, bem como às normas trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais pertinentes à prestação dos serviços.
A Contratada será inteiramente responsável pelos ônus decorrentes da incidência de tributos federais, estaduais e municipais, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações junto às repartições competentes, não cabendo qualquer responsabilidade à Contratante.
A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do fornecimento do sistema contratado, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.
A empresa contratada deverá atender integralmente às especificações constantes na proposta e no orçamento apresentados, assumindo, como exclusivamente seus, todos os riscos, encargos e despesas necessários à boa e perfeita execução do objeto contratual.

Da Substituição – Da Garantia e dos Serviços de Suporte

A Contratada deverá prestar suporte técnico integral durante todo o período contratual, abrangendo a garantia de funcionamento do sistema de processo eletrônico, bem como os serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva do software, incluindo correções de falhas, ajustes técnicos e atualizações necessárias ao pleno atendimento das demandas da Contratante.
Em caso de indisponibilidade do sistema, falha operacional, erro de processamento ou qualquer defeito técnico que comprometa o cadastro, a tramitação ou o gerenciamento eletrônico das matérias legislativas, a Contratada deverá adotar imediatamente as providências necessárias para a solução do problema, restabelecendo o pleno funcionamento do sistema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ou em prazo menor, quando tecnicamente possível.
A Contratada deverá assegurar que o sistema permaneça em conformidade com a legislação vigente aplicável ao processo legislativo eletrônico, inclusive quanto à segurança da informação, integridade dos dados e controle de acesso, responsabilizando-se por eventuais falhas que decorram de defeitos do sistema.
Aplicam-se, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais normas legais e regulamentares pertinentes à contratação de soluções tecnológicas pela Administração Pública.

Das Condições:

A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

Não será exigida garantia.

Do Local

O sistema contratado deverá estar instalado para o devido funcionamento parlamentar da Câmara Municipal de Sapopema, localizada à Av. Manoel Ribas, 362, Centro, Sapopema/PR. A execução da instalação com o devido suporte técnico e treinamento deverão ocorrer em dias úteis, no horário das 08h às 12h e 13h às 17h.

Da forma de execução do regime de contratação

Os serviços serão executados de forma contínua, caracterizando-se como fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de processo legislativo, incluindo serviços técnicos de implantação, parametrização, suporte, manutenção e atualização, pelo prazo contratual estabelecido.
O regime de execução será por preço mensal fixo, englobando todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, inclusive licença de uso do sistema, suporte técnico, atualizações, manutenção corretiva e evolutiva, bem como demais serviços associados ao seu funcionamento regular.
Os serviços serão executados de forma remota e/ou presencial, conforme a necessidade, tendo como unidade administrativa demandante a Câmara Municipal de Sapopema, localizada na Av. Manoel Ribas, 362, Centro, CEP: 84.290-000, Sapopema/PR, sem prejuízo da utilização de infraestrutura tecnológica própria da Contratada, quando aplicável.

Da Implantação, suporte e manutenção do Sistema

A implantação, configuração, migração de dados (quando aplicável) e demais serviços iniciais deverão ser realizados de forma a não interromper ou prejudicar as atividades administrativas e legislativas da Contratante. Quando tecnicamente necessário, tais serviços poderão ser executados fora do horário normal de expediente, mediante prévia autorização da fiscalização, sem ônus adicional para a Contratante.
Sempre que houver necessidade de atendimento presencial fora do horário de expediente, a Contratada deverá comunicar previamente, por escrito, ao fiscal do contrato, informando o nome completo e documento de identificação dos técnicos que acessarão as dependências da Contratante.
A manutenção do sistema deverá ser realizada, preferencialmente, de forma remota, garantindo a continuidade dos serviços. Quando houver necessidade de intervenção presencial, esta será de inteira responsabilidade da Contratada, sem prejuízo ao funcionamento do sistema ou aos usuários da Contratante.
Para a adequada execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais tecnicamente qualificados e devidamente identificados, bem como todas as ferramentas, recursos tecnológicos e meios necessários à correta operação, manutenção e suporte do sistema.

Da instalação e início do uso do sistema

O prazo de início da execução do objeto contratado é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço.
Caso não seja possível, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, conforme Portaria nº 04/2025.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por eventuais irregularidades, falhas técnicas ou descumprimento das obrigações contratuais.

A Contratada deverá atender prontamente às solicitações e determinações da fiscalização, adotando as medidas corretivas necessárias.

Gestor do Contrato

A gestão do contrato fica a cargo do Presidente da Câmara Municipal de Sapopema.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante verificação da efetiva prestação dos serviços contratados.

O pagamento será efetuado após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições e prazos estabelecidos no instrumento contratual.

O pagamento ficará condicionado ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Prazo de Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da nota fiscal, com a devida liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO, SEM DISPUTA, NO MENOR VALOR** em sua forma **FÍSICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

O critério de julgamento será o **menor preço por lote**. A adoção desse critério amplia a competitividade, possibilita a participação de um maior número de fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao disposto no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021.

A contratação por lote único permite a padronização da solução, integração dos sistemas e centralização da responsabilidade pela execução, suporte e manutenção, evitando problemas de compatibilidade e dificuldades na identificação de responsabilidades entre diferentes fornecedores.

A Lei nº 14.133/2021 admite o não parcelamento quando o objeto configurar sistema único e integrado e houver risco ao conjunto da contratação, hipótese aplicável ao presente caso.

Dessa forma, justifica-se a adoção do lote único e do critério de menor preço por lote, por se mostrar mais adequado à natureza integrada do objeto e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Licitação exclusiva para ME e EPP

Considerando que o valor estimado da presente contratação é inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a participação neste certame será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

A adoção desse tratamento diferenciado visa promover o desenvolvimento econômico local e regional, ampliar a competitividade, incentivar a participação das micro e pequenas empresas nas contratações públicas e cumprir o tratamento favorecido assegurado pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que mantida a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Exigências de habilitação

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Das condições de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.4.1. Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

13.4.4. Qualificação Técnica-Operacional:

Comprovante de que o licitante participante fornece ou forneceu, sem restrição, objeto de natureza semelhante ao objeto do presente edital, através da apresentação de 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como emitido por pessoa física.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A participação no certame implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitida alegação de desconhecimento.
Em caso de divergência entre informações constantes no sistema eletrônico e neste Termo de Referência, prevalecerá o disposto neste documento.
Serão aceitas assinaturas eletrônicas, inclusive via certificação digital ou plataforma gov.br.
A licitante deverá analisar todos os documentos do processo, responsabilizando-se por eventuais omissões.
Dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Secretaria de Contratações, pelo e-mail: cmsapopema@cmsapopema.pr.gov.br.
A contratação não se enquadra como de grande vulto.
Não será exigida garantia contratual, conforme arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Sapopema.
A contratação será atendida pela seguinte dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.40.57.00 – *serviços de processamento de dados.*

Sapopema, 24 de agosto de 2026.

LÉIA VANESSA DIAS EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Agente de Contratação Presidente da CMS

1 – DO OBJETO

ANEXO ÚNICO
TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de um sistema de processo legislativo, projetado para o cadastro e gerenciamento de todas as matérias tratadas nas sessões legislativas da Câmara Municipal. Este sistema deve permitir o registro detalhado de projetos de lei, emendas, requerimentos, moções e outras proposições, além possibilitar o acompanhamento do trâmite legislativo desde a apresentação até a aprovação ou rejeição. Deve incluir também funcionalidades para a geração de pautas, atas, relatórios e a disponibilização de informações para consulta pública. O serviço deve incluir a migração de dados do sistema atual para o novo, garantindo a integridade e continuidade das informações, assim como a capacitação dos usuários para a utilização adequada das funcionalidades oferecidas. Deve ainda contemplar hospedagem do sistema em servidores seguros, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e desenvolvimento de melhorias evolutivas para atender às necessidades específicas do Legislativo Municipal. É proibida a subcontratação total ou parcial do serviço, garantindo que todas as atividades sejam executadas diretamente pelo fornecedor contratado, assegurando, dessa forma, a qualidade e a segurança dos dados tratados pelo sistema.

Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de um sistema de Sessão eletrônica, projetado para gerenciamento das sessões legislativas da Câmara Municipal. Este sistema deve ser composto por três componentes principais: 1. painel para os vereadores, este painel deve exibir informações claras sobre a sessão, incluindo, tipo da sessão, número e data da sessão, horário de início e o tempo decorrido, status da sessão, e cronômetro para tempo de fala, leitura e votação, devendo ainda exibir a lista dos vereadores presentes na sessão, lista de tempo total de fala individual dos vereadores, listar e permitir a leitura das ordens do dia e tela de votação com transparência e contagem de votos; 2. painel de controle da sessão, que deve permitir que o controlador de início e encerre a sessão, controle o tempo de fala, controle o tempo de leitura das matérias, controle as matérias a serem lidas e votadas e controle a votação das matérias; e 3. painel eletrônico que será exibido nos televisores, devendo dispor para acompanhamento, tipo da sessão, número e data da sessão, horário de início e o tempo decorrido, status da sessão, vereadores presentes, cronômetro para tempo de fala, cronometro de tempo de leitura, e acompanhamento da votação. É indispensável que todos esses sistemas estejam totalmente integrados, com o controle legislativo e site da Câmara Municipal. Devendo ainda contemplar hospedagem do sistema em servidores seguros, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e desenvolvimento de melhorias evolutivas para atender às necessidades específicas do Legislativo Municipal. É proibida a subcontratação total ou parcial do serviço, garantindo que todas as atividades sejam executadas diretamente pelo fornecedor contratado, assegurando, dessa forma, a qualidade e a segurança dos dados tratados pelo sistema.

2 – DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Qtde
01	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de um sistema de processo legislativo, projetado para o cadastro e gerenciamento de todas as matérias tratadas nas sessões legislativas da Câmara Municipal. Este sistema permite o registro detalhado de projetos de lei, emendas, requerimentos, moções e outras proposições, além de acompanhar o trâmite legislativo desde a apresentação até a aprovação ou rejeição. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço.	SRV	12
02	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de um sistema de votação eletrônica em sessão, projetado para gerenciamento das sessões legislativas da Câmara Municipal. Este sistema deve ser composto por três componentes principais: 1. painel para os vereadores; 2. painel de controle da sessão; e 3. painel eletrônico que será exibido nos televisores. Sendo indispensável que todos esses sistemas estejam totalmente integrados, com o controle legislativo e site da Câmara Municipal. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do serviço.	SRV	12

3 – MÓDULOS OBRIGATÓRIOS

3.1. PROJETOS:
3.1.1. O módulo de projetos deve permitir o cadastro e edição de projetos, com suas devidas categorizações, devendo ainda possibilitar a seleção dos seus autores, vinculação de arquivos e cadastro de informações complementares do projeto. Devendo ser possível o acompanhamento detalhado do seu percurso e as situações por que passou nas movimentações dentro do processo legislativo da câmara. O modulo projetos devem possuir integração com o modulo protocolo, permitindo a vinculação de um protocolo a um projeto.
3.2. ATAS:
3.2.1. O módulo de Atas permitirá o cadastro e gerenciamento das atas das sessões, com detalhamento de informações para facilitar sua identificação, além de especificar o tipo de ATA. Sendo possível o upload e vinculação do arquivo da ata à sua sessão correspondente, garantindo uma organização eficiente e o fácil acesso aos documentos.
3.3. COMPARECIMENTO:
3.3.1. O módulo de Comparecimento permitirá que, nos casos em que os vereadores precisem comprovar sua presença nas sessões por meio de documentos escritos, seja feito o upload de documentos contendo as assinaturas dos vereadores presentes. Esses documentos poderão ser vinculados à sessão correspondente, garantindo a formalização e o registro adequado da presença de cada vereador.
3.4. DESPACHOS:
3.4.1. O módulo deve permitir o cadastro e edição de despachos, com detalhamento de informações como seus autores e coautores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, ano, número, legislatura, status e vinculação de documentos. Devendo ser possível o acompanhamento detalhado do seu percurso e as situações por que passou nas movimentações dentro do processo legislativo da câmara.
3.5. FRENTES PARLAMENTARES:
3.5.1. O módulo de Frente Parlamentar permitirá o cadastro e gerenciamento das frentes parlamentares, possibilitando a inclusão de informações, como o cadastro dos dados pessoais. Devendo ainda permitir o cadastro de notícias relacionadas à frente, com título, conteúdo e anexos, a fim de manter o público informado sobre as atividades realizadas. Devendo também permitir o cadastro de álbuns de fotos, organizados por eventos ou atividades realizadas pela frente, bem como armazenar documentos auxiliares com a opção de anexar arquivos.
3.6. INDICAÇÕES:
3.6.1. O módulo deve permitir o cadastro e edição de indicações, permitindo a vinculação de ofícios, e definição dos tipos de situações que serão utilizadas nas movimentações das indicações na câmara. Também será possível registrar as movimentações das indicações dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passaram, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.
3.7. PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO EXECUTIVO:
3.7.1. O módulo de pedidos de informações ao Executivo deve permitir o cadastro e edição de pedidos de informações e vinculação das respostas recebidas, com a opção de definir tipos de situações que serão utilizadas nas movimentações do pedido de informação na câmara. Devendo ainda permitir o acompanhamento detalhado de seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.
3.8. PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA:
3.8.1. O módulo de pedidos de providência deve permitir o cadastro e edição de pedidos de providência e vinculação das respostas recebidas, com a opção de definir tipos de situações. Essas situações serão utilizadas nas movimentações do pedido de providência na câmara. Também deve ser possível registrar as movimentações do pedido de providência dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.
3.9. MESA DIRETORA:
3.9.1. O módulo de mesa diretora deve permitir o cadastro de uma nova mesa diretora. O sistema também deve possibilitar o vínculo dos integrantes da mesa diretora, permitindo escolher os vereadores previamente cadastrados. Além disso, deverá haver a opção de imprimir a composição da mesa diretora, a fim de gerar um documento oficial para registro.
3.10. MOÇÕES:
3.10.1. O módulo de moções deve permitir o cadastro e edição de moções, com a opção de definir tipos de situações, vinculação de ofícios, e escolher tipos de moções (Aplauso, Apoio, Congratulação, Pesar, Repúdio, etc). Também deve ser possível registrar as movimentações da moção dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. Devendo ainda possibilitar a vinculação de um protocolo a moção, exibindo os protocolos relacionados e as demandas administrativas no módulo de protocolo. Deve ainda ser possível incluir ou corrigir manualmente as votações.
3.11. OFÍCIOS:

3.11.1. O módulo de ofícios deve permitir o cadastro e edição de ofícios e vinculação de documentos. Deve ainda permitir o registro das movimentações do ofício dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.

3.12. PAUTA:

3.12.1 O módulo de pautas deve possibilitar o cadastro de pautas organizadas por data, com a opção de vinculá-las diretamente à sessão correspondente. O sistema também permitirá a edição e remoção das pautas cadastradas, além de oferecer funcionalidades para a consulta das pautas passadas e futuras.

3.13. REPRESENTAÇÕES:

3.13.1. O módulo de representações deve permitir o cadastro e edição de representações e vinculação de documentos, com a opção de definir tipos de situações que serão utilizadas nas movimentações da representação na câmara. Também deve ser possível registrar as movimentações da representação dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.

3.14. REQUERIMENTOS:

3.14.1**.** O módulo de requerimentos deve permitir o cadastro e edição de requerimentos e vinculação de documentos, com a opção de definir tipos de situações, que serão utilizadas nas movimentações do requerimento na câmara. Também deve ser possível registrar as movimentações do requerimento dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. O sistema deve permitir a vinculação de um protocolo ao requerimento, exibindo os protocolos relacionados e as demandas administrativas no módulo de protocolo.

3.15. SESSÃO:

3.15.1. O módulo de Sessão deve permitir a criação e o gerenciamento completo das sessões da câmara. Além disso, deve ser possível vincular os áudios, vídeos e fotos da sessão, permitindo que os munícipes ouçam e vejam os registros diretamente no portal da câmara.

O sistema também deve permitir a vinculação de processos legislativos à sessão, o que permitirá que os processos que ocorrerão durante a sessão sejam automaticamente integrados à ordem do dia. Dessa forma, todos os itens discutidos na sessão estarão organizados e acessíveis tanto para os vereadores quanto para o público.

3.16. RESULTADO DAS SESSÃO:

3.16.1. No módulo de resultados das sessões, deve ser possível publicar os relatórios da sessão, incluindo a descrição da sessão e o relatório anexado. Podendo escolher a data da sessão, e esses dados poderão ser vinculados à sessão correspondente, caso desejado.

3.17. VEREADOR:

3.17.1. No módulo de vereadores, deve ser possível cadastrar informações pertinentes ao vereador. Esse módulo é parte integral do sistema, e qualquer alteração nas informações de um vereador será automaticamente refletida em todos os outros módulos que utilizam esses dados.

3.18. VOTAÇÃO ELETRÔNICA:

3.18.1. A funcionalidade de votação eletrônica, deverá funcionar de maneira dinâmica e integrada ao processo legislativo, oferecendo uma interface moderna, intuitiva e tecnologicamente avançada. O sistema deve ser estruturado em três componentes principais: o painel de votação para os vereadores, o painel de controle da sessão e o painel eletrônico. Todos esses sistemas deverão estar totalmente integrados, incluindo o site da Câmara Municipal.

3.19. VOTAÇÃO PERSONALIZADA:

3.19.1. A funcionalidade de votação eletrônica deverá operar de forma dinâmica e totalmente integrada ao processo legislativo, permitindo a criação e o gerenciamento de votações genéricas, com definição de perguntas e alternativas configuráveis conforme a necessidade. O sistema deverá suportar votações por alternativas com opção de seleção única ou múltipla, votações por alternativas em modo anônimo, bem como votações nominais e anônimas do tipo “a favor”, “contra” ou “abstenção”. Deverá possibilitar o vínculo das votações a matérias previamente cadastradas, assegurando sua gestão completa, incluindo criação, edição e exclusão, além de permitir a inclusão, edição e remoção de arquivos anexos relacionados às matérias e às votações. A solução deverá contar com uma interface moderna, intuitiva e tecnologicamente avançada, sendo estruturada em três componentes principais: o painel de votação destinado aos vereadores, o painel de controle da sessão e o painel eletrônico, todos totalmente integrados entre si e ao site da Câmara Municipal.

3.20. PAINEL DE CONTROLE DA SESSÃO:

3.20.1. O sistema deverá contar com uma área exclusiva para o controle completo da sessão. O operador será responsável por gerenciar toda a dinâmica da sessão, garantindo a transparência para vereadores e munícipes. Entre as funcionalidades essenciais para o painel do operador, destacam-se: controle de início e encerramento da sessão, controle do tempo de fala, controle do tempo de leitura das matérias, controle das matérias a serem lidas e votadas e controle da votação das matérias.

3.21. PAINEL DO VEREADOR:

3.21.1 O painel dos vereadores deve ser totalmente responsivo e acessível em dispositivos móveis (celulares e tablets) e desktops e notebooks. Cada vereador deve possuir um login e uma senha para acessar o sistema, que deve ser projetado para ser intuitivo e fácil de usar, considerando as dificuldades que alguns vereadores possam ter com novas tecnologias. O sistema deve permitir que o vereador obtenha informações claras sobre a sessão, leita as matérias do dia e vote eletronicamente. Caso o vereador também exerça a função de presidente, deve haver um botão de "Pedido de Ordem". Ao ser acionado, este botão deve ativar uma sirene, indicando que a ordem precisa ser restaurada e mantida no plenário.

3.22. PAINEL ELETRÔNICO:

3.22.1. O painel eletrônico deverá operar de forma integrada e sincronizada com os painéis do controle da sessão e o painel do vereador. Sua principal função será exibir todas as interações dos vereadores, votações, tempos de fala e leitura e matérias discutidas, tudo isso deve ser demonstrado em tempo real, contribuindo para a transparência da informação e permitindo que o público que acompanha a sessão dentro da Câmara Municipal tenha acesso claro e imediato nos televisores instalados do ambiente legislativo.

4 – REQUISITOS TÉCNICOS

4.1. SISTEMA OPERACIONAL E SERVIÇOS:

O servidor de hospedagem deve ter como base o sistema operacional CentOS. Por se tratar de uma distribuição Linux estável, confiável e de código aberto, que fornece um ambiente robusto e seguro para hospedar aplicativos e sites.

O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de HTTP Server (httpd), também conhecido como Apache HTTP Server, por se tratar de um servidor web de código aberto e altamente confiável.

O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de Nginx, por se tratar de um serviço web de alto desempenho e baixo consumo de recursos. O Nginx deve ser utilizado para atuar como um servidor proxy reverso e lidar com solicitações de HTTP e HTTPS.

O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de DNS Server (named), também conhecido como BIND (Berkeley Internet Name Domain), deve ser utilizado para gerenciar a resolução de nomes de domínio e traduzir nomes de domínio em endereços IP.

O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de Email Server (exim e dovecot), O serviço de Email Server deve ser implementado usando os softwares Exim e Dovecot. O Exim deve ser responsável pelo envio e recebimento de e-mails, enquanto o Dovecot deve ser utilizado para a entrega e armazenamento de e-mails.

O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de ClamAV (clamd), um antivírus de código aberto que deve ser utilizado para realizar a verificação de vírus em e-mails e arquivos transferidos.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de SpamAssassin, sendo um software de filtragem de spam que deve ser utilizado para identificar e bloquear mensagens de spam indesejadas.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de MariaDB, por ser um sistema de gerenciamento de banco de dados relacional de código aberto, compatível com o MySQL. Deve ser utilizado para armazenar e gerenciar os dados dos aplicativos hospedados.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de FTP Server (vsftpd), o servidor FTP (File Transfer Protocol) deve ser implementado usando o software vsftpd, para permitir a transferência de arquivos entre o servidor de hospedagem e os clientes.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de Cron Daemon (crond), o serviço deve executar tarefas agendadas em intervalos regulares. Devendo ser utilizado para executar tarefas automatizadas, como backup de dados e manutenção do servidor.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de Firewall (iptables), o serviço de Firewall deve ser implementado utilizando o iptables, por ser uma ferramenta de firewall baseada em pacotes do Linux. Deve ser configurado para proteger o servidor de hospedagem contra acessos não autorizados e ataques maliciosos.
O servidor de hospedagem deve possuir o serviço de Fail2Ban, por ser um sistema de prevenção de intrusões que deve monitorar os logs do sistema e buscar atividades suspeitas e bloquear automaticamente os endereços IP que violem as regras de segurança.
O servidor de hospedagem deve fornecer um espaço mínimo de armazenamento compartilhado entre o site, sistema de gerenciamento de conteúdo e contas de e-mails corporativos de no mínimo 300 GB.
O servidor de hospedagem deve fornecer uma transferência mensal de no mínimo 50 TB.
O servidor de hospedagem deve possuir certificado SSL (HTTPS) em todo o site, inclusive na Área administrativa.

5 – MANUTENÇÃO E SUPORTE

5.1. MANUTENÇÃO E SUPORTE
A empresa deve dispor de atendimento 5 dias por semana em horário comercial, por meio de suporte online, telefone, WhatsApp, e-mail e abertura de ticket, com resposta para a resolução de quaisquer problemas em até 2 horas.
A empresa deve disponibilizar horas técnicas para ajustes adicionais de funcionalidades, conforme o projeto base proposto, bem como a criação de novas funcionalidades.

6 – DA RECUPERAÇÃO DE DADOS E BACKUP

6.1. A empresa deve realizar Backup diário de toda a estrutura, bem como, de todos os serviços que compõem este termo de referência.
A empresa deve dispor de recuperação de contas de e-mail de até 10GB em no máximo 1 hora.
A empresa deve dispor de recuperação de todo o ambiente em no máximo 5 horas.

7 – MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DE E-MAIL

7.1. A empresa deve disponibilizar a criação de ilimitadas contas de e-mails corporativos respeitando o espaço contratado, sendo via painel administrativo, ou através do suporte técnico, onde deve possibilitar a edição e inclusão de novas contas de e-mails.
A empresa deve dispor de monitoramento e bloqueio de Spam por palavra-chave em todas as caixas de e-mail.
A empresa deve dispor de monitoramento de antivírus em todas as caixas de e-mail.
A empresa deve possuir um monitoramento da fila de envio de e-mails.
A empresa deve possuir um monitoramento de Blacklist, evitando assim o bloqueio de recebimento por parte do destinatário, dos e-mails a serem enviados.
O serviço de e-mail deve permitir envio de anexos de até 25 MegaBytes.

8 – Prova de Conceito e Especificações Técnicas

8.1. Prova de Conceito:
Segundo as normas vigentes, a prova de conceito ocorre após a fase de habilitação, onde o vencedor provisório deve comprovar que atende aos requisitos do Termo de Referência (TR).
A municipalidade convocará a empresa provisoriamente habilitada para a prova de conceito presencial, que ocorrerá na sede da câmara, a ser realizada em até cinco dias após sua declaração de provisoriamente habilitada. A prova de conceito deverá ser realizada por um representante da empresa com equipamento.
Será necessário demonstrar os itens por meio de um sistema ou site online desenvolvido pela empresa contratada. A equipe da câmara poderá testar os itens simulando situações reais.
Para garantir a ampla concorrência, em casos que a presença física não se faça possível por razões justificáveis, esta câmara aceitará o link de acesso de um portal de teste, com credenciais de acesso ao painel administrativo, afim de efetivamente avaliar o cumprimento do Termo de Referência (TR).
O objeto da contratação deve cumprir todas as características descritas na tabela abaixo, para garantir a proposta mais vantajosa à Câmara e atender às suas necessidades.
Tabela dos itens que tangem ao objeto 1.1:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	ATENDIDO	NÃO ATENDIDO
8.1.1.2	O módulo de projetos deve permitir o cadastro e edição de projetos, com a opção de criar novas categorias e tipos de situações. Essas situações serão utilizadas nas movimentações do projeto na câmara. No cadastro de um novo projeto, deve ser possível selecionar diversos tipos de autores, como vereadores, coautores, entidades, comissões, conselhos, munícipes e a mesa diretora, além de incluir ementa, observações, datas de cadastro, apresentação, primeiras e segundas sessões de deliberação, ano, número, legislatura, situação e status. O sistema deverá possibilitar a alteração em lote de vários projetos, modificando suas situações sem a necessidade de acessar cada um individualmente. Também deve possibilitar o registro das movimentações do projeto dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. Devendo ainda possibilitar a vinculação de um protocolo ao projeto, exibindo os protocolos relacionados e as demandas administrativas no módulo de protocolo. Deve ser possível incluir ou corrigir manualmente as votações, tanto em primeiro quanto em segundo turno, e votações secretas. O módulo também deve permitir a vinculação de documentos ao projeto, como pareceres, promulgações, autógrafos, emendas, redações, vetos e outros documentos pertinentes.		
8.1.1.3	No módulo de resultados das sessões, deve ser possivel publicar os relatórios da sessão em formato PDF, DOC ou DOCX, incluindo a descrição da sessão e o relatório anexado. Podendo escolher a data da sessão, e esses dados poderão ser vinculados à sessão correspondente, caso desejado.		
8.1.1.4	O módulo de Atas deve permitir o cadastro e gerenciamento das atas das sessões, com a possibilidade de informar o número ou uma descrição simples para identificá-la, além de especificar o tipo (como "Ordinária", "Extraordinária", etc). Deve ser possível fazer o		

	upload do arquivo da ata e registrar a data de cadastro e o status (ativa ou inativa). O sistema ainda deve permitir a vinculação a ata à sua sessão correspondente, garantindo uma organização eficiente e o fácil acesso aos documentos.		
8.1.1.5	O módulo de Comparecimento permitirá que, nos casos em que os vereadores precisem comprovar sua presença nas sessões por meio de documentos escritos, seja feito o upload de documentos contendo as assinaturas dos vereadores presentes. Esses documentos poderão ser vinculados à sessão correspondente, garantindo a formalização e o registro adequado da presença de cada vereador.		
8.1.1.6	O módulo de despachos deve permitir o cadastro e edição de despachos. No cadastro de um novo despacho, deve ser possível selecionar os autores e coautores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, ano, número, legislatura, status e vinculação de documentos. Devendo ainda possibilitar o registro das movimentações do despacho dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.		
8.1.1.7	O módulo de Frente Parlamentar deve permitir o cadastro e gerenciamento das frentes parlamentares, possibilitando a inclusão de informações como nome, área de atuação, período de início, período de fim, legislatura e status (ativa ou inativa). Além disso, deve ser possível cadastrar os membros da frente parlamentar, incluindo dados como nome, CPF/CNPJ e cargo dentro da frente, facilitando o acompanhamento da sua composição ao longo do tempo. O sistema também deve permitir o cadastro de notícias relacionadas à frente, com título, conteúdo e anexos, a fim de manter o público informado sobre as atividades realizadas. Deve possuir ainda a opção de registrar álbuns de fotos, organizados por eventos ou atividades realizadas pela frente, bem como armazenar documentos auxiliares, como relatórios, ofícios e pareceres, com a opção de anexar arquivos.		
8.1.1.8	O módulo de indicações deve permitir o cadastro e edição de indicações, com a opção de definir tipos de situações. Essas situações serão utilizadas nas movimentações das indicações na câmara. No cadastro de uma nova indicação, deve ser possível selecionar os autores e coautores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, apresentação, ano, número, legislatura, situação e status. O sistema deverá possibilitar a alteração em lote de várias indicações, modificando suas situações sem a necessidade de acessar cada uma individualmente. Também deve permitir o registro das movimentações das indicações dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passaram, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. O módulo também deve permitir a vinculação de ofícios.		
8.1.1.9	O módulo de pedidos de informações ao Executivo deve permitir o cadastro e edição de pedidos de informações e vinculação das respostas recebidas, com a opção de definir tipos de situações que serão utilizadas nas movimentações do pedido de informação na câmara. No cadastro de um novo pedido de informação, deve ser possível selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, apresentação, ano, número, legislatura, situação e status. Devendo ainda permitir o acompanhamento detalhado de seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.		
8.1.1.10	O módulo de pedidos de providência deve permitir o cadastro e edição de pedidos de providência e vinculação das respostas recebidas, com a opção de definir tipos de situações. Essas situações serão utilizadas nas movimentações do pedido de providência na câmara. No cadastro de um novo pedido de providência, deve ser possível selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, apresentação, ano, número, legislatura, situação e status. Também deve ser possível registrar as movimentações do pedido de providência dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.		
8.1.1.11	O sistema deve permitir o cadastro de legislações por diferentes tipos de categorias, sendo indispensável a predefinição em sistema das categorias: Leis Ordinárias, Portarias, Leis Complementares, Lei Orgânica do Município, Estatuto, Decretos Municipais, Constituição Federal e Constituição Estadual. Devendo ainda possibilitar o cadastro de informações adicionais como ementa, arquivo, data de cadastro, ano, número da legislação, legislatura e situação (ativa ou inativa, com a opção de "Não consta revogação expressa"). E permitir a vinculação da legislação a um projeto no sistema de controle legislativo.		
8.1.1.12	O módulo de mesa diretora deve permitir o cadastro de uma nova mesa diretora, com a possibilidade de selecionar o número da mesa, legislatura, período de início e período final, além de definir se a mesa está ativa ou não. O sistema também deve possibilitar o vínculo dos integrantes da mesa diretora, permitindo escolher os vereadores previamente cadastrados. Além disso, deverá haver a opção de imprimir a composição da mesa diretora, a fim de gerar um documento oficial para registro.		
8.1.1.13	O módulo de moções deve permitir o cadastro e edição de moções, com a opção de definir tipos de situações, vinculação de ofícios, e escolher tipos de moções (Aplauso, Apoio, Congratulação, Pesar, Repúdio, etc). No cadastro de uma nova moção, deve ser possivel selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, apresentação, ano, número, legislatura, tipo, situação e status. O sistema deverá possibilitar a alteração em lote de várias moções, modificando suas situações sem a necessidade de acessar cada uma individualmente. Também deve ser possível registrar as movimentações da moção dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações pelas quais passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. Devendo ainda possibilitar a vinculação de um protocolo a moção, exibindo os protocolos relacionados e as demandas administrativas no módulo de protocolo. Deve ser possível incluir ou corrigir manualmente as votações.		
8.1.1.14	O módulo de ofícios deve permitir o cadastro e edição de ofícios e vinculação de documentos. No cadastro de um novo ofício, deve ser possivel selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, ano, número, legislatura e status. Deve ainda permitir o registro das movimentações do ofício dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.		
8.1.1.15	O módulo de pautas deve possibilitar o cadastro de pautas organizadas por data, com a opção de vinculá-las diretamente à sessão correspondente. O sistema também deve permitir a edição e remoção das pautas cadastradas, além de oferecer funcionalidades para a consulta das pautas passadas e futuras.		
8.1.1.16	O módulo de representações deve permitir o cadastro e edição de representações e vinculação de documentos, com a opção de definir tipos de situações que serão utilizadas nas movimentações da representação na câmara. No cadastro de uma nova representação, deve ser possível selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, data de cadastro, ano, número, legislatura, situação e status. Também deve ser possível registrar as movimentações da representação dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas.		
8.1.1.17	O módulo de requerimentos deve permitir o cadastro e edição de requerimentos e vinculação de documentos, com a opção de definir tipos de situações, que serão utilizadas nas movimentações do requerimento na câmara. No cadastro de um novo requerimento, deve ser possível selecionar os autores e co-autores, além de incluir ementa, observações, datas de cadastro, apresentação, ano, número, legislatura, situação e status. O sistema deverá possibilitar a alteração em lote de vários requerimentos, modificando suas situações sem a necessidade de acessar cada um individualmente. Também deve ser possível registrar as movimentações do requerimento dentro da câmara, detalhando seu percurso e as situações por que passou, com a opção de adicionar movimentações personalizadas. O sistema deve permitir a vinculação de um protocolo ao requerimento, exibindo os protocolos relacionados e as demandas administrativas no módulo de protocolo. Devendo ainda possibilitar a inclusão ou correção manual das votações.		
8.1.1.18	O módulo de Sessão deve permitir a criação e o gerenciamento completo das sessões da câmara. Ao criar uma nova sessão, deve ser necessário informar diversos dados, como número, tipo (Ordinária, Extraordinária ou outro), tribuna (Sem tribuna, Parlamentar, Popular ou outra), data e horário da sessão, ano, descrição, pauta, ata e pronunciamento. Esses dados garantirão o correto registro e organização de cada sessão. Após a criação da sessão, deve ser possível editar o comparecimento dos vereadores de forma manual, facilitando o controle de presença. Além disso, deve ser possível vincular os áudios, vídeos e fotos da sessão, permitindo que os munícipes ouçam e vejam os registros diretamente no portal da câmara. O sistema também deve permitir a vinculação de processos legislativos à sessão, o que permitirá que os processos que ocorrerão durante a sessão sejam automaticamente integrados à ordem do dia. Isso incluirá a vinculação de diversos tipos de processos, como Projetos, Indicações, Pedidos de Providência, Pedidos de Informações ao Executivo, Despachos, Ofícios, Moções, Requerimentos, Representações, Pautas e Atas. Dessa forma, todos os itens discutidos na sessão estarão organizados e acessíveis tanto para os vereadores quanto para o público.		
8.1.1.19	No módulo de vereadores, deve ser possível cadastrar informações como nome, foto, partido, número de votos, e-mail, data de aniversário, biografia e sexo. Esse módulo é parte integral do sistema, e qualquer alteração nas informações de um vereador será automaticamente refletida em todos os outros módulos que utilizam esses dados. Também deve ser possível definir a situação atual do vereador na câmara, além de indicar se ele ocupa o cargo de presidente.		
8.1.1.20	No painel de Sessão eletrônica, o controlador deve ser capaz de configurar tempos de fala, podendo atribuir nomes e valores de tempo personalizados, e poder selecionar um vereador para a palavra. O tempo deve ser contabilizado e automaticamente somado ao total de tempo acumulado pelo vereador naquela sessão. Ao iniciar uma ação de tempo de fala, um cronômetro deve ser acionado automaticamente, devendo estar sincronizado com o painel do vereador, painel eletrônico e painel do operador. O controlador também deve ser capaz de cancelar o tempo de fala em andamento e para esse caso, somente o tempo utilizado deve ser somado ao tempo total do vereador. Essas ações realizadas pelo controlador da sessão, devem aparecer na linha do tempo do andamento da sessão, garantindo um acompanhamento cronológico e transparente.		
8.1.1.21	No painel de Sessão Eletrônica, o controlador deve ser capaz de incluir matérias na ordem do dia e organizar as pautas. Após o início da sessão o sistema deve bloquear qualquer nova inclusão de matérias, garantindo a integridade do processo. Ao iniciar a sessão todas as telas integradas ao sistema (controlador, vereador e do painel eletrônico) deverão iniciar a contagem do tempo de forma simultânea e está instantaneidade deve acontecer em todas as etapas do tramite da sessão. Durante a sessão, o controlador deve conseguir gerenciar as matérias clicando e arrastando-as para duas opções disponíveis: "matéria atual", que representa a pauta em discussão e votação, ou "retirar matéria", que remove a matéria da ordem do dia daquela sessão. Ao retirar uma matéria, o sistema deve exigir uma justificativa, e a mesma deve ser automaticamente registrada na linha do tempo do andamento oficial da sessão. Ao mover uma matéria para o campo de matéria atual, o controlador deve possuir três opções disponíveis: retornar a matéria ao mesmo local da ordem do dia, disponibilizá-la para leitura ou colocá-la em votação.		
8.1.1.22	No painel de Sessão Eletrônica, após o controlador disponibilizar para leitura, o controlador deve ser capaz de determinar o tempo de duração que a matéria ficará disponível no painel dos vereadores. Ao disponibilizar a matéria para leitura um cronômetro deve ser iniciado simultaneamente nas telas do operador, dos vereadores e no painel eletrônico, devendo ao termino do termo determinado, encerrar automaticamente a exibição da tela de leitura e registrar o ato no andamento oficial da sessão.		

8.1.1.23	No painel de Sessão Eletrônica, após o controlador disponibilizar a matéria para votação, o controlador deve ser capaz de determinar o tempo de duração da votação, sendo possível ainda selecionar se o presidente da casa terá permissão para votar naquela matéria. Ao disponibilizar a matéria para votação um cronômetro deve ser iniciado simultaneamente nas telas do controlador, dos vereadores e no painel eletrônico. Os votos devem ser disponibilizados em tempo real proporcionando o acompanhamento instantâneo por todas as partes envolvidas. Ao término do tempo estipulado, os painéis de todos os sistemas deverão automaticamente encerrar a exibição da tela de votação e o operador deve ser capaz de decidir qual procedimento será adotado. Caso a contagem de votos determine um empate, o sistema deve permitir que o presidente da casa registre um voto de desempate mediante a abertura de um novo período de votação somente para o presidente. Após o encerramento do tempo de votação, o sistema deve possibilitar a alteração de votos, pois existem situações em que um vereador pode decidir mudar sua escolha antes que o resultado final seja proclamado. Essa mudança de voto deve ser feita sob supervisão e com o consentimento do vereador envolvido, e para transparência do processo a mudança do voto deve ser registrada no andamento da sessão.		
8.1.1.24	No sistema de votação eletrônica, o controlador deverá ser capaz de criar, parametrizar e disponibilizar votações de forma integrada ao processo legislativo, definindo perguntas, alternativas e o tipo de votação a ser utilizado, podendo ser por alternativas com seleção única ou múltipla, em modo nominal ou anônimo, bem como votações do tipo “a favor”, “contra” ou “abstenção”, também em formato nominal ou anônimo. As votações deverão estar vinculadas a matérias previamente cadastradas, permitindo sua gestão completa, com operações de criação, edição e exclusão, além da inclusão, edição e remoção de arquivos anexos relacionados às matérias e às votações. Durante a disponibilização da votação, os painéis de votação dos vereadores, o painel de controle da sessão e o painel eletrônico deverão operar de forma integrada, assegurando a exibição sincronizada das informações e dos resultados em tempo real, inclusive no site da Câmara Municipal. O sistema deverá apresentar uma interface moderna, intuitiva e tecnologicamente avançada, garantindo transparência, acompanhamento imediato dos votos e controle total do andamento da votação até o seu encerramento, respeitando as regras e os fluxos definidos para cada tipo de deliberação.		
8.1.1.25	No painel de Sessão Eletrônica, ao final da contagem de votos, o controlador deve ser capaz de finalizar a votação e escolher o status da matéria e após a seleção do status, todos os sistemas conectados (vereadores, do controlador e painel eletrônico) devem exibir a informação final, indicando que a matéria foi concluída com o status escolhido. Todos os votos e procedimentos realizados durante a votação devem ser automaticamente registrados na linha do tempo do andamento da sessão.		
8.1.1.26	No painel de votação eletrônica, ao concluir as ordens do dia, o controlador deve ser o único capaz de encerrar a sessão, clicando no botão de finalização, o sistema deve exibir uma mensagem perguntando se o operador deseja gerar automaticamente a ata da sessão, compilando automaticamente todo o acompanhamento registrado da sessão e salvar o conteúdo na seção de atas, disponibilizando-o imediatamente no site da Câmara Municipal ou se preferir ele deve ser capaz de anexar a ata posteriormente. Após o encerramento oficial da sessão, todos os dados relacionados devem ser automaticamente disponibilizados no website da Câmara Municipal		
8.1.1.27	O painel do vereador deve ser totalmente responsivo e acessível em dispositivos móveis (celulares e tablets) e desktops (notebooks). Cada vereador deve possuir um login e uma senha para acessar o sistema, que deve ser projetado para ser intuitivo e fácil de usar, considerando as dificuldades que alguns vereadores possam ter com novas tecnologias. Devendo ainda dispor de opção de cor clara e escura, permitindo que o vereador selecione aquele que melhor se adequa à sua visualização, completando a facilitação e experiência de uso.		
8.1.1.28	O painel do vereador, deve exibir a lista dos vereadores presentes na sessão sinalizando suas presenças automaticamente após efetuarem o login, demonstrando com foto, nome e status de presença, essa listagem deve aparecer no painel eletrônico e no painel dos vereadores presentes.		
8.1.1.29	O painel do vereador deve exibir informações claras sobre a sessão, incluindo: tipo da sessão, número e data da sessão, horário e o tempo decorrido, status da sessão (em espera, iniciada ou finalizada), e cronômetro, que deve ser ativado automaticamente quando o operador definir um tempo de fala, tempo de leitura ou votação.		
8.1.1.30	No painel do vereador, quando o usuário logado exercer a função de presidente, deve haver um botão de "Pedido de Ordem", que ao ser acionado, ativará uma sirene, indicando que a ordem precisa ser restabelecida e mantida no plenário.		
8.1.1.31	No painel do vereador, quando o controlador definir um tempo de fala, o painel deve exibir a foto do vereador que está falando, e mostrar o cronometro decrescendo o tempo disponível. Ao termino do tempo de fala, uma sirene deve ser tocada para sinalizar o término do tempo.		
8.1.1.32	No painel do vereador, deve possuir, uma guia “Sessão Atual", onde o vereador deve ser capaz de visualizar a Ordem do Dia e acompanhar em tempo real todas as matérias em discussão. Esta aba deve possuir quatro tabelas principais: Matéria atual, que deve exibir a matéria em discussão no momento (leitura ou votação), devendo possuir colunas com o tipo (projeto, moção, requerimento), número, ementa, data, e um botão "Visualizar" para leitura; Ordem do dia, que deve exibir a listagem das matérias que ainda serão abordadas na sessão, devendo possuir colunas com o tipo (projeto, moção, requerimento), número, ementa, data, e um botão "Visualizar" para leitura; Matérias finalizadas, que deve exibir as matérias que já foram votadas, devendo possuir colunas com o tipo (projeto, moção, requerimento), número, ementa, data, e um botão "Visualizar" para exibir os vereadores que votaram e seus respectivos votos; e Matérias retiradas, que deve exibir as matérias que foram retiradas da Ordem do Dia devendo possuir colunas com o tipo (projeto, moção, requerimento), número, ementa, data, e um botão "Visualizar" para apreciação da justificativa cadastrada.		
8.1.1.33	No painel do vereador, deve possuir uma guia "Andamento da Sessão" que deve mostrar o histórico completo da sessão desde do seu início, incluindo votações, matérias retiradas, finalizações, tempos de fala e outros eventos importantes. O formato de exibição deve ser em uma linha do tempo, permitindo que o usuário acompanhe os eventos de maneira cronológica.		
8.1.1.34	O painel do vereador, deve possuir uma guia "Minha Atuação", que deve permitir ao vereador visualizar seu desempenho durante um período específico, que deve ser definido pelo próprio vereador através de campos de data inicial e final. Após a escolha do período, os seguintes gráficos devem ser exibidos: Gráfico de participação, que deve exibir todas as matérias nas quais o vereador teve participação ativa (autoria); e um Gráfico comparativo, que deve comparar o desempenho do vereador com os demais, sem revelar os nomes, para garantir a imparcialidade.		
8.1.1.35	O painel do vereador, deve possuir mecanismos de segurança para evitar problemas durante a sessão, sendo essas medidas o: Travamento de tela, quando uma matéria for disponibilizada para leitura ou votação, a tela deve ficar bloqueada, impedindo que o vereador saia da página e se perca no processo; e Preservação de dados, para o caso do vereador fechar o navegador acidentalmente, e executar o login novamente, nenhum dado deve ser perdido e todas as informações da sessão devem ser mantidas e atualizadas em tempo real no painel do vereador. Além de ser indispensável que o painel do vereador esteja disponível para acesso a qualquer momento, 24 horas por dia, para possibilitar eventuais consultas antes, durante e após a conclusão das sessões.		
8.1.1.36	No painel do vereador, quando uma matéria for disponibilizada para votação pelo controlador, deve ser exibido a tela de votação em tempo real, e conforme os vereadores votam, os votos devem ser computados automaticamente e o placar deve ser atualizado, devendo exibir os seguintes dados da matéria, tipo (Projeto, Moção, Requerimento), número, ementa, e o cronômetro decrescente com o tempo para votação. Na seleção dos votos, deve ser exibido no campo de votação as opções Favorável, Contra e Abstenção. Para os casos que o presidente não vá votar, o sistema deve permitir que opção de selecionar voto seja desabilitada.		
8.1.1.37	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve operar de forma integrada e sincronizada com os painéis do controlador e do vereador, exibindo a identificação da sessão e sua legislatura, além da data e horário. Também deverá exibir o logotipo e a identificação da Câmara Municipal. Devendo ainda exibir todas as interações dos vereadores com as matérias em discussão, contribuindo para a transparência da informação e permitindo que o público que acompanha a sessão dentro da Câmara Municipal tenha acesso claro e imediato aos processos em andamento. As telas devem exibir os vereadores de forma uniforme, assegurando que todos tenham o mesmo tempo de exibição na tela e garantindo a igualdade.		
8.1.1.38	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Início de Sessão organizada em três colunas, uma para exibir os vereadores presentes, outra para os ausentes e uma terceira para os vereadores cujas faltas foram justificadas. Conforme os vereadores se logam no painel eletrônico, eles devem ser automaticamente transferidos da coluna de ausentes para a coluna de presentes.		
8.1.1.39	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Sessão Iniciada, organizada em três colunas, sendo a primeira coluna, para exibir a listagem decrescente do tempo total de fala de cada vereador, sendo automaticamente atualizados conforme as falas vão sendo registradas. A segunda coluna, deve exibir a ordem do dia, com todas as matérias que serão votadas naquele dia e na terceira coluna, deve ser exibido o status da sessão (Em espera, Iniciada ou Finalizada), o tempo decorrido da sessão e o número total de vereadores presentes.		
8.1.1.40	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Tempo de Leitura organizada em duas colunas, sendo a primeira coluna, para exibir o cronômetro, e os dados da matéria em discussão, devendo conter o número, autor, data e ementa. Na segunda coluna, deve ser exibido o status da sessão (Em espera, Iniciada ou Finalizada), o tempo decorrido da sessão e o número total de vereadores presentes.		
8.1.1.41	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Votação da Matéria organizada em duas colunas, sendo a primeira coluna, para exibir os dados da matéria em votação, devendo conter o número, autor, data, ementa e o nome dos vereadores com as suas devidas fotos que dever aparecer automaticamente a cada voto escolhido. A segunda coluna, deve exibir o cronômetro, o placar da votação com a contagem de votos a favor, contra e abstenções, o tempo decorrido da sessão e o número total de vereadores presentes.		
8.1.1.42	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Tempo de Fala organizada em duas colunas, sendo a primeira coluna, para exibir os dados do vereador que está falando, com o nome, foto e partido, e um cronômetro. Na segunda coluna, deve ser exibido informações sobre o status da sessão (Em espera, Iniciada ou Finalizada), o tempo decorrido da sessão e o número total de vereadores presentes.		
8.1.1.43	O painel eletrônico que será exibido nos televisores, deve possuir uma Tela de Sessão Encerrada, que deve exibir uma mensagem de agradecimento às pessoas que permaneceram até aquele momento, seguida pelo cronograma da sessão no formato de linha do tempo, que deve ser exibido de forma contínua.		

9 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As especificações técnicas constantes neste Termo, definem os elementos necessários e suficientes para o atendimento pleno das necessidades prevista por esta Câmara, em consonância com às exigências legais e ao interesse público.
9.2. Os casos omissos ou os casos de não atendimento ao requerido neste termo de referência, a licitante provisoriamente habilitada será desclassificada, e o próximo licitante com o menor preço será convocado para a prova de conceito, e assim sucessivamente.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

Referência: Dispensa Física n.º ____/20__	
Objeto:_____	
Licitante: CNPJ/CPF: Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Fax: E-mail: Inscrição Estadual: Cidade: Estado:	
Banco: Agência: Conta-corrente:	
1)	O preço proposto é de R$ _____ (_____).
2)	O prazo de validade da Proposta será de 60 dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.
Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____	
_____, ___ de _____ 20__.	
Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
Obs. Caso haja divergência entre o valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.	

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A EMPRESA_____, inscrita no CNPJ _____, sediada na cidade de: _____, Rua/Av _____, telefone: _____ (neste ato representado por seu (sua) sócio(a)/representante, o(a) Sr(a) _____, CPF _____ e e-mail: _____, com poderes estabelecidos no ato de investidura, declara aceitar os termos abaixo:
( ) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
( ) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
( ) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
( ) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
Local, data, ano
Representante Legal da Empresa
Nome:
CPF:
Assinatura:

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 00/ 2026
Processo Administrativo n°. 000/2026
Processo Licitatório - DISPENSA DE LICITAÇAO N°. 000/2026

Por este instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SAPOPEMA, com sede na endereço, na Av. Manoel Ribas, 362, Centro, CEP: 84.290-000, Sapopema/PR, registrada sob o CNPJ 77.774.487/0001-94, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sapopema, **EDMAR VIEIRA RODRIGUES,** em pleno exercício de seus poderes, biênio 2025/2026, brasileiro, amasiado, vereador, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Principal, s/n, Bairro Vida Nova, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.190.332-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n° 059.088.939-78, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa (DADOS EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.° **(CNPJ)**, estabelecida na Rua **(ENDEREÇO)**, neste ato representada pelos seus proprietários, o Sr. (NOME DO RESPONSAVEL), portadores dos respectivos documentos **(DOCUMENTO)** doravante denominada CONTRATADA, firmam, com fundamento nos Autos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 que fica fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrição, e no qual estão vinculadas as partes, o presente instrumento de Contrato Administrativo, o qual se regerá pelo disposto na Lei Federal n°. 14.133/2021 e posteriores, Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis à espécie, mediante cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA se responsabiliza a entregar o objeto em conformidade com os componentes listados no Edital e seus anexos.
1.2. O detalhamento das soluções se encontra descrito e especificado no Termo de referência que compôs esse contrato.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Qtde
01	Prestação de serviço técnico especializado para fornecimento de licença de uso de sistema de processo legislativo, projetado para o cadastro e gerenciamento de todas as matérias tratadas nas sessões legislativas da Câmara Municipal	SRV	12
02	Implementação e treinamento presencial dos servidores e vereadores.	SRV	01

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:
3.1.1. R$ (VALOR POR EXTENSO), mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela CONTRATANTE.
3.1.2. O valor fixo estipulado no item "3.1.1." deste contrato será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão da nota fiscal, com a devida liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
3.2. Os preços contratados poderão ser reajustados uma vez a cada período de vigência, tomando-se como referência a variação dos índices oficiais, acordado entre as partes (IGPM, IPCA, INPC).

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 meses, iniciando-se (DATA), podendo ser prorrogado nos termos do artigo 106, §2º e artigo 107, da Lei nº 14.133/21, desde que seja de interesse de ambas as partes.
4.2. Os prazos de entrega dos eventos de desenvolvimento do projeto, regem-se pelas seguintes regras:
4.2.1. A CONTRATADA compromete-se a entregar a versão final do projeto no prazo de trinta 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato.
4.2.2. A cada nova solicitação de alteração informada, será acrescentado o prazo de dez (10) dias úteis para a execução das mesmas.

4.2.3. Decorridos 15 (quinze) dias sem que a CONTRATANTE tenha apresentado as alterações pretendidas e ou as informações correspondentes ao conteúdo do projeto, poderá a CONTRATADA dar como concluída e entregue a versão final, e faturar o serviço prestado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS

5.1. Todos os encargos previdenciários, sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes do presente contrato, correrão por conta da CONTRATADA**.**

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
6.1.1. Cumprir, por si e ou por seus prepostos, todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, fornecendo todas as informações necessárias para a execução e entrega do serviço por parte da CONTRATADA.
6.1.2. Efetuar o pagamento em dia, na forma estipulada na CLÁUSULA TERCEIRA do presente contrato.
6.1.3. Fornecer os materiais e demais informações dentro do prazo estipulado na CLÁUSULA QUARTA, quando solicitado pela CONTRATADA**.**
6.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
6.2.1. Migrar todo o conteúdo referente a base da dados do portal atual caso haja, para a nova plataforma.
6.2.2. Prestar à CONTRATANTE o melhor serviço técnico possível, em conformidade com o acordado na proposta comercial e ou termo de referência e ou prova de conceito.
6.2.3. Recolher, nos prazos legais, todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fundiários, fiscais e quaisquer outros decorrentes da presente contratação e sua execução, em quaisquer das esferas: privada, federal, estadual e municipal.
6.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as qualificações e habilitações exigidas na Lei n° 14.133/21 e suas alterações posteriores.
6.2.5. Cumprir fielmente os prazos contratuais, salvo motivo justo, desde que previamente comunicado à CONTRATANTE.
6.2.6. Ao termino da vigência contratual a CONTRATADA se compromete a entregar, o backup com toda a base de dados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. No caso de inadimplência total ou parcial por parte da CONTRATADA, a Câmara Municipal de nome da cidade poderá aplicar penalidade de multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar, nos termos da Lei nº 14.133/21.
7.2. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados ou enquadrados legalmente nestas situações.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Fica reconhecido à CONTRATANTE que a inexecução total ou parcial do contrato, enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 14.133/21.
8.1.1. Além dos casos de rescisão já previstos, rescinde ainda, de pleno direito o presente Contrato, nas disposições previstas no artigo 138 e todos os seus incisos da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo para a CONTRATADA de receber o que lhe for legalmente devido, pelos serviços comprovadamente prestados.
8.2. O contrato poderá, com base nos preceitos do direito público, ser rescindido pela CONTRATANTE a qualquer tempo, mediante aviso formal com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, não cabendo à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.
8.2.1. Caso a CONTRATANTE rescinda o contrato sem o prévio aviso descrito no subitem anterior, a CONTRATADA terá direito a indenização a ser paga pela CONTRATANTE, no valor correspondente a 2 (duas) mensalidades.
8.3. Caso a CONTRATANTE não manifeste a intenção de romper o contrato com a CONTRATADA em até 30 (trinta) dias antes de seu término, considerar-se-á o contrato como aditado.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, qualquer fato anormal que porventura venha ocorrer durante a execução e entrega do serviço, principalmente os fatos que dependam de orientação técnica da CONTRATANTE ou de seus prepostos.
9.2. A presente contratação é regida pelo disposto no Código Civil Brasileiro e especialmente, pela Lei n°. 14.133/21, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais pertinentes à espécie, não aplicando em qualquer vínculo empregatício entre as partes, não cabendo à CONTRATADA pleitear por quaisquer vantagens e ou direitos oriundos da legislação trabalhista, previdenciária, social e ou fundiária.
9.3. Ficam assegurados à CONTRATADA todos os direitos autorais e direitos de propriedade intelectual relativos ao Projeto e Código Fonte, sem que a caiba a CONTRATANTE qualquer direito ou reclamação neste sentido.
9.4. A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, transferir ou delegar as atribuições e responsabilidades que assume por força deste contrato, a não ser com prévia concordância da CONTRATANTE.
9.5. A CONTRATANTE concede à CONTRATADA o direito de inserir no rodapé das páginas do site objeto deste contrato, o texto "*Website desenvolvido por...*" com link para o site da empresa contratada e a divulgar o projeto em seu portfólio e em suas redes sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO ESPECIAL

11.1. Para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim, justos, combinados e contratados, em tudo quanto neste documento se contém, assinam-no em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Sapopema, data

Câmara Municipal De Nome De Sapopema
EDMAR VIEIRA RODRIGUES
Presidente
Contratante

_____
Empresa
Representante
Contratada

Publicado por:
Alessandra Oliveira Isidoro
Código Identificador:71C8B24A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 25/2026

Ao Instrumento Particular de Contrato para *Contratação de empresa especializada para atuação de médico pediatra nas Unidades Básicas de Saúde do Serviço Municipal de Saúde Sertanópolis /Pr*., objeto do pregão **nº. 06/2026**, estabelecido entre o **SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no M5F/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **N I GRASSI EVANGELISTA SERVIÇOS EVANGELISTA SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** CNPJ Nº 51.543.966/0001-06, situada na rua Ipê nº 26, Sertanópolis, telefone:(18)9681-3206, e-mail: nathan.grassi@hotmail.com, neste ato representado pelo **Senhor NATHAN ISAAC GRASSI EVANGELISTA,** com cédula de identidade nº 39.629.168-5, inscrito no CPF nº 367.996.178-28, residente e domiciliado na cidade de Sertanópolis, doravante denominada **CONTRATADA**.
Cláusula Primeira
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de valor contratado para readequação econômico-financeira, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIALIDADE	UNID	QUANT	VALOR CONTRATO	VALOR REPACTUADO	DIFERENÇA	VALOR TOTAL
1	MÉDICO PEDIATRA	HORAS	2425	R$ 118,73	R$ 151,82	R$ 33,09	R$ 80.243,25

Cláusula Segunda
O valor do aditivo será de R$ 80.243,25 (Oitenta mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).
Cláusula Terceira
A vigência se dará a partir da data de 03 de Agosto de 2026.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos, certos e acordados com o presente **TERMO ADITIVO**, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 31 de Agosto de 2026.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA	***NATHAN ISAAC GRASSI EVANGELISTA***
Serviço Municipal de Saúde	N I Grassi Evangelista Serviços Evangelista Serviços Medicos LTDA
Contratante	Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:2775D49F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 053/2026 31/08/2026 - ANEXO I DESPESA

Prefeitura Municipal de Sulina - PR								
Cronograma de Execução Mensal de Desembolso								
Artigo 8º da LC n.º 101/2000 (LRF)								
Janeiro a Agosto/2026								
Decreto nº 053/2026 – Anexo I								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Fonte de Recurso: 0 - Recursos Ordinários (Livres)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	656.208,00	653.072,00	653.072,00	603.072,00	653.072,00	643.072,00	7.965.000,00	7.965.000,00
	738.072,00	753.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00		
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.850,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	500.000,00	500.000,00
	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	809.890,82	806.020,38	776.020,38	906.020,38	751.020,38	696.020,38	9.313.115,00	9.313.115,00
	618.020,38	726.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38		
4 - INVESTIMENTOS	57.669,30	57.393,70	87.393,70	7.393,70	112.393,70	177.393,70	827.000,00	827.000,00
	60.393,70	37.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70		
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	700.000,00	700.000,00
	149.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.555,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	150.000,00	150.000,00
	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00		
Total da Fonte de Recurso 0	**1.628.393,12**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**19.455.115,00**	**19.455.115,00**
	1.620.611,08	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**		
Fonte de Recurso: 101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.219,20	201.252,80	201.252,80	190.247,79	191.252,80	201.252,80	2.394.994,99	2.394.994,99
	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80		
Total da Fonte de Recurso 101	**202.219,20**	**201.252,80**	**201.252,80**	**190.247,79**	**191.252,80**	**201.252,80**	**2.394.994,99**	**2.394.994,99**
	201.252,80	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**		
Fonte de Recurso: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	59.980,00	49.980,00	610.000,00	610.000,00
	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.740,00	16.660,00	16.660,00	37.665,01	16.660,00	16.660,00	221.005,01	221.005,01
	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	-9.167,00	833,00	833,00	-	
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 102	**67.797,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**78.478,01**	**77.473,00**	**67.473,00**	**831.005,01**	**831.005,01**
	67.473,00	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**		
Fonte de Recurso: 103 - Educação / 10% Sobre Transferências Cons								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.221,85	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	1.400.500,00	1.400.500,00
	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.012,30	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	2.079.000,00	2.079.000,00
	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70		
4 - INVESTIMENTOS	11.383,20	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	136.000,00	136.000,00
	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80		
Total da Fonte de Recurso 103	**302.617,35**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**3.615.500,00**	**3.615.500,00**
	301.171,15	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**		
Fonte de Recurso: 104 - Educação / 25% sobre Impostos								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.122,67	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	539.100,00	539.100,00
	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.399,11	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	1.020.300,00	1.020.300,00
	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99		
Total da Fonte de Recurso 104	**130.521,78**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**1.559.400,00**	**1.559.400,00**
	129.898,02	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**		
Fonte de Recurso: 107 - Salário Educação								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.312,70	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	171.000,00	171.000,00
	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30		
Total da Fonte de Recurso 107	**14.312,70**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**171.000,00**	**171.000,00**
	14.244,30	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**		
Fonte de Recurso: 124 - PNATE Estadual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.625,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	115.000,00	115.000,00
	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50		
Total da Fonte de Recurso 124	**9.625,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**115.000,00**	**115.000,00**
	9.579,50	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**		
Fonte de Recurso: 125 - ESCOLA TEMPO INTEGRAL FNDE LEI 14640/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.770,90	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	57.000,00	57.000,00
	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10		
Total da Fonte de Recurso 125	**4.770,90**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**57.000,00**	**57.000,00**
	4.748,10	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 129 - FNDE - Kit Ensino Fund. Anos Iniciais - Termo Compromisso 954793-8 - Processo 23400.001361/2023-61								

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000,00						12.000,00	12.000,00
Total da Fonte de Recurso 129	**12.000,00**	-	-	-	-	-	**12.000,00**	**12.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 133 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948210-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	5.678,70						5.678,70	5.678,70
Total da Fonte de Recurso 133	**5.678,70**	-	-	-	-	-	**5.678,70**	**5.678,70**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 134 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948211-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	29.627,00						29.627,00	29.627,00
Total da Fonte de Recurso 134	**29.627,00**	-	-	-	-	-	**29.627,00**	**29.627,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 135 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA - PROPOSTA N 67164/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	20.455,54						20.455,54	20.455,54
Total da Fonte de Recurso 135	**20.455,54**	-	-	-	-	-	**20.455,54**	**20.455,54**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 136 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLAR-PROPOSTA N 068037/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	101.552,33						101.552,33	101.552,33
Total da Fonte de Recurso 136	**101.552,33**	-	-	-	-	-	**101.552,33**	**101.552,33**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 137 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MATERIAL ESPORTIVO - COMP TER COMP. N 955099-8 - PROCESSO N 23400.001415/2023-98 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.816,36						7.816,36	7.816,36
Total da Fonte de Recurso 137	**7.816,36**	-	-	-	-	-	**7.816,36**	**7.816,36**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 138 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA - TERMO COMP. N 985624-6 - PROCESSO N 23400.001516/2025-21 - EMENDA PARLAMENTAR.								
4 - INVESTIMENTOS			2.714,00				2.714,00	2.714,00
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 138	-	-	**2.714,00**	-	-	-	**2.714,00**	**2.714,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 139 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -BRINQUEDOS - TERMO COMP. N 954790-8 - PROCESSO N 23400.001360/2023-16 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.073,43						36.073,43	36.073,43
Total da Fonte de Recurso 139	**36.073,43**	-	-	-	-	-	**36.073,43**	**36.073,43**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 140 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 985626-6 - PROCESSO N 23400.001515/2025-86 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	11.845,00						11.845,00	11.845,00
Total da Fonte de Recurso 140	**11.845,00**	-	-	-	-	-	**11.845,00**	**11.845,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 141 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE COZINHA - TERMO COMP. N 985426-5 - PROCESSO N 23400.001423/2025-04 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	27.342,00						27.342,00	27.342,00
Total da Fonte de Recurso 141	**27.342,00**	-	-	-	-	-	**27.342,00**	**27.342,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 142 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 990873-6 - PROCESSO N 23400.001514/2025-31 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	7.679,00						7.679,00	7.679,00
Total da Fonte de Recurso 142	**7.679,00**	-	-	-	-	-	**7.679,00**	**7.679,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 143 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 990872-5 - PROCESSO N 23400.001870/2025-55 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	49.210,74						49.210,74	49.210,74
Total da Fonte de Recurso 143	**49.210,74**	-	-	-	-	-	**49.210,74**	**49.210,74**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 144 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 989977-6 - PROCESSO N 23400.001672/2025-91 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	41.800,00						41.800,00	41.800,00
Total da Fonte de Recurso 144	**41.800,00**	-	-	-	-	-	**41.800,00**	**41.800,00**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 145 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 962848-5 - PROCESSO N 23400.001299/2024-98 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	364.435,20						364.435,20	364.435,20
Total da Fonte de Recurso 145	**364.435,20**	-	-	-	-	-	**364.435,20**	**364.435,20**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 146 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLARES- TERMO COMP. N 989980-6 - PROCESSO N 23400.001674/2025-81 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	14.672,19						14.672,19	14.672,19
Total da Fonte de Recurso 146	**14.672,19**	-	-	-	-	-	**14.672,19**	**14.672,19**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 303 - Saúde/Percentual Receita Vinculada								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.646,40	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	2.722.000,00	2.722.000,00
	222.577,60	272.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.503,54	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	4.914.200,00	4.914.200,00
	413.517,86	363.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86		
4 - INVESTIMENTOS	16.321,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	195.000,00	195.000,00
	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50		
Total da Fonte de Recurso 303	**655.471,44**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**7.831.200,00**	**7.831.200,00**
	652.338,96	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**		
Fonte de Recurso: 338 - FES/PR ProVigiA-PR Investimento								
4 - INVESTIMENTOS		70.479,96					70.479,96	70.479,96
Total da Fonte de Recurso	-	-	-	-	-	-	**70.479,96**	**70.479,96**

338	-	**70.479,96**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 341 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP-DEP. FED.ELTON WELTER -EMENDA BANCADA 71170007 - PROP. 36000782941/2026-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					100.000,00		100.000,00	100.000,00
Total da Fonte de Recurso 341	-	-	-	-	**100.000,00**	-	**100.000,00**	**100.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 342 - CONVÊNIO 726/2026 - SECID - PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS.								
4 - INVESTIMENTOS						3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 342	-	-	-	-	-	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**	**3.500.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 343 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar: 202640740005 - VERMELHO - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS.								
4 - INVESTIMENTOS						298.500,00	298.500,00	298.500,00
Total da Fonte de Recurso 343	-	-	-	-	-	**298.500,00**	**298.500,00**	**298.500,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 344 - SULINA ESPORTE FORTE - CONVÊNIO TRANSFEREGOV. PROPOSTA 022397/2026 - MINISTÉRIO DO ESPORTE.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						196.000,00	196.000,00	196.000,00
Total da Fonte de Recurso 344	-	-	-	-	-	**196.000,00**	**196.000,00**	**196.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 345 - PRAGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS - CONVÊNIO 0328/2026 - Sec. de Estado do Turismo - SETU - FESTA DO COLONO E MOTORISTA/2026.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00						150.000,00	150.000,00
Total da Fonte de Recurso 345	-	-	-	-	-	-	**150.000,00**	**150.000,00**
	150.000,00	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 346 - SUAS - Serviços de Acolhimento de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - DELIBERAÇÃO n 055/2024 - CEAS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.000,00						84.000,00	84.000,00
Total da Fonte de Recurso 346	-	-	-	-	-	-	**84.000,00**	**84.000,00**
	84.000,00	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 347 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP - DEP. FED. GERALDO MENDES - INDIVIDUAL- PROC. 25000097095/2026-44 - PROP. 63000795990/2026-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.794,83						100.794,83	100.794,83
Total da Fonte de Recurso 347	-	-	-	-	-	-	**100.794,83**	**100.794,83**
	100.794,83	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 348 - FME - CUSTEIO PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS MUNICIPAIS DO ESPORTE.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.080,00						24.080,00	24.080,00
Total da Fonte de Recurso 348	-	-	-	-	-	-	**24.080,00**	**24.080,00**
	24.080,00	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 349 - - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA MUNICIPAL - ESTÁDIO MUNICIPAL CAMPO PROGRESSO e QUADRA SINTÉTICA.								
4 - INVESTIMENTOS	600.000,00						600.000,00	600.000,00
Total da Fonte de Recurso 349	-	-	-	-	-	-	**600.000,00**	**600.000,00**
	600.000,00	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.391,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	1.295.000,00	1.295.000,00
	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.308,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	840.000,00	840.000,00
	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00		
Total da Fonte de Recurso 494	**178.699,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**2.135.000,00**	**2.135.000,00**
	177.845,50	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**		
Fonte de Recurso: 496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000,00					50.000,00	50.000,00
Total da Fonte de Recurso 496	-	-	-	-	-	-	**50.000,00**	**50.000,00**
	-	**50.000,00**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 501 - Alienação de Bens								
4 - INVESTIMENTOS		413.238,21					413.238,21	413.238,21
Total da Fonte de Recurso 501	-	-	-	-	-	-	**413.238,21**	**413.238,21**
	-	**413.238,21**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 504 - ROYALTIES								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.170,90	171.348,10	-208.651,90	51.348,10	171.348,10	171.348,10	1.557.000,00	1.557.000,00
	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10		
4 - INVESTIMENTOS	33.480,00	33.320,00	413.320,00	153.320,00	33.320,00	33.320,00	900.000,00	900.000,00
	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
Total da Fonte de Recurso 504	**205.650,90**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**2.457.000,00**	**2.457.000,00**
	204.668,10	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**		
Fonte de Recurso: 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.118,80	26.989,20	26.989,20	-23.010,80	26.989,20	26.989,20	274.000,00	274.000,00
	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20		
4 - INVESTIMENTOS	8.788,50	8.746,50	8.746,50	58.746,50	8.746,50	8.746,50	155.000,00	155.000,00
	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50		
Total da Fonte de Recurso 507	**35.907,30**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**429.000,00**	**429.000,00**
	35.735,70	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**		
Fonte de Recurso: 510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.951,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	95.000,00	95.000,00
	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50		
Total da Fonte de Recurso 510	**7.951,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**95.000,00**	**95.000,00**
	7.913,50	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**		
Fonte de Recurso: 511 - Taxas - Prestação de Serviços								
3 - OUTRAS DESPESAS	17.995,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	215.000,00	215.000,00

CORRENTES	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50		
Total da Fonte de Recurso 511	**17.995,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**215.000,00**	**215.000,00**
	17.909,50	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**		
Fonte de Recurso: 512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 512	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
Fonte de Recurso: 613 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA (BANCO DO BRASIL/2026).								
4 - INVESTIMENTOS			2.500.000,00				2.500.000,00	2.500.000,00
Total da Fonte de Recurso 613	-	-	**2.500.000,00**	-	-	-	**2.500.000,00**	**2.500.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 786 - FEAS PPAS I								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.440,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	65.000,00	65.000,00
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 786	**6.277,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**75.000,00**	**75.000,00**
	6.247,50	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**		
Fonte de Recurso: 789 - SANEPAR - Comp. Fin. ao MEIO AMBIENTE M								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 789	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	833,00	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
Fonte de Recurso: 834 - SESA PR APSUS CUSTEIO								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00	100.000,00
	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00		
Total da Fonte de Recurso 834	**8.370,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**100.000,00**	**100.000,00**
	8.330,00	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**		
Fonte de Recurso: 838 - FES/PR Bloco de Investimento da Rede ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19 FES/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					1.825,37		1.825,37	1.825,37
Total da Fonte de Recurso 838	-	-	-	-	**1.825,37**	-	**1.825,37**	**1.825,37**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 884 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	106.500,00	106.500,00
	5.831,00	42.331,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
Total da Fonte de Recurso 884	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**106.500,00**	**106.500,00**
	5.831,00	**42.331,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
Fonte de Recurso: 885 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	70.000,00	70.000,00
	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
Total da Fonte de Recurso 885	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**70.000,00**	**70.000,00**
	5.831,00	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 901 - FES/PR ProVigiA-PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		55.887,93					55.887,93	55.887,93
Total da Fonte de Recurso 901	-	-	-	-	-	-	**55.887,93**	**55.887,93**
	-	**55.887,93**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 909 - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e CadÚnico (IGD-PAB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				11,69			11,69	11,69
Total da Fonte de Recurso 909	-	-	-	**11,69**	-	-	**11,69**	**11,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS) PAIFI/IDOSO/PROJOVEM/PETI								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.458,10	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	113.000,00	113.000,00
	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90		
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso 934	**10.295,10**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**123.000,00**	**123.000,00**
	10.245,90	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**		
Fonte de Recurso: 936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) IGDs								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	418,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	5.000,00	5.000,00
	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
Total da Fonte de Recurso 936	**418,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**5.000,00**	**5.000,00**
	416,50	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**		
Fonte de Recurso: 940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO - BL GBF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.511,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	30.000,00	30.000,00
	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00		
4 - INVESTIMENTOS	1.255,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	15.000,00	15.000,00
	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50		
Total da Fonte de Recurso 940	**3.766,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**45.000,00**	**45.000,00**
	3.748,50	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**		
Fonte de Recurso: 941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e AltaComplexidade								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Total da Fonte de Recurso	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**

941	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
Fonte de Recurso: 952 - SECID/PR CV 522/2023 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS VILA NOVA ESTADUAL								
4 - INVESTIMENTOS	1.336.535,78						1.336.535,78	1.336.535,78
Total da Fonte de Recurso 952	**1.336.535,78**	-	-	-	-	-	**1.336.535,78**	**1.336.535,78**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 954 - SECID BARRACÃO FEIRA CV 27/2025								
4 - INVESTIMENTOS	356.835,05	35.250,00					392.085,05	392.085,05
Total da Fonte de Recurso 954	**356.835,05**	-	-	-	-	-	**392.085,05**	**392.085,05**
	-	**35.250,00**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 964 - ASSIST. SOCIAL - EMENDA PARLAMENTAR nº 20380018 - FLAVIO ARNS.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.287,43					3.287,43	3.287,43
Total da Fonte de Recurso 964	-	-	-	-	-	-	**3.287,43**	**3.287,43**
	-	**3.287,43**	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 965 - SEDEF/CEDCA/FIA - INCENTIVO CRECHE								
4 - INVESTIMENTOS	900.960,69						900.960,69	900.960,69
Total da Fonte de Recurso 965	**900.960,69**	-	-	-	-	-	**900.960,69**	**900.960,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 966 - CV-944/2024-SECID-PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS								
4 - INVESTIMENTOS	229.372,26			1.000.000,00			1.229.372,26	1.229.372,26
Total da Fonte de Recurso 966	**229.372,26**	-	-	**1.000.000,00**	-	-	**1.229.372,26**	**1.229.372,26**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 972 - Unidade Habitacional - Moradia Digna - Termo de Comp n 970312/2024 MCIDADES/CAIXA - OP n 1098954-56.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						26.621,00		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
							26.621,00	26.621,00
4 - INVESTIMENTOS	3.250.000,00					-26.621,00	3.223.379,00	3.223.379,00
Total da Fonte de Recurso 972	**3.250.000,00**	-	-	-	-	-	**3.250.000,00**	**3.250.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 974 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED GLEISI HOFFMANN /40110001-INDIVIDUAL 36000657857/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.967,99						5.967,99	5.967,99
Total da Fonte de Recurso 974	-	-	-	-	-	-	**5.967,99**	**5.967,99**
	5.967,99	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 976 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: HATCH/UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 708/2025 - SECID.								
4 - INVESTIMENTOS	118.740,50						118.740,50	118.740,50
Total da Fonte de Recurso 976	**118.740,50**	-	-	-	-	-	**118.740,50**	**118.740,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 977 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE-PAP SEN FLAVIO ARNS/60060003 PROPOSTA 36000698282/2025-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.303,77						9.303,77	9.303,77
Total da Fonte de Recurso 977	-	-	-	-	-	-	**9.303,77**	**9.303,77**
	9.303,77	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 978 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 1590/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	95.000,00						95.000,00	95.000,00
Total da Fonte de Recurso 978	**95.000,00**	-	-	-	-	-	**95.000,00**	**95.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 980 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - TRATORES - SECID - CONVÊNIO n 2192/2025								
4 - INVESTIMENTOS	680.000,00						680.000,00	680.000,00
Total da Fonte de Recurso 980	**680.000,00**	-	-	-	-	-	**680.000,00**	**680.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 984 - UNIDADES HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO n 983416/2025/MCIDADES/CAIXA - OPERAÇAO 1104105-49.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.774,37						64.774,37	64.774,37

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma**	**Fixação**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Desembolso**	**Atualizada**
4 - INVESTIMENTOS	2.506.099,34						2.506.099,34	2.506.099,34
Total da Fonte de Recurso 984	**2.570.873,71**	-	-	-	-	-	**2.570.873,71**	**2.570.873,71**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 986 - INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ - ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO 049/2025/CEDIPI/PR.								
4 - INVESTIMENTOS					45.000,00		45.000,00	45.000,00
Total da Fonte de Recurso 986	-	-	-	-	**45.000,00**	-	**45.000,00**	**45.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 987 - PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS PARANÁ - RESOLUÇÃO SESA N 1572/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.740,12						41.740,12	41.740,12
Total da Fonte de Recurso 987	-	-	-	-	-	-	**41.740,12**	**41.740,12**
	41.740,12	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 988 - - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS IMIGRATES - TERMO DE CONVÊNIO n 1797/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	1.000.000,00						1.000.000,00	1.000.000,00
Total da Fonte de Recurso 988	**1.000.000,00**	-	-	-	-	-	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 989 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED ALIEL MACHADO /50410001- PROPOSTA 36000715837/2025-00.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.964,44						4.964,44	4.964,44
Total da Fonte de Recurso 989	-	-	-	-	-	-	**4.964,44**	**4.964,44**
	4.964,44	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 990 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - CONVÊNIO n 2112/2025-SECID - LINHA BOM JESUS.								
4 - INVESTIMENTOS	2.600.000,00						2.600.000,00	2.600.000,00
Total da Fonte de Recurso 990	**2.600.000,00**	-	-	-	-	-	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 991 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA MUNICIPAL - TERMO CONVÊNIO N 1796/2025 - SECID.								
4 - INVESTIMENTOS	230.000,00						230.000,00	230.000,00
Total da Fonte de Recurso 991	**230.000,00**	-	-	-	-	-	**230.000,00**	**230.000,00**
	-	-	-	-	-	-		

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Fonte de Recurso: 992 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - DECRETO N 6.515/2012 - CV N 903/2025 - "ESTRADA BOA" LINHA AREIÃO.								
4 - INVESTIMENTOS	8.267.583,02						8.267.583,02	8.267.583,02
Total da Fonte de Recurso 992	**8.267.583,02**	-	-	-	-	-	**8.267.583,02**	**8.267.583,02**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 993 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO-DECRETO N 6.515/2021-"ESTRADA BOA" CV N 909/2025 - SEDE OURO.								
4 - INVESTIMENTOS	3.079.218,41						3.079.218,41	3.079.218,41
Total da Fonte de Recurso 993	**3.079.218,41**	-	-	-	-	-	**3.079.218,41**	**3.079.218,41**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 994 - SEAB-PROGRAMA DE ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO "ESTRADA BOA" CV N 790/2025 - LINHA SURUBI.								
4 - INVESTIMENTOS	3.314.806,00						3.314.806,00	3.314.806,00
Total da Fonte de Recurso 994	**3.314.806,00**	-	-	-	-	-	**3.314.806,00**	**3.314.806,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 995 - ASSISTENCIA SOCIAL - INCREMENTO TEMPORÁRIO - GND 3 - CUSTEIO - Emenda Individual n 202630410001 - DEP FED. ELIEL MACHADO PROCESSO 71000014795/2026-29.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				100.000,00			100.000,00	100.000,00
Total da Fonte de Recurso 995	-	-	-	**100.000,00**	-	-	**100.000,00**	**100.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 996 - FNAS- CUSTEIO APAE - DEP FED. ALIEL MACHADO/30410001 - Emenda Individual - Proposta 4126652/2026-0001								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					50.000,00		50.000,00	50.000,00
Total da Fonte de Recurso 996	-	-	-	-	**50.000,00**	-	**50.000,00**	**50.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 997 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP-DEP. FED. LEANDRE DAL PONTE -INDIVIDUAL 37020012 - PROP. 36000741540/2026-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					300.000,00		300.000,00	300.000,00
Total da Fonte de Recurso 997	-	-	-	-	**300.000,00**	-	**300.000,00**	**300.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 998 - AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR n 992554/2026 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA.								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					191.000,00		191.000,00	191.000,00
Total da Fonte de Recurso 998	-	-	-	-	**191.000,00**	-	**191.000,00**	**191.000,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.925,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	250.000,00	250.000,00
	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00		
Total da Fonte de Recurso 1040	**20.925,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**250.000,00**	**250.000,00**
	20.825,00	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**		
Fonte de Recurso: 1045 - Outros Recursos não Vinculados								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.044,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	184.609,82	184.609,82
	52.996,00	31.605,82	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00		
Total da Fonte de Recurso 1045	**10.044,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**184.609,82**	**184.609,82**
	52.996,00	**31.605,82**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**		
Fonte de Recurso: 1051 - Transferencia do Governo Federal Vencimentos dos ACS e dos ACE								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.295,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	350.000,00	350.000,00
	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00		
Total da Fonte de Recurso 1051	**29.295,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**350.000,00**	**350.000,00**
	29.155,00	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**		
Fonte de Recurso: 1063 - Transf da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura LEI/14.399/2022.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES						46.224,57	46.224,57	46.224,57
Total da Fonte de Recurso 1063	-	-	-	-	-	**46.224,57**	**46.224,57**	**46.224,57**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 1064 - PISO ENFERMAGEM PR412665 FMS								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
Total da Fonte de Recurso 1064	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5000 - Recursos Ordinários (Livres)								
4 - INVESTIMENTOS				419.132,71			419.132,71	419.132,71
Total da Fonte de Recurso 5000	-	-	-	**419.132,71**	-	-	**419.132,71**	**419.132,71**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				11.690,43			11.690,43	11.690,43
Total da Fonte de Recurso 5101	-	-	-	**11.690,43**	-	-	**11.690,43**	**11.690,43**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5103 - Educação / 10% Sobre Transferências Cons								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				19.297,12			19.297,12	19.297,12
Total da Fonte de Recurso 5103	-	-	-	**19.297,12**	-	-	**19.297,12**	**19.297,12**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5104 - Educação / 25% sobre Impostos								
4 - INVESTIMENTOS				75.895,80			75.895,80	75.895,80
Total da Fonte de Recurso 5104	-	-	-	**75.895,80**	-	-	**75.895,80**	**75.895,80**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5105 - Alienação de Bens da Educação								
4 - INVESTIMENTOS				89.288,29			89.288,29	89.288,29
Total da Fonte de Recurso 5105	-	-	-	**89.288,29**	-	-	**89.288,29**	**89.288,29**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5107 - Salário Educação								

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				79.136,71			79.136,71	79.136,71
4 - INVESTIMENTOS				60.000,00			60.000,00	60.000,00
Total da Fonte de Recurso 5107	-	-	-	**139.136,71**	-	-	**139.136,71**	**139.136,71**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5124 - PNATE Estadual								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				231,45			231,45	231,45
Total da Fonte de Recurso 5124	-	-	-	**231,45**	-	-	**231,45**	**231,45**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5125 - ESCOLA TEMPO INTEGRAL FNDE LEI 14640/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				72,88			72,88	72,88
Total da Fonte de Recurso 5125	-	-	-	**72,88**	-	-	**72,88**	**72,88**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5126 - MANUTENÇÃO ED. INFANTIL - Novas Turmas								
4 - INVESTIMENTOS				58.363,76			58.363,76	58.363,76
Total da Fonte de Recurso 5126	-	-	-	**58.363,76**	-	-	**58.363,76**	**58.363,76**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5131 - SAÚDE - Compensações Perdas de Arrecadação do ICMS - LC 194/2022 e 201/2023								
4 - INVESTIMENTOS				11.539,48			11.539,48	11.539,48
Total da Fonte de Recurso 5131	-	-	-	**11.539,48**	-	-	**11.539,48**	**11.539,48**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5132 - Educação - Compensações Perdas de Arrecadação do ICMS - LC 194/2022 e 201/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				3.846,55			3.846,55	3.846,55
Total da Fonte de Recurso 5132	-	-	-	**3.846,55**	-	-	**3.846,55**	**3.846,55**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5303 - Saúde/Percentual Receita Vinculada								
4 - INVESTIMENTOS				168.052,82			168.052,82	168.052,82
Total da Fonte de Recurso 5303	-	-	-	**168.052,82**	-	-	**168.052,82**	**168.052,82**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5335 - SESA Atenção Primária - Res. 1466/2023								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				50.135,21			50.135,21	50.135,21
Total da Fonte de Recurso 5335	-	-	-	**50.135,21**	-	-	**50.135,21**	**50.135,21**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5336 - SESA Assis. Desastres Naturais Res. n 1657/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				7,69			7,69	7,69
Total da Fonte de Recurso 5336	-	-	-	**7,69**	-	-	**7,69**	**7,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5337 - FES/PR - Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná - Resolução SESA n 285/2024 e similares								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				412,74			412,74	412,74
Total da Fonte de Recurso 5337	-	-	-	**412,74**	-	-	**412,74**	**412,74**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5338 - FES/PR ProVigiA-PR Investimento								
4 - INVESTIMENTOS				6.011,77			6.011,77	6.011,77
Total da Fonte de Recurso 5338	-	-	-	**6.011,77**	-	-	**6.011,77**	**6.011,77**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5339 - Emenda Parlamentar - Incremento PAP - SAÚDE								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				378,45			378,45	378,45
Total da Fonte de Recurso 5339	-	-	-	**378,45**	-	-	**378,45**	**378,45**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5340 - Incremento do Piso da Atenção Primária - PAP - Emenda de Bancada								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.147,18			1.147,18	1.147,18
Total da Fonte de Recurso 5340	-	-	-	**1.147,18**	-	-	**1.147,18**	**1.147,18**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				200.000,00			200.000,00	200.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				232.198,25			232.198,25	232.198,25
Total da Fonte de Recurso 5494	-	-	-	**432.198,25**	-	-	**432.198,25**	**432.198,25**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.279,87			1.279,87	1.279,87
Total da Fonte de Recurso 5496	-	-	-	**1.279,87**	-	-	**1.279,87**	**1.279,87**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5499 - Gestão do SUS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				39.909,63			39.909,63	39.909,63
Total da Fonte de Recurso 5499	-	-	-	**39.909,63**	-	-	**39.909,63**	**39.909,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5501 - Alienação de Bens								
4 - INVESTIMENTOS				118.264,33			118.264,33	118.264,33
Total da Fonte de Recurso 5501	-	-	-	**118.264,33**	-	-	**118.264,33**	**118.264,33**
	-	-	-	-	-	-		

Fonte de Recurso: 5504 - ROYALTIES								
4 - INVESTIMENTOS				256.902,79			256.902,79	256.902,79
Total da Fonte de Recurso 5504	-	-	-	**256.902,79**	-	-	**256.902,79**	**256.902,79**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF								
4 - INVESTIMENTOS				83.430,56			83.430,56	83.430,56
Total da Fonte de Recurso 5507	-	-	-	**83.430,56**	-	-	**83.430,56**	**83.430,56**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.518,95			2.518,95	2.518,95
Total da Fonte de Recurso 5510	-	-	-	**2.518,95**	-	-	**2.518,95**	**2.518,95**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5511 - Taxas - Prestação de Serviços								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				27.764,37			27.764,37	27.764,37
Total da Fonte de Recurso 5511	-	-	-	**27.764,37**	-	-	**27.764,37**	**27.764,37**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)								
4 - INVESTIMENTOS				1.856,00			1.856,00	1.856,00
Total da Fonte de Recurso 5512	-	-	-	**1.856,00**	-	-	**1.856,00**	**1.856,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5556 - TRANSFERÊNCIA LEI 9615/98								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				8,50			8,50	8,50
Total da Fonte de Recurso 5556	-	-	-	**8,50**	-	-	**8,50**	**8,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5786 - FEAS PPAS I								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				44.879,26			44.879,26	44.879,26
Total da Fonte de Recurso 5786	-	-	-	**44.879,26**	-	-	**44.879,26**	**44.879,26**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5789 - SANEPAR - Comp. Fin. ao MEIO AMBIENTE M								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				9.520,39			9.520,39	9.520,39
Total da Fonte de Recurso 5789	-	-	-	**9.520,39**	-	-	**9.520,39**	**9.520,39**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5810 - EMENDA INCREMENTO PAB								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.307,49			2.307,49	2.307,49
Total da Fonte de Recurso 5810	-	-	-	**2.307,49**	-	-	**2.307,49**	**2.307,49**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5819 - FES Bloco de Custeio daas Ações e Serviços Públicos de Saúde - VIGIA SUS Res 616/15								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				91,32			91,32	91,32
Total da Fonte de Recurso 5819	-	-	-	**91,32**	-	-	**91,32**	**91,32**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5831 - SESA Programa Estadual de Qualificação da Assistência Farmacêutica - IOAF								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				24,86			24,86	24,86
Total da Fonte de Recurso 5831	-	-	-	**24,86**	-	-	**24,86**	**24,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5834 - SESA PR APSUS CUSTEIO								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				121.798,46			121.798,46	121.798,46
Total da Fonte de Recurso 5834	-	-	-	**121.798,46**	-	-	**121.798,46**	**121.798,46**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5835 - SESA PR SAÚDE BUCAL								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.404,86			2.404,86	2.404,86
Total da Fonte de Recurso 5835	-	-	-	**2.404,86**	-	-	**2.404,86**	**2.404,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5837 - FES/PR Bloco de Custeiro ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				111,22			111,22	111,22
Total da Fonte de Recurso 5837	-	-	-	**111,22**	-	-	**111,22**	**111,22**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5838 - FES/PR Bloco de Investimento da Rede ASPS - AÇÕES DE VIGL Res. 615/19 FES/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				70.499,38			70.499,38	70.499,38
Total da Fonte de Recurso 5838	-	-	-	**70.499,38**	-	-	**70.499,38**	**70.499,38**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5847 - FNS Enfrentamento da Emergência COVID19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				26,64			26,64	26,64
Total da Fonte de Recurso 5847	-	-	-	**26,64**	-	-	**26,64**	**26,64**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5850 - FES/PR IOAF Bloco Investimento ASPS Res. 724-2019								
4 - INVESTIMENTOS				11.593,88			11.593,88	11.593,88
Total da Fonte de Recurso 5850	-	-	-	**11.593,88**	-	-	**11.593,88**	**11.593,88**
	-	-	-	-	-	-		
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5851 - FES/PR IOAF Bloco de Custeio ASPS Res. 724-2019								

4 - INVESTIMENTOS				3.909,50			3.909,50	3.909,50
Total da Fonte de Recurso 5851	-	-	-	**3.909,50**	-	-	**3.909,50**	**3.909,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5857 - MIN ECON. TRANSF. ESPECIAL PROP 4477								
4 - INVESTIMENTOS				269,63			269,63	269,63
Total da Fonte de Recurso 5857	-	-	-	**269,63**	-	-	**269,63**	**269,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5860 - FNS Enfrentamento da Emergência COVID19 Portaria 1666/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				52,70			52,70	52,70
Total da Fonte de Recurso 5860	-	-	-	**52,70**	-	-	**52,70**	**52,70**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5869 - FNS BLOCO DE CUSTEIO COVID-19 Portaria 3008/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				71,72			71,72	71,72
Total da Fonte de Recurso 5869	-	-	-	**71,72**	-	-	**71,72**	**71,72**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5870 - FNS GESTAO DO SUS- IMPL SEG AL E NUT NA SAUDE - PORTARIA 2141/2020								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				131,67			131,67	131,67
Total da Fonte de Recurso 5870	-	-	-	**131,67**	-	-	**131,67**	**131,67**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5873 - FES/PR BL CUSTEIO RES. 356/2021 EMERGENCIA COVID-19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				22,63			22,63	22,63
Total da Fonte de Recurso 5873	-	-	-	**22,63**	-	-	**22,63**	**22,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5874 - FNS BL CUSTEIO PORTARIA 894/2021 EMERGENCIA COVID-19								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				118,11			118,11	118,11
Total da Fonte de Recurso 5874	-	-	-	**118,11**	-	-	**118,11**	**118,11**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5875 - FNS BL CUSTEIO PORTARIA 731/2021 EMERGENCIA COVID-19								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				172,17			172,17	172,17
Total da Fonte de Recurso 5875	-	-	-	**172,17**	-	-	**172,17**	**172,17**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover.ECA/FMDCA								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10.678,06			10.678,06	10.678,06
4 - INVESTIMENTOS				5.000,00			5.000,00	5.000,00
Total da Fonte de Recurso 5880	-	-	-	**15.678,06**	-	-	**15.678,06**	**15.678,06**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5883 - FIA/CEDCA - Programa INCENTIVO CMDCA								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				651,14			651,14	651,14
Total da Fonte de Recurso 5883	-	-	-	**651,14**	-	-	**651,14**	**651,14**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5884 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				17,20			17,20	17,20
Total da Fonte de Recurso 5884	-	-	-	**17,20**	-	-	**17,20**	**17,20**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5885 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10,19			10,19	10,19
Total da Fonte de Recurso 5885	-	-	-	**10,19**	-	-	**10,19**	**10,19**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5893 - FES/PR REFORMA/AMPLIAÇÃO UBS RES. 932/2021								
4 - INVESTIMENTOS				2.340,69			2.340,69	2.340,69
Total da Fonte de Recurso 5893	-	-	-	**2.340,69**	-	-	**2.340,69**	**2.340,69**
	-	-	-	-	-	-		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5899 - FES/PR IOAF Bloco de Custeio ASPS Res. 1016/2021								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				69,28			69,28	69,28
Total da Fonte de Recurso 5899	-	-	-	**69,28**	-	-	**69,28**	**69,28**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5901 - FES/PR ProVigiA-PR Resolução 1102/2021 Custeio								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				23.661,66			23.661,66	23.661,66
Total da Fonte de Recurso 5901	-	-	-	**23.661,66**	-	-	**23.661,66**	**23.661,66**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5904 - FNS BL CUSTEIO CV19 - CORONAVIRUS (COVID-19) - SAPS - PORTARIA 377/2022								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				346,02			346,02	346,02
Total da Fonte de Recurso 5904	-	-	-	**346,02**	-	-	**346,02**	**346,02**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5909 - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e CadÚnico (IGD-PAB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				379,33			379,33	379,33
Total da Fonte de Recurso 5909	-	-	-	**379,33**	-	-	**379,33**	**379,33**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5910 - Incentivo Finan. de Investimento para Aqui. Equi. Reabilitação Multiprof. Sindrome pós COVID-19 Res. SESA 870/2021								

4 - INVESTIMENTOS				2.397,10			2.397,10	2.397,10
Total da Fonte de Recurso 5910	-	-	-	**2.397,10**	-	-	**2.397,10**	**2.397,10**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5911 - Incentivo Finan. para Custeio em Reabilitação Multiprof. Sindrome pós COVID-19 Resolução SESA 870/2021								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				9.218,87			9.218,87	9.218,87
Total da Fonte de Recurso 5911	-	-	-	**9.218,87**	-	-	**9.218,87**	**9.218,87**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5912 - MANUT. DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICO DE SAÚDE CUSTEIO DA GESTÃO DO SUS								
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				100,89			100,89	100,89
Total da Fonte de Recurso 5912	-	-	-	**100,89**	-	-	**100,89**	**100,89**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5917 - SIGTV INVESTIMENTO SUAS FNAS APAE								
4 - INVESTIMENTOS				69,37			69,37	69,37
Total da Fonte de Recurso 5917	-	-	-	**69,37**	-	-	**69,37**	**69,37**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5923 - TRANS. ESPECIAL EQU. AGRICULTURA PROPOSTA 019177-2022								
4 - INVESTIMENTOS				2,11			2,11	2,11
Total da Fonte de Recurso 5923	-	-	-	**2,11**	-	-	**2,11**	**2,11**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5927 - PROCAD - SUAS CadUnico								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				6.047,69			6.047,69	6.047,69
4 - INVESTIMENTOS				5.000,00			5.000,00	5.000,00
Total da Fonte de Recurso 5927	-	-	-	**11.047,69**	-	-	**11.047,69**	**11.047,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5928 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - TRANSF. INSTITUIÇÕES PRIVADAS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				7.535,63			7.535,63	7.535,63
4 - INVESTIMENTOS				163.050,00			163.050,00	163.050,00
Total da Fonte de Recurso 5928	-	-	-	**170.585,63**	-	-	**170.585,63**	**170.585,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS) PAIFI/IDOSO/PROJOVEM/PETI								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				35.608,86			35.608,86	35.608,86
Total da Fonte de Recurso 5934	-	-	-	**35.608,86**	-	-	**35.608,86**	**35.608,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) IGDs								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				28,09			28,09	28,09
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 5936	-	-	-	**28,09**	-	-	**28,09**	**28,09**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO - BL GBF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				78.981,98			78.981,98	78.981,98
Total da Fonte de Recurso 5940	-	-	-	**78.981,98**	-	-	**78.981,98**	**78.981,98**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e AltaComplexidade								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.572,76			2.572,76	2.572,76
Total da Fonte de Recurso 5941	-	-	-	**2.572,76**	-	-	**2.572,76**	**2.572,76**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5942 - FES/PR TRANSPORTE SANITÁRIO SESA 767/2022								
4 - INVESTIMENTOS				178.147,37			178.147,37	178.147,37
Total da Fonte de Recurso 5942	-	-	-	**178.147,37**	-	-	**178.147,37**	**178.147,37**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5944 - INC CENTRO CONVIVENCIA DELIB.15/2022 CEDIPR - CAPITAL								
4 - INVESTIMENTOS				1.704,50			1.704,50	1.704,50
Total da Fonte de Recurso 5944	-	-	-	**1.704,50**	-	-	**1.704,50**	**1.704,50**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5945 - INC CENTRO CONVIVENCIA DELIB.15/2022 CEDIPR - CUSTEIO								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				4.460,75			4.460,75	4.460,75
Total da Fonte de Recurso 5945	-	-	-	**4.460,75**	-	-	**4.460,75**	**4.460,75**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5946 - INC PRIM INFÂNCIA DELIBERAÇÃO 47/2022 CEDCA/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				5.612,72			5.612,72	5.612,72
Total da Fonte de Recurso 5946	-	-	-	**5.612,72**	-	-	**5.612,72**	**5.612,72**
	-	-	-	-	-	-		
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.								
Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5948 - Recursos Educação - Recursos não vinculados da compensação de impostos								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				56,10			56,10	56,10
Total da Fonte de Recurso 5948	-	-	-	**56,10**	-	-	**56,10**	**56,10**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5955 - FEAS - FDPI - DELIB. 019/2023-CEDI/PR								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				10.656,62			10.656,62	10.656,62

Total da Fonte de Recurso 5955	-	-	-	**10.656,62**	-	-	**10.656,62**	**10.656,62**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5957 - TRSNF. ESPECIAL INVEST. DEP. GIACOBO 2023								
4 - INVESTIMENTOS				8,18			8,18	8,18
Total da Fonte de Recurso 5957	-	-	-	**8,18**	-	-	**8,18**	**8,18**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5958 - PR VIAJA MAIS 60								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				23.832,23			23.832,23	23.832,23
Total da Fonte de Recurso 5958	-	-	-	**23.832,23**	-	-	**23.832,23**	**23.832,23**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5960 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - ECA/FMDCA Deliberação 078/2022-Higiene Íntima Criança/Adolescente								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				140,63			140,63	140,63
Total da Fonte de Recurso 5960	-	-	-	**140,63**	-	-	**140,63**	**140,63**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5961 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar:202419680009-Giacobo								
4 - INVESTIMENTOS				27.274,42			27.274,42	27.274,42
Total da Fonte de Recurso 5961	-	-	-	**27.274,42**	-	-	**27.274,42**	**27.274,42**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5962 - SEAB - CALÇAMENTO RAMPA MUNICIPAL								
4 - INVESTIMENTOS				11.028,56			11.028,56	11.028,56

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 5962	-	-	-	**11.028,56**	-	-	**11.028,56**	**11.028,56**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5964 - ASSIST. SOCIAL - EMENDA PARLAMENTAR n 20380018 - FLAVIO ARNS.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				81.323,14			81.323,14	81.323,14
Total da Fonte de Recurso 5964	-	-	-	**81.323,14**	-	-	**81.323,14**	**81.323,14**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5968 - FAEC-Fundo de Ações Estratégicas e Compesação-SESA-SUS								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				254,77			254,77	254,77
Total da Fonte de Recurso 5968	-	-	-	**254,77**	-	-	**254,77**	**254,77**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5969 - Inc. do Piso da Atenção Primária-PAP-Emenda Individual 30410006-Dep. Fed. Aliel Machado								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				3.361,57			3.361,57	3.361,57
Total da Fonte de Recurso 5969	-	-	-	**3.361,57**	-	-	**3.361,57**	**3.361,57**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5970 - Incremento do Piso de Atenção Primária - PAP Emenda Individual 30410006 - Dep Aliel Machado								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				1.548,31			1.548,31	1.548,31
Total da Fonte de Recurso 5970	-	-	-	**1.548,31**	-	-	**1.548,31**	**1.548,31**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5971 - SEAB CV - IMPLEMENTAÇÃO DO PROG ESTRADAS RURAIS - CONVÊNIO - 084/2025.								
4 - INVESTIMENTOS				12.414,48			12.414,48	12.414,48
Total da Fonte de Recurso 5971	-	-	-	**12.414,48**	-	-	**12.414,48**	**12.414,48**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5973 - IMCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED ALIEL MACHADO /30410014-INDIVIDUAL 36000657792/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				172.630,77			172.630,77	172.630,77
Total da Fonte de Recurso 5973	-	-	-	**172.630,77**	-	-	**172.630,77**	**172.630,77**
	-	-	-	-	-	-		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 5974 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED GLEISI HOFFMANN /40110001-INDIVIDUAL 36000657857/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				101.532,99			101.532,99	101.532,99
Total da Fonte de Recurso 5974	-	-	-	**101.532,99**	-	-	**101.532,99**	**101.532,99**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5975 - -SEPCA/PR - Fortalecimento em Âmbito Municipal do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolecente - DELIBERAÇÃO N 013/2025 - CEDCA/PR.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				165.224,75			165.224,75	165.224,75
4 - INVESTIMENTOS				195.000,00			195.000,00	195.000,00
Total da Fonte de Recurso 5975	-	-	-	**360.224,75**	-	-	**360.224,75**	**360.224,75**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5977 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAUDE-PAP SEN FLAVIO ARNS/60060003 PROPOSTA 36000698282/2025-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				163.464,46			163.464,46	163.464,46
Total da Fonte de Recurso 5977	-	-	-	**163.464,46**	-	-	**163.464,46**	**163.464,46**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5979 - FNAS CUSTEIO APAE Beto Richa/43140004 - Individual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				102.519,02			102.519,02	102.519,02
Total da Fonte de Recurso 5979	-	-	-	**102.519,02**	-	-	**102.519,02**	**102.519,02**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5981 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar: 202545000010-Welter								
4 - INVESTIMENTOS				20.300,00			20.300,00	20.300,00
Total da Fonte de Recurso 5981	-	-	-	**20.300,00**	-	-	**20.300,00**	**20.300,00**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5982 - Transferencia Especial - Emenda Parlamentar: 202537020015-Leandre								
4 - INVESTIMENTOS				259.109,69			259.109,69	259.109,69
Total da Fonte de Recurso 5982	-	-	-	**259.109,69**	-	-	**259.109,69**	**259.109,69**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5983 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - FEDERAL								

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
4 - INVESTIMENTOS				6.078,91			6.078,91	6.078,91
Total da Fonte de Recurso 5983	-	-	-	**6.078,91**	-	-	**6.078,91**	**6.078,91**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5984 - UNIDADES HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO n 983416/2025/MCIDADES/CAIXA - OPERAÇAO 1104105-49.								
4 - INVESTIMENTOS				229.126,29			229.126,29	229.126,29
Total da Fonte de Recurso 5984	-	-	-	**229.126,29**	-	-	**229.126,29**	**229.126,29**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5985 - Incremento Temp. da Atenção Primária a Saúde -PAP - DEP FED. BETO RICHA/43140002 - INDIVIDUAL 36000713304/2025-00								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				4.726,42			4.726,42	4.726,42
Total da Fonte de Recurso 5985	-	-	-	**4.726,42**	-	-	**4.726,42**	**4.726,42**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5986 - INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ - ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO 049/2025/CEDIPI/PR.								
4 - INVESTIMENTOS				30.283,96			30.283,96	30.283,96
Total da Fonte de Recurso 5986	-	-	-	**30.283,96**	-	-	**30.283,96**	**30.283,96**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5987 - PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - PROAPS PARANÁ - RESOLUÇÃO SESA N 1572/2025.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				38.290,86			38.290,86	38.290,86
Total da Fonte de Recurso 5987	-	-	-	**38.290,86**	-	-	**38.290,86**	**38.290,86**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 5989 - INCREMENTO TEMP. DA ATENÇÃO PRIM A SAÚDE - PAP-DEP FED ALIEL MACHADO /50410001- PROPOSTA 36000715837/2025-00.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				87.390,54			87.390,54	87.390,54
Total da Fonte de Recurso 5989	-	-	-	**87.390,54**	-	-	**87.390,54**	**87.390,54**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51015 - Cessão Onerosa - Pre-Sal - Lei nº 13.885/2019								
4 - INVESTIMENTOS				2.387,64			2.387,64	2.387,64
Total da Fonte de Recurso 51015	-	-	-	**2.387,64**	-	-	**2.387,64**	**2.387,64**
	-	-	-	-	-	-		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Fonte de Recurso: 51045 - Outros Recursos não Vinculados								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				25.014,42			25.014,42	25.014,42
Total da Fonte de Recurso 51045	-	-	-	**25.014,42**	-	-	**25.014,42**	**25.014,42**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51051 - Transferencia do Governo Federal Vencimentos dos ACS e dos ACE								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				61.708,59			61.708,59	61.708,59
Total da Fonte de Recurso 51051	-	-	-	**61.708,59**	-	-	**61.708,59**	**61.708,59**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2,89			2,89	2,89
Total da Fonte de Recurso 51053	-	-	-	**2,89**	-	-	**2,89**	**2,89**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51063 - Transf da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura LEI/14.399/2022.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				430,80			430,80	430,80
Total da Fonte de Recurso 51063	-	-	-	**430,80**	-	-	**430,80**	**430,80**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51064 - PISO ENFERMAGEM PR412665 FMS								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				4.206,60			4.206,60	4.206,60
Total da Fonte de Recurso 51064	-	-	-	**4.206,60**	-	-	**4.206,60**	**4.206,60**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51072 - TRANSF. ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA								
4 - INVESTIMENTOS				572.817,30			572.817,30	572.817,30
Total da Fonte de Recurso 51072	-	-	-	**572.817,30**	-	-	**572.817,30**	**572.817,30**
	-	-	-	-	-	-		
Fonte de Recurso: 51073 - AFM - Apoio Financeiro aos Muncípios Repartição de Receitas								

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
4 - INVESTIMENTOS				884,84			884,84	884,84
Total da Fonte de Recurso 51073	-	-	-	**884,84**	-	-	**884,84**	**884,84**
	-	-	-	-	-	-		
Total da Unidade Gestora 0	**32.328.178,20**	**3.551.013,61**	**6.053.727,61**	**9.896.528,49**	**4.238.838,98**	**7.591.738,18**	**86.716.211,23**	**86.716.211,23**
	4.614.864,76	**4.237.266,96**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**		
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA								
Fonte de Recurso: 1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.722,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	1.060.000,00	1.060.000,00
	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.796,71	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	630.785,00	630.785,00
	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39		
4 - INVESTIMENTOS	15.066,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	180.000,00	180.000,00
	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00		
Total da Fonte de Recurso 1	**156.584,71**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
	155.836,39	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**		
Total da Unidade Gestora 1	**156.584,71**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
	155.836,39	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**		
TOTAL GERAL	**32.484.762,91**	**3.706.850,00**	**6.209.564,00**	**10.052.364,88**	**4.394.675,37**	**7.747.574,57**	**88.586.996,23**	**88.586.996,23**

	4.770.701,15	**4.393.103,35**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 31m.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:5B139650

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 053/2026 DE: 31/08/2026 - ANEXO I RECEITA

31/08/2026 07:28:18
Prefeitura Municipal de Sulina - PR
Programação Financeira da Receita Mensal
Agosto/2026
Decreto nº 053/2026 – Anexo I

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL**						**Total Programação Financeira**	**Previsão Atualizada 2026**
	Jan	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**		
	Jul	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**		
RECEITAS CORRENTES (A)	4.384.937,49	4.308.359,30	4.308.359,30	4.408.370,99	4.951.184,67	4.550.583,87	53.393.087,75	53.393.087,75
	4.772.210,45	4.475.644,48	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	277.967,70	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	3.321.000,00	3.321.000,00
	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30		
Impostos	251.183,70	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	3.001.000,00	3.001.000,00
	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30		
Taxas	25.947,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	310.000,00	310.000,00
	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00		
Contribuição de Melhoria	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Contribuições	34.233,30	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	409.000,00	409.000,00
	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	34.233,30	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	409.000,00	409.000,00
	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70		
Receita Patrimonial	29.295,00	29.155,00	29.155,00	29.166,69	30.980,37	29.155,00	381.595,64	381.595,64
	54.126,15	33.942,43	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.348,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	40.000,00	40.000,00
	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00		
Valores Mobiliários	25.947,00	25.823,00	25.823,00	25.834,69	27.648,37	25.823,00	341.595,64	341.595,64
	50.794,15	30.610,43	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00		
Receita Agropecuária	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
Receita Agropecuária	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
Receita de Serviços	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
Outros Serviços	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
Transferências Correntes	4.033.397,49	3.958.499,30	3.958.499,30	4.058.499,30	4.599.499,30	4.200.723,87	49.139.882,29	49.139.882,29
	4.397.379,30	4.099.387,23	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30		
Transferências da União e de suas Entidades	2.733.117,99	2.664.433,80	2.664.433,80	2.764.433,80	3.305.433,80	2.906.658,37	33.210.114,36	33.210.114,36
	2.764.433,80	2.749.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80		
Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades	1.031.602,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	12.676.767,93	12.676.767,93
	1.322.552,50	1.082.560,43	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50		
Transferências de Instituições Privadas	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	53.000,00	53.000,00
	43.833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	267.840,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	3.200.000,00	3.200.000,00
	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 19m.

ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL**						**Total Programação Financeira**	**Previsão Atualizada 2026**
	Jan	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**		
	Jul	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**		
Outras Receitas Correntes							21.609,82	21.609,82
		21.609,82	-	-	-	-		
Demais Receitas Correntes							21.609,82	21.609,82
		21.609,82	-	-	-	-		
DEDUÇÕES (B)	-604.397,70	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-7.221.000,00	-7.221.000,00
	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30		
RECEITAS CAPITAL (D)	28.704.223,12		2.502.714,00	1.000.000,00	45.000,00	3.798.500,00	37.169.405,29	37.169.405,29
	600.000,00	518.968,17	-	-	-	-		
RECEITA TOTAL (A-B+D)	32.484.762,91	3.706.850,00	6.209.564,00	4.806.861,69	4.394.675,37	7.747.574,57	83.341.493,04	83.341.493,04
	4.770.701,15	4.393.103,35	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00		

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 31/Ago/2026, 07h e 19m.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:C9ECEF17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 339/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro,

casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **MILTON BORGES VIDRAÇARIA, CNPJ 01.477.096/0001-46** com endereço na AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, 166 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por MILTON BORGES ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 208.680.579-91, com domicilio na RUA BAHIA, 610 CASA - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 102/2025, objetivando a **Registro de preço para aquisição e instalação de vidros.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de Registro de Preços acima identificado, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 02/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por meio do presente Termo Aditivo, ficam renovados os quantitativos inicialmente previstos e reajustado os valores de acordo com o índice INPC de 4,10%, conforme segue na tabela abaixo:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	28166	VIDRO INCOLOR 3MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	174,99	5.249,70
LOTE: 001 - Lote 001	2	28167	VIDRO INCOLOR 4 MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	40,00	177,86	7.114,40
LOTE: 001 - Lote 001	3	28168	VIDRO INCOLOR 5MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	40,00	189,34	7.573,60
LOTE: 001 - Lote 001	4	28170	VIDRO FUMÊ 4 MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	180,20	5.406,00
LOTE: 001 - Lote 001	5	28171	VIDRO MINI BOREAL 3 MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	174,16	5.224,80
LOTE: 001 - Lote 001	6	28172	VIDRO CANELADO 3MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	173,84	5.215,20
LOTE: 001 - Lote 001	7	28174	VIDRO MARTELADO 3MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	179,27	5.378,10
LOTE: 001 - Lote 001	8	28175	VIDRO TEMPERADO INCOLOR 8MM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	60,00	448,99	26.939,40
LOTE: 001 - Lote 001	9	28176	VIDRO TEMPERADO INCOLOR 10MM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	40,00	484,67	19.386,80
LOTE: 001 - Lote 001	10	28178	ESPELHO 3MM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	30,00	260,33	7.809,90
LOTE: 001 - Lote 001	11	39872	FECHADURA COM CHAVE PARA JANELA DE VIDRO DEVE ACOMPANHAR O KIT: 1 FECHADURA DE JANELA PARA CORRER COM FURO, 1 CONTRA FECHADURA COM FURO, 2 CHAVES, PARAFUSOS E BUCHAS, TEM AS DIMENSÕES DE : LARGURA DA FECHADURA: MÍNIMO DE 6,2 CM LARGURA DA CONTRA FECHADURA: MÍNIMO DE 7,6 CM OBS: INCLUSO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO.	KIT	KIT	15,00	100,79	1.511,85
LOTE: 001 - Lote 001	12	39873	FECHADURA PARA PORTA DE ABRIR PIVOTANTE FECHADURA DE METAL, SENDO ENTREGUE NO KIT: 1 FECHADURA, 1 CONTRA FECHADURA, 2 CHAVES, BUCHAS E PARAFUSOS, COM AS MEDIDAS DA FECHADURA E DA CONTRA FECHADURA: MINIMO DE 5 CM DE LARGURA E MINIMO DE 10 CM DE ALTURA. OBS: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO JA INCLUSO.	KIT	KIT	15,00	102,21	1.533,15
LOTE: 001 - Lote 001	13	39880	BOTÃO PARA FIXAÇÃO DE ESPELHO SENDO COMPOSTO PELO KIT: 1 BOTÃO, 1 PARAFUSO E 1 BUCHA Nº 06. OBS: COM O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO JA INCLUSO.	KIT	KIT	50,00	5,59	279,50
LOTE: 001 - Lote 001	14	58517	VIDRO FUMÊ COM ESPESSURA MÍNIMA 3MM COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO INCLUSO	CBRACE	M²	40,00	162,95	6.518,00

CLÁUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ **105.140,40 (cento e cinco mil, cento e quarenta reais e quarenta centavos.).**

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 339/2025 de 04/09/2025.

Terra Rica-Pr, 28/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***MILTON BORGES***
Prefeito Municipal	Milton Borges Vidraçaria

Testemunhas:

_____

Nome:

_____

Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:6E809116

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 340/2025

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **CIRO NISHIYAMA & CIA LTDA, CNPJ 79.189.353/0001-31** com endereço na AV: SÃO PAULO, 816 PREDIO - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por MARCIO FERNANDES NISHIYAMA ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 701.937.469-72, com domicilio na RUA AMAPÁ, 1264 CASA - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 103/2025, objetivando a **Registro de preço para peças e serviços para manutenção de ar condicionado da frota municipal conforme Tabela Traz Valor.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, ficou a Ata de Registro de Preços acima identificada, com seu prazo de vigência prorrogado a partir de seu vencimento, por mais **12 meses**, ou seja, até o dia 31/08/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por meio do presente Termo Aditivo, ficam renovados os quantitativos inicialmente previstos, mantendo-se inalterado o percentual de desconto originalmente contratado, conforme discriminado na tabela abaixo.

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Percentual de Desconto	Preço total
1	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS Novas e originais de linha de montagem a serem aplicadas na manutenção de ar condicionado veicular.	GB	1,00	49,92%	78.000,00
1	2	SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO Em geral para manutenção de ar condicionado veicular.	GB	1,00	28,08%	42.000,00
2	1	FORNECIMENTO DE PEÇAS Novas e originais de linha de montagem a serem aplicadas na manutenção de ar condicionado veicular.	GB	1,00	49,92%	26.000,00
2	2	SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO Em geral para manutenção de ar condicionado veicular.	GB	1,00	28,08%	14.000,00

CLÁUSULA QUARTA: O valor total do aditivo é de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 340/2025 de 02/09/2025.

Terra Rica-Pr, 28/08/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA	***MARCIO FERNANDES NISHIYAMA***
Prefeito Municipal	Ciro Nishiyama & Cia LTDA

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:267938E2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa 19/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva no equipamento gerador de cloro, modelo Plus 12, marca Hidrogeron, incluindo fornecimento e substituição de peças, visando assegurar o adequado funcionamento, desempenho e continuidade operacional do equipamento.
Contratada: HIDROGERON PREST. DE SERV. E CONSULT. ESPEC. LTDA, ***devidamente registrado no*** *CNPJ. sob n°* 13.903.093/0001-06, com sede a, R. TICO TICO DO BICO AMARELO, 1008, s/n - CEP: 86702690 - BAIRRO: CIDADE/UF: Arapongas/PR
Relação de itens e valor total da contratação:

HIDROGERON PREST. DE SERV. E CONSULT. ESPEC. LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO GERADOR DE CLORO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO GERADOR DE CLORO			UND	6,00	2.000,00	12.000,00
1	2	VALVULA DIAFRAGMA 1/2" VALVULA DIAFRAGMA 1/2"			UND	1,00	2.003,30	2.003,30
1	3	SENSOR ELETRICO CONTATO MAXIMO SENSOR ELETRICO CONTATO MAXIMO			UND	1,00	1.450,00	1.450,00
1	4	CABO NEGATIVO 70,00MM X 3 METROS CABO NEGATIVO 70,00MM X 3 METROS			M	1,00	428,00	428,00

1	5	CABO POSITIVO 70,00MM X 3 METROS CABO POSITIVO 70,00MM X 3 METROS			M	1,00	428,00	428,00
1	6	ANEL ORING VITON MARROM HAST HG 2000/12000 ANEL ORING VITON MARROM HAST HG 2000/12000			UND	2,00	11,40	22,80
1	7	ANEL ORING VITON MARROM REATOR 2000/12000 ANEL ORING VITON MARROM REATOR 2000/12000			UND	2,00	48,60	97,20
1	8	FIBRA TERMOISOLANTE 5 X 35MM FIBRA TERMOISOLANTE 5 X 35MM			UND	2,00	4,80	9,60
1	9	PROTETOR ACRILICO CONTATO ELETRICO REATOR HG 3000 PROTETOR ACRILICO CONTATO ELETRICO REATOR HG 3000			UND	2,00	171,05	342,10
1	10	TAMPA PVC 12 X 165MM TAMPA PVC 12 X 165MM			UND	2,00	34,60	69,20
1	11	CORPO REATOR HG PLUS 12 G10 PVC SCH 80 BSP CORPO REATOR HG PLUS 12 G10 PVC SCH 80 BSP			UND	1,00	426,50	426,50
1	12	RELE TERMICO 7 - 10A LRD14 RELE TERMICO 7 - 10A LRD14			UND	1,00	450,00	450,00
1	13	VALVULA SOLENOIDE INOX 2/2 VIAS VITON 3/4 VALVULA SOLENOIDE INOX 2/2 VIAS VITON 3/4			UND	1,00	350,00	350,00
1	14	VALVULA REDUTORA DE PRESSAO 3/4 VALVULA REDUTORA DE PRESSAO 3/4			UND	1,00	369,00	369,00
TOTAL								18.445,70

Fundamento Legal: *art. 75,* inciso II. *da Lei 14.133/21.*
Recursos:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	34	11.001.17.512.0003.2004	76	3.3.90.30.25.00	Do Exercício
2026	38	11.001.17.512.0003.2004	76	3.3.90.39.79.00	Do Exercício

Julgamento: *Setor de Licitações, em 31/08/2026*
Ratificação: SAMAE*, em 31/08/2026*

Terra Rica, 31/08/2026

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:295D9591

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 84/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo (PR).

DETENTORA DA ATA: INES APARECIDA MACHADO RESTAURANTE, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº32.553.895/0001-88, com sede localizada na Rua Marcos Vaz, Nº s/n, no Município de Turvo/PR, CEP 85.154-800, neste ato representada por Ines Aparecida Machado, portadora da cédula de identidade Nº 9344777-8 e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 045.947.779-02.

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, MARMITAS, REFRIGERANTE E ÁGUA MINERAL, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração autuado na forma do Processo Administrativo nº 5.277/2026 (1Doc), conforme quantidades, e especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 84/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 01					
Item	Descrição do produto/serviço	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS – 500ML AGUA MINERAL SEM GAS GARRAFA 500ML - EMBALAGEM PLÁSTICA PET UNIDADE	UND	200,00	3,39	678,00
2	REFEIÇÃO FAXINAL DA BOA VISTA – BUFFET LIVRE A empresa contratada deverá fornecer marmitas grandes, compostas obrigatoriamente por arroz, feijão, pelo menos um tipo de carne (bovina, suína ou de frango), um complemento, que pode variar entre farofa, macarrão, mandioca, purê, polenta ou similares, além de dois tipos de salada (crua e/ou cozida), as quais devem ser	UND	1.000,00	28,49	28.490,00

	acondicionadas em embalagem separada, a fim de preservar o frescor, a conservação e a integridade dos ingredientes. As refeições deverão ser preparadas e retiradas exclusivamente na sede da empresa, situada no distrito de Faxinal da Boa Vista, sendo obrigatório que a empresa esteja devidamente estabelecida nesse local. Tal exigência visa garantir agilidade no atendimento, qualidade no acondicionamento e eficiência logística, de forma a atender prontamente às demandas do Município. As embalagens utilizadas devem ser apropriadas para o serviço, sendo a embalagem principal (marmita) obrigatoriamente descartável, resistente ao calor e adequada para o armazenamento e transporte seguro de alimentos quentes, devendo possuir tampa firme, que evite vazamentos e contribua para a manutenção da temperatura até o momento do consumo. A embalagem destinada à salada deve ser preferencialmente transparente, com fechamento seguro, garantindo a qualidade e a segurança do alimento.				
3	REFRIGERANTE LATA 350 ML SABORES: COLA, LIMÃO, GUARANÁ, LARANJA	UND	500,00	4,80	2.400,00
Valor total do lote: 31.568,00					
LOTE 02					
1	MARMITA GRANDE Marmita grande, composta por arroz, feijão, pelo menos um tipo de carne (bovina, suína ou de frango) e um complemento, que pode variar entre farofa, macarrão, mandioca, purê, polenta ou similares. A refeição deve conter ainda dois tipos de salada (crua e/ou cozida), as quais devem ser acondicionadas em embalagem separada, garantindo a conservação, frescor e integridade dos ingredientes. A embalagem principal deve ser descartável, resistente ao calor e adequada para o armazenamento e transporte seguro de alimentos quentes. Deve possuir tampa firme, que evite vazamentos e conserve a temperatura até o momento do consumo. A embalagem da salada também deve ser adequada, preferencialmente transparente e com fechamento seguro. A refeição é elaborada para oferecer variedade, sabor e equilíbrio nutricional.	UND	2.000,00	20,19	40.380,00
2	REFRIGERANTE LATA 350 ML SABORES: COLA, LIMÃO, GUARANÁ, LARANJA	UND	500,00	4,99	2.495,00
Valor total do lote: 42.875,00					
Valor total da Ata de Registro de Preço R$ 74.443,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais).					

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 84/2026
GESTORA: Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto.
FISCAIS: Denize Marcanti Krüger, Alisson Elias dos Santos Medeiro e Maria Eduarda Portela Corrêa.
VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:4547EB3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 84/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo (PR).

DETENTORA DA ATA: A PALHARIM DO NASCIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 60.557.819/0001-86, com sede localizada na Rodovia João Maria de Jesus, Nº s/n, no Município de Turvo/PR, CEP 85.154-801, neste ato representada por Amanda Palharim do Nascimento, portadora do CPF/MF sob o nº 133.216.129-41.

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, MARMITAS, REFRIGERANTE E ÁGUA MINERAL, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração autuado na forma do Processo Administrativo nº 5.277/2026 (1Doc), conforme quantidades, e especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 84/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 03						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS – 500ML AGUA MINERAL SEM GAS GARRAFA 500ML - EMBALAGEM PLÁSTICA PET UNIDADE	DIVERSAS	UND	500,00	3,18	1.590,00
2	REFEIÇÃO: BUFFET LIVRE NA SEDE DE TURVO COMPOSIÇÃO: ARROZ, FEIJÃO, PELO MENOS UM TIPO DE CARNE, DOIS TIPOS DE SALADA, E UM COMPLEMENTO (FAROFA, MACARRÃO, MANDIOCA, PURÊ, POLENTA, ENTRE OUTROS)	BUFFET LIVRE	UND	2.000,00	24,98	49.960,00
3	REFRIGERANTE LATA 350 ML SABORES: COLA, LIMÃO, GUARANÁ, LARANJA	DIVERSAS	UND	1.000,00	5,27	5.270,00
Valor total do lote: 56.820,00						
LOTE 04						
1	MARMITA GRANDE Marmita grande, composta por arroz, feijão, pelo menos um tipo de carne (bovina, suína ou de frango) e um complemento, que pode variar entre farofa, macarrão, mandioca, purê, polenta ou similares. A refeição deve conter ainda dois tipos de salada (crua e/ou cozida), as quais devem ser acondicionadas em embalagem separada, garantindo a conservação, frescor e integridade dos ingredientes. A embalagem principal deve ser descartável, resistente ao calor e adequada para o armazenamento e transporte seguro de alimentos quentes. Deve possuir tampa firme, que evite vazamentos e conserve a temperatura até o momento do consumo. A embalagem da salada também deve ser adequada, preferencialmente transparente e com fechamento seguro. A refeição é elaborada para oferecer variedade, sabor e equilíbrio nutricional.	MARMITA	UND	3.000,00	27,66	82.980,00
2	REFRIGERANTE LATA 350 ML SABORES: COLA, LIMÃO, GUARANÁ, LARANJA	DIVERSAS	UND	500,00	5,51	2.755,00
Valor total do lote: 85.735,00						
Valor total da Ata de Registro de Preço R$ 142.555,00 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 84/2026
GESTORA: Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto.
FISCAIS: Denize Marcanti Krüger, Alisson Elias dos Santos Medeiro e Maria Eduarda Portela Corrêa.
VIGÊNCIA: 28/08/2026 a 27/08/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:0B7B352D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130 - fone:(44)3621-4141
Home-page: **www.umuarama.pr.gov.br** – email: **licita@umuarama.pr.gov.br**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 055/2026 - PMU, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios de 14 de julho de 2026, processo administrativo n.º *2026/06/361*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 055/2026 - PMU*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos multifuncionais coloridos, destinados ao atendimento às demandas administrativas e pedagógicas das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Umuarama/PR, conforme especificado no Termo de Referência, anexo ao Processo Licitatório – Pregão Eletrônico n.º 055/2026 - PMU, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos estimados, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026 – PMU

Lote	Descrição	Quant	Unid	Marca Modelo	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – Um Ano)
01	**Impressora Colorida Multifuncional Modelo Sugerido: EPSON EcoTank L3250** Especificações Técnicas Mínimas: - Resolução máxima de impressão: 5760 x 1440 dpi - Velocidade mínima de impressão: 33 ppm em preto e 15 ppm em cores - Cabo USB Incluso: Sim - Impressão Duplex - Resolução do scanner: 1200 x 2400 dpi ou superior; - Profundidade do scanner: 48-bit interna (24-bit externa) ou superior; - Área de escaneamento: 21,6 x 29,7 cm ou superior; - Conexões: USB 2.0 de alta velocidade / Wireless / Wi-Fi Direct - Compatibilidade: Windows 8 / 8.1 / 10 ou mais recente (32bit, 64bit) | Windows Server® 2003 (SP2) ou mais recente | Mac OS X 10.5.8 ou mais recente | Mac OS 11 ou mais recente. Voltagem: 110V. - Acompanhar: 1 x Cabo de alimentação 1 x Cabo USB 1 x Garantia do Produto	**50**	Und	Epson L3250	R$ 1.068,00	R$ 53.400,00	Metdata Tecnologia da Informação Ltda	25/08/2026
					Valor Total:		**R$ 53.400,00**	

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR
3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos
4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**,contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da

Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.
5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.
5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital de Pregão Eletrônico n° 047/2026 - PMU* , poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

9. DAS PENALIDADES
9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 055/2026 - PMU*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS
10.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
10.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
10.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
10.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
10.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
10.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrum ento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
10.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
10.9 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados a partir do envio da Autorização de Entrega.
10.10 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
10.11 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ESCOLAS MUNICIPAIS	
01	**ESCOLA MUNICIPAL BENJAMIN CONSTANT** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Rua Bom Jesus, s/nº— Distrito de Roberto Silveira
02	**ESCOLA MUNICIPAL CÂNDIDO PORTINARI** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Rua Visconde de Taunay, 1305 – Conjunto Hab. Sonho Meu
03	**ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Rua São Bento, 45 – Distrito de Santa Eliza
04	**ESCOLA MUN. DR. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Av. dos Xetás, 2480 – Parque Dom Pedro I
05	**ESCOLA MUNICIPAL DR. GERMANO NORBERTO RUDNER** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Rua Pinheiros, s/nº – Jardim Canadá
06	**ESCOLA MUNICIPAL EVANGÉLICA** – ENSINO FUNDAMENTAL 1/5º ANO – TEMPO INTEGRAL
	Endereço: Rua dos Pedreiros, 1.986 – Parque Primeiro de Maio

07	**ESCOLA MUNICIPAL JARDIM UNIÃO** – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Rua C, s/nº – Cohapar I – Jardim União
08	**ESCOLA MUNICIPAL MALBA TAHAN** – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
	Avenida São Paulo, 4981 – Zona II
	ESCOLA MUNICIPAL MANUEL BANDEIRA – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

09	Rua Florianópolis, 6085 – Alto São Francisco
	ESCOLA MUNICIPAL OURO BRANCO – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
10	Rua Ouro Branco – S / Nº. – Conjunto Ouro Branco – CEP: – FONE:
	ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
11	Rua São Marino, 2084 – Parque Bonfim
	ESCOLA MUNICIPAL PAPA PIO XII – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
12	Av. Paraná, s/nº – Distrito de Lovat
	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
13	Rua Afonso Pena, 3605 – Praça Tiradentes
	ESCOLA MUNICIPAL PROF.ª ANALIDES DE OLIVEIRA CARUSO – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
14	Bloco II: Rua Jorge Carlos Jardim, 1200 – Parque Industrial
	ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
15	Rua Amadeu Boggio Mério, 680 – Parque Danielle
	ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
16	Rua Santo Antonio, nº 2273 – Jardim São Cristóvão
	ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
17	Rua Benvenuto Gazzi, s/nº – Jardim Alphaville
	ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO DE MATTOS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
18	Rua Anísio Francisco Silva, 2544 – Conj. Porto Belo

	ESCOLA MUNICIPAL SENADOR SOUZA NAVES – ED. INFANTIL E ENS. FUNDAMENTAL
19	Rua Cananéia, 3373 – Jd. Tropical (Praça 7 de setembro)
	ESCOLA MUN. SERRA DOS DOURADOS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
20	Rua Brasília, 723 – Distrito de Serra dos Dourados
	ESCOLA MUNICIPAL TEMPO INTEGRAL – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
21	Rua Francisco Rodrigues Junior, 2209 – Jardim Alphaville
	ESCOLA MUNICIPAL VINÍCIUS DE MORAIS – ED. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
22	Rua Flor de Ipê, 1471 – Parque Jabuticabeira
	ESCOLA MUNICIPAL PROFª MARIA AUGUSTA AMARAL PICELLI
23	Avenida Goiânia, Zona VI, CEP: 87.503-070
	ESCOLA MUNICIPAL PROFª ISABEL CRISTINA VERHALEN CORRÊA
24	Rua Domingos Gonçalves de Paula, 3215 – Zona V
	ESCOLA MUNICIPAL PROFª MARIA DE LOURDES ANDREO BOGO
25	Av. Governador Parigot de Souza, N° 1578 – Jardim das Paineiras II

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIS	
	CMEI CECÍLIA MEIRELES – ED. INFANTIL
01	Rua Alfredo Bernardo, s/n – Conjunto 28 de outubro
	CMEI CORA CORALINA – ED. INFANTIL
02	Rua Nereu Ramos, 3206 – Jardim Panorama
	CMEI GRACILIANO RAMOS – ED. INFANTIL
03	Rua Ouro Branco, 1393 – Conjunto Ouro Branco

	CMEI HELENA KOLODY – ED. INFANTIL
04	Rua Londrina, 286 – Dist´rito Lovat
	CMEI JARDIM BIRIGUI – ED. INFANTIL
05	Avenida Rio Grande do Sul, 2063
	CMEI MADRE PAULINA – ED. INFANTIL
06	Avenida Dr. Julio Cezar Jarros, s/n – Parque Danielle
	CMEI MARIA ARLETE ALVES DOS SANTOS – ED. INFANTIL
07	Rua Maria Ignácia, 2488 – Parque San Remo
	CMEI MARIA MONTESSORI – ED. INFANTIL
08	Rua São Francisco Xavier, 2455 – Parque Vitória Régia
	CMEI IGNÁCIO URBAINSKI – ED. INFANTIL
09	Rua Dom Afonso, 1873 – Parque Dom Bosco
	CMEI PROFESSORA MARIA YOKOHAMA WATANABE – ED. INFANTIL
10	Rua F, 5757 – Parque Verde Vale
	CMEI NELLY GONÇALVES – ED. INFANTIL
11	Avenida Central, 784 – Distrito Serra dos Dourados
	CMEI RACHEL DE QUEIROZ – ED. INFANTIL
12	Avenida dos Xetas, s/n – Parque Dom Pedro I
	CMEI RANICE BENEDITO DE ARAÚJO TEIXEIRA – ED. INFANTIL
13	Rua Bararuba, 2835 – Praça Tamoyo
	CMEI RUBEM ALVES – ED. INFANTIL
14	Rua Santa Efigênia – Conjunto Guarani

	CMEI SÃO CRISTÓVÃO – ED. INFANTIL
15	Rua Santa Clara, 2413 – Jardim São Cristóvão
	CMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ED. INFANTIL
16	Rua Francisco Rodrigues Junior, 2203 – Jardim Alphaville
	CMEI SÃO PAULO APÓSTOLO – ED. INFANTIL
17	Rua Carlos Gomes, s/n – Praça Anchieta
	CMEI TARSILA DO AMARAL – ED. INFANTIL
18	Avenida Bruno Tolentino, 1298 – Conjunto Sonho Meu
	CMEI VILMAR SILVEIRA – ED. INFANTIL
19	Rua das Orquídeas, 1426 – Parque das Laranjeiras
	CMEI PROFª MARIA NATIVIDADE RIBEIRO LEPRI
20	Rua Iqueuti Hideo, nº 4378 – Parque Metropolitano

DEMAIS ENDEREÇOS	
	DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR
01	Rua Itaquiraí, 3303 – Zona I
	CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL INTEGRADO – CAEI
02	Avenida Astorga, nº 4533 – Zona I

10.12 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.13 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
10.14 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
10.15 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
10.16 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
10.17 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
10.18 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
10.19 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
10.20 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
10.21 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
10.22 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – O Edital de Licitação;
III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 047/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária: 19.001.12.122.0015.1.144 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1013 - F:104
19.001.12.361.0015.1.148 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1032 - F:107
19.001.12.361.0015.1.149 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1033 - F:104
19.001.12.365.0015.1.152 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1123 - F:104
19.001.12.365.0015.1.442 - ED:4.4.90.52.00.00 - D:1124 - F:104
19.001.12.122.0015.2.100 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1023 - F:104
19.001.12.361.0015.2.047 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1073 - F:104
19.001.12.361.0015.2.047 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1074 - F:107
19.001.12.361.0015.2.048 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1092 - F:104
19.001.12.364.0015.2.170 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1119 - F:1000
19.001.12.365.0015.2.050 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1140 - F:104
19.001.12.365.0015.2.315 - ED:3.3.90.30.00.00 - D:1165 - F:104

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 25 de agosto de 2026.

CARLOS EDUARDO PEREIRA
Metdata Tecnologia da Informação LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:40D0B18E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
DIÁRIAS REFERENTES AO MÊS DE AGOSTO DE 2026

FUNPESPA - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Entidade	Empenho	Nome	Cargo/Matri cula	Objetivo	Secretaria	Data Saída e Retorno	Destino	Quantidade	Unitário	Valor Total	Valor Anulado
2	152/2026	AURENILSON CIPRIANO	CONSELHEIRO/ 10132	02 E 1/4 DIÁRIAS, VIAGEM PARA A CIDADE DE CURITIBA-PR, NOS DIAS 04 E 05/08/2026 - PARTICIPAR DO EVENTO: "1º SEMINÁRIO PARANAENSE DE BOAS PRÁTICAS EM RPPS - 2ª EDIÇÃO", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - TCE-PR. SAÍDA NO DIA 03/08/2026 AS 13H30 E CHEGADA DIA 05/08/2026 AS 23H. VEÍCULO AZL-9331	FUNPESPA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	03/08/2026 05/08/2026	CURITIBA/ PR	2,25	440,00	990,00	0,00
2	153/2026	SILVANE MARCELA MAZUR	CONSELHEIRA/ 9431	02 E 1/4 DIÁRIAS, VIAGEM PARA A CIDADE DE CURITIBA-PR, NOS DIAS 04 E 05/08/2026 - PARTICIPAR DO EVENTO: "1º SEMINÁRIO PARANAENSE DE BOAS PRÁTICAS EM RPPS - 2ª EDIÇÃO", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - TCE-PR. SAÍDA NO DIA 03/08/2026 AS 13H30 E CHEGADA DIA 05/08/2026 AS 23H. VEÍCULO AZL-9331	FUNPESPA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	03/08/2026 05/08/2026	CURITIBA/ PR	2,25	440,00	990,00	0,00
2	154/2026	KAIKE MONTEIRO BORGES	CONTROLADOR GERAL DO MUNCÍPIO/ 9756	02 E 1/4 DIÁRIAS, VIAGEM PARA A CIDADE DE CURITIBA-PR, NOS DIAS 04 E 05/08/2026 - PARTICIPAR DO EVENTO: "1º SEMINÁRIO PARANAENSE DE BOAS PRÁTICAS EM RPPS - 2ª EDIÇÃO", REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - TCE-PR. SAÍDA NO DIA 03/08/2026 AS 13H30 E CHEGADA DIA 05/08/2026 AS 23H. VEÍCULO AZL-9331	FUNPESPA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	03/08/2026 05/08/2026	CURITIBA/ PR	2,25	440,00	990,00	0,00
										2.970,00	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:286E43AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - PREFEITURA DE BARBOSA FERRAZ - AGOSTO 2026

EDITAL Nº 03.001/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO Nº 001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, torna público a NOTA E A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do Processo Seletivo de Estágio nº 001/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica divulgado no ANEXO ÚNICO do presente edital, a nota e a classificação provisória, conforme disposição do Edital de Abertura do presente Processo Seletivo de Estágio.

Art. 2º Os(as) candidatos(as) que não atingirem pelo menos um acerto (zerar) em cada uma das áreas de conhecimento contidas no Edital de Abertura, estarão eliminados(as) do processo.

Art. 3º Quanto a classificação provisória, caberá a interposição de recursos por meio do endereço eletrônico processos.especiais@cieepr.org.br, nos termos do item 8.6 do Edital de Abertura.

Art. 4º A classificação constará apenas o nome dos(as) candidatos(as) Aprovados(as).

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Barbosa Ferraz, 28 de agosto de 2026.

JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Assinado de forma digital por JULIANA
PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Dados: 2026.08.28 11:30:19 -03'00'

JULIANA PINHEIRO DA SILVA
Secretária de Recursos Humanos

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

BIOMEDICINA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86471	MIKAELE CARVALHO ESTEFANI	BIOMEDICINA	29/02/08	20	25	25	25	95	A

CONTABILIDADE										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86361	GUSTAVO JOSE PRADO FERNANDES	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	25/08/08	25	20	25	25	95	A

ECONOMIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86446	JOÃO ABEL FAVARO DELGADO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	15/06/07	25	25	20	25	95	A

FARMÁCIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86286	MIKAELY EMERICK RAMOS PIRES	FARMÁCIA	06/08/08	25	25	25	25	100	A
2	86359	FRANCIELE CAROLINE DAMETTO	FARMÁCIA	19/10/08	25	25	25	25	100	A

INFORMÁTICA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86356	ADRYAN HENRIQUE MORIGI DE MELO	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - EAD	27/06/07	20	15	20	25	80	A

MEDICINA VETERINÁRIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86448	KAMILY EDUARDA CAMPOS	MEDICINA VETERINÁRIA	25/05/06	25	25	25	25	100	A
2	86412	ALICE SALEMA GOUVEIA	MEDICINA VETERINÁRIA	01/08/06	25	25	25	25	100	A

PEDAGOGIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86288	DIOVANA SOUZA TEOTÔNIO	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	13/11/08	25	25	25	25	100	A
2	86332	LETICIA DA ROCHA SOUZA	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	14/03/07	25	25	20	25	95	A
3	86289	ANDREIA DOS SANTOS MARINHO RIBEIRO	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	17/11/88	20	25	25	25	95	A
4	86355	MARCIA DE FATIMA DA SILVA	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	14/05/93	20	25	25	25	95	A
5	86284	CAMILA DE FREITAS SANTOS	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	12/01/89	25	20	20	25	90	A

TÉCNICO EM ENFERMAGEM										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86460	THALIA KAROLINE DE SANTI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SUBSEQUENTE	27/10/97	15	25	20	25	85	A

Legenda	
Class. – Classificação	**C.G.** – Conhecimentos Gerais
Cód. – Código de inscrição	**N.F.** – Nota Final
D.N – Data de Nascimento	**R** – Resultado
LP – Língua Portuguesa	**A.** – Aprovado(a)
Mat. – Matemática	
Inf. – Informática	

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:F28CF5D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				**R$ 1,00**
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.127.000,00	1.127.000,00	945.840,66	83,93
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	198.000,00	198.000,00	9.737,68	4,92
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	119.000,00	119.000,00	92.152,90	77,44
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	280.000,00	280.000,00	361.483,75	129,10
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	530.000,00	530.000,00	482.466,33	91,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.094.665,28	28.094.665,28	15.102.131,56	53,75
Cota-Parte FPM	19.727.917,77	19.727.917,77	10.885.373,31	55,18
Cota-Parte ITR	14.818,14	14.818,14	25.712,68	173,52
Cota-Parte IPVA	747.000,00	747.000,00	395.920,45	53,00
Cota-Parte ICMS	7.503.929,37	7.503.929,37	3.739.539,07	49,83
Cota-Parte IPI-Exportação	101.000,00	101.000,00	55.586,05	55,04
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	29.221.665,28	29.221.665,28	16.047.972,22	54,92

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.294.323,89	4.216.843,47	1.964.143,46	46,58	1.862.186,29	44,16	1.797.812,79	42,63
Despesas Correntes	3.291.723,89	3.806.723,89	1.902.367,68	49,97	1.815.000,65	47,68	1.750.627,15	45,99
Despesas de Capital	2.600,00	410.119,58	61.775,78	15,06	47.185,64	11,51	47.185,64	11,51
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	500.000,00	892.811,04	446.405,52	50,00	446.405,52	50,00	446.405,52	50,00
Despesas Correntes	500.000,00	892.811,04	446.405,52	50,00	446.405,52	50,00	446.405,52	50,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	79.041,76	79.041,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	79.041,76	79.041,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	61.680,00	61.680,00	18.614,63	30,18	18.614,63	30,18	15.572,85	25,25
Despesas Correntes	61.480,00	61.480,00	18.614,63	30,28	18.614,63	30,28	15.572,85	25,33
Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	693.380,58	807.380,58	298.354,41	36,95	293.590,37	36,36	287.218,16	35,57
Despesas Correntes	661.380,58	729.380,58	261.707,41	35,88	256.943,37	35,23	250.571,16	34,35
Despesas de Capital	32.000,00	78.000,00	36.647,00	46,98	36.647,00	46,98	36.647,00	46,98
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.628.426,23	6.057.756,85	2.727.518,02	45,03	2.620.796,81	43,26	2.547.009,32	42,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.727.518,02	2.620.796,81	2.547.009,32
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.727.518,02	2.620.796,81	2.547.009,32
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		2.407.195,83	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		-------	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-------	213.600,98	139.813,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-------	-------	-------
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-------	**16,33**	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	-------	-------	-------	-------	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0 então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	2.407.195,83	2.620.796,81	213.600,98	9.159.094,89	0,00	8.945.493,91	-------	0,00	-------	213.600,98
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250.972,99	423,40	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	361.727,40	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022 e anteriores	13.910.836,03	16.208.892,09	2.298.056,06	0,00	0,00	0,00	23.605,42	0,00	2.369,95	2.295.686,11
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.532.418,80	2.532.418,80	3.412.912,39	134,77
Proveniente da União	2.252.418,80	2.252.418,80	2.873.096,52	127,56
Proveniente dos Estados	280.000,00	280.000,00	539.815,87	192,79
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	4.161,46	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.532.418,80	2.532.418,80	3.417.073,85	134,93

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.172.982,80	3.451.384,26	1.631.597,88	47,27	1.504.340,73	43,59	1.471.366,27	42,63
Despesas Correntes	2.170.482,80	2.985.635,37	1.557.981,23	52,18	1.466.940,43	49,13	1.433.965,97	48,03
Despesas de Capital	2.500,00	465.748,89	73.616,65	15,81	37.400,30	8,03	37.400,30	8,03
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	220.000,00	220.000,00	140.626,82	63,92	115.126,82	52,33	115.126,82	52,33
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	140.626,82	63,92	115.126,82	52,33	115.126,82	52,33
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	139.600,00	139.600,00	500,00	0,36	26,48	0,02	26,48	0,02
Despesas Correntes	132.400,00	132.400,00	500,00	0,38	26,48	0,02	26,48	0,02
Despesas de Capital	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	91.836,00	91.836,00	42.176,23	45,93	42.176,23	45,93	42.176,23	45,93
Despesas Correntes	91.636,00	91.636,00	42.176,23	46,03	42.176,23	46,03	42.176,23	46,03
Despesas de Capital	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.624.418,80	3.902.820,26	1.814.900,93	46,50	1.661.670,26	42,58	1.628.695,80	41,73
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.467.306,69	7.668.227,73	3.595.741,34	46,89	3.366.527,02	43,90	3.269.179,06	42,63
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	720.000,00	1.112.811,04	587.032,34	52,75	561.532,34	50,46	561.532,34	50,46
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	218.641,76	218.641,76	500,00	0,23	26,48	0,01	26,48	0,01
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	153.516,00	153.516,00	60.790,86	39,60	60.790,86	39,60	57.749,08	37,62
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	693.380,58	807.380,58	298.354,41	36,95	293.590,37	36,36	287.218,16	35,57

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	7.252.845,03	9.960.577,11	4.542.418,95	45,60	4.282.467,07	42,99	4.175.705,12	41,92
FONTE: Sistema e-Pública (1747-0188-344). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:17.								
Notas:								
1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F21939D9

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)		**R$ 1,00**
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	41.675.177,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1746-5303-727). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:18.											

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:66DD9DD6

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.675.177,37	80.071.614,93	7.767.955,85	30.372.020,70	100,00	49.699.594,23	9.835.987,74	25.031.390,27	100,00	55.040.224,66
LEGISLATIVA	699.432,00	699.432,00	100.544,38	303.838,01	1,00	395.593,99	106.664,50	294.365,82	1,18	405.066,18
Ação Legislativa	699.432,00	699.432,00	100.544,38	303.838,01	1,00	395.593,99	106.664,50	294.365,82	1,18	405.066,18
ADMINISTRAÇÃO	11.445.950,83	13.622.020,29	1.442.587,79	5.495.437,30	18,09	8.126.582,99	1.375.204,00	5.145.381,62	20,56	8.476.638,67
Administração Geral	9.778.409,51	11.954.478,97	1.322.670,67	5.043.368,56	16,61	6.911.110,41	1.242.460,49	4.721.575,15	18,86	7.232.903,82
Administração Financeira	383.384,32	383.384,32	39.443,30	140.555,94	0,46	242.828,38	41.568,02	121.691,22	0,49	261.693,10
Controle Interno	124.583,10	124.583,10	11.185,72	34.331,60	0,11	90.251,50	11.185,72	34.331,60	0,14	90.251,50
Tecnologia da Informação	146.405,88	146.405,88	11.610,66	34.462,55	0,11	111.943,33	11.610,66	34.462,55	0,14	111.943,33
Formação de Recursos Humanos	879.853,00	879.853,00	57.677,44	230.342,29	0,76	649.510,71	68.379,11	220.944,74	0,88	658.908,26
Comunicação Social	133.315,02	133.315,02	0,00	12.376,36	0,04	120.938,66	0,00	12.376,36	0,05	120.938,66
SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Defesa Civil	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.932.658,70	7.219.592,43	364.566,41	1.414.712,25	4,66	5.804.880,18	492.808,54	1.268.103,78	5,07	5.951.488,65
Assistência à Pessoa Idosa	223.400,00	524.982,86	56.758,07	120.173,86	0,40	404.809,00	40.733,98	104.149,77	0,42	420.833,09
Assistência ao Portador de Deficiência	6.100,00	46.424,12	0,00	0,00	0,00	46.424,12	0,00	0,00	0,00	46.424,12
Assistência à Criança e ao Adolescente	399.529,40	693.291,05	58.721,88	150.991,55	0,50	542.299,50	61.974,00	148.565,67	0,59	544.725,38
Assistência Comunitária	79.020,00	4.215.939,59	19.193,00	48.470,46	0,16	4.167.469,13	18.919,00	47.766,06	0,19	4.168.173,53
Administração Geral	1.139.326,20	1.651.671,71	218.860,74	1.062.052,24	3,50	589.619,47	360.148,84	934.598,14	3,73	717.073,57
Serviços Socioassistenciais	85.283,10	87.283,10	11.032,72	33.024,14	0,11	54.258,96	11.032,72	33.024,14	0,13	54.258,96
SAÚDE	7.562.845,03	10.270.577,11	1.414.234,94	4.683.936,01	15,42	5.586.641,10	1.504.649,26	4.423.984,13	17,67	5.846.592,98
Atenção Básica	5.777.306,69	7.978.227,73	1.283.307,31	3.737.258,40	12,30	4.240.969,33	1.187.660,59	3.508.044,08	14,01	4.470.183,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	720.000,00	1.112.811,04	22.725,23	587.032,34	1,93	525.778,70	204.732,07	561.532,34	2,24	551.278,70
Vigilância Sanitária	218.641,76	218.641,76	0,00	500,00	0,00	218.141,76	0,00	26,48	0,00	218.615,28
Vigilância Epidemiológica	153.516,00	153.516,00	27.421,79	60.790,86	0,20	92.725,14	27.421,79	60.790,86	0,24	92.725,14
Administração Geral	693.380,58	807.380,58	80.780,61	298.354,41	0,98	509.026,17	84.834,81	293.590,37	1,17	513.790,21
EDUCAÇÃO	14.410.041,74	17.975.572,73	2.429.301,04	7.808.712,48	25,71	10.166.860,25	2.570.806,93	7.530.971,69	30,09	10.444.601,04
Ensino Fundamental	5.670.609,42	7.716.592,49	928.649,59	3.681.946,16	12,12	4.034.646,33	923.220,78	3.505.594,32	14,00	4.210.998,17
Ensino Superior	103.000,00	103.000,00	11.080,00	42.370,00	0,14	60.630,00	11.080,00	42.370,00	0,17	60.630,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
Educação Infantil	7.480.671,32	7.971.319,24	1.056.884,20	3.158.931,58	10,40	4.812.387,66	1.149.057,46	3.061.980,13	12,23	4.909.339,11
Administração Geral	14.600,00	14.600,00	680,00	3.055,01	0,01	11.544,99	0,00	2.375,01	0,01	12.224,99
Demais Subfunções	1.141.161,00	2.170.061,00	432.007,25	922.409,73	3,04	1.247.651,27	487.448,69	918.652,23	3,67	1.251.408,77
URBANISMO	1.878.449,07	9.364.728,67	592.263,56	7.185.464,99	23,66	2.179.263,68	2.691.122,17	3.319.902,92	13,26	6.044.825,75
Infra-Estrutura Urbana	1.878.449,07	9.364.728,67	592.263,56	7.185.464,99	23,66	2.179.263,68	2.691.122,17	3.319.902,92	13,26	6.044.825,75
SANEAMENTO	267.500,00	631.637,15	21.828,14	66.110,60	0,22	565.526,55	27.428,14	65.627,60	0,26	566.009,55
Saneamento Básico Rural	127.000,00	491.137,15	19.811,14	32.782,80	0,11	458.354,35	19.811,14	32.344,80	0,13	458.792,35
Saneamento Básico Urbano	140.500,00	140.500,00	2.017,00	33.327,80	0,11	107.172,20	7.617,00	33.282,80	0,13	107.217,20
GESTÃO AMBIENTAL	50.300,00	50.300,00	15.000,00	34.100,00	0,11	16.200,00	6.000,00	19.100,00	0,08	31.200,00
Preservação e Conservação Ambiental	50.300,00	50.300,00	15.000,00	34.100,00	0,11	16.200,00	6.000,00	19.100,00	0,08	31.200,00
AGRICULTURA	1.693.800,00	17.500.015,13	1.123.124,64	2.700.184,30	8,89	14.799.830,83	899.231,81	2.422.777,95	9,68	15.077.237,18
Extensão Rural	1.082.700,00	1.142.700,00	60.927,48	928.984,17	3,06	213.715,83	45.327,34	878.332,07	3,51	264.367,93
Promoção da Produção Agropecuária	611.100,00	16.357.315,13	1.062.197,16	1.771.200,13	5,83	14.586.115,00	853.904,47	1.544.445,88	6,17	14.812.869,25
INDÚSTRIA	538.000,00	538.000,00	24.894,31	150.153,24	0,49	387.846,76	53.261,75	142.603,24	0,57	395.396,76
Promoção Industrial	538.000,00	538.000,00	24.894,31	150.153,24	0,49	387.846,76	53.261,75	142.603,24	0,57	395.396,76
DESPORTO E LAZER	380.000,00	998.959,11	152.685,00	236.162,50	0,78	762.796,61	21.885,00	105.362,50	0,42	893.596,61
Desporto Comunitário	380.000,00	998.959,11	152.685,00	236.162,50	0,78	762.796,61	21.885,00	105.362,50	0,42	893.596,61
ENCARGOS ESPECIAIS	554.200,00	938.780,31	86.925,64	293.209,02	0,97	645.571,29	86.925,64	293.209,02	1,17	645.571,29
Outros Encargos Especiais	554.200,00	938.780,31	86.925,64	293.209,02	0,97	645.571,29	86.925,64	293.209,02	1,17	645.571,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00	0,00	192.000,00	0,00	0,00	0,00	192.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	41.675.177,37	80.071.614,93	7.767.955,85	30.372.020,70	100,00	49.699.594,23	9.835.987,74	25.031.390,27	100,00	55.040.224,66
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	

FONTE: Sistema e-Pública (1837-0542-447). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:08.

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5A44880B

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 7 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 3º BIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
Período de referência: Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho												
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												**Em Reais**
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total (L)=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo (e)=(a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo (k)=(f+g)-(i+j)**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	324.794,82	324.683,82	0,00	111,00	0,00	3.736.641,00	3.440.205,55	3.440.205,55	0,00	296.435,45	296.546,45
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul	0,00	324.794,82	324.683,82	0,00	111,00	0,00	3.736.641,00	3.440.205,55	3.440.205,55	0,00	296.435,45	296.546,45
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	324.794,82	324.683,82	0,00	111,00	0,00	3.736.641,00	3.440.205,55	3.440.205,55	0,00	296.435,45	296.546,45
FONTE: Sistema e-Pública (1512-8359-567). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/08/2026 e hora de emissão: 15:13.												

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3B437DC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 13/2026 - ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO: FÊNIX INSTITUTO LTDA

EDITAL Nº 013/2026
ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

23 - MOTORISTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	PRÁTIC A	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000101	EDSON MARTINI DE MORAES	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000100	SADI ONISKO	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000098	MARCOS DOS SANTOS	1,50	1,20	1,00	2,00	10,00	9,70	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0000057	JULIANA DOS SANTOS MENDES	1,50	1,50	0,80	2,00	9,00	9,40	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0000111	DANIEL DE CAMPOS STOFFEL	1,20	1,50	1,00	2,00	9,00	9,30	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0000047	RUDINEI MACHADO GRAMINHO	1,20	1,20	1,00	2,00	8,00	8,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000181	LUIZ EDUARDO FACCIN	1,20	1,20	0,80	1,60	9,00	8,40	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000069	RODRIGO DE AQUINO FROES	1,50	1,50	1,00	1,60	4,00	7,20	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000139	SELMAR DE AZEVEDO	1,20	1,50	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000068	DIEVERSON DE LIMA	1,20	1,50	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000167	ANTÔNIO PILAR	1,20	0,60	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Eliminado	Ampla Concorrência

0000205	JOLCIR SOARES	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000218	LEONIR LUCIO DE GOIS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000006	MARCOS ROBERTO DE SOUZA JORA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000185	MOACIR JOSÉ GUARNIERI	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000036	SILVAN GHISSI	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

37 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT CG CE TITULO NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000051	JESSICA MARISA BERTÃO	2,00	2,00 1,00 3,50 - 8,50	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000086	SABRINA DA SILVA	2,00	1,60 1,00 3,50 - 8,10	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000160	GABRIELA PRICILA VIDAL DOS SANTOS	2,00	1,20 1,00 3,50 - 7,70	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000190	VANESSA KOTIKOSKI	1,60	0,40 1,00 3,50 - 6,50	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000114	FLAVIA GNOATO NEVES	1,20	0,80 1,00 2,80 - 5,80	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000215	IZAURA MARIA BEAL GEITTENES	-	- - - - -	-	Ausente	Ampla Concorrência

38 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE TITULO	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000015	GILVANE FORMAGINI	2,00	2,00	0,80	3,50 0,30	8,60	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000145	DAIANA FERNANDA MOTTA	2,00	1,60	1,00	3,50 -	8,10	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000187	THAMYLA MONTEIRO KLIPSTEIN	2,00	1,60	1,00	3,50 -	8,10	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000163	FERNANDA CASANOVA	2,00	1,20	1,00	3,50 0,30	8,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000089	JULIANA STRAPASSON KONO DE PAULA	1,60	1,60	1,00	3,50 -	7,70	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000212	NEUSA MARISETE LUKASEWICZ	2,00	1,20	1,00	3,50 -	7,70	6º	Excedente	PcD - Pessoa com Deficiência
0000095	MÁRCIA GOSMAN GOMES DE LIMA	1,60	0,80	0,80	3,50 0,30	7,00	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000214	SANDRA ISABEL CARVALHO RIBEIRO	1,60	0,80	1,00	3,50 -	6,90	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000210	ANTONIO MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS	-	-	-	- 0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000115	LUCINEIA DA SILVA LOPES	-	-	-	- 0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000154	RUBIA DA SILVA	-	-	-	- 0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000110	FERNANDA DE MEDEIROS DE OLIVEIRA	-	-	-	- 0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000150	CAROLINE WIECZOREK	-	-	-	- -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

41 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000113	JAQUELINE MARISANE BERTÃO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000105	ALANA ESCOBAR DE BRITO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000170	ELIANE MARIA BRAGA DE CAMPOS	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000059	LAYSA LETICIA FOUZ DE SOUZA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000123	DIEILA CAMILA DE CAMARGO DE OLIVEIRA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000120	MARCOS VINICIUS LIMA CENTURION	1,60	2,00	1,00	5,00	9,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000019	ANA GESSIKA LAURINDO	1,60	2,00	1,00	5,00	9,60	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000209	LUIZ EDUARDO SAVOLDI VIEIRA VELHO	1,60	2,00	0,80	5,00	9,40	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000216	ZELIRIO DE MEDEIROS	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000009	BENHOUR ALECRIM AGOSTINI	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000129	BRUNA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000188	KATHERYN RODRIGUES DA SILVA MARCELINO	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000087	MARCOS JOSÉ DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000179	MARÍA EDUARDA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000183	TAUANNY RODRIGUES DE FREITAS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000206	THARLES SOARES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

42 - ENFERMEIRO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000028	ERIELI GOMES DOS SANTOS	2,00 0,00 1,00	5,00	8,00	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000171	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	- - -	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000054	GIANNINI LOPES DA SILVA	- - -	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000143	JAQUELINE BEATRIZ LIMA DA SILVA	- - -	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000096	JAQUELINE RODRIGUES BORGES	- - -	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

43 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL POSIÇÃO L. RESULTADO MODALIDADE VAGA
0000093	WEVERSON DOS SANTOS DAMARATE	2,00	1,20	1,00	5,00	9,20 1º Excedente Ampla Concorrência
0000194	JOSE ITOLAR DE OLIVEIRA MARTINS	1,60	0,40	1,00	5,00	8,00 2º Excedente Ampla Concorrência

44 - AUXILIAR	DE SERVIÇOS GERAIS - PINHAL DE	SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT CG CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000201	ALISSON GABRIEL POZZOBON	2,00 2,00 1,00 5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000034	NEUZA PINHEIRO	2,00 1,60 1,00 5,00	9,60	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000050	NICOLE MARTINS	1,60 2,00 1,00 5,00	9,60	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0000008	SALETE APARECIDA RODRIGUES DE SIQUEIRA MARTINS	2,00 1,60 0,80 5,00	9,40	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0000117	ANGELA RODRIGUES DA SIQUEIRA	1,60 2,00 0,80 5,00	9,40	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0000124	VANESSA DE CASTRO	1,60 1,60 1,00 5,00	9,20	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000071	NATHALIA ZANG	1,60 1,60 1,00 5,00	9,20	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000204	JHENIFER EDUARDA SANTANA ALTREIDER	2,00 0,80 1,00 5,00	8,80	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000062	MARLI TERESINHA FERNANDES DE LIMA	1,60 0,80 1,00 5,00	8,40	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000040	EDINEIA DA SILVA LOPES MACHADO	1,20 1,20 1,00 5,00	8,40	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000175	DAIANE LOPES PEREIRA	1,60 0,40 1,00 5,00	8,00	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000180	ELZA RIBEIRO DA SILVA	0,80 0,40 0,80 5,00	7,00	12º	Excedente	Ampla Concorrência
0000184	MARIA PINHEIRO BRIEDIS	0,40 0,40 1,00 5,00	6,80	13º	Excedente	Ampla Concorrência
0000078	CELINA DIAS DOS SANTOS	1,20 0,80 0,80 4,00	6,80	14º	Excedente	Ampla Concorrência
0000077	MARCIA DE OLIVEIRA	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	-	Eliminado	Ampla Concorrência
0000203	ADAIANE ALMEIDA	- - - -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000053	CAUA JORA	- - - -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000025	DORISETE BOCK DE MEDEIROS	- - - -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000148	JUAN VICTOR DOS SANTOS RODRIGUES	- - - -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000200	RODRIGO BUTZGE DE OLIVEIRA	- - - -	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

50 - ASSISTENTE	SOCIAL -	PINHAL DE	SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000020	DANIELI CRISTINA DA IGREJA	2,00	2,00	1,00	3,00 8,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000074	ANY CRISTHIANE RAGIEVICZ	1,20	0,40	0,60	2,00 4,20	-	Eliminado	Ampla Concorrência
0000118	ILAINE TERESINHA OLBERMANN	-	-	-	- -	-	Ausente	Ampla Concorrência

51 - CIRURGIÃO DENTISTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000085	VINICIUS CAVANHOL	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000197	WILLIAM CABRAL ARAUJO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000116	ARAO GASPAR PACHECO NETO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000021	JOAO PEDRO FONTANA KAZMIROWSKI	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000131	ANA MARIA COSTA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000055	JULIA DELLANI MORGEUROTH	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000122	THALES PIETA ANATER	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000070	MAURÍCIO AUGUSTO CARON DELAZERI	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000107	AMANDA PAGANINI WENZEL	2,00	0,80	1,00	5,00	8,80	9º	Excedente	Ampla Concorrência

0000125	EDUARDA BANCK MANFREDINI	2,00	0,80	1,00	5,00	8,80	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000013	LUANA CRISTINA RIBAS DOS SANTOS	1,60	1,20	1,00	5,00	8,80	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000137	DENISE DAMO	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	12º	Excedente	Ampla Concorrência
0000130	KÁSSIA WRONSKI	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	13º	Excedente	Ampla Concorrência
0000064	ANA LÚCIA COSTANTIN BRESCIANI BORTOLI SARTORI	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000042	LAÍS MACIEL WEBER	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

52 - EDUCADOR FÍSICO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE

0000176 CARLOS BOLIVAR MACIEL 1,60 1,60 1,00 5,00 9,20 1º Classificado Ampla concorrência

53 - FISIOTERAPEUTA -	PINHAL DE	SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000192	ANA GABRIELI BRUM DOS SANTOS	2,00 2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000106	ERIKA OTT DE SOUZA	1,60 1,60	1,00	5,00	9,20	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000007	DANIELE ANDRESSA FERREIRA	1,60 0,80	1,00	5,00	8,40	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000219	MARIA EDUARDA FERRAZZO MACHADO	- -	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000094	RAIANE CRISTINA SILVA PINTO	- -	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

55 - MÉDICO	CLÍNICO	GERAL -	PINHAL	DE SÃO	BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000196	GUSTAVO SILVA SANTOS	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000174	MARIA LUCIA NEPPEL DIAS	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000172	CHELESTON MAURILIO FERREIRA ATANAZIO	2,00	1,20	1,00	5,00	9,20	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000169	LEANDRO GONÇALVES	2,00	1,20	0,80	5,00	9,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000029	LAIS DORIGON ALBA	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000162	PAMELA GOMES DOS SANTOS	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000132	PAULO AUWARTER	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000084	EDUARDO TOMAZONI	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000080	ANGÉLICA FACCO COCCO	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000067	JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA PAZ	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000168	DEISIANY MATIELLO	1,60	1,60	1,00	4,00	8,20	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000126	JANAINA KARLA LEIER DAGOSTINI DE CAMPOS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000075	JONAS DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000182	RAYSSA BITTENCOURT ZAINA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000198	TAIGUARA SANTANA FAGUNDES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000022	WILLIAN JORGE FRANCO FRITSCH	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

56 - NUTRICIONISTA - PINHAL DE	SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT CG	CE NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000082	LUCIANE QUADRA DE ALMEIDA EGER	2,00 2,00 1,00	5,00 10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000155	THAIS CRISTINA DA CHAGA	2,00 2,00 1,00	5,00 10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000208	CRISTIANE PETRICOSKI ROSSAROLLA MÔRO	2,00 1,60 1,00	5,00 9,60	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000030	ALINE MAYARA FERREIRA BELLE	- - -	- -	-	Ausente	Ampla Concorrência

57 - PSICÓLOGO - PINHAL DE SÃO	BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP MAT CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000173	DOUGLAS MIRANDA	2,00 2,00 1,00	4,00	9,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000037	ANA LUIZA BONETTI VESCOVI	2,00 1,60 1,00	4,00	8,60	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000199	JUSIENE DENISE LAUERMANN	2,00 0,80 1,00	4,00	7,80	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000193	ADRIANA SCHMIDT	1,60 0,80 1,00	4,00	7,40	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000153	BIANCA CRISTINA FIGUEIREDO SAMPAIO	- - -	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

59 - OPERADOR DE	MÁQUINAS	PESADAS -	PINHAL DE SÃO	BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE PRÁTIC A	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA RESULTADO	MODALIDADE
0000158	ALAN FRANÇA CORDEIRO	1,50	1,50	1,00	2,00 10,00	10,00	1º Classificado	Ampla Concorrência
0000159	JOSE OLKOSKI	1,50	1,50	0,80	2,00 10,00	9,80	2º Classificado	Ampla Concorrência
0000166	SELMIR DE AZEVEDO	1,50	1,50	0,80	2,00 10,00	9,80	3º Classificado	Ampla Concorrência
0000023	VALDECIR JOSE VINCH	0,30	0,90	0,80	2,00 6,00	6,40	4º Excedente	Ampla Concorrência
0000128	BRUNO ANTONIOLLI ANTUNES	1,50	1,50	1,00	2,00 0,00	0,00	- Desclassificado	Ampla Concorrência
0000061	GILVANI ALVES COPATI	1,20	0,90	1,00	2,00 0,00	0,00	- Desclassificado	Ampla Concorrência
0000202	ADENIR POZZOBON	-	-	-	- -	-	- Ausente	Ampla Concorrência
0000186	DOUGLAS BOTTEGA DA ROCHA	-	-	-	- -	-	- Ausente	Ampla Concorrência
0000079	GUILHERME LUIS THOMAZINI	-	-	-	- -	-	- Ausente	Ampla Concorrência
0000081	GUSTAVO FELIPE FOGLIATO CECCON	-	-	-	- -	-	- Ausente	Ampla Concorrência
0000092	LUIZ FELIPE NEIWERT	-	-	-	- -	-	- Ausente	Ampla Concorrência

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:7F18D1E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL Nº 09/2026 EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

EDITAL Nº 09/2026
EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026
A Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL**, conforme segue:

Art.1º - Quanto a **CLASSIFICAÇÃO FINAL**, cabe recurso à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento UNICENTRO no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação deste edital.
Parágrafo único. O recurso deverá ser protocolado em formulário próprio disponível no endereço eletrônico https://www.concursosfau.com.br/novo/areacandidato/ no período das **09h00 do dia 02/09/2026 até às 23h59min do dia 03/09/2026**, observando o horário oficial de Brasília-DF.
Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Salgado Filho, 01 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

SILVIANA MACHADO
Presidente Da Comissão
Portaria Nº 224

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL – AMPLA CONCORRÊNCIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TÍTULOS	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23815995	CRISTIANE DE SIQUEIRA MALINOSKI	53.00			53.00	1	ASSISTENTE SOCIAL	22/12/1985	9.00	8.00	12.00	24.00
23816093	ALINY KREBS	71.00			71.00	1	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	14/07/2006	12.00	4.00	3.00	52.00
23817801	ANDERSON GUSTAVA DA SILVA	68.00			68.00	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "A"	11/06/2000	12.00	8.00	48.00	
23818506	RUBENS EDSON ROGWSCKI	62.00			62.00	2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "A"	11/06/1980	10.00	4.00	48.00	
23818783	MARLI RADMANN DA ROCHA	60.00			60.00	3	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "A"	04/10/1990	8.00	10.00	42.00	
23816024	LIZETE FERNANDES GARCIA	50.00			50.00	4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "A"	07/10/1981	10.00	4.00	36.00	
23815988	JAQUELINE PEDRON	86.00			86.00	1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "B"	14/06/1992	18.00	14.00	54.00	
23817863	AMANDA SOSTER DOS SANTOS	84.00			84.00	2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "B"	10/04/2009	16.00	14.00	54.00	
23816028	VIVIA IRMA KLEMANN	68.00			68.00	3	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "B"	11/08/1988	6.00	8.00	54.00	
23816147	CLARICE RODRIGUES DIAS	62.00			62.00	4	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "B"	13/05/1990	16.00	4.00	42.00	
23816008	FRANCIELI FAGUNDES	60.00			60.00	5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS "B"	18/08/1994	8.00	4.00	48.00	
23817364	ANA CRISTINA MANGONI	89.00			89.00	1	CONTADOR	12/03/2002	9.00	8.00	12.00	60.00
23816065	ELIZIANE CRISTINA ROHDEN	77.00			77.00	2	CONTADOR	20/05/1988	12.00	4.00	9.00	52.00
23816023	LEONARDO MARQUES DE OLIVEIRA	63.00			63.00	3	CONTADOR	14/09/1998	9.00	8.00	6.00	40.00
23818678	REGIVANI ASSOLINI	57.00			57.00	4	CONTADOR	06/04/1992	6.00	10.00	9.00	32.00
23818302	RENATO GRASSI	52.00		5.00	57.00	5	CONTADOR	26/10/1992	9.00	6.00	9.00	28.00
23816074	EMERSON DE ANDRADE JANUSKEVICIUS	51.00		5.00	56.00	6	CONTADOR	22/10/1980	9.00	6.00	12.00	24.00
23818778	CELIO GUSTAVO BERWIG	53.00			53.00	7	CONTADOR	03/12/1981	0.00	6.00	15.00	32.00
23816054	MARIA IZABEL SCHNEM PESENTE	72.00			72.00	1	ENFERMEIRO	19/03/2004	12.00	8.00	12.00	40.00
23818491	KEILA SUPTITZ DE BRITTO	70.00			70.00	2	ENFERMEIRO	13/11/2004	12.00	6.00	12.00	40.00
23816042	ERNANI PEDROSO DE CASTRO	60.00			60.00	3	ENFERMEIRO	02/12/1991	3.00	4.00	9.00	44.00
23817953	LETÍCIA CECCON TIOSSI	60.00			60.00	4	ENFERMEIRO	28/02/2003	3.00	4.00	9.00	44.00
23818718	CLEUNICE APARECIDA DA SILVA	59.00			59.00	5	ENFERMEIRO	29/07/1971	12.00	2.00	9.00	36.00
23816018	MAIARA KNIPHOFF	57.00			57.00	6	ENFERMEIRO	11/05/1997	6.00	2.00	9.00	40.00
23816303	ALINE REGINA VANIN	70.00			70.00	1	FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	21/07/1993	3.00	2.00	9.00	56.00
23817126	ELIZIANE DIAS	68.00			68.00	1	GARI	29/12/1989	12.00	8.00	48.00	
23816302	JULIO CESAR BRAGA SANTIAGO DE LIMA	80.00			80.00	1	MÉDICO	05/02/1976	15.00	8.00	9.00	48.00
23816282	EDIANE CRISTINA CENCI	75.00			75.00	2	MÉDICO	21/03/1998	15.00	8.00	12.00	40.00
23818588	JULIANA ARGENTA	72.00			72.00	3	MÉDICO	28/07/1995	9.00	8.00	15.00	40.00
23816014	GABRIELA EMY ISONO OICHI	70.00			70.00	4	MÉDICO	27/10/1998	9.00	8.00	9.00	44.00
23817118	PAULO AUWARTER	59.00			59.00	5	MÉDICO	28/05/1998	12.00	10.00	9.00	28.00
23816007	ANA PAULA CAVALLI	58.00			58.00	6	MÉDICO	20/07/1999	9.00	8.00	9.00	32.00
23817737	ANANDA VALQUIRIA MOURA DOS SANTOS	55.00			55.00	7	MÉDICO	20/08/1993	6.00	8.00	9.00	32.00
23817568	LETÍCIA FOSTER	54.00			54.00	8	MÉDICO	21/05/1998	6.00	4.00	12.00	32.00
23816308	CLEIDIANE LETICIA LANGNER	87.00			87.00	1	MONITOR DE CRECHE	28/03/2001	9.00	6.00	12.00	60.00
23816026	ANNELISE EDUARDA SCHWINGEL	83.00			83.00	2	MONITOR DE CRECHE	02/07/2001	6.00	2.00	15.00	60.00
23817439	DHUNA BLEICH SOARES	81.00			81.00	3	MONITOR DE CRECHE	18/04/1995	6.00	6.00	9.00	60.00
23817711	KELLY CRISTINA RODRIGUES DOLOTERO	80.00			80.00	4	MONITOR DE CRECHE	29/11/0984	9.00	6.00	9.00	56.00
23818541	LUANA DUARTE DA SILVA	79.00			79.00	5	MONITOR DE CRECHE	24/03/2002	9.00	4.00	6.00	60.00
23818248	DANIELI VOIVODA BORGES	78.00			78.00	6	MONITOR DE CRECHE	09/09/1999	12.00	4.00	6.00	56.00
23816012	CAMILA TALIA WANDSCHEER	73.00			73.00	7	MONITOR DE CRECHE	30/05/2000	6.00	2.00	9.00	56.00
23818634	LUCIMARA SILVEIRA CARVALHO	72.00			72.00	8	MONITOR DE CRECHE	12/07/1993	6.00	0.00	6.00	60.00
23816058	FRANCISCA LUCIVANIA MARINHO BRAZ	72.00			72.00	9	MONITOR DE CRECHE	22/07/1994	6.00	0.00	6.00	60.00
23816009	MARLI DA SILVA	72.00			72.00	10	MONITOR DE CRECHE	10/05/1999	3.00	0.00	9.00	60.00

23817989	FABRIZIA LUZIA DOS SANTOS	71.00			71.00	11	MONITOR DE CRECHE	12/11/2002	3.00	2.00	6.00	60.00
23818509	ANA VITÓRIA ALVES DE OLIVEIRA	69.00			69.00	12	MONITOR DE CRECHE	25/07/2008	6.00	0.00	3.00	60.00
23818860	TERESINHA DE FATIMA DA ROCHA	69.00			69.00	13	MONITOR DE CRECHE	18/02/1978	3.00	4.00	6.00	56.00
23818335	LAUSETE ALVES DE CASTRO	69.00			69.00	14	MONITOR DE CRECHE	30/03/1985	3.00	4.00	6.00	56.00
23816006	CLAUDETE COSTA	66.00			66.00	15	MONITOR DE CRECHE	10/05/1983	6.00	0.00	0.00	60.00
23818938	NOELI AIRES PEREIRA REICHERT	63.00			63.00	16	MONITOR DE CRECHE	28/11/1980	3.00	2.00	6.00	52.00
23818206	KELLY KAUFMANN	61.00			61.00	17	MONITOR DE CRECHE	02/10/2006	0.00	4.00	9.00	48.00
23817785	EDVALDO PANSERA DOS SANTOS	82.00	95.00		88.50	1	MOTORISTA	10/09/1987	12.00	16.00	54.00	
23816757	ADRIANO SIBERINO DUARTE	78.00	95.00		86.50	2	MOTORISTA	23/08/1987	8.00	10.00	60.00	
23816443	DALTO ANTÔNIO DUTRA	72.00	100.00		86.00	3	MOTORISTA	09/05/1998	10.00	2.00	60.00	
23818283	ALCEMAR DUARTE	72.00	100.00		86.00	4	MOTORISTA	03/08/1986	8.00	10.00	54.00	
23818803	DANRLEI MACHADO DE OLIVEIRA	80.00	90.00		85.00	5	MOTORISTA	14/01/1996	16.00	10.00	54.00	
23816112	CÁSSIO LUCIANO KNIECIK FARIAS	66.00	100.00		83.00	6	MOTORISTA	14/04/1996	8.00	10.00	48.00	
23818970	LUCINEI ISRAEL	62.00	100.00		81.00	7	MOTORISTA	08/02/1984	10.00	4.00	48.00	
23818743	LUCAS BERTICELLI	70.00	90.00		80.00	8	MOTORISTA	01/10/1999	16.00	6.00	48.00	
23816043	LEOMAR SILVA	68.00	90.00		79.00	9	MOTORISTA	27/05/1996	8.00	12.00	48.00	
23816055	VANDERLEI MUHL	94.00	55.00		74.50	10	MOTORISTA	21/12/1995	14.00	20.00	60.00	
23818605	ALEXANDRE ANTUNES LANGNER	58.00	80.00		69.00	11	MOTORISTA	27/04/1986	6.00	10.00	42.00	
23816050	CAROLINE ALVES DE LIMA	87.00			87.00	1	ODONTÓLOGO	28/12/2000	15.00	8.00	12.00	52.00
23817779	EDUARDO ISRAEL DE CARLI	82.00			82.00	2	ODONTÓLOGO	24/05/2002	9.00	10.00	15.00	48.00
23816010	KÁSSIA WRONSKI	76.00			76.00	3	ODONTÓLOGO	19/10/2004	12.00	8.00	12.00	44.00
23818811	THALES PIETA ANATER	58.00		0.00	58.00	4	ODONTÓLOGO	31/03/2003	3.00	10.00	9.00	36.00
23817919	ISADORA CARNEIRO PASTRE	53.00			53.00	5	ODONTÓLOGO	28/12/1999	0.00	4.00	9.00	40.00
23817695	NELCIO ALVES	72.00	75.00		73.50	1	OPERADOR DE MÁQUINAS	07/09/1972	6.00	12.00	54.00	
23816838	DANILO PRETO CAVALHEIRO	88.00		5.00	93.00	1	PROFESSOR	14/08/1966	12.00	4.00	12.00	60.00
23818296	DANIÉLY ZANELLA ROLIM	83.00		5.00	88.00	2	PROFESSOR	04/01/1989	15.00	4.00	12.00	52.00
23817817	ELIANE SUGARI	81.00		5.00	86.00	3	PROFESSOR	01/11/1980	6.00	8.00	15.00	52.00
23817607	VALERIA ANDRESSA TEIXEIRA	76.00		5.00	81.00	4	PROFESSOR	22/07/1995	12.00	2.00	6.00	56.00
23818194	CLEUSA DARTORA RAVANELLI	80.00			80.00	5	PROFESSOR	15/12/1971	12.00	2.00	6.00	60.00
23818039	CIBELLI ROYER	80.00			80.00	6	PROFESSOR	21/06/1991	6.00	2.00	12.00	60.00
23816015	JULIA GABRIELA HEIMANN	75.00		5.00	80.00	7	PROFESSOR	02/09/1997	6.00	4.00	9.00	56.00
23816239	LUCELIA ISRAEL	75.00		5.00	80.00	8	PROFESSOR	01/10/1981	12.00	2.00	9.00	52.00
23818022	KAROLINE ESTELA DURANTE LUZA	80.00			80.00	9	PROFESSOR	08/11/1995	9.00	4.00	15.00	52.00
23816004	THAIS BATTISTI	75.00		5.00	80.00	10	PROFESSOR	06/02/1998	6.00	6.00	15.00	48.00
23818812	ANDRIELI BASSANESI DOLESKI	79.00			79.00	11	PROFESSOR	21/12/1995	3.00	8.00	12.00	56.00
23818035	ADRIELI BOFF PALLAS	79.00			79.00	12	PROFESSOR	17/05/1985	9.00	6.00	12.00	52.00
23817043	IRONI RIVA	76.00		2.50	78.50	13	PROFESSOR	06/06/1986	9.00	6.00	9.00	52.00
23816062	MARIZA DE FATIMA RODRIGUES DIAS COELHO	73.00		5.00	78.00	14	PROFESSOR	23/07/1992	6.00	2.00	9.00	56.00
23817828	JOELI TRAUDE TUMELINI PACHÃO	72.00		5.00	77.00	15	PROFESSOR	06/02/1976	3.00	4.00	9.00	56.00
23816304	MARELI PORFIRIO	72.00		5.00	77.00	16	PROFESSOR	08/12/1983	3.00	2.00	15.00	52.00
23816067	FERNANDA BATTISTI	72.00		5.00	77.00	17	PROFESSOR	22/07/1985	3.00	2.00	15.00	52.00
23818327	NEIVA REIMERS	71.00		5.00	76.00	18	PROFESSOR	04/02/1983	9.00	6.00	12.00	44.00
23816025	DEBORA CRISTINA GARCIA	75.00			75.00	19	PROFESSOR	28/09/1998	6.00	4.00	9.00	56.00
23817776	LUCAS SOSTER ANDREGHETTO	70.00		5.00	75.00	20	PROFESSOR	28/06/1997	6.00	4.00	12.00	48.00
23818748	MARINEZ MARTINS	70.00		5.00	75.00	21	PROFESSOR	21/03/1991	12.00	2.00	12.00	44.00

23816044	ANDRESSA DOS SANTOS	67.00		5.00	72.00	22	PROFESSOR	14/09/1994	6.00	4.00	9.00	48.00
23816039	CAROLINE SPILLERE	69.00			69.00	23	PROFESSOR	09/08/1994	9.00	2.00	6.00	52.00
23816299	MARCIA SPESSATTO	63.00		5.00	68.00	24	PROFESSOR	15/10/1974	3.00	4.00	12.00	44.00
23817233	LEIDI VOGT	66.00			66.00	25	PROFESSOR	30/03/1987	6.00	4.00	12.00	44.00
23816033	TATIANE DHEIN GARCIA	60.00		5.00	65.00	26	PROFESSOR	20/07/1988	6.00	4.00	6.00	44.00
23816151	JULIANI DE LARA WILLY	58.00		5.00	63.00	27	PROFESSOR	14/08/1989	6.00	2.00	6.00	44.00
23816138	SIMONE SPILLERE	60.00			60.00	28	PROFESSOR	10/06/1986	3.00	8.00	9.00	40.00
23817042	CAMILA TURATTO	53.00		5.00	58.00	29	PROFESSOR	08/04/1991	0.00	4.00	9.00	40.00
23815996	FRANCIELI PAULA DOS SANTOS DOLESKI	56.00			56.00	30	PROFESSOR	05/06/1993	3.00	0.00	9.00	44.00
23818217	ANA PAULA CARBONERA	82.00		5.00	87.00	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02/03/1995	6.00	4.00	12.00	60.00
23816037	ALINI BATTISTI	81.00		5.00	86.00	2	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14/01/1993	9.00	4.00	12.00	56.00
23818576	RAQUEL CZERMANSKI	82.00		2.50	84.50	3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/10/1987	6.00	8.00	12.00	56.00
23816003	EDINEIA CARRARO LUCKEMEIER	79.00		5.00	84.00	4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/08/1990	6.00	4.00	9.00	60.00
23816021	DAIANE ISTELA MATANA KLEIN	83.00			83.00	5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/04/1986	9.00	2.00	12.00	60.00
23816017	GILVANIO CERATI DE OLIVEIRA	78.00		5.00	83.00	6	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	26/09/1991	0.00	6.00	12.00	60.00
23816069	JULIANA ALVES DE OLIVEIRA	77.00		5.00	82.00	7	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/09/2000	6.00	2.00	9.00	60.00
23818124	IVETE GASPARETTO LUZA	81.00			81.00	8	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19/02/1985	6.00	6.00	9.00	60.00
23818822	PATRICIA DUARTE DA SILVA	73.00		5.00	78.00	9	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/05/1995	6.00	4.00	3.00	60.00
23818436	CHEILA MILENA RODRIGUES	73.00		5.00	78.00	10	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01/12/2000	6.00	6.00	9.00	52.00
23818940	MARCIA MARTINS	70.00		5.00	75.00	11	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	28/01/1983	6.00	0.00	12.00	52.00
23818650	ROSANE SIQUEIRA BAUER	67.00		5.00	72.00	12	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	22/01/1991	3.00	2.00	6.00	56.00
23816041	TALITA RODRIGUES ANTUNES	63.00		2.50	65.50	13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07/04/1997	6.00	4.00	9.00	44.00
23818939	ERINEIA DUARTE	59.00		2.50	61.50	14	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/05/1996	3.00	2.00	6.00	48.00
23817789	SOLANGE RODRIGUES DA SILVA PAIS NEVES	61.00			61.00	15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	11/09/1983	3.00	2.00	12.00	44.00
23816063	DAIANE UTZIG	60.00			60.00	16	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/03/1994	3.00	6.00	3.00	48.00
23818167	MARIZA NICELDA MACIEL	56.00			56.00	17	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	14/02/1978	0.00	0.00	12.00	44.00
23816307	ANA LUIZA BONETTI VESCOVI	57.00			57.00	1	PSICÓLOGO	17/01/2003	9.00	6.00	6.00	36.00
23817823	DANIELI BORTOLINI	51.00			51.00	2	PSICÓLOGO	02/01/2002	6.00	8.00	9.00	28.00
23818859	HENRIQUE MANENTI DA SILVA	66.00			66.00	1	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	08/10/1996	9.00	6.00	15.00	36.00
23818879	LEONIR NERES DA SILVA	62.00			62.00	2	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	12/06/1991	6.00	8.00	12.00	36.00
23816013	GIAN CARLOS SINFRÔNIO DOS SANTOS	54.00			54.00	3	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	21/10/1998	9.00	4.00	9.00	32.00
23816029	PÂMELA MOCHNACZ	53.00			53.00	4	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	18/05/2008	9.00	2.00	6.00	36.00
23818732	CRISTIANO CARBONERA CARVALHO	52.00			52.00	5	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	08/01/2005	6.00	4.00	6.00	36.00
23816082	LUCIMARA HUDSON NUNES	51.00			51.00	6	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	15/02/1997	9.00	6.00	12.00	24.00
23818952	ANDERSON RACHE	50.00			50.00	7	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	02/01/2008	6.00	2.00	6.00	36.00

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL – AFRODESCENDENTE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

INSC	NOME	OBJETIVA	PRÁTICA	TÍTULOS	FINAL	CLASS	CARGO	NASCIMENTO	LP	MAT	CG	CE
23816003	EDINEIA CARRARO LUCKEMEIER	79.00		5.00	84.00	1	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12/08/1990	6.00	4.00	9.00	60.00

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:79470433